ROCHA MARTINS
DA ACADEMIA DAS CIENCIAS DE LISBOA

HISTORIA DAS COLONIAS PORTUGUESAS

OBRA PATRIOTICA SOB O PATROCINIO DO DIARIO DE NOTICIAS

ROCHA MARTINS
DA ACADEMIA DAS CIENCIAS DE LISBOA

HISTORIA DAS COLONIAS PORTUGUESAS

OBRA PATRIOTICA
SOB O PATROCINIO DO "DIARIO DE NOTICIAS"

1933
Composto e Impresso
na
Tip. da EMPRÊSA NACIONAL DE PUBLICIDADE
Rua do Diário de Notícias, 78
LISBOA

OBRAS DO AUTOR

ROMANCES HISTORICOS

Maria da Fonte
Madre Paula
Bocage
Gomes Freire
Mestre de Aviz
Rei Santo

LEGENDAS DE PORTUGAL

HISTORIA

O Ultimo vice Rei do Brasil
O Marquez de Pombal, Pupilo dos Jesuitas
Palmela na Emigração
Historia de Portugal e Historia das Colonias Portuguesas
A Independencia do Brasil
A Paixão de Camilo
Corte de Junot em Portugal
Herois, Santos e Martires da Patria
Grandes amores de Portugal

HISTORIA CONTEMPORANEA

D. Carlos
D. Manuel II
João Franco e o seu tempo
Pimenta de Castro, Ditador
Memorias sobre Sidonio Pais
Monarquia do Norte

NOVELAS

Parias—El Glorioso Abuelo—O Patriota—Flôr da Murta
A Ribeirinha—Natal de Mendigos

VARIA

Fantoches *(panfleto)*—Arquivo Nacional *semanario de historia, critica e politica.*

As colonias portuguesas são folhas de seiva da Patria prolongamento de seu heroismo, frutos de seu esforço, fibras de seu coração. Nasceram de muito sangue e de grandes dôres e Elas fizeram de Portugal um Redentor de ignoradas regiões.

Do minguado e velho celeiro português germinou a farta seara de emporios novos.

As colonias que Portugal fundou são o espelho gigan tesco no qual se mira, a milhares de leguas de distancia, o mapa do mais pequeno país do ocidente europeu.

A Patria pequenina centuplicou-se nos mundos que revelou.

ROCHA MARTINS

PREFACIO

AO POVO PORTUGUÊS
e
Áqueles que das suas colonias
só conhecem a Fama.

Ao terminar a publicação da ***Historia de Portugal*** talhei este livro que, na mesma rota do seu primogenito, constitui obra modestissima, de fim divulgador, escrita com o pensamento na Patria e no Povo, o qual, desconhecendo os sacrificios, as lutas, as dores cimentadoras do dominio ultramarino, mal compreende o significado e o valor das colonias portuguesas. Quis que ele soubesse não ter sido a aventura mas a ciencia e a arte de navegar o motor das descobertas; desejei mostrar-lhe quantos arrancos formidaveis se praticaram desde o monticulo de Sagres até ás salas das Conferencias espoliadoras tramadas contra o nosso Bem pela Europa contemporanea; pretendi narrar-lhe como se tornou dificil manter o que custara sangue e heroismos, expondo, ao mesmo tempo, á consciencia nacional os erros de ontem, arautos do dever, para não os repetirem presentemente.

Por isso, nas páginas que a seguir se abrem, passam marinheiros e soldados, capitães gloriosos e humildes da Historia, gageiros e peões, que souberam repetir, através dos tempos, os feitos dos iniciadores da descoberta e da conquista nas plagas indianas, nas paragens brasileiras e nos sertões africanos.

Povo pequenino, parecia multiplicar-se ao abraçar tantos mundos nos seus amplexos vestidos de ferro; gente ingenua e boa, crente, e mesmo supersticiosa, seduzia-a a ansia de aventura até aos mais distantes emporios. Voltavam todos sob um encanto que lhes aguçava o desejo de reingressar numa audacia, imortalizando-se ou sumindo-se nas lutas sem ais, como se esperassem tal fim, não se lamentando.

Dizia-se que escutavam sereias pelos mares além. Os portugueses viram-nas e ficaram enamorados. Elas tanto os atraiam, em seus cantares, os chamavam em suas vozes, que lá se volviam ante os apêlos melodiosos, entontecidos, em fascinações. E pensa-se que á soada dêsses canticos de misterio foram embaladas Guiné, a das primeiras revelações do órbe negro; Cabo Verde, na sua sequencia acolhedora; S. Tomé e Principe, desentranhadas, depois, em riquezas; Angola, a das glorias, das epopeias, do grandioso, com Moçambique, sua émula na sublimidade e nas cobiças alheias, e a India, a dos rajás, do Prestes João, do oiro, das raridades, bem como Macau, emporio de tão dificil defesa; Timor, concha alva da Oceania, e o Brasil, faixa á beira das aguas, anunciando as extensas e feracissimas terras, imperio grandioso em que se tornaram auroras os poentes de Portugal.

Por este livro, são pares com os vultos dos guerreiros os dos missionarios; espadas e cruzes sombrearam dominios nas regiões por devassar.

Terriveis pelejas se feriram desde ha quinhentos e dezoito anos, quando os pelouros portugueses encetaram as primeiras pedras de Ceuta, até aos encontros, de ha dezasseis anos, quando novos embates se repetiram nas ondas do Rovuma e se entrechocaram nos cómoros de Nevala, sob as balas germanicas, ou em tormentos sem par se sofreu da sêde e do horror no apêrto do assédio.

Se nem sempre os portugueses venceram, jamais deixou de haver, mesmo no meio dos desalentos, das traições, das derrotas ou dos panicos, um exemplo de braveza e de fé, embora fôsse um só — e por isso maior — afirmando a raça como se alteasse a sua mais velha signa.

A «Historia das Colonias Portuguesas», que escrevi sob este designio, é o pequenino varinel, obra de um artifice humilde, singrando a caminho da alma popular, tripulado por sombras, duendes, fantasmas heroicos a vizinharem com algumas evocações de vivos que ajudaram a cimentar o Imperio Colonial Português.

Este é o livro dos humildes. Outros homens, sob o patrocinio do Governo da Ditadura, trabalham numa desenvolvida «Historia da Colonização Portuguesa» e decerto será ela a portentosa nau, construida por superiores engenhos, que a traçam, a empancam, a calefetam e a lançarão ás aguas com as flamulas nos topes dos mastros, ao som das charamelas da sua fama para um mais alto destino.

Larguemos, pois, o modesto varinel que trabalhámos e, como nas epocas do Infante, embarcou nele a fé, o fim digno, a oferta sincera feita ao povo. Parte, como os ancestros, em graça de Deus e com rumo aos humildes.

ROCHA MARTINS

MINISTROS DA MARINHA E DO ULTRAMAR

E

MINISTROS DAS COLONIAS

(1832-1918)

As possessões portuguesas foram dirigidas desde o reinado de D. João IV pelo Conselho Ultramarino, criado pelo alvará de regimento de 4 de Julho de 1642. Era neste tribunal que tomavam assento os eminentes marinheiros, governadores de colonias e homens de guerra de além-mar, com outros, a fim de providenciarem sôbre casos ultramarinos, havendo desde o reinado de D. João V secretarios de Estado encarregados das possessões. Em 30 de Agosto de 1832 foi extinto. Desde o constitucionalismo mantiveram superintendencia os ministros da Marinha nos assuntos daquela especialidade.

No regime liberal — Ainda nos Açores, quando da Regencia, embora não pudesse interferir nos dominios em poder de D. Miguel, foi ministro daquela pasta Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque (1830-1831); seguiu nela, da mesma forma, Joaquim de Sousa Quevedo Pizarro (1831-1832); depois tiveram o cargo Bernardo de Sá Nogueira (1833), Agostinho José Freire, Joaquim Antonio de Aguiar, José da Silva Carvalho, marquês de Loulé (interinos). Após a Convenção de Evoramonte (1834), ao ter-se a acção directa no ultramar, foram seus ministros os seguintes politicos:

Conde de Linhares (28 de Abril a 27 de Maio).

1835: Agostinho José Freire, Antonio Jervis de Atouguia, conde de Vila Real e de Linhares e de Atouguia, marquês de Loulé, Sá da Bandeira, no mesmo ano.

1836: Conde de Lumiares, Sá da Bandeira, José Xavier Bressane Leite, um só dia, 4 a 5 de Novembro; Manuel Gonçalves de Miranda.

1837: Conde de Bomfim, Vieira de Castro (interino), João de Oliveira (interino).

1838: Sá da Bandeira, conde de Bomfim.

1839: Sá da Bandeira, barão da Ribeira de Sabrosa, conde de Bomfim, Francisco Ottolini.

1840: Sá da Bandeira.

1841: Conde de Bomfim, José Ferreira Pestana, Manuel Gonçalves de Miranda.

1842: Antonio Jervis de Atouguia, Antonio Maria Campelo, Joaquim José Falcão, José Jorge Loureiro (interino).

1843 a 1845: Joaquim José Falcão.

O duque de Terceira, ministro interino, em 1846 e depois Joaquim José Falcão, José Jorge Loureiro, Manuel de Portugal e Castro. 1847: Agostinho Albano da Silveira Pinto, João Fontes Pereira de Melo, José Joaquim Gomes de Castro, 1849: Barão de Vila Nova de Ourem; visconde de Castelões até 1850. Antonio Maria Fontes Pereira de Melo, 1851, barão de Francos, barão da Luz, marquês de Loulé, visconde de Castelões, 1852. Fontes Pereira de Melo, Jervis de Atouguia em 1853 a 1856. Neste ano tambem foi titular da pasta Sá da Bandeira, e no ano de 1859. Adriano Guilherme Ferreri e Sá da Bandeira 1859. Aquele em 1860 e Carlos Bento da Silva até 1862. Segue-se-lhes José da Silva Mendes Leal até 1864.

João Crisostomo de Abreu e Sousa em 1865 bem como o visconde da Praia Grande de Macau até 1867. Latino Coelho 1868, ano em que tambem exerceu o cargo José Rodrigues Coelho do Amaral, até 1869. Depois Luiz Augusto Rebelo da Silva até 1870, em que subiu Sá da Bandeira. Saldanha teve a pasta com todas as outras após a revolta de 19 de Maio, sucedendo-lhe D. Antonio de Sousa Macedo e Luiz da Camara Leme e a este, José de Melo Gouveia.

1871: Jaime Constantino de Freitas Moniz, até 1873, em que tomou posse Andrade Corvo até 1875, seguindo-se Melo Gouveia até 1878, em que foi nomeado Tomaz Ribeiro. De 1879 até 1880 o marquês de Sabugosa teve aquela alta pasta e no ano de 1881 o visconde de S. Januario e Julio Marques de Vilhena. 1882: Melo Gouveia até 1883, em que tambem foram ministros da Marinha Barbosa du Bocage e Pinheiro Chagas, este até 1880, em que foi nomeado Henrique de Macedo, Ressano Garcia e logo Henrique de Barros Gomes, que exerceu o cargo até 1888. Arroio, Julio de Vilhena e Antonio Enes, 1890 e 1891. Aquele retomou a pasta em 1892 e seguiu-lhe Ferreira do Amaral até 1893, em que lhe sucedeu João Antonio Brissac das Neves Ferreira até 1895. Neste ano foi titular da pasta José Bento Ferreira de Almeida.

Jacinto Candido da Silva (1896-1897). Francisco Felisberto Dias Costa no final deste ano até 1898. Depois Antonio Eduardo Vilaça, que esteve no ministerio até 1898. Antonio Teixeira de Sousa ocupou o posto de 1900 a 1904, sendo seus sucessores Manuel Gorjão e Moreira Junior até 1906. No ministerio Hintze Ribeiro, que subiu ao poder no fim de 1906 e governou até 17 de Maio de 1907, ocupou aquela pasta Antonio de Azevedo Castelo Branco. No consulado de João Franco (17 de Março de 1907 até 1 de Fevereiro de 1908) foi ministro da Marinha Aires de Ornelas e Vasconcelos.

No reinado de D. Manuel II (1908-1910) sobraçaram aquela pasta: Augusto de Castilho, Antonio Cabral, Azevedo Coutinho, Terra Viana e Marnoco e Sousa.

Regime republicano — Governo Provisorio (5 de Outubro de 1910 a 3 de Setembro de 1911) Amaro de Azevedo Gomes; ministerio constitucional (3 de Setembro), foi ministro das Colonias Celestino de Almeida.

Separara-se da pasta da Marinha o Ultramar.

No ministerio Augusto de Vasconcelos coube o cargo a José Freitas Ribeiro; no de Duarte Leite foi ministro Cerveira de Albuquerque; no gabinete Afonso Costa, Artur de Almeida Ribeiro; seguiram-se na pasta, Lisboa de Lima e Rodrigues Gaspar. Durante a ditadura de Pimenta de Castro os ministros das Colonias foram Teofilo Trindade e Teixeira Guimarães.

O Presidente Arriaga deixou o poder em 29 de Maio de 1915, sucedendo-lhe Teofilo Braga até 5 de Outubro. O ministro das Colonias foi Jorge José Pereira. Sob a presidencia da republica exercida por Bernardino Machado (5 de Outubro de 1915 a 8 de Dezembro de 1917) estiveram como titulares daquela pasta: Rodrigues Gaspar, Antonio José de Almeida, Celestino de Almeida e Ernesto de Vilhena.

Sob o consulado de Sidonio Pais (8 de Novembro de 1917 a 14 de Dezembro de 1918) coube aquele cargo a Tamagnini Barbosa e Vasconcelos e Sá.

No periodo da presidencia do almirante Canto e Castro (16 de Dezembro de 1918 a 5 de Outubro de 1919) exerceram o cargo: Baptista Coelho, José Carlos da Maia, João Lopes Soares e Rodrigues Gaspar.

Durante a presidencia de Antonio José de Almeida (5 de Outubro de 1919 a 5 de Outubro de 1923) ocuparam o alto posto: Alvaro de Castro, José Barbosa, Utra Machado, Vasco de Vasconcelos, Jaime de Sousa, Paiva Gomes, Celestino de Almeida, Ferreira da Rocha, Maia Pinto, Tomaz Fernandes, Rêgo Chaves e Rodrigues Gaspar.

Com o presidente Teixeira Gomes (5 de Outubro de 1923 a 11 de Dezembro de 1925) foram ministros das Colonias: Vicente Ferreira, Alvaro de Castro, Mariano Martins, Alvaro de Bulhão Pato, Carlos de Vasconcelos, Henrique Correia da Silva, Filemon de Almeida e Pereira Leite.

Novamente no governo do dr. Bernardino Machado (11 de Dezembro

de 1925 a 31 de Maio de 1926) foi titular daquela pasta o general Ernesto Vieira da Rocha.

Com a Ditadura Militar, no periodo de 1926 a 1933, houve os seguintes ministros das Colonias: Gomes da Costa, Gama Ochôa, João de Almeida, João Belo, Bacelar Bebiano, Eduardo Marques e Oliveira Salazar.

Actualmente (Março de 1933) é ministro das Colonias o dr. Armindo Monteiro.

Houve ainda varios titulares da pasta das Colonias que exerceram interinamente o cargo, alguns por dias, e que não merece a pena citar, bem como os que por diversas vezes o assumiram.

A ALMA
DA
RAÇA

Portugal, batido pelo mar, ou alvo das suas caricias, se não apresenta a estrutura duma caravela orçando os panos, evoca um vasto estaleiro no qual se laboraram, sob o mesmo influxo, naus e almas ansiosas de descobrir mundos, como se não coubessem nos limites do reino penosamente conquistado.

Tais espiritos provinham dos argonautas, que, nas mais recuadas idades, ungidos de braveza, desaproavam de suas patrias — Grecia, Fenicia, Liguria — em barcas trabalhadas nas madeiras jonicas, libanas e genovesas para vararem nas praias extremas da peninsula.

Os avoengos reviveriam na descendencia.

A esta chamavam-na as aguas, encantando-a com suas melopeias, mas tambem lhes despertavam terrores com seus urros, estampidos, convulsões geradoras de lendas nas quais surgiam monstros e gigantes, cavernas e rios igneos de refervente pez catadupando para insondaveis caldeiras junto de terriveis abismos vórtices em cujos ventres se sumiam os audaciosos que até lá se aventuravam. Ali findava o orbe.

Exactamente para além desses horridos obstaculos se abriam os novos mundos, patenteando maravilhas, a alvorarem beleza, a afastar pesadelos, desentranhando-se em mimos opulentos para seus descobridores.

Gentes de ares bisonhos, acoutadas nos montes ou meditando sob os salpicos da salsugem das vagas, intrepidas e indomitas nas guerras, contemplavam em longos devaneios, quando alheias ás pelejas, dir-se-ia acalentarem, saudosamente, alguma reminescencia suave, penumbrosa, tenue, vivida por outros seres e transmitida na semente geradora de suas existencias.

Pareciam-lhes lembranças de coisas que seus olhos não tinham visto mas pelas quais seus corações anelassem.

Os portugueses albergavam, hereditariamente, a nostalgia do ignoto.

Dos sãos enlaces dos robustos legionarios, dos beijos ardentes dos navegadores emigrados nasceram os futuros mareantes irresistivelmente atraidos para o desconhecido.

Veriam a luz nas tendas edificadas com destroços dos batéis e seus berços formaram-se das quilhas embaladoras dos hercules através das mais bravias ondas.

Ungira-os, na sua vinda ao mundo, um sentimento pagão e feiticeiro: o baptismo das aguas salgadas.

Filhos de amores dos sobrehumanos devassantes dos mares, imitaram-nos, sem compreenderem porque o misterio os seduzia a ponto de para ele se lançarem como fanaticos ante um Deus.

Acudiram quando um principe, atrevido e tenaz, o sombrio D. Henrique, os convocou.

Ele brotara de igual semente germinada no ventre da neta dos nortemandos conquistadores. Sua voz ecoava nas aguas e nas almas, a despertá-las como o canhoneio do trovão acordando doceis dormentes.

Já, porém, outrora, identicas ansiedades se tinham manifestado nos homens lusos, labutando ás ordens de capitães cujos nomes se diluem no nevoeiro da Historia ou se enoitam na fábula e os quais tinham, igualmente, pretendido violar o Além dos mares, consagrando-se aos arcanos lendarios.

Os pendores ancestrais ressuscitavam nos pósteros.

O medo, o terror, o panico, naufragavam em seus amagos como se falas ocultas e auguricas, amigas e conselheiras, inexplicaveis e santas, madrinhas e sadias — nadas de seus seres, vozes do proprio sangue — lhes segredassem o arrôjo e persistencia, deminuindo os fantasmas, destruindo os mitos, apontando-lhes a rosacea da gloria.

E porque assim as ouviram e acreditaram, os portugueses — materia prima amalgamada de visionarios e herois, de cavaleiros do mar e de misticos — fazendo-se ao largo, desancorando os barcos da epopeia de uma ignorada ponta rochosa, puderam vencer mais do que nenhum outro povo na sublimidade das descobertas.

Conquistavam e volviam-se para o cantinho sagrado — berço, lareira e necropole — a Patria por cujo bendito nome deram ao mundo novos mundos.

CARAVELA PORTUGUESA

PRIMEIRA PARTE

AS DESCOBERTAS

MAR EM AFRICA

CAPITULO I

A MARINHA

Lendas vagas — Armadas — Almirantes

Enquanto se conquistou o norte do reino de Portugal, o mar pouco interessava aos rudes soldados.

Havia lendas na moirama acêrca de viagens doutras eras, como a duns aventureiros que tinham ido fundear numa ilha ao cabo de onze dias de viagem. Era a terra de gigantes ruços, de mulheres belas e muito abundante em carneiros, mas o rei dêsse povo singular mandara conduzir para longe os viajantes.

Anotara-se o feito, porém não chegava até ao aspero povo que batalhava.

Dos conhecimentos dos portugueses, referentes a regiões de além-mar, propalou-se, depois, que os lusitanos conheciam umas ilhas misteriosas, ás quais pretenderam levar Sertorio quando este ilustre general romano se refugiara na peninsula.

Pouco se davam então á vida maritima aqueles que as aguas enfeitiçariam, mercê das tendencias dos ancestros, vivendo em seu sangue, e dos tenazes impulsos de um chefe de superior envergadura.

Muito havia que talhar no reino para se tentarem aventuras fóra dele; no entanto os portugueses demonstraram qualidades de marinheiros e os seus soberanos não descuravam as iniciais obras das reduzidas armadas.

Armadas incipientes — Conheciam-nas pelos navios dos cruzados que tinham vindo auxiliá-los nas conquistas, e D. Sancho I, ao intentar um golpe ousado sôbre o Garb muçulmano — o Algarve — preparou-se para ele com «cavaleiros e tropas de terra e mar» (*), o que afirma a existencia de marinha destinada, pelo menos, ao transporte das hostes.

Tambem, no reinado de D. Afonso III, fundeavam no Douro barcos de diversas nações que, chegando a tratos de comercio, serviam de modêlo para os trabalhos das unidades nacionais.

Foi, porém, D. Deniz que alguma coisa de mais prático fez pelos negocios do mar.

Habitando no Monte Real ou em Leiria, no seu magnifico castelo, pensou em alargar fundamente um porto destinado á frota que lhe era precisa para a defesa das costas do reino, as quais eram extensas em demasia, não estando salvas de surpresas inimigas.

Abriu-se esse abrigo em Paredes, na embocadura dos rios Liz e Lena. Semeou o vasto pinhal, com que pretendia obstar á invasão das areias, e pensou em dar aos portugueses um chefe entendido em coisas da navegação conforme elas estavam desenvolvidas no estrangeiro.

Houvera comandantes das incipientes esquadras, alguns, como Fuas Roupinho, a perderem-se na nebulosidade da lenda, outros de positiva acção nessas andanças do mar, como Nuno Fernandes Cogominho, por cujo falecimento lhe sucedeu marinheiro bem entendido de seu mester, que se fôra buscar onde maior incre-

---

(*) Herculano, «Historia de Portugal».

mento tinha tomado a arte de navegar.

Dizia o rei em seu ofício:

«Maravilhosas cousas são os feitos e assinadamente aqueles que se fazem no mar, em maneira de andar sobre ele de mestria, assy como em naos, galés e em todos os outros navios grandes e pequenos e porem antiguamente os Emperadores Reys q̃ avião guerras por mar, quando armavão naos para guerreare seus inimigos punham Cabdes sobre ellas q̃ chamam com este tipo Almirante, o qual é assy chamado porque ele he e deve ser Cabdel ou guiador de

VELHO NAVIO PORTUGUÊS NAS ARMAS DA CAMARA MUNICIPAL E AINDA HOJE EXISTENTE NO CHAFARIZ DO DESTÊRRO

todos áqueles q̃ vão em galés ou navios para fazere guerra sobre mar e he tão grande poder e afrõta, como se ElRey alli fosse presente.»

Seguiam-se as quatro condições requeridas para o cargo:

«A primeira, que sejam sabedores de conhecer ho mar e os ventos. E a segunda que tenham navyos tantose taaes assy guisados e em caminhadas de homeês e armas e outras cousas que ouverẽ mestér segundo convem ao feito a fazer. A terceira é que se não se dem a tardança nem a preguiça ás cousas que devem cá bem assy como ho mar não é vagaroso em seus feitos. Mas pense os asinha e depressa e bem assy os que em elle querem andar devem ser agnçosos e apressados nas cousas que ouverem de fazer por tal que em quãto bõ o ouverem nã ho percam. Mas ajudem-se delle em seo proveito. A quarta é que sejam muito bem mandados aq̃uelles que tiverem este Cargo de os mandar cá se os de terra em sua oste os devem assy fazer que bem póde hir por seus pees ou em suas bestas a qual parte lhes apuguer e quando quiserem quanto mais ho devem assy fazer os do mar cujo hir ou estar nõ está em seu poder ou querer. Como aquelles que por cavalgaduras teem os navios que sam de madeira e os ventos por freos, os quais não podem mandar nem ter cadavez que quizem, posto queseja em piguo de morte.»

Os Paçanhas — O posto de almirante era, pois, de tanta supremacia, que a Ley das Partidas assim o define:

«Ha tan grande poder, quando va em la flota que es assy mismo hueste mayor o outro armamimento menor que se fay e em lugar de cavalgada, como se el mismo Rey hi fuesse.»

D. Deniz cingiu-se á tradição e mandando contratar um cabo de guerra experimentado para as suas armadas desejou-o de boa sabença e engenho.

Genova, consagrada pelos feitos dos ligurios cujas embarcações tinham ancorado no litoral lusitano, foi o lugar escolhido para a busca do futuro mestre dos portugueses em arte das lides maritimas.

Chamava-se Manuel Pezagno, e o soberano, ao conceder-lhe o cargo, dizia dar-lho por «muito entendido no serviço naval: o qual devia servir no comando de suas galés, que teria sempre aprestadas para combate; tendo o almirante jurisdição e mando nas coisas e pessoal delas como se el-rei presente fôsse».

Dentro em pouco, chegava ao reino aquele que se denominou micer Paçanha, o qual recebeu titulos de juro e herdade. Era um homem esforçado e sabedor; deixara a sua patria decidido a estabelecer-se para sempre em Portugal e tendo-se cercado dos precisos auxiliares para a tarefa a desempenhar.

Criava-se, na verdade, uma marinha e ele pedira para trazer consigo, em azo do bom exito dos seus tra-

balhos, vinte dos seus compatriotas adestrados no mister, que recebiam os postos de alcaides das galés e arrais, ficando ás ordens do almirante, senhor das promoções e do comando absoluto da frota. Cabia-lhe a quinta parte das presas feitas durante as guerras e seu filho devia suceder-lhe no cargo e bens.

Deste modo se estabeleceu no reino a familia dos Pezagno — Os Pessanhas de tanta nomeada — sendo herdeiro do primeiro deles, o seu primogenito Lançarote Pessanha, que teve o almirantado em legitimo direito.

Ha quem afirme que um outro chefe de mar tambem habil e destemido, Angiolino del Tegghia, florentino, ao que se diz, esteve ao serviço de D. Afonso IV, tendo explorado as ilhas Afortunadas ou de S. Brandão (as Canarias) por ordem do rei, trazendo alguns indigenas até Lisboa (*), em 1341.

Levantaram-se discussões diversas em tôrno dum documento pontificio pelo qual se definia a posse do filho de D. Deniz naquele arquipelago, que o Papa concederia, três anos depois, a Luiz de La Cerda, mediante o pagamento anual de quatrocentos florins de ouro.

No reinado de D. Pedro I, Lançarote Pessanha tomou o comando de dez galés destinadas a auxiliar o rei de Castela contra o de Aragão. O soberano português, não querendo cumprir cabalmente o tratado de aliança, combinara com o seu almirante alguma demora nos socorros, o que se fez.

D. Fernando deu maior incremento á armada desde que sentia os castelhanos senhores de poderosa marinha, com a qual transportava os seus exercitos para os cercos.

D. Fernando e a frota — Ordenava, o monarca, que se construissem navios de mais de cem toneladas, sendo livre o córte das madeiras nas matas reais, o transporte de mastros e de todos os materiais necessarios para serviços do mar e guerra e, bem assim, os destinados aos barcos de mercadorias. Estabeleceu-se uma companhia de seguros para garantia do tráfico maritimo, ficando tudo sujeito a estas leis.

O capitão-mór da frota — naturalmente da mercante — foi Gonçalo Tenreiro, a quem se doou Algés e sua ribeira.

Lançarote Pessanha comandou as galés de guerra no bloqueio de Sevilha, onde se demorou, mas as doenças atingiram as suas populações e, nesse momento, talvez porque a epidemia constou aos castelhanos, estes decidiram atacar a esquadra.

Dificilmente em tal situação, ele se poderia defender de mais folgado e poderoso inimigo; porém, usou dum ardil guerreiro que devia dar esplendidos resultados. Tinha apresado dois barcos carregados de azeite; largou-lhes fogo e arremessou-os a favor da corrente, contra a frota atacante, escapando-se com a esquadra, no meio da confusão estabelecida.

Recolheu-se a Lisboa, mas na guerra seguinte o rei Henrique de Castela tomou todos os barcos nacionais, sendo o almirante demitido e seu cargo doado a João Afonso Telo, irmão de D. Leonor Teles.

Riquissimo, senhor do bairro da Pedreira, por sua pertença chamado do Almirante, deixou que lhe arrancassem o cargo e quedou-se na confusão estabelecida no final da dinastia.

D. Fernando faleceu. D. Leonor Teles ia usufruir o mando, proclamada rainha. O homem sabedor das coisas do mar colocou-se a seu lado em Alenquer, disposto a acolher as determinações da ama. Serviu-a como pôde e soube. Saiu para Odemira no intuito de levantar esta vila pelo castelão, conforme ordens da soberana, mas o alcaide de Beja, Gonçalo Nunes, prendeu-o e levou-o para a sua jurisdicional moradia, onde o povo, apossando-se do almirante, o assassinou barbaramente.

As lutas travavam-se. O Mestre de Aviz ia vencendo, mercê do denodo e fé do seu condestavel, D. Nuno Alvares Pereira, cujos exemplos seguia.

Pensava-se muito nas coisas de terra para se dar importancia de maior ás da frota, sendo, todavia, nomeado nas côrtes de Almeirim, por capitão do mar, Afonso Furtado.

(*) Villiers du Terrage, «Rois Sans Couronne».

CAPITULO II

O INICIO DAS DESCOBERTAS

O infante D. Henrique e seus mareantes — As ilhas da Madeira e Açôres — Primeiros golpes no terror lendario

A prole Joanina — Com a segunda dinastia, a de Aviz, solidificado o reino, Portugal começou a pender para novos rumos, mercê do ardor do soberano, apesar de sua idade avançada e sob o influxo dos ultimos combatentes de suas legiões e dos infantes nados do seu consorcio com D. Felipa de Lencastre. Esta digna inglesa, neta dos nortemandos, navegadores da conquista da Grã-Bretanha, parecia ter transmitido a um dos seus filhos, D. Henrique, alguns vigorosos globulos do sangue dos seus avós, cavaleiros do mar, os quais ligados aos dos lusos, inquietos do ignoto, o tornariam o adusto mas persistente chefe dos novos empreendimentos para além-mar.

Eram cinco os descendentes infelizes daquele rei feliz. Ventura cabal só a houveram D. Branca e D. Afonso, mortos na meninice. Os vivos chamaram-se D. Duarte, que devia reinar e foi um melancolico desvairado em torturas, talvez por aquele mal, mais tarde denominado «spleen» pelos britanicos, que, como uma enfermidade de raça, levava alguns ao suicidio. D. Pedro, espirito aberto, nobilissimo, rigido como a sua espada; D. Henrique, taciturno, gelido, só desenrugando o rosto para sorrir ao sonho, coração de bloco impenetravel e insensivel a tudo quanto não fôsse o fim que se impusera. Conservava-se virgem: alma sem amor é jardim sem agua. Ele lembrava um rochedo. Só era grato a quem lhe ajudasse na vitoria do alto designio de que fizera o lema de sua vida.

A irmã, D. Isabel, tambem não gozara a felicidade. Foi a mãe energica do valoroso Carlos o Temerario; D. João recebeu as dôres ante as lutas dos irmãos provocadas pelo conde de Ourem, o futuro duque de Bragança, bastardo de seu pai. O mais novo dos filhos do rei iniciador da segunda dinastia seria martir e chamou-se D. Fernando.

Quando o monarca desejou levar a efeito um memoravel torneio no qual consagrasse os filhos, houve quem dissesse serem inanes tais espectaculos, pois mais valería batalhar, erguendo assim os principes, aos olhos dos vassalos, em lides verdadeiras.

Pensou-se em investir Granada, onde a moirama guardava seu ultimo reduto e valioso baluarte; antepusera-se, porém, ser tal designio empresa temeraria á qual não tinha ousado a propria Castela. O lance oferecia perigos sem par. Se vencessem, irritariam os inimigos naturais — os de Castela; perdidas as batalhas, enfraquecidas as hostes, mais acesso e vantagens poderia dar aos vizinhos, ainda lembrados de Aljubarrota.

Ceuta e o seu mapa — Alguem lembrara a tomadia de Ceuta, cidade formidavel dos infieis, passando o mar, representando o feito como o começo duma arremetida destinada a expulsar os mouros do territorio onde se tinham albergado após as suas derrotas na peninsula.

Ardilosamente, se fingiu enviar uma embaixada a solicitar a mão da rainha viuva da Sicilia para o infante D. Pedro. Jamais se pensara em semelhante enlace; era, porém, um pretexto para se fundear em Ceuta e analisar suas muralhas, armadas, fôrças e gentes. Encarregou-se da mis-

são o prior do Hospital, Alvaro Gonçalves Camelo, que, no regresso, tendo pedido duas cargas de areia, um novelo de fitas e meio alqueire de favas, construiu, ante os olhos admirados do rei, dos infantes e dos mem-

CEUTA, SEGUNDO UMA GRAVURA DO SECULO XVI

bros do conselho, um mapa em relêvo da cidade e dos fortes que se pretendiam tomar.

Em Torres Vedras, diante das figuras da côrte, se decidiu o lance, no qual entraria Nun'Alvares. Escutaram as deliberações e nelas tomaram parte, além do chanceler-mór, João das Regras, D. Lourenço, arcebispo de Braga, Alvaro Pereira, irmão do condestavel, o almirante Manuel Pessanha, que herdara, de novo, os titulos de seus maiores, Gonçalo Garrido, escrivão da puridade, João Afonso da Azambuja, e João Gomes da Silva, cavaleiro de muito boas artes, que soltou a célebre frase ante o receio dalgumas duvidas por banda de quem os pudesse julgar velhos para a empresa:

— Quanto eu, senhor, não sei al que diga, senão: ruços, além!

Além, era Ceuta. A expedição começou a preparar-se com enormes resguardos e cautelas, incumbindo-se o capitão de mar Afonso Furtado do arranjo dos transportes, embarque de viveres, farinhas, oleos, carnes salgadas e das armas, polvora e mantimentos de toda a espécie, enquanto se convocavam as hostes que deviam investir a cidade mourisca.

D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro, os principes, seguiam na armada, ansiosos de renome, apesar de sua mãe, D. Felipa de Lencastre, ter falecido no proprio dia em que se despediram dela para tentarem a temeraria empresa. Minutos antes de expirar, ainda quisera saber que vento levava a frota.

Chegou-se diante das muralhas da cidade infiel. Em 20 de Agosto de 1415 começaram os preparcs do desembarque. D. João I, apesar de ferido numa perna, revestira as armas; o condestavel assistia aos novos; D. Henrique solicitara para ser o primeiro a desembarcar e de tal forma se batera que se participou ao rei a noticia da sua morte. D. João I apenas disse: É a morte comum dos guerreiros! Alma temperada na escola do condestavel, mandara refazer as avançadas. Mas o infante estava vivo e vencedor, ordenando o saque pingue e talvez em transes de escutar a maior revelação da sua existencia, apossando-se da mais bela joia daquela tomadia: os rumores dos mundos que os arabes conheciam para além de Marrocos.

Deixavam-se três mil homens em Ceuta; os infantes eram armados cavaleiros em Tavira, no meio de enorme pompa, recebendo os titulos de duques e, para o heroi que iniciara o desembarque, o ducado de Viseu e a doação dos negocios de Africa. Fizera com que lhe concedessem a segunda benesse, decerto acreditando nas maravilhas que de lá viriam e de que houvera noticia. D. Pedro recebia o ducado de Viseu com o senhorio da Covilhã. O bastardo do soberano, o futuro duque de Bragança, não era contemplado. Ficava conde de Barcelos.

Três anos depois (1418), constou que a moirama tentava retomar a cidade africana. D. Henrique acorreu com reforços; D. Nuno Alvares Pereira, já quasi invalido, descera do convento do Carmo, decidido a ir batalhar, mas não lho consentiram.

Talvez mais se acentuassem as ideias do infante ao reentrar na praça forte escutando ali os cativos e dissesse, sem serio fundamento, que um piloto, de nome João Morales, lhe contara a historia de Roberto Machin, perdido numa ilha nebulosa mas perto de Portugal. Era uma narrativa fabulosa a relacionar-se com

o territorio que devia, depois, chamar-se Madeira.

No regresso da segunda jornada á terra dos infieis, D. Henrique mais se fortalecera no seu sonho, na alta visão do seu desejo. Era Mestre da Ordem de Cristo e sonhava numa cavalaria nova, a qual, não tendo já proezas para realizar na terra continental, as fôsse praticar pelos mares além.

Mas que haveria por esse Além?!

Sagres — Como para melhor poder preguntar ás ondas os seus segredos e mais em contacto viver com o oceano, escolhera, para seu refugio, o extremo ocidental do país, a ponta de Sagres, onde levava a existencia dum monge que, pedindo ao ceu inspirações e milagres, só os quisesse para a conquista de novas terras.

Tinham ali habitado outras gentes, talvez alguns daqueles arabes de que falavam as tradições e que tanto amavam o ignoto. Antes deles houvera por lá moradores, apesar da ponta adusta, do vigor das aguas e sua imensidade. Chamavam-lhe aqueles Charck-Rack — ilha dos Rochedos — e logo Sacrum, nome tirado do Cabo de S. Vicente, ao começo conhecido por Promontorio Sacrum e que fica a pouca distancia da vila, depois apelidada Sagres, e na qual o infante se instalara com alguns cavaleiros da sua casa.

Vivia de lendas que desejava tornar realidades.

Vendo passar as aves, talvez quisesse interrogá-las, a fim de saber donde vinham e que maravilhas tinham visto. Só, no seu grande desejo se integrava. O resto não lhe animaria um só musculo da face.

Confundia-se com os rochedos, ao passar os dias junto deles em funda meditação desde que ouvira aos arabes, em Ceuta, as historias fabulosas e seu ditado de receios:

— Quem passar o Cabo Não ou voltará ou não!

E ele lá estava na costa de Marrocos, fronteiro do arquipelago das Canarias, á custa das quais corriam contos estranhos. Eram, porém, conhecidas desde longas eras, tendo sido devassadas desde 1402 por um cavaleiro normando, João IV de Bethencourt, barão de Saint Martin de Gaillard, que, acompanhado por um outro fidalgo, Gadifer de la Salle, marechal de Bigorre, empreendera a conquista das ilhas Afortunadas, das quais já recebera investidura de rei, em 1343, Luiz de la Cerda. Bethencourt tomara igual realeza, mas, ao tempo em que o infante D. Henrique meditava em Sagres, andava ele vendendo os dominios, onde mal se podia manter, ao conde de Niebla, morrendo em Granvile no ano de 1422.

SAGRES

O que impressionava o principe português era a fama temerosa do Cabo Não. Sentia-a como a chave de pedra, portentosa e de maravilha, com a qual se poderiam devassar as portas do além dos mares.

Passavam-no? Desfaziam a lenda. Perdiam-se? Desfaziam o sonho. Mais valeria, do que viver enganado.

Dera-se a estudar o que na epoca se podia saber acêrca daqueles mundos ignorados que visionava.

As lendas, as cartas e os instrumentos nauticos — Vivia-se ainda sob o dominio da fábula. Reinava o ficticio, o quimerico. Chancelavam-se teorias estranhas, mas por todos admitidas, acêrca da forma da terra. Semeava-se o orbe de ilhas fantasticas, juntando-se em muitas cartas monstros marinhos, animais de tipos formidandos, autenticas invenções de mentes desvairadas. Dizia-se ser inabitavel a zona tórrida, fazendo-se da Africa um continente misterioso que, nalguns documentos, aparecia nas regiões austrais. Inventavam-se cidades magnificas e extraordinarias que talvez não passassem da evocação de algumas já destruidas e a que se emprestava a maravilha. Devidiam-se em cinco zonas as partes do orbe. Numas não se podia habitar; não resistia nelas a vida humana. Até se marcava, com uma singular segurança, o lugar

do Paraiso Terreal onde Adão e Eva tinham vivido e proliferado.

Gigantescos peixes, nomes que causavam pavores, á fôrça de se repetirem como poderosos e indestrutiveis seres, surgiam para maior turbação causarem nos espiritos.

A Igreja mantinha esses erros. Considerava a terra totalmente descoberta e o sol rodando nos espaços como um temeroso, inquietante e imenso disco igneo. Não era o planeta que se movia, mas o astro, isto a fim de não ser destruida a lenda biblica de Josué a detê-lo na sua trajectoria.

CAPELA E CASA DO INFANTE

Invocava-se o tremendo país de Gog e Magog e as cartas e planisferios, ciosamente guardados, dificilmente andariam, apesar de falsos, pelas mãos dos mareantes, os quais se serviam de instrumentos rudimentares.

O mundo, no consenso de muitos, e em estabelecido criterio, que ninguem se atrevia a contradizer por falta de bases, era uma enorme ilha rodeada pelo oceano, sempre o mesmo.

Se algumas noticias, desvirtuadas, de navegadores antigos, os que tinham vindo para o ocidente, chegavam ás reflexões, de tal modo apareciam que mais perturbavam os espiritos.

Era certo terem eles percorrido os mares, deixado até no litoral lusitano a raça de futuros marentes, mas talvez, por seu proprio desejo de cerrarem passagem aos ousados, mais fabulosos contos espalhassem. Guardaram-se impenetraveis segredos durante larguissimo tempo e selara-se com o terror ou em narrativas, quasi mitologicas, a historia das navegações doutros tempos.

Geografos, como Ptolomeu, erravam; dir-se-ia terem trabalhado mais ao sabor da imaginação que das experiencias. Possivelmente, alguns cataclismos aniquilaram as regiões soberbas a que se referiam, ou modificaram os lugares da terra descritas em suas obras.

Cartografos arabes seguiam na mesma rota e a documentação era confusa ou deficiente, mentirosa ou de pouca segurança.

Apresentavam o universo plano; e fantasiando minas de oiro e pedrarias em reinos ignorados, confundiam as situações dos territorios, atirando-os para diferentes e variadas latitudes e longitudes.

Strabão e Plinio descreviam a Africa como uma ilha, declarando que seus calores a tornavam inabitavel, impedindo a passagem através de seus mares, sendo impossivel tornejá-la.

Ptolomeu colocava-a num golfo enorme, a estender-se por toda a costa ocidental.

Os portugueses, mercê de sua herança arabe, contacto com os judeus, de ha muito albergados em altas posições, no seu país, deviam ter conhecimentos, embora ainda nebulosos, não só do que constava das fabulosas riquezas asiaticas e dos mundos africanos, mas, igualmente, da arte de navegar.

Era assente que «quem perdesse terra de vista dificilmente poderia tornar a ela» e por isso ás Canarias teriam ido, em navegação de cabotagem, tanto os genoveses da frota de D. Afonso IV como o aventuroso João de Bethencourt, francês.

Aquelas noticias acêrca do oriente e dos seus misterios tentariam as imaginações meridionais.

Enquanto aos mapas, não dando credito a certa carta catalã de 1375, na qual aparecem as ilhas de Porto Santo e Madeira, sob a rubrica Insula de Legname (da lenha), doutras fontes seriam conhecedores.

O pseudo documento catalão, a que falta clara autenticidade, deve ter sido obra habilidosa de alguem que, pretendendo demonstrar prioridades alheias, acabara por provar o contrário.

Se em 1375 fôssem conhecidas a Madeira e Porto Santo, descobertas em 1418-1419, os que lá tivessem chegado decerto as ocupariam ou algum dos muitos aventureiros da epoca se dirigiria ao Papa a solicitar a sua realeza, como sucedeu com as Canarias, assim denominadas pelo grande numero de cães lá existentes.

Mas aquele mapa reproduz, ainda, uma mais estranha nota: um navio no qual um certo Jacques Ferrer teria partido para ir ao rio do Oiro, em dia de S. Lourenço (10 de Agosto de 1346).

A carta deve ser de data diferente e não da que se lhe atribui, pois se estranhos tivessem passado o Bojador, alarmariam o mundo com a nova. E estes argumentos, além das discussões cerradas em que varios sabios se embrenhavam, devem bastar para pôr de remissa o tão debatido mapa catalão, cujo autor não foi possivel fixar.

Era, porém, certo que os soberanos da Catalunha muito protegiam os cartografos, quasi todos israelitas, estando entre eles o celebrado Cresques, não se identificando, todavia, como autor dessa carta, embora tivesse feito outras.

Atraíam-se á peninsula homens eminentes nessa arte e na da construção de aparelhos nauticos, e os reis portugueses, que á marinha deram cuidados, certamente não os desprezariam. Havia instrumentos empregados na navegação os quais permitiam já perder de vista as costas e alargar-se mais ao mar e os proprios principes sabiam fazer o cálculo da hora pela estrela polar, como sucedia com D. Duarte, irmão de D. Henrique (*).

De resto, na Universidade de Lisboa, fundada por D. Deniz, ensinava-se aritmetica e astronomia.

A raça judaica de ha muito se dedicava á leitura dos astros, mas, dada a finura de seu engenho e o ocultismo da ciencia, os soberanos, instruidos em verdadeiras razões, não lhes davam crédito.

Instrumentos de navegação, tinham-nos inventado os arabes e os israelitas seguiam-lhes os traços nos tratados matematicos e geograficos.

Alguns desses trabalhos chegariam a Portugal com a divulgação do astrolabio e do quadrante de que os navegadores usavam. Sem esses engenhos os guias não se aventurariam nos mares, distanciando-se dos litorais.

De resto, a presença de muitos judeus em cargos de categoria junto de

O ASTROLABIO DO SECULO XIV

reis demonstra a sua valia e preponderancia, e como eles eram os cultores das ciencias astronomicas, decerto as relacionariam, através de aparelhos conhecidos, como o astrolabio, indicando sua prática aos navegadores.

A acção do Infante não se pode atribuir a inspirações além das que o talento e uma ideia fixa podem mover sendo servidas por uma vontade tenaz. Tam pouco ele seria um ignorante em materia nautica e cosmografica. Existindo o astrolabio desde epocas recuadas, empregá-lo-ia, pois mal se acredita não o houvesse com as cartas e tábuas. A agulha de marear provinha de bem longe, embora no estado grosseiro, e até a usavam os marinheiros dessa India, cujo caminho nautico se pensava em descobrir.

(*) D. Duarte, «Leal Conselheiro»

Havia uma tenacidade incomparavel na acção das descobertas e D. Henrique era o seu maior propulsor.

Dava exemplos de rudeza, de persistente fé, concentrava-se e o que não sabia, por ter lido ou escutado, deduzia-o sôbre o que existia, mais ou menos, em tradições.

Que a Africa dava passagem para a India, diziam-no alguns geografos antigos, mas desconhecendo os contornos do vasto continente a que os portugueses iam dedicar as suas atenções.

O judeu Jehudaibn Verga datara de Lisboa, no ano de 1457, um Tratado de Astronomia:

É o autor duma obra sôbre a forma de medir altitudes e acêrca dum instrumento denominado «horizontal», referente ao horizonte (*).

Outros trabalhos provinham do estrangeiro, existindo já, numa grande perfeição, astrolabios, como se exemplifica com o do arabe Ahmed ben-Khalaf, tão completo que «pelo acabado do trabalho poderia ter sido feito em Nurenberg, no fim do seculo XV» e no entanto é do «ano de 950, anterior quinhentos anos aos instrumentos de Regiomantanos» (**).

Com semelhantes elementos e a alma fenicia que animava o Infante, os seus colaboradores e agentes, se caminhava para as grandiosas aspirações. Receava-se, porém, muito ainda, neste ano de 1434, o Cabo Não, onde os arabes tinham terminado as suas rotas. Um banco de areia, que penetrava mais de duas leguas no mar, cortava a passagem, mesmo aos mais pequenos navios. A travessia só era possivel mais ao largo e sem a vista costeira ninguem se atrevera a velejar.

A agua junto dessa portentosa defesa dos caminhos maritimos tinha uma côr avermelhada, «sendo tão espessa que a esteira dum navio nela ficava assinalada por algum tempo». Seria mais um motivo para alarmar os navegadores.

Tudo isto devia influir no animo do Infante teimosissimo, que muito «inquiria dos mouros as cousas de dentro do sertam da terra e principalmente das partes remotas dos negros de Fez e Marrocos. A qual delligencia lhe respondeu como premio que elle desejava porque veo a saber que elles eram sómente das terras dos Alarves».

Havia conhecimentos das regras de navegar. O Infante chamara a Sagres mestres como o celebrado cosmografo Jacome de Malhorca, criando, de futuro, ali, uma escola de cartas, pilotagem e astrologia, porque ele era homem «mui docto na arte do navegar, que fazia cartas e instrumentos». Dificilmente o balear acedeu pois «custou muito pelo trazer a este Reyno» para ensinar sua ciencia aos oficiais portugueses daquelle mestér» (*).

Desde os tempos dos fenicios que os mareantes se orientavam pela Ursa Menor, tendo os gregos deixado o seu primeiro guia, a Ursa Maior e imaginando, segundo as teorias hebraicas, o mundo em forma circular mas de superficie plana; dizia-se ser de abismos a sua parte inferior com as acrescencias do limbo, do inferno em pélagos terriveis.

Deviam ser manuseadas na academia do principe as armilas, determinadoras das longitudes e latitudes, que vinham do seculo de Ptolomeu, autor dos oito livros de Geografia, num dos quais apresentava as bases geometricas da factura de cartas. Ele proprio as traçara descrevendo a Terra, com os erros proprios de tão recuada era. Os arabes tratavam de traduzir o «Planisferio», o metodo figurativo do ceu, pela projecção centrica tirada do polo austral.

Lendo sôbre os livros vagos ou falsos, de tão mentirosos resultados, sonhava-se com a prática, a audacia, o influxo vivo para vencer o terror e, conseguido o primeiro resultado, jamais se deteriam as ansias do Infante.

D. Henrique só vivia para aquele fim. A politica interna deixá-lo-ia indiferente até ao momento em que ela pudesse prejudicar o seu desejo intensissimo, inesgotavel e infinito de

---

(*) Joaquim Bensaude, «L'Astronomie nautique en Portugal à l'époque des grandes découvertes».

(**) Idem.

(*) 1431.

descobrir as terras que suspeitava perto e atingindo as de cuja existencia era sabedor.

O oriente entrava no dominio da fantasmagoria.

Os portulanos ostentavam os mesmos defeitos, não marcando com certezas os portos e seus caminhos.

Dos instrumentos nauticos tinham conhecimento certo, pois deles se tinham servido os mouros, e a ciencia cartologica desenvolvera-se mercê dos judeus sabios, atraidos á côrte quasi desde o começo da dinastia.

Os chineses tinham conhecido a agulha de marear muito tempo antes dos europeus, que começaram a usá-la no seculo doze.

Eram, todavia, ainda precarias as condições em que tinha de trabalhar o Infante na ponta de Sagres, rodeado pelos fidalgos da sua casa, aos quais poderia incutir animo mas não a ciencia que lhes faltava. Aprenderiam com Jacome de Malhorca.

Sentia-os fortes como os rochedos, mas, como eles, mudos de engenho. Ele proprio era assim. Rude, bravio, albergando o seu sonho no relicario duma impenetravel caverna, procurava, naquela epoca, mais pela prática do que pela sabença, descortinar os mundos vislumbrados nas suas conversas com os arabes, em Ceuta.

Se havia misterio, ele mais insondavel o tornaria buscando apreender por sua inteligencia o que apenas suspeitava, guardando-se, porém, de comunicar suas visões intimas, como um avarento, ante o seu melhor tesouro, o defende e oculta.

O Infante estava no cáos, mas procurava a luz guiadora talvez mais fundado nas suas vozes intimas de fenicio, desenvolvidas na sua mente de homem virgem, de mór acuidade, jejuador, dado ao pensamento fixo que o iluminaria, ajudando-lhe os conhecimentos adquiridos.

Em baixo, no minusculo porto, que abrigava as suas barcas, labutavam os algarvios destinados ás tripulações, que deviam ser destemidas. E como todos os filhos dessa provincia, a ultima a soltar-se do dominio mourisco, albergam um sonho e alargam, em vôos extensos, as asas das suas miragens, ele tinha, nos valentes maritimos, poetas a ajudá-lo. Se açalmavam mais, em suas mentes, a ideia dos monstros, maior gloria sentiriam em dominá-los e tambem rebrilhavam mais em suas imaginações as maravilhas a colhêr.

D. Henrique pretendia pôr em prática a sua ideia constante, avassaladora.

Talvez tivesse obtido algumas noções dos mapas dos seculos recuados, o de Cosmos, de Macrobe, o de Isidoro de Sevilha, dum que apresentava a terra em três triangulos, o das zonas inabitaveis, ou doutros, a induzirem em êrro.

Devia ser tormentosissima a existencia do Infante procurando orientar-se ante aquelas cartas rudimentares e falsas para o fim que o dominava.

Povoavam-lhe de monstros os mares; ele enjaulava-os na sua razão e duvidaria, porventura, da sua existencia. O criador de mundos desdenharia dos criadores de lendas, imaginando-os uns fantasiosos e avaros senhores dalguns segredos, procurando guardá-los pelo pavor, como era de uso evocar dragões e grifos formidaveis de atalaia a princesas encantadas.

O Cabo Não — O Atlantico guardava estatuas colossais — diziam os velhos pergaminhos — apontando aos audaciosos o regresso, impedindo-lhes o caminho. O Infante tornava-se mais e mais persistente.

Violar o Cabo Não era o seu fim. Mataria as lendas estranhas.

«No ano do Senhor de 1415 um certo nobre do reino de Portugal, D. João de Crasto (Castro), era capitão da armada feito por D. Henrique, infante filho de D. João I, rei de Portugal e irmão da duquesa de Borgonha, mãe de Carlos (*).

«O qual infante sempre cuidou de agasalhar homens illustres e de mandar, á sua custa, a descobrir regiões ignotas. E o sobredito João de Crasto, navegando pelo mar Atlantico, tomou, á fôrça, parte duma ilha chamada Gran Canaria, a qual parte da terra ou ilha se chamava, na lingua dos seus naturaes, Telli, que quer dizer fertil.

«E querendo voltar encontrou no mar grandes inundações de mar a

---

(*) Mãe de Carlos, o Temerario, «Vultos e Sombras», obra do autor.

INFANTE D. HENRIQUE

o grande iniciador dos descobrimentos maritimos

«mostrando com estas & outras cousas que cometteo de bem cõmum ter no coração plantada a vontade de bem fazer, como elle trasia por moto de ſua diuiſa neſtas palauras Franceſas: Talent de Bien faire.»

que os portugueses chamam correntes entre uma e outra ilha, as quais ilhas estão além do Cabo «Non», onde Hercules pôs colunas nas quais estava escrito: «Quis navigat ultra caput de Non revertetur aut non», o que sôa na lingua portuguesa: «Quem passa no Cabo de Non tornará a si ou non». Por isso que Hercules aí fizera o termo da sua navegação, temendo que por causa das grandes correntes de mar não podesse voltar.

«E assim, o sobredito capitão, voltando a Portugal sem grande trabalho, anunciou ao senhor infante o que ficou escrito supra» (*).

O vedor de Sagres é que não admitia desconhecer o que originava tais correntes e menos que continuassem ignoradas as paragens além do cabo, e por isso, «no ano seguinte, 1416, mandava o senhor infante D. Henrique um cavaleiro nobre, de nome Gonçalo Velho, para além das ilhas Canarias, ao longo da beira-mar, desejando saber a causa de tão grande corrente.

«O qual navegou além e achou mar tranquilo e sereno junto da Costa d'Africa ou da Lybia e chegou a um logar que se chama, agora, «Terra Alta». Na praia daquela terra havia apenas areia, não se achavam ali arvores nem hervas, a qual terra arenosa passa ao pé de Montes Claros e vai até ao Monte Sinay; e ainda além se chama Mar Arenoso e tem a largura de trinta e sete jornadas, dividindo os homens brancos pretos uns dos outros» (**).

Destruira-se a lendaria fama da travessia.

Sòmente continuava a acreditar-se que pouco mais além se poderia navegar.

Os arabes diziam:

«Os navios não ousam aventurar-se no mar Atlantico, porque perdendo-se de vista a costa não saberiam guiar-se na volta.»

O capitão ousado fôra além da costa; era preciso influir em seu animo e nos dos outros para avançarem mais pelo mar.

O Infante geraria a emulação entre os bravos que o rodeavam. Nunca um deles, juravam-no, deixaria de ir onde outrem fôsse capaz de se abalançar.

«Sempre inquiria dos mouros as cousas de dentro do sertão da terra principalmente das terras remotas, ao Reyno, de Fez e Marrocos. A qual diligencia lhe respondeu com o premio que elle desejava porque veiu a saber por elles não sómente da terra dos Alarves, que são vizinhas aos desertos de Africa a que elles chamam Çahará, mas ainda das que habitam os povos azenegues que confinam com os negros de Jalof, onde se começa a região da Guiné a que os mesmos mouros chamam Guinanhá» (*).

Com estas informações, os seus barcos, bons marinheiros executores de suas ordens e o sonho que o enchia, começou o infante D. Henrique a tornar prático o que tanto visionara.

A primeira descoberta — Vivia como um marujo amantado em burel e de chapeirão embreado. Tisnando-se ao sol e com a marezia dava alma aos seus companheiros e dizia-lhes acreditar, plenamente, na existencia de terras que deviam descobrir.

Partiram, para a Costa de Africa, um escudeiro, chamado João Gonçalves Zarco, e outro apenas Tristão. Este só mais tarde juntaria ao seu nome os apelidos de Vaz Teixeira. Era em 1418. Navegaram e, como nos contos de fadas, viram o espaço entenebrecer-se, andando perdidos, até que, numa manhã bendita, aproaram a uma massa ressaida no mar.

Tinham descoberto uma ilha, talvez a que o Infante visionara. Na aventura, a qual só o foi pelo temeroso do lance, pois era fundada em esperanças e em fé intrépidas, se caminhou. O genio fenicio da raça fez o resto com o arrôjo inato da grei. O sangue nortemando-luso do iniciador dava-lhe a fleuma, mesmo ante a dôr e os obstaculos.

Os descobridores denominaram a ilha de Porto Santo e regressaram a Sagres, já conhecida por Vila do Infante.

(*) Diogo Gomes, «As relações do descobrimento da Guiné».

(**) Diogo Gomes, «As relações do descobrimento da Guiné», tradução do latim por Gabriel Pereira.

(*) João de Barros, «Décadas».

Desfizera-se a lenda do Cabo Não. Não desaparecia, porém, todo o terror ligado á sua fama tenebrosa e que de tão longe vinha.

O principe achou pouco o que lhe apresentavam. Passado o jubilo da primeira hora, desejou, avidamente, obter mais. Não existiria apenas aquele bocado de terra no meio do oceano.

Entregou novo barco aos descobridores; e mandou-os largar, acompanhados por um outro escudeiro da sua casa, Bartolomeu Perestrelo, o qual, ao embarcar, conduzia uma coelha pejada com que, por graça, o tinham presenteado.

Este gentil-homem pertencia a uma familia lombarda, de Placencia, que viera para Portugal no séquito da princesa D. Leonor, esposa de D. Duarte. Dera-se-lhe brasão; concedera-se, ao descendente, o senhorio de Porto Santo e para lá se dirigiu com os descobridores e conduzindo o roedor prenhe.

Dera-se-lhe por piloto Afonso Fernandes. Com ele se embarcaram outros praticos, decerto algarvios, Antonio Gago e Lourenço Gomes, sendo tambem da companhia João Lourenço, Francisco de Carvalhal, Ruy Pais, Alvaro Afonso e Francisco Alcoforado, que devia cronicar o feito.

Parece que a expedição se compunha de dois ou três navios e dum varinel.

A Ilha da Madeira — Dirigiram-se a Porto Santo. «E passaram além, directamente, á ilha agora chamada da Madeira. E perto d'ali outra ilha, agora chamada Deserta, e, entre uma e outra, acharam o logar chamado Funchal, perto da ilha da Madeira, onde, agora, ha grande povoação e ali nascem muitas aguas. E percorreram a ilha no ocidente e encontraram muitos rios e lindos logares de habitação, que se chamam, agora, Funchal, Ribeira de Socorridos e Santa Cruz, Machico, Caniço, todos estes são magnificos lugares para habitar.

«Todavia não poderam vêr que tal era a terra porque estava toda cheia de arvores, cedros e outras especies.

«Voltaram ao senhor infante com esta nova, o que muito o alegrou» (*).

(*) Diogo Gomes, «Relação».

«Não muito tempo depois um cavaleiro da familia do senhor infante, de nome João Gonçalves Zarco, não muito abastado, pediu a capitania daquela ilha ao senhor infante, dizendo que iria para ali com sua mulher e familia e a povoaria. Agradeceu isto ao senhor infante e preparou cara-

MAPA ANTIGO DA ILHA DA MADEIRA

velas mandando vacas, porcos, ovelhas e outros animais domesticos e foram desembarcar no sobredito lugar do Funchal.

«Entrou ele com todos os seus e com tudo que levava fazendo logo casas com ramos das arvores e colmo porque toda a ilha estava cheia de feno e arvores e de folhas que caíam das arvores.

«As caravelas voltaram a Portugal, ficando eles nas ilhas, para lhes levar vitualhas e outras coisas necessarias aos que ficavam. Porém desejando o cavaleiro saber a qualidade de terra que estava sob o feno e as folhas de arvores, se era fertil ou esteril, incendiou feno e folhas que estavam pelo chão.

«Cresceu o fogo e de tal sorte se fez grande que as casas, com tudo

que tinham, arderam. Homens e mulheres não tinham outro remedio senão meter-se em agua até ao pescoço e ainda assim julgavam morrer queimados.

«E deram ao rio onde assim estiveram o nome de Ribeira dos Socorridos. E assim ficaram ali, na ilha, sem alimentos, até que o senhor infante lhes mandou os precisos, e, entrementes, comiam aves, de que ali ha enorme quantidade e tambem peixes do mar que pescavam de que tambem ali se encontra grande abundancia.

«E é verdade que a multidão de aves era tamanha aí que se algum homem ou mulher levava um cajado ao ombro pombos e corvos pousavam nele e podiam ser apanhados á mão.

«E deu-se que durante nove anos a ilha ardeu sempre porque o fogo era impossivel de apagar por causa da grande massa de folhas que, por tanto tempo, se tinham acumulado.»

«Pouco depois um cavaleiro, de nome Tristão, requereu ao senhor infante que lhe desse outra parte da ilha, tambem optima terra para povoar, agora chamada Machico. E o senhor infante lha deu e, por isto, ficou a ilha repartida assim: a parte ocidental, Funchal, ficou a João Gonçalves, a qual é muito fertil, onde ha trigo com fartura, optimo vinho de Malvasia e tambem vinho de Terrasco, canas de açucar de que se fabrica açucar em quantidade que é exportado para as regiões orientais e ocidentais. A parte oriental da ilha, Machico, ficou pertencendo a Tristão, onde tambem cresce tudo o que se disse» (*).

Porto Santo foi doada a Bartolomeu Perestrelo, mas tendo o donatario largado lá a coelha prenhe, ao voltar encontrou as sementeiras devastadas e a ilha povoada pelos multiplices filhos das crias em que o animal se desventrara.

Não se descansava em Sagres. Os primeiros exitos mais tinham animado o Infante.

Um novo incitamento lhe chegava. Trazia-lho seu irmão o infante D. Pedro, que andava correndo «as sete partidas do mundo» com doze cavaleiros, em memoria dos doze discipulos de Cristo, indo entre eles o seu mais fiel companheiro, D. Alvaro de Almada, celebrado na Europa após a sua imposição da Jarreteira e seus feitos na batalha de Azincourt.

Influencia do livro de Marco Paulo— Peregrinaram desde 1425 até 1428 e o que seus olhos viram os deslumbraram. Estiveram na Hungria e combateram ás ordens do imperador Segismundo contra os turcos, passaram a Chipre, a Constantinopla, Babilonia, Jerusalem, onde se prostraram ante o Santo Sepulcro, e no Monte Calvario. Em Roma foram acolhidos com honrarias, pelo papa Martinho V, porém fôra em Veneza que a alma do duque de Coimbra se expandira á lembrança do irmão, que continuava no seu rochedo a vislumbrar mundos.

Levar-lhe-ia um presente magnifico, a melhor joia que lhe podia ofertar: um livro, intitulado de Marco Paulo e que a Senhoria de Veneza doara ao seu hospede.

Continha, esse exemplar unico, de pergaminho, a narrativa das viagens assombrosas que aquele veneziano Marco Paulo fizera pelo oriente nos anos de 1270 a 1296. O que ele vira e revelava, em latim, constituia assombrosas narrativas.

Seu pai e seu tio, Nicolau e Maffeo, já tinham trilhado algumas cidades orientais; convidado a acompanhá-los, numa segunda rota, contava o que se lhe deparara na Tartaria, Turquia, Armenia, Persia, Samarcam, China, Cipango (Japão), e no celebrado país de Gog e Magog, que tanto andava nas lendas dos velhos navegadores conhecidos por D. Henrique.

Sabia tambem muito da India, historias do poderoso Grão Khan, cuja reputação chegara á Europa como a dum rei fabuloso, e tudo isto constava da obra que D. Pedro tencionara, desde logo, ofertar a seu irmão.

Dizia que: «ho gram Cham em despesas thesouros e riquezas pode sobrepojar todollos principes do mundo», pois os adquiria, porque «mercadores de desveniadas terras quando vem á cidade de Cambalu trazem ouro, prata, aljofaras e pedras preciosas, as quaes todas el Rey faz comprar por seus officiais».

(*) Diogo Gomes, «Relação».

Apresentava-se, igualmente, outro famoso monarca cujo nome constituiria, de futuro, o proprio cumulo do maravilhoso. Era «Prestes Joham», tão valoroso e imponente que vencera outro soberano, Dario, cujo poder retumbara naquelas regiões. Levaram-lho cativo e ele, vendo-o submisso, dissera-lhe: «porquanto por tua pro-

Marco paulo.

¶ Ho liuro de Nycolao veneto.
¶ O trallado da carta de huũ genoues das ditas terras.

¶ Cõ priuilegio del Rey nosso senhor. q̃ nenhuũ faça a jmpres sam deste liuro. nẽ ho venda em todollos se⁹ regnos ⁊ senhorios sem liçẽça de Ualentim fernãdez so pena cõteuda na carta do seu preuilegio. Ho preço delle. Cento ⁊ dez reaes.

FRONTISPICIO DO LIVRO DE MARCO PAULO

pria bôca confessas que és nada a respeito my, quero-te d'aqui em diante haver por amigo».

Dava indicações das riquezas, dos caminhos e rios do reino portentoso, mal sabendo que no futuro um principe do ocidente almejaria chegar pelos mares ao emporio que ele procurara.

Prolongava-se na descrição do maravilhoso, dos homens, dos animais, dos horrores estranhos, alem do que seria necessario para exaltar mais o persistente principe em cujo cujo rosto não se manifestava a luz que lhe iluminava o espirito.

Mais se deleitariam os olhos do Infante ao vêr o outro presente que o irmão lhe mostrava, vindo de tão longe e com tal fama que até seu cronista o disse visitante do famoso Preste João, felicidade tão grande como a distancia medeada do reino á terra onde o potentado reinava.

Apresentara-lhe, porém, um mapa onde se via «delineado todo o ambito da terra e estava indicado o cabo d'Africa, depois chamado das Tormentas (o da Boa Esperança)».

Visionava já certezas nesse livro e na carta. O veneziano apregoava as opulencias do oriente; tateava-se a passagem pelo sul de Africa, que os antigos negavam. Havia alguma coisa além do Bojador.

Mandara erigir igrejas em Sagres. Rezava-se a Santa Maria e a Santa Catarina, padroeira dos navegantes. Era, talvez, Catarina da Suecia, filha de Santa Brigida, que acompanhara a mãe a Jerusalem e fôra canonizada havia menos de quarenta anos.

Estudava-se bem a construção dos navios, as caravelas, barcos pequenos, redondos, leves, resistentes, manobraveis.

A Madeira tornara-se a fornecedora inesgotavel dos seus estaleiros, como como seriam depois para unidades de mór calado de agua, conforme se afirma com precisão e autoridade ao escrever-se:

«E na ilha havia tanta quantidade de madeira tão famosa e rija que levavam para muitas partes copia de taboas, traves, mastros, que tudo se serrava com engenhos ou «serras d'agua» (*) das quais ainda hoje ha muitas da banda do norte da mesma ilha; e deste tempo pela muyta madeira que dahi levavam para o Reyno, se começava com ella a fazer navios de guerra e castello á vante porque dantes não os havia no reyno nem tinham para donde navegar nem havia mais navios que caravelas do Algarve e varineis em Lisboa e Porto» (**).

Com efeito, o Infante utilizara, até aí, as barcas, os varineis e caravelas, ligeiras embarcações, todavia resistentes.

As que serviam desde o seculo XIII aos pescadores do norte modificou-as talvez ele á medida que a pratica ia aconselhando essas transformações.

Teriam, provavelmente, dois mastros «o grande e o da mezena, muito mais pequeno do que aquelle. Em consequencia da enorme superficie da vella grande, que fazia arribar muito o navio quando ia de bolina e não sendo bastante a mezena para contrabalançar a sua acção, juntava-se

(*) Especie de azenhas destinadas ás serrações.

(**) F. Gaspar Frutuoso, «Saudades da Terra».

a alguns destes navios uma contramezena que vinha caçar n'um botoló estendido alem da popa» (*).

Construiam-se cientificamente, mas, sendo navios de pequeno calado, as tripulações muito se arriscavam em neles navegarem, sobretudo em tão ardidas empresas.

Mas o sangue luso, o espirito da raça, á saudade ancestral do ignoto, o impulso do ardido chefe animavam esses homens, nenhum dos quais seria capaz de se confessar medroso de ir onde outros fôssem.

Navegavam por emulação. Os que, arrojando-se, mereciam os louvores, tornavam-se os exemplos que todos desejavam ultrapassar.

Em todo o caso, prosseguia o pavor das lendas tenebrosas, das fábulas, dos horrores, contra os quais se antepunha a crença religiosa a influir nas almas dos que partiam em tão minguados barcos sob a fé do Mestre da Ordem de Cristo.

A Atlantida e os Açôres — Com estes empreendeu ele as novas temeridades. Guardava-se sempre para a passagem do Bojador, encontrando dificuldades nos seus melhores mareantes, convictos de ser ali o fim do mundo.

Outras lendas os atormentava; várias corriam e entre elas a duma grande nação, desaparecida em aguas, de que se dava noticia. Platão afirmava que Solon ouvira, no Egipto referencias a uma terra encantada que se chamara Atlantida. Parece que os sacerdotes lhe tinham revelado, seis seculos antes de Cristo, que ha nove mil anos, perto das Colunas de Hercules, existira uma ilha mais vasta que a Asia e a Libia, muito visitada pela navegação. Perto havia outras mais pequenas e os senhores daquele imperio dominavam até ao Egipto e na Europa até ao mar Tirreno. Sendo grandes conquistadores, só um cataclismo os pudera vencer. A enorme ilha submergira-se e a passagem sôbre as aguas que a cobriam tornara-se tão dificil, pela vasa acumulada, que ninguem mais a tentara.

Tinham chegado ao supremo grau da civilização quando a catastrofe se deu. Ao poderoso Atlas, o soberano

(*) Lopes de Mendonça, «Estudos sôbre Navios Portugueses.

rei dos reis, adorador do sol, não havia quem o igualasse.

Não restaria nada da ilha encantada?

D. Henrique teimava em enviar as suas caravelas para mais além. Imaginava novas avançadas sôbre Marrocos, a fim de se aproximar dos misterios e até engendrara de seu nome e titulo um incitamento: «Infante Dom Anrique». As maiusculas formavam a palavra «Ida». Restava-lhe, ainda, com que indicar seu designio. Outro «A, a, f, r, i, q», com novo transporte dos «aa» e dizia «Ida á Afriqa».

Convocara o fidalgo seu amigo, cavaleiro esforçado, Gonçalo Velho Cabral, depois senhor de Almourol, comendador de Cristo, e indicou-lhe navegação nova.

«Era ele de tantas fôrças que podia expremer um homem e esmiuçá-lo entre as mãos, além disso muito animoso. E por ser desta qualidade e de tão boas partes era muito privado do infante D. Henrique e foi enviado por elle a descobrir estas ilhas» (*).

Só um cavaleiro tão temerario seria digno de semelhante empresa, pois ajudaria rijamente a quebrar os terrores lendarios.

Ele já praticara proeza de tomo ao chegar á Terra Alta, para lá do Cabo Não.

Afirmam uns que, com efeito, levou a fim o empreendimento (**), tendo encontrado primeiro uns recifes, aos quais deu o nome de Formigas, pela semelhança com os ninhos destes insectos, voltando depois ali, por insistencia do Infante, e encontrando as ilhas de Santa Maria e de S. Miguel. A primeira descobri-la-ia em 14 de Agosto — aniversario de Aljubarrota e dia de Nossa Senhora — as outras, possivelmente, em 29 de Setembro de 1444.

Dir-se-ia que medearam muitos anos entre uma e outra descoberta, porém é necessario contar com algum nevoeiro, com o tempo de se tomar posse e conhecimento da terra inicialmente encontrada. Daí essa demora, de doze anos, para levar a efeito empresa que hoje a todos se afigura facil. Ha quem faça mui longo o prazo da chegada á segunda ilha. Tambem se aventa que o Infante possuia um mapa no qual aquelas terras estavam indicadas e daí a insistencia com o seu cavaleiro para as procurar. Corre, igualmente, ter sido descobridor desta região um tal Diego de Senill piloto do rei de Portugal, marcando-se diversas datas de seu feito.

É indubitavel, porém, que o esforçado cavaleiro, familiar de D. Henrique, foi ás ilhas, por capitão de caravelas, que conduziam animais domesticos decerto destinados a uso dos colonos que já para ali tinham sido levados.

Ante estas duvidas, que não podem apoucar os meritos do ilustre descobridor da Terra Alta, é muito dificil determinar, com segurança, como o arquipelago foi descoberto. Chamaram-lhe Açôres pelo grande numero de aves desta espécie que lá encontraram os primeiros a trilhar essas plagas.

Aparecem umas cartas nas quais já estão indicadas algumas das ilhas anteriores ao periodo em que lá foram os agentes do Infante. Este poderia possuir tais documentos e daí a teima em mandar seguir aquela rota.

Em 1426 o portulano de Giacomo Grialdi já apresenta os Açôres sob os nomes de «Corvi», «Marini», «Conigi», «Colombi», «Brasil».

Pode dar-se uma grande confusão de nomes com as Canarias, onde existia Fuerventura e e onde se encontravam madeiras muito apreciadas para tingir lãs, a que se chamava brasil, designação dada a uma das ilhas naquele documento.

Outros mapas anteriores apresentavam-nas em colocação atribiliaria.

D. Henrique, tendo seu conhecimento pelas cartas, quereria certificar-se da verdade da existencia dos territorios enviando lá aquele fidalgo? Teriam sido descobertas pelo piloto Diego de Senill, Diogo de Sevilha, de Grullen, de Sunis, pois de todos estes modos escrevem seu nome os que se lhe referem, fixando a data do seu acto em 1427, 1431 e 1432?

Para os apologistas da acção ser

(*) F. Gaspar Frutuoso, «Saudades da Terra».

(**) Ha quem contrarie esta versão. Ferreira de Serpa, «O Descobrimento do Arquipelago dos Açôres».

devida a Gonçalo Velho Cabral, ela ter-se-ia passado assim:

Navegou e encontrando muitas aves em vôo lançou-se para um vulto sôbre o qual elas passavam. Topou os baixios, logo denominados Formigas, porque se assemelhavam a seus ninhos. Os passaros eram açôres. Seria, de futuro, a designação do arquipelago. Regressou. O amo e amigo insuflou-lhe mais a certeza de encontrar novas terras e, no ano seguinte, 1432, descortinou uma ilha. Passava-se o dia 14 de Agosto, no quadragesimo setimo aniversario de Aljubarrota, dia da Virgem. Chamaria á terra Santa Maria. Como, sem duvida, dali avistasse outro bloco sôbre as ondas, continuara na travessia, depois de demora naquela ilha. A coincidirem as descobertas com os nomes dos santos que elas tiveram, as datas seriam as seguintes: S. Miguel, 29 de Setembro; Cristo, a Terceira na ordem da posse, e logo como tal chamada, entre Março e Abril, já nos anos seguintes, na Pascoa; S. Jorge, ainda em Abril, pois é a 23 deste mês que se celebra o divino guerreiro; em Junho, teria chegado a S. Tomaz (a das Flôres) e Santa Ana (a do Corvo); em Agosto, a S. Luiz (Pico); e em Outubro, a S. Deniz (Faial).

O Infante entregara a capitania das primeiras ilhas açoreanas ao seu bravo cavaleiro e audaciosissimo piloto.

A lendaria Atlantida — dir-se-ia depois — correspondera decerto a uma realidade. Aquelas terras vulcanicas, férteis, de estrutura rochosa, abundantes de aguas minerais e muito sujeitas a terremotos, bem podiam ser os restos do famoso imperio subvertido pelo cataclismo.

Tendo ficado perdidas nas aguas, Gonçalo Velho encontrara a primeira delas, quem sabe se mercê dalgum estudo do Infante, frase ouvida ou conclusão de que, segundo seus trabalhos, para aquelas bandas deviam existir belos e novos territorios.

Ganhara-se o inicio do arquipelago no ano antes daquele em que D. João I faleceu.

O reinado novo — o de D. Duarte — veria o trabalhador de Sagres cada vez mais persistente. Depois do cabo Não, havia o Bojador a vencer de vez. Eis o seu desejo. Sabia que para além dele existiam outros cabos. Vira-o no mapa que o irmão lhe trouxera? Era preciso dobrá-lo das bandas do ocidente. Chegar-se-ia á Africa, que os antigos declaravam inabitavel, como zona tórrida e impossivel de atingir por mar. Troçaria dos monstros marinhos, dos fabulosos titãs, dos pélagos, ante o cavaleiro Gil Eanes, seu familiar, a quem encarregara da proeza.

Voltara desanimado. Não conseguira realizar a travessia. Mas D. Henrique insistira, e o marinheiro, sob o seu influxo, arriscou-se, de novo, e, desta vez, com sorte.

Celebrava-se o almejado fim.

O Bojador — Largaria Gil Eanes levando gente escolhida e entre ela um escudeiro, Afonso de Baldaia. O chefe tomara-se de animo e apreendera praticamente o que lhe convinha realizar para o arrôjo e, em 1434, D. Henrique «informado por Gilianes da maneira da terra e da navegação ser menos perigosa do que se dizia mandou armar um varinel, que foi o maior navio, que até então tinha enviado, por estar já fóra da suspeita, que se tinha dos baixos e parces, que diziam haver além do Cabo» (*).

Eram as informações colhidas pelas anteriores provas com o arrôjo a impelir o navegante.

As aguas refluiam, bojando para oeste. Quere dizer, brotavam em catadupas fortes, em saliencias formidaveis, as massas líquidas, enfunadas e rijas, que deviam arrastar os leveiros navios, os quais só se desviariam de tais perigos fazendo-se mais ao largo das grandes e vertiginosas cheias.

Atravessaram-no e, ao chegarem a Sagres, apresentaram ao Infante flôres silvestres, conchas, pedras, com a noticia, que bem grata lhe seria, de terem encontrado rastros humanos e rebanhos. Não tinham hesitado ante tão evidentes sinais de ser habitada a região, ao contrario do que afirmavam os antigos.

Terminava a lenda. Destruiram-na aqueles portugueses, pois tinham alcançado um ponto baptizado de Angra dos Ruivos, em vista do cardume destes peixes que ali toparam, vendo, mais adiante, rêdes feitas duma espé-

---

(*) João de Barros, «Asia».

cie de cortiça, largadas pelos indigenas fugitivos á sua vista. Denominaram o sitio Angra dos Cavalos.

Havia gentes, havia vida! D. Henrique, ao receber a noticia, decerto desencortiçou um pouco o seu rosto severo e meditativo.

A civilização azteque e a Atlantida — Povoar-se-iam as ilhas em doações feitas mais tarde e á medida que se descobriam encontravam-se surpresas a darem-lhes nomes diversos dos tirados dos dias dos santos em que lá se chegava.

Numa delas, na do Corvo, topara-se no alto duma serra, da banda do noroeste, «uma estatua de pedra posta sobre uma lagea, que era um homem em cima d'um cavalo em osso e o homem vestido de uma capa bedém (especie de tunica curta e sem mangas), sem barrete, com uma mão na coma do cavalo e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo segundo, a que os latinos chamam index, com que apontava para o poente». (*).

Ha quem não acredite na existencia desta estatua. A querer-se, porém, admitir que os Açôres sejam rebordos da Atlantida desaparecida, é bem natural que aquele monumento indicasse aos homens a estrada doutras regiões.

Os antigos costumavam povoar de simbolos os seus países. A forma como essa figura estava revestida poderia ser a dum dos atlantes, pois os seus vizinhos, os egipcios, de categoria, reis e sacerdotes, tais tunicas usaram bem como as cabeças descobertas.

Alguns navegadores dessa raça teriam feito a travessia para o poente, a caminho dalgumas terras, depois denominadas America, e as quais talvez, naquelas idades, tivessem comercio com os povos dominadores.

Parece averiguado que existiu, realmente, nas velhas idades, uma vastissima, opulenta e poderosa ilha — a «Atlantida» — da qual as Canarias e os Açôres teriam formado os rebordos ou, pelo menos, uma parte de seus dominios.

Não foram só os doutos antigos que se referiram a esse territorio, mas tambem alguns sabios modernos têm tratado dessa região, a qual começa a ressurgir, pela logica dos estudos, bem longe dos mitos.

Entre os mais notaveis fisicos do seculo XVII figura Atanasio Kircher, jesuita que viveu desde 1601 a 1680, tendo, entre outras coisas, inventado a lanterna magica e procurado, igualmente, realizar a primeira máquina de escrever. Entre as diversas tentativas do reverendo aparece a da busca da leitura dos hieroglifos e talvez ali tenha aprendido o que expõe na sua obra «Mundi Subterrani», em relação á falada ilha. Dizia-a existente, naquelas epocas fabulosas, a oeste de Gibraltar, numa vastissima extensão, da qual as Canarias e os Açôres seriam derradeiros vestigios.

A ATLANTIDA, SEGUNDO O ABADE MOREUX

Dela se tornaria mais perto a que se chamou, depois, America, pela proximidade de ilhas vizinhas e talvez possessões atlantes.

Um grande cataclismo destruira o poderoso emporio. Como o que ficou dele é de natureza vulcanica, explica-se, com maiores seguranças, a catastrofe, na qual nem todos os atlantes deviam ter perecido, pois sendo navegadores, encontrar-se-iam em diversos continentes nos quais negociassem.

Só nos Açôres houve cinco vulcões e até «o solo submarino nestas paragens é duma terrivel instabilidade» (*). Tambem ao oeste das Canarias houve noticia duma ilha — a de S. Brandão — a qual teria desaparecido.

(*) Damião de Gois, «Cronica do Principe D. João».

(*) Abade Th. Moreux, «L'Atlantide a-t-elle existé?»

Escreveu-se a tal respeito:

«Considerando a parte que nos interessa mais especialmente, a que faz frente a Portugal e a Marrocos, não se duvidará que, numa epoca recente, as grandes refregas alpinas e as do Atlas se tenham submergido nestas regiões.

«Os pincaros dos Açôres, restos das altas cadeias cujo sopé está agora amortalhado nas aguas, são orientados de Este a Oeste; as serras destas regiões desceram em bloco para o abismo e isto numa epoca relativamente recente» (*).

Ainda acêrca do assunto e depois duma longa explanação sôbre as descobertas submarinas, nos mares ao norte do arquipelago português, conclui um sabio moderno:

«Toda uma região ao Norte dos Açôres, compreendendo, talvez, os Açôres, e de que tais ilhas, neste caso, não passariam das varias ruinas, se subverteu provavelmente nessa epoca que os geologos chamam actual, tanto ela é recente, e que para nós os vivos d'hoje é alguma cousa como hontem» tal é a ideia das idades do globo.

Avança ainda o autor daqueles dados cientificos:

«Como todas as lendas, a da Atlantida deve ter um fundamento. Um cataclismo tão terrivel não podia suceder sem que a humanidade guardasse a sua memoria; é sôbre esta tradição, transmitida de idade em idade, que Platão, depois dos sacerdotes egipcios, deve ter bordado a sua historia» (**).

E assevera, por fim:

«A Atlantida existiu, na aurora dos tempos quartenarios, onde Platão a situou nessa região onde se encontram as duas grandes fendas atlanticas e mediterraneas, uma das partes mais misteriosas do nosso planeta.

Sem admitir a existencia de Atlantida ou doutro povo de igual hegemonia, grandeza e qualidades, torna-se inexplicavel o que se encontra no Mexico e no Peru em materia de civilização quando do seu descobrimento e conquista. Diz o historiador espanhol Cieza de Leon:

«Viram-se as coisas mais estranhas de prata, figuras e outras coisas maiores, que não conto por não haver visto, basta que afirme haver visto que com dois pedaços de cobre e duas ou três pedras vi fazer baixelas bem lavradas e taças, fontes e candieiros de folhagens e lavores».

«Para tecer suas mantas tem pequenos teares e, antigamente, no tempo em que os reis incas dominavam este reino, tambem nas capitais das provincias algumas mulheres que chamavam mamaconas, destinadas ao serviço dos seus deuses nos templos do sol, que eles tinham por sagrado, as quais só atendiam a trabalhos de roupas finissimas para os senhores inicas, feitas de lã dos lamas (belos animais dos Andes), e tão maravilhosas eram estas roupas que causaram admiração em Hespanha. Os vestidos destes inicas eram camisetas destas roupas, umas enfeitadas de prata e oiro, outras de penas de aves. Para fazer estas roupas usam tão perfeitas côres de carmesim, azul, amarelo e preto e outras variedades que verdadeiramente tem vantagens sobre as de Hespanha».

Assim descreve o escritor, acrescentando: «que foram os peruanos optimos arquitectos e ninguem no mundo os sobrepassou na arte de construir canais nos mais asperos terrenos».

A civilização azteque, no Mexico, era tão vasta que até imaginavam criar jardins flutuantes, dando-se a ideia do maravilhoso. Construiram templos e palacios faustuosos. O seu calendario era uma espécie de zodiaco, em pedra, dedicado ao sol, e quando os conquistadores lá chegaram viram mais de sessenta mil casas e belas ruas. Havia ali arquitectos e escultores, medicos e poetas, obreiros e artistas de todas as qualidades. Em papel, fabricado duma espécie de piteira especial da sua terra, os pintores e desenhadores traçavam os acontecimentos importantes por meio de sinais ideograficos.

O imperador, monarca absoluto, tinha seu exercito, seus nobres, seus conselheiros, seus correios, seus embaixadores, vivendo numa magnificencia estranha. Tribunais aplicavam a justiça. Os sacerdotes, os religiosos, formavam uma casta poderosa, tendo a dirigí-los uma espécie de pontifice.

(*) Abade Th. Moreux, «L'Atlantide a-t-elle existé?».

(**) Idem.

Cada um dos 365 dias do seu calendario (dezoito meses de vinte dias e mais cinco dias denominados «inuteis» consagravam-se a uma divindade» (*).

Os seus idolos eram esplendidamente esculpidos; sabiam preparar as mumias, pondo-lhes até olhos artificiais.

Os reis eram assim conservados em necropoles surpreendentes, sendo formidaveis as construções que ainda restam, formando ruinas de envergadura babilonica.

Ora tudo isto pressupõe o contacto com outros povos antigos, ensino, reminiscencias, educação de mestres para ali enviados — colonos ou navegadores — que por essas regiões tivessem ficado após os cataclismos devastadores de suas patrias ou por quaisquer outros motivos.

Segundo Platão (**), os atlantes «usando de todas as riquezas do seu solo construiam templos, palacios, fortes, bacias para abrigo de navios e embelezamento da ilha».

As edificações eram ou de singela construção, ou para prazer da vista, e apresentavam todo o agrado possivel, sendo feitas de diversas variedades de pedra.

«O templo, propriamente dito, tinha um stadio (***) de comprimento, três asperenos de largura e uma altura proporcionada, apresentando no aspecto alguma cousa barbara».

Lembra a forma dos templos aztecas, tanto como o trabalho das mumias mexicanas as dos egipcios, havendo ainda a acrescentar o paralelo entre a religião do sol professada pelos povos do ocidente e o calendario adoptado pelos mexicanos na sua patria então por descobrir.

Os egipcios fixaram-no, o ano, «em trezentos e sessenta e cinco dias, distribuidos em doze meses iguais de trinta dias, no fim dos quais se juntavam cinco dias intercalares que os gregos chamavam «epagómenos» (****).

Quem ensinou aos aztecas a divisão do ano em trezentos e sessenta e cinco dias? Quem lhes levou a ideia do zodiaco e lhes deu aperfeiçoamento em tantas artes e ciencias?

Já se vê, por consequencia, não ser de todo de desprezar a ideia de anteriores civilizações actuando para o que se chamaria, ao ser descoberta, a America.

A estatua da ilha do Corvo, a admitir-se a Atlantida, não pode ser considerada uma fantasmagoria, apesar de não existir seu desenho (*) nem os fragmentos das pedras que, segundo as velhas narrativas, se quebraram, desaparecendo depois de conduzidas para Lisboa.

Não deve ser espontanea aquela civilização de além-mar, tanto mais que ela não alcançava outros povos da mesma parte do mundo.

Expedição a Tanger — D. Henrique, apesar de todos os seus exitos, ou talvez porque os obtinha, não descansava no proposito de mais se internar em Marrocos. Parecia desejoso de fazer daquele imperio uma nova caravela para a conquista ou o prolongamento do seu posto nautico para a descoberta.

Morto o pai, que por sua velhice e são juizo não se arriscaria em novas tentativas para a posse de praças fortes, além de Ceuta, ele deliberara convencer seu irmão, o novo rei, D. Duarte, sabio e melancolico, que não queria ouvir falar em aventuras. Havia, porém, um dos infantes, D. Fernando, que não tivera azo de se distinguir e, sendo o mais novo da prole joanina, se distanciava da gloria dos irmãos: D. Henrique com as suas descobertas; D. Pedro, tendo feito a viagem portentosa; D. João, rico e mestre de Sant'Iago, casado

---

(*) Larouse.

(**) Platão, «Critias e Teméo».

(***) Seiscentos pés gregos.

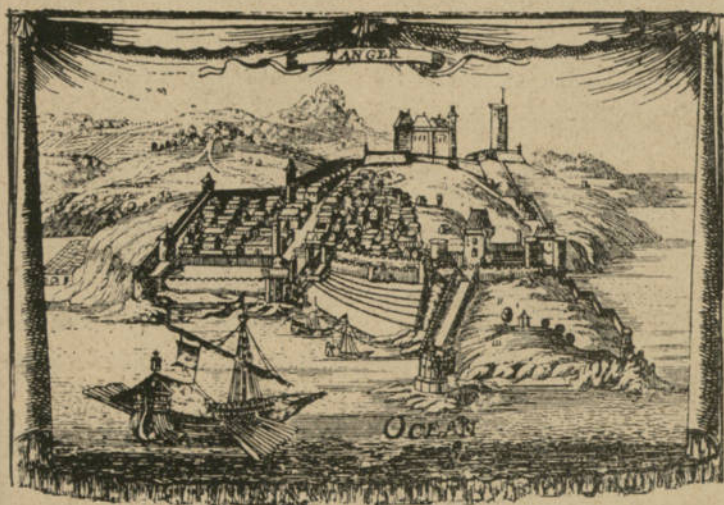
(****) Fernando de Vasconcelos, «Historia das matematicas na antiguidade».

(*) El-Rei D. Manuel teria mandado desenhar a estatua por Duarte de Armas.

Ao ser arrancada, a estatua partiu-se, dizendo os encarregados do trabalho que um temporal a despedaçara. É mais crivel que se tivesse quebrado, visto a sua antiguidade, ao tocarem-lhe. Trouxeram fragmentos ao rei D. Manuel, os quais desapareceram. Isso é possivel, uma vez que já se tinham feito as descobertas para o lado poente e não interessariam.

com a filha do futuro duque de Bragança. Só ele não ilustrava a familia. Pedira licença para ir batalhar no estrangeiro e o soberano magoara-se. Foi o védor de Sagres que lhe aproveitou a instante ansiedade para o espicaçar, a fim de se abalançarem ambos a novas proezas em Marrocos, e jamais deixaram de perseguir o monarca, o qual lhes resistia.

A vontade do Infante era poderosa; vivendo de sua ideia fixa, tudo fazia para a realizar e dirigiu-se á rainha D. Leonor, a fim dela convencer o esposo a consentir naquela expedição. as solicitadas pelos infantes. D. Duarte chorou ao despedir-se dos que partiam, levando, em vez de catorze mil homens, apenas seis mil; dois mil de cavalo, mil bèsteiros e três mil peões. Não era nada para vencer as hostes da moirama, que proclamara a guerra de exterminio.

D. Henrique era o chefe. Ia radiante. Em vez de avançar logo sôbre Tanger, desguarnecida, foi tomar Tetuão abandonada. O emir Çala-ben-Çala, vencido em Ceuta, era quem governava a região cobiçada pelos expedicionarios e recolhera na praça

TANGER ANTIGA

D. Pedro contrariava a partida; seria isto suficiente para levar a soberana a protegê-la? Afirma-se que o tentador lhe oferecera legar seus bens aos filhos dela.

Acabara-se por partir, em som de guerra, indo gerar-se a hecatombe.

D. Henrique aproveitara a mercê como um incitamento e solicitara uma hoste de catorze mil homens (*).

O exercito organizou-se, embora com menor numero de tropas do que sete mil homens, entre os quais havia bèsteiros de Granada.

D. Alvaro Vaz de Almada tomara parte na hoste e, no primeiro assalto, ao vêr os portugueses repelidos, entrara a praticar arrojos. Em Setembro de 1436 deu-se o ataque, no qual comandaram tambem D. Fernando, ansioso de se ilustrar, o marechal Vasco Fernandes Coutinho, o bispo de Evora, e o conde de Arraiolos. Foi impossivel abrir brecha nas muralhas; pelejou-se sob uma torrente de fogo, deixando-se no campo vinte e tantos mortos. Feridos eram já quinhentos. Deu-se o que o infante

(*) «Historia de Portugal».

D. Pedro profetizara. Surgiram mouros de todos os lados uns dez mil de cavalo e noventa mil de pé a cercarem os sitiadores, cortando-lhes o caminho do mar. Investiu-se, ainda, desesperadamente, o castelo com as escadas, mas, de novo, retiraram. O heroismo de coisa alguma serviu. Para defender o forte estavam lá os sitiados; para deter os portugueses chegava toda a mourama com os emires de Al Maghreb, reis de Fez, de Fafilet e de Marrocos, e um exercito cinquenta vezes superior ao dos infantes.

Estavam cercados e a fome começava a reinar no acampamento, ao cabo de seis dias. Os infieis exigiam a completa entrega do campo com sua gente, armas, bandeiras e quarteis. Em 13 de Outubro morria-se de fome e de sêde. Ao longe, os navios, coisa alguma podiam tentar contra as legiões dos mouros.

Chegaram as condições dos vencedores: retirada sem bagagens nem armas; Ceuta entregue ao seus antigos donos; cem anos de treguas com os Estados da Barbaria, ficando como refens o infante D. Fernando e levando os portugueses o filho de Çala-ben-Çala, o qual teria como caução Pedro de Ataide, Gomes de Avelar, Aires da Cunha e Gomes da Cunha.

D. Henrique indignou-se mas teve que obedecer. Apenas desejou ser ele o refém, em vez do irmão. D. Fernando recusou a troca; o conselho entendeu que, sendo aquele principe o chefe do exercito, não podia ali ficar. O cativo partiu com os mouros. O védor de Sagres deixara de insistir, talvez porque sonhava libertá-lo ou por se julgar muito necessario ao que andava visionando: as descobertas das regiões do misterio, de cuja existencia possuía o segredo ou o instinto pelo que lêra e ouvira.

O embarque fez-se tumultuariamente. Houve quem pagasse aos marujos para entrar primeiro a bordo das naus. Alvaro Vaz de Almada e o marechal Vasco Fernandes Coutinho aguentaram a retirada ante o inimigo, que atacava, faltando ao estabelecido. No fim, em cortesias, disputaram acêrca de qual deles seria o primeiro a tomar o batel, cheios de elegancia e de estoicismo. D. Henrique, cheio de vergonha, recolhia-se a Ceuta.

O irmão já estava sofrendo muito no interior da Africa cobiçada.

O Infante Santo — Logo que chegaram ás portas de Tanger, os prisioneiros portugueses foram insultados. Eram eles, além do infante D. Fernando, Rodrigo Esteves, marido de sua ama; o confessor Gil Mendes, o

INFANTE D. FERNANDO, O SANTO

colaço João Rodrigues, João Alvarez, secretario; mestre Martinho, fisico; os fidalgos refens do filho de Çala-ben-Çala, e um alemão, João de Lubica; além de Fernam Gil, guarda-roupa, e João Vasques, cozinheiro. Levaram-nos para o interior. Assim chegaram a Arzila, onde viveram sete meses. A morte ia dizimando o séquito real, e o principe, enfermo tambem, ouvia, diariamente, o seu guarda dizer-lhe que ou os portugueses entregavam Ceuta, ou ele o dava ao sultão de Fez, terrivel contra os cristãos.

Chamava-se Lazaraque e era um bárbaro; alçara-se ao trono por suas audacias; não conhecia a piedade. Ante a recusa da cedencia da praça, o infante e os seus foram conduzidos para Fez, entre injurias, infamias e lama dos caminhos. As populações agrediam-nos. Uma vez no lugar da punição, Lazaraque disse-lhes: «—Sois cativos de toda a mourama». Man-

dou-os cavar a sua horta e varrer as ruas. O filho de D. João I sofreu todas estas miserias.

O resgate do infante — Em Portugal os partidos degladiavam-se. Uns queriam a entrega do territorio, outros eram de opinião que se devia pagar ao mouro um resgate em ouro. Reuniam-se as côrtes em Leiria, no começo de Janeiro de 1438. D. João fôra a Ceuta vêr se podia comunicar com os carcereiros do irmão, oferecendo-lhes outro escambo. O rei, cada vez mais melancolico, exigia aos procuradores os votos por escrito. Muitos, acaudilhando D. Pedro e D. João, votavam pela entrega da fortaleza. Outros manifestavam-se-lhes contrarios, e o infante morreria, em Fez (1443), encerrado no seu carcere sob o dominio do moiro vencedor.

Fôra cativo sete anos.

CAPITULO III

O SONHO E A MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE

Além do Bojador — Os primeiros escravos — Caminhos da Guiné e Cabo Verde

Antilia e outras ilhas que se diziam entrevistas — A Antilia, ou ilha das Sete Cidades, aparecia, então, a todas as imaginações em crença abso-

MAPA DAS CANARIAS, ESTANDO NELE INDICADO A MADEIRA

luta como tendo sido o refugio dalguns bispos portugueses e de suas irmãs, fugindo á perseguição dos bárbaros e recolhendo-se naquele territorio maravilhoso e cheio de tanto misterio que fascinava.

Ilusões de mareantes, fantastica concepção de poetas, imaginárias ou, simplesmente, a necessidade de mergulhar as almas no fabuloso, criara aquela lendaria ilha.

E após o descobrimento da Madeira e Açôres, enquanto os mapas mentiam dando-as por anteriormente descobertas, como se isso fôsse possivel sem as explorarem, redobravam as noticias acêrca das tais regiões de encanto a excitarem os marinheiros.

Todavia, nem tudo seria, talvez, visões de espirito, sumidas nas neblinas. Muito mais tarde, acreditou-se na ilha na qual D. Sebastião se refugiara e de que largaria numa manhã de nevoeiro.

O Infante, instado por tantas vozes que lhe falavam dessa terra, entrevista por uns, e, por outros ambicionada, decidira enviar alguns navios para o ocidente, dizendo-se irem em busca de Cipango (Japão).

Era um desejo permanente de descobertas seguindo o grito de guerra do chefe, que parecia ecoar nos mares:

— Mais além! Mais além!

E pretendia-se seguir nas direcções das ilhas misteriosas, de que ele os desviava, preferindo o lado prático do territorio de Africa.

Todavia, a lenda não ficaria perdida.

O Rio de Oiro — Afonso Gonçalves Baldaia, copeiro do infante D. Henrique e o melhor dos colaboradores de Gil Eanes na passagem do Bojador, fôra indicado para a exploração das aguas e regiões além da ponta de terrores, vencida pela au-

dacia dos navegantes. Era em 1436, dois anos depois do primeiro feito, quando encontrara rastos de homens e camelos. Chegou a uma terra que julgou favoravel para análise das gentes e mandou desembarcar dois cavalos, conduzidos de Lagos para o efeito, entregou-os a Heitor Homem e Diogo Lopes de Almeida, jovens, de dezassete anos, a fim de penetrarem na região.

Passadas algumas horas toparam um grupo de indigenas armados de rudimentares azagaias, pondo-se em fuga para, entrincheirando-se nuns rochedos, dispararem contra os brancos.

Devia causar-lhes grande impressão este primeiro contacto com os homens de outra raça, mas sua valentia demonstrou-se ao combatê-los. Um dos rapazes foi ferido num pé. Regressaram a bordo, e, no dia seguinte, o proprio Baldaia, com sua hoste, saltou na territorio com alguns dos seus companheiros, e, embora encontrasse objectos deixados pelos fugitivos, não viu sinais de nenhum deles. Começou o trabalho insano e perigoso de bordejar a região, mais de cinquenta leguas para o sul encontrando uma grande rocha em configuração de barco. Denominou-a de Pedra da Galé. Descobrira o Rio intitulado de Oiro. Apossou-se de rêdes de cascas de arvores, mas nem um só habitante pôde haver ás mãos. Passara cento e setenta leguas além do Bojador.

D. Henrique devia referver em impaciencia. Agora, que chegara a tão belos resultados, paralisava-se-lhe a obra.

D. Duarte falecera (1438). Tumultuar-se-ia, mais tarde, no reino — á custa da intriga preparada pelo duque de Bragança contra D. Pedro, Regente — na maioridade do sobrinho, D. Afonso V. Não estalara ainda a grande convulsão.

O Infante organizava novos trabalhos. Iam dois barcos ao Rio de Oiro buscar azeite feito das peles dos lobos marinhos.

Depois, em 1441, o guarda-roupa do principe, Antão Gonçalves, empregado nesses trabalhos da factura e transporte do oleo, deliberou fazer mais alguma coisa. Combinou com Afonso Guterres, seu companheiro, e dirigindo-se aos vinte e um tripulantes disse-lhes não serem dignos dos lances, por outros praticados, as poucas obras que realizavam e falou-lhes em tomarem ao menos um indigena, com que mostrariam ás gentes ser, na verdade, habitada a terra onde tinham chegado.

Internaram-se nas selvas Antão Gonçalves e mais nove do seus; seguiram pègadas, depararam com sinais frescos da passagem humana. O varinel seguia ao longo da baía, julgando navegar num novo rio. Percorridas quatro leguas viram um homem, armado de duas azagaias, e seguindo um camelo. Lançaram-se sôbre ele e, ligando-o, rejubilaram. Um grupo avançou; os portugueses tomavam uma negra. Era moira escrava dos indigenas.

Ao chegarem ao porto, onde tinham deixado o seu navio, rejubilaram, pois fundeara lá outro do comando de Nuno Tristão, que o Infante enviava para continuar a descoberta para além da Pedra da Galé.

Cabo Branco — Á vista do cativo deliberou sobrepassar a proeza do compatriota. Eram assim os portugueses daquele tempo. Animou-o mais a decisão de outros dos seus camaradas Gonçalo de Sintra e Diogo Aires Valadares. Deviam ir á busca de outra gente. O interprete que o navegador levava não entendia o preso. Saltaram mais longe, em terra. Tomaram um bando e o seu chefe, que falou com o lingua. Disse-lhe serem azenegues. Habitavam a costa do Sahará, entre a de Marrocos e a da Senegambia.

Pediam as tripulações para se armar cavaleiro a Antão Gonçalves, o qual recusou, chamando-se, todavia, ao lugar onde estavam: Porto Cavaleiro.

O interprete dirigiu-se a terra a fim de tratar com os outros indigenas, retendo-lhe seu principal, de nome Andahú. Ficou prisioneiro, por sua vez, o enviado, e era tal a pressa de apresentarem as presas ao Infante, que se deliberou a partida do primeiro dos barcos com o carregamento, ficando o de Nuno Tristão para continuar essa viagem. Limpou-se o fundo da embarcação, fizeram-se-lhe consertos, e passando ante a Ponta da Galé e divisando uma proeminencia muito clara, verificou o promontorio, chamado, desde logo: Cabo Branco (1441).

D. Henrique acolheu os negros com verdadeiro jubilo. O chefe Andahú, ansioso de regressar á sua terra, falara, aos linguas, em resgate. Era uma mercadoria que o principe não devia desprezar. Sentia-lhe todo o valor. Caçar homens em regiões até então por trilhar, negociando com eles, ou dominando-os, seria fonte de riqueza para o país, que já dotara com o esplendor de tão surpreendentes descobrimentos.

Participou ao papa Eugenio IV o que praticara e solicitou-lhe indulgencias para as vitimas de tais empresas. Sem as bulas papais não valeriam em poder dos descobridores as suas possessões e logo se começou tratando de obter aquele beneplacito.

O Regente doava ao irmão o quinto de todas as presas. Ninguem poderia navegar nos mares além do Bojador sem licença do Infante. Assim se decretara em nome de D. Afonso V.

Os cativos deviam ser baptizados, e como Andahú continuasse propondo para o deixarem partir, consentiu-se que Antão Gonçalves o reconduzisse, vendo se penetrava mais no país e, enfim, se descortinava onde vivia o celebrado Prestes João, o qual, segundo a lenda, praticava na lei cristã entre os seus vassalos infieis.

A vista daqueles indigenas, trazidos até ao Algarve, gerava o pensamento de se armarem, em Lagos, muitos barcos, sob a égide do principe, a fim de irem em busca de escravos e produtos das regiões, formando-se uma especie de companhia na qual entravam, com Lançarote, almoxarife real, Gil Eanes, consagrado pela passagem do Bojador, Rodrigo Alvares, navegador como João Bernaldes, participando, igualmente, o dono de navios João Dias, além do fidalgo Estêvão Afonso.

Iriam á exploração. As descobertas, que os invejosos taxavam de inuteis, por falta de resultados praticos, iam começar a ser uma fonte de riquezas.

Já Antão Gonçalves largara, de novo, com um cavaleiro alemão Baltazar, que chegara atraido pela fama dos feitos dos portugueses quando da investida sôbre Ceuta. Acompanhou aquela viagem ao Rio de Oiro onde Andahú foi desembarcado. Nunca mais apareceu o chefe azenegue. Naturalmente os seus vassalos disputaram-lhe os riquissimos trajos que D. Henrique lhe oferecera e quem sabe se o mataram. Os homens eram, como hoje, os mesmos sob todas as latitudes. A cobiça desenfreada gerava os crimes que os civilizados iam mascarando de nomes pomposos e para os quais os barbaros não careciam disfarces.

Nuno Tristão, prosseguindo nas suas derrotas, passara além do Cabo Branco, descobrira a ilha de Gete ou Ghir, como os indigenas a intitulavam, e que os portugueses chamaram, depois, Arguim (1443). Outra ilha, povoada por muitas garças, recebeu o nome destas aves, sendo ali perto tomados alguns homens, com que o barco se volveu a Portugal.

Da costa do Saharà ia passar-se á da Senegambia.

Os barcos da companhia de Lagos lançavam-se na caçada dos indigenas, que vinham para o reino em grandes quantidades, seguindo-se a tradição da compra e venda de vencidos, em uso na Europa.

O que nos parece acto de pirataria estava absolutamente dentro dos costumes da epoca, pois sempre se transaccionara com as presas de guerra desde os fenicios aos romanos e nas eras consecutivas, sem que a Igreja impedisse aquele tráfico.

Agora já os portugueses, escandalizados com as despesas feitas em Sagres, viam os resultados pingues da descoberta. Podiam continuar-se, enriquecendo-se. O fogo que animara D. Henrique desde a mocidade acendera-se mais.

Cabo Verde — Entre os familiares do Infante havia um, de nome Deniz Fernandes. Pedindo uma caravela a seu amo, o qual bem o estimava por serviços feitos no tempo de el-rei seu pai, conseguiu avançar para o lado dum promontorio, o qual já fôra avistado por Nuno Tristão ao passar para lá da ilha que descobrira, a das Garças. Ante a nova terra, intitulou-a de Cabo Verde e desembarcou no territorio insular de Beziguiche (1445).

Havia quem afirmasse serem ali as Gorgonas ou Gergades, dos antigos, as celebradas e fabulosas ilhas das Hesperides.

Começara a navegação da campanha de Lagos, que com grande numero de navios se arriscavam a novos lances, embora de sentido mercantil.

Juntaram-se aos catorze barcos do comando do almoxarife Lançarote, caravelas doutros portos, entre os quais alguns da Madeira, ás ordens do antigo navegador das primeiras descobertas, João Gonçalves Zarco. Parecia uma corrida de desafio para o ignoto, e Alvaro Fernandes, sobre-

ANTIGO MAPA DE CABO VERDE

passando os outros, atravessou para lá dum promontorio, denominado de Cabo dos Mastros, talvez porque os arvoredos que o povoavam á beira de agua lembravam alguma frota lá fundeada.

Era, esse capitão, sobrinho de Gonçalo Zarco, tendo trabalhado mais com intuitos cientificos que nos de interesse pecuniario. Prosseguiria até a embocadura de Tabié, além de Cabo Verde, e ante o gentio brutal não hesitara em desembarcar, voltando a Lagos ferido por uma seta hervada. Recebeu duzentos dobras de ouro por ter avançado mais quarenta leguas do que os seus predecessores.

Como se vê, tambem se premiavam os que não navegavam por negocio em busca de fazer cativos para lidarem no campo, servindo os amos, como sucedera com os moiros do continente. Havia entre estes «alguns arrasoados brancos, formosos e airosos, outros menos brancos que queriam semelhar pardos, outros tão negros como etiópios, não desafeiçoados assim nas caras como nos corpos» (*).

Intensificava-se o tráfico mas tambem se ia tentar o avanço para outras regiões. Sonhava-se com grandes riquezas de que se ouvia falar, mais frequentemente, aos cativos.

Gonçalo de Sintra partira, por ordem do amo, em busca do que devia ser a Guiné. Era em 1445. O navegador preferiu o lucro do negocio á gloria de se adiantar em novas regiões e fundeou em Arguim para se lançar na perseguição de indigenas. Fugiu-lhe o interprete, um azenegue que, tendo estado em Lagos, fingira submeter-se para encontrar a liberdade. Desta vez a ambição recebia o castigo. A gente do país assaltou os ousados, que foram mortos. Lá ficaram, além de Gonçalo de Sintra, variados seus companheiros.

Antão Gonçalves, Diogo Afonso e Gomes Pires buscavam entender-se com os habitantes do Rio de Oiro em negocios comerciais e outros tratos. Recebidos hostilmente, nem assim conseguiram lançar o desanimo

AFRICA, SEGUNDO UM MAPA ANTIGO

no espirito do seu camarada João Fernandes, que lhes pediu para ficar ali, a fim de aprender os dialectos do país e inteirar-se dos seus costumes. Teimara; decidira, senão impôr-se, captar os indigenas. Era um admi-

(*) Gomes Eanes de Azurara, «Cronica do descobrimento e conquista da Guiné».

ravel sacrificio. Lá o deixaram e, ao cabo de sete anos, quando Antão Gonçalves falara ao Infante em ir procurá-lo, foi-lhe concedida a licença e mais dois barcos do comando de Diogo Afonso e Garcia Homem. Depararam com o heroi na fronteira ao sul de Arguim. Conquistara, pela brandura, a amizade dum grande chefe azenegue, Alinde Maymon. Vira com precisão, avaliara como um verdadeiro talento e, ao relatar a D. Henrique o facto de seu conhecimento, muito serviu aos raciocinios do impulsionador.

Observações sôbre os azenegues — O que se sabia de ciencia vaga vinha a prática confirmá-lo e João Fernandes ficava em Sagres, dando o seu conselho até á hora de ser empregado nas negociações com os azenegues.

Não fôra muito facil a tarefa de o domar o chefe. Revestindo-o de tunica igual á do seu uso começara a tratá-lo bem.

Viviam de apascentar gados; eram nómadas naquela terra sem recursos de outra vegetação além de palmeiras e espinheiros. Bebiam agua dos rios, improvisavam poços nas areias. Moiros, seguiam a religião muçulmana; denominavam-se berberes, azenegues ou alarves.

Estava-se, enfim, tomando conhecimento directo das tribus a que o infante D. Henrique tantas vezes se referira após suas conversas com a moirama de Ceuta.

Do que lhe escutara improvisou cabedais que João Fernandes vinha completar.

Batiam-se, os hospedeiros do português, contra gente negra; tomavam-nos e iam vendê-los á moirama, com cujos habitantes largamente negociavam. Sòmente por mar nunca ninguem tinha chegado àquela região onde o audacioso se internara confiado nos seus ardis e manhas. Tambem iam traficar a Tunis, entregando os cativos a mercadores cristãos a trôco de viveres e objectos de que careciam.

Possuiam excelentec camelos, oiro, escravos, cabras. Caçavam as gazelas e as antas. O país avançava até á Terra dos Negros por um lado e até ao Mediterraneo por outro, indo assim até Tzarca, no fim da Tunisia.

O sustento destes povos era baseado quasi todo em leite e sementes silvestres e os da beira-mar nutriam-se de peixe cru. Os chefes possuiam cavalos, eguas de criação e montavam em belos xaireis. As mulheres enfeitavam-se com argolas e brincos de oiro. Estas eram as ricas; as pobres andavam nuas mas de rostos tapados. O comercio do oiro, lã, manteiga e azeite de lobo marinho é que os sustentava.

A conquista da Guiné — Quando Nuno Tristão, em 1446, partiu para novas empresas avançara sessenta leguas passado Cabo Verde. Quis desembarcar mas as aguas impediram-lhe a tentativa, recebendo tão cerrado ataque dos negros, com setas envenenadas, que lá sucumbiu mais dezanove dos seus axiliares nesse lance.

Ao lugar onde se julga terem perecido estes ousados navegadores se pôs depois o nome de rio Nuno.

Chegara-se a Senegambia ou Terra dos Negros, a Guiné, da qual havia noticias e que significava «quente e árida». Os antigos colocavam nesta região os povos Perositenc, Etiopes, Africerones e Dervici.

Os indigenas eram negros, elegantes, magros. Viviam em convivio com tantas mulheres quantas podiam sustentar e afirmava-se que sua região estava cheia de oiro e marfim. E falava-se do país dos Jalofos, de novo evocador de misterios.

O pessoal que escapara nas caravelas de Nuno Tristão desconhecia as coisas do mar. Pediu-se a um grumete que guiasse o barco; ele, porém, não era mais sabio na arte de navegação. Logo um moço de Olivença, de nome Aires Tinoco, se improvisou comandante e seguro ao leme lá conduziu as tábuas da derrota, ao acaso, sabendo por um corsario galego ter chegado a Sines. Servira-o o Deus dos mareantes.

Os homens da campanha de Lagos não desistiam de seus fins mesmo ante os maximos obstaculos e nove dos seus navios partiram sob a chefia de Gil Eanes, Estêvão Afonso, João Bernaldes, Lourenço de Elvas e Fernando Valente, pretendendo chegar á Guiné. Juntaram-se-lhes na Madeira mais duas embarcações com Tristão Vaz, capitão do Machico, o genro de Zarco, Garcia Homem. Iam aproar á ilha de Palma, mas alguns dos barcos retornaram, seguindo os

de João Bernaldes, que traficava por conta do bispo do Algarve, e o de Estêvão Afonso.

MAPA DA VELHA GUINÉ

Entrando no rio da Geba, onde travaram combate com as grandes tribus, foram obrigados a retirar para Arguim, a receberem cativos. Tinham atingido a Guiné, mas só se volveram a Portugal Henrique Lourenço, Afonso, Fernando Eanes, e Diogo Gonçalves.

Tambem Gomes Pires e João Go-

rizo, criado do Infante, foram ao Rio de Oiro, sempre em busca do tráfico com os mouros esquivos.

Ante as dificuldades para tais negocios mandou D. Henrique que João Fernandes se entendesse em Sus, Marrocos, com a gente do comercio, a fim de entrarem nos negocios de escravos e produtos da terra africana. Até lhe enviaram um leão.

Começava a espalhar-se muito sangue nestas empresas. Quando se ia comerciar de boa fé, descansados, caíam em ciladas os negociadores; em som de guerra do mesmo modo havia perdas.

A epopeia enchia-se de sepulturas.

A milicia nova — O infante D. Henrique, ligado aos preceitos da Ordem de Cristo, era um fervoroso defensor da Igreja. Detestava os infieis e para os combater fôra a Ceuta. Estavam ligados todos os cavaleiros ao mesmo juramento e a cruz sanguinea da bandeira branca, desfraldada á pôpa das caravelas, era um desafio, nos mares, ás meias luas da moirama. Novos navios da fé, sucediam aos dos Cruzados, aos dos Templarios.

Barcas, varineis, caravelas, urcas e as naus, seriam as fortalezas flutuantes nas aguas, destinadas a impor a supremacia da religião cristã nas paragens descobertas Era este mesmo o seu melhor e mais seguro significado.

Bastavam, porém, os pilotos, guerreiros e mareantes para o efeito de conduzirem a Lagos e a Lisboa os escravos que o principe mandava baptizar, vendendo-os, depois, como se traficasse almas.

Mas era o costume do tempo. A Igreja não proibia aquele tráfico.

Sòmente não apareciam, ainda, a bordo, os componentes das ordens religiosas existentes no país, sendo as principais de dominicanos e franciscanos. Ou D. Henrique não os consentia nas suas obras ou os religiosos tinham julgado melhor continuar doutrinando no reino.

A brava milicia descobria, conquistava, fazia cativos, e entregando-os á fé, isso lhes bastava para a salvação de suas consciencias.

É necessario analisar o espirito do tempo como ele era, não sendo possivel aquilatá-lo pelos principios de hoje.

O escravo era o vencido que se cristianizava tornando-se pertença do senhor, que lhe impunha religiões e deveres.

A empresa era de tal magnitude que nem só os novos, afeitos ás coisas do mar, acórriam a pedir ao Infante um lugar nas suas caravelas.

Soeiro da Costa, capitão de D. João I e um dos doze fidalgos que foram a Inglaterra defrontar as damas ultrajadas (*), ganhara larga fama nas batalhas. Cobrira-se de gloria em Monviedro, no cêrco de Balanguer, em Azincourt, Vallemont, Mussegur e Soissons. Os reis estrangeiros tinham-no intitulado par dos seus melhores capitães. Voltara, velho e saudoso das pelejas. Recebera do infante D. Henrique os favores que ele prodigalizava aos homens ilustres, sempre no intuito de os captar, e, assim, o alcaide-mór de Lagos, o veterano de tantas guerras na Europa, se embarcara na frota dos mercadores comandada por Lançarote, indo bater-se a Arguim.

Combateu como um moço, adiantou-se nos mais arriscados lances e quis ser armado cavaleiro daquela milicia nova, ele que jamais acedera a receber a honraria das mãos dos monarcas que servira.

Sagrou-o um dos seus companheiros na luta, o comendador de Aljezur, Alvaro de Freitas, assistindo-lhe Gonçalo Pacheco, outro navegador e guerreiro, bem como Deniz Enes de Gram, da casa do infante D. Pedro.

Depois da investidura pelejou heroicamente em Tider e sua caravela não foi das que carregou menos presas para a vila da sua alcaidaria.

Com semelhantes exemplos não era facil entravar a rota audaciosa do infante de Sagres.

Naquele ano de 1446 estava conhecida a Senegambia e a Guiné de Cabo Verde.

Sucediam, porém, graves acontecimentos no reino, ante os quais se ia demorar o prosseguimento das descobertas.

Em 1449, o infante D. Pedro, regente do reino, morria em Alfarrobeira a combater contra o sobrinho e genro, D. Afonso V, tendo o infante D. Henrique acaudilhado, por suas

---

(*) «Historia de Portugal».

gentes, as hostes reais (*). Obedecia ao impulso de, auxiliando o monarca, melhor o poder conduzir, depois, para novas tentativas, exercendo vasta influencia no seu animo juvenil.

Sacrificaria todos os afectos ao seu sonho tornado em lucrativa realidade, mas tambem na aureolada empresa, a qual prepararia aos portugueses a maxima gloria de descobrirem novos mundos.

Cadamosto e Veneza — Viera a Portugal um aventureiro veneziano que pretenderia chamar a si parte dos feitos dos portugueses.

Veneza era a republica senhora de todos os negocios do Oriente. Desde a invasão de Atila até á instituição dos seus doges limitara-se a observar o mundo, mas, no ano de 1202, expandira-se de tal maneira que ocupava a Albania, o Peloponeso, fundara colonias no mar Negro, apoderara-se de Creta e, quando o seu viageiro Marco Paulo revelara melhor as grandezas do Oriente, apesar de todas as lutas travadas no interior, não deixara de se movimentar, exercendo verdadeira influencia nos mares, tornando-se o emporio dos negocios maritimos e aumentando, sucessivamente, os seus dominios. Assenhoreara-se de Durazo, Alessia, Scutari e Lepanto, chegando ao apogeu da sua preponderancia colonial no Oriente, em 1426, quando os portugueses começavam a tatear os mares, sonhando com a Africa. Vinte e oito anos depois os doges perdiam Tessalonica e tinham celebrado a sua paz com os turcos (1454) quando Cadamosto se dirigiu para Portugal, talvez enviado pelo seu governo, a fim de esculcar os grandes trabalhos que se estavam realizando e os quais, porventura, já inquietariam os venezianos, depois tão ciosos dos progressos dos portugueses causadores da sua futura ruina.

Em 8 de Agosto de 1454, saindo da sua patria, a bordo duma galé, Luiz de Casa de Mosto chegara ao Cabo de S. Vicente, indo o feitor — espécie de consul da serenissima republica — a bordo, a fim de entrar em negocios. Chamava-se Patricio Conti, o agente de Veneza; acompanhava-o o secretario de D. Henrique, Antonio Gonçalves. Conversaram largamente e os estrangeiros viram, com o açucar da Madeira, o sangue de drago, vinhos e outros produtos das terras recém-descobertas.

O moço Cadamosto mostrou um enorme entusiasmo e desejou saber se poderia embarcar em navios portugueses, a fim de vêr as regiões de tantas maravilhas.

D. Henrique acolheu o veneziano de bom grado. Gostava de atrair os que pudessem trazer-lhe quaisquer ideias e como aquele mancebo provinha do país detentor do alto comercio dos mares orientais, fôra, talvez, a razão maxima das suas atenções.

Alistava-se sob as suas bandeiras. Concedera-lhe o direito de viajar numa caravela, de quarenta e cinco toneladas, na qual o guiava Vicente Dias de Lagos, que era um belissimo piloto e navegador experiente. Em 1455 passaram a visitar Cabo Branco e Arguim, onde o Infante já possuia uma fortaleza e feitoria para troca de produtos do reino por generos e escravos, trazidos estes pelos Alarves, com o oiro, pelo qual recebiam trigo.

Cadamosto, filho duma raça artista e douta, com longo estadio cientifico no mundo, sabia escrever, o que faltava aos capitães portugueses. Os navegadores mal traçavam as linhas de seus nomes e alguns talvez de cruz assinassem. Tampouco a mór parte deles se comprazia em relatar as proezas e aqueles a quem as contaram não fizeram parte das suas tripulações.

Daí a vulgarização da obra que o marinheiro estranho escreveria num idioma muito mais espalhado que o nosso. O assunto tentava. Em todos os seculos se amou quem desvendasse misterios; e ele, transformando umas coisas, balsonando, petulante noutras, pondo algumas em certezas, daria, por vezes, mais informações, apesar da sua obra só vêr a luz quando a epopeia nacional chegava á maxima florescencia (1507), isto é, cinquenta anos depois de suas viagens em caravelas do Infante. Possivelmente o livro servira de indicador secreto á serenissima republica de Veneza.

Errava as datas numa sequencia espantosa e segundo os seus trabalhos julgar-se-á ter passado primeiro nalgumas paragens do que os proprios portugueses.

Ele partiu com Vicente Dias, em 1455, que dezanove anos antes já na-

(*) Historia de Portugal.

vegara pelas regiões a visitar, bem assim como já se descobrira toda a costa africana para lá do Bojador e Serra Leôa.

Iam em exploração, mas guiava a caravela o experiente português. O estrangeiro contaria que soubera do imperio de Melli, e no rio Senegal, confundido por ele com o Niger, conhecera um portentoso chefe Zucholin, e logo, mais adiante, outro, o Budemel, que o conduziu ao interior do país, tratando-o muito bem. No regresso á costa deparou com mais dois barcos de Lagos, num dos quais ia um genovês, Antonio de Nolla, alcunhado de Uso di Mare ou Antoniot Usidimare, que entrara ao serviço de Portugal. Seguiram, as três embarcações, além de Cabo Verde, na baía de Bezeguiche (Goréa actual) e entraram num rio que denominaram Barbacini (o Salum dos nossos dias).

Foram navegando cautelosamente, de dia, afastados de terra; ancoraram bem, e tendo encontrado um vasto rio, de Senegal o trataram, quando não era o Joombas.

O interprete negro que pôs pé em terra recebeu a morte. Os indigenas torturaram-no; houve combate, no qual teve acção de lustre um filho de Nola.

Penetrara-se na Gambia. Os habitantes da região eram ferozes. Finalmente fizera-se uma viagem de reconhecimento ás terras descobertas por Deniz Fernandes, Alvaro Fernandes e Nuno Tristão.

Após a sua volta a Portugal, os dois esrangeiros, Antonio Nola e Luiz Cadamosto, deliberaram, segundo este escreveu, equipar duas caravelas e irem, por sua conta, tentar as travessias e o negocio.

Obtidas as licenças, foram assaltados por violento temporal em Cabo Branco e andaram por mar ao acaso. A temperatura soprava de sudoeste; viraram a noroeste, asseverando terem deparado com uma ilha e logo outras três a sotavento e mais para as bandas do poente. Julgaram-nas desertas, como a primeira a que tinham, em seus dizeres, aportado acrescentando irem mais tarde outros reconhecer as insulas, em numero de dez.

Doavam-se assim a descoberta de Cabo Verde, tendo intitulado uma de Boa Vista e a outra de Sant'Iago, deixando o resto.

Demonstrou-se ser impossivel; a inverosimilhança de tal caso manifesta-se até pela situação geografica das terras que propalaram ter encontrado. Não é visivel da Boa Vista a ilha de Sant'Iago, que fica a mais de vinte e cinco leguas para sudoeste. Á mesma distancia, a oeste, fica a de S. Nicolau.

O descobridor destas regiões foi Diogo Gomes, em 1460. Ele proprio relatou o viagem á terra dos Barbacins, dizendo ter levado dez cavalos. Obteve autoridade de D. Afonso V sôbre todas as caravelas encontradas nos mares, a fim de dominar das bandas da Guiné os navios que por lá andassem.

É que no negocio em que todos se envolviam fazia-se o tráfico de armas com os moiros num contrabando lucrativo mas que ia dando aos indigenas maiores probabilidades de defesa. Devia aprisionar os que visse em tais preparos. Em Barbacim ele topara dois barcos, um de Gonçalo Ferreira, antigo criado do Infante, e o outro do genovês Antonio de Nola. Prejudicavam o comercio, pois barateavam a mercadoria. Até então os indigenas davam doze negros por um cavalo; após a chegada daqueles só queriam pagá-lo com seis escravos.

Restabelecera a ordem no negocio. Anunciara-se a vinda dum tal Frado, comandando uma caravela carregada de bons generos a fim de se entender com os moiros. Foi mandado Gonçalo Ferreira a Cabo Verde com o intuito de apresar o barco do negociante. Enquanto aquele capitão velejava para Portugal, o agente real, acompanhado pelo genovês, largou de Zaza, indo deparar com diversas ilhas. O português faz textualmente a sua narrativa: «como a minha caravella era mais veleira do que a outra abordei eu primeiro a uma d'aquelas ilhas e vi areia branca e pareceu-me um bom porto; e ali fundeei e o mesmo fez Antonio. Disse-lhes eu que desejava ser o primeiro a desembarcar e assim fiz. Não vimos rasto d'homem e chamámos á ilha Sant'Iago por ser descoberta no dia do santo. Ali pescámos grande abundancia de peixe. Na praia encontrámos muitos passaros extranhos e correntes d'agua fresca. Os passaros eram tão mansos que os ma-

tavam com bordões e havia lá muitos gansos. Havia tambem uma grande abundancia de figos.»

queimado com a espada e o oiro, depois de lhe aplicarem tortura.

Foi, pois, aquele piloto Diogo Go-

MAPA DE CABO VERDE, DO SECULO XVII

No regresso a Portugal soube que o Prado dos contrabandos tinha sido

mes o descobridor da primeira terra caboverdeana, cujas outras ilhas se

apelidariam: Fogo, depois S. Filipe; Maio, S. Cristóvão, Boa Vista, Sal, Brava, Santo Antão, S. Vicente, tendo sido encontradas, de seguida, por marinheiros ao serviço do infante D. Fernando, a quem seu irmão D. Afonso V as doara.

Constituem o arquipelago dez ilhas, assim situadas: ao noroeste, Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia e S. Nicolau, com os ilheus Branco e Razo; ao nordeste, Sal, Boavista, e o baixo de João Leitão; ao sul, Maio, Sant'Iago, Fogo e Brava, e os ilheus secos.

Pouco restava de verdadeiro na historia de Cadamosto, o qual, na realidade, quando da sua ségunda viagem (1457), ao subir o Gambia, se encontrara com um chefe de nome Batimansa, e ao sul da sua rota viu um rio a que chamou Casamansa, em honra do soba regional.

D. AFONSO V

Eram as paragens por onde tinham

navegado Alvaro Fernandes, e que o estrangeiro apenas verificara, chamando Sant'Ana a outro dos rios (actual Cacheu); S. Domingos (ao hoje denominado Jata) e passando um cabo, apelidando-o de Roxo.

As vitorias de Africa — O infante D. Henrique, não contente com as sucessivas descobertas, ainda queria mais vitorias e terras em Marrocos. Impelira o sobrinho, que determinara ir bater os infieis. Acompanhou-o e ao infante D. Fernando, irmão do soberano.

Em Alcacer-Ceguer, além de Tanger, bastante fortificada, fizeram um desembarque, tendo o velho védor de Sagres comandado tão rijamente que em breve se estava de posse da cidade. Os moiros sairam, com as suas riquezas, e a mesquita foi crismada de Santa Maria da Misericordia. A capitania pertenceu a D. Duarte de Meneses, filho bastardo de D. Pedro de Meneses, conde de Viana, notabilissimo fronteiro de Ceuta. O monarca, que denominariam o «Africano», adoptara os seguintes titulos: «D. Afonso, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, senhor de Ceuta e de Alcacer, em Africa.

O rei de Fez acorrera, com grandes fôrças, para libertar a cidade, que se fechara, sofrendo D. Duarte de Meneses o assédio até chegar o socorro que se prometera do reino. Faltavam os mantimentos e até as munições quando o governador mandou fazer uma sortida. A moirama, ao ver os cavalos, que imaginara terem servido de viveres aos adversarios, levantou o cêrco, receoso do auxilio que se esperava de Portugal.

Voltaria, porém, com fôrças maiores ao tempo da chegada de D. Isabel de Castro, esposa do chefe, que foi a enfermeira dos feridos e verdadeira encorajadora dos cavaleiros. Seu marido batia-se de novo, brilhantemente. O segundo cêrco foi levantado e ele recebeu o titulo de conde de Viana.

A carta de Fra Mauro — Uma nova alegria devia lenitivar o animo, porventura entenebrecido, do Infante. Talvez por sua indicação, o rei solicitara uma cópia do mapa-mundo, trabalho do monje Fra Mauro, que se encontrava no convento de S. Miguel Murino, junto a Veneza. Foi, com efeito, enviado para Lisboa, em 1459, marcando-se nele os descobrimentos de Marco Paulo e os dos portugueses: Cabo Verde, Cabo Roxo e o golfo da Guiné.

A Africa não apresentava ainda os contornos exactos, mas, no sul da costa, colocara Sofala, denominando-a Madagascar, que os arabes do oriente, vindos de lá, tinham avistado; conhecendo aquela primeira ilha dizia diminuindo a distancia da Asia á Europa, e perto dos Açores desenhara umas ilhas dando-lhes os nomes de São Brandam, Antilia e Brasil, naturalmente tendo de ouvido estas designações por causa das lendas das Canarias, que chamavam tambem Ilhas de S. Brandão.

Brasil era o nome do pau que lá se encontrava e empregado na tinturaria. Enquanto á Antilia, o monje conheceria a ordem dada pelo Infante em 1431, quando mandara navegar para o ocidente. De resto, ela andava na tradição portuguesa desde 1424.

Os olhos experimentados de D. Henrique não se enganariam, sòmente sua alma se dilataria de prazer vendo ali marcado o que descobrira e as terras asiaticas na sua rota. Era mais um incitamento. Para outros, sê-lo-ia aquela série de ilhas que o frei distribuira no seu mapa sob nomes outrora dados ás regiões das Canarias e á lenda portuguesa de Antilia.

A morte do infante D. Henrique — Quando chegaram á Patria, o infante D. Henrique sentiu sua vida extinguir-se. Realizara uma grande obra e cerrara o coração a tudo que não lhe dissesse respeito.

Rijo, duro, virgem, não conhecendo o amor das mulheres, dir-se-ia que mal compreendera o de sua mãe.

Vivera para a gloria de descobridor. Havia no seu espirito um grão do estoicismo dos velhos normandos, a insensibilidade moral do avô, duque de Lencastre, mas que colocara mais alta que a do gerifalte britanico. Para ele só existiam a Africa e seus misterios. Desvendá-los, constituiu o seu fim. Primeiro, porém, quisera bater-se; renovar as proezas dum Galaaz, entregar-se integralmente á guerra, exterminando o moiro. Filho de rei, queria repetir os feitos do condestavel, imitando-o, sendo, porém, menos quebradiço do que ele

em materia de amor. Repelia-o. Seria de futuro um monje?

Mas que era ele sob o seu burel, o chapeirão, a vida modestissima e rude no seu cenobio de Sagres?!

Ainda não lhe ardia na mente o sonho e já se mostrava mais dado á gloria de bem combater do que á propria familia.

Deixara a mãe moribunda e, mandando içar sinais nos topes dos mastros das caravelas, ao toque de trombetas, desferrava para a luta, através dos mares, sem lagrimas, rigido, severo.

Bateu-se; escutou as novas dos misterios e apenas nelas pensou. Entregue ao seu intenso desejo, dele faria a sua maior razão de viver.

Que lhe importavam as vidas, possivelmente a perderem-se, se era necessario para o seu animo saber o que havia nesses oceanos tenebrosos?

— Mais além! Mais além! gritava ele e ficava-se, na ponta do rochedo, interrogando os espaços, as aguas, as algas, os limos, os restos dados á costa com as conchas; interpelava as aves, os odores de que a marezia o impregnava e, talvez, aos ventos, como se lhes conhecesse a linguagem de horrores e de caricias.

Foi de novo á terra de Africa. Deixou o irmão cativo. Quis entregar-se, é certo, ficando lá em vez dele, mas, á recusa da moirama, partiu, sentindo ser precisa a sua acção no reino.

O mais novo foi sofrendo no ergastulo do rei barbaro; ele diria, consigo, ser proprio de principes portugueses dar alguma coisa de si mesmos ao futuro do reino, o qual estava nesses mares por onde as caravelas iam traçando novos trilhos.

Acusavam-no de dispender muito dinheiro com aquele anseio, e a sua alma abriu-se, floresceu, desencortiçou-se-lhe o rosto ante os primeiros produtos das terras de Africa: os escravos!

Homem que não deixara de largar para uma batalha tendo sua mãe a finar-se, coração que mal se turbava ante um ser do seu sangue prisioneiro numa estrebaria, preferindo-lhe as pedras duma fortaleza; alma que não se intimidava ás ameaças de prodigalizar o dinheiro por uma teima vã, como sentiria as dôres dos cativos?

Alegrava-se ao recolher as presas. Elas justificavam a sua persistencia.

E a avareza chegou-lhe com um influxo estranho, formidavel, ardoroso. Queria o oiro dos escravos e das mercancias, talvez para adquirir mais mapas raros e caravelas, pagar a estrangeiros, atulhando de oiro seus cofres, para que o país, calado ante a evidencia do sucesso, o julgasse com inveja mas longe do desdem.

D. Duarte, o irmão, o rei, admoestava-lhe a avidez do lucro:

«Que assi como tendes cuidado de buscar dinheiro, que assi sempre sejais avisado de o fazer por justos e direitos caminhos com guarda de vossa verdade e bom estado.»

Decerto não o chocou a frase mais arestada de tais dizeres. O soberano não passaria, a seus olhos, dum melancolico homem de letras dando-se a suas locubrações. Sabia, acaso, o que ele estava realizando?!

Na luta final, quando o outro irmão, D. Pedro, se debatia na guerra contra o sobrinho, abandonou-o, deixando que gente da sua casa o perseguisse. O honrado e activo duque de Coimbra, o que lhe trouxera o livro de Marco Paulo, ao reconhecer um escudeiro de D. Henrique na hoste acometedora, máior vontade teria de morrer.

Este irmão sabia lá da grandeza do seu sonho? Era um politico, e como o rei não passava dum triste ledor.

Ele sobrepassava-os e, insensivel, só querendo influir no animo tenro do sobrinho, D. Afonso V, vencedor do tio e sogro, calou a piedade e induziu-o a ir a Alcacer-Ceguer.

Mais ainda. Plantara-lhe no espirito o amor pelas passadas de Africa. Mostrando-lhe os resultados em glorias e proventos, teria nele um continuador para a fama e no infante D. Fernando, irmão do monarca nomeado seu herdeiro, um mais persistente engenho de colonizador pelo interesse.

A obra não morreria como ele se finava, naquela manhã de Novembro, a treze, em 1460, aos sessenta e seis anos de sua idade, tendo empregado quarenta na realização duma epopeia em que o oiro e o sangue se misturavam ao real sofrimento, sem o qual não ha gloria.

CAPITULO IV

A SUCESSÃO DO INFANTE D. HENRIQUE

**As ilhas do ocidente — A costa da Guiné e a colina
Planos cientificos de D. João II**

Os Donatarios das Ilhas e o infante D. Fernando — Pingue e farta fôra a herança do infante de Sagres, com a qual se locupletava D. Fernando, irmão de D. Afonso V.

Nascido em 1433, a 17 de Novembro, era um pequenito quando sua mãe influira junto de D. Duarte para se realizar a expedição de Tanger, onde ficara de refens outro D. Fernando, o martir. D. Henrique prometera legar sua fortuna, nesse tempo ainda muito longe da adquirida depois, e fôra ela o preço da expedição. Enriquecia um infante; deixava outro a agonizar.

Aquela, ao ducado de Beja, juntava o de Viseu, com o senhorio das ilhas descobertas, Madeira, Açores e Cabo Verde. Era condestavel do reino e mestre das Ordens de Cristo e S. Tiago. Ainda em vida do tio largara secretamente do reino, ambicionando a sucessão de D. Afonso, rei de Napoles, o qual talvez o adoptasse, visto não ter filhos.

Devia ser um ávido de honrarias e oiro saindo á mãe, cupida e audaz ante as riquezas a adquirir. D. Afonso V mandara deter o irmão, indo o conde de Odemira, capitão de Ceuta, alcançá-lo no caminho. Pelejaria depois de rei, já opulentissimo.

A juntar a tantos bens havia o dote da mulher, D. Beatriz, sua prima, filha do infante D. João, o qual herdara muito dos duques de Bragança, pai de sua esposa.

Era o infante D. Fernando quem vendia ou dava as capitanias das ilhas, estando em seu direito refazer as nomeações, mesmo fóra das familias que as tinham recebido.

Madeira e Porto Santo ficariam em poder dos descendentes de Tristão Vaz, Zarco e Perestrelo.

Nos Açôres começava uma colonização, feita, em parte, por estrangeiros, flamengos. Havia grande guerra na Flandres, onde reinava Carlos o Temerario, primogenito da princesa D. Isabel de Portugal, filha de D. João I.

Esta grande dama, energica e valorosa, que não desmentia o sangue da sua raça de herois, vira morrer o esposo, duque de Borgonha, e assistira ás lutas de Gand e Liège, fomentadas por Luiz XI contra o herdeiro do ducado (1467).

Alguns fidalgos, decerto despojados de seus bens, receberiam recomendações da princesa para seus sobrinhos, D. Afonso V e D. Fernando, a pedir-lhes pelos que pretendiam viver em Portugal ou nas terras recemdescobertas. Correu, assim, a historia destes auxilios.

Não deve ser verdadeira a razão dada ao exodo, pelo menos nessa data, pois mal se compreende que, havendo semelhantes lutas, senhora de tão ardoroso animo desviasse de junto do filho os capitães que o pudessem ajudar. É crivel, porém, que um ou outro, sabedor das novas possessões portuguesas e atraidos pela fama, a espantar-se, de suas riquezas, tivesse largado para o reino a solicitar doações.

Assim, teria sido doada a capitania do Faial a Jorge de Utra, filho segundo do nobre fidalgo de Bruges, Leo van Hurtere, senhor de Helghenbranc, o qual se dispunha a trabalhar longe da sua patria.

Anteriormente (1450), a Terceira entraria na posse do donatario, outro

flamengo, Jacome de Bruges, tendo estabelecido os colonos, que mandara vir da sua terra, na futura viloria de S. Sebastião, estendera-se depois á Praia e a Angra.

Santa Maria e S. Miguel passaram a familia de Gonçalves da Camara, irmão do capitão da Madeira, á qual fôra transmitida por João Soares, que diziam sobrinho de Frei Gonçalo Velho Cabral.

A Graciosa, tão poetizada pela estatua de cavaleiro apontando para o além-mar, teve por primeiro donatario Duarte Barreto e, logo, Pedro Correia da Cunha, genro de Bartolomeu Perestrelo, senhor de Porto Santo. A ilha do Corvo, de parco rendimento, coube a D. Maria de Vilhena, sendo a do Pico tambem da capitania do Utra. A ilhazinha denominada das Flôres doou-se a Guilherme da Silveira, ainda um fidalgo flamengo, Willem van der Haghe, talvez tradução de Haghen, tapar, cercar com sebe, como sucede com os silvados. Acabaria por se fixar em S. Jorge, descoberta pelo donatario de Angra, Vasco Anes da Costa Côrte Real, o primeiro que arvorou pendão nos muros de Ceuta e lançara desafio aos cavaleiros ingleses com o Magriço.

Foi este o pai de João Vaz Côrte Real, seu sucessor na capitania e que se dera largamente á navegação. Três anos depois da morte do infante D. Henrique, ele, ousado, possuindo boas cartas nauticas, fez-se ao largo para o noroeste dos Açôres, como impulsionado pela lenda da Antilia, e, navegando, chegou realmente, com Alvaro Martins Homem, a uma nova ilha, á qual chamou Terra dos Bacalhaus (*), pelos muitos peixes desta especie encontrados na região.

Este marinheiro seria homem ousado e destemido, que herdaria do pai o desassombro e o arrôjo, ao qual deveu Vasques Nunes da Costa poder usar, por seus feitos, o apelido de Côrte Real. O filho praticaria sobre as aguas denodadas travessias, assemelhando-se ás proezas que o seu progenitor realizara.

Um dinamarquês, de nome Balart, viera a Portugal, partindo com Fernão Afonso a Cabo Verde (1447), e talvez alguma coisa dissesse acêrca de misteriosas ilhas.

Estes homens do mar ligavam-se facilmente e nem sempre descreviam suas viagens que julgavam infrutiferas. Quando muito, contavam-nas ao demorarem-se em terra, saudosos das travessias, a falar como se sonhassem, as bôcas em pregas de desdém, ao lembrarem os perigos passados.

Ainda em tempo do infante D. Henrique foi doada a D. Fernando a concessão das ilhas que ele mandasse descobrir, cabendo-lhe as de Cabo Verde, cinco das quais já estavam chanceladas (Santiago, Maio, S. Cristóvão, S. Felipe e Sal). Em duas delas saltara, primeiro, Diogo Gomes, sendo, porém, doadas a Antonio de Nola, seu companheiro, talvez porque aquele mais se esforçava nos lances do que se remetia a solicitador.

Gonçalo Fernandes (em 1462) tambem vira uma ilha ao alto noroeste das Canarias e da Madeira, e deliberara ir de novo procurá-la. O herdeiro do vèdor de Sagres recebeu a concessão, ordenando a pesquiza. O marinheiro vinha do Rio do Oiro e não pudera abordá-la, em vista do temporal desfeito.

Vivia-se na febre das descobertas; entrevendo-se o mundo novo povoado das ilhas enganosas do mapa de Fra Mauro, o qual impulsionaria para a descoberta de autenticos continentes colocando ali essas indicações de terras a que, para demais, dera nomes.

Tomada de Arzila — D. Afonso V prosseguia na sua politica, por vezes atrabiliaria, mas sem esquecer as lições do tio, D. Henrique, e, tomado pelo desejo de batalhar, ameaçava os marroquinos em desafronta das torturas infligidas ao martir do seu sangue, o Infante Santo. Após muitas reuniões do seu conselho decidiu investir a praça de Arzila (1471).

Seu filho D. João pediu para o acompanhar, apesar de ter apenas

(*) No mapa do Mercator, que foi organizado pelo geografo holandês (1512-1594) Gerarde Kremer, que se dizia Mercator, ao serviço de Carlos V, designa-se a Terra Nova por Terra de Joham Vaz, e Rio de Joham Vaz. O mesmo sucede na carta de Fernão Vaz Dourado (1571).

dezasseis anos. Conduzindo vinte e quatro mil combatentes, o monarca

S. JORGE DA MINA

pôs cêrco á praça, e, dias depois, o conde de Monsanto, comandante das avançadas, anunciou que os moiros desejavam parlamentar. A chegada dos mensageiros do fidalgo fez imaginar que a praça se rendera e

o exercito, precipitando-se, avançou contra a fortaleza, logo rudemente defendida.

Ali morreram bravos guerreiros, como D. João Coutinho, conde de Marialva, que o rei apontou como exemplo ao principe, dizendo ante o seu cadaver: «Filho, Deus te faça tão bom cavaleiro como esse que aí jaz».

Tambem morreu o conde de Monsanto. Vencera-se, e tendo-se encontrado na cidadela duas mulheres, um filho e uma filha de Muley, cheick de Arzila, que andava longe da cidade investida, tais presas serviram para a troca pelo cadaver do infante D. Fernando, o Santo, ainda em Fez, a cujo trono subiria o mesmo Muley. Sómente o rei quis guardar o filho do poderoso moiro, que, tendo estado em Lisboa durante sete anos, foi enviado para Marrocos, onde se tornou conhecido pelo «Português».

O fronteiro de Arzila foi D. Henrique de Meneses, conde de Valença, filho bastardo do conde de Viana, heroi de Benalcofú e de Tanger.

Tanger — O soberano recebera a nova de que os moiros de Tanger, ao saberem da vitoria de Arzila, tinham abandonado a praça. Mandou o filho do duque de Bragança, depois marquês de Montemór-o-Novo, a ver se era verdade, e, ante a confirmação, entrou na fortaleza sem resistencia.

O pai era de animo ligeiro, mal educado, afeito a realizar todos os caprichos, voluvel, autentico herdeiro do melancolico D. Duarte e da ousada D. Leonor. O filho saíra o contrário. Era muito reservado, de são conselho, calmo na aparencia, um vulcão sob gêlo. Dir-se-ia que a tragedia de seu avô, D. Pedro, o tornara de animo implacavel. Fôra amamentado a ver sua mãe chorar pelo vencido de Alfarrobeira (*).

Daí aquele aspecto, sisudez e braveza que a todos se impunha, e até ao rei inconstante.

Era muito novo, dezanove anos apenas, quando o soberano lhe fez grande mercê, com a qual o reino muito teria a ganhar. Dizia o alvará regio:

«E porem quisemos encarreguar o dito meu filho dos feitos das partes da Guiné e envestigaçom dos mares, terras e gentes e cousas delles, que aos viventes agora e aos que nos preceram foram sempre muyto inotos atee ao tempo do Infante Dom amrrique meu tyo cuja alma Deus aja que começou e trabalhou muyto para envestigar e aver de todas as ditas cousas noticia o qual carreguo asy lhe quisemos dar porque em elle se praticam as primeyras cousas em que o Rey e o principe deve saber negocear.»

Não podia caír em melhores mãos o trato das coisas da Guiné.

Aquela mocidade altiva e impetuosa queria dar boa conta de si. Era como se reincarnasse a alma do vèdor de Sagres, diferindo dele sómente em amar tanto os beijos femininos como os da gloria.

Em mil quatrocentos e setenta e quatro se lhe fazia a graça, referendada depois.

O principe D. João e a Guiné — Os tratos da Guiné tinham sido entregues a um desses homens singulares que tinham surgido após as campanhas mercantes de Lagos, bravos semi-capitães e pilotos e semi-comerciantes, dando-se alguns mais a esta feição e contratando praticos para as suas caravelas. Devia pertencer a este numero o homem que arrematava para o resgate, como então se dizia, dos negocios da Guiné. Chamava-se Fernão Gomes.

Teria que pagar anualmente cem mil reais brancos durante cinco anos.

Descobriu-se neste periodo cem leguas pelas costas adiante, a principiar na Serra Leôa.

O marfim encontrado seria para a Corôa ao preço de três amarelos e três quartos por quintal. Concedia-se-lhe, tambem, que pudesse resgatar, no tempo do contrato, um gato de Algalia. Tratava-se dum almiscareiro, então muito apreciado por sua rareza e pelo perfume em moda. As bôlsas odoriferas que a natureza colocara sob o ventre destes animàis, fazia parte desse tratado realengo. Era impedido ao arrematante lidar na terra firme defronte das ilhas de Cabo Verde, visto elas ficarem para os moradores da região pertencente ao infante D. Fernando.

Tão pouco podia intervir nos nego-

(*) «Historia de Portugal».

D. JOÃO II

cios do castelo, feitorias de Arguim, que eram do principe D. João.

Mais tarde dera-se-lhe tal direito sobre a praça, a trôco de cem mil reis por ano.

Ganharia muito dinheiro, e como no seu periodo se descobrira S. Jorge da Mina, acrescentou este uma Mina aos seus apelidos, sendo-lhe concedido brasão de armas: «um escudo em campo de prata com três meios corpos de negras ornadas de colares e arrecadas nas orelhas e narizes».

João Sequeira avistara o Cabo de Santa Catarina na carta de Lango, dando-lhe aquele nome em honra da inclita virtuosa, visto passar o aniversario do dia em que ela recebera o dom do ceu.

Os progressos da carta da Guiné tinham-se marcado durante o periodo da administração do infante D. Fernando, no legado henriquino.

Já Pedro de Sintra reconhecera a foz do Rio Grande e Diogo Gomes de Sintra assinalara o uso do quadrante na navegação; fizera-se o reconhecimento da Serra Leôa, por Soeiro da Costa e o mesmo Pedro de Sintra, acabando o velho cavaleiro a fazer igual acto nos Cabos das Palmas e das Três Pontas, e no rio a que deu o proprio nome.

Coubera, pois, a Fernão Gomes o monopolio de todo o comercio da Guiné, podendo explorá-lo á sua guisa. Havia, porém, a dar conta do codicilo do contrato: a obrigação de descobrir mais cem leguas por ano além da Serra Leôa. Não se pensava, apenas, no lucrativo negocio da captura dos negros, que, sendo baptizados no reino, dando-se-lhes uma alma, como então se dizia, logo os tornavam escravos.

Quando o Infante falecera (1470), a viuva, D. Beatriz, vira restringidos os seus direitos sôbre diversas mercadorias guineas, as quais deviam reverter para a Corôa.

Prosseguia o descobrimento conforme era dos tratados com Fernão Gomes, o qual, em companhia de Pedro Escobar e João de Santarem, empreendera travessias. Ia-se para, a depois celebrada, Costa da Mina, á beira do Oceano Atlantico, no golfo da Guiné, entre os cabos das Três Pontas e o de S. Paulo.

Falava-se na existencia de oiro e marfim, o que sempre tentara todos os descobridores, e daí a enorme importancia que se dava ao acontecimento.

Intensamente se lançavam os portugueses através dos mares.

A raça manifestava-se, como sempre, em toda a sua pujança, aliando aos lucros a gloria. Uns lidavam nos perigos só pela fama, que, mesmo assim, lhes era roubada; outros aproveitavam-se das deles para se locupletarem.

Um capitão de nome Fernando Pó fôra descobrir outra ilha no golfo de Biafra, ao fundo do golfo da Guiné. Era um belo territorio, a que deu o seu nome (1471).

No ano anterior, aquele João de Santarem e Pedro Escobar tambem pisaram, pela primeira vez, um territorio banhado pelas aguas do golfo guineo. Era em 21 de Dezembro de 1470. A Igreja celebrava S. Tomé, o apostolo. Assim chamaram á ilha, e, á sua vizinha, do Principe, em honra de D. João II, cuja acção em Arzila muito entusiasmara os guerreiros. Deviam dar grande conta dos seus encargos os dois navegadores.

Em 1 de Janeiro de 1471 depararam com outra ilha no golfo de Biafra, ao irem explorar para além do Cabo das Palmas, e deram-lhe a denominação de Ano Bom.

E falava-se com intensas admirações da viagem, na mesma época, de João Vaz Côrte Real á Terra dos Bacalhaus.

A viuva de D. Fernando ia confirmando em Ruy Gonçalves da Camara a concessão da ilha que ele se propunha descobrir, e recebia da Corôa, para si, a duma outra, que se dizia muito vista e procurada, e a qual o Infante mandara verificar.

Era, por este tempo, que o principe D. João ia administrar os negocios coloniais. A sua visão manifestar-se-ia. Dava-se ao estudo de todas as questões com inusitado ardor. Ressuscitava a alma inquieta e valorosa do infante D. Henrique naquela mocidade a desabrochar, cheia de talentos e vigor.

Expedição luso-dinamarquesa — Antes do começo da acção do herdeiro do trono na prática administrativa das coisas coloniais, dera-se um facto

que demonstra, admiravelmente, a ansia dos portugueses no caminho das descobertas.

Tratou-se de restabelecer relações com os povos que viviam no extremo norte da Europa, os dinamarqueses, isto com o intuito de se fazer a navegação naquela via a caminho dos maravilhosos países, tão tentadores dos argonautas ocidentais.

Velhos reis da Dinamarca provinham de sangue luso. Uma filha de D. Sancho I de Portugal, de nome Berengaria, casara com Waldemar II, que talvez tivesse sido um dos principes das cruzadas vindo na expedição de 1189. Não fôra querida pelo povo; era egoista e rapace e tivera três filhos do seu matrimonio, que se juntaram na côrte a seu irmão Waldemar, nado do primeiro consorcio do rei com Margarida da Boemia. Era o sucessor da corôa e foi esposo de Leonor de Portugal, irmã de D. Sancho II. Morreu cedo, sem deixar descendencia, seguindo-se a morte do marido, o que abriu o caminho do trono aos descendentes de Berengaria: Eurico, Abel e Cristóvão. Todos eles reinaram desde 1241 a 1259, sucedendo-lhes Erik V e VI até 1320. Mas uma grande guerra turbaria a Escandinavia e, de luta em luta, se atravessaram outros reinados até ao de Cristiano I, o qual subiu ao trono em 1448.

Dizia-se que os islandeses, habitantes do territorio extremo em que dominava a Dinamarca, tinham conhecimento de terras para além dos seus gelos, e, talvez sem se terem aventurado muito longe deles, falassem a ponto de se conhecer a noticia em Portugal.

Com a presteza devida a tão importante assunto, só possivel de tentar quando ali findaram as guerras, quasi sem treguas desde 1376, e mal terminara a rebelião do bispo de Upsala (1457), devia começar-se a pensar em entendimentos com o soberano, que, após a sua deposição, reconquistaria as corôas da Dinamarca, Noruega (1463) ,e Suecia, país em que reinaria até 1463, e nos outros até 1481.

Devia, pois, ser neste intervalo que D. Afonso V pretendera entrar em combinações para se formar uma expedição luso-dinamarquesa com o fim de se avançar nas regiões que os islandeses diziam conhecer.

Talvez fôsse nessa frota que João Vaz Côrte Real se destacara, com o navio do seu comando, até á Terra dos Bacalhaus, ou, talvez, lá tivesse ido, depois, sózinho, procurar o territorio, trazendo ainda cabedal de outros conhecimentos acêrca de novas regiões, e dos quais se aproveitariam seus filhos Gaspar e Miguel.

Que a expedição luso-dinamarquesa se realizou não ha duvidas, tendo sido seu chefe um marinheiro, João Sclovus (*), tido por escandinavo mas que podia ser português, deturpando-se-lhe o nome, ou propositadamente, ou com fins misteriosos. Quem sabe se seria o proprio João Costa Vaz (que tambem assim se chamava o Côrte Real)? É certo que a viuva do infante D. Fernando lhe deu, em carta datada de 24 de Abril em Evora (1474), a capitania da Terceira, vaga pelo desaparecimento de Jacome de Bruges, devendo partilhá-la com o seu companheiro Alvaro Martins Homem.

Expedição ás terras ocidentais — Deu-se, nesse momento, um facto com um mareante de nome João Coelho, e o qual, provando a violencia do novo governador.

«Depois de dividida a ilha Terceira em duas capitanias e ele (João Coelho) ficar da banda da cidade (angras) por ter a sua data e morada no Porto Judeu ,e se deram com o capitão João Vaz Côrte Real por lhe tomar (como lhe tomou) as terras onde se diz o Pico de D. Joana, que ele ia aproveitando, se deliberou deixar a ilha e ir descobrir novas terras onde fôsse capitão e senhor (como era seu irmão Egas Coelho em Cabo Verde e Duarte Coelho de quem procedem os Coelhos Albuquerques com o Brasil na parte de Pernambuco) para o que preparou e armou um navio que levou gente á sua conta e deixando sua mulher na ilha, e fez tão boa viagem e teve tão feliz sorte que Deus não deu a nenhum cristão, porque foi dar, na banda do sul, com rijo temporal, á costa em terras desertas que ele lá ia buscar onde morreram todos sem escaparem mais que dois marinheiros

(*) Revelado por Pestana Junior no «Cristóbal Colon ou Symam Palha».

a quem Nosso Senhor depois deu ordem que tornassem á ilha e dessem novas da sua perdição» (*).

Devia ser o Haiti, uma das ilhas tão procuradas, que andavam na lenda como Antilias ou Sete Cidades. Confirma-o certa carta do português Estevão Frois, que ali esteve prisioneiro dos castelhanos e posto a tormentos, já em reinado de D. Manuel I (30 de Julho de 1514). Escrevia, entre outras coisas, ao seu soberano: «não me querem despachar nem receber a prova do que alegavamos como Vossa Alteza possuia estas terras ha vinte anos o mais e que João Coelho, o da porta da Cruz, vizinho da cidade de Lisboa, viera ter por onde nós outros vinhamos a descobrir e que Vossa Alteza estava em posse destas terras por muitos tempos (**).

Caminhara-se, pois, tanto para o poente e esperava-se descobrir ali muitas mais ilhas, que levaria, depois, D. João II a fazer doações de territorios a descobrir e dos quais vinham noticias a João Afonso, da Madeira, a Jorge de Ulmo ou de Utra, da Terceira, e a um mais feliz ou mais arrojado, madeirense tambem, João Fernandes do Arco, assim chamado por ter mercê do Arco da Calheta, no Funchal, sendo o edificador da igreja de Nossa Senhora da Conceição (***).

Os acontecimentos sucediam-se; o que levara tanto tempo a desvendar aparecia, agora, sob uma intensissima luz e uma vida nova se desenvolvia largamente. Todos queriam descobrir terras. Era como na época das cruzadas, uma loucura intensa e colectiva, da qual se imaginava haver glorias e proventos.

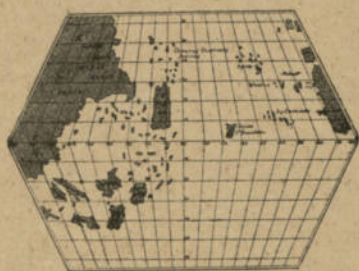
Assim como os Templarios se arriscavam bravamente pela fé, do mesmo modo, á sombra da bandeira de Cristo, se faziam as travessias tendentes a esmagar o Islam onde ele se refugiava ou tinha dominio, á busca de novos mundos e a dessedentar as ardencias das almas que, sem o oiro, o marfim, as pedras preciosas, as especiarias arrancadas nesses países de sonho, não podiam tranquilizar-se.

Veneza, senhora do comercio do Oriente, começava a inquietar-se, atirando para Lisboa um grande numero de espiões sob variadissimos disfarces.

Aparecera um cavalheiro da côrte, Fernão Teles, a solicitar direitos sôbre ilhas não povoadas que mandaria descobrir. Concedeu-se-lhe o solicitado, desde que não fôssem em mares da Guiné.

Devia animá-lo a esperança nas terras ocidentais, cuja existencia se definia após a viagem de Côrte Real e das sucessivas noticias de outras ilhas entrevistas naquela direcção.

A carta de Toscanelli — Para demais, dera-se um facto mais impulsionador daquela ideia.

Paulo del Pozzo Toscanelli, famoso astronomo e fisico florentino, entregara-se muito á ciencia e a sua fama chegara a Portugal. D. Afonso V obtivera dele uma carta, em cujas linhas

CARTA DE TOSCANELLI

se dava um incitamento. Procuraria aperfeiçoar o relojio do sol dos caldeus, o instrumento destinado a marcar as alturas do sol pela direcção da sombra projectada sôbre um plano ou numa superficie curva, mas, sobretudo, profundava nos misterios dos mares. Escrevia ao monarca:

«Brevissimo caminho de mar ha daqui ás Indias, onde nascem as especiarias». Industriava-o na jornada: «não vos admireis que chame poente ao país onde nasce a especiaria, porque commummente se diz nascer no levante porque os que navegarem para

(*) Artigo do sr. Ferreira de Serpa, no livro «Salvador Gonçalves Zarco (Cristóbal Colon).

(**) Artigo do sr. Ferreira de Serpa, no livro «Salvador Gonçalves Zarco».

(***) Nota do sr. Pestana Junior, na sua obra «D. Cristóbal Colon ou S. Juan Palha».

o poente sempre acharão no poente os referidos lugares, e os que forem por terra para o levante, sempre os acharão no levante».

Parecia afirmar, longe dos cartografos desconhecedores da curva africana, a rapidez da navegação até á India, a Cathay, celebrada no livro de Marco Paulo, mas indicava-lhes ocidente, deixando, por terra, a passagem oriental.

Se naquela direcção essas regiões de maravilha se encontravam, bastaria ceder as concessões das descobertas, que não faltaria quem se aventurasse nessa rota. E a carta de Toscanelli vinha influir tanto como a chegada de João Vaz Côrte Real nas tentativas a realizar.

Aquela missiva de Toscanelli viera ao soberano por intermedio do conego Fernão Martins, a quem escrevera sôbre alguns assuntos coloniais, como se depreendia da carta que lhe era dirigida:

«É-me tanto mais agradavel ter conhecimento da tua intimidade com sua majestade o rei (o cosmografo enganava-se, visto os soberanos portugueses apenas usarem o titulo de alteza), visto já me ter correspondido contigo acêrca dum caminho maritimo para o país das especiarias, mais curto que o da Guiné. O rei pede-me para lhe enviar esclarecimentos mais convincentes, de forma que ele os possa expor e fazê-los compreender ás pessoas não iniciadas.»

E prosseguia:

«Enviei-lhe uma carta que eu proprio fiz, na qual estão desenhadas as vossas linhas costeiras e as vossas ilhas e onde começa o caminho sempre dirigido para o ocidente. Tracei todos os lugares onde se deve chegar, a distancia á qual se deve ficar do polo ou do equador e tambem indiquei o comprimento do caminho, isto é, o numero de milhas precisas para chegar a esse país onde abundam as especiarias e as pedras preciosas.»

Mostrava a rota por Cathay e dizia chegar-se lá peló ocidente.

Começava a adivinhar a esfericidade da Terra ou imaginara que a travessia era mais rapida fazendo-se ao mar pelo lado ocidental.

Em todo o caso, iam submeter a estudo as ideias do astronomo.

D. Afonso V exultava, mas, na sua inconstancia, sonhava outros lances. Intitulara-se, e com justo motivo, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em Africa. Não lhe davam tantas glorias essa designação que não pretendesse outras, como eram as batalhas contra

PAULO TOSCANELLI

os castelhanos, intervindo na sua politica tumultuariamente.

Era certo que Henrique III lhe legara o seu reino desde que celebrasse bodas com a princesa D. Joana, considerada pelos vassalos do defunto como filha espuria do rei.

Aceitou a herança e foi pleitear por ela, aliando-se com o astuto Luiz XI de França, como para mais intimidar os adversarios. Finalmente, perdera a batalha de Toro, onde o principe D. João, vencendo na sua ala, se cobrira de louros que ao pai faleciam (*).

Largara para França a solicitar o prometido auxilio do aliado e por lá andou, deixando o filho regente do reino. No regresso encontraria, largamente desenvolvida, a obra das descobertas. Ordenara-se muito para se trabalhar em maior segurança. Assinara-se a paz com a Espanha (1479). O tratado de Alcaçovas de Toledo (12 de Março de 1480) dava-lhe as sete ilhas Canarias. O exemplo de Portugal movera os outros á tentativa de descobertas e explorações maritimas (**).

(*) «Historia de Portugal».

(**) Garantia-se a Portugal «a posesion casi posesion en que estan en todos los tratos, tierras, rrescates de Guinea, con sus minas d'oro, e quallesquier otras Yslas, costas, tier-

Imediatamente os seus marinheiros se lançaram na rota dos navios iniciadores e para a Guiné velejaram. Foi necessario que o principe D. João decretasse a captura desses barcos, devendo ser atiradas ao mar as tripulações desde que os encontrassem além dos limites da zona estabelecida para poderem singrar nos mares que o tratado de Toledo estipulara.

Não descansava o moço principe. Compreendera a necessidade de ter para a defesa dos seus territorios alguma coisa de semelhante ao que se realizara em Arguim: uma feitoria fortificada.

Desconfiado, sentindo á sua volta a nobreza ululante e conjurada com Castela, mal podendo admitir os impetos com que ele entrara a governar, em segredo queria fazer tudo. O seu moto devia mesmo ser esse. Em vez do pelicano com o «Pola Ley e Pola Grey» que adoptara, melhor lhe ficava o deus do silencio.

Chamou Diogo da Azambuja e disse-lhe o que desejava dele. O principe desenvolvera enormemente as construções navais. Abrira um estaleiro na Ribeira das Naus, e, mandando vir madeira das ilhas, fazendo contratos de artifices, empregando escravos nas obras, póde dar ao capitão, envolvido para o lance, dez caravelas e duas urcas, carregados os navios, com seiscentos homens de equipagem, dos quais cem operarios. Iam a bordo pedras de cantaria já aperfeiçoadas, madeiras, cimentos e cal, tudo quanto se carecia para levantar o forte.

Largou-se com sigilo. Era uma expedição como outra qualquer. A bordo preadivinhava-se o encargo do capitão, que não falava. Adaptara-se ao sentimento do amo, tão jovem e tão inteligente.

Afastou o seu navio do resto da esquadra e foi fundear no sitio das Duas Partes, onde havia um aldeamento (19 de Janeiro de 1482).

Fizera ajuramentar os capitães, proibira que se detalhassem cartas a bordo. Construia navios e segredos.

S. Jorge da Mina — João Bernardes, negociante que andava no trafico, muito feito com o régulo Caramansa, serviu-lhe de interprete para as negociações. Queria edificar um forte, para uma feitoria, não contra os indigenas mas destinada a melhor negocio com eles. Tratava-se de defender a terra do assalto doutros povos, que talvez o tentassem, e daí o que o trazia àquelas paragens, por onde tantos portugueses tinham andado.

O soba ouvira-o de má sanha, mas, ante os brocados, as sedas, os vistosos trapos, amaciara-se a resistencia do potentado, que, apesar de ostentar grandes colares de oiro ao pescoço, mal cobria as parte pudendas. Aceitou os presentes, os quais foram dados parcimoniosamente, e assentou os alicerces da fortaleza. Á medida que as pedras iam sendo colocadas, apareciam mais exigencias e Diogo da Azambuja graduava a entrega dos objectos, satisfazendo, pouco a pouco, as cobiças. Ele ganharia, em oiro e marfim, o que doava enquanto não tivesse o forte edificado. Levaram vinte dias a erguê-lo e a torná-lo defensavel. Chamaram-lhe S. Jorge da Mina. Erigira-se uma igreja no lugar e nela se dizia missa, a primeira naquele ambito por alma do infante D. Henrique. Bem a merecia e talvez bem a precisasse, porque, se muito fizera por Portugal, fôra insensivel aos males dos seus, e, baptizando escravos, os vendia, já cristãos.

A obra do principe D. João iniciava-se praticamente.

Tinha de assegurar a fortaleza. Mandou que ficassem ali sessenta homens e três mulheres, das levadas a bordo. O resto foi reenviado para Portugal. O capitão deu assistencia aos primeiros trabalhos de coloniza-

---

ras descubiertas e por descobrir, falladas e por fallar, Yslas de la Madera, Puerto Santo e desierta e todas las Yslas de los Açores e Yslas de las Flores, y asy de las Yslas de Cabo Verde e de todas las Yslas que agora tiene descubiertas e quallesquier otras Yslas que se fallaren e conqueriren de las Yslas de Canarias para bajo contra Guinea, porque todo lo que es fallado y se fallar, conquerir o descubierto fica a los dichos Rey e principe de Portugal e sus reynos tirando solemente las Yslas de Canarea a saber: Lançarote, Palma, Fuerte Ventura, la Gomera, el Fierro, la Graciosa, la Gran Canarea, Tenerife.»

ção e trafico, porém mais a este se entregavam, na realidade. Dois anos ali esteve. Chegaram carregações de pedras e materias do reino, mas os navios não voltavam. Começava a formar-se uma lenda, alguma coisa de terrivel existia naquelas paragens, pois assim se destruiam os barcos. Toda a gente sabia das suas largadas; ninguem os encontrava no regresso. As tripulações aterravam-se, mas eram forçadas a partir.

Os chefes das equipagens, dois ou três escolhidos pelo ardiloso principe, estavam no segredo. Empregavam-se urcas velhas; ele mandava, constantemente, construir outras, e, desde que despejassem a carga, no regresso lançavam-se numa corrente, quasi á beira de terra, onde se desfaziam. Tudo aquilo se preparava propositadamente; porém, acreditava-se no horror, no perigo. Fôra esta uma das manhosas deliberações do filho de D. Afonso V.

Dirigia tudo pessoalmente; não descançando e ouvindo os protestos dos nobres, sentindo-lhes a desobediencia, rangia os dentes, aguardando a sua desforra. Concentrava-se. Uma hora chegaria para a sua justiça.

Entretanto, tratava dos territorios de além-mar.

Construira-se a primeira fortaleza europeia em Africa. Cimentava-se em suas pedras o poder português. Ainda assim acorreriam estranhos a disputar a excelencia dos feitos, o esforço da descoberta e da conquista daquela região guinea. Ia fazer-se uma cidade bem fortificada. Houve quem atribuisse a mercadores de Diepe a descoberta da Guiné, em 1364, quando ainda nenhum povo passara além do Bojador. Assegurou, mesmo, um escritor, de nome Villaut, em que outros se fundariam, terem aqueles negociantes entrado em tratos com os negros, tendo trazido, afirmavam eles, tal quantidade de marfim que a maior parte dos artistas diepeses não trabalhavam noutra materia.

Ante estas afirmativas, totalmente desprovidas de nexo, inquire-se porque, sendo tão grandes as riquezas e vantagens encontradas, não se fixaram na região em nome do seu país, que começava as descobertas tardiamente e, sempre, como todos os outros, na esteira dos portugueses.

D. Afonso V regressara á patria. O principe, habituado a governar, sentiu a cedencia do poder. Acolheu, porém, com respeito o soberano. Mal deixou transparecer o desespero da sua alma orgulhosa. Pouco lugar tomava no Estado o rei que fôra um artista, amigo dos livros e da gloria, esse guerreiro infeliz cognominado o «Africano», e queria deixar ao filho (1481) o trono e a sequencia da obra de Africa, em que lhe excedia. Ao aclamar-se, D. João II juntou aos seus titulos o de Senhor da Guiné.

A ciencia nautica e o rei — Muito teria o monarca que lutar com a nobreza no começo do seu reinado. Ele apetrechava os arsenais, ia guardando, no seu tesouro, os mapas, as cartas, as indicações que lhe chegavam, e preparava, como nenhum outro principe, o futuro do seu país. Engendrava-se a conjura á sua volta. Pressentia-a e punha-se a trabalhar com mais afinco. Conversava com os sabios judeus, mestres José e Rodrigo, que lhe falavam do aperfeiçoamento dos instrumentos nauticos, e, chamando a si um outro israelita, José Vizinho, encarregá-lo-ia, depois, de observações astronomicas na Guiné, onde o astronomo e matematico se distinguiria no calculo das latitudes pelo sol. Talvez lhe tivesse falado da obra dum dos seus notaveis correligionarios, Abraham Zacuto, que ensinava em Salamanca, e o qual teria terminado uma obra de altissimo alcance, o «Almanak Perpetuo» (*), que tanto serviria á navegação. Destinava-se a ser o «prototypo e exemplar de pronosticos com particulares Ephemerides das conjucções e aspectos dos planetas, Eclypses do Sol e da Lua, prognosticações de seus effeitos.»

Calcula-se a importancia de tal obra para os dilatados sonhos de D. João II acêrca do mar e das noticias havidas sôbre ele.

(*) Traduzido por José Vizinho, em 1496, quando o autor foi obrigado a sair de Espanha pela expulsão dos judeus, refugiando-se na côrte de D. João II. A primeira edição foi magnificamente composta e impressa em Leiria, na oficina de mestre Ortas.

O fim era sempre o mesmo: procurar riquezas, engrandecer a nação, descobrir aquele principe que diziam votado ao cristianismo: o Prestes Joham das Indias. Para demais, instituira um areopago, do qual faziam parte os israelitas José, Rodrigo e José Vizinho, com o bispo Diogo Ortiz (*), e intitulara-o Junta dos Matematicos, destinado a rigorosa e cientificamente poder encaminhar-se na rota desejada.

(*) Mais tarde, fez parte da Junta o cosmografo Martinho da Boemia.

CAPITULO V

A OBRA DO PRINCIPE PERFEITO

Vinda de Colombo a Portugal — As suas aspirações
A analise de D. João II

Crisóvão Colombo no meio nacional — Portugal, nessa epoca, atraía grande numero de aventureiros estranhos. Como todas as terras em formação ou países a desenvolverem suas actividades, de diversos pontos lhe chegavam emigrantes, sobretudo provindos das nações maritimas, oferecendo seus conhecimentos e faculdades, buscando talhar-se um futuro.

Veneza devia ter enviado para Lisboa muitos espiões, em bons disfarces, desde os mais humildes bugigangueiros ou bufarinheiros até fidalgos e burgueses, sob capas de prestar serviços.

A Serenissima Republica começava a temer-se de tantos manejos, do avanço das descobertas e daí o receio de vêr destruido o seu emporio sôbre os mercados orientais, desde que, por mar, mais facilmente se atingissem as regiões das especiarias e magnificencias.

D. João II, habilissimo, talentoso, o maior principe da sua dinastia, não deixava que os estrangeiros praticassem apenas por sua conta esse prescrutamento secreto. Tambem tinha os seus espiões por toda a parte, numa rêde estabelecida com real engenho. Em Castela utilizava frades, vendedores ambulantes, judeus, que não eram de aproveitar em Portugal nas ciencias; em Inglaterra tambem tinha os seus agentes disfarçados, os quais não só vigiavam os conspiradores foragidos, mas, sobretudo, se avisariam da possibilidade de descobrir alguns dos segredos da nautica nacional. Estendia a esculca admiravel até França e nos países italianos actuavam com mais razão e necessidade.

Estava estabelecido em Lisboa, entre outros, um riquissimo florentino, de nome Bartolomeu Marchioni, que se ocupava em industrias de banqueiro e armador, sendo mais vulgarmente conhecido por Bartolomeu Fiorentim.

Tinha represententas de comercio por toda a parte, como os Frescobaldi e Gualteroni de Bruges, e, cambiando dinheiro e valores, passando cartas de escambo, tinha grande influencia com os Médicis, que, apesar de principes, não deixavam de se entregar ao tráfico. Tambem movia, por sua conta, em Veneza, alguem a colhêr informações aproveitaveis.

Era já trilho conhecido dos navegadores mais aventurosos o litoral português e muitos buscavam empregar-se nos navios que D. João II pretendeu, de certa data em diante, defender de sua colaboração a bordo.

Em todo o caso, alguns fizeram longas travessias nas caravelas nacionais e com eles certo marinheiro, em que uns querem vêr um português transviado de sua patria, á qual regressaria, ao cabo de expiações, sob um nome de emprestimo, e outros encontravam um estrangeiro servindo nas armadas reais e aprendendo nelas, com a arte de navegar, largamente desenvolvida, no treino, os segredos que tanto convinha guardar.

Christobal Cólon se chamava, ou dizia chamar-se, o homem que em 1473 entrara na lide das embarcações portuguesas. Era claro, de belo aspecto, rosto simpatico, loiro e bem falante. Conhecia o latim, mostrava-se excessivamente religioso e traçava cartas, engendrava mapas, que vendia, ao mesmo tempo que, natural-

mente, para melhor os poder debuxar, navegava nas urcas e caravelas de D. João II.

Seus começos — Devia ser homem de algum saber, senão ainda prático, como aqueles cujas lições buscava, ao menos de genio mais literario e cientifico nas coisas do mar. Desenhava cartas, dedicando-se, também, a seu fabrico, e conhecedor do latim, a lingua a que nesse tempo se recorria para todas as altas comunicações, entregava-se a demoradas leituras dos pergaminhos que obtivera e alguns dos livros a espalharem-se após a divulgação da Imprensa, dotando o mundo com a revelação dos segredos contidos, em avaros cartorios.

É sempre dificil de desvendar o pensamento inicial dos homens chegados á celebridade, sobretudo quando, como este, ocultam de maneira desusada os seus principios. Tentam muito as imaginações.

Para demais, Cristóvão Colombo, que diziam vindo de Genova, não era um mareante como os outros e, após sua gloriosa carreira, mais se embuçaria no segredo acêrca de sua ascendencia. Operara em reinos dados a fantasias, imaginosos e de mentes ardentissimas e, por isso, á sua conta se levantariam as mais extraordinarias invenções.

Seguro era ele ter aparecido tentando seu mister a fim de arranjar modo de vida em Portugal, que, de resto, desde o periodo do infante D. Henrique, atraía numerosos individuos das mais distantes regiões. De outro país parece ter vindo o futuro almirante, visto se desconhecer a sua ancestralidade portuguesa. Se fôsse nado no reino ou de familias nele existente, dificilmente manteria o incognito ou mudaria de nome, tendo, para demais, consigo, pelo menos, um irmão, que do mesmo apelido usava.

Um italiano, Lorenzo Giraldi, morador em Lisboa, naturalmente a entregar-se ao tráfico a que o môço se pretendia dar, para ganho de sua vida, enquanto se aperfeiçoava nos estudos, pô-lo em contacto com o celebrado Toscaneli, cuja carta, ao rei de Portugal D. Afonso V, chegara por intermedio do conego Fernão Martins. Audaciosamente, como se jogasse num lance quasi inadmissivel de efeito seguro, escreveu ao sabio, por intermedio daquele compatriota do cosmografo e a resposta veio ao cabo de mais duma missiva. Fizera-lhe uma consulta; talvez industriado pelo que teria ouvido no meio onde andava — o dos traficantes em coisas do mar — e no qual correria estar errando o soberano português em sua teima de atingir o oriente pela Africa, quando o florentino o avisava do caminho do poente, tendo semeado de ilhas a sua carta. Eram fantasticas, porém, o bastante para sob sua autoridade esquentarem as imaginações nessa epoca em que se descobriram tantas insulas.

Calcula-se, a ser autentico o que se disse, referente a esta correspondencia, a ansiedade do jovem que tanto ambicionava distinguir-se na carreira do mar, de cerebro perturbado pela sua ideia fixa, nada do contágio da epoca e dominante em seu temperamento persistente.

Para demais, grande parte da humanidade andava deslumbrada, sobretudo nos países maritimos, com aquela notícia espalhada, quasi como uma certeza, de existirem ilhas maravilhosas nas quais vivia, pelo menos, um principe tão magnifico como jamais houvera outro no orbe.

Era o resultado do conhecimento do livro de Marco Paulo, dos estudos, mais provindos do instinto do que filhos da ciencia, que tanto preocupavam os fisicos e os astronomos, entre os quais floresceia Paulo Toscanelli. Seu renome era grande, pois até lhe chamavam «Paulo, o Fisico» parecendo ter imaginado já a disposição de varios instrumentos depois consagrados. A ele seria feita a consulta de Colombo.

O ilustre e douto consultado respondeu-lhe, se é verdadeira a carta, do que alguns duvidam, tomando-a como um documento, depois inventado, a fim de garantir a prioridade da ideia colombina (*).

A Cristóvão Colombo, Paulo, fisico, sauda:

(*) Ele proprio morreria com a ideia de ter descoberto as ilhas do Prestes João. A America não receberia seu nome mas o do impostor Americo Vespucio, o qual, por sua vez, tambem não guardaria a gloria, pois se chamava Alberico, conforme se averiguou.

«Recebi as tuas cartas e agradeço-te as expressões com que me favoreces. É digno do maior louvor o desejo, que mostras, de navegar do Levante para o Poente, como se indica no mapa que te enviei, e melhor poderá demonstrar-se numa esfera propriamente dita. Foi para mim motivo de jubilo o facto de haver sido compreendida a minha demonstração, e oxalá que essa viagem, que, por enquanto, não saíu ainda dos limites da possibilidade, se torne real e certa, para gloria de quem a levar a cabo e para interesse de todos os cristãos.»

Talvez que o talentoso cosmografo, indignado pelo destino de estudo que o soberano dera a seus avisos, se entregasse, numa crise de despeito, á primeira esperança, mesmo vaga, provinda dum entusiasta que lhe fôsse apresentado por alguem de seu conhecimento na mercancia nautica e talvez na espionagem sob o disfarce de comercio.

A missiva prosseguia:

«Desses passos só pela experiencia se poderá fazer uma ideia perfeita, enquanto que eu a faça por boas e veridicas informações, que me têm sido fornecidas por homens ilustres de grande saber, vindas dessas regiões a esta côrte de Roma, e por varios negociantes que aí têm traficado por longo tempo, pessoas estas, para mim, de toda a fé.»

Referira-se a Cathay e a Cipango, ás terras de Prestes Joham, ao escrever aquelas palavras, á Asia de Marco Paulo, que, segundo seu criterio, se poderia atingir pelo ocidente, julgando-a mais perto.

Continuava:

«De modo que quando conseguires levar a cabo essa viagem penetrarás em poderosos reinos, em provincias riquissimas, abundantemente providas de todas as espécies de drogas e pedrarias em profusão. Decerto ha-de ser muito grato aos principes e reis dessas regiões comunicarem e entreterem relações, como ha tanto tempo desejam, com os cristãos dos nossos países, não só porque entre eles existem tambem muitos sectarios da nossa religião que têm grandissimo empenho em tratarem com os nossos sabios e homens ilustres, mas tambem porque gozam ali de grande reputação os imperios e instituições de nossos países.

«Não me surpreende pois por estas e por muitas outras coisas que sôbre o assunto poderiam ainda dizer e que tu, que és dotado de uma tão grande alma, e a mui nobre Nação Portuguesa, que em todos os tempos tem sido sempre enobrecida pelos mais heroicos feitos de tantos homens ilustres, tenhais tão grande interesse em que essa viagem se realize.»

Naturalmente escrevera-lhe dizendo que esperava convencer os altos poderes a auxiliarem a febre que o dominava.

Adivinha-se nele mais um estudioso do que um nautico (*) mas sem grande sabedoria.

Ligado ás cartas que fabricava, para as teorias, guardava, decerto, menos o aspecto dum marinheiro que o dum cultor de ciencias, embora sem largos vôos. Seria como um especializado em leituras, afastado da navegação, pelo menos em comandos de vista. Chegara, com a sua táctica para ganho de seu pão e querendo aprender, partiria num barco em larga viagem, como confessou: «no ano de 1477, em Fevereiro, naveguei cem leguas além de Thulé, cuja parte meridional está a setenta e três e não a sessenta e três graus do equador como alguns pretendem. Esta ilha não está fixada no limite ocidental do Ptolomeu mas muito mais ao oeste. Os ingleses, principalmente os habitantes de Bristol, ali fazem os seus negocios e é tão grande como a Inglaterra. Quando lá estive, o mar não gelara e as marés eram tão fortes que as vagas subiam á altura de vinte e seis braças».

Devia ter chegado á Islandia, onde João Vaz Côrte Real já fundeara, quatro anos antes, com a expedição luso-dinamarquesa e onde talvez soubesse da existencia da terra que descobriria, a dos Bacalhaus.

Colombo escutaria o mesmo; fôsse qualquer a rota seguida, a bordo dum barco português o ouvira.

(*) Vitor Hugo escreveu: «Se Cristóvão Colombo tivesse sido bom cosmografo não teria descoberto a America». E não; pois que, como Toscanelli, julgava a terra mais pequena e ele ia para as Indias, Cipango, Cathay, pela via do ocidente.

Vivia-se na febre de se toparem as ilhas de que Toscanelli salpicara os mapas e o jovem nauta as teria querido verificar depois de escrever ao sabio sôbre elas. E como prova da atenção que a ele lhe dera pode-se afirmar terem sido de bom quilate as letras que lhe dirigira. O marinheiro devia ser mais conhecedor das cartas que do mar.

Agente estranho de traficantes dos oceanos, ele ocuparia o papel de certos semi-tecnicos de hoje, ligados a casas comerciais menos para colocar os produtos, do que para, metidos nos meios, estarem a par de todas as suas inovações.

O tripulante da caravela da Islandia teria ido a Genova, voltando com nova missão, se não fôra já o de esculcar o que se passava seu primeiro encargo na peninsula em misterioso disfarce.

A casa Ladizio Centurioni delegara-o junto de Paolo di Negro, seu associado, em Lisboa, o qual o enviaria á Madeira (1478) a fim de comprar açucares e lãs nas ilhas de Africa como viajante de comercio, mas levando outra e, talvez principal incumbencia, a da busca do caminho mais curto para se chegar á India, país de especiarias e oiro.

Toscanelli apontava-lhe o lado ocidental; o rei português mandara avançar pelo oriente na rota ambicionada, e ele, que divergia dos outros homens do mister, sendo, como se diria hoje, um especializado em cartas que desenhava ou um autodidata visionario e persistente, sabia insinuar-se.

Ao contrario das gentes rudes da navegação, amava os perfumes; a sua roupa exalava o odor das rosas e da essencia de acacia. Não bebia, como a mór parte dos mareantes a fim de resistirem ás intempéries, havendo até alguns com alcunhas saídas de seu vicio do alcool, como a dum João Dias, piloto da sua geração, a quem chamavam o «Bofes de Bagaço». Colombo alimentava-se de frutos e legumes, como um puritano, bastando-lhe arroz e tamaras para as refeições, bebendo agua com açucar trigueiro das Canarias juntando-lhe flôr de laranja.

Decididamente era um homem de estudo mais do que um homem do mar, um poeta ligado a uma visão a surgir-lhe, subitamente, no meio das suas lidas de fazedor de cartas e de tecnico de teorias erradas.

Não praguejava; era delicado e cortês (*), quasi mistico, muito religioso, entrado na superstição, que, por vezes, chancela os talentosos.

Tais predicados eram bons para agradar ás damas, com os seus olhos azues, sua esbelteza, belo rosto e louros cabelos, a embranquecerem, quasi subitamente, na orla dos trinta anos, quando os desgostos ou a ambição insatisfeita lhe atormentaram o o espirito. Dificilmente, porém, elas formariam qualidades para um bom comandante de navios.

Dera-se ao estudo da geometria e da astronomia. Singular marujo ou oficial, de segunda plana, visto não o citarem, ele seria a bordo das caravelas portuguesas, nas quais navegara até á Guiné, como dizia: «Estive no forte de S. Jorge da Mina pertencente ao rei de Portugal».

Não sendo um marinheiro como os outros mas um cientista, embora incipiente, porém atilado, correspondendo-se com Toscanelli e tendo viajado no intuito de se instruir, e ganhando a vida, talvez cumprisse, ao mesmo tempo, a missão de que o encarregara o negociante Centurioni.

Teria acesso a casas de capitães e individuos de categoria estabelecidos na Madeira, onde fôra naquele intuito de comercio e de vêr se palpitava caminho mais curto para chegar á India, país de especiarias e oiro.

Mostraria suas cartas, os trabalhos de sua lavra e como se vivia num periodo de curiosidades intensas sôbre as descobertas, facilmente o acolheriam, novo, brilhante, divergindo da maior parte dos mareantes, perfumado e bem falante.

Assim se apresentaria na morada do francês João Esmeraldo, fidalgo estabelecido na ilha da Madeira.

Era este dos nobres picardos de Norduchel, de magnifica nobreza em quarteis bem autenticos dos Esmeraldos, dos Lavargues, dos Firnes e Norduchel.

Não se tratava dum aventureiro mas dum grande senhor, o qual, le-

(*) André de Hevesy, «Cristophe Colomb ou L'Heureux Genois».

vando bom oiro, saíra do seu país e adquirira fartos terrenos a Rui Gonçalves da Camara, na ilha, onde assentara arraiais, talvez ao cabo de alguns desgostos politicos na sua patria.

O nobre emigrado teria acolhido muito bem, embora em casa mais

ASSINATURA DEPOIS USADA POR CRISTÓVÃO COLOMBO

modesta que o palacio depois construido (*), aquele individuo de excelentes maneiras, o qual se diria, se na realidade o não era, igualmente um exul. Conversariam de coisas do mar, do febricitante movimento das descobertas, e o mancebo, entusiasmado como todos os que trazem nas almas um sonho e no sangue o calor capaz de lhe dar vida, conseguira gerar amizades, mais anda, atrair um amor.

O casamento de Colombo—Talvez que na residencia do seu hospedeiro tivesse conhecido a senhora com quem se devia consorciar.

Apresentado como um debuxante de cartas, mostrando sua delicadeza, e outros dons, quem sabe se fazendo valer suas artes de encantar, ciencia e trato, captara os olhares da fidalga cuja mão receberia, causando estranheza, seculos em fóra, terem-lha dado sem ele comprovar sua nobreza.

É de estranhar, com efeito, mas os homens do mar, nautas, pilotos, diante do grande momento das descobertas depressa subiam em honrarias, e Colombo ou Cólon, pobre mas bem apadrinhado pelo fidalgo, não era um vulgar homem de bordo.

Teria demonstrado possuir pergaminhos, embora os ocultasse para melhor figurar nas armadas em busca do segrêdo? Caido em miseria, após alguns desastres de familia ou acasos politicos, guardar-se-ia de se dizer nobre a fim de melhor poder andar entre a maruja nos lugares de pouca vista? Fá-lo-ia de proposito por seu disfarce de esculcador?

Escreveria seu nome em caracteres misteriosos (*), mas que tinha direito a brasão parece não oferecer duvida, pois em Castela, ao daremlhe os atributos de sua grandeza, se marcara no documento heraldico: «en otro cuadro bajo a la mano izquierda las armas vuestras que sabiades tener» (**).

Seria, pois, um fidalgo, filho duma raça empobrecida, tentando sustentar-se por seu estudo e escondendo do vulgo sua ascendencia para melhor entre ele viver, como sucede a alguns aristocratas do nosso tempo atirados para os países exoticos a tentarem fortuna, exercendo suas habilidades e apresentando cartas de nobreza apenas entre gente de estirpe ou em actos nos quais é impossivel sonegá-los.

Nesta qualidade, sob esta fisionomia, pôde tornar-se o espôso de D. Filipa Moniz de Melo, filha do primeiro donatario de Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo, boa vergontea de cepa d'algo mas distinguido

---

(*) Em 1493. Solar hoje pertença da familia Aires de Ornelas, existindo ainda uma pedra com a data.

(*) Desses caracteres misteriosos alguns escritores nacionais deduziram, ao cabo de longos, pacientes e custosos trabalhos, a personalidade de Colombo, dizendo-o português. Assim, para o sr. Patrocinio Ribeiro, o iniciador da análise da firma, ele seria Cristovam de Cólos, lugar perto de Beja; para o sr. Manuel Pestana Junior, que em grande cópia de conhecimentos e em tersa linguagem tratou o problema, o navegador chamar-se-ia Syman Palha, e para o sr. Santos Ferreira, ao fim de buscas pacientes, com o sr. Ferreira de Serpa, Colombo chamava-se Salvador Gonsalves Zarco. Sòmente ha dificuldade em se identificarem com estas personagens os irmãos do navegador, Bartolomeu e Diogo.

(**) Provisão de Isabel a Catolica.

em bens por sua acção no mar a tornar-se senhor da primeira ilha descoberta. As alianças que fizera, daquela epoca em diante, seriam quasi todas entre familia de marinhagem.

Sua primeira mulher, Margarida Martins, que ele assassinou, e só o podia fazer havendo adulterio, sem incorrer em penas, não lhe deixou filhos, mas nupciado com D. Brites Furtado de Mendonça escolhera uma filha de nautico, do capitão de mar Afonso Furtado, o das galés de Ceuta.

Houve dela três descendentes: D. Filipa, espôsa de Mem Rodrigues de Vasconcelos, da raça do célebre cavaleiro de Aljubarrota e que sendo senhor das terras do Caniço, na Madeira, do mar viveria. D. Catarina Furtado casou com João Teixeira, terceiro filho de Tristão Vaz, o companheiro de Gonçalves Zarco. Gente do mar, e ainda o seria tambem, ao menos em contactos e afinidades, Pedro Correia da Cunha, capitão da Graciosa e marido de Iseu Perestrelo, a terceira filha de Bartolomeu, homem de muitos consorcios como convinha a um povoador.

O cavaleiro da casa do Infante, o seu escolhido para a doação de Porto Santo, teve por terceira mulher D. Isabel Moniz, filha de Vasco Martins Moniz e de D. Joana Teixeira, esta neta de Tristão Vaz, ele de estirpe algarvia, talvez das ligadas ás campanhas. Gente de mar, ainda.

Vieram ao mundo da terceira conjuge de Perestrelo: um filho, Bartolomeu, como o pai; D. Filipa Moniz de Melo, a que desposou Cristobal Cólon ou Cristóvão Colombo e que lhe deu um filho Diogo, como o duque de Viseu, assassinado por D. João II, nome tambem igual ao do tio-avô dela, que bem servira de reposteiro-mór na casa do infante D. Fernando (*). A terceira filha deste tardio amoroso teria sido D. Briolanja Moniz. Desposara um negociante de nome Michelle Muliarte, estrangeiro. Decerto não era nobre. A ter-se dado este exemplo de familia, talvez não se tivesse exigido ao jovem marinheiro grandes provas da sua nobreza nem excelencia nos pergaminhos (**) para se tornar marido de D. Filipa.

Os informadores de Colombo — Instalando-se na ilha da Madeira, vivendo no ambito dos Perestrelos, ser-lhe-iam mostrados os papéis do sogro, visto o cunhado Bartolomeu ser ainda criança; ouviria dalguns marinheiros as historias de suas travessias e do seu contacto com eles ganharia

---

(*) O avô desta senhora chamava-se Gil Aires Moniz e era escrivão da puridade do Condestavel, e ainda seu parente, tendo-lhe o grande guerreiro dado a capela da Piedade, no mosteiro do Carmo de Lisboa.

Casou com Leonor Rodrigues e teve os seguintes descendentes: Diogo Gil Moniz, reposteiro-mór do infante D. Fernando; Vasco Gil Moniz, veador do infante D. Pedro; Leonor Moniz, casada com Fernão de Sousa, o da Labruge; Guiomar Gil Moniz, espôsa de Lopo Dias de Lemos; Isabel Moniz, que se consorciou com Bartolomeu Perestrelo, sendo mãe de D. Filipa Moniz de Melo, a espôsa de Colombo. — (Artigo do sr. Ferreira de Serpa, no livro «Salvador Gonçalves Zarco»).

(**) Atribuía-se mais uma filha de nome Briolanja, ou Violante, àquele lar dos Perestrelos.

É certo que Diogo, filho de Cristobal Cólon, se refere a ela nestes termos: «Item manda que a mi tia Briqulaga Moniz seran dados por sus tercios viente mil maravedis em cada un año mientras que viviere, para sus necessidades, etc.».

Diogo Colombo, irmão do almirante, tambem lhe deixou «diez ducados d'oro» e perdoou-lhe uma dívida.

É curioso, igualmente, que Colombo se refira a seu cunhado Muliarte, o qual se julgou casado com uma irmã da sua espôsa legitima. Mas a existencia desta irmã é negada em dois livros portugueses sôbre Cristobal Cólon, os dos srs. Pestana Junior e Ferreira de Serpa, e adoptado no do sr. Patrocinio Ribeiro, que se baseou nos proprios dados expostos pela familia do navegador.

Pode, porém, neste campo de hipoteses imaginar-se que Michelle Muliarte seria marido de alguma irmã de Colombo da qual não ha noticia segura.

Os irmãos do navegador, Bartolomeu e Diogo, viveram junto dele.

conhecimentos e astuciosa esculca, a exercer-se já por seu proprio interesse.

Vinham-lhe maiores desejos de chegar á verdade acêrca desses mundos, os quais acreditava ao alcance de sua mão.

Pelas relações de familia estava muito perto da côrte, visto o espôso da filha de Bartolomeu Perestrelo ser diferente do ex-empregado dos Centurioni, do amigo de Giraldi, do fabricante de cartas ou do modesto, embora inteligente, nauta. Dar-lhe-iam acesso junto de D. João II na hora em que o desejasse. Só assim se explica que ele o recebesse e lhe desse até larga atenção e certo cuidado, decerto baseado nos talentos que lhe encontraria, descontando-lhe o exacerbamento de visionario, pouco de acolher por tão prático espirito.

Entretanto ele ia sabendo que João Fernandes do Arco, da ilha da Madeira, decerto um conhecido, impetrara licença para ir sôbre o poente. Talvez o acompanhasse até ás Antilhas, que o português teria descoberto, em 1484, aguçando-lhe mais as ansias de chegar a outros continentes.

Mas como se explica o silencio em volta deste facto? É que o rei de Portugal teria noticias de muitas mais terras existentes do lado ocidental não lhes dando, porém, importancia de maior, visto seu fito essencial consistir na passagem pelo oriente, para o que sonhava em dobrar o Cabo Tormentoso, o ultimo penhasco de terrores e de monstros que se topava, e ele sabia-o, antes do oasis maravilhoso do Prestes Joham.

Que antes de Colombo outros homens lá tinham ido, assegura-se não haver a menor duvida, pois os indios, ao verem-no e aos seus companheiros, disseram ter conhecido antes deles «outros homens brancos e barbados como nós outros, antes que nós outros e não muitos anos» (*).

Podiam ser os marinheiros de João Coelho ou de Fernando do Arco, ainda outro de que rezam as cronicas: Afonso Sanches, de Cascais ou de Tavira, o mareante que teria ido morrer a casa do visionario legando-lhe todos os seus papéis de bordo.

A historia seria assim contada (*): «Navegando uma caravela por nosso mar oceano teve tão forçoso e contínuo vento do levante que foi parar a terra desconhecida do mapa ou carta de marear. Voltou de lá em muitos mais dias do que foi; quando chegou não conduzia mais do que o piloto e três ou quatro marinheiros, os quais, como vinham doentes de fome e de trabalho morreram, dentro em pouco tempo, no porto.

«Eis aqui como se descobriram as Indias (**) por desdita de quem primeiro as viu, pois acabou a vida sem gozar delas, sem, ao menos, se saber como se chamavam nem donde era nem em que ano as achou. Bem que não fôsse culpa sua mas malicia alheia ou aspereza do que se chama fortuna. Não me maravilho das historias antigas que contam feitos enormes, nados de pequenas ou escuras origens, pois não sabemos quem achou as Indias que tão assinalado e grande acontecimento é. Ficasse-nos, ao menos, o nome daquele piloto, pois tudo o resto finda com a morte.

«Uns diziam-no andaluz e que andava nas Canarias e Madeira quando lhe sucedeu aquela enorme e mortal derrota, outros chamam-lhe biscainho e que traficava em Inglaterra e França, outros taxam-no de português, que ia ou vinha da Mina ou India, o qual quadra muito com o nome que tomaram e têm aquelas terras. Tambem ha quem afirme que aportou a caravela a Portugal, quem diga que á Madeira e outros ás ilhas dos Açôres, mas nenhum o assegura.

«Sòmente concordam, todos, em que faleceu, aquele piloto, em casa de Cristobal Cólon, em poder do qual ficaram os roteiros da caravelã e a relação de toda aquela longa viagem com a marca e altura das terras novamente vistas e achadas».

Acodem, ainda, mais informações acêrca das suas conversas e aprendi-

---

(*) Fr. Bartolomeu de Las Casas, «Historia das Indias».

(*) Patrocinio Ribeiro, Notas extraidas da «Ilustracion Iberica», de Barcelona.

(**) Chamavam-se assim a todos os territorios nos quais se esperava encontrar o Prestes João.

zagem com mareantes: «tuvo experiencias muy probables porque hablando com hombres que navegaban los mares del Occidente, especialmente las Islas de los Açôres, le afirmó Martim Vicente que hallando se una vez quatrocientas e cinquenta leguas al poniente, de el cabo de S. Vicente,

CASA NA QUAL SE DIZ QUE VIVEU COLOMBO, NA MADEIRA

tomó un pedaço de madera labrado por artificio i ao lo que se juzgaba no con hierro de lo qual i por haver ventado muchos dias poniente, imagina que aquele palo venia de alguma isla. Pedro Correa, casado con la hermana de la mujer de D. Cristobal le certificó que en las islas de Puerto Santo habia visto otro madero, venido con los miesmos vientos i labrado de la miesma fórma i que tambien vió canas mui gruesas que en cada canudo pudieram caber três açumbres de agua» (*).

Numerosas testemunhas mais o convenciam e excitavam.

«Antonio Leme, casado na ilha da Madeira, certificou que tendo corrido com a sua caravela um bom bocado para o poente lhe parecia ter visto três ilhas perto de onde andavam, e nas ilhas de Gomera, Ferro e dos Açôres, muitos afirmavam que viam cada ano essas ilhas do lado do poente» (*). Ele, teorico ou disfarçado, respondia-lhes que podiam ser «o caso de que trata Plinio no seu livro 2 capitulo 97, da Historia Natural, que perto do setentrião tirava o mar alguns arvoredos da terra, as quais tinham grandes raizes que as levava como barcas sôbre a agua e de longe pareciam ilhas».

Cada vez apareciam mais argumentos a convencê-lo:

«Vicente Dias, piloto portuguez, vecino de Tavira, viniendo da Guinea en el pasage de la isla de la Madera, dijo que le pareció de ver una isla que mostraba ser verdadera Tierra i que descobrimos el secreto a un mercador genovez, su amigo, a quien premadió que armase para el descubrimiento, i que havida licença del rey de Portugal se embió recado a Francisco de Caçana, hermano del mercador, para que armase una nao en Sevilla i la entregase a Vicente Dias pero burlando se del negocio no quiso e volviendo el piloto a la Tercera con el armada de Luca de Caçana, armó un navio e salió duas ou três veces mas de ciento i tantas leguas e jamais alló nada» (**).

Colombo e D. João II — Tudo isto levou o moço Cristóvão Cólombo junto de D. João II, que lhe teria escutado as descrições, ouvido, com atenção, marinheiro de tão boas falas e modos diferentes dos homens do seu trato do mar. Os olhos desconfiados do soberano profundariam aquela alma ambiciosa e mistica, a um tempo, e, enquanto entregava o seu requerimento á Junta dos Matematicos, dar-se-ia a bem saber tudo quanto lhe narrava.

Colombo, ao falar-lhe dos achados vindos de longe «dijo haber oido afirmar esto mismo al Rey de Portugal hablando en estas materias i que tenia estas canas i se las mandó

(*) Herrera, «Description de las islas».

(*) Herrera, (Description de las islas», tradução.

(**) Herrera, «Description de las islas», original.

mostrar» las quais julgó haver sido traidas con el impeto de el viento de la Mar, pues en todas nuestras partes de Europa não se sabia que las hubiesse semejantes i ainda bale a esta ciencia que Ptolmeu en el libro 1.º capitulo 17 de su cosmographia dice que se hallan en la India aquelas canas» (*).

O soberano estava, por demais, sabedor do que sucedia. Não o interessava o ocidente, pois conhecia já, por alguns o que aqueles peritos tinham visto, não serem o desejado nem por ali o caminho da região maravilhosa das especiarias. Já alguma coisa ele saberia da que se chamou depois Haiti e mesmo da Antilia, tendo até galardoado João Fernandes do Arco. Acêrca da Terra dos Bacalhaus, nem duvidas teria e por consequencia a ideia de Colombo não o deslumbrou, como julgara o jovem, inteligente e teimoso marinheiro de tais conhecimentos.

A Junta dos Matematicos, composta pelos judeus mestre José Vizinho, Rodrigo e José, e pelo bispo de Ceuta, espanhol, Diogo de Ortiz Calçadilha, tomava conta do assunto para que vivia o moço impaciente.

D. João II, nessa epoca, muito preocupado com a conjura que ia descobrindo mais rapidamente do que os nauticos os continentes desejados, sentia bem viva a espionagem de além-raia.

A Espanha de tal maneira se arrependeu de ter feito o Tratado de Toledo, que ele servira para entabolar negociações com os conspiradores portugueses indignados pela atitude desmedrosa do soberano.

Tristão de Vila Real, mensageiro de Isabel a Catolica, entrara em Portugal secretamente, de noite, e negociara com o duque de Bragança a fórma de resolverem a questão. Pactuaram na Vidigueira. Os capitulos do entendimento tendiam a provocar a luta.

Os reis castelhanos deviam requerer a D. João II que obrigasse a Excelente Senhora, a Beltraneja, como lhe chamavam além-raia, a cumprir os votos da religião, pois tendo-se determinado que essa pretendente ao trono castelhano professasse, ela vivia em Santa Clara de Coimbra como estranha ás regras. Devia o monarca entregá-la ao duque ou a algum de seus irmãos a fim deles a fazerem cumprir os preceitos da Ordem. Era uma fórma de a entregarem á Espanha, salvando-se assim os reis deste país de futuros embates com a donzela a quem o soberano falecido legara o seu trono.

Outro motivo de acção era que aquando «das pazes fôra defeso que os Castelhanos sobre graves penas não fossem tratar ás partes da Guiné, o que os Reys de Castella não podião fazer por ser contra o bem commum dos seus Reynos nos quaes não era negado seus tratos e proveitos aos Portugueses pagando seus direytos ordenados, antes com isso hiam e vinham e tratavam livremente; que asy com imposição de algum justo direyto e tributo, dessem logar aos seus naturaes que o trato da Guiné não fosse defeso por El-Rey. E o desleal fundamento disto era que conquanto estas cousas parecessem justas e honestas e que era razam se fazerem que pela calidade dellas El-Rey os não havia de conceder nem outorgar em nenhuma maneyra e que então os Reys de Castella teriam com isso rezam de romperem com elle guerra e que o Duque e seus irmãos com essa causa parecer justa se escusariam del Rey ao não servirem nem susterem guerra pois não queriam seguir rezam. E aos Reys de Castella serviriam e dariam entrada a suas gentes por suas terras, a qual capitulação foi mettida em cerã (*) e dada ao dito Jeronymo Fernandes (era o meirinho do duque) que com elle nas mãos e em cima de hum bom cavallo partio com ho dito Tristão de Villa Real.

«Sendo avisado pelo Duque que se alguma gente o soltasse fizesse todo o possivel por esconder e salvar a dita estruçam e como chegasse a salvo a Castella a entregásse como entregou ao dito Tristão de Villa Real» (**).

Os de além-fronteiras, atiladamente,

(*) Herrera, «Description de las islas».

(*) Cerã (queria dizer encerrada e com selos apostos sôbre cera).

(**) Cronica de Resende.

já dirigidos pela pujante inteligencia de Isabel, provocavam exacerbar as iras da nobreza que, acaudilhando o Bragança, se dispunha a fazer falhar a obra da posse dos continentes que o soberano ia talhando e defendendo.

Já dera ordens e, nos mares da Guiné, dois capitães portugueses, Mem Palha e Pero Correa, tinham feito presa dum barco dos espanhois, comandado por Covides. Andavam pirateando nas costas guineas, falseando o Tratado, e receberam o condigno castigo.

Para demais, falava-se em oiro das minas. A Espanha tinha o maximo interesse em insuflar animo aos conjurados ás ordens do duque brigantino enquanto D. João II trabalhava activamente.

Sabia muito; desenvolvera as construções, interessava-se pelos aparelhos nauticos de toda a casta e coisa alguma escapava ao seu juizo.

Entretanto, a parte da nobreza, chefiada pelo duque de Bragança, pretendia destroná-lo, mas encontrava um digno adversario. Mandou justiçar este seu parente num cadafalso, em Evora, fazendo-o morrer pomposa e impressionantemente.

Sabendo que se continuava na mesma atitude tendo sido colocado á frente dos conjurados o moço duque de Viseu, que apesar de cunhado e primo do monarca se deixou embair pelos conselhos dos habilidosos conspiradores, chamou-o ao paço de Setubal, e matou-o, por sua mão. Depois de o apunhalar fez com que viesse á sua presença o seu irmão mais novo, D. Manuel, que chegou, tremendo pela sua pessoa. Mostrou-lhe o cadaver; deu-lhe, em herança, alguns dos muitos bens de quem o ofendera e, extinguindo o ducado de Viseu, legado por D. Henrique ao pai de tão grande fidalgo, deixou-lhe o de Beja.

Julgou tranquilizada a nobreza depois do castigo mas tournou-se mais recatado, carrancudo e misterioso, desdenhando as galas, preso numa paixão extra-conjugal, por D. Ana de Mendonça, aia da Excelente Senhora, mas não vendo nela motivo para abandonar a grande obra iniciada em Sagres e da qual era o digno continuador.

Sê-lo-ia até final de sua vida, roida pelos mais intensos desgostos.

Viera para Portugal um germano dado ás matematicas, que se chamava Martim Behaim, nome depois aportuguesado para Martinho da Boemia, e o qual se dedicava a estudos, mas, ao mesmo tempo, como quasi todos os estrangeiros emigrados, pensava governar-se pelo tráfico em país que tão largamente o fazia. Correra mundo desde os dezassete anos. Andara por Veneza, Antuerpia, Malines e Viena e foi talvez na Flandres que ouviu falar do que se estava passando em Portugal, da descoberta dos Açores e cujas ilhas seriam fontes de riquezas. Contava vinte e cinco anos e chegava com enormes planos e maiores necessidades de ganhar a vida.

Andava na côrte; não fazia ainda parte da Junta dos Matematicos, mas aguardava a sua entrada no areópago, quando Colombo abrira suas solicitações, a nobreza conspirava e os aventureiros não sabiam que pensar dum rei que os atraía sem lhes dar as largas compensações esperadas.

Naquele tempo ainda Martim não conhecia Jorge de Utra, donatario do Faial, seu futuro sogro pelo casamento de sua filha, Joana de Macedo.

Em todo o caso, aconselharia ao ansioso nauta aquela viagem, isto decerto por luzes adquiridas entre os venezianos ou leituras de obras colhidas nalgumas bibliotecas estrangeiras (*).

Animadamente aguardava a resolução real.

Acompanhava-o seu irmão, Bartolomeu, tambem desenhador de cartas e sonhando como ele a exploração dos mares, ligando-se á fortuna do genro do Perestrelo, bem acolhido pelo rei, a quem não interessava a obra que queria empreender. Tal-

---

(*) Colombo o teria confessado ao dizer ter-se entendido com «el consejo de Martim de Bohemia, portuguez natural de la isla del Fayal, con quen comunicó, deo principio al descubrimiento» (Herrera).

Foi tarde demais que escreveu e daí o engano acêrca da naturalidade do matematico.

vez o guardasse para outros cometimentos.

Mas não havia fórma de chegar a sua vez e ele doía-se.

Sentiam-no «homem latino (que sabia latim) e curioso com as cousas de geografia e lia por Marco Paulo, que falava modernamente das cousas Orientais do Reyno de Cathayo, e assi da grande ilha de Cypango» e que «vem a fantasiar que por este mar oceano ocidental se podia navegar tanto, té que fossem á ilha de Cypango e em outras terras incognitas» (*).

«El-Rey porque via ser este Cristovão Colon, homem fallador e glorioso em mostrar suas habilidades e imaginações com sua ilha de Cypango, que certo no que diria; dava-lhe pouco credito. Con tudo á força de suas importunações mandou-lhe que estivesse com Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, e com Mestre Rodrigo e Mestre Josefe, a quem ele cometia estas cousas da Cosmographia dos seus descobrimentos; e todos houveram por vaidade as palavras de Cristovam Colon por tudo ser fundado em imaginações e cousas da ilha de Cypango e de Marco Paulo e não era o que o Jeronymo Cardano diz» (**).

Eles seguiam este matematico de preferencia, mas, sobretudo, sabiam ter assegurada a viagem pelo oriente por caminhos quasi ao seu alcance e tanto que só nessa travessia pensavam. O moço inteligente não deslumbrava o frio D. João II, que, dizendo-o visionario, não lhe dava parte do que sabia; porém mostrava-lhe as canas guardadas no seu tesouro, como a comprovar-lhe não lhe ser estranho aquilo a que chamava prova da existencia de terras ao ocidente.

O ambiente português começou a não convir ao mancebo, já nessa epoca viuvo. Tinha um filho, Diogo, que contava pouca idade, quando muito cinco au seis anos. Estava pobre de dinheiro; sentia-se, porém, rico de conhecimentos, e deliberara dirigir-se a outros amos, a solicitar protecção de Fernando e Isabel, a Catolica.

Em Portugal aprendera o que sabia; juntara os cabedais de sua obra, navegando, tendo visto terras, conhecido nautas e escutado suas historias iria narrar tudo isso no país vizinho, esperando acôlho.

Não tivera paciencia para aguardar mais tempo que o monarca, porventura, o empregasse. Possivelmente teriam descoberto a missão da qual fôra encarregado pelos Centurioni, «a de descobrir o mais rapido caminho para as Indias, terra das especiarias e do ouro», ou talvez que noutro qualquer delito incorresse.

Se era o da espionagem, se, por acaso, falara em mau tom do rei, no seu desespero, ou pactuara com algum dos seus inimigos, justiçados ou foragidos, a paga desses erros, desabafos ou cumplicidades ia sofrê-la ao atravessar a fronteira, cheio de fome e de fadiga, com o pequenito pela mão e o sonho a martelar-lhe na mente, em busca de protectores, a pedir agasalho.

Entretanto D. João II, livre dos conspiradores, activava mais sua empresa, querendo realizar o seu fim: Mais além! Mais além!

(*) João de Barros.

(**) Ao referir-se a este matematico não se cifrava acêrca do que ele teria proclamado naquela epoca mas no escrito depois. Jeronimo Cardane nasceu em 1501, logo antes dos acontecimentos de que se trata, porém as teorias nas quais marcaria sua ciencia deviam já estar anunciadas no tempo de D. João II. Ele tê-las-ia desenvolvido ou coordenado.

Era um matematico, medico e astrologo que achou a fórmula para resolver as equações do terceiro grau. Deixou-se morrer de fome para provar ser o dia da sua morte aquele que anunciara por súa astrologia.

BARTOLOMEU DIAS COLOCANDO O SEU PADRÃO

(Quadro de Vitor Bastos)

CAPITULO VI

A AVANÇADA PARA O ORIENTE

Memoraveis trabalhos de D. João II — A passagem do Cabo da Boa Esperança — Colombo e o Novo Mundo

Novas explorações em Africa — O rei, ao acrescentar a seus titulos o de Senhor da Guiné, ambicionava ir mais além em descobertas de terras e em acrescimo da sua prosapia.

Conforme a norma do tempo, o Papa Inocencio VIII confirmara-lhe os seus direitos ás novas possessões, recebendo com pompa a embaixada que lhe mandara sua altera, o rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em Africa e Senhor da Guiné. Ia de embaixador o barão do Alvito, levando por notavel secretario Rui de Pina.

Era a exterioridade da crença, de resto bem firme na alma do rei, que não colonizava para vender escravos mas a fim de fazer a conquista de territorios destinados á sua Corôa, descobrir o caminho do oiro e das pedrarias e, em luta contra o crescente, implantar a cruz e as doutrinas catolicas.

Mandara fazer uns padrões de pedra encimados pelo santo emblema e pelas armas de Portugal. Plantar-se-iam nos lugares do seu senhorio. Nunca se procurou com tanto afan aquele principe cristão, o Prestes Joham, que devia existir em países longinquos adorando o Redentor.

Em 1442, o Pontifice Eugenio IV tratara com o infante D. Henrique da fundação da Bula da Santa Cruzada (Bulla regnen et Dominus domination), sendo concedida por trienios em pagamento das grandes despesas que se faziam com a propagação da fé em Africa. Retirava-se, porém, um dizimo para a fabrica da basilica de S. Pedro, em Roma, sendo os fieis que sustentavam, por ordem do Padre Santo, parte dessas expedições a longas terras. A Cúria sentia em D. João II um fiel filho da Igreja, e tanto que começara a pensar no envio de missões religiosas ás terras de seu dominio. Era o começo da colonização com as sanções papais, indispensaveis nessas épocas. Ao mesmo tempo o monarca acolhia, como excelente politico, os estrangeiros e os judeus, aos quais juntava prelados, como Diogo de Ortiz, a fim de formarem os corpos cientificos de impulso e conselho. Mestre José Vizinho viera da costa da Guiné com suas observações sôbre as alturas do sol e o astrolabio, impreciso ainda, para serviço nos navios, começava a aperfeiçoar-se com todos os outros elementos de navegação.

El-Rei dotaria os mareantes de todas as ajudas das ciencias astronomicas e navais; construia os navios pelos melhores sistemas e, de bem com Roma e com Israel, só combatia o Islam, senhor do comercio no Oriente, sob a enorme fôrça dos turcos em tratos com Veneza, a rival dos portugueses.

Na expedição que partira a continuar as descobertas mandara, talvez para experimentar suas qualidades, o germanico Martinho da Boemia, que se dizia discipulo de Regiomontanos. Ia acompanhar Diogo Cão, chefe da frota, e que levava os padrões basilares da posse.

Eram «d'altura de dois estados d'homem (*) com o escudo das armas

---

(*) Dois metros e dezasseis centimetros.

reais deste Reino e nas costas dele um letreiro em latim e outro em português, os quais diziam que o rei mandara descobrir aquela terra e em que tempo e por que capitão fôra aquelle padrão posto; e em cima, no tôpo, uma cruz de pedra embutida em chumbo».

Seguiram «duas caravelas bem povoadas de gente, viveres e munições de guerra para três anos, e deu ordem para que, em passando o Estreito, seguissem para sul e para leste tanto quanto pudessem». Os navios iam carregados de toda a sorte de mercadorias para o trafico.

«Tambem iam dezoito cavalos com seus arnezes, de presente para os diferentes reis, um para cada um, conforme entendessemos conveniente. Levámos toda a qualidade de especiaria para mostrarmos aos naturais que artigos e generos iamos buscar.

Partimos de Lisboa em direitura á Madeira, que produz o açucar português. Passando as Canarias encontrámos alguns chefes mouros, com quem fizemos trocas de produtos; e, depois, fomos ao reino da Gambia, onde nasce a malagueta, a oitocentas leguas de Portugal. Dali passámos duzentas leguas além dos dominios do rei de Turfur, onde nasce a pimenta chamada portuguesa. Muito adiante daquele país achámos a casca de canela, em um sitio onde voltámos para trás e chegámos a Lisboa no decimo nono mês da nossa partida, tendo navegado duas mil e trezentas leguas.»

Deste modo Martinho da Boemia descrevia a viagem, na qual se tinham colocado as «marcas de el-rei».

Transpusera-se o cabo de Santa Catarina e, avançando para o sul, encontrara-se o rio denominado Zaire, ao qual o descobridor dera o nome de Padrão, pois ali cimentara o primeiro: o de S. Jorge (1482). Seguiu-se o de Santo Agostinho. O de Cabo Negro assentou-o em 1486.

Tratou muito bem com os indigenas, os quais eram de agradavel comercio. Captou-os com presentes, e tão bem que conseguiu embarcar alguns e conduzi-los ao reino, onde D. João II os recebeu com deferencias, dando-lhes vistosas roupas e diversas prendas para seus chefes e soberanos.

Novamente os conduziria para o seu país, a fim de ver se, pelo que dissessem, conseguia as bondades e agasalhos dos senhores da região.

Partiu (1486) e, ao chegar á foz do Zaire, encontrou o Manicongo, monarca do extenso reino do Congo, entrando em diplomacias com ele. Falou-lhe da fé cristã; ouviu-o aceder a conhecê-la, desejoso de se aliar com o grande soberano português. Enviava para bordo o seu ministro Caçuta, o qual viria aonde reinava tão excelso potentado. Dava-lhe uma comitiva, a qual assistiu a grandes festas na côrte, por aquele enviado do poderoso negro ter recebido o baptismo com o nome de João, o do rei de Portugal, e os apelidos de Aires da Silva, que eram os do camarista régio.

A primeira missão religiosa á Africa — Logo os outros indigenas quiseram obter igual honraria e os respectivos presentes, tendo ficado na côrte em grande conta e muito bem recolhidos e tratados pelos padres de Santo Eloi, dos quais seria composta a primeira missão religiosa á Africa.

Estes sacerdotes eram conegos de São João Evangelista, que residiam no reino desde 1286, os quais muitas benesses recebiam da rainha D. Leonor, esposa do rei, ocupando um dos paços reais com a residencia dos religiosos que iam levar a palavra de Deus ás terras selvagens.

Embarcaram numa pequena esquadra, da chefia de Gonçalo de Sousa. Concedia-se ao rei do Congo brasão e escudo, e parecia bem estabelecida a aliança entre tão grande rei e os portugueses (1490).

O comandante da frota faleceu em Cabo Verde, substituindo-o seu sobrinho Rui de Sousa, e não houve, ao começo, dificuldades no acolho.

O tio do monarca quis baptizar-se, recebendo o nome de Manuel, e seu filho o de Antonio; depois, os sacerdotes seguiram para o interior, onde estava estabelecida a côrte, e logo o soberano pediu as aguas lustrais, ficando a chamar-se João, seu filho, Afonso e a sua favorita, Leonor. Deu ordem para se poder erigir um templo, cuja construção se iniciou.

O Congo vivia em rebelião, mas, após o sacramento ministrado á familia real, houve uma enorme vitoria sôbre os revolucionarios, o que deu

um espantoso incremento ao novo credo.

Sòmente os padres prègavam contra os harens; queriam destruir aquelas familias em que cada homem podia ter mulheres conforme seus réditos, considerando-as todas por esposas. Isto gerou a primeira revolta, dirigida pelo filho segundo do Manicongo, com grande parte dos subditos. Sòmente Afonso, sabendo das grandiosas fôrças dos cristãos, não acatou a revolta do irmão, rival ambicioso da corôa, que seu pai, muito aborrecido, visto não lhe consentirem a poligamia, acabara por lhe legar.

O Congo — Os portugueses ajudadaram-no na reconquista, e ele, grato e amigo, dominando como verdadeiro senhor dos negros, mas sujeito aos seus aliados, mandou vistosa embaixada ao reino, onde, além dos grandes arranjos que D. João II deu aos membros dessa enviatura, mercê de mais pêso lhe foi concedida. Os embaixadores chamavam-se Jacome, e este era indio; João de Santa Maria, Caravelinha, João Gonçalves, Simão, e um deles, decerto de categoria real, usava Dom e tinha o nome de Francisco. Vinham mais três mulatos, filhos de mouros e negras: Cristovão, João Pontevel e Cabreira. O rei deu-lhes capas, pelotes e calças de fustão, mas, com as prendas, mandou-os ensinar a ler, sendo seu mestre um Martim Afonso. Tal a mercê em tão recuados tempos.

A acção portuguesa no Congo desenvolvia-se largamente. O senhorio daquelas regiões era imenso, um autentico imperio, que alcançava as regiões angolenses.

D. João II devia estar satisfeito, para o instante, mas a sua persistencia não se contentava durante muito tempo. Queria atingir o reino de Prestes Joham, passar pelas aguas até á India, a Cathay, as terras que Marco Paulo tão bem descrevera e ás quais era preciso chegar.

Tratou de duas expedições para esse fim: uma iria por mar, sob o comando do experimentado Bartolomeu Dias; a outra, por terra, sendo mais modesta, disfarçada, compondo-se apenas de dois homens, Afonso de Paiva e Pero da Covilhã.

É que viera a Lisboa um representante do rei de Benim, com o qual entrara de amizade um piloto português, João Afonso de Aveiro, que muito navegara na enseada do golfo da Guiné. Limitada ao norte pelo cabo Formoso, ao sul pelo de S. Paulo, com Ardra e Jaquem, porta de Dahomé, a região tinha na baía de Benim um soba de vulto, que o mareante conseguira tornar seu parcial. Falou-lhe do poder do seu rei e um

PADRÃO DE DIOGO CÃO NO CABO DE SANTA MARIA, QUE SUBSTITUIU O PRIMITIVO

embaixador partira, servindo-lhe o navegador de interprete junto do monarca.

Longa e de interesse foi a narrativa do negro. Falou dum soberano de nome Ogane, misterioso e estranho, ao qual seus amos, ao tomarem posse do reino de Benim, mandavam pedir licença para a investidura. Sem tal preito não podiam reinar. O monarca fabuloso dava-lhes um bordão, um capacete de bronze e uma cruz, tambem do mesmo metal, parecida com a que ostentavam ao peito. Tais insignias eram-lhes entregues por intermedio de familiares, pois o potentado apenas mostrava um pé surdindo detrás de pesadas cortinas.

Era um grande senhor.

D. João II julgou tratar-se do Prestes João. Aquela cruz, tais ritos, as legendas estranhas, fizeram-no admitir a possibilidade de, enfim, se encontrar na verdadeira pista do imperador famoso.

SOFALA NO SECULO XVII

Lançou-se com a sua Junta dos Matematicos sôbre as cartas de Ptolomeu e entrou em comparações. O seu desejo era intenso, as palavras do negro mais o excitavam; ganhava enormes certezas, e, organizando as expedições com superior tacto, ficou-se á espera dos resultados, assistindo á construção das caravelas, aos conselhos dos sabios, ao aperfeiçoamento dos aparelhos nauticos.

Em 1487 partiram as duas expedições. Primeiro, em Maio, deixaram o reino os que deviam ir por terra, Afonso de Paiva e Pero da Covilhã. Levavam uma carta para o decantado senhor, cuja fama vinha preocupando o orbe desde o seculo XII.

Os pioneiros da Igreja tinham-no encontrado; o bispo de Gabala revelara-o. Seu reino era na extremidade do Oriente, sendo soberano e, ao mesmo tempo, pontifice. Submetera-se com verdadeira fé á religião apregoada por Nestor, o frade russo que fizera modificações no catolocismo, aí pelo seculo decimo primeiro, e cuja doutrina alastrara pela Persia e outros países.

Para o monge, Jesus Cristo era um homem no qual o Verbo Divino se albergara como num sacrario. A Virgem Maria fôra mãe da humanidade, nanja da divindade, não devendo ser chamada Mãe de Deus, mas sim mãe de Cristo. O Papa condenara tais opiniões, mas os nestorianos constituiram uma Igreja independente, pertencendo-lhe o poderoso Prestes João e havendo um patriarca chefe do scisma, que tomara o titulo de «Catholicos».

Com semelhantes personagens deviam entender-se os enviados, que lèvavam cartas de crédito do banqueiro Bartolomeu Florentino, que foram cambiadas em Napoles pelos Medicis.

Passaram a Rhodes, onde dominava a Ordem dos Hospitalarios. Entre eles encontravam-se dois cavaleiros portugueses, a cuja sombra os enviados reais penetraram na Alexandria.

As febres apoquentavam-nos; receberam tratamento e, ao melhorarem, dirigiram-se para o Cairo, indo em uma caravana a Tor, na base do Monte Sinai, nas margens do Mar Vermelho.

Ouviram das bôcas moiras largos informe acêrca do vasto e magnifico comercio de Calicut, e seguiram até Aden, onde se desligaram.

Pero da Covilhã foi para a India a inquirir desse trafico maravilhoso e, ao mesmo tempo, de possivel passagem por mar, vindo das costas da Africa portuguesa.

A Afonso de Paiva coube a missão de se internar na Abissinia, onde já sabia encontrar rastro do famoso Prestes João. Devia voltar ao Cairo, onde se lhe juntaria o companheiro, após a sua viagem.

Fôra á India e dali conduzira-se ás minas de oiro de Sofala, e a moirama fez-lhe conhecer a ilha denominada da Lua (Madagascar). Soube do negocio das especiarias, investigou largamente e, cheio de informações, apressou-se a ir encontrar o outro delegado real. Mas, ao entrar no Cairo, teve a noticia da sua morte.

Em busca do Prestes João — Aguardavam dois israelitas que D. João II mandara ao encontro de Pero da Covilhã. Um deles era um pobre sapateiro de Lamego, que um dia, impelido pelo espirito aventureiro da sua raça, se pusera a correr mundo sem trabalhar, mendigando, e, de terra em terra, autentico judeu errante, fôra até á Babilonia. Voltara pobre como partira, porém escutara os ecos do que se contava acêrca das fabulosissimas riquezas de Ormuz. Era como um entreposto do Oriente. Ali se conglobavam as maiores opulencias, os produtos mais variados e exoticos se misturavam ao oiro e ás pedrarias, e de lá partiam para os portos do Mediterraneo.

Logo que se descobrira a passagem, por mar, além de Africa, todo êsse maravilhoso negocio, na realidade surpreendente, teria por mercado Lisboa. Isto pensara o rei ao ouvir o sapateiro, que conseguira falar-lhe.

Tornava-se urgente que Pero da Covilhã o atendesse e apresentasse sua relação, e mandou-o, com dinheiro ao Egipto, á busca do seu enviado, levando como chefe outro judeu, este, porém, sabio, um autentico rabino, residente em Beja e que se chamava Abraham.

Com semelhantes noticias ia, igualmente, ordem para que o agente régio não regressasse sem encontrar o Prestes Joham.

Os israelitas receberam em troca do que el-rei lhes ordenara para co-

municarem ao seu reperesentante aquilo que ele apurara e escrevera em longa cópia de notas. Assegurava que as caravelas da navegação ao largo da costa da Guiné, avançando, poderiam alcançar o estremo do continente africano. Dirigindo-se para leste encontrariam Sofala, a

MAPA DA ETIOPIA

magnifica, e a ilha da Lua (Madagascar). Era por ali o real e insofismavel caminho da India.

Melhores novas não podiam trazer os dois hebreus ao rei de Portugal.

Pero da Covilhã prosseguiu na sua rota para a Abissinia, onde vivia o celebrado imperador ou «negus», e cujos titulos eram enormes, usando, porém, mais frequentemente, o de Rei dos Reis da Etiopia. Tinha por cetro uma cruz, segurando outra na mão esquerda, não pela dignidade do imperio, mas pela de Diacono. Na cabeça sustentava, como emblema da sua realeza, uma corôa de oiro e prata revestida de perolas, visto não se conhecerem ali pedrarias.

Vivia sob a crença nestoriana e seu trafico principal consistia na venda de oiro apanhado em grãos nos rios, chumbo, ferro e sal em grandes blocos e que se encontrava nas montanhas. Diziam os indigenas que sob aquele sal estava muito oiro, mas não o queriam explorar receando a cobiça dos poderosos turcos.

A tradição dizia ter ali reinado a rainha de Sabá, a qual, tendo um filho de Salomão, ele lhe sucedera no trono desse país encantado.

O «negus» que dominava no país, quando lá chegou Pero da Covilhã, chamava-se Alexandre, nome pouco usual naquelas paragens. Estava em Shoa e ali acolheu a carta de D. João II. Honrou, sobremaneira, o embaixador do rei cristão e inquiriu muito acêrca do seu soberano. Não havia honrarias que deixasse de lhe conceder, mas houvera uma luta, fôra ferido e morrera pouco depois, sucedendo-lhe o filho, o qual continuou a distinguir o português.

Adivinha-se na historia da Abissinia um desses dramas frequentes entre as ambições reais.

Naturalmente, um irmão do imperador disputava-lhe a corôa. Conseguiu-a após a morte do soberano, e, subindo ao solo etíope, sob o nome de Ambara Batzar, continuou tratando muito bem a Pero da Covilhã.

Entregou-lhe o govêrno duma provincia; deu-lhe mulher de categoria e, fazendo-o senhor dum vasto territorio, Ambara proibiu-lhe que deixasse o imperio.

Gostava dele a seu modo; tinha-o como conselheiro, mas, talvez por lhe apreciar os talentos, receava que, saindo dali, fôsse buscar invasores tão poderosos como os turcos. Sòmente, ao enviar uma embaixada a Roma, da qual era chefe o padre abexim Lucas Marcos, não quis deixar de estender a Portugal aquela visita.

Já andavam outros pioneiros portugueses por diversas nações. Eram os exploradores da Africa. João Lourenço, João Bispo, Vicente Anes; avançando da Mina, chegaram aos dominios do rei do Songo; Pero de Evora e Gonçalo Enes foram de Tucurol a Tombuctu; Rodrigo Rebelo, João Colaço e Pero Reynel, com outros cinco companheiros, entraram na Mandimansa, mas só voltou o ultimo, que de novo procurou, com Diogo Borges e Gonçalo Antas, a região de Huaden, enquanto Mem Rodrigo e Pero de Arturniga penetravam até Ta-

mala. Eram, por ordem de D. João II, os primeiros sertanejos portugueses.

O Cabo Tormentoso ou da Boa Esperança — Conta-se que um homem estrangeiro e de trafico, «que muitas vezes vinha a Lisboa e muito sabia da arte de navegar» «fez concerto com el rei que lhe daria navios e gente e todo o necessario sem ele gastar mais que o trabalho e fosse correr a costa de Benim e corresse por ellas quanto mais pudesse até que gastasse os mantimentos e que de terras novas que descobrisse e assentasse lhe faria nelas tanta mercê, que se houvesse por ditoso» (*).

Chamava-se, tal individuo, Janinfante e aceitou a proposta. Talvez fôsse João Infante e de estrangeiro nada tivesse, ou estranho fôra e lhe aportuguesassem o nome.

Escolheu, á vontade, as caravelas nas Tercenas; armou quatro, encheu-as de mantimentos, mercadorias e presentes e fez-se de vela. No regresso, disse ao monarca que «aprofiando em voltar ora para terra ora para o mar, com grandes temporais e tão grandes mares, que lhes corriam os navios, vira que os ventos eram gerais sem nunca haver mudança, havendo quatro meses que ali andavam, voltando ao mar e á terra e que indo para o mar achava q mares tão grandes q os não podia navegar com as caravelas» (**).

Para demais, as gentes de bordo muito lhe bradavam correrem riscos suas vidas e seus proveitos. Arribara e concluira: «se levara navios altos com que fôra mais ao mar que fôra mais àvante» (***).

Falara-lhe, porém, dum cabo, ao que o soberano volvera:

«Vós mandais fazer os navios á vossa vontade e tornareis a descobrir esse cabo de que tão boa esperança me daes.»

Depararia, ao largo, com o Tormentoso, a que D. João II ia chamando da Boa Esperança.

Foi Janinfante escolher a madeira para os barcos, que se desenhariam por sua encomenda, mas diz-se ter morrido em meio da empresa, chamando-se para o substituir Bartolomeu Dias, cavaleiro da real casa e almoxarife dos armazens de Lisboa.

Seria ele o escolhido para levar ao fim o projecto da travessia. Se, em verdade, Janinfante não era o

ABEXINS

João Infante, bem português, ou cujo nome se aportuguesara, é certo que na expedição alguem deste nome tomou alta parte.

O navio do comandante levava por piloto Pero de Alenquer, experimentado e sabedor mareante; o outro barco, o «S. Pantaleão», fôra entregue a João Infante e ao piloto Alvaro Martins, com o mestre João Grego. Havia, ainda, uma terceira caravela destinada aos mantimentos, ás ordens de Pero Dias, irmão do chefe, sendo seu piloto João Santiago e mestre João Alves. Era do melhor que se pudera encontrar em gentes da nautica.

Partiram em 2 de Agosto de 1486, sem perderem de vista a costa, e, dobrando o cabo Padrão, na altura do Equador a barca dos viveres ficara para trás.

Colocou-se um marco em Angra Pequena, a dos Ilheus. Fixara-se num

---

(*) Gaspar Correia («Lendas da India»).
(**) Id.
(***) Id.

outeiro, a Serra Parda, esse padrão de S. Tiago. Os europeus chegavam á região tropical. Mandara-se a terra duas negras vindas a bordo para essas tarefas de inquerito, e fez-se de prôa passando para a costa dos Hotentotes, velejando perto do famoso cabo que se ia descobrir.

Não o viram.

Rugia, impetuosamente, a tempestade; cerravam-se os nevoeiros e os ventos arremeçavam-nos para o largo, e, em tais divergencias, que de Cabo das Voltas se cognominou a região. Andou-se, assim, cinco dias nessa ponta meridional da foz do rio Orange.

Resfriara de repente; após os grandes calores viera a baixa de temperatura, e já iam longe do Tormentoso, em meio do oceano, entre o céu e a agua. As tripulações aterravam-se; havia o mesmo receio que, outrora, nas barcas de menos bordo comandadas por Janinfante.

Mas deparou-se terra; viram uma angra verdejante, na qual pascia uma grande manada de vacas á guarda de numerosos pastores, que fugiram, espantando o gado, á vista daqueles navios estranhos vindos de longe, pois nunca tinham aparecido outros em tais regiões. Deviam parecer enormes monstros; aterrorizar-se-iam tanto como os portugueses com a lenda do colosso que guardava o Tormentoso. Fugiram. Dando-se o nome de Angra dos Vaqueiros ao territorio, prosseguiram para leste, onde se lhes deparou uma enseada. Chamaram-lhe de S. Braz; noutra que encontraram erigiram padrão. Denominaram-na Santa Cruz.

O pensamento do chefe alongava-se para a busca de novos dominios; queria ir mais para diante, mas os indigenas de S. Braz tinham procurado combatê-lo, e só então verificou ser cumprido seu fim.

Nas colisões com os indigenas perdera animo; ficara no Cabo das Voltas o barco dos mantimentos com alguns homens e era preciso ir buscá-los.

Não se devia passar mais além; tão pouco se podia avançar, pois que a marinhagem «vinha cançada e temerosa dos grandes mares», e, ante a teima do comandante, «todos, a uma voz, começaram de se queixar e requerer que não fossem mais àvante.»

O navegador reuniu os seus homens. Sentia-se impotente para destruir aqueles receios; respondiam-lhe que já tinham ido além do que se estipulara, e ele, ansioso pelas terras do Prestes João, desejando alcançar as regiões das especiarias e oiro, fez-lhes uma promessa: navegariam mais três dias e, se ao terminá-los, não descobrissem terras de valor, regressariam ao reino, visto terem trabalhado em boa e séria labuta.

Entraram num rio; João Infante saltou para a sua margem e seu nome ficou a memorar o curso dessas aguas.

A marinhagem não quis atender na voz, quasi súplice, do seu chefe. Ele guardava em si o sonho; sentia-se impelido pela tradição; desejava equiparar-se àqueles cujos nomes já se citavam como gloriosos.

Gil Eanes, sobretudo, dobrando o Bojador, resplandecia. Ele dobrara o Tormentoso.

Se não consolado com a ideia e, menos, convencido, porém, não podendo obrigar os tripulantes á faina, voltara de rumo. Dobrando o padrão que cimentara na ilhota de Santa Cruz «fôra tanta a dôr e o sentimento como se deixara um filho desterrado» (*).

Passara-se na rota de regresso com bom tempo e descortinaram o famosissimo cabo.

Já não os amedrontava. Era um penhasco sob o qual se acumulavam nuvens negras tomando formas procelosas e aparecendo ás imaginações excitadas da maruja como aquele portentoso colosso que lá vivia para impedir a navegação, Deus das aguas a aniquilar as audacias dos navegantes, que tanto se esforçavam em vencê-lo.

O barco dos víveres fôra roubado pelos negros; os seus guardas tinham sido mortos e o que escapara, um Fernando Colaço, filhote do Lumiar e escrivão de bordo, acabara por morrer das febres, dos golpes e de alegria ao vê-los regressar.

No Cabo das Tormentas, a que D. João II chamaria da Boa Espe-

---

(*) João de Barros, «Asia».

rança, se colocara outro padrão — o de S. Felipe — largando-se para S. Jorge da Mina.

Não deixara de ser frutífera a expedição; descobrira-se a passagem que, com certeza, conduzia ás Indias. A gloria do navegador não fôra completa, mas trazia ao rei, com a nova, muito oiro da Mina. Ele acolheu-o com alegria, premiando-o, exultando.

Ficavam, assim, definidas as rotas de novas viagens. Os informes recebidos por intermedio dos judeus a a quem Pero da Covilhã os entregara, aquela serie de certezas que Bartolomeu Dias trazia, ao cabo de dezasseis meses, enchiam-no, tornavam-no um principe venturoso.

Chegara a Lisboa em Dezembro de 1488.

Estava-se no apogeu no reinado. O herdeiro do reino, o principe D. Afonso, ia casar com a filha de Isabel a Catolica e de D. Fernando, soberanos castelhanos. Era a paz.

A paz com Marrocos — As guerras em Marrocos terminavam. Andara pelas costas islamitas D. Diogo Fernandes de Almeida, comandando cento e cinquenta fidalgos, transportados em trinta pequenos navios, com os bèsteiros e mais gente de armas.

Lançaram-se contra os desprevenidos moiros em Anafé e mataram novecentos, aprisionando quatrocentos. Vingavam o Infante Santo.

Ficara prisioneiro, numa sortida realizada em Tanger, um dos principes capitães infieis, Ali-Barrie, que, entregue a D. João de Meneses, se conservou em cativeiro até ser trocado pelo governador de Ceuta, D. Antonio de Meneses, tambem caído, mais tarde, em mãos dos marroquinos.

D. João II queria que tal ultraje não ficasse sem castigo. Um dos seus fidalgos prisioneiro diminuia-o aos olhos da gente de Mafamede. As descobertas tomavam-lhe o tempo; já dera suas provas de valor em Africa e Castela. Mandaria alguns dos seus guerreiros a talar a terra inimiga.

Foi ali um capitão de ginetes, Fernão Martins de Mascarenhas, o qual, junto com o governador de Arzila, conde de Borba, e o de Tanger, D. João de Meneses, de tal forma raziaram até Alcacer Quibir que o Islam tremera ante tanta audacia.

Havia tempo que a fortaleza denominada Graciosa, na foz do rio de Larache, estava em cêrco. Os moiros tinham construido uma estacada nas aguas e os socorros não podiam lá chegar. Gastava-se ali oiro e vidas; era preciso solucionar o caso gravissimo. Então, el-rei, decidiu ir, em pessoa, combater e, ao lançar o pregão, nem os mais velhos cavaleiros ficaram em seus solares.

Soube-se das suas deliberações e o imperador de Fez propôs uma imediata paz. Exigia o abandono da fortaleza, a qual seria arrazada depois dos seus defensores sairem dela com todas as honras da guerra e conduzindo os bens, armas, viveres e materiais.

Em Agosto de 1489 assinou-se o tratado. Reinava a calma. Podia prosseguir-se nos descobrimentos.

O principe da Guiné — Viera ao reino um soberano jalofo, de nome Bemohi, o qual chegara a pedir sua intervenção contra os adversarios, decididos a expoliá-lo na sua terra da Guiné, onde os portugueses tanta reputação tinham adquirido. Respondera-lhe o monarca que só podia auxiliar principes cristãos. O negro declarara-se pronto a receber o baptismo, e, assim, viera a Portugal, sendo acolhido, pomposamente, em Setubal, onde demorava a côrte.

O monarca exagerou as honras prestadas ao rei negro. Sentiu ser necessario tratá-lo de forma a que ele arrastasse consigo todos os partidarios para as concepções portuguesas, e daí aquela magnificencia deslumbradora ante a qual o exul contou as desgraças de seu reinado. Baptizaram-no; recebeu o nome de João, e, armado cavaleiro, teve brasão com uma cruz dourada em campo vermelho e as quinas bordadas. Era como um novo padrão.

Ao partir para o seu país seguiu na companhia dum familiar régio, Pedro Vaz Bisagudo, guerreiro, nauta, debuxante de cartas maritimas, que ia com o Bemohi erguer uma fortaleza na foz do Senegal.

A guerra proviera de ser muito grande o imperio e ele ter mandado varios dos seus tenentes a governar as provincias. Cada um deles se julgou soberano — psicologia igual á de muitos brancos — e daí a revolta. Mas, ao que parece, receoso dos vassalos, quis, por um acto de traição,

entregar-lhes os portugueses, imaginando, deste modo, subir no conceito dos rebeldes. Foi descoberto a tempo, sendo morto por Pedro Vaz Bisagudo, a quem o monarca, apesar de toda a rigidez da sua politica colonial, não pediu contas.

A sorte do herdeiro do trono de Portugal — Casaria, entre festejos sumptuosos, o principe D. Afonso, com a filha dos reis Catolicos, a qual era lindissima e lhe tinha despertado grande amor quando estiveram nas Terçarias. Fôra esperá-la, e pernoitando no convento do Espinheiro, ainda antes das bôdas, consumaram o matrimonio, o que deu mau pressagio a seu futuro, conforme se marcou com a queda do pedaço dum telhado. A rainha D. Leonor, que tanto se dedicara aos pobres, e ia fundar os banhos das Caldas, para aliviar os humildes de seus males, entristecera. O rei transmudara-se; estava alegre com o consorcio e dera festas magnificas, nas quais figurara o seu bastardo, D. Jorge de Lencastre, filho de D. Ana de Mendonça, aia da «Excelente Senhora», a que deveria ser rainha de Castela mas acabara professando em Santa Clara de Coimbra. O bastardo real que a princesa D. Joana, irmã do soberano — a futura Santa — criara, luzia as suas galas. A tia falecera em Maio. Aquele deslumbramento dos esponsais, em Evora, realizava-se em Novembro.

Diante da beleza da noiva, D. Manuel, duque de Beja, o irmão do duque de Viseu, apunhalado em Setubal, sentia-se perturbado a ponto da rainha, sua irmã, notar tanta admiração. No fim das festas, D. João II, fugindo á peste que assolava parte do reino, retirara-se para a herdade da Fonte Coberta, onde, depois de beber agua, se julgou envenenado, tendo morrido o seu copeiro-mór, Fernão de Sousa, e Estêvão de Sequeira, com sintomas iguais ao do seu mal. Por fim, melhorara e fôra para Almeirim, com a côrte, a uma caçada.

Havia menos dum ano que estava casado o seu herdeiro. Continuava na lua de mel. O pai, indo nadar ao Tejo, convidou-o para a companhia, ao que se recusou, dizendo-se fatigado. Ouviu uma troça amistosa, e logo, arrependido de ter recusado o convite, vestiu-se de negro, montou um cavalo, que estava com arreios pretos, e, chamando D. João de Meneses, levou-o consigo. A certa altura propôs-lhe uma aposta de corridas — um páreo — e, no fragor da carreira, D. Afonso ficou sob a montada, que caíra. O fidalgo que o acompanhava fugiu, depois de ter conduzido o principe para casa dum pobre pescador, no Campo do Alfange, onde D. João II foi encontrar o filho na agonia. Tinha dezasseis anos (13 de Julho de 1491). O pai abatera a sua fleuma e rigidez ante o leito sôbre o qual se amortalhavam as suas esperanças; a mãe, segurando-se a um camaroeiro suspenso á cabeceira do catre, onde o moribundo a olhava, assistiu-lhe ao final. Juntaria ás suas armas essa mesquinha rêde. A princesa, que adorava o esposo, entrevendo a viuvez, culpava os judeus. Era castigo por terem lugares na côrte como ledores dos astros, dizia ela.

Quando D. Manuel, duque de Beja, chegou, o primo era cadaver, e logo, desesperadamente, ouviu que D. Isabel se retiraria para Castela (*).

A sucessão da corôa — El-rei, recolhendo-se a uma camara, com o seu favorito, Antão de Faria, falou-lhe do caso da sucessão do reino. Mandara Martinho da Boemia á Flandres, a ver se conseguia a opinião dos parentes para alçar ao trono seu filho bastardo, D. Jorge de Lencastre, a quem daria o mestrado de Santiago e o titulo de duque de Coimbra.

A rainha não quisera na côrte esse fruto dos amores do marido com D. Ana de Mendonça, e sentira como o duque de Beja, seu irmão, filho do infante D. Fernando, ia ser afastado da corôa, á qual tinha direito como autentico neto de el-rei D. Duarte. O outro era o ilegitimo, que não podia tocar no cetro. Mas com aquele homem ferreo ninguem jogava, e daí o retraimento em que todos andavam enquanto el-rei meditava na sucessão.

A princesa partira; ele levara-a até Ponte de Sôr, e, no regresso, sentira-se pior. Nunca melhorara depois de ter bebido a agua da Fonte Coberta. Todavia, não o podiam julgar envenenado.

(*) Da «Historia de Portugal».

Os judeus espanhois — Torquemada, após a expulsão dos mouros de Castela, exigira a dos judeus. Alguns eram opulentissimos e todos trabalhadores, mas a Inquisição desejava-os afastados; e quando eles ofereceram aos soberanos catolicos uma grande quantia, o inquisidor, entrando na sala régia, disse-lhes: «Judas vendeu Cristo por trinta dinheiros; vossas altezas vão vendê-lo por muito mais. Aí o têm». Pousara um crucifixo sôbre a mesa. Os judeus, expoliados e expulsos, embarcaram tumultuariamente, empobrecidos, vendo as filhas entregues á brutalidade dos cristãos, e pediram abrigo ao rei de Portugal, que lho deu, por seis meses, consentindo, todavia, na estada e fixação dos que fôssem artifices. Aplicá-los-ia no fabrico das naus da India, que tanto o preocupavam. Entre os escorraçados vinha um sabio, Abraham Ben Samuel Zacuto, lente da Universidade de Salamanca, sua patria, e astronomo célebre. O monarca acolheu-o e aproveitou-lhe as luzes, sempre para o mesmo fim do caminho do Oriente.

A princesa D. Isabel era a maior propulsora da luta contra os israelitas, dizendo que o seu esposo morrera em vista do soberano acolher e bem tratar os hebreus, aos quais acusava de feiticeiros (*).

A odisseia de Colombo — Cristóvão Colombo não tivera vida fagueira na Espanha, para onde se retirara. Encontrara abrigo no convento de la Rabida, junto a Sevilha, quando era já um desanimado (1486).

Conseguira falar com o duque de Medinaceli logo ao penetrar em territorio castelhano. No seu palacio se refugiavam os Braganças fugidos ao gladio de D. João II, e, talvez por eles, o grande fidalgo, buscando o intermedio do cardial de Espanha, D. Pedro Gonzalez Mendoza, arranjara forma de apresentar o seu protegido aos reis catolicos. Ele solicitava duas ou três caravelas para ir á descoberta das ilhas maravilhosas.

Ouviram-no e remeteram-no á assembleia de notaveis a reunir em Salamanca, sob a presidencia de Frei Fernando de Talavera, visto tratar-se de assunto que a ciencia régia não alcançava.

Isabel, a Catolica, mostrara-se-lhe favoravel, mas hesitante; D. Fernando, frio e grave, mal acreditava nos dizeres do mareante, visto o «Homem», o rei de Portugal, o ter repelido. Se D. João II não o acreditava, ele, tão ambicioso de extensões territoriais, era por que pouco valiam as ideias do marinheiro.

Diante do conselho de notaveis, ele expôs os planos. Responderam-lhe com desdens. A teoria da terra ser redonda já estava, em grande parte, adoptada. Mesmo houvera pontifices que a admitiram. Todavia, para alguns espiritos fradescos, numa época de intolerancia religiosa e quando os israelitas adoptavam tal criterio, representava êrro grave. Reprovaram-no. Em Salamanca, diante dos dominicanos de Santo Estêvão e outras doutas personagens, foi apenas apoiado por Frei Diogo de Deza, o qual convenceu os colegas não serem hereticas as teorias do expositor. Assim o participou aos soberanos com o religioso.

Não serviu de nada aquela intervenção. Passou mais um ano, e ele, em seu desanimo, decidira-se a recorrer novamente ao rei português, a quem, naturalmente, queria relatar a decisão do conselho dos doutos.

Receava, porém, apresentar-se-lhe. Porque temesse por algum pecado antigo, o de lhe terem descoberto o encargo da parte de Centurioni, ainda por que se amedrontasse em razão da sua convivencia com os Braganças em casa de Medinaceli, ou por considerar-se crime o levar a rivais do soberano as ideias defendidas em seu reino, Colombo não se dirigiu a Lisboa mas solicitou audiencia e salvo conduto. Devia remorder-lhe a consciencia.

A cedula real chegou, concebida nestes termos:

«A Cristobal Colon, noso especial amigo, em Sevilha.»

Era boa a forma porque o tratava; excelente por provir de tal rei, que lhe mandava assegurar a passagem sem perigos.

«Cristoval Cólon.

«Nós Dom Joham per graça de Deos Rey de Portugall e dos Algarves, daquem e dallem mar em Africa, Senhor de Guinee vos enviamos mui-

---

(*) Da «Historia de Portugal».

to saudar. Vimos a carta que nos escreveste e a boa afeiçam que por ella mostrava teerdes ao nosso serviço. Vos agradecemos muito. E quanto á vosa vinda cá, certa, assy polo que apontaes como por outros respeitos para que a vosa industria e bõo engenho nos será necessario, nós a desejamos e prazer nos ha muyto de vyrdes porque em o que vos toca se dará tal forma de que vós devaaes ser contente.»

Talvez exercesse junto dos politicos castelhanos qualquer missão de esculca, esperando que, ao delatá-la ao monarca português, ganhasse junto de. E pela mesma mandamos a todas as nossas justiças que cumpram asy.»

Isentava-o de prisão. Aquelas «causas a que sejaes obligado» podiam ser dividas, como, com efeito, deixara.

Acrescentava:

«E por tanto, vos rogamos e encomendamos que vossa vinda seja loguo e para isso não tenhaes pejo algum e agradecer-vo-lo-hemos e teremos muito em serviço. Scripta em Avis a vinte de Março de 1488.»

Misteriosa carta é esta. Teria servido para demonstrar aos alheios a conta em que o tinha o soberano, o

COLOMBO ANTE O CONSELHO DE SALAMANCA

dele melhor ambiente. D. João II gabou-lhe «a industria e bõo engenho», mas não lhe deu os navios. Daí o imaginar-se serem de genero diferente do nautico aquelas qualidades que lhe exaltava.

Prosseguia a missiva régia:

«E porque por ventura teeres algum reçeo das nossas Justiças por razam dalgumas cousas a que sejaaes obligado. Nós por esta nossa Carta vos seguramos polla vinda, estada e tornada, que não sejaes preso, reteudo, acusado, citado nem demandado por nenhuma causa ou que seja civel ou crime de qualquer qualida- qual, apesar de suas culpas, pois as confessava, talvez filhas da sua miseria ou ambição, o tratava por «especial amigo»?!

Apesar de todas as facilidades e interesses que a carta demonstrava, ficou-se a curtir necessidades em Espanha. Não se trataria, pois, de coisas do mar, embora fôssem dubias as frases. De contrário teria acorrido, em vez de continuar em solicitações aos reis Catolicos.

Eles, porém, só pensavam na conquista de Granada, o ultimo baluarte mouro da peninsula, e, deixando de lado os projectos do navegador, de

novo ele se viu a bater á porta de Medinaceli. Mas desta vez a rainha, ao sentir que o poderoso duque queria tomar a si a empresa, proibiu-lhe a interferencia, dizendo-lhe caber aos monarcas levá-la a efeito.

Havia, porém, na côrte quem contrariasse a pretensão. Era Frei Fernando de Talavera. Para demais, Colombo não solicitava só descobrir as ilhas, mas a sua vice-realeza, o decimo do seu rendimento em oiro, pedras, mercadorias e o titulo de almirante.

Chamaram-lhe louco. Perdera a esperança e pôs-se de marcha para Huelva, onde vivia seu cunhado Michell Mulyarte, mas, no caminho, bateu á porta do convento de la Rabida. Seu fim consistia em deixar seu filho Diogo entregue aos parentes e ir a França expor os seus planos. Já por lá andara seu irmão Bartolomeu.

Na portaria religiosa pedira a esmola duns pedaços de pão e duns pucaros de agua. Acudira um monge a vê-lo, servira-o, e, admirado por suas falas, quis que entrasse e ficou a ouvi-lo. Chamava-se Frei João Peres Marchena e era português. Ele proprio se dava a estudos cosmograficos; fôra confessor da rainha, e tanto se interessou pelo que relatava, que mandou chamar o medico Garcia Fernandez, grande cultor da ciencia, e ali celebraram conferencias, dando-lhe os religiosos bom agasalho.

Já tinha os cabelos brancos. Sofrera. O frade foi a Granada solicitar da soberana o acolho para o projecto já conhecido.

Isabel a Catolica quis, de novo, recebê-lo e mandou-lhe dinheiro para se vestir convenientemente e fazer a viagem a Granada. Ele já travara relações, talvez por intermedio dos padres, com Martim Alonso Pinzon e Vicente Yáñez, marinheiros experimentados, aos quais falara mais como um mistico do que em termos de navegador. Buscaria fasciná-los. Ante os reis, renovou as suas exigencias do almirantado, da vice-realeza, dos quinhões largos sôbre as descobertas a fazer. Acharam-no demasiado exigente; os intrigantes troçavam-lhe o almirantado.

Interveio, então, um riquissimo judeu, Luiz Santangel, com o seu amigo Juan Cabrero, solicitando que não se consentisse a saída daquele homem, em cuja mente poderia vibrar, não um sonho mas uma verdade. Ele iria levar tantas riquezas a outros reis. Mas não havia dinheiro no erario, diziam os soberanos. Santangel o emprestaria, e assim foi decretada a entrega de dezassete mil ducados ao marinheiro, que, com esta soma, devia armar os seus navios.

Tratava-se da assinatura das condições que impusera. Os monarcas aceitaram-nas, e ele foi tentar construir as caravelas, ante os chascos dos marinheiros, que não queriam ver nele um nauta. De resto, negava a Pinzon, que se comprometera a coadjuvá-lo, a participação nas honrarias. Por fim acordaram noutros tratos e, os mareantes castelhanos, tanto Martim Alonso como seu irmão, dispuseram-se a dar-lhe o auxilio.

Abraham Zacuto — O melhor presente que os reis catolicos podiam ter feito a D. João II, era o da passagem do sabio Zacuto para o seu reino.

O autor do «Almanak Perpetuo» era uma celebridade. Devia-se-lhe muito. A sua obra, que se imprimiu em Leiria, tornava-se utilissima aos navegadores.

Sofria muito o altivo e bravo soberano. A morte do herdeiro deixara-o combalido durante uns tempos, mas encontrou na propria dôr um estímulo para mais se dar ao trabalho e foi-se matando na labuta. Queria esquecer lutando.

Confiava-se á Junta dos Matematicos, na qual colocava o notavel israelita com o cargo de astronomo real. Escondia de quasi toda a gente o que realizava e abrandava nas vinganças contra os seus inimigos de além-fronteiras.

Construia navios, autenticos barcos para a luta com os mares que Bartolomeu Dias lhe dissera serem impetuosos sob os ventos terriveis; desbastava as lendas dos gigantes recordando as mentiras acêrca do Bojador, tão vencido como o Tormentoso, o seu Cabo da Boa Esperança, e ia lançando as vistas sôbre os capitães que deviam comandar a sua grande expedição ás terras maravilhosas.

Já não tinha duvidas acêrca do exito. Diziam-lho astronomos, mareantes, cosmografos. O caminho era pelo Oriente.

O grande sabio Zacuto, que deixara a Universidade de Salamanca para não abandonar os preconceitos da sua raça, ilustrava-lhe o reinado e fazia-o pinguemente. As tábuas dos regulamentos nauticos fundamentar-se-iam sôbre as do «Almanak Perpetuo», obra do insigne hebreu. Devia

A CARAVELA «SANTA MARIA», NA QUAL EMBARCOU COLOMBO

trabalhar com mais cuidado e boa vontade, porque a Espanha, disputando o caminho dos mares e sendo inimiga da sua grei, mais lhe mereceria os odios e o combate, no qual empregaria as armas do seu invulgarissimo talento, tão acalentado por esse amigo dos sabios que era D. João II.

Ligaria os trabalhos executados. Ouvira sua opinião sôbre a India e, sem lhe aproveitar as ideias de astrologia, em que quasi todos os matematicos envolviam sua ciencia verdadeira, escutava-lhe o discretear acêrca das épocas em que se deviam fazer as travessias, a medição do tempo e o resto que aproveitava ao seu sonho.

Estava em 1492. Dera-lhe Deus vida que requeria a sua rota. E mandava desenvolver os arsenais para construir navios apropriados. Não se parara na faina das tentativas de descoberta das ilhas que enchiam os mapas recentes. Ele concedia-as a Fernão de Ulmo e a João Afonso do Estreito, que diziam ter descoberto a das Sete Cidades; a este ultimo doava a metade das terras que encontrasse ao fim de quarenta dias de viagem. Outros apareciam com intuitos identicos.

Os colaboradores cientificos do monarca davam-lhe preciosissimo auxilio, e na Espanha tudo se movia para, feita a paz após a conquista de Granada, se disputassem os mares aos ousados portugueses.

Mas receavam o rei de Portugal, a quem Isabel a Catolica chamava «O Homem» e que fôra um heroi em Africa e em Toro.

Era na época em que Cristóvão Colombo arranjara maneira de aparelhar a sua esquadra, a qual ia partir para a descoberta do que ele julgava a India, Cathay, Cipango (3 de Agosto de 1492).

Embarcara na caravela que se chamou «Santa Maria», Martim Alonso Pinzon na «Pinta» e seu irmão Francisco na «Niña». Lá foram na rota para o ocidente. O rei de Portugal procurava conseguir o seu fim da descoberta pelo oriente. E navegava já num mar de certezas, pois acêrca dos lados ocidentais más noticias lhe davam: terrenos quasi deshabitados e sem oiro nem prata, mercancias ou pedras raras. Guardavam bem os seus segredos, e a tal respeito devia escrever-se:

«O excessivo cuidado com que D. João II recatava dos estrangeiros a noticia das nossas derrotas e métodos de navegar e com que procurava dificultar-lhes o conhecimento dos países descobertos pelos nossos navegadores o determinou a proceder sobretudo no que dizia respeito aos mesmos descobrimentos com tão misterioso segredo que não será facil, já agora, achar meios de elucidar completamente este importante artigo da nossa historia literaria» (*).

E era assim. Terras descobertas que não apresentassem a maravilha, ocultava suas rotas, mas desprezava-as. O Sonho era o Prestes João das Indias. Para ele julgava Colombo encaminhar-se.

(*) Garção Stockler.

Já por aqueles continentes do mundo novo — o qual não era o país das magnificencias — tinham andado portugueses, como se comprovou ante o proprio navegador ao serviço da Espanha, quando os indios da Espaniola lhe disseram «que pocos anos antes que llegaren habian aportado alli otros hombres blancos y barbados como ellos» (*).

Na região, a que se intitularia Brasil, tambem já antes de dois anos da viagem de Colombo ao lados ocidentais (1490) se tinham fixado, embora forçadamente, vassalos do rei de Portugal. Isto consta dum documento assinado por D. Frei Gaspar da Madre de Deus, no qual fala do piloto Afonso Sanches e das suas confidencias «in-extremis» ao genro de Bartolomeu Perestrelo, na Madeira, narrando depois que João Ramalho «um português natural de Broncela, na provincia da Beira (**), ali residia em boa amisade com os indios e tendo-se matrimoniado com a filha dum dos chefes.» Acrescenta ainda: «Consta que com João Ramalho veiu Antonio Rodrigues, o qual, diz o autor, casara com uma filha de Piquirobi, cacique da aldeia de Humray. Alem de que é necessario que antes de Martim Afonso chegar ao Brasil, tivessem arribado portugueses á capitania de S. Vicente, para ser verdadeiro o facto d'onde a Historia Argentina, manuscrita em castelhano, e o francês jesuita Francisco Xavier de Carlevais deduzem a denominação de Rio da Prata. O dito

SAIDA DE COLOMBO DO PORTO DE PALOS (1492)

João Ramalho e seus companheiros só podiam vir em alguma embarcação que fizesse viagem para a Asia ou Etiopia e desse á costa na praia de Santos, entrando no numero de varias que desapareceram sem nunca mais se saber no reino que fim levarão» (*).

A cronica guardaria, com o rei, o segrêdo desta expedição, entre as dezenas das que se faziam para o des-

(*) Las Casas, «Historia de las Indias».

(**) Não existe na Beira nenhuma povoação chamada Broncela, mas sim Bronceda em Trás-os-Montes, Mirandela.

(*) «Revista de Historia e Geografia», jornal do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, tomo II.

cobrimento das numerosas ilhas de que estavam pejadas as cartas desde a de Toscanelli.

O globo de Nuremberg — Martinho da Boemia, já casado com a filha de Jorge de Utra, donatario do Faial, partira para a sua patria, ao que se julga por negocios de familia, e ali ficou a construir o globo que o celebrizaria.

Baseara-se nas obras de Ptolomeu, mas introduziu no seu trabalho todas as descobertas feitas além de Marco Paulo e as dos portugueses até ao Cabo da Boa Esperança, o que realizara segundo os dados colhidos pessoalmente, tanto nas suas viagens com Diogo Cão, como na Junta das Matematicas.

O globo mede sete metros e meio de diametro. No pergaminho debuxou, o cosmografo, as suas observações, apresentando o orbe como o julgava na época, pintando, sôbre cada nação e suas possessões, os estandartes respectivos, mas não deixou de colocar sôbre o Faial e Pico as armas da sua casa, chamando àquela ilha Nova Flandres Ocidental. Figurava os habitantes do Universo em seus trajos e desenhava modelos de suas residencias ou abrigos. Esplende, em volta dum círculo, a legenda, vendo-se o brasão de Nuremberg e a cabeça da Virgem. Oferecia sua obra á cidade «como uma recordação e preito antes do regresso ao lar, onde o aguardava sua mulher, numa ilha distanciada setecentas leguas, onde habitava e na qual esperava findar sua existencia.»

Foi muito celebrado o seu trabalho (1492); honraram-no e, após esta faina que o celebrizou, imaginara que D. João II, de melhor animo ante as suas atitudes, lhe entregaria o comando duma esquadra para fazer descobertas pelo ocidente.

Não era outro o seu fim.

A carta do doutor Monetarius — Tambem D. João II recebera, e talvez ele lha trouxesse, uma carta do ilustre doutor alemão Jeronimo Monetarius, na qual, depois de lhe exalçar os empreendimentos, com grande copia de adjectivos, dizia que «Maximiliano (*) novilissimo rei dos Romanos quis convidar sua magestade a buscar terra orientall de Cathay muy rica porque Aristoteles confessa, no fim do livro segundo de Ceu e Mundo, e tambem Seneca, no segundo livro do Nocturno e Pedro de Aliaco, cardeal mui letrado na sua edade e outros mui barões esclarecidos confessam digno o principio do oriente habitavel com sinaes os elefantes que ha muitos aqui nestes logares e tambem as canas que a tormenta lança da praia do oriente ás praias dos Açores.»

Entrevê-se a informação fornecida pelo cosmografo, ansioso de juntar argumentos, a fim de obter o comando da possivel frota da descoberta. Insistia a dizer-lhe: «Ó quanta gloria alcançareis se fizeres o oriente habitavel ser conhecido ao teu ocidente.»

Voltava a elogiá-lo, em largos encómios, tratando-o por um outro Hercules e acrescentando: «e terias tambem se te apraz para este caminho por companheiro deputado do nosso rei Maximiliano ho senhor Martinho Boemio singularmente pero este acabar e outros muytos marinheiros sabedores que navegaram á largura do mar tomando caminho das ilhas dos Açores por sua industria e quadrante Chilindro e astrolabio e outros ingenhos onde nem frio nem calma as arrojaram e mais navegaram a praia oriental sob uma temperança muy temperada de aar e do mar muytos infindos argonautas um pelos quais tua majestade pode ser estimada».

Incitava-o, mal sabendo de que têmpera era o arnês moral do rei:

«Mais que aproveita esporear quem corre. E tu mesmo que és tall: que todolas as cousas com tua industria até á unha examinas e portanto escrever muytas cousas desta cousa lhe

---

(*) Referia-se a Maximiliano I, imperador da Alemanha, casado com Margarida de Borgonha, herdeira de Carlos o Temerario. Disse-se que D. João II ali mandara Martinho da Boemia, a fim de transaccionar o seu apoio para a subida ao trono de D. Jorge, seu filho bastardo. O principe D. Afonso faleceu em 13 de Julho de 1491. O cosmografo partira para os estados imperiais em 1490, onde esteve até 1493, o que invalida a falada enviatura.

impedir a quem corre que não achegue ao cabo ho todo poderoso e conserve aty em teu proposito e acabado o caminho do maar de teus cavalleiros sejas celebrado em imortalidade.»

Era em 14 de Julho de 1493.

Se Martinho da Boemia não se tivesse demorado mais de dois anos a construir o seu globo, talvez o monarca tivesse ponderado a carta, embora não lhe desse a chefia dos navios, visto não lhe interessar o ocidente.

Quatro meses e oito dias antes de se fechar aquela missiva, chegara Cristóvão Colombo triunfante da sua viagem ao que julgava Cathayo, os países maravilhosos.

Chegada de Colombo ás terras que julgou as do Prestes João — Largara de Palos com a armada, os Pizons e cento e vinte marinheiros, um médico e um escrivão. Transportavam víveres para um ano.

Um vento de favor os levou ás Canarias, onde arranjaram a caravela «Pinta». Largaram ao cabo dum mês e, no alto oceano, notou-se o desvio da agulha de marear, o que produziu alarme entre as tripulações (13 de Setembro de 1492).

A 25, Colombo julgou descobrir terra, mas era engano e navegou para oeste, assim andando até 7 de Outubro no maior desespêro. Por fim viu um bando de aves que, vindo do norte em direitura ao oeste-sudeste parecia indicar-lhe o caminho. Velejou mais três dias entre o mar e o ceu. Diziam-lhe para regressar e êle teimava na emprêsa; queria que seguissem, para encontrar as regiões de seu desejo. Mas a revolta latia a bordo e êle, dirigindo-se aos marinheiros, talvez em evocação do que praticara Bartolomeu Dias, dissera-lhes:

«Peço-vos mais três dias e se findos êles não descobrirmos a costa prometo-vos, solenemente, que regressaremos a Espanha». Era no dia 10 de Outubro. Em 11 descortinaram aves estranhas voltejando sôbre os mastros, e ás duas da madrugada, de 12, um marinheiro, chamado Rodrigo da Triana, gritou: Terra! Terra!

Deparava-se-lhe uma região cheia de verdura, amena, deliciosa.

Ancoraram e, saltando para os barcos, dirigiram-se á praia. Colombo revestira-se das insignias de almirante e, empunhando o estandarte real, seguido por Martim Alonzo de Pizon e outros, que desfraldavam as signas dos monarcas castelhanos, puseram pé na areia.

Ele desembainhou a espada. Todos se prosternaram, e o chefe, espetando no solo do novo mundo o espigão da

MAPA MUNDO DO GLOBO DE MARTIN BEHAIM

haste da bandeira, mandou lavrar o auto, pelo escrivão Rodrigo de Escobedo, recebendo o juramento á sua vice-realeza.

Apossara-se da ilha de Guanahani (S. Salvador), porém imaginava-se na Asia, tendo descoberto as maravilhosas Indias.

Viveria sempre neste engano, julgando-se no país das riquezas formidaveis, apesar de não as vêr.

Aproximaram-se os indigenas em bons modos e atraiu-os.

Devia despontar-lhe uma aurora na alma. Por ali, pela rota que trouxera, não poderiam existir regiões além da Cathay, tão ambicionada pelos navegadores portugueses. Cimentava-se-lhe tal certeza no espirito e tanto que devia pensar no desapontamento de D. João II ao saber da sua descoberta. E desejaria, desde logo, defrontá-lo vitoriosamente.

CHEGADA DE COLOMBO Á ILHA DE GUANAHANI

Chegada de Colombo a Lisboa — Estava el-rei D. João II na quinta de Val Paraiso quando lhe anunciaram ter fundeado no Restelo o navio que conduzia Cristóvão Colombo, regressado das terras recém-descobertas no ocidente.

Fôra a bordo D. Afonso da Cunha, capitão da nau-chefe da armada portuguesa. Depois de lhe falar entraram os visitantes; centenas de barcos rodearam o seu navio, pois espalhara-se vir carregado de oiro e ter chegado das terras do Prestes João. Os indigenas estranhos, os indios — como já chamavam aos habitantes do Novo Mundo — e que êle conduzia, causaram pasmo, bem como as grandes canas, plantas e animais trazidos para confirmação do feito.

Em 8 de Março, ao cabo de quatro dias de fundeadouro no Restelo, chegara D. Martinho de Noronha, a fim de o acompanhar junto do rei, que felicitava o navegador, dando as suas ordens para coisa alguma ser recusada á sua equipagem.

Já devia saber quais as terras a que êle chegara; mal compreenderia, porém, a sua vinda a Lisboa antes de ir levar a nova a seus amos castelhanos. Mas, diziam os velhos marinheiros, nunca terem visto inverno tão rigoroso como o dêsse ano, e talvez que o barco de Colombo viesse acossado.

A residencia do soberano ficava a nove leguas da capital. Valparaiso era junto de Aveiras, perto de Azambuja.

Ali residia por uns dias. Acolheu o seu antigo solicitador com graça e curiosidade.

Ouviu-o contar a viagem e como a terminara.

Colombo exultaria ao narrar o triunfo, abençoando a tempestade que o lançara sôbre Lisboa.

Narraria, primeiro, as suas dificuldades em Castela, o desespero em que mergulhara, o auxilio dos israelitas, as concessões arrancadas aos soberanos e ainda o emprestimo de dinheiro para um oitavo do armamento da frota, sem o qual não lhe dariam o dizimo. Recebera-o dos genoveses e florentinos Jacopo de Negro, Luigi Doria e Juanoto Betardi, residentes em Sevilha.

Falaria do contrato com os irmãos Pinzons, do milhão e quatrocentos mil maravedis das despesas, dos quais um milhão pertencia ao erario, entrando na descrição das suas caravelas: a «Galega», a que chamara «Santa Maria», a «Pinta», a «Nina». Fizera da primeira, adquirida a Juan de la Cosa, que levara por piloto, a capitania. Velejara para as Canarias e ali modificara o velame do seu barco, visto ele ser exactamente como o das caravelas portuguesas, isto é, em latino. Colocara panos quadrados no traquete e no mastro grande, deixando o de sistema nacional apenas no mastro da ré. Naturalmente dispusera assim o velame para melhor receber o vento de que teria noticia, o alisio, daquelas paragens, para onde ia, com conhecimento de causa, através do ouvido a portugueses. Sabendo a rota, partia em certezas.

«Colombo aprendera a navegação em Portugal e a tomar as alturas do sol». Tambem não inventara a aplicação do astrolabio no mar.

«As suas esperanças tinham-se fundado no que julgava a pequenez da terra». Diziam dele: «o almirante não demanda apenas o Oceano Atlantico e o tamanho de todos os mares que cobrem a superficie do Globo mas as dimensões do proprio universo». Asseverava: «o mundo é pouco; digo que o mundo não é tão grande como se afirmou» (*).

Por isso ele julgava ir para Cathay e India.

O rei, senhor do seu caminho para o oriente, devia escutá-lo com intenso desejo de não o desiludir. Ele prosseguiria na sua narrativa, quando, de prôa a oeste, ouvia a tripulação rezar, segundo a ordenança, e a cantilena do timoneiro, as graças, as preces. Fazia a análise permanente da bussola, do astrolabio e do quadrante, com as dificuldades que então ainda havia para os usar. Só se obtinha pela observação os graus de latitude; estava-se longe de se poder realizar o apuramento das longitudes. Levava, porém, as suas cartas e a de Toscaneli e, com a crença em Deus, afugentava os espectrais monstros que a maruja julgava vêr.

O mar de Sargaços e os portugueses — As diversas peripecias não seriam poupadas na descrição: o desvio da agulha, a oeste como a este, deixara-os perplexos. Era o resultado do magnetismo terrestre, o que eles ignoravam.

Houvera o primeiro panico entre as tripulações antes de se chegar ao falado mar dos Sargaços.

Não duvidava de sua existencia; mas os Pinzons desconheciam-no. Falava-lhe dele, em la Rabida, Vasques de la Frontera, piloto considerado em Moguer e que indo numa viagem de descoberta, ao serviço de Portugal, no Atlantico, ela falhou porque não se ousara atravessar o mar dos Sargaços que embaraçam a passagem» (**).

Dizia-se que eram os restos das florestas da Atlantida desaparecida, aquelas algas enormes, com seus frutos, estendidas numa vastidão assustadora.

O medo de conduzir os navios através dessa vegetação, como se fôsse a dum pantano em terra, provinha de se julgarem suas raizes num baixio, pois não as compreendiam nascidas sem solo, quando ela equivalia á flora das plantas aquaticas. Sòmente o oceano era um imenso lago.

Os ventos alisios eram do seu conhecimento e tanto que modificara as velas, sabendo serem eles os seus

---

(*) Las Casas, «Historia de las Indias».

(**) Charcot, «Colomb vu pour un marin».

guias. As equipagens, porém, admiradas dessa aragem constante, e do mesmo lado, aterrorizavam-se, dizendo terem-na contra na volta. Navegava-se com uma enorme rapidez e ele via o proprio piloto, Juan de la Cosa, a marcar as leguas com terror. Disfarçava-se a velocidade desusada e quando soprou um vento contrário Colombo rejubilou, porque, conforme escreveria, ele lhe «foi muito preciso porque as tripulações estavam numa grande fermentação pensando que nestes mares não havia vento para a volta a Hespanha».

Pouco demoraram estes favores dos espaços.

Os alisios tornaram e o mar elevando-se sem que voltasse a ventania causou novas inquietações, gerando-se a bordo o começo de protestos.

E Colombo, embora o assegurassem depois, não praticara como Bartolomeu Dias. Falara com segurança.

«Aqui as gentes da equipagem lamentaram-se da direcção da viagem e não queriam ir mais longe. Mas o almirante confortou-os o melhor que poude dando-lhe boa esperança dos proveitos que podia tirar. E ajuntou que suas queixas não serviriam de nada, pois viera para chegar ás Indias e que prosseguiria sua viagem até que as encontrasse com a ajuda do Senhor» (*).

A revolta subiu mas foi aplacada. Iam vêr terra.

Instituira-se um premio para quem primeiro a divisasse.

Duas vezes, de bordo da «Pinta» e da «Niña», se tinham dado rebates falsos no entusiasmo da descoberta ou por um êrro de visão. Havia quem tomasse terra da lareira e a mostrasse em troça: «terra, eis aqui terra!»

Colombo estava seguro «de ter deixado para trás as ilhas que figuravam na sua carta mas não quisera abordá-las, na semana anterior, visto seu fim consistir em encontrar as Indias e perder tempo no caminho era falta de prudencia e discernimento» (**).

(*) Las Casas, «Historia de las Indias».

(**) Charcot, «Colomb vu pour un marin».

Já viam aves nos espaços e ele «sabia que os portugueses deveram á observação do vôo das aves a descoberta da maior parte das suas ilhas».

A terra apareceria. Ele desejava encontrá-la rapidamente com o seu soberano o «Gran Khan», ou o Prestes João.

Tivera suas divergencias com Martim Pinzon, o qual acabara submisso na aparencia, mas as questões continuariam.

Entre 11 e 12 de Outubro de 1492, pelas duas da manhã, Colombo assegurava ter visto uma luz. Era a terra. Um grumete, Rodrigo da Triana, dissera avistá-la e gritara: Terra! Terra! Sentia-se rico da renda de cem mil maravedis que a rainha prometera ao que primeiro a divisasse. O pobre marujo não receberia a paga de que o almirante — declarando ser ele quem vira o territorio — daria a Beatriz Arana, sua amante, a mãe de seu filho Fernando.

Tomada a posse, Martim Pinzon afastou-se com a sua caravela, guiado por uns indios que lhe asseguravam a existencia de muito oiro em determinado sitio para onde o conduziram.

Ele descobrira «S. Salvador, como lhe chamara; a terra de Guanahani, no dizer dos naturais, que muito bem os tinham acolhido.

Singraram. Descoberto o Novo Mundo, ele dizia-se em Cipango; queria vêr o rei e os telhados de prata, o oiro, as riquezas e, como não lhe dessem noticias do potentado, navegou mais. Os indigenas duma grande ilha chamavam-lhe Cuba; ele dizia sempre estar em Cipango.

Na noite de Natal garrara a sua caravela; tentara uma manobra, o lançamento da ancora á pôpa, mas não conseguira deter o barco, cujo leme ficara entregue a um recruta, indo bater em terra e abrindo o casco.

Transportara-se, á pressa, a carga para a «Niña» e, como toda a tripulação não coubesse a bordo, erguera-se um forte com os restos do navio, entregara-se a Rodrigo Arana o comando de quarenta homens, que ali ficavam, e salvando com as peças, a fim de amedrontarem os que denominavam de indios, recebera o Pinzon que voltava desiludido: não encontrara oiro.

Reconhecida a costa, titulado de Espaniola parte do que se alcançara, sentiram ser preciso regressar, a fim de se armarem novas frotas e atingir o resto do país que ele teimava em chamar do Grão Khan.

Descobrira a ilha que intitulou Santa Maria da Conceição (hoje Cabo Rum); seguiu-se a Fernandina (Long Island); a Isabela (Samoet) e Cuba, a Perola das Antilhas, denominada Joana, em honra da princesa real, que seria, por fervor de paixão, Joana, a Louca, mãe de Carlos V.

porque os viveres lhe escasseavam e as tripulações queriam fazer-se de rumo á patria.

Conseguira muito. O rei de Portugal ficara, segundo ele, vencido no pleito. E, certo de ter atingido as regiões estranhas que o monarca cobiçava, via-se garantido pela vitoria.

Agora bastava — iludia-se ainda ao martelar neste sentido — ir até ás praias castelhanas, onde equiparia outra armada e, coberto de gloria, voltar ás terras que chamava asiaticas.

Durante este tempo, o Gran Khan tendo ouvido falar dele, da sua audacia, do seu feito, recebê-lo-ia e entrariam em negociações.

MAPA GERAL DA PRIMEIRA VIAGEM DE COLOMBO (1492-1493), VENDO-SE, PONTEADA, A LINHA DE DEMARCAÇÃO DO TRAÇADO DO PAPA

Seguira na rota, encontrando, a seguir, Porto-Principe, o Haiti, onde os indios, como tratava os habitantes, lhe disseram já ter visto, havia pouco tempo, homens de sua côr e barbados. Eram os portugueses.

Insistiu na designação de Espaniola para aquela região que julgava da Asia.

O almirante delirava. Imaginara-se chegado ao fim de seus desejos. Sòmente não lhe era facil prosseguir até onde se encontravam os tesouros

Almirante do Oceano, Senhor de riquezas sem conto! Eis o seu destino.

E fez-se de vela para o regresso.

O Regresso á Europa — Foi terrivel a volta sob os ventos que encrespavam as irritadas vagas e de tal maneira ele se viu perdido que, escrevendo o relatorio da sua travessia, o encerrara, em duplicado, em dois sacos embreados, metendo um deles

numa barrica e amarrando outro num invólucro, tambem de madeira, á pôpa da «Niña», para, no caso de naufragio, alguma coisa ficar do seu feito.

Tirara-se á sorte com chicharos, um dos quais marcado com uma cruz, quem devia cumprir a promessa de ir, descalço, em prece e promessa, á primeira igreja que avistassem, se acaso lhes fôsse dado escapar. Todos os marinheiros se consideraram obrigados ao voto; ligaram-se-lhe espontaneamente. Não pôde fazer-se de capa; conseguiu, porém, fugir á tempestade e assim viu terra. Era a ilha de Santa Maria nos Açôres, a que tinha o nome da sua nau perdida.

Martim Pinzon, mais uma vez, desertara não obedecendo aos sinais do almirante, tentando aproar a Espanha.

Colombo quisera fundear a fim de ir cumprir a sua promessa na ermida que entrevira.

Ali ajoelharam mas o governador acudia a aprisioná-los. Naturalmente imaginou-os vindos dos mares da Guiné, o que os tratados proibiam. Apresentando suas cartas patentes deixou-os partir. Fizeram-se ao mar para S. Miguel e, sob a tempestade, regressaram a Santa Maria. Depois fizera-se de prôa a Espanha e, a cento e vinte leguas do Cabo de S. Vicente, de novo o temporal o assaltara, sendo arrastado pela sua violencia, até que reconhecera a serra de Sintra e depois o Restelo.

Ali estava com as suas grandes presas da terra do Gran Khan: indigenas, animais, plantas.

Naturalmente D. João II felicitou-o e, sentindo-o no êrro, mais honrarias lhe quereria ofertar.

Pelo caminho que seguira fôra ter ás ilhas e aos países já reconhecidos, em parte, a oeste, mas não á India, a terra do oiro e das especiarias que seus agentes lhe tinham apontado.

Para essas regiões garantia ele a passagem. Era o seu ponto de vista. Aquilo que Colombo realizara interessava-o pouco. Já portugueses tinham alcançado territorios nessa rota.

Despediu-se dele com gentileza; mandou-o acompanhar a bordo por D. Martinho de Noronha e por luzida escolta. Oferecera-lhe uma mula, animal que nesse tempo só podia ser montado por pessoas de alta categoria, e, deste modo, entre homenagens, chegou ao Restelo, para o embarque.

A «Niña» largou com seu almirante iludido. Julgava ter chegado a Cipango; descobrira o Novo Mundo, o qual nem receberia o seu nome mas o dum aventureiro, Americo ou Alberico Vespucio, que lhe usurparia a gloria da denominação.

Chegou a Espanha em 15 de Março de 1493, ao cabo de sete meses e onze dias de viagem. Dera um mundo novo á Espanha e ao mundo velho.

Aclamaram-no; encheram-no de aplausos. Era a gloria. Por enquanto apenas ela, sem o oiro, o que lhe faria a vida ainda mais triste.

O destino punira o ambicioso Pinzon, cujo navio, a «Pinta», só chegaria dias depois. O seu comandante morreu, ao cabo de semanas, sem ouvir os ecos do triunfo para o qual lidara.

Tratado de Tordesilhas — Ainda não houvera um Pontifice como Rodrigo Borgia, que, sob o nome de Alexandre VI, subira ao trono pontificio.

Era um autentico grande senhor da Renascença, cheio de elegantes vicios, desprezo pelo vulgacho, muito convencido da superioridade de seu nascimento e julgando-se árbitro da sua epoca. Devasso, impopular, revestido das insignias do pontificado indignaria os vassalos temporais, fazendo surgir duvidas nas almas catolicas.

Sobrinho de Calixto III, recebera a purpura cardinalicia sem ter sido padre. Introduzira em Roma as corridas de toiros; arvorava um luxo surpreendente e, sendo espanhol, recebia, com dadivas de oiro, o pedido de Isabel, a Catolica, para arbitrar na partilha dos novos mundos a descobrir por portugueses e castelhanos.

Competia-lhe tal direito como chefe da Igreja.

Em 3 de Maio de 1493, pouco tardara em se manifestar, após a chegada de Colombo, saía a publico a bula «Inter caetera divinae magestati». Concedia aos reis catolicos as terras descobertas e por descobrir para os lados ocidentais do oceano, traçando do ártico ao antártico uma linha divisoria, a marcar as possessões.

D. João II não reconhecera o

papa, partilhando, como fizera constar, do mesmo juizo que a França, disposta a não dar ao valenciano o seu voto para o pontificado. Mandou espalhar que faria suas travessias do lado ocidental, numa armada do comando de D. Francisco de Almeida. Para demais, se fôsse necessario provar a prioridade, bastar-lhe-ia querer.

Dizia-se que ele assim actuaria, e os soberanos espanhois enviavam a Lisboa D. Garcia Carvajal e D. Pedro de Ayala, a fim de saber do rei se na realidade assim determinara.

Recebeu-os em pomposo aparato, rodeando-os de luzida cavalaria. Não se pronunciava.

Era uma habilidade sua. Acabava-se por uma conferencia de peritos, da qual fizeram parte Duarte Pacheco Pereira, experimentado navegador, homem de ciencia nautica e de letras, D. João Rui de Sousa, Aires de Almeida e Estêvão Vaz, a entenderem-se com os delegados dos reis catolicos.

Deixava correr que Colombo descobrira a India pelo lado ocidental, a fim de se garantir a posse da sua rota e dos países do oriente, além dos que lhe interessavam, e ficariam no ambito da linha divisoria sôbre a qual disputariam.

Foi Tordesilhas o lugar escolhido para a reunião e ali se decidiu que a linha de separação decretada pelo papa, decerto por sugestões espanholas, passasse de cem a trezentas e setenta leguas ao ocidente de Cabo Verde, ficando para Portugal os direitos sôbre as terras e aguas do nascente. Era o caminho do Oriente assegurado. O soberano português não desejava mais nada. Para as bandas do poente se estenderiam os dominios dos castelhanos. No caso da linha atingir territorios, seriam tidos como fronteiras, erguendo-se neles castelos, á semelhança do que sucedia nas raias. A medição devia ser feita em comum, mas nunca se realizou.

D. João II tinha a segurança da descoberta das regiões onde fôra Côrte Real — a Terra dos Bacalhaus.

Saberia da existencia da que se chamaria Brasil, garantindo-o na sua demarcação. Por isto seus representantes insistiram no aumento para trezentas e setenta leguas em vez de cem a oeste das ilhas de Cabo Verde, pois deste modo ele a guardava.

Para todos os povos, oficialmente, Colombo descobrira a passagem para as Indias e Cipango.

Os preparativos da viagem á India — Dividido o mundo novo, o monarca pensava em, de vez, tomar a parte que lhe pertencia, a do Oriente.

E, numa pressa enorme, recomeçou a construção das naus; tentou, ainda, nomear os seus comandantes, devendo ser o capitão-mór dessa empresa Estevam da Gama, que vivia retirado em Sines talvez entregue ao estudo da ciencia nautica, da qual tinha largo conhecimento.

Era alcaide-mór de Sines, deviam-lhe ser caros os trabalhos do mar; sua mulher, Isabel Sodré, tinha parentela de mareantes.

O rei pensara em o nomear comandante da frota da descoberta, mas, sobretudo, tratava da construção dos navios, das instruções a dar, dos aparelhos devidamente corrigidos com o ensinamento de Zacuto e da Junta dos Matematicos. Mandara colhêr as madeiras destinadas ás naus e, guardando-as na Casa da Mina, chamara artifices, entendera-se com os cosmografos e enchera-se-lhe a alma de luz. Chegariam seus navios ao oriente; lá é que estavam riquezas, o emporio, os soberanos de maravilha, nanja nas regiões que Colombo atingira.

Este largara para a sua segunda viagem, sempre convencido de encontrar o Gran Khan. Morreria, em Valladolid, em 1506, seguro de que descobrira as terras portentosas, tratando de indios os seus habitantes.

Morte de D. João II — O destino não quisera que D. João II fruisse o consôlo de vêr partir as caravelas para o oriente.

Não tinha um herdeiro querido. O filho perecera no desastre; ao seu bastardo, D. Jorge, afastavam-no do trono, que ia ser pertença do irmão do duque de Viseu e da rainha, D. Manuel, duque de Beja.

Era como um castigo do ceu. Aquele rebento da raça dos conjurados seria o seu sucessor.

D. João II finou-se em 25 de Outubro de 1495. Sucedia-lhe o «Venturoso» e bem se podia cognominar assim porque lhe acudiam todos os dons da fortuna.

CAPITULO VII

O CAMINHO DA INDIA

A armada de Vasco da Gama — A travessia — O Samorim

Para a boa rota — O «estrólico Çacuto», como chamavam os cronistas ao astronomo Zacuto, fôra consultado por D. Manuel I acêrca das possibilidades da passagem ás Indias. Ele respondera com a ciencia e conselhos proveitosos nos quais esplendia seu saber de cosmógrafo.

Asseverava sua vontade em ser util no empreendimento:

«tenho muyto trabalhado por entender os segredos desta navegação, tenho entendido que o afastamento do sol causa as tormentas e desvarios dos tempos porque afastando-se o Sol da linha equinocial para o norte fica sombra e friura a parte sul. Este minguamento da quentura causa o minguamento dos dias que são mais pequenos e acrescenta as tempestades pela friura das aguas que mais se alevantão com os ventos. E porque o Cabo da Boa Esperança entra muyto no mar para a banda sul, polo que sendo o Sol afastado da linha para a parte do norte, que fica á sombra e friura da parte sul, então causa assi as grandes tormentas e tempestades e dias pequenos e de pouca claridade que as naos achão por que o Sol é dali muyto afastado e quando o Sol anda para a parte do sul então no mar do Cabo da Boa Esperança haverá bonanças e os dias quentes e mayores» (*).

Organizava-se tudo cientificamente. As descobertas não eram aventuras de corsarios nem acasos felizes de desarvoramentos de navios levados por temporais.

(*) Gaspar Correia, «Lendas da India».

Ia-se no verdadeiro caminho. O sabio explicava ainda: «com a navegação que agora fazem as naos, por dobrar por barlavento do Cabo, dando-lhe resguardo por caso dos ventos serem do mar, fazem rodeo com que andam mais de sete mil leguas, no qual caminho muyto encurtarão e emendarão quando os pilotos tiverem este experimento do afastamento do sol para que a parte anda, que he a causa dos bons tempos e maos, que causa o afastamento do sol».

Queria dotar os navegantes com a sabedoria precisa das derrotas ao largo e para isso os muniria dum regimento de seu invento para em qualquer parte que «tiverem de vista o Sol ou de noite a estrela do Norte e fazendo sua conta de declinação do sol saberão quanto caminho andão e saberão navegar por todo o mar do mundo; e se a Nossa Senhora aprouver que acabe de saber algumas duvidas que inda tenho escuras, affirmo a Vossa Alteza que então esta navegação para a India será tão facil que a poderão navegar muy pequenos barcos e tão pequenos quanto possão sòmente agasalhar o comer, e agoa da gente que fôr, porque todo o bem desse caminho e navegação ha de ser saber todos os tempos em suas proprias monções para que não achem tormentas e ventos contrarios que lhe causam as detenças» (*).

El-Rei prometeu muitas benesses ao israelita que tencionava abrir na arte nautica uma esteira de defesa,

(*) Gaspar Correia, «Lendas da India».

J. da Cunha delin. D. J. da Silva grav.

D. VASCO DA GAMA,
DESCO-BRIDOR
DA IN-DIA.

uma rota de seguranças. Já sabia tudo quanto lhe era necessario quando respondia ao monarca.

Fizera «um regimento da declinação do sol apartando os anos cada um sobre sy e os meses e os dias de um anno bisexto até ao outro, que são quatro anos ajustadamente de quanto anda o sol cada dia, contando meo dia a meo dia, assy para a banda do Norte como para a banda do Sul todo por bom concerto e boa ordem».

Eram as tábuas famosas. Aperfeiçoara o astrolabio e pusera-se a instruir os pilotos «como e de que modo havião de tomar o sol em o ponto do meo dia com o astrolabio ensinando-lhes as contas que havião de fazer pelas taboadas do regimento, no em que todo muyto os industriou».

Partiram a fazer experiencias por ordem do soberano, tendo o «judeu dado umas cartas grandes com riscos de côres diferentes que mostrando os nomes dos ventos ao derredor da estrela do Norte, a que se pôs o nome de agulha de marear, compasso dos graos do sul para a conta das legoas no discurso do andar do sol, com outros muitos conceitos esperimentos que os pilotos entenderão e experimentarão com as correntes das aguas».

Grandioso impulso ele ajudava a dar á arte de navegar; larga lição receberam os mareantes e «em que a dyta sciencia de pilotar foy de cada vez mais experimentada e sabida e navegando pondo nas cartas as terras e ilhas nos seus proprios limites da altura do sol por conto de legoas e derrotas dos ventos e sondas e mostras de que cada vez se foy mais apurando em tanta perfeição como ora está» (*).

Não parava nos seus trabalhos: «fez outro artificio para tomar o ponto em que estava a estrela do Norte, por tal arte, com que todos os pilotos ficarão em muyto perfeito saber de navegar em todos os tempos em muyta perfeição».

Dia a dia se revelava mais a obra de D. João II, do soberano que soubera acolher os astronomos, os matematicos, os ilustres e doutos como Zacuto.

Não eram temeridades sem nexo, lances de ousadia, apenas, aquelas lutas com os oceanos, cercando de esplendor a milicia nova, alteando a bandeira da cruz de Cristo, tão celebrada nos mares.

«Assy tratando da navegação para a India e para muitas partes se forão apurando em mais perfeição polo experimento que tomarão das cousas navegando assy com sol como na escuridão da noite» (*).

Os planos que o grande rei deixara eram largamente aproveitados. Juntara á ciencia, tão prática, as suas artes navais.

O moço do monte João Bragança presidira ao corte das madeiras destinadas ás naus, que se iam construir ao sul do Tejo, no sitio da Telha. Saíra das arrecadações da Casa da Mina e um formigueiro humano trabalhava nos estaleiros.

Não olvidara coisa alguma. Para defender Lisboa dos piratas, e doutros inimigos que poderiam disputar no reino a hegemonia da navegação para o oriente, edificara a Tôrre Velha na margem sul do rio, deixando os planos para a fortaleza que devia cruzar com ela os seus fogos.

Desenhara as plantas o seu moço de escrevaninha, Garcia de Resende. Só um grande artista podia conceber plano tão maravilhoso como era o desse baluarte em pedras esculpidas, sendo uma atalaia de sonho e um castelo forte que parecia morada das fadas da descoberta: a Tôrre de Belem, denominada de S. Vicente, em memoria do martir cujo corpo os corvos tinham guardado e ainda se viam seus simbolicos vultos no galeão das armas citadinas.

Os grandes rochedos, só vistos na baixamar, aguardavam os alicerces quando o rei faleceu. D. Manuel ergueria o monumento.

Preparara-se, pois, tudo para a grande empresa.

O novo monarca quisera ainda ouvir os peritos, o Conselho, a Junta, acêrca do prosseguimento das descobertas. Graves fidalgos, reunidos em Montemór-o-Novo (Dezembro de

(*) Gaspar Correia, «Lendas da India».

(*) Gaspar Correa, «Lendas da India».

1495), pareciam esquecidos já da sombra formidavel do «Homem», morto havia menos de dois meses. Mas o sucessor, ao ouvi-los discretear acêrca dos beneficios da Guiné, votando contra novos lances, repeliu-os. Tinha tudo ordenado; sabia o que se encontrava no tesouro real: mapas, cartas, segredos.

A armada da India — Pensou, apenas, no comandante da expedição, que Zacuto lhe anunciava próspera e segura.

Morrera Estevam da Gama, o alcaide-mór de Sines, já escolhido pelo defunto monarca. Assim como ele

INDIA, SEGUNDO UM MAPA ANTIGO

herdara o reino, bem podia caber a capitania da armada ao filho primogenito do fidalgo que D. João II indicara.

Chamava-se Paulo da Gama. Apesar de muito manso de genio, andava a monte, errante, porque sovara o juiz de Setubal, cabendo-lhe grave pena.

Todos o sabiam pacifico e era de admirar o extravasamento de sua colera.

Ainda se fôsse o irmão, Vasco da Gama, dado ás coisas do mar, como ele, porém apenas de vinte e nove anos, mas com fama de energico e rude! Este podia ter espancado o homem de justiça.

Porém, guardava-se em recato, talvez tratando de sua nautica, porque, nado em Sines, devia ser seu bem-querido o mar.

Diziam-no «mui fragueiro de condição e mui entendido em todas as cousas».

Consideravam-no, pois, trabalhador mas rude, agreste, pouco de amavios e, ao mesmo tempo, talentoso, sabio de várias ciencias.

Era um homem que se deleitava no exemplo dos grandes capitães, metido na sua terra, sonhando imitá-los.

O convite do rei para ele comandar a frota, destinada á descoberta do caminho maritimo para a India, devia tê-lo desvanecido.

Chamado á real presença, escutou as palavras que o monarca, nessa epoca dorido, dizia, grave e firmemente, ao confiar na sua inteireza, vontade, persistencia e saber, para «daquelas partes trazer o fructo de todas as despesas».

Eram muitos os encargos mas o erario estava cheio de oiro da Mina.

Foi ver os navios. Eram dois. Ostentavam nomes de anjos como se eles os devessem pilotar naquela rota da maravilha: «S. Gabriel», «S. Rafael». O primeiro era de cento e vinte toneis (a tonelagem); o segundo de cem. Carecia-se de mais uma caravela.

Compraram-na, sendo de cinquenta toneis, dando-lhe o nome do armador que a vendera: o «Bérrio», e tambem a designação de «S. Miguel». A embarcação destinada aos mantimentos de reserva era de duzentos toneis: a maior. Representava um deposito, utilissimo, atrás daquelas leveiras caravelas destinadas a largos rumos.

Não faltaram aparelhos nauticos, cartas, mapas, todos os requisitos da ciencia que Zacuto aperfeiçoara e da qual eram sabedores não só o comandante mas os outros oficiais e pilotos.

Vasco da Gama escolhera para este cargo a bordo da capitânia — da «S. Gabriel» — Pero de Alenquer, o ousado prático que acompanhara Bartolomeu Dias na passagem do Tormentoso.

Este ilustre marinheiro que fizera aquela travessia não fôra, desta vez,

convocado para um comando. Estivera quasi na rota para a India, indicara-a, mas o destino quisera dar ao moço capitão-mór a que ele negara impiedosamente. Mais uma vez a sorte se divorciara da falta de audacia.

Em todo o caso não o desgostavam. Ia com uma nau até S. Jorge da Mina, navegando de conserva com a esquadra.

Não quis o chefe da frota deixar em terra o seu primogenito, que se mais arrebatamentos tivesse para os lances rijos do que, excepcionalmente, mostrara, espancando o magistrado, possivelmente lhe caberia o lugar em que ele fôra investido.

Paulo da Gama comandou a «S. Rafael», levando por piloto João Coimbra, naturalmente um dos discipulos na aprendizagem nautica em que Zacuto instruira os praticos. O escrivão de bordo chamava-se João de Sá.

O mestre da capitânia era Gonçalves Alvares, experimentado na nautica, e o irmão de Bartolomeu Dias, Diogo Dias, passara ao cargo da escrevaninha, lugar de confiança do chefe. Consolariam, assim, em parte, o homem ilustre que passara o Cabo das Tormentas e trouxera a boa esperança.

No «Bérrio» embarcaram o piloto Pero Escobar, o escrivão Alvaro Braga, ás ordens de Nicolau Coelho, bravo e estoico.

O transporte das munições de bôca ia confiado a Gonçalo Nunes, da casa de Vasco da Gama. Vendera este barco um velho marinheiro, Aires Correia.

Não ia além de cento e oitenta o numero dos tripulantes, incluindo os linguas, que se chamavam Martim Afonso — e fôra mestre dos congoleses no tempo de D. João II, por muito bem saber o seu dialecto — e Fernão Martins, arabista.

O capelão da frota devia ser um estranjeiro, espanhol, talvez. Seu nome era Pero Carbillones. Pertencia á Ordem de S. Francisco. Não eram só homens da faina e de desembarque os da equipagem contratada a cinco cruzados por mês; tambem lá iam artifices: calafates, carpinteiros, tanoeiros, ferreiros, cordoeiros, com o ganho de sete cruzados mensais.

O capitão-mór recebeu dois mil cruzados; igual quantia o irmão Paulo da Gama e mil Nicolau Coelho.

Faltava meter a bordo os mantimentos. Deram-lhe saída rapida. Despachou os navios Fernão Lourenço, grande rico que feitoriava a Casa da Mina. Também embarcaram dez degredados para irem ficando nas terras descobertas. Depois içaram-se os padrões destinados a cimentar as novas conquistas.

Religiosamente se dispuseram a velar na ermida do Restelo, que o infante D. Henrique mandara erigir, em Belém, para consolo espiritual dos navegantes.

Bem pouco era em pedra, mas muito em abrigo. Ali, naquele eremiterio, rezavam os que se bateriam com os horrores das aguas do mar. Murmuravam suas preces a Nossa Senhora e levavam-lhe seus votos no regresso das grandes viagens.

Pouca pompa na fachada; lá dentro muita fé.

As grandes catedrais, nas suas moles imensas, parecem estar mais distantes de Deus. Uma capelinha no tôpo dum cêrro sente-se mais perto do Altissimo, por ser humilde e de telhados vãos. Entra por eles a luz do sol e das estrelas mais puramente do que pelos ricos vitrais das basilicas.

Os navegadores da armada que se destinava á descoberta do caminho maritimo para as Indias tinham ido cumprir o seu voto — o de todos os mareantes — naquele templozinho da praia belenense.

Era numa sexta-feira, na noite de 7 de Julho de 1497.

Para que Deus os visse; para que o Ceu os abençoasse! Pensariam assim os gigantes que iam defrontar o colosso maximo: o ignoto!

A largada do Restelo — No sabado (8) desabelhara-se a turba desde a Ribeira das Naus ás almuinhas saloias de Algés e Loures.

Mulherio e homens, elas em pranto pelos que partiam, eles, uns satisfeitos por ficarem, outros aborrecidos, por não irem, falazavam acêrca da empresa sem par, como outra ainda não se fizera, através dos terriveis mares.

As tripulações também tinham entrado no templo; estavam ali os mareantes que se puderam dispensar de bordo com os oficiais. Todos ouviam

em êxtase aquela missa de despedida. Entregavam-se a Deus.

A bandeira da cruz sanguinea os protegeria. Flutuava nos topes dos mastros; esmaltando-se nos panos, era como um escudo; sôbre as suas cabeças um palio.

Lindo dia, aquele. O sol, inundando a praia, parecia anunciar já o oiro dos países maravilhosos, cintilante nas aguas dourava-as, também, como se auriflamavam esperanças e ilusões. Voejavam as gaivotas, baixinho, rente do Tejo, a lamber as orlas do Restelo, de cuja capela saíam os primeiros devotos. O povo, cá fóra, entoava os hinos sacros, em uso, aquelas preces cantadas que, diariamente, se erguiam a bordo: a Deus, á Virgem, a Jesus, aos Santos.

D. Manuel I ficara junto dos capitães.

Os padres transpunham a porta e, no seu séquito, Vasco da Gama e os seus tenentes, empunhando tochas, abriam o préstito no qual os navegadores passavam alteando os cirios acesos.

Não fazia mancha no cortejo a mais pequena falta. Todos aqueles homens, uns mancebos, outros de meia idade, barbudos estes, os outros a deixarem despontar os primeiros pêlos nos rostos, iam cheios de unção.

O povo correra para a beira do rio e as lagrimas deslisavam pelas faces, subindo os berros de carpir, então muito em uso nos funerais, largadas de navios, despedidas de familia. Não se afaziam á ideia do mar se ter despovoado dos terriveis monstros. A tradição dominava-os. Daí o chôro; daí a prece; daí o carpimento.

Gibões de veludo de mangas golpeadas, barretes vistosos, armas de punhos de oiro, tudo brilhava num esplendor de apoteose, e os fatos severos da maruja, os habitos dos monjes, os graves modos da gente da procissão destacavam-se sob o júbilo do espaço, onde se iam dissipando nuvenzinhas brancas. Ceu azul; sinal de bom tempo.

A multidão chamava pelos que saltavam para os barcos já a vogarem a caminho das naus empavesadas com as suas melhores bandeiras.

Não passava um arrepio na dôce superficie da agua.

El-rei meteu-se na sua fusta; foi até perto dos navios, que voltavam a prôa para a barra. Desfraldaram-se as velas cruzadas de vermelho, papejaram os panos e a brisa suavissima começou a mover os navios, aos quais milhares de braços atiravam emboras. Os brados subiam; vozes sentenciais agouravam para mal aquela empresa temeraria.

Mas o dia soalheiro do esplendoroso Julho desmentia-os com suas galas e a maruja, também, ao acenar, jubilosa, naquele arranco de sorrir, pois o dizer adeus aos que se amam é de mais coragem que combater.

Assim largou a frota de Vasco da Gama.

Uma semana depois, estavam perto das Canarias, a sotavento da ilha de Lançarote. Pescaram. No dia seguinte, 16 de Julho, viam a Terra Alta e, ao entrarem no rio de Oiro, um nevoeiro espesso os envolveu (*).

Não se avistavam os navios uns aos outros.

«E fez de noite tamanha cerração que se perdeu Paulo da Gama, de toda a frota, por um cabo, e pelo outro o capitão-mór. E depois de amanhecer não houvemos vista dele nem dos outros navios e nós fizemos o caminho das ilhas de Cabo Verde» (**).

Talvez já nesse tempo, como mais tarde, houvesse a ordem de não «pousar» naquela ilha, indo fazer aguada a Besiguiche.

Não tocariam as naus do Gama propriamente em Cabo Verde mas a distancia do promontorio e só porque lhes faltava aquela nau (***).

(*) «indo hũa noyte através do Rio do Ouro foy de noyte a çarração tamanha e a tormenta que se perderão os navios hũs dos outros e assi afastados seguiram a sua rota das ilhas do Cabo Verde por espaço de oyto dias.»

«Historia da India», Fernão Lopes de Castanheda.

(**) «e surgirão na praia de Santa Maria onde fizerão agoada em sete dias e foram cõcertadas as vergas dos navios do daño q̃ receberão na tormenta passada.»

Idem.

(***) O ilustre almirante Gago Coutinho traçou um mapa que publicou no seu livro «Roteiro de Vasco da

Chegaram em frente da ilha do Sal todos os barcos da esquadra á excepção da capitânia. Caíra-se em franca calmia; navegara-se vagarosamente até ás dez horas do dia vinte e seis, uma quarta-feira, em que divisaram a nau de Vasco da Gama.

Retumbaram as bombardas; ouviu-se o som ardido das trombetas em marca de alegria por aquela chegada.

No dia seguinte, ancoraram na ilha de Sant'Iago, na praia de Santa Maria, onde meteram refresco: agua de beber, lenha e carnes. Também arranjaram algumas vergas e folgando se deram por bem em terra.

Bartolomeu Dias fez as suas despedidas. Ia para a Mina com a equipagem. Oito dias levaram os navegantes a tratar de seus viveres e re-
gantes a tratar de seus víveres e re-

durante duas semanas, navegaram. «Partimos em leste», dizem as testemunhas.

Sob vento sul, a trezentas léguas de Sant'Iago, quebrava-se a verga da capitânia e «pairamos com o traquete e papafigo, dois dias e uma noite; e em 22 do dito mês, indo na volta do mar, ao sul e quarta do sudoeste, achámos muitas aves feitas como garções (grande garça ou gaivotões) e quando veiu a noite tiravam contra sudoeste, muito rijas, como aves que iam para terra; e neste mesmo dia vimos uma baleia e isto bem a oitocentas leguas do mar» (*).

O caminho maritimo para a India — Afanosamente lidavam na rota do sul, levando nela desde dezoito de Agosto a Outubro, ao paralelo da terra sob temporais, nevoeiros, chuvas torrenciais que geravam desesperos, mas logo vinha a calma, o sorriso do ceu para de novo se volver á tempestade. Foi de trabalhos e «assaz perigo» aquela navegação arriscada mais em rumores de trovoadas e rijezas de vento e mar que de bonanças demoradas. Passavam nos ares coriscos, o fogo santelmo, gemidos do vendaval e já a maruja começava a resmungar; abria-se em protestos. Falava-se na volta para o reino, ao que o capitão-mór respondia com a firmeza de sua pessoa.

«Sem nunca dormir nem tomar repouso, mas sempre com eles nos trabalhos, acudindo com o apito do mestre como todos faziam.»

«E por os dias serem muito pequenos sempre parecia noite, com cinturas nas enxarcias com os mastros porque, com a braveza do mar, parecia cada hora que o navio se fazia pedaços. Com o medo e trabalho adoeceram porque tambem não po-

---

Gama», e o qual, com a devida venia, reproduzimos.

Das instruções do «regimento» para as armadas que iam para a India em 1507 se depreende o deverem defender-se o mais possivel «da ilha de Cabo Verde», o que é diferente de seguir «caminho das ilhas de Cabo Verde». Dizia assim aquele documento:

«porque levaaees daqui toda augoa que parece que deves levar pera se poder escusar a tomardes tam cedo em outra parte avemos por bem que tanto com a ajuda de Noso Senhor daqui fizerdes vela pera seguir vosa viagem mandes fazer o caminho da ilha de Cabo Verde pera dahi tomardes vossa Rota. E se quando hy chigardes vos achasses hy com tamta augoa que não tenhaes necessidade de tomar otra farees loguo voso caminho com conselho dos pilotos segundo vos milhor parecer e por onde mais poderdes ganhar pera adobrades o cabo da boa esperança.

E sendo caso que quando á dita Ilha chegasees fosem passados tantos dias que tivesseis necessydade de tomar augoa avenias por bem que pera Iso não pousaes na dita Ilha a sy por nam fazerdes nella detença como por nam adoecer a gente. E eres luogo tomar a dita augoa nas aguadas da costa de bezeguiche onde mais fora de inconvenientes poderdes tomar.»

(Doc. da Torre do Tombo publicado nos Anaes Maritimos e Coloniaes de 1845).

(*) Seguimos nesta narrativa as descrições do primeiro «Roteiro da Viagem de Vasco da Gama» e da «Historia da India», de Fernão Lopes de Castanheda.

Publicamos o mapa da obra do almirante sr. Gago Coutinho, inserto no seu livro recente «O Roteiro da Viagem de Vasco da Gama» e a sua versão nos «Lusiadas» e o que faz parte da «Edição Nacional dos Lusiadas», de 1928, comentada pelo professor sr. José Maria Rodrigues.

diam fazer comer e chamavam todos que arribassem a Portugal.»

Os oficiais contiveram as tripulações, declarando-lhes que «não faziam senão o que fizesse Vasco da Gama,

MAPA DA «DERRÓTA PROVAVEL DE VASCO DA GAMA, SEGUNDO O TRAÇADO DEDUZIDO PELO ALMIRANTE SR. GAGO COUTINHO»

o qual, para os seus, ora bravo, ora manso tinha com elles muitos e grandes trabalhos» (*).

As penas e lutas redobravam e ele «por ser homem mui colerico, ás vezes com agastadas palavras os fazia calar ainda que bem via a razão que tinham, que se viam a cada hora mortos, desesperados da vida e havia quasi dois mezes que iam naquella volta». O navio abrira agua; ele, á medida que o perigo se tornava maior, mais se mostrava energico e implacavel. Dera a sua vida á obra da descoberta. Indignavam-se tanto,

(*) Gaspar Correia, «Lendas da India».

os tripulantes, que combinaram prender os oficiais e fazer-se de prôa ao reino.

Vasco da Gama apurou os nomes dos engendradores da revolta. Mandou-os ir á sua camara e, num impeto, ordenou que os metessem no porão. Prendeu-os a ferros.

Alguns tinham-se apossado de cartas e varios aparelhos da arte de navegar, e o chefe, na sua colera, aparecendo ante a equipagem atonita, arremeçou ás aguas aqueles mapas e engenhos e bradou-lhes que só podiam daí em diante confiar nele e

MAPA INSERTO NA «EDIÇÃO NACIONAL DOS LUSIADAS» (1928), COMENTADA PELO PROFESSOR SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES

em Deus. O regresso ficava-lhes assim proibido. O seu fim era a India; chegaria!

A firmeza salvou-o; mais uma vez a fortuna sorriu ao audaz e tanto que, em vinte e sete de Outubro, já estavam submissos os mais esquentados marinheiros. Avistavam baleias e lobos marinhos; pairavam aves exoticas e, em 1 de Novembro, ao festejar-se Todos os Santos, um bando de passaros surgiu sôbre as ondas fartas, autenticas moles de agua, trombas que se encapelavam.

Foi em quatro de Novembro que viram a primeira terra e para lá aproaram. Retumbaram as peças em honra á capitânia, içaram-se estandartes em galas e as trombetas jubilosas soaram em continencia á S. «Gabriel», que respondia festiva e pomposa.

Não sabiam, porém, que região era aquela. Pero de Alenquer meteu-se num barco e foi vê-la, tendo-a «por muito boa, limpa e abrigada de todos os ventos sòmente do noroeste». Em 8 desse mês a esquadra fundeou ali.

Denominaram o lugar Angra de Santa Helena.

Era calmo o areal, abrigado e triste; não tinha nascentes. Foi Nicolau Coelho em reconhecimento, topando um rio — que se chamou de Sant'Iago — e para ele avançou a esquadra.

Tomou-se a altura do sol, em terra, com os aparelhos, e quando se entregavam á sua tarefa viram indigenas. Eram os hotentotes.

Ignoravam o sitio; o astrolabio, com seus três palmos de diametro, começou a ser observado. Vasco da Gama verificava-o.

O irmão do comandante ia fazendo a pesca de baleotes quando um deles dando um forte estição, ao ser fisgado, arrastou o bote para o fundo de agua onde mergulhara. Um marinheiro cortou, rapidamente, a linha

que se amarrava ao barco e assim foi salvo o calmo oficial.

Mas a gente portuguesa é ousada. Não parava na orla de agua. Meteu-se pelo mato e capturou um negro muito feio, tanto que eles o compararam a um tal Sancho Mexia, o qual, sendo da tripulação também, decerto, era de infernal aspecto.

Aquele indigena entretinha-se a largar fogo a farto cortiço quando o agarraram.

Envergava uma pele curta; as partes pudendas revestiam-se duma baínha ou tanga e, ao falar, parecia que soluçava, e deixava-se conduzir, despojado de sua arma, uma vara queimada em cuja ponta se salientava um osso destinado a ferir os inimigos.

A bordo comeu de tudo em companhia de dois grumetes e, depois de vestido espalhafatosamente, soltaram-no.

Os hotentotes — Em 17 de Novembro voltou com um grupo, ao qual Vasco da Gama mostrou canela, cravo, oiro, aljôfar, a ver se por ali havia dessas mercadorias, mas não as conheceram. Deliraram com a vista de guisos, metais, campaínhas, aneis e, ante um barrete vermelho, pularam de regozijo.

Aproximavam-se pelos presentes. Outros chegaram engalanados com conchas nas orelhas e rabos de raposas em varas a fazerem de leques, usando, alguns deles, colares de contas de cobre. Traziam consigo cães.

Davam-se já com os portugueses e tanto que um tal Fernão Veloso, marinheiro, de animo feito á aventura e grande blazonador, decidiu ir com eles ao aldeamento.

Viu-os apanhar um lobo marinho, esfolá-lo, pô-lo a assar devorando-o, em gula, juntamente com bocados de raizes. O português, enjoado, levantou-se para partir mas os indigenas puseram-se a segui-lo, pasmados da subita presteza, e ele pôs-se a correr. Os negros eram mais leves e conheciam melhor o terreno, passaram-lhe uns á frente, atrás ficaram outros e cercaram-no.

O jactancioso perdeu o animo, soltou apavorados gritos, e o capitão-mór, que estava comendo, ao ouvir semelhante berreiro, ordenou a Nicolau Coelho que lhe acudisse.

Viram-no de corrida entre o bando mas para zombarem de suas farroncas demoraram-se em o auxiliar. O gabarola sentiu nos ombros as mãos dos hotentotes que foram repelidos. Começou, então, um combate de frechas e pedras, tendo sido feridos dois marinheiros, o mestre Gonçalo Alonso e o proprio Vasco da Gama, que recebeu a pua duma azagaia num pé.

Acabara deste modo a aventura de Fernão Veloso, tão celebrada que o insigne Camões a pinta:

«Oulá Veloso amigo, aquele outeiro
É melhor de descer que de subir.»

Estavam a trinta leguas do Cabo da Boa Esperança, que iam passar em 18 de Novembro, ao fim de dois dias de navegação, levando lenha, água e os navios consertados, pois mais nada ali puderam alcançar.

Viram o promontorio «e neste mesmo dia virámos na volta do mar e de noite virámos na volta de terra. E no domingo, pela manhã, que foram 19 dias do mês de novembro, fomos outra vez com o Cabo e não o pudemos dobrar porque o vento era sudoeste e o Cabo faz nordeste sudoeste e em este mesmo dia virámos em volta do mar e á noite de segunda feira viemos em volta de terra. E á quarta feira, ao meio dia, passámos pelo dito Cabo ao longo da costa com vento á pôpa».

Reinou uma viva alegria; ela espalhou-se nas almas intensamente.

Topara-se ao sul do Tormentoso uma baía «muito viçosa de arvoredo e agua». Daí os folguedos.

No dia de Santa Catarina — 25 de Novembro — desciam na Aguada de S. Braz. Era um deserto. Vazaram a nau de mantimentos, incendiando-a.

Acudiram os negros, que montavam em vacas e bois, e que eles não vendiam senão a muito custo. Dos carneiros e ovelhas desfaziam-se com mais facilidade, sobretudo a trôco de atavios. Os barretes vermelhos deslumbravam-nos e quando os viram quasi ao seu alcance foram cedendo doze bois.

Em entoado concerto, ao som de frautas, varios instrumentos de sôpro e outros de pancadaria, se puseram bailando; tocaram-se as trombetas, levantou-se gaudio entre portugueses e, daí a pouco, os indigenas puseram-se a imitá-los em seus volteios.

Havia elefantes naquela terra e os negros apresentavam boas manilhas de marfim.

O capitão-mór meteu-se num barco e foi junto da praia, atirando ceitis, guisos e cascaveis aos habitantes da terra, que os apanhavam alegremente, e, entre musicas, se juntaram os dois bandos negros com os marinheiros, tendo bailado o proprio Vasco da Gama na toada do que eles tangiam.

Dentro em pouco, a 3 de Dezembro, já chegava ali a mór parte da população. Martim Afonso, o que ensinara a ler os pretos do Congo idos a Lisboa, foi ao encontro do negocio. Oferecia pulseiras de cobre a trôco de gado vacum. Repeliram o trato. Retumbaram rijamente as bombardas de polvora sêca, como aviso de castigos, e eles fugiram com suas manadas e rebanhos. Três dias depois plantava-se ali um padrão e uma cruz feita duma mesena. Os negros derribaram-nos e a frota largou, em oito de Dezembro, na rota desejada.

Ia acabar o bom tempo.

Em 12 de Dezembro, vespera de Santa Luzia, desaparecera o navio de Nicolau Coelho; voltou á noite, «e como era esta a primeira tormenta em que os mareantes se tinham visto em mares e climas não sabidos, andavam tão fóra de si que não havia mais acordos entre eles do que chamar por Deus, curando mais da penitencia de seus pecados que da navegação das velas porque tudo era sombras da morte» (*).

Deram com o rio de Sant'Iago e chegaram ao ilheu da Cruz, no qual fôra plantado o ultimo padrão de Bartolomeu Dias: o de S. Gregorio.

Em dia de Natal já tinham descoberto setenta leguas a oeste da ilha e tiveram que consertar um mastro fendido. Bonançara. Pescaram a certa altura, três dias após a Natividade, e numa quarta-feira (4 de Janeiro de 1498) verificaram um rio. Foram a terra em 11 desse mês.

Desembarcando viram muitos negros em tôrno dum que tratavam respeitosamente. Devia ser o soba, ao qual se presenteou com jaqueta, calças e barrete, além duma mitra. Generosamente ofertou o que pudessem querer de seu territorio. Sentiram haver ali muito cobre, pois se enfeitavam com ele e bem assim seu armamento deste metal era adornado, tendo os punhais baínhas de marfim. Ao verem panos de linho quiseram trocar pelo cobre.

Sabiam arranjar o sal em poças, das quais se evaporava a agua do mar. Ajudaram á aguada e foram de bom trato. Por isto se chamou á região Terra da Boa gente.

Da Terra da Boa Gente a Moçambique — Velejando, de novo, a 15 de Janeiro, deram, ao cabo duma semana, com certa terra verdejante, um belo rio e arvoredo magnifico com frutos. Fundearam. Homens e mulheres eram esbeltas e cobriam «suas vergonhas» com panos pequenos de algodão.

Ao fim de três dias de amaramento apareceram a bordo, dois senhores com suas toucas de seda e setim. Acompanhava-os um rapaz, que eles diziam ser de longes terras. Acenavam ter ele já visto navios daquele bordo nas paragens donde viera. Começaram em negocio, enquanto se limpavam, cautelosamente, os barcos, arranjando-se o mastro do «S. Rafael».

Uma doença estranha atacou alguns marinheiros. Inchavam-lhes os pés e as mãos e as gengivas. Atacara-os o escorbuto; seus halitos empestavam.

Cimentado um padrão — o de S. Rafael — visto provir deste barco, como o rio era atraente e em paz se viver e lhe anunciarem a certeza da sua rota, de «Bons Sinais» o titularam.

A «S. Miguel» não tinha conserto. Destruiram-na, levando mastros e ferragens, passando Nicolau Coelho para bordo da capitânia. O barco — o «Bérrio» — dera má conta de si.

Paulo da Gama não expungia de sua alma a bondade que sempre lá vivera e ia tratando dos enfermos. O capitão-mór perdoou aos revoltosos, aos que o tinham querido prender. Ia sucedendo um percalço ao chefe, pois estando dentro dum bote, de conversa com o irmão, agarrado ás cadeias da enxarcia do navio dele, a corrente, arrastando o barco, deixou-o pendurado, com dois marujos nos ferros. Salvaram-nos num ápice.

Em 24 de Fevereiro, quando da largada, a «S. Rafael» encalhou num

(*) João de Barros, «Asia».

MOÇAMBIQUE, SEGUNDO UM MAPA DO SECULO XVII

baixio arenoso e só se safou com a maré, porém a custo.
No domingo que se seguiu avistaram três ilhas. No dia vinte e seis de Fevereiro seguiram, tendo visto as insulas — as Primeiras — e encontrando uma embarcação tomaram-na. Ia a bordo um moiro envergado em longa veste branca sob um pano vistoso. Seu barrete era de seda e oiro; usava nas orelhas argolas deste metal.

Em grande admiração encarou aqueles homens e as naus que jamais vira vindas de tal banda. Disse ao lingua de arábigo que se chamava Danaué; nascera em Cambaya e negociava nas paragens de Moçambique.
Ouviram-no sem se mostrarem contentes e sendo muito bem tratado, o filho de Mafamede, começou a traficar no carrego das naus naquelas ilhas. Era um verdadeiro negociante, que os portugueses levaram como guia.

Portou-se bem, pois indicou o recife de Sofala, pelo que os navios meteram mais ás aguas sem verem a ilha famosa. De novo deram com um outro barco, no qual iam dois negros. Travaram conversa por intermedio dum guiné que seguira no «S. Rafael» e a navegação prosseguiu.
Estava-se em Março, a um, quinta-feira, e era pela tarde quando avistaram quatro ilhas, duas pertinho da costa; as outras mais ao longe.

Nicolau Coelho avançou, na manhã seguinte; encontrou um baixio; voltou e, ao virar, deparou com alguns barcos á vela surgindo da outra ilha. Houve esfusiante alegria, pois lhes parecera ver gente de mais civilidade.
Mandou Vasco da Gama que aproassem a fim de verificarem como se chamava a região.

Os homens eram negros mas vestiam panos de bom tecido e barretes vistosos com fios de oiro.
Tocavam anafis, parecidos com os usados na Europa, e não eram estranhos.

Estavam os portugueses na ilha de Moçambique. Os tripulantes dos barcos achegaram-se, em festa, e entre eles haviam brancos. Eram moiros.
Quiseram, logo, conduzir os navios para dentro do pôrto, tirando-os de duvidas sôbre suas intenções ao entrarem a bordo comendo e bebendo.

Disseram ausente o senhor da ilha de Moçambique.
Era muito rico. Fazia negocio com a moirama da India, a qual lhe trazia prata e oiro, cravo, pimenta, perolas, topazios, gergelim e mais especiarias.

Ao ouvir falar na India, e sentindo-a perto, pois em tráfico directo se andava, com estas gentes, Vasco da Gama exultou e deu de presente ás visitas, para levarem ao senhor, conservas da Madeira. O infiel com quem Fernão Martins falara e dera estes informes, também recebeu um capelar de gran.
Requeria-lhes o sultão que entrassem no porto. Presenteava-os também e, ao tentar-se a passagem, Nicolau Coelho quebrou o leme da nau na ponta da ilha, voltando e indo, depois, fundear diante da povoação.
Via-se que Moçambique era terra de tráfico avultado. Ali ancoravam barcos grandes mas sem coberta e serviam-se seus tripulantes de agulhas, cartas de marear e quadrantes. As velas eram de esteira e os marinheiros diziam ir, muito amiude, a Sofala, região riquissima, e ali vinham os negociantes do Mar Roxo ao tráfico, em virtude da existencia de muito oiro. Como sentissem, senão arreganho, pelo menos fôrça nos portugueses, tomaram-nos por turcos, de cujo poderio tinham ouvido falar.
E se de turcos os tratavam e a seu grande poder se cingiam, sinal era de os considerarem superiores, guardando-lhes respeito.
Acêrca do seu Governo falavam sempre do soberano — El-Rei de Quilôa — e do seu representante, o sultão de Moçambique.
«E mais nos disseram que o Preste Joham estava ali perto e que tinha muitas cidades ao longo do mar e que os moradores delas eram grandes mercadores e tinham grandes naus mas o Preste Joham estava muito dentro pelo sertão e que não podiam lá ir senão em caravellas» (*).
Noticias da India — Foi a bordo o sultão. «Era um homem baço, de bom corpo e boa presença, vestido d'uma jaqueta de veludo de Meca, de muitas côres, d'um pano azul com

---

(*) Roteiro.

vivos de fio d'oiro cingido que o cobria até aos joelhos e um calção até aos artelhos, de pano branco e o tronco nu e sôbre o pano cingido outro de seda em que trazia uma adaga guarnecida de prata; na mão um traçado e na cabeça uma touquinha de pano de seda de côres, com vivos e cadilhos de fio d'oiro posta sobre uma carapuça de veludo preto de Meca» (*).

Os homens do seu sequito eram «homens limpos, prêtos e baços, porque são filhos de cafras da terra e moiros brancos, mercadores que de muito tempo tem tratos por todas as terras da India com que ficaram naturais» (**).

Levou o potentado uma guarda de honra portuguesa, ao retirar-se, e deu-lhes tamaras em doce, mandando-as também a Nicolau Coelho, com cominhos e cravo pisados na amálgama.

De quando em quando o sultão falando aos portugueses, como a turcos, pedia-lhes, para ver, os livros de sua fé.

Vasco da Gama soube que o Prestes João estava muito para o interior, indo-se a Sofala, que se diziam a Ofir da rainha de Sabá, a amante do portentoso Salomão. Ali tudo eram maravilhas. Os navios encontravam-se, porém, ainda a novecentas leguas da India, sendo-lhe necessario um prático daqueles mares a fim de lá os conduzir.

Mal o governador soube não se tratar de turcos, espaçou as visitas. A custo se arranjaram dois pilotos para a rota. Todavia, contratou-os, pagando-lhes, adiantadamente, dois meticais de oiro e uma porção de marlotas. Equivaliam os soldos a quarenta e dois vintens e a algumas vestes.

Desembarcaram dois dos degredados com o encargo de apurarem tudo para a descoberta do Prestes João.

Chamavam-se eles João Machado e Damião Rodrigues. Eram assassinos.

Largou-se para a ilha, a uma legua de Moçambique. Chamaram-lhe S. Jorge. Ali ouviram missa. Tinham aparecido dois abexins, que, ao verem a imagem de S. Gabriel, se prostraram em adoração. Eram vassalos do rei da Abissinia, também julgado o Prestes João, e professavam o nestorismo.

O capitão-mór interrogou-os; soube da certeza da rota, mas sentiu seus homens atacados quando iam buscar agua e lenha, sendo obrigado a bombardear rijamente a praia.

Lamentoso, o sultão, por semelhante desaguisado mandou suas desculpas a bordo. Fugira um dos pilotos e Vasco da Gama redarguiu ao cherife, enviado pelo governador, sòmente dar pazes quando ele aparecesse.

Dois dias decorridos entrou no navio um moiro acompanhado por um pequenito, que tratava de filho, pedindo para seguir na viagem, dizendo-se prático do mar e ter vindo, nessa qualidade, de Meca a Moçambique.

Foi aceite. Fizeram nova aguada e ao largarem viram os infieis em enorme grita e ameaças, arremessando setas, ao que se retorquiu num rijo bombardeamento.

Paulo da Gama meteu-se num barco e foi aprisionar alguns dos desordeiros, abrigando-se em S. Jorge. De lá largaram em 29 de Março, numa quarta-feira.

No dia seguinte estavam sem poder navegar, entre umas ilhas, sitio onde os metera o piloto. Julgou-se ter assim procedido por ordem dos mouros, em traiçoeiro golpe, e o capitão-mór mandou-lhe aplicar açoites.

Por isto a terra em frente da qual se ministrou o castigo — a extrema das Querimba — recebeu o nome de Ilha do Açoutado.

Largou-se, três dias depois, para noroeste e o «S. Rafael» deu nuns baixios, ao cabo de quarenta e oito horas de navegação, ficando em sêco e descarregando bombardas em aviso de socorro. Veio a maré, largaram e, encontrando algumas almadias — barcaças de moiros — compraram bananas excelentes e tendo feito trato com dois dos tripulantes eles os guiaram até Mombaça.

Mombaça — Terra fresca, abundante em frutas e hortaliças, como um arrabalde lisboeta, parecia um recanto português com o seu ar excelente, searas e gados pascendo.

Disseram-lhes os que chegaram, bem como os pilotos, haver ali cris-

(*) Roteiro.
(**) Idem.

tãos e moiros. Não quiseram entrar no porto. Receberam um presente de laranjas, cidrões, limões e verduras, e canas de açucar, mandado pelo sultão, e, com estes mimos, um anel.

Era o penhor de bom seguro e lealdade: a aliança.

Pedia-lhes que entrassem na baía. Ao tentarem-no, a nau capitânia adornou. Espalhara-se tanto terror que até o piloto de Moçambique procurava a fuga lançando-se á agua. Atirara-se do alto do castelo da prôa.

Voltou-se a desconfiar de cilada. Vasco da Gama mandou despir dois moiros, e, em presença da guarnição, sofreram a pena do azeite a ferver, lançado gota a gota nas suas costas, a fim de confessarem a verdade do sucedido. Era o que se chamava «pingar».

Sob as dôres confessaram quererem vingar-se do que se passara em Moçambique.

Pela noite houve uma tentativa audaciosa; dois indigenas, a nado, procuraram picar as amarras do «Bérrio» e do «S. Rafael», a fim de os garrarem. Deu-se o alarme mas os culpados fugiram.

Só em 14 de Abril chegaram em frente de Melinde. No dia seguinte era domingo de Pascoa e houve folguedos em frente da cidade, cuja casaria tinha muito bom aspecto.

Mandaram-se a terra dois dos moiros presos no mar e um par de degredados e pela tarde apareceu um enviado do governador, trazendo laranjas, canas de açucar e três carneiros. Retribuiu-se. Seguiu para o palacio Davane, aquele mercador que se ligara aos portugueses, e servira seu tráfico. Ia falar ao chefe da autoridade, a quem levava um balandrau vermelho, coral e um chapeu, por agradecimento.

Entrou a bordo, onde Vasco da Gama o acolheu em gala.

Vestia cabaia de damasco carmesim forrada de seda verde; na cabeça um rico toucado e, no seu barco, sentava-se em almofadas de veludo, tendo, a resguardá-lo do sol, um negro que abria magnifica umbela.

Acompanhava o Senhor um velho, que, segurando uma espada de copos de oiro e prata, se impunha pelo seu porte. Uma banda de musicos tocava anafis e trombetas marfineas da altura de um homem.

Empavesaram-se as naus; encheram-se de razes as tôldas, transformara-se num salão riquissimo a capitânia e servira a baixela magnifica, a ostentar-se com as panoplias das armas reluzentes. O chefe, envergado no seu trajo de cerimonia, foi ao encontro do potentado. Salvavam os navios; os marinheiros, soltando a grita da ordenança, davam imponencia ao quadro. Dos escaleres, toldejados de gala, respondia-se disparando os «berços», e ante o terror dos visitantes tudo se calara. Trocaram-se palavras de amizade e, por fim, já se podiam dar os disparos, que o grão-capitão da terra os achava do seu agrado. Durante três horas andou em volta dos navios ouvindo os ribombos.

Seu filho subiu á nau-chefe e ali comeu e bebeu com a gente do séquito.

Em 19 de Abril, numa quinta-feira, foram passar perto de terra em seus barcos e ouviram aplausos.

O piloto de Melinde — Na nau de Paulo da Gama tinham entrado alguns tripulantes dum barco fundeado no porto. A subitas cairam de joelhos ante as imagens de Cristo e de Nossa Senhora. Eram indios nestorianos.

Vasco da Gama estava em gaudio «parecendo-lhe ser aquela gente vinda d'alguma cristandade que havesse na India no tempo de S. Tomé» (*).

Vinha com eles «um mouro, guzarate de nação, chamado Malemo Cana o qual assim em contentamento que teve da conversação dos nossos como por comprazer com ElRey (de Melinde) que buscava piloto para lhe dar acceptou querer ir com elles. Do qual Vasco da Gama, depois que praticou com elle, ficou muito contente, principalmente quando lhe mostrou uma carta de toda a costa da India arrumada ao modo dos mouros, que era em meridianos e paralelos mui unidos sem outro rumo dos ventos, porque era mui pequeno ficava a costa por aquelles dois rumos do Norte Sul e Leste Oeste uma carta sem ter aquella multiplicação de ventos d'agulhas comum na nossa carta que serve de raiz das outras. E mostrando-lhe, Vasco da Gama, o grande astrolabio de páo que levava e outros de metal com que tomava a altura do

(*) João de Barros, «Ásia».

sol não se espantou o mouro disso dizendo que alguns pilotos do Mar Roxo usavam de instrumentos de latão de figura triangular e quadrantes com que tomavam a altura do sol e principalmente da estrella de que mais se serviam na navegação» (*).

A velha ciencia arabe surgia, sem os aperfeiçoamentos de Zacuto, mas manifestava-se aos olhares dos navegadores que ouviam o piloto de Melinde prosseguir nas suas revelações: «Elle e os mareantes de Cambaia e de toda a India, pero que a sua navegação era por certas estrellas, assi do Norte como do Sul e outros notavam que cursavam por meio do Ceo do Oriente e Ponente, não tomavam a sua distancia por instrumentos semelhantes mas por outro de que se elle servia, o qual instrumento lhe trouxe logo a mostrar que era de três taboas». Era «o instrumento a que os mareantes chamam balestilha».

«Vasco da Gama com esta e outras práticas, que por vezes teve com este piloto, parecia-lhe ter n'elle hum grão thesouro e por o não perder partiu, o mais breve que pode, depois que metteu, por consentimento de ElRey um Padrão, por nome Santo Espirito, na povoação dizendo ser testemunho de paz e amizade que com elle assentara» (*).

Ia a caminho da India (24 de Abril de 1498).

Ficara ali o degredado a fim de tomar noticias, e Malemo Cana, o piloto, tornado amigo dos portugueses, começou a guiar as naus para o desejado emporio.

A rota da India — Estavam na epoca da «monção pequena», a calmaria.

No inverno sopra por toda a costa do oriente africano, India e Arabia, a «monção de nordeste», equivalente ao alisio ou alisado — o que reina, regularmente, de leste para oeste entre os trópicos. No verão vêm as alterações, sucedendo que de Novembro a Março domina a monção «Nordeste», o que torna a navegação activa. Do fim de Março em diante varia, chegando a «monção sudoeste», em Maio, acompanhada, quasi sempre, de tempestades. Nos meses de Junho, Julho e Agosto é dificil navegar, passando a fixar-se em Outubro a «Nordeste».

Por consequencia, naquele Abril velejava-se bem nos mares da India.

Só em 20 de Maio avistaram uma cidade. Era Calicut. Chegara-se á India ao cabo de um mês menos quatro dias de travessia desde Melinde ao porto do reino onde fundeavam.

João Martins, degredado, foi a terra, por ordem do capitão-mór, ao mesmo tempo que se acercavam diversos barcos, cujos tripulantes venderam peixe.

O enviado dos portugueses, que era cristão novo e falava hebreu e arabe, ao acercar-se dalguns moiros, ouviu-os preguntar numa mescla castelhana:

«— A el diabro que te doo; quem te trouxe acá?»

Ao saberem donde vinha e o que se passava deram-lhe uma merenda de pão de trigo e mel. Um deles, chamado Monçaide, quis ir a bordo e exclamou ante o chefe da armada:

«Buena ventura! Buena ventura!»

E logo anunciou pedrarias, rubis, esmeraldas e oiro, dizendo-lhes que dessem graças a Deus por trazê-los a região de tanta magnificencia.

Vasco da Gama chegara ao cumprimento de seu designio. Restava-lhe o trato com a gente da terra onde havia quem falassse português misturado de termos castelhanos. Talvez o lingua tivesse sido escravo em Tunis ou em Marrocos.

Ele informava-os:

«A cidade tem mais de cinco leguas de circuito mas o que propriamente se chama Calicut é um grande territorio cheio dos mais bellos e soberbos edificios e suas grandes cercas de sorte que cada casa ha mister d'um grande espaço para todos os seus jardins, pomares, viveres e terras de semear e por isso não se vê por toda a parte senão casas de estarte (desta arte) fabricadas, cheias de povo, assim Naires, Malabarés, Mouros, como de toda outra qualidade de estrangeiros que aqui são bem agasalhados com diferença d'outras cidades Malabares onde sómente moram Mouros» (*).

O Samorim — O rei estava a quinze leguas quando a armada chegou. En-

(*) João de Barros, «Asia».

(*) João de Barros, «Asia».

viou-lhe, Vasco da Gama, dois emissarios a participarem-lhe que trazia carta do rei de Portugal. Presenteou os agentes com ricos panos e disse que partia para Calicut, o que fez. Aconselhava-se a entrada dos navios no porto, indo fundear em Pandarane.

Erguiam-se templos magnificos naquela cidade cheia de palacios de luxo, bem oriental, soberba.

Vasco da Gama, recebendo as honras que lhe tributavam ao dizerem-lhe que o rei o receberia na terça-feira, 29 de Maio, desembarcou com treze homens em galas, com trombetas e bandeiras, sendo acolhidos pelos representantes do soberano, a que chamavam Samorim, e os quais apareciam tambem envergados em pompas.

O capitão-mór subiu para um vistoso palanquim até Capate, onde foi repousar a casa dum rico homem. Os da comitiva comeram excelente arroz com manteiga e peixe cozido, embarcando-se depois. Ao chegarem a outra terra levaram-nos a um templo, onde o navegador, apesar de ver tôscas e estranhas imagens, julgando-as do rito nestoriano, orou.

Junto dele, João de Sá, disse: «Se isto é diabo eu adoro o Deus verdadeiro», e o comandante sorriu. Estavam perto os que escolhera além daquele escrupuloso fiel. Eram Alvaro, Fernão Martins, Alvaro Velho, João d'Ameixoeira, Diogo Dias, João de Setubal e mais seis cujos nomes se perderam.

Passaram a novo templo do mesmo genero e ao entrarem nas ruas o povoleu era tanto que as coalhava, bem como os telhados.

No palacio receberam-no numa sala forrada de seda e oiro; o chão estava almofadado com tapetes verdes. Os naires sentavam-se em volta e o rei, reclinado no seu coxim, parecia um idolo.

Vestia panos com rosas de oiro batido, na ponta dum deles haviam anilhas cravejadas de grossos rubis; no braço esquerdo ostentava uma larguissima pulseira reluzente de pedrarias. Cintilava um diamante da grossura dum dedo polegar.

Enrolava-se-lhe no pescoço um fio de perolas iguais a boas avelãs. O colar descia, depois de duas voltas, até ao umbigo. Brilhava em diamantes, esmeraldas e pérolas.

Resplandecia. Junto dele, um pagem, envergado de seda, sustentava uma adaga de oiro.

Era um deslumbramento não só de atavios mas doutras riquezas ali espalhadas. Um pote de oiro, da altura dos de meio almude com dois palmos de bôca, tinha junto uma vasta bacia do mesmo metal. Destinava-se a depositos do betel que o soberano mascava.

Vasco da Gama fez a reverencia da etiqueta, juntando as mãos e elevando-as. Mandou que se achegassem enquanto a comitiva ficava a distancia entretida a comer frutas semelhantes a melões e figos.

Começava o enorme trabalho da tradução dos dizeres dirigidos ao navegador. Davané vertia para o arabico o industanico e João Martins volvia-o em português. Falou da embaixada que o Samorim aceitava. Então contou-lhe ser o representante dum Soberano poderosissimo, cujos navios, havia sessenta anos, andavam procurando aproar ás suas maravilhosas terras sem outro interesse do que lá chegarem, pois eram muito ricos de oiro e prata. Seu soberano, de nome D. Manuel, mandara aquelas naus para o saudar, tendo ordem de não regressarem sem o encontro com o principe cristão, ao qual devia entregar duas cartas dizendo-se nelas seu irmão e amigo.

O Samorim acolheu as palavras dizendo-se, igualmente, irmão e amigo do soberano português, e prometeu enviar seus delegados a Portugal.

Finda a audiencia, o capitão-mór, subiu para o palanquim. Chovia muito, e ele, já farto duma longa travessia, queixou-se, indo para casa dum prestavel mouro.

Em 30 de Maio, o Samorim mandou de presente, ao chefe da armada, vinte peças de pano branco com beirames de oiro, mais vinte muito finos e dez de seda, quatro pães de benjoim, tão pesados que o portador mal podia com eles, e doze enormes bacias de porcelana. Em troca davam-se-lhe doze lâmbeis e quatro capuzes de gran, seis chapeus, corais, açucar e barris de azeite e mel.

Os provadores — os que, segundo o uso, analisavam os presentes — puseram-se a rir quando viram semelhante pobreza, dizendo que qualquer mer-

cador de Meca mais valores ofertaria. Que lhe enviassem oiro. Recusou-se alegando não ser um negociante mas embaixador, trazendo, todavia, melhores lembranças.

Todos os que chegavam iam desdenhando dos objectos. Um dia — 5 de Junho — o capitão-mór foi ao palacio. Entrou com ele Fernão Martins, e o soberano, começando em queixa, bem demonstrava estar já a favor dos moiros, os quais viam concorrentes nos portugueses, procurando indispôr contra eles o Samorim. Desdenhava-lhe os envios; não os achava dignos de país tão opulento como ele anunciava. E pediu as letras do monarca português. Guardou-as e despediu o navegador. Recolheram-no em casa dum moiro. Quando quis ir para bordo recusaram-lhe embarcação e ali o conservaram até 8 de Junho, em que conseguiu mandar aviso ao irmão a fim de enviar alguma coisa capaz de satisfazer o váli, ou Catual, que só assim o largou e aos companheiros.

Daí por diante não lhes vendiam generos. Vasco da Gama apresentou sua queixa contra os moiros, que dominando os indigenas os levavam àqueles actos. Para demais cuspiam ao verem os portugueses, dizendo desdenhosamente: Portugal! Portugal!

Recomeçou o negocio em bom tráfico e, dentro em pouco, decidia-se instalar ali uma feitoria, na qual ficava Diogo Dias, o qual foi junto do Samorim com ambar e coral. Pediu em troca amostras de canela e cravo. Não só não quis o presente mas exigiu seiscentos xerafins de oiro para poderem levantar ferro, visto ser aquele o costume do reino. Assaltou-se a feitoria; prenderam-se os portugueses, e o chefe da armada, ao saber do atentado, por um negro, decidiu vingar-se.

Quando chegaram os primeiros negociantes na venda das pedras finas foram tratados com obséquios. Era a forma de atrair outros que apareceram. Deitou mão a seis dos principais e, desferrando, foi ancorar a quatro leguas ao norte. Recebeu recados para regressar. Recusou, até que, a certa altura, se foi aproximando.

Entregaram-lhe os cativos; deu soltura a quatro dos refens, ficando dois pelas mercadorias.

Apareceu um mouro de Tunis a pedir passagem, que lhe foi concedida.

A volta a Portugal — Ante a hostilidade deliberou-se o regresso, «visto como já tinhamos achado e descoberto o que vinhamos buscar assim de especiarias como de pedras preciosas» e «logo fizemos ás velas e nos partimos caminho de Portugal, vindo todos muito ledos, por sermos tão bemaventurados de acharmos uma tão grande cousa como tinhamos achado» (*).

Em quinta-feira — 30 de Agosto — mais de setenta barcas os pretenderam atacar mas correram-nas a bombarda. Começou a trovejar, fortemente, no mar e no ceu e a armada fez-se ao largo, indo, depois, largar ferro junto duns ilheus onde se colocou o «Padrão de Santa Maria».

Em 22 de Setembro, chegando a Angediva, viram os indigenas orando a uma pedra negra num pagode arruinado. Fizeram ali as reparações dos navios «S. Gabriel» e «Bérrio», aguardando o momento de largada para o reino.

Quando estavam arranjando os barcos em Angediva aparecera um espalhafatoso individuo vestido de linho, acenando, toucado de vistas e sabre.

Dirigiu-se ao capitão-mór e aos oficiais, a abraçá-los, como pessoa de grande categoria, e disse-lhes:

«Dios salve las naves y los senores capitanes cristianos y la companía quí nelas viene».

Falava veneziano, confessava-se cristão, embora dissesse ter servido, no Levante, um rei cujo Estado comportava quarenta mil cavaleiros. Tal potentado era um moiro.

Desconfiou-se do homem. Prenderam-no, atormentaram-no e ouviram-lhe a verdade.

Queria detê-los por ordem do Çabaio, o dono da ilha.

Várias artes, porém, mostrava, excedia a falar diversos idiomas. Conhecendo, muito bem, as coisas do Oriente, marcando na inteligencia, foi adoptado.

Devia ser israelita. Confessara-se natural de Posna, na Polonia, e ju-

---

(*) Roteiro.

deu. Perdoara os açoites recebidos e começara a tirar partido do que lhe apresentavam. O seu nome moiro era Mamet. Chamaram-lhe em português Gaspar, baptizaram-no e ele juntou, habilmente, ao patronimico o apelido Gama, em memoria do seu padrinho, que foi o capitão-mór. Tambem o denominavam Gaspar da India e tornou-se utilissimo, leal, talvez por servir o seu interesse.

Passara se de Angediva para a costa de Africa; o escorbuto dizimava as tripulações. Em 2 de Janeiro de 1499 chegavam a Mogadoxo, ante a qual pssaram em bom vento, disparando bombardas por ser terra de moirama. Uma tempestade quebrou os cabos das vergas, os ostagos, da «S. Rafael» e como se apresentassem barcos provenінetes da vila de Pate foram escorraçados a tiro.

O rei de Melinde festejou-os com refrescos e boa amizade, dando-lhe Vasco da Gama panos magnificos, damascos, setins e veludos e em homenagem a tais dadivas entregou o sultão uma buzina de marfim, muito grossa, destinada a El-Rei D. Manuel I. Também um jovem moiro embarcaria para Portugal. Ofertavam uma carta em folha de oiro, um colar de perolas e pedrarias, o qual valia dez mil cruzados, uma caixa de prata e marfim, panos de seda e fios de oiro tão lindos e finos, como jamais se tinham observado. Completavam o presente vinte aneis cravejados de pedras preciosas e lembranças para a rainha e igualmente dadivas para os capitães.

Fez-se a largada; passaram em frente de Mombaça, onde o «S. Rafael» bateu no mesmo baixio que o turbara á ida.

Cinco dias levou o conserto; dirigiram-se, de seguida, a uma ilha onde colocaram padrão, mas dificilmente. Chovia tanto que não foi possivel arranjar lume a fim de se liquifazer o chumbo com que se soldaria a cruz do marco.

Em 3 de Março estavam em S. Braz e em 20 avistaram o Cabo da Boa Esperança, onde a travessia foi tão boa que os tripulantes desabafavam seus jubilos como se até ali tivessem receado não regressarem ao reino, tanto podiam as tradições de terror, as lendas de mêdos. Ajoelharam e disseram suas preces. Mudaram os animos e restabeleceram-se muitos dos doentes com a alegria do repouso.

Foi então que Vasco da Gama mandou chamar os rebeldes, aqueles que se tinham insurgido contra o prosseguimento da viagem e admoestando-os, em tom paternal, mostrou-lhes como os rigores infligidos a tão descrentes mareantes tinham servido para a vitoria. Interrogava-os; queria que lhe respondessem acêrca do seu acto, e um dos marujos — João da Ameixoeira — levantou voz. É gente ousada e boa -- esta da marinha; fala sempre embora se desabone por justiça.

«— Senhor — disse ele — nós fizemos como quem somos, vós fizestes como quem sois.»

E pediu perdão em nome do dia e do feito.

Foram sempre assim estas almas de homens do mar. Nenhumas existem mais fogosas nem mais ternas. Vivem de impulsos. São como as aguas; ora encapeladas, ora suaves.

O comandante perdoou-lhes mas declarou levá-los, a Lisboa, em ferros, até junto do soberano, para que ele os soltasse.

Distribuiu pelas equipagens os presentes do rei de Melinde.

Reinava a bordo uma sã alegria. Ao fim de vinte e sete dias estavam em Sant'Iago, onde Nicolau Coelho se tornou mais ao mar e partiu para o anuncio a D. Manuel I da gloriosa travessia e da descoberta (10 de Julho de 1499).

O resto da esquadra passou ás alturas da Guiné, velejando sôbre um mar de sargaços ruivos e, endireitando ao norte, depararam com os Açôres, fundeando em Angra, no fim de Agosto.

Os navios vinham em pessimo estado; mal se aguentavam. Desembarcou-se.

Paulo da Gama estava doente. Outros tripulantes tinham enfermado de novo e o capitão-mór decidiu ficar junto do irmão querido, preferindo-o á apoteose que o devia esperar na capital.

Paulo da Gama morreria, dias depois, de hectiguidade. Estava héctico, tuberculoso. Foi enterrado em S. Francisco de Angra, donde sairam navios a levar a nova da epopeia.

Ia largar um do mestre Antonio

Rodrigues para o Algarve quando a desmantelada frota fundeou. Informou-se donde vinha e ao ouvir que da India, soltou as velas e, em quatro dias, estava em Lisboa a dizer o que ouvira, em grande entusiasmo. O rei deu-lhe cem cruzados pela noticia.

Em 24 de Agosto de 1499 chegava Vasco da Gama com a sua gloria e o seu luto. Visitou-o Jorge de Vasconcelos, em nome do monarca. Acudiram parentes e amigos a abraçá-lo, solicitando-lhe que despisse o dó por morte do irmão.

Fez-lhes a vontade. As barbas chegavam-lhe á cinta. Não as aparava desde a partida.

O rei ergueu-se do trono para o acolher na Casa da Mina. Passaram a cavalo, em cortejo, pela cidade até á Alcaçova e, no dia seguinte, o capitão foi, de novo, ao paço, onde apresentou os seus homens de mais distinção na viagem e os pilotos moiros.

Falaram muito da India. Houve festejos sem par. Rejubilava-se. Os tesouros oferecidos pelo rei de Melinde deslumbraram o soberano. Parecia um conto oriental.

Vasco da Gama recebeu o titulo de Dom; o almirantado do Mar das Indias, para si e descendentes, e a capitania mór das armadas cujo comando quisesse. Amerceavam-no mais com o direito de empregar duzentos mil réis por ano no tráfico do Oriente sem direitos sôbre as fazendas que viessem. A sua tença foi de trezentos mil réis.

Os tripulantes receberam o livre transito de suas fazendas e dez arráteis de cada especiaria. Era raridade e luxo.

Para o mosteiro de Belém, os Jeronimos, que se ia edificar, destinaria o rei «os dizimos de Deus», cobrados sôbre as cargas das gloriosas naus.

Sabiam já o caminho maritimo para as Indias. Tinham conhecido terras estranhas e, acima de tudo, o sonho do infante D. Henrique realizava-se.

O Oriente era o mercado aberto aos portugueses, que, sem terem ainda iniciado a sua conquista, tinham feito a descoberta.

Através das costas maritimas estava marcada a sua rota nos padrões de pedra onde, com a cruz de Cristo, se ostentavam as armas de Portugal, cujo monarca se denominaria: Rei de Portugal e dos Algarves, d'Àquem e de Além Mar em Africa, Senhor da Guiné, Senhor de Conquista, da Navegação, Comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.

CAPITULO VIII

O PROSSEGUIMENTO DAS DESCOBERTAS

O Brasil — Terras de João da Nova — O misterio dos Côrte Reais

A armada de Pedro Alvares Cabral — A determinação régia acêrca da esquadra que devia partir na segunda viagem á India e a tomar conhecimento de Sofala não tratava de dar o comando a Vasco da Gama, como seria logico, visto o seu cabal triunfo na descoberta do caminho para o oriente.

Compunha-se de treze navios a frota, cujo comando era dado a Pedro Alvares Cabral, senhor de nobilissima estirpe, ainda sem renome nas coisas nauticas. Também o almirante dos mares da India o não possuia antes da sua largada para a gloriosa travessia, o que demonstra ter existido entre os fidalgos da epoca uma educação de mareantes, a qual permitia ao rei entregar-lhes suas armadas. Era uma cavalaria nova feita de cientismo e positivo luzimento. A nobreza nacional profundava-a e esclarecia-se. Quando se necessitava dum chefe encontrava-se; para as móres práticas embarcavam-se os excelentes pilotos da grande escola da teoria e do mister.

Foi, pois, aquele grande aristocrata o capitão-mór da nova frota. Provinha de pura estirpe, sendo descendente daquele Alvaro Cabral, alcaide dos castelos da Guarda e Belmonte, que se conservou fiel ao mestre de Aviz, repelindo as oferendas pingues do rei castelhano. Nascera, o navegador, de gente beirôa, por gigantescos avoengos, todos de alma altamente talhada como seu pai o era de estatura e igualmente de animo. Tinha nas veias sangue de mareantes do Infante, alianças com os Zarcos luziam-lhe na parentela e para as aguas salgadas o deviam chamar as vozes dos ancestros com seus estudos e vocação.

Uma das naus entregou-se a Bartolomeu Dias, o que passara o cabo da Boa Esperança, sendo distribuidas as outras por Sancho de Tovar, descendente do almirante de Castela que, no tempo de D. Fernando I, batera os portugueses em Saltes.

Seu pai pronunciara-se, em Toro, por D. Afonso V e ele entrara ao

PEDRO ALVARES CABRAL

serviço português, no qual se lhe premiavam, com o rasgo da familia, as suas qualidades e o almirantado do ascendente. Também comandava um dos navios Nicolau Coelho, que viera da viagem da India coberto pela fama, sendo os outros chefes de naus Aires Gomes da Silva, Simão de

Miranda, Diogo Dias — irmão de Bartolomeu — Gaspar de Lemos, Luiz Pires, Simão de Pina, Pedro de Ataide, Vasco de Ataide e Nuno Leitão da Cunha.

Iam como pilotos algumas figuras da experiencia maritima como Pedro de Escolar ou Escobar e Afonso Lo-

CARAVELA DE 1516, TIPO DAS DO PERIODO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

pes, além dos que Vasco da Gama trouxera de Melinde com um prático e interprete esplendido que o descobridor do caminho maritimo do Oriente tomara a seu bordo em Angediva. De muito lhes serviria o astuto interprete Gaspar da Gama ou da India, conforme já se intitulava.

Um dos grandes vultos dessa armada era Duarte Pacheco, que não levava encargo de vista nem comando.

A ordem clara, a que devia figurar aos olhos da espionagem veneziana, já irritada pela descoberta do caminho maritimo para a India, bem como miragem para os de Espanha, era a de uma nova largada para o Oriente.

Entendia-se tudo conforme o antigo criterio misterioso do ultimo reinado.

Os reis catolicos descobririam que o tratado de Tordesilhas fôra, habilmente, contorcido a favor dos portugueses, ao fazer-se aquele desvio de duzentas e setenta leguas de Cabo Verde. É que já se conhecia o Brasil, que, deste modo, coubera no ambito traçado.

O conhecimento do Brasil — O descobridor do caminho maritimo para as Indias, embora o «Roteiro» não o marque, «bem perto passou das terras brasileiras e talvez só por um acaso não percebeu qualquer indicio delas» (*).

Devia conhecer-lhes existencia por noticias anteriores.

De resto, estavam traçados os caminhos: «o extremo oeste do Atlantico já havia revelado um mundo incognito, desde 1492, e, sem duvida alguma, se as expedições maritimas portuguesas, desde D. Manuel, não fôssem capitaniadas por fidalgos e homens de guerra (ao invés de maritimos e cosmografos, como anteriormente o eram), a terra de Santa Cruz já haveria sido descoberta antes de 1500 pelos proprios portugueses (**).

era guerreiro, navegador, diplomata e
guerreiro, navegador, diplomata e
cosmografo, e autor dum dos mais notaveis livros de ciencia da sua epoca, o «Esmeraldo de situ orbis», hoje tão celebrado.

Porém em asserção de terem lá estado outros, e dalgúns portugueses se encontrarem já entre os indios, evoca-se, embora longe do lugar onde ia chegar a frota de Pedro Alvares Cabral, o naufrago ou degredado João Ramalho (***) e seu companheiro Antonio Rodrigues, além dos que «entram em numero de varios que desapareceram sem nunca mais se saber no reino que fim levarão».

Não havia ignorancia acêrca da terra brasilica. Apenas se quisera mantê-la em segredo até que se chegasse ao fim das viagens para o oriente, na linha africana.

A esquadra do novo navegador partira sob este mesmo aspecto e intuitos.

Agora disfarçava-se, de novo, e Duarte Pacheco Pereira ia a bordo para ensinar o caminho.

Poderosa e bem apetrechada era a luzida frota. Jamais outra de tanto poder saira de Lisboa. Treze navios

---

(*) O sr. João Ribeiro, ilustre historiador brasileiro, embora não concorde com a descoberta feita pelos portugueses antes de 1500, não os considera idos ali por acaso.

(**) João Ribeiro, «Historia do Brasil».

(***) Idem.

eram demais para a India. Decerto alguns se destinavam a outro ponto, que só podia ser aquela terra com a de Sofala, na qual ficariam dois.

Vasco da Gama elucidara os mestres e pilotos sôbre a navegação a fazer: «cortar pelo mar largo, tomando os largos ventos do mar que corriam para terra com muito resguardo para dobrar o Cabo da Boa Esperança».

Conhecia-se a rota. Devíam pensar na passagem pelo ocidente, pois nessa epoca tinha-se noticias das Molucas. O Brasil seria para os portugueses região favoravel nos designios de ha muito assentes.

«Es muy conveniente y necessaria para la navegacion de la India» — escreveria D. Manuel aos reis, seus sogros, ao noticiar que se descobrira Santa Cruz — o Brasil — «la cual parece que Nuestro Señor, milagrosamente, quiso que se achasse, porque es muy conveniente para la navegacion de la India porque alli separó sus navios y tomó agua y por el camino grande que tenia de andar no se deteive para se informar de las cosas de la dicha tierra» (*).

O regimento de bordo mandava: «que se afastasse da Costa d'Africa para encurtar a via».

Assim se praticara. Sabia-se para onde se velejava, pois não se seguira como na viagem de Vasco da Gama. Tampouco a menor tempestade arrastou os navios de Pedro Alvares Cabral.

Partira-se do Restelo após pomposo cortejo, como o que se fizera quando da inicial expedição ao oriente.

Navegaram e, ao chegarem a Cabo Verde, «se perdeo da frota Vasco de Atayde com a sua naao sem hy aver tempo forte nem contrairo para poder seer» (**).

E «assy seguimos nosso caminho por este mar longo atee terça feira de oitavas de Pascoa que foram XXJ (quere significar 21) dias de Abril, que tomamos alguns sygnaaes de tera, seendo da dita ylha segundo os pilotos diziam obra de hoje IX

(*) Carta del Rey Don Manuel de Portugal a los Reys Catholicos.

(**) Carta de Pero Vaz Caminha para D. Manuel I.

ou IXX legoas as quais heram muyta cantidade de ervas compridas a que os mareantes chamam botelho e aasy outras a que tambem chamam rabo d'asno; e na quarta feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamamos fura-buchos; e neste dia, a oras de vespera, ouvemos vista de tera» (*).

Era o Brasil, segundo a narrativa do escrivão da armada Pero Vaz de Caminha.

«Aos vinte e dous passámos a Cabo Verde e no dia seguinte esganou-se huma náo da armada, por fórma tal, que não se soube mais della. Aos vinte e quatro de Abril que era huma quarta feira do Outavario da Pascoa houvemos vista de terra, com o que tendo todos grande prazer nos chegámos a ella» (**).

Era o Brasil. Assim descreve a viagem, igualmente, sem se referir a temporais, que não existiram, um mareante cuja personalidade não se averiguou.

Fica-se, pois, muito longe da maneira porque alguns historiadores e geografos, até portugueses, narraram a descoberta do Brasil, atribuindo ao acaso o fruto de expedições tão bem organizadas, como eram as dos portugueses, e a procelas providenciais que pareciam ordenadas por Deus a fim de darem a Portugal mais mundos.

O célebre historiador americano Vinhgaud assegura que «documentos antigos, como cartas régias sôbre as terras novas descobertas ou a descobrir no mar oceano, testemunhos respeitaveis como os de Fructuoso e de Duarte Pacheco, cartas da primeira parte do seculo XV como as de Becharia e de Bianco, as legendas muito espalhadas e indicações de diferentes generos autorizam a asserção, a suposição, se assim se quere, que antes das expedições conhecidas de Vespucio, de Pinzon, de Lepe e mesmo de Cabral, alguns desses ousados e aventurosos marinheiros que navegavam, então, em grande numero, abordara, por acaso ou buscando fortuna,

(**) Relatorio dum piloto de nome ignorado.

á costa brasileira, que está tão aproximada da Africa Ocidental» (*).

Pedro Alvares Cabral, na sua carta ao rei, manifesta-se após o escrivão, que dizia: «asy seguimos nosso caminho por este mar largo». O navegador conclui:

«em obediencia a instruçam de vossa Alteza navegamos no ocidente e tomamos posse, com Padram, da terra de vossa Alteza que os antigos chamavam Brandam ou Brasil» (**).

Juntando-se-lhe o relatorio do fisico, mestre João, as provas surgem bastamente.

Conhecia-se o Brasil; sabendo-se a sua posição, aproveitou-se primeiro para a descoberta do caminho maritimo para a India, a fim de não desviarem as atenções do Oriente, e, na hora propria, essa armada numerosa, como nunca houvera outra, levando navios de comercio do florentino Marchioni em sociedade com D. Alvaro de Bragança e um feitor, Aires Correia, para os negocios da India, «tomava posse, com Padram, da terra» de el-rei, a quem o matematico escrevia:

«Señor — O bacharel mestre Johan fisico e cirugyano de vosa alteza beso vosas reales manos. Señor porque de todo lo acá pasado largamente escrevieram a vosa alteza asy arias correa como todolos os otros» (***).

Assim começava em castelhano e na mesma lingua terminava a longa epístola que o cosmografo ao serviço de el-rei D. Manuel enviava a seu amo da terra de Santa Cruz recém-descoberta.

Descrevia, depois, o que se põe em português:

«Ontem, segunda-feira 27 de Abril, descemos em terra eu, o piloto do capitão-mór e o piloto Sancho de Tovar, tomámos a altura do sol ao meio dia e achámos 56 graus e a sombra era setentrional, pelo que, segundo as regras do astrolabio, julgámos estar afastados do equinocial por 17 graus

(*) Vinghaud, «Americ Vespuce».

(**) Assim o afirma, igualmente, o ilustre escritor brasileiro Assis Cintra, adoptando a ideia de o conhecimento anterior do Brasil pelos portugueses.

(***) Carta de mestre Juan Martin para D. Manuel I.

e, por conseguinte, ter a altura do polo antártico em 17 graus, segundo o manifestado na esfera e isto enquanto a um, pois saberá vossa alteza que todos os pilotos vão adiante de mim e tanto que Pero Escobar vai a 15 leguas e outros menos: mas quem der a verdade não se póde certificar até que em boa hora cheguemos ao Cabo da Boa Esperança e ali saberemos quem vai mais certo, eles com a carta e eu com a carta e o astrolabio: quanto Senhor ao sitio desta terra mande vossa alteza trazer um mapa-mundi que tem Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sitio desta terra, embora aquele mapa-mundi não certifica se esta terra é habitada ou não. É mapa antigo e ali achará vossa alteza tambem escrita a Mina» (*).

Marcava-se deste modo, positivamente, que os portugueses conheciam o Brasil, onde tinham chegado antes de 1498, indo-se neste ano verificar a região.

Duarte Pacheco Pereira, soldado, mareante, escritor, homem de sabedoria nas coisas nauticas, ao qual se designaria por Aquiles Lusitano, escrevera naquela data ao seu rei:

«E alem do que dito he, ha experiencia, que he madre das cousas, nos desengana e de toda a duvida nos tira; e por tanto, bemaventurado Principe, temos sabido e visto como no terceiro hanno de voso reinado do hanno de noso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito donde vosa alteza nos mandou descobrir a parte oucidental passando alem ha grandeza do mar oceano, onde he achada e navegada hũa tão grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella se estende a setenta graoos de ladeza da linha equinocial contra o polo artico por esta costa sobredita do mesmo circulo equinocial em diante por vinte e oyto graoos de ladeza contra o polo antartico he achada nella muyto e fino brasil com outras muytas cousas de que os navios deste reyno vem grandemente carregados.»

Mas se estava descoberto o Brasil e dentro dos limites do tratado de Tordesilhas, porque razão só em 1500 se realizava a sua descoberta oficial?

(*) Carta de Mestre Juan Martin para D. Manuel I.

O grande desejo dos portugueses, durante este periodo, consistira na passagem para o oriente, a qual Vasco da Gama ia fazendo, ao mesmo tempo que Duarte Pacheco Pereira avançava, em segredo, para o ocidente, a verificar o territorio que, segundo dizia o castelhano mestre João, na sua carta ao rei, se encontrava «no mapa-mundi que tem Pero Vaz Bisagudo e por ali poderá vêr Vosa Alteza o sitio desta terra, embora naquelle mapa-mundi não certifica se esta terra é habitada ou não».

rota para o sul (1499), na qual os espanhois empregavam outros navegadores, houvera a necessidade de se ir tomar posse oficial do Brasil em circunstancias demonstrativas de que D. Manuel e os seus colaboradores continuavam a usar dos processos secretos que D. João II adoptara, bem como o proprio D. Afonso V, o qual por não mandar escrever muitas das travessias realizadas no seu tempo, elas ficariam, depois, perdidas para memoria dos homens em relação a terem sido obra de portugueses.

MAPA PORTUGUÊS DO BRASIL (1516)

Eis o que se apurava. Sabia-se da existencia da região. Havia a acrescentar que Duarte Pacheco Pereira lá fôra no «terceiro hanno do voso reinado do hanno de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito». Estava certo, visto D. Manuel ter subido ao trono em 25 de Outubro de 1495.

Esta viagem devia ter sido determinada, em tais condições misteriosas, em virtude de Colombo ter largado para a sua segunda expedição, para o ocidente, quasi ao mesmo tempo (30 de Maio de 1498). Preparando-se, logo no ano seguinte, uma

Menos sem razão se lhes disputariam os frutos de sua ciencia, audacia e essencia de raça.

Marca-se, porém, que antes da chegada da frota, em 1500, àquela região já em Pernambuco habitavam portugueses.

Teriam ido ali ao acaso nos barcos que se perderam ou seriam largados, como era de uso, por qualquer expedição ignorada e que não tornara?

Sabe-se apenas que, em 1531, alguns portugueses em demanda contra os franceses da «Pélerine», que fizera o assalto de seus dominios,

asseveravam nas suas alegações para o tribunal:

«Entendem provar que no anno de 1531 em tal mês a nao e gente que se diz serem de auctor foram ter a pernambuquo porto do brasil, onde estava hum castelo e fortaleza feita por el-rei noso sõr e seus vasalos portugueses a qua avia trinta anos e mais que no dito porto era feita e era o dito castelo e porto habitado por portugueses que tinham aly suas casas de morada avya quarenta annos e mais e ao tempo em que se diz a nao do auctor ay chegar estava no dito castello «feitoria» do dito sõr e de muitos mercadores portugueses que tinham aly muitas mercadorias asi de portugal para tratos como da terra que tinham a vida.»

Se havia quarenta anos e mais que ali estavam morando, a sua chegada podia datar-se de 1491 e como o documento existe (*), e serviu, em comprovação de direitos que se queriam tirar aos habitantes daquelas paragens, não ha duvidas acêrca da prioridade da entrada de portugueses em terras brasilicas antes de Cabral e de todos os outros navegadores a que se atribuem o feito de primeiro terem tocado no Brasil.

A descoberta oficial realizou-se.

Deparara-se-lhes, primeiro, «hum grande monte muy alto e redondo e d'outras teras mais baixas, ao sul delle a tera chãa, com grandes arvoredos, ao qual encontrado o capitam pôs o nome monte Pascoal e aa tera a tera de Vera Cruz» (**).

A região descoberta era «muito povoada de arvores e de gente que andava pela praia» (***).

Largou-se num batel e «acharão huma gente parda, bem disposta, com cabellos compridos; andavão todos nus sem vergonha alguma e cada hum delles trazia aquelle seu arco com fréchas, como quem estava alli para defender aquelle rio» (****).

Quando regressaram os bateis da armada rebentou formidavel temporal. Na manhã seguinte, largaram em busca dum porto e viram um, onde ancoraram, topando, de novo, homens como os vistos na vespera e que estavam pescando. Prenderam um, sem dificuldade, deram-lhe de presente uma camisa e uma gorra vermelha e logo apareceram outros muito contentes.

«Naquele mesmo dia, que era outavario da Pascoa — daí o nome de Pascoal posto ao monte — determinou o capitão-mór ouvir Missa e assim mandou armar huma tenda n'aquela praia, e debaixo della um altar; e toda a gente da armada assistiu tanto á Missa como á Prégação, juntamente com muitos dos naturais que bailavão e tangião os seus instrumentos.»

Oficiara o franciscano Henrique Coimbra, que alguns dos seus companheiros acolitariam. Eram da mesma Ordem, indo em missão para o oriente, fréis Gaspar, Simão de Guimarães, Luiz Salvador, Maffeo e Pedro Neto.

Logo que terminara o Santo Sacrificio, voltaram «aos navios e aquelles homens entravão no mar até aos peitos cantando e fazendo muytas festas e folias».

Os indigenas eram mansos, de bom trato.

Tornou-se a terra. Pedro Alvares Cabral procurou entreter-se com o gentio; chegou-se a um rio de agua doce, colhendo-se seu liquido e indo-se tratar de vasta provisão de lenha; sempre os naturais se mostraram dóceis e bondosos, ajudando os portugueses na sua tarefa.

Visitaram as rudimentares aldeias, a três milhas distantes do mar, onde alguns dos indigenas foram buscar «papagaios e uma planta chamada inhame, que he o pão de que ali usão, e algum arroz; dando-lhe os d'armada cascaveis e folhas em troca do que recebião» (*).

Viveram bem com êsses homens baços, de grandes cabelos «e a barba pelada; as palpebras e as sobrancelhas são pintadas de branco, negro, azul ou vermelho; trazem o beiço de baixo furado e metem-lhe um osso grande como um prego; outros tra-

---

(*) Este documento foi encontrado pelo sr. Jordão de Freitas na Torre do Tombo e publicado na Revista «Lusitania» (Abril de 1926).

(**) Carta de Pero Vaz Caminha.

(***) Carta do piloto desconhecido.

(****) Idem.

(*) Relatorio dum piloto de nome ignorado.

D. MANUEL I

zem huma pedra azul ou verde e assobião pelos ditos buracos» (*).

Eram mais complicados os individuos do sexo masculino do que as mulheres, desafectas daquelas pinturas, pois delas não constam tantos arrebiques selvaticos: «umas, são bem feitas de corpo e trazem os cabelos compridos» (**).

Das penas vistosas e multicôres das suas aves faziam-se pomposos barretes. Os papagaios eram do tamanho de galinhas; fertilissima a terra; o rio tão provido de pescaria, que ali se via iscar, habilmente, um peixe do tamanho dum tonel «mas mais comprido e todo redondo, com a cabeça do feitio da d'um porco».

Largou para Lisboa Gaspar de Lemos, a dar ao rei noticia do sucedido.

Plantara-se na praia uma cruz de madeira muito grande, ficando, junto dela, dois degredados chorando, tentando os indigenas ameigá-los.

Assim se tomou posse do Brasil, Terra de Santa Cruz (***).

De lá escreveu, ainda, o cosmografo Juan Martin, ao soberano de Portugal desenhando em sua carta os novos astros que vira:

«Quanto Señor al otro punto saberá Vosa Alteza que, cerca las estrellas, yo he trabajado algo do que lo he podido; pero no mucho a causa de una pyerna que tengo muy mala, que de una cosadura se me ha fecho una chaga mayor que la palma da mano e tambem a causa deste navyo ser mucho pequeno e muy cargado que não ha logar para cosa alguma. Solamente mando a Vosa Alteza como estan situadas las estrellas del; pero en que graado está cada una no lo he podido saber, antes me pareçe ser impossible, en la mar, tomar-se a altura de ninguna estrella porque yo trabajo muy poco en eso».

Explicava depois com pormenores, que demonstrava o cuidado e a sapiencia do monarca no assunto cientifico:

«e estas estrellas, principalmente las de la cruz san grandes casi como

TRECHO DA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, PARA D. MANUEL I

las del carro; e la estrella del polo anctartico, ó sul, és pequena como la del norte e muy clara; e la estrella que está en ryba de toda la crus es mucho pequena.»

Desenhara a posição destas estrelas para que Sua Alteza melhor compreendesse.

Frei Henrique Coimbra, «em voz entoada», dissera a primeira missa no Brasil, na Terra de Santa Cruz, á sombra da bandeira de Cristo. Os portugueses descortinavam novidades nos ceus: o Cruzeiro do Sul; uma estrada de astros, santo sinal cintilante, coroado de mais uns pequenos feixes luminosos como a propria epopeia.

Pedro Alvares Cabral avançou para a India com a sua esquadra. Essa travessia, porém, pertence ao dominio da conquista.

Na descoberta houve quem pretendesse antepôr-se-lhe em relação á Terra de Santa Cruz.

Americo Vespucio — Um veneziano, de nome Americo Vespucio, de cuja

---

(*) Relatorio dum piloto de nome ignorado.

(**) Idem.

(***) Acêrca do dia da descoberta do Brasil houve largas discussões, chegando-se a adoptar o seguinte criterio: dera-se a chegada a 21 de Abril, dizem outros a 22, e até 23, o que pela correcção do calendario gregoriano equivaleria a 3 de Maio, dia em que se celebra tão grande acontecimento.

Não querem outros, porém, admitir esta correcção, adoptando o 22 de Abril, como a data inconfundivel.

estada em Portugal como cosmografo ou capitão de naus ninguem deu conta, pretenderia inculcar-se descobridor do Brasil, como conseguiu passar pelo da America, região a que se deu o seu nome sem que para aquele tão alto empreendimento tivesse concorrido.

De America titularam aquele continente, como Alberico podia ter sido,

TRECHO DA CARTA DE JUAN MARTIN PARA D. MANUEL I, NA QUAL SE DESENHOU, PELA PRIMEIRA VEZ, O CRUZEIRO DO SUL

pois não se sabe, ao certo, o nome do aventuroso personagem, que mais se inflou da gloria alheia e escreveu cartas a enaltecer-se do que, propriamente, produziu obra confirmadora de seus escritos blasonadores.

Pressente-se que teria ido nalguma das expedições espanholas de Hojeda, ao Brasil, mas em apagado mister, talvez mesmo como partícipe de comercio, a cujo mister juntasse o de curiosidade em cosmografia a fim de melhor se abonar junto dos socios contratadores.

Imagina-se que os negociantes de mar, pouco a pouco, se industriariam nas coisas nauticas e tambem que alguns matematicos ao tráfico se dessem, falhos de empregos condignos no seu ramo sabio.

Americo Vespucio estaria entre uma e outra categoria. É certo que se dirigiu a Lourenço de Médicis, grande patrono da nova via que tomava o mundo, principe e argentario talentoso.

Dizia-lhe, o veneziano, ao tratar das longitudes, ter «abreviado a vida de dez anos, dando-os por bem empregados, pois esperava fama para longos anos».

Por este processo não a obteve, tendo ficado imortal porque o seu amigo, frei Giovani Giocondo, acreditando-o, o ajudou a escrever uma obra «Cosmographiæ introductio», á qual se apensaram as cartas de Vespucio relativas a ter calcado o territorio americano antes de Colombo. Isto contribuiu, ou antes, foi fundamento, para que se denominasse aquela região Amerigen, terra de Americo, ou America.

Usurpara o feito alheio com a narrativa, sem provas, de que partira de Portugal numa expedição, na qual não se deu pela sua presença, como, de resto, em nenhuma outra.

Nem mesmo os seus compatricios, e muitos existiam em Lisboa, nessa epoca, citam o seu nome, que num acaso feliz, a ignorancia crassa e a falta de protestos tornou tão celebrado.

As navegações com o intuito das descobertas prosseguiram, tendo sido até estrangeiros encarregados dalgumas. O rei entendera, porém, que mais valera conceder a armadores alguns privilegios do que sobrecarregar o tesoiro com mais despesas quanto a que lhe importara a da esquadra de Pedro Alvares Cabral, «pois de treze naus, as quatro levaram carga d'homens para mantimento dos peixes d'aqueles mares incognitos que navegaram, as quaes em um instante foram metidas nas profundas do mar» (*).

Deste modo falaria o cronista, após um desastre do mareante, quando da sua viagem de conquistador, verberando-o: «se evitam taes perigos quando os homens teem prudencia para saber eleger o curso dos temporaes» (**).

João da Nova — Para evitar tais percalços, fez-se um tratado com mareantes, indo, porém, da parte do soberano, como capitão-mór, João da

---

(*) João de Barros, Década I.
(**) Idem.

Nova, cavaleiro galego, homem atilado e que lidara tanto em Africa, que, apesar de sua nacionalidade, era alcaide pequeno de Lisboa.

Dizia ele querer «mirar algo de nuevo». E miraria, o sabio, arguto e bravo João da Nova. Seu nome encerrava um condão.

Iriam quatro naus, duas dos particulares Bartolomeu Florentino, o Marghioni, e de D. Fernando de Bragança, que não desdenhava o tráfego. Os outros dois navios eram reais.

Os capitães, ás ordens do mór, foram, pelos mercadores, Fernão Vinet, talvez filho de França; Diogo Barbosa, ao serviço da casa de Bragança, e Francisco de Novais.

Ia-se a Sofala, onde aquele servidor dos duques brigantinos ficaria com vinte e dois homens.

Partiu-se, em 5 de Março de 1501, na direcção do Brasil; passou-se da costa ao Cabo de Santo Agostinho e, na volta do Cabo da Boa Esperança, o capitão-mór topou «algo que mirar de nuevo». Era uma ilha. Chamou-lhe da Conceição (*), talvez por sua promessa á Virgem.

Em Junho estavam em S. Braz fazendo aguada. Albergaram-se á sombra duma arvore e certo marinheiro, talvez ao deitar-se e volvendo os olhos para o alto, deparou com um escarpim ou pantufo, ao qual ligou enorme importancia. Com efeito, a tantas milhas, naquelas regiões, um sapato espetado num ramo frondoso só podia ser de português. Trepou e houve ás mãos uma carta, na qual Pero de Albuquerque declarava estar outra missiva em Mombaça, entregue ao carpinteiro Antonio Fernandes, com mais pormenores acêrca da India, além das contidas naquelas letras.

João da Nova acrescentou ter lido o escrito e repô-lo na sandalia.

Logo, ao cabo de navegação de três dias em bom velejar, descobriu outra ilha, a que deu o seu nome, e chegados a Moçambique soube coisas que o obrigaram a não deixar o seu feitor, Alvaro Braga, em Sofala.

Ia com grande sorte o cavaleiro da Galiza.

Como em escalas bem organizadas, topava informações dos que andavam na India.

Assim sucedera em Quilôa, recebendo cartas das mãos dos degredados Pero Esteves. Fernão Vinet negociou em Cananor a venda da carregação do seu navio por quinze mil pardaus (moeda em ouro), sendo a medida o «bahar», que os indios tinham por padrão, aparelhada com três e meio quintais.

Houve desordens; desertaram dois grumetes, que foram recapturados, tendo-se apresado naus de Calicut, que andavam em guerra com os portugueses, por conta dos mouros. Continham mil e duzentas perolas.

O vencedor correu parte da India, bateu-se, e no regresso, passado Melinde e dobrado o Cabo, descortinou outra ilha. Era em 21 de Maio de 1502. Denominou-a de Santa Helena, «de bons ares, posto que pequena».

Erigiu uma capela, em graças por tantas «cosas nuevas que mirou». Ficou, o templozinho, no fundo dum vale. Em 11 de Setembro, de 1502, fundeava, em Lisboa, a esquadra bem provida.

«Gaspar Côrte Real, filho de João Vaz Côrte Real, foi homem aventureiro, esforçado e desejoso de ganhar honra pelo que propôs de ir descobrir terras pera banda do norte porque pera do sul tinham já outros descoberto muytas e assi da sua fazenda como de mercês que El Rey fez, cujo criado já fôra, em sendo Duque de Beja, armou huma nao com a qual bem esquipada gente e de todo o mais necessario partiu do porto de Lisboa no começo do veram de mil e quinhentos.

Nesta viagem descobrio pera aquella banda do norte huma terra que por ser muyto fresca e de grandes arvoredos, como são todas as que jazem pera aquella banda, lhe pôs nome Terra Verde. A gente da quel he muito barbara e agreste quasi do modo do dos da terra de Santa Cruz senam que são alvos e tam cortidos do frio que a alvura se lhes perde com a idade e ficam como baços» (*).

Chegara á terra do Labrador.

(*) Depois ilha da Ascensão, por engano de Afonso de Albuquerque.

(*) Damião de Gois, «Cronica de D. Manuel».

Pertencia á escola do pai, o descobridor da Terra dos Bacalhaus, a que nos mapas figurou com o seu nome: Terra de João Vaz. Sabia existirem terras para tais direcções por informes de familia. Talvez mesmo por alguns da companha paterna o averiguasse, se ele proprio não navegara para aquelas bandas.

Fizera-se ao mar, topando estranho povo, assim revelado:

«Sam de corpo meudo, muito ligeiros e grandes frècheiros, servem-se de paos tostados em logar de azagaias com que ferem de arremesso como se fossem forradas de aço fino, vestem-se de pelles de animaes de que ha na terra muitos. Vivem em cavernas de rochas e choupanas. Não tem lei. Crem muito em agouros; guardam matrimonio e são muito ciosos de suas mulheres nas quaes cousas se parecem com os Lapos (laponios) que tambem vivem debaixo do norte de LXX a LXXXV graos sujeitos aos Reis da Noruega e Suecia aos quaes pagam tribuito ficando sempre em sua gentilidade por falta de doctrina» (*).

Topara os esquimaus, que «habitam a Groelandia e as regiões comprehendidas entre a baía de Hudson e o estreito de Behering». (A baía fica junto do estreito do mesmo nome, o qual a faz comunicar com o Atlantico. É entre a terra de Baffin e o Labrador).

«Os esquimaus são pequenos, encorpados, verdadeiros mongois. Não têm governo nem hierarquia; cada chefe de familia é senhor absoluto em sua casa. Alimentam-se da caça e da pesca. Vestem-se de peles de urso, de cão ou de renas. Vivem em choupanas ou em cavernas cavadas sob a neve. Muitos esquimaus estão ainda na idade da pedra. Empregam o osso e marfim para fabricarem os cabos das suas ferramentas, agulhas e arpões» (**).

Ante esta descrição do esquimau moderno e a do periodo da descoberta do Labrador, por Gaspar Côrte Real, ha uma paridade tão grande que marca bem como lhe devemos a prioridade da sua chegada àquela região, para cujos lados seu pai navegara.

Não interessaria, porém, ao rei semelhante territorio. Não quis alarmar os espanhois ou mandou-o guardar em relativo segredo, sem, contudo, desiludir, os mareantes, de continuarem nas suas avançadas. E a prova está em que «logo no anno de MDI (1501) desejoso de descobrir mais desta provincia e conhecer melhor o trato della partio de Lisboa aos XV dias do mez de maio, mas o que nesta viagem passou não se sabe, porque nunca mais apareceu nem se soube delle nova» (*).

O navegador, «que descobriu esta terra e costeou huma boa parte della», ou foi vitima dos indigenas ou sofreu naufragio. Talvez ficasse entre os gelos, um iceberg lhe destruisse a nau, na sua montanha de neves de fôrça colossal ou mesmo ela tivesse sossobrado na viagem.

É certo que nunca mais apareceu.

Havia, porém, quem soubesse sua rota e seu segredo. Eram os irmãos dele, que decreto tinham ouvido, desde crianças, o pai — velho navegador da Terra dos Bacalhaus — falar de semelhantes povos e de tais directrizes.

Miguel Côrte Reál e Vasco Côrte Real conheciam as regiões onde o irmão se abalançara. Ambos tinham altos lugares no paço. Um era o porteiro-mór, grande oficial, por consequencia; o outro ocupava os cargos de veador e conselheiro, sendo capitão donatario das ilhas Terceira e S. Jorge. Seu filho, Manuel, tambem pertencia ao conselho real. Eram bondosos, dignos, esmoleres.

Foi Miguel quem decidiu partir, primeiro, em busca do querido irmão perdido ou morto. Achá-lo ou tirar vingança, acrescentando sua honra e as terras de El-Rei, tais eram os planos que o agitavam. Não houve maneira de dissuadir aquela alma energica, «que pelo grande amor que tinha a seu irmão determinou de o ir buscar e partio de Lisboa, aos 10 dias de Maio de MDII (1502) com duas naos, sem nunca delle se haver mais nova» (**).

Filho de navegador afeito ao mar,

(*) Damião de Gois.
(**) Larousse.

(*) Damião de Gois.
(**) Idem.

embora seus cargos palatinos dele o desviassem, arreigava-se á gloria da familia e doia-se pelo desaparecimento de Gaspar.

Seguiu a rota que ele levara. Isto comprova, com a descoberta de João Vaz, o conhecimento que os portugueses tinham daquêlas terras, cuja prioridade de descobrimento outros disputariam sem motivo.

As provas e os argumentos multiplicam-se com a demonstração cabal de lhes competir o feito da descoberta do Labrador.

Miguel Côrte Real abandonou tudo, a esposa, D. Isabel de Castro, irmã do conde de Monsanto, e as filhas do seu amor, Catarina e Joana, e partiu em busca do desaparecido, para a encantada Terra Verde, que se chamaria, durante algum tempo, Terra dos Côrte Reais.

Não voltaria tambem.

Os seus navios perderam-se mas não a memoria do navegador, porque, ficando nas cronicas, em duas ou três linhas, ele a gravaria na pedra na região onde naufragou.

Fôra ter ao rio Taunton, actual estado de Massachussets, o que demonstra ter errado a direcção, chegando a um lugar onde só havia indios e na qual floresceria a industrial cidade, perto de Boston e de New York, então entregue aos sêlvagens, como os que viram chegar os portugueses naquele ano de 1502.

Recentes descobertas comprovam, absolutamente, que Miguel Côrte Real ali foi, ficando na região como um dominador, «o dux dos indios».

Consta na tradição das tribus que ali habitam, da qual se depreende ter, em epocas muito distantes, aparecido, no sítio, um passaro enorme conduzindo homens brancos.

Procuravam colhêr agua num manancial vizinho da margem, mas os indigenas lançaram-se sôbre eles, ao passo que imaginavam ser uma enorme ave, e não passava duma caravela, fulminando alguns dos atacantes com os seus trovões e relampagos. Era o tiroteio de bordo.

Naufragara; mais tarde, se encontrou, ali perto, um ferro de fateixa e cavername apodrecido.

Os naturais conservam uma lenda que deve traduzir todo o drama de Miguel Côrte Real.

Naturalmente dera-se a luta ao pretender-se obter a agua. Mataram alguns dos portugueses; outros ficariam vivos, depois de terem assustado com suas armas aqueles selvagens, que os acatariam pouco a pouco, pelo receio, pela superstição, pelas maneiras mais pacificas que teriam empregado os seus forçados hospedes.

Docemente, o chefe insinuando-se no animo dos indigenas, os dominaria, com suas manhas de civilizado, explicando-se ainda hoje, pela sua influencia e dos seus provaveis companheiros e subordinados, a melhor conduta e comercio dos povos desta região ao compararem-se com os outros.

MAPA NO QUAL SE VÊ O CANADÁ, A TERRA NOVA, O ESTREITO, DEPOIS DENOMINADO DE HUDSON, E A TERRA DO LABRADOR, DESCOBERTAS PELOS CÔRTE-REAIS

Miguel Côrte Real, privado de partir para a sua patria, visto não possuir navios, adaptar-se-ia ao viver dos naturais, ensinando-lhes muito do que eles podiam aprender e foi gravando numa enorme pedra — hoje conhecida pelo rochedo de Dighton — algumas inscrições, que o recomendariam, primeiro, a possiveis navegadores que ali aportassem e não o vissem, por estar no interior e á posteridade, que as receberia reveladas por um sa-

bio (*), e propagandeadas, depois, por por portugueses de boa raça, feição e amor á patria e suas glorias.

O filho de João Vaz Côrte Real, talvez ajudado pelos indios no arranjo das ferramentas, escreveu fundamente: «Miguel Côrte Real V. Dei. Hic.

PEDRA DE DIGHTON, COM A INSCRIÇÃO DE MIGUEL CÔRTE-REAL

Dux. Ind.». «Por vontade de Deus aqui chefe dos indios».

Uma data muito nitida ali se marca: 1511.

O nome do navegador destaca-se, absolutamente, e bem assim as armas de Portugal que ele ali gravou com os algarismos, isto apesar da confusa série de traços, fantasias, bonecos, que talvez os selvagens, por espirito de imitação, tivessem ali vincado.

Aquela pedra é, por vezes, coberta pelas aguas, ficando livre na baixa.

Os trabalhos desta investigação realizaram-se, com o exito de altissimo interêsse, para a Historia de Portugal e do Mundo, demonstrando, em absoluto, a certeza de ali ter vivido o fidalgo português, que, ao cabo de nove anos de sua estada na região, chegara ao dominio sôbre os que intitulava de indios:

«Miguel Côrte Real
«V. Dei. Hic. Dux. Ind.»

(*) O notavel professor americano Delabarre foi o autor desta descoberta de tão grande interêsse e demonstrativa de alta sapiencia, tenacidade e valor, que ao Govêrno Português cabe premiar.

El-Rei D. Manuel teria visto chegar dois dos navios de Côrte Real, perdidos da nau capitã e no martirológio dos nautas nacionais inscreveu-se, com o nome de Gaspar, o de seu irmão Miguel, que todos ignoravam ter ficado por chefe dos indios em tão distantes regiões.

O mais velho dos dois navegadores, Vasco Côrte Real, senhor donatario da Terceira e S. Jorge, solicitou do soberano licença para os ir procurar.

Naquela familia havia um grande amor fraterno e, igualmente, largos conhecimento da navegação, que o egregio João Vaz iniciara ao chegar á Terra dos Bacalhaus.

«A perda destes dois irmãos sentio ElRey muyto pella criação que nelles fizera e pelo que movido de seu real e piedoso moto, no anno seguinte de MDIII mandou duas naos, armadas á sua custa, buscal-os mas nem d'um nem d'outro se poude nunca saber nem como se perderam pelo que se pôs aquella provincia da terra verde onde se crê que estes dous irmãos se perderam terra dos Cortereaes» (*).

O donatario da Terceira insistira em partir «não se podendo persuadir que seus irmãos eram mortos neste anno de MDIII (**) determinou, de com as naós á sua custa os ir buscar mas tendo ElRey por excusada sua ida lhá nam quis consentir nem se procedeo mais neste negocio por se ter por desnecessaria toda a despesa que nisso mais se fizesse» (***).

A pedra de Dighton (****) falaria,

(*) Damião de Gois.
(**) Id.
(***) Id.
(****) Acêrca da pedra de Dighton há uma elucidação a fazer: o escritor americano Folson declarou que, tendo os islandeses descoberto a America, no seculo IX, debalde procurara provas de tal acontecimento. Um dia, porém, topara nas margens do rio Taunton «inscripções traçadas em caracteres escandinavos (runicos) e que continham nomes de guerreiros islandeses e noruegueses, os quais tinham estabelecido acampamento naquela região. Simplesmente, nenhuma data se acha nela anunciada — dizia o historiador — porém os caracteres provam

ao cabo de quatrocentos anos, como um monumento da imperecivel gloria portuguesa. Dêste modo mais se vincou o genio e a persistencia da nossa raça.

---

incontestavelmente que as inscrições são do seculo X».

Escreveu isto nas «Antiquatates americanæ» (1838).

Acudiu, porém, o historiador Rafn— no «New Yorker», de 31 de Março de 1838 — declarando ter-se ele servido dos seus dados, explicando que, com efeito, em 986, Biarne, escandinavo, fôra á busca de seu pai á Groelandia meridional e afastando-se descobrira a America.

Indo lá na primavera trouxera novas de Visland.

Quiseram fixar-se de 1002 a 1011, mas os selvagens impediram-nos.

Enquanto á pedra, tida pela dos escandinavos, deve ser a descoberta em 1926 e na qual foi gravada a inscrição por Miguel Côrte Real, que lá está nas margens do Taunton.

Anotação: Descobertas — Descobrimentos — Ha quem muito se finque na distinção entre estes dois termos, não os querendo a significar a mesma coisa, dizendo dever aplicar-se o ultimo só ás terras de novo encontradas. Tendo nós escolhido o primeiro, justificamos o seu emprêgo com a seguinte definição, entre outras:

«achado fortuitamente ou procurando-se: diz-se das terras e novos inventos.»

(Diccionario da Lingua Portuguesa de Eduardo de Faria, quarta edição, referendada, correcta e aumentada com grande numero de termos antigos e modernos, por D. José Maria de Almeida e Araujo Correia de Lacerda, do Conselho de Sua Magestade, Deão da Sé Patriarcal, de Lisboa, Comissario dos Estudos do Conselho Superior de Instrução Publica, Reitor do Liceu Nacional de Lisboa, Socio Efectivo da Academia Real das Ciencias de Lisboa, etc.) (1858).

Outros autores têm a mesma opinião.

Por exemplo, o doutissimo frei Francisco de S. Luís, no seu «Dicionario de S. Sinonimos», diz: «a chimica moderna tem feito bastantes descobertas». Candido de Figueiredo define: «Descoberta»: Terra que se descobriu de novo ou pela primeira vez. Pinheiro Chagas usou as palavras «descoberta» e «descobrimento» mas querendo Castilho, numa nota á margem do dicionario de Morais declarado que se emprega no sentido de descobrir terras, o termo assim escrito: «discobrimento».

SEGUNDA PARTE

OCUPAÇÕES

CONQUISTA E NAVEGAÇÃO

A GUINÉ

Alguns dos informes destes capitulos foram extraidos dos livros «Subsidios para a Historia de Cabo Verde e Guiné», do oficial da armada Antonio José de Sena Barcelos, que criteriosamente o escreveu, e da obra «Ensaios de Estatistica das Possessões Portuguesas», da autoria de outro oficial da armada, José Joaquim Lopes de Lima, que soube organizar a parte relativa a este assunto com verdadeira proficiencia.

Actualmente, a Guiné é um reduzido territorio, se o compararmos com o do primeiro dominio.

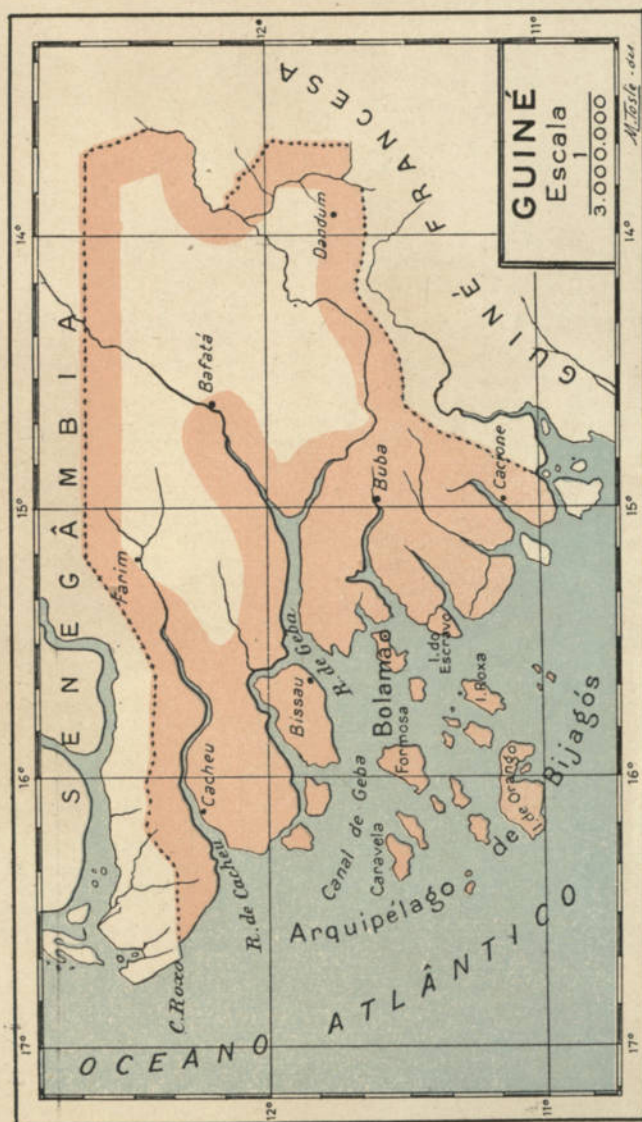
Limita-o o Cabo Roxo, ao norte, e a Ponta do Café, ao sul, e completa a provincia o arquipelago de Bijagoz.

Mede, na totalidade, a mais antiga colonia portuguesa, trinta e seis mil e quinhentos quilometros quadrados. As ilhas mais notaveis são: Formosa, Galinhas, Orango, Caravela e Roxo. As principais povoações, além da capital, Bolama, denominam-se: Cacheu, Bissau, Geba, Farim, Bubá, Bolar e Cassine. Banham-na os rios Cacheu, Geba, Grande e Cassine, que, pela convenção de 12 de Maio de 1886, serve, com o Compony, de limite ás possessões portuguesa e francesa, na qual o nosso territorio ficou encravado. Os portos são: Bolama, Bissau e Cacheu.

Habitam-na perto de duzentos e cinqüenta mil indigenas: fulas (54.000), biafadas (5.400), balantas (82.000), manjacos (40.500), papeis (16.500), brames (16.600), bijagós (14.500), felupes (6.200), baiotes (3.800), sussos, casangos, banhus e outros.

Os europeus não passavam (1925) de seiscentos ou setecentos na provincia, que é dirigida, desde 1879, por um governador, tendo até então dependido de Cabo Verde, a cujo bispado pertence. Formou um concelho, com sede em Bolama, obedecendo a comandos militares instalados em Cacheu, Bissau, Geba e Cassine.

Muito rica em madeiras, arroz, gado, oleaginosas, que a opulentam, milho e mandioca, sendo a sua principal exportação a de oleo de palma e amendoim.

GUINÉ
Escala
1
3.000.000
SENEGÂMBIA
GUINÉ FRANCESA
OCEANO ATLÂNTICO
Farim
Bafatá
Dandum
Buba
Cacheu
C.Roxo
R. de Cacheu
Bissau
R. de Geba
Canal de Geba
Caravela
Bolama
Formosa
I. do Escravo
I. Roxa
I. de Orango
Arquipélago de Bijagós
17°
16°
15°
14°
12°
11°
M. Toste des

CAPITULO I

A PRIMEIRA POSSESSÃO

Gentio da Guiné — Penetração da Selva — Companhias de Tráfico

Geografia da velha Guiné — A Guiné teve á sua volta a lenda de ter sido descoberta em 1364 por gente de Dieppe, o que se comprovou ser falso.

Era limitada ao norte pelo denominado País dos Negros, ao oriente pelo Congo, e ao meio-dia e ocidente pelo Atlantico.

Denominaram, os portugueses, uma das suas montanhas Montes Claros, talvez em memoria dos da terra alentejana, de que haveria alguns filhos na colonia; para o lado ocidental tem ela a designação de Serra Leôa. Recebeu tal graça porque, soprando o vento com muita fôrça, á medida que se aproximam, os viajantes vão tendo a noção cabal de ouvirem rugidos.

Vê-se de muito longe e nos seus arredores ha lugares esplendidos para aguadas. Cria-se o milho, e até laranjas e limões.

Os rios mais consideraveis do territorio, no comêço da conqusta, intitulavam-se da Serra Leôa, Soeiro da Costa, Maneu, Volta, Benim, Carmo, destacando-se as regiões da Malagueta, Guiné e Benim, além dos reinos interiores.

Enorme e estranho territorio, nuns lugares fertilissimo, noutros selvatico e adusto, era habitado por tribus de caracter guerreiro, havendo, todavia, algumas que muito se comprazeriam em viver com os portugueses desde o início das descobertas.

Fazia-se sentir em diversos sitios guineos a influencia muçulmana.

O principal tráfego que se fez, e irritaria os naturais, foi o da escravatura, de resto corrente por todos os países civilizados, e que durante seculos seria a origem de fortunas formidaveis e ainda de maiores tragedias.

Escravos cristãos servindo os infieis — Os mouros desde ha muito se entregavam àquele negocio, tendo em suas terras de Marrocos não só cativos negros, mas brancos e cristãos e gozando de enorme influencia no país da Guiné, com o qual estabeleceram contacto.

Akbah, o grande capitão, vencera. Missionarios maometanos penetraram, por terra, no país, tomando povos seus fiéis. Os primeiros convertidos foram «fulas» e «mandingas». Convenciam-nos pela suavidade, enchiam-lhes os espiritos de fantasias, proibiam-lhes o vinho, mas deixavam-lhes as mulheres, em grande numero, ao passo que os catolicos lhes arrebatavam os harens e faziam-se ignorantes dos seus vicios de embriaguez.

Os mouros, sacerdotes, atilados, diziam-lhes:

— Maomet, um servo de Deus, remiu o mundo oriental. Os seus adeptos andam a remir a Africa.

Foi esta a doutrina que, largamente espalhada, de muito serviu.

Os infieis faziam o seu comercio á sombra dos seus caudilhos religiosos e sentiram um profundo abalo quando os portugueses lá se instalaram, indo por mar.

O culto religioso não se estabeleceu desde logo nas regiões que o Infante destinava ao tráfico e, ao levantaram-se as pequenas igrejas, um frade bastava para cada uma delas.

Assim sucedeu, no comêço, entre os povos daqueles países, sendo os jalofos os mais acessiveis ao baptismo. O interêsse movia-os tanto como aos homens do tempo de Carlos Ma-

gno, que se faziam cristãos por uma veste e renegando mal a obtinham.

A Guiné foi o primeiro territorio colonial que teve tráfico; tambem foi o primeiro descoberto.

Depois de instalados, os portugueses, desde o Senegal á Serra Leôa, desenvolveu-se, largamente, o comercio na região pouco a pouco conquistada.

CRISTÃOS CATIVOS EM MARROCOS

Aprenderam a lingua dos negros e atirando-se para o sertão, com tal animo o fizeram, que receberam o nome de «lançados», porque para á selva se lançaram.

Com uma enorme facilidade se relacionavam e pertencendo a uma raça rude, habituada aos trabalhos do mar e da guerra, falta do confôrto e do luxo, que entre outros povos se desenvolvia, viviam «esquecidos de Deus e de sua salvação como se foram os proprios negros e gentios da terra».

Estes «gentios da terra», os mais proximos, eram os denominados jalofos, habitantes do consideravel país onde tinham reinado os Burba Jolof, que, após alguns episodios da historia indigena, se tornara vassalo do rei de Galacho, ou grande Foulo.

Conservava, todavia, parte dos seus estados, tendo Bomaim Gelem, seu soberano, ido a Portugal solicitar a aliança de D. Manuel I, oferecendo-lhe territorio para uma feitoria.

A sucessão passava, entre esta raça, para os sobrinhos, filhos das irmãs do monarca, como a certeza de, pelo menos, terem uma segura parte de sangue real. A corôa, que o grande Foulo lhe enviava, era um gôrro. Aquela lei da herança régia foi adoptados pelos «mandingas» e pelos povos do territorio de Boudamel.

Um dos soberanos era «bixirim», isto é, converso ao maometismo, e, por consequencia, mais afeito á mourama. Residia no interior, num lugar denominado Cambaia, e dividiu o reino. Ao soberano de Encalhor ficou a região de Cabo Verde e o pôrto de Cabeceira, na margem do Senegal, até á raia de Bala e Borsalo.

Vestiam calção e camisa curta, usavam sandalias e barrete de algodão, á mourisca, á maneira de diadema, faca á cinta. Eram excelentes guerreiros, alimentavam-se de farinha de milho e não bebiam água sem lhes misturar qualquer coisa.

Possuiam cavalos muito bem adestrados; as armas de guerra eram constituidas por zagaias, couraça de algodão empancado, para lhes cobrir o peito e o ventre. Os corceis revestiam-se de selins e mantas, que os indigenas fabricavam.

Combatiam colocando os infantes na primeira linha, protegendo os archeiros, formados no meio, e que disparavam duas flechas de cada vez, sendo elas temperadas num violento veneno, cujas feridas dificilmente se curavam. Só os negros conheciam o contra-veneno. Os portugueses, chupando as chagas, conseguiam, por vezes, salvar-se.

O tráfico — Um português, André Alvares de Almada, estava, em 1566, no territorio dos jalofos e devem-se-lhe inumeras informações sôbre os guineos. Tendo sido alcançado por uma seta, untou o golpe com toucinho e curou-se.

A mercadoria mais preciosa, nesta epoca, era o sal, que os jalofos e mandingas transportavam, só podendo vender a mercadoria ao rei ou a personagens. Era o monopolio regio.

Trocava-se o sal por oiro, escravos e estojos finos.

No inverno, os foulos, apascenta-

vam os rebanhos nas costas habitadas pelos jalofos, barbacins e mandingas.

Os de Boudamel eram os mais poderosos, sendo o seu territorio o mais saudavel do país, criando-se nele muito gado, lebres, gazelas e coelhos, que serviam de alimento não só aos homens mas aos leões, abundantes na região, onde tambem existiam elefantes, onças e outras feras. A produção era de milho, arroz, leite, manteiga e mel, que se colhia, nas cavidades das arvores, em naturais cortiços. O algodão nascia em enorme quantidade, fabricando-se ali esplendidos tecidos, tintos com anil preparado magnificamente. Colhiam as folhas frescas e aplicavam-nas, só neste estado, o que garantia a beleza da côr.

Jalofos e mandingas não comiam carne de porco, desprezando o vinho. Residiam entre eles muitos mouros, que os dominavam espiritualmente, fazendo o tráfego em larga escala e por suas mistificações. Os seus feiticeiros denominavam-se «jabacouces» e muitos deles curavam a lepra, comum no país.

O esplendido pôrto de Biziguiche tentava o comercio e a navegação.

Os portugueses, internando-se, tendo a sua feitoria de S. Jorge da Mina, eram naturais senhores por sua ganancia e entendiam-se com os comerciantes doutros países, que se iam chegando ao tráfico. Apesar de todas as leis de defesa, era impossivel manter o monopolio do negocio naquela região, tanto mais que o oriente, tentando todas as actividades nacionais, pela facilidade nos apresamentos, desviava os negociantes e até os ocupadores militares.

Aproveitavam-se, pois, os estrangeiros e os que lá traficavam em breve lhes prestavam serviço.

Começaram a ver-se naquelas paragens corsarios e nautas noutros trabalhos, como os de contrabando, auxiliados pelos sertanejos, «os lançados», que cuidavam de si, vendo seu país formidavelmente opulento de territorios, tão grandes que o continham dezenas de vezes.

Os portugueses e os indigenas — Havia, realmente muito mais em que pensar e votara-se a região a certo abandono, mantendo-se, porém, triunfante a da Mina.

Da ilha de Santiago, onde se tinham instalado, é que os mercadores partiam, formando seus depositos, as feitorias, bem providos e com defesas seguras, mas já sem aquele rigor usado no tempo de D. João II.

Estabeleceram-se, primeiro, em Cacheu, na aldeia de Buramos ou Papeis de Cacanda e ali os portugueses viviam em comum com os indigenas, desmoralizando seu prestígio no contacto. Governava-os um chefe: o feitor do rio, ao qual nem sempre se obedecia.

Um deles, Manuel Lopes Cardoso, sem duvida judeu, conseguiu, em 1588, uma grande concessão do rei Chapala. Tratava-se de construir em Cacheu uma fortaleza.

Disse ao soberano negro que deviam fortificar-se, a fim «de defender aos imigos que não tomassem navios no seu porto».

O monarca consentiu; fintaram-se os residentes, e, sem a menor ajuda do estado, construiu-se o reduto, a cuja protecção se acolhiam as casas dos que até àquela epoca viviam sob as choupanas, em promiscuidade com os pretos. Colocou-se ali artelharia. Era o dominio.

A certa altura, os naturais, vendo que não fôra verdadeiro o fim alegado para a edificação do forte, decidiram assaltá-lo como a um autentico baluarte inimigo. Conjuraram em silencio, mas não guardaram tão bem o segredo que ele deixasse de chegar aos ouvidos de duas negras, as quais, ou porque o amor as impelisse, o que era possivel, dado o conubio dos portugueses, ou por qualquer outro motivo, fizeram, a tempo, o aviso para a defesa.

Durante três dias se bateram, fazendo grande mortandade nos indigenas, a coberto das muralhas, e ficando os portugueses ilesos.

Tratada a paz, o negocio recomeçou. Negros cristãos ficaram em bairros junto do povoado dos brancos e os outros em terreno àparte.

Na margem direita do rio S. Domingos estabelecera-se outra feitoria, no aldeamento de Bugendo dos Banhuns, duas leguas abaixo de Cacheu.

Territorio fertilissimo, magnifico, até ali dariam resultado os pomares, de que se colhiam laranjas esplendidas; merecia bom trato, porém era

de mau animo a gente, audaz, sempre em rixa com os portugueses.

O sargento-mór de Santiago, Francisco de Andrade, acumulava a categoria com a de feitor. Teve arte de convencer o rei de Casamansa e Masutamba a deixar passar os portugueses para Sarah, territorio deste soberano, no esteiro.

Não se comparava ás belezas da outra; era doentia, porém segura. Deram-lhe o nome de S. Filipe e ali se instalaram, negociando através da navegação do rio, já crismado em Rio de Farim, por causa do tráfego vindo do Farim Cabo..

Davam ambar e marfim por estes objectos.

Havia, igualmente, portugueses na terra dos barbacins, sendo estes adoradores da lua.

Aqui começava o reino de Borçalo, a Gambia e o rio de Lagos. Quarenta leguas, para o interior, pertenciam àquele soberano.

Entre os jalofos, barbacins e mandingas existia um outro povo cujas mulheres eram formosas. Diziam-no judeu.

Atravessavam as regiões esmolando, sendo uma especie de ciganos nos seus misteres, costumes e negocio. Tocavam tambores e instrumentos de corda.

HABITANTES DA GUINÉ (ACTUALIDADE)

Houve um português que se tornou marido da filha do rei Foulo, o grande soberano. Chamava-se João Ferreira e nascera no Crato; tinha um filho do seu matrimonio e conduziu-o até á costa. Os indigenas alcunharam-no de «Ganagoga» — homem poliglota. Sabia todos os dialectos da negraria, percorrendo, á vontade, e em excelentes transacções, o interior da Guiné.

Os generos que os portugueses levavam aos guinéus eram vinho, panos de Bretanha, vidros, considerados como magnificencias pelos negros, como moedas de dois réis, a que chamavam tostões. Fundiam-nas e fabricavam com elas adereços.

O reino da Gambia principiava no rio deste nome, cujas margens eram habitadas pelos mandingas, vassalos dum soberano chamado Faroens, quasi imperador.

Esplendida situação era aquela, com sua abundancia de água, cultivo e fertilidade. Os habitantes da orla meridional detestavam os brancos; pensavam em os combater, tendo improvisado fortalezas de paliçadas, do alto das quais despejavam uma espécie de pez a ferver por cima dos assaltantes. Os mouros tinham ali muita influencia e daí o odio insuflado naqueles povos contra os cristãos. Seus sacer-

dotes faziam a catequese através do territorio, obedecendo a um chefe, residente em Sutuco. Usava um anel sagrado e chamava-se Ala Mame.

Traficava-se em vinho, de que os indigenas muito gostavam, cavalos, panos da India, vidralhada de Veneza, nacar, fazendas vermelhas, as preferidas, e uma espécie de goma, que mascavam, vinda do interior e que os pretos do litoral muito apreciavam. Contra estes generos davam oiro em pó, pesado em balanças de precisão. Transportavam o metal dentro de penas, em tubos arranjados para o efeito. Acompanhavam as mercadorias fortes escoltas. Tambem adquiriam cobre, de todo o genero, desde o das barras ao das caldeiras velhas, e davam-lhe tanto merecimento que, em 1578, se mandou André Alvares de Almada profundar aquela preferencia. Julgava-se que compravam o genero para o venderem aos turcos, destinando-o estes ao fabrico de canhões. Verificou destinarem-se a braceletes, que muito uso tinham entre os cafres, levando seis meses na viagem até ao seu territorio.

Povos guinéus — O caminho seguido era enorme; Ordenava-lhes a travessia o poderoso rei Mandi-Mança, junto do qual não chegara nenhum português.

Ao falar-se dele todos se descobriam e os da Mina denominavam-no «grande elefante».

Negociava-se com o Tombocutum.

Os indigenas de Balomgar alargavam seu comercio de ferro, que os brancos transportavam para o Rio de S. Domingos.

Na foz do Gambia é que se fazia o comercio de maior escala. Florestas imensas forneciam madeiras preciosas, para se construirem, com elas, embarcações. Lá iam os estrangeiros ao negocio. Para além estava o cabo de Santa Maria e perto o reino de Combo-Mança, havendo ali selvagens.

Casa Mansa, outro soberano, muito amigo dos portugueses, contava com eles para o auxiliarem na guerra contra Bambaru, rei dos Banhuns. Sofreram derrota, mas, tendo-se feito uma estacada no rio, os adversarios foram obrigados á paz.

Ainda muitos outros povos viviam no país vasto, onde ia chegar o primeiro governador — o capitão-mór.

Foi ele para Cacheu. Madeirense e astuto, Antonio de Barros Bezerra, instalara-se acompanhado por um formidavel bando, a que chamava infantaria. Era composto por criados, escravos, foragidos, vadios. Outorgou-se o rendimento do resgate de Casa Mansa.

Fortificou a povoação, rodeando-a de altissima estacaria, abrindo um fôsso, junto dela, onde as águas entravam, podendo lá navegar-se. Artelhou o forte, feito de adobe e coberto de colmo, como o era a igreja de Nossa Senhora do Vencimento.

Outro ilheu, Antonio da Fonseca Ornelas, sucedeu ao organizador, querendo mudar os habitantes de Cacheu para Bolte, ao sul de S. Domingos.

Em 1615 governavam os espanhois em Portugal. O capitão-mór da região guinea era Baltasar Pereira Castelo Branco, o qual, por decreto de Felipe II, recebeu enormes poderes. Podia ordenar a morte natural «sendo negro o criminoso, e sendo branco peão, em pena de açoutes e de degredo, até quatro anos, para a ilha do Principe sem apelação nem agravo». Nos casos civeis competia-lhe multar «até contia de bens moveis e nos de raiz até á contia de dez mil reis».

O comercio dos portugueses continuava a ser o dos escravos, marfim e algum oiro.

Mesmo na região dos Bagas, onde havia muita prata, não se entrava nestas combinações. Viviam nas margens do rio Nuno; negociavam, respeitando os do tráfego, mas se tentavam penetrar no interior do territorio chacinavam os ousados.

Todavia, um português, de nome Araujo, descobrira um veio de prata, mas teve receio dos habitantes e fugiu, sem dizer onde o topara.

Os dominadores do territorio da Serra Leôa viviam em grande paz, fruindo prazeres da fertilidade do territorio, mas apareceram uns terriveis guerreiros — os manes — e aniquilaram aquela felicidade.

Invadiram a terra em 1550 e tão barbaros eram que devoravam a carne dos inimigos.

Tributaram os vencidos com um imposto, o «marefe».

Guerreiros terriveis, deviam pertencer a países de além Congo, atravessando pela costa da Malagueta, após

enormes combates. Traziam consigo um português, Francisco Vaz, e um negro, Paulo Palha, naturalmente baptizado sob a égide de algum ilustre navegador da familia dos Palhas, em que tantos floresceram.

Tendo naufragado, foram acolhidos pelos sumbas, cujos habitos tomaram, excepto os da antropofagia. Acabavam por se reunir aos seus compatriotas.

Grandes guerras se travaram sempre entre as várias tribus, nas quais intervinham, por vezes, os portugueses, franceses e ingleses, que começavam a frequentar aquelas regiões.

Entretanto, estes povos tambem tentavam estabelecer-se em diversos lugares, invejando a esplendida feitoria de S. Jorge da Mina.

O país era rico e daí a enorme cobiça dos que o não tinham descoberto.

Os males da metropole iam prejudicar as colonias, pois durante o dominio espanhol abriram-se largas excepções para o tráfico e outros que, não os portugueses, puderam, por toda a parte, imiscuir-se.

Vassalos de grandes países penetraram á vontade em territorio português. Era um vasto morgadio, do qual se apossavam varios senhores, espoliando quem tanto lidara para a sua descoberta e a Espanha, sua herdeira mas desatenta ao que obtivera, visto ser muito largo o seu territorio ultramarino: o imperio onde nunca se punha o sol.

Sobretudo os holandeses entraram nessa luta. Nação nascida duma conquista feita ao mar, parecia querer que ele a levasse a novas possessões, ás quais bastaria lançar a mão.

Criara-se a Companhia das Indias Ocidentais, fortemente provida, sendo no fundo uma empresa corsaria de largos capitais e de que faziam parte altas individualidades.

Lançaram-se na aventura, desde a India ao Brasil, não perdendo de vista a costa da Guiné, onde os devia atrair a ideia do Rio do Ouro e da fama da abundancia de marfim.

Fundaram uma colonia, denominada de Nassau, em honra do principe que prisidia, nessa epoca, ás arrojadas expedições, batendo-se para dotar o seu país de longinquos territorios, engrancedendo-o e enriquecendo-se com o oiro e a gloria das vitorias.

Van Ypren, governador da incipiente possessão, mandara-o prevenir de que se tornava facil assaltar a mais antiga feitoria portuguesa, S. Jorge da Mina. Apareceu uma expedição e não foi dificil organizar a frota, que se aproximou, sob o comando de João Koen e auxiliada pelos negros (24 de Junho de 1637).

Desembarcaram mil homens, aos quais os negros, vassalos de Portugal, tentaram repelir, mas debalde, rendendo-se a fortaleza sem a menor resistencia.

Mal se restaurou a independencia do Reino, foi nomeado capitão-mór de Cacheu Gonçalo de Gambôa, fundador de Farim, na aldeia de Tubahodaga (aldeia dos brancos). Transportaram-se para lá os portugueses de Malampanha, no Geba, onde havia um presidio.

Já os habitantes de S. Felipe, não podendo resistir ás febres, tinham mudado para Isiguichor, no riacho de Bujotá. Fundou-se lá o presidio de Zinguichor, com artelharia, e uma igreja da invocação de Nossa Senhora da Luz.

Cacheu passou a simples feitoria quando o capitão-mór transformou em ponto principal do tráfego e defesa Bolor e Jafunco, muito salubres e de alta importancia, em virtude de sua posição na confluencia dos rios.

Os serviços do colonizador mereceram mór recompensa, tendo sido nomeado para o governo geral das ilhas de Cabo Verde e substituindo-o, ali, Manuel Dias Quatrim, que andou em guerra acesa com os banhuns, não tendo conseguido a vitoria.

Companhia de Cacheu — Ia florescendo o presidio de Farim.

Andava em largo tráfico a escravatura por conta dos espanhois, cujas colonias careciam de braços. Os armadores não queriam outros trabalhos, pois empregando os seus navios garantiam-se os capitais. Daí o abandono dos varios comercios da Guiné, que D. Pedro II pretendeu restabelecer, criando uma Companhia Colonial a que chamou: Companhia de Cacheu e Cabo Verde (1690).

O erario emprestava duzentas mil patacas, ficando o Estado com quatro partes das nove em que se talhavam os lucros.

Finalmente os concessionarios da Companhia meteram requerimento para terem réditos seguros e arremataram no Conselho das Indias e Castela o direito de «introduzir na Nova Espanha dez mil toneladas de negros, reputando-se três peças de indios por cada tonelada, pelo decurso de seis e oito meses».

O Estado português dava-lhe livre entrada ás mercadorias, até ao valor de quarenta mil cruzados, sòmente desde que despachasse, por entradas ou saidas de Cacheu e Cabo Verde, fazendas além de oitenta mil cruzados.

Trabalhava-se nas feitorias; faziamse algumas obras e edificou-se o presidio de Bissau.

tuiu denominou-se a do Comercio Exclusivo das Ilhas de Cabo Verde, Bissau e Cacheu, e acabou em 1786.

Os franceses tinham-se apoderado da Goréa; já os ingleses avançavam na Costa do Oiro, até obterem S. Jorge da Mina; os espanhois não queriam largar Fernando Pó, Rio do Oiro, Sintra, Baía do Oeste, pretendendo manter-se do Bojador ao Cabo Branco.

Os missionarios portugueses tinham desaparecido, pouco a pouco, e as audacias dos estrangeiros desenvolviam-se tanto mais que as lutas se travavam entre os proprios ocupadores. Em 1696, o bispo de Cabo Verde, D. Vitoriano, recebeu os ataques do capitão-mór Pinheiro da Ca-

CONSTRUÇÃO DE BARCOS FRANCESES PARA A EXPLORAÇÃO DOS MARES EM 1600

Sucedeu que a Companhia expirou no reinado seguinte.

No periodo pombalino tentou-se organizar qualquer coisa em relação á Guiné. Pouco a pouco, á medida que se desenvolviam a India e o Brasil, deixava-se ao abandono a Africa e naquela região sentia-se o absoluto desinteresse.

Companhia do Grão Pará e Maranhão e outras — A Companhia do Grão Pará e Maranhão tomou sôbre si o encargo de desenvolver o comercio fluvial da região e a luta travou-se porque, em grandes avanços, iam encontrar os povos de «balantas» e «papeis» em pé de guerra, tendo que sustentar enormes combates.

Quando terminou o reinado de D. José I, a companhia que a substi-

mara, que revoltara contra ele o soba Incinhate. Os indigenas aproveitavam para se insubordinarem, e a desordem, lavrando, dava ousio aos socios da Companhia Real de França para desejarem os mesmos privilegios que os das organizações nacionais.

No ano de 1700 chegaram navios franceses a Bissau, com o fim de negociarem á fôrça, e como os que estavam encarregados de abastecer o territorio não o faziam, devidamente, foi consentido o negocio aos estranhos, o tráfico entre Cacheu e Bissau, depois do capitão-mór, Oliveira Fonseca, ter repelido o atentado á mão armada. Mas os de França desejavam Bissau, tendo diplomaticamente obtido, no reinado de D. João V, a demolição da fortaleza, que teve de ser

reconstruida, ao ver-se a falta que fazia. Os rivais pretenderam erguer a sua, ao chegarem àquela por terra, ao que se opôs o rei da região, só querendo ali os portugueses. Por fim, no reinado de D. José, refez-se o forte, mas muito a custo. As febres atacaram os trabalhadores, fugia-se deles; de bordo das naus não mandavam socorros, e Sebastião da Cunha Sotomaior, encarregado do levantamento da praça, viu-se desdenhado e ao seu esfôrço, tendo apenas a coadjuvá-lo, junto dos enfermos, Bernardino Alvares de Andrade, que se portou com nobre firmeza.

CAPITULO II

OS OCUPADORES

As povoações e as fortalezas — Indigenas e seus regulos — Presidios militares

Cacheu — Dividiam-na dois bairros: Vila Fresca e Vila Quente, aquele destinado aos brancos; o outro era logradouro dos cristãos novos, ou «grumetes», que ali viviam em casebres com paredes de barro caiadas a cal de ostra e telhados de palha. O forte e a igreja dominavam.

Media a cidade uma milha de comprimento e um terço de milha de largura.

Os estrangeiros estavam estabelecidos na colonia; alguns, como os holandeses e franceses, tinham-se apossado do territorio durante o periodo filipino.

Alargara-se de tal modo a cobiça, qpe os povos cuja existencia se dedicara a outros tratos se voltavam para as colonias descobertas pelos portugueses.

Houvera, primeiro, as tentativas espanholas, corrigidas por D. João II, ao mandar prender os temerarios que se aventurassem na costa da Mina, e como tivesse topado alguns, foram as tripulações lançadas á agua e os capitães presos, para serem supliciados.

Quando D. Sebastião perdeu a corôa em Alcacer-Quibir e o imenso emporio português passou ás mãos de Felipe I, foi facil, durante sessenta anos, vincarem em diversos lugares o seu predominio. Houvera, deve dizer-se, sempre por parte dos espanhois o cuidado de nomear uma maioria de governadores e vice-reis portugueses para as possessões herdadas com a corôa e daí o ter sido possivel ligá-las de novo.

Assegurada a posição de Cacheu, tratou-se de a fortificar, tendo-se feito trabalhos importantes. A pedra necessaria para eles foi buscar-se á ponta de Calaea. Paliçada largamente, abriram-se duas portas, bem defendidas, para os lados do sertão. Ali se detenham, por vezes, as audacias do gentio. Ao saberem que a artelharia os varejava, entravam em luta, mas a distancia.

Os inimigos mais terriveis dos portugueses foram os denominados «papeis», residentes na Cacanda e em Churo. Custava-lhes muito a obediencia á autoridade. Levantadas as muralhas, numa milha de extensão, elas demarcavam bem os limites das posições.

Ao poente da praça estava o reino de Mata de Putama, que ia até á barra do rio Farim.

Tambem se travaram brigas entre os ocupantes e os indigenas, á medida que viam fortalecer-se, cada vez mais, os bastiões, receando senti-los inexpugnaveis.

Nas bandas de leste, os campos de Sam-Sam ficaram baldios até quasi ao periodo contemporaneo, em virtude do medo sentido ante os habitantes da região vizinha: papeis de Churo. Outro pequeno reino havia nas cercanias: o de Baola, ainda da mesma raça. Depois eram os Negas, Balantas, fronteiriços com os Mandingas de Farim, ao norte dos quais se instalavam os Banhuns.

Do lado do esteiro de Sarah ou S. Felipe, para leste, ficavam os Cassangas.

A vila estava, pois, rodeada de perigosas tribus e representou um altissimo esfôrço de colonização quasi até á epoca coeva.

No meio das dificuldades trava-

vam-se as lutas intestinas, não havendo forma de as conter.

Quando se retiraram os poderes ás companhias, que só exploravam, mal fazendo seus pagamentos (1778), pretendeu a Guiné governar-se por si propria, mas não lhe foi consentido, apesar de ela ser o verdadeiro celeiro e Cabo Verde, que a dirigia, o entreposto. De quando em quando, por falta de autoridades, os indigenas atacavam os navios. Manuel de Carvalho Alvarenga tivera que repelir um assalto formidavel (1801) e ao duma negra e dum padre, pretendeu instaurar-lhe processo, de colaboração com o reverendo vigario Manuel Gomes de Oliveira.

Deu-lhes uma resposta violenta; acutilou o mestiço, mas os rebeldes meteram-no na cadeia e ali o maltrataram; conseguiu, porém, fugir (1815), sendo, de novo, preso.

Só foi liberto pelo governador que chegara e se chamava João Cabral da Cunha Goodolfim. Partiu a fazer suas queixas a D. João VI, que estava no Rio de Janeiro, tendo vindo

A PONTE DE ALCACER-QUIBIR, PERTO DO LUGAR ONDE FOI DERROTADO D. SEBASTIÃO

querer efectivar mais o castigo não pôde consegui-lo porque Julião Mendes, um alforriado, que se nomeara alferes, atraiçoara aquele oficial, capitão-mór de Ziniguichor. Acabou, o fôrro, degredado no Pará.

A insubordinação lavrava a ponto de, tendo ido o governador de Cacheu, Figueiredo Gois, passar a Bissau um periodo de grave doença, ao chegar, encontrara-se desapossado, tendo-se instalado na governação três individuos, bastante armados para tal lance (1814).

João Pereira Barreto, mulato, filho para averiguações do sucedido o dirigente de Cacheu, José Teles de Meneses Drumont.

Continuava a região sujeita a Cabo Verde, cujo governador, Antonio Pusich, nomeara o seu futuro genro, Joaquim de Matos, para a chefia de Bissau e restabelecera o mulato João Pereira Barreto na de Cacheu.

Antonio Pusich provinha da provincia iliriana, de Ragusa, e de lá viera a Portugal com recomendação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro em Turim. Depois voltara com Fransini. Dedicara-se á nautica,

entrando ao serviço de D. Maria I como tenente da armada (1791), sendo em 1797 capitão-tenente. Subira depressa os postos, pois, batendo-se bem, tornara-se distinto. Em 1801 era intendente de Cabo Verde, desenvolvendo, largamente, a agricultura, voltando para o arquipelago (1818) como governador, fazendo, então, aquelas nomeações.

O genro do iliriano obtivera do rei de Canhabac a posse duma ilha das Galinhas, mas as fortalezas desmoronavam-se.

qual teve que mandar grandes socorros a Cacheu atacada, que os naturais assaltavam. A defesa, por Cunha Goodolfim, foi assinalada; porém os adversarios voltavam, fazendo-se as pazes só por intermedio de D. Rosa de Carvalho, uma mulata de muito poderoso influxo na região.

Farim — Este presidio — a que os indigenas chamam Tubabodaga — não passava duma pequena aldeia, na qual entrava, livremente, o gentio em seu tráfego.

Em 1692 houve um tumulto com

GENTIOS PAPEIS (ACTUALMENTE)

Os ingleses iam atacar os navios nacionais ás aguas do nosso dominio, como sucedera com a fragata «Owen Glendower» ao lançar-se contra a escuna «Conde de Vila Flor». Os novos dirigentes de Cacheu e Bissau não eram de molde a conter os indigenas, que viam aquelas lutas de brancos.

Pusich trabalhara bem em Cabo Verde, mas em 1820, ante a sua hesitação em reconhecer o novo governo, depuseram-no, sendo depois nomeado João da Mata Chapuset, o

os mandingas, em virtude da acção exercida por dois padres que o prelado de Cabo Verde para lá degredara. Mandou-se, então, fortificar com estacaria o aldeamento, a fim de conter novas investidas, para o que se colocaram ali algumas peças idas de Cacheu.

Como a situação era melhor para o negocio, viviam lá os representantes ou feitores — como até ha pouco se denominavam — agentes dos comerciantes doutros lugares, sobretudo da

vila vizinha. Tornara-se o entreposto das mercadorias: cera, oiro, couros, em troca dos quais se dava tabaco, polvora, missangas, sal e, sobretudo, a cola, fruta amarga, na qual têm tanta fé que afiançavam «não poder haver coisa bem feita nem casamento nem juizo em que a cola não vá adiante nem em suas doenças podem sarar sem ella e, sobretudo, dizem — os mandingas — os preserva do pecado, dizendo que assim como uma fruta trouxe a nossos paes a culpa assim uma fruta nos livra da culpa».

Fabricavam estes povos panos muito bem tingidos, cultivando algodão e anil, que revelaram aos portugueses.

Dependia de Cacheu, por seus capitais, este depósito de negocio, onde acorriam todas as mercadorias, bem como á outra aldeia um da mesma importancia.

Zinguichor — Ao sul do rio Casamansa, teve o seu presidio fundado de 1643 a 1645. Ergueram-se-lhe baluartes artelhados e junto das muralhas se faziam os mercados com os indigenas, que lá acorriam a levar os produtos regionais: cera, marfim, couros, goma e arroz.

Foi muito cobiçado este aldeamento desde longo tempo, até que se chegou a uma usurpação de territorios, no periodo em que reinava em Portugal a desordem, proveniente da morte de D. João VI (1826), tentando os franceses, já estabelecidos na Gorea, fundar um estabelecimento na região de Zinguichor, o que fizeram, lançando-se sôbre a ilha Ito ou dos Mosquitos, onde se instalaram, como se aquele dominio não fôsse português. Em 1836 edificaram uma nova feitoria em Selins, mais perto do presidio, onde começaram em negocio com os cassangas, que não gostavam muito deles.

Em 1827 tentaram fazer a tomadia da foz de Casamansa. O governo foi prevenido pelo governador geral da ursela, Manuel Antonio Martins, mas não interveiu a tempo, porque as lutas politicas o preocupavam mais do que as colonias, e daí o ser tarde quando se reclamou, pois havia um grande desejo de posse daquela terra por parte dos estrangeiros, cada vez mais ambiciosos do que tanto custara ao esfôrço português.

Passava já de um ano que os franceses lá residiam. Sua bandeira hasteada garantia-lhes o territorio e na ilha dos Mosquitos ficaram. Ao mesmo tempo, pensava outra nação — a Inglaterra — em abrir feitoria na mar-

JOSÉ JOAQUIM LOPES LIMA

gem oposta, ficando deste modo cerrados aos portugueses os rios Casamansa e Farim.

Bolor — O digno português Manuel Antonio Martins fez a prevenção do que se engendrava e chegou da metropole a ordem para se erguer um presidio no territorio Felupe, na ponta do Balauarte, isto contratado, á boa paz, com os monarcas de Bolor.

Foi bem escolhido o sitio, pois por ali perto deviam passar, bem á vista, os navios que navegassem no Farim ou em S. Domingos e Bolor.

Os indigenas eram de bom trato e viviam em seus aldeamentos, não mui distantes — Osrol, Eliá, Águi, Asamé, Vasela, Catam, sendo os felupes muito ligados aos portugueses.

Desenvolveu-se a posição e, sendo de excelentes ares, servia de estancia de repouso e sanatorio aos enfermos de Cacheu.

A grande produção era a do arroz, indo ali muitos carregamentos de cera e pelames.

Era, pois, um belo reduto e dum

alcance extraordinario como garantia do comercio fluvial. Deveu-se esta posição ao oficial de armada e notavel colonial José Joaquim Lopes Lima.

S. José de Bissau — Á beira de Bissau, com suas dôze milhas de comprimento e dez de largura, dividia-se em seis distritos com sobas diversos, mas sob o mando do régulo Jantim — Rei de Jose.

Erecta na margem direita do Geba, foi feita sob a invocação de Nossa Senhora da Candelária.

A fortaleza é de 1696, do reinado de D. Pedro II, mas desmantelou-se tanto que em 1831 era quasi ruinas.

Quando se lançaram as vistas sôbre Bissau não se poupou a despesa. A Companhia de Cacheu e Cabo Verde mandou gente para os trabalhos, ficando o forte em magnifica posição, com a sua cantaria e fossos um autêntico ponto defensivo. O bispo de Cabo Verde, D. Frei Vitorino do Pôrto, mandara construir com o templo o hospício dos Capuchos para uma tentativa de evangelização, sendo convertido o rei Becompolo-Có, o seu herdeiro e povo, tendo-se instituido uma missão, a qual, pelo zêlo dos sacerdotes, depressa deu resultados.

É certo, porém, que os indigenas sempre se incomodaram com a edificação de fortalezas em seus territotorios, e embora tivessem sido adquiridos aqueles onde se erigiu a de Bissau, papeis e balantas, em grande numero, a acometeram, no comêço dos trabalhos.

Quando viram chegar do reino aquelas magnificas pedras, bem diferentes dos adobes empregados noutros redutos, levantaram-se em pugnas, pois, admiravelmente, compreenderam a impossibilidade de futuras resistencias.

Atiraram-se contra os que ali se afadigavam e a guerra foi tão cruenta que morreram lá mais de dois mil portugueses e indigenas, sendo necessaria uma intervenção naval para pôr termo áquela luta porfiada.

Pouco a pouco foram sendo contidos em respeito, mas, á medida que, no reino, se afrouxava na direcção colonial, preparando a politica extravagante sem criterios altos, os defensores de Bissau enfraqueciam, tendo-se chegado ao ponto de se darem subsidios aos régulos da Guiné.

As muralhas tinham de altura quarenta pés, ou sejam treze metros; existiam dentro do seu circuito a casa do governador, quarteis, alfandega, depositos, armazens, todos de pedra e cobertos de telha, e um poço destinado a dessedentar a guarnição em caso de cêrco, porém deixaram-no secar e também esbarromdarem-se as paredes do presidio, durante muito tempo por consertar, apesar de estarem garantidas as verbas para seus arranjos.

A água que alimentava as necessidades dos residentes na terra de Bissau vinha duma nascente, a Fonte do Rei, a qual distava uma milha da praça, e o inimigo, ao menor conflito, instalava-se no local, sendo, logo de entrada, necessario batê-lo, para não se morrer de sêde.

Foi sempre muito dificil manter em respeito as populações diante duma das melhores fortalezas da Guiné.

Defronte, existia o ilheu dos Feiticeiros, que é todo coberto de arvoredo atarracado, e para ali se pensou transferir a população de Bissau.

Nesse intuito o comprou, em 1838, um dos mais activos propulsores da colonia, Honorio Pereira Barreto, filho do negociante, dado á escravatura, Carvalho Alvarenga.

Sòmente quando se pensou em realizar aquela mudança houve que pensar nos motins a que dava motivo, pois existem ali as arvores sagradas, perto das quais morava o idolo maximo dos papeis — o Xinu maior — e onde eles iam em romarias anuais suplicando-lhe a protecção. Lá se exumavam os reis e daí a dificuldade de proibir a passagem aos devotos indigenas.

Só porque se abateu uma arvore sagrada, houve uma guerra que durou dois anos.

Nesta conformidade, ficou-se na primitiva posição.

Não fôra menos atribulada a vida de Bissau quando em 1825, ante as prepotencias do governador Domingos Alves de Abreu Picaluga, rebentara uma revolta entre os seus soldados, a qual foi chefiada por um destes, Antonio Picadas.

Um navio inglês serenou a rebelião, sendo punidos os sediciosos, mas isto anunciava muito as pretenções dos britanicos e dos franceses sôbre os territorios que Portugal devia ao esfôrço dos seus navegadores

e guerreiros e os quais iam pouco a pouco diminuindo, ficando em breve muito limitado o seu dominio na Senegambia, que tanto custara a adquirir.

Já estavam os ingleses na Costa de Oiro desde 1672; os holandeses tinham-lhes indicado o caminho e ao mesmo tempo que se formava o reino dos Achantis iam-se entendendo com eles, tendo, em 1824, feito uma guerra, em virtude daqueles povos não se lhes quererem subordinar. Na luta morreu um general, mas em 1831 já os indigenas estavam vencidos.

Entretanto, os britanicos procuravam alargar mais os seus dominios vendo-se ante os territorios que tinham pertencido aos seus aliados e nos quais entrariam de futuro.

A Holanda não se coibira de a invadir e, ante a desordem que se manifestava nas zonas ocupadas, facil era sentir que pouca resistencia se lhe poderia opor.

A Guiné, tão vasta, seria, dentro em pouco, o feudo de estranhos, ficando a possessão portuguesa encravada nos dominios alheios.

Como os franceses fizessem as suas incursões no territorio, um deles foi morto. Era o capitão do barco «La Goré». Espalhou-se que ao proprietario Caetano José Nosolini, muito poderoso e amante da rainha Aurelia, de Orango, se devera o assassinio do marinheiro, em virtude de lhe não querer pagar o que lhe devia.

O buque de guerra «La Badine» foi a Cabo Verde, onde foi preso o comerciante e enviado para Lisboa, a bordo da «Tejo».

GENTIOS DA GUINÉ

Já tinham fundeado, diante de Bissau, mais barcos — 20 de Dezembro de 1835 — os «Creole», «La Badine» e «Gazelle», sôb o comando do capitão de fragata Lamarié, que exigia do governador Joaquim de Matos uma indemnização de dez mil trezentos e cinquenta francos, que foram pagos, em fazendas, por ordem de Nosolini. Mas o francês exigiu mais

e pagou-se-lhe, voltando o comerciante á sua residencia.

Vivendo com aquela soberana, que tomara o nome de D. Aurelia Correia, querendo ser menos soba do que senhora á europeia, ela auxiliava o rico proprietario e, exercendo alta influencia sôbre o gentio, de muito servia a sua acção.

Outra mulher mestiça, D. Rosa de Carvalho Alvarenga, procedera do mesmo modo ao ajudar os portugueses e tudo se poderia salvar sem as lutas permanentes que se davam entre as proprias autoridades.

Era uma colonia rica e apetecida, com que nos entretinhamos a perder dia a dia.

Geba — Importantissima pelo seu comercio, a povoação de Geba fica a cem milhas de Bissau.

Povoada por cristãos brancos e negros, estes viveram sempre em paz com os maometanos e até com os idólatras Biafadas.

Os proprios soldados portugueses negociavam com os povos, o que lhes produzia deminuição de autoridade.

Conduziam-se as mercadorias em grandes canoas até Bissau, sendo Geba a avançada do negocio.

A quatro léguas via-se o presidio de Fá, aldeia de gentio mandinga, pôrto das barcaças da travessia.

Tratou-se também com o rei de Gaufarra a fundação dum presidio novo, que se edificou, ficando pronto em 1843.

Os balantas iam a Geba levar os produtos de suas terras e também lá faziam suas transacções as gentes do riquissimo arquipelago de Bijagoz.

É duma fertilidade enorme, clima magnifico e muito rico.

Bolama — Tendo sido dominio do rei de Guniala, ele pretendeu ver ali instalados os portugueses — 1607 — que, por seu valor comprovado, o defenderia das investidas dos Bijag. Aceite a oferta, nunca se efectuou o que solicitara o régulo, ficando, porém, estabelecido o dominio. Sendo muito abundante em madeiras, dali se tiraram enormes carregamentos, e em sinal de serem pertença dos que as cortavam, vassalos dos soberanos das ilhas vizinhas os ajudavam na sua labuta, sem lhes exigirem o menor pagamento.

Os ingleses, em 1792, querendo desenvolver o seu comercio colonial, tentaram uma arremetida, tanto mais que desde 1617 sonhavam com a posse de territorios nesta costa de Africa.

A Holanda fundara nesta época a sua possessão da Gorêa, aproveitando a situação de Portugal sujeito á Espanha. Em 1676 passou o dominio aos britanicos, aos quais os franceses o tomaram no ano seguinte.

Mas em 1802, em plena guerra com a França, de novo os ingleses lá se instalaram, sendo, porém, obrigados a entregarem-no de novo após o Congresso de Viena.

Quando a revolução francesa atroava o mundo, os britanicos lembraram-se de instalar uma feitoria em Bolama. Era uma empresa particular que assim procedia, quasi á vista de Bissau, sem o menor protesto do governador desta praça.

Os tempos iam duros; sentiam-se rugir as mil bocas duma era nova; os aliados podiam ser uteis em qualquer precalço, e por negligencia, ou medo, ainda, talvez, por interesse, o oficial português não se opôs àquela tomadia.

Sucedeu, porém, um caso curioso. Aquilo que os brancos não tentaram fizeram-no os indigenas, que, em luta acesa, escorraçaram os invasores. Os portugueses prosseguiram na sua costumada faina do corte das madeiras e ninguem mais os incomodou, antes recebiam o auxilio mandado prestar pelos reis de Guinala e Canhabac, os quais, em 1828, acentuaram a cedencia de Bolama, onde, em 1830, se erigiu um presidio.

Fôra o governador de Bissau, João Machado, oficial da armada, que conseguira dos reis de Canhabac e das Beafadas a cedencia cabal da ilha de Bolama.

Tinham eles habitado a região, mas por insalubre a deixaram, penetrando lá os britanicos, por pedido do governador português, Antonio Pinto, que parecia não querer tal territorio. O rei Jeronimo de Canhabac deu a autorização e para lá foi um inglês de apelido Bives, sendo-lhe, porém, impossivel manter-se, em virtude das enfermidades. Abalou para a Serra Leôa.

Um seu compatriota, Scott, pretendeu a ocupação do terreno, mas não pôde fixar-se, por imposição do gentio.

Chegara-se, porém, a tentar mais eficaz dominio, e em 1792, Dalrymple e Bives, procuraram estabelecer uma feitoria, o que lhes foi impedido pelo rei de Canhabac. Dirigindo-se a Bissau, tanto julgaram Bolama terra portuguesa que buscaram comprá-la, dando mercadorias. Assinou-se o auto, em 27 de Junho daquele ano, mas os guinéus escorraçavam os novos senhores.

Decorreu largo periodo. Em 1827 os ingleses voltaram, porém, os soberanos, doando a ilha — 12 de Julho de 1828 — aos portugueses, mostraram bem não quererem aqueles vizinhos.

Isto, porém, causara funda impressão em quem tanto desejava lá instalar-se e a luta prosseguiu. De quando em quando, um navio britanico fazia demonstrações ante a ilha e assim sucedeu em 1842, 1847, 1851 e 1858, tendo-se reclamado ao govêrno inglês.

Em 1835, o negociante português Caetano José Nosolini, de Bissau, estabeleceu-se na ilha com uma roça, edificando moradia e armazens e dando-se ao cultivo do café, com grande proveito e intenso cuidado.

Os seus escravos trabalhavam nas plantações, onde, quatro anos depois da sua instalação, foram atacados por marinheiros ingleses, que os levaram para bordo da sua corveta, arrastando, igualmente, uma escuna do comerciante. Acabaram devolvendo o barco, mas ficaram com os negros.

Os arvoredos, de bela qualidade, constituem uma riqueza enorme, pois servem para construções, sendo tão rijas as suas madeiras que não lhes entra o bicho, produzindo também outras boas para móveis, além dum genero especial de campeche.

Os elefantes habitavam as florestas, havendo nelas muitos enxames de abelhas, assim como tartarugas, nas praias, e fazendo-se colheita de ambar. Também produz milho, arroz, inhame, mendobi e os mais preciosos generos oleaginosos.

O pôrto é esplendido e desde longas datas se afirma ser uma riqueza enorme a construção de estaleiros no sítio, onde, com semelhantes madeires e havendo artífices, se fariam belos barcos de todas as especies.

Tal é Bolama, no arquipelago de Bijagás, onde os portugueses se instalaram noutra ilha.

TRECHO DE UM MAPA DA GUINÉ

Ilha das Galinhas — Duas milhas ao sudoeste de Bolama fica esta ilha, de que o rei de Canhabac fez presente, em 1830, ao negociante português Joaquim Antonio de Matos.

Grande devia ser a sua influencia sôbre o soberano para conseguir semelhante dádiva, demonstrativa de amizade e de confiança. Por vezes os homens do tráfico têm servido a sua patria com devoção. Este negociante apressou-se a colocar o territorio doado sob o dominio português.

Conta cinco milhas de comprimento, duas ou três de largo e cinco de redondeza. Abunda lá a água; o solo é ubérrimo e as madeiras de excelente qualidade. O ambar é um dos

negocios da região, faltando-lhe, porém, um pôrto, embora ao norte possua um abrigo para barcos de resumido calado de água.

Outras ilhas — Algumas das mais importantes ilhas do arquipelago intitulam-se dos Escravos, Canhabac ou Ilha Rôxa, junto da qual existem os ilheus de Esteira, Xoga e Binabo, havendo ainda as de Uracão, Uno e Ago Grande.

Na rota de Cabo Roxo para Bissau encontram-se as ilhotas de Caió, ilhas de Caraxa, Formosa, Caravela ou Camona, ilheus dos Papagaios, Ponta, Ago pequeno, Xeringa, do Rei e de Bandim. De Bissau para Bolama topa-se a ilha das Arcas.

Foram os portugueses os primeiros que pisaram os solos destas terras, depois tão disputadas, e que não tiveram, durante largos anos, a necessaria assistencia militar e civil, devendo-se mais seu desenvolvimento aos comerciantes que ali se instalaram e aos missionarios.

CAPITULO III

TENTATIVAS DE ESTRANGEIROS SÔBRE A GUINÉ

Missões e dominio — As revoltas das tribus Primeiros governadores

Missões e clero — Cabo Verde e Guiné pertenciam, desde o descobrimento, á diocese do Funchal e no reinado de D. João III pediu-se um bispado para Cabo Verde, o qual se formou com dezassete dignidades, sendo sua sede na Ribeira Grande. Seu primeiro bispo nomeado foi D. Braz Neto. Não tomou posse.

As missões estabeleceram-se em Cacheu e Bissau, edificando-se á sua sombra templos em Ziniguichor, Farmi, Geba, Rio Nuno, Gambia, Pongo, Serra Leôa, dominando os negros.

O bispo D. João Parvi, francês, sucedeu ao prelado que recebera a inicial investidura. Morreu em 1546, subindo á prelazia D. Frei Francisco da Cruz e depois D. Vitoriano Portuense, que muitos trabalhos produziu em Cabo Verde. Chamavam-lhe o «homem santo».

No tempo dos Filipes havia na Guiné poucas missões, sendo pedidos mais religiosos para a conversão do gentio, sendo até repreendido o bispo D. Manuel Afonso da Gama, que se deixara ficar em Lisboa a prègar censuras ao rei, sendo obrigado, depois, a partir para a diocese.

Foram jesuitas para Cacheu e para o bispado D. Frei Lourenço Garro.

Em 1636 chegaram a esta vila quatro capuchinhos franceses, contra o que protestou o vigario.

Iam fundar casa e servidos por boa nau.

Ordenou a governadora do reino, D. Margarida, duquesa de Mântua, que os capturassem, devolvendo-os ao reino.

Desde 1664 prosseguiam os trabalhos de catequese desde Cacheu á Serra Leôa, sendo muitas as conversões e entre elas a do rei Mata da Putama, que recebeu o nome de D. Antonio de Ornelas, em vista de ter sido seu padrinho o capitão-mór Antonio da Fonseca Ornelas.

Entre os missionarios ilustres conta-se Frei André de Faro (1663-1664), que converteu o rei dos Banhuns, D. Diogo, fundando igrejas ali e em Bissau. Junto ao rio Nuno já se baptizara o soba D. Vicente. Na Serra Leôa quebrou idolos e o gentio revoltou-se, acudindo-lhe o régulo.

Em 1694, o religioso D. Francisco da Soledade convenceu o rei de Bissau, Bacampolco, a aceitar a religião cristã, ao que ele acedeu, mandando a Portugal seu filho Manuel, dizendo em suas letras que a terra «é dos estrangeiros e não dos portugueses, porque holandeses, ingleses e franceses, á porfia, ocupam sempre o porto dele com seus negocios». Solicitava armas de fogo para sua defesa. O poder deste rei chegava até seis regulatos seus tributarios.

Dois anos depois o sucessor, Incinhate, muito soberbo, não se subordinava. O bispo D. Vitoriano esteve para ser assassinado, defendendo-o o capitão Barnabé Lopes, natural de Bissau, que tinha influencia. Tomaram-se varios negros e com eles duas sobrinhas do soberano, que o prelado mandou para Geba. O gentio lançou fogo ao convento, acabando-se por averiguar ter sido o capitão-mór João Pinheiro da Camara quem incitara Incinhate contra o antiste e também provocara o incendio com outro ofi-

cial, o capitão Mendes, Pedro Gonçalves e Aleixo Pinheiro, filho do capitão-mór. Os coadjutores do bispo eram freis Manuel da Barca, Castelo Branco e Marcos Azurara. Acabaram baptizando o rei, que ficou muito inimigo do capitão-mór, terminando por lhe cercar a praça, indo salvá-lo o chfe de Cacheu, Vidigal Coutinho, e dizendo o monarca que se submetia desde que tirassem de lá aquela autoridade.

Não havia maneira de lhe fazer a vontade, apesar do governador ser «mau funcionario e muito perverso».

Tendo-se lançado em novas complicações, Incinhate ameaçou-o de «derrubar as muralhas, cortando as cabeças aos moradores». Os padres dominaram o rebelde. Deixariam até construir a fortaleza.

Incinhate não parava nas suas queixas e dizia a D. Pedro II, em suas parcas e más letras, que se «eu puser a escrever cousas que o capitão-mór Joseph me tinha feito não avera papel no mundo que eu possa escrever suas cousas ruins que elle me tem feito».

Foi substituí-lo Rodrigo de Oliveira da Fonseca.

No ano de 1471, o bispo D. João de Faro, partiu de Lisboa com dezassete religiosos, querendo o antiste visitar a Serra Leôa, mas o navio naufragou nuns baixios de Casamansa, salvando-se, a custo, alguns dos passageiros, mas caindo em poder do gentio bravo.

O bispo, vestido apenas numa camisa e amparado pelo seu secretario, Antonio Martins Pereira, foi boa presa, pois durante setenta e oito dias sofreu cativeiro, em casa do negro Cambiça, com alguns reverendos. Foram resgatados a custo de muitas fazendas dadas ao negro, que sabia muito bem ter sob sua alçada um prelado. Morreram os padres José Gomes, Antonio Vaz da Costa e frei José do Bom Sucesso e depois outros.

Pouco a pouco se foram instalando religiosos nas diversas regiões e, por fim, padres, nas freguesias que se criaram após o advento do constitucionalismo.

A Guiné foi sempre das mais abandonadas provincias coloniais, tanto na assistencia militar como na civil, restando a religiosa, nem sempre seguida.

Honorio Barreto — Filho de Cacheu, sendo seu pai abastado negociante, e fazendo, o que era comum, tráfico de escravos, interessava-se de tal maneira pela provincia que ao receber o governo daquela terra, onde nascera, o descrevia desoladamente.

«Tudo quanto forma a sua defesa militar, arruinado; artelharia por terra: em Cacheu o gentio não tinha respeito algum ao presidio, a ponto de entrar, de noite, armado, a roubar tudo o que queria; em Farim, o povo inteiramente desobediente, chegando ao ponto de se perpetrarem impunemente mortes e ferimentos. O meu primeiro cuidado e solicitude foi logo pôr tudo em ordem; empreguei todas as minhas fôrças para conter o gentio em Cacheu, nomeei depois meus delegados para Bolor, Zinguichor e Farim, onde fui pessoalmente e ajuntei todo o povo para lhe dizer que de ali em diante seria punido severamente todo o que cometesse a mais leve falta e aí montei, á minha custa, seis peças de artelharia. Graças á Providencia, que obtive restabelecer o respeito ás autoridades e bandeira portuguesa.»

Era mestiço. Isto contribuiria, talvez, para não receber as suspeitas dos dominados, isto apesar de sua actividade e valor, porque o tinha, e mais patriotismo que muitos brancos.

Continuava o seu relatorio nestes termos:

«Pouco tempo depois do meu governo, os gentios de Churo, pensando ainda que encontravam neste presidio a cobardia e timidez antigas, vieram á boca do mato contíguo e aí mataram um homem deste termo.»

Ele quisera bater-se, mas o comandante militar hesitou, e Honorio Barreto, mais uma vez pretendia demonstrar como deviam estar ligados os dois cargos: o civil e o do comando de tropas.

«O gentio — acrescenta ele — vendo este desleixo, tornou segunda vez a vir matar um menino e ferir três pessoas, todas deste termo, e se elles nesse dia tivessem a resolução de atacar o presidio, decerto o tomavão, porque não havia artilharia prompta nem carregada. Vendo eu esta inacção do comandante militar, á minha custa armei o povo e os domesticos: dei-lhes polvora e balas e montei á minha custa dez peças de artilharia, fora

doze que para isso tinha recebido d'ordem superior, oferecendo uma peça de calibre 9.»

Acabaram por lhe entregar a direcção das fôrças militares (21 de Dezembro de 1834) e, batendo o inimigo, realizou a paz.

A nota mais singular deste ofício é a seguinte:

«Esquecia-me de dizer que tendo eu mandado pedir socorro a Bissao, o seu sub-prefeito armou vinte e sete dos mais perversos soldados que ali haviam e outros sairam da gorrilha para aqui.»

Mandavam-lhe galerianos, e ele comentava:

«Que bella gente para uma guerra. Assevero a V. Ex.ª que mais me custou a conter estes chamados soldados que o proprio gentio.»

Assim estavam as coisas da Guiné em 1834, quando o defensor do territorio escrevia o seu relatorio ao governador de Cabo Verde, que era aquele outro denodado Manuel Antonio Martins, na qualidade de prefeito.

O mestiço, filho de gente opulenta, mostrava muito mais amor á sua terra do que os grandes funcionarios encarregados de a defender. Ele procurava engrandecer-se em honras, tanto como já herdara em bens.

Em 1837 o rei Casamansa recebeu a visita audaciosa da escuna «L'Aigle d'Or», a bordo da qual iam os franceses dispostos a fundar uma feitoria em Zinguichor.

Lavraram-se protestos, porém debalde. Já tinham ocupado a ilha dos Mosquitos.

O mulato protestava. Fazia doações ao governo dos territorios que lhe davam os régulos; lançava-se contra quem usurpava os direitos dos portugueses e em freimas, valentemente, se colocava á frente dos que destinava a bater os invasores.

Chegara-se a 1841. Da Guiné portuguesa restavam Bissau, Geba, Nova Peniche, Fá, Cacheu, Farim, Bolor, Zinguichor, Bolama e Gouzo, onde Honorio Barreto estabelecera a sua feitoria.

Debalde da metropole se indicavam medidas. Nomeavam-se governos separados: Cacheu para um chefe; Bissau para outro. Reconstituiam-se as muralhas e, enquanto o capitão-tenente Antonio José Torres se encarregava desta praça, cabia a outra a Antonio dos Santos Chaves. Aquele levantra questão com o gentio ao querer que telhassem as casas em vez de as cobrirem de palha, visto ser assim mais facil aniquilar a vila por um incendio.

José Nosolini devia tomar conta do governo, mas não corriam melhor as coisas. Parece que até havia deficiencias nos generos dos ranchos, que a rainha Aurelia fornecia. Era a desordem. O negociante foi encarregado de ir verificar as condições do territorio de Fá, em Geba, que o régulo Manadu Sanha ofertara a Portugal. Não cumpriu o encargo, visto já ter sido ocupada a região.

Aquele Nosolini era um potentado. Tenente-coronel de segunda linha, opulento, dominando, mercê da amante, gerara as invejas dos outros homens do tráfico e daí as más vontades.

Em 1844 rebentara a guerra em Bissau, a pretexto dum patrão-mór ter recusado um copo de aguardente ao régulo dos papeis, o que constituia afronta. Já era governador um polaco, Aloïs Dziesarki, um dos oficiais que servira com D. Pedro IV, e que excitou o soba, ao mandá-lo prender. A luta foi forte e nela tomaram parte a corveta francesa «Églantine», o brigue britanico «Alert», a corveta americana «Preable», com os barcos portugueses «Vouga», «Tarrafal» e «Cabo Verde», do comando do tenente Vicente Ganhado.

Lá estavam coadjuvando a peleja Nosolini e o seu colega no negocio, Marques de Barros, dando dinheiro e víveres.

Depois houve conflitos com os franceses em Casamansa, visto o tenente José Xavier Crato se ter oposto ás atitudes de dominio dos estrangeiros, aparecendo sempre Honorio Barreto a defender o prestigio nacional. Bateu-se em Farim.

Ao ser necessario reparar as fortalezas de Cacheu, Zinguinchor e Farim, ele ofereceu recursos, mas os indigenas rebelavam-se a proposito de tudo.

A colonia só contava com dois homens decididos: Barreto e Nosolini. Este, e naturalmente o mulato, davam-se ao negocio, mas lidavam inteligentemente.

Seus nomes celebrizaram-se por

todo o territorio, cada vez mais cobiçado, sobretudo Bolama, que os ingleses não esqueciam, fazendo sucessivos atentados.

Em 1850, um navio da sua nacionalidade, o «Ranger», intimou a desocupação da ilha, ao fundear diante de Bissau, com a ameaça de destruir a fortaleza. Aprisionou os três soldados da guarnição. Reclamou-se; em Londres atenderam as reclamações.

Era o caos, a que o novo governador da provincia caboverdeana quis pôr termo, mandando para lá o polaco Dziesarki, conhecedor do territorio (1851). Não foi profícua a acção em que se empenhara o ilustre Fortunato Barreiros ao dar-lhe o posto, que, dentro em pouco, estava ocupado pelo major José Maria Lobo de Avila, logo em boas relações com os opulentos comerciantes Pedro Gomes Barbosa e Nicolau Monteiro.

Raramente um governador procedia como Fortunato Barreiros, que quis ir ver a situação da colonia.

Soube como o comandante da «Fire-Fly», Seymour, içara o pavilhão do seu país em Bolama (1853).

Honorio Barreto prosseguia na sua missão de pacificar o gentio nos diversos lugares.

Até mesmo em Bissau se levantavam os soldados contra os chefes, tendo de intervir o capitão do brigue francês «Polinure» e morrendo na luta o tenente Gillardaie. Partiram de Cabo Verde e de Lisboa os barcos «Eleonor» e «Mindelo».

Em 1868 é que se conseguia abolir a acção dos britanicos em Bolama, realizando-se um acôrdo diplomatico entre o marquês de Sá da Bandeira, ministro dos Estrangeiros e Charles Augusten Murray, plenipotenciario britanico em Lisboa. Deu-se, depois, sentença arbitral, tendo sido o conde de Avila encarregado das alegações. Juntou-se, por isto, ao seu titulo o de Bolama.

O ministro da Marinha, Rebelo da Silva, talentoso escritor, ao assumir o seu cargo, deliberou socorrer de qualquer maneira a colonia e aboliu os direitos de alfandega em Bissau e Cacheu, a fim de fomentar as transacções; julgou-se, porém, que isto prejudicava Cabo Verde e o governo central, e adiou-se a execução do decreto.

A guerra lavrava nas imediações de Cacheu, intervindo os reis de Mata, Calviane, Cacanda, Bianga e Bassorel, sendo batidos (1871) pelo capitão Joaquim Alberto Marques.

Já Latino Coelho, ministro da Marinha e Ultramar ordenara uma nova divisão administrativa (1869): Ao concelho de Cacheu juntavam-se Farim, Ziguichor, Mata e Bolor; a Bissau pertenciam Geba, Colirna, Orango e Bolola. A sède era neste ponto, mas sob o governo de Cabo Verde.

SÁ DA BANDEIRA

Foi quando a arbitragem do presidente Grant, dos Estados Unidos, entregou, definitivamente, Bolama aos portugueses (16 de Março de 1871) que se começou a tratar mais da ilha, a qual seria a capital da Guiné.

Era apenas um distrito esta riquissima região, que, pouco a pouco, se fôra reduzindo, a ponto dos estrangeiros encravarem o que nos pertencia entre os seus territorios.

Não se debelavam as sucessivas revoltas.

Um oficial da armada, eminente colonial e escritor, José Joaquim Lopes Lima, muito trabalhara para instituir o presidio de Bolor.

Mas não havia maneira de se manter o prestigio e os felupes rebeldes contra a fôrça do tenente Calixto dos Santos lançaram-se contra este oficial, que se dirigira ao mato, apenas armado de sua carabina. Os soldados fugiram, mas muitos deles foram trucidados, bem como um alferes de apelido Sousa.

O chefe, ao bater-se, recebeu a morte, indo o seu cadaver dar á praia fronteira de Bolor. Quisera salvar-se a nado, depois de ferido.

Semelhante acto animou as tribus a revoltarem-se, batendo-se entre si, já sem medo dos portugueses. Os fulas tomavam o territorio aos mandin-

CORONEL AGOSTINHO COELHO

gas e biafadas. Até aí, os homens de negocio tinham intervindo nas lutas, mas já não eram suficientes para a acção.

O comercio era magnifico; muito se lhe deveu para conservação do territorio, que os governos desamparavam. O negociante Nicolau Monteiro de Macedo entregara ao Estado o dominio de Corubal (1844); porém, tão pouco caso se fizera dele, que a situação era a seguinte: «pode-se afoitamente dizer que aquela colonia (Bissau) não é portuguesa mas sim de todas e de cada uma das nações estrangeiras que para ali têm encaminhado a sua navegação, as quais tiram daquele territorio todo o proveito, que, ao menos, se poderia, razoavelmente repartir entre elas e Portugal, de modo que este parecesse sempre ser o dono daquela possessão».

Descrevia-se uma casa comercial que dirigia os serviços da fazenda publica, porque as autoridades comiam pela sua mão e á sua mesa diariamente. Um dos governadores, neste tempo ainda dependentes de Cabo Verde, ia pedir conselhos ao dono daquela feitoria para fazer os seus despachos.

Chegara-se ao extremo. O país, sempre em lutas, não podia pensar nas suas provincias ultramarinas, algumas das quais se desenvolviam pelos recursos proprios, mas outras, como a Guiné, definhavam duma maneira extraordinaria.

Os estrangeiros acudiam aos pontos onde podiam instalar-se e pouco a pouco se ia perdendo a hegemonia.

Era necessario um esfôrço formidavel para remontar o antigo poderio.

Tudo isto dependia do governo de Cabo Verde, que, além das suas ilhas, dirigia as guineas e os territorios de toda esta região: S. José de Bissau, com Fá e Geba, no sertão dos Mandingas; Bolama e Galinhas, no Bijagoz; Cacheu, com seus presidios de Bolor; Zinguichor, sôbre o Casamansa, e, no sertão mandinga, Farim.

Dois residentes, subalternizados ao chefe da provincia caboverdeana, ali representavam Portugal, constituindo postos de pequena importancia, tão pouca se dava á colonia que fôra a primeira descoberta conquistada.

Perdera-se a fortaleza de S. Jorge da Mina, tão celebrada em todo o mundo nautico e de interesses coloniais. Ali e por toda a costa da Mina se foram instalando, quando da usurpação filipina, holandeses e britanicos (*).

A Inglaterra, que procurara apoderar-se de Bolama, só a tendo deixado pelo seu insucesso com os indigenas e após a arbitragem de Ulisses Simpson Grant, presidente dos Estados Unidos, de 1868 a 1876, instalara-se igualmente naquele dominio.

Primeiro governador — Foi necessario aquele lance dos aliados para se considerar a Guiné uma provincia ultramarina, tendo sido nomeado seu primeiro governador o tenente-coronel Agostinho Coelho — 20 de Abril de 1879.

Era um homem habituado na guerra. Estivera em criança, com seu pai, o

---

(*) Denominaram esses territorios, de nossa descoberta e conquista:

Cape Coast Castle, Anamabo e Accra, tendo a Holanda cedido á Grã-Bretanha Axem, Butry, S. Jorge da Mina, Nassau, Amsterdam e Beriqui.

coronel Miguel Coelho, no cêrco do Pôrto. No fim da campanha foi estudar e, subindo os seus postos, confinara-se-lhe aquele governo no momento mais perigoso da vida da possessão, que, pouco a pouco, fôra sendo abandonada, gerando as audacias do gentio.

A situação era tremenda desde ha muito, e tanto que no ano anterior á nomeação do governador da provincia, o que ali estava, ainda subordinado a Cabo Verde, Cabral Vieira, expunha a miseria moral da colonia:

Exercia-se acção de dominio em Zinguichor, Cacheu, Farim, Geba, Bolama e sôbre meia legua de terra denominada colonia do Rio Grande.

«Ha, porém, outras em que, em comum com os indigenas, Portugal exerce um simulacro de soberania e outros que já dominou e por motivos que ignoro abandonou e estes são: Bolor, no rio de S. Domingos, onde ha um destacamento de três praças com o fim unico de içar a bandeira quando passa um navio, sem que haja ingerencia alguma na administração de povos. Bolor teve o seu rei, as suas autoridades, os seus soldados. Somos ali hospedes, tratados como bons amigos e nada mais.

«Em Sambel-Chior, Viene, Fá e Corubal, no rio Geba, não ha nem bandeira nem autoridade portuguesa. Os indigenas são os unicos senhores.

«Às margens do Rio Grande de Bolama e à povoação de Santa Cruz de Buba, no extremo leste desta cópia de água uns chamam rio e outros braço de mar. Aqui a dominação é simultanea.

«Os negociantes de Buba pagam, além de presentes isolados a um ou outro grande, a respeitavel soma de oito contos de reis a titulo de «daxa» (imposto) digo (tributo) ao rei dos Fulas, nos seis primeiros meses de cada ano.»

Os moradores solicitavam que fôssem dados, á autoridade, os elementos necessarios «para sustentar com dignidade não só a soberania nacional mas tambem a liberdade e direitos dos subditos portugueses».

Franceses e indigenas, de Buba, não reconheciam o dominio nacional.

As fortalezas caíam em ruina. Para policiar todas as regiões, havia duzentos e tantos soldados, e para os rios, só uma velha escuna: a «Bissau».

Felupes e jufunios, unindo-se, arrazaram a antiga povoação de Bolor; os fulas raziavam nos arredores de Geba, e o régulo de Orango, Caetano, ao aprisionar uns naufragos austriacos, complicava mais a vida da colonia, visto ser aliado dos portugueses.

Com minguadas tropas se pretendeu vingar o assalto praticado em Bolor, dando-se a derrota e a morte de cinquenta e uma das cinquenta e cinco praças da companhia que ali fôra, morrendo tambem o seu comandante, tenente Calixto Santos.

Foi nesta situação que teve de actuar o governador Agostinho Coelho. Acompanhava-o uma fôrça do 1 de Caçadores de Africa, oitenta soldados de Bissau, oitenta de Cacheu, trinta de Geba e sessenta de Rio Grande, ás quais se juntariam cento e quarenta e duas do batalhão de Moçambique.

Primeiro tratou-se de obrigar o régulo de Orango a pagar aos austriacos os seis mil francos que lhes tinha roubado. Ele recusou, guardando os emissarios. Bombardeou-se-lhe a povoação com trezentas granadas, depois de ter entregue os cativos.

Os indigenas tomavam atitudes: os papeis foram roubar a igreja; os biafadas atreviam-se a lances maiores; os fulas atacaram ponta Regina, aprisionando mandingas, mas a mão rija do governador manifestava-se e começou a paz, com o pagamento do tributo ás nossas autoridades.

Sòmente os franceses, durante o periodo da falta de acção, se tinham instalado na ilha de Pecixe e presenteando os indigneas ligavam-nos á sua soberania. Consideravam Zinguichor no seu territorio.

Assim se chegara a 1881. Os fulas atacaram Buba, que foi bem defendida por duzentos portugueses, destacando-se na luta o alferes Manuel Pedro da Fonseca, Cesar Carlos de Medina, Jeronimo Vieira Magalhães, Francisco Geraldes e Henri de Galambert, negociante francês, ali estabelecido.

Tiveram que incendiar Sêlho, onde os rebeldes se instalaram.

Os biafadas atacaram os fulas, que se tinham sujeitado, e foi necessario mandar contra eles o capitão Pedro Moreira da Fonseca com contingentes fortes para dominar Jabadá, sendo guiados por um mandinga, que os levou para sitios estranhos. Os solda-

dos encontraram-se de chofre com os indigenas, tendo retirado, e sustentando a posição apenas o comandante com onze praças e dois pretos da raça dos grumetes. Parece ter havido traição por parte dos auxiliares negros que a coluna levava. Perderam-se, com o sargento Oliveira, três soldados de caçadores 1.

Segundo governador — O governador era enviado para a colonia de Moçambique, substituindo-o o primeiro tenente de marinha Pedro Inacio de Gouveia, nomeado em 16 de Dezembro de 1882.

Requisitou ao governo central espingardas «Snider», para armar as suas fôrças, e, mal as obteve, foi vingar o desastre de Jabadá. Com efeito, bateram, além desta povoação, Jatará, Cataburá, Jolu e Garnol, tendo ficado feridos o capitão Simões, vinte e três soldados e vinte e oito mandingas, morrendo dois.

Os rebeldes acabaram submissos e, ante os exemplos, o mesmo sucedeu aos que andavam desavindos.

Os franceses não deixavam de intervir nos assuntos. O comandante de «La Cigale», Saint Ramiz de Botran, quisera atrair os habitantes de Adiana, Casamansa, declarando-lhes que Portugal só possuia Zinguichor. Os pretos foram solicitar uma bandeira, dizendo-se subditos do nosso país, mas as autoridades não lha deram.

Encontraram-se os delegados nacionais com os franceses, que teimavam em considerar Adiana sua propriedade, apesar de ali estar vivendo a familia Vermão, á qual a terra pertencia.

Os fulas atacavam Rio Grande. Foi batê-los o capitão Caetano Felipe de Sousa, e como as lutas continuassem para o lado de Adiana, que os Banhus atacavam, os franceses foram arvorar o seu pavilhão no territorio que o tenente Marques Geraldes, comandante de Zinguichor, socorrera.

Diziam os estrangeiros ter celebrado um pacto em 1856, pelo que ali exerciam soberania. Os habitantes protestavam e o tenente Geraldes arvorou a bandeira portuguesa na ponta Setem, a três quilometros da vila.

Ia fazer-se a delimitação de fronteiras e, por um acôrdo diplomatico, aguardava-se o seu resultado.

Entretanto as pugnas prosseguiam, sendo batidos os rebeldes que o celebrado Bakar Kadali chefiava. O tenente-coronel Francisco José Rosa acabara por aprisionar quatro homens e cento e sessenta e três mulheres e crianças. O negro entregou o territorio de Forreá. Mumadi Paté, outro rebelde, depois de derrotado, tambem solicitara a paz, o que se lhe concedeu, a trôco de duzentas cabeças de gado.

No ano de 1883, foi a canhoneira «Douro» castigar os manjacos. O régulo de Dieta submetia-se, pedindo para se estabelecer um posto no seu territorio. Mandou-se uma embaixada, composta pelo capitão Carlos de Sousa Simões, Augusto Eduardo Neuparth, imediato do «Guiné», e capitão de segunda linha Estêvão Antonio Tavares.

Os fulas fôrros, os de Kakas Kidali, consideravam seus escravos os fulas pretos. Não havia forma de se entenderem. O governador delimitou-lhes o territorio. Aqueles ficariam no Forreá, estes no Indornal, Corobal e Feridu. Mal se viram sós, os fulas pretos correram a estabelecer-se em Bolola. Então consentiu-se que os fôrros os batessem. Mas, vivendo de roubos, não se aquietavam e, sob o comando de Deusá, foram atacar Sambel-Chiór, fazendo escravos. O tenente Marques Geraldes foi libertá-los, com os comerciantes José Lopes e Antonio Mendes Robalo, de Geba. Em Umbum, depois de presentearem o poderoso soba com fazendas, tabaco e cola, receberam dele três cavalos, mandando-lhes quatro filhos do seu real harém por guias. Deste modo entraram na região do régulo Dembel, onde estavam os cativos, que foram entregues. Ainda ofereceu auxilio de dez mil guerreiros ao governo português.

Pouco a pouco se foi fazendo uma pacificação teorica, pois aqueles povos irrequietissimos careciam de se habituarem ao dominio forte.

Terceiro governador — Chegara-se assim até 1885, sendo nomeado para governar a provincia o oficial da armada Francisco Gomes Barbosa.

Os franceses iam apertando o cêrco do seu territorio, encravando a Guiné, descoberta com tantos trabalhos, audacias e ciencia.

Tinham Senegal e queriam Casamansa; nas ilhas dos Idolos — iles de Los — fizeram a sua ocupação sob o titulo de Riviera du Sud.

A Inglaterra dominava na Gambia e Serra Leôa.

Ia porém chegar o momento em que se inaugurava o Periodo Contemporaneo da vida colonial — Conferencia de Berlim — que decidiria dos destinos das possessões em Africa.

Os portugueses tinham ido á descoberta; nenhum povo os precedera nessa obra; depois, mercê do dominio espanhol, das suas lutas intestinas, da grandeza das suas possessões, que as cobiças mal deixavam, iam ver-se em situação de lhe ser dificil defender o que lhe pertencia.

Conseguiu-o, porém, á custa dum novo esfôrço.

Ressuscitaria, em parte, a sua velha epopeia.

CABO VERDE

Grande parte do inserto nos capitulos referentes a Cabo Verde é baseada no livro «Subsidios para a Historia de Cabo Verde e da Guiné», do qual é autor, grave e minucioso, o oficial da armada Cristiano José de Sena Barcelos.

Igualmente nos serviu para o organizar a obra de Lopes Lima «Ensaio sôbre a Estatistica das Possessões Portuguesas».

Cabo Verde, com suas ilhas de Barlavento (Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal, Boavista e os ilheus Razo e Branco) e as de Sotavento (Maio, Fogo, Sant'Iago, Brava e os ilheus Rombo) forma a provincia, que tem um governador, a diocese, com seu prelado, residente em S. Nicolau, duas comarcas e onze concelhos. Mede três mil oitocentos e vinte e um quilometros quadrados, sendo habitada por perto de cento e cinqüenta mil individuos: 4.040 brancos; mulatos (89.000); negros (55.000) aproximadamente.

Suas cidades são Mindelo (na ilha de S. Vicente), Praia (Sant'Iago), S. Filipe (Fogo), Paúl e Ponta do Sol (Santo Antão), Nova Sintra (Brava), Ribeira Brava (S. Nicolau) e Tarrafal (Sant'Iago).

O pôrto principal, onde acorre a navegação, denomina-se Pôrto Grande, o de S. Vicente, que forma uma vasta baía, podendo ancorar nele mais de cem navios de alto bordo. Os outros portos são: Mordeira (ilha do Sal), Praia e Tarrafal (Sant'Iago).

Capital é a cidade da Praia.

Suas riquezas são constituidas pelo sal, purgueira, rícino e café, embora em pequena quantidade, se compararmos a sua produção com S. Tomé, sendo, porém, excelente. Tambem se cultiva a cana de açucar, se fabrica aguardente, trabalhando os indigenas numa curiosa indústria: a dos chapeus de palha.

Desde 1850 que ali se instalaram os depositos de carvão inglês destinado á navegação e ultimamente fornecem-se, igualmente, alguns de oleos combustiveis.

Parte do territorio é vulcanico, excedendo o Pico (no Fogo) três mil e duzentos metros de altura.

ARQUIPÉLAGO DE
CABO VERDE
Escala = 1/3.000.000
25°
24°
23°
17°
16°
15°
Stº Antão
Ribeira Grande
S. Vicente
Mindelo
Stª Luzia
Ilheu Branco
Ilheu Razo
S. Nicolau
Ribeira Brava
Ilhas de Barlavento
Sal
Stª Maria
Boa Vista
Sal Rei
OCEANO ATLÂNTICO
Ilhas de Sotavento
S. Tiago
Praia
Maio
N. Sª da Luz
Fogo
Vª de S. Felipe
Ilheus Secos
ou do Rombo
Brava
M. Toste. des.

CAPITULO IV

INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

Donatarios — Capitães das ilhas — A vida do arquipelago

O arquipelago — Àcerca de Cabo Verde, diz um geaografo, antigo: «Chamavam-lhe Hesperides ou Gorgonas».

«Os holandeses denominaram-no do Sal, pela quantidade deste produto que se encontra nalgumas ilhas, mas em geral tratam-no de Cabo Verde porque defrontam o cabo deste nome. O mar que as rodeia foi intitulado do Sargaço pelos portugueses, pois está cheio e coberto duma erva parecida com a dos poços.

As ilhas que têm o nome dum santo marcam com ele o dia da descoberta.

Seu ar é geralmente quente e pouco saudavel; os habitantes sofrem de perniciosas, colicas, disenteria e muitos outros incomodos. Um nevoeiro espesso e avermelhado envolve, por vezes, as ilhas que estão situadas entre a linha equinocial e o trópico de Cancer. O sol fica sôbre elas a pino duas vezes por ano, o que representa dois verãos. No fim do mês de Junho começam as chuvas quasi permanentes até ao meio de Outubro, sendo acompanhadas de ventos, relampagos e trovões que assustam os mais intrepidos.

Quando esta estação se aproxima, o espaço torna-se sombrio. O sal transforma-se em salmoira e os ventos tornam-se violentos» (*).

Falava tambem da fertilidade do arquipelago, acrescentando outros pormenores que estariam certos naquela epoca (1863) mas depois passaram ao contrário, como, por exemplo, o negar-se a aclimação de laranjeiras e limoeiros, que vieram ali a proliferar, assim como excelentes hortaliças e várias especies de frutos.

O seu primeiro territorio habitado foi o de Sant'Iago, de que o seu donatario, Antonio da Nola ou de Noli, pretendera tirar proveito. Levara consigo irmãos e sobrinhos, sob a égide e licença do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V (1462). Tomaram por residencia Ribeira Grande, a cuja edificação se seguiu a da vila de Alcatrazes.

Dois frades, Rogerio e Jaime, foram os iniciadores da palavra divina entre os negros da Guiné, que se levaram para a ilha. O martirio consagraria aquele religioso, porque Bartolomeu da Nola o mandou degolar, numa das desertas regiões do arquipelago, visto ele ter conseguido que o abandonasse uma amante levada do continente.

O sangue do sacerdote correu em holocausto á fé moralizadora.

Sete anos depois, o infante D. Fernando obteve, do rei, licença para dois castelhanos, João e Pero de Lugo, negociarem, na ilha, na colheita da urzela, valiosa planta destinada á tinturaria.

Por morte do duque de Viseu, passaram tais bens coloniais para a corôa, começando a ser nomeados funcionarios civis, eclesisticos e judiciais, com capitães donatarios de régia mercê.

Rodrigo Afonso obteve esta honraria para o norte de Sant'Iago, como já a tivera Diogo Afonso, cabendo-lhe igualmente a Boavista. O sul era dos Nolis, passando á filha do primogenito, D. Branca de Aguiar, e a seu marido, João Correia de Sousa, seus sucessores.

Povoou-se, de seguida, a ilha do

(*) Allain Manesson Maallet «Description de l'Univers».

Fogo. Nas outras — Maio, Brava, S. Nicolau e Santo Antão — havia muito e bom gado bravo.

Sant'Iago tambem foi habitada por Tristão da Cunha e Gonçalo de Paiva, cavaleiros, perdendo este as mercês por ter mandado vender ferro aos indigenas da Guiné.

Começara o desenvolvimento pela emigração de alguns colonos, de forma que em 1514 já era de certo tomo a importação, na qual até figurava setim, veludo, panos franceses e água rosada, o que demonstrava certo luxo.

Tomava incremento o pôrto da Praia; fazia-se o tráfico com a Guiné

Morreu em 1586 o bispo D. Bartolomeu Leitão, sucedendo-lhe D. Pedro Brandão, que teve várias questões com gente grada da diocese.

Capitães das ilhas — Nomeou-se um chefe do arquipelago, que foi residir para a Ribeira Grande, com o titulo de capitão das ilhas de Cabo Verde (1587). Foi ele Duarte Lobo da Gama.

Os holandeses, em guerra com os hespanhois, lançavam-se sôbre as suas possessões e, como eles dominavam os portugueses, várias vezes as assaltaram, no que os imitavam os britanicos. Estes, em 1582, saquearam a Ribeira Grande, repetindo o ataque

CONSTRUÇÃO DE GALERAS NO SECULO XVII

por meio de concessões. Em 1533 nomeou-se o primeiro bispo, D. Braz Neto, abrangendo a sua diocese desde o rio Gambia ao Santo André.

Em relação ás ilhas Brava, Sal, Santa Luzia e aos ilheus Branco, Razo e Redondo, tambem havia arrendamentos, sendo, porém, doados (1545) a D. João Pereira.

Sucediam-se os prelados, D. João Parvi, Frei Francisco da Cruz, D. Vitorino Portuense, que edificou paços, Sé, Misericordia.

A ilha de Santo Antão tornou-se posse de Gonçalo de Sousa (1548, e Filipe I (1584) confirmou igual mercê á condessa de Portalegre, relativa ás ilhas de S. Nicolau e S. Vicente.

em 1595, sendo governador Braz Soares de Melo. Os de Holanda tomaram a vila da Praia (1598) governando Francisco Lobo da Gama.

O capitão-mór mandou tocar a rebate, ao qual deviam acudir todos os moradores, mas um deles, Manuel Moreno, faltou, e foi condenado a quatro meses de degrêdo e outras penas. Escorraçaram-se os flamengos.

Grande luta sustentou aquela autoridade com o cabido, visto desejar instalar-se sob o docel dos bispos, o que lhe foi negado. Decidiu capturar o capítulo, o qual saiu de cruz alçada com o Santissimo Sacramento nas mãos do chantre. Mesmo assim o governador mandou descarregar sôbre o dignitario, ferindo fogo o sar-

gento-mór Roque Gonçalves, mas quando o trabuco já não estava apontado. Foi enorme o escandalo e a Mesa da Consciencia e Ordem pronunciou-se contra as pretenções do capitão.

Sucedeu-lhe (1603) Fernando Mesquita e Brito, tendo ido á colonia a primeira missão de jesuitas, composta pelos padres Baltasar Barreira e Manuel Fernandes, falecendo este pouco depois de chegar á ilha, indo o chefe á Serra Leôa baptizar os régulos de Tora e Porusa, isto apesar de ser quasi septuagenario. Outros reverendos seguiram do reino para o coadjuvar.

Era de três anos o periodo de governação nas colonias e assim tomou cargo (1606) Francisco Correia da Silva, o qual deu socorro aos reis de Bolama e Rio Grande e lhes recebeu vassalagem.

Os holandeses ocuparam Beziguiche, a que deram o nome de Gorêa, durante a capitania de Nicolau de Castilho (1617), tendo dirigido Cabo Verde, anteriormente, Francisco Martins de Sequeira, seguindo-se àquele D. Francisco de Moura (1618) e logo D. Francisco Rolim (1622), que faleceu após um ano de posse, ficando em seu lugar o bispo D. Manuel Afonso da Gama.

A Camara não deixou suas prerogativas, declarando não dever caber-lhe o encargo sem o elegerem, o que sucedeu, e como morresse (8 de Março de 1624) ficaram os camaristas com essa função até chegar o novo capitão-mór, Francisco de Vasconcelos da Cunha (1624).

As armadas holandesas que se dirigiam ao Brasil, onde ardia a guerra deflagrada pelas suas naus, faziam seu porto de S. Vicente, e em Sant'Iago molhavam os navios portugueses que as iam combater, sob o comando de D. Manuel de Meneses. A frota que tomou a Baía, e a perdeu, lá estivera em 1624, passando no ano seguinte a que fôra batida.

Tiveram vida de mór tranquilidade os governadores João Côrte Real, Francisco Cristobal Cabral, Jorge de Castilho, Jeronimo Cavalcante e Albuquerque, os quais dirigiram os negocios da provincia desde 1628 a 1640, em que foi nomeado João Serrão da Cunha, o qual presidiu á restauração.

Desmantelara-se todo o comercio, em virtude de não se respeitarem as prerogativas durante a usurpação filipina. Os estrangeiros entraram nos territorios defesos e os holandeses não se detiveram, apossando-se de parte da Guiné.

Abandonaram Biziguiche (a sua Gorêa) por verem não lhe ser de bom rendimento comercial.

Os missionarios castelhanos, entrando na Guiné, procuravam supremacias, quando governava, interinamente, Jorge de Araujo, capitão de Sant'Iago, ao qual sucedeu Roque de Barros Rego, que, falecendo no mesmo ano de 1648, teve por sucessora a Camara.

Gonçalo de Gambôa (1650) recebeu como premio de sua vasta acção na Guiné o governo geral.

Fundara Farim, Geba e Zinguichor naquela região. Sucederam-lhe logo (1650) Pedro Semedo Cardoso e Jorge de Mesquita Castelo Branco, no ano seguinte, sendo ele quem mandou fortificar a vila da Praia, onde se instalaria a capital do arquipelago (1651), devendo ali residir ora o governador ora o bispo.

Ele viera ocupar o cargo que Semedo Cardoso tivera por eleição, a qual dera lugar a protestos do ouvidor, Manuel Pais de Aragão, que desejava ser ele o encarregado da governança. O proprietario opulento a quem se remetiam as honrarias devia amaldiçoá-los, porque só lhe deram desgostos. Em breve, a propria Camara, que o escolhera, o censurava. Era a desordem.

Reflexos politicos da metropole — Os padres da Companhia de Jesus não queriam voltar para as missões enquanto lhes devessem seus réditos e pediam- outros sacerdotes, e em 1653, governando Pedro Ferreira Barreto, fundou o convento dos Capuchos, por pedido do ilustre padre Antonio Vieira. Cinco anos depois existia um hospicio em Cacheu, dirigido por frei Paulo de Lordelo. Era governador de Cabo Verde Francisco de Figueirôa.

Andava-se na metropole numa politica árdua de guerra e na colonia iam-se seguindo os capitães-móres: Antonio Galvão (1663), Manuel da Costa Pessoa (1667), Manuel Pacheco de Melo (1671), João Cardoso Passaro (1676), tendo-se dado regimento para uso dos chefes provinciais.

Decaira-se a ponto dos missionarios não receberem socorros e de se pagar, na Guiné, tributo a um rei negro. O Conselho da Fazenda declarara que «apesar de Sua Majestade usar, neste momento, o titulo de Senhor da Guiné, não tinha ali mais do que uma pequena porção de terra».

Companhia de Cacheu — Estava sujeita a Cabo Verde, lavrando a desor-

ILHA DE SANT'IAGO

dem, que se tentou acabar pela fundação da Companhia de Cacheu, por privilegio concedido a Antonio de Barros Bezerra e Manuel Preto Baldez. Devia durar pelo menos seis anos e reedificar as praças de Cacheu, devendo aos moradores de Cabo Verde a terça parte da carga dos navios da Companhia.

Entre outras vantagens concedia-se-lhe a paga de mais direitos nas alfandegas, ficando-lhe o monopolio da navegação e a capitania pertencente a Antonio de Barros Bezerra e em sua falta a João de Barros Bezerra ou Ambrosio Gomes.

Sucedera no governo João Cardoso Pizarro (1616) que tentara realizar vários melhoramentos, sem resultado, visto lhe falharem os recursos. Morreu e logo a esposa, um filho e muitos dos seus criados.

Deixara um singular relatorio àcêrca da vila da Praia: Soldados, uns quarenta, armados de azagaias; peças eram três, sem cargas; os navios corsarios zombavam da possessão.

A Camara ficara governando juntamente com o ouvidor João Rodrigues da Serra, mas o bispo, Frei Antonio de S. Dionisio, protestava contra os delitos que eles deixavam cometer. Eram delapidações como as feitas a dois navios sevilhanos, aos quais desfalcaram de trezentos escravos, como tiraram fazendas da carga dum patacho britanico, cujo capitão morreu de desgostos. A ladroeira afastava a navegação. Os edificios religiosos de Sant'Iago estavam em ruinas, os missionarios não recebiam auxilios e os roubos nas igrejas eram enormes, participando deles os proprios conegos.

Manuel da Costa Pessoa assumiu o governo (1678) e mandou povoar a ilha Brava com gente da ilha do Fogo.

Parece que uma terrivel má sina caira sôbre Cabo Verde. O capitão de Cacheu, Antonio de Barros Bezerra, e seu filho eram presos e deviam ser mandados para o reino, por causa das contas da Companhia daquela terra da Guiné. O governador sequestrou-lhes os bens, mas acabara aceitando fiadores. Demitido do cargo, sucedeu-lhe um socio de luta, Pessoa Gaspar da Fonseca Pacheco, o qual, com o feitor Manuel da Silva Botelho, largamente latrocinavam. O governador enviava fazendas, de Cabo Verde para as possessões, sem pagar direitos.

Quando terminou o mandato, quis o soberano investir no cargo Francisco da Silva Moura e Azevedo, porém este não aceitou, indo para o seu lûgar Inacio da França Barbosa (1682), que, governando durante três anos, teve por sucessor Verissimo de Carvalho da Costa (1687). Aquele acabara, sindicado por Manuel da Costa Ramalho, acusado de abuso de poder; isto é, exorbitara. O outro tambem se retirou alegando escassez de receitas e exigindo pagamento do dinheiro depositado para a reconstrução da fortaleza da Praia.

O bispo ficou dirigindo os negocios da colonia. Era ele D. Frei Vitoriano do Porto, e o sindicante, Manuel Delgarte da Costa, estava, dentro em pouco, a queixar-se dos excessos do prelado. Desagradava tanto como França Barbosa. Absorvera todos os poderes. Assim devia ser, pois governando o civil e o eclesiastico, nesses campos interferia.

Acusavam-no, porém, de não atender ao ouvidor e oficiais de justiça; demitia-se; era um arbitrario.

A má sina perseguia os governadores. Diogo Ramires Esquivel, que tomara a chefatura da provincia (1690), faleceria em curto prazo.

Companhia de Cacheu e Cabo Verde — Fundou-se, no seu periodo

governativo, a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, sendo socios Luiz Martins, Gaspar de Andrade, Antonio de Castro Guimarães, Francisco Mendes de Barros e Domingos Monteiro de Carvalho, nomeado capitão-mór para Cacheu. Garantiam-se-lhe regalias e privilegios e subordinavam-na ao governador de Cabo Verde, para paga de três mil cruzados, por ano, de seu soldo. Não podiam exagerar os preços, e dava-se-lhe uma especie de comissario do governo: Mendo Foyos Pereira.

O tráfico começou a fazer-se em escravatura, e o governador, a quem se proibia toda a especie de negocio, passava a receber três mil cruzados, em vez dos seiscentos mil reis anteriores, acrescentados de duzentos e sessenta, com os quais pagavam à sua guarda.

A Companhia era autonoma. Esperava-se que tudo se normalizasse, porque o dinheiro aparecia.

O bispo fôra obrigado a entregar ao ouvidor o espolio de Barros Carneiro, com o qual se locupletara. O cabido queixava-se do prelado ter remetido bons cabedais para Lisboa, com escravos recebidos pelo seu procurador, Manuel da Silva Cardoso. Dizia-se que até tirara as lampadas e o serviço de prata da Sé.

Saqueava. Enumeravam os objectos dos quais se apossara e tornava-se escandalosa a questão.

Vivia-se sempre agitadamente na colonia.

A vida do reino tinha, mais ou menos, seu reflexo nas possessões ultramarinas.

Varios governadores ocuparam o cargo desde 1690 a 1707, sendo eles Manuel Antonio Pinheiro da Camara, Antonio Gomes Mena, D. Antonio Salgado, Gonçalo de Lemos Mascarenhas e Rodrigo de Oliveira Ferreira.

Houve a registar a descoberta do anil na ilha. É uma excelente materia córante e nesse periodo muito apreciada. Imediatamente se criaram fábricas do preparado nas ilhas de Sant'Iago e Santo Antão. José Pinheiro da Camara era o capitão-mór de Cabo Verde (1711).

A desorganização — Fôra ele quem incitara o gentio da Guiné a matar o bispo D. Vitoriano e contra a sua acção em Bissau se revoltara, erguendo, depois, varios protestos o rei Incinhate, mas, mercê dalgumas influências, passara para melhor posto, o do governo geral das ilhas.

Foi em 1712 que os franceses se lançaram em saque contra a Ribeira Grande e Vila da Praia, sem que pessoa alguma se opusesse ao assalto, apesar de haver um exército de três mil homens encarregado da sua defesa.

É que os soldados e negros estavam trabalhando nas fazendas, guardando os rebanhos do governador e doutros, faziam descargas de navios, tudo isto por pouco dinheiro, visto terem os soldos.

Ante aquela desorganização, os estrangeiros entraram, á vontade, nos lugares.

José Pinheiro da Camara capitulara, vergonhosamente, com o chefe francês, Cassart, pagando-lhe, ainda, sessenta mil patacas. Declarou que os soldados tinham fugido, quando não era verdade. Estavam longe do lugar da acção, onde ele se entregava a combinações. A Camara atestava, em cumplicidade, que «o saque se deu não por culpa do governador, o qual cumprira com os seus deveres, mas dos soldados, que abandonaram o posto; o governador dividira a gente que tinha por diversos postos e mandara atirar rebates, porém eles foram tão remissos que uns não acudiram e outros desapareceram».

Averiguou-se que apenas estavam cinquenta e sete pessoas no forte de S. Filipe. Fizera-se a capitulação e passaram ao saque ás casas do bispo, do tenente Francisco Dias Couto, de D. Isabel de Barros, e de seu filho, tennete de cavalaria Pedro Cardoso, tendo desautorizado este oficial e ao capitão Miguel Barbosa, a quem quebraram a cara.

Os invasores até levaram os sinos.

Mandou-se inquirir das culpas. Viera o ouvidor Miguel de Freitas Teixeira apurar o sucedido e ele consubstanciou no seguinte a sua análise: ordenou a captura do governador. Querendo continuar, tivera que escrever no processo: «e porque outrossim o mandava Vossa Majestade de aos coroneis, tenentes generais, comissarios gerais de cavalaria, capitães-móres, sargentos-móres, capitães de cavalos, capitães de infantaria, capitães-móres das fortalezas, ajudantes até alferes e dos homens de distinção, faz pre-

sente a Vossa Majestade que esta diligencia era tão odiosa, e a terra tão acostumada a venenos que depois de averiguada a verdade corria o perigo da sua vida e se esta podia procurar meios de conservá-la não os havia para aqueles homens não solicitarem

ILHA DE SANTO ANTÃO

o seu descredito ficando ele sujeito a acabar o lugar e as residencias».

Dezoito dias decorridos após a assinatura desta nota o magistrado morreu. Averiguou-se que tinham consentido na entrada do inimigo.

O novo governador, Manuel Pereira Calheiros (1715), que ainda ordenara a prisão do antecessor, faleceu em 20 de Junho. Chegara á ilha em Abril.

O Conselho Ultramarino não os vingou. Deu o seguinte despacho:

«Visto constar terem falecido o governador e o ouvidor e com presunção de que foram ajudados, se não proceda na diligencia da devassa.»

Era o maximo. José Pinheiro da Camara foi mandado governar S. Tomé.

Os franceses tinham levado valores de mais de três milhões de libras, devendo-se este assalto ao capitão Jacques Cassart, que devia morrer na Bastilha.

Tentativas de estrangeiros — O novo capitão-mór, Serafim Teixeira Sarmento (1715), ia encontrar a rebelião ou antes a sua ressaca. Já havia ingleses instalados na ilha de Maio, fazendo a extracção do sal. Era uma enorme riqueza. Eles tinham criado as suas salinas, dando que fazer á gente da terra, e, quando os portugueses quiseram tomar conta da industria, alegaram ter a Inglaterra recebido a possessão em dote da princesa D. Catarina, irmã de D. Pedro II, o que era falso, pois se concedera á esposa de Carlos II Tanger e Bombaim. Davam-se as possessões em vez de joias, ou antes, juntavam-se estas preciosas prendas para uma princesa de Portugal ir ser desdenhada em Londres.

Os britanicos edificaram barracas junto ás marinhas, guardando-as os seus cães de fila.

Tais eram as atitudes dos estrangeiros. Com os portugueses sucediam factos estranhos, como o da acção do chefe da vila da Praia, João Nunes Castanho, ao cometer uma série de desacatos contra o capitão dum navio nacional que ali atracara. Repreendido pelo governador, retorquiu pela fôrça, tendo-se deliberado sitiá-lo. Sem a intervenção do bispo assim teria sucedido. Foi capturado só ao cabo de muito tempo e por ordem do rei, mas estando na prisão apenas oito dias.

Contra o novo governador, Antonio Vieira (1720), insubordinou-se o ouvidor, Manuel Carneiro Ramos, que declarava ter sido vítima de descortesia da parte da autoridade quando da procissão de Corpo de Deus. Tendo ido buscá-lo com a Camara, como mandava a ordenança, não quisera acompanhá-la, deixando-a á porta.

As lutas não cessavam, criando-se partidos.

Aquele governador da Praia prosseguia nas suas atitudes, exercendo violencias sôbre quem não lhe dava dinheiro; ele e um irmão até violavam a correspondencia dos moradores da ilha. Mandavam-nos presos para a côrte.

O novo bispo, D. Fr. José de Santa Maria de Jesus, levara consigo dois sabios sacerdotes, irmãos Manuel Leitão e Antonio Henriques Leitão, com doze estudantes.

Vivia-se numa permanente indisciplina, tendo o governador sofrido a do ouvidor, que se apossara das chaves da Alfandega, a fim de tirar polvora para o atacar. Ao cercar o sítio onde ele se encontrava, soube da sua fuga, sendo, todavia, capturado e posto a ferros e enviado ao reino.

O novo magistrado, Sebastião Bravo Botelho, teve logo que intervir, a fim de obstar a que o chefe do governo se vingasse num irmão do preso.

Indo tomar posse da governança Francisco Manuel Nobrega Vasconcelos (1726), nem por isso se aplanaram os conflitos, pois logo o magis-

trado protestou ao vê-lo meter-se nas atribuições da justiça. Mandava soltar os presos pelas rondas, sem mais processo.

Surgiram dois partidos a degladiar-se. Faziam-se autenticos desacertos. A demissão do irmão do ouvidor, que ocupava o cargo de capitão-mór da fortaleza de S. Filipe, na Ribeira Grande, foi um novo motivo de conflito. Demitiu-se o governador, mas o Conselho Ultramarino não concordou, querendo que ele tivesse sido mais rigoroso. Punira os vereadores que o desacataram, Mateus Moniz da Silva, João Barbosa Martins e João de Barros Bezerra, os quais ficaram presos seis meses, indo o preso Antonio Rodrigues de Almeida para o reino sob custodia.

Assim que se soube da sentença foram assassinados o ouvidor e seu irmão, um tio e dois escravos (1727). Nobrega de Vasconcelos fugira para a Guiné. Com efeito, fôra ele que mandara cercar a casa daquela familia, que se defendeu, perecendo na luta ao fugirem alguns dos seus membros para o convento proximo. De seguida houvera saque. Mutilara-se o cadaver do magistrado e ante ele o governador proferira insultos, querendo ainda espancá-lo, ao que se opuseram os frades, que tinham recolhido com vida os perseguidos.

Houvera muitos cumplices nos atentados, como o coronel Manuel Franco da Silva, os capitães Nicolau Rodrigues e Domingos Lopes, o sargento-mór Agostinho Rebelo e outros.

Tentativa de venda da ilha de Santo Antão — O marquês de Gouveia, D. João de Mascarenhas, mordomo-mór de el-rei D. João V, fugira de Lisboa com uma linda senhora, D. Maria da Penha (*), e, refugiando-se em Inglaterra, começara em tratos para vender aos ingleses a ilha de Santo Antão, da qual era donatario.

Hipotecou-a (1724) e os britanicos foram tomar conta dela, em 4 de Dezembro, para o que se enviara um navio. Instalou-se ali um feitor e o barco largou para ir buscar gente e armas. Mandou-se de Lisboa uma nau, indo a bordo o coronel Alvaro Sanches de Brito, encarregado de expulsar o inglês, o que sucedeu.

Depois do morticinio do ouvidor e seus parentes, recebera o governo da ilha Francisco de Oliveira (1728), sucedendo-lhe Bento Gomes Coelho e José da Fonseca Barbosa (1733-1737).

Descobrira-se a urzela e começara uma intensa cobiça do produto, que

ILHA DO SAL

era vendido a navios estrangeiros em Santo Antão, Santa Luzia e nos ilheus Branco e Raso, indo os ingleses a S. Nicolau e Brava. Pensou-se em dar a colheita por arrematação (1740), concorrendo Mateus Dutra e Filipe Balerty & C.ª, que ficou com o negocio. Em 1784 criaram-se as milicias, sendo governador João Zuzarte.

Houve muita fome nas ilhas. Davam-se os escravos por não se poderem sustentar e o milho encarecia de um tostão para quinze.

As autoridades não se entendiam entre si, arrogando-se cada um poderes descricionarios, e os ingleses continuavam pirateando no arquipelago.

Desembarcaram na praia, com gente armada, e o governador, Antonio Mendes Leitão, escorraçou-os a tiro. Uma esquadra de vinte e seis navios, fazendo aguada, deixara ir a terra muitos dos seus tripulantes, que fizeram pilhagens mas tiveram que entregar os roubos.

Passando no porto da Boa Vista, o barco português «Princesa do Brasil», do trato da urzela, e de bandeira içada, foi bombardeado por dois navios britanicos, travando-se combate e sendo os nacionais desfalcados. Roubaram nove mulheres e cento e vinte

(*) Obra do autor: «Os grandes amores de Portugal».

moios de sal. Acabara-se por tomar um dos navios assaltantes, sendo vendido em praça por ordem do ouvidor Inocencio Alvares da Silva, o qual ia de passagem no navio português .

D. João V falecera (1750) e em 1751 finara-se o governador de Cabo Verde, D. Antonio de Eça, indo ocupar o cargo Luiz Antonio da Cunha Eça (1752). O bispo era Frei D. Pedro Jacinto Valente, que foi residir para Santo Antão, receoso do cabido e do clima. Morreu em 1774. Tornara próspera a ilha mas deixara arruinar o paço da Ribeira Grande. Mandou construir várias igrejas.

Apesar do reinado novo, não tinham acabado as desordens e os escandalos nas ilhas que tanto tinham custado a descobrir e a manter.

A Companhia do Grão Pará e Maranhão — Por aquele tempo (1757) entregou-se o arquipelago á Companhia do Grão Pará e Maranhão, sendo governador Manuel Antonio de Sousa Meneses.

Logo foram nomeados administradores privativos dos concessionarios: Sant'Iago, João Pereira da Silva; Fogo, João Amaro; Brava, João Pedro Serra; Boavista, Aniceto Antonio Pereira; S. Nicolau, José Antonio Dias; Santo Antão, Luiz Antonio Silva.

A ilha de Santo Antão pertencia á corôa desde 1759, visto ter sido justiçado com sequestro de bens o seu donatario, duque de Aveiro, irmão do fidalgo que a hipotecara aos ingleses.

Prosseguimento das desordens — Em 1761, o governador Marcelino Pereira de Avila tomou posse, mas faleceu, ficando a Camara com a governação. No ano seguinte assassinaram João Vieira de Andrade, ouvidor da Praia, sucedendo Antonio de Barros Bezerra e Oliveira. Tinham-no atacado negros vadios, por ordem do capitão-mór João Freire de Andrade. Assim rezavam os autos, nos quais se inculpou muita gente que ainda em Lisboa lançou vasta luz sôbre o crime, indo o ouvidor João Gomes Ferreira inquirir e descobrindo ter sido o mandante daquele atentado o dr. Barros Bezerra, que ocupava o lugar em que servira o assassinado. Depois envolvera no acto os seus inimigos. Condenado á morte arrastado á cauda dum cavalo, sua cabeça devia ser exposta num poste na cidade da Praia.

Era um autentico bandido, o magistrado, pois até tentara envenenar várias pessoas.

Seus apaniguados, capitão João Coelho Monteiro, sofreu pena de morte, dizendo-se ter morrido inocente, bem como Manuel José. O capitão da Praia, Gabriel Antonio Cardoso, degredado para a India, teria sido, tambem, alheio ao crime, assim como o escrivão Francisco Rodrigues Guerra e ainda João Romano da Silva.

Bartolomeu de Sousa Brito e Tigre foi nomeado governador (1764) mas entrou logo em questão com o ouvidor João Gomes Ferreira.

Começaram as prisões de diversos individuos fugidos e entre eles uns conegos. Acusavam-nos ainda da morte do ouvidor.

Tambem houve muitas queixas contra o novo governador, que foi demitido (1764) sucedendo-lhe D. João Jacomo de Brito Baena, o qual faleceu um ano depois.

Flagelos do arquipelago — Começaram os capitães-móres de Cabo Verde a residir na vila da Praia, conforme mandava o alvará de 14 de Agosto de 1652, estendendo-se esta ordem aos bispos. Nomeado para o governo da provincia Joàquim de Salema Saldanha Lobo (1769), tentou debelar as grandes fomes que assaltaram o arquipelago (1770-73) e faleceu em 1776, ficando a governar uma Junta.

Aquela indigencia provinha da perda das sementeiras, em virtude de não chover, o que, de resto, é um dos flagelos destas ilhas. Acudira o ministro da Marinha, o notavel Martinho de Melo, enviando galeras carregadas de víveres e com os navios seguiam as ordens bem expressas de guardar os mantimentos em bons armazens, com sentinelas, sendo as chaves entregues a pessoas dignas de responderem pelos extravios, não nomeando clerigos nem frades.

Deram-se mais providencias, mas a fome originava assaltos e tumultos e cenas tragicas. As autoridades, no Fogo, faziam extorsões, sendo o principal culpado o sargento-mór Jorge Henriques, o qual até facilitava o contrabando aos ingleses.

Um frade, Pedro Valongo, conluiado com o ouvidor Gomes Ferreira, desacreditava o governador Saldanha Lobo, que disto se queixava, expulsando-se o reverendo, ido ali com o fito no negocio.

A mortandade fôra terrivel: Sant'Iago, mais de duas mil e quinhentas pessoas; Santo Antão, para cima de cinco mil; S. Nicolau, mil; Maio e outras, quinhentas. Só nesse ano de 1774 se trocaram cento e trinta e seis escravos por mantimentos.

Tambem se condenaram os conegos que tinham contribuido para a ruina do paço episcopal, sendo sequestrados os bens do espolio do bispo D. Pedro Valente, do chantre Inacio Martim Gordo e do conego Gregorio Freire de Andrade.

Durante o periodo da fome deram-se cenas de antropofagia, sendo culpadas do maior numero delas uma Madalena Sanches, natural de Sant'Iago, que matara seis pessoas, comendo-as de sociedade com dois cumplices.

Incendiaram-se trinta e quatro casas, depois de roubadas. Deram-se mais atentados daquele genero. Era a loucura. O governador solicitava colonos açoreanos, não querendo mais negros.

Chegara-se a vender, como escravos, pessoas livres, sendo enviadas para Caiena, donde o governador as devolvia pelo capitão Jerodin, a bordo do «La Jeune Victoire». Eram vinte e um, que tinham sido trocadas por mantimentos. O capitão-mór de Maio é que fizera o negocio.

A Companhia do Grão Pará em vez de auxiliar espoliava.

O governador muito se debatera no meio da crise, morrendo em Sant'Iago, na propriedade de Bom Pau. Fôra honradissimo, mas o governo da metropole não correspondia á sua hombridade. Falecera ao ver contrariada a sua justiça.

Por este tempo morreu D. José I (1777), e o primeiro governador de Cabo Verde, do reinado de D. Maria I, foi Antonio do Vale de Sousa Meneses, que governou até 1781. Durante o seu governo liquidou-se a Companhia do Grão Pará e Maranhão, contra a qual todos protestavam, formando-se á do Comercio Exclusivo (178). Aquela deixara tudo ao abandono e praticara latrocinios até á Guiné. Não tinha cumprido o contrato de reparações nas fortalezas.

Duarte de Melo da Silva Castro e Almeida assumiu o governo (1781), sendo o bispo Frei Francisco de S. Simão. Nas aguas da Praia bateram-se os navios ingleses de Johnston contra os franceses de Suffren, sem a menor atenção pelo dominio português. Por morte do governador, tomou conta do poder o prelado (1782), o qual se fez acompanhar pelo naturalista ilustre João da Silva Feijó, que percorreu diversas ilhas, sôbre cujos produtos deixou notaveis «Memorias». Era brasileiro e oficial de engenharia, botanico, matematico e seria socio da Academia Real das Ciencias. Ocupou o cargo de secretario geral de Cabo Verde. Contava vinte e dois anos quando ali foi. Descobrira-se o sene, produto de valor. O sabio era, porém, indesejavel, pois não pagava os fretes dos navios que alugava, exigia honrarias a que não tinha direito, traficava; enfim, não convinha ao serviço do reino donde o mandaram estudar a flora e a mineralogia do arquipelago.

Em 1784 tomou conta do governo Antonio Machado de Faria e Maia e dois anos depois liquidavam as Companhias.

O vulcão da ilha do Fogo entrara em erupções (1785).

CAPITULO V

A VIDA COMERCIAL

Os esclavagistas — Desordens no arquipelago
Transitoria capitania geral

A escravatura e o arquipelago — O trabalho das Companhias privilegiadas consistira no transporte de escravos, a mais apreciada mercadoria do golfo da Guiné — onde se julgara encontrar minas auriferas em largo territorio e que dava o «oiro preto», gente metida em trabalhos horriveis mas considerada fóra da humanidade.

Eram aqueles negros o produto das caçadas e das guerras; vendiam-se os vencidos ou os homens e mulheres, com as respectivas crias, apanhados nos aldeamentos. Havia especialistas nesta tarefa e uma má sorte atingira a raça negra desde que se vira ser de parco rendimento o trabalho dos denominados «indios ocidentais», que não dispunham das qualidades de fôrça e submissão da raça escravizada em Africa.

Era ela que, tendo formado o fulcro da colonização caboverdeana e de S. Tomé, ia abastecer de produtos, ganhos para os amos, com seu suor, os territorios imensos das conquistas espanholas da America e do Brasil, onde, um dia, o espirito de independencia de alguns escravos portugueses devia criar a primeira republica de negros: a de Palmares, acabada na maior das epopeias de sacrificio.

Os barcos carregavam a mercadoria e conduziam-na como se fôssem irracionais cuja vida tinha um preço, sucedendo não haver modesto empregado naquelas terras novas que não possuisse um desses desgraçados. Trabalhavam nas minas de oiro e pedrarias na mais cruel das sortes, porque por sua mãos passavam imensas riquezas, das quais só aproveitariam num caso.

Todo o cativo que encontrasse um diamante de dezassete karats — o karat é um peso de 20 centigramas — ou que os sobrepassasse, era imediatamente solto e alforriado. Isto equivalia a um milagre, visto não abundarem tais gemas.

Tratados pior que animais domesticos, muito diferentes dos cães, sempre amimados, eles representavam os limos da raça humana, a escoria social, sendo mercadoria enriquecedora de muitos audaciosos que, antes da organização daquelas Companhias e ao cabo da sua existencia, iam aos tratos da Guiné, em busca de trocarem «oiro preto» por vinho, aguardente, panos, polvora e até armas, e a Cabo Verde, procurá-los no entreposto, apreciando mais do que ao anil, a urzela, o sene, recentemente descoberto, o gado humano de mais incomparavel valor que o ali em pascio.

Era fatal a existencia dos negros. Raramente encontravam bons pâtrões que os alforriassem. Espancados, com a obrigação de trabalhar sem outra soldada além da comida e abrigo, por vezes encontravam, nas casas fidalgas de Portugal, alguns cuidados.

É certo, tambem, que certos cativos, de mais vivo genio ou impelidos pelo sofrimento, se revoltavam, vivendo porém a maioria em submissão sem par. Os cães, ao serem batidos, ladravam e até acometiam; eles subjugavam-se mesmo aos maus tratos dados por crianças. Seu sangue corria sob as varadas, o látego, o chicote pitado, mas tambem a raça, inconscientemente, se vingaria, ao misturar-se, pela lascivia dos amos, na grei, que de-

cairia sob os perversos abraços de aliança sensual.

A urzela — Cabo Verde dava mais aos exploradores a urzela, que se ia buscar aos pincaros. Os escravos faziam este trabalho como todos os outros, sobretudo os mais vis, e opulentavam, deste modo, a fazenda dos amos.

A planta nascia ao acaso nessas ribas e a colheita fazia-se á larga, por conta das Companhias e depois pela arrematação.

Tambem lidavam nas salinas das ilhas do Sal, Maio e Boavista, cujo produto, sendo de excelente qualidade, tinha grande procura nos mercados, havendo algum cristalizado, de maior preço, natural e esplendido, a nascer no norte desta ultima região. A população baixa entretinha-se no cultivo dalguns produtos agricolas ou no seu comercio, para alimentar estes trabalhadores das marinhas.

Igualmente as ilhas produziam algodão, anil, tabaco e sene, mas o seu grande negocio era o da urzela. A certa altura faltavam os braços no arquipelago, visto serem melhor pagos no Brasil, exactamente quando ali se ia introduzir uma nova riqueza: a planta do café.

Havia hortas e pomares, arvoredos que muito bem se davam no terreno, destacando-se, entre elas, as laranjeiras, limoeiros e coqueiros, cujos frutos serviam para dessedentar os habitantes.

A ilha de S. Nicolau era a primeira onde se ia fazer a experiencia da plantação do café (1790), seguindo-se-lhe a de Sant'Iago, e que deveria dar bons resultados, embora não fôsse muito cuidado o seu cultivo.

As pugnas — O governador Faria e Maia fôra recebido bem, mas, ao cabo de pouco tempo, já a população de Sant'Iago se queixava de suas vesanias. Dizia-o doido, obsceno, déspota, chegando a prender todos os vereadores da Camara e ameaçando-os de morte.

Com os proprios militares era inconveniente, chegando a dar baixas de posto a alguns oficiais, só para receber os seus emolumentos.

Estavam desterrados na Boa Vista o coronel Freire de Andrade e D. Violante Vieira de Andrade. Na Guiné encontravam-se o capitão Paulo da Silva Rebelo e Candido de Almeida Spinola, o qual se queixava de estar em tal degrêdo porque, sendo esposo duma formosa mulher, ela agradava ao governador, que a desejava possuir, como já obtivera as graças da consorte de Antonio José Baptista.

Além disto praticara outras proezas indignas de sua autoridade. Prendera um padre franciscano e remetera-o para o reino.

Eram muitas as acusações que queriam sindicadas, mas algumas nasciam da antiga politica dos partidos que acaudilhavam os Freire de Andrade, inimigos do dirigente supremo de Cabo Verde, que Martinho de Melo, o ministro do ultramar, tinha por energico, sendo bem necessaria aquela qualidade, ao que parecia. Apesar de tudo, foi demitido, recebendo, ao mesmo tempo, ordem para bem acolher o navio do francês de Vallengue, ao que ele replicou serem os estrangeiros muito contrarios aos hibitantes das ilhas, aos quais prejudicavam, e citava alguns exemplos, sendo o principal as desordens provocadas por barcos da republica da America. Sabia-se, porém, que alguns destes navios tinham carregado mercadoria sem direitos, na ilha do Sal, preferindo este produto, ao que ele redarguira: «Parecia que estas ilhas não pertenciam á Corôa de Portugal, as quais, incluidas as Desertas, Sal, S. Vicente e Santa Luzia, eram mais disfrutadas pelos estrangeiros, devido á insignificancia das feitorias e má administração da fazenda real».

Os americanos mostravam grande preferencia por Cabo Verde, belo porto de sua escala, deixando, porém, ali poucos lucros.

Em 1789 nomeara-se para o governo Francisco Teixeira Carneiro, que chegou em 18 de Janeiro de 1790.

Começara por inspeccionar a tropa, encontrando-a descalça, esfarrapada e sem armamento.

Assim, quando tal espectaculo se deparava, recebia ordem de melhorar o ordenado do governador, que passava a receber um conto e seiscentos.

Introduzira-se a cultura do café na ilha, por mão de Antonio Leite; criava-se o exclusivo da urzela e dos mais direitos para as cargas de escravos da Guiné.

Um dia ancorou na Praia a galera

americana «Delphim», do comando do capitão Parker, sob a bandeira francesa e com alguns oficiais desta nação, os quais deviam demorar-se dois meses em Sant'Iago. Iam para o Rio de Janeiro, para serviço de Portugal e aguardariam ali outro navio. Na ilha de Maio fundeara outro bergantim da França e dizia-se que houvera ordem para se construir a fortaleza.

O governador dispôs-se á defesa e as barcas desancoraram.

Chegaram os deportados da conspiração de Minas Gerais, drs. Domingos Vidal Barbosa e José Resende da' Costa.

Pedida a demissão do governador, que se dizia farto do cargo (1793), devia-se algumas atenções á sua obra, pois reorganizara a tropa e fizera varios melhoiamentos, sendo, todavia, alvo dos partidos, que sempre se levantavam contra eles.

O novo governador chamava-se José da Silva Maldonado e Eça, o qual solicitou logo para lhe tirarem a jurisdição que lhe competia sôbre os governadores das diversas praças da Guiné, visto não lhe obedecerem. Sòmente ao dar-se-lhe de novo autoridade se lhe tirava o direito de receber em Cabo Verde os direitos dos navios que carregavam na Guiné.

Morreu pouco depois, assumindo a governação a Junta, composta pelos coroneis João Freire de Andrade, o degredado da Boa Vista, e Francisco da Silva Pereira, devendo fazer parte dela o bispo D. Frei Cristóvão, que residia em S. Nicolau.

Marcelino Antonio Basto sucedeu a este governo (1796).

A má administração local continuava de tal modo que se negou sempre obediencia ás determinações governativas, mercê do poder judicial se lhe julgar superior, ligando-se com os descontentes.

As fortalezas continuavam a desmantelar-se. Não se pagava, por vezes, aos capitães-mores de diversas ilhas e até os frades se revoltavam contra os superiores, a ponto do novo governador ter que mandar alguns presos para o reino.

Tentativa de organização — Organizara alguns terços; verificou a produção do arquipelago, repartiu terreno pelos duzentos e trinta e dois colonos de Santo Antão e começou a organizar alguns trabalhos. Concluira o cais de Boa Vista; foi accionando a agricultura e tratando da defesa de Sant'Iago, a fim de fazer a defesa do territorio contra os franceses, nesse tempo em luta contra Portugal, Inglaterra e Espanha em nome dos principios da grande revolução de 1793.

O inimigo invadiu a ilha Brava (1798), fazendo o saque, ao qual não se puderam opor os habitantes, por falta de armas, conforme relataria o capitão-mór Emilio José do Vale. Já tinha vindo da ilha do Fogo na mesma atitude. As autoridades fugiram na Brava, sendo presas algumas delas e até o capitão-mór, isto em virtude de devassa.

Era o periodo dos corsarios.

A guerra em que se envolviam os povos da Europa, amparando os choques da republica francesa, permitia os ataques e lançavam-se os piratas, como nos tempos de Dougay-Trouin e de João Bart, sôbre as colonias dos inimigos ou sôbre aquelas que, como as portuguesas, estavam pouco defendidas.

As ilhas de Cabo Verde eram muito cobiçadas e a fama do abandono em que se encontravam atraíam os pilhantes, mas já se organizara, em parte, a resistencia.

O governador ia tratando de desenvolver a agricultura, arando-se as terras; povoava Santo Antão e Santa Luzia e mandava fazer plantações.

Uma esquadra britanica, do comando de sir Carlos Hamilton, ordenara a evacuação da Goréa, ao que obedeceram os franceses. Isto representou um grande auxilio para Cabo Verde, que ia fornecendo o salitre, em que era rica, para se fabricarem polvoras.

Em 1803 era governador D. Antonio de Lencastre.

Mudara muito a vida europeia. Surgira, como um portentoso genio da guerra e da politica, o general Bonaparte, que, tendo passado a primeiro consul da republica francesa, se coroaria imperador, num lance teatral. As velhas dinastias apavoravam-se. Portugal entraria em luta contra ele ao lado da Inglaterra (1807).

As ilhas de Cabo Verde não deviam estar no plano de ataque dos franceses, muito vitoriosos em terra, enchendo a historia de grandiosos feitos. O mar não era o seu melhor lu-

gar de acção. Daí um sossêgo relativo, por banda dos inimigos externos, no arquipelago, onde o novo dirigente buscava artelhar a Praia, sem que lhe enviassem os recursos necessarios para o fazer.

O capitão-general — Ia estando ali enquanto a Europa se batia numa terrivel guerra. Em 1807 solicitava do principe regente D. João, que ia para o Brasil, a mercê de alçar a capitania geral o seu cargo, o que lhe foi concedido.

A nau «Principe Real» ancorara em S. Vicente; sua alteza estava a bordo, foragido da invasão francesa no seu reino. Fez-lhe a promessa e o decreto de 26 de Março de 1808 garantia-lhe a capitania geral, de que só tomou posse em 4 de Março de 1810.

O novo bispo, Fr. D. Silvestre, condenava, deste modo, os que deviam lidar na sua diocese, desejando, por isso, acabar com a catedral caboverdeana. Não havia quem fôsse capaz de tomar ordens; o prelado vivia noutra ilha e o cabido censurava-lhe os designios, porque a «ignorancia, que o domina, é atrevida»; os que vêm do reino «são uns vadios, no princípio fingidos e depois petulantes sem a ciencia da religião mas de má índole».

Ia-se armando a tropa.

Como a côrte estava longe, pensava-se alterar o trienio dos governos, mesmo porque a Camara solicitava do principe para dobrar o tempo de gerencia do capitão-general, enaltecendo-lhe uma suposta obra.

Era ele quem impelia os vereadores a levantarem-lhe o nome. Por sua vez, louvava os ministros e a sua alteza.

Organizara-se a milicia em todas as ilhas, porém, apesar de grande quantidade de salitre, que lá existia, não tinham polvora para os combates a dar, se o inimigo qe aproximasse.

A fragata «Urania» batera contra um baixio e naufragara, numa tarde de muita calma, salvando-se toda a tripulação e parte da carga. Alguma artelharia ficara na ilha, tendo desembarcado mais peças e munições dos outros navios da esquadra, que eram o «Destemido», «Nelson», «Pombinha» e «Alegria Constante». O capitão da «Urania», Silva Pacheco, embarcou na «Nelson».

Tinham-se complicado as coisas na Guiné e houvera um grande motim em Cabo Verde, na Ribeira Grande (1811), visto o povo não querer pagar tributos. Como o capitão-mór, Silva Cardoso, tivesse mandado fazer prisões, a multidão assaltou a cadeia e, ferindo oficiais e soldados, libertou-os. Colocara-se á frente dos rebeldes o juiz Coelho de Mendonça, o qual foi tido como cabeça de motim. Refugiou-se o povo nas montanhas e dispôs-se a resistir, exactamente quando o capitão perdia a confiança nos soldados. Cumpliciaram-se com o povo os conegos Matias Varela e Serafim Spinola; Manuel Lopes Carneiro, cirurgião; Domingos Gomes e Desiderio Lopes, que foram mandados, sob custódia, para o Rio de Janeiro.

Ali, os capturados, acusaram o governador de latrocinios, de aumentos de impostos, de autor de vexames; comerciava, contra a lei estatuária, que lho proibia, chegando a abrir uma loja, na qual era seu caixeiro um francês, de nome Watering, fazendo tudo de combinação com outras autoridades e entre elas o ouvidor geral, Leandro da Silva, o qual chegava a mandar punir com palmatoadas os que incorriam em qualquer delito, sem se lhe importar as categorias dos castigados.

O governador defendia-se atribuindo a desordem das ilhas ás «hordas de desalmados, escoria e podridão do genero humano que de Lisboa não cessam de enviar para aqui! Entre os quais vêm monstros que têm assassinado á facada os proprios pais».

Realmente, deste modo, com semelhante materia prima, ser-lhe-ia muito dificil organizar a ordem. Para demais, acrescentava que os colonos «destruiam as ferramentas para não trabalharem».

Era a desordem em todos os ramos. Faltavam paramentos e acessorios religiosos nas igrejas.

De Lisboa mandara-se um batalhão, comandado pelo tenente-coronel Lucas de Lena. Levava nas fileiras praças castigadas nos diversos regimentos.

Novo governador e regresso do antigo — Embarcaram no «Perola» com o novo governador, Morais e Castro (1812), e um sindicante para a obra de D. Antonio de Lencastre.

Constantemente se faziam estas no-

meações de magistrados, destinados a averiguar dos erros imputados a quasi todos os dirigentes da colonia.

José Pedro de Lemos, que ia nesta tarefa, acabara a declarar ter sido a revolta obra do governador, ao impor aquele tributo, que o povo não podia pagar, pois até aos mendigos obrigava, bem como ás viuvas, por mais pobres, devendo esportular por cada filho, como cada amo por seus criados, desde mil e seiscentos a vinte e quatro mil réis.

No cofre da provincia estavam apenas dois contos de réis, isto ao cabo de quasi dez anos de governo.

O regente D. João socorreu Cabo Verde com muitos generos, enviados do Brasil, porque a fome, de novo, dilacerava as populações.

Ao cabo de dois anos de superintendencia daquele capitão-general, foi mandado tomar conta da colonia o que tanto fôra acusado. D. Antonio Coutinho de Lencastre dirigira-se ao Rio de Janeiro, onde obtivera de sua alteza a mercê do regresso. Instalou-se (1814). Dispôs-se a sindicar os acontecimentos de Cacheu, para cujas averiguações nomeou Cunha Goodolfim com a patente de governador.

Como houvesse lutas nas Americas espanholas, que se batiam pela sua independencia, de quando em quando apareciam corsarios sôbre Cabo Verde, isto em virtude da politica que D. Carlota Joaquina dirigia, ao manifestar-se contra os partidarios de Artigas, que tomara o comando da insurreição.

Com o início do reinado de D. João VI (7 de Abril de 1817) nomeou-se capitão-general dos Açôres a Francisco Cavalcante, que recusou, indo tomar conta do cargo Antonio Pusich, natural da Ilysia, e que, entrando ao serviço de Portugal, ocupara o cargo de intendente de marinha, no arquipelago, sôbre cuja vida escrevera algumas «Memorias». Nomeado capitão-general (1818), tratou, desde logo, da nomeação do seu futuro genro, Joaquim Antonio de Matos, para o governo de Bissau e João Pereira Barreto para o de Cacheu, visto a Guiné lhe estar subordinada. Iam realizar ali largos negocios, sobretudo de escravos.

Construiu a fortaleza de S. Nicolau, mandou recompor a igreja da Boa Vista, onde imaginou fazer o porto. Os corsarios prosseguiam nos seus ataques, que ele defendia, sem que fôsse coadjuvado, pois comprovou-se a má vontade de alguns oficiais nessas pugnas.

Pretendeu-se transferir a capital do arquipelago para qualquer das ilhas. Ele pronunciava-se por S. Nicolau; depois pensou-se em S. Vicente, no que não concordou o governador, que ia ser demitido, em virtude dos acontecimentos na metropole, onde uma revolução (1820) acabara de transmudar a politica.

CAPITULO VI

NO PERÍODO LIBERAL

As pugnas e as revoltas — Conflitos entre partidistas Ambições e desmandos

O liberalismo no arquipelago —Rebentara no Porto o movimento constitucional, que vencera, e em Cabo Verde foi aclamado o novo diploma muito depois de se ter notícia da vitoria.

Iniciou essa proclamação, na Boa Vista, João Cabral da Cunha Goodolfim (21 de Março de 1821). Explicava a origem da sua atitude não pelo desejo de mandar mas pelas «violencias e despotismos feitos á minha pessoa pelo déspota governador estrangeiro, Antonio Pusich». Atacara-o em virtude da eterna questão dos partidos, visto ele se pronunciar por Manuel Antonio Martins, que o governador detestava.

A Constituição era, pois, alçada em virtude duma briga.

Mas o comandante militar de Sant'Iago, a quem dirigira o ofício com agudas notícias, mandava-o para o governador, não querendo cumplicidades. Chamava-se Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos.

Convocou-se a Camara e o cabido, manifestando-se pelo governador, e entre festas militares e religiosas se repetiu o juramento de fidelidade a D. João VI.

Considerou-se insubordinção o acto do reconhecimento do governo vintista, praticado por Cunha Goodolfim. Acabara-se, porém, reconhecendo a Constituição, desde que el-rei a adoptara.

Antonio Pusich foi demitido.

Devia suceder-lhe Luiz Inacio Xavier Palmeirim, general, que recusou assumir o cargo.

Não era liberal. Preferiu dirigir-se ao Brasil, indo para Cabo Verde (1822) João da Mata Chapuzet, chegando á capitania em 1823, 11 de Fevereiro.

Levedava uma revolução. Diversos individuos pretendiam que o povo se manifestasse para unir o arquipelago ao governo brasileiro.

Eram chefes desse movimento o capitão-mór da Praia, Pereira de Carvalho e Sanches Pereira, major de cavalaria, os quais foram deportados para a Praia e Fogo.

Chegara a audacia dos que pretendiam praticar na ilha todos os desmandos a levarem uma guarda de três soldados, que amarraram, para bordo dum barco inglês, a fim de poderem dar fuga a alguns degredados.

O governador mandou seguir um brigue, o «S. Manuel», na esteira da «Swigt», com que se praticara o rapto, e ao chegarem á Maio não viram a embarcação, a qual ia consignada a Samuel Hodges, que se declarava consul americano e era um atrevido contrabandista. Acumulava o consulado com a prevaricação e ficou impune.

Foi aclamada a Constituição, em definitivo (4 de Junho de 1823), mas Cabo Verde seguiria a sorte da metropole em materia politica. Manuel Antunes Martins tivera grande parte nesses primeiros actos, o que D. João VI lhe mandou agradecer.

Continuavam as conjuras a favor do Brasil, que preparava a sua independencia, querendo-se Cabo Verde na sua ordem de ideias. Na Praia, um rico proprietario, Gregorio Freire de Andrade, conseguia deter a revolta, chefiada por Manuel Francisco Coxo.

Deportados nas ilhas — Caira o governo vintista. Começara a gerar-se a luta de ideias que durante tanto tempo pungiria Portugal. O infante D. Miguel, depois do movimento da Vilafrancada, tornara-se o árbitro, guiado por D. Carlota Joaquina, e houvera um grande entrechoque em que se vitimaram os liberais.

O poeta madeirense Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, tabelião no Funchal, fôra preso, por suas convicções, e deportado para Cabo Verde, em virtude de determinação da Alçada. Condenavam-no a oito anos de degrêdo, com diversos correligionarios, e não chegou a cumprir a pena, pois morreu no degrêdo em 1824. Acompanharam-no na desdita a esposa e oito filhos pequenos. Suplicava o seu perdão em verso, mas nem assim o atendia el-rei, por sua vez, coagido a obedecer aos assaltantes do poder.

João da Mata Chapuzet arranjava diversas maneiras para poder fazer melhoramentos na Praia e na Maio, e, como era liberal, protegera o poeta condenado, dando-lhe o cargo de oficial na secretaria do governo, que pouco tempo ocupou.

Já ali existiam membros da sua familia e foi talvez este o motivo que levou a Alçada a mandá-lo para o arquipelago.

Debalde o governador insistia para que lhe pagassem como capitão-general. Respondia-se-lhe que tal cargo fôra concedido apenas a D. Antonio de Lencastre, pela especial mercê de sua alteza, quando da sua passagem para o Brasil.

Aquele arquipelago, que se procurava desenvolver, era um foco de tremendas intrigas. Debalde se tentaria organizar, em pé de seriedade, a acção governamental. Dir-se-ia que um mal imenso — o do clima e o da imoralidade social — era o gigante demolidor de todas as energias e boas intenções.

Domingos da Costa Lima, cirurgião-mór das ilhas, seduzira a esposa do governador, D. Felicia Mariana Chapuzet, e o marido ofendido, ao queixar-se ao ministro, Monteiro Torres, dizia, na retorica da epoca, que ela «enlutou com o crepe do oprobio, o leito conjugal». Parece que era mais nova que o queixoso, o qual a protegera quando orfã. Sendo sua parenta, tornara-a conjuge.

O clinico era recebido, pela amante, quasi escandalosamente, até que um criado contou tudo ao amo. A ultrajadora foi mandada para a ilha de Maio, partindo para a côrte um ajudante do marido enganado, sendo portador dum memorial no qual pedia a real clemencia «para isentar a adúltera das rigorosas penas que provocou por seu delito»

Conquanto ao sedutor, mandou-o preso para Cacheu. O ministro não achou bem esta decisão, só desculpavel, pelas «aflitas circunstancias em que se encontrava». Enquanto á pecadora, naturalmente ainda amada, visto aquela súplica de perdão, mandava-se seguir o processo.

O marido continuou no cargo, o que devia tornar-se escandaloso, sendo seu sucessor no mando Caetano Procopio Godinho de Vasconcelos (1826), em cujo trienio se fundou o presidio de Bolor, na Guiné, e foi proclamado rei D. Miguel I (1828).

Seguiu-se-lhe D. Duarte da Costa Sousa Macedo (1830), até que, vencedor o regime constitucional (1833), tomou conta das ilhas um prefeito, Manuel Antonio Martins (1834).

Uma fome mais intensa do que as anteriores, e á qual mal se pudera acudir com grandes elementos, assolara o arquipelago (1831) e sem os socorros dos Estados Unidos teria havido maiores desgraças em Santo Antão e S. Nicolau.

Enquanto os dois exercitos se batiam na metropole, o governador, D. Duarte, ignorando as vitorias constitucionais, ia estando no seu posto, pois já triunfara a causa da rainha e ainda ele enviava relatorios ao ministro de D. Miguel, conde de Basto, contando-lhe a miseria desesperante da colonia.

Este governador foi deposto, por uma junta constitucional, partindo para a Gambia inglesa, mas já estava nomeado, para o lugar, D. José Coutinho de Lencastre, que não chegou a tomar posse por tambem ser miguelista.

Em Setembro de 1833 é que se instituiu a Junta Governativa, com Antonio de Brito do Lago, ouvidor geral, e Gregorio Freire de Andrade, coronel de milicias, abrindo-se logo conflito com o abastado Manuel An-

tonio Martins, a quem caberia, depois, a prefeitura. É que ele mandara milho para os indigentes, o qual lho deviam pagar como pudesse ser e a Junta mandara vendê-lo e não lhe dera o dinheiro.

Os principais elementos miguelistas foram enviados para diversos pontos do arquipelago. Eram eles Vicente Neves, Cardoso de Figueiredo e Melo, Bernardo Joaquim Pinheiro, todos militares.

O Constitucionalismo — O governo constitucional recebeu da Junta Governativa de Cabo Verde um relatorio bem pormenorizado acêrca da terrivel situação da colonia.

Era uma verdadeira calamidade. Tratou-se de reexpedir para o reino os deportados. Ficaram lá alguns em cargos que ocupavam.

Fôra nomeado para secretario geral da provincia José Joaquim Lopes Lima (*), que, sendo literato e oficial de marinha, ambicionava, com justas razões, os lugares proeminentes nas colonias.

Portuense, atrevido e audacioso, escrevendo bem, muito erudito, dedicara-se a enaltecer o liberalismo e, sendo obrigado a emigrar, batera-se nas linhas do Porto quando o imperador desembarcara com as suas tropas no Mindelo. O panfletario não podia ser um bom organizador. Violento por indole, não correspondia á energica forma de seus escritos quando era necessario actuar.

No entanto, era temido. Aproveitava-se-lhe o engenho e, ele, dedicando-se ás coisas coloniais, sentia-se apto a ocupar os primeiros cargos, quando melhor fôra aproveitar só as suas qualidades superiores de polemista e o formidavel capital de conhecimentos adquiridos.

Ligara-se muito com o prefeito de Cabo Verde, Manuel Antonio Martins, e era ele que expunha ao governo a situação da colonia.

Como homem de confiaça dos vencedores, confiadamente, se lhes dirigia.

O magistrado superior, conhecendo, por grande prática, as ilhas, começara a aplicar-lhes o sistema que julgava mais proprio para o seu desenvolvimento. Sobretudo a agricultura merecera-lhe muitos cuidados, excedendo no que dizia respeito á plantação do café. Tornara-se um autêntico paladino desta enorme riqueza.

Acudia ás populações; fizera prodigios para os progressos do arquipelago e na ilha do Sal soubera encaminhar o povo para a verdadeira fonte de riqueza do territorio: as marinhas.

Fôra homem do mar e daí a fôrça e impeto de que dispusera sempre. Deixara-se ficar na região onde o acaso o levara como comandante dum barco. Entrevira a opulencia. O solo podia enriquecê-lo e começou a explorá-lo, com fé e vontade, as duas grandes condições de êxito. A ilha do Sal deslumbrava-o; avaliara a beleza do produto e avaliara-lhe os resultados. Fizera exploração; agricultara. Promovera as criações de gados. Matrimoniara-se na ilha e a ela se dedicara, no meio das invejas e das lutas, até que conseguira o maior lugar, tendo a seu lado o talentoso e expedito Lopes Lima.

Trabalhavam numa profunda reorganização, ante a qual se detiveram os velhos inimigos, no começo do regime, mas voltando, pouco depois, ao ataque, no qual envolviam o secretario geral, que, por suas atitudes, era pouco simpatico. As acusações começaram. A cultura do café era tratada como um crime; juntavam-se queixas de suas arbitrariedades, dizendo-o tão cheio de ambições «que se dependesse unicamente dos planos dele, já seria o rei da ilha».

O secretario geral conduzia-se a seu modo, na sua qualidade de mais talentoso, e, tendo marcado a sua posição de liberal, procedia ao contrário, metendo-se na politica tumultuosa que melhor o poderia servir, como a dos Cabrais.

Acabara-se com as milicias e com a tropa que ali estava, pedindo para se mandarem novos contingentes do reino, o que levantara protestos entre os militares já habituados á vida do arquipelago.

Chegaram os soldados do 21 de infantaria. Eram miguelistas e açoreanos. Comandava-os o tenente-coronel Antonio Peixoto da Gama e intitulavam-se, aquelas fôrças, batalhão provisorio de Cabo Verde.

(*) Autor de trabalhos de valia, entre os quais os «Subsidios para a Historia das Possessões Portuguesas».

Proclamação de D. Miguel I — O sargento José Pedro Lopes revoltou a unidade aos vivas a D. Miguel (22 de Março de 1835). Promoveu-se a major, prendeu oficiais e varios pedristas da Praia, tendo as autoridades conseguido fugir, bem como um alferes e dois sargentos do batalhão.

Manuel Antonio Martins viu chegar á sua presença o chefe rebelde com mais três soldados, que se tinham agaloado, obedecendo o prefeito ás intimações do ousado miguelista. Queriam a urzela livre; todos os agricultores seriam obrigados a trazer-lhes os generos do seu cultivo para sustento da tropa, sem o que seriam fuzilados; deviam ser pagas todas as dividas á Fazenda, dentro de vinte e quatro horas, e as lojas tinham que abrir suas portas.

Na noite de vinte e dois de Março, o cabo Antonio Tavares Machado, promovido a ajudante, colocou-se á frente dum pelotão e foi buscar os oficiais á cadeia. Amarraram-nos e conduziram-nos para a Cruz do Cemiterio, onde fuzilaram, ás ordens de Antonio Franco, sargento intitulado de alferes, o tenente Francisco de Sousa, o tenente-coronel Peixoto e Gama, os outros oficiais Joaquim Nicolau Mascarenhas, Manuel Bento Damaso, José Antonio da Silva Sanches, os sargentos Luiz Ferreira da Cunha e Manuel da Rocha. Aquele, ficando apenas ferido, escapou-se, bem como os seus camaradas José Antonio Serrão e José Duarte Silva, que o cabo Raposo desalgemara no caminho para o suplício.

No dia seguinte, o prefeito foi intimado a nomear uma regencia, ficando ele, Manuel Antonio Martins, em presidente.

Tentava o sargento, José Pedro Lopes, realizar parte do que tinham praticado, nos Açôres, os partidarios de D. Pedro.

Organizou-se o saque, após uma proclamação vibrante, na qual era vitoriado o prefeito, adesivo á vitoria. Aprisionaram-se navios, o «Santa Teresa» e «Maria», sendo nomeado comandante desta o francês Roger, que capitaneava o barco «La Belete», fundeado no porto.

Já os que tinham acusado Manuel Antonio Martins, á rainha, organizavam o ataque.

Eram Gregorio Freire de Andrade, Veiga Santos e José Antonio Serrão, os chefes das fôrças constitucionais, que tiveram que recuar ante a furia miguelista.

Sentiram, porém, que não podiam sustentar-se nas posições e embarcaram, fazendo-se ao largo, deixando o prefeito a contas com os vencedores, que o acusavam de cumplice dos rebeldes.

Prenderam-no em casa de Antonio Pereira de Borja, seu confesso adversario, enquanto se organizava a perseguição aos miguelistas, que pretendiam fugir para a America do Norte. Alguns foram presos.

Marcelino Pinto da Fonseca, o major que fugira ante a rebelião, tomava conta do governo militar, instituindo-se, logo, um conselho, de que faziam parte o major Veiga Santos e os alferes Silva Sanches e José Maria de Castro. Inquiridos os factos, julgados os presos, foram sete condenados á morte, mas recolheram á cadeia. De Lisboa não mandavam barcos para os conduzir, a fim de lhes ser aplicada a pena, e pensara-se em os remeter para Bissau, ao que se opunha o governador da praça, Honorio Barreto, que não os queria lá.

Mas sempre foram. Os condenados eram Joaquim José Machado, José Manuel, Martins de Almeida, José Raposo, Manuel Joaquim, Manuel José da Silva e Joáquim Martins, sargentos, cabos e soldados, cabeças de motim, os quais acabaram gozando de liberdade na provincia.

Diziam que o prefeito sempre fôra miguelista, apesar de suas atitudes constitucionais. Foi suspenso e inquirido, tomando conta do governo o juiz Antonio Carlos Coutinho, como conselheiro da prefeitura, enquanto não chegava Joaquim Pereira Marinho, o novo governador (1835).

Lutas partidistas — Joaquim Pereira Marinho era um militar, formado em matematica, que servira na India, em permanencia, como oficial de artelharia. Batera-se contra as hostes de Bunsaló, que o conde de Rio Pardo castigou, e em 1821, após a revolução do Porto, proclamou a liberdade em Gôa, sendo deposto o vice-rei. Quando uma nova Junta governativa, mais condigna com os novos principios, tomou posse do estado, o oficial foi transferido, ou antes deportado, para Alorna.

Passou ao Brasil, depois a Portugal e, em 1835, mercê da sua fama de liberal, foi nomeado governador de Cabo Verde.

Mal tomou conta do cargo resolveu a questão do pagamento indemnizador á familia do subdito francês Dumaige, que tendo sido assassinado na Guiné, e imputadas as culpas ao poderoso influente e comerciante Caetano José Nozolini, embora sem provas evidentes, deu em resultado a prisão deste homem, nesse tempo residente em Cabo Verde.

Fundeara um navio francês, «La Badine», do comando do capitão de fragata Lamoirié.

Como tivessem morrido alguns dos companheiros, que o governador levara de Portugal, este gravissimo caso serviu-lhe para argumento a favor da mudança da capital para lugar mais salubre.

Autorizou, impulsionando-as, três companhias de pescadores, que muito bons resultados haviam de dar.

Era ministro do ultramar o visconde de Sá da Bandeira, grande amigo do novo governador, seu correligionario, ao qual consentia a transferencia da capital do arquipelago da Praia para S. Vicente, onde se fariam os necessarios melhoramentos.

O antigo prefeito Manuel Antonio Martins fôra nomeado conselheiro. Seus escravos e outros, reunidos na aldeia de Monte Agarro, conjuraram para o assassinio dos senhores. Já tinha havido, ha tempos, a morte de dois proprietarios, quando um dos aliciados, dirigindo-se a seu amo, o escrivão Silva Machado, o preveniu de que fugisse, em virtude das combinações entre os negros. Ainda se acudiu a tempo ao terrivel designio. O governador, embora compelido, mandou fuzilar dois dos chefes, sendo azorragados os outros.

A politica do reino reflectia-se, como sempre, nas colonias e Marinho foi substituido por Domingos Correia Arouca, coronel do exercito de Africa (1836). Ao mesmo tempo, o visconde de Sá da Bandeira prevenia o seu amigo para que não saisse de Cabo Verde, visto, se vencesse um movimento preparado — era o de Passos Manuel, a celebrada revolução de Setembro—lhe caberia de novo o mando no arquipelago.

Retirou-se para a ilha Brava e começou a tratar da sua eleição de deputado, ao mesmo tempo que o recém-chegado chefe o mandava partir para Lisboa. Alegou seu mau estado de saude e o outro insistia, pondo á sua disposição o paquete «Algarve», que o devia ir buscar.

Quando o barco levantou ferro já levedava a insurreição nalguns espi-

MAPA ANTIGO DE CABO VERDE
INDICANDO-SE A GORÉA

ritos. O tenente João Gonçalves Puga revoltara o seu batalhão na ilha do Fogo. Chegara a notícia da vitoria do movimento em que os amigos estavam empenhados na metropole. Proclamara-se a Constituição de 1822. Marinho devia desembarcar na Praia quando se vissem luminarias em terra e estralejassem os foguetes. Os oficiais conjurados e o comandante do «Algarve» informavam-no e o navio seguira aquela rota. O governador tentou impedir o desembarque do considerado rebelde e mandou o tenente Pradel ao Fogo com alguns soldados.

O conselheiro Manuel Antonio Martins, ante o conflito, solicitara, pouco patriotica mas habilmente, a intervenção dos franceses da Goréa, por intermedio dum seu filho que lá enviara.

Joaquim Pereira Marinho assumira o governo; Domingos Correia Arouca pretendia desalojá-lo

No Fogo, o tenente Puga, abandonado pelos soldados, fôra conduzido, em algemas, aos pés de Arouca,

A corveta francesa «Triunfante», do comando do capitão Peroune, aparecera para o efeito de auxilio, tendo-se agravado mais o conflito; porém, Marinho foi desapossado, embarcando em direcção ao Senegal. Dentro em pouco instalava-se em Bissau, com o seu poderoso amigo Honorio Barreto, aguardando acontecimentos que se produzissem no arquipelago, como sempre agitado pelas politicas das familias preponderantes.

CAPITULO VII

O RENASCIMENTO

Do esclavagismo à liberdade — Obras de fomento
Os governadores e a colonia

A escravatura tornara-se o motivo sentimental — e nunca mais nobre movimento se iniciou em nome da humanidade — quando a Inglaterra assinou a abolição do tráfico dos limos humanos, que geravam enormes prosperidades aos seus caçadores, amos e donos, porque outra coisa não eram os do tráfico, fazendeiros e gente abastada das roças.

O visconde de Sá da Bandeira, chegado ao poder com a ditadura de Passos Manuel, ordenara, por decreto de 10 de Dezembro de 1836, a abolição da escravatura nas possessões portuguesas, ao sul do Equador, o que dera em resultado um clamor terrivel por parte dos interessados.

Passos Manuel, o liberal, foi o primeiro a opôr-se á medida que o seu colega de gabinete tomava ante uma carta do governador de Angola, Domingos de Saldanha, irmão do marechal, e que dizia ter encontrado á sua chegada á colonia quarenta navios carregados de negros. Evitara-lhes a saida e tentando convencer os negociantes a deixar ali os pretos para o trabalho. Chegara este oficio sendo ministro o conde de Vila Real — 1836, Setembro — que logo o deu a lêr ao ministro britanico sir Howard de Walden, que muito grato se confessava ante as medidas anunciadas, insistindo, depois, 11 de Dezembro de 1836, com Sá da Bandeira, cujo decreto abolidor foi publicado em 21 deste mês.

Era a parcial abolição do tráfico dos escravos.

Jamais um homem fez tanto bem com um traço de sua pena.

Ficava permitida, transitoriamente, a exportação de cativos para as ilhas de Africa, julgando o plenipotenciario britanico que «uma tal reserva daria evasiva á lei, sendo preciso restringir este direito aos estabelecimentos imediatamente adjacentes á Costa de Africa e exceptuar os mais distantes das ilhas de S. Tomé, Principe e Cabo Verde». É que nestas não havia braços, sendo impossivel paralisar desde logo a agricultura.

Dera-se este acontecimento no meio de enormes perturbações de toda a casta, visto terem sido feridos enormes interesses, e, em 1839, estava a celebrar-se o tratado definitivo para a abolição total do infame negocio, visto a Inglaterra não ter concordado com o primeiro: o das restrições para as ilhas.

Ficara em Lisboa o encarregado de negocios, Jorningham, substituindo o seu ministro, e com ele se continuaram as negociações, sem admitir demoras. Como parecia uma imposição semelhante atitude, o parlamento entrara em discussões, visto no discurso da Corôa se ter exposto que:

«O tráfico da escravatura é, sem duvida, um escandalo á face do mundo civilizado e a Camara aprovará quaisquer negociações entabuladas para a sua restrição, uma vez que nelas se atenda á liberdade de comercio, á dignidade da nossa bandeira e aos interesses da nossa politica ultramarina.»

O que muitos deputados desejavam era separar a questão: não se aboliria a escravatura, mas o tráfico de escravos. O governo, desprezando os interesses dos roceiros pretendia impôr o caso sentimental e humanitario.

A caçada e a venda do «oiro preto» só era prejudicial para as colonias, que se despovoavam.

Sir Howard de Walden, no regresso de Londres, queixava-se das autoridades portuguesas de Gôa, que, segundo ele, ajudavam os rebeldes da India contra a Inglaterra. Pedia indemnizações enormes, como a cedencia de Diu, Gôa e Damão á Companhia das Indias Orientais. Sá da Bandeira respondia-lhe, altivamente, mas tivera que se demitir, paralisando-se as negociações acêrca da escravatura.

Estabelecera-se, porém, um prazo para terminar de vez o negocio e tinha-se decretado uma obra colonizadora, cujo inicio se deveu ao insigne general.

Palmerston apresentara um «bill» com reclamação acêrca de supostos direitos de subditos britanicos a indemnizações pingues de Portugal; abandonara-se a questão da escravatura e, quando se reentrara em tratados, severamente o governo, por intermedio do conde de Vila Real, redarguira que se trataria noutros termos, «conforme compete á dignidade de governos independentes nas medidas necessarias para reprimir por um modo eficaz o tráfico da escravatura».

Mas os ingleses insistiam nos pagamentos relativos a prejuizos sofridos por vassalos do seu país, em 1826, agravos feitos a outros, em 1828.

A ressaca da guerra civil impedia a acção humanitaria, enquanto não se mandasse saldar o que se diziam as dividas a Welington, Beresford, Doyle e outros oficiais ao serviço português, durante a guerra peninsular, e várias reclamações demoradas, até que se entregaram trezentas e quarenta e duas mil libras ao tesouro britanico.

Sòmente após o pagamento se lavrou o decreto de 25 de Julho de 1842, pelo qual a rainha determinava «que ao crime de tráfico de escravatura, declarado pirataria nestes Reinos e seus Dominios, sejam aplicadas as penas estabelecidas pelo decreto de 10 de Dezembro de 1836». Assinavam, com D. Maria II, Terceira, Costa Cabral, Tojal, Melo e Carvalho e Antonio Maria Campelo.

O decreto de Sá da Bandeira, que punia como os corsarios os traficantes, era uma obra prima de legislação humanitaria, lavrada pelo ministro da Justiça Vieira de Castro, sob a inspiração do grande soldado. Nem esqueceram os pormenores elucidativos em relação ás caracteristicas dos navios e acêrca dos objectos que se encontrassem a seu bordo: escotilhas com grades abertas; separações em maior numero que o usual; tábuas para segunda coberta; gargalheiras, algemas, anjinhos ou cadeias; maior quantidade de agua que a necessaria para a equipagem; numero de pipas ou barris, celhas ou gamelas além dos precisos para as tripulações, assim como caldeiras maiores e, bem assim, avultados mantimentos.

Proibia-se, pois, sob pena de sequestro dos bens dos culpados, a exportação dos escravos da Africa portuguesa, bem como a importação por mar.

Os negros, encontrados nessas condições, ficavam libertos. Aos capitães, mestres e pilotos, empregados no negocio, além de multas de quinhentos mil meis a dois contos, aplicava-se-lhes a pena de dois a cinco anos de galés, passando os marinheiros para a armada real, sem soldos. As autoridades negligentes, seriam demitidas e, no caso de conivencia, degredadas.

As marinhas de guerra dos dois países visitariam todos os barcos que lhes parecessem suspeitos, detendo-os e aprisionando-os nos mares, dentro dos limites de seus territorios e dominios. Ninguem poderia transportar aquela mercadoria.

Por enquanto (1842) celebrava-se este pacto protocolar, depois se aboliria, de vez, a escravatura.

Obra reorganizadora — Tinha sido nomeado para o governo de Cabo Verde o oficial de marinha João de Fontes Pereira de Melo (1839), o qual levava, entre os ajudantes, seu filho, Antonio Maria Fontes Pereira de Melo, então tenente de engenharia e, no futuro, o notavel estadista que tanta influencia teria na vida portuguesa.

O pai do moço tenente era homem serio e de intelecto apurado, mas sofrera, como quasi todos os seus antecessores, alguns dos muitos percalços em uso na colonia, tão agitada pelos partidismos. Teve que dominar uma revolta do gentio de Cacheu. Encarregara seu filho dos levanta-

mentos das plantas hidrograficas, dum relatorio acêrca do estado das fortalezas, construções de cais, exame de minerios do arquipelago, isto num largo plano de reconstrução e fomento, não esquecendo estradas e arborizações.

E o engenheiro cumpriu, traçando as plantas dos portos de S. Vicente, Fajã, Furna e Praia, bem como dos de Bissau e ilha do Rei, na Guiné. Fez o projecto do fortim da Furna e outros trabalhos. Pensou-se, mais uma vez, em instalar a capital em S. Vicente.

O seu sucessor (1842) foi o brigadeiro Francisco de Paula Bastos, que se encontrou em presença duma revolta sem fins politicos.

Pretendia-se assaltar a Praia, tomando dinheiro no saque projectado. Eram três os cabeças de motim: José Pinto de Almeida, um dos rebeldes do batalhão que proclamara D. Miguel, e que, apesar de condenado á morte, estava são na provincia, o alferes Manuel Antonio Leite e o furriel Manuel José Alves. Tomariam o brigue «Vitorioso», que continha mais de sessenta contos, e, fazendo o assalto na vila, fugiriam na embarcação. Um preso militar, a quem convidaram para o golpe, denunciou-os e a captura dos indigitados não tardou, sendo sujeitos a conselho de guerra, com outros cumplices. Conduziram-nos para a Boa Vista até final do julgamento em termos da lei.

Revoltaram-se os grumetes de Bissau, tendo que se lhes fazer a guerra.

Em 1846, era governador geral D. José Miguel de Noronha, que tendo mantido, no começo, excelentes relações com a preponderante familia do falecido conselheiro Manuel Antonio Martins, recebendo dela auxilios e donativos, se encontrou diante duma revolta de escravos, na ilha do Sal, dizendo-se que a excitara João Antonio Martins, o chefe da opulenta casa. O fim seria destituir o comandante militar J. M. Gromicho Couceiro, que deixara em seu lugar o alferes José Maria Lage ao ser nomeado para o comando de S. Vicente.

Os negros queriam impor para aquele cargo o cunhado de seu amo, Antonio de Sousa Machado, o qual não aceitou, resistindo-lhes.

A esposa de Gromicho Couceiro, D. Josefa, natural da ilha do Fogo, acendeu o morrão duma peça para destroçar os negros, que não foram dizimados em massa porque um tal Manuel de Cabo Verde arrancou o facho das mãos da energica senhora.

Quando do movimnto da Maria da Fonte, os miguelistas enviaram para a luta o seu general Mac Donnell. Constou em Cabo Verde que D. Miguel desembarcara em Lisboa, estando D. Maria II no Porto, e logo se tentou uma revolta, sem exito.

Novamente—28 de Julho de 1847—recebeu o governo da provincia João Fontes Pereira de Melo, que ali chegou a bordo do «Audaz». Seu filho fôra eleito deputado com o ex-chefe da colonia, que ia tomar o seu lugar no parlamento.

Conutinuavam as lutas na Guiné. Iniciavam-se diversos melhoramentos no arquipelago caboverdeano.

A construção da capital em S. Vicente começou a ser tratada com o filho de Manuel Antonio Martins, acabando este por fazer a oferta dum farol. Não se consentiriam escravos na cidade, onde se faria um excelente porto. Argumentava-se, porém, com a falta de agua. O coronel inglês Rendell solicitava licença para ali instalar um depósito de carvão de pedra inglês, destinado aos vapores da carreira de Inglaterra para o Brasil, que transportariam, de futuro, o correio (1850).

Concedeu-se a licença. Na Guiné prosseguiam os conflitos.

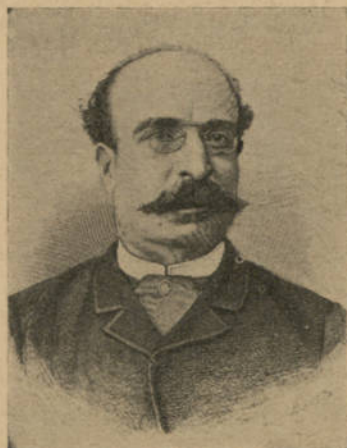
Foi em 1850 — a 8 de Dezembro — que o «Ranger», navio de guerra britanico, do comando de Tomas Miller, fundeou em Bissau para manifestar seu proposito de arriar a bandeira portuguesa, em Bolama, o que foi comunicado para Cabo Verde e dali para Lisboa, onde se iniciaram as negociações diplomaticas.

Na povoação do Mindelo já estavam os depositos carvoeiros da Mala Real.

Tomou conta do governo geral (1851) Fortunato José Barreiros, ilustre militar, que foi muito severo e digno no seu posto. Fontes iniciara a administração séria que ele continuaria. Em 19 de Fevereiro de 1852 houve uma terrivel erupção na ilha do Fogo, correndo a lava por milha e meia.

Continuava-se a cidade do Mindelo; abastecia-se de agua.

O conselheiro Antonio Maria Ribeiro Arrobas, oficial de estado maior, passou a exercer o governo (1854), tentando resolver as permanentes questões da Guiné.

O comandante da Companhia de Obras Publicas, Antonio Cesar Vasconcelos Correia, mandara dar varadas nos soldados, levando um deles oitocentas, por acusação de o querer assassinar.

CONSELHEIRO JOÃO CESARIO DE LACERDA

O ministro do Ultramar, Sá da Bandeira, indignadamente, mandara saber do processo, que exigia se organizasse. Uma terrivel epidemia, que se disse de cólera, se desenvolvera na ilha de S. Vicente. Criaram-se escolas no arquipelago e, desta data em diante, houve nas ilhas um fomento logico e cuidado, que acabou com o tumultuario periodo das insubordinadas autoridades partidarias. Criara-se na Praia um observatorio meteorologico, cujo primeiro director foi o major Ferreira Quaresma.

Nomeado o oficial de engenharia Sebastião Calheiro de Meneses para o governo, prosseguiu nos seus trabalhos de reconstrução, tendo que haver-se num conflito eleitoral, visto o clero se pronunciar pelo ex-governador Arrobas, ás ordens do bispo transferido para o Funchal.

Chegara-se a querer tentar contra a vida de Calheiro de Meneses, o qual foi salvo por um homem de brios e de intemeratos arrojos. Chamava-se José Fortunato da Rocha; o peitado assassino era um filho do antigo cirurgião Martins Franco, o qual se esconderia atrás da porta da casa da Praia, onde o governador entraria, a fim de o apunhalar, o que aquele valente evitou esmagando-o na cilada, sob a pressão das tábuas, e arrancando-lhe o punhal.

Em 1860 foi substituir Calheiro de Meneses, interinamente, Januario Correia de Almeida e logo Carlos Augusto Franco (1861), sucedendo-lhe José Guedes de Carvalho e Meneses (1864).

Por aquele tempo fundava-se em Lisboa o Banco Nacional Ultramarino, que deveria criar diversas agencias no ultramar e uma delas em Cabo Verde. Foram organizadores desse estabelecimento de credito (12 de Agosto de 1864) Antonio José de Seixas, Antonio Maria Barreiros Arrobas, Antonio Tomaz Pacheco, Arquibaldo Turner, Augusto Frederico Ferreira, Eduardo Cairus, Francisco Isidoro Viana, Francisco de Oliveira Chamiço, Flamiano José Lopes Ferreira dos Anjos, João Gomes Roldan e Luiz Jacinto Soares. Por decreto de 1875 — 22 de Julho — é que foi reconhecido o Banco, visto só então ter entrado nos cofres a quinta parte dos cabedais com que devia fomentar as colonias, sendo-lhe concedidos os direitos de emissão de papel-moeda e obrigações prediais no ultramar (1902).

O capital era de três mil e seiscentos contos em acções de cinquenta mil réis.

As agencias foram instaladas nesta provincia em Sant'Iago e S. Vicente.

Começava-se a pensar na nova fase colonial: comercio e agricultura. A navegação, com elementos nacionais, viria depois.

O governador Carlos Franco fôra alvo de uma enorme hostilidade, sobretudo por causa do sucedido na Guiné com o chefe militar Antonio Candido Zagalo, que não queria receber uns degredados que ele para lá remetera. Alegava não ter fôrças para conter aqueles homens, sendo ainda censurado pelo secretario geral, José Mimoso de Barros Alpoim, de que seria punido desde que dirigisse

observações aos actos do governador geral. Travou-se o conflito costumado e inevitavel, naquelas paragens, entre as autoridades. Cruzaram-se as queixas para a metropole. Zagalo morreu duma perniciosa e acusaram o governador de ser o seu algoz ao dar-lhe tantos desgostos, pois o processara e o suspendera.

Aquele oficial prestara relevantes serviços. Devem-se-lhe atitudes dignas da fama dos velhos portugueses, pois defrontara, sempre, os estrangeiros que pretendiam instalar-se nos nossos territorios. Governando Bissau, falara alto aos franceses da Goréa, e aos ingleses, que queriam apossar-se duma feitoria no Rio Grande, pertença de Martinho da Silva Cardoso. Impedira o ataque e praticara o mesmo quando se tratou do que se pretendia fazer em Bolama: a pura expoliação.

Merecia ter melhor sorte o homem que diziam perseguido por Carlos Franco, cujas culpas deviam ser algumas ou cuja consciencia se sobressaltara, pois caira com uma sincope ao receber a notícia da chegada do seu sucessor, José Guedes de Carvalho Meneses.

Acusavam aquela autoridade de muitissimas arbitrariedades.

O visconde de Sá da Bandeira não sossegara enquanto não resolvera, cabalmente, a questão esclavagista. Em 25 de Novembro de 1869 foi abolido totalmente o tráfico e o estado de escravidão, fixando-se para 1878 o fim do regime do trabalho dos libertos.

Desde 1856 que não havia cativos em Ambriz, Macau e S. Vicente de Cabo Verde, isto embora a Junta Geral de Angola lançasse o seu protesto declarando os escravos incapazes de receberem a liberdade, pois não saberiam usá-la. Os comerciantes diziam (1865) que o cativeiro, como o praticavam, era «suave e condizente a tornar util o preto e que a escravidão era excelente instituição para fazer adquirir ao preto o gôsto pelo trabalho».

De S. Tomé, igualmente, se protestara, mas o digno Sá da Bandeira não desistia do seu fim e como os proprietarios caboverdeanos não se alarmassem, foi para a sua atitude benemerita que apelou, como exemplo, ao dar a liberdade a todos os escravos do arquipelago (1874 — 31 de Outubro).

Depois levou á Camara dos Pares uma proposta para a extinção dos libertos, os quais estavam ainda sujeitos a certas condições, as quais, em breve, desapareciam. Dentro em um ano acabaria a sua condição desgraçada.

Os protestos eram enormes, mas, na provincia de Cabo Verde, as coisas

JOÃO PAIS DE VASCONCELOS

seguiram do mesmo modo, realizando-se as suas obras de fomento e tendo ido governá-la o oficial da armada Caetano de Almeida e Albuquerque (1869), que ali esteve até 1876, realizando uma obra distinta.

Sucedeu-lhe (1876)) o seu colega de artelharia Guilherme Quintino Lopes de Macedo, o qual prosseguiu nas obras com boa tática, assim como Vasco Guedes de Carvalho e Meneses e Antonio do Nascimento Pereira de Sampaio.

Em 1881 governou, com bom criterio, em Cabo Verde, o oficial do exército João Pais de Vasconcelos, e em 1886, no momento preciso, o medico da armada, e colonial distintissimo, João Cesario de Lacerda, que ali se consagrou a trabalhos de vulto até ao ano de 1889.

S. TOMÉ E PRINCIPE

E

S. JOÃO BAPTISTA DE AJUDÁ

S. Tomé e Principe, as notaveis ilhas do Golfo da Guiné, medem novecentos e trinta e nove quilometros quadrados. Principe fica a cento e cinqüenta quilometros de S. Tomé, sede do governo da provincia, que se divide nos dois distritos daqueles nomes e no comando militar de S. João Baptista de Ajudá, feitoria, na costa francesa do Dahomé.

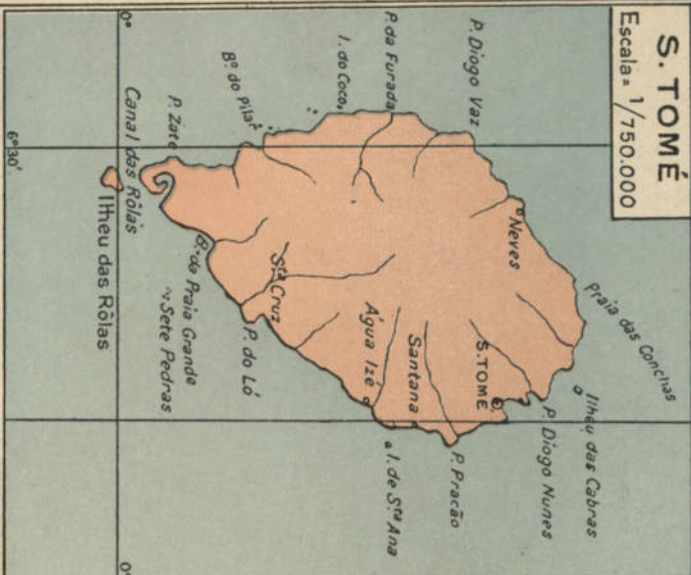
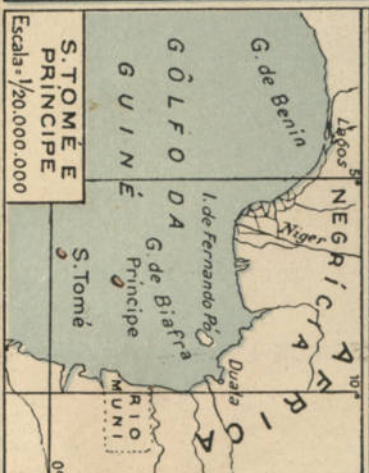
Não tem muito mais de 54.000 habitantes, sendo os indigenas perto de 20.000; trabalhadores negros, 33.000; e uns 1.400 europeus.

Os naturais são descendentes dum grupo ali arribado, denominado «angolares», por provir de Angola, e que ficou na ilha em virtude do naufragio do barco que conduzia esrravos da sua raça para o Brasil no ano de 1544.

É comarca da Relação de Lisboa; vigaria do patriarcado de Lisboa. Suas cidades chamam-se de S. Tomé (capital) e Santo Antonio (Principe), havendo ainda a notavel povoação de Trindade, naquela ilha.

Sua principal riqueza era, até ha pouco, a do cacau magnifico que exporta em larga escala, apesar de todas as dificuldades que se levantam para o seu cultivo, sendo a principal a falta de braços, que é necessario contratar em Angola, Moçambique e Cabo Verde, visto os indigenas se recusarem a tais tarefas. Cultiva-se ainda a copra, café e óleo de palma.

Roças notabilissimas se ocupam da agricultura, havendo nelas instalações modelares para os obreiros.

S. TOMÉ
Escala = 1/750.000
Praia das Conchas
Ilhéu das Cabras
P. Diogo Nunes
Neves
S. TOMÉ
P. Diogo Vaz
P. Pracão
Santana
P. da Furada
I. de Sta Ana
Água Izé
I. do Coco
Sta Cruz
P. do Ló
Bº do Pilar
Bª da Praia Grande
Sete Pedras
P. Zate
Canal das Rôlas
Ilhéu das Rôlas
0°
6°30'
PRÍNCIPE
Escala = 1/750.000
Pedra da Galé
I. dos Mosteiros
P. Mãe Marta
Sto António
P. Garça
Bª das Agulhas
S. Joaquim
Pedra Metade
P. do Grosso
I. do Carôço
1°31
7°30'
Lagos
NEGRÍCIA
ÁFRICA
Niger
G. de Benin
Duala
I. de Fernando Pó
GÔLFO DA GUINÉ
G. de Biafra
Príncipe
RIO MUNI
S. Tomé
0°
5°
10°
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
Escala = 1/20.000.000
M. Toste. des.

CAPITULO VIII

A COLONIZAÇÃO

As duas ilhas — Os angolares — Período agitado

São Tomé, descoberta em 21 de Dezembro de 1741, tem de superficie 824,6 quilometros quadrados. A cinco quilometros da costa ergue-se o Pico de S. Tomé, o qual mede 2.140 metros.

As suas baías são as de Ana de Chaves e do Almoxarife, angra de S. João e da Praia Grande, Iogo-Iogo e Pilar. Portos: S. Miguel, ao sudoeste; Fernão Dias, ao norte, havendo os ancoradouros de Santa Catarina, Mossa, Ana Ambó, Risema, praia das Conchas, Diogo Nunes e Rei, sendo o de Ana Chaves o unico porto comercial.

Terra vulcanica. Rios e ribeiras abundantes, como as de Agua Grande, Agua Abade, Agua-Isé, Manuel Jorge, Rio do Ouro, Ribeiro Afonso, Contador, Diogo Nunes e Melo. O clima é bom de trezentos metros de altitude para cima. Para além de mil metros chega a haver frio.

A ilha do Principe fica a 150 quilometros ao noroeste de S. Tomé. Mede 113,8 quilometros. Não tem grandes altitudes. O rio mais importante é o do Papagaio. Os ribeiros chamam-se Frades, Hora, Isé, Santa Marta, Porca e Escutes. Ilheus: Portinho, Caroço e Mosteiro. Baías: Santo Antonio e das Agulhas. Pontas: Pico Negro e Hora. Seu clima é mais quente que o de S. Tomé, visto não ser em tão alto grau a sua altitude.

As ilhas produzem cacau, em basta quantidade e qualidade, café, chicoria, quina, borracha, açucar, balsamo, coconote, milho e mandioca.

Em S. Tomé ha magnificas madeiras.

Ilha de S. Tomé — A descoberta de S. Tomé e Principe deveu-se, com as ilhas de Ano Bom, a João de Santarém e Pedro de Escobar. No ano de 1470, a 21 de Dezembro, toparam a primeira; em 1 de Janeiro de 1471, Ano Bom, depois Principe, primeiro denominada de Santo Antão ou Santo Antonio Abade, passando a tomar a sua actual designação visto ser apanagio do filho mais velho do rei. A ilha Formosa ou de Fernando Pó recebeu o nome deste fidalgo; dali veio a primeira pimenta. Os primeiros colonos de S. Tomé foram os de João de Paiva, em 1486. Quatro anos depois doava-se a capitania a João Pereira, por serviços lá praticados». Em 1493, Alvaro Coutinho conduziu para ali os filhos dos judeus, que D. Manuel, barbaramente, mandara separar dos pais, indo com eles vários degredados, a cada um dos quais se deu uma escrava para o povoamento. Em 1522 a ilha foi incorporada nos bens da corôa, em virtude do confisco feito ao seu donatario, João de Melo. Era cidade episcopal, possuia setenta engenhos de açucar, os quais, só de dizimo, pagavam doze a quinze mil arrobas do produto.

A ilha do Principe e as outras — Concedida ao senhor de Vimiero, Antonio Carneiro, ficou em poder desta familia até 1640, em que os seus chefes receberam o titulo de condes da Ilha do Principe. Em 1753 passaram a condes de Lumiares, revertendo a possessão para a Corôa.

Ano Bom estava deshabitada, sendo seu donatario Jorge de Melo, que a vendeu a Luiz de Almeida, no reinado de D. Sebastião. Era povoada por escravos. Foi cedida a Castela. Fernando Pó também não foi colonizada. A Espanha obteve-a, em 1778, por um tratado e os ingleses colonizaram-na em

1827, passando de novo ao dominio daquele país.

Os angolares — S. Tomé ganhara fama de opulenta e foi assaltada por corsarios franceses em 1567.

Os angolares eram escravos cujos pais vindos de Angola a bordo dum navio, que ali naufragou, se instalaram na ilha, povoando os matos. Viviam á sua guisa; multiplicavam-se, e, ao fim de uma geração, iam-se mostrando ameaçadores para com os fazendeiros. As florestas eram os seus esconderijos, ali se conservando sob a chefiá dum improvisado senhor, que os conduzira á guerra contra os colonos.

Desciam, ferozmente, para a cidade, lançavam-se contra os engenhos, exerciam volencias sem par e voltavam a refugiar-se no recesso dos seus bosques. Os escravos que lidavam nas fazendas fizeram causa comum com eles, e os despojados, cheios de terror, tomando o que lhes restava, fugiram para o Brasil, visto não haver forma de conter os rebeldes.

Em 1586 fôra nomeado o primeiro governador. Era Francisco Figueiredo. Pouco tempo viveu. Governara sôbre as cinzas dos incendios ateados pelos angolares. Sucedeu-lhe Miguel Teles de Moura. Travara-se uma enorme desavença entre o bispo e ele, visto o eclesiastico pretender preponderar no civil. Chamava-se ele D. Frei Martinho. Retirou-se da cidade episcopal em 1590; o governador faleceu no ano seguinte; porém, o novo prelado, D. Frei Francisco Vilanova, prosseguiu na luta contra D. Fernando de Meneses, que fôra nomeado para o governo após a morte de D. Duarte Peixoto da Silva. Duravam pouco tempo os dirigentes da colonia. Desta vez, o conflito agravou-se extraordinariamente; chegou mesmo a extremos que deviam ter uma enorme influencia na vida da possessão. O antiste excomungou o seu adversario e ao fulminá-lo parecia ter atraido sôbre a terra que pastoreava desgraças de prever. Os negros do mato, os «angolares», serviram-se exactamente daquele acto para levantarem a população escrava contra os brancos.

FORTE DE S. SEBASTIÃO EM S. TOMÉ

Para eles, o gesto do bispo desautorizava o governador. Cairam em massa na cidade e desta vez comandava-os um valente e ambicioso homem da sua raça. Chamava-se Amador; pretendia ser rei de S. Tomé.

Custou a bater este guerreiro selvagem, que foi supliciado em 1596.

Os holandeses e os seus saques — Vasco de Carvalho, nomeado para a governação, pouco tempo se deteve. João Barbosa da Cunha teve que arcar com a ambição dos holandeses, os quais, ao verem Portugal sujeito á Espanha, pareciam considerar-se herdeiros da suas possessões.

A esquadra do almirante Van der Don, depois de bombardear a cidade, desembarcou os seus homens, que fizeram um saque de autenticos flibusteiros.

Era no ano de 1600. O governador partiu para o reino, talvez em busca de reforços, ficando a substituí-lo Antonio Maciel Monteiro. Os proprietarios da ilha, ao verem-se sem defesa, sentindo as probabilidades de mais um ataque dos piratas, emigraram, em grande quantidade, para o Brasil, enquanto o bispo ia conflituando com o seu cabido.

Nos anos em que Pedro Botelho de Andrade teve o poder — eram de trinta e seis meses os periodos da governação — buscou-se atrair gente com capitais e iniciativas, mas sucedeu o contrário, porque os habitantes dalguns teres, largavam para outros destinos, sempre receosos de ataques. D. Fernando de Noronha só durante um mês foi governador. Morreu. Elegeu-se de novo José Barbosa da Cunha, até que chegou Constantino Lobo Tavares.

Os conegos, que andavam desavindos com o seu prelado por causa da mesquinha côngrua, viram satisfeitos os seus desejos de aumento. Parecia que um mal estranho atacava os governadores. Este finou-se, voltando Barbosa da Cunha ao dito cargo por vantade do povo. Chegara da metropole o nomeado (1611), o qual não durou muito tempo. Era D. Francisco Teles de Meneses. O deão Luiz de Barros, com o seu cabido, julgava-se com enormes direitos na colonia e as suas insolencias redobravam contra o ouvidor Luiz Diogo de Abreu, que tomara o encargo de governar. Mais uma vez foi vibrada a excomunhão; o conflito entre os eclesiasticos e os civis não abrandava e, apesar das ordens da côrte, que repreendia ambas as partes, não houve maneira de as acabar.

A excomunhão alcançou o magistrado, o qual cedeu o lugar a Feliciano Coelho de Carvalho, provindo do reino, mas que, como a mór parte dos seus antecessores, se finou depressa. Só viveu três meses. Já havia bispo na ilha.

Frei Jeronimo de Quintanilha foi dirigindo os negocios até 1614, em que morreu, encarregando-se de novo daquela ingrata tarefa o ouvidor excomungado, Luiz de Abreu. Em 1616, Miguel Correia Baharem não foi mais feliz no seu governo. Indispôs-se com toda a gente; não houve maneira de se aquietar aquela desordem que desde o começo da colonização ali preponderava — e que faria escrever a Raimundo José da Cunha Matos:

«Amor ou odio são as molas que, de ordinario, dirigem os passos de quasi todas as autoridades; aqui não se consultam as regras de justiça nem se pesa o merecimento da causa. Quem primeiro mais fala ou despende tem a razão da sua parte. No mesmo dia em que se apresenta um libelo, ainda o mais cereberino e desarrazoado, e muitas vezes, antes de se apresentar, concebe-se a licença, que, com efeito, se lança nos autos sem reflexão e sem piedade.

Fiados na pobreza dos homens ou na distancia do trono, cometem-se aqui as mais crueis e prepotentes sem-razões, por aqueles que são obrigados a sustentar a lei, defender os povos, reprimir os desacertos; os miseraveis gemem no fundo de negras masmorras sem haver juizes que se lembrem deles. Os homens livres são acorrentados sem processo e sem motivo, as capturas multiplicam-se á vontade dos injustos captores; a intriga reina entre todas as ordens; a inocente palavra «zêlo» cobre os mais loucos ou firmes planos em que só interessa quem os inventa; a frase «convém ao real serviço» é usada a torto e a direito naquelas operações em que só reina o odio, o capricho ou a lisonja; finalmente desta ilha, a despotica e arbitraria administração dalguns agentes publicos, pedia metê-la na ordem dos mais insolentes pachás e a vários governadores na classe dos mais perversos grãos-vizires» (*).

(*) «Corografia Historia das Ilhas de S. Tomé e Principe».

Isto sucedia a um século de distância do periodo em que ali governou o bispo D. Pedro da Cunha. O frei chegou (1616) e deparou-se-lhe o espectaculo de uma procissão de judeus. Deviam ser os descendentes daqueles que D. Manuel I mandara tirar aos pais, em meninos, mas que nem assim perderam suas crenças. O prelado fugiu cheio de horror, entregando o governo ao fidalgo da ilha Felix Pereira. Veio, de seguida, Jeronimo de Melo Fernando.

Não se entendia com o cabido o governador do bispado, o doutor Francisco Pinheiro de Abreu. Enredavam-se em contínuas desavenças. O governador apoiou os conegos contra ele. Desautorizaram-no e acabaram por lhe dar a morte.

Era em 1627. Este crime moveu o governo de Lisboa a mandar, como capitão-general de S. Tomé, Antonio Gonçalves Maracote, com a missão de investigar do atentado e de fazer justiça. Começou a devassa; os devassados empregavam a sua arma mais poderosa, as excomunhões. O chefe, do qual muito se esperara, acusava ante o cabido e acabara em desalentos, em 1628, sendo eleito Lourenço Pires de Tavora. Viera outro capitão-general, Francisco Barreto de Meneses. Morreu logo. Assumiu, de novo, o cargo aquele Tavora, que o cedeu a Antonio de Sousa Carvalho, cuja patente era igual á dos seus dois antecessores nomeados pela metropole. Abominavam-no. Faleceu ao cabo de três meses de residencia na colonia que continuava a ser fatal para os governadores. O Senado elegeu o deão Felipe Tavares Metelo e mais uma vez Lourenço Pires de Tavora. Os holandeses tinham tentado uma forte investida contra S. Jorge da Mina. Já estavam em seu poder as feitorias portuguesas do Gabão, do Cabo de Lopo Gonçalves, Fernando Pó, rio de El-Rei, Calabar, Rio Real e, nesse ano de 1637, lançaram-se contra a portentosa fortaleza de S. Jorge da Mina. Depois deste feito não desistiram de se apossar de S. Tomé, que, apesar de devastada, ainda muito os interessava.

Em 1640, antes da Restauração, era capitão-general Manuel Quaresma Carneiro.

Atacara-o a mesma estranha doença que enviava para as sepulturas os governadores da ilha. Alçaram em sua substituição o sobrinho Miguel Pereira de Melo e Albuquerque, e a este coube a gloria de aclamar ali D. João IV, ao saber que o reino o elegera e estava livre da usurpação castelhana. Os holandeses, ante aquele facto, compreendendo a impossibilidade de se receberem socorros na colonia, lançaram-se vivamente contra ela e tomaram-na, em 1641.

O governador capitulou e veio a acabar no carcere, em Portugal. Os assaltantes estavam na fortaleza. Deviam ser batidos pelo lado de terra e organizou-se a resistencia ás ordens de Paulo da Ponte, eleito pelo Senado. Ia começar a luta.

Lourenço Pires de Tavora estava no reino e recebeu, com a capitania mór, o encargo de bater os audaciosos inimigos que se tinham apoderado da ilha.

Trabalhou com denodo; preparou tudo para os escorraçar numa guerra que duraria três anos. Tal era a situação da colonia quando Portugal se restaurou, salvando-se do dominio castelhano e da cobiça dos holandeses sôbre as suas possessões.

Por aquele tempo estava Luanda em poder dos mesmos guerreiros, mas assim que Salvador Correia de Sá a libertou, os dominadores de S. Tomé largaram a ilha e fugiram na rota dos seus compatriotas batidos em Angola. Lourenço Pires de Tavora vencera-os também com suas hostes e ficou governando com energia. Deu-se o direito de cultura do gengibre dourado; taxou-se o livre comércio na Costa da Mina. Exerceu o cargo como nenhum outro. O seu prestígio valeu-lhe até 1656, em que foi nomeado Cristóvão de Barros do Rego.

Em 1661 era governador Pedro da Silva e em 1669 Paulo Ferreira de Noronha. Este casou com uma dama da ilha; foi chamado a Lisboa e o Senado encarregou-se da sua missão até que veio o capitão-general Julião de Campos Barreto.

Novos conflitos internos — O cabido continuava nas suas lutas; não havia maneira de o acalmar. Queixava-se de falta de pagamento da côngrua. Revoltava-se vibrando excomunhões; não havia forma de aquietar essas lutas, provocadas tanto pela ânsia do mando como por não se cumprirem,

para com os religiosos, certas obrigações. O clima influia muito nos homens idos da metropole e que o sofriam nas suas inclemencias e variações. As desordens não terminavam.

Apareceu alguem de maior coragem, Bernardino Freire de Andrade, o qual conseguiu aquietar, por uns tempos, as irritações e tomou o encargo de estabelecer uma feitoria em S. João Baptista de Ajudá (*), recolhendo, depois, ao reino.

Em 1683 finou-se o governador Jacinto Fernandes Abreu. A Camara divergiu acêrca da nomeação do seu sucessor, elegendo alguns dos moradores o ouvidor e outros João Alvares da Cunha, o qual, ao assumir o poder, começou a praticar crueldades. Entravam nestas pelejas os membros do cabido. A Sé foi profanada e o Santissimo Sacramento retirado do seu altar, sendo conduzido para a igreja da Madre de Deus. No ano seguinte fundou-se o hospicio dos Capuchos italianos. O novo chefe era Antonio Pereira de Brito Lemos, que capturou o antecessor, enviando-o para a metropole. O seu poder e influencia eram tão grandes que não o meteram numa fortaleza. Condenaram-no a cinco anos de degrêdo para o Principe, pagando um conto e seiscentos para as despesas da Relação. Morreu, no fim de oito meses, aquele capitão-general, subindo ao seu posto, interinamente, o ouvidor Bento de Sousa Lima.

Quando, em 1689, Antonio Pereira de Lacerda entrou para o seu posto, o magistrado que o largava enfureceu-se e os desacatos continuaram. Preso e remetido para Lisboa, onde devia morrer, o ouvidor, retirava-se, deixando partidarios que muito puderam contra aquele chefe, cuja sucessão coube a Antonio Pereira de Berredo, o qual, com a nomeação, trazia o encargo de o prender. Assim fez. Conduzido ao reino, viu seus bens sequestrados, a fim de se indemnizar o ouvidor que ele condenara.

Novos governadores — A alfandega da ilha do Principe foi fundada em 1695, quando do govêrno de João Sodré. Ergueu-se a fortaleza de Ponta da Mina, sendo a custo da Companhia de Cacheu e Cabo Verde o pagamento da sua guarnição.

No ano seguinte morria o governador. Tinha-se a impressão de que os nomeavam condenando-os, a não ser que a sentença partisse doutras gentes. O tenente-general João da Costa Matos apossou-se da chefia, contra a vontade da Camara, até que Manuel Antonio Pinheiro da Camara, capitão-general, ocupou o cargo (1697).

Desenvolvera-se largamente o comércio com o Gabão.

Quando, em 1702, José Correia de Castro governava a ilha, os franceses audazmente saquearam a do Principe. Piratearam contra os navios da Companhia de Cabo Verde e sete anos depois desembarcavam em S. Tomé, onde os negros, no meio da desordem, se revoltaram. Eram escravos vindos da Mina para aquela região e estavam prontos a todas as revoltas. Neste tempo governava Vicente Denis Pinheiro. A guerra, desta vez, era contra o ouvidor. Chegara-se a assestar a artelharia contra os seus partidistas, que tambem possuiam algumas peças.

Bartolomeu da Costa Pinto (1715) foi muito mal acolhido. Toda a ilha se habituara á desordem e ele trazia fama de rijo e honesto. Levantou-se a escoria contra ele; sublevara-a a propria Camara, que conservou o mando durante um ano, até que chegou Antonio Furtado de Mendonça. O seu antecessor fugira, a bordo dum navio inglês. Trazia um proposito firme: enriquecer. Os seus actos assim o comprovaram. Monopolizou o comércio com alguns amigos preponderantes; ganhou muito ouro; assenhereou-se de grande numero de escravos e um dia, sem licença da metropole, em 1720, embarcou tudo quanto pôde e aos cativos e partiu. Coubera á Camara o govêrno. Abriu-se o comércio aos varios estrangeiros e José Ribeiro da Camara apareceu para governar a colonia. Era o premio que lhe davam por ter abandonado aos franceses a cidade de Ribeira Grande em 1712. Dez anos depois premiavam-no assim, mercê de bons padrinhos. Mudou o fortim da ilha do Corisco para o Cabo de Lopo Gonçalves, em 1723, e quatro anos depois sucedia-lhe Serafim Teixeira Sarmento. Deveu-se ao bispo Frei D. João

(*) Ver adiante a parte referente a esta região.

de Sahagum o ver sanadas as lutas do cabido e, cumpridos os anos de seu cargo, entregou o poder a Lopo de Sousa Coutinho. Os soldados das vilas revoltaram-se; venceu-os e castigou-os. Tambem durante o govêrno de D. José Caetano Souto Maior se deram identicas sublevações, desta

ILHA DE FERNANDO PÓ

vez (1739) debeladas com muita dificuldade.

Antonio Ferrão Castelo Branco morreu ao cabo de dois meses. A Camara quis recolher o cargo, mas não achou facilidades por parte do antecessor. Recusava-se a entregar-lho; queria-o para si, mas foi obrigado a desistir. O bispo Francisco Luiz da Conceição tomou o govêrno mas faleceu. Como o Senado se instalasse no mando, rebelou-se o regimento de Ordenanças, que nomeou o coronel Francisco de Alva Brandão, após violencias sem par. Só em 1745 chegou a ordem régia que o expulsava, entregando a colonia ao bispo D. Francisco Luiz das Chagas. Como se o mal que atingia certos governadores, a maioria deles, nesta ilha os sepultasse, mal se alçara ao poder morreu e o mesmo aconteceu com o seguinte governador, Antonio Rodrigues Neves. A capital mudou-se para o Principe, cidade de Santo Antonio, erigida em 1753.

Voltava D. Lopo de Sousa Coutinho. Confiava-se na energia dispendida quando sufocara a rebelião dos soldados mas, mal desembarcou, faleceu. Vinha muito doente a bordo. Governou a Camara. Criara-se (1755) o cargo de capitães-móres de S. Tomé. D. José Caetano de Souto Maior, empossado pela segunda vez na mercê, finou-se no navio que o conduzia.

A desorganização prosseguia; a desordem não tinha fim, sendo seus fautores os proprietarios, cabido, magistrados; todos quantos deviam unir-se se degladiavam.

Luiz Henriques de Melo e Mota pouco tempo esteve no seu cargo. Chamado a Lisboa, não regressou. Substi-

ILHA DE ANO BOM

tutuiu-o Lourenço Lobo de Almeida Garcez Palha. Consentiu-se-lhe que governasse em sossêgo o ano e meio que durou a sua gerencia. Garantiu-se a ordem. A Camara do Principe ficava governando, mas logo se decretou (23 de Julho de 1770) que «nunca mais o Senado da Camara pudesse governar as ilhas». Era capitão-mór Vicente Gomes Ferreira.

Perda de Aho Bom e Fernando Pó — No consulado de João Manuel de Azambuja (177) entregaram-se, por alvará regio, as ilhas de Ano Bom e Fernando Pó aos delegados do rei catolico.

Houvera a guerra com os espanhois em virtude da delimitação das fronteiras do Sacramento. Em 1776 derase um encontro de navios das duas nações, indo uma expedição espanhola apoderar-se daquela cidade da ilha de Santa Catarina, no Brasil. Pombal deixara o govêrno. D. Pedro de Cevalos foi atacar aquela possessão, que apesar de estar em condições de se defender, com quatro mil homens de guarnição e uma esquadrilha, do comando do irlandês Mac Donnell, fracassou vergonhosamente, tendo o inimigo penetrado no territorio em 23 de Fevereiro de 1777. A diplomacia quis cobrir o desastre das armas portuguesas. D. Francisco de Sousa Coutinho, embaixador português em Madrid, recebeu ordem para fazer um tratado rapido com o conde de Florida Blanca.

CAPITULO IX

PELEJAS E PAZ

Lutas entre governadores e governados — Os progressos da ilha — A acção dos agricultores

Novas desavenças — O govêrno passara a Cristóvão de Sá, que não teve grandes dificuldades. Já não sucedeu o mesmo com Tavares Leote (1778). O capitão-mor João Baptista da Silva e o ouvidor A. P. Bastos Lima Varela Barca, em tal questão se enredaram com o governador, que este acabou preso.

Inacio Francisco da Nobrega Sousa Coutinho, ao chegar, logo morrera (1797). Herdou o cargo o mestre de campo Manuel Monteiro de Carvalho e depois o ouvidor Barca, seguindo-se no posto o sargento-mór Manuel Francisco Joaquim da Mota. O magistrado foi preso; ao militar depô-lo o chefe da divisão naval Francisco de Paula Leite, após uma devassa feita por um juiz embarcado com ele da metropole na nau «Vasco da Gama». Entregue o govêrno ao prelado D. Francisco Rafael de Castelo de Vide, teve por adjuntos o mestre de campo João da Costa Cravid, que governava S. Tomé, com João Ferreira Guimarães, capitão-mór. No Principe, dirigia a colonia o mestre de campo Monteiro de Carvalho e o ouvidor geral interino Joaquim Pedro Lagrange.

O bispo inaugurara um bom sistema. Partilhava o poder. Por isso quando o passou a João Baptista da Silva (1799) as desordens recrudesceram, sendo o principal adversario do governador Ferreira Guimarães.

Portugal estava em guerra com a França, em virtude de não querer proceder contra a Inglaterra. Os navios da republica francesa tomaram a ilha do Principe. O comandante Landolfe entrara no territorio com alguns marinheiros e só se retiraria depois de lhe entregarem quinhentas onças de ouro.

Não tinha molestado a população e no ano seguinte celebrava-se o Tratado de amizade e comércio, que era imposto pela fôrça e assinado pelas autoridades da ilha em nome da rainha D. Maria I.

Tambem, após tantos desastres, não era de estranhar o estado de miseria e vergonha a que tinha chegado esta possessão, cujos infortunios ainda não tinham terminado.

Dir-se-ia que se enviavam para ali incompetentes, ineptos ou fracos governadores, aos quais as outras autoridades não quereriam obedecer.

Gabriel Antonio Franco de Castro não teve um momento de paz durante o tormentoso período de govêrno que lhe coube. Foi suspenso e sucedido por Luiz Joaquim Lisboa, em 1805.

Estabelecera-se na ilha um início de comércio de tráfego deveras interessante, como foi o da Companhia de José Antonio Pereira, o celebrado negociante e capitalista, cujos navios descarregavam no Atêrro da Boa Vista, em Lisboa.

Aquele governador teve que repelir as agressões francesas, visto se viver em estado de guerra com aquela nação, e fazendo tratado de comércio com o rei de Calabar esperou levantar a ilha da terrivel decadencia a que chegara em virtude das desavenças, das lutas e do abandono. Ali se conservou desde 1805 a 1817. A côrte estava no Brasil; a Baía pagava nove contos anuais e isto servia para amparar um pouco a colonia. Ninguem se importava com S. Tomé, não

rendiam este governador, que ficou doze anos no cargo e nele morreu. Elegeram, interinamente, Felipe de Freitas. Foi nesta quadra (1842) que se introduziu na ilha a cultura de

GENERAL SEBASTIÃO CALHEIROS

cereais, que tanta riqueza devia dar á região.

Apesar deste fomento, José Maria Xavier de Brito foi encontrar a maior decadencia. Já terminara o subsídio baíano; a ruina surgia de todos os lados. Rendeu-o Joaquim Bento da Fonseca. Ia ali para proclamar o govêrno de D. Miguel, em 1830.

Do periodo absolutista ao liberal — Homem energico, audaz, decidido, habituado á carreira maritima, nessa época em que maiores energias possuia, tornou-se um verdadeiro déspota e cometeu violencias sem par. Era estudioso, sabia do seu ofício de marinheiro, mas rudemente tratava os assuntos.

A colonia sentiu o pêso da sua fôrça e do seu caracter. Queria fazer tudo pela violencia e levantavam-se queixas contra ele, que ninguem atendia. Quando triunfou o govêrno liberal formou-se uma Junta, que o prendeu. Conduzido a Lisboa, foi condenado pelo Supremo Conselho de Justiça a prisão perpétua no presidio de S. José de Encoge, em 17 de Setembro de 1835.

O liberal que tomou o cargo chamava-se D. Fernando Correia Henriques de Noronha. Adoeceu a bordo; regressou no mesmo barco (1836). Aos acontecimentos da metropole correspondiam os das colonias e entre todos tinham maior monta as desordens de S. Tomé. Depois do govêrno provisorio que se instalara, seguiu-se o de Leandro José da Costa, que era governador militar. Outro seu colega, Urbanski, ligou-se aos civis e assim estiveram até 1839, quando para lá foi Bernardo José de Sousa Soares Andréa.

S. João Baptista de Ajudá estava abandonado. José Maria Marques, que assumiu o mando da ilha em 1842, mandara-o rehaver e começara a querer dirigir os negocios com acêrto.

A abolição da escravatura e as ilhas — A influencia que a abolição do tráfico de escravos teve na sorte de diversas colonias foi enorme. S.

FRANCISCO BELARD

Tomé e Principe, tornadas uma espécie de presidio, pois para ali se enviavam os criminosos de mais altas penas, não constituiam campo para a tranqüilidade de trabalho. Ao mes-

mo tempo, a falta de braços prejudicava o labor. Em 1842 concedera-se á Inglaterra o direito de verificar a carga de navios portugueses, o que constituia reciprocidade. Deste modo se fiscalizavam as cargas de escravos. Poucos passavam para ali, onde os indigenas forros não queriam certos trabalhos, os angolares eram poucos e era quasi proibida a passagem dos negros de Angola, visto á Inglaterra não convir tal abastecimento de rurais, embora dentro de todas as formalidades, servindo, deste modo, a prosperidade das suas colonias contrariando o desenvolvimento das alheias, onde escasseavam os cultivadores.

Os governos viam-se em grandes transes para poderem acorrer ás dificuldades insuperaveis que se lhes apresentavam.

Nessa época começava a ter um certo desenvolvimento o fabrico do chocolate; a sua materia prima procurava-se com afã e correria tudo admiravelmente se S. Tomé pudesse contar com os serviçais necessarios a determinadas iniciativas que se esboçavam, num verdadeiro desejo de fazer triunfar a colonia, enriquecendo os que nela lidavam.

Em todo o caso, ia-se trabalhar.

Inicio do desenvolvimento — Começou o estabelecimento de fazendas á maneira do Brasil, assistidas pelos proprietarios, que se lhe entregaram de alma e coração.

O primeiro colonial que tomou essa iniciativa foi Francisco de Assis Belard, que, ligado a Manuel Joaquim Teixeira, organizou as roças Santa Margarida, Monte Macaco e Maiamço, onde aquele lidou, enquanto o segundo tratava das que se denominaram Agua-Isé, Monte Café, Bela Vista, Santarem e Ilha das Rôlas (1855).

O terreno correspondia ao esfôrço insano destes homens, quando uma terrivel epidemia de varíola se propagou nas ilhas, produzindo desânimo e desgraças.

Juntavam-se a este flagelo as anteriores dificuldades, além da constante luta entre autoridades, embora, neste período, de menor intensidade, como se o trabalho tivesse o condão de deminuir as querelas.

Continuavam, porém, a falecer os meios de se realizar o trabalho. Não havia forma de se conduzirem os negros para a labuta que as ilhas requeriam e momentos houve de pura renúncia, logo transformado em maior vontade de vencer, embora os governos metropolitanos não compreendessem as vantagens a tirar dum auxílio ao grande centro produtor, que ia laborando a custo.

O seu café era afamado. Ganhara já foros europeus. Desde 1800 que a sua cultura prosperava. O governador João Baptista da Silva mandara-o transplantar do Brasil e pegara admiravelmente. O mesmo sucedia com o cacau. Todavia, caminhava-se muito vagarosamente. Ansiara-se por um poderoso impulso, que lhe foi dado, em 1861, pelo governador geral de Angola, conselheiro Sebastião Lopes de Calheiros Meneses, que, ao saber dos desastres produzidos pela varíola entre a população dos trabalhadores, ordenou a transferencia de negros daquela colonia para S. Tomé. Insuflara-lhe, deste modo, o sangue que lhe faltava. Começaram, imediatamente, as dificuldades.

É que para se manterem os produtos similares aos das ilhas, provindos das colonias britanicas, era necessario arrasar, por todos os modos, a labuta que ali se estava realizando. Sob a magnífica e humanitaria máscara de proibir o tráfico de escravos, a Inglaterra defendia os generos das suas possessões.

O comissario britanico Edmond Gabriel, acompanhado pelo comandante da sua estação naval, Edmondstone, dirigiu-se ao alto funcionario português, que era militar como ele.

Referiram-se á passagem dos negros para as ilhas em navios de vela e sobretudo nos da Companhia Mercantil, invocando as razões de que podia ali negociar-se nessa mercadoria.

Pretendiam ver cessar a exportação.

Apresentando-lhes argumentos convincentes, nem assim houve maneira de lhes refrear as intenções.

Já outros proprietarios, como João Maria de Sousa e Almeida e Manuel da Costa Pedreira, tinham-se associado nas vastissimas explorações das roças, cabendo-lhe a honra de iniciadores. O desenvolvimento acentuava-se e devia ser este o motivo do zêlo dos britanicos, aos quais se expunha como se estava procedendo dentro das leis e em conformidade com o tratado de 3 de Julho de 1842. Nenhum navio saía de Luanda para S. Tomé levando

mais de dez pretos escravos ou libertos, tirando estes os seus passaportes sob a responsabilidade de fiadores idóneos. Acompanhava as cargas uma relação dirigida aos governadores das ilhas, na qual se distinguiam as qualidades dos transportados.

Os agricultores tinham chegado a adquirir escravos e dar-lhes a liberdade, contratando-os de seguida, a fim de não se dizer tratar-se de negocio de «ébano», como se chamava ao esclavagismo.

JOÃO DE SOUSA E ALMEIDA

Os comissarios britanicos Gabriel e Huntley não deixavam de protestar contra aquelas concessões. Faziam buscas rigorosissimas aos barcos, impedindo as viagens dos pretos sob as mais fúteis razões e, ante o protesto de Sebastião Calheiros, relembravam a reciprocidade que, segundo o tratado, podiam exercer oficiais portugueses sôbre navios ingleses.

Propositadamente exageravam. Preguntava-se a um por um dos passageiros se iam por sua vontade para S. Tomé, e uma grande luta se travou, primeiro em oficios e depois na propria metropole. O governador geral de Angola deixara o seu cargo em 1862. Ocupara-o apenas durante um ano, mas a sua acção, permitindo a passagem dos serviçais para as ilhas, atraíra muita gente com capitais e a terra continuara a corresponder, a ponto de inteiramente se transformar dum campo de pelejas, como nos anteriores periodos, numa vasta e bem remunerada provincia de culturas.

Notaveis foram os seus progressos até 1875, em que se apresentaram novos obstaculos, aliás de prever.

O fim da escravatura — Pela lei de 29 de Abril de 1875 determinava-se que em igual data do ano seguinte se acabaria a escravatura. Automaticamente, os negros retomavam a sua liberdade. Sucedeu, porém, que as autoridades anteciparam o prazo e, a súbitas, os serviçais que ainda não eram forros encontraram-se livres.

Não havia ainda o programa para os contratos de trabalho; ignorava-se a forma de empregar, legalmente, esses trabalhadores que cairam sôbre a cidade desordenadamente, não como no tempo do seu compatriota amador, que queria ser rei, mas sem normas e sem guias. Era governador Gregorio José

MANUEL DA COSTA PEDREIRA

Ribeiro e os negros ficaram conhecidos por «gregorianos».

A fôrça publica era deficiente. Constava de um batalhão de Caçadose 2, comandado pelo major Antonio Joaquim da Fonseca, sessenta praças de

DR. MATEUS SAMPAIO

polícia e a canhoneira «Rio Minho». Os soldados estavam disciplinados, mas, encontrando-se muitos em Ajudá, maior era o número de pretos militarizados, provindos dos batalhões de Angola. Isto constituia um grande mal, mas o oficial superior, pedindo que se desembarcassem os marinheiros, juntando-os aos cinqüenta brancos de que dispunha, conseguira manter a ordem rigorosamente.

Sucedeu, porém, que durante largo tempo se estiveram aguardando os regulamentos do trabalho e a agricultura foi-se ressentindo de todas estas demoras inexplicaveis. Não se podia empregar os negros, que continuavam numa excitação nascida de se encontrarem livres e sem objectivo.

A colonia sofreu imenso. Tratava-se de mandar vir mais trabalhadores para a colheita do café, que não se fazia nesse ano de 1876, em que governou Estanislau Xavier de Assunção e Almeida. No seguinte a cultura foi deminuta, em virtude da maior parte dos frutos ter ficado nas árvores. A perda desses valores, quando mais se carecia de dinheiro, transtornou a vida de S. Tomé e Principe duma maneira profunda.

Havia ainda que contar com a hostilidade britanica. Os agricultores pretenderam contratar serviçais em pontos diferentes, mas apareceram os óbices.

Os negros da Libéria — Os americanos, a fim de darem um territorio aos negros forros, em 1822 quiseram estabelecê-los no seu país de origem. Instalaram-se primeiro numa ilha do Mesurado, depois na Monravia, na Guiné, rodeados pela Serra Leôa. Em 1847 os habitantes proclamaram-se independentes, vivendo, todavia, sempre, sob a protecção dos Estados Unidos, cuja Constituição imitaram. O presidente da republica formou o seu ministerio, havendo duas Camaras.

Foi a este país livre, apetrechado com tais elementos e vigiado pela America do Norte, que os agricultores de S. Tomé se dirigiram, em busca dos trabalhadores necessarios para as suas culturas.

Conseguiram arranjar dois mil e quinhentos, que livremente os acompanharam, e, sendo conduzidos a bordo de barcos britanicos, parecia que não deviam existir óbices por parte da Inglaterra. Sucedeu que as companhias inglesas deliberaram não transportar outros serviçais.

Os carregadores daquele país ameaçavam a Companhia de a abandona-

CUSTÓDIO BORJA

rem, desde que fizessem tais transportes.

Havia o proposito firme de arruinar S. Tomé.

Por esta época já se tinham estabelecido na colonia importantes agricutores, incitados pelo exemplo dos iniciadores. A familia Sousa e Almei-

da, a do que seria barão de Agua-Isé, prosperava a ponto de ser notavel a sua riqueza. O mesmo sucedia a outros, cabendo àquele a primazia do trabalho organizado com Belard, Costa Pedreira e José Maria de Freitas.

As campanhas britanicas — Pretenderam, então, os plantadores resolver o caso dos trabalhadores fretando um barco nacional para conduzir os seus contratados, sendo tomado o brigue «Ovarense», da firma Oliveira Belo e Rodrigues Formigal.

Foi-lhe concedido alvará e licença para ir á Serra Leôa buscar até quatrocentos indigenas. Embarcavam, para assistirem ao transporte, o consul da Libéria, o agente contratador Francisco Ferreira de Morais e um enfermeiro do hospital militar. O navio foi aprisionado pelas autoridades inglesas da Senegambia, como suspeito do tráfico de «ébano».

Debalde se exibiram documentos e certificados. Em 9 de Setembro de 1877 foram julgados e em 9 de Agosto de 1880, já governando na colonia Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, o tribunal de Londres absolveu os aprisionados, ordenando que os indemnizassem em oito mil libras e mais duas mil para os donos da carga. Sòmente se evitaram os contratos de trabalhadores da Libéria. Era o que se desejava e foi o que se conseguiu.

Aumentava, porém, o número de agricultores, que formaram roças modelares, tendo obtido grande nomeada alguns deles, além dos já citados como iniciadores da primitiva prosperidade das ilhas.

Em 1875, Andrade Corvo, ministro da Marinha, publicou o seu regulamento de trabalho indigena.

S. Tomé atría, com os capitais, gente nova, que teria, no futuro, compensações enormes e uma justissima nomeada. A colonia foi uma forja de energias premiadas com a fortuna.

Os angolares — Os negros que tanto davam que falar desde o seculo XVI viviam nos seus matos, sem que os cultivadores se atrevessem a procurar instalar-se na região. Houve, porém, um médico militar, Mateus Ribeiro de Sampaio, que tentou a proeza. Transmontano, de Vilar de Maçada, concelho de Alijó, fôra para a ilha exercer clinica, mostrando-se muito desprendido de lucros. Bastava-lhe o seu soldo de cirurgião militar, acumulado com o de chefe de saude e de facultativo civil. Fôra delegado de saude na ilha do Principe (1873) quando duma rebelião de degredados e praças do exército contra o governador visconde de Santa Margarida, ou seja aquele major Antonio Fonseca que manteria a ordem, mais tarde, quando da alforria. Um sargento que chefiara a sublevação foi preso pelo clinico, visto a oficialidade ter abandonado o seu superior.

Dirigira-se para os Angolares; conseguira ocupar pacificamente a região instalando nela varios trabalhos agricolas, com a cooperação de varios socios, e exercendo uma justa influência sôbre aquele gentio bravo, o que lhe valeu o cognome de «homem de ferro». Casando com Maria Augusta de Bustamante, filha dum dos grandes agricultores da região, ele, juntando os seus haveres, passou a dominar em mais da quarta parte da ilha e que trespassaria depois (1891) á firma visconde de Vale Flor, cuja acção em S. Tomé foi tambem de alta valia.

Governou interinamente, em 1876, a colonia, Custódio Miguel Borja, que devia, mais tarde, (1884-1886) exercer o cargo. De 1879 a 1881 ocupou aquele lugar um civil, Vicente Pinheiro Lobo Machado (Pindela), que foi muito do agrado dos agricultores, sucedendo-lhe o capitão de fragata Francisco Teixeira da Silva.

A colonia prosperava, acorriam novos braços e pouco tardou que o desenvolvimento se acentuasse largamente.

Criaram-se, sucessivamente, belas e formidaveis empresas, levadas a cabo por plantadores como os Bustamante, os Belard, Pedreira, Jacinto Carneiro, Sousa e Almeida, Vera Cruz e Almeida, Mendes da Silva, Sousa Lara, Antonio Ferreira do Amaral, D. Aurora de Macedo, Armando Soares Franco, Bensaude, D. Claudina Chamiço, condes de Almeida Araujo e Sousa e Faro, Henrique José Monteiro de Mendonça, Jeronimo José Carneiro, João Baptista de Macedo, Francisco Mantero, Ferreira Marques, José Constantino, que seria marquês de Vale Flor, Nicolau dos Santos Pinto, viscondes de Cantim e de Santa Margarida, Salvador Pantoja e muitos outros.

Em 1886 foi nomeado governador Augusto Cesar Rodrigues Sarmento.

CAPITULO X

COMANDO DE S. JOÃO BAPTISTA DE AJUDÁ

Seu inicio, grandesa e decadencia — O dominio português
Tentativa de proctetorado do pôrto de Aden

Fortaleza de S. João Baptista de de Ajudá — Foi no reinado de D. Pedro II que se ordenou ao governador de S. Tomé o estabelecimento dum forte ou feitoria na costa dos Escravos, pôrto de Agra. Era aquele delegado do rei o capitão-general Bernardim Freire de Andrade, que tendo acabado o seu trienio, na colonia, ajudado pelo seu sucessor Jacinto de Figueiredo e Abreu, partiu para Ajudá, em 1680, e obtendo as licenças respectivas, instalou a residencia fortificada.

Pertencia o territorio ao terrivel rei do Dahomé.

Ali se armazenaram as mercadorias, juntando-se os escravos, propriedade da corôa portuguesa, em cabanas, sob a protecção do forte. Uma guarnição militar adequada se aquartelou em Ajudá, nomeando-se para ali um governador, que assim vigiava na costa da Mina os interêsses nacionais. Dependencia de S. Tomé e Principe na carta colonial, começou a ser muito respeitada não só pela gente do país como pelos estrangeiros. O rei do Dahomé tinha na cidade o seu agente, o «avogá», cuja missão era tratar com os alheios ao país que nele lidavam ou pretendiam residir.

Recebia quatrocentos mil réis anuais de Portugal. Os ingleses e franceses, que ali tinham as suas feitorias, pagavam, igualmente, o dízimo. O negocio era avultado, tanto em mercadorias como em negros, tornados fazenda de troca, e os negociantes afluiam ali, vindos da Mina e doutros portos.

Os holandeses, ao apossarem-se, durante o dominio espanhol em Portugal, de parte das nossas possessões naquela região, mal contavam que um dia teriam como concorrentes os netos dos descobridores expoliados.

Em 1797 governava a fortaleza de S. João Baptista de Ajudá o capitão de infantaria Manuel Bastos Varela Pinto Pacheco, cavaleiro de Sant'Iago, tendo como escrivão do almoxarifado Manuel Camilo de Lelis e Almeida. O antecedente chefe chamava-se Francisco Antonio da Fonseca Aragão. Tendo sido ali escrivão Francisco Felix de Sousa, em 1803, ganhara enorme prestígio e poderio na terra, que não quis abandonar quando dali se retirou a guarnição.

Esta compunha-se de cinqüenta e três soldados, os quais recebiam um parco e minguado soldo. Duma conta de seus prés sabe-se que receberam, durante três meses, 331$648, pagos em buzios, moeda regional.

Cada praça usufruia, pois, por mês, 2$085 réis, o que representava uma miseria.

Costumes de Dahomé — Os dahomeanos, apesar do seu selvagismo, que os levava a praticar sacrificios humanos, viviam em grande amizade com os portugueses, que o seu rei, o «adarunzá», sempre tivera empenho em distinguir.

O primeiro rei da sua dinastia, Adarunzá I, usurpara aquele país no fim do seculo XVII e juntara-lhe o reino de Ardra, em cujo ambito existe o forte de Ajudá, tomando, igualmente, o pôrto de Jaquem e a Costa dos Popás. O soberano dispunha da vida dos seus vassalos. Estes, ao verem-no, prostravam-se, cobrindo a cabeça de terra, sem o que incorreriam em terriveis castigos. O seu palacio de Abo-

mé possuia um subterraneo, espécie de panteão real, e a eça do monarca falecido colocava-se sôbre um muro de barro amassado com o sangue de cem cativos das guerras. Destinavam-se a servir o soberano no outro mundo. Oitenta bailadeiras reais e cinqüenta soldados da guarda do falecido eram obrigados a descer a essa catacumba e, entre folguedos, levando consigo víveres para largo tempo, dispunham-se a acompanhar o monarca. Cimentava-se a entrada do tumulo vastissimo e eles ali ficavam até se extinguirem. O primeiro ministro, o «Mingá», herdava, com outros grandes, as mulheres que ficavam no serralho régio e bem assim os presentes que o principe enviava a seu pai. Ao cabo de dezoito luas, ou mais, ia buscar-se ao jazigo a caveira, já consumida, do soberano e o seu sucessor mostrava-a ao povo, sendo só então aclamado.

PORTAS DA CIDADE DE ABOMÉ

Começavam as ofertas ao monarca. Os chefes das feitorias dos brancos eram obrigados a levar-lhe os mais ricos presentes. Contra aqueles selvaticos costumes, que demonstram o enorme poderio do soberano, nenhum estrangeiro podia protestar sem riscos sérios. Os indigenas aceitavam-nos sob o terror e o hábito. Adoravam o Sol, mas não se lhe dirigiam, fazendo as suas preces e oblatas a feitiços.

Os missionarios tentaram converter ao cristianismo alguns dahomeanos e em 1798 o proprio rei estava para aceitar o baptismo quando a morte o levou. Parece que isso obstou a que os sucessores pensassem em imitá-lo na crença, pelo «feitiço dos brancos».

Havia, porém, catolicos entre o povo, assim como maometanos.

Singularissimos costumes e leis dominavam no país. O rei era o explorador da prostituição pública. Às pretinhas aprisionadas na guerra ensinavam-se danças lascivas, e entregando-as a determinadas alcovetas, estas eram obrigadas a pagar ao monarca a paga da venda das mocinhas.

A acção portuguesa — Foi sob o dominio daqueles reis que se fundou a fortaleza, indo todo o material para a sua construção a bordo da nau «Madre de Deus» e na fragata «Santa Cruz».

Os capuchinhos italianos que viviam em S. Tomé largaram imediatamente numa missão, que foi dirigida por frei Francisco de Monte Leone, o qual acabaria no Dahomé tido como um santo.

A Companhia de Cacheu e Cabo Verde estabeleceu o seu entreposto na ilha do Principe e deliberou pagar as despesas da fortaleza de Ajudá, nomeando os seus «directores». Era esta a designação que se dava aos que a governavam, mesmo após a extinção da Companhia.

Largo tráfego ali se fez durante muito tempo, sobretudo com o Brasil, mas começou a diminuir quando da separação deste emporio de Portugal.

Um grande abandono se deu. Fazendo parte do dominio de S. Tomé e Principe, de quando em quando eram mandados para Ajudá os oficiais que se pretendia castigar. Tambem se enviavam para curas da freguesia alguns padres de côr, que não inspiravam respeito aos indigenas. Por fim deu-se o completo esquecimento da existencia do forte, tendo ficado ali, por sua conta, o ultimo escrivão do almoxarifado, Francisco Felix de Sousa.

O predominio dos Sousas — Era este funcionario oriundo do Brasil, no tempo em que ele pertencia a Portugal. Apoderando-se da feitoria, arranjou forma de entrar em largo tráfico de escravos. Ocupava todos os portos, o

que lhe dava enorme importancia aos olhos dos dahomeanos.

As freqüentes guerras do país eram a sua principal fonte de receita, porque, havendo grande número de prisioneiros, ele se encarregava de os vender aos mercadores estrangeiros que ali aportavam, dividindo os lucros com os magnates. Possuia o monopolio. Em 1820 chegara a haver dezassete navios á carga da mercadoria no pôrto de Agra.

Crescia em bens o brasileiro, que preferira adaptar-se á vida da região a procurar noutros lugares mais digno modo de ganho. Era riquissimo e quando podia liquidar os seus capitais estava adaptado.

Travara-se uma grande luta entre os partidos ou bandos dahomeanos. Ele, ajudara a subir ao trono do país a Guezó, seu amigo, que, em 1817, lhe conferiu o título de Xáxá, isto é, «governador de todos os brancos».

Redobrou a sua influencia. A sua fortuna desenvolveu-se na sombra deste poderio imenso. Obedeciam-lhe. Não se fazia coisa alguma sem o seu assentimento e os estrangeiros tratavam com ele das suas combinações. A sua residencia era como um palacio; em volta edificara centenas de cabanas para os servos.

Em relação a Portugal, era pouca a sua fidelidade. Diz-se que, ao ter notícia da independencia do Brasil, mandara oferecer o senhorio do pôrto ao govêrno deste país. Ostentara até a bandeira brasileira; de «forte brasileiro» trataram Ajudá. Era confidente do rei.

Em 1847, ao falecer, deixara cinqüenta e três filhos, como um patriarca. Estes eram os reconhecidos, porque muitos outros teve de pretas e mulatas.

Começara a luta entre eles. Todos queriam passar a «Xáxás», e o soberano, não tendo por eles as considerações votadas ao pai, deixou-os largo tempo a degladiarem-se.

Alguns estabeleceram-se e continuaram no tráfego; outros gastaram as fortunas na luta.

Havia, porém, um deles, de nome Isidoro Felix de Sousa, que o autor dos seus dias mais distinguira, mandando-o educar ao Brasil e a Inglaterra.

Era um civilizado. Quando, em 1852, o governador de S. Tomé, José Maria Marques, pensou em retomar a antiga preponderancia em Ajudá, foi a ele que se dirigiu. O «Xáxá», acabara por ter este título, recebera tambem os de governador militar e civil da feitoria, com a patente de comandante de milícias.

Morreu em 1858. Sucedeu-lhe seu irmão Francisco Felix de Sousa, que o rei dahomeano investiu naquela honraria, sendo mais indigena do que português e não fazendo coisa alguma de util para a nação. Considerava-se vassalo do soba, que o tinha como um dos seus melhores súbditos. Vivia á moda da terra, com todos os seus.

Os oficiais portugueses que, de quando em quando, para lá se mandavam, não lhes pagando o soldo, ficavam subordinados a esta família Sousa. Assim sucedeu em 1844 ao tenente de infantaria Libano, em 1849 ao tenente de milícias Quaresma, em 1851 ao alferes Elerpech e depois ao seu camarada Justino.

O restabelecimento da autoridade — Ordenara-se, em 1859, a ida da escuna de guerra «Cabo Verde» àquela região, sob o comando do segundo tenente Francisco Assis Silva, que tentou desembarcar com o padre Claudio Furtado de Lencastre. A dificuldade da atracação era enorme; a canoa voltou-se, fugindo os pretos minas, seus remadores, e ficando preso o homem do leme.

O tabelião da fortaleza, José Pinheiro de Sousa, o «Itaparica», ordenou a captura dos minas, ás ordens do rei do país.

Averiguou-se como diminuira, duma forma até desprimorosa, o predominio português na região. Sabia-se que, em virtude do abandono da fortaleza, o soberano desejava cedê-la aos padres franceses, no que concordava Francisco de Sousa, o qual os mandara lá instalar.

Enviara-se um navio de guerra, a «Napier», para obstar a mais desacatos. Tomara esta decisão o governador de S. Tomé, Xavier de Almeida, em 1865, sendo comandante o tenente de marinha Carlos Eugenio Correia da Silva, que seria visconde de Paço de Arcos. Embarcaram com ele um capelão e um alferes, destinados á freguesia de Ajudá e ao govêrno da fortaleza, além de alguns soldados para a guarnecerem.

Os agentes estrangeiros foram cumprimentar os portugueses, instalados numa das casas do Sousa, mas o representante da França e os padres desta nacionalidade não apareceram.

O «avogá», delegado do rei do Dahomé, recebeu-os muito bem e começou a tratar-se da questão. Fran-

SACRIFÍCIOS HUMANOS NO DAHOMÉ

cisco de Sousa declarava não ter sabido da instalação dos missionarios na feitoria na qualidade de franceses. Julgava-os apenas religiosos que procuravam abrigo. O «avogá» redarguiu:

«Que bem sabia que o forte era dos portugueses e de ninguem mais, pois que um rei do país dera o direito de fazer um forte, enquanto aos outros brancos só se consentira que fizessem casas fortes; que tendo a nossa nação parecido abandonar aquele ponto, pois não se lembrava de mandar para ali pessoa alguma, que então o rei do Dahomé deixara que os padres franceses para ela fôssem, visto que faziam muito bem; mas que era nosso, que ninguem o podia negar e que fôssemos para lá quando quisessemos».

Assim falou o «avogá» ao tenente Correia da Silva, que, dirigindo-se ao coronel francês, o ouviu reconhecer os direitos dos portugueses, não querendo, todavia, que fôssem expulsos os missionarios.

Deu-se-lhes um prazo para sairem; queria-se içar a bandeira portuguesa solenemente na fortaleza, tomando-se posse dela.

Com efeito, o acto realizou-se, indo, depois, os representantes de Portugal entregar presentes ao rei do Dahomé.

Em 1878, o tenente Lourenço da Rocha, que governava Ajudá, foi forçado a ir a Abomé, por ordem do rei, assistindo a terriveis sacrificios humanos.

Continuou depois, normalmente, a situação em S. João Baptista de Ajudá, dependente dos governos de S. Tomé e Principe e denominado «comando militar».

Daí em diante ficou largamente assegurado o dominio português; nomearam-se governadores e guarnições para Ajudá, que mantêm na região o prestígio da bandeira nacional.

Cabe aos governadores das ilhas prover a tudo quanto lhe diga respeito, assegurando-se-lhe o prestígio que durante tanto anos lhe faltou.

Por um tratado que o governador de S. Tomé, Custódio Borges, mandou negociar pelo secretario geral dr. Bernardo Mendes Leite, juntou-se á soberania de Ajudá o grande bairro que forma o prolongamento do pôrto de Adra. O representante de Portugal entendeu-se com o proprio principe Conhondú, depois rei Benhanzim, que devia ser vencido e destronado pelos franceses (1894) e internado em Fort de France (Martinica).

A ocupação fez-se desde logo (8 de Setembro de 1885), proclamando-se o protectorado da costa maritima, o que se realizou em cinco dias, e comunicando-se o facto ás autoridades consulares, fazendo-se as notas exigidas pelo artigo 34.º, capítulo VI da acta da Conferência de Berlim. Logo se arranjaram ali trabalhadores. O ministro da Marinha e Ultramar aprovara aquela acção, mas o seu sucessor, Henrique de Macedo, negava o tratado de Aguanzum, que se celebrara, desaparecendo deste modo as vantagens obtidas.

Ao findar a campanha de França contra o Dahomé, ficou o forte secular dos portugueses encravado em territorio francês.

ANGOLA

Angola é catorze vezes maior do que Portugal. Mede 1.300.000 quilometros quadrados; tem perto de 5.000.000 de habitantes. As suas fronteiras confinam com o Congo Belga, o Congo Francês, a Zambezia britanica, o Sudoeste Africano. Ao oeste o Oceano Atlantico.

Seus portos e baías são Lândana, Cabinda, Ambriz, Ambrizete, Santo Antonio do Zaire, Luanda, Barra do Quanza, Lobito, Benguela, Catumbela, Mossâmedes, Elefantes, Pôrto Alexandre e Baía dos Tigres.

Os rios, alguns deles magnificos, que desaguam na costa, denominam-se: Zaire, Chilongo, N'brige, Quanza, Loge Dande, Copararo, Caroca e Cunene. Os do interior são: Cuilo, Cuango, Cassai, Lucala, Zambeze, Cuando e Liambai.

Divide-se a vastissima colonia em distritos de importancia, não só pela sua produção mas pelas extensões de verdadeiras provincias: Zaire, Luanda, Cuanza Sul, Benguela, Mossâmedes, Congo, Quanza, Norte, Malange, Lunda, Moxico, Bié e Huila. Cada um deles tem a sua história. Ha, ainda, as intendencias de Cabinda e Huila.

Os produtos angolares de maior valia são: a' borracha, cana, café, algodão, cera, mandioca, marfim e oleo de palma.

Os seus cabos chamam-se: Ponta N'gelo, Padrão, Dande, Ledo, Salinas, Santa Maria, Santa Marta e Negro.

ANGOLA
Escala - 1/8.750.000
CONGO BELGA
Rio Zaire
Landana
Boma
Sto António do Zaire
Noqui
Maquela do Zombo
Cuango
S. Salvador
Damba
ZAIRE
CONGO
Santa Pombo
Ambrizete
Ambriz
Quibaxe
Camabatela
LUANDA
CUANZA NORTE
Catete
Dala-Tando
Malange
MALANGE
Quela
Muxima
Dondo
CUANZA SUL
Nº Gaia
P. Amboim
Gabela
Nº Redondo
Pto do Lobito
Egito
Catumbela
Benguela
BENGUELA
Nova Lisboa
Silva Porto
Lepi
Ganda
BIHÉ
Chitembo
Quilengues
Vª da Ponte
Serpa Pinto
Mossâmedes
MOSSÂMEDES
Sá da Bandeira
Pto Alexandre
Bª dos Tigres
HUILA
Mutano
Vª Pereira d'Eça
Rio Cunene
Dirico
ÁFRICA DO SUDOESTE
LUNDA
Carumbo
Veríssimo Sarmento
Henrique de Carvalho
Traz-os-Montes
Nª Chaves
Camº de ferro
Teixeira de Sousa
Vila Luzo
MOCHICO
Cassamba
Vª Cangamba
Vª Gago Coutinho
RODÉSIA
Rio Zambeze
OCEANO ATLÂNTICO
12°
16°
20°
24°
6°
10°
14°
18°
M. Teste. des.

CAPITULO XI

DOS PADRÕES Á RECONQUISTA

Os reis do Congo e os portugueses — Os holandeses aliados dos indigenas — Salvador Correia de Sá e os seus capitães

D. João II incumbira Diogo Cão de implantar três padrões, no territorio descoberto junto ao Zaire (1485). Ele colocou um, o de S. Jorge, na ponta que hoje se intitula Padrão. Soube pertencer a região ao celebrado soberano do Congo — um imperador, o Manicongo — e tendo conduzido alguns dos seus vassalos ao reino, quando lá voltou (1486), eles tão bem tratados se disseram, que boa paz se estabeleceu. Prosseguiu na viagem e descobrindo toda a costa da Angola e Benguela plantou outros padrões, Santo Agostinho, junto do rio Padrão, outro no Cabo Negro. Tratou com o monarca poderoso de tão dilatadas terras e consentiu em enviar nas naus alguns filhos de seus «grandes», a fim de receberem baptismo (1490). O navegador vincara o dominio nas pedras de Ielala.

No ano seguinte, a familia real tambem se cristianizou e foi construida a igreja na capital.

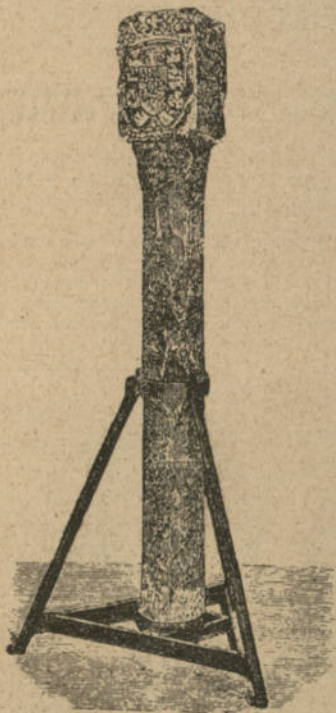
Começara um tráfico pingue, mas as descobertas mais para o oriente, a ansia de chegar ao Prestes João, geravam o abandono de Angola e não se fez a penetração, quasi se desdenhou o litoral, porque a India e o Brasil atrairiam todas as ambições.

Todavia, os armadores de S. Tomé começaram em negocios com os angolares, e de tanta monta eles eram, que o rei do Congo, receando pela ilha de Luanda, que era sua, e vendo preteridos os seus estados nesse tráfico, fez uma queixa a el-rei D. João III, sendo proibidas aquelas relações comerciais. O rei de Angola não concordou e, por sua vez, mandou embaixadores a Lisboa, solicitando paz e a continuação dos entendimentos exactamente como sucedia com o rei do Congo.

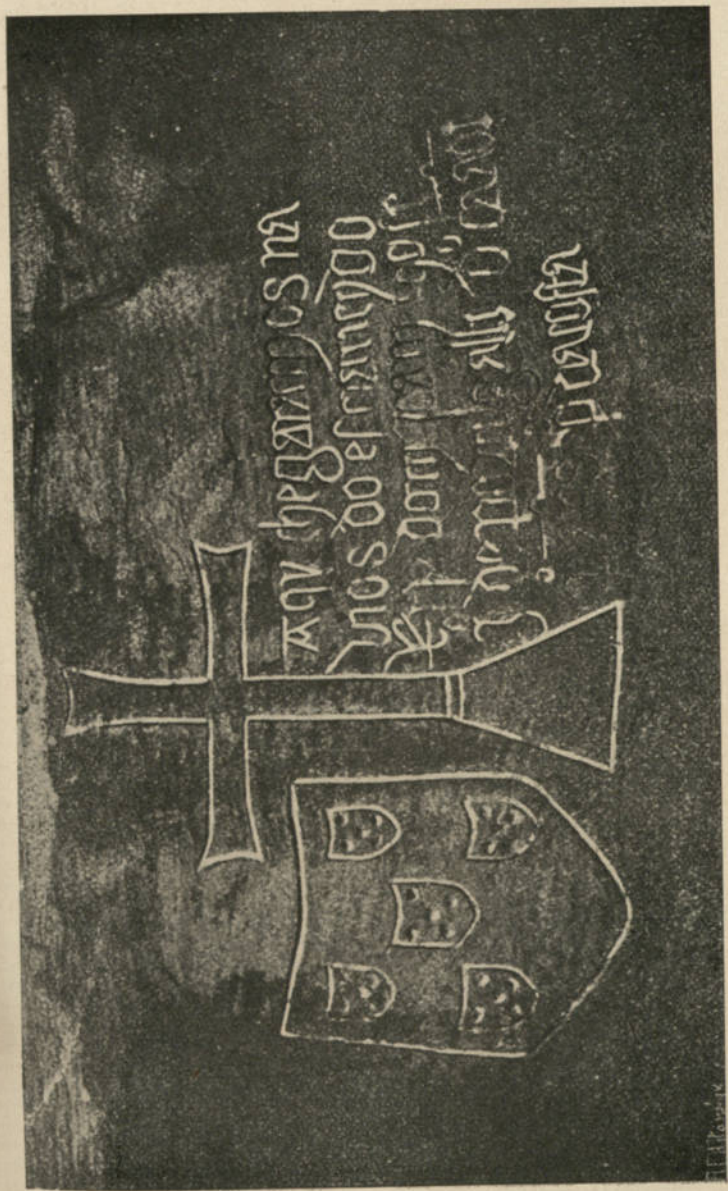
A conquista — Regia o país a rainha D. Catarina, viuva de D. João III, e foi ela quem ordenou a Paulo Dias Novais, neto de Bartolomeu Dias, que fôsse, com três caravelas, em armas,

D. CATARINA, VIÚVA DE D. JOÃO III, QUE ORDENOU O TRÁFICO EM ANGOLA

levar presentes àquele soberano, reatando as relações do negocio e penetrando na intimidade dos senhores da vasta e rica terra (1559). Ao chegar, soube ter falecido o monarca que tais garantias solicitara, mas o filho estava nas mesmas intenções e determi-

nou recebê-lo na sua cidade. O português foi com vinte homens, dando ordem aos das naus para largarem no caso dele não aparecer no fim de determinado tempo. O soberano demorava-o, mas como houvesse guerra contra ele, desencadeada pelo soba de Matamba, o Quiloange, solicitou do

PADRÃO DE DIOGO CÃO

navegador assistencia maior, que iria buscar á metropole. Perdeu muito tempo na côrte, aguardando a subida de D. Sebastião ao trono, e só em 1575 chegou a Angola, com ordens terminantes de a conquistar, povoar e governar. Conferiram-se-lhe larguissimos poderes. Acompanhavam-no trezentos e cinqüenta homens, nem todos á guerra afeitos, sendo muitos artífices. Iam tambem padres e aventureiros. Desembarcaram, aparatosamente, na ilha de Luanda, onde moravam já quarenta portugueses que do Congo se tinham mudado. Construiu-se uma igreja; o primeiro governador de Angola nomeou D. Pedro da Silva, fidalgo congolês, para ir participar sua chegada ao rei de Angola. Seria o portador de presentes, que foram logo retribuidos, isto apesar do monarca do Congo avisar o seu feudatario e vizinho que devia ter desconfiança dos portugueses. Pedro da Fonseca, parente de Paulo Dias de Novais, assistiu ao conselho real e durante três anos foi possivel viver em harmonia. Fundara-se a vila de S. Paulo de Loanda e erigira-se nela a igreja de S. Sebastião. Construia-se, tambem, a fortaleza de Auzele, e por este tempo o soberano, vendo que os factos correspondiam aos avisos recebidos, deliberou fazer-lhe guerra. Era em 1578. Um exército enorme marchou para cercar os cento e cinqüenta portugueses, que resistiram bravamente. Chegaram do reino outros tantos (1580) e com eles se realizou a conquista de Hemba e parte da Quissama.

O governador ia cumprindo a sua missão; já não havia no trono de Portugal mais de que uma sombra: o cardeal D. Henrique. O rei desaparecera em Alcacer-Quibir e aquele punhado de valorosos guerreiros avançavam na luta como se ainda vivesse quem lhes ordenasse a acção. Sob o dominio filipino se continuou. Aumentava desmedidamente o exército do rei de Angola. Aliava-se com todos os sobas, convencidos de que seriam despojados se o conquistador não encontrasse resistencia, mas, apesar dessas fôrças formidaveis, nova derrota os feriu junto ás minas de Cambambe. Bastaram trezentos portugueses e os negros adestrados para a peleja (2 de Fevereiro de 1583). Começava a construção de Massangano e como chegasse mais gente da metropole, uns duzentos homens, intentou-se ir mais além. Três anos depois, assenhoreavam-se de Golungo, e avançando-se sôbre o morro de Benguela, lá se instalou um presidio. Pouco tempo se aguentou porque os portugueses se descuidaram da sua defesa e os negros os trairam (1587). O chefe não descansava; seu grande desejo era bater-se e conseguir o inteiro dominio. Por isto preparava uma expedição ao Dongo (1589), cujo fim consistia em

INSCRIÇÃO DE DIOGO CÃO, GRAVADA NAS ROCHAS DA CATARATA DE IELALA, QUANDO, EM 1484, O NAVEGADOR PORTUGUÊS DESCOBRIU A EMBOCADURA DO RIO ZAIRE OU CONGO. FOI MANDADA DESTRUIR, EM 1905, PELOS BELGAS

queimar a cidade — a cabanza (capital) — havendo-se ás mãos o rei, vingando nele a morte dos soldados, vítimas da traição dos negros, em Benguela. Não quis o destino que o governador pudesse realizar essa obra. A morte surpreendeu-o no meio dos preparativos da campanha.

Aberto o seu testamento, leu-se que nomeava seu sucessor Luiz Serrão. Os suzeranos angolares, reunidos, os de Angola e Ginga, aguardaram a chegada do novo capitão, derrotando-o junto ao Lucala (1590). Entrando em Massangano, tiveram que sofrer o cêrco apertadissimo. A derrota fôra de tal tômo que os vencedores levaram três dias a reunir despojos. De Luanda partiram setenta e oito homens brancos com o capitão Luiz Mendes Raposo e a muito custo conseguiram libertá-los.

Os sobas estavam todos em guerra. Ao cabo dum mês o chefe morria. Tomou o comando o capitão-mór André Ferreira Pereira, que não se deu a grandes empresas. A fim de manter o moral das tropas e o receio nos negros, rasiava nos pequenos sobados e acabara por entregar o govêrno a D. Francisco de Almeida (1592).

Quarto governador — Uma poderosa esquadra de bons apetrechos, conduzindo quatrocentos homens de pé e cinqüenta cavaleiros de boa fama, entre eles D. Jeronimo de Almeida, irmão do governador, chegou a Angola. Iam a bordo alguns jesuitas, cujos consocios já tinham conseguido certa influência no ânimo dos negros de algumas regiões. Com tão grande auxílio podia dilatar-se a conquista; porém, os ignacianos, começaram em desacôrdo com o comandante e com seus capitães, Lopes de Sequeira e Baltasar Rebelo. Marchou-se para o sertão, a fim de se realizar o dominio, mas foi tal a intriga desenvolvida pelos padres, que, dentro em pouco, em pleno mato, os assaltantes se dividiam em bandos. Os pretos frècheiros, obedecendo aos reverendos, fugiram.

Tudo isto tinha por motivo todos os sobas, ao serem avassalados, pedirem um amo. Os padres conseguiam que eles os escolhessem, porque, já de ha muito, corria seu interêsse entre os negros, mercê da infiltração. Os capitães, que se batiam, não concordavam com semelhante dominio e daí a sisania. Dizia-se que os jesuitas os levavam pacificamente; do reino declarava-se que eles os furtavam á obediencia real ao soberano e aos capitães. Sentia-se a tática seguida mais tarde na penetração do Brasil, conseguindo, por muita paciencia, zêlo e dedicação, subordinarem os gentios e assim exercerem govêrno. De Madrid ordenara-se que não fôsse consentido mais aquele designio; D. Francisco de Almeida pretendeu cumprir a ordem, mas teve que lutar. Excomungaram-no. Deixou o exército; embarcou-se para o Brasil, aterrado. O irmão, D. Jeronimo, teve que assumir o comando quasi á fôrça e mudou a sua forma de combate. Foi contemporizando sem submissões e conseguiu fundar o presidio de Quissama, em pleno sertão. Seria uma enorme riqueza, pois ficava junto ás minas de sal, tão necessario para aqueles povos, que muito caro o pagavam, chegando a servir de moeda.

Tivera notícia de outras minas mais preciosas, as de prata, do Cambabe, cuja lenda enchia a Africa, mas encontrou a deter-lhe a passagem o rei Cafuxe, tão poderoso como o de Angola. O comandante, doente pelas febres, entregou a chefia a Baltasar de Almeida e recolheu a Luanda. Este bateu-se mas perdeu a batalha. Ficou ali o melhor da falange; o resto recolheu a Massangano. Quando o governador, já restabelecido, chegou, era tarde.

Tinha-se, porém, grande desejo da posse do país. Mais quatrocentos homens chegaram do reino. Na armada foram conduzidas as primeiras brancas que Angola viu. Eram doze convertidas, gente de má nota a caminho da regeneração e que deviam procriar na colonia. O novo governador chamava-se João Furtado de Mendonça.

O rei Cafuxe — Conseguiu o recém-chegado sujeitar os régulos de Icolo e Bembo, mas havia fome e epidemias em Luanda e Massangano, estando esta, para demais, cercada. Rebelo de Aragão conseguiu libertá-lo, mas a custo de muitos sacrificios, batendo o régulo de Quissama e edificando o presidio da Muxima.

Cafuxe não se aquietava. A sua grande vitoria tornava-o orgulhoso em demasia; era, porém, cheio de jactan-

cia e pouco hábil, pois atacava, ao mesmo tempo, o seu rival, rei de Angola, e os portugueses. Por este tempo, tal importancia se deu aos serviços prestados nesta região, que foram considerados como os feitos da na India e na Mauritania.

João Rodrigues Coutinho (1602) levou consigo, do reino, poderes dos mais extensos. Ia substituir Furtado de Mendonça.

Os jesuitas acolheram-no como a um dos seus. Organizou um exército magnifico e avançou contra Cafuxe, que esperava derrotar. Os padres auxiliavam-no; a disciplina reinava, mas a morte não se compadeceu do guerreiro, que se finou ao cabo de seis dias de doença.

Recolheu seu testamento o padre Jorge Pereira.

A luta entre os capitães iniciou-se desde logo.

Disputavam a sucessão, mas o jesuita conseguiu acalmá-los, ao fim de muitos esforços, cabendo o mando a Manuel Cerveira Pereira, que se preparou para derrotar o rei tão temido. Com efeito, desbaratou-o. O régulo de Cambambe fugiu. O soberano de Angola mandou-o degolar.

Ali se construiu um presidio, no alto do Quanza, junto ao qual se diziam as famosas minas de prata. Dominou os sobas de Musseque e acabou recebendo a vassalagem de todos, inclusivé do monarca angolense. Desceu a Luanda e iniciou obras de valia. Foi um grande capitão e administrador. Isto, porém, de coisa alguma lhe valeu, porque D. Manuel Pereira Forjaz (1606) entrara na colonia disposto a condená-lo.

Os holandeses — O anterior chefe foi preso e remetido para Lisboa nesta condição aviltante. Paio de Araujo, capitão-mór de Cambambe, sendo chamado a Luanda, deu motivo a que os negros cercassem o presidio e tê-lo-iam conquistado se o alferes-mór Roque de S. Miguel e Aragão Rebelo não o tivessem salvo. Eles iam com uma expedição (1607) destinada a Moçambique quando se lhes deparou aquela luta. Venceram os rebeldes, sendo tributados os régulos. O governador mudara o presidio de Muxima.

Os holandeses, tão animados do desejo de posse das colonias portuguesas, tanto no Brasil, como na India e Africa, tinham-se instalado no pôrto de Pinda (no Zaire), esperando deter-se ali muito tempo, criando uma colonia. Preparavam uma fortificação, porém a esquadra portuguesa afugentou-os (1609). Dois anos depois, D. Manuel Pereira Forjaz morria de-repente (12 de Abril de 1611).

Décimo governador — Por carta real de 1613, fôra nomeado D. Gonçalo Coutinho, mas não partiu. Elegera-se alguem que devia lidar admiravelmente na colonia. Chamava-se Bento Banhas Cardoso. O bispo, a Camara, os nobres tinham-no escolhido. Mostrou, desde logo, a sua têmpera. Á menor rebelião lançava-se impetuosamente contra os sublevados, venciaos, e o castigo durissimo não se fazia esperar. Procedera assim contra os reis de Angola, de Chilongo, de Quissama. Enforcava e degolava os que podia apanhar e não se detinha na conquista. Junto ao Lucala, famoso já pela derrota ali sofrida pelos portugueses, construira um presidio, que seria transferido para Ambaca.

Quatro anos dominou. O rei de Quilonga foi degolado; o soba Bamba Tungo, que traíra o governador, teve igual sorte. Rebelaram-se outros no Dongo e Matamba; correram sôbre Cambambe, que resistiu, mas as vitorias sucederam-se, a ponto de ser aprisionado o soba Naboangungo.

Por esta época (1615) voltava Manuel Cerveira Pereira com a sua reputação ilibada e a nomeação de conquistador e povoador do reino de Benguela.

Benguela — De reino se intitulava este territorio, que Luanda limita ao norte, ao oeste o reino de Mozamba e o Cuango e ao sul Bambo e Macoades, ficando ao oeste o Atlantico.

Territorio de vegetação maravilhosa, entre montanhas, vasta de águas, era a cobiça não só dos holandeses, que pretendiam dominá-la, mas região muito amada pelos negros, que procuravam defender suas riquezas.

Manuel Cerveira Pereira foi governando Angola, com mão firme, e em 1617 lançou-se no empreendimento para que o tinham nomeado. Ficara no seu posto Antonio Gonçalves Pita. Armara quatro navios e um patacho e chegou a Benguela-a-Velha, junto ao rio Longa, onde já houvera um presidio no tempo de Paulo Dias de Novais. Não achou bom o sítio. Velejou de novo e deu no lugar da baía

de Santo Antonio; tomou posse com a solenidade da praxe.

O soba acorreu em protestos e logo em guerra. Bateu-o. Vira-o internar-se no sertão e erguera-se a fortaleza de S. Filipe, em honra do rei espanhol (1617).

Como não podia abandonar a futura cidade aos acasos duma sortida dos indigenas, avançou pelo mato, venceu em cinco batalhas os régulos do Dombe e prosseguiu.

O grande soldado não tinha sorte com os subordinados; levantara-se a intriga contra ele. Entravam os padres no conflito, talvez porque se tratava, de novo, da questão dos amos escolhidos pelos sobas.

Amarraram-no; meteram-no num barco podre e assim foi conduzido a Loanda o edificador de Benguela. Já governava Angola Luiz Mendes de Vasconcelos (1617). Viu chegar o herói e sentiu, talvez, a emulação. É que andara guerreando com o forte potentado Ginga Bandy, que derrotara, tomando-lhe enorme número de «grandes». Entre os prisioneiros ficaram a mulher e os filhos do vencido. Tinha muito de que se gloriar para fazer caso do capitão remetido de Benguela. Novamente aquele governador foi contra o Ginga. Tornou a batê-lo, bem como ao rei do Dongo, avassalando-o sob o tributo de cem escravos, que devia pagar por ano ao rei de Portugal. De Madrid tinham chegado ordens perentorias. O povoador do reino de Benguela deveria ir fazer a penetração do territorio (1620). Foi; chegou ao Caconda; descobriu as minas de cobre do Sumbe, junto ao rio Cubo, e faleceu.

A rainha Ginga — Governava a colonia João Correia de Sousa quando apareceu, como embaixatriz de seu irmão Bandy, a rainha da Ginga a pedir paz e baptismo.

Não era só para ela mas para o proprio rebelde, que solicitava a água lustral.

Atenderam-na com pressa. Semelhante conquista representava muito para a religião e a astuta mulher recebeu o nome de D. Ana de Sousa. Enviou-se um sacerdote negro, D. Dionisio de Faria, para cristianizar o rei.

Ele, porém, ao vê-lo, insultou-o, bateu-lhe, recusou-se a obedecer e a baptizar-se.

Tornou-se tal procedimento causa duma nova guerra, mais foi vencido. Matara o filho de Ginga, receoso de que ela, por seu contacto com os portugueses, tentasse usurpar-lhe o trono. Assim que a derrota o alcançou, a irmã, ao vê-lo vencido, envenenou-o e apossou-se do poder.

O soba do Cassange tambem sofreu derrota. Neste momento, o governador entrou em luta com a Companhia de Jesus, que desejava apoderar-se duma herança de quatrocentos mil cruzados. Capturou o reitor e mais três padres e mandou-os para Lisboa, seguindo-os para se desafrontar e instaurar-lhes a culpa. Mal desembarcou foi, por sua vez, preso e encarcerado; morreu entre ferros, porque seus poderosos inimigos assim o determinaram.

Durante o seu govêrno foram inauguradas as feiras de Dondo, Beja e Lucamba.

Pedro de Sousa Coelho (1626) governou cinco meses, visto ser capitão-mór, mas o bispo D. frei Simão de Mascarenhas sucedeu-lhe. Fortificou Loanda contra as arremetidas dos holandeses, bateu os Jagas e os de Cafuxe, que voltaram mais insolentes, e entregou a guarnição a Fernam de Sousa, que devia entrar em guerra com a célebre Ginga.

Ela renegara a religião. Atacara os feudatarios portugueses; seguira o mesmo programa que o irmão mas sofria a derrota mais memoravel da sua dinastia. Suas irmãs Cambe e Funge ficaram cativas com muitas raparigas da nobreza. As princesas foram baptizadas com os nomes de D. Bárbara e D. Engrácia e reenviadas para a Matamba.

Os holandeses, desta vez, com grandes fôrças, tentaram desembarcar em Angola. Durante três meses cruzaram as costas, ameaçando a terra. Era um sobressalto que durava desde ha muito e aumentara sob o govêrno de D. Manuel Pereira Coutinho (1630).

Ele tivera que enviar mais uma expedição para o mato, a qual, sob a chefia de Antonio Bruto, conseguiu penetrar na selva e vencer o Ambuiladua. A grande preocupação, porém, eram os holandeses, que ameaçavam Benguela. Uma improvisada esquadra procurou as naus, obrigando-as á rendição (1633).

A Ginga prosseguia nas suas hostilidades, a que pôs termo Francisco de Vasconcelos da Cunha, decimo oi-

tavo governador de Angola. Igualmente pacificou os sobas, guardando muito bem as costas da colonia com uma armada do comando de seu irmão, Bartolomeu de Vasconcelos. Edificou a fortaleza de S. Miguel (1638).

Nova guerra com os holandeses — O almirante batavio Pedro Hautbun recebera o encargo de tomar Loanda. Comandava vinte e uma naus de novecentos marujos e dois mil homens de guerra. Diante de tão poderosa fôrça, os habitantes fugiram e a cidade caiu em poder do inimigo. Os portugueses retiraram para o Bengo e dali para Massangano e, neste momento, a Ginga, devorada de odio contra os primeiros conquistadores, ligou-se aos holandeses, no que a imitaram outros régulos. Parecia o fim do nosso dominio (1614-1642). Portugal libertara-se de Espanha. Garcia II, soberano congolês, tambem acorrera com sua aliança dada aos invasores. O Bengo foi acometido e os melhores chefes morreram combatendo. O governador ficou prisioneiro com seu irmão Bartolomeu de Vasconcelos e cento e oitenta e sete soldados.

De Massangano não partiram socorros.

Mal podiam defender-se dentro da fortaleza, sob o comando do capitão-mór Antonio de Abreu Miranda. Conseguiu este, com alguma habilidade, preparar a evasão de D. Pedro de Meneses, que dentro em pouco entrava na fortaleza.

Mal constou no Rio de Janeiro o que se estava passando em Angola, aprestou-se uma armada e Francisco de Sotomaior correu em socorro dos seus compatriotas. Desembarcaram no Quiambo.

Encontraram dois oficias que debalde procuravam maneira de acometer os flamengos. Eram eles Antonio Gomes de Gouveia e Antonio Teixeira de Mendonça.

Abandonara-se Benguela; conduziam alguma gente. Saltaram em Massangano e embarcando-se o governador, muitos escravos, artelharia e munições, ficaram eles combatendo contra a Ginga, que Francisco Sotomaior queria punir.

Gaspar Borges de Mádureira de tal forma a atacara que, mais uma vez, a soberana se sentira vencida, ficando sua irmã Bárbara em mãos portuguesas.

Faleceu em 1646 o bravo que assumira o govêrno e assim que Sotomaior desapareceu no tumulo começaram os desalentos. Os holandeses tinham entrado numa trégua, que quebravam ao mandar os negros, seus aliados, atacar os portugueses. Proclamara-se a guerra contra eles, mas a custo se mantinha a defensiva, sendo chefes, sucessivamente, os capitães-móres Bartolomeu de Vasconcelos, Antonio Teixeira de Mendonça e João Juzarte de Andrade. Os indigenas iam atacando todas as obras portuguesas: Muxima, Massangano, até que bateram os holandeses (646), os quais deixaram uns cinqüenta mortos no cêrco de Muxima.

Durante uma curta trégua foram restauradas as fortalezas, mas não havia maneira de poder acompanhar o grande poderio dos invasores.

A Holanda possuia naus, soldados, armas, dinheiro, preponderancia e fé. Portugal era um país saido do cativeiro; no entanto, seus filhos ainda encontravam brio suficiente para a resistencia no seu territorio. Em vez de abandonarem as possessões defendiam-nas com enormes é pesadissimos sacrificios.

Chegara-se a 1648. Nomeara-se o vigesimo segundo governador de Angola.

O Salvador de Angola — Chamava-se Salvador Correia de Sá e Benevides; seu nome parecia uma predestinação. Era grande fidalgo: filho de Martim de Sá e neto de Salvador Correia de Sá, um dos fundadores do Rio de Janeiro, onde ele nascera. Aos dezoito anos já era guerreiro; entrara na chefia de navios, que devia furtar ás ciladas dos piratas holandeses, entre Pernambuco e Lisboa. Quando do ataque destes corsarios á Baía, houvera o panico. Julgou-se perdida para sempre. Ao repetirem a façanha em Pernambuco, redobraram os receios. O bravo mancebo estava no Rio de Janeiro, organizando a defesa da cidade. Depois proclamara-se D. João IV, o que ele fizera patrioticamente.

Tornava-se urgente defender Angola. Aparelharam-se seis navios e Salvador Correia comprou mais quatro, empregando o seu proprio dinheiro. Saiu do Rio de Janeiro em 1648, 12 de Maio, ancorou a Quicombo, fazendo espalhar que ia ali construir um forte, e deliberou atacar os

invasores. Velejou-se para Loanda; mandou uma nota aos usurpadores, na qual os culpava de não respeitarem a paz, visto incitarem os sobas contra os portugueses, e propunha-lhes uma capitulação honrosa. Confiava muito em si, o que é a primeira condição de qualquer exito.

Os estrangeiros, muito admirados por semelhante audacia, demoraram a resposta, pois andava disperso parte do seu exército e eles esperavam recolhê-lo para depois combaterem. O bravo compreendeu-os e, desembarcando seiscentos e cinqüenta soldados e duzentos e cinco marinheiros, propôs-se a atacar os mil brancos e mais de outros tantos negros de que dispunham os contrarios. Largara bravamente contra os usurpadores. O general tomou o comando e avançou. Em vez de aguardarem o choque dos portugueses, lançaram-se de corrida para a fortaleza de S. Miguel, cujas condições militares a tornavam inexpugnavel. Protegia-a um fortissimo artelhamento, sendo de pouco efeito o bombardeio que Salvador Correia de Sá iniciou. Chegava, ao mesmo tempo, a notícia da derrota de Massangano, na qual tinham perecido, com o capitão Nobrega, cento e quarenta soldados.

Os sobas estavam rebelados. Chamou os seus oficiais a conselho. Juraram investir a fortaleza até onde fôsse possivel, e, atacando-a, tanto por terra como por mar, viram o inimigo em grande número. A acção fôra violenta; mandara-se retirar a falange, para a reconstituir, quando os holandeses, tendo meditado bem nas consequencias de mais um combate com tão ardoroso adversario, mandaram parlamentarios, solicitando dois capitães a fim de se entrar nas bases duma capitulação. Deram-se-lhe só quatro horas para a assinatura.

A energia da palavra do chefe surtia o seu efeito.

Eles solicitavam que os deixassem sair do forte com honra, de bandeiras altas, balas nos mosquetes, morrões acesos, ao som de clarins e tambores, levando os dois canhões de bronze com as armas da Companhia da Holanda. Só na praia seriam desarmados, devendo ser-lhes concedido transporte para o Brasil em troca dos fortes, armazens, munições e viveres que entregavam.

Acedeu, dando-lhes, porém, outras quatro horas para o acto. Mais de dois mil soldados passaram entre as alas da minguada infantaria portuguesa. Os barcos transportá-los-iam á Europa e não ao Brasil.

Lá partiram vexados. Instalara-se já a gente portuguesa nos redutos

MONUMENTO A SALVADOR CORREIA DE SÁ, EM LUANDA

quando surgiram mais de dois mil negros da Ginga com duzentos e cinqüenta holandeses. Era tarde. Se tivessem chegado pouco antes, a capitulação falharia.

Entregaram Benguela, Loango e Pinda; procederam do mesmo modo com S. Tomé. Ao cabo de quatro meses não havia holandeses na costa. Era em 15 de Agosto. Celebrava-se a Assunção. Luanda tomou o nome de S. Paulo da Assunção de Luanda (1648).

Depois de tão grande feito contra os europeus devia castigar-se os seus aliados, que tanto tinham prejudicado o dominio português.

Salvador Correia de Sá encarregou da acção alguns dos seus melhores capitães, os quais cumpriram nobre e briosamente.

Batalhas contra os indigenas — Bartolomeu de Vasconcelos foi combater o rei do Congo, que pedia a paz, cheio de terror, cedendo a soberania da ilha de Luanda, bem como a posse de hipoteticas minas de oiro.

CAPITULO XII

RECONQUISTA E PENETRAÇÃO

Os presidios — O estabelecimento de Mossamedes — O absolutismo na Colonia

Ainda, sob o govêrno de Salvador Correia de Sá, Antonio Teixeira de Morais aniquilou o poderio dos régulos de Hemba; Diogo de Morales exerceu igual acção contra os de Quissama e Libolo; Alvaro de Aguiar socorreu Benguela e ainda afastou cinco barcos de piratas holandeses.

A cidade de Luanda, cheia de reconhecimento, ofereceu ao seu salvador, que era o de toda a Angola, um chão de doze braças (6 de Agosto de 1650). Mandaram-se construir galés em Massangano; organizou-se a missão de Cabinda e mandou-se reedificar a igreja de Santo Antonio, para os capuchinhos italianos que tinham vindo do Congo.

Chegava o momento do heroi ter que deixar a terra reconquistada. Volvera-se ao Rio de Janeiro, indo governar a capitania, passando depois a governador geral do sul do Brasil. Era homem leal. Colocou-se ao lado de D. Afonso VI contra D. Pedro II, e quando este venceu, o heroi teria ido cumprir dez anos de degrêdo em Africa se não lhe acudissem os seus amigos relembrando a sua aura de conquistador de Angola.

Depois da reconquista de Angola assumiu o seu govêrno Rodrigo de Miranda Henriques. Tratou de mandar fazer reparações nas fortalezas. Depois das batalhas preparava-se para novos lances. Ainda João de Araujo perseguiu um corsario que andava pelo Zaire. Antes do fim do seu mandato o governadou expirou, sucedendo-lhe o bravo Bartolomeu de Vasconcelos, tão experimentado nas pelejas da colonia e que aquietou varios régulos.

Veio do reino, com sua patente, Luiz Martins de Sousa Chichorro, que teve mais insurreições a reprimir. O tirano Garcia, do Congo, recebeu o castigo da sua insurreição; o rei de Angola foi obrigado ao pagamento do tributo de cem escravos, a que buscava eximir-se; aos sobas da Quissama infligiu punições, e a rainha Ginga, já velha, recebeu os capuchinhos italianos nos seus estados, reentrando na religião. Entregou-se-lhe sua irmã D. Bárbara, cativa, havia onze anos (1657).

No ano seguinte acabava o trienio do governador, que, ao recolher ao Brasil, faleceu num combate contra certo pirata batávio.

Govêrno de herois — Tomava a chefia da colonia um dos mais legitimos herois nacionais. João Fernandes Vieira, madeirense, muito pobre, emigrara para o Brasil, em criança. Ia á busca do oiro na terra onde se dizia que ele abundava, mas o seu trabalho foi o de caixeiro em Pernambuco. Quando os holandeses tomaram a provincia defendida pelo ilustre Matias de Albuquerque, alistou-se nas suas hostes e no momento mais arriscado da defesa do forte de Olinda. Recomeçou a luta, tendo por companheiros o negro Henrique Dias, e o indio Potyguarami, que tomara o nome de D. Antonio Filipe Camarão. O incansavel revolucionario tinha a cabeça a preço; ele mandou deitar um bando do mesmo genero contra os chefes holandeses, assinalando Henrique Hus, o general que o perseguia. A pri-

meira batalha travou-se em Tabocas (3 de Agosto de 1645) e desbaratou, totalmente, o exército holandês.

O triunfo não o fez adormecer. Recebeu tropas frescas e repetiu a proeza. Sitiou a cidade e ia tê-la em seu poder quando aparecera o refôrço duma magnifica esquadra do comando do almirante van Schkop, a bordo da qual vinham quatro mil homens. Debalde lhe ordenavam que retirasse. Do proprio reino já o avisavam. Desistira-se de retomar Pernambuco. Ele resistira. É que o inimigo, tornando-se audacioso com tanta fôrça, já avançava sôbre a Baía. Só então enviaram soldados, sob o comando do general

PEDRAS NEGRAS

Francisco Barreto, em cujas mãos Vieira depôs a chefia, indo comandar um dos terços. Abnegava-se. Por fim deu-se a célebre batalha de Gararapes, que libertaria Pernambuco se houvesse mais gente para o cêrco. Os holandeses, vencidos, não entregavam a cidade. Só em 1654 se assinou o armistício e depois a capitulação, para que ele concorrera, batendo-se mais vezes. Compensaram-no com a capitania de Paraíba e depois com o govêrno de Angola (1658). Sujeitou os sobas de Golungo alta; viu apresado um pirata britanico e outro holandês; entregou missões aos carmelitas, e como prendesse alguns escravos dos jesuitas, travou-se de razões com eles e recebeu a excomunhão.

Ao acabar o trienio, depois de reedificar o forte de Benguela, retirou-se para Pernambuco a gozar da sua gloria bem ganha.

Sucedia-lhe o seu companheiro de epopeia André Vidal de Negreiros, cuja reputação de heroi era dificil de acrescentar.

Como bom soldado, foi tratando das fortalezas de Luanda, e como o rei do Congo invadisse a provincia, á frente de cem mil guerreiros (1665), ele enviou contra eles o famosissimo Luiz Lopes de Sequeira, que lhes deu batalha em Ambuila. A artelharia cumpriu; os infantes fizeram o seu dever, e tão bem que o proprio rei D. Antonio e seu filho D. Alvaro, com a melhor nobreza, ficaram no campo. Tão grande foi a vitoria, que o governador a mandou pintar em azulejo na ermida de Nossa Senhora da Nazaré, que edificara. Chegara do reino a provisão de Afonso VI mandando repreender os jesuitas, sob a seguinte ameaça: «que se outra vez tal excesso se praticasse, seriam privados dos bens da corôa que possuissem e se procederia contra eles com as penas da ordenação (1666).

Como a cumprir-se um fado, o dos portugueses se unirem para bater o

estrangeiro e pelejarem entre si após as vitorias contra os alheios, Angola esteve em vesperas da guerra civil por ocasião da chegada do governador Tristão da Cunha. Era homem violento e desmoralizado. Começou a tratar despoticamente a colonia e já se acendiam as cóleras facciosas e se talhavam os partidos quando Antonio de Sousa e Castro, que usufruia prestígio notavel, impediu essa luta fratricida. Obrigaram a detestada autoridade a embarcar na mesma nau que o trouxera e tudo se aplacou ante o govêrno de Francisco de Tavora.

As pedras Negras — O Senado entregou-lhe o mando que exercera durante quasi dois anos. Fizera as pazes com o rei do Congo, tendo-se-lhe consentido a exploração de minas de oiro naquele país. Não as encontraram. Os animos exaltavam-se e anunciaram-se tumultos. O que houve foi uma guerra tormentosa, na qual perderam a vida muitos portugueses, comandados por João Soares de Almeida. Ia bater o conde de Sonho, que se levantara contra o Congo, mas ao passar um desfiladeiro caiu numa emboscada. O monarca negro, ao qual ia socorrer, ao sentir a derrota dos aliados, revoltara-se por sua vez e recebeu o castigo que lhe deu Luiz Lopes de Sequeira, indo até ás pedras de «Pungo an dongo», fortaleza natural e que se julgava inexpugnavel. Foi uma hecatombe. O morticinio excedeu os anteriores, e o rei de Angola, D. João Hary, ao ver-se vencido, lançou-se do tôpo dum altissimo rochedo, despedaçando-se. Seus irmãos entraram em cativeiro. No local construiu-se o celebrado presidio das Pedras Negras. Ganhara-se mais territorio. Depois meteu-se na ordem o gentio de Quissama, que pretendera cercar Muxima.

Em Massangano, os mulatos revoltados sofreram os devidos castigos e no fim do seu govêrno Francisco de Tavora ainda reconstruiu a fortaleza de S. Miguel e fundou um hospital em Benguela (1674). Pedro Cesar de Meneses naufragou quando ia tomar conta da colonia que já governara.

Sob o periodo trienal de Aires de Saldanha Meneses e Soúsa houve um sertanejo, José Rosa, que pretendeu ir por terra a Benguela e dali aos Rios de Sena (1678).

Dois anos depois morreu D. Ana de Sousa, a rainha Ginga, sendo alçado ao seu trono D. Francisco Guterres Ginga. Não se demorou em fazer guerras — governando Angola João da Silva e Sousa — e chegou até a tocar nos vassalos de Portugal. Derrotou-o Luiz Lopes de Sequeira (1681), que ficou no campo com Vasco de Melo Cunha, comandante da cavalaria, e muitos soldados. Ali acabou tambem o rei Ginga. Fundou-se o presidio de Caconda, necessario para o desenvolvimento do comercio de Benguela.

Mas não caíra bem no animo do gentio aquela edificação. Surpreendendo os que lá ficaram — já no tempo de Luiz Lobo da Silva (1648) — trucidaram os ocupantes e, apossando-se do forte, arrasaram-no, depois de o saquear. João Braz de Gois, capitão-mór de Benguela, correu a vingar aquele insulto sem precedentes, e deu-se tambem um facto que muito admirou os portugueses. Os negros abandonaram o seu rei e voluntariamente se constituiram vassalos de Portugal. O soberano fugiu e recebeu o acolho do soba Gimba, mas este perdeu igualmente a corôa. O foragido foi preso para Luanda.

Mais uma vez os quissamas tentaram apoderar-se da Muxima, sendo batidos por João de Figueiredo e Sousa. Elevou-se um forte no Penedo, em cujo sítio se edificou depois a fortaleza de S. Francisco (1687). A de S. Miguel tambem recebeu bastiões, reparos e baluartes, sob o govêrno de D. João de Lencastre (1688), tendo-se revoltado o dembo de Ambuila, o qual foi castigado já sob a chefia de Gonçalo da Alcáçova Carneiro de Meneses, que mandou contra ele o grande capitão Pascoal Rodrigues. João Baptista da Maia completou a obra, aniquilando os dembos de Quibuca e Cabinda, sendo os prisioneiros degolados. Revoltou-se a guarnição de Massangano, que recebeu castigo. Por um decreto foi proibida, de futuro, a degolação dos cativos.

A primeira moeda da colonia — Em 1694 foi governar Angola Henrique Jacques de Magalhães e com ele entrou na colonia a primeira moeda de cobre. A tropa rebelou-se por não querer receber os duzentos réis mensais. Preferiam os setecentos réis teóricos, pagos em paninhos de palha, que os indigenas teciam. Dava-se a cada um deles o valor de cinco réis. A sedição lavrou a ponto de ataca-

rem a casa do ouvidor Francisco Lopes da Silva, encarregado do pagamento do pré. O chefe mandou distribuir os paninhos. Transigiu. Houve logo outra reclamação; depois acabaram por pedir a partida do governador. Desta vez pôs-se termo ás exigencias dominando os sublevados e fuzilando cinco dos cabeças de motim. Os outros foram internados nos presidios e no sertão e acabou-se por pagar aos soldados com a moeda de cobre.

A Companhia de Cacheu e Cabo Verde recebeu privilegios e como os quissamas voltassem a rebelar-se, Manuel Magalhães Leitão castigou-os (1695).

Luiz Cesar de Meneses mandou fazer um armazem, á prova de bomba, dentro da fortaleza de S. Miguel. Bateu o soba Hiambu, que queria tomar Caconda. Abriu-se uma aula de fortificação; concederam-se quinhentos escravos á Misericordia de Luanda (1699).

Parece que Bernardo de Sousa Tavares, o qual governou a colonia de 1700 a 1702, aborreceu sobremaneira os habitantes de Angola. Como tivesse sido eleito o rei do Congo por três grandes senhores — conde de Sonho, duque de Bamba e marquês de Pemba — chegara ordem do reino para se lhe faezr a coroação, sendo encarregado desse acto Fr. Francisco de Pavia. Ao falecer Sousa Tavares, a Camara tomou conta do mando, concluindo-se a fortaleza de S. Miguel, alargando-se a do Penedo e construindo-se a battria de Cassandama. Criou-se o lugar de fisico-mór, com a obrigação de ensinar medicina. Os corsarios franceses assaltaram Benguela, incendiaram-na e fizeram o saque.

Campanhas e organizações — Feliz foi D. Lourenço de Almada (1705). Reinou o sossêgo e a paz. Teve tempo para acrescentar o palacio dos governadores e ao terminar o trienio partiu para a capitania de Pernambuco, onde, mal chegou, se desencadearam as revoltas, indo ensandar-se no Brasil da grande calma que gozara na colonia africana.

Antonio Saldanha de Albuquerque Castro Ribafria teve que reedificar a fortaleza de Benguela, destruida pelos corsarios franceses, socorrer a Quissama, que se lhe aliara, e em Luanda erguera mais fortificações, a fim de a defender do pirata Du Guay Trouin, que assaltara o Rio de Janeiro e podia lembrar-se de fazer o mesmo á cidade capital angolense.

Sucedeu-lhe D. João Manuel de Noronha (1713). Lutou com os jesuitas; viu desaprovada pela côrte a sua construção duma cidadela. No seu periodo, Luiz Ferreira bateu os sobas de Quitata e de Canhacuto, e Pedro Moreira de Carvalho praticara do mesmo modo com os do Quissama, que pretenderam assaltar a Muxima.

Contra Caconda se juntaram muitos aliados negros, mas o capitão-mór, José Nobrega de Vasconcelos, defendeu-o corajosamente, indo o capitão-mór de Benguela, Manuel Simões, desbaratar os poderosos régulos. Venceu-os, e tantos despojos trouxera que o rei o mandou louvar. Governava Henrique de Figueiredo e Alarcão no ano de 1717. Dois anos depois publicava-se a lei pribindo aos governadores, empregados fiscais e judiciais e militares que entrassem em negocios. Em 1721 aumentava-se para quinze mil cruzados o soldo dos governadores, sendo o primeiro que o recebeu Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que teve de mandar bater os sobas do sertão de Benguela por Manuel Simões. Nomeou-se um juiz de fora, que seria provedor de defuntos e ausentes; o ouvidor passou a provedor do erario e a auditor militar. Após a morte daquele governador, ficou na interinidade José Carvalho da Costa, mestre de campo, até chegar Paulo Caetano de Albuquerque, que construiu um novo forte para cruzar com o do Penedo. Faleceu em 1732, ficando a Camara a gerir os negocios até á posse de Rodrigo Cesar de Meieses, cuja missão se limitou a mandar acrescentar o forte de S. Miguel. Finou-se (1738) quando se regressava ao reino, tendo entregue o govêrno a João Jacques de Magalhães.

A nova rainha da Ginga muitas proezas cometeu, porque mandava assaltar os negociantes da região, bem como os pombeiros. Chamava-se assim aos homens do tráfico ambulante com os indigenas. Esta designação provinha de «pombe», termo que significa sertão, segundo os angolenses. Bartolomeu Duarte de Sequeira avançou com um exército contra a suserana e após a derrota cedeu a ilha de Quinalonga á corôa portu-

guesa (1745). Mais uma vez se puniu a gente da Quissama e sobretudo o «Quizuá», que foi obrigado a ceder terreno e uma lagôa cuja pesca rendia muito. Em 1748 morreu João Jacques de Magalhães e governou uma Junta, de que faziam parte o bispo, ouvidor e sargento-mór.

Durou seis meses esta comissão directiva. Nunca se entenderam entre si os membros que a compunham. O conde de Lavradio, que chegara em 1749, esteve em Angola até 1752.

Continuou-se o edificio do Trem, embelezou-se a catedral, criaram-se regimentos de milicias. Pacificou as regiões onde os salteadores dominavam. D. Antonio Alvares da Cunha deparou com oiro e cristais nas minas do Lombize. Mandou amostras, mas foi proibida a exploração, talvez para não se prejudicar o Brasil. Era um homem de acção. Tentou encanar a água para a cidade; pretendeu construir uma fortaleza no meio da barra e concluiu a de Cassandama.

A Pedra de Encoge e Novo Redondo — Antonio de Vasconcelos, que governou a colonia de 1758 a 1763, foi o fundador do celebrado presidio de S. José do Encoge, conquistado por Francisco de Lira. Bateu sobas do Libolo e sertão de Benguela. Mandou constuir o novo paço do govêrno e, como se descobriu o calcáreo, começou o fabrico de cal. Ordenou o suplício de alguns degredados, que, sob a chefia de José Alves, pretendiam apossar-se de Luanda após a chacina das autoridades. Coube-lhe a missão de expulsar os jesuitas.

Um organizador lhe sucedeu na pessoa de D. Francisco Inocencio de Sousa Coutinho. Coibiu os escandalos. O comercio era uma profissão em que toda a gente lidava. Ele proibiu o tráfego a determinadas entidades, servindo-se da lei. Garantiu o bem-estar dos que até aí tinham sido explorados. Quardou bastas somas no Tesouro e ao criar o Terreiro Público, a fim de assegurar a certeza do abastecimento, prestou um novo serviço. Tambem edificou a alfandega e o arsenal. Junto ás minas, de ferro de Golungo instalou uma forjaria bem apetrechada e chamou-lhe de Oeiras. O exemplo das tentativas administrativas de Pombal chegava á colonia. Chegou a fundir canhões. No meio do mar se erigiu o forte de S. Francisco. As obras prosseguiram. Os presidios foram reedificados, fundando o de Novo Redondo, na foz do Gunza, abriu hospitais e escolas, não só primárias mas de matematica. Além disto teve que mandar bater régulos, como os de Ambuila e Caconda, mas pode dizer-se que a sua grande acção se exerceu na paz, querendo gerar a prosperidade da colonia.

No govêrno seguinte não se afrouxou nas reconstruções. D. Antonio de Lencastre (1772-1779) mandou abrir a estrada da Nazaré ao Penedo e organizando o parque de artelharia serviu-se das peças para vencer os sobas do Seles e do Bailundo, ficando este prisioneiro.

Estava a construir-se no improvisado arsenal uma fragata, a «Luanda», que D. Francisco de Sousa Coutinho quisera ver no mar, mas D. José Gonçalo da Camara, durante o seu govêrno (1779-1782), conseguiu que ela se fôsse construindo. Morreu. O bispo, o ouvidor Garcia e o coronel Monteiro de Morais formaram uma Junta e durante o seu govêrno se armou o barco. Substituidos estes funcionarios por outros — ouvidor Xavier Lobão e coronel Alvares de Andrade — deliberou-se fundar uma fortaleza em Cabinda. O secretario do govêrno, nomeado em Lisboa, era o naturalista Joaquim José da Silva. Dois desenhadores de risco, Angelo Duarte e José Antonio, igualmente tiveram cargos na colonia, onde houve fome, pelo menos na capital (1783).

Mais uma vez se travou guerra na Quissama e a fortaleza de Cabinda foi arrasada por uma frota francesa (1784), visto não se lhe poder fazer frente, pois tinham morrido trezentos homens daquela guarnição, em virtude duma epidemia.

Ia entrar-se no periodo precursor da revolução francesa, mas antes dele ainda se tentaram muitos trabalhos em Angola, cuja conquista e desenvolvimento se acentuavam com o decorrer do tempo.

Mossamedes — O seu novo governador chamava-se João de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho e era o decimo segundo senhor de Mossamedes, de que seria primeiro barão. A terra de que era donatario fica na freguesia de S. Miguel do Mato, Vouzela, e o governador, ao mandar explorar, em Angola, a Angra do Ne-

gro, sentiu-se desvanecido ao daremlhe, em sua honra, o nome do seu senhorio.

Assim nasceu a Mossamedes Africana.

O coronel de engenharia Pinheiro Furtado fôra, a bordo da «Luanda», fazer uma travessia até ao cabo Negro, partindo para o interior Gregorio José Mendes, opulento sertanejo. Aquele chegou a Angra e logo a denominou baía de Mossamedes e enseada da Lapa. Esta designação serviu para título de conde, dado ao filho de quem assim se celebrava e que nascera em Luanda, em 1784, recebendo o nome de Manuel. Seu pai fôra visconde da Lapa.

Não se entendeu com o bispo de Malaca, o qual governava a diocese. Houve graves conflitos entre eles, saindo o prelado em 1788.

O congolês que se chamava o «Massul» invadiu o territorio até ao Bengo, onde os capuchinhos italianos, com os negros, os detiveram até á chegada do exército que os devia bater (1790).

Angola tambem teve uma colonia açoreana, que o governador Manuel de Vasconcelos conduziu, bem como cem degredados do Rio de Janeiro. Tornou o Mossul vassalo da corôa e fez alguns melhoramentos.

O mundo transformava-se. A revolução francesa rugia. O sucessor daquele chefe, D. Miguel Antonio de Melo, ia fazendo obras no palacio de Luanda e construindo um forno para derreter ferro. Dirigiu-o o degredado José Alvares Maciel.

A penetração — De 1800 a 1806 dirigiu a colonia D. Fernando Antonio Soares de Noronha, o qual mandou explorar as minas de cobre. Eis o mais importante.

Em 1798, o doutor Francisco José Lacerda e Almeida, ao ser nomeado governador do Rios de Sena, lembrou-se de verificar a possibilidade da travessia entre Angola e Moçambique. Apetrechado devidamente, foi caminhando e descrevendo a sua marcha nuns cadernos, que seriam publicados com este título: «Os portugueses na Africa, Asia, America e Oceana: Relação dos descobrimentos feitos pelos portugueses no interior de Angola e de Moçambique». Era a obra da sua experiencia e não levou a fim o empreendimento porque a morte o topou na capital de Casembe, o fulcro do velho imperio do Monomotapa. Os negros que com ele trataram deram sepultura aos seus restos e respeitosamente lhe chamavam «o grande branco».

As suas observações foram enviadas a Luanda e, após a sua leitura, o governador quis tentar uma expedição na sua rota, a fim de se aumentarem presidios pelas margens mais distantes do Cuanza.

Sob o consulado de Antonio Saldanha da Gama, que foi próspero e de organização, houve quem quisesse prosseguir na trilha do «grande branco», seguindo pelo sertão dos Moluas. Francisco José de Lacerda e Almeida entusiasmara muita gente. Ao mesmo tempo que largara de Rios de Sena, sairam de Angola dois pombeiros de

VELHA MOSSAMEDES

Francisco Honorato da Costa, director da feira do Cassange.

Aventuraram-se até ao país dos moluas, foram ao Casembe e lá ficaram durante quatro anos, regressando a Tete, em 1811, mediante a intervenção do novo capitão-mór, Constantino Pereira de Azevedo. Pelas mesmas veredas se tornaram a Angola, garantindo a possibilidade da comunicação entre as duas regiões (1815), no tempo do govêrno de José de Oliveira Barbosa, o qual muito festejou os exploradores, que se chamavam Antonio José e Pedro José Baptista.

Os guardas-barreiras apareceram na cidade em 1816, sendo governador Luiz da Mota Feô e Torres. Cercavam Luanda, defendendo-a do contrabando. Realizou alguns melhoramentos e enviou uma expedição ao Novo Redondo.

Quem desenvolveu a agricultura, usando do processo de interessar o plantador, foi Manuel Vieira Tovar de Albuquerque. Estabeleceu carreiras fluviais no Dande e Bengo, protegeu os artífices, desenvolvendo as fábricas de cortumes e de cal. Não foram boas as suas relações com o bispo, isto apesar do governador ser absolutista e a revolução vintista demití-lo (1821).

O povo, ao ver chegar o representante da liberdade, Joaquim Inacio Lima, tomou-o de má sombra, amotinando-se a tropa e nomeando-se uma Junta, que governou. Em Benguela tentou-se a união com o Brasil.

Aquele govêrno só caiu quando a Constituição de Lisboa. O batalhão que Cristóvão Avelino Dias levara consigo (1823) sublevou-se para regressar ao reino, mas teve que entregar as armas, sendo presos os amotinados na fortaleza de S. Miguel. As rebeliões do reino encontravam ali o seu eco e eram de tal maneira os frutos de semelhante exacerbação que Nicolau de Abreu Castelo Branco (1824) teve que reconstruir baluartes, edificios, calçadas, presidios e quarteis e a zona maritima, visto constar-lhe que lord Cochrane, o marinheiro ao serviço do Brasil independente, procuraria apossar-se de Luanda.

João Paulo Cordeiro, o do contrabando do tabaco, estabeleceu uma feitoria. Desenvolveu-se a cultura do algodão e animou-se a da cana. Mandavam-se para o reino amostras de minerios, inclusivé de oiro. Foi aquele governador quem proclamou D. Miguel, sendo seu continuador José de Sousa Macedo Almeida e Vasconcelos, barão de Santa Comba Dão, pelo seu consórcio com a filha de Antonio José Correia da França e Horta. Era este o homem que procurava aumentar a cultura do café, mas, não sabendo administrar, deixou a provincia arruinada. Deposto, ao restaurar-se a Carta com D. Maria II, substituiu-o o bispo, com o ouvidor Leonardo Vilela, Candido Francisco da Silva e Inocencio Matoso de Andrade Camara.

Entrara-se no constitucionalismo e a colonia precisava avigorar-se com gente nova, doutras ideias, capaz de levantar o moral abatido por tantas convulsões politicas.

Muito esperavam os governados naquele emporio magnifico, que honrava a tenacidade dos combatentes e a sua nobreza, mas devia lamentar-se da maior parte dos seus administradores.

CAPITULO XIII

PERÍODO DO CONSTITUCIONALISMO

Mossamedes e Porto Alexandre — Travessias notaveis — O começo da questão do Zaire

O primeiro governador do periodo constitucional foi o irmão do duque de Saldanha, Domingos de Saldanha de Oliveira e Daun. Chegara cheio do grande desejo de trabalhar (1836) e organizou, logo, uma Companhia Agricola e Industrial de Angola e Benguela. Quis penetrar no sertão, mas faleceu nas Pedras de Pungo, no mesmo ano em que tomou posse. A Junta governativa — Leonardo Vilela, tenente coronel Fernando Mesquita e Sola e o juiz Antonio Carlos Coutinho — tomou posse, tendo havido uma tentativa para obstar á nomeação deste militar, opondo-se-lhe o seu camarada Lourenço José de Andrade, que chegou a distribuir munições á tropa. Rebentou a sublevação, de que foi vítima, e só pararam os tumultos quando chegou Manuel Bernardo Vidal a fim de assumir o govêrno. Aquietou a soldadesca, fez varios melhoramentos, mandou bater o Quiluange Quiassama, que incursionara em Ambaca, como vassalo de Ginga, o qual foi derrotado pelos quatro mil homens do coronel Joaquim Filipe de Andrade, que, aprisionando-o, lhe sequestrou os dominios, construindo um forte bem artelhado, reedificando o de Ambaca. Aquele territorio denomina-se «Duque de Bragança». Sòmente não pôs termo ao tráfico de escravos, conforme mandava a lei de 10 de Dezembro de 1836, e por isso o demitiram em 1838, sendo seu substituto Antonio Manuel de Noronha. Este não hesitou; o execução do decreto constituiu o seu primeiro acto. Voltou-se para a exploração do solo; procurou tirar proveito das minas.

Abundam na colonia várias materias de valor: ferro, enxôfre, sal cobre, carvão e petroleo, havendo tambem salitre. Ele encarregou o doutor Lang, suiço, de melhorar as minas de petroleo no morro de Lilongo, no Dande. É facil o seu transporte, visto estar ali o rio a oito leguas de Luanda. O engenheiro verificou a existencia das fontes petrolíferas na Cabengama e Quitatua, dizendo, porém, mais asfalto ou breu judaico.

Igualmente encontrou o carvão de pedra; achando ainda materiais diversos: giz, pedra calcárea, lioz, quartzo e estanho.

Nesta epoca transportaram-se camelos para Angola; iluminou-se a cidade, e Chateaunef, que governava Benguela, instituiu uma companhia para o aproveitamento de várias culturas. Levedava uma grande má vontade, em virtude de se ter acabado o tráfico de escravos, e de tal forma se manifestaram algumas pessoas, que ele acabara por suspender e enviar para a capital o juiz, seguindo-o num barco de guerra.

Mossamedes e Huila — Em 1839 estava no cargo Manuel Eleuterio Malheiro. Um oficial da armada, Pedro Alexandrino da Cunha, assinalou as posições do Cabo Negro, o Pôrto de Pinda, a baía de Mossamedes e foi, com o tenente J. Garcia, para os sertões da Huila. Mossamedes teve o seu presidio. Desenvolvia-se o comercio porque acorriam muitos negociantes da metropole (1842).

Chegou á Huila aquele pioneiro. Havia, porém, quem dissesse terem já lá ido alguns brancos de Caconda, como pombeiros.

Ligava-se esta colonização a realizar

com a de Mossamedes, onde, em 1840, se estabeleceram os negociantes Jácomo Tôrres e Antonio Guimarães.

Os colonos foram aparecendo, sendo edificada a fortaleza da Ponta Negra e o seu presidio. Foi então que o tenente Garcia teve ordens para estabelecer uma feitoria na Huila, ao tempo em que era governador o seu antigo companheiro Pedro Alexandrino da Cunha (1845).

Anteriormente, José Bressane Leite dera muita atenção ao desenvolvimento de Mossamedes. Procedeu do mesmo modo com Benguela, tentando até mudar a cidade para a enseada do Lobito.

Lourenço Germack Possolo pouco fez. Demitiram-no. Foram abertos os portos de Luanda e Benguela á navegação estrangeira. Rodrigues Graça procurou penetrar no Muatiânvua. A região fica ao oeste de Angola, limitando-a ao norte o Congo e ao sul Lobale, por entre os sertões da Garanganja, onde começa o ambito dos lagos. São aquelas as terras da Lunda e começavam a interessar. O sertanejo Graça aventurou-se até á selva, com fins comerciais.

A colonização prosseguia e era, realmente, o mais necessario, pois sem braços nem cerebros não havia maneira de conduzir os trabalhos, guiar os negros e realizar innovações.

O governador Adrião Acacio da Silveira Pinto (1848-1851) cuidou dessa obra e não se limitou apenas a isso, pois ordenou a ocupação do territorio dos Bangalas, no Congo, entre os rios Mobangi e Mongala.

Silva Pôrto — Surgiu pela primeira vez, na cena africana, o nome de Silva Pôrto, durante o govêrno interino do capitão de fragata Antonio Sergio de Sousa, depois conde de Paço de Arcos.

Antonio Francisco Ferreira da Silva Pôrto era filho dum industrial portuense, que, depois de o mandar á escola de primeiras letras, o fez embarcar aos doze anos para o Brasil, a fim de o tornar comerciante. Trataram-no mal na loja; sentiu-se repelido e começou uma vida agitada entre a Baía, Angola e Cabo Verde, até que em 1838, aos vinte e um anos, pretendia fixar-se em Luanda. Preferiu, ou talvez fôsse obrigado, o comercio ambulante, de pombeiro, e neste mester, por sua habilidade, se entendia com os mais poderosos régulos, o que anotava no seu «Diario». Meteu-se á selva em 1839, em 1841 desceu a Benguela, mandando os seus agentes por Lutembe e Riambeje (Zambezia superior), indo depois estabelecer-se no Bié (1845). Avançou para o Barote, que abriu ao comercio de Benguela. Deram-lhe o govêrno in-

SILVA PÔRTO

terino do Bié, até que a região foi ocupada militarmente, ante as delapidações e mais ruins actos do soba D. Antonio Alencastre, o «Lhiumbulla». Em 1852 aceitou o convite para tentar a travessia das cabeceiras do Sena (Zambeze). Deram-lhe um conto de réis, que ele noticiava ter enviado aos pobres da Misericordia do Pôrto. Sòmente o govêrno da provincia não lho pagou até 1907. Atravessara Moxico, Alto Zambeze e Luchazes.

O capitão de mar e guerra Antonio Ricardo Graça tambem governou interinamente uns meses, sem que houvesse qualquer grande acontecimento no seu consulado.

Em 1853 chegou o governador visconde do Pinheiro. Recebera a nomeação em 1851 e não se apressara a apossar-se do cargo, pois tomará parte no movimento revolucionario de Saldanha, conhecido pela Regenera-

ção (1851), tendo sido um dos mais ousados agentes e companheiros do marechal.

Nomeado brigadeiro e governador de Angola, D. Miguel Ximenes Gomes Rodrigues Sandoval de Castro Viegas, visconde do Pinheiro, foi tomar conta do seu lugar. Ordenou a exploração da foz do Cunene, que Fernando da Costa Leal realizou.

Fernando Leal e o Cunene — Fôra um dos que se batera sempre pela liberdade e, quando do movimento regenerador, promoveram-no a capitão, mas para gozar da efectividade devia ir para a Africa. Partiu como ajudante do visconde do Pinheiro, que logo lhe entregou o govêrno de Mossamedes. Os habitantes da serra de Chela ameaçavam constantemente a colonia. Dos oitenta mil habitantes da cidade só duzentos e cinqüenta eram brancos. Teve que os proteger. Para isso contava apenas com cem soldados. Organizou milicias. Depois construiu um forte na Huila e até montou uma olaria, azenhas e fábrica de cortumes. Juntava á bravura o tino administrativo. Depois é que se preparou para descobrir a foz do Cunene, dando-lhe o nome de «Rio dos Elefantes», visto ter encontrado ali muitos destes mamíferos.

O rio nasce a uma altura de mil setecentos e oitenta e quatro metros, tendo por afluente o Caculuvar, que vem da Chela, ao noroeste da Huila. Realizou algumas explorações no interior, mas não podia ir muito longe, visto ter que dirigir a sociedade que lhe fôra entregue. Abriu a primeira boa estrada de Africa, quis ocupar os Gambos mas faltaram-lhe os elementos. Era a garantia da colonia. Limitavam-no o Hay e Jau, o país de Muhumbes, Humbe e a serra de Chela.

Cinco anos ali esteve aquele excelente militar, qre entregaria as suas funções ao seu camarada Antonio Joaquim de Castro. O governador de Angola já retirara, ficando uma Junta Governativa, composta pelo bispo, juiz Antonio dos Santos Crespo e major João Jacinto Tavares (1854).

Livingstone — O aparecimento do relatorio do viajante britanico David Livingstone causaria celeuma. Estudara teologia e medicina; seus projectos consistiam em fazer parte das missões destinadas á China, quando a guerra do ópio lhe impediu de satisfazer seus desejos. Partiu para a Africa, estabelecendo-se no vale de Mabotsa e depois em Coleubeng. Em 1849 começou as suas viagens, dirigindo-se para o lago Ngomi, depois Linianti e Zambeze, indo do Cabo a Luanda, atravessando a Africa austral portuguesa de oeste a este, entre aquela cidade e Quelimane (1853-1856).

Fez um grande sucesso na Europa, anunciando que iria reconhecer o Zambeze no seu regresso á Africa.

Afirmaria ter sido o primeiro branco que penetrou no Alto Zambeze, quando ali encontrara portugueses que chamara mulatos ou «mambaris». Silva Pôrto conversara com ele, declarando não ser verdadeira a afirmativa de prioridade naquela exploração do missionario britanico.

Ambriz — O major de engenharia José Rodrigues Coelho do Amaral quis realizar uma obra de fomento e concedendo a exploração das minas de cobre a Antonio Flôres (1855), reconsentindo na cultura do algodão e fazendo a sua propaganda tratou da ocupação do Ambriz.

Importante, sob todos os aspectos, na margem esquerda da Bamba, já tinha colonos em 1840, mas naquela data o governador, antes de o considerar distrito administrativo, ordenou a sua ocupação (1853). De futuro anexar-lhe-ia Encoge e Bembe, que tambem se denominava D. Pedro II, e reunindo-se-lhe em 1860 o comando de S. Salvador do Congo. As casas comerciais eram na praia, mas as ondas, batendo furiosamente naquele recinto, obrigaram os proprietarios a mudar-se para o alto da riba, ou seja a uma altitude de vinte e cinco a vinte e nove metros. Aquele governador mandou distribuir terras aos soldados europeus, a fim de as cultivarem acabado o serviço na tropa. Recebiam o pré durante um ano, assim como sementes e objectos de lavoura. Tambem foi posta a concurso a exploração da mina de enxôfre do Dombe, em Benguela. Era uma das mais ricas minas conhecidas. Escreveu Fortunato de Melo acêrca do seu produto: «ainda quando se julgue preciso refiná-lo, como ele sai quasi puro, o abatimento é muito insignificante».

Quem arrematasse a concessão seria obrigado a conduzir para ali cem

familias. Estabeleceram-se carreiras de vapores entre Lisboa e Luanda, com escala por Mossamedes, Benguela, Ambriz e rio Cuanza. A capital de Angola passou a ter tribunal de Relação (30 de Dezembro de 1852) e em 7 de Novembro de 1856 criaram-se cinco distritos: Luanda, Benguela, Ambriz, Mossamedes e Golungo.

Ocupou-se o Humbe, que Fernando Leal fundara e que tinha os sòbados de T'chipelongo, Mahonge, Quiteve, Chalmeahula e Càfontuca.

Pôrto Alexandre — Instalou-se ali a primeira colonia piscatoria nesta época (1854). Fica a sessenta e cinco quilometros de Mossamedes, começando-se a edificar na Barreira Branca, que finda na baía da Pinda, tendo-se construido uma fortaleza e, como é de uso, em volta a povoação. Além da pesca começaram os colonos a cultivar a cana e gado. Muitos pescadores algarvios para ali se dirigiram e, atraindo outros, formaram, na realidade, um nucleo valioso de produtores.

O pôrto fica na foz do Coroca, com uma superfície de 788 hectares, cabendo nele cento e trinta navios de alto bordo, pois tem fundos de nove a trinta e seis metros.

A colonia angolense continuava a desenvolver-se.

Chefiaram-na, de seguida, o tenente coronel Carlos Augusto Franco (1860-1861) e o major Sebastião Lopes Calheiro de Meneses, tendo o ultimo desenvolvido a propaganda do algodão e enviado para S. Tomé os trabalhadores necessarios para a salvação das culturas na ilha (1861-1862).

O capitão de mar e guerra José Baptista de Andrade fez várias concessões para o plantio algodoeiro, sendo algumas delas importantissimas. Fundou-se a Associação Comercial. Ela demonstrava que o comercio se desenvolvia, pois doutra forma não se agremiariam os negociantes. O Banco Nacional Ultramarino estabeleceu ali a sua sucursal (1865).

O governador partiu, ficando, em seu lugar, um Conselho, composto pelo presidente da Relação, Luiz José Mendes Afonso, João Jacinto Tavares, Timoteo Pinheiro Falcão, Damião Antonio Ferreira Pinto e Fracisco Barbosa Rodrigues.

José Anchieta — O novo governador era o contra-almirante Francisco Gonçalves Cardoso (1866-1869), começando a vida comercial no Cubango, sobretudo no tráfego da borracha, e inaugurando-se a navegação a vapor no Quanza. Foi neste consulado que o naturalista José Anchieta se notabilizou.

Descendente de familias nobres, seu pai tinha um morgadio em Setubal e chamava-se José Maria Anchieta Portes Pereira de Sampaio, ele, José Alberto de Oliveira Anchieta, estudou no Colegio Militar, na Universidade e na Politecnica, mas não conseguia adaptar-se ás regras e ás normas dos trabalhos, apesar de todo o seu talento ou por isso mesmo. O progenitor dissipara os bens; ele não fazia o curso, mas confiava em si proprio. Ligara-se muito a dois condiscipulos, Felix Capelo e Francisco Pinheiro Baião. Eram todos três muitos excentricos e viviam na maior comunidade de vistas. Como o primeiro daqueles seus amigos partisse para Cabo Verde, sendo naturalista, Anchieta foi procurá-lo e por lá se deixou estar.

Desencadeou-se o cólera-mórbus na possessão, e ele, que estudara medicina como curioso, começou a acudir aos atacados e obteve exitos que lhe deram destaque. Fugia-se de Santo Antão; dirigiu-se para o foco, e como se guardasse em si alguma partícula da alma dum outro Anchieta, o jesuita que andara pelos sertões brasileiros, dedicou-se aos enfermos, e seu exemplo, e os do oficial da armada, Assis, ennobreceram-nos.

O cordão sanitario não lhe consentia a passagem. Ficou quasi sòzinho no mato, com a roupa esfarrapada, os pés gretados, a fome a assaltá-lo. Conseguiu chegar á praia. Recolheu-o um barco francês, que o transportou a Lisboa.

Era, na realidade, um original. Umas vezes vestia como um mendigo, outras como um janota dos mais apurados, e isto em pequenos intervalos; tocava rebeca como um professor.

Queria dedicar-se mais á medicina; procurou aprendê-la em Londres e em Paris, mas não se formou por falta de meios e os cursos serem longos. A Africa tornou-se o seu sonho e para lá foi com Pinheiro Baião, trabalhando no coleccionamento da flora com um brilho sem igual. Ao cabo de cinco anos volvia-se á metropole e oferecia á Politecnica as suas colec-

ções valiosissimas. Mandaram-no para Angola, já oficialmente, a fazer a exploração zoologica. Casara, mas a sua tendencia científica levava-o a abandonar tudo. Os interêsses não lhe enchiam o ânimo. Era como um missionario.

O seu maior prazer consistia naquela lida, que o levava para os sertões. Andou pelos de Benguela e Catumbela, sofreu as febres, entrou em Pôrto Pinda, a prosseguir nos seus designios, enriquecendo a zoologia mas depauperando-se. Visitou o rio Gimbo, Macanji, Bebala, Huila, e em todas as regiões conseguiu exemplares magnificos, alguns desconhecidos, de aves e mamíferos. Esteve no Humbe; atreveu-se até aos Gambos, onde os selvagens o atacaram, o que não sucedia com o outro gentio. Desta vez perdeu as colecções. Depois atravessou, como um peregrino intelectual, Golungo-Alto, Ambaca, Calenje, Bié, Ambriz, Lagôa dos Cavalos Marinhos, Quilengues e Caconda, onde encontraria Capelo e Ivens.

Naquele tempo (1869) iniciava a sua vida oficial.

Libertaram-se os escravos em 1869, ficando, porém, obrigados a prestar serviços aos seus senhores até 29 de Abril de 1878.

Era governador de Angola o general José Rodrigues Coelho do Amaral, sucedendo-lhe (1870) o major Joaquim José da Graça e logo o seu camarada José Maria da Ponte e Horta (1870-1873) e novamente Baptista de Andrade (1873-1876). Neste período foi abolido o decreto que obrigava os libertos a servir os antigos amos. Criara-se a regulamentação do trabalho dos negros.

No final daquele ano Angola foi dirigida por uma Junta, á qual pertenciam o bispo, D. Tomaz de Almeida; o presidente da Relação, Garcia de Miranda; o coronel Miguel Gomes de Almeida e o secretario geral, Pereira de Sampaio.

O contra-almirante Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque (1876-1878) era um ilustre colonial. Marinheiro distintissimo, governara Cabo Verde com êxito e queria realizar o mesmo em Angola, mas não teve forma de o fazer, em virtude de dificuldades provindas da metropole. Neste período é que Capelo e Ivens fizeram a travessia de Benguela ás terras de Iaca (1877). Serpa Pinto largara do Bié.

Os grandes pioneiros do sertão — Hermenegildo Capelo era filho de Felix Capelo, do grande amigo de José Anchieta. Oficial de marinha distintissimo, fizera várias viagens e demorara-se em diversas estações navais, tendo sido camarada de D. Luiz I a bordo da «Bartolomeu Dias». Entrara, em 1871, num formidavel ataque aos «papeis», na Guiné, comandando a artelharia no forte. Uma explosão de polvora ia-o matando. O govêrno deliberara mandar fazer uma exploração cientifica em Africa (Carta de lei de 12 de Abril) e escolhera-o para aquela missão, na qual o acompanharia o major Serpa Pinto com o oficial da Armada Roberto Ivens. Consistiria esse trabalho na travessia dos territorios compreendidos entre as provincias de Angola e Moçambique, estudando.

Os dois primeiros daqueles exploradores foram a Londres adquirir o material preciso para a sua tarefa e em Junho de 1877 chegaram á Africa.

Ao encontrarem-se em Benguela, Serpa Pinto decidiu internar-se no sertão sem os carregadores, enquanto os seus companheiros trabalhariam na sua missão, a mais ingrata e dificil. Os proprios indigenas que os acompanharam mal podiam resistir á escassez dos generos e á falta de água.

Fizeram os reconhecimentos mas ficara ainda alguma coisa para realizar.

Serpa Pinto partiu para o Cubango, em direcção ao Bié, Lialui, Chobe e Gufuina. Vira a lagôa Karri-Karri e iria parar a Pretoria. Capelo e Ivens profundaram o sertão do Quioco, Muantavaio, Labuco, Pesside e Lula, indo até ás nascentes de Quango, Casal e Luango. Descobriram as fontes do Luabala, um dos ramos mais importantes do Zaire, passando ao lago Moero, e a Leapula.

Levariam nesse ingente trabalho até 1879.

Foram governadores de Angola, durante este periodo, heroico para os bravos exploradores, Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, coronel (1878-1880), Antonio Eleuterio Dantas, capitão de fragata (1880-1882), sendo durante o seu consulado que se instalaram as missões religiosas em

S. Salvador e Huila. Os «boeres» apareceram para colonizar a Humpata, desenvolvendo-se muito a agricultura em Mossamedes.

Sucedeu-lhe um Conselho, com o bispo, o general de brigada Miguel Gomes de Almeida, o presidente da Relação, Adelino Antero de Sá, e o

CAPELO E IVENS, NA SUA PRIMEIRA VIAGEM DE EXPLORAÇÃO EM 1877

secretario geral, José Joaquim Coelho de Carvalho. O govêrno deliberou transportar colonos, sem despesas para eles (1882).

Humpata — A verdadeira colonização deste territorio começou quando já era governador Francisco Joaquim Ferreira do Amaral (1882-1885).

É no ponto mais alto da serra de Chela (dois mil metros acima do nivel do mar). Esplendido clima, admiravel vegetação, sendo magnifico o terreno para as culturas do trigo. Uma tríbu «boer» estabeleceu-se ali, passando depois para Chibia e Cuval, ao sul de Caconda. Denominar-se-ia S. Januario a sede do concelho, que o major Artur Paiva governou.

Brilhante oficial, internado na vida africana, batera-se por aquela provincia de Angola, em Jau, Tinde e depois contra o soba de Bié, ao lado do seu camarada Paiva Couceiro. Após a travessia de Capelo e Ivens organizou-se uma expedição para atravessar o Barotze e instalar um pôsto militar na Libonta, a fim de se estender o dominio seguro em Sena, Tete, Zumbo, orlas do Cuito e do Cubango, o que daria origem ao conflito com a Inglaterra, por causa daquela ultima região, onde os portugueses tinham direitos incontestaveis desde o seculo dezassete.

Artur Paiva, antes das façanhas que o tornariam célebre, administrara a Humpata, sendo agraciado (1882) com a Cruz de Cristo, pelos serviços prestados á colonia de S. Januario, que recebera este nome em homenagem ao ministro da Marinha e Ultramar, daquela época, visconde de S. Januario, Januario Correia de Almeida.

Sob o govêrno de Ferreira do Amaral retomou-se Massabi, Santo Antonio do Zaire e Cacango, que lhes foram destinadas como partilha no Congo, que a Conferência de Berlim talhava a seu talante (1884-1885).

A questão do Zaire — Os soberbos territorios da embocadura do Zaire pertenciam a Portugal desde que, em 1484, Diogo Cão ali colocara o marco da descoberta. Um navio britanico que lá estivera, fazendo exercicios de tiro, tomara por alvo esse padrão secular da nosso prioridade de descobridores. Mas desde longo tempo havia disputas em tôrno desta posse, que a Inglaterra não queria reconhecer como efectiva. A aliada até chegara a duvidar de serem pertença portuguesa Lourenço Marques e a ilha de Bolama. O reconhecimento pelos Estados Unidos (1870) e pela França (1875) tirara as dúvidas á Grã-Bretanha. Não lhe sucedia, porém, o mesmo em relação ao Zaire. Em 1883, um deputado por Manchester, de nome Bright, lavrara um protesto contra qualquer tratado em que o seu país sancionasse a anexação por qualquer potencia do territorio adjacente

ao Congo. Dissera: «os empregados portugueses são uma classe inferior de individuos que, recebendo uma pequena paga, e essa mesma irregular, são portanto fáceis de corromper. Em Portugal possui a Europa ocidental uma pequena Turquia, os empregados são ignorantes e, portanto, tiranicos, muito mal pagos e, portanto, corruptos, e sob o jugo turco, como sob o jugo português, muitas das melhores provincias devem o seu estado de miseria ao mau govêrno. Não podia acreditar que um ministro inglês consentisse em entregar os portos desse magnifico territorio a uma potencia europeia que fizera bancarrota de todas as qualidades que podiam torná-la digna de respeito e confiança».

O major português Luiz Quillinan, oriundo duma familia irlandesa estabelecida no Pôrto, pertencia ao exército desde a Regeneração e ocupava o cargo de adido militar na capital inglesa quando as palavras insultuosas para Portugal soaram no parlamento.

Escreveu uma carta, nos seguintes termos, ao difamador:

«New Castle on Tyne, 4 de Abril de 1883. Ao sr. Jacob Bright, M. P. Casa dos Comuns, Londres. Senhor: A infundada acusação por vós feita, na Casa do Comuns, não sòmente contra o govêrno português mas igualmente contra a nação inteira, os insultos que, como homem irresponsavel, acabais de dirigir a um país secular, o qual o sr. Gladstone, o veneravel primeiro ministro de Inglaterra, pólitica e justamente, afirma ter sido, desde longa época, um dos mais leais aliados de Inglaterra, são indignas dum homem publico respeitavel, de qualquer cavalheiro e sobretudo dum filho dum poderoso país como é a Grã-Bretanha. Na falta de sãos argumentos, preferistes empregar insultos. Terminais a acusação contra Portugal dizendo: «Não acredito que um ministro inglês possa colocar a entrada dum magnifico país, o Congo, nas mãos duma potencia europeia, considerada em bancarrota, para possuir, por qualquer qualidade, o mesmo país». Esta insustentavel asserção prova que vós proprio deveis ser considerados em bancarrota de todos os principios de cortesia e por isso, termino, esperando que o vosso descosido e ofensivo discurso contra um honesto e ilustre povo europeu, cuja fama de valor e grandes feitos ecoou sempre pelo mundo, muito tempo antes de que fôssem ouvidos os da Inglaterra, não evitará os dois governos amigos de levar a efeito um equitativo e estável acôrdo respectivo á questão sujeita. Envio-vos a minha morada em Londres, onde, em poucos dias, poderei dar-vos qualquer explicação que desejais sôbre o conteúdo desta carta. Sou vosso obediente servidor — Major L. A. Quillinan — 43, Upfer Gancester place, Portsan Square, Londres.»

Ao ser conhecida em Portugal esta notavel desafronta, reinou um enorme entusiasmo e pensou-se em oferecer uma espada de honra ao major que assim defendia o seu país. Não aceitou, e a questão ia ter outra marcha, dentro do seu antigo quadro.

As dúvidas surgiam. Negava-se a Portugal o seu direito sôbre a região congolesa e, esquecendo-se o passado historico para só se lembrarem da mísera decadencia militar a que o país chegara enquanto os outros se armavam, disputavam-lhe da mais absoluta forma aquilo que constituia o patrimonio nacional.

As razões eram as da fôrça, que sobrelevam todas as outras.

Debalde se apelava para o passado. Declaravam-se no presente. As evocações não serviam. Os outros povos ou desconheciam a tradição dos portugueses ou desdenhavam-na em nome da sua ganancia.

Uma tristeza sem par turbava a nação que mal podia defender-se e ao preparar-se para as provações maximas sentiu como decaira. Ninguem auxiliava este pobre país, cuja aliada mais antiga era a primeira a escorraçá-la.

E no entretanto bastava contar a historia do Congo para se marcarem as prioridades da descoberta e do domínio português.

CAPITULO XIV

O CONGO

Da descoberta á usurpação — Explorações de estrangeiros A Associação Internacional Africana

O Padrão — Marcando o dominio português no Congo estava o padrão de Diogo Cão. Assegurava-o com a seguinte inscrição na sua base:

«Era da criação do mundo 6681, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1482, o mui alto, mui excelente e poderoso principe elrei Dom João Segundo de Portugal, mandou descobrir esta terra e pôr estes padrões por Diogo Cão escudeiro da sua casa.»

Foi o primeiro colocado pelo navegador na sua segunda viagem da descoberta. Quando já os etrangeiros se atreviam á travessia, em barcos a vapor, um deles fez ali os seus exercicios de artelharia tomando por alvo essa pedra historica, que fôra poupada pelos séculos mas não pôde resistir ás balas. Largando num escaler para terra, foram buscar alguns pedaços do marco barbaramente ferido. Queriam levá-los, mas o barco afundou-se e esses restos perderam-se. Outros bocados carregaram-nos os indigenas para o interior. Até aí, muitas gerações o tinham visto supersticiosamente sem lhe tocarem. Era o penhor da suserania que aceitavam; a pedra sacra. Aqueles fragmentos foram guardados pelos negros, que lhe chamavam «o feitiço branco». Capelo, quando governador de Angola, mandou os que os indigenas guardavam para o Museu da Sociedade de Geografia. Em 1859 foi lá colocado um padrão novo, o qual uma cheia arrastou em 1864, demonstrando a maior solidez do primitivo.

Em 1892 colocou-se outro marco no lugar historico.

O dominio português — Desde o tempo de D. João II que os navegadores e guerreiros tinham contacto com os povos angolares. Diogo Cão lá chegara em 1482. Tratava-se dum imperio vastissimo, cujo litoral ia desde o Loango ao Cabo Negro. A suserania do Manicongo estendia-se largamente, a ponto de envolver o Macoco, Uniamesi, Ambuelas, Matamba, Quissama, Angola, Lula e Zenza, além das terras dos grandes, ducados e condados, de Lunda, Bauta, Ambuila, Bamba, Sonho, Congo e Lango. No sertão avançava trezentas e cinqüenta léguas. Poderosissimo era o imperador N'ganga-a-Cuúm, João, ao converter-se, tomando o nome do rei de Portugal (1493) em vassalagem. Principes do Congo estiveram na metropole recebendo educação; o primogénito de Mani Sundi reinou sob o nome de Pedro Afonso I (1521). Seu herdeiro, D. Henrique, igualmente foi educado e instruido em Lisboa, chegando ás dignidades de bispo da Utica e de S. Tomé. Em 1578 os exercitos destes monarcas auxiliaram os portugueses na guerra contra os rebeldes de Angola. Cinqüenta mil homens ajudaram Paulo Dias de Novais na batalha de Aumele. S. Salvador do Congo teve bispado desde 1579 a 1626, em que a Sé foi transferida para Luanda.

Por conseqüência, durante quasi século e meio os portugueses viveram em relações mais ou menos estreitas com os congos. É certo que D. Antonio I se revoltou e, á frente de cem mil homens, sofreu derrota total ao atacar as hostes de Luiz Lopes de Sequeira (1665).

Novamente se ligaram os dois países, até que subiu ao trono a dinastia

Água Rosada, saida dum principe eleito. Por ordem do rei português, três dos mais poderosos vassalos, o duque de Bamba, o marquês de Penha e o conde de Sonho, se reuniram para escolher o seu soberano. Escolheram Água Rosada (1701), cuja dinastia dominava nos reinados de D. Pedro V e D. Luiz. O rei daquela nação magnifica era afilhado do primeiro destes soberanos e usava o seu nome e número dinástico. Usara o título de marquês de Catende.

Era ele o soberano quando um pretendente o quis destronar, mas Baptista de Andrade, á frente das tropas portuguesas, restabeleceu-o no sólio e ganhou grande fama entre o gentio. Denominavam-no «Quiambo», o que significa Terrivel. O monarca ficara recebendo sôldo. Os filhos do régulo de Cabinda eram afilhados de D. Luiz I. Chamava-se ele barão Manuel de Puna.

Não se compreende, pois, como exercendo Portugal uma larguissima jurisdição no territorio, se discutissem os seus direitos, de resto reconhecidos anteriormente. Era certo que, de quando em quando, alguns aventureiros pretendiam estabelecer-se nos territorios, mas eram sacudidos com balas. Assim sucedeu no assalto a Cabinda (1723), quando, a bordo da nau «Nossa Senhora da Atalaia», se foram bater uns ingleses instalados na região.

Havia fortes neste lugar, Molembo, Pôrto Rico, nas orlas do Zaire, cujo fim consistia em defender o comercio português naquelas paragens. Os negociantes de escravos tambem recebiam castigos, e tantos que chegara uma esquadra francesa a ir desafrontar os súbditos da sua nação, punidos pelas autoridades portuguesas (1783). Pela Convenção de Madrid (1786) se declarou que essa expedição não tivera por objectivo tocar nos direitos que Portugal pretendia ter ao dominio da costa de Cabinda, obrigando-se a França a respeitá-los. Tambem a Inglaterra reconhecera a nossa suserania sôbre Cabinda e Molembo (1817). Repetiu-se a prova em 1826, garantindo-se como territorio português a embocadura do Zaire e aquelas regiões

Em 1842, ao tratar-se da abolição da escravatura, começaram as dificuldades.

O chefe da divisão naval britanica não reconhecia o predominio nacional sôbre certos territorios. Começara-se, porém, a definir quais os graus de latitude em que se devia marcar a influência, e a Inglaterra, sempre dominada pela vontade de vencer, chegou a ponto de não se importar com as razões dos tratados. Pretendeu avassalar os régulos de Ambriz e Cabinda, os quais os repeliram, dizendo-se súbditos dos portugueses (1853). Por tanta fidelidade, se nomeou o rei de Ambriz, Francisco Franque, coronel de segunda linha e o de Cabinda, barão de Puna. Mas a Grã-Bretanha não se prendeu com tais demonstrações. Afirmava que, em vista de não se ter realizado a ocupação no territorio, deixara de estar sob a bandeira azul e branca. Retorquiu-se-lhe com a existencia das feitorias, residentes e outras autoridades. Diziam referir-se á ausencia de tropas. Quando se mandaram edificar fortes em Ambriz (1855), a aliada surgiu a pretender que Portugal não tinha direito a construir os baluartes sem dar a garantia do livre comercio britanico e de cessar a escravatura. Não passavam de pretextos para usufruir direitos, recusando-os a outros. Decidia-se que aquela região era independente. Firmava-se nas repressões da escravatura, fazendo deste assunto humanitario a base de toda a sua política. Cobiçava a bacia do Zaire, mas a Alemanha começava, igualmente, a ter pontos de vista referentes á Africa. Soavam as grandes palavras: civilização, defesa dos oprimidos, liberdade das navegações e tráficos; e a Inglaterra, repudiando os velhos documentos, afirmou repelir pela fôrça todas as atitudes suspeitas em relação a estabelecerem-se novos postos militares.

Arrastou-se a questão durante largo tempo.

Stanley e Brazza — Livingston atraíra todas as atenções; seu nome crescera ante as façanhas de explorador, praticadas em Africa, e o «New York Herald» mandou á sua procura um repórter de categoria, John Stanley. Quando o topou, junto do lago Tanganika (1871), ouviu-lhe as confidências e, morrendo pouco depois, tomou o jornalista a iniciativa de continuar a sua missão no interior de Africa e sobretudo no que dizia respeito á ori-

gem dos rios Zaire e Nilo. Chegou á embocadura daquela enorme via fluvial, fazendo a sua travessia com uma retumbancia enorme, provocada pelo «New York Herald» e pelo «Daily Telegraph», que o tinham contratado (1877).

O mundo admirara-o; sôbre a região angolesa começaram a recair as aten-

CONDE DE BRAZZA

ções e tanto que o explorador francês Savorgnan de Brazza ia realizando as suas buscas nos rios Alima e Ogooué, pretendendo verificar onde se encontravam com o portentoso Zaire, que corre na extensão de quatro mil quilometros.

Desejava este explorador encontrar maneira de conduzir por água as mercadorias da colonia francesa do Gabão até ao Oceano (1878). Foi por esta época que Capelo e Ivens fizeram a sua notabilissima travessia.

Stanley estava em Boma. Serpa Pinto avançou para este ponto. Em Ponta da Lenha soube que o jornalista seguira para Cabinda e logo se dirigiu para esta possessão portuguesa, travando relações com o outro pioneiro dos sertões.

O americano não foi leal nas suas confidências; tentou enganar o português, que se entusiasmou, e a expedição transmudou o itinerario, e Serpa Pinto, largando os companheiros, foi fazer a sua travessia até Pretoria, através das duas Africas.

Brazza já avançara muito por terra, ganhando até ao alto Zaire, instalando uma colonia (Brazzavile) de acôrdo com o rei Makoko, tornado súbdito da França (1880).

Por conseqüência, todos os nossos anteriores direitos eram postergados, não se reconhecendo mais do que o ruidoso eco das explorações sertanejas do americano e do italiano naturalizado francês. Sobretudo as daquele, tal retumbancia produziram que não houve maneira de se considerarem direitos historicos ante a acção ousada de quem fôra até aos extremos. Desmerecera-se no padrão de Diogo Cão, a sua chegada ás quedas de água do Iellala, termo dos pontos navega-

STANLEY

veis do majestoso rio e onde deixara insculpida a inscrição inapagavel na rocha (*).

(*) Sôbre a questão do Zaire existe um belo trabalho do sr. engenheiro José Cunha dos Santos Silva, intitulado «A questão do Zaire e a ocupação do Cacongo e Massabi», no qual colhemos alguns elementos.

Nada disto contava. A Europa só conhecia os dois modernos pioneiros da penetração. Ali, onde se gravaram as armas portuguesas, esbarravam os sertanejos. Eram as barreiras do Monte Cristal, em cujas pedras se vincara o dominio. Brazza passara pelo norte, em busca dos afluentes; pelo este, Stanley penetrara na bacia do Congo e descera desde as origens do rio até ao mar, pela primeira vez. Quisera mesmo mudar-lhe o nome. O que fôra rio do Padrão passaria a denominar-se Livingstone, em memoria do missionario inglês que se aventurara tanto no interior de Africa. Não houve maneira. Só nisto venceu a tradição. Ficou sendo Zaire ou Congo a soberba via maritima a cujo estuário chegara Diogo Cão havia quasi quatrocentos anos.

A Associação Internacional Africana — A retumbancia da acção de Stanley atraíra as vistas ambiciosas dum monarca europeu cuja familia conseguira instalar-se em varios tronos. A Belgica improvisou-se nação em 1830, para a corôa de Leopoldo I, casado com uma filha de Luiz Filipe, de França, e viuvo da princesa de Gales. Este soberano deixou um filho, Leopoldo II, e foi ele quem conseguiu aproveitar a propaganda espantosa feita em volta do Congo. Tinha quarenta e um anos; subira ao trono havia treze; energicamente fizera respeitar o seu territorio quando da guerra franco-prussiana; tratara de fortificar o país e entregara-se ao sonho deslumbrador de enriquecer com a exploração duma grande colonia em Africa. O Congo servia-lhe mas não podia exigí-lo. Tornava-se rudimentar o arranjo de artificios para conseguir os seus fins e fundara a «Associação Internacional Africana», a qual, por seu impulso, deliberara criar na região recentemente posta em foco um territorio dedicado á Europa, como uma sua dependencia colectiva. Encarregou-se o jornalista americano de realizar os estudos necessarios, exactamente quando os portugueses tomavam posse dos seus territorios no vasto país que tinham descoberto.

O soberano belga declarava que ao pretender criar aquela associação só tinha em vista «o progresso da civilização em Africa e que no número dos seus socios seriam admitidos todos os que nos diversos países se interessassem por aquele assunto». Continuava dizendo no ofício esperar «que Portugal, possuindo em Africa magnificas Provincias, não seria indiferente ao progresso dos Países africanos».

A Sociedade de Geografia — Fundara-se em Lisboa, em 1875, a Sociedade de Geografia, cujo primeiro nú-

LUCIANO CORDEIRO

cleo fôra constituido por setenta socios angariados por Luciano Cordeiro. Seu fim consistia em investigações, estudos, exploração científica do continente negro, descobrimentos, conferências, cursos livres de colonização, publicações do género e troca de seus livros com as congéneres de todo o mundo, através das associações da mesma categoria. O grande desenvolvimento das ciencias geograficas preocupava os fundadores, cuja comissão instaladora ficou composta por Luciano Cordeiro, Candido de Morais, Candido de Figueiredo, Rodrigo Afonso Pequito e Emiliano de Bettencourt. Seu primeiro presidente foi o visconde de S. Januario, ministro da Marinha e Ultramar, sendo secretarios Luciano Cordeiro e João Capelo. Instalou-se no Largo do Quintela. D. Luiz declarou-se seu protector, querendo com este acto significar-lhe o alto empenho que

tinha no desenvolvimento das explorações geograficas.

Foi esta agremiação que respondeu á nota do rei belga, aderindo «á ideia da civilização africana». Noticiava que se preparava uma expedição científica á Africa Central e que existia um Comité Central permanente de geografia no Ministerio da Marinha e Ultramar, que se ocupava com interêsse do que dizia respeito ás colonias.

SERPA PINTO

O govêrno declarava, porém, que entendia «não dever comprometer a responsabilidade do País em actos de estranha direcção e guardava inteira a sua liberdade de continuar a civilização africana iniciada ha séculos por Portugal, acompanhando o espirito da época com os seus esforços proprios e por meio de missões e expedições, religiosas, científicas e económicas, que está organizando e que sempre recorreu e recorrerá ainda, na plenitude do seu direito, todas as vezes que lho aconselhe o interêsse nacional e o da humanidade». Que a reserva do govêrno não impedia de forma alguma qualquer deliberação da Sociedade de Geografia.

Ela enviou delegados á primeira assembleia da comissão internacional da Associação, reunida em Bruxelas. Deviam ser eles Luciano Cordeiro, Teixeira de Vasconcelos e Barbosa du Bocage. Aceitaram o encargo mas não compareceram. Os delegados dos outros países, que tinham menos colonias, assistiram a esse acto de retumbancia universal, não sendo sequer citado o nome português. O nosso empório não se defendia. A Sociedade de Geografia estranhou tal procedimento, e o secretario geral, Greindl, numa condescendencia, fez votos pelo bom êxito da exploração de Capelo, Ivens e Serpa Pinto. Tambem comunicava que seria instalado em Zanzibar o primeiro nucleo de propaganda da civilização africana. Habilmente se afastavam do Congo. De repente constou que Stanley estava tratando dos projectos referentes ao Zaire e começaram os protestos. O visconde de S. Januario escreveu indignadamente; Fernando Pedroso, miguelista, director da «Nação», vergastara os flibusteiros, que, em nome da civilização, pretendiam territorio português.

Jornalista ilustre, foi ele o paladino das missões religiosas nas colonias. Criavam-se as da Zambezía e Huila. Sempre houvera assistencia de freis nas possessões, mas com a extinção das ordens religiosas afrouxara esse serviço, quasi sempre duma enorme utilidade moral. As desavenças entre os jesuitas e os governos lançavam má sombra nas piedosas intenções e pesados sacrificios da maioria dos outros sacerdotes.

Instituira-se o Colegio das Missões Ultramarinas (1856), o qual fôra instalar-se no vasto seminario de Sernache do Bom Jardim, fundado por D. João VI. O novo organismo destinava-se «á educação, preparação e instrução de missionarios para as diferentes missões do real padroado, Asia, Africa e Oceania». Começara desde logo a enviar os seus educandos para esta tarefa civilizadora e moral, que seria auxiliada pelos padres do Espirito Santo, que começaram coadjuvando, com verdadeiro entusiasmo e sentida fé, aquela obra, á qual não se pode negar um alto significado de cooperação colonial.

A missão Stanley — No final do ano de 1879, o jornalista americano, com outros comissionados, partiu para a baía do Zaire, com o intuito de estabelecer as suas faladas estações para estudos, protecção e negocio. A insignia arvorada era uma bandeira azul com uma estrêla de oiro ao cen-

tro. Levavam magnifico material, barcos, instrumentos de todas as espécies e avançaram para o lugar que ele proprio denominara Stanley-Pool. Na margem direita do rio estava içado o pavilhão francês. Era o territorio de Makoko, sujeito ao protectorado franco: Brazzaville.

Deste modo não ficaria nas mãos dos associados todo o comercio que se sonhara.

Se fôsse possivel desfazer aquele tratado entre o régulo e o explorador francês, seria a vitoria. O tenente Valch partira para Luanda, a adquirir vistosos presentes para o soba, mas quem primeiro se entendera com o Makoko continuava a merecer a sua confiança.

Aquele potentado era vassalo de Portugal, visto o ser do rei do Congo. O dominio francês devia ser anulado.

Ninguem atendeu as razões.

Eles iam trabalhando pouco a pouco, mas iam chegando ao desejado nos territorios onde se instalavam. Aparecera a Associação Internacional do Congo, a que os Estados Unidos reconheceram, bem como a França, a qualidade de estado amigo.

Ia chegar, porém, outro reconhecimento de maior monta e de maior agravo para Portugal.

O Congo e seu comercio — O comercio primitivo da região congolesa foi feito pelos portugueses, servindo-se da moeda «o buzio», com que os indigenas traficavam. Empregou-se depois a garrafa, com líquido, o pano e o cortado, vários panos; mais tarde a espingarda, que teve o nome de lazarina, visto Stanley, quando lá foi, ter encontrado uma dessas armas com a seguinte legenda: Lazaro Lazarino Legitimo de Braga. Tratavam, apenas aos portugueses, por «brancos» falando o nosso idioma: «a lingua do branco».

Os holandeses fundaram, em Roterdam, uma escola de português, a fim de ministrarem aos empregados as suas noções e para assim se entenderem com os negros. Mas estes diziam-lhes: «Você fala lingua de branco mas não é branco». Esta casa movia, em 1882, três mil contos; a inglesa, mil; duas francesas, mil e quinhentos; uma belga, mil. Todas forneciam fazendas. Portugal apenas negociava em víveres, para alimentação dos europeus.

Decaíra-se, como se vê. Os estranhos, que até obrigavam os seus empregados a aprender a nossa lingua, predominavam, mercê da falta de auxílio da metropole.

A Associação Internacional Africana fazia o resto com uma habilidade superior, á qual assistia a cumplicidade de muita gente poderosissima, unida contra o Portugal dos descobrimentos.

O fim daqueles povos era assegurarem-se do comercio do Zaire.

A fim de se averiguar muito bem, embora em disfarce, o que se estava passando por parte dos estrangeiros nos nossos dominios e suas imediações, delegara-se o juiz de direito da primeira vara de Luanda, Francisco Antonio Pinto, para cumprir essa missão. Declarou ir caçar hipopótamos; de vez em quando abatia alguns.

Tinham-no, na realidade, em gôzo de férias, quando ele só queria inteirar-se das intenções cobiçosas dos estranhos.

Visitara as feitorias portuguesas na região; desembarcara em Banana, onde o desenvolvimento se acentuava, e sentindo a necessidade de adquirir algum territorio, entrara em combinações com o soba Namelau, o qual cedera por cem mil réis, ao negociante João Luiz da Rosa, de Boma, a ilhota fronteira á sua sanzala. Ficava á disposição do govêrno português. Tivera por companheiro na viagem o padre Antonio Carrie, da missão francesa, o qual arranjara uma suserania do bispo do Gabão sôbre territorios nacionais e a expunha ao magistrado, que ficava sabendo não poderem os missionarios portugueses estabelecer-se no norte do Zaire. Era aquela a teoria do reverendo.

O agente do governador de Angola partira, depois, para Cabinda, onde conversara com o barão deste título. Seus filhos Vicente e João, educados em Portugal, tinham regressado um pouco á vida cafreal, mas os indígenas sentiam-nos pouco seus após aquela instrução, desconheciam-nos e não lhes ligavam importancia. Falou-se em fundar ali uma missão civilizadora e outra na Landana, territorio do genro do titular. O soba de Loemba já se ia entendendo com os ingleses e içava a sua bandeira. O resto dos povos manifestavam-se pelos portugueses. Na Landana, tinha importancia a firma Castro & Leitão, que

se dispunha a auxiliar o enviado, sobretudo José R. Leitão, cujo patriotismo sobejamente se demonstrou.

Vivia ali o medico francês, Lucan, fingindo exercer clínica e manufacturar remedios, mas era um agente do seu país, e junto á sua casa ia estabelecer-se um hospital com irmãs de

D. PEDRO V, REI DO CONGO

caridade lazaristas. Os missionarios daquela nação tambem ganhavam influência. Já educavam cento e doze rapazes e queriam intitular-se párocos das freguesias, o que não lhes consentiam os comerciantes portugueses.

Em Santo Antonio do Zaire ainda existia o velho convento dos barbadinhos. Dominava na região um negociante, Isaac Zagury.

Vivia no antigo mosteiro apenas um sacristão, que se atribuía sacerdócio. Os franceses já se tinham instalado melhor.

Quando o agente português se volveu a Banana, a visitar a ilhota e ver se podia fazer edificações 'nalguns terrenos altos, houve grande pânico entre os dirigentes da casa holandesa, que procuraram obter do soba Namelau uma nova venda. Ele não acedeu, cheio de medo, pois assistira á primeira o comandante da «Bengo», José Aleixo Ribeiro, que podia castigá-lo. Finalmente cedera a uns ingleses, que lá içaram a sua bandeira. O comerciante José Luiz da Rosa e Domingos José de Sousa foram protestar, por conselho do enviado governamental, e os britanicos deixaram o terreno. Arrendaram-no aos proprietarios, por contrato público. Ficou assim determinada a soberania na ilha.

De regresso a Luanda, o magistrado fizera um relatorio indicando as medidas a tomar para o povoamento e ocupação militar daqueles terrenos e dos outros, visto os estrangeiros não pararem um momento nesses trabalhos.

Um dos seus planos consistia na organização duma Companhia Nacional destinada a estabelecer-se no Zaire, fazendo a exploração agricola e comercial.

Afirmava tambem os direitos sôbre os territorios disputados, relembrando o livro do visconde de Santarem «Demonstrações dos Direitos de Portugal sôbre os territorios de Molembo, Cabinda e Ambriz».

Denunciava que Stanley, tendo visto desaproveitada a bacia do Zaire, tivera pactos secretos com o rei da Belgica, deliberando fazer da magnifica região uma colonia. Regressara com militares, dirigindo-os, e sob o título de expedição científica estavam tratando de bases comerciais.

Observador, prestando justiça ao jornalista americano, escrevia acêrca de Stanley Pool: «Ora grande parte da vida que vai animar esta futura cidade pertence-nos actualmente a nós, porque ali descerá forçosamente todo o comercio dos vales, do Cuango a Lubala, e dos sertões intermediarios, o qual até aqui só se fazia pelo Bié ou por Cassange com Benguela ou Angola. O pouco marfim que de lá derivava para os pontos compreendidos entre o Quicombo e a Mocula tambem será arrastado na corrente e descerá o Zaire.

«Se não acudirmos a tempo e amepararmos esta calamidade iminente, podemos julgar a provincia de Angola na situação desesperada dum corpo que se esvai em sangue pelas artérias não laqueadas duma operação desastrada. E com sangue vai-se a vida.

«Vamos, depressa, postar-nos na embocadura do Zaire para evitarmos a amputação e estudarmos o remédio

que nos livre da morte. Vamos ocupar a costa norte!»

Eram estes os resultados das observações do juiz Francisco Antonio Pinto, o qual concluía declarando que do «Zaire ao Loge os terrenos, na zona beira-mar, são áridos e em geral pobres de tudo. A região a este é coberta de vegetação gigantesca. Por isto os estrangeiros não disputavam a zona sul, negando que Portugal possuisse quaisquer direitos para o norte». Definia-os relembrando as três familias Congo, Mussorongo e Cacongo, as quais tinham lidado desde o começo da descoberta com os nossos navegadores, guerreiros e sertanejos. A ocupação devia, segundo ele, «ser inteira e contínua desde o Loge ao Chiloango». Fazia-se uma intensa propaganda de ingleses e franceses contra Portugal entre o gentio. Aqueles chegavam a fornecer armas. O exercicio de tiro ao alvo contra o padrão de Diogo Cão, que o português Manuel Joaquim de Oliveira presenciara, dera-lhes grandes foros aos olhos dos indígenas, que os viam a demolir o «feitiço do branco». Ensinavam a sua lingua aos negros. Pagavam-lhes em libras, davam-lhes ilustrações e livros com estampas, para os incitarem a querer saber o que elas representavam.

Começava a organizar um nucleo nacional de defesa de territorio e de interêsses, cujos chefes ficavam sendo no Zaire João Ferreira de Abreu, em Landana e Chiloango João José Rodrigues Leitão, visconde de Cacongo. Vigiariam as manobras dos estrangeiros.

Trabalhara com afã e vontade, cumprindo admiravelmente o seu dever. Vira João Brandão, o facínora, em Catumbela, na sua fazenda de Cassequele, gozando a liberdade, em 1879, e indignara-se com aquele mau exemplo. Devido ao seu reparo, o criminoso fugira para o interior e morrera ás mãos dos indígenas.

Era homem digno e recto, patriota e altivo, o juiz que Ferreira do Amaral enviara a estudar as condições do comercio e da vida congolesa quando os estrangeiros disputavam, ou antes, iam tomando os territorios da nossa conquista secular.

CAPITULO XV

O DISTRITO DO CONGO

Ocupação de Massabi, Caconda, Santo Antonio do Zaire e Cabinda — A conferencia de Berlim e o Zaire — Expedição à Lunda

Missões ultramarinas — Depois da expulsão das ordens religiosas e tendo-se feito tentativas para fundar um nucleo destinado ás missões, antes de se instalarem em Sernache, lidara neste sentido o bispo de Pequim, D. Vicente Monteiro da Serra, que as abrigou no Bombarral, com o subsídio de um conto e quatrocentos mil réis que lhe concedeu o govêrno. O seminario do priorado do Crato é que lhes servia e em Março de 1855 oficiaram ao Estado solicitando a bela casa de Sernache, a qual lhes foi concedida em Dezembro desse ano. As dificuldades eram muitas. Acolhera dezanove alunos internos e vinte externos, sendo, dez anos depois, o superior das Missões Ultramarinas o bispo de Macau, D. João do Amaral Pimentel. Desenvolveu o instituto e começaram as missões para a Africa numa grande regularidade. Dirigiam os estudos os jesuitas. Ali estiveram desde 1861 a 1871.

Outro elemento de grande valia nesta instituição fôra o padre Luiz Natividade.

O cónego José Maria Fernão de Carvalho Martins, que seria bispo de Bragança, admiravelmente coadjuvou os esforços para o êxito. Abriram outro colegio no convento de Chelas. Em 3 de Dezembro de 1884, sendo ministro Pinheiro Chagas, praticou-se a reforma dos estudos, da qual foi encarregado Antonio Tomaz da Silva Leitão e Castro, futuro bispo de Angola.

O bispo de Angola era José Neto, depois patriarca de Lisboa, quando Stanley realizara a sua travessia. Imediatamente fizera sentir a necessidade de se mandar uma missão religiosa mas com o caracter de observações políticas, a fim de se verificar o que se passava e exercer influência no nosso territorio. Já havia em Angola alunos do seminario especial de Sernache e o governador Eleuterio Dantas (1880-1882) concordara, sendo desde logo assente que se levariam presentes ao rei do Congo em nome do monarca português. O fim visivel consistia em se solicitar daquele soberano gente e material para se construir as igrejas derrocadas em S. Salvador do Congo. A missão compunha-se do capitão Mena, ó guarda-marinha Mota e Sousa, os padres Sebastião José Pereira, Joaquim Folga e Antonio Barroso, futuro bispo do Pôrto, dois carpinteiros, um branco e outro indígena, com o fim de dirigirem as reconstruções.

Partiram, a bordo da «Bengo», em 20 de Janeiro de 1881 e desembarcaram na peninsula de Banana, onde então se concentrava todo o comercio do Zaire.

Adivinhara-se o grande futuro da cidade; escrevê-lo-ia o reverendo Barroso, com a sua inteligencia. Já fôra demolido o padrão de Diogo Cão. Penetraram em Boma, onde havia algumas feitorias: as portuguesas de Vale e Azevedo e Faria e Rosa, uma francesa, outra holandesa, outra britanica. Estava instalada a missão catolica do Espirito Santo e Imaculado Coração de Maria.

Já um navio de guerra inglês subira o Zaire; a «Bengo» fôra a segunda. Encontraram, na realidade, as

igrejas derrocadas, ou antes, os seus vestigios. Tinham sido muitas. Só nas imediações de S. Salvador houvera sete paroquias. Até 1856 ainda se celebrara o culto nalgumas delas.

Afirmava-se o predominio português. Tudo, porém, ia acabar numa legalização improvisada no que se denominou uma reunião de civilizados, destinada a salvar os empórios africanos.

Ocupação de Massabi — Como não havia maneira de tratar a questão do Zaire em harmonia com os interêsses nacionais, Antonio de Serpa Pimentel sugerira ao ministro inglês em Lisboa a ideia duma reunião internacional, a fim de se tratar do caso entre todas as potencias. Caindo este ministerio, José Barbosa du Bocage, ministro dos Estrangeiros, prosseguira nas negociações, sendo Pinheiro Chagas ministro da Marinha e Ultramar.

Ferreira do Amaral, que governava Angola, ao ver as ocupações francesas no Gabão, decidira fazer o mesmo no Massabi e Caconda.

De qualquer maneira se devia afirmar a soberania e a melhor ainda era de acção, desde que o jornalista americano actuava sob tão altas protecções.

Quando, em 1880, a Associação Internacional Africana comunicara a nova expedição de Stanley ao Alto Zaire, a Sociedade de Geografia de Lisboa acentuara:

«Soubemos, em tempo, dos projectos do Sr. Stanley e temos seguido o curso da sua audaciosa tentativa com o interêsse que ela tão naturalmente desperta. Não recebemos, porém, até hoje, nenhuma comunicação directa de Stanley nem tampouco da sociedade de capitalistas e filantropos a que vos referis, posto que os seus projectos, mais ou menos conhecidos, respeitem a regiões incontestavelmente dependentes da soberania portuguesa desde a sua primeira descoberta nos seculos XV e XVI. É evidente que tal tentativa não pode atingir um exito serio e prático sem a sanção de Portugal e um justo acôrdo com os nossos direitos e interêsses, mas Portugal nunca deixou de apoiar qualquer emprêsa que, isenta de todo o caracter político contrário á sua soberania, possa cooperar com ele para os dois fins dos nossos esforços constantes e dos nossos contínuos sacrificios: a exploração e civilização de Africa.»

Isto tudo, porém, não impedia que as expoliações prosseguissem.

Leopoldo II entendera-se com Bismark, porque a Alemanha começava a ter ambições coloniais. Brazza já anunciara que se ia estabelecer na Ponta Negra, Quilo e Luango (1883) e o resto da costa que a Inglaterra declarara não pertencer ao seu aliado.

Exceptuava-se Cabinda e Molembo. Os padres franceses das missões auxiliavam, admiravelmente, a sua nação. O reverendo Carrie estava instalado ali como superior da missão do Espirito Santo francesa e devia o bom acolho aos missionarios portugueses.

No Loango viu-se desembarcar o comandante da «Sugi Haire», Cardier, com os negociantes do seu país Pichot e Chevalier, endireitando para a feitoria do português Saboga, partindo, de seguida, de visita ao soba. Fizeram um tratado que no fim, em vez de ser aquilo que afirmavam, a cedencia de territorios para depósito de materiais, era o autêntico protectorado. O negociante português protestou, mas foi obrigado a calar-se ante as ameaças. Ficou ali uma fôrça de marinha. Na Ponta Negra quis-se praticar do mesmo modo, mas os comerciantes e os indígenas repeliram-nos em nome de Portugal. Mandaram arriar a bandeira.

O govêrno, só oito meses depois desta façanha, é que preguntava, ao ministro dos Estrangeiros de França, se, na realidade, fôra ocupado o Loango, conforme constava. O comandante da «Bengo» lançara o seu protesto. Soubera, igualmente, que os indígenas de Caconda e Massabi, receosos de que lhes sucedesse o mesmo que aos de Loango, solicitavam a imediata ocupação militar de suas terras.

Os comerciantes colocavam-se á frente dos povos, mas o oficial de marinha Carlos Augusto de Magalhães e Silva declarava não ter instruções naquele sentido e largou, a fim de narrar a Ferreira do Amaral o que solicitavam os portugueses e o gentio. Telegrafou para Lisboa e não houve resposta, e ele determinou tomar as responsabilidades, mandando ocupar as duas vilas por Guilherme de Brito Capelo, que comandava a «Rainha de Portugal».

Deu-se ao acto a maxima soleni-

dade, pois compareceram ante Brito Capelo os régulos e os comerciantes Fidel, Leitão, Mendonça, o inglês Batray, bem como o comandante da canhoneira, da Grã-Bretanha, «Flyrt», Hamnick, com Deunett, agente disfarçado dos interêsses daquele país.

Fez-se, pois, a ocupação, embora aparecessem protestos de negociantes estrangeiros e do padre Carrie, a propósito duns terrenos onde se instalara e que estando no paralelo 5° 12' não pertenciam a Portugal, conforme fo idemonstrado pelo oficial de marinha francês Roman de la Rivière e pelos seus camaradas portugueses Paula Cid e Serpa Forjaz. O comandante da «Saigon», Courtil, asseverou serem os terrenos dos indigenas e entregou-os á missão, fingindo que os comprava, mas nunca foram pagos.

A Associação Internacional Africana instalara o seu posto no Massabi, não reconhecendo a saberania portuguesa, conforme o seu chefe asseverara ao secretario do govêrno de Angola, Eça de Queiroz, que o ameaçou com o ataque da canhoneira «Sado», na qual viajara.

Mandaram pedir fôrças militares, instalaram-se no Chinchaxo, aguardando-as, com o capitão de segunda linha Tiaba da Costa, cuja influência sôbre os indígenas era decisiva.

Fizeram-se depois as delimitações e, ante o protesto do residente de Loango, os indígenas declaram-se portugueses.

Assim se reocupou Cacongo e Massabi.

Segunda expedição de Capelo e Ivens e a de Serpa Pinto — Os ilustres exploradores do sertão, ante o que sucedia com Stanley e Brazza, glorificados como se fôssem os unicos peoneiros da selva, receberam novo convite para um reconhecimento entre a bacia do Zambeze e a do Zaire.

Largaram de Lisboa a 6 de Janeiro de 1884 e a travessia realizou-se entre as duas costas, alcançando, enfim, o que já, várias vezes, portugueses tinham tentado.

Calcaram terras desconhecidas até Iaaca e dos seus trabalhos proviriam muitas afirmações acêrca dos direitos do país que representavam. Percorreram mil e quinhentas milhas de sertão entre as quatro mil e duzentas de costa a costa..

Aquelas jamais um europeu trilhara. Perderam sessenta e quatro homens na jornada, entre extraviados e mortos.

O seu regresso a Lisboa, em 1886, constituiria uma apoteose. Tendo chegado a Fete, em 1885, e logo a Moçambique, donde telegrafaram, o país vibrou intensamente.

Serpa Pinto, nomeado cônsul em Zanzibar, recebeu a missão confidencial de restabelecer a influência portuguesa nos sítios onde ela fracassara. Largou para Moçambique, dando o título de «Expedição Científica Pinheiro Chagas» ao que ia tentar, agradecendo assim ao ministro que o incumbira desse serviço. Juntara á sua pessoa o guarda-marinha Augusto Cardoso com uma escolta de cem vátuas, povos que, geralmente, não queriam servir naquela qualidade. Chegaram a Mossuril, para o norte, em 1884, sob as chuvas, atravessando o país de Matibano, para Fernão Veloso, até Quissanga e Ibo, depois a Matepusi até Mêdo, onde o chefe caiu perigosamente enfêrmo, sendo transportado quasi moribundo para o litoral. O seu companheiro seguiu.

Entrou em Metarica, Niassa, Cuirassia, onde solenemente içaram a bandeira portuguesa. Desceu por Blantyre, para leste, passando junto ao Ruo ou Luo, perto do Malange, trajectando dois mil e quinhentos quilometros, saindo em Quelimane.

Embora esta travessia fôsse na província de Moçambique e não nos territorios angoleses, em litígio, causou sensação a viagem do moço oficial.

Conferência de Berlim — Convidados todos os países para a conferência a realizar em Berlim (15 de Novembro de 1884), tomaram parte nela, além da Alemanha e da Austria, Dinamarca, França, Belgica, Inglaterra, Espanha, Holanda, Italia, Suecia e Noruega, Russia, Turquia, Estados Unidos e Portugal. Tratara-se do reconhecimento da Associação Internacional Africana, com a qual estabeleceriam relações, além da America, que já a reconhecera, e da França, dirigida por Jules Ferry, no sentido colonial, a Alemanha, impelida por Bismarck, ávida de territorios na Africa Ocidental e por isso ajudando Leopoldo II; a Inglaterra, infiel á aliada, cujos padrões demolira a tiro, Italia, Austria, Holanda, Espanha e Suecia e Noruega.

A França, America e, pouco depois, a Inglaterra reconheceram a Associação como estado soberano, com sua estrelada bandeira azul. Portugal não aceitava assim aquele organismo. Era o país prejudicado e como tal opunha-se a semelhante suserania, quando se viu abandonado.

O plenipotenciario português era o conde de Penafiel. Recebeu ordem do ministro das Colonias, Barbosa du Bocage, para exigir que uma grande nação arbitrasse acêrca da formação daquele novo estado. Escolheu-se a França, que, cheia de planos de expansão colonial, se juntara ás outras potencias naquele reconhecimento. O barão de Courcel, seu embaixador, aconselhara a imediata transigencia, a fim de se salvar algum territorio para Portugal, cujo delegado assinou o que se lhe impunha em 14 de Novembro de 1885. Estava isolado.

Definiram-se as fronteiras dos territorios portugueses e os do novo país. Eram as seguintes, segundo o artigo terceiro da Convenção: ao norte do Zaire (enclave de Cabinda) a linha que une a embocadura do Rio que se lança no oceano ao sul da Baía de Cabinda, perto de Ponta Vermelha, a Cabo Lombo; o paralelo deste ultimo ponto prolongado até á sua intercepção com o meridiano de confluência do Culacula com o Lucala; o meridiano assim determinado até ao seu encontro com o rio Lucala; o curso do Lucala até á sua confluência com Chiloango (Luango-Luce). No Zaire e ao sul: o curso deste rio depois da sua embocadura até á sua confluência com a ribeira de Uango-Uango; o meridiano da embocadura desta ribeira, entre a feitoria holandesa e a feitoria portuguesa até ao seu encontro com o paralelo de Noqui; este paralelo até á intercepção com o Cuango e a partir deste ponto, na direcção do sul, o curso do Cuango.

TRECHO DO RIO ZAIRE

No caso de falta de concordancia entre as duas partes, ficava reservado o direito de discussão, de acôrdo com as outras nações.

Com efeito, a Sociedade de Geografia de Lisboa quisera que se fixasse bem o limite do sul do enclave de Cabinda e outros mal definidos lugares.

A França acudia a protestar, pois desejava avançar a sua fronteira até Chiloango, podendo Portugal ligar Angola com Moçambique. A Alemanha

tambem concordou com os limites ao sul de Angola e sòmente a Inglaterra se foi mostrando refractária a determinadas acções de consentimentos territoriais, o que geraria o grande conflito de 1890.

Durante a conferência determinara o govêrno português efectivar a posse de Cabinda. Em Fevereiro de 1885 largara a divisão naval, composta pelas corvetas «Afonso de Albuquerque» e «Rainha de Portugal» com as corvetas «Sado», «Zaire» e «Liberal», com aquele destino e sob o comando do capitão de mar e guerra Joaquim Pereira de Sampaio. A canhoneira «Flyrt» surgiu nas suas águas. Começaram a realizar tratados com os régulos de Boma, Banana e Santo Antonio do Zaire e ao tentar-se desembarcar em Banana o comandante do barco britanico opôs-se. Era um arrôjo a que não se correspondeu, e de tal forma se tornava audaciosa a atitude do oficial inglês, que o seu chefe foi apresentar desculpas ao governador de Angola. Ante aquela ameaça de guerra os portugueses não entraram na cidade tão cobiçada por todos os países empenhados na questão do Congo.

Igualmente lançaram seus protestos os comandantes dos navios franceses «La Prada» e «Dumont de Urville». A «Rainha de Portugal» deixara o grosso da esquadra e levando o governador, Guilherme Capelo (1886-1892), fundeou em Cabinda, que foi ocupada.

Portugal possuia toda a margem esquerda do Zaire; o novo estado a orla direita.

Formava-se o distrito do Congo, do qual era nomeado administrador Neves Ferreira.

O rei do Congo, D. Pedro V, pedira para o seu territorio ser incorporado no que se deixava a Portugal, visto considerar-se seu grato vassalo. Ficavamos com os territorios de Cabinda, Molembo e Massabi, ao norte do Zaire.

Estado Livre do Congo — Formava-se, pois, um distrito do Congo. A Associação Internacional criava um país que se intitulava Estado Livre do Congo. Stanley imaginara talhar um reino para si em Africa, talvez um imperio, aceitando até a presidencia duma republica, mas Leopoldo II, depois de lhe explorar o renome, quisera para si o territorio onde empregara toda a sua fortuna e que lha decuplicaria. O célebre jornalista continuava as suas travessias em Africa. Morreu em 1904. O soberano era o rei dos belgas. O novo país contratou outros exploradores para a região onde o americano descobrira a grande artéria fluvial. Delporte e Gillis verificaram o curso do rio entre Banana e Stanley Falls; Greenfell, Wissmann e Pogge entraram no Kassaï e Sankanran (1884-1886). Dhanis, Jacques, Marinel e Delcomimine fizeram a travessia do país; Cornet, Lemaire, Bia e Francqui entraram na Katanga. A colonização principiara e assim nasceram Leopoldville, Equateurville, Nova Antuérpia e Planbyoille.

Com o decorrer do tempo existiria no Estado Livre, tão arteiramente formado, um vastissimo dominio da corôa belga, no qual se fazia uma política comercial muito proveitosa para o imperante.

Considerava tudo aquilo «fonte do seu labor, sua obra pessoal» e cedê-lo-ia á Belgica, ficando, todavia, rei soberano do Estado Independente do Congo, assim denominado (1906), tornado depois colonia: o Congo Belga.

A Africa equatorial francesa denomina-se Congo Francês; o nosso territorio Distrito do Congo, e é o que nos resta do famoso imperio do Manicongo, onde Portugal teve influência sem igual e suserania desde a época em que Diogo Cão ali implantara a marca real na pedra depois abatida e se gravara a inapagavel posse nas pedras do rio Congo, em Ielala.

Lunda ou Estado de Muatiânvua — Apesar de territorio português, a Lunda, ou país de Muatiânvua carecia de ser ocupada por postos, como deliberara a Associação Internacional Africana realizar nos diversos pontos do continente negro. Seria a chancela, de resto dispensavel, sob o ponto de vista de direitos, porque varios portugueses tinham penetrado no sertão, tendo-se estabelecido alguns deles em locais do interior.

O govêrno quisera, porém, enviar uma expedição científica àquela região (1884), sendo encarregado dela o major de infantaria Henrique Augusto Dias de Carvalho, cuja carreira decorrera no ultramar desde 1867, tendo dirigido, como alferes, escolas regimentais em Macau e prestado

notaveis serviços militares e como condutor de trabalhos. Passou a S. Tomé, na qualidade de administrador, criando ali o corpo de polícia. Na costa oriental se empregou com distinção e mandado para Luanda (1878) ali realizou diversos trabalhos tecnicos.

O objectivo da sua expedição era, além de outros, o de procurar mercados para a indústria e comercio, fazer a propaganda e instituir os postos. Saiu de Lisboa em 6 de Maio de 1884, ao mesmo tempo que Capelo e Ivens iam fazendo o seu avanço no Alto Zambeze.

O sub-chefe daquela enviatura era o major reformado Agostinho Sesinando Marques, sendo ajudante o capitão Manuel Sertorio de Almeida Aguiar.

Outros portugueses antes deles tinham feito a penetração na selva e nos aldeamentos rudimentares dos negros.

Peoneiros da Lunda — Um deles, Joaquim Rodrigues Graça, fizera a travessia em negocio, mas levando instruções especiais do governador Antonio Xavier Bressane Leite, para fins politicos. A sua socia no tráfico era D. Ana dos Santos Silva — Dembo e Alala, senhora dos matos de Angola, como a designavam os indígenas (1843). O pombeiro ganhara o sertão depois do Bié, indo, de seguida, a Mussumba do Muatiânvua (Cábebe), onde se estabeleceu até 1847. Já estivera ali um outro negociante português, Romão, que falecera na Lunda. O régulo solicitava a Rodrigues Graça a protecção de Portugal. Em 1848 fixou-se no territorio do Xa Cambunje, grande soba, no Cassai, outro comerciante, Lourenço Bezerra Correia Pinto, que o Muatiânvua desejava nos seus dominios.

Dois anos depois estava em Quimbundo outro homem de negocio, de apelido Carneiro, cujas relações comerciais se desenvolveram, tornando-se tambem agricolas, de sociedade com o seu empregado Saturnino Sousa Machado. Apareciam ali outros a solicitar fazendas para a troca nos sertões, na qualidade de «aviados», como foram João de Carvalho, o «Catepa», Lopes de Carvalho e o célebre José do Telhado.

João Baptista e Gonçalves, de Benguela, tambem se internaram, estando estabelecidos em Cassongo de Cameron, no Nuangue.

No Mussumba prosperaram os negocios do Bezerra, que dirigiu uma colonia de ambaquistas, gentio de Ambaca, quasi todo educado pelos missionarios, e por isso de mais va-

MAJOR DIAS DE CARVALHO

lia no comercio, por seus conhecimentos.

Os negros da Lunda trabalhavam naquele territorio, onde foi acolhido o doutor Büchner, explorador alemão (1879). Depois, Saturnino Machado e Lopes de Carvalho instalaram-se no Labuco de Muguengue. Em terra de Sambo Mahango outros portugueses lidavam: José Antonio de Vasconcelos, Fragoso Garcia, Braga e seu irmão. No Quimama estava Correia da Gama; no Cabango, Caetano Xavier da Silva; na margem esquerda do Chuimbue residiam diversos ambaquistas e entre eles João Silva e Manuel Cuquemba.

Com o se vê, a penetração fizera-se.

A expedição — Os expedicionarios lançaram com o proposito firme de instalar os seus postos e entrarem em contacto com os povos, e começando pela terra dos Capendas, na margem direita do Cuango, ali instalaram o posto, celebrando o primeiro tratado com os sobas, deixando como delegado o comerciante José An-

tonio de Vasconcelos. Denominava-se: Estação Costa e Silva, em honra do secretario geral de Angola, Francisco Joaquim da Costa e Silva. Traçara-se o plano da ocupação daquele territorio.

Os régulos iam reconhecendo a soberania portuguesa. De resto, os Capendas já a tinham aceitado desde 1852.

Em homenagem ao Pôrto, cujo comercio e indústria muito auxiliara a expedição com os seus produtos para o escambo, criara-se, na margem do Cuilu, uma estação com este patronato: Cidade do Pôrto. Ali encontraram o Muatiânvua eleito.

Em 1855, inauguraram, com a solenidade usada para com todas as outras, a Estação Luciano Cordeiro, celebrando o secretário perpétuo da Sociedade de Geografia. Ficava este estabelecimento no Cuangula. Iam-se estreitando relações, comunicava-se com o rei do Congo para se tratar do comercio recíproco através dum bom caminho entre Angola e Muene Puto Cassongo. Convenceram-se os povos quiocos a subordinar-se ao grande Muatiânvua. Fundaram a Estação Conde de Ficalho, querendo consagrar em terras de Africa o nome do ilustre professor de botanica. Os potentados e o proprio soberano solicitaram a ocupação de seus territorios com gente e bandeiras. Consideravam-se vassalos de Portugal. Nomeara-se o chefe quioco, Muna Congolo, capitão das Companhias Moveis de Angola, e o de Camba Cazari, alferes. Ao ambaquista João Silva deram-se as honras de tenente e delegado do govêrno na povoação de seu sogro, nas margens do Chiumbui. Tambem do Muanangana Xa Comba, se faria um capitão.

Havia um grande desejo de se ver chegar aos seus dominios o Muatiânvua eleito, para o que apareciam, em enormes cortejos, os «grandes» e os vassalos. O Quissingue queria fazer um pacto para levantar a bandeira portuguesa, e o Caungula de Mataba procedia do mesmo modo, por sua conta e do irmão, soba do Lôvua. A expedição recolhera, falha de recursos, a Malange, onde, em 1884, tinham encontrado o explorador alemão, delegado pela Sociedade Africana de Berlim. Era ele o moço oficial de infantaria W. Wissmann, trabalhando em colaboração com a Associação Internacional, fundada por Leopoldo II.

Partira dali a gente da firma portuguesa Machado & Carvalho, arranjando numerosos carregadores e tendo os germanicos levado o resto.

Tinham-se fundado tambem estações com os nomes de Serpa Pinto, Capelo e Ivens, na margem do Cachami, afluente esquerdo do Luembe. Mataba teve a sua estação Julio de Vilhena, para honrar o ministro do ultramar e ilustre estadista, e fazendo-se convenções, tratados, negocios e ocupações, chegou-se a solicitar do major Dias de Carvalho que assumisse o govêrno do estado do Muatiânvua com a soberania portuguesa sôbre os vizinhos de Muene e Casse.

Não se resistia; por toda a parte o acolhimento era magnífico,

Como o Estado Livre do Congo se formara, o chefe daqueles expedicionarios, que tantos trabalhos tinha passado, desde 1884 a 1888, protestava contra a maneira por que se pretendia encorporar a Lunda no novo territorio político.

O tratado dava como limites o curso do Cuango, que eles queriam denominar o decimo segundo distrito do seu Estado. Os territorios do Muatiânvua eram delimitados ao norte e leste pelo que Leopoldo II obtivera sem custo, a oeste pelo Cuango e ao sul por uma linha vindo do Zambeze e dos afluentes do Zaire.

Formar-se-ia o distrito da Lunda (1895), que seria constituido deste modo: norte e leste, a linha do Estado Livre; ao sul o Cassai, desde o afluente que vai do lago Dilolo até proximo de Canica, e a oeste o distrito de Luanda. A sede ficava em Capenda Camalemba. Os seus concelhos denominar-se-iam: Duque de Bragança, com sua sede em Santa Maria, com onze sobados e outras povoações; Malange, com vinte e quatro divisões, sendo três postos militares com muitos sobados. Cassange era o terceiro distrito.

Como de justiça, ao criar-se o distrito da Lunda, naquele já citado ano, foi seu primeiro governador Henrique Dias de Carvalho, que nessa época tinha a patente de coronel.

MOÇAMBIQUE

Esta Provincia Ultramarina mede 760.000 quilometros quadrados. É oito vezes maior do que Portugal, mas tem só quatro milhões de habitantes. Seus portos são importantes: Lourenço Marques, Inhambane, Bartolomeu Dias, Sofala, Beira, Barras do Zambeze, Moçambique, Conducia, Fernão Veloso, Quelimane, Almeida, Mocambo, Tembe e Tungue. Seus rios denominam-se: Zambeze, Chire, Maputo, Tembe, Incomati, Limpopo, Quelimane, Lurio, Lugenda, Rovuma, Save, Busi, Pungué e Arangua. Os lagos chamam-se: Niassa, Alsinta, Chirua e Sungue, havendo, ainda, as lagoas de Inhambane. Tem serras como as de Libombos, a vertente ocidental dos montes de Manica, Garongosa, Mossumbala, Ajaus, Laputa e os Picos Mamuli, de 2.500 metros de altitude. Os cabos são: Delgado, S. Sebastião, Barra Falsa e Santa Maria. Numerosas ilhas fazem parte da provincia, sendo as mais notaveis: Inhaca, Bazaruto e seu arquipelago, como as de Cabo Delgado, Angoche, Quirimbo, Ibo, Primeiras, Chiloane e o grupo de Moçambique. Cidades de importancia: Moçambique, Lourenço Marques, Quelimane, Inhambane, Chibuto, Coalela, Maciquece, Tete, Angoche, Pôrto Amelia e Beira (territorio da Companhia Majestatica de Moçambique).

Divide-se nos seguintes distritos: Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete, Moçambique, Companhia de Moçambique (capital Beira). O territorio da Companhia do Niassa, cuja capital é Pôrto Amelia, já não tem direitos majestaticos.

A magnifica possessão produz açucar, algodão, oleoginosas, café, borracha, madeiras esplendidas e ricos minerios.

CAPITULO XVI

CONQUISTA DO IMPÉRIO DE MONOMOTAPA

Possessões de Sofala e Moçambique — O sonho das maravilhosas minas — Governos desde 1505 a 1510

Sofala e a sua capitania — E' a Cafraria a parte meridional da Etiópia, a que os antigos chamavam «Antropophagi Æthiopes». É longa a sua costa, a qual mede perto de duzentas leguas, metade ao oriente e metade ao ocidente do Cabo da Boa Esperança. Ela tinha aquele nome porque, segundo os angoleses, de cafres se tratavam os povos sem graus consanguíneos em seus casamentos.

Pois no meio da Cafraria, num territorio fértil, surgiu Sofala ou Zefala, reino cuja fama de territorios de ouro perturbava as imaginações, tanto como a nomeada do poderoso imperio do Monomotapa.

Quando, em Março de 1498, as naus de Vasco da Gama chegaram á ilha de Moçambique, soube-se pelos árabes, lá estabelecidos, da importancia do mercado de marfim, ambar e ouro, que enriquecia aqueles negociantes do Mar Roxo. Partira depois para Mombaça e Melinde, e só em 1500, após a descoberta oficial do Brasil, Pedro Alvares Cabral, aportando á ilha de Moçambique, mandara Sancho de Tovar fazer a exploração de Sofala. Boas foram as informações; na segunda viagem de Vasco da Gama, o grande capitão lá fundeou, conforme as ordens da travessia (1502), e muito bem o recebeu o soberano, a quem chamavam xeque. Ao de Quilôa, traiçoeiro ás suas primeiras juras de fidelidade, se castigara com a armada de Vicente Sodré, mas só em 1505 se fundou a capitania de Sofala. Moçambique tornar-se-ia o fulcro duma vasta colonização e a terra do ouro e das riquezas tão celebradas viu chegar o seu primeiro capitão. Chamava-se Pero de Anaia. Aproara ali em 4 de Setembro de 1505 e foi encontrar-se com o rei Yçuf, um ancião de oitenta anos, cego, mas rígido e forte, que muito bem o acolheu, concedendo-lhe licença para edificar uma fortaleza á entrada do rio. Deixou-lhe grandiosos presentes, e o forte começou a ser construido, em volta do qual se abriu um vasto e profundo fôsso. As naus ficaram de vigia. Um abexim, de nome Yacóte, auxiliou os portugueses nas obras de defesa. Um dia, porém, os negros revoltaram-se, fartos do senhorio. De dentro do reduto repeliram a multidão cafreal que o acometia. Os pelouros rechaçaram-nos e até os elefantes bravos, que andavam no mato, ao serem atingidos, fugiram. A negraria levantou o cêrco; maior consistencia se deu ao forte, mas as febres mataram o governador, ficando, interinamente, no posto o feitor Manuel Fernandes. Era homem bravo e destemido, que se lançara durante aquele combate contra a moradia do rei. Decepara-lhe a cabeça e á vista deste trágico trofeu maiores foram as probabilidades da vitoria.

Sucedendo a Anaia, ergueu a tôrre de pedra da fortaleza e entregou o comando (1506) a Nuno Vaz Pereira, o qual acabou a menagem e morreu. Seu feitor chamava-se Brito Patolim, e coube-lhe a capitania de Sofala, porque Vasco Gomes de Abreu se perdera no canal de Moçambique (1508), quando ia visitar o forte que mandara ali erguer por Duarte de Melo.

O terceiro capitão de Sofala foi Antonio de Saldanha (1509). Encontrou acabada a defesa de Moçambique e a igreja de S. Gabriel, trabalhos de

Duarte de Melo, o qual seria morto em 1512 numa guerra contra a mourama de Angoxa. Tomou o posto Francisco Nogueira, comandante duma nau naufragada.

Governaram Sofala e Moçambique, formando colonia, mas limitando-se, sobretudo, a observação e comercio. Simão de Miranda Azevedo rendeu Antonio de Saldanha, foi a Quilôa, que o rei mandava abandonar, indo buscar Francisco Perreira Pessoa e o pessoal que formava a guarnição. Morreu em 1505. Foi nomeado capitão Sancho de Tovar, que bem o merecia, pois havia dez anos que explorava a região.

intemeratos, sendo muito bárbaros e duma crueldade selvática.

Coube, em 1518, a Sancho de Tovar a efectividade da governança, passada a Diogo de Sepulveda em 1521. João da Mata foi o feitor de Moçambique.

D. Pedro de Castro puniu os rebeldes de Quirimba, incendiando-lhes a vila. Houve uma nova tentativa sôbre Madagascar, mas o seu propulsor, Sebastião de Sousa, sofreu derrota. Sucedeu-lhe D. Lopo de Almeida (1525). Três anos depois, Antonio da Silveira Meneses o substituiu. Nesta época, o valoroso capitão Nuno da Cunha aniquilou Mombaça.

EN·1635·OCAPI TAO·MR·FRCº·D·SEXAS·DEC ABRª·O FOI·D·ESTA
FORTZA POR· 4·ANOS·SENDO·D·IDADE·D· 27·E·AREDIFICOV
DE·NOVE FES· ESTE CORPO·D·GVARDA·CRE DVZIO·A·S·MGe·ACO
STA·DE·MELIND E·ACHANDO·A·ALEVANTADA·PELO·REI·TIRANO
E FES·LHE·TRIBVTARIOS·OS·RES·DO FVNDO MVNDO RA·LVZIVA
E·IACA·E·DEV·PESOALMTE·A PAR·ESTE·HVM·CASTIGO·NAO
ESPERADO·NA·INDIA·ATHE·ARAZARLHE·OS·MVROS·A PENOV
OS·MVZVNGVLOS·CASTIGOV·PENBA·EOS·POVOS·REBELDES·
MTANDO A SVA CVSTA·O·RECEBERES·ALEVANTADO·E TODO·O MAIS
D·FAMA·E FES·PAGAR·AS·PARIAS·QVAVIAO NEGADAS·A·S·MGe·PORTA
$·SERVICO·O·FES·FIDALGO·DE·SVA·CAZA·TENDO·IA·DESPACHADO·POr
OTRO·TAL·COM·ABITO·D·XPO·50·MIL·RES·DE TENCA E O ANOS·D·
GOr·D IAFA NPATO·E 4·D·BILIGAO·COM·FACVLDADE·D·PODER·NOMEAR·
TVDO·E·SVA·VIDA·E·MORTE·SENDO·VREI·Pº DA SILVA·ERA·1639·A

INSCRIÇÃO DA PORTA DA FORTALEZA DE MOMBAÇA

Pouco depois estava ali o novo chefe, Cristóvão de Tavora. Pedro Enes descobrira Bomaro, em Madagascar, e Luiz Figueira quisera instalar-se em Matatana, na ilha, depois tão celebrada, mas o gentio repelira-o.

Primeiro, os portugueses, ao descobrirem-na, chamaram-lhe S. Lourenço, em honra do santo do dia em que a avistaram. Os indígenas denominaram a parte norte Madecare e a meridional Malagache. Com estes nomes formaram os descobridores Madagascar. Mais tarde os franceses a crismariam em ilha Delfina, em honra do principe que seria Luiz XIII. Muito antes, porém, os portugueses entraram em relações com os poderosos soberanos da ilha, que eram deveras aguerridos e senhores de vassalos

Mombaça, a insurrecta — Os moiros de Mombaça não podiam sentir o dominio português na região onde tinham sido senhores. Procuravam todos os meios para rebelar os indígenas. Desde 7 de Abril de 1498, em que Vasco da Gama ali chegara, começara a obra do rancor. O piloto que se contratara quisera inutilizar a esquadra; descoberta a cilada, estivera o almirante, durante dois dias, com os barcos fundeados, largando depois para o Oriente. Em 1505, D. Francisco de Almeida, ao ir tomar conta do govêrno da India, quisera sujeitar os infiéis á suserania portuguesa. Travou-se uma luta, mas, dominados os indígenas e os maometanos, ergueu-se um padrão de senhorio e de vitoria. As rebeldias sucediam-

se, a ponto de, vinte anos depois, Nuno da Cunha castigar severamente o «cheik», que maltratava os portugueses e recusava refrescos e abrigo aos navios e suas tripulações. A artelharia de bordo arrasou a cidade, dando um terrivel exemplo, que pa-

Emmanuel Sosa naufragé sur les côtes d'Afrique trouve sa Femme et ses Enfans morts de faim

APÓS O NAUFRAGIO DE SEPÚLVEDA
(Gravura antiga)

cificaria os sobreviventes e suas gerações.

Vicente Pegado (1531) foi quem regulamentou as feiras e bem assim as minas dos rios de Cuama, onde se edificara um forte. Por ali se praticava toda a navegação para o Zambeze. Vasco da Gama chamara-lhe o rio dos Bons Sinais. É navegavel só até Quelimane e percorre cento e vinte e cinco quilometros desde esta vila ao Indico. A feitoria portuguesa recolhia o produto das minas de ouro, dependendo de Moçambique, do qual distava cento e vinte leguas.

Lourenço Marques — O novo capitão, Aleixo de Sousa Chichorro, dedicou-se ao engrandecimento das colonias que lhe entregavam. Saiu pobre e regressou ao reino, cedendo o posto a João de Sepúlveda (1541), tomando-se posse de Lourenço Marques. Quando se deu o nome deste comerciante ao pôrto magnífico postergou-se o nome do seu verdadeiro descobridor, Antonio do Campo (1502), tendo lá ido depois outros portugueses, como Cid Barbosa e Pero Quaresma (em 1506) e, dois anos depois, Diogo Lopes de Sequeira e Duarte de Lemos, assim como Diogo Botelho Pereira, em 1528. Mas naquele ano de 1544, o homem do tráfico, Lourenço Marques, associando-se a Antonio Caldeira, começou no negocio do marfim. Ao saber daquele estabelecimento, junto á formosa baía, D. João de Castro noticiou-o a D. João III, que, imediatamente, ordenou o reconhecimento dos rios e a edificação duma feitoria, que se construiu na margem direita do Espirito Santo. Devia governar Sofala e Moçambique Manuel de Mendonça, que faleceu em Gôa (1547), sucedendo-lhe Martinho de Castro (1548), o qual passou para o da Mina, e era governador, desde 1551 a 1554, quando se deu o celebrado naufragio de Sepúlveda.

Monomotapa, a misteriosa — No tempo em que governava Diogo de Sousa (1544) naufragava junto ao rio Infante a nau «S. Bento», cujos tripulantes, ao salvarem-se, conseguiram chegar a Sofala por um caminho por eles descoberto.

Governou a capitania Sebastião de Sá (1558). Construiu-se a fortaleza de S. Sebastião, baptizou-se um filho do rei de Inhambane e em 1506 chegou a primeira missão jesuita que devia cristianizar a cafraria.

O Monomotapa constituia um vastissimo imperio, cujas lendas deslumbravam.

Assim como se espalhara ser Sofala o antigo reino de Ofir, onde a rainha de Sabá reinara e partira coberta de ouro e pedrarias ao encontro do poderoso Salomão, do mesmo modo se espalhara que a Benomotapa ou Monomotapa constituia um imperio fabuloso cujas minas portentosas chegariam para enriquecer quem as tomasse. Essa região maravilhosa estendia-se desde o grandioso reino de Abutua até ao mar; ao norte corria o Zambeze, a sueste ficava o Quiteve e o rio Tendaclo. Manica, Botonga e Quiteve tinham reis poderosos, sendo vizinhos mas não feudatarios do imperio. O primeiro destes reinos ga-

nhara fama de muito abundante em ouro, mas a região vastissima aparecia como um jazigo de maravilhas, onde abundavam, com o marfim, preciosidades sem conto.

Ante tão grande empório não podiam deter-se os portugueses. Desejavam penetrar nas muralhas entrevistas a distância, guardas de pedra do «Zimboé» do grande chefe.

As excitadas imaginações portuguesas, a miragem das terras africanas, a lenda bíblica de Ofir e de seus encantados confins levara os governos á convicção de se explorarem tais países e, ao mesmo tempo, de os converter á fé.

Ordenara-se aos jesuitas Gonçalo da Silveira e André Fernandes que formassem uma missão religiosa, a qual não se demorou. Dirigiram-se, os ignacianos, a Inhambane, indo ao reino de Tonga e dali ao Monomotapa, onde conseguiram conversar com o imperante.

Baptizaram-no; deram-lhe o nome de Sebastião e começaram mais intensa catequese, mas foram iludidos em relação aos sentimentos do soberano. É que os mouros, desde ha muito em negocios com o potentado, conseguiram convencê-lo do desejo dos padres em avassalarem suas terras.

Quando lá penetraram, e milagre seria o contrário, foram topar com um português estabelecido junto do monarca negro. Comerciava; seu nome era Antonio Caiado. Ele protegeria os missionarios.

O martir do Monomotapa — O ignaciano Gonçalo da Silveira nascera em Almeirim. Não se podia dizer de humilde nascimento. Era filho do conde da Sortelha. Órfão, tivera como protectora sua irmã, D. Felipa de Vilhena, que o mandara estudar gramatica, no convento de Santa Margarida, e latim, seguindo, depois, os estudos teologicos em Coimbra. Estabelecera-se a Companhia de Jesus. Fascinou-se e tomou a roupeta a 9 de Junho de 1543. Os parentes, que tinham imaginado fazer dele um prelado, viram-no em humildade e encheram-se de assombro e má vontade contra os jesuitas.

Em 1556 missionava no Oriente; a 19 de Agosto de 1560 subia o Zambeze, a caminho da sua missão no imperio da Africa Oriental.

As intrigas dos árabes surtiram seu efeito; a sedução que o reverendo exercia nos negros passou a ser capitulada de feitiçaria e as cóleras subiram. Todo o seu prestígio se abalou; o religioso foi trucidado, depois de ter escrito vários cartas aos seus irmãos da Companhia. Era o primeiro martir (15 de Março de 1561). Não o vingaram logo. O comercio prosseguiu. Novos missionarios se aprestaram. Pantaleão de Sá, que governou Sofala e Moçambique, desde 1561, teve que sofrer uma insurreição mourisca, em virtude de um frade ter incendiado a mesquita destes infiéis. Debelou a revolta D. Francisco Coutinho, que ia para a vice-realeza da India. Sucedeu-lhe Jeronimo Barreto (1564) e, três anos depois, Pedro Barreto, em companhia do qual chegou Luiz de Camões.

O autor dos «Lusiadas» em Moçambique — Grandes e tremendos trabalhos e lutas tinham sido os do grande poeta no Oriente. A sorte não se cansava de o perseguir e, juntando ao ruim destino os desatinos do genio, tudo concorria para não o deixar em sossêgo.

Por isso, depois de satirizar Francisco Barreto, governador da India, vira-se forçado a deixar o empório. Levou-o em sua companhia Pedro Barreto, parente daquele guerreiro e que fôra nomeado pará a capitania de Sofala. O vate foi de bom grado, com o seu escravo Jau, mas dentro em pouco estava desavindo com o amigo e piores tratos teria passado se não fundeasse no pôrto a nau «Santa Fé», que arribou. Trazia a bordo D. Antão de Noronha e outros amigos do desditoso, que o socorreram, conduzindo-o a Lisboa, onde chegou a 7 de Abril de 1570. A «Peste Grande» assolava a cidade.

Pedro Barreto não gozaria muito tempo da sua autoridade. Sucedia-lhe o primo, Francisco Barreto, o poeta, na India. O rei encarregara-o de missão de grande monta, com a patente dê governador e capitão general, competindo-lhe a superintendencia do territorio da costa africana do Cabo das Correntes até ao Guardafui. Acrescentaram-lhe o título de «conquistador das minas de Monomotapa».

A expedição de Francisco Barreto — Embarcou três mil homens nas suas três naus, conduzindo entre eles nu-

merosos fidalgos. Os alistamentos foram voluntarios. Toda a gente se deslumbrava com a ideia da tomadia das minas de ouro. Imaginara-se organizar um corpo de cavalaria, partindo nas naus cem africanos destinados a fazer parte dele. Uma nau perdeu-se do resto da frota, indo aportar á Baía, donde, mais tarde, desferrou para Moçambique sem o menor prejuizo. Outro navio arribou ao reino.

Com pouca gente contava o capitão para a proeza a realizar. Entreteve-se a castigar os régulos devedores das páreas ao rei de Portugal, enquanto aguardava os reforços. Armazenou víveres para a travessia; inquiriu dos caminhos a percorrer para o interior e das possiveis passagens entre as duas costas. Ao saber duma revolta de reis orientais contra Chaul, dispunha-se a ir defendê-la quando apareceram cinco naus destinadas á India e a bordo duma delas o novo vice-rei, D. Antonio de Noronha. Como sobrava a gente para a defesa da possessão, Francisco Barreto ficou em Moçambique.

A obra nacional não se talhava ao acaso. Ele praticara com metodo a sua tentativa de penetração.

Quando teve soldados suficientes e adestrados, víveres, munições e conhecimentos rigorosos da região, reuniu os capitães e consultou-os acêrca do caminho a seguir. Decidira-se que partiriam directamente por Sofala. Concordava com seus estudos aquela norma do conselho, mas nas instruções trazidas de Lisboa impunha-se-lhe que não desse o menor passo sem ouvir o aviso do jesuita Francisco de Monclaros. Confiava-se muito na ciencia e talentos do ignaciano. Desvairara-o, porém, naquele ano de 1569, o martírio infligido em 1561 ao padre Gonçalo da Silveira. Era necessario vingá-lo. Para isso, entrar-se-ia no territorio do imperador negro. Embarcaram em Quelimane. Obedecera-se á ordem.

Mil soldados europeus formavam a coorte, á qual pertenciam muitos escravos e mouros de contrato, como guias. Não faltavam mantimentos; os camelos e os burros transportavam-nos, com os grandes odres de água. Os cavalos serviam para amedrontar os negros, que quasi os desconheciam. Á primeira paragem, em terra de Sena, toparam um vilar e uma igreja, mas os mouros, farejando o inimigo de seus interêsses e receosos do aniquilamento do Monomotapa, começaram por empeçonhar os cavalos e iam fazendo o mesmo aos homens quando o chefe determinou defender-se de forma a deixar assinalada a sua passagem e a maneira de punir traições. Trucidaram-se muitos dos inimigos e, amarrando-se outros ás bocas das bombardas, viram-nos voar em pedaços.

A fama da carnificina devia ter chegado ao sertão, através dalguns foragidos e do gentio das tríbus. Havia um rei, o de Monga, revoltado contra o grande senhor, e Francisco Barreto, oferecendo-se para o castigar, solicitava licença de subir até a região das minas de Manica e Abutua.

O potentado não lhe negou a permissão. Devia saber que os brancos eram envenenados nas terras por onde seguiam. De mil homens, restavam pouco mais de quinhentos em estado de combater. Os outros albergavam-se perto do Zambeze, sofrendo das malignas. Largara-se de S. Marçal; pouco depois já não havia víveres; os cafres começavam a surgir em pé de guerra e gastavam-se munições a repeli-los.

Não avançaram; refugiaram-se, de novo, em Sena, onde se tomara conhecimento do mal produzido em Moçambique pelo capitão Antonio Pereira Brandão. Em vez de cuidar de o prover de bons mantimentos, entretinha-se a maltratar o povo, que se revoltava contra ele. Entregando o comando da hoste a Vasco Fernandes Homem, o capitão general partiu com o padre Monclaros e outros, a fim de ir meter em processo o ancião irrequieto que encarregara de o substituir.

Castigou-o; entregou o comando a D. Fernando de Monroy e volveu ao exército, para fazer a sua travessia.

Ia marchar-se, mas o jesuita não concordava com as medidas tomadas; pretendia dirigir a expedição e ameaçava o chefe com as penas do inferno, dizendo-o responsavel ante Deus pelas vidas destroçadas em semelhante lance (1571).

Tomou o comando Vasco Fernandes Homem, exactamente quando regressava o segundo enviado de Barreto á côrte do potentado negro. Prometera entregar as minas de prata e expulsar os mouros. Assim o confirmavam os embaixadores que acompa-

nhavam o delegado português. Quanto a converter-se, conversaria com os reverendos quando os soldados chegassem ao seu «Zimbaoé».

O novo capitão deitou contas aos recursos que possuia. Viu-se na situação terrivel de retirar, indo buscar reforços a Moçambique, mas deixando bem armado e abastecido o forte de Sena. Armara quinhentos homens; dirigia-se para Sofala, mas isto só depois de terem largado para o reino os jesuitas que lhe impediam os movimentos, apresentando-lhe sempre ordens da parte de el-rei.

No meio do exército arrastavam-se as peças de artelharia, que tanto efeito produziam entre o gentio. Este, porém, tivera tempo de preparar a mais cruel das defesas.

É que, retirando, atulhara todos os poços, e, incendiando as povoações, até ao Quiteve, esperavam poder conservar-se ali, tranquilamente, pois jamais imaginaram que soldados sem víveres e sem água conseguissem chegar até á residencia real daquela localidade.

O capitão, porém, confiara no enorme esfôrço, coragem e brio dos seus homens e, á custa de mil sacrificios, no sertão, galgara até onde os adversarios se julgavam inatacaveis. Incendiou o Quiteve e, passando ao Chicongo, viu-se festejado pelo soba medroso e já sabedor da devastação do «zimbaoé» vizinho.

Estavam ali as minas, mas para as explorar carecia-se engenhos, gente, tempo e adaptação aos demorados e dificeis serviços. Na ignorancia e na rudeza do tempo, atribuiam á designação de minas «como uma pedreira profunda cheia de prata, que bastaria colhêr, e outrossim que nas casas se toparia o minerio precioso armazenado». Não era o ambicionado. Manica, com sua fama, tentava-os doutro modo; para lá queriam dirigir-se, e quando o régulo do Quiteve apareceu, em som de paz, solicitando a melhor das tréguas, impuseram-lhe que os deixassem passar para aquela região.

Manica — Para eles representava a maravilha. Muito mais tarde apareceriam sabios a filiar a terra africana em tradições bíblicas, atribuindo-lhe certos versículos, como por exemplo este:

O 26: «O rei Salomão equipou uma frota em Asiongaber, que é proximo de Elath, na margem do mar Vermelho, no país de Iduméa». No seguinte, acrescenta: «E Hiram mandou com essa frota alguns dos seus servidores, bons homens do mar, que entendiam muito de navegação, e que se juntaram aos servidores de Salomão (que eram os menos hábeis)». No versículo 28, conclui-se: e tendo ido a Ofir, ali tomaram 420 talentos de ouro (eram aproximadamente cento e cinqüenta mil contos de réis), que levaram ao rei Salomão». Na mesma frota embarcaram, oferecidos pela apaixonada rainha de Sabá, mais 120 talentos de ouro e uma enorme quantidade de pedras preciosas.

Não havia dúvida da existencia de minas, cujas galerias, em demasia estreitas e baixas, pareciam demonstrar que um povo pigmeu ali lidara. Houvera lá uma civilização em idades muito recuadas. Os portugueses eram os unicos europeus herdeiros da magnificencia, mas as dificuldades de exploração do que se julgara facil levara-os a desistir. Só gente da região podia trabalhar naquelas condições. Por isso melhor seria preferir-se o regime da troca do minerio por fazendas, o comercio em vez da indústria. Isto constituíria a paz, deixando-se o Monomotapa no seu imperio.

Lutas com os turcos — Para demais, a cafraria praticara uma hábil manobra. Descera para as terras fronteiras a Moçambique, proibindo o transporte de víveres para a ilha, reduzindo os habitantes á fome. Depois intensificariam a acção, embora houvesse uma trégua durante tempo. Governou D. Simão da Silveira (1572); seguiu-se D. Pedro de Castro (1577). Os dominicanos apareceram a missionar, edificando a igreja do Rosario, em Moçambique.

Nuno Velho Pereira governou no começo do reinado de Felipe I (1583), quando os zimbos aniquilaram os moradores do territorio português, que pretendiam defender suas fazendas. Houve uma hecatombe.

O governador, D. Jorge Telo de Meneses, chegou, para vingar aqueles crimes, e conseguiu expulsar os invasores, quando apareceu uma galé de turcos que submeteu á sua grei muitos feudatarios portugueses. O capitão Rui Lopes Salgado, da costa de Zanguebar, em tais apuros se viu,

que foi obrigado a retirar-se com os portugueses para Melinde. Chegaram socorros da India, e Martim Afonso de Melo puniu os rebeldes, dando-se ordem a um dos capitães, Belchior Calaça, para fundar uma fortaleza em Mascate, o que se fez, após uma terrivel carnificina. Os outros reis que tinham aderido aos turcos, os «rumes», como lhes chamavam, subordinaram-se. O de Pate rojou-se; o de Mombaça fugiu, mas a cidade foi incendiada. Os turcos, porém, voltaram (1589). A mourama acolheu-os em delirio, mas uma armada magnífica, do comando de Tomé de Sousa Coutinho, bateu-os, indo de novo castigar Mombaça.

Sucediam-se os exemplos terriveis. D. Lourenço de Brito, governador, teve que deixar o mando, partindo preso para o reino, por ordem do governador da India. Parece, porém, que não tinham sido reais as suas culpas. Em 1591 é D. Pedro de Sousa o chefe. A luta prosseguiu, contra os zimbos, tendo sido trucidado, ao cair numa cilada, o capitão de Tete, Pedro Fernandes Chaves, acontecendo o mesmo a André de Santiago e aos moradores de Sena, cuja região quasi ficou sem habitantes brancos.

Tomé de Sousa Coutinho tomou Mirabebe e arremeteu, vantajosamente, contra os «rumes».

Os holandeses — O dominio de Portugal pelos castelhanos atraíra para as colonias a pirataria holandesa. Moçambique devia ser mais cobiçada do que propriamente Angola, S. Tomé e Cabo Verde e daí a necessidade duma defesa rapida e eficaz.

No tempo do govêrno de D. Nuno da Cunha de Ataide reforçara-se a obra da fortaleza da ilha; o mesmo sucedera em Mombaça. O sucessor, D. Alvaro de Abranches, largou para a India, sucedendo a D. Nuno da Cunha, e no tempo de D. Vasco de Mascarenhas o ataque dos corsarios intensificou-se (1601). Sebastião de Macedo (1604-1607) descurou a defesa do forte e D. Estêvão de Ataide partiu da India, com reforços, a fim de bater o inimigo, que foi rechaçado (1608) quando pretendia jungir, num cêrco, a possessão.

Novas tentativas sôbre as minas — Chegara ordem do reino para se explorarem as minas. Surgiram de todos os lados os homens ávidos de enriquecer rapidamente. Afirmava-se, mais do que nunca, a existencia dum autêntico depósito de preciosidades naquela região. As imaginações trabalhavam e os horrores sucediam-se. Pagava-se caro um cargo no qual se pudesse ter intervenção no negocio e os ambiciosos ficavam pelos caminhos, roídos pelas febres e pela desilusão. Cometiam-se crimes, ante o desejo louco da posse daqueles tesouros que pareciam fantasias. Os negros pasmavam ante a loucura dos brancos, cujo unico fim consistia em apossar-se da prata e das pedrarias que diziam existir, com o ouro, naquelas terras encantadas.

Era a grande mira, e eles enganavam-nos; obtinham o que podiam á custa de erradas informações. Durante alguns anos, foi uma atracção doentia a acarretar para a Africa um mundo de tráfico e de ganancia.

Governadores de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa — D. Nuno Alvares Pereira (1609) chegara de Gôa com o título de primeiro governador de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa. Comandava duzentos soldados; deixou vinte em Moçambique e foi para os Rios de Sena, apesar dos holandeses pretenderem assaltar a ilha. O imperador, tão poderoso, do Monomotapa andava em guerra com o régulo Natuziane, que lhe dava largos cuidados. O capitão português bateu-o e, reintegrando o potentado no seu direito, obteve, como paga, a terra de Chicova, com as suas serras e minas. Ficaram, teoricamente, portuguesas. Quando D. Estêvão de Ataíde se volveu a este govêrno (1611), comprometera-se a deitar mão das riquezas armazenadas. Edificou fortes em Quelimane e Luabo e começou no trato de enriquecer, sendo mandado retirar e substituindo-o, provisoriamente, Diogo Simões Madeira. Este ludibriou o govêrno, enviando-lhe alguma prata, que dizia ser arrancada das minas de Chicova. Como nunca aparecera minério das tão faladas regiões, doou-se-lhe o hábito de Cristo, com louvor. Porém, apesar da grande distância, deu-se pelo lôgro, sendo logo metido em processo, á custa do desembargador Francisco da Fonseca Pinto, que já pronunciara o anterior capitão, D. Estêvão de Ataíde. Condenaram-no. Aplicaram-se os seus bens, seques-

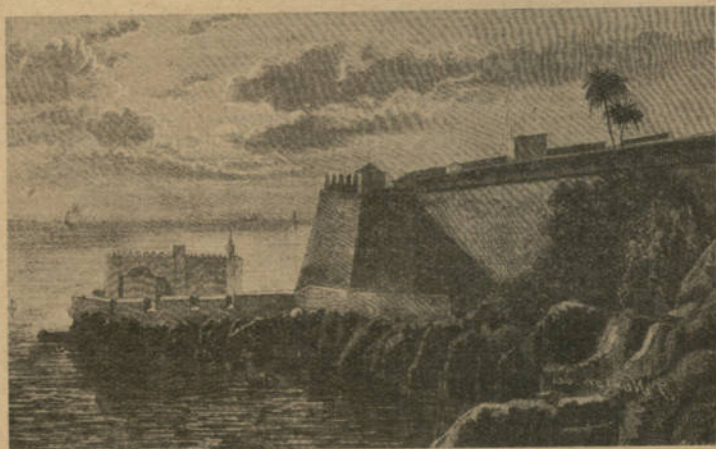
trados, nas obras da fortaleza de Moçambique. D. João de Azevedo (1612) pouco realizou. Rui de Melo Sampaio, conduzindo soldados de Lisboa, organizou a defesa do forte para o caso das tentativas dos holandeses, que se aguardavam. Quatro anos depois, o desembargador que sindicara os outros governadores procurara demiti-lo, mas foi ele o condenado, tendo fugido.

D. Nuno Alvares Pereira regressou ao cargo (1618). Concedia-se-lhe o monopolio do comercio dos rios de Cuama, impondo-se-lhe a obrigação de sustentar a soldadesca da defesa de Moçambique. Entregou-se á exploração, a fim de pagar o que se obrigara, acrescentando-se-lhe ainda quarenta mil pardaus para as defesas, as obras do forte. O seu objectivo eram as minas. Tentara-o a prata que Simões Madeira enviara para o reino.

Os jesuitas entraram na regalia de fazerem um convento na velha fortaleza. Em Lisboa percebeu-se a atitude do governador e mandou-se recolher a Gôa, cessando as buscas das minas, consideradas imaginarias ou dificeis de explorar (1622).

Porém, era quasi impossivel tirar as ilusões aos que as mantinham bem alimentadas. Nuno da Cunha, nomeado para aquele posto, não pensou noutra coisa, apesar das ordens régias. Diogo Madeira alucinara-o. Lançou-se nas pesquisas directamente. Faleceu em Sena. Ante o escandalo, que prosseguia, chegara aviso para ser preso aquele teimoso Madeira, que só escapou perdendo-se no sertão com os cafres seus amigos.

Em 1624, Diogo de Sousa Meneses recebeu o cargo, com a ordem imperativa de acabar as obras da fortaleza momçambicana. Assim fez, e cedeu o lugar (1627) ao ganancioso e bem apadrinhado D. Nuno Alvares Pereira, governador pela terceira vez.

O seu papel consistiu em ir defender o Monomotapa das investidas dos vizinhos. Conseguiu salvá-lo, mas avassalou-o. Obrigando-o a baptizar-se, tomou posse dos seus estados, pois teria que pagar cada ano um tributo. Dava-se-lhe o hábito de Cristo e direito de despacho dalguns tráficos.

FORTE DE S. SEBASTIÃO, EM MOÇAMBIQUE

O rei de Melinde, D. Jeronimo, foi tomar Mombaça e, penetrando no forte, matou ás punhaladas o capitão Pero de Gambôa. Sacrificaram-se outros portugueses. D. Nuno Alvares Pereira faleceu em Quelimane. Parece que o empeçonharam. Interinamente, governou Cristóvão de Brito e Vasconcelos, cuja acção foi benefica.

Chegava, pela segunda vez, Diogo de Sousa de Meneses (1632). Moçambique tinha atractivos. Foi, com Pe-

dro Rodrigues Botelho, punir o rei de Melinde, mas não o topou, pois embarcara nos navios holandeses. Castigou os rebeldes de Mocaranga e de Manica, sendo este degolado. As queixas contra ele sucediam-se. Foi inquirido o seu procedimento pelo desembargador Paulo Rebelo. Este retirou-lhe o govêrno; em Gôa sequestraram-lhe os bens e entrou na cadeia, da qual fugiu.

Tratava-se de tornar mais solida e defensavel a fortaleza de Moçambique. Do reino se mandaram artífices capazes de tais trabalhos. É que soara tentarem os ingleses um golpe contra a possessão (1634). Era governador D. Felipe Mascarenhas. Esteve ali um ano. Não podia pagar o que se lhe exigia pelo tráfico dos Rios de Sena e, repudiando o govêrno, largara para a India.

Havia em Moçambique um administrador eclesistico, cujas atribuições eram quasi prelaticias. O novo cargo fôra concedido em 1812, por bula de Paulo V, devendo iniciá-lo D. Frei Domingos Torrado, bispo de Salé, que nunca lá foi. Em 1634 ocupava o cargo o licenciado Francisco da Costa Araujo, que mandou erigir um templo destinado a matriz. Governava D. Lourenço Sotomaior. Proibido o tráfico dos portugueses com europeus, restava-lhes o comercio com os cafres, o que se deu. Ao estado competia o produto das minas de Manica, mas em breve se convenceu toda a gente da inutilidade dessa obra, pois a receita não dava para a despesa. O rei de Melinde, D. Jeronimo, refugiara-se no territorio do rei de Pate. Foi lá Francisco de Seixas Cabreira, governador de Mombaça, reconquistada, prendeu-o e mandou-o decapitar.

D. Diogo de Vasconcelos, que assumiu o mando, em 1639, morreu no fim do ano de 1640. O govêrno passou a seu cunhado, Francisco Sotomaior, mas, sendo muito novo, os povos não o aceitaram, substituindo-o Antonio de Brito Pacheco. Proclamou-se rei D. João IV, em Agosto de 1641.

Portugal libertara-se do jugo espanhol.

Após a Restauração — O cargo de governador daquelas regiões foi arrematado, em Gôa, por trinta mil pardaus, sendo vencedor, no leilão, Francisco da Silveira. Só durante um ano usufruiu os réditos. O seu sucessor, Julio Moniz da Silva, embarcou num navio seu, que uma galeota e um patacho escoltavam. Um dos barcos foi apresado pelos flibusteiros batávios. Assentara-se uma paz de que eles não faziam caso. Deu-se uma guarda de trinta soldados ao imperador do Monomotapa. Desta vez destinava-se a

INDÍGENAS DE MOÇAMBIQUE

vigiar as arremetidas e delapidações dos portugueses naquelas paragens. Coubera a vez ao soberano de Quiteve de solicitar socorro contra o seu rival Sacandemo. O capitão Fernando Dias Baião libertou o territorio, sendo o régulo baptizado e acolhendo-se a Portugal, como feudatario. Recebeu o nome de D. Sebastião. Como Angola estava sujeita aos holandeses, deu-se licença para escravos de Moçambique serem conduzidos ao Brasil. Em 1626 morreu o governador, sucedendo-lhe Alvaro de Sousa Tavora. Finou-se em 1652. Edificou-se o forte de Quelimane. Os holandeses tinham-se instalado no Cabo da Boa Esperança. Perdera-se o dominio em Mascate. D. Francisco de Mascarenhas foi o sucessor de Tavora, ao qual levantara sindicancia, apesar de ele ter morrido pobre.

Os ingleses pretendiam abrir o seu tráfico em Moçambique, e como aque-

le governador os tivesse acolhido muito bem, fôra repreendido. Não sucedeu o mesmo com D. Francisco de Lima (1654), que os repeliu. No ano seguinte os franceses instalaram-se em Madagascar, que sempre se eximira ao trato português.

A pirataria britanica, preponderando nos mares, obstruia as comunicações entre a India e Moçambique, sendo governador Manuel Côrte Real Sampaio. Sucedeu-lhe D. Manuel de Mascarenhas (1661). Seguiu-se Antonio de Melo e Castro, desde 1664 a 1667. Inacio Sarmento de Carvalho teve que acudir ás refregas no Cuama e como desguarnecera Moçambique o gentio de Mascate atacara-a, sendo defendida briosamente por Gaspar de Sousa Lacerda.

Como competisse aos chefes da possessão o monopolio do comercio moçambicano, foi-lhes retirada tal regalia por João de Sousa Freire (1671). Criou-se a alfandega e todos os portugueses puderam negociar. Em 1673 era primeiro magistrado do dominio Simão Gomes da Silva. Este acabou com o exclusivo do tráfico dos rios de Cuama, entregando-o á Fazenda, sob a administração duma Junta de Comercio, á qual presidia Antonio Correia de Sá. Fazia-se a colonização. Dotavam-se raparigas para casarem com os colonos. Governou em 1674 André Pinto da Fonseca e logo João de Sousa Freire, que recebeu o título de capitão-general.

Empreendia-se a penetração em Sena, Tete e Cuama; queria-se fixar o comerciante e o trabalhador, e para isso se enviavam soldados para as guarnições, magistrados para a justiça, engenheiros, mineiros, vèdores, missionarios e mulheres para os consórcios. Libertou-se o comercio dos rios. O outro capitão-general chamava-se Caetano de Melo e Castro. O hospital passou a ser administrado pelos padres de S. João de Deus, por ordem da côrte. Em 1686 governava D. Miguel de Almeida.

Os baneanes — Chegaram os baneanes como associados duma emprêsa, á qual o vice-rei da India, conde de Alvor, dera largas regalias. Membros duma seita indiana, muito dados ao tráfego, espertos e ardilosos, o seu fim consiste em obter lucros, ganhos e réditos. Negociando em tudo, a sua existencia é só dedicada àquelas operações—sujeitando-se para vencerem—opulentando-se. Um dos seus preceitos consiste em não comer coisas que padeçam morte. Como a sua origem é de homens de negocio, parece fazerem dessa ascendencia uma nobreza. Conservando entre si essa qualidade, não se aliando a familias doutros misteres, eles imaginam ser privilegiados. Ao entrarem em Moçambique competia-lhes o exclusivo do comercio entre a região e Diu.

Lembram a raça israelita, pela ganancia, subtileza e ardis. Dentro em pouco apossavam-se de todos os negocios. Até se lhes concedera o direito de serem julgados apenas pelos reitores da Companhia de Jesus, que os protegiam, animando-lhes o tráfico. Começaram a ser o tormento dos governadores.

Tomé de Sousa Correia (1692) faleceu, ficando no cargo de governador Francisco Correia de Mesquita, eleito pelo povo.

D. Estêvão José da Costa construiu a fortaleza de S. Lourenço, no ilheu a sudoeste de Moçambique. Renderam-no, ante as queixas dos povos contra ele.

D. Francisco da Costa (1696) morreu ao chegar. D. Luiz de Melo Sampaio concluiu as obras daquele fortim e mandou bater o Chingamira, que assolara Sofala, sendo seu vencedor o capitão José da Fonseca. Dissolveu-se a Junta de Comercio e criou-se a Companhia da India, a qual não teve a duração das formadas por holandeses e britanicos. Acabou no ano seguinte, sendo governador Jácome de Morais Sarmento (1699). Perdeu-se Mombaça em 1700 e ia-se ficando sem os Rios do Sena, em virtude do capitão José da Fonseca Coutinho pretender continuar as guerras. Como vencera uma vez, continuava a querer pelejar. Sôbre Mombaça tinham-se lançado as hostes do antigo suserano, que a retomara. O novo governador de Moçambique, D. João Fernandes de Almeida, acudiu ao Monomotapa, que um rival quisera destronar (1703). Quasi ao mesmo tempo os mouros avançam sôbre Moçambique, sendo repelidos. Sucedeu no cargo Luiz de Brito Freire, depois Luiz Gonçalves da Camara, e neste período, havendo guerra nos Rios de Sena, morreu, a bater-se, o general Antonio Simões Leite.

Alvaro da Silva, tomando a chefia das tropas, rechaçou o inimigo. Quando, pela segunda vez, assumiu o govêrno D. João Fernandes de Almeida, acompanhava-o o filho do imperador do Monomotapa. Chamava-se D. Constantino, fôra educado pelos dominicanos e aguardava a sucessão. Em 1714, D. Francisco Mascarenhas batia-se contra o Chingamira, falecendo, porém, no ano seguinte.

O seu sucessor, D. Francisco Sotomaior, fez a paz. D. Francisco de Alarcão Sotomaior, que lhe sucedeu, recebeu ordem de acabar com a Junta do Comercio, entregando aos capitães a administração do exclusivo. Quem autorizara isto ali fôra o conde da Ericeira, vice-rei da India. Reprovaram-lhe o designio e quando aquele governador morreu, legou, á Junta, dezanove mil cruzados que lhe extorquira. Os holandeses fundaram uma feitoria em Lourenço Marques (1721).

Entrara-se num período de delapidações, pois em Sena os padres dominicanos e o riquissimo Manuel Guião andavam em luta por causa do tráfico. Mandados inquirir pelo ouvidor José Moreira, este ainda procedeu pior, porque praticou roubos e latrocinios.

O régulo do Bazaruto, Micissa, doou o seu territorio á corôa portuguesa. Em 1723 governou Antonio João de Sequeira e Faria. Reconquistou-se Mombaça (1725), mas perdeu-se, e de vez, no ano seguinte, governando Antonio Cardim Frois. Pate tambem foi abandonada, por Antonio de Albuquerque Coelho. O rei de Madagascar, talvez já farto dos franceses, que tinham edificado o forte Dauphine, mandara um embaixador a Portugal. O mais que se lhe fez foi entregar o enviado a dois jesuitas, que o acompanharam. De 1770 a 1773 foi chefe da possessão D. Antonio Casco de Melo e, no ano seguinte, José Barbosa Leal. Os ingleses tomaram o forte de Lourenço Marques aos batávios.

Podia-se ter recuperado Mombaça e tambem Pate e Zanzibar, além de Pembe. É que um principe herdeiro daquele reino, Unhocongo, renunciara aos seus direitos para residir em Moçambique. Quando se consultou Antonio de Melo e Castro, desdenhou da valioso oferenda.

Um governador que se chamou Nicolau Tolentino de Almeida (1736-1739) foi preso e processado. Extinguiu-se a Junta de Comercio, empenhada em grandes quantias. Sucederam no govêrno, sem notaveis feitos, D. Lourenço de Noronha e Pedro Rêgo Barreto da Gama e Castro, que foi acusado de ter consentido o comercio dos franceses na Querimba, e Antonio Correia de Sá (1746-1750).

CAPITULO XVII

SEPARAÇÃO DO GOVÊRNO DA ÍNDIA

Região Zambeziana — Os Prazos da Corôa — Os Vátuas

Governadores e capitães-generais — Foi em 1752 que se deu a separação de Moçambique do govêrno da India, o qual fôra dividido, em 1569, em três capitanias: do cabo das Correntes ao de Guardafui e era a esta que pertencia a possessão. Havia as de Guardafui a Ceilão e deste reino á China.

O govêrno da Africa ficava livre. A vice-realeza da India nada tinha que intervir. O filho do conde das Galveias, Francisco de Melo e Castro, tomou o cargo de governador e começou, em pleno período pombalino, uma era de regulamentação. Os escravos ficavam sujeitos ao dízimo de cinco cruzados por cabeça para os que entrassem da costa, e três cruzados para os da India, Brasil ou reino. Os pequenos pagavam só dois cruzados.

Em 1755 o comercio ficou livre. Construiu-se um hospital. Os funcionarios não podiam comerciar, sendo pagos em moeda corrente.

O segundo governador, João Manuel de Melo, suicidou-se ao cabo de vinte e um dias de govêrno. Estava louco. O brigadeiro David Mendes Pinto foi preso á ordem do conde da Ega, vice-rei da India, acabando num cárcere de Moçambique.

Apesar do grande título que competia aos chefes, não eram mais felizes na governança. Denominavam-se governadores e capitães-generais de Moçambique, Sofala, Rios de Sena e de toda a costa de Africa e seu continente, desde o cabo Delgado até á baía de Lourenço Marques.

O atraso era enorme. Carecia-se de trabalhadores, pois a terra produzia tudo. Sòmente não havia braços. Solicitavam-se dóceis açoreanos. Enviavam-se-lhes degredados. Os cafres chegavam a bater as tropas portuguesas, defronte de Moçambique, como sucedera na luta contra o régulo Morinurno, em que se perderam cinqüenta e sete brancos.

Ao caber a sucessão a Pedro de Saldanha e Albuquerque, vice-rei da India, ainda interveio para o cultivo das terras vizinhas de Moçambique pelos seus habitantes. O régulo Beve, de Tete, deu alguns territorios aos portugueses. Os cafres assaltaram Inhambane, e o novo governador, Calisto Rangel Pereira de Sá, morreu na viagem. Sucedeu-lhe João Pereira da Silva Borba, até 1763, e Baltasar Pereira do Lago, até 1779. Dirigiu durante três anos, nove meses e dezassete dias a colonia. Os seus sucessores foram, por eleição, Diogo Guerreiro de Aboim, ouvidor geral; o padre João Nogueira da Cruz e o capitão Pedro da Costa Soares. Substituiram-nos o bispo D. Frei Vitorino de S. José e o tenente-coronel Vicente da Maia e Vasconcelos. Pela primeira vez um religioso ascendia ao govêrno de Moçambique. Chamava-se Frei José de Vasconcelos de Almeida. Juntara-se a todos os outros titulos o de regedor das Justiças da Africa Oriental (1779-1781). Sucedeu-lhe, sendo eleito, o tenente-coronel Vasconcelos Maia, mas o governador de Sena, capitão de mar e guerra, Antonio de Melo e Castro, recusou-lhe obediencia, visto ser de patente inferior á sua.

Voltou Pedro de Saldanha e Albuquerque, que morreu pouco depois, tomando a governação Vasconcelos Maia, com o ouvidor geral Morais Durão e o bispo Frei Amaro de S. Tomaz.

De 1785 a 1786, Antonio de Melo e Castro é nomeado. Criou a Junta da Fazenda; abriu uma alfandega no Ibo. O capitão de mar e guerra, governador do Sena, de nome igual ao do seu chefe, descobrira ouro em dez minas e enviava-o a Lisboa; Manuel Galvão, que secretariava o govêrno de Manica, tambem mandou minerio de Tete e Manica. De Inhambane viera ambar em bom pêso (1790).

D. Diogo de Meneses. No seu periodo os franceses assaltaram Inhambane, Lourenço Marques e Quirimba. Estava-se em guerra com a republica francesa e ele mandou á ilha de França pedir paz. Responderam-lhe que desejavam a guerra, autorizando a pirataria. Os britanicos não procediam melhor, apesar de lhe sacrificarmos tudo.

No tempo do governador Francisco Guedes de Carvalho e Meneses da Costa (1796-1801) conseguiu-se retomar algumas presas dos franceses e tanto combateu o mestre José Domingos que o promoveram, por distinção, a tenente. Fortificou-se mais Lourenço Marques; instituiu-se a primeira escola de instrução primária em Moçambique.

A pesca da baleia, começada com êxito no Mocambo, parecia ir fazer a fortuna da companhia portuguesa que a tomara, quando um desastre, sucedido a quatro ingleses, de que lhes resultou a morte, desviou as atenções daquela indústria.

Coibia-se muito a liberdade de comercio; aumentavam-se os direitos alfandegarios e os de exportação. Ao que parece, as corrupções sucediam-se, e a prova é que o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho avisava o governador de Moçambique para «se abster de mandar presentes a pessoas que se acham na côrte exercendo empregos de representação». Uma ordem do mesmo género era enviada ao Conselho Ultramarino. Dizia «que ninguem, do referido Conselho, possa aceitar presentes dos empregados do ultramar nem estes mandar-lhos».

Iniciou-se a cultura do café. O govêrno comprava-o quando não havia a quem vender. Sucedeu, porém, que os plantadores se aborreceram e daí a queda daquela cultura. Talvez o Estado não lhes pagasse a tempo, como era habitual.

O comercio de Moçambique—O novo governador chamava-se Isidro de Almeida Sousa e Sá. Ganhava quatro contos e oitocentos (1801-1804). Foi ele quem propôs a formação dum juri para julgar os pleitos comerciais. Formá-lo-iam os negociantes de chapéu e «touca» (isto é, europeus, mouros e gentios), a fim de se resolverem as suas questões, com apelação para o ouvidor geral e corregedoria. Pretendeu-se edificar o cais de alfandega, o qual levou muitos anos a construir. Este governador tinha ideias largas. Procurava fundar uma grande companhia colonial, sob a protecção do govêrno e com um corpo de cavalaria e outro de artelharia a protegê-la. Seriam, deste modo, os comerciantes acompanhados nas suas travessias, por causa dos cafres.

Desenvolvia-se, igualmente, a navegação; os negociantes possuiam barcos, que faziam as derrotas no tráfico. Construiram-se alguns em Quelimane.

Prazos da corôa — Designavam-se deste modo talhões de terreno destinado á agricultura, os quais se concediam a senhoras de familia de portugueses, mas que deviam consorciar-se com indivíduos da mesma nacionalidade, porém nascidos no reino.

Pretendia-se desenvolver os terrenos da margem do Zambeze (depois Zambezia) e o governador desejou que se tornassem extensivos tais direitos a familias de qualquer côr, não pagando tributos. Formava-se uma sociedade em cada vila zambeziana, destinando-se a proteger e cuidar das plantações, tendo o direito de premiar os melhores cultivadores e, ao mesmo tempo, punir, retirando-lhe os «prazos», aqueles que os descurassem. Experimentar-se-iam as terras, dedicando-as ás culturas mais apropriadas, e falava-se na criação de gado, plantação de arroz, café, pimenta, trigo, milho e algodão, uma fonte de riqueza que entrevia. Mas não se ordenava coisa alguma de util nem se enviavam os colonos açoreanos que ele pedia.

Os prazos da corôa continuavam na mesma, apesar de os governadores os entregarem a individuos de todas as castas, por arrendamento. Até nas extensões não se cumpria a lei, visto existirem alguns maiores de três léguas de comprimento e uma de largo.

Não se trabalhava como se devia, apesar do terreno ser fertilissimo;

gozavam, largamente, do rendimento obtido quasi sem esfôrço, gerando uma enorme decepção. Os pretos trabalhavam; os concessionarios iam aguardando o resultado do seu labor, fumando e dormindo, num regalo paradisíaco. Os cafres eram tratados barbaramente e, por isso, fugiam, deixando o solo abandonado. Inventavam suplicios para os punir ou por simples capricho os atormentavam. Houve quem escrevesse acêrca dos senhores: «aquelas ferinas africanas chamadas «brancos».

Sena tornava-se inabitavel. Daí a transferencia do govêrno para Tete, cujos terrenos enormes foram, igualmente, divididos em prazos, mas a vila estava mal defendida e os indígenas faziam incursões sucessivas. O Zumbo fôra fundado por um canarim chamado Francisco Rodrigues, que, como a maioria dos primeiros habitantes civilizados daquela futura residencia de govêrno, era natural da India.

Zumbo — Fazia-se ali uma feira; poucos eram os moradores. Ficava a cem léguas de Tete e os oito ou dez habitantes formavam as justiças que se exerciam sôbre a negralhada, mas dificilmente. Nem havia presídio, menos feitoria, e, sendo muito mandriões os que podiam ser ricos, designara-se deste modo a sua inércia: «pisam montes de ouro e vivem pobres por preguiça e miseria sua». Ali fazia-se um mercado dos produtos auríferos de Abutuá.

A incúria — Por toda a parte se notava o abandono. Em Moçambique, apesar de sede da governação, mal havia água potável. A fortaleza de S. Sebastião estava, quasi sempre, falha de munições e peças, sendo muito vulnerável, em virtude dessas faltas. Desmoronavam-se os baluartes. Como se tornavam carissimas as reparações, quiseram instituir oficinas, «o Trem». Dentro em pouco não havia uns restos do que se edificara. Desaparecera tudo. No Ibo lavrava a mesma desordem. Os franceses iam negociando habilmente, apesar da proibição de se fazer o tráfico estrangeiro. Instalavam-se nos diversos sobados do litoral; iam praticando a escravatura em larga escala, bem como o contrabando de armas para o gentio. Alguns governadores toleravam tudo isto a trôco de dádivas pingues. As embarcações fundeavam; mandavam-se retirar; desembarcava um agente e, dentro em pouco, fazia-se tudo quanto se queria, porque a autoridade recebera a gorgeta avultada. Mas logo sucedia que os empregados caíam sôbre a presa, a título de exercerem suas funções. O dinheiro corria, para as suas mãos, e resolviam-se as maiores dificuldades. Carregando os escravos, despovoavam a colonia, saindo da costa de Moçambique mais de cinco mil por ano. Como era necessario dispender muito com as autoridades, os negocios faziam-se duma maneira toda de ludíbrio, recebendo os produtos em cambio de generos avariados ou ordinarios. Os baneanes intervinham em tudo. Sendo espertos e activos, pagando bem as regalias, de que tiravam maiores lucros, infiltravam-se. Como sabiam viver sòbriamente, arrecadavam; os outros odiavam-nos, ao verem-nos prósperos com o fruto do seu trabalho, latrocínio e esperteza. Não tinham muitos escrupulos, mas, tambem, faziam comercio lícito. Emprestavam a juros altos. Ante o seu amealhar, chegava a revolta. Um governador, irritado, intitulava-os de: «uma corja de peralvilhos, sendo o seu rito mais amavel o da liberdade de furtar e achando-se intrusos nesta praça como comissarios dos baneanes de Diu, dos judeus e de nações estranhas de Surrate, que por actos infames estão fazendo o comercio de Africa».

Odiavam-nos, porém eles venciam. Ninguem os expulsava, porque estavam em suas mãos, presos pela usura, os mais grados da colonia.

Novos governadores — O governador Francisco de Paula do Amaral Cardoso esteve dois anos na possessão (1805-1807. Os cafres mataram o governador de Sena, dr. Antonio Norberto Barbosa Truão. Ficou governando em Moçambique uma Junta (bispo de Olba, Delgado Pinto, ouvidor, e Elias Pereira Ramos, coronel de milícias). Houve guerra com os cafres, os quais invadiram Cabo Delgado, causando uma mortandade horrivel. Como tivesse falecido o ouvidor, sucedeu-lhe, na Junta, o juiz José de Araujo e Lima.

Sob o govêrno de Antonio Manuel de Melo e Castro Mendonça (1809-1812) foi o sargento-mor João Vicen-

te de Cardinas bater os negros, com artelharia, causando o pânico nos régulos sublevados. Ao ser transferido para a capitania general dos Açôres, morreu, tendo já embarcado a bagagem para seguir viagem.

De 1811 a 1815 governou Marcos Caetano de Abreu e Meneses. Atribui-se-lhe o ter vendido, para o Brasil, o carrasco, que se tornava inutil em Moçambique.

José Francisco de Paula Cavalcante e Albuquerque (1816-1818) fez obras nas fortalezas, tentou restabelecer as feiras de Zumbo e Manica, lançou as bases do quartel de Sipais em Mossuril, criou escolas em Quelimane e Ibo e pretendeu intensificar a pesca da baleia em Lourenço Marques. O govêrno provisório que lhe sucedeu foi composto por Francisco Carlos da Costa Lacé, brigadeiro, pelo juiz Guedes da Silva e frei José Nicolau. O magistrado ficou a governar Rios de Sena.

Mais uma vez os acontecimentos da metrópole tiveram seu reflexo nas possessões. No tempo do govêrno de João da Costa Brito Sanches (1819-1821) rebentara no Pôrto a revolução liberal vencedora. Ao receber-se a notícia tão fausta, o povo rebelou-se e, tratando de déspota o seu chefe, prendeu e substituiu-o por uma Junta composta pelo brigadeiro Cardinas, pelo bispo de S. Tomé e por Joaquim Ribeiro, Francisco de Paula e Baltasar Sousa e Brito.

O govêrno do Brasil mandara dirigir a colonia João Manuel da Silva, tenente-general, o qual, largando do Rio de Janeiro, desembarcou em Moçambique ante a desordem e o clamor do povo indignado. Só reconheceriam o delegado das côrtes de Lisboa. Os militares juntaram-se ao seu superior, que declarou desejar restabelecer a ordem e não tomar as rédeas do govêrno. Sòmente, para que satisfizesse o seu desejo, era preciso demitir a Junta e nomear outra. Dispondo da fôrça, assim praticou e tomou a presidência dessa assembleia, na qual deixou ficar o bispo, o brigadeiro Cardinas, Alvares de Macedo, capitão-mor de Quitangonha, juiz Lemos Pinto da Fonseca, capitão-mor de ordenanças Manuel de Sousa e Brito e tenente-coronel reformado Antonio Lourenço de Sousa. Quando, em 1823, se derruiu a Constituição, ficou sòzinho no mando.

Um dos mais célebres governadores foi Sebastião Xavier Botelho (1824-1828), que deixou obras referentes á Africa, como o «Resumo para servir de introdução á memoria estatística sôbre os domínios portugueses na Africa Oriental», e sua segunda parte; «Escravatura. Benefícios que podem provir ás nossas possessões da Africa da proibição daquele tráfico», etc. Entregou o govêrno a Paulo José de Brito, que já não viu a proclamação do regime liberal, pois morreu em 1832; continuou a obra do obelisco de homenagem a D. João VI, de que o seu antecessor lançara a primeira pedra.

Já o sultão de Mascate estava senhor de Mombaça e Zanzibar. A fôrça de que dispunha (uma nau de oitenta peças, duas fragatas, quatro corvetas e quarenta transportes) era muita, para que se lhe opusesse resistencia séria, deveras e impossivel. Não afrontou Moçambique; pediu paz e amizade, depois de se instalar, e o governador concedeu-lhas, ficando, todavia, dependente da metrópole a aceitação do tratado.

Quem se submetera ao sultão perseguia os deportados politicos. Era reaccionario e façanhudo, mas promoveu grandes beneficios para a colonia: açougue, mercado, plantações de árvores, distribuição de terrenos incultos e, em vez de se fazerem os carretos á cabeça dos negros, iniciou o uso das padiolas e carros de mão; cortou uma estrada para Mossuril, começando o forte de D. Miguel, em Fernão Veloso.

Houve fome e miseria. Retomou-se Bandire, em Quiteve; reinstalou-se a feira em Sofala, mercê de Rodrigues Nunes, seu governador. A pesca da baleia foi arrematada a Denis Costa e Andrade de Nery. Os cafres tentaram tomar Lourenço Marques, cuja fortaleza foi abandonada em 27 de Outubro de 1833.

Destruiram a fortificação e assassinaram, entre tratos terriveis, o seu governador, Dionisio Ribeiro, que se refugiara na Xefina. Pouco depois retomou-se a posição, ao tempo em que os negros invadiam Quelimane, dominando grande parte da população, isto porque se lançara a guerra

contra Manicusse, chefe daqueles guerreiros.

Vátuas — Esta magnífca raça marcial pertence ao grande reino zulu, cujo imperio formidavel atingira o seu apogeu sob o dominio do glorioso Chaca. Os seus vizinhos denominavam-se os «cossas», habitando perto do Cabo, tendo guerreado largamente com holandeses e britanicos ali estabelecidos. Aqueles, tendo tomado os territorios proximos do Natal, onde seria a Zululandia, aterrorizavam os proprios cossas, audazes e valorosos. Foi um filho da raça zulu, Chaca, que, tendo-se afastado dos pais, fôra viver para a tríbu mais forte da grei, sôbre a qual reinava Dinginsuaio. Cheio de qualidades de chefe, preadivinhando os acontecimentos, sugestionava os mais poderosos, a ponto de os levar a militarizar todos os vassalos, ensinando-lhes atrevidas e engenhosas táticas, o que, junto aos proprios brios da raça e sua valentia, chegara a produzir efeitos de alta monta. Pela morte do rei foi Chaca o soberano. Altivo, bárbaro, valoroso, dotado duma fôrça terrivel, este Anibal da selva desciplinara a sua gente. Transformara os batalhadores do acaso em organismos bélicos, em unidades bem diferenciadas, entregues á chefatura dos mais bravos, sujeitando-os ao jugo dos comandantes, os quais tinham sôbre eles direitos absolutos.

Chaca não perdoava a menor falta. Os seus proprios generais tremiam diante dele e para evitar suas cóleras, após uma conjura, seu irmão Dingan matou-o. Antes deste crime, um dos mais notaveis capitães do potentado fugira para outros pontos, a fim de se escapar á sua raiva, arrastando as suas divisões. Fundaria o reino dos matebeles. Chamava-se Moselakatse o país onde reinou, na Africa austral.

Manicusse, guerreiro famosissimo, igualmente receou a vingança do imperador, ambicioso em demasia para pretender vitorias sôbre Lourenço Marques, como os cossas as ganhavam contra os ingleses. Largara com as hostes, decidido a não regressar mais ao imperio, preferindo exilar-se, visto não ter cumprido integralmente as ordens do crudelissimo amo (1823). Marchou sôbre Catembe, Libombos e Bilene. Heroicamente batera o zulu, que procurava derrotar Ngaba, no que o auxiliou Songandabe, antigo rival volvido a aliado e amigo por necessidade. Chegando ao territorio vizinho do Zambeze, com suas impenetraveis selvas, ali fundou uma casa real, sendo progenitor de Maueva e Musila, que deviam guerrear-se, trinta anos depois, em disputa do trono. Os outros zulus rebeldes a Chaca formaram, na margem ocidental do Niassa, o reino angoni.

No ano de 1834, o governador militar, José Gregorio Pegado, só como tal o reconheceram, adoptara como colegas no mando Andrade Nery e Teodorico Abrantes, até 1835, em que se instalou uma Junta, composta pelo major Costa Soares, Ramalho de Sá, juiz, Antonio Francisco Cardoso, Andrade Nery e Custódio Vaz. A desordem dominava; os partidos degladiavam-se, chegando a ser enclausurados alguns dos antigos membros do govêrno. Seguiu-se, por pouco tempo, D. Antonio José de Melo (1837), ficando no lugar uma comissão, de que faziam parte Joaquim Santana Miranda, Costa Xavier e Antonio Francisco Cardoso.

Governadores gerais — O primeiro funcionario que recebeu este título foi o marquês de Aracaty, por carta régia de 1836. Era um velho habituado á vida política. Abolido o tráfico da escravatura, ele suspendeu o decreto que estabelecia esta medida, para ser agradavel aos comerciantes. Instalou o primeiro conselho de govêrno e a Junta da fazenda, falecendo em 1838 e sucedendo-lhe uma Junta, composta pelo juiz Ramalho de Sá, Antonio Francisco Cardoso, coronel, Costa Matoso, major, Antonio José Maia, governador eclesiástico, Garcia de Miranda e Adolfo Pinto de Magalhães, capitão-mor.

Durante este período deflagrou-se uma insurreição (Dezembro de 1838) em Moçambique, sendo fuzilados os chefes no dia 1.º de Janeiro de 1839.

Joaquim Pereira Marinho, o novo governador geral, ao chegar, encontrou dois barcos de guerra ingleses, que exigiam o cumprimento da lei de 10 de Dezembro de 1836, pela qual se abolia o tráfico de cativos. Energicamente reprimiu esta infamia.

Sentiu contra ele todas as raivas; é que empobrecia os negreiros, poderosos senhores na possessão.

CAPITULO XVIII

A POSSESSÃO E SEUS VIZINHOS

Divisões da provincia — Os novos distritos — Os vátuas — Os boeres e a sua republica

Os distritos militares: Moçambique — No ano de 1840, em Junho — o governador tomara posse em Março — Moçambique foi dividido em seis distritos militares: Moçambique, Quelimane e Rios de Sena, Inhambane, Lourenço Marques, Sofala e Cabo Delgado.

O primeiro era vila, sob o patronato de S. Sebastião, desde 19 de Janeiro de 1763 e cidade desde 17 de Setembro de 1818. O seu povoamento de europeus começou tardiamente; foi feito com lentidão no período da escravatura. Dificilmente se encontravam ali mulheres brancas. Proliferaram os mestiços. Treze mulheres perdidas que para lá foram, em 1782, desmoralizaram mais a terra, com os degredados, e, deste modo, a colonização se demorou. Pouco a pouco se foram estabelecendo os organismos directivos, camara, administração, magistratura, e disciplinando a tropa. As Terras Firmes, que lhe ficam vizinhas, eram governadas por capitães-mores e ajudantes, que dirigiam tambem Maconde, o ajudante de Ampiasse, os cabos das Terras Firmes, os xeques de Quitangonha, Sancule e Cabaceira Pequena.

Desde 1857 que a Inglaterra installara um consulado na colonia. A vagarosa civilização causava pasmo. Em 1852 não havia ali mais de trezentas casas, além das palhotas, e os europeus não passavam de cento e vinte, com seis mil negros, duzentos e quarenta mouros, vinte e cinco batiás, doze parses e sessenta banianes. Os batiás pertenciam á raça indiana, mas diferiam dos odiados e espertos banianes; os parses seguiam religião diferente, a de Zoroastro.

Depois chegou o desenvolvimento quasi veloz.

Por aquela época (1852) Francisco Antonio da Silva Pôrto tentara a sua primeira travessia de Angola para a costa oriental, chegando ao Ibo alguns dos seus negros. Dois anos depois verificava-se não darem réditos os prazos da corôa, visto a inércia dos seus concessionarios, e no ano seguinte, Sá da Bandeira, que tanto se dedicou ao fomento colonial, pretendeu instituir, no Bango (Bazuruto), uma extensa colonia agricola, cujo fim consistiria em arrendar a provincia. Denominava-se Luso Oriental-Africana. Outros, mais hábeis, sugeriam explorar as alfandegas, dando ao govêrno mais vinte e cinco por cento sôbre o seu rendimento, que era minguado. A capital da possesão vivia a custo. Ao fechar do ano economico de 1857-1858 havia em cofre 7.217.659 réis.

Cediam-se terrenos aos soldados europeus que pretendessem cultivá-los ao cabo de seu tempo de praça. Preferiam as readmissões a trabalhar o solo. Estabeleceram-se postos para a cultura do algodão no Zambeze e a colonia agricola-militar de Pemba foi uma realidade devida ao estadista. Sòmente o local fôra mal escolhido; o seu clima depauperava os europeus e a escravatura ia terminar.

Em 1877, o oficial do exército Joaquim José Machado, que dirigia a expedição de fomento da colonia, escrevia no seu relatorio acêrca de Moçambique, cujo desenvolvimento o ministro do ultramar, Andrade Corvo, muito desejava:

«País vastissimo, em um litoral de 2.000 quilometros, onde se encontram excelentes portos de mar, terre-

nos de uma fertilidade excessiva, aptos á cultura da todos os produtos tropicais, com florestas virgens e ricos jazigos de minérios, um clima a que se adapta facilmente o europeu e o asiático, uma população enorme, vigorosa, selvagem, mas perfeitamente apta ao trabalho e susceptivel de educação.

«A provincia de Moçambique tem tudo isto, mas as povoações portuguesas, formadas desde séculos, não têm desenvolvimento, mas o rendimento das suas alfandegas foi apenas de 210.527.315 réis em 1877; não ha agricultura nem industria, os colonos queixam-se da falta de braços e da selvajaria e roubos dos indígenas; não ha escolas profissionais que eduquem os filhos do país; não ha fôrça militar que conserve o prestígio do nome português e garanta a segurança da propriedade; não ha instrução nem religião; não ha conhecimento dos deveres civicos nem consciencia das obrigações municipais».

Mais adiante relata: «As condições actuais de Moçambique são muito diferentes das que se dão na generalidade dos países que se têm adiantado no caminho da civilização».

Dava conselhos apresentando alvitres que deviam concorrer para o futuro desenvolvimento da bela possessão, ao ser pacificada e garantida com a autoridade das armas, o exemplo, o ensino, a abertura de vias de comunicação, o que estava ainda distante mas que se realizaria.

Era aquele o estado de Moçambique; a sua capital amodorrava.

Distrito de Quelimane e Tete ou Rios de Sena — Este distrito compreendia, ao fundar-se, Quelimane, Sena, Tete, Zumbo e a feira de Manica.

Rio acima, além de Quelimane, se encontrava o Zumbo, a duzentas léguas do oceano. A margem sul do rio era portuguesa: a «Matanga». Defronte ficava o «Baroro», sob o jugo de sobas independentes. A Zambezia media três mil e seiscentas léguas quadradas, superfície superior a Portugal. Quando constituiu uma capitania reinava lá a desordem e as ambições do ouro das celebradas minas dominava sôbre toda a ideia de cultura. Estabelecidas as feiras, fez-se a penetração. Os canarins avançavam, bem como os metropolitanos, e assim se chegou ao interior com os missionarios jesuitas e dominicanos.

As «feiras do ouro» de Manica e Zumbo atraíam as populações vizinhas e os comerciantes gananciosos. Em 1852 possuiamos o «Marambo», terra na orla do Aruangua do norte. Não teve concorrencia o mercado que se pretendeu instalar. As minas eram Cansusa, Revai, margens do Mutare, Pamba, Mixonga, Abutua, Sanhate, Manxinga e Quebrabuça. Buscava-se o minério, mas o territorio dava cereais em abundancia e de todas as espécies, além de frutos, desde os ananases ás uvas, romãs e melões, até ás laranjas e melancias. Uma verdadeira mina de rendimento certo, desde que se trabalhasse na agricultura.

Até as flores ali se desenvolviam, como as rosas e os cravos, amores perfeitos, jasmins e saûdades. O tabaco e o algodão seriam riquezas pingues. Solicitavam-se braços portugueses das provincias do norte ou açoreanos. Preferiam o Brasil e a America do Norte, onde já encontravam civilização.

Bastaria ter colonizado a Zambezia para os sustentar á larga. As tentativas não faltavam, mas dizia Truão, o governador dos Rios de Sena, em 1807:

«Enquanto os escravos e as escravas trabalham nas minas, os «mussambazes» (os cabos dos carregadores) discorrem pelos sertões e os colonos cultivam as terras, o senhor, indolente e inerte, que nem ao menos precisa fazer a minima especulação ou combinação de ideias para o seu comercio, passa os dias ora dormindo, ora fumando e tomando chá; e se alguma vez sai de casa, já quando o sol entra no ocaso, é para dar ao publico o fastidioso espectaculo da sua indolente estupidez e grandeza quimérica, aparecendo deitado em uma machila e conduzido por quatro miseraiveis escravos.»

Ali iam ter os degredados, que se entregavam ao tráfico, e como nada tinham a perder serviam-se de todos os meios para ganhar.

Os prazos caíam, contra a lei, em mãos de gente de côr. Existem minas de carvão de pedra na Zambezia. Como Livingstone, o missionario britanico, verificou, o Tete está edificado sôbre um jazigo carbonífero. En-

contraram-se (1836-1840) minas em Moatere, Murungara, Inhave e Macare antes da chegada do explorador estrangeiro.

O Zambeze constituia outra inapreciavel riqueza, pela facilidade de comunicação que suas águas ofereciam. Ninguém se tentava. A inércia dominava largamente, mas dias viriam de abastança, filha da iniciativa, para aquela abençoada região.

Quelimane começou por uma pequena feitoria em 1544. Os negreiros frequentaram muito o seu pôrto, para fazerem o tráfego de «ébano vivo».

O seu terreno não é tão fértil como o do resto da Zambezia, sendo, todavia, muito propício á cultura do arroz. Em 1814 dera-se licença aos navios estrangeiros para lá aportarem, estabelecendo-se, em 1817, uma alfandega, por iniciativa do seu primeiro governador, que se chamava Manuel Mendes de Vasconcelos Cirne. Durante largos anos a vila viveu do comercio da escravatura, mas teve certo desenvolvimento a sua industria de construções navais, visto, com as magnificas madeiras regionais, se fazerem até navios de alto bordo. Em 1853 a população era de menos de quinhentas pessoas livres, havendo quasi dez mil escravos, que seriam libertos em 1870. Livingstone foi consul em Quelimane. O seu país davalhe assim autoridade para prosseguir na sua carreira tão util para a Inglaterra.

S. Marçal de Sena foi opulenta. As suas minas denominavam-se Macequece, Dina, Chitandne, Macambaca, Chirombe, Mucaza, Janira, Marassa, Marondo, Nagomo, Mururo, Zivore, Nhahunda, Nhampanantego, Nhangombe, Samaguende, Tucarume, Umbonda, Nhanga, Mucombue, Mananze, Vengo, Caramuanza, em Manica. Quasi trezentas leguas para exploração de minério aurifero. Em Munene (Vumba), quarenta léguas; Mahengevoas (Orobes), duzentas e quarenta léguas; Sontua (Biure), quarenta léguas; Macomo, duas léguas; Muchanacha, duzentas e quarenta léguas; Vosce (Bôxa), cento e sessenta léguas; Soracuro (Oeras), quinhentas léguas. Ali se encontraram ruinas de grandes edificios, cuja construção e os povos que a fizeram se perdem nas incertas épocas.

Nhamacanga, dez léguas, e Guenze, Donga, Pendico, Berenta, Veza, Dare, Chicoma, Nhanquique, Sonzo, Nhacasapa, Nhamando, Russanha, Nhampuca, Mandêa, Tucarume, Mucombue e Nhangomo, sendo algumas minas de ferro ou de cobre.

Sòmente não se faziam os trabalhos por falta de braços, desde que os landins tinham ocupado a região.

Sant'Iago Maior de Tete tambem fôra rica na mesmo época em que Sena se mostrava opulenta. Separada desta, em 1817, passou a distrito só desde 24 de Novembro de 1853, mas subordinada a Quelimane, tendo a dirigi-la um governador militar. Tambem ali existiam minas de ouro e de ferro, tendo-se colhido várias amostras nos diversos prazos: Marabue, Chicorongue, Massaça, Manica, Nhamitarara, Chissaia, Machinga, Java, Chinidundo, Capata, Missale, Mano e, no sertão, Musureras.

O carvão de pedra que ali se encontrou em 1836, sendo governador de Sena Manuel Carrazedo, demonstrou-se ser de boa qualidade. Chegou a ir para Bombaim, mas a demora do transporte dificultou a venda. Sôbre este produto existem outras riquezas. O solo devolve generosamente as sementeiras: trigo, tabaco, algodão, açúcar. O clima é magnifico. A população, em 1856, era de seis mil e quinhentos individuos, sendo só cento e vinte europeus, contando os cento e dez soldados da metrópole.

O Zumbo fôra presídio, doado pelo Monomotapa a D. Sebastião. Andara sempre muito abandonado, mas iam até lá os moradores e pombeiros negociar na sua feira. Teve missionários e sua igreja. Riquissima em plantas medicinais, que os cafres empregam.

Fundara a feira o canarim Francisco Pereira, o «Chicaléa». Pouco povoada. Havia ali, em 1824, um frade capucho com mais vinte cristãos. Em vez de captar prosélitos, negociava e até, por vezes, pouco licitamente.

Manica, «a nossa vila rica das costas d'Africa», como a denominou D. Diogo de Sousa, teve sua muito frequentada feira, pouco a pouco abandonada, até que, em 1854, os embaixadores dos reis de Quiteve e de Manica solicitaram dos brancos o restabelecimento dos mercados e a nomeação dum chefe para fazer justiça. Incumbiram o coronel de milicias Isi-

doro Correia Pereira de prover aquele cargo de capitão-mor. Falava-se da existencia de pedras preciosas, topasios, esmeraldas e safiras, no seu território, mas parece ser fantasia das imaginações nacionais. Abunda, todavia, por ali o cristal e daí, talvez, o conceito em que se teve a famosa Ma-

CARTA ONDE SE VÊ O IMPÉRIO DO MONOMOTAPA E ACTUAL PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

nica, tão nomeada pelos antigos. Situada a mais de sessenta léguas de Sena, eram, naquela época, muito dificeis as comunicações. Isto e a falta de braços geraram muitas ruinas.

Distrito de Sofala — O velho reino do início da descoberta passou a distrito na organização dos outros. Já fôra cidade. Ao norte limita-a Quelimane, ao sul Inhambane. Rodeiam-na dois rios: o Cavone e o Inharucuary, que nascem em Quissanga.

O pôrto não prestava, em 1853, sendo muito dificil o acesso da sua barra. A fortaleza, muito minada pelas águas, atestava a gloria dos portugueses; o templo de Nóssa Senhora do rosario era o testemunho da nossa piedade.

Os maometanos duma tríbu especial tinham-se alojado no Inhacamba e ali lidavam diligentemente, contrastando com o resto da população, deveras inadaptavel ao trabalho. Prosperavam. A região, além da urzela, do trigo, das madeiras esplendidas, do sândalo, produzia frutos magnificos. O marfim obtinha-se como o âmbar. A pesca desenvolvia-se, não só a do peixe, mas a das pérolas e aljófares.

Quiteve e suas minas faziam a riqueza do guerreiro zulú, o grande Manicusse, que se apossara delas; as de Bandire tiveram igual sorte, mas foram abandonadas; as de Inhaôxe passaram ao poder duma emprêsa, em 1857. Residia ali pouco mais de uma centena de cristãos.

O presídio de Bazaruto, doado pelo soba Micissos (1872), com suas ilhas — Bazaruto, Benguerua, Xegine, Bengo e Santa Catarina — tinha valor, mas usufruía-o, pelo dono do prazo, «Mambone», Sebastião Rodrigues, de Sofala.

Em 1855 foi ordenada a ocupação, sendo construido o novo presídio, D. Pedro V, sob as ordens do capitão Duarte Manuel da Fonseca, guarnecendo-se, além de Bazaruto, Xegine e Bengo, bem como Santa Catarina, tendo Maurere, poderoso soba, e seus vassalos e feudatarios concordado com o dominio dos portugueses.

Distrito de Inhambane—Terra próspera pôrto de bom abrigo, desenvolvera-se imenso no seu comércio, apesar da vila não ter aspecto. Em 1834, os vátuas de Manicusse entraram de roldão no território e dentro em pouco fenecia a vida da colónia. De muitos sòbados obedientes, apenas vinte se sujeitaram, indo os outros engrossar o domínio dos guerreiros da raça zulú, que avassalara alguns dos melhores feudos. O imperio que ele formara alargara-se com as suseranias dos rios Dininini e Bangene, ao norte da vila; Macuaqua e Manisa, ao oeste, e terrenos de Mindonga, desde o cabo das Correntes até quasi Lourenço Marques.

A maior riqueza de Inhambane era a «mafurra» — espécie de sebo vegetal disputadissimo — e que a Europa ignorava quando foi exposto na exposição de Paris, em 1855. Contendo matérias mais valiosas do que o próprio óleo de palma, serve para o fabrico de velas. Outro produto regional, a castanha de Inhambane, também é rica em gorduras. A salsaparrilha nascia espontaneamente. O arroz chegava para exportar; a

pesca era abundante e progredia a navegação naquela época.

Avançava lentamente a colonização portuguesa, que se desenvolveria no período seguinte.

Distrito de Lourenço Marques — Depois que Lourenço Marques ali fôra negociar e que D. João III lhe dera um navio para ele fazer a exploração, erguera-se a fortaleza e a feitoria, que, pouco a pouco, se abandonaram, até que os holandeses se estabeleceram na margem do Espírito Santo, tendo que lutar com cafres e britanicos (1721) e acabando por se retirarem. A terra mal figurava no activo das fôrças nacionais. Os ingleses, porém, cobiçavam-na; sentiam a grandeza e maravilho do pôrto, e o governador português, D. Antonio José de Melo, entrou em conferências com os capitães dos barcos que fundeavam ali, contrariando os regulamentos.

Domingos Jacinto Rosa deixou o seu comércio no Brasil e deliberou (1768) empregar sua actividade e capitais em Lourenço Marques, mas os ingleses não lho consentiram. Tinham arvorado sua bandeira sôbre uma palhota.

Em 1817 a Inglaterra concordava no reconhecimento de plena posse e nos limites da Africa oriental portuguesa, ficando ao norte Cabo Delgado e ao sul a baía de Lourenço Marques. No ano de 1822, um delegado daquele país, o capitão de fragata Wiliam Owen, solicitava permissão para fazer o estudo da baía, o que lhe foi consentido. Ao levantar a carta, transformou em nomes ingleses os portugueses, ficando ali Lourenço Marques como Delagoa Bay. Não se protestava, nem tampouco com os tratados, sem valor real, mas que serviriam mais tarde para afirmar direitos e que ela fizera com diversos regulatos sujeitos a Portugal. Três anos depois regressou á baía, já convencido ou fingindo convencer-se de que não havia o menor sinal de soberania portuguesa naquele lugar. O brigue da sua nação, «Eleonora», fazia contrabando e ao saber-se da ordem de aprisionamento, Owen tentou assaltar a fortaleza, sm que houvesse contra ele um procedimento rigoroso. Depois até os vátuas chegaram ao presídio e por causa deles se começaram as obras de defesa, rodeando a povoação com dezasseis peças (1856). Fazia-se o cultivo de feracissimos campos, mas o seu maravilhoso pôrto seria de futuro razão do desenvolvimento e da riqueza local. Havia ali, em 1858, apenas setenta e três europeus.

Ainda não chegara a hora da opulência.

Distrito de Cabo Delgado — Consta de vinte e oito ilhas, das quais só quatro eram habitadas naquela data: Ibo, Querimba, Fumbo e Matemo. As outras tiveram população em diversas eras, conforme o atestam vestígios e ruinas. Chamam-se: Quipaco, Calaluhia, Samucas, Rôlas, Malandulo, Inhate, Mastros, Xanga, Zanga, Minhugue, Timbuza, Zuna, Luamba, Mistauro, Numba, Quia, Longa, Caiamimo, Cungo e Ticoma.

Bom clima; os indígenas, dóceis, entregam-se ao fabrico de esteiras. Em 1857 instalou-se a colónia agricola de Pemba, com gente da metrópole.

A fundação dos distritos não modificara a atitude para com o governador Pereira Marinho. Continuava a ser combatido.

Até os funcionários se mostraram seus inimigos, por deixarem de receber as prebendas. A colónia estava desorganizada. A sua despesa era de trezentos e setenta contos, a receita apenas de setenta e o negócio dos negros, ao acabar, prejudicava os rendimentos e daí as dificuldades máximas. Pensou, desde logo, na fundação duma companhia agrícola e comercial, tratou com a rainha de Madagascar para se estabelecerem bases comerciais entre as duas regiões; ajudou a formar outras companhias: a de subsistências, que devia adquirir gado em Banbutoque e abasteceria a província; a popular, cujos intúitos consistiam na pesca e na salga de peixe, bem como na sua venda em fresco. Desconfiado das tropas negras e pretendendo garantir uma defesa, organizou, com brancos, a Companhia dos Reais Granadeiros Portugueses, cujo brilhante uniforme bem demonstrava os cuidados que lhe votava. Nomeou para o substituir em qualquar impedimento a Januario Martins Morgado, oficial de marinha, com o posto de capitão do pôrto de Moçambique. Obteve que as máquinas e alfaias agrícolas não pagassem direitos;

generos nacionais ou nacionalizados seriam taxados em metade. Isentavam-se as mercadorias conduzidas em barcos portugueses na sua primeira viagem. Mas os recursos não abundavam. As guerras no interior prosseguiam.

O soba de Quiteve cobiçou Sofala, instalou-se no território vizinho e esteve a assenhorear-se da vila.

O brigadeiro Pereira Marinho não encarregou um subalterno de bater os audazes negros. Tomou ele o comando das fôrças, mas, ao chegar, já os atrevidos negros se tinham internado na selva.

Os baneanes encontraram nele um protector. Como trabalhavam, eram de seu agrado. Fundaram uma fábrica de tecidos e em 1841 a primeira peça de sua indústria foi remetida para Lisboa. Enérgico, atento, querendo mandar e fazer qualquer coisa de útil, descontentara toda a gente. Já sucedera o mesmo quando do seu govêrno de Cabo Verde; juntando a este rigor administrativo um feitio despótico, acabou por ser demitido e só com dificuldade se evitou que o transportassem para Gôa, a bordo do «Caçador Africano», ficando interinamente no govêrno João da Costa Xavier, que, tomando posse em 7 de Maio de 1841, logo se demitiu.

Não se entendia com as dificuldades terríveis que assolavam Moçambique. O capitão-mor de Tete, Pedro Caetano Pereira, revoltara-se; castigaram-no, mas voltou a rebelar-se. O preso escreveu uma memória para sua defesa ante o conselho de guerra, que o absolveu, sendo nomeado governador de Peniche.

Sucedeu, a Costa Xavier, Rodrigo Luciano de Abreu e Lima (1842-1846). Visitou a província; fundou-se em Sofala uma companhia exploradora das minas e o naturalista italiano doutor Pitters descobriu salsaparrilha no distrito de Inhambane. Os indígenas atacaram esta praça, em 1849, sendo defendida por António Pereira Chaves, seu capitão, sendo governador interino Domingos Fortunato do Vale.

As revoltas sucederam-se nesta localidade, Sofala e Lourenço Marques; mais uma vez os negros atacaram Inhambane e em Rios de Sena houve uma forte sublevação, capitaneada por Caetano Pereira e seus filhos.

Tungue — Perdera-se a baía de Tungue (1844), no consulado de Abreu e Lima. Constituia o limite extremo norte da possessão, ao fim do Cabo Delgado. Governava-a um moiro, com o título de xeque, o qual recebia ordenado, sendo um delegado português. Depois das audaciosas tomadias do sultão de Mascate (Mombaça, Pemba, Pete e Zanzibar), levaram o infiel, que representava o govêrno em Tungue, no ano de 1844, a pensar a sério na entrega do território àquele potentado. O pretexto foi o ter acolhido certo baneane que o governador de Cabo Delgado desejava expulsar. O xeque Sultane recusou-se a cumprir a ordem e dispôs-se a resistir, abrandando a fúria ante um barco de guerra que ali se mandou. O residente, porém, prometera entregar a baía ao potentado, o que se realizaria em 1849. Estava sob o domínio português desde 1510, tendo sido dádiva do rei de Quilôa.

Ficou interinamente no govêrno da província o juiz Joaquim Pinto de Magalhães (1851). Preparou-se uma sublevação militar para o depor, mas foi sufocada. O governador de Lourenço Marques fôra roubado pelos próprios soldados, que improvisara com degredados.

Angoche — O sultão de Angoche submetera-se numa hipocrisia enorme. Buscava traficar na escravatura, apesar das suas promessas em contrário.

As suas terras limitavam-se com o rio Sangage, a separá-las de Moçambique, indo até ao Quizungo Grande, a delimitá-las de Quelimane. Formava-se de ilhas: a de Angoche, e subúrbios, Primeiras, Fogo, Arvores e Rosa.

As costas são banhadas pelas águas do canal de Moçambique e as suas povoações de categoria, além da capital, eram o Mataia e Mamevoni. Desde 1765 que os portugueses ali tinham preponderancia efectiva. O sultão chamava-se Assave; era moiro. Ganancioso, sonhava com enormes proventos e a submissão fingia-a admiravelmente, a fim de melhor negociar. Governava Moçambique Vasco Guedes de Carvalho Meneses (1854-1857), que, tendo de esmagar os revoltosos de Rios de Sena, mal sabia que a guerra estava destinada a durar três anos.

Em Quelimane morreriam mais de seis mil negros, em virtude da fome. As colheitas rareavam; uma epidemia de varíola matou para cima de cinco mil escravos em Moçambique. Por aquela época (1855) o sultão de Angoche desmascarou-se. Seu irmão Mussá aconselhara-lhe a combater sobas vizinhos de Quelimane e de Tete e no ardor da luta destruiram algumas propriedades do português José Bonifácio da Silva, o qual reptou o imperante. A ameaça do negociante produziu efeito entre os vassalos do rei, que, vendo-se em conflito, retirou para Quilôa. O juramento de vingança cumpriu-se porque o enfeudado, dirigindo-se ao govêrno, propôs a derrota do magnate.

Foi auxiliá-lo um contingente de caçadores 2, com quatro peças, e o sultão, carregendo as suas riquezas, partiu para Madagascar e logo se refugiou em Zanzibar, sendo seu irmão Mussá destroçado pelos portugueses. Em 1860 estava-se de posse da ilha e o derrotado preso na fortaleza de Moçambique. O comerciante morrera em combate (26 de Setembro de 1860).

O prisioneiro conseguiu fugir do cárcere. Encontrou auxílio em Madagascar e foi reconquistar o seu território, á excepção da ilha de Angoche, onde um destacamento português estava de guarnição no lugar de Paraporto.

Guerra na Zambezia — João Tavares de Almeida, ao tomar posse do seu govêrno, em 1857, teve que se haver com a calamidade do tufão de 1 de Abril, que, sobretudo, foi destruidor de embarcações, e de defrontar o gentio da Zambezia, que se rebelara.

Além das insoburdinações de Caetano Pereira, o «Choutama», opulento e fero, que desde 1842 incomodava os portugueses da sua capitania-mor do sertão de Tete e das correrias latrocínicas de seus sucessores, outros caudilhos apareciam na região zambeziana, como os Cruz, de origem indiana, e cuja alcunha de «Bereco» ficaria célebre. Havia meio século que se estabelecera na vizinhança de Tete Joaquim Vicente da Cruz; servira os portugueses, mas indo para a guerra contra o Monomotapa, no tempo do governador António Norberto de Barbosa Truão, preparara a cilada na qual foram mortos, com este, vários funcionários civis e militares. Subiu á forca em Moçambique. Seu filho, Joaquim da Cruz, o «Inhaúde», não foi melhor. Batia-se contra o Choutama. Os dois inimigos de Portugal degladiavam-se. Intervieram os portugueses com autoridade e o Inhaúde, bem acomodado em Massangano, em breve estava mais rico e mais ávido de vingança. Não se conformava com a existência do adversário e foi combatê-lo nas imediações de Tete, devastando não só os bens do outro, mas as terras nacionais. Em 1853 deu-se o encontro das fôrças portuguesas com as do Cruz. Conseguira armamento para os seus negros e acabara por ser cercado na sua residência. Ele, porém, tinha a audácia dum selvático e a crueza dum mestiço, filho de índio e de preta. Saiu, de noite, do seu antro, mostrou-se duma forma habilidosa a intimar os oficiais contrários e, no meio das dúvidas e do pasmo, ele conseguiu que seus homens tomassem mor ânimo, lançando-se sôbre os portugueses e trucidando-os a machado. Ficaram de posse de mais de trezentas espingardas, sabres e uniformes, peças de artelharia, balas, víveres e fazendas. Debalde Jerónimo Romero, governador de Tete, buscou vencê-lo. O Inhaúde, soberbo com a sua vitória sem par, bem armado e municiado, foi formando um exército e bateu-o em Bandar. Tornara-se o grande senhor da região; assaltava, feria, e roubando, podia manter os seus, cuja valentia e arrôjo redobravam. O govêrno chegara á baixeza de entrar em tratos de paz com o aventureiro. A dinastia do bandido continuava.

O Bonga — Um dos seus filhos, António Vicente da Cruz, o «Bonga», parecia de natureza diferente do pai. Era um potentado. Rico e poderoso, aceitava com altiva grandeza as relações com os portugueses. Baptizava os filhos. Era sargento-mor de Massangano e tendo a sua morada na margem direita do Zambeze, perto do Loembo, ali estabelecera o seu posto de observação e de assalto aos sertanejos e pombeiros. As suas terras eram como um condado, explorando ainda o prazo denominado como a sua sargentia-mor: Massangano.

Os régulos vizinhos temiam-no e ele apresentava-se em suzerania. Dava recolha a todos os escravos foragidos

Não podia ter melhores soldados. Aqueles, ou serviam-no até á morte, ou ele os entregava aos castigos. Preferiam servi-lo e gozar das partilhas das suas expedições. De resto, a crueldade morava na alma do Bonga, que rudemente, como um chefe bárbaro, tratava suas hostes e, dilatando

CARICATURA ALEGÓRICA AO APRESAMENTO DA BARCA «CHARLES ET GEORGES»

seus domínios, acabara por se fortificar, servindo-se dos seus conhecimentos das obras dos brancos. Erguera um reduto, defendido pelas peças tomadas na primeira batalha contra os portugueses, e rodeando-a de troncos, a formarem labirintos, erguendo parapeitos e muros de barro, esperava resistir a fôrças numerosas, se elas se atrevessem a ir até ali. Tornava-se dia a dia mais ambicioso e cheio de orgulho. O rio, na sua largueza, constituia ainda outro elemento favorável ao rebelde. Sabia-se do seu imenso poder e receavam-no. Toleravam-no á fôrça. Seria, oito anos depois, um dos mais encarniçados e terríveis inimigos de Portugal e deveras difícil de derrotar.

Diferia muito do seu pequeno imitador Mariano Anjos, estabelecido na margem esquerda do rio Sena, que, tendo sido capturado em Quelimane, tivera a vingá-lo a cruel guerrilha de seu comando e que devastara as propriedades em som de guerra. Os portugueses viram-nos, senão vencedores, ao menos a audaciarem-se mais. Os oficiais não comandavam como deviam; os soldados enfraqueciam sob tais chefes. Foi necessário que um veterano bravo, o tenente-coronel Custódio da Silva, novo governador de Tete, surgisse com seu desprezo pela vida para que os salteadores fôssem derrotados e dispersassem. Edificou-se um forte perto do seu aldeamento, no Mazaro.

Não bastando estas dificuldades para perturbar a vida do governador Tavares de Almeida, ele tivera que enfrentar uma sedição na própria capital em Moçambique, porém acabaria preso com os seus fiéis, que eram poucos. A população rebelara-se contra ele (1858).

O caso da barca «Charles et George» — A barca francesa «Charles et George» fôra aprisionada por se entregar ao tráfico de escravos na Conducia e fundeando em águas portuguesas (1857). O seu capitão, Roussel, reclamara, dizendo transportar um delegado do govêrno francês e tendo entrado em Moçambique em virtude de doença da tripulação, constituindo isto um caso de fôrça maior. O ministro da França em Lisboa, Lisle, enviara uma nota ao marquês de Loulé, ministro dos estrangeiros (6 de Maio de 1858) e logo mais duas (15 e 17 de Agosto de 1858), começando uma embrenhada questão diplomática, a qual se prolongou até 8 de Outubro. Exigia-se a entrega do navio, não se reconhecendo a competência dos tribunais portugueses para julgar o assunto. O representante de Portugal em Paris procurara entender-se com o ministro dos estrangeiros, conde de Walaweski, mas a resposta fôra cabal: não admitia arbitragens; desejava que a barca fôsse entregue em quarenta e oito horas, sem o que retiraria o pessoal da legação, a bordo do navio de guerra enviado a Lisboa para esse fim.

Seria o corte de relações entre os dois países, com suas consequencias bélicas. Fundeara no Tejo, em vez dum navio, uma esquadra, do comando do almirante Lavauda, formada pelos vapores «Danowert», «Austerlitz», «Coligny» e «Requin», os quais não salvaram á «Bartolomeu Dias», que saira para a Madeira conduzindo o infante D. Luiz, irmão do rei, o

qual fôra a bordo despedir-se. Era o agravo.

Desde 21 a 23 de Outubro houve sucessivos conselhos de ministros. Nenhum auxílio chegava. A Inglaterra, tão inimiga dos negreiros, abandonava a aliada, aconselhando-lhe que cedesse, para não ter que se curvar em circunstâncias piores. Como não se tinha fôrça para manter direitos, capitulara-se, entregando-se com a presa 394.045 francos de indemnização, ou fôsse 62.828$100 réis. Propunha-se a arbitragem para a quantia. Recusou-se, sendo entregue o dinheiro. Era a desforra do pequeno povo. Os tenentes da armada Eleutério Dantas e António Rodrigues de Oliveira entregaram a «Charles et George» ao capitão de fragata Surville.

D. Pedro V, no auge do sofrimento, escrevia uma triste e desolada carta a seu tio Leopoldo da Bélgica; os poetas insultavam, com o «Pavilhão Negro», a França, que José Estêvão estigmatizara num formidável discurso.

Com a concessão de territórios na Zambézia a Carlos Bembé, agente duma sociedade alemã que ia laborar nos prazos da Coroa, acabara o ano de 1858 em Moçambique. Instituira-se até 1864 um conselho de govêrno, composto pelo brigadeiro Candido Moules, juiz Garcia de Miranda, padre Joaquim da Virgem Maria, Joaquim Travassos e Celestino de Meneses.

Portugueses, boeres e vátuas — De 1864 a 1867 assumiu o mando, mas apenas como governador militar, o capitão de estado maior António do Canto e Castro. Durante o consulado de João Tavares de Almeida morrera o famoso guerreiro Manicusse (11 de Outubro de 1858). Seus filhos Mueva e Musila disputavam o império vátua. Mostrara-se arrogante com a suserania exercida sôbre os sertões entre Inhambane e Lourenço Marques. Ordenava. Temiam-no.

Os holandeses, ante o abandono a que tinhamos relaxado o Cabo da Boa Esperança, instalaram-se no magnifico pôrto, cuja importância maior consiste em dominar os dois oceanos. Os batávios tomaram-no e realizaram progressos, aliados aos franceses foragidos após a revogação do édito de Nantes. Correligionários da mesma religião, aliaram-se entre si, como sucedera, por exemplo, com o avô de Paulo Krugër, futuro presidente da república transvaliana, o qual casara com uma francesa obrigada a expatriar-se em virtude de suas crenças.

Nasceu assim a forte raça «boer», nome que significa aldeão ou camponês, e a qual, mesmo no período do seu domínio, já fazia excursões para os territórios do interior. Os britanicos tomaram a colónia em 1795, entregaram-na em 1802, reapossaram-se dela em 1806 e tais actos praticaram contra os descendentes dos holandeses que estes deliberaram afastar-se, aí por 1835. E' que os ingleses venderam escravos aos seus hóspedes; depois decretaram a liberdade destes. Os gados que eles criavam eram, por vezes, pilhados pelos cafres; os britanicos guerreavam-nos e, ao voltarem, tomavam, por sua vez, os rebanhos, sob pretexto de ser para pagar a guerra. Até as crias, carneiros e vitelas, dadas ás crianças, afim de as estimular no amor á profissão de pastores, lhes eram arrancadas, vendendo-as para o dízimo.

O ódio foi grande e a emigração começou, em direcção ao rio Orange, conduzindo numerosas cabeças vacuns e cavalares, que iam pastando até que os donos se fixassem nalgum território. Assentaram arraiais nas margens do Caledon e nomeando seu comandante Hendrick Potgieter, entregaram-se-lhe.

A lei estava na palavra de Deus. Uma assembleia assistia ao chefe. Não se apossavam da propriedade dos mais fracos, iam poupando os indígenas e acabaram entre os rios Vet e Vaal, tendo adquirido as terras aos régulos, pagando-lhas em reses.

Houve, porém, um grande chefe zulu, Mosilikatse, que não concordou e, ao saber da existência de brancos no sítio, assaltara-os, como senhor do país, a oeste, entre os Libombos e Kultilamba. Muitos boeres foram mortos, mas houve quem repelisse os negros em batalhas, nas quais até lidavam as mulheres e as crianças. Foi este guerreiro o holandês Sarel Celliers. Mais tarde, noutros recontros, venceram o potentado e enquanto uns emigrantes se dirigiam para o Natal, querendo obter o pôrto de Durban, outros instalavam-se ali. Piet Retief, o novo comandante, acabou numa cilada dos indígenas, ás ordens de

Dingana, e a maioria dos seus companheiros partiram para o território onde fundariam a república do «Transvalboers» — do nome do rio e da raça. A cem léguas ao noroeste do presídio de Lourenço Marques edificaram Andries Orig, onde, em 1846, foram visitados pelos audaciosos portugueses João Albazini e Avelino Xavier de Meneses, que, vindos do sertão, os toparam, e pelo padre Joaquim Santa Rita Montanha, mandado de Inhambane a entender-se com os chefes boeres. Este encontrou mais de oito mil pessoas brancas, num território fertilíssimo, entre numerosas reses, plantações e prados. Faltava-lhes um pôrto, mas tinham uma pátria talhada no sertão. Defendiam-se das feras e dos selvagens, mas adestravam-se para todas as emergências. Caçadores eméritos desde a infância, peoneiros da selva, procuravam arruinar os vátuas, que os incomodavam tanto como aos portugueses.

Sechiel, grande soba, entrara em guerra com eles. No seu país vivia o missionário inglês, depois tão celebrado, Livingstone. Quando os boeres venceram o potentado, encontraram na barraca do britanico uma oficina onde se consertavam as espingardas dos indígenas e material de guerra que ele lhes fornecia, violando o tratado de Zand River, pelo qual era proibido fornecer armas aos negros. Confiscado aquele arsenal e mandado em paz o reverendo (1852), nem assim terminaram as guerras, pois no ano seguinte, Paulo Kruger, adestrado em todos os exercícios, comandou contra o régulo Mapela, que assassinara Potgieter, irmão do antigo chefe boer. Convidado para uma caçada aos elefantes, levaram-no até um rochedo e esfolaram-no vivo, na presença do seu criado, entre bailados selváticos. Foi este moço o guia de Kruger até ao lugar do sacrifício. O chefe principal era Pretorius — em honra do qual se fundaria Pretória — e vingou-se o mártir ao cabo de muitas temeridades daquele audacioso atirador e cavaleiro. Pretorius, no regresso da expedição, ao sentir-se doente, chamara Kruger e entendera-se com ele sôbre assuntos religiosos e de estado, porque acumulavam funções os dirigentes daquele povo, a fixar-se após o seu forçado nomadismo.

Talhava-se uma república na Africa do Sul, a de Orange, reconhecida pelos comissários ingleses, Owen e Hogge, que andavam regulando a questão das fronteiras leste e nordeste do Cabo. Governou-a, como seu primeiro presidente, Martinus Pretorius, que acedeu a uma Constituição. Enquanto não foi aceite em toda a parte, ele apresentou-se como presidente do govêrno, considerando-se, porém, seu senhor, dizendo que os ingleses tinham em sua nota declarado ceder a república a seu pai, O norte do Transval não acatara a Constituição (1857) e os boeres desavieram-se, sob os olhares gananciosos dos zulus e vátuas..

CAPITULO XIX

AS RIVALIDADES DA ÁFRICA DO SUL

Ocupação e rebeldias
Os estabelecimentos vátuas — As guerras do Bonga — Transval e Lourenço Marques

Os filhos de Manicusse — A grande desavença dos filhos de Manicusse ia decidir dos destinos do formidável império vátua.

Os ataques de Maueva aos territórios portugueses demonstraram as más intenções logo após a morte do pai. Voltava-se contra os régulos acolhidos sob a bandeira portuguesa e atrevera-se a bater-se contra as fôrças regulares. O irmão abrigara-se na república boer, aguardando a sua hora. Sabia que as injustiças e as crueldades do imperador, a recordarem as que a tradição atribuira a Chaca, haviam fatalmente indispô-lo com os vassalos. Assim sucedeu. Grande parte deles rebelaram-se, seguindo Musila, que, colocando-se á frente das suas hostes, viu abatidos mais de cinco mil dos contrários. Dos seus morreram uns quinhentos.

Acabada a peleja, ele não perdeu tempo. Mandou um recado a Onofre Duarte, governador de Lourenço Marques; solicitou-lhe auxílio para abater de vez o fero conquistador do seu sangue. Se lhe desse ajuda, juraria submissão a Portugal. Não duvidassem da promessa: seria o mais disciplinado dos régulos, punindo os vassalos que tentassem alguma coisa contra os portugueses e seus feudatários. Deixava construir fortes; içava na sua aringa a bandeira portuguesa, cedendo territórios de Moamba, Jujote, Chemide e Manhiça, em tributo O govêrno tornava-se o protector do grande chefe, edificando-lhe a residência e educando-lhe os filhos. Era de aceitar semelhante vassalagem.

O ministro do ultramar, José da Silva Mendes Leal, concordou e deu-se-lhe o auxílio solicitado: com soldados portugueses reuniram mais de quinze mil homens as tropas de assalto ao Maueva, que ofereceu batalha nos campos de Moamba, ficando derrotado em 20 de Agosto de 1861. Durou três dias a peleja. O vencido fugiu; abrigou-se, como um desgraçado, nos domínios do soba Mossuate. Pensou-se em o apanhar, liquidando-o, de vez, e aos seus partidários, e o governador de Lourenço Marques deliberou levar até ao fim o extermínio, enquanto o Musila se retirava, mas em vassalagem, para lá de Sofala, a reger o enorme sertão, bem como alastrando sua suserania ao Pungué.

Dentro em pouco tornava-se difícil ao chefe conter os súbditos espicaçados pela fome e que recomeçaram nos seus assaltos costumados. Raça guerreira, incapaz de trabalhar a terra, só pretendia escravizar ou extorquir, e para isso atacava os régulos tributários e até os negociantes portugueses. As queixas sucediam-se, e o governador geral, Tavares de Almeida, declarou perentoriamente o sguinte, para conhecimento das autoridades: «se o Musila cumprisse o jurado, tratassem-no como amigo, mas fizessem-lhe guerra se acaso tocasse nalguem coberto pela bandeira a que se submetera». Consideravam-se vencedores, os vátuas. Não obedeciam e as revoltas principiavam.

Um dos seus aliados, Muange, pagou a rebeldia, mas custou vidas o conflito. Mais tarde (1868) o mesmo castigado, com Binguana, «impis» do Musela, tentaram bater o régulo Mindingue, porém este recha-

çou-os. Era vassalo de Portugal e a acção contra ele feriu os seus suseranos. Os vátuas chegaram a aprisionar auxiliares portugueses; ameaçando Sofala, geravam o pânico e aniquilavam todo o comércio da região.

Segunda e terceira expedições contra o Bonga — Sob o govêrno do tenente-coronel do estado-maior Antonio Augusto de Almeida Correia de Lacerda, organizou-se a segunda expedição contra o Bonga, que se revoltara para não obedecer a uma intimação judicial. Desdenhou a citação. O governador de Tete, Miguel de Gouveia, decidiu lançar-lhe a mão e com os soldados de que pôde dispor, uns sessenta, três peças e negros auxiliares, em número de oitocentos e trinta, avançou para o território do rebelde. Estava ao abandono a sua residência. O inimigo fugira e para maior certeza da vitória dizia-se que iam aparecer ajudas do zambeziano Belchior.

Quando entraram na moradia, um bando de negros, em algarada, saltou sôbre êles e chacinou-os. Um ardil habilissimo se lançara e surtira efeito. Fôra tudo preparado por gente do Bonga. Acabaram ali quarenta e seis soldados e cinco oficiais. O chefe sofreu vexames e mutilações. Todo o material ficou em poder dos vencedores e era composto não só pela artelharia e outras armas, mas também por lanchas de transporte.

ARINGA DO BONGA

Mandara-se solicitar a paz ao vencedor; defendia-se Sena com um refôrço. Receava-se, cada vez mais, o audacioso. Assim procedera o governador Canto e Castro. O seu sucessor, Correia de Lacerda, achou mais honroso batê-lo de vez e armou duzentos soldados europeus, mas com um reduzido número de peças. Eram só três. Os auxiliares que podiam manejar espingardas não passavam de duzentos; levavam-se mil e novecentos homens do comando, sendo alguns chefiados pelos negociantes Joaquim Benedito de Miranda, Vasco Bandeira e Domingos Ferrão.

Pertenciam, os denominados cipais, ás fazendas destes e doutros seus colegas, como eram Belchior do Nascimento, de cujo nome se tinham servido para ludibriar o governador de Tete na aringa do Bonga, Francisco Torrezão e Manuel Antunes de Sousa, o célebre capitão-mor de Quiteve. Não abundavam mantimentos e munições. Não haveria mais de sessenta mil cartuchos de espingarda; as lanternetas não chegavam a vinte.

Comandava aquele improvisado corpo de tropas o tenente-coronel João José de Oliveira Queiroz, governador de Tete e Quelimane. Longa, penosa e,

em parte, desmoralizadora foi a travessia. O nome do inimigo a combater aterrara até um oficial. Revigorar os ânimos era tarefa dificil, mas, em breve, conseguida.

Em 1 de Janeiro de 1868 estavavam a ponto de incendiar uma aldeia do revoltado, atirando-lhe Congreve com lanternetas do tôpo da serrania onde tinham chegado, mas não se conseguiu coisa alguma. Serviriam estas infrutíferas tentativas para mais acentuar a resistência dos atacados, que dispunham de armas iguais ás dos portugueses, as tomadas aos expedicionários. Decorria o tempo; fazia-se um tiroteio desesperado para quem dispunha de poucas munições. Dificilmente se moveu a parca artelharia para sítio mais apropriado a bater a vila da residência do Bonga, quando o comandante adoeceu e entregou a chefia do pequeno contingente ao capitão de Caçadores 1, Travassos Valdez, indo recolher-se a um barco.

Houve um conselho de oficiais e o seu novo comandante propôs-lhes rasgar a lanternetas a passagem e tomando ele e os seus colegas lugar na primeira fila do assalto, entrarem de roldão no sítio a conquistar. Declararam impossivel semelhante plano. O inimigo estava á vontade e bem municiado; o fogo não era certeiro; os soldados sentiam-se abatidos e resolveu-se antes o embarque das peças, sustentando-se a infantaria nas posições até novo ataque, mas demonstrou-se a perda do moral dos combatentes. Só o gentio de Manuel António de Sousa se manteve guardando aquela retirada. As tropas estavam tão pouco dispostas a combater, que só ao chegarem a Quelimane se aquietaram. Tinham-se sublevado quando as acamparam, á espera de novos elementos para a luta. O comandante Oliveira Queiroz foi julgado em conselho de guerra, mas absolveram-no, pois ele não tinha grande parte das culpas, faltando-lhe elementos essenciais para semelhante combate com os negros, arteiros, valentes, soberbos por suas anteriores vitórias.

Mas não podia ficar assim desbaratado o brio nacional. Tratou-se de organizar terceira expedição, cuja chefia foi entregue ao tenente-coronel Guilherme Frederico de Portugal e Vasconcelos. O governador Correia de Lacerda reunira todas as fôrças que pudera. Seriam quatrocentos os brancos, quatro mil os auxiliares indígenas. Os comandos estavam confiados a indíviduos mais ou menos experimentados e a oficiais. A artelharia fôra aumentada com três obuzes; os víveres eram abundantes e juntaram-se munições para a infantaria e para as cinco peças. O capitão Valdez comandou uma unidade improvisada, que partira de Tete com as três bocas de fogo da expedição anterior.

Estabeleceram posições diante do vilar do Bonga, ao cabo de sete meses, a contar da partida de Moçambique. Só em 3 de Agosto começaram a bater a povoação com a artelharia. Estavam a distância; pouco conseguiam, mas a sorte parecia-lhes favoravel, porque o Bonga enviou um parlamentário a pedir paz. As portas da sua residência estavam escancaradas quando amanheceu. Levara a transigência a ponto de resolver ir ele próprio entender-se com os portugueses. Sòmente pretendia que lhe enviassem um branco de categoria, o qual respondesse por sua segurança.

Mandaram um furriel. Era o refens. Guardou-o e não apareceu. Rebentou um tiroteio incompreensivel, extemporâneo e prejudicial antes de terminar o período estabelecido. Ninguem percebera aquela fuzilaria dos expedicionários.

O chefe dos rebeldes não dava sinais de si. Os auxiliares que estavam na serra fugiam. Era necessário aplicar os obuzes e, quando os iam desembarcar, os negros, ouvindo um tiroteio, que parecia um aviso dos seus aliados, os bitongas, ou de cipais vendidos, largaram do seu refúgio e lançaram-se sôbre os portugueses. Erguiam machins e autênticos machados; penetraram no seio do exército, em número vasto, e começaram a trucidação. Á surpresa sucedeu a abalada. A terra empapava-se de sangue, que o ardente sol não sorvia rapidamente. A tomadia foi geral. O comandante Portugal de Vasconcelos morreu sofrendo martírios; dos seus oficiais escaparam apenas nove; metade dos brancos ali acabaram. Só duzentos e cinqüenta e dois conseguiram fugir.

O porta-bandeira lançara a insígnia esfarrapada ao Zambeze. O capitão Valdez suicidou-se, ao ver a sua gente nas mãos dos crueis inimigos, e no meio da maior desgraça chegaram

a Quelimane os destroços da terceira expedição contra o Bonga. Entregara-se o comando dum corpo denominado Zuavos Reais ao capitão Botelho Torrezão, que foi acusado de ter largado para Sena com o seu camarada Frederico Gourget, de infantaria de Moçambique. O conselho de guerra absolveu-os, mas o desastre animara muito os negros, que fizeram troféus das cabeças dos portugueses. Armavam-nas como marcos terríveis de avisos formidáveis. O próprio vencedor parecia admirado do triunfo. A paz foi proposta ao potentado pela Camara de Tete, a fim de se consentir a passagem de mercadorias. Devia entregar as presas de guerra. Não acedeu. Orgulhosamente, exigiu um plenipotenciário de categoria militar com quem se entendesse. Falava como um suserano. Consentia no tráfico pelo Zambeze, do qual se desinteressava, bem como o feito por terra. Ao saber-se no reino o que se tentara, indignadamente se repeliu a proposta (1868).

Era necessário exterminá-lo, para que o prestígio nacional não sofresse.

Expedição á Zambézia — Começou a organizar-se um corpo expedicionário na metrópole, destinado a acabar definitivamente com as atitudes do rebelde e vingar os três contingentes vencidos e trucidados. A fama do potentado, ao aumentar, feria, cada vez mais, a honra portuguesa.

Tinham sido mal apetrechadas e constituidas as unidades empregadas naquelas batalhas. Desta vez, e mais valia ter começado assim, compunha-se o corpo de exército de quinhentos caçadores, uma bateria de montanha e sapadores, que iam do reino, devendo juntar-se-lhes tropas da Índia, com infantaria e artelheiros. Estes não apareceram; os infantes eram em número de trezentos, que o major Tavares de Almeida comandava. Fôra governador de Moçambique após a Junta que substituira Correia de Lacerda e a qual tivera os seguintes membros: capitão Manuel de Ataíde e Azevedo, António Baltasar de Meneses, José Vicente da Gama, Xavier Alves e Frederico Silveira Estrela.

O novo governador, Fernando da Costa Leal (1869), dera suas provas como ajudante do visconde do Pinheiro, governador de Mossamedes e organizador da guerra contra os Gambos, em Angola. Alvo de intrigas, retirara para a metrópole, quando lhe ofereceram o govêrno de Moçambique, a fim de preparar a luta contra o Bonga. Para demais, o batalhão de caçadores, destinado a esse serviço, sublevara-se, quasi o obrigaram a embarcar e carecia-se da mão firme de alguem que pudesse animar o nôvo lance. Embarcou na corveta «D. João»; chegou á coluna em 7 de Agosto de 1869. Proclamou aos habitantes, começando a organizar a expedição, que largou sob a chefia de António Tavares de Almeida.

Tinham que lutar primeiro com o clima, depois com os terriveis caminhos; falta de abastecimento, dificuldade de transportes. Os tripulantes dos barcos desapareciam, tornando mais demorada a travessia. Os negros desertavam; os brancos abatiam-se. Ao cabo de muitas privações, miseráveis, rotos, quasi sem víveres, os soldados acercaram-se de Massangano, onde o Bonga dominava.

Enviara-se-lhes um refôrço de gado e mantimentos providenciais, que partiram de Tete com trezentos homens, comandados pelo capitão António Carlos dos Santos.

O inimigo surpreendeu-os. Tomou parte das reses e, chacinando o comandante, roubou aquele auxílio aos atacantes.

Continuava a ser vantajosa a situação do Bonga. Batalhava com energia, talento e estrategia apropriada, contra tropas cansadas e sem chefias práticas e seguras. Ao cabo de alguns ataques, estavam consumidas, quasi sem visíveis resultados, quinhentas granadas e sessenta mil cartuchos de espingarda.

Mais uma vez se votava a retirada, em conselho de oficiais, apesar do protesto do chefe. Na segunda reunião deliberou-se a partida, mas o comandante ordenou o ataque. No meio dele, que foi bravo e forte, ouviu-se o toque de retirada, a qual se deu. Nunca se averiguou quem ordenara semelhante desaire. Julgou-se até que o Bonga, conhecedor dos toques, o mandara dar por algum dos seus. Correu esta balela, impossivel de acreditar. As tropas largaram para o território de Belchior do Nascimento, deixando a impressão de terem muito mêdo, tal fôra o tropel do embarque. O inimigo

apoderou-se de muito material de guerra e de cinqüenta homens.

Parecia invencível e um formidável guerreiro aquele potentado da Zambézia.

O governador de Moçambique, Fernando da Costa Leal, morrera antes de saber o resultado da expedição, desastrosa como as outras.

O govêrno compôs-se do juiz Kopke da Fonseca e Gouveia, capitão Amílcar Barcínio Neves, padre Valentim Fernandes, Eduardo da Cunha Seixas e José Xavier Alves. Pouco depois, assumiu, interinamente, o poder o coronel de infantaria Inácio Augusto Alves (1870).

Começou, desde logo, a organizar uma nova expedição contra o terrível António Vicente da Cruz, o celebrado Bonga.

A república do Transval e os ingleses — Instalados no seu território fertilíssimo, criando os seus gados, batendo ou subordinando os cafres, os boeres tinham constituido as suas fundações de Orange e Transval nos planaltos magníficos. Aquela, era um estado livre, esta uma república. Após as derrotas infligidas a alguns, tendo o brutal Moselekatze retirado para o norte, a fixar-se entre o Limpopo e o Zambeze, os ocupantes começavam a desavir-se entre si, por questões de govêrno, quando fôra eleito o presidente Burgers, sucessor de Pretorius, filho.

Já se distinguira muito, como comandante, Paulo Kruger, que tinha muitos partidários. Apesar dos seus quarenta e cinco anos, idade pequena para tão altos cargos na república puritana, indicavam-no até para a presidência do govêrno.

Naquele ano de 1870, quando se preparava a quinta expedição contra o Bonga, correu uma grande notícia pela África Oriental. Descobrira-se uma grande mina de diamantes na Grigualandia ocidental, em Kimberley, ao oeste da república sul-africana, vizinhando com Barkley West. Os mineiros britanicos que ali trabalhavam instituiam um vago estado, sob a presidência de Parker, o qual se considerava independente, quando o território não lhe pertencia.

Em virtude da convenção entre os dois países, os transvalianos tinham razão, mas a Inglaterra, ao receber as queixas dos boeres, declarara, perentoriamente, que «os terrenos onde tinham sido encontrados os diamantes não pertenciam á República Sul-Africana, mas sim aos régulos Garibone e Montzioa. Aquele fôra deposto, estando em seu lugar o feudatário dos transvalianos, Mahura, que respondia aos britanicos, os quais lhe preguntavam se não concorrera para desbravar os terrenos: «sim, mas atrás dos brancos, como um chacal seguindo um rebanho, a ver se pode apanhar algum cordeiro». Meteram-no em brios; mostraram-lhe como poderia obter terras e ele volveu:

— Não, senhor. Temo o Malino (Deus), que pode ficar zangado comigo. Quando as gentes de Mosilikatre quis matar os meus, os brancos, mandados por Malino, salvaram-nos. Agora não me revolto contra eles!

Discutia-se, sem razão, a propriedade dos territórios.

Um soba, Sekukini, declarara-se rebelde; naturalmente aceitara sugestões que o Mahura repelira. Os boeres foram combatê-lo, tendo Kruger recusado o comando, em virtude do chefe do estado acompanhar as tropas, que não podiam obedecer a dois comandos. Sob sua indicação, tomou o posto Nicolau Smith. Ganhou uma grande vitória sôbre um régulo, o Magali, que dominava em vastíssimos desfiladeiros e cavernas. Denominavam essa região «Gibráltar da África do Sul». Não conseguiram bater o Sekukini, tendo-se distinguido Joubert no assalto, que não secundaram, em virtude de discórdias intestinas. Lançara-se sôbre o país uma contribuição de guerra, que muitos não queriam pagar.

A Inglaterra, ante a descoberta das minas diamantíferas, seguira os conselhos da Southey, cujo desejo constituia em «ver o sul da África, até ao Zambeze, sob o domínio britanico, os chefes indígenas postos sob o protectorado da bandeira inglesa e todo o país governado pela Coroa. Quando o campo dos Diamantes foi anexado como colónia da Coroa, ele aceitou o govêrno daquele território, na esperança de que poderia levar a sua própria política para além do rio Orange, impedir as conquistas do Transval e estender o império pelo interior. Foi esta uma das ilusões da vida de mr. Southey. Não tendo fôrça á sua disposição, tratou de reprimir os mo-

vimentos da república por meio dos chefes indígenas».

Chegara-se a 1877. Mandara-se a Pretória sir Theofilo Sheptone, como comissário inglês, tratar da anexação. O pretexto era especioso. Declarava que os boeres não podiam bater o soba Sekukini e daí haver perigo de rebeldia doutros potentados nos territórios sujeitos á Grã-Bretanha.

A república sul-africana e Lourenço Marques — O que pensavam os boeres, enquanto a possessão portuguesa de Moçambique era de molde a servi-los, sem grandes vantagens para os nossos interêsses? Receava-se deles, a ponto de se organizar um batalhão de caçadores, que devia aquartelar-se em Inhambane. Solicitavam reciprocidade de boas relações, insistiam e o governador de Lourenço Marques, Sales Machado, recebeu ordem de se entender com os delegados daquele estado. Chamavam-se Potgieter, Frederico Canbrink Jacob Midel e Jacob Clerig.

Estipulou-se (14 de gosto de 1855) que se reconhecia a república sul-africana; auxílio mútuo em caso de serem atacados; abolição da escravatura, delimitação de fronteiras, havendo a concessão duns territórios junto aos Libombos e que Portugal perdia; não se consentiria a venda de armas e munições aos negros; tratar-se-ia de abrir estradas de ligação.

Um dos portugueses que visitara e conhecera o território boer, João Albasini, recebeu a nomeação de vice-cônsul para aquela república, porém não se tinha passado das linhas básicas da convenção, que jamais se assinava. Nove anos depois, para se regularem os limites fronteiriços, foi uma comissão ao Transval, sendo dos seus membros António de Paiva Raposo e o major Delfim de Oliveira.

CARRO BOER ATRAVESSANDO UM RIO

Mal se entendiam os representantes; as negociações decorriam morosamente e daí a desconfiança boer de que a Inglaterra não desejava que o seu velho aliado se ligasse muito com os sul-africanos, cujo ruina apetecia.

Finalmente, em 1869, fixaram-se os limites fronteiriços da colónia portuguesa e da república sul-africana. Alguns holandeses, sob a chefia de Potgieter, instalaram-se perto do local onde depois se edificou Lydemburgo e cujo território pertencia á possessão.

Pelo tratado de fronteiras houve perda para Portugal, pois a linha sul foi minguada, quando devia ter sido mais ampliada.

Dentro desta zona se encontravam as minas de ouro de Moodies Ref, Mac-Mac, Pilgrim's Rest, Kaap, Spitz Kop, designações estrangeiras a substituirem as nacionais, pois os jazigos auríferos já tinham sido explorados noutro tempo pelos portugueses.

Em 1859, escrevia Francisco Maria Bordalo, em relação aos boeres:

«Têm diligenciado infrutiferamente obter um pôrto de mar na costa ocidental de África, para poderem exportar os produtos do seu país, a saber: aguardente, vinho, frutas sêcas, peles curtidas, marfim, pontas de abada (fêmea do rinoceronte), dentes de cavalo marinho, grandes chifres de boi e de búfalo, tábuas, manteiga, queijos, urzela, salsaparrilha, trigo, tabaco e carne salgada. Por ora, recebem pelos nossos portos de Lourenço Marques e Inhambane os géneros de que têm absoluta carência e que não podem ou não sabem fabricar nos seus distritos.

«Estes povos semi-bárbaros não estão no caso de serem considerados como aliados fiéis e portanto a sua aproximação dos presídios portugueses, longe de ser vantajosa, pode tornar-se nociva, atenta as pequenas guarnições que têm as nossas fortalezas; consta, porém, que eles desejam apenas possuir uma feitoria á beira-mar, pois que os seus gados, principal riqueza daqueles povos nómadas, enfraquecem e morrem ao aproximar-se do litoral, por encontrarem no trânsito a môsca destruidora dos animais, chamada «tsétsé», e cuja influência maligna se faz sentir igualmente em todos os pontos do sertão, segundo o testemunho do dr. Lavingstone.

«Notícias muito recentes dão as colónias ou repúblicas dos boeres em comêço de dissolução, por efeito de guerras com os cafres e ainda das diversas tríbus entre si. Estes descendentes de europeus possuem, todavia, uma grande vantagem sôbre os negros seus vizinhos, que é cavalgarem com desembaraço e saberem usar melhor de armas de fogo.»

Continuava o ilustre oficial da armada e escritor, encarregado de completar os trabalhos de Lopes Lima, «Ensaios sôbre as estatísticas das possessões portuguesas na África ocidental e oriental, na Ásia Ocidental, na China e na Oceania»:

«O rio Falrefier, segundo o mesmo relatório, separa o território inglês da república dos boeres por 26° de latitude sul.»

Nove anos depois, o presidente Pretorius (1868) proclamava ao seu povo, afirmando ser pertença da república a linha 25° transversal até ao mar. Não deram resultado as suas declarações neste sentido, porque, depois, os limites da província se marcaram no paralelo 26° 52'.

Aquele documento presidencial causara impressão. Quem negociara a fixação dos limites, em 1869 (29 de Junho), Alfredo Duprat, deixara escapar o território magnífico. Cedera.

Sucedeu, porém, que o régulo dos massuates, Umbandine, começou a doar e a vender terrenos nos Libombos, aos quais consideravam seus, mas eram portugueses. O seu conselheiro, um inglês de nome Shepstone, incitara-o ao passo, que o govêrno de Portugal considerava um desafio. Lançou-se o protesto (1885).

O britanico redigiu a resposta do soba, que parecia acordar, a súbitas, para as reclamações, tendo-se esquecido ou, antes, não sendo aconselhado a protestar quando do tratado de 1868. Dizia todo o país seu mas acabara por nomear delegados para, juntamente com os portugueses, irem visitar as montanhas, a fim de traçarem as fronteiras pelos picos mais elevados.

Tudo correra bem mas a república sul-africana preparava-se para se defender da Inglaterra, da qual desconfiava tanto que o presidente Kruger não quereria, mais tarde, aceitar uma proposta feita pelo aventureiro Cecil Rhodes, já então ministro do Cabo, acêrca do pôrto de Lourenço Marques, que lho oferecera como se lhe pertencesse.

Por enquanto as coisas ficavam daquela maneira, tendo-se chegado ao acôrdo na delimitação e na linha férra.

CAPITULO XX

AS AMBIÇÕES EM MARCHA

Fim do Bonga — Primeira guerra boer — Caminho de ferro de Lourenço Marques

A anexação — Apresentaram-lhe uma mensagem do potentado zulu, solicitando tréguas. Não se abalou o ânimo do agente inglês.

Mandara-se examinar as probabilidades dessa paz ser duradoura. A resposta era que Sekukini nem pensava na guerra, daí não pedir paz. De seguida tratou-se da confederação dos estados, baseando-se, o britanico, em solicitações dalguns habitantes do territorio para esse fim. Deliberou-se levar o protesto a Londres, desde que se lhes negava o direito a um plebiscito. Evocava-se o tratado de Zand River (1852), pelo qual a Inglaterra garantia a independência da república sul-africana. Disseram que só um pequeno número de cidadãos, dirigidos por Kruger, se opunha á anexação. Ele insistiu na consulta ao país. O seu companheiro, o jurisconsulto dr. Jonissen, pretendeu que regressassem, a fim de demonstrarem claramente a vontade da nação. Tornaram e, mendigando o auxílio da Holanda, França e Alemanha (1877), só ouviram boas palavras, não sentindo os auxílios positivos. Realizou-se o plebescito: foi contrário á anexação, por uma enorme maioria. Deliberou-se enviar outra comissão á Inglaterra, com os resultados do solene acto.

Lord Carnarvon, ministro dos estrangeiros, que tinha as suas combinações feitas, respondeu-lhes que o povo boer podia viver feliz sob a protecção da bandeira inglesa.

Travou-se a guerra com Sekukini, que auxiliado pelos britanicos, outrora, julgava poder continuar na luta.

Mas o território estava anexado e os boeres recusavam-se a defendê-lo juntos com as tropas inglesas. O grande chefe dos zulus, Cetewayo, rebelara-se igualmente e a Inglaterra caía na armadilha que preparara. Foi comandar um grande corpo de tropas lord Chelmsford, que preguntava a Kruger se os seus duzentos mil homens, entre brancos e auxiliares indígenas, chegariam para derrotar o potentado.

O audacioso boer volveu que conquistaria o país zulu com quinhentos homens, se lhe dessem a recompensa ambicionada. O lord preguntou-lhe se as tropas boers eram melhores do que as suas; volveu-lhe ser diferente a tática. Preguntado qual seria seria a recompensa exigida para os coadjuvar, redarguiu, como um herói á antiga:

— A independência do meu país!

Os ingleses foram batidos implacavelmente (1879) em Issandhlawana, ficando no campo mil e duzentos dos seus soldados e entre eles o príncipe Luiz Napoleão Bonaparte, filho de Napoleão III e oficial de dragões ingleses.

Os sul-africanos recusavam sempre a sua colaboração.

Requisitaram-se mais tropas e com uma nova campanha, bem conduzida, conseguia-se a derrota dos zulus e a prisão do seu grande chefe Cetewayo. Contou-se, nesse tempo, que a Inglaterra comprara um dos indunas do imperador para o haver ás mãos.

O novo comissário britanico no Transval era Owen Lanyon. A troca fôra prejudicial aos interêsses do seu próprio país. Ele desconhecia a região, ignorava a forma de a administrar e, sendo oficial, via as coisas

de maneira diferente daqueles civis militarizados quando careciam da fôrça.

Mais do que nunca os boeres se manifestavam pela independência do país que tinham formado. As coisas chegavam ao extremo. O governador do Cabo, sir Bartle Frere, fôra ao Transval, menos para ouvir as reclamações do que para tentar domá-los. Caiu no meio dum campo onde muitos milhares de homens silenciosos e hirtos aguardavam as suas palavras e os seus cumprimentos.

O seu rancor contra aquela recepção manifestou-se ao dizer para o seu país ter pena de não levar consigo artelharia para chacinar os orgulhosos rebeldes. O seu pensamento sintetizava-se assim:

«O Transval há-de ser uma possessão inglesa enquanto o sol brilhar no céu ou, antes, é mais fácil o Vaal correr para a origem que o Transval recuperar a sua independência.

Com efeito, parecia que se submetiam. O presidente Burgers, após o protesto contra a anexação, retirara para o cabo e ali recebia uma pensão do govêrno inglês; o próprio Kruger aceitara um posto e um ordenado. Prometera-se que seriam consentidas as suas instituições parlamentares. Esperaram pouco, afirmam os ingleses. Que tinham pressa redarguiram os boeres, enquanto os britanicos queriam liquidar primeiro a questão com os cafres e os zulus, abandonando os que julgavam sossegados.

A base que Conan Doyle — o célebre escritor — apresenta para justificar a sua nação é a seguinte:

«A Inglaterra estava convencida de que o país vivia em grande desorganização, de que a sua fraqueza se tornava um escândalo e que era perigosa para os vizinhos vassalos ingleses, para o próprio Transval. Não houve nada de sórdido nas medidas tomadas pela Inglaterra. Talvez que as medidas tomadas fôssem prematuras e pouco prudentes, mas é de acreditar que se as revogassem a maioria dos habitantes as reclamariam.»

Os boeres declaravam-se sujeitos a um regime fero, que não podiam tolerar. Os seus chefes eram increpados, ante a inércia que pareciam ter adoptado, mas não era assim. Levantar-se-iam as armas.

A guerra contra a Inglaterra — Começou a luta em Dezembro de 1880. De todas as granjas sairam atiradores e dos mais experimentados, como são os boeres. Homens e rapazes, obedecendo a combinações prévias, assaltaram os fortes guarnecidos pelos ingleses, nos diversos lugares e ao mesmo tempo. Assim sucedeu em Pretória, Potchefstroom, Lydemburgo, Wakkestroom, Ruestenburgo e Marabastad. Os sitiados defenderam-se valorosamente até ao fim da guerra. Em campo raso, nas batalhas formais, não obtiveram vantagens iguais. Por exemplo, em Bronkhorst Spruit os boeres fuzilaram um esquadrão sem perderem um só homem. Os mortos apresentavam pelo menos cinco feridas cada um. Em Laing's Neck, os britanicos pretenderam tomar uma colina; metade dos assaltantes caiu no campo. Quando da batalha de Ingogo, ficou indecisa a vitória, mas as perdas dos ingleses foram muito superiores ás dos seus adversários. A derrota daqueles em Mafuba Hill demonstrou a impossibilidade de se vencer aqueles indómitos atiradores. O govêrno de Gladstone propôs-se acabar com a guerra, isto apesar dos militares, que tantos reveses tinham sofrido, assegurarem a certeza de esmagar o

PAULO KRUGER

inimigo. Assim o declararam os generais Wood e Roberts.

Fizera-se, porém, um movimento de reacção em Inglaterra. Já não se concordava com a anexação do Transval. Havia quem clamasse contra o que se capitulava de injustiça.

Preparou-se o armistício (5 de Março de 1881) e em 23 assinou-se a paz. Todavia, não se restabeleceu a república sul-africana, como antes da luta, o que seria lógico. O «Times» designava-a sob a rubrica «Colónias». Deixava-se a autonomia, mas sob os preceitos suseranos da Grã-Bretanha. Os boeres, desde que se consideravam vitoriosos, como na realidade deviam ser considerados, exigiam a cabal independência.

A acção dos ingleses tornava-se-lhes incompreensível. Denominavam o país, não república mas Estado do Transval. As tropas inglesas deixaram o território e de novo flutuou a querida bandeira dos boeres. Eles não podiam sustentar mais tempo a guerra; aos adversários não convinha a luta. Do armistício saíra aquela situação. Dizia-se que vencera o dinheiro, as libras: «a cavalaria de S. Jorge», largamente empregada pelos britanicos.

Ia chegar um presidente de Estado. Foi Paulo Kruger, cujo prestígio aumentara depois da guerra, onde se batera leoninamente, portando-se como um herói e sendo um admirável chefe. Os negros entraram em pelejas contra o Transval. O régulo Mapoch batalhou muito para não entregar o seu hóspede, o soba Mampur, que acabou enforcado, sendo aquele preso. Condenaram-no a prisão perpétua, mas amnistiram-no, deixando-o estabelecer-se perto de Pretória com alguns fiéis.

Conflituavam nas fronteiras vários potentados. Mankoroane recrutara ingleses aventureiros para as suas hostes; o seu rival, Moshote, prometera três mil hectares a quem se alistasse nas suas falanges. Alguns boeres acederam, apesar da proibição do seu govêrno. Contra estes foi o general Joubert, mas debalde. Terminada a luta, recebidos os terrenos, os boeres e ingleses, unidos, formaram com eles duas pequenas repúblicas: Stelalandia e Gosen, sendo a primeira governada por J. van Nickerk, na sua capital de Vrijburgo; Rooigrand era a sede de Gosen e o seu presidente chamava-se Gryvan Pittius. Dentro em pouco guerreavam com os régulos que lhes tinham doado o solo. Surgiram os partidos, que queriam um, a soberania do Cabo, o outro, do Transval. O general Joubert, nomeado para se entender com eles, declarou a impossibilidade de se aceder aos seus desejos, em virtude da convenção de Londres. O soba Montsioa queria ser vassalo dos sul-africanos e desta vez aceitou a suserania, o que não agradou aos ingleses, os quais enviaram sir Charles Warren e um exército de cinco mil homens para pacificar a fronteira do oeste transvaliano.

Cecil Rhodes — Este habilíssimo inglês aparecera de repente no mundo dos negócios, com a pretensão de fazer do Cabo um empório formidável. Ligara aos seus projectos altas personagens do seu país, como o duque de Fife, e com a descoberta das minas de ouro do Transval maior foi o sucesso. Imaginaria traçar a linha férrea do Cabo ao Cairo. Seria um conjunto de vias ligando as capitais dos extremos da África britanica. Do Cabo iria ao Zambeze, passando por Kimberley, Mafeking e Buluwayo, prolongando-se para além das quedas de água de Vitória, através da Rodésia do norte até Kajaé e Brokn-Hul, obliquando para o sul do Congo belga. Do lado norte, partia de Alexandria, atingindo Assouan Shelal por Cairo Laxor, indo de Onadi Halfa a Khartoum e Samuar e Mohagi. A parte meridional do Sudão anglo-egípcio, a Uganda, a Kenya, o Tanganika e o extremo norte da Rodésia seriam ligados. Eis o que Cecil Rhodes sonhara, e já está em parte realizado. Naquele tempo, porém, ele começava os seus arrojados planos, sonhando maravilhas.

Entretanto, uma delegação boer, composta por Kruger, Smit, du Toit, padre evangelista, e do dr. Jonissen, partira para Londres, a fim de obter o anulamento do tratado de 1881 ou a sua revisão.

Era em 1883. Chegaram á capital inglesa em Setembro; entenderam-se com lord Derby, ministro das colónias, que declarou conceder ao estado uma independência igual á de Orange.

Desapossada da sua liberdade, a república reclamava-a. Em 1884 o

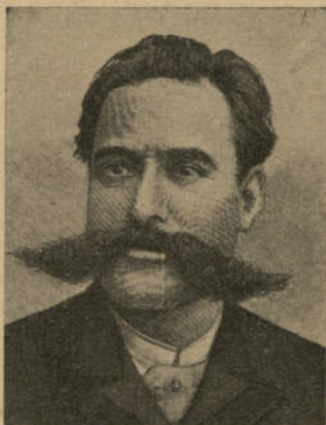
Transval estava independente. Foram os delegados á Holanda, no seu regresso de Londres. Iam negociar um empréstimo, destinado a construir a linha do caminho de ferro de Lourenço Marques. Recebiam-nos com carinho, mas não lhes satisfaziam os desejos. Passaram a Bruxelas, depois a Paris, Berlim, por fim a Madrid, com os mesmos intúitos, e dirigiram-se a Lisboa. Tinham contratado na Holanda o depois celebrado dr. Leyds, futuro secretário do Estado Sul-Africano.

O caminho de ferro de Lourenço Marques — Os delegados foram recebidos pelo ministro do ultramar, Manuel Pinheiro Chagas, e pelo chefe do govêrno, Fontes Pereira de Melo, sendo feita a concessão (14 de Dezembro de 1883) para o caminho de ferro de Lourenço Marques á portela do Incomati, formando-se, três anos depois, uma companhia para realizar essa obra importantíssima.

Não valeram a Kruger, no parlamento do seu país, os altos serviços prestados á sua pátria. Ele demonstrou a grande importância dessa linha, que abriria um mercado novo para os produtos da África do Sul a saírem por Lourenço Marques, visto serem tributados ferozmente no Cabo. Anunciava receitas; não pedia impostos

Cecil Rhodes vigiava. Era um homem sem escrúpulos, dedicado á obra que sonhara e querendo enriquecer, como lhe sucedeu explorando as minas de diamantes de Kimberley. A sua organização comercial intitulava-se «Chartered Company». Pretendera, desde logo, fundir toda a África do sul, tornando a Colónia do Cabo o mais extraordinário dos domínios ingleses. A sua prosperidade, como pôrto, seria sem igual e para isso convinha-lhe o Transval, Orange e os territórios zulus e igualmente o pôrto português.

Animava-se á ideia dum império fabuloso na África, sob a bandeira britanica.

As condições para a construção do caminho de ferro foram aceitas pelos súbditos ingleses, que as passaram, com os seus direitos, ao govêrno transvaliano pela quantia de quinze mil libras. Após a anexação da república sul-africana houve dificuldades no cumprimento das cláusulas. No ano de 1884, o major Joaquim José Machado acabou a traça da via entre o pôrto de Lourenço Marques e Pretória, a qual foi adjudicada a um britanico, Mac-Murdo, que se comprometia a cumprir rigorosamente o estabelecido, para o que se lhe dava, e foi aceito, o prazo de três anos.

ENGENHEIRO JOAQUIM JOSÉ MACHADO

Acordou-se em lhe conceder mais um ano para a total realização do projecto.

O empreiteiro, porém, queria ganhar muito e empregava maus materiais, fazendo uma defeituosa construção. Fôra á África para enriquecer de repente, nanja para se perder.

Tratava-se de mais um dos muitos aventureiros que se lançavam sôbre aquela região, com fitos menos nobres dos usados pelos emigrantes que se destinavam á Califórnia. Podiam não ter escrúpulos, mas trabalhavam. Com os outros, alcandorados em situações comerciais e financeiras de destaque, os processos eram estes: não cumprir os contratos, falsificar as obras, fazendo-as o pior possível, e, ganhando bastante, procurarem noutros pontos novos elementos para maiores lucros.

Mac-Murdo chegara a irritar o ambiente português.

Lourenço Marques e a Inglaterra — Aquele desejo dum caminho para o mar, dum pôrto que os servisse, se

excitava os boers, não menos ia preocupando os ingleses, desde a célebre intervenção de Owen em Lourenço Marques. Quando se estabeleceu a primeira linha de vapores entre esta cidade, a do Cabo e Aden, redobraram as cobiças.

O oficial britanico celebrara, em 1823, alguns acordos de vassalagem de régulos á Inglaterra, incluindo-se entre eles os de Tembe e Maputo,

MAC MAHON

que seguiram o exemplo daqueles espertos selvagens prontos a receber o baptismo, a trôco dum barrete, e logo a praticarem o paganismo. Sucedera que os sobas, após o granjeio dos bons presentes do inglês, volveram á soberania portuguesa. Baseando-se em que os negros tinham tratado com Owen, não reconhecendo Portugal, a Grã-Bretanha reclamava «os territórios de Tembe (Catembe), limitado ao norte pelo rio do Espírito Santo ou English River (já o tinham baptizado) e pelo rio Lourenço Marques ou Dundas, ao oeste pelos montes Libombos, ao sul e leste pelo rio Maputo e desde a foz deste rio á do Espírito Santo, pela praia da baía Delagôa ou Lourenço Marques (já crismada em Delagôa Bay)».

Este era o principal alvo.

Mas a Inglaterra prtendia mais «os territórios do Maputo, em que se acham compreendidas a península e a ilha de Inyack (Unhaca), assim como a ilha do Elefante, que é limitada ao norte pelas margens da baía, a oeste pelo rio Maputo, desde a sua foz até ao paralelo 26º,30 de latitude austral, ao sul esse mesmo paralelo e a leste pelo mar».

Eis o que se reclamava. O visconde de Paiva Manso, notabilíssimo jurisconsulto, expusera as suas bem fundamentadas razões; o govêrno inglês retorquira e empenhara-se uma grande questão, que durando desde 1823, com as tentativas de Owen, se prolongara até 1872, em que ambas as partes tomaram por árbitro Mac Mahon, duque de Magenta, presidente da república francesa (15 de Setembro), sendo entregues os documentos no ano seguinte, com as alegações. As contra-memórias chegaram ao poder daquele chefe de estado em 1874.

Em 24 de Julho de 1875, o presidente da república sentenciava a favor de Portugal, baseando-se nestes sólidos argumentos:

«Atendendo a que a baía de Delagôa ou Lourenço Marques foi descoberta no século XVI pelos navegadores portugueses, e que nos séculos XVII e XVIII Portugal ocupou diversos pontos na costa ao norte desta baía e a ilha de Inyack (Unhaca), da qual a pequena ilha dos Elefantes é uma dependência;

Atendendo a que, desde a descoberta, Portugal tem sempre reivindicado os direitos de soberania sôbre a totalidade da baía e dos territórios marginais, assim como o direito exclusivo de ali comerciar; atendendo, além disso, a que apoiou á mão armada essa reivindicação contra os holandeses, pelo ano de 1732, e contra os austríacos m 1781;

Atendendo a que os actos com que Portugal apoiou as suas pretensões não provocaram nenhuma reclamação por parte do govêrno das Províncias Unidas; que em 1782 essas pretensões foram tàcitamente aceites pela Áustria e depois de explicações diplomáticas trocadas entre esta potência e Portugal;

Atendendo a que, em 1817, a própria Inglaterra não contestou o direito de Portugal, quando celebrou com o govêrno de Sua Majestade Fidelíssima a convenção de 28 de Julho para a repressão do tráfico de escravatura; e a que, de facto, o artigo 2.º da

mesma convenção deve ser interpretado no sentido que designa como fazendo parte das possessões da carta de Portugal a totalidade da baía á qual se aplica indiferentemente uma ou outra das denominações de Delagôa ou de Lourenço Marques;

Atendendo a que em 1882 o govêrno de Sua Majestade Britanica, quando encarregou o capitão Owen de fazer o reconhecimento hidrográfico da baía de Delagôa e dos rios que ali vão desembocar, o recomendou aos bons ofícios do govêrno português;

Atendendo a que, se o enfraquecimento acidental da autoridade portuguesa nestas paragens pôde, em 1823, induzir em êrro o capitão Owen, e fazê-lo considerar, em boa fé, como realmente independentes da corôa de Portugal, os chefes indígenas dos territórios que hoje são contestados, nem por isso são menos contrários aos direitos de Portugal os actos por ele celebrados com esses chefes;

Atendendo a que quasi imediatamente, depois da partida dos navios ingleses, os chefes indígenas de Tembe (Catembe) e de Maputo reconheceram de novo a sua independência a respeito das autoridades portuguesas, atestando êles mesmo por esta forma que não tinham a capacidade de contratar;

Atendendo a que as convenções assinadas pelo capitão Owen e os chefes indígenas de Tembe (Catembe) e de Maputo, ainda quando tivessem tido lugar entre partes aptas para contratar, ficariam hoje sem efeito, estipulando o acto relativo a Tembe (Catembe) condições essenciais que não tiveram execução e os actos que dizem respeito a Maputo referindo-se a períodos determinados de tempo, que não foram renovados depois da expiração de tais períodos;

Por estes motivos:

Julgamos e decidimos que as pretensões do govêrno de Sua Majestade.»

Era governador de Moçambique José Guedes de Carvalho e Meneses, tendo-o precedido, após Inácio Augusto Alves, o general José Rodrigues Coelho Amaral (1870-1873), a que se seguira a Junta governativa assim composta: juiz Crispiniano da Fonseca, coronel Amílcar Barciano Neves e tenente-coronel Honorato José de Mendonça (1873-1874).

Não houvera, pois, forma da Inglaterra obter o tão ambicionado pôrto, mas assentar-se-ia de maneira a ganhar vantagens dentro da colónia, sem ter os direitos de bandeira mas as vantagens de bom usufruto, só comparável ao que se lhe concedera na Índia (1879).

CAPITULO XXI

O TRATADO DE LOURENÇO MARQUES

Os ingleses e o Niassa — Clausulas do Tratado — As alterações do documento diplomatico

O Niassa — O nome desta região tem a sua origem na palavra «nyanza», que significa lago, e como realmente ali existe a grande massa de água celebrada por todos os exploradores, a corrupção do termo deu Niassa.

Tem trinta mil quilómetros quadrados de superfície, escoa-se ao sul pelo rio Chire.

Os primeiros portugueses que lá chegaram foram os padres João dos Santos e João Madeira. Aquele era natural de Évora, professou na ordem dominicana, foi missionar no Oriente e dali largou para Moçambique, onde o seu confrade frei João Madeira o convidou a uma travessia missionando em terras de selvagens. Partiram ambos, e durante onze anos percorreram as regiões de Tete, Cuama, Sena, até ao Niassa.

Voltou aquele frei ao reino em 1607. Deixara várias obras sôbre a Etiópia Oriental e um manuscrito intitulado: «Comentário das regiões do rio Cuama».

Mais tarde foram lá o padre Manuel Godinho, Sebastião Xavier Botelho, o major Gamito (1831), o doutor Lacerda de Almeida (1798) e o capitão Cândido da Costa Cardoso, antes que tivesse alcançado aquele pôrto o missionário Livingstone, que se atribuiu, senão a sua descoberta, ao menos o conhecimento mais completo da região explorada minuciosamente. Titulara aqueles territórios Nhasya Mueuro, Maravi e Nhanja Grande (1859).

As infiltrações inglesas — Os portugueses tinham lá chegado primeiro; houvera-os no tráfico, e alguns com verdadeira felicidade.

O britanico deixara em Tete uns sessenta makololos da sua expedição, os quais, assim abandonados, solicitavam auxílios. O govêrno decidiu mandá-los para o Chire, empregando-os em devastar o mato, fazendo o negócio da lenha com a vila, num comboio de víveres. Pouco a pouco, como eram mais fortes e hábeis nas guerras, dominavam os pacíficos maganjas e de esmolantes passaram a senhores. Já não se contentavm com o terreno dos vencidos, pretendiam avançar mas Mariano Anjos, o Matacanha, que recebera dos portugueses (1870) um prazo magnífico, talhado nas terras que conquistara no Massingire, deteve a audácia dos makololos. Em breve sucumbiram os seus sucessores no mando, ante as hostes já numerosas dos adversários, que venceram e se instalaram nas margens além Ruo e Chire, onde defrontavam os portugueses (1884), arrastando consigo os povos de Maganja da Costa, já militarizados com o seu exemplo. Assaltaram alguns soldados portugueses, mataram-nos, mas os comerciantes, auxiliados por vários estrangeiros e negros, com tropas de Quelimane, rechaçaram os atrevidos, que não se consideraram, todavia, inteiramente aniquilados.

Tudo isto era analisado, sobretudo pelos ingleses, que declarariam, mais tarde, não poder Portugal constituir elementos sólidos para a defesa dos seus territórios.

Alargava-se a acção de Cecil Rhodes, que teimava em expandir a influência da sua companhia e, finalmente a da Inglaterra, por toda a Africa do Sul.

Tentados, os britanicos, pela fama

do ouro de Manica, enviavam para ali os seus compatriotas, os quais não chegavam como os colonos portugueses, quasi sem instrumentos de trabalho e desprevenidos de armas, indo antes bem municiados. Queriam juntar-se no território do Lobengula, zulu, filho do celebrado Moselikatze, que, batido no Transval, tomara o país dos machonas.

Também no Niassa se instalara uma missão religiosa escocesa, dirigida por um companheiro de Livingstone, de nome Yamig (1875). Intitulara o seu estabelecimento de «Livingstonia», em memória do seu chefe, e constantemente reclamava do govêrno português os mais disparatados direitos.

Queria uma baixa nos impostos alfandegários; como a Inglaterra notificasse no sentido de serem atendidos, isentou-se a missão de todos os rigores pautais. Daí a pouco entravam no território mais missionários, os depois nomeados de Mandale e Blantyre. Seguiram-se os colonos e negociantes; instalados no alto Chire, viviam á sua guisa, alastrando-se pelo regulato de Meponda, que também denominaram Livingstonia. Mas o clima era mau e eles fixaram-se em Blantyre. Data do desenvolvimento desta colónia a Companhia dos Lagos («The African Lakes Company Limited» (1878).

O govêrno português fôra assistindo, até á revolta de Massarigire, àquele progressivo aumento da população inglesa nos domínios nacionais, que se tornava necessário garantir através de tudo.

A Inglaterra já não se limitava a tomar os territórios que lhe agradavam; instalava os seus colonos seguindo o plano de Cecil de Rhodes, que, tendo-se assenhoreado dos diversos fulcros britanicos pela África do Sul, pensava, mais do que nunca, em esmagar o Transval e reunir todas as regiões á poderosa empresa que organizara.

O caminho estava traçado; andava em negociações com o Lobengula. Homem atiladíssimo e audaz, que de humilde chegaria a poderoso ministro e a ser intitulado «Napoleão do Cabo», coisa alguma o deteria na sua marcha.

Portugal, com os seus fracos recursos, tentaria, apesar de tudo, resistir com lealdade, nobreza e sacrifícios ás investidas do colosso, que o seu país animava.

O Tratado de Lourenço Marques — Após o tratado feito com a Inglaterra, respeitante á Índia (26 de Dezembro de 1878), o mesmo ministro do ultramar que o assinara, Andrade Corvo, realizou outro com aquele país

UNIFORMES COLONIAIS EM 1880

em relação a Lourenço Marques (30 de Maio de 1879), sendo ministro britanico em Lisboa sir Mortier.

Conta-se ter sido este diploma feito em tanto segrêdo, que nem o futuro presidente do conselho, Anselmo Braacamp, tivera conhecimento dele. O signatário ocupava a pasta dos estrangeiros.

Como a Grã-Bretanha não se assenhoreara do magnífico pôrto africano, conseguira uma série de vantagens, condenadas desde logo, embora o talentoso ministro que as concedera achasse bases para as defender.

«Pactuava a construção do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transval; isenção de direitos em trânsito no pôrto de Lourenço Marques; privilégio de embarcar e desembarcar tropas e munições de guerra em Lourenço Marques e livre trânsito pelos nossos domínios e dali para os de Inglaterra ou deles para fora, debaixo

das condições que se estipulassem; mútuo acôrdo sôbre as pautas de Lourenço Marques e Moçambique; a construção de armazéns nos «terminus» do caminho de ferro e vizinhanças do pôrto de Lourenço Marques, sob a vigilância e direcção de agentes nomeados pela Inglaterra; licença aos cruzadores ingleses, sob cláusula de prévia autorização do governador de Moçambique, para exercerem a sua acção na águas da costa desta província que não estivesse ocupada por brancos e onde não estivessem presentes empregados portugueses.»

Seriam perpétuas estas condições, e de tal maneira agradaram á aliada que, no «Morning Post», se escrevia: «Ver-se-á quanto este tratado é da natureza mais favorável e como pelas suas estipulações poderemos, com a única excepção de chamarmos a Lourenço Marques propriedade nossa, gozar de todas as mesmas vantagens que auferiríamos se Delagoa Bay nos fôsse entregue».

Caíra o govêrno. O novo presidente do conselho lera num jornal estrangeiro o que se passara, e em 1 de Junho de 1879 assumia a direcção da pasta do ultramar o marquês de Sabugosa.

Rebentara um protesto indignadíssimo na nação; verberava-se a atitude tomada; atribuira-se, sem o menor motivo, ao rei D. Luiz aquele acto sem precedentes, que foi apresentado no parlamento, no meio da celeuma, por Anselmo Braacamp, na sua qualidade de chefe do govêrno e titular dos estrangeiros. Tomara conta do êrro do regenerador, apesar de ser progressista, tão melindroso se lhe afigurava o assunto. Ninguem simpatizava com tal projecto. Houvera sessões preparatórias fora das Câmaras, duas outras, secretas, no parlamento, e pela maioria de cinqüenta votos se aprovou a proposta do deputado Veiga Beirão, a fim de se esclarecer, através das comissões de legislação civil e de negócios externos, se havia, nos poderes ordinários da Câmara, faculdades ,para deliberar acêrca de todas as cláuslulas do tratado. Era adiar a questão. Ia transformar-se o primitivo projecto, alterar suas bases, modificando-se nessa quasi sujeição como se marcava ao conferir-se á aliada o direito de passagem de tropas pelo territorio. O ministro britanico exigia a votação completa do tratado, como Andrade Corvo o firmara. O gabinete quis demitir-se, o que o rei não consentiu, e, após uma sessão secreta (5 de Junho de 1879), deliberou-se o adiamento. Repugnava, sobremaneira, aquela subordinação á Inglaterra.

As alterações do Tratado — Foi em 11 de Janeiro de 1880 — dez anos depois seria esta a data do «Ultimatum» inglês enviado a Portugal — que Anselmo Braacamp apresentou no parlamento um protocolo e um artigo adicional ao tratado de 30 de Março de 1879. Negociara-se, durante seis meses, com a Grã-Bretanha e acabara-se sentindo as ameaças do diplomata insolente, Mortier, que o seu país acreditara em Lisboa. Em todo o caso, salvando-se da vergonha, o chefe do govêrno declarava ter encontrado nele espírito conciliador. Era falso.

Segundo a nova letra, «a perpetuidade mudou-se num período de doze anos; excepto na isenção de direitos de trânsito, que duraria enquanto não estivesem pagos os juros e amortizado o capital dispendido no caminho de ferro. A passagem das tropas ficou dependente da existência dum caminho de ferro ou dum sistema de estradas aperfeiçoadas e duma Convenção especial entre os governadores do Transval e de Lourenço Marques ou dum acôrco separado entre os governos de Portugal e Inglaterra. A polícia por cruzadores ingleses, nas águas territoriais portuguesas, não poderia exercer-se sem que esses navios fôssem acompanhados por um oficial português».

As negociações foram morosas, fatigantes, prostraram no leito o fraco presidente do conselho. No decorrer das negociações, Mortier, muito apoiado pelo ministro das colónias do seu país, lord Kimberley, queria as Câmaras reunidas extraordinariamente. Declarava: «Não é já uma questão entre governos; é uma questão entre a Inglaterra e Portugal».

Começaram os comícios; apareciam os republicanos e os monárquicos da oposição em protestos por diversas terras do país.

Fundeara no Tejo uma esquadra inglesa e diziam-na a exercer pressões sôbre o govêrno. Tumultuou-se no parlamento e nas ruas. A Sociedade de Geografia tornara-se o fulcro dos

protestos. Havia ainda guerra no Transval e o deputado Fialho Machado pretendia adiar o tratado até ao fim da luta. Registado o seu alvitre, aprovou-se o tratado, na sua última redacção, por setenta e quatro votos contra dezanove.

Rodrigues de Freitas declarara o seguinte: «Não temos por traidores á pátria os que negociaram nem os que aprovaram o tratado; achamos só que procederam mal, muito mal». Continuava, porém, a agitação. Abrira-se a crise (25 de Março de 1881).

O próprio Andrade Corvo, que fizera as negociações, escreveu no seu livro sôbre as Províncias Ultramarinas uma defesa baseada em diversas opiniões, algumas das quais tendiam a esbater o mau efeito da clásula referente á passagem das tropas inglesas pelo território português. Asseverava um dos defensores do tratado que a prova de nos reconhecerem a propriedade do território estava na autorização que deviamos conceder para a passagem dos contingentes.

De costa a costa — Aquele estadista tentara, por todas as maneiras, um largo desenvolvimento colonial, devendo citar-se a sua ideia da missão científica de Capelo e Ivens, destinada á ligação das duas costas africanas.

Começara-se pelos pombeiros. Eles trilhavam o caminho dos sertões, para negociar com os negros. Assim começara Silva Pôrto, o ilustre sertanejo. O dr. Lacerda e Almeida fez a travessia de Tete a Casembe; o seu companheiro, reverendo Francisco José Pinto, lá esteve oito meses, até que se volveu àquela vila (1799).

Os pombeiros Amaro José e João Baptista foram os portadores de carta do tenente-coronel Honorato da Costa para o governador de Tete, indo eles de Pungo Andongo. Levaram no trajecto desde 22 de Maio de 1806 a 2 de Fevereiro de 1811. Foram os primeiros que realizaram a travessia. De Tete sairia outro núcleo, com o mesmo objectivo, em 1831. Ordenara-o o governador Correia Monteiro, levando como imediato António Pedroso Gamito. Foram até ao Casembe. Silva Pôrto (1852) internou-se na selva desde Benguela, com destino a Moçambique, com três moiros que diziam conhecer o caminho. Desistiu, mas alguns dos seus negros chegaram àquela cidade. Seguiram-se Serpa Pinto, que chegou de Benguela a Pretória, e Capelo e Ivens, de Mossamedes a Quelimane.

Tinha governado aquela província, desde 1877 a 1880, o tenente-coronel de cavalaria Francisco Maria da Cunha, que ali estava quando se discutia o tratado. Sucedeu-lhe (1881) Augusto César Rodrigues Sarmento, secretário geral, e logo o visconde de Paço de Arcos (1881-1882) e o capitão-tenente José de Almeida Ávila, parte do ano, até que chegou o tenente-coronel de infantaria Agostinho Coelho (1882-1885).

O Gungunhana — Foi durante o seu govêrno (1884) que morreu Musila, o filho de Manicusse, que depois de ter jurado obediência a Portugal nem sempre a pôde manter. Reconhecia, porém, a soberania. Deixara dois filhos e assim como ele se batera com seu irmão, destronando-o, após as batalhas em que os portugueses o coadjuvariam, do mesmo modo seus descendentes não se entenderiam.

Chamava-se Mafamene o irmão de Mondagaz, que tomaria depois o nome de Gungunhana. Este detestava Mafamene. Queria matá-lo; temia-o; desejava o império para si e pretendia afastar, para sempre, os que julgava capazes de o contrariearem nos seus propósitos.

Tinha consigo apenas um reduzido número de «indunas»; o resto da nobreza dava-se ao cruel Gungunhana, que lhe parecia mais apto para manter o império vátua. Era mau, bêbado, vingativo e atilado em certos desígnios. Para demais, assustá-los-ia muito; dividiria o poder em conselhos, visto recear sempre que vencesse o outro partido. Enviara-se, pois alguns guerreiros com ordem de matar o outro príncipe e procurando-o, nas suas terras, viram como ele os encarava com desprezo. Determinara acabar como um desdenhoso, ao cabo duma orgia louca. Sabia ser impossivel escapar e dera-se a um infernal banquete, a uma desordenada luxúria, a uma embriaguez delirante, que só terminou ao romper do sol. Convidara os guerreiros do irmão. Estes, durante a noite, tinham assassinado alguns dos seus amigos. Contemplou os cadáveres á porta do seu «kraal», onde reinara a devassidão dum condenado á morte.

Uma azagaia passou zumbindo; certeiramente, outra lhe perfurou o pescoço; a terceira decepou-lhe uma orelha. Ele, de pé, num banho de sangue, abateu-se quando se lhe atanchou no peito o ferro homicida. O bando largou das sebes; atirou-se sôbre ele e, decepando-lhe a cabeça, levou-a num feroz «halali» até a aringa do imperador negro. Reduziram a cinzas o aldeamento e tomaram para si as fêmeas do assassinado.

Gungunhana já não receava este irmão. Temia, porém, uma criança, o Anhana, exilado, com a mãe, e que lhe podia disputar o trono. Outro inimigo, o Mafabaze, fugira á sua cólera.

A fama do régulo cruel chegava para aterrorizar toda a África.

A embaixada vátua a Lisboa — Entre os peoneiros do sertão que tinham conseguido, senão a amizade, ao menos a tolerância do Gungunhana, estava o ex-oficial do exército José Casaleiro de Alegria, que renunciara a sua situação para se entregar ao negócio. Conhecera muitos vátuas em Sofala, entendera-se com eles e confiara-se á sorte, preferindo a vida no sertão, na ânsia de enriquecer, aos proventos minguados da sua pequena patente e mesmo ao limitado sôldo de director da alfândega de Angola, que mais tarde lhe arranjaram.

VÁTUAS

Era necessário verificar os pensamentos do potentado. José Casaleiro conseguira que ele lhe confiasse as suas ambições de paz com Portugal. Convencera-o até á vassalagem. Acompanhado por dois indunas, Mapinda e Matanda Enconce, destinou-se a Lisboa. Ao governador Agostinho Coelho, que soubera da tentativa e a animara, coube receber os embaixadores vátuas, como alto funcionário do ministro do ultramar.

Lançavam-se as bases dum documento pelo qual o régulo se declarava em obediência voluntária, dispondo-se a cumprir o que se lhe exigiu. Residiria um alto funcionário para o aconselhar, com outros portugueses, nos diversos territórios de Gaza. Os vátuas seriam obrigados a cultivar as terras e aceitar as missões religiosas a estabelecer, bem como as escolas. Garantia-se a passagem pelos domínios do soba e a liberdade de caça, excepto a dos elefantes, a qual ficava dependente da vontade do soberano. Nomeava-se o Gungunhana coronel de segunda linha; enviava-se-lhe o brilhante uniforme e a respectiva espada.

Começava, porém, a correr que os embaixadores vátuas, companheiros do antigo oficial do exército Casaleiro, não passavam duns negros vulgares, conluiados com o aventureiro, afim de o imporem a trôco de presentes. Os jornais deram a notícia; sibilou a troça, e o ministro do ultramar, Manuel Pinheiro Chagas,, ordenara ao capitão-tenente Augusto de Castilho, que governava a colónia, para averiguar a verdade daqueles boatos, a fim de ser premiado ou punido quem tomara semelhante atitude.

O novo governador (1885-1889) sucedera a uma Junta provisória, que se compunha do bispo da Filadélfia, Henrique Read da Silva; Benjamim Portugal Graça, magistrado; tenente-coronel Rogaciano Pedro Rodrigues e Joaquim de Almeida e Cunha, secretário geral da província.

A acção de José Joaquim de Almeida — Era José Joaquim de Almeida um fascinado pela África, que atraíra duma forma romântica os seus desenvoltos dezanove anos. Obteve o lugar de guarda-mor na remota alfândega de Ambriz, o que lhe garantia o pão, mas seus sonhos iam além dessa tranquila vida de empregado (1878). Pouco depois transferiram-no, em igual posto, para Luanda. Já se reparara nele. Lembrou-se de atravessar

da capital angolense para o Ambriz pelo país do Mossulo, apesar da interdição á passagem pelos seus sertões posta pelo soba. Ele, porém, parecia ter a arte de se entender com os selvagens, domá-los, sabendo-os levar por uma diplomacia nova, na qual, em vez de subordinação, havia como um ascendente sôbre os seus ânimos. Cultivava-lhes os feitios, defeitos e qualidades, aproveitando-as. Passou, de seguida, novamente, á Guiné (1880), como secretário da Junta da Fazenda. Agradou a todos. Soube sair-se admiravelmente duma comissão difícil junto dos avassalados «balantas», para o que tivera de empregar tropa, cento e quarenta e quatro soldados e dôbro dos auxiliares, com os quais se bateram cinco mil guerreiros. Mais proezas praticou em terras guineas este paisano, que em 1884 era secretário geral da província de Moçambique. Muito novo, experimentado na vida africana, cheio de curiosidade e de fé, fazia parte do conselho da Junta Provisória quando da partida do governador Agostinho Coelho para o reino. Serpa Pinto ia fazer a sua segunda exploração nos sertões, deixando o cargo de cônsul em Zanzibar; um dificílimo posto. Nomearam-no para o exercer junto do sultão Said Bargache, com o qual estreitou amizade. Era o representante do conquistador, contra o qual os portugueses pouco tinham podido quando da tomadia de Mombaça e doutros territórios. Quando Serpa Pinto regressou, doente, sem ter podido realizar a sua travessia, ele entregou-lhe o consulado, regressando a Moçambique, onde ia assumir o govêrno o capitão-tenente Augusto de Castilho (1886).

O tratado com o Gungunhana — O acto de vassalagem do poderoso régulo de Gaza, que se premiara com a patente de coronel de segunda linha conferida ao potentado, tinha como consequencia a nomeação dos delegados portugueses junto dele, com as seguintes instruções:

«Condições do acto de vassalagem do régulo Gungunhana á Coroa portuguesa: Aos doze dias do mês de Outubro de 1885, numa das salas do Ministério da Marinha e Ultramar, se reuniram o coronel conselheiro Agostinho Coelho, chefe da quarta repartição da direcção geral do Ultramar, José Casaleiro de Alegria Rodrigues, director da extinta alfândega de Angoche e enviado especial do régulo Gungunhana, filho e sucessor do falecido régulo Muzila, Matanda-Encoce e Mapinda, súbditos do mesmo régulo, e Caetano Xavier Deniz Júnior, tenente do regimento de infantaria do Ul-

CONSELHEIRO JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA

tramar, em serviço na repartição acima citada, servindo de secretário, a fim de se estipularem as bases em que deve assentar o acto de vassalagem proposto pelo mesmo régulo Gungunhana. Pelo referido coronel Conselheiro Agostinho Coelho foi apresentada e lida a portaria régia de 9 do mês e ano acima referido, pela qual Sua Majestade El-Rei houve por bem encarregá-lo de redigir e formular as condições do aludido acto, e em seguida interrogou os mencionados súbditos do régulo Gungunhana, Matanda-Encoce e Mapinda, acêrca das intenções manfestadas por aquele régulo no acto de os enviar a Portugal, ao que lhes declararam que o sobredito régulo os enviara para prestarem testemunho de que transferira para José Casaleiro de Alegria Rodrigues todas as faculdades necessárias para apresentar, por

si e seus sucessores, ao govêrno português o seu pedido de vassalagem a Sua Majestade El-Rei de Portugal, sujeitando-se aos preceitos seguintes:

1.º O régulo Gungunhana, por si e seus sucessores, faz acto de vassalagem ao Rei de Portugal e de obediência ás leis e ordens que lhe forem transmitidas pelo Governador Geral da Província de Moçambique, ou pelos agentes subordinados a esta autoridade, comprometendo-se a não consentir em seu território o domínio de outra qualquer nação;

2.º O território sôbre que o régulo Gungunhana exerce jurisdição é aquele em que seu pai tinha domínio, e lhe havia sido garantido em 2 de Dezembro de 1861;

3.º Junto do régulo Gungunhana haverá um delegado do Govêrno português, denominado Residente-Chefe, para o aconselhar na forma de administrar o país, e na resolução das questões que porventura se levantem entre a sua gente e os súbditos portugueses;

4.º Nas povoações principais do território em que o régulo Gungunhana exerce jurisdição, e principalmente naquelas que confinam com os distritos de Lourenço Marques, Inhambane e Sofala, haverá Residentes subordinados ao Residente-Chefe, para exercerem sôbre as autoridades, dependentes do referido régulo, a tutela a que se refere o artigo precedente;

5.º Os Residentes arvorarão a bandeira portuguesa nas suas residências, e terão para sua guarda a fôrça militar que lhes fôr destinada;

6.º Quando algum indígena dependente da jurisdição do régulo Gungunhana praticar crime ou delito em território sujeito á administração das autoridades portuguesas, será julgado e sentenciado pela justiça portuguesa;

7.º Os indivíduos portugueses que cometerem crime ou delito nas terras sujeitas ao régulo Gungunhana serão entregues ao Residente da localidade, ou ao mais próximo, para serem remetidos á autoridade portuguesa, que os fará julgar no seu distrito;

8.º Em todos os actos solenes de sucessão de régulos será presente o Residente-Chefe, munido do acto de confirmação do sucessor, passado pelo Governador Geral da Província de Moçambique;

9.º O régulo Gungunhana obrigará a sua gente a entregar-se á agricultura e ao aproveitamento de todos os produtos indígenas que possam servir á indústria e ao comércio;

10.º O régulo terá um sêlo fornecido pelo Govêrno português, com o fim de tornar autêntica qualquer ordem que expeça para os outros régulos ou qualquer comunicação para as autoridades portuguesas;

11.º Todos os súbditos portugueses transitarão livremente pelas terras do régulo Gungunhana e semelhantemente todos os naturais destas terras poderão transitar pelas terras dos distritos governados por autoridades portuguesas;

12.º Sòmente aqueles indivíduos que se destinarem á caça dos elefantes terão de obter prévia licença das autoridades dependentes do régulo Gungunhana e autorização do Residente-Chefe;

13.º O régulo Gungunhana permitirá a exploração de minas e de outros produtos do país aos indivíduos que para esse fim tiverem obtido concessão do Govêrno português, e a ele se apresentarem com os presentes correspondentes e usuais;

14.º O régulo Gungunhana facilitará por todos os modos a exploração e estudo de todos os rios, montanhas e lagos que o Govêrno português julgar necessários para conhecimento corográfico do país ;

15.º Sendo o intúito principal deste acto de vassalagem o chamar pouco a pouco á civilização os povos sôbre que tem jurisdição o régulo Gungunhana, este fica obrigado a proteger a fundação das escolas e missões religiosas que o Govêrno português quiser estabelecer, fornecendo gente e materiais para a construção dos edifícios que tais estabelecimentos reclamarem, mediante a respectiva remuneração;

16.º O régulo Gungunhana terá a graduação, por decreto real, de coronel de segunda linha;

17.º Por proposta do referido régulo, com intervenção do Residente-Chefe, poderá o Governador Geral da Província de Moçambique conceder as honras de capitão de segunda linha aos dois principais secretários do mencionado régulo, honras que perderão com a destituição do seu cargo.»

«Instruções para os residentes portugueses no território de Gaza, sob a

jurisdição do régulo Gungunhana, sucessor de Muzila:

1.º O Residente junto ao régulo no território de Gaza terá a denominação de Residente-Chefe.

2.º A este Residente estarão subordinados os Residentes que permanecerem junto aos demais régulos sujeitos ao Gungunhana.

3.º Os Residentes têm o principal encargo de representarem a autoridade portuguesa nos territórios que lhes forem designados.

4.º A sua acção exercer-se-á principalmente em aconselharem os régulos e os habitantes em geral nos processos de civilização, na agricultura, no aproveitamento dos produtos de qualquer espécie, no uso dos instrumentos agrícolas, utensílios e ferramentas próprias dos diferentes misteres, na divisão territorial do país, na nomeação das autoridades dependentes do Gungunhana, e em geral em todos os actos tendentes a facilitar a civilização, o comércio, as indústrias e as relações políticas com o Govêrno Geral da Província de Moçambique.

5.º Empregarão toda a diligência em promover o estabelecimento de comerciantes em todo o território de Gaza, e vigiarão por que o comércio se exerça de um modo equitativo e honesto com os indígenas procurando evitar qualquer fraude.

6.º Empenhar-se-ão em obter dos régulos a elaboração de um recenseamento geral, tanto dos habitantes, como de toda a espécie de gados.

7.º Opor-se-ão, com toda a autoridade que lhes é conferida, a que no país se empreguem castigos bárbaros, e exercerão especial vigilância na repressão do tráfico de escravos.

8.º Todos os semestres remeterão ao Residente-Chefe um relatório detalhado dos acontecimentos notáveis ocorridos na circunscrição da sua Residência, do estado do sossêgo público, da agricultura, do comércio e da caça, da exploração de quaisquer minas ou jazigos, e finalmente de tudo quanto tenha relação com o progresso da civilização do país e de seus habitantes.

9.º Do conjunto destes relatórios, juntando-se-lhe o seu próprio, formulará o Residente-Chefe um relatório geral, com o possível desenvolvimento, que remeterá ao Govêrno Geral da Província de Moçambique.

10.º Em todos os seus actos os Residentes terão muito particularmente em atenção que o país e os seus habitantes não podem mudar rapidamente os hábitos inveterados, mas que a sua acção sendo exercida por um modo paciente, persistente e tenaz irá modificando suavemente a índole,

PAIVA DE ANDRADA

os costumes, os processos cafreais, até ao ponto de os identificar com as normas da civilização e preparando-os para aceitarem as fórmulas regulares da nossa administração, fazendo com que o futuro govêrno tenha, materialmente e sem abalos, o domínio completo do país, substituido ao protectorado por onde hoje começa.

11.º Devendo criar-se no território de Gaza uma ou mais escolas, devem os Residentes incluir nos seus relatórios uma informação exacta do estado e progresso da instrução.

12.º Os Residentes incutirão no espírito dos régulos a conveniência e as vantagens da abertura de caminhos e estradas, que ponham em comunicação o interior do país com os distritos em que há autoridades portuguesas.

13.º Os Residentes terão muito em vista que da execução não restrita,

mas inteligente e consciente, das presentes instruções deve provir em futuro muito próximo o desenvolvimento material e moral, em ponto elvado, da província de Moçambique, e que a eles caberá uma parte importante, pela sua prudência e discrição, em tão patrióticos resultados.

Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, 12 de Novembro de 1885. — (a) Manuel Pinheiro Chagas.»

Tinham assinado o primeiro documento, o do preito de suserania: Agostinho Coelho, José Casaleiro de Alegria Rodrigues, em nome do imperador vátua; Matanda-Enconce e Mapinda, com seus sinais, e Caetano Xavier Deniz Junior, tenente.

Manuel Pinheiro Chagas, ao sentir-se acusado de se ter deixado ludibriar por Casaleiro, deliberara que se enviasse ao «kraal» de Mossurise alguém de confiança, a fim de verificar o sucedido. Mas os sertões de Gaza eram impenetráveis. Casaleiro quebrara o encanto, dada a sua amizade com o Musila e alguns «grandes»; António Maria Cardoso (1882) também visitara o régulo, porém este recebera-o em reservas.

Paiva de Andrada e o grande régulo — Mais tarde (1885), o audaz peoneiro da selva Paiva de Andrada, oficial do exército, que desejava refazer comercialmente o sonho de Francisco Barreto, criando companhias que explorassem as minas, deliberara ir encontrar-se com o novo régulo, pois soubera, em Manica, da morte do Musila. Receava que o Mutaça, régulo da região, não lhe permitisse as extracções do minério sem ordem do soberano e pretendera ir encontrá-lo. Partiu de Gorongosa para Mossurize e anunciou-se.

Apareceram os «grandes», que o acolheram magnificamente, sentindo ganha a sua aspiração. Ninguém fôra tão bem acolhido em simpatia nas terras do potentado. Radiante, lembrou-se de mostrar um binóculo aos «indunas», que ficaram muito espantados ante o volume que tomava um boi tão mingoada a distância e a aproximar-se por aquele vidro. Grandes feitiços possuiam os brancos. Mas o pasmo redobrou quando viram a rês deminuida pelo binóculo usado ás avessas. Não havia dúvida. O forasteiro era um «mágico» e não podia ser recebido. Teimou; ficou onze dias no território a solicitar audiência, até que o imperador lhe mandou dizer que escusava de insistir. Nem mesmo já respondia por sua vida, visto ser «feiticeiro».

CAPITULO XXII

POTENTADOS NEGROS E BRANCOS

O Bonga, o Gungunhana e as missões a Gaza — Ambições germanicas — Historia de Zanzibar

O fim do Bonga — De todos os lados surgiam dificuldades, mas os portugueses, apesar da sua falta de elementos, não deixavam de manter a honra nacional.

Não eram só os soldados mas também os comerciantes e donatários dos prazos que intervinham, com os capitães-mores, e, por vezes, com verdadeira rijeza de ânimo.

Só o Bonga continuava no seu petulante desafio. O governador Rodrigues Coelho do Amaral recebera instruções definitivas sôbre o caso. Competia-lhe acabar, de vez, com aquele núcleo rebeldissimo, que deslustrava Portugal e as suas armas. A fama do revoltado impressionava; dificilmente se arranjavam expedições entusiasticas para o acometer. Havia, primeiro, a dificuldade dos transportes; depois, o clima, a valentia dos negros e a posição bem artelhada do inimigo.

Para demais as suas vitórias tinham-lhe conquistado adesões de quasi todos os régulos vizinhos. Imaginara-se bater estes e, marchando a formar um cêrco a Massangano, aniquilar o potentado. Para esse fim, foram-se juntando víveres e munições em diversos pontos vizinhos: Sungo, Tete e Guengue, levantando fortificações ao mesmo tempo que se alistavam, bem pagos, quatro mil auxiliares, aos quais competiria a luta com os aliados do Bonga. Comandava esta fôrça João Loforte, coronel de segunda linha. As gentes aguerridas do famoso Manuel António de Sousa tomariam grande parte no ataque. Carecia-se de segrêdo e de resguardos.

Armazenava-se o material de guerra. Obstáculos de toda a ordem pareciam afastar o castigo de sôbre o rebelde categorizado por suas vitórias e que não se continha mais nas correrias.

Era num ano de exíguas colheitas (1872); chegara a seca; ardia-se; o Zambeze minguara. Os negros, açulados pela fome, saíam a praticar proezas de maior tômo. Tornava-se impossivel a passagem nas terras vizinhas; os outros seguiram o exemplo dos súbditos do Bonga e tempo chegaria em que entrariam nas vilas como alcateia faminta. Os «brancos» passavam a ser chasqueados.

A miséria aumentara; os soldados sofriam sob as correias. Jamais tinham imaginado tão longa, difícil e aborrecida guerra. Não se tratava de combater mas de cair em ciladas e a ideia das crueldades do adversário, a visão das caveiras espetadas nos paus da sua aringa em trofeus de aviso, e em marcas de terror, desviava dos militares o desejo de o aniquilar. Buscavam partir para a metrópole; davam-se deserções.

O Conselho de govêrno de Moçambique, sucessor de Agostinho Coelho, não realizava coisa alguma. Mal cumpria os seus deveres. Não pagava ás tropas; quasi não as alimentava. Parecia ter-se abandonado a vingança.

O próprio Bonga dir-se-ia satisfeito com a sua situação. Como um homem bafejado pela sorte, e que se admira de tantos carinhos do destino, acabara por deter, um pouco, as fúrias dos seus. Possivelmente a velhice alcançara-o; deixou de assaltar e deminuiram as atrocidades. Não provocava; os portugueses não procuravam feri-lo. De lado a lado ganhava-se tédio. Transigia-se. Era estranho por parte

dos grandes soldados brancos, mas acabara-se por um entendimento (1876).

Ele entregara todo o material de guerra que tomara, os despojos dos vencidos e ficou com as peças. Reinava uma vergonhosa trégua, da qual aproveitou o Bonga Ihameringa, que viveu calmamente até ao ano da sua morte (1886). Sucedeu-lhe um chefe denominado Chatara.

O distrito de Manica — Dois anos antes constituira-se o distrito de Manica, para cujas riquezas o oficial do exército Joaquim Carlos de Paiva de Andrada atraíra as atenções. Esplêndido artelheiro, ocupado em trabalhos de material de guerra, seguindo manobras nos exércitos estrangeiros, ninguém julgaria o destino que o aguardava, bem diferente do meio naturalmente indicado por seus estudos. Em 1877 era adido militar em Paris, quando lhe ofereceram os governos de Tete e Quelimane. Não aceitou. Imaginara explorar a Zambézia e deixando os salões passou á África, numa sêde de aventura e de interessantes combinações. Tinha trinta e um anos; era capitão. Instituira, com os seus amigos, a «Société des Fondateurs de la Compagnie Général du Zambeze».

O império caíra mas vivia-se na febre colonial desencadeada pelo ministério republicano de Jules Ferry, que, pretendendo dotar o império com magníficos territórios, fizera a propaganda de todas as explorações nas diversas regiões exóticas. O govêrno português concedeu àquela emprêsa várias regalias e imediatamente se mobilizaram capitais para as pesquisas e explorações nas minas carboníferas de Tete. O que deslumbrara Paiva de Andrada fôra a riqueza aurífera de Manica. A sua imaginação levou-o a julgar que uma formidável riqueza compensaria os esforços dos seus accionistas, arrancando-se ao solo todo o ouro que, segundo se dizia, continha. As conferências, os trabalhos, a ressonante celebridade de Livingstone, Erskine, Elton e Selaus prodigalizavam duma maneira brilhante as facilidades de propaganda. Por decreto de 12 de Fevereiro de 1884 criou-se, com capitais portugueses, a «Com-

MANICA — QUEDA DO MUNENE

panhia de Ophir». Evocava Sabá, Salomão, as riquezas de outras idades, o Peru da África fulgurando maravilhas.

Entregava-se-lhe as minas de Manica e Quiteve em exclusivo. Não seria tão feliz como o título indicava essa emprêsa, sem que, todavia, o seu organizador desanimasse.

Sairia da sua fé e da sua persistência o bastante para se comunicar a outro grupo financeiro, o organizador da Companhia de Moçambique, a qual, em 8 de Março de 1888, requereu ao govêrno solicitando por trinta anos a exploração colonial de variados ramos, apresentando-se com um capital de cento e oitenta contos já subscrito.

Manica era distrito (1884) com os prazos da margem direita do Zambeze (1886) entre Chupanga e Massangano, assim como o de Sena se limitou ao norte e noroeste pelo Zambeze da Luenha a Chapanga, a leste pelo oceano, a noroeste pelo Luenha, Mazoé e alto Save e ao sul pelo curso do Mussapa e depois pelo Buzi.

Tudo isto se decretava, porém o Gungunhana, recém-alçado ao trono, não consentia a ocupação, estabelecendo-se a sede do govêrno do novo distrito nas faldas da Garongosa, em Inhagou, sob o nome de Gouveia, em honra do capitão-mor, Manuel António de Sousa, grande amigo dos portugueses. O primeiro governador foi o oficial de cavalaria Francisco Isidoro Gorjão de Moura, que junto àquele dedicadíssimo auxiliar e seus cipaios tomaram conta de Rupore e Mussuna (1886).

Era no momento em que todos os povos se voltavam para o continente africano que os portugueses tinham descoberto havia cinco séculos e de que pouco a pouco se tinham ido desfazendo, ante as ambições alheias e a própria incúria. Imaginava-se que sucederia o mesmo àquelas possessões tão cobiçadas, e por assim dizer quasi a revelarem-se a súbitas, que se dera com o império de Marrocos, onde Portugal perdera todas as suas praças fortes e influência, quando fôra a primeira nação a criá-lo.

A Missão a Gaza — Foi José Joaquim de Almeida nomeado para ir verificar a verdade àcêrca do tratado com o Gungunhana, que se declarava falso.

Iria com José Casaleiro, cuja má fama, inventada, mais aumentaria, tornando-se muito perigoso acompanhá-lo pelos sertões seus conhecidos e onde poderia ficar após algum atentado. O governador de Manica, oficial de cavalaria Gorjão de Moura, remetera para o governador geral uma informação desorientadora. Chegara a Gouveia uma embaixada de landins, que declarava não estar o Gungunhana disposto a receber Casaleiro, querendo entender-se com aquele alto funcionário. Até mudara a residência para mais longe, para junto do Mussapa. Agusto de Castilho recomendava prudência, a fim de não se sofrer um choque que deminuiria a autoridade portuguesa após o eco do tratado. Acreditava-se que o seu negociador se arrogara indevidos poderes, sendo falsos indunas Mapinda e Matanda-Enconce, que iam para o mato com o secretário geral de Moçambique e aquele branco tratado de aventureiro, que se o não fôsse — recomendara o ministro Pinheiro Chagas — receberia o posto de residente-chefe junto do soberano vátua. Como Musila ficara devendo dinheiro ao sertanejo, tendo-lhe mostrado simpatia no acolho, mas arruinando-o, afirmava-se que o Gungunhna, vendo nele o crèdor do pai, o repelia. Assim o relatava um intrigante negro, Chipoma, que exprobava o governador de Manica, lisonjeando-o ao dizer-lhe que só com ele o régulo se entenderia.

José Joaquim de Almeida não se prendera com hesitações. Procurara saber a verdade. Desembarcou em Chiloane e enviou um soldado a participar a sua chegada ao imperante. Dizia-lhe quem o acompanhava e carecendo de trezentos carregadores pedia que os mandasse ao Buzi. Pouco depois — e o delegado português confessou a sua surpresa — apareceram-lhe alguns «grandes landins» com ordens de recrutamento de carregadores, os quais deviam acompanhar a enviatura junto do soberano. Estava no Mussurize; não se mudara. Regressara o soldado com o seu companheiro Mapinda. Trazia as mesmas informações. Falara ao grande chefe, o qual preguntara ao seu «induna» do acolhimento recebido em Lisboa e da espécie de presentes que lhe entregariam, interessando-se muito por tabaqueiras, caldeiros e papéis para a

escola, que o «Manhanga — manhanga» (assim alcunhavam Casaleiro) lhe prometera.

Não havia dúvidas. Estava diante duma verdade inconfundível, da qual a intriga, que sempre proliferou em Africa, aumentara poderosamente, falsa como a traição.

Tratava-se de avançar. Feitas as mais perentórias declarações ao amigo do Gungunhana, acêrca do que se esperava da sua lealdade, iniciou-se a marcha, cujo fim rehabilitaria o modesto, digno e honrado José Casaleiro.

Desmanchava-se o enrêdo do negro, no qual se enleara o governador de Manica.

No meio de seiscentos carregadores, que o soberano mandara, em vez de quinhentos, acompanhado por sessenta vátuas de rodela, ás ordens do chefe Chassicane, formavam um séquito de uma légua de comprido, a caminho de Gaza.

Levavam dois intérpretes. O grande secretário Modumana recebera os portugueses com presentes: cabritos e uma ponta de marfim grosso. Armaram-se as tendas. No dia seguinte, Gungunhana foi ao encontro de José Joaquim de Almeida á sua própria barraca, conforme ele exigira.

Acompanhava-o o ministro e o seu colega Maguejana. Conversou-se. O régulo declarava-se senhor dos prazos de Bengué e Chupanga, bem como do território do Binguana, avassalado pelos portugueses. Eram os seus propósitos. Ao falar-se-lhe em vassalagem e no auto, dizia finamente ser «o papel bom só para pescar terras». Em todo o caso, prometia não atacar o soba de Binguana enquanto o residente Casaleiro não lhe desse conhecimento do que se ia decidir em Moçambique. A confusão do potentado era clara. Estimava Casaleiro; autorizara-o a fazer o documento nos termos em que se encontrava, mas não consentia na exploração das minas de Manica porque receava que ali se estabelecessem os portugueses, como sucedera em Inhambane. Desconfiava; parecia querer delimitar as fronteiras e não içava a bandeira, apesar da insistência dos enviados. Para isso carecia de ouvir seu tio Gaiuza. Receava os partidários do irmão. Percebia-se que assim como seu pai, o Musila, não cumprira a vassalagem assinada em 1861, o mesmo lhe sucederia. Havia muitas oposições dos «grandes». Ele dera poderes a Casaleiro, sem os convocar, e agora necessitava compensações para os convencer. Era esta a arguciosa argumentação do negro, expressa em meias palavras. Declarava-se inimigo figadal do capitão-mor Manuel António de Sousa, grande fiel dos portugueses. Aguardava-se a chegada do governador de Manica, Gorjão de Moura, e, entretanto, o secretário geral pretendia obter a liberdade de duas mulheres aprisionadas, uma das quais era filha dum machileiro da coluna, que se alistara só para ver se conseguia encontrá-la. O régulo, em todo o caso, consentia em que se erguesse um grande barracão de madeira para moradia do residente-geral. Conformava-se com o auto no que dizia respeito a proteger o comércio; não deixava explorar as minas nem dava terras. Arvorara a bandeira portuguesa em frente do «kraal».

Segunda missão a Gaza — Lavrava uma enorme intriga no sertão. O Chipoma demonstrava as suas qualidades de mentiroso hábil e esperto, influindo largamente sôbre as mentalidades dos vátuas.

Uma das coisas que ele espalhava, desculpando-se com outras, era não pertencer a Portugal todo o território africano de que se declarava senhor, mas apenas a Manga Pequena, e por isso o acto de vassalagem fôra feito a um povo sem importância. Outros embustes se alicerçavam e por isso José Joaquim de Almeida foi encarregado de dirigir uma segunda missão a Gaza. Deviam acompanhá-lo o governador de Manica, Francisco Isidoro Gorjão de Moura, o coronel da província João António Fornazini e os dois secretários do potentado (Setembro, 1886).

Paiva de Andrada, que não renunciava á ideia da exploração das minas de Manica, quisera acompanhar os comissionados, julgando já olvidado o caso do binóculo feiticeiro. Constou que uma hoste aguerrida, do comando de poderosos chefes, avançava sôbre Inhambane, a fim de punir os sobas Zanguza, Massinga, Savanguana e Inguana, por haverem tolerado, sem que os portugueses os castigassem, alguns maus actos contra gentio de Macovane.

Os carregadores fugiram ante a no-

tícia da guerra e de que os chefes tinham decidido ir ao encontro dos azes do potentado. O general daquelas mesnadas negras — dizia-se — era o notável Maguiguana. Dois confidentes do Gungunhana — Conrabianga e N'tonga — que acompanhavam o secretário geral, depois de terem ouvido a sua resposta negativa acêrca da cessão dos prazos solicitados como pertencendo ao império, foram encarregados da missão junto do govêrno. Tratava-se de impedir a sua marcha. Como iam atravessar território inimigo, recearam partir sem escoltas. O N'tonga ainda foi, mas recuou.

Vinte mil homens avançavam, porque assim o tinham determinado os «grandes» na «banza grande»—assembleia magna. Iam punir os régulos. Nada tinham contra os brancos. Em Inhambane, o governador, Vidal de Sousa, deliberou resistir, defender os avassalados, porém não possuia armas capazes e escasseavam-lhe as munições. Os incursores prosseguiam; devastavam tudo. Augusto de Castilho juntara algumas fôrças e partira com elas para o local da luta. Os sobas Bogucha, Cumbana, Inhanime e Combey mobilizaram a sua gente e puseram-na ás ordens do govêrno. O Binguana, medroso, aquele que o chefe vátua considerava seu vassalo, fôra omisso na mobilização. Esquecera a suserania a que se sujeitara apresentando ao «branco», ao governador, uma mão cheia de terra e uma azagaia com a ponta partida.

Foi considerado rebelde; expulsá-lo-iam de suas terras. Os vátuas recuaram, após algumas rasias, e, depois de se bater alguns chefes macuecas, a missão a Gaza desistia de prosseguir. Mandava-se ao potentado o seu fiel N'tonga com as ameaças dos portugueses. O outro, o Comainga, era conduzido para Moçambique. Tratavam o Gungunhana de rebelde.

Não se podia calcular o efeito que produziria no ânimo do régulo semelhante audácia, tendo ele ali á mão o residente-geral, Casaleiro, que poderia trucidar. Mas não sucederia assim porque a bandeira, o respeito, o poder de Portugal, em que já acreditava, deteriam as suas ambições.

Imaginara que jamais lhe pediriam o cumprimento das promessas feitas; considerava-se senhor absoluto do sertão através das tradições da fôrça vátua. Seu pai não cumprira integralmente o tratado, isto apesar dos portugueses o terem auxiliado na guerra contra o irmão, e por isso ele fazia o mesmo. Toleraria o comércio, a caça, excepto a feita aos elefantes, mas mais nada.

E no seu «kraal», levando a mais egoista das existências, o imperador

ALMIRANTE AUGUSTO DE CASTILHO

de Gaza, obedecendo aos «grandes», pensava algumas vezes no poderio dos brancos.

A Alemanha após a Conferência de Berlim — Bismarck, que tanto auxiliara Leopoldo II nas suas pretensões sôbre o Congo, realizara a célebre Conferência de Berlim (1884), com a qual muito perderam os portugueses.

Inaugurava-se para aquele país a ideia colonial. A Alemanha carecia de possessões e havia, por fôrça, de obtê-las, tomando-as como entendesse. Criara-se na capital do imperio a Sociedade de Colonização Alemã, á qual presidia o doutor Karl Peters.

Não ficou inactiva. A África Ocidental atraíra os interêsses belgas; a Oriental serviria para as ambições alemãs.

Já o dirigente daquela emprêsa se dirigira a Zanzibar, a fim de se entender com vários chefes locais da Usagara para lhes cederem terrenos, onde se começaria a mais desenvolvida cul-

tura, edificando-se e civilizando-se numa forte e importante missão.

Obtivera perto de vinte e cinco milhas quadradas. Sòmente não reparara estar esse vastíssimo território no país do sultão. Quis obter do soberano a cedência dum ponto de saída para o Índico; ele recusou terminantemente consentir na ocupação. Receava esses novos colonizadores, naturalmente mais cheios de aptidões do que os anteriores e dotados duma fôrça temível na Europa desde a sua vitória sôbre a França.

Agonizava o domínio do poderoso infiel, cujos antecessores tanto tinham extorquido aos portugueses?

Após aquelas tomadias de Mombaça, Pemba e Pate, dos contratos com o delegado português em Tungue, para lhe entregar a baía, considerava-se intangível, porque o govêrno português atribuíra a outros — aos arrendatários das alfândegas zanzibarianas — tudo quanto sucedera. O soberano estava em Mascate; com ele se conferenciara sôbre o assunto, mas nem assim se chegara á compreensão total. Tungue era positivo território do sultanato, sob a sua bandeira mascate. Lá estava um sultão, Momad Bun Issufo, a considerar-se súbdito do outro e não português, apesar de durante muitos anos pagar o seu tributo.

Ainda o governador geral, Tavares de Almeida, pretendia mais alguma coisa; entender-se com o próprio soberano Mafid Bin Said (1861). O seu séquito era brilhante; pomposa a côrte do potentado, revestida dos riquíssimos trajos orientais. Seus soldados não eram menos vistosos. As cerimónias rituais, preparadas com esmero, pareciam movimentadas para, no meio de delicadezas, se recusar o que os portugueses impunham quanto a limites: o sul dos domínios seria Mugan, ao norte de Mekindane, restando-nos Tungue. Gentilezas maiores se prodigalizaram; o monarca estava decidido a estabelecer com Portugal relações iguais ás mantidas com o resto da Europa. Sòmente não entrava na questão das fronteiras. Pertencia-lhe Tungue. Decuplicava-se o cerimonial mas não se obtivera coisa alguma sôbre o assunto. Desculpava-se com o seu grande senhor: o imane de Mascate. Em 1864 era independente. De novo o procuraram delegados portugueses, os governadores gerais António do Canto e Castro (1864-1867) e o seu sucessor (1867-1868) António de Almeida Correia de Lacerda. O soberano, do que se intitulava reino de Zanzibar respondeu como noutro tempo. Seis anos depois, o novo governador, Carvalho e Meneses, tentou o passo, mas debalde. Acolhido com festas magníficas durante alguns dias, enviou-lhe depois as insígnias da Torre e Espada, porém não havia forma de resolver a questão. Francisco Maria da Cunha (1879) igualmente procurou arrumar o caso. Enquanto a relações comerciais, cumpriria; nos limites do seu território não tocava.

Os governadores de Moçambique levavam aquela incumbência; estudavam a maneira de obrigar o soberano a transigir; ele, porém, considerava-se forte com o apoio, ainda secreto, da Inglaterra.

O visconde de Paço de Arcos quando lá foi já não teve acolhimento. Pretextou-se uma doença do rei e nem o recebeu (1881). No entanto, de bordo, viam-no a passar revista ás suas tropas.

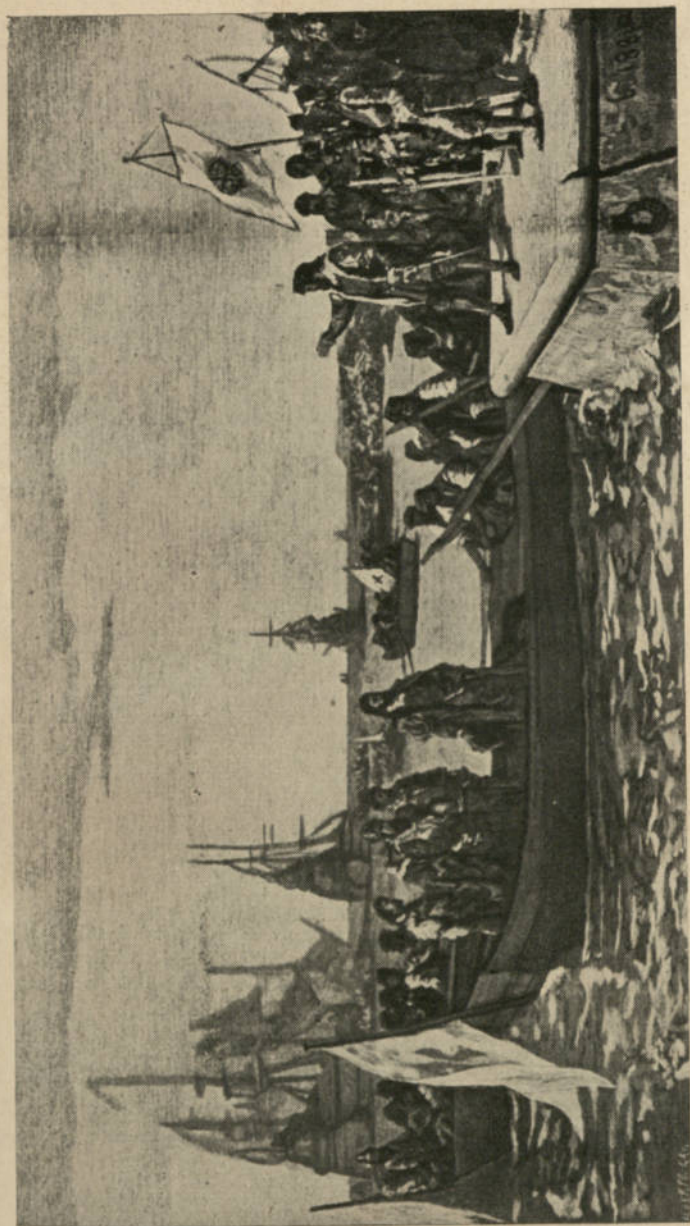
O mais ousado dos governadores neste pleito chamava-se Agostinho Coelho.

Embarcou na «Mindelo» e fundeando na baía de Tungue viu a bandeira de Zanzibar flutuando sôbre o território. Largou num escaler conduzindo um oficial, que se encontrou com a autoridade da terra, a qual permitia a aguada, o comércio, tudo, menos o desembarque do comandante do navio ou do governador geral. Este não se incomodou com o aviso. Experimentou dirigir-se para a praia, reparando, porém, que os soldados se colocavam em ar de resistência. Escolheu na margem direita do Meningani o local mais consentaneo para montar uma atalaia e decretou a formação dum posto de observação e defesa (Janeiro de 1886).

Serpa Pinto, na sua qualidade de cônsul em Zanzibar, pretendeu servir-se de maior diplomacia. Não pôde realizar o almejado, pelos mesmos motivos que os seus antecessores.

O que se percebia daquilo tudo era uma influência decisiva, forte, poderosa, a contrariar os projectos portugueses. Duas nações cobiçavam o território do sultanato: a Inglaterra, que

mostrava protegê-lo, e a Alemanha, tentando amedrontá-lo. A Grã-Bretanha pretenderia evitar uma passagem concedida á Germania, que lhe garantisse o Índico aberto a uma das suas possessões, decerto a tornar-se um enorme potencial guerreiro. Oito cruzadores alemães fundearam nas águas de Zanzibar (1885). O sultão deu pela ausência dos seus protectores britanicos. Entrou em tratados; reconhecia aos súbditos do Kaiser o direito aos territórios de quasi um milhão de quilómetros quadrados os quais se compunham de Uguru, Vitu, Usagara, Ukami, Useguha, obtidos dos régulos, bem como Pangani, no litoral do Índico. Enquanto a Dar es Salam a sua influência exercer-se-ia.

Tratado com a Alemanha — Aparecendo a súbitas potência colonial, a Alemanha não podiá deixar de se entender com o govêrno português na questão dos limites fronteiriços de Moçambique. O ministro dos estrangeiros, Barros Gomes, apresentava o curso do Rovuma até ás origens por oeste, a cortar o lago de Niassa até ás orlas de Angola. Discutiram as nascentes do rio, dizendo não ser possivel marcar as linhas, exactamente por aquele motivo. Convencionou-se, neste caso (30 de Dezembro de 1886), tirar o paralelo do Messinge. Ficavam portuguesas as possessões desde Angola á costa do oriente, pelo sul do Rovuma, e os territórios situados entre as duas costas, garantindo-se o domínio da costa oriental ao sul daquele rio. Respeitavam-se as ocupações feitas por outros países entre as Africas portuguesas. Entregavam-nos, por conseqüência, Tungue, que os sultões, desde há muito, se recusavam ceder-nos, apesar dos mais sólidos e cabais direitos a essa baía que se desejava reconquistar.

PARTIDA DE VASCO DA GAMA PARA A INDIA

(Quadro de Miguel Lupi)

ÍNDIA

Do grandioso Império das Índias, grande parte do qual esteve sob o domínio português, restam três distritos. Os conquistadores ocuparam a Costa de Malabar, o golfo de Cambaia, Columbo, Ceilão e Bengala, indo até á Birmânia e ao Sião, Sumatra, Malaca, etc. O que se chamou Estado da Índia foi um empório maravilhoso sob a influência de Portugal, estendida até ao Pegu e ás Molucas sob o mesmo influxo heróico e temerário.

Os três distritos denominam-se: Gôa, na Costa de Malabar; o território de Damão, no golfo de Cambaia, e Diu, na costa de Guzarate. A população total é de 533.000 habitantes em 4.200 quilómetros quadrados, sendo 3.800 quilómetros quadrados e 476.000 habitantes em Gôa; 380 quilómetros quadrados e 42.000 habitantes, Damão; cabendo a Diu 25 quilómetros quadrados e 15.000 habitantes.

Possui dois portos: Gôa e Mormugão. Capital: Nova Gôa. Seus rios denominam-se, em Gôa: Madei, Mandovi, Chaporá, Tiracol, Rachol, Talfona e Sal. Em Damão: Danon, Coleique e Gajá.

Os seus principais produtos são: arroz, sal, açúcar, canela, tabaco e esplêndidas e raras madeiras.

CAPITULO XXIII

DE PEDRO ÁLVARES CABRAL AOS HERÓIS LENDÁRIOS

Afonso de Albuquerque e D. João de Castro — S. Francisco Xavier — O grande poderio português no Oriente

Expedição de Pedro Alvares Cabral — Entregara-se, em Lisboa, a Pedro Alvares Cabral o comando da armada que devia dirigir-se á Índia. Dobrado o cabo, o capitão chegou a Moçambique, onde obteve piloto para a Índia. Em Quilôa recebeu informações referentes a Sofala. Em Melinde foi acolhido como protector, solicitando-se-lhe ajuda contra o sultão de Mombaça. Conseguira captar simpatias em Calecut, depois de entrar em Cananor, mas diante delas houvera emulação por parte dos moiros, que começaram a ver perdido o seu comércio. Rebentaram insultos e grandes provocações, travando-se luta, na qual pereceu Aires Correia, ao lado de trinta dos seus companheiros; outros refugiaram-se nos batéis que Sancho de Tovar abicara. Salvaram-se duas crianças na casa de Cogebequi, opulento maometano, muito leal aos portugueses. Houve represálias, incendiando-se o povoado e tomando-se dez navios (1500).

Diante de tais vitórias, pediram-se pazes, tanto por parte do rei de Calecut como de outros soberanos, entre eles o de Cananor e a rainha de Coulão. Carregou especiarias e, conduzindo ao reino dois cristãos de Canganor, José e Martins, fez-se de vela e chegou a Lisboa em 21 de Abril de 1501.

Segunda viagem de Vasco da Gama á Índia — D. Manuel I pretendera enviar, de novo, Pedro Alvares Cabral á Índia, porém Vasco da Gama dissera-lhe «não ter razão nenhuma a de me quebrar a mercê que, por carta, me tem feito, que ma não cumprindo me fará grande agravo e que me parece que ficarei encetado para outros mayores». E referindo-se a quem lhe preferiam, acrescentara: «Vossa Alteza o proberá de outra armada de mais proveito que esta, inda que o homem que tem desastres no mar devia fugir delle». Só houve um remédio: ceder, pois o grande navegador tinha o direito de embarcar para as Índias quando quisesse.

Os capitães das dez naus que lhe entregaram eram António do Campo, Diogo Dias, Luiz Fernandes, Gil Matoso, João Lopes Perestrelo, Rui de Cantanhede, Pedro Afonso de Aguiar, D. Luiz Coutinho e Francisco da Cunha. Ao primo do almirante, D. Estêvão da Gama, concedeu-se a chefia de mais cinco barcos, quatro dos quai eram comandados por Tovar de Carmona, Lopo Dias, Lopo Mendes de Vasconcelos e o italiano João de Buengracia. Os outros cinco navios pertenciam á divisão do tio do descobridor da Índia, o terrível Vicente Sodré, o qual levava por capitães de nau seu irmão Braz Sodré, Pedro de Ataíde, João Bardaças e João Rafael.

Ia-se para comércio das especiarias mas sobretudo vingar as afrontas feitas pelo rei de Calecut, o que sucedeu, apesar do imenso poder do inimigo de Portugal. Em Quilôa obrigou-se o xeque ao tributo de dois mil matecais de ouro por ano, pagos ao rei, visto o vassalo ter desobedecido a Alvares Cabral e João da Nova. Acabara-se cedendo e foi com esse ouro do primeiro tributo naquelas regiões que el-rei mandou fazer a custó-

dia destinada ao Jerónimos, o templo que se ia erguendo com o dízimo pago pelas carregações do Oriente. Até as mulheres quiseram dar seus aplausos aos portugueses. Meteram-se a bordo mais de cinqüenta, fugidas dos harens. Para aterrar o rei de Calecut, Vasco da Gama tomou-lhe os

CUSTÓDIA DOS JERÓNIMOS, FEITA COM O PRIMEIRO OURO DA ÍNDIA

navios que velejavam ao seu alcance e despojou-os. A uma nau que regressava de Meca, a Terra Sagrada dos maometanos, atacara-a, recebera-lhe as riqueas e ordenara que lhe largassem fogo, sem respeito pelas crianças e donas. Os mouros defenderam-se rijamente, mas sucumbiram. Chegara até ao real inimigo a atitude do almirante e solicitara-lhe amizade. Dar-lha-ia, mas sob condição de expulsar todos os infiéis dos seus estados. Liquidava-lhes o comércio e servia a sua religião. O outro hesitou. Mandara matar a gente da feitoria portuguesa e precisava ganhar tempo para a defesa. O almirante enviou-lhe um batel cheio de mãos decepadas aos refens. O rei pediu socorro a Cananor e a Cochim e a outros soberanos. Alguns forneceram-lhe auxílio e apareceu uma frota de duzentas velas, que foi destruida pelos portugueses e pela tempestade. Vencera-se. Depois, chegaram os presentes, as maravilhas, as pedrarias raras. Deixou Cochim e foi a Calecut só com uma nau; ao verem-no desacompanhado quiseram assaltá-lo. Cercaram-no. Bravamente rompeu o assédio, bombardeando, quando chegou a esquadra de Vicente Sodré. O soberano fôra exigir a Cochim a entrega dos portugueses, o que se lhe negou, pagando-se-lhe a audácia com o aniquilamento da sua nova frota, após a pilhagem, tendo-se encontrado a bordo duma das barcas, ricamente provida, um ídolo de ouro cravejado de pedras preciosas. Vasco da Gama regressou a Portugal com onze navios atulhados de especiarias e ouro, deixando Vicente Sodré a defender a costa do Malabar e o aliado e fiel rei de Cochim, devendo atingir os navios de Meca. Abandonou o príncipe, ao qual o de Calecut aterrorizava, e, para se vingar, foi fazer um cruzeiro ás naus vindas da Terra Santa árabe. Um temporal devastou-lhe a esquadra, já cheia de riquezas, e ele foi vítima, bem como o irmão.

As armadas do ano de 1503 — A primeira viagem de Afonso de Albuquerque á Índia foi em 1503. Comandava uma expedição, cabendo outra a seu primo Francisco de Albuquerque e a terceira a António de Saldanha, largando esta algum tempo depois. Seu fim era cruzar no estreito de Meca, detendo a passagem das naus. Apesar de «entendido em cousas do mar», este último chefe navegara mal, indo dar no cabo a um sítio a que se chamaria Aguada de Saldanha (Baía da Mesa). Cumpriu a sua missão para Guardafui e logo para o estreito. O capitão de um dos seus

AFFONSO D'ALBUQUERQUE, O GRANDE, GOVERNADOR DA INDIA.

barcos, Diogo Piteira, também passara tormentos .

Feitos de Duarte Pacheco (1504-1505 — Para defender o território de Cochim, e a fortaleza ali edificada, ficara Duarte Pacheco Pereira, o que primeiro fôra reconhecer o Brasil e na Índia se distinguira ao lado de Albuquerque na guerra contra os de Calecut. O rei, cheio de mêdo, solicitara a presença do guerreiro nos seus estados e ele consentiu em tomar o comando de cento e cinqüenta portugueses para rechaçar os milhares de inimigos que imediatamente acorreram a atacá-lo mal a frota desferrara. O soberano de Calecut, á frente dum exército de cinqüenta mil homens, e de uma esquadra de cento e cinqüenta navios, dispôs-se a dar batalha ao capitão, que o defrontou com os poucos soldados da metrópole e os aliados índios. Tanto pavor teve o senhor de Cochim, que já preferia sujeitar-se ao jugo do adversário, deixando-se vencer. Aconselhou, até, a Duarte Pacheco, uma estação nas costas da Arábia. Cheio de cólera, repeliu a proposta e foi deter a invasão do vau do rio Cambalau, onde se fortificara. Com setenta brancos defendeu a passagem; os outros faziam fogo de bordo. Dezoito peças ralharam e os atacantes sofreram a derrota. O exército de Calecut, ao refazer-se, operou uma marcha que atraiu o capitão, já ilustre, o qual foi socorrer um navio atacado mas ainda voltou a tempo de praticar de novo a defesa do vau. Do mesmo modo os venceu no mar. Era a terceira vitória. Os adversários não desanimavam, tentando a passagem pela segunda via, e ele, acorrendo, mandou-a plantar de estacaria, defendida dos contrários, os quais fugiram, deixando o campo abandonado. A maré, enchendo, livrou o campo, donde os assaltantes se retiraram. A quinta investida realizou-a o Samorim com brulotes, manejados por dois bombardeiros italianos ao seu serviço, e que foram lançados sôbre os navios portugueses; por terra moveram-se castelos de madeira blindados. O fogo não teve acção contra a esquadra, visto incidir sôbre a jangada, revestida de ferro, que a defendia; as peças grandes devastaram os castelos. Batera-o cinco vezes; e de tal modo, que o soberano abandonou o trono e entrou numa clausura bramânica, desiludido e sem prestígio. O rei de Cochim estava forte. O renome do heroi, que derrotara tão grande senhor, ecoava por toda a Índia. Cimentara o poder português mas voltava pobre a bordo da esquadra de Lopo Soares de Albergaria. Era em Julho de 1505. D. Manuel levou-o em procissão á Sé;

DUARTE PACHECO PEREIRA

depois a S. Domingos, onde houve sermão prègado pelo bispo de Ceuta, D. Diogo Vilhega. Seria nomeado governador de S. Jorge da Mina aquele que recebera o cognome de «Aquiles Lusitano», o autor do «Esmeraldo», livro de valia, sôbre a sua época, e heroi de tantas batalhas. Empobrecido na Índia, foi acusado de querer enriquecer no seu novo cargo. Eram intrigas mais do que verdades e o sublime soldado regressou ao reino, destituído e de cadeias aos pés, ficando preso até justificar a sua inocência. Soltaram-no sem o empregarem mais e morreu na miséria, no reinado seguinte.

Outras armadas — De 1504 a 1505 preparou-se a frota de Lopo Soares de Albergaria, depois a de Manuel Teles de Vasconcelos, que pela Índia andaram em batalhas e presas, servindo nelas capitães como Manuel Teles Barreto, Afonso Lopes da Costa, Tristão da Silva, Vasco de Carvalho, Pero Denis, de Setubal, Leonel Cou-

tinho, Lopo de Abreu, Lopo Mendes de Vasconcelos, Simão da Alcáçova, Cristóvão de Távora, Felipe de Castro, Vasco Afonso da Silveira e Pero de Aguiar.

Primeiro vice-rei da Índia — Foi ele D. Francisco de Almeida, que D. João II muito distinguira, a ponto de o sentar á sua mesa em Alcochete. Por seus feitos em Toro e nas guerras de Granada, merecera de D. Manuel I a honraria da vice-realeza com a entrega solene do estandarte na Sé de Lisboa. Saíram vinte e duas naus ás ordens do heroi. Sua acção magnífica consistiu em render o xeque de Quilôa, bombardear Bombaça, Panane e Dabul. Ergueu fortalezas em Angediva, Cananor, Sofala e Cochim, dominando Maldiva e Ceilão. Bateu portentosa armada, do sultão do Egipto, que sob o comando de Mir Hocem, general esforçado, o quisera vencer. Pelejou, vitoriosamente, contra moiros e persas e tendo perecido, em Chaul, seu filho D. Lourenço, ele o vingou com verdadeiras hecatombes.

Afonso de Albuquerque na Índia — Tristão da Cunha era fidalgo e guerreiro de renome recente quando D. Manuel, ao vê-lo restabelecido, depois de uma doença na vista, lhe entregara dezasseis navios, cinco dos quais deviam ser comandados por Afonso de Albuquerque. Este, que já demonstrara, na Índia, o seu valor, não se dispunha a aceitar chefias. Travou-se de zanga com o almirante. Descobriram-se as ilhas logo chamadas de Tristão da Cunha, reconhecera-se Madagascar, enquanto Albuquerque se apressava para a largada.

O Capitão chegava com a fama das atrocidades praticadas em Mascate, na qual, entrevendo a traição dos árabes, mandara, após a vitória, passar a fio de espada até as mulheres e as crianças; em Orfacata um velho persa oferecera-lhe um livro, no qual se narravam os feitos de Alexandre. Comparara-o ao grande guerreiro, e ele, realmente, queria submeter todos os reinos da Índia, não se detendo, imitando o general da Macedónia em suas conquistas.

Ormuz ficara sob a regência de Khodja Atar, hábil político muito odiado. Afonso de Albuquerque fundeara a frota diante da cidade e mandara intimar o préstimo da vassalagem ao rei de Portugal. No meio das intrigas, o regente fingia meditar, sabendo, porém, que o ousado, para vir até ali, já tomara Salaiate, Curiate, Mascate, Orçafate e Sohan. A audácia impeliu-o para uma nova temeridade; pelos menos assim a consideravam os capitães dos navios da sua frota, ao sentirem-no querer o domínio daquela terra que mais de sessenta navios defendiam. Havia má vontade; João da Nova era o mais aceso contra ela, mas batera-se, bem como os outros, acabando-se pela vitória e ficando assente a vassalagem com o pagamento de quinze mil xerafins anuais e cinco mil para os gastos da armada. Deviam consentir, também, na edificação duma fortaleza. Em duas fôlhas de ouro se gravaram as obrigações dos vencidos e, metidas em caixas de prata, foram enviadas a el-rei. Pagara-se tudo. Sòmente se andava de mau ânimo acêrca da escolha do sítio para os fundamentos da fortaleza. Ormuz pagava imposto ao rei da Persia e quando o embaixador apareceu para a cobrança, e soube da nova combinação, mandou a bordo da nau capitania, com grande pompa, exigir o dízimo. Na tôlda, sob as colchas preciosas que os cobriam, os portugueses receberam o poderoso Ismael. Em volta havia espadas, adagas, bombardas e barricas de pólvora. Afonso de Albuquerque, apontando o seu arsenal, disse para o atónito persa: «São estas as páreas que o rei de Portugal envia a quem ousar pedir tributos aos seus vassalos».

Os comandantes dos barcos portugueses queriam afastar-se, mal entendendo o sonho do império, buscando nos mares as compensações e indo contra as ordens do vice-rei. O chefe percebeu a intriga, movida por António de Campos, João da Nova e Francisco de Távora. Embarcou este num batel, levou-o para o largo e disse-lhe tudo, em cólera funda. Voltou a erguer a fortaleza; eles enviaram-lhe um pedido de retirada. Agarrou o pergaminho e mandou-o meter na soleira, declarando: «Será aqui a porta do requerimento». A luta continuou; ninguém queria ir combater para terra. O capitão obrigou-os, num domínio estranho. João da Nova ia ripostar; gritou-lhe: «Embarque já!». E o rebelde, com a face inundada de lágrimas, foi ajudar ao levantamento

do cêrco posto á fortaleza pelos inimingos vindos em socorro de Ormuz. Os chefes dos navios, fingindo que iam em procura da esquadra de Manuel Barreto, a qual devia chegar, abandonaram o heroi, que, vendo-se quasi só, partiu para Cananor, deixando dito aos rebeldes que em breve voltaria a vingar o ultrage.

O segundo governador da India — (1509-1515) — Ele procedeu assim porque levava na sua escarcela a carta do rei que o nomeava por governador mal findasse o tempo do cargo provido em D. Francisco de Almeida. Este, indignado pelos manes do filho imolado, defrontou o bravo que lhe mostrava a nomeação. Era em Novembro. O vice-rei redarguiu-lhe que o período do seu govêrno só acabava em Janeiro do ano seguinte. Sentiu-o rodeado pelos seus capitães foragidos, compreendeu que iam ajudá-lo a bater os rumes em Diu, continuando a sua vindita e, num acesso do seu «genio muito supito», impôs-se de novo. Acabou por ser preso, e, levado para Cananor, ali ficou tendo o forte por menagem. Chegara, porém, a esquadra de D. Fernando Coutinho, marechal do reino e cujas instruções eram para obedecer a Albuquerque. Soltou-o. Conduziu-o para Cochim, a bordo, com todas as honras, e quando apareceu um dos seus capitães a saudar o almirante, foi ele quem o recebeu altivamente. Pertencia-lhe o govêrno. D. Francisco de Almeida curvou-se em obediência e largou para o reino. Chegando ao Cabo da Boa-Esperança foi á Aguada de Saldanha, para se abastecer, quando os gentios surgiram. Ao combatê-los, foi ferido por uma azagaia e morreu; ali ficou. Era em 1 de Março de 1510.

A conquista — A primeira investida foi sôbre Calecut, eternamente em luta contra os portugueses. O marechal Coutinho desembarcou e arremeteu. Trazia ordem de aniquilar a cidade; lançou-se na luta e avançou para o palácio real. Afonso de Albuquerque acudiu-lhe, desembaraçou-o de tantos inimigos, mas outros apareciam. D. Fernando Coutinho prosseguiu na sua fúria e acabou como um bravo. O governador vingou-o e, deixando Calecut pejado de cadáveres, voltou-se para Ormuz. Ia a caminho quando um nababo indiano, de nome Timoia, que aspirava a uma realeza, lhe mostrou haver façanhas mais belas a praticar contra uma poderosa terra, bem melhor do que as tão ambicionadas por ele. Era Gôa, depósito de riquezas sem par, na qual reinava um príncipe, de nome Hidal, e que tinha o título de Khan. Tributário dos reis de Dekan, andava na guerra contra o seu vizinho de Narsinga. Fácil seria vencer na ausência aquele a quem os portugueses começaram a chamar o Hidalcão. Desde que triunfassem, entregariam a corôa a Timoia. O grande chefe lançou-lhe a resposta num ímpeto. Dar-lhe-ia riquezas; a realeza, nunca. Gôa reservava-a para capital do império português na Índia. Investiu a cidade, ganhou-a, e os embaixadores de Ormuz e da Pérsia, que vinham fazer tratados com o Khan, tiveram que se entender com o vencedor.

O Hidalcão — O grande capitão governava com doçura. Respeitava as crenças; não consentia ataques ás fazendas, ia congregando os poderosos, imaginando domar pela habilidade. Nascera o colonizador de génio. Salvou as viuvas do queimadouro para onde a lei birmânica as obrigava a entrar com os corpos dos finados maridos que iam reduzir-se a cinzas nas piras ardentes.

Os capitães portugueses não compreendiam as atitudes do seu chefe; os muçulmanos conspiravam a favor do Hidalcão e o guerreiro, sentindo avançar as poderosas tropas inimigas — 17 de Maio de 1510 — debalde procurava elementos para uma resistência séria entre gente desavinda. O exército adversário entrou na cidade; ele com os fiéis, recolheu-se na fortaleza, aguardando os socorros de Cochim; os oficiais solicitavam-lhe que embarcasse na frota. Mandando-os calar, queria cumprir o seu dever, auxiliado por D. António de Noronha e Diogo Fernandes de Beja. Os outros, ante as hostes formidáveis, enviaram Francisco de Sousa a dizer-lhe não quererem mais ali ficar. O embaixador do Hidalcão era João Machado, um dos degredados que Vasco da Gama deixara na Índia, quando da sua primeira viagem, e ouvira, junto de Afonso de Albuquerque, o recado do chefe. A fúria tomou-o, e, num berro, increpou o delegado dos portugueses: «Como, Francisco de Sousa, tanto desejais

entregar esta fortaleza aos turcos? Ora ide entregar-lha; fazei o que quiserdes!». Partiu; mandou largar fogo, como era costume, ao abandonarem as praças, fingindo tomar como uma ordem o que não passava dum sarcasmo. Embarcou-se tumultuariamente. Debalde pretendeu manter a sua conquista de Gôa, mas foi tomar Pangim, onde os seus soldados se portaram como verdadeiros herois a quererem resgatar-se da vergonha.

O Hidalcão não se atrevia a atacar a esquadra, da qual largavam barcos tentando novas escaramuças. Numa delas morreu D. António de Noronha, sobrinho do chefe ilustre e genial. O Khan propôs a paz; entregar-lhe-ia Gôa se lhe desse o Timoia, causador dos seus males. Recusou lealmente. O rei de Narsinga continuava a guerrear o inimigo e a tomar-lhe as cidades. Bastaria o aguardo da sua hora. Os capitães recusavam-se a esperar e a frota saiu levando os oficiais em zangas uns contra os outros. Afonso de Albuquerque via-se obrigado a aquietar os seus antes do gentio. Mandou prender Diogo Mendes de Vasconcelos e os que queriam partir a ocultas para Malaca. Reuniu vinte e duas velas e lançou-se sôbre Gôa, defendida por nove mil turcos, e, em 25 de Novembro de 1510, travou-se o combate, no qual o comandante praticou prodígios. Manuel de Lacerda, com uma seta atanchada no rosto, ia combatendo em alarde, como se levasse um troféu; o contágio estabeleceu-se e Gôa foi retomada, começando-se as fortificações á europeia. O rei de Cambaia acudiu a aliar-se, entregando alguns cativos; seguiram-no os soberanos de Narsinga e até o de Calecut. O Hidalcão, vencido, dava uma grande aura ao intemerato soldado que desejava fazer de Gôa a capital do império a edificar.

TOMADA DE MALACA
(Baixo relêvo do monumento a Afonso de Albuquerque, em Belem)

Carecia de conquistar as chaves da Indo-China e do Golfo Pérsico.

A tomada de Malaca — O rei de Malaca acolhera sempre muito mal os portugueses que ali tinham ido, e entre eles Diogo Lopes de Sequeira. Havia desdém da parte do soberano para com as presas que realizara, confiando no valor dos seus soldados indomáveis, terríveis, e dos seus piratas de grande fama. Deixara-se em Gôa Rodrigo Rebelo de governador, e, como magistrados dos índios, ficaram os seus chefes naturais. A Manuel de

Lacerda nomeou-o capitão-mor dos mares das Índias.

Velejaram dezoito navios para Malaca, admiravelmente fortificada e defendida. Uma ponte ligava os dois bairros da cidade opulentíssima, onde se armazenavam as mercadorias da China, da Indo-China, Japão e Cochinchina, da Índia, Pérsia e Arábia. Possuir Malaca era ser o senhor da maravilha, da enorme riqueza. Depois, com Aden em seu poder, dominaria os mares das grandes armadas e assenhorear-se-ia de todo o comércio oriental. Quando o rei de Malaca quis saber o que vinham ali fazer, respondeu-lhe que vingar os insultos vibrados contra Diogo Lopes de Sequeira. Reclamou os prisioneiros. O soberano pediu a paz; deu-lhe todas as satisfações. Insistiu. Queria, primeiro, os cativos. Mandou queimar os navios dos árabes e doutros inimigos, ao saber que dentro da cidade havia vinte mil soldados javaneses. Desta vez, os capitães estavam de acôrdo e seguiram o chefe, que, investindo a ponte pelos dois lados, conseguiu entrar em Malaca no dia de Santiago — 1 de Maio de 1511 — atrás das ondas de fogo, que fizeram fugir os indígenas após um terrível combate. Neste momento, as tropas, fatigadas, quiseram recolher-se aos navios. Só no dia seguinte se voltou a combater, sem resultados, até que se recorreu a armar um junco com tôrres altas, a fim de se queimarem as pontes do lado das águas. Comandou a fortaleza flutuante António de Abreu; uma galera, da chefia de Simão Afonso e Duarte da Silva, rebocava o engenho de guerra. A peleja foi rija e a manobra admirável, sob as balas da artelharia adversária. Já o comandante do junco estava ferido e não queria largar o seu posto quando Afonso de Albuquerque lhe ordenou que o cedesse a Pero de Alpoem. Acabara-se numa aliança com alguns jaus de Utimutária — um chefe que se bandeara — e, dentro em pouco, as tropas dos malaios cederam o campo ás dos portugueses, que tomaram conta daquele empório. Era mais uma joia para o rei de Portugal.

Afonso de Albuquerque mandou embaixadores ao Sião e ao Pegu. Ordenando a morte do jau Utimutária — traidor ao rei de Malaca e que já intrigava contra o vencedor — recebera por parte da família do condenado a oferta duma quantia enorme para o salvar. Retorquiu que não se vendia a justiça e mandou-o para o suplício. Durante a sua ausência houvera dissídios em Gôa, entre os chefes que não se entendiam, após a morte de Rodrigo Rebelo, caído á frente dos seus soldados ao defender Benastarim, tomada pelo general Rossal Khan. Quando o grande capitão veio, tudo se harmonizou, saindo o inimigo da praça sob certas condições e entre elas a de levar só os seus trajos. Como houvera portugueses que se tinham bandeado com os contrários, pela ânsia das riquezas, ele, ao retomá-los, consentiu em não os matar, mas mandou que lhes cortassem as orelhas e os narizes. Um deles, de nome Fernão Lopes, teve tanta vergonha que quis ficar na ilha de Santa Helena, onde foi o primeiro colonizador.

Os embaixadores chegavam com presentes. Até aparecera o enviado do negus da Abissínia, ao qual tratavam de autêntico Prestes João. Por esta época, em virtude das intrigas feitas na côrte de Lisboa, o rei ordenava ao genial conquistador que largasse Gôa, visto a considerarem impossível de se manter. Albuquerque acabara provando o contrário e dizendo «que mais mercê devia el-rei D. Manuel por lhe defender Gôa dos portugueses que pelo a ter tomado duas vezes aos turcos».

O Mar Roxo — O grande capitão fôra, com uma armada, atravessar o Mar Roxo e percorreu-o quasi até ao Suez. Enviou, um dos seus oficiais, disfarçado, o qual seguiu pelo Cairo e pela Alexandria, a fim de levar a notícia da travessia maravilhosa que se fizera, cumprindo o programa de há muito estabelecido. Aden resistira-lhe, mas o terror alastrara e a bandeira da Cruz de Cristo mostrou-se na Arábia e no Egito. Era o máximo. Os mares não tinham segredos para os portugueses, que expulsavam os turcos das águas onde tinham até aí dominado como únicos senhores.

A Índia cedera; por toda a parte o nome português ofuscava todos os outros, e dos pontos mais distantes chegavam os embaixadores pedindo alianças. O heroi, continuando a sua hábil política, conseguia agradar-lhes.

O seu valor impunha-se tanto como a sua diplomacia.

Ormuz — As intrigas dinásticas sucediam-se em Ormuz. O rei fôra envenenado; o seu ministro, Kodja-Atar, também já não era vivo. O novo soberano, irmão da vítima, chamava-se Torun e o seu valido Bas-Naur-ed-Din. Era um persa. Na realidade, governava o sobrinho deste, Bas Ahmed. Dominava-o o rei e o tio. Estes, para se livrarem dele, entenderam-se com Afonso de Albuquerque, combinando uma entrevista, sem armas, a fim de se fazer um grande entendimento. O soberano e o seu ministro tinham solicitado do invasor a prisão de Ahmed.

O vice-rei ia recebêlos na fortaleza, numa magnífica sala. Combinara com os seus para levarem os punhais escondidos e ordenou a D. Garcia de Noronha que guardasse a porta com cinqüenta homens. No momento da entrada do monarca, o inteligente homem que o dirigia deteve-o, entrando, de alfange á cinta, no recinto onde Afonso de Albuquerque lhe impôs a entrega da arma. Levantou-a contra ele mas caiu terespassado pelas lâminas portuguesas. O soberano, cobarde ante o cadáver, deixou-se conduzir pelo enérgico capitão. Exilou quinze príncipe da casa real de Ormuz, aos quais se tinham arrancado os olhos para — conforme o uso oriental — não poderem ser coroados. Por fim, o monarca tornou-se um instrumento nas mãos do vencedor, que já ultrapassara o período do seu cargo, o qual devia ser ocupado durante três anos apenas.

Governador da India Lopo de Albergaria (1515-1518) — A grande intriga que lavrava na côrte fizera nomear Lopo Soares de Albergaria para substituto de Afonso de Albuquerque (1715-1718).

Novos governadores — A morte de Afonso de Albuquerque enchera de audácia e de esperanças os vencidos, rebentando violentas e numerosas insurreições, ao mesmo tempo que o sultão do Egito enviava uma forte esquadra sob a chefia de Ben Soliman e Mir Hussem, que bulharam, tornando menos eficaz a acção do assalto. Lopo de Albergaria, que sucedera, entregara-se a uma obra de diplomacia, enquanto os seus capitães, e sobretudo D. Aleixo de Meneses, se esforçavam contra o Hidalcão.

Foi continuador no govêrno (1518-1521) Diogo Lopes de Sequeira, guerreiro famoso, mas que recebera afrontas em Malaca, onde estivera também combatendo Fernão de Magalhães, o qual, regressado á metrópole, vira recusada pelo rei a mercê de aumento da sua moradia, que era de oitocentos e cinqüenta por mês. Desatendido, partiu para Espanha com Rui Faleiro, sendo, depois, o iniciador da viagem de circunnavegação. O governador edificou fortalezas em Chaúl e Coulão, não conseguindo fazer o mesmo em Diu.

O novo governador, D. Duarte de Meneses (1521-1524), antepunha os seus interêsses aos do estado, ao contrário de seu irmão D. Luiz, que era uma pura consciência. Durante aquele consulado vencera-se nas Molucas, sob a voz de Antônio de Brito, e Heitor da Silveira tomou Aden. Os maus actos do governador obrigaram o soberano a enviar para a Índia alguém que se impusesse por prestígio e valia.

Vasco da Gama, vice-rei (1524 — Ninguém melhor do que o descobridor do caminho marítimo para as Índias poderia exercer esse encargo. Nomeado vice-rei, D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira e almirante, cumpriu como um bravo até que a morte o assaltou, ao cabo de três meses de poder. Estava velho, mas ante as tripulações aterradas, nas costas do Malabar, ao sofrerem os ímpetos de uma tempestade, ele, enérgico e serenamente, domou-as, exclamando:

— Não hajais mêdo; tremem de nós os mares!

Levava as três cartas das sucessões, um sistema novo de prover o lugar de governador. Quando um morresse, ou acabasse o tempo, abria-se a primeira carta e nela se leria o nome do sucessor. O grande almirante deu ordens em Chaúl para não obedecerem a D. Duarte de Meneses, e nomeou capitão da praça a Cristóvão de Sousa; em Gôa proveu no mesmo cargo D. Henrique de Meneses, ordenando a Francisco Pereira Pestana, o demitido, que pagasse ás suas vítimas. Estava ríspido, terrível. Mandou açoutar três mulheres que tinham viajado desde o reino, escondidas nos navios. Dizendo ao governador deposto que o aguardasse em Cochim; quis prendê-lo e, como resistisse, o

vice-rei mandou assestar a artelharia contra a nau onde ele se refugiara. D. Luiz de Meneses suplicou a vida do irmão e o navegador deu-lhe ordem para se lhe ir juntar. Começou-se a sentir o homem de acção que ia preparando a guerra contra os mouros do Malabar, quando a doença o empolgou. Ao sentir-se na agonia fez testamento, legando cem mil réis a cada uma das mulheres que mandara açoutar. Faleceu no dia 25 de Dezembro de 1524, em Cochim.

Os sucessores do descobridor — Abertas as cartas de sucessão, viu-se caber a vez de dirigir o império a D. Herique de Meneses, que estava em Gôa. Contava, apenas, vinte e nove anos mas consagrara-se em África, sendo virtuoso e digníssimo. Deixou que o seu antigo chefe D. Duarte de Meneses, acusado de prevericador, partisse para a metrópola, a dar contas. Recusou os presentes mais pingues; ordenou que se batessem os reis de Calecut, deixando bom renome. Faleceu em 26 de Fevereiro de 1526.

Até 1528 governou Lopo Vaz de Sampaio, que usurpara o poder a Pero de Mascarenhas, o qual se encontrava em Malaca. Como levasse tempo a chegar, entregou-se o mando àquele fidalgo, que, pela terceira via, era o sucessor. Distribuiu as capitanias por seus apaniguados e parentes e quando o verdadeiro nomeado acabou de bater o sultão de Ternate e se dirigiu a Cochim recusaram-lhe o poder. Começou uma luta que muito agradava aos índios, pois viam os conquistadores a degladiar-se.

Tendo recorrido aos votos, estes equilibraram-se, por seis votos a cada contendor. A guerra civil não rebentou em Gôa e foi-se embora Pero de Mascarenhas, sendo condenado Lopo Vaz a pagar-lhe os honorários, por sentença dos magistrados de Lisboa. Governou Arzila e morreu na esquadra de Carlos V, batendo-se contra os barbarescos. O seu rival venceu os reis de Cambaia e de Calecut. Heitor da Silveira praticou temeridades que o imortalizaram na história da Índia.

Seguiram-se nos governos Nuno da Cunha (1529-1538), filho de Tristão da Cunha, heroi de Chaúl, ao lado de D. Lourenço de Almeida; guerreou o rei de Cambaia, executando suas ordens Heitor da Silveira, o qual dominou os mouros do Mar Roxo. Pretendeu realizar o sonho de edificar uma fortaleza em Diu, o que foi incumbido a Martim Afonso de Sousa. Estava refugiado em Gôa um irmão do rei de Cambaia, chamado Badur, que, protegido pelos portugueses, conseguiu bater os seus adversários,

GÔA

consentindo, depois, no levantamento do forte. Quis retirá-la, depois, e foi morto por um marinheiro português. Tal atentado gerara uma revolta em toda a Índia e Coje Çofar fez cêrco a Diu com o auxílio de uma poderosa armada turca.

Cêrco de Diu — Chegou o novo vice-rei D. Garcia de Noronha (14 de Setembro de 1538), que outrora enriquecera em Gôa e Ormuz praticando concussões. Já se levantara o cêrco de Diu, quando assumiu o mando, tendo-se distinguido na batalha o humilde soldado António Pombeiro. Duas mulheres, a madeirense Isabel da Veiga e a velha Ana Fernandes, prodigiaram-se na defesa.

Foi instituida a Sé de Gôa. Martim Afonso de Sousa, que devia suceder, largara, riquíssimo, para o reino, tomando o govêrno D. Estêvão da

Gama (1540-1542), filho de Vasco da Gama, o qual proclamou a honestidade de processos. Auxiliou o «negus» da Abissínia, em guerra com o sultão de Zeilah, tendo sido entregue o exército de auxílio a D. Cristóvão da Gama, irmão do governador, que gerou ali uma epopeia.

Voltou á Índia Martim Afonso de Sousa (1542-1545), grande heroi mas ganancioso, homem sábio, de vasta fama. Na sua frota partiu de Lisboa Francisco Xavier, jesuita, cujos exemplos de bondade e de carinho se manifestaram logo a bordo, comendo junto dos marinheiros, lidando como um pobre padre quando ia por legado do Papa. Acompanhavam-no dois inacianos, Paulo de Camerin e Francisco Mansilha. Ia ser o apóstolo das Índias, santificado, e bem o tendo merecido. O governador pirateou, para mais se enriquecer.

D. João de Castro — Foi D. João de Castro o quarto vice-rei da Índia (1545-1548). Grande soldado e sábio, levou consigo seus filhos D. Álvaro e D. Fernando. Ante a desordem e a imoralidade, buscou coíbi-las, querendo moralizar. Quando o Hidalcão procurou corrompê-lo, a fim de servir os seus interêsses sucessórios, recebendo a pessoa cativa do príncipe Meala, que Martim de Sousa, bem pago, guardava, redarguiu que el-rei ordenara «guardasse, inteiramente, a justiça das partes». Deu a coroa a Meala. Auxiliou Francisco Xavier na fundação dos seus colégios. Restaurara o poder do sultão Cachil Aieiro nas Molucas. Coge Çofar levantou-se contra Diu, defendido por D. João de Mascarenhas com intrepidez. O vice-rei enviou seu filho D. Álvaro a socorrê-lo, dizendo-lhe, como um romano:

«Pelo que toca a vossa pessoa não fico com cuidados, porque por cada pedra daquela fortaleza arriscarei um filho». Cincluira: «O nascimento em todos é igual, as obras fazem os homens diferentes e lembro-vos que o que vier mais honrado ele será meu filho».

Segundo cêrco de Diu — O pai falara como um romano; o filho ia proceder á guisa dessa raça no seu período altivo e bravo .Os bastiões da fortaleza de Diu estavam rotos pelos pelouros inimigos, fartas brechas fendiam as muralhas com gilvazes fundos e, nas atalais e tôrres, lutavam cavaleiros e soldados contra os ataques rijos dos turcos. O padre João Coelho expusera mil vezes a vida para atravessar o caminho do mar, a fim de pedir o socorro; Isabel Fernandes surgia, como da primeira vez, a dar coragem e projécteis aos quinhentos defensores das pedras esboroadas que faziam frente a oito mil inimigos. Lá dentro, campeava a fome; cá fora, a abundância dava fôrças; revigorava almas. D. Álvaro de Castro, com os seus duzentos companheiros, trouxera algum alento aos cercados, o preciso para uma sortida, na qual devia perecer seu irmão D. Fernando, em virtude da explosão duma mina. Resistia-se formidavelmente havia um ano. Por fim chegou o vice-rei a vingar Portugal e o filho. Coge-Çofar, ferido por uma bala portuguesa, acabara e os janízaros obedeciam a Rumecão, sucessor daquele general. O grande soldado venceu-o para obter um monte de destroços, dos quais surgiam espectros e á frente dos quais o chefe, D. João de Mascarenhas, aparecia com os cabelos até aos ombros, as barbas sôbre o peito, chorando de alegria nos braços do vice-rei.

As barbas do vice-rei — D. João de Castro tentou arranjar o dinheiro para o levantamento da fortaleza, da qual «não se podia aproveitar um palmo de parede», e, solicitando dos vereadores o empréstimo para tal obra, confessava-lhes ter mandado desenterrar os ossos de seu filho D. Fernando para lhos dar por garantia de pagamento; mas, como as carnes estavam corroídas, ele recorria a outro penhor: as próprias barbas, que, dizia: «vos mando por Rodrigues de Azevêdo; porque, como já deveis saber, eu não possuo ouro nem prata, nem móvel nem coisa alguma de raiz, por onde vos possa segurar vossas fazendas, sòmente uma verdade, sêca e breve, que Nosso Senhor me deu».

Enviava-lhes os seus únicos «bens de raiz».

Depois mandara D. Manuel de Lima a destruir o litoral de Cambaia, sempre rebelde, e, ao ver levantada a fortaleza, largou da cidade, entrando em Gôa, sob os arcos de triunfo e o simulacro da defesa de Diu, num quadro evocador, grato ao seu orgulho. Entregaram-lhe a palma do triunfo. Entre os troféus de guerra figurava uma

peça que lançava grandes balas e a qual ficou conhecida pelo «Tiro de Diu».

O Hidalcão voltara a atacar Bardez e Salsete, mas fôra repelido. D. Álvaro de Castro cobriu-se de glória. Vencendo os índios e seus aliados, o vice-rei queria tratar da administração

D. FRANCISCO DE ALMEIDA

quando aquele general rebelde se agitara de novo com outros povos. Chegavam notícias da côrte de Lisboa, onde exalçavam o heroi. Honravam-no com a vice-realeza da Índia, podendo regressar, ao cabo de três anos, para fruir o descanso bem ganho.

Mas a doença tomara-o antes deles decorridos. Quasi esmolava na sua enfermidade, declarando: «hoje não houve nesta casa dinheiro com que se comprasse uma galinha»; e acentuava como nas suas armadas «primeiro comião os soldados os salarios do governador, que as soldadas do seu Rey; não he de espantar que esteja pobre um pai de tantos filhos».

O vice-rei pedia o óbolo dum caldo. Ia morrer, nos braços de Francisco Xavier, cuja roupeta rôta era a bandeira doutra consolada miséria. Finou-se em 8 de Julho de 1548.

Os missionários — O vigário geral de Gôa, Miguel Vaz, que ali estava desde 1530, não tivera a acção de Francisco Xavier, o qual persuadia e arrastava. Aquele era um intemerato que morreria em Chaúl, depois de ter destruido templos bramânicos. Diogo Barba e Simão Vaz — martirizados pelos indígenas — foram os seus auxiliares; outros houve que se internaram nas plagas adustas, mas nenhum sobrepassou o apóstolo que em 1541 embarcara para a Índia. Atravessara Gôa, cristianizara-a pelo seu esfôrço e fôra para a costa da Pescaria, Meliapôr e Molucas, regressando a tempo de colhêr, na sua fé, o último suspiro do grande vice-rei. O esfôrço que dispendeu foi sublime; procurou levar a palavra de Deus até aos mais estranhos povos de Malabar e da Malásia, para onde enviava os sacerdotes formados no seu seminário goense.

Três portugueses tinham chegado ao Japão. Eram mercadores e chamavam-se Francisco Zaimoto, António da Mota e António Peixoto. Conheciam

S. FRANCISCO XAVIER

a região desde 1542. O jesuita lidara, em Malaca, com um nobre japonês que o ficou admirando a ponto de renunciar a tudo, entrando na sua escola sob o nome de Paulo da Santa Fé. Foi ele o guia de Francisco Xavier até Cangoxima, onde se começavam as conversões entre o povo e os «dai-

mios» (nobres). Alastrou a religião cristã a ponto de se erguerem duzentos templos para cinqüenta mil adeptos da crença que o digno jesuita espalhava, praticando-a com toda a humildade.

Do Japão foi a Gôa, depois a Malaca e a Suncian, fronteira a Cantão, na ânsia de fazer penetrar o seu credo na China. Morreu em 2 de Dezembro de 1552. Paulo V beatificou o apóstolo, em 25 de Outubro de 1605, sendo santificado em 1621, por Gregório XV. Foi fixado o seu dia em 3 de Dezembro de 1670, recebendo a auréola de padroeiro do Oriente em 1747, sob o pontificado de Benedito XIV.

J. da Cunha delin. *C. de Fontes grav.*

DOM JOÃO DE CASTRO,
IV VICEREI DA INDIA.

CAPITULO XXIV

COMÊÇO DA DECADÊNCIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NO ORIENTE

Período Felipino — A Restauração — As invasões estrangeiras

Outros governadores da Índia — D. Francisco de Mascarenhas, heroi de Diu, devia suceder a D. João de Castro mas partiu para o reino, tomando o seu lugar Garcia de Sá (1548-1549), tendo falecido depois de tentar boa administração. Até 1550 governou Jorge Cabral, que tolerou a pirataria. D. Afonso de Noronha (1550-1554) fôra incumbido de reorganizar os serviços, mas rebentaram insurreições, vindo os turcos do Egito á conquista da Índia, sendo batido Epir-bey por D. Antão de Noronha, tornado outro grande heroi.

Camões na Índia — De 1554 a 1555 foi governador D. Pedro de Mascarenhas, ilustre diplomata. Tomou Pondá.

Andava militando na Índia o poeta Luiz de Camões, soldado de Mazagão, onde perdera o ôlho direito (1547), o que lhe valeu ser satirizado pelo seu inimigo Pedro de Andrade Caminha. Começara a trabalhar no seu grandioso poema «Lusíadas», em cujas estrofes cantava todas as glórias da Pátria. Era muito servido em amizade por D. Manuel de Portugal, da casa Vimioso. Turbulento, brigão, tendo ferido um moço das reais estrebarias, chamado Gaspar Borges, foi preso e esteve no cárcere perto dum ano. Embarcou, em 7 de Março de 1553, na nau «S. Bento», da armada de Fernão Álvares Cabral. Fez parte da expedição contra Chambé; foi ao Mar Roxo, e, regressando a Gôa, escreveu o «Auto de Filodemo», no qual evocava «o amado do povo», celebrizando Francisco Barreto, que acabava de ser nomeado governador da colónia. Ao mesmo tempo, ia chasqueando de outros fidalgos, o que acumulava muitos ódios á sua volta. Os inimigos ameaçavam-no. Era necessário arranjar-lhe uma situação e salvá-lo das suas iras, o que Francisco Barreto tentou, nomeando-o Provedor dos Defuntos e Ausentes, para a China, onde se fundara, havia pouco, uma nova possessão portuguesa.

«Os Lusiadas» — Quem ia para a colónia desejava enriquecer, e assim sucedia que os funcionários delapidavam os réditos. Camões, nomeado para o cargo de confiança, foi logo atacado pelos que dividiam entre si os proventos e, como o poeta só vivesse para o seu poema, fácil foi intrigá-lo. Era servido por um javanês, escravo cristianizado sob o nome de António, mas tratado por Jau. Este era o seu amigo idólatra, que o cuidava no remanso onde se refugiara a escrever os seus sublimes versos, tendo olvidado o emprêgo. Chegara ao sexto canto dos «Lusíadas» quando, por ordem do governador, Francisco Barreto, foi preso e levado para Gôa. Na costa de Camboja naufragou o barco que o conduzia, tendo o poeta que lançar-se a nado, salvando das ondas o seu maravilhoso poema. Ao entrar na cidade capital da Índia foi para o cárcere e ali escreveu o seu soneto notável «Alma minha gentil que te partiste». Trabalhava também nas «Outavas Segundas que devia dedicar a D. Constantino de Bragança, sucessor de Francisco Barreto, soldado valoroso mas sem critério e que o vate satirizaria nos «Disparates».

Reinado de D. Sebastião — O primeiro governador do novo reinado foi D. Constantino de Bragança, filho do duque deste título, D. Jaime (1557-

1561). Venceu em Jafnapatão, punindo o soberano rebelde. Mandou queimar um dente de Buda, o que indignou os povos, recebendo, porém, o aplauso da inquisição, instalada em Gôa desde 1560. O fisco apreendeu na sua nau várias pedras preciosas que, desdenhosamente, mandou ao rei, dizendo dever ele estar carecido de dinheiro.

Sucedeu-lhe D. Francisco de Sousa Coutinho (1561-1564), que era conde de Redondo. Protegeu Camões fornecendo-lhe recursos para regressar ao reino. O acontecimento dominante da sua vice-realeza foi a paz com os descendentes do Samorim. Era amigo de bons ditos.

Devia ser governador Antão de Noronha, que se encontrava no reino, mas assumiu o cargo João de Mendonça, capitão de Chaúl (1564). Mandou por terra a Portugal mestre Afonso, cirurgião-mor do estado, a fim de descrever o roteiro.

Entregou o govêrno a D. Antão de Noronha e este ali esteve (1564-1568), sendo probo. Veiu D. Luiz de Ataíde, conde de Atouguia (1568-1571), valoroso chefe. Bateu estrondosamente o Hidalcão, descendente do assim chamado sempre como inimigo dos portugueses, recusou o comando do exército que D. Sebastião organizava para ir combater em África e passaria de novo á vice-realeza em 1577. Neste intervalo governou D. Antonio de Noronha (1573), que viu perder Chaúl, onde o octogenário D. Jorge de Castro não pôde resistir ás súplicas da mulher, que lhe pedia a entrega da praça. Foi decapitado. De 1573 a 1577 chefiou a Índia António Morais Barreto, grande inimigo de D. António de Noronha, que morreu de desgôsto por lhe transmitir o poder. Até 1578 ocupou a alta posição D. Diogo de Meneses, capitão de Ormuz, e depois D. Luiz de Ataíde, décimo-segundo vice-rei, que fez a paz com o Hidalcão. Portugal perdera a sua independência. Diz-se que o fidalgo quisera tentar a salvação do país com o seu exército não o chegando, porém, a embarcar. Coíbira o abuso dos inquisidores e conseguira de D. João Prea, soberano da ilha do Ceilão, a sua cedência a Portugal. Morreu em 1581.

Periodo felipino — Pelas letras de sucessão cabia esta a Fernão Teles de Meneses (13 de Março de 1581). Jurou ao castelhano, que, apesar de tudo, nomeara vice-rei D. Francisco de Mascarenhas, conde de Santa Cruz. Pôs côbro ás audácias dos piratas do Malabar. Os estrangeiros, ante a situação desditosa de Portugal, encheram-se de esperanças de tomadias das colónias portuguesas. Tinham-se estabelecido Companhias das Índias, em Inglaterra e na Holanda. D. Duarte de Meneses (1584-1588 libertou Malaca, tendo ali enviado D. Paulo de Lima e Diogo de Azambuja. Até 1591 governou Manuel de Sousa Coutinho. Delapidador, foi mandado para o reino, morrendo na viagem.

O capitão de Malaca, Matias de Albuquerque, teve a investidura de vice-rei (1591-1596) e quis restabelecer a moralidade. Brilhou, durante o seu consulado, o notável guerreiro André Furtado de Mendonça, que venceu o rei de Jafnatapão, destroçou o pirata Coge-Maça, que era o terror dos mares, e subordinou os rajás. O conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama (1596-1600), defrontou as investidas dos holandeses, sobretudo nas Molucas, onde se instalaram com a sua Companhia das Índias. Aires de Saldanha (1600-1607) era muito protegido de Cristóvão de Moura, favorito do rei de Espanha e de Portugal, e por isso governou tanto tempo, tendo a coadjuvá-lo o bravo Furtado de Mendonça. O padre Gois fez a travessia da Ásia. Floresceu um grande português, Salvador Ribeiro de Sousa, que alçaram a rei do Pegu, mas um francês, chamado Felipe de Brito Nicote, voltara com o título de capitão-mor e o vencedor regressara á pátria, indo esconder-se num solar do Minho. Nicote seria empalado nas ameias do forte, vencido pelo rei de Ová (1613).

Outro vice-rei do período felipino chamou-se Martim Afonso de Castro (1603-1605). Derrotou-se a esquadra holandesa do comando de Cornélio Matalief, destinada a tomar Malaca, repelindo-o André Furtado de Mendonça. Já se tinham aliado com todos os reis de Jober e Singuapura. D. Frei Aleixo de Meneses (1606-1609), arcebispo de Gôa desde 1595, governou até entregar o poder a Furtado de Mendonça e, volvendo-se ao reino, foi um dos governadores de Portugal. O heroico soldado, que bem merecera a honraria, não teve a vice-realeza.

Só exerceu o mando por ter falecido na viagem o vice-rei nomeado, D. João Forjaz Pereira, conde da Feira. Lourenço de Távora foi governador desde 1609 a 1612. Seu avô, de nome igual, recebera, em 1576, a vice-realeza, mas não a exercera porque faleceu na viagem. No período da chefia do neto, a Inglaterra avançava nas suas tentativas de conquista e domínio, tendo-se tomado medidas de defesa. Em Chaúl portara-se magnificamente Francisco Rolim.

Ao governador D. Jeronimo de Azevedo coube a defesa do Oriente contra os britanicos e holandeses, que quando a fome assaltou a sua guarnição e atirando o ultimo pelouro.

O conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, governaria pela segunda vez (1622-1628) mas morreu na viagem, exercendo o poder o bispo de Cochim, frei Luiz de Brito, batendo-se o sultão de Achem e o rajá de Kundij. Nuno Botelho, heroi de cem batalhas, sucedeu-lhe, visto D. Francisco de Mascarenhas, recém-nomeado, ter falecido a bordo. Em todo o caso deram ao escolhido como parceiros D. Lourenço da Cunha e o chanceler Gonçalo Pinto da Fonseca. Em 1629 chegou D. Miguel de Noronha, que

BARRA DE GÔA

andavam em tomadias na Arábia, Pérsia e costas de Guzarate com a cumplicidade dos indígenas. Exerceu o mando desde 1612 a 1617. Coadjuvaram-no diversos cavaleiros e entre eles Manuel de Azevedo, Luiz de Brito, Diogo de Mendonça Furtado e Rui Frei de Andrade, que vingou a tomada de Damão. No ano da morte de Felipe II foi nomeado governador (1617-1619) D. João Coutinho, conde de Redondo. Sendo natural da Índia, muito sabia da vida indígena. Floresceu no seu tempo Rui Freire de Andrade, o qual aniquilou mais de quatrocentos navios inimigos. Os persas cercam-no em Queixune, auxiliados pelos ingleses. Rendeu-se fez a paz com o sultão Mogor, servindo de intermediário o nababo de Surrate. Não devia deixar abastecer os navios batávios e britanicos. Ergueu a ermida de S. Lourenço de Linhares, fez fortificações e mais melhoramentos. António Teles de Meneses, que, em 1635, lhe sucedeu, quis enriquecer. Era um ilustre capitão de Malaca e rechaçou os holandeses. Governava em 1640, quando se deu a independência de Portugal, sendo o último vice-rei nomeado por Felipe III, João da Silva Telo de Meneses, que mandou D. Felipe de Mascarenhas pelejar em defesa de Ceilão, deixando o mando em 1641.

Chegou Manuel da Luz com as car-

tas anunciadoras da Rstauração e ele proclamou o novo rei.

A India após a Restauração — Em 30 de Dezembro de 1645, já feitas as pazes com os holandeses, o vice-rei partiu para Portugal, ficando D. Felipe de Mascarenhas no mando (1645-1650). Ainda, apesar de tudo, uma esquadra batávia, do comando de Van Diemen, tentou apossar-se de Ceilão, a fim de desenvolver os negócios da Companhia das Índias. Morreu quando ia para Gôa e o bispo D. Frei Francisco dos Mártires assumiu o poder com Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho (1650-1652). Devia ser vice-rei, mais uma vez, o conde de Aveiras, mas faleceu na viagem. António Lobo da Gama lançou fogo a uma nau, para não arriar a bandeira ante o rei de Mascate.

O conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas (1652-1653), via Mangalor cercado e teve que sofrer a revolta dos goianos, descendentes de portugueses, que não queriam moralizada a vida da colónia, onde os abusos continuavam. D. Braz de Castro (1653-1655) sucedeu ao que fôra deposto pelos sublevados. O governador holandês Carlos Reiniertz não quis reconhecer a paz, aliou-se ao sultão de Kandy e Colombo foi defendida com exígua gente sob o comando de um soldado, João Rogado. Gaspar Figueira, de Serpa, com trezentos portugueses, obrou maravilhas de valentia.

D. Rodrigo Lobo da Silveira (1656-1657) pouco pôde fazer porque a morte o surpreendeu. Ficou, interinamente, no cargo Manuel de Mascarenhas, em cujo consulado se deu o mais formidavel dos assaltos a Colombo, pelos soldados de Gerardo Huld, que foram repelidos três vezes. Já os sitiados comiam animais imundos, quando dez herois portugueses, saltando da muralha, tentaram a tomadia do bastião que mais os incomodava. Eram eles o padre Damião Vieira, Simão Lopes Basto, Francisco Valente de Campos, António Madeira, Manuel Pereira Matoso, João Pereira, Manuel Ferreira Gomes, Manuel Nogueira e Tomé Ferreira Leite. Só em 1656 a guarnição se entregou, com todas as honras. Noventa homens tais acções praticaram que o próprio inimigo lhes confessou o seu preito. Tinham-no coadjuvado, no govêrno, Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho.

Ainda com Manuel de Mascarenhas governaram Luiz de Mendonça Furtado e Albuquerque e Pedro de Lencastre (1661-1662).

Perda da influência portuguesa no Oriente — Pelo casamento da infanta D. Catarina, filha de D. João IV, com Carlos II de Inglaterra, fôra entregue, como dote, além dos bens, os territórios coloniais de Tânger e de Bombaim, desde há muito cobiçado. Serviu de intermediário o rei inglês, para a definitiva paz entre Portugal e a Holanda.

António de Melo e Castro entregou Bombaim aos ingleses — termo de 18 de Fevereiro de 1665 — só depois de várias reflexões e por segunda via régia, lamentando o procedimento dos britanicos e aquela cedência, a qual os não satisfizera, pois se apossaram, ainda, da ilha de Mahem. Quem recebeu Bombaim foi o delegado inglês Onofre Coque, sendo representantes portugueses no acto Luiz Manuel de Vasconcelos e Sebastião Migos.

Os holandeses tomaram logo Ceilão. Chamava-se o novo governador João Nunes da Cunha (1666-1668) que tentando resistir aos árabes de Mascate morrera no seu posto no meio de uma tempestade que lhe aniquilou os navios (6 de Novembro de 1668), tomando conta da governação António de Melo e Castro, Luiz de Miranda Henriques e Manuel Côrte Real Sampaio.

Os árabes atacaram Diu. Havia o desejo de expulsar, definitivamente, os portugueses da Índia. Apossaram-se de parte da ilha, entregue quasi sem resistência, levando os agressores o fruto do saque e dos cativos.

D. Jerónimo Manuel ainda lhes tomou alguns barcos cheios de prata, que foi cunhada em Gôa, sendo essa moeda xerafins, sadis, rupias e aparas. Chegaram os maratas, que criavam o seu império no Decan, ambicionando o seu soberano, Savagi, a posse de Gôa. Governava Luiz Mendonça Furtado e Albuquerque (1671-1677).

D. Pedro de Almeida (1677-1678) socorreu Mombaça e, aniquilando os árabes em Pate, foi morrer a Moçambique (22 de Março de 1679). Sucederam-lhe António Brandão e António Pais de Sande (1678-1681). Também

devia entrar na governação o dr. Francisco Cabral de Almeida, mas falecera.

O sucessor de Savagi, o grão-marata, não perdera a sua ideia da conquista de Gôa, opondo-lhe grande resistência o vice-rei D. Francisco de Távora (1681-1686), conseguindo, também, que as fôrças do Grão Mogol atacassem o território do inimigo enquanto ele procurava apossar-se da cobiçada presa. Foi aquele governante que mandou abrir o túmulo do divino S. Francisco Xavier (falecido em 2 de Dezembro de 1552 e canonizado em 3 de Dezembro de 1621), entregando-lhe o seu bastão de comando, a fim de que ele afugentasse os infiéis. O milagre produziu-se. Edificou-se a nova cidade de Mormugão. Governaram, depois (1690-1691), D. Rodrigo da Costa e o conde de Alvôr, que tiveram de conter as ambições dos rajás. Tambem fizeram parte da governação o arcebispo D. Alberto da Silva e José de Melo e Castro, que acabou dirigindo sòzinho os negócios, em virtude do falecimento dos seus colegas.

D. Francisco de Lencastre, Luiz Costa e frei Agostinho da Conceição foram os sucessores (1691-1693) e depois (1693-1698) D. Pedro de Albuquerque e Sousa, cuja obra consistiu em desmanchar intrigas e vencer os maratas de Rujapur. Entendera-se com o Xá da Pérsia mas não pudera continuar a sua diplomacia em virtude das desordens, que até se davam entre os religiosos, sendo o vice-rei obrigado a assestar a artelharia contra o convento dos agostinhos, os quais lhe responderam expondo o Santíssimo á janela. A decadência acentuava-se, sendo impotente para a deter António Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, novo vice-rei (1698-1700). Chegara-se ao cúmulo dos desrespeitos. O govêrno de 1701 a 1702 foi exercido por frei Agostinho da Conceição e D. Vasco Coutinho da Costa, que o entregaram (1702-1709) a Caetano de Melo e Castro, o qual combateu o atrevido Bonsuló, tomando-lhe o seu forte, que demoliu, e apoderando-se da ilha de Penolem.

Os seguintes vice-reis foram D. Rodrigo da Costa e Vasco César de Meneses. Este arremeteu contra os reis de Canará e da Sunda, apossando-se o general José Pereira de Brito de algumas terras dos rebeldes. O pirata Andriá, que infestava as vizinhanças de Chaúl, sofreu a derrota, infligida por André Cardim Frois. D. Sebastião de Andrade Pessanha, bispo, assumiu o poder e logo o conde da Ericeira, que se entregou a obras de fomento e defesa de fronteiras. Seu continuador foi Francisco José de Sampaio, o qual, tendo ido pelejar contra os corsários, entregou o mando ao arcebispo D. Inácio de Santa Teresa. Este, porém, tais dislates praticara que recomendou que não mais o nomeassem.

Assumiram ainda a governação o corretor-mor de Gôa, Cristóvão de Melo, D. Cristóvão de Andrade, chanceler, e o arcebispo, apesar das suas atitudes anteriores. Não puderam atender Hamate-Vanurquipay, que pedia socorro para libertar Mombaça do jugo árabe (1723-1725). João Saldanha da Gama foi vice-rei (1725-1732), teve que atender ás lutas provocadas em Mombaça, pelas arremetidas novas do Bonsuló e do rei de Pate, que não queria pagar vassalagem. Faltavam-lhe socorros para continuar as novas acções, tendo que se contentar com a tomada de Bicholim. Mais uma vez o arcebispo, D. Inácio, assumiu o mando, desvanecendo-se em serenatas, prazeres mundanos, galas, amando a companhia dos jovens em danças com bailadeiras. Transferiram-no para o bispado do Algarve, e os seus colegas no govêrno (1732), Tomé Gomes Moreira e D. Critóvão de Melo, aguardaram a chegada de D. Pedro Mascarenhas, cuja vice-realeza teve a turbá-la a costumada e mísera intriga. Havia disputas entre as várias camadas do Oriente. Os «mestiços» eram filhos de portugueses e indianas; «canarins», os naturais que professavam o cristianismo; «concaneses», os gentios; «mamelucos», os mulatos brasileiros, e simplesmente «mulatos» os produtos de casamento de brancos e negras.

Os religiosos degladiavam-se entre si e, no meio desta desordem, perdeu-se Chaúl. Voltou ao govêrno o conde da Ericeira, após aquele período de desorganização, e ali esteve de 1741 a 1742. Levara soldados e artelharia e foi batendo os atrevidos rebeldes como o Bonsuló e realizando a posse do que se denominaria «Novas Conquistas».

Um oficial dinamarquês, Weinholtz,

arranjara os dispositivos para as peças, com excelente êxito. Por morte do vice-rei ficaram no poder D. Francisco de Vasconcelos, D. Lourenço de Noronha e D. Luiz de Almeida, e logo o vice-rei D. Pedro de Almeida Portugal (1744-1750), que tomou Alorna e vencendo o inimigo em toda a linha tivera que o deixar, ainda, na posse de Pondá.

D. Francisco de Assis de Távora, o infortunado marquês deste título, foi o primeiro vice-rei da Índia no reinado de D. José I (1750-1754). Arrasou Neubandal e Canajá, invadiu Pondá e obtivera a paz. Acabaria no cadafalso de Belem, no ano de 1759.

De 1754 a 1756 governou D. Luiz de Mascarenhas. Morreu ao assaltar Pondá. Disseram-no vítima da traição dos seus oficiais. Restituiram-se fortalezas e rebelou-se o rei de Sunda.

A Junta Governativa foi composta pelo bispo D. António, por Brum da Silveira, João de Matos Teixeira e Felipe Sôto Maior (1756-1758).

Tomou atitude conciliatória com os rebeldes.

Seguiu-se a vice-realeza do conde da Ega (1758-1765), que chegou com ordens rigorosas de Sebastião José de Carvalho, primeiro ministro, para prender os jesuitas e enviá-los para o reino. Continuaram as intrigas e os combates. Ordenou castigos para quem maltratasse os indígenas. Acusaram-no de delapidar a fazenda e de abuso de autoridade. Ao chegar ao reino, até lhe tiraram as fivelas dos sapatos, enclausurando-o em Outão.

A outro governador cobiçoso, Felipe de Valadares Santos (1774), sucedeu D. José Pedro da Camara (1774-1779) e logo, no reinado de D. Maria I, Frederico Guilherme de Sousa (1779-1786). Encontrou Gôa quasi em ruinas. Havia oitenta e sete moradias velhas e pequenas; o resto eram palhotas. Agonizava o comércio. Em 1 de Janeiro de 1782, ao abrir-se o túmulo de S. Francisco Xavier, milhares de fiéis acorreram a venerá-lo. Viveu, o governador, em opulência e descanso com D. Ana Manteigui, que Bocage, ao servir na Índia, celebrizou. O sultão Tipu sublevou-se (1787), governando Francisco da Cunha Meneses (1787-1794), que puniu um movimento revolucionário, intitulado, depois, a Conjuração dos Pintos. Queria alcançar-se esta poderosa família, que mais tarde se consideraria alheia ao movimento denunciado e cujo fim consistia em implantar um govêrno de nativos. Eram sacerdotes quasi todos os conspiradores, estando entre eles, embora dirigindo do reino a acção, o padre Caetano Vitorino de Faria, pai do celebrado abade de Faria, que Alexandre Dumas imortalizou.

Enquanto ás outras fortalezas, deu-as o rei de Sundem, Savai-Linga, com a cedência dos seus direitos, a trôco de uma pensão anual de doze mil xerafins e residência em Gôa para si e seus descendentes.

Reinado de D. João VI, D. Pedro IV e D. Miguel — Tendo sido o vencedor do sultão de Koelhapar, assumiu o govêrno, ficando algum tempo em paz no reinado de D. Maria I.

Com a regência de D. João VI complicaram-se as coisas, em virtude da guerra entre a república francesa e a Inglaterra, da qual continuavamos aliados. Governou Francisco da Veiga Cabral (1794-1807).

Em 1799, estes, sob a razão de defesa das colónias britanicas do Oriente, que receavam o ataque dos franceses, desembarcaram tropas em Gôa, sob o comando do coronel William Clarke. O governador recebeu-os muito bem, apesar das ordens instantes para mandar sair da cidade os soldados estrangeiros. Solicitava-se ao governador geral, Welesley, futuro lord Welington, que se evacuasse a possessão, porém não havia meio. Os britanicos aproveitavam a ocasião para realizarem a conquista pacífica. Ofereceram setenta mil rupias ao português, a fim de lha entregar. Recusou. Eles, aproveitando a sua ausência, tomaram a Aguada e Cabo. Instalaram-se até 1807.

Bernardo José Maria de Lorena, conde de Sarsedas, que governara S. Paulo e Minas Gerais, chegava á Índia, investido no título restabelecido de vice-rei. Encontrou três mil e novecentos ingleses nas fortalezas e vilas. As suas ordens consistiam em ver se os expulsava, mas teve que os sofrer quasi até ao fim das guerras napoleónicas. Em 1810 mandava o govêrno britanico que saissem de Gôa os seus soldados, mas só em 1813 eles cumpriram a ordem (2 de Abril). Deixou o mando em 1816.

Começou por fazer reformas indispensáveis. Como tinha um exército de cinco mil homens, quis aperfeiçoá-lo, o que conseguiu. Serviu-lhe logo para invadir as regiões de Uspá e Zambotim, onde tinham sido insultados alguns negociantes portugueses. Comandou esta expedição vencedora o coronel João Galego da Fonseca. Como o Bonsuló reincidisse na revolta, o marechal Godinho de Mira bateu-o em Rarim.

O governador tinha o título de conde do Rio Pardo e foi justo. Aboliu o Corpo Volante de Sipais, que só servia para gastar dinheiro; promoveu, para que pudessem ascender a

RIO MANDOVI

todos os postos, castiços, mestiços e canarins. Isto, porém, não o salvou de ser preso e embarcado para Bombaim quando chegou a notícia da vitória da revolução de 1820.

Proclamada a Constituição, instituiu-se uma Junta Governativa (17 de Setembro a 3 de Dezembro de 1821) composta por Manuel Gomes Loureiro, chanceler da Relação; Joaquim Correia da Silva, marechal de campo; Manuel Godinho de Mira, militar de igual patente; Gonçalo Teixeira Pinto, ouvidor geral, e Manuel Duarte Leitão, desembargador.

Com a chegada do novo governador, D. Manuel da Camara, recusaram-lhe a entrega do mando, mas como havia descontentamentos contra a Junta fez-se um golpe de estado (2 de Dezembro), sendo eleito segundo govêrno, sob a presidência do governador. Eram membros dessa comissão o bispo D. Frei Paulo de S. Tomaz d'Aquino, António Soto Maior Teles, militar; António Joaquim Mourão Garcez Palha, oficial de marinha, e João Carlos Leal, desembargador.

Dominavam os militares, com a costumada prepotência e arreganho. Ofendiam os civis. Devíam ser eleitos três deputados e com efeito elegeram-se. Dois eram canarins. Houve protestos dos europeus e castiços. O governador vivia sem meios de acção, que lhe foram dados depois. A população de Bardez revoltou-se. A luta era entre os oficiais e os paisanos. No dia 14 de Maio rebentou a revolta, tendo D. Manuel da Camara que aceitar as condições dos rebeldes. Queriam a expulsão dos liberais. Os membros civis do govêrno abandonaram-no, sendo expulsos do território. A ditadura instalou-se sob as maiores violências. Foi assassinado Luiz Prates, oficial-mor da secretaria, qua andava solicitando o indulto dos exilados.

Após o golpe de estado de 1823 em Lisboa, o centéssimo governa-

dor da Índia, tomando o seu título de vice-rei, pois foi ele o quinquagéssimo senhor desta categoria, assumiu, precariamente, o poder até 1825. Por morte do vice-rei instituiu-se este govêrno, que ficou á espera da chegada do novo vice-rei. Governaram Candido Garcez Palha, D. Manuel de S. Gualdino e António Ribeiro de Carvalho.

O último vice-rei da Índia foi D. Manuel de Portugal e Castro (1826-1831). Assumiu o poder quando em Portugal decorriam acontecimentos terríveis, como os da guerra de D. Pedro e D. Miguel. Ele tomara o mando no reinado de D. João VI. Em 1827 chegou ordem para servir a Carta; cumpriu. Em 1829 veio a nota para a aclamação do novo rei absoluto; obedeceu.

Pangim desenvolveu-se sob o seu govêrno, acudindo ele a tudo e fomentando os melhoramentos.

Assim viveu até que, ante a notícia da entrada do exército libertador em Lisboa, proclamou a rainha D. Maria II, em Gôa, em 10 de Janeiro de 1835.

Ainda continuou na regência do estado até 14 de Janeiro de 1835. Servira D. João VI, D. Pedro IV, D. Miguel e D. Maria II, voltando a exercer novo govêrno na Índia.

Reinado de D. Maria II — O governador Bernardo Peres da Silva nascera na Índia. Professor de medicina, formado pela escola de Gôa, manifestara-se tão liberal que, em 1821, fôra eleito para o parlamento com Constancio da Costa. Em 1827 recebeu novo mandato e assim como da primeira vez encontrara as côrtes dissolvidas, desta topara o absolutismo vencedor. Dirigiu-se para o Brasil, com seu filho Tomaz, acompanhando, depois, o imperador nas lutas.

Nomeado governador e prefeito, tal celeuma levantou a sua investidura que logo rebentou uma revolução militar, sendo preso e acoimado de anti-português.

Em 1 de Fevereiro de 1835 aclamaram D. Manuel de Portugal e Castro para o cargo, ao passo que o deposto se refugiava em Bombaim (1835).

O recém-nomeado não quis continuar, fazendo eleger o conselheiro da prefeitura, Joaquim Manuel Correia da Silva e Gama, que muita acção tivera na revolta, com os tenentes-coroneis João Cabral Estifique e Pereira de Azevedo. Mas o conselheiro Bernardo Peres não desistia, tendo preparado um novo movimento, o qual resultou inane, sendo igualmente apeado o novo governador.

Os revolucionários nomearam alguns dos principais chefes para a governação, sendo eles João Pereira da Rocha e Vasconcelos, Manuel José Ribeiro, frei Constantino de Santa Rita, João Estifique, António Maria de Melo Morais Carneiro, António Mariano de Azevedo e José António de Lemos (1835-1837).

Simão Infante de Lacerda acrescentou a estes nobres apelidos o de Sousa Tavares. Fôra ele quem escoltara, com lanceiros, o rei D. Miguel em Sines, ao ser banido de Portugal. Recebera o título de barão de Sabroso.

Bravo militar, não possuia tacto governativo, levantando-se mil dificuldades contra ele. Caiu dum carrinho e entregou o govêrno a uma comissão administrativa composta por D. António de Santa Rita Carvalho, José Vieira da Fonseca, José Freire de Lima e Domingos Mariano Luiz (1837-1838). Este governador pouco realizou no seu consulado. Seguiu-se-lhe Manuel José Mendes, barão de Candal (1840), soldado da liberdade, que pretendeu fazer várias reformas coadjuvado pelo seu secretário, Claudio Lagrange, morrendo, porém, sem as pôr em prática. Sucedeu-lhe a comissão governativa que ficou composta de Vieira da Fonseca, Freire de Lima, António de Ataíde, Domingos Mariano Luiz, José da Costa Campos e Caetano de Sousa e Vasconcelos.

Joaquim José Lopes Lima era oficial de marinha e homem de letras. Deve-se-lhe a estatística magnífica das possessões portuguesas. Reformou o ensino primário em Gôa e tentou outros melhoramentos. Revoltara-se o batalhão provisório e ele foi obrigado a deixar o govêrno, indo para Bombaim até á chegada do seu sucessor, conde das Antas (1840-1842).

Ficara dirigindo os negócios uma comissão administrativa, da qual faziam parte António Ramalho de Sá, António Souto Maior Teles, António

de Ataíde, Costa Campos e Caetano de Sousa e Vasconcelos.

O conde das Antas (1842-1843), bravo e celebrado militar, chamava-se Francisco Xavier da Silva Pereira e daria, no govêrno da Índia, provas de firmeza. Ordenou a venda das propriedades das ordens religiosas, fundou o cemitério demolindo-se a igreja de Nossa Senhora da Serra, mandada construir por Afonso de Albuquerque, cuja estátua foi colocada em Pangim, que se elevou a cidade sob a designação de Nova Gôa.

Joaquim Garcez Palha (1843-1844), oficial de marinha, pouco pôde realizar no govêrno, falecendo ao cabo de um ano de o assumir. Sucedeu-lhe José Ferreira Pestana, que durante o dilatado período de sete anos exerceu aquele cargo. Concluiu-se o monumento a Afonso de Albuquerque, que, sendo uma má obra de arte, levou o governador a solicitar outra estátua, o que não conseguiu.

José Joaquim Januário Lapa, militar esforçado, teve que se defrontar com a revolta dos ranes de Satary, capitaneados por Dipagy Ranes, tendo-lhes dado batalha .

Reinado de D. Pedro V — O visconde de Torres Novas (1855-1864) sucedera á comissão governativa, com frei Joaquim de Santa Rita Botelho, Luiz da Costa Campos, Francisco Xavier Pires, Bernardo da Silveira e Lorena e Vítor Garcez Palha, que entregou o cargo a António César de Vasconcelos Correia, visconde de Tôrres Novas (1855-1864), o qual administrou com brilho, sendo reconduzido por mais seis anos, tendo prosseguido na sua obra e deixando magníficas recordações.

O visconde de S. Januário governou a Índia com toda a seriedade e bom desejo de acertar, mas revoltaram-se alguns regimentos e daí a partida, da metrópole, do regimento de caçadores 1, a fim de dominar os rebeldes de Volvey (19 de Fevereiro de 1870).

Fôra isto no período em que governara José Ferreira Pestana, o qual recebeu o título de visconde de Pangim. Seguiu-se, já no período do novo chefe, a rebelião de Marcela (21 de Setembro de 1871), indo de Lisboa a expedição do comando do infante D. Augusto, irmão do rei. Quando chegou já não havia tumultos. Todavia, dissolveu-se o exército da Índia. Com o infante partira o novo governador, Macedo e Couto, que ali esteve até 1875.

João Tavares de Almeida (1875-1877), general de divisão, assumiu o poder pretendendo realizar alguns melhoramentos. Morreu em 1877, ficando a gerir os negócios da Índia a comissão composta por D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, João Silva Campos, Francisco Xavier Soares da Veiga e Eduardo Augusto Pinto Balsemão, que entregou o govêrno ao notável oficial de armada António Sérgio de Sousa.

VISCONDE DE S. JANUÁRIO

O visconde de Sérgio de Sousa (1878-1879) pouco tempo governou, tendo sido vítima duma perniciosa, sucedendo-lhe a mesma comissão de cujas mãos recebera o mando, exceptuando Pinto Balsemão, em cujo lugar foi provido o filho do falecido, capitão-tenente António Sérgio de Sousa Júnior.

O sucessor foi outro oficial da armada, e bem distinto, Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque, naquela época, 1878, contra-almirante. O enorme impulso que deu ás obras públicas mereceu os gerais louvores, cuidando não só da beleza mas da higiene de Gôa.

A acção do visconde de Paço de Arcos (1882) no govêrno da Índia não pôde ser eficaz, visto ter durado muito pouco tempo, seguindo-se-lhe o conselho governativo presidido pelo patriarca D. António Valente, com os vogais D. José de Sá Coutinho, José Inácio de Brito e José Maria Teixeira Guimarães, que durante quatro anos exerceu o poder, entregue, depois, a Francisco Joaquim Ferreira do Amaral. Pouco tempo ali esteve, visto ter falecido sua espôsa, regressando por esse motivo a Lisboa, entregando a gerência do estado á mesma comissão administrativa que o precedera (1882-1886).

O oficial da armada Augusto César Cardoso de Carvalho (1886-1889), muito querido de D. Luiz I, exerceu o cargo com proficiência, ficando em seu lugar o conselho governativo composto pelo arcebispo D. António Sebastião Valente, José Joaquim Borges de Azevedo Enes, José Inácio de Brito e Joaquim Mousinho de Albuquerque, que devia ser o notável comissário régio de Moçambique.

ÍNDIA
Escala = 1/30.000.000
ARÁBIA
ÁFRICA
Golfo de Ádem
I. Socotorá
C. Guardafui
MAR ARÁBICO
OCEANO ÍNDICO
ÍNDIA
Diu
Damão
Bombaim
Goa
I. Angediva
60°
65°
70°
75°
20°
15°
10°
DIU
Escala = 1/375.000
Buchivara
Dagada
Brancavará
Remédios
Castelo
Diu
20°43'
DAMÃO
Escala 1/900.000
Damão Pequeno
Damão Grande
SURATA
PRAGANA
DE
NAGAR AVELY
73'
20°15'
GOA
Escala 1/1.000.000
Pernem
Sanquelim
Valpoi
PANGIM
Pondá
Iª de S. Jorge
Margão
Sanguem
Quepem
C. de Rama
Canácona
OCEANO ÍNDICO
45'
30'
74°15'
15'
M. Teste. des.

AS
MISSÕES RELIGIOSAS
NO
ULTRAMAR PORTUGUÊS

CAPITULO XXV

A RELIGIÃO NAS POSSESSÕES ULTRAMARINAS

Assistencia eclesiastica desde o descaimento e conquista — Poderio e queda da acção missionaria —Acção dos padres de Sernache, do Espirito Santo e outros

Assim que começaram as descobertas, desde logo se colocaram as terras sob o domínio religioso, tanto do espírito dos cavaleiros e nautas.

Já sucedera o mesmo com as tomadias feitas em África á moirama, instalando-se os sacerdotes nos bispados de Ceuta, Tânger e Safim, havendo ainda a diocese de Marrocos.

A ilha da Madeira teve seu prelado, o do Funchal, com jurisdição nos Açôres.

Mas avançara-se mais para além, e a Guiné, ao ser descoberta, logo viu chegar os franciscanos, que começaram numa larga propaganda, estendida até Cabo Verde (1466), indo também, mais tarde, ao Congo.

Aos padrões, com suas cruzes, grandiosos sinais de posse e de fé, sucediam-se os eclesiásticos com a palavra.

No reinado de D. João II já existiam igrejas em Gâmbia, Farim, Zinguichor e Geba, bem como na Serra Leôa. Os padres de Santo Eloi acompanharam ao Congo um grande desta côrte, que fôra baptizado em Lisboa. Logo se deu o mesmo sacramento ao tio do rei, tomando o nome de Manuel e seu filho o de António. O próprio soberano se chamou João e sua favorita Lionor. Edificara-se uma igreja á qual acorriam os congoleses mais entusiasticamente desde que derrotaram um seu inimigo de há muito a combatê-los. O secundogénito do monarca, Panso Aquitino, não quis tolerar os reverendos, visto estes lhe proibirem a poligamia. O pai acabou por lhe dar razão e a coroa foi tirada ao verdadeiro sucessor, por o sentir muito ligado aos religiosos. Estes, com os soldados, entronizaram-no, ficando-lhes gratíssimo e consentindo na propagação da fé em seus estados.

O reino africano tornara-se o ponto mais favorável para o desenvolvimento do cristianismo, sendo erigido o seu bispado em 1597. Denominou-se S. Salvador do Congo. Também lá se instalaram os dominicanos.

Os jesuitas no Congo, Angola e Cabo Verde — Quando reinava em Portugal D. João III, dirigiu-se a Lisboa um sacerdote, de nome Diogo Gomes, a fim de solicitar do monarca que pusesse côbro á discórdia havida entre D. Diogo, rei congolês, e o bispo D. João Baptista. Foram nomeados para a doutrinação os padres jesuitas, então em grande crédito. O reitor do Colégio de Coimbra, ouviu o irmão de D. Leão Henriques a solicitar a mercê de partir. Iam com ele os reverendos Jorge Vaz, superior da missão, Cristóvão Ribeiro, Jácome Dias e Diogo do Soveral. Dentro em pouco, postos de acôrdo com o bispo, edificaram três igrejas: S. Salvador, Ajudá e S. João Baptista.

Começara, porém, uma luta por causa da poligamia, que os padres proibiam, recebendo insultos e ameaças com outros portugueses, pelo que se mandou participar ao reino o sucedido.

Entretanto continuavam a formar-se missionários inacianos no colégio conimbricense.

Em 1584 estavam no Congo os carmelitas descalços. Em S. Tomé missionavam os agostinhos.

No ano de 1560, os jesuitas acompanharam Paulo Dias de Novais á conquista de Angola. O padre Baltasar Barreira, que já vira a Guiné, com o seu companheiro Manuel Álvares, soubera como existia um soberano em Angola, o qual já tivera contacto com sacerdotes bernardos, idos de Cabo Verde. Foi a missão com o chefe da embaixada, Paulo Dias de Novais, e ao chegarem ao Quanza souberam da morte do rei Inêne, que os agasalharia. Isto não os demoveu de prosseguirem nas suas missões e iniciaram os baptizados. Catorze anos ali lidou aquele padre; auxiliou-o muito o seu colega Baltasar Afonso.

Passou o inaciano a Cabo Verde com os seus irmãos em religião Manuel Barros e Manuel Fernandes, sendo recebido entre festas. Não era isto o que agradava a Barreira, mas sim trabalhos e perigos.

A Guiné e os missionários — Daí dirigiu-se para o sertão guineu, onde viviam os negros bravos entre as suas florestas de magníficas essências mas quási impenetráveis. Foi o religioso convencer os indígenas, indo até á Serra Leôa, convertendo sobas e vassalos e penetrando nos matos, deixando cristãos dois poderosos régulos, sob os nomes de D. Pedro e D. Miguel.

O padre Manuel Alvarez, na Serra Leôa, acudiu ao rei, que estava moribundo e adoptou o cristianismo.

Os franciscanos prosseguiam denodadamente a obra iniciada a custo, mas proveitoso se tornou seu fruto, porque chegou a haver numerosas igrejas.

O clero secular iria tomar conta das freguesias que se criavam.

O bispo congolês — Em 1518 foi nomeado bispo de Utica D. Henrique, filho do rei do Congo, formando-se na região estabelecimentos de missões, com seus templos em S. Salvador, Bamba e Sonho. Os capuchinhos tomaram conta destes lugares e bem assim das instalações religiosas de Luanda, Ambuela, Bengo, Massagano e Cabinda. Os franciscanos da Ordem Terceira estavam em Luanda e Calumbo; os carmelitas em Pungo Andongo, Luanda e Bango-a-Quitamba. Lançavam-se, ousadamente, nos sertões, faziam conquista pacífica ou seguiam atrás dos dominadores militares. Sobretudo, os jesuitas, avançavam para se instalarem nos diversos sobados, conseguindo captar os régulos a ponto de se travarem questões entre aqueles eclesiásticos e os guerreiros que pretendiam avassalá-los.

A África ocidental foi recebendo até ao século dezassete o influxo deveras superior das ordens religiosas e daqueles padres, mas nem sempre seria possível aguentar o mesmo fervor.

Cabo Verde teve o seu bispado jurisdicional da Guiné em 1559. S. Tomé recebeu categoria diocesana em 1534; o Congo em 1596, passando o prelado para Luanda, sob a designação de bispo de Angola e Congo.

Havia desde 1538, em Lisboa, um colégio de missões ultramarinas. Era no reinado de D. Manuel e na Batalha se instalaria e de seguida em Coimbra. Mal se compreenderia um país cuja grande obra colonial se adiantava não pretender cimentar a fé nas terras descobertas. Deveu muito a religião a Portugal mas os cultores dela tambem souberam influir para o desenvolvimento colonial em larguíssima propaganda.

Conflituavam, por vezes, governadores e missionários, acusando-se uns e outros de ambiciosos. Era, porém, certíssimo que se trabalhava largamente na propagação da crença, o que teria mais intenso recrudescimento na África Oriental, na Índia e, depois, no Brasil.

Missões no Monomotapa — A fama das riquezas do Monomotapa, o vasto império da África Oriental atraíra as atenções dos conquistadores, ao tempo em que os jesuitas lidavam na Etiópia fundando igrejas.

O mais notável obreiro das conversões naquela região foi o grande padre Gonçalo da Silveira. Nobre, filho do conde da Sortelha, preferiu a roupeta aos prazeres do mundo e, sendo sapiente e douto, quis ir converter os infiéis, tendo chegado ao Monomotapa após a sua estada na Índia. Em Moçambique zelara muito a sua missão; dera exemplos de fé e de isenções e assim se foi preparando para maio-

res trabalhos. Soube introduzir-se no ânimo do imperante, com a ajuda dum negociante português, António Caiado, ali residente desde ha muito. Baptizou o rei, a rainha, gente da côrte e povo, mas os moiros, que dominavam no país, ao verem a influência que ele tomava, começaram a persuadir o soberano de que, conquistando-lhe os vassalos, o queria despojar do império.

Assentou-se que fôsse morto aquele dominador de almas. António Caiado, apesar das boas graças de que gozava, inutilmente tentou salvá-lo.

O inaciano dispõe-se para o martírio num sábado, véspera da quarta dominga de Quaresma. Disse a sua missa; baptizou cinqüenta indígenas, despediu-se dos portugueses, repartindo as relíquias que possuía, e ainda pediu a António Caiado para evitar a perseguição futura aos moiros que deviam matá-lo.

Ficou apenas com um crucifixo e em confidência com aquele negociante foi dizendo como perdoava ao rei, por ser muito moço, e á rainha, porque andava enganada.

Aguardou a morte com verdadeira serenidade. Até á meia-noite passeou diante da sua residência e ao deitar-se deixou as portas abertas. O português mandara os seus criados guardá-lo, mas a moirama entrou de roldão na casa e, amarrando-o, enforcou-o. Partiram o crucifixo e, levando de rastos o mártir, lançaram o seu corpo ao rio Mocenquesse (16 de Março de 1561).

Pouco tardaria que se empreendesse a conquista daquele império, sob a direcção de Francisco Barreto, havendo graves dissenções entre o capitão e os jesuitas que acompanhavam a sua travessia e a dos seus sucessores e aos quais devia sempre consultar.

Com o decorrer do tempo os conflitos redobraram para abrandarem mas as missões iam desaparecendo, visto a Índia e o Brasil atraírem mais as atenções do que a África, onde ficavam alguns missionários e padres seculares com seus prelados.

S. Francisco Xavier — No tempo em que reinava em Portugal D. João III chegaram a Lisboa alguns padres pertencentes á Companhia de Jesus, recém-fundada.

Vinham, nessa época, cheios de fé e sinceridade, como sucede em todos os organismos que se criam sob um alto influxo, como se a natureza emprestasse aos homens, que se entregam á realização dos altos sonhos, algumas das suas mais poderosas fôrças.

Um dos jesuitas que passou a Portugal chamava-se Francisco de Jasso e

GONÇALO DA SILVEIRA

Xavier; era espanhol, nascido no castelo deste nome, perto de Pamplona, na Navarra. Fizera em Paris os seus estudos; conhecera Inácio de Laiola e, tendo sido um dos fundadores da Companhia de Jesus, destinara-se-lhe a missão de passar á Índia, a fim de converter os infieis.

Era no período da sinceríssima ansiedade de ir pelos mundos conquistados pelos portugueses, á busca de iluminar as almas consideradas ignaras. Tratava-se duma cruzada nova num mundo novo.

O rei português, ao escutar o pedido, sabendo que o padre Francisco Xavier tinha honras de núncio do Papa, hesitou entre deixá-lo seguir para a Índia, como desejava, e detê-lo em Lisboa, com seus companheiros, onde lhe poderiam ser, julgava sua alteza, de maior utilidade. Mas o recém-chegado insistia Era aquele o

seu fim. Vinha doente dumas febres apanhadas em Roma, onde estivera com o pontífice. Naturalmente enfermava de sezões das lagoas pontinas, junto á Via Ápia, na região dos pantanos.

A sua tez era pálida, pela doença, mas seu corpo, mais alto do que baixo, robusto e elegante, não se mostrava alquebrado. Luzia-lhe nos olhos vivos o ardor de bem cumprir e seu rosto vermelho, sangüíneo, antes da doença, emoldurava-se numa barba preta. Vestia com a simplicidade dum apóstolo das primeiras eras a roupeta negra, desenvolta, quási sempre,

LUGAR DA PRIMEIRA SEPULTURA DE S. FRANCISCO XAVIER

e que ele unia contra o peito. Apesar da pobreza que se notava em seu trajo, alguma coisa de grande e de belo irradiava de sua pessoa, dando-lhe como que uma autoridade natural. Descoberta a cabeça, ornada por uma cabeleira longa, calçado de sandálias, assim aparecera ante o soberano na audiência que lhe concedera.

Ao ouvir o monarca dizer ao seu companheiro — o padre Simão de Azevedo, português e também um dos fundadores da Companhia de Jesus — que melhor seria ficarem para o ensino em colégios a fundar, Francisco Xavier apresentou as cartas do Padre Santo dizendo-se dirigido á Índia.

Forçoso se tornava deixar partir aquele homem que preferia, em nome da sua fé, todos os percalços duma temerosa aventura, aos deleites duma cátedra, da qual ensinaria o que aprendera nas escolas de Paris, onde fôra louvado e talentoso discípulo dos maiores mestres e entre eles do português, célebre, doutor Diogo de Gouveia.

Tinha que embarcar em naus a fazerem-se de vela para as regiões onde o seu mister se tornava mais preciso e útil do que em Portugal, onde ficaria o padre Simão Rodrigues de Azevedo. Embarcaria, pois, com os seus dois companheiros, o português Francisco de Mancias e o italiano Paulo de Camerino.

Inundava-se-lhe o espírito da luz da verdade que pretendia comunicar aos povos aferrados a outras religiões e daí não querer perder tempo em detenças. Iriam nas primeiras naus a largar.

D. António de Ataíde, conde da Castanheira, dera ordem para encherem de confôrto os reverendos, que teimavam em fazer a travessia; trata-

va-os deste modo por seu alvedrio e pelas ordens de el-rei; aconselhava Francisco Xavier a levar consigo um criado, um moço para seu serviço, mas logo se encheu de pasmo ante a resposta do jesuita:

— Eu, senhor, enquanto me puder servir a mim mesmo com as mãos que Deus me deu, não empregarei as d'outrem.

Mostrou-lhe, então, o fidalgo, como ele, sendo núncio pontifício, carecia de mores resguardos, diferindo da marinhagem e da plebe. A resposta do jesuita foi ainda de maior pasmo para o nobre conde da Castanheira.

Disse-lhe que por tanto se alardear a autoridade eclesiástica é que a república cristã chegara ao mau estado em que se encontrava.

D. António de Ataíde encarou-o e ele prosseguiu em afirmações singularíssimas para um representante de Sua Santidade.

Largara, pois, para a Índia, em 7 de Abril de 1541. Desejou sempre comer com os marinheiros e como houvesse a bordo uma epidemia de escorbuto mais reïncidiu naquela teima, sem o menor temor. O capitão da armada, receando ver contagiado o resto dos tripulantes, pretendeu libertar-se desembarcando-os em Moçambique, onde o jesuita os acompanhou, ficando junto deles, agasalhando-os, até que a cura chegou para uns e a morte para outros. Entregues, os salvos, a outros cuidados, Francisco Xavier tomou passagem noutra nau, desembarcando em Gôa.

Era bispo frei D. João de Albuquerque, franciscano, o primeiro prelado que entrou na possessão (1538) em lugar de D. Francisco de Melo, o qual falecera antes de embarcar.

O jesuita não quis fazer seu doutrinamento sem licença do antiste, isto apesar de ser legado do papa. Começou pelo ensino das criancinhas; depois fundou um seminário, no qual educava sacerdotes.

Passou a costa da Pescaria, prègando e dando salutaríssimos exemplos, atraíndo os indígenas. Todos o adoravam. Durante o govêrno de Martim Afonso de Sousa justificou largamente a sua missão espiritual. O sucessor dêste vice-rei foi D. João de Castro. O apóstolo andava em Malaca e nas Molucas, exercendo o seu santo ministério.

A fama do seu nome gerava milagres de fé.

O vice-rei acolheu-o com extremada admiração e em seus braços exalou o derradeiro suspiro.

O apóstolo no Japão — Três mercadores portugueses, Francisco Zaimoto, António da Mota e António Peixoto, tinham chegado ao Japão, em 1542. O jesuita teve conhecimento daquele império por intermédio de um nipónico que, deslumbrado pelas palavras do missionário, o seguiu a Gôa, baptizando-se, tomando o nome de Paulo da Santa Fé e entrando no seminário. Determinou ensinar ao mestre o caminho para a sua terra, onde poderiam fazer um grande número de prosélitos. Desembarcou em Cangoxima com os discípulo. Os «daimios», senhores feudais que governavam as províncias, foram informados pelos sacerdotes budistas da influência que exercia no ânimo do povo esse singular dominador de almas. O senhor de Satzuma ouvira-o e agradara-se de seus dizeres; concedera-lhe licença para prègar nas suas terras mas teve dificuldades com o imperador, o «mikado», ao qual os outros chefes — os «daimios» — obedeciam.

Fundou mais de cinqüenta igrejas e deliberara fazer o mesmo na China, com os missionários preparados no seu seminário.

S. Tomé — Havia a tradição que o grande apóstolo S. Tomé residira e propagandeara o cristianismo no Oriente e nessa crença os portugueses se fundaram e sobretudo Afonso de Albuquerque, cuja crença igualava o valor.

Dera, todavia, o padroado da Índia a Santa Catarina, visto ter sido no seu dia que reconquistara Gôa ao Hidalcão (1510). Edificou-se, logo, a igreja que lhe foi dedicada, a única que a cidade possuiu até 1542, em que os jesuitas lá chegaram com Francisco Xavier.

Fundou-se a igreja de S. Paulo. Os dominicanos andavam no Malabar, reünindo-se em comunidade no ano de 1549. Os franciscanos chegaram á Índia em 1566, muito tempo depois da morte do grande doutrinador (2 de Dezembro de 1552), sendo beatificado em 25 de Outubro de 1605, por Paulo V, e santificado em 3 de Dezembro de 1621, por Gregório XV.

Recebeu a auréola de padroeiro do Oriente em 1747, sob o pontificado de Benedito XIV.

Os agostinhos igualmente se estabeleceram no novo estado, criando o seu convento em Gôa e indo em missões até á costa do Malabar e ao Mogol.

A jurisdição do prelado da Índia ia do Cabo da Boa Esperança até

O PRIMEIRO PATRIARCA DAS ÍNDIAS, D. ANTÓNIO SEBASTIÃO VALENTE

aos confins orientais e em 14 de Fevereiro de 1557 já havia dois bispados sufragâneos: Cochim e Malaca. Sucedeu-lhes o de Macau (1575), que compreendia a China e o Meliapor, em honra de S. Tomé, cuja tradição aumentara. Enfim se consagrava o primeiro apóstolo cristão que ali fôra erguer templos, logo derruidos pelos idólatras.

A acção missionária correspondiá á guerreira.

Padroado do Oriente — Em 1514, Leão X, pela bula «Dum fidei constantiam», concedeu aos reis de Portugal o privilégio exclusivo de protegerem os interêsses católicos nas terras descobertas. Antes dele, já Martinho V, Eugénio IV, Nicolau V e Alexandre VI tinham reconhecido o domínio temporal nas regiões descobertas e por descobrir desde o cabo Não para o oriente. Á Espanha cabia o mesmo direito para o ocidente.

Devia o monarca português proteger e sustentar o culto, igrejas e sacerdotes. Devia dilatar o mais possível a propaganda da fé. Passavam a ser arcebispos os prelados goenses, sendo o primeiro D. Gaspar de Leão Pereira (1560), que sagrou o jesuita Melchior Correia, bispo de Nicéa. Fundou o convento da Madre de Deus e para ele se retirou, resignando a mitra (1567). Sucedeu-lhe D. frei Jorge Temudo, bispo de Cochim, oratoriano, o qual celebrou o concílio provincial. Morreu em 1571 e foram buscar ao seu refúgio o antiste resignatário com novas bulas. Falecendo em 1576, nomeou-se para o cargo D. frei Henrique de Távora, dominicano. Os outros prelados foram D. frei Vicente da Fonseca, dominicano (1580); D. Mateus de Medina; D. frei Aleixo de Meneses, agostinho, que enviou muitos missionários a Sacorotá, Bassorá, Melinde, Pérsia e Ceilão. Continuaram a sua obra o bispo D. Jerónimo, D. Cristóvão de Sá (1616-1622), D. frei Sebastião Pedro, primeiro bispo de Meliapor (1623-1629; D. Francisco dos Mártires (1636-1652). Durante o seu período governativo houve imensos conflitos e desordens. D. frei António Brandão, da Ordem de Cister, dirigiu o arcebispado desde 1675 a 1678 e o secular D. Manuel de Sousa Meneses de 1681 a 1688. D. Agostinho da Anunciação 1691-1713). D. Sebastião de Andrade Pessanha (1716-1721). D. Inácio de Santa Teresa, o mais turbulento membro do episcopado, exerceu o cargo até 1739, substituindo-o D. frei Eugénio Trigueiros, que faleceu na viagem de Macau para a Índia. Interinamente assumiu aquelas funções o bispo de Cochim, D. Francisco de Vasconcelos (1742-1743) e logo D. frei Lourenço de Santa Maria (1744-1751); D. António Brum da Silveira (1750-1755); D. Francisco de Brito (que teve grandes questões com o cabido, clero e povo, sendo suspenso pelo papa Pio VI) e D. frei Manuel de Santa Catarina (1779-1812). Era carmelita e deu estatutos aos frades da sua or-

dem; D. frei Manuel Gualdino, franciscano (1812-1831). D. António de Santa Rita Carvalho (1839-1841). Foi nomeado José da Rocha Martins Furtado (1841) mas resignou, sucedendo-lhe D. José Maria da Silva Tôrres (1843-1860) e logo D. João de Amorim Pessoa, que foi de licença para o reino, cabendo a nomeação ao bispo do Funchal, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos (1875-1877). D. António Sebastião Valente (1881-1886). Este prelado de Gôa recebeu o título de Patriarca das Índias Orientais.

A Concordata — Em 1848, no reinado de D. Maria II, assinara-se um convénio, entre os representantes do govêrno português e a Santa Sé, referente ao Padroado da Índia. Ficara secreto o tratado, para que os plenipotenciários o apresentassem aos seus governos. O negociador português fôra Costa Cabral, conde de Tomar, o romano, o arcebispo de Berito. A Curia entendera que estavam muito desprezadas as dioceses, devendo, porém, manter-se o número delas. Em 1851, Almeida Garrett, foi tratar do assunto com o mesmo delegado pontifical, que subiria ao cardinalato em 1853 sob o nome de Pietro. Foi naquele ano que Pio IX pronunciou no consistório secreto algumas palavras desagradáveis, em extremo, para Portugal acêrca dos direitos ao padroado. Dizia, o pontífice, que aquela regalia proviera de pura benesse papal. Lavrou-se um protesto e começou a questão. Entregara-se a nota ao internúncio, começando as reuniões, a que assistia Rodrigo da Fonseca Magalhães, ministro interino da Justiça, com o latinista exímio Bartolomeu dos Mártires, oficial-mor dos eclesiásticos e grande conhecedor de bulas. Alexandre Herculano atacou violentamente a sujeição ao papado; o parlamento excitou-se e até 1861 se foi discutindo, até que se assentou ser o padroado português efectivo em Gôa, no bispado «ad honorens» de Anganor, assim como nos de Cochim, Meliapor, Malaca e Macau, com delimitações marcadas pela Santa Sé. Mas não se executava o acôrdo, em virtude da dificuldade para a circunscrição diocesana.

Continuou a ser muito discutida a questão. Roma queria reduzir a área do domínio português, em 1881, a fim de servir a «Propaganda Fidei», a qual, criada em 1597, por Clemente VII, assistira a todo o desenvolvimento e decadência do império português. Em 1622, Gregório XV dera-lhe uma organização forte. Encarregava-se de nomear os prelados para as terras dos infieis, vigários apostólicos e missionários, para cuja educação possuía um colégio.

Ora o govêrno português descurara, em grande parte, as missões e daí a acção de Pio IX, que sempre detestou os governos liberais.

Desta vez, porém, baseara-se nalguma cousa que prejudicava as próprias possessões portuguesas, alastrando a questão, após a sua morte (1878), para o pontificado do hábil e tolerante Leão XIII.

As ordens religiosas e as missões ultramarinas — Quando da expulsão dos jesuitas ainda os outros religiosos se apossaram da propaganda católica, mas, após o decreto abolidor das ordens e congregações (1834), o abandono foi completo. Não havia mais forma de se levar aos selvagens a palavra de Deus e a civilização portuguesa.

Os outros povos, que, seguindo a rota dos navegadores, se apossavam do seu território, começavam a desenvolver largamente a sua propaganda missionária, tanto a protestante como a católica.

Entre os grandes pioneiros desta obra existia, desde 1703, a Ordem do Espírito Santo, nascida em França, e que por sua humildade e pobreza tratavam de «farrapeiros da Igreja». Partira deles a ideia das missões a terras distantes, criando o seu seminário colonial em 1805, ao cabo de muitas vicissitudes.

Existia, igualmente, a Congregação do Santíssimo Coração de Maria, que abrira em 1841 o seu seminário, após um trabalho enorme do padre Libermann. Eram seus predecessores os reverendos Levavasseur, Tisserand e Colin, sendo os dois primeiros creoulos. Seminaristas de S. Sulpício realizaram o seu sonho. Foi em 1843 que os primeiros missionarios se dirigiram para a Guiné francesa, acompanhando monsenhor Barron, vigário apostólico da «Propaganda Fidei» nas Duas Guinés. Por fim fundiram-se os elementos desta congregação com a outra, fundando-se a que devia ser a notável Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Ma-

ria. Esta agremiação influiria imenso no futuro da vida missionária portuguesa em África. Em 1853 já chegara a tão largo desenvolvimento que tinha delegados na África Ocidental, ilhas, Oceano Índico e Antilhas, vicariatos apostólicos nas duas Guinés e Senegâmbia.

Pensaram, desde logo, numa província britanica da sua ordem, a fim de penetrarem na Serra Leôa e mais territórios britanicos. Por isto se fundaram os colégios de Bocken e Blackrock. Do mesmo modo se procedera na Alemanha, apesar deste país não ter ainda colónias.

E os missionários começaram a pensar na África Portuguesa, abandonada desde o tempo da expulsão das ordens religiosas.

Missionários portugueses do Colégio de Sernache e franceses do Espírito Santo — Em todas as possessões nacionais havia alguns sacerdotes para ministrarem o culto. Em 1850, quando os franceses aperfeiçoavam a sua acção, sob os auspícios da «Propaganda Fidei», Portugal tinha o seu vasto território tão mal zelado espiritualmente que daria motivo ás palavras de Pio IX.

D. Veríssimo António Monteiro da Serra, bispo eleito de Pequim, onde tivera o mandarinato, foi quem primeiro deu o sinal de alarme ante o abandono em que se encontravam as missões orientais. Pensou na fundação dum seminário destinado a jovens missionários para a China e o govêrno concedeu-lhe a pensão de um conto e duzentos, anualmente, para organizar esse colégio, que se abriu no Bombarral em 1844, onde esteve até 1852.

Quando aquele prelado faleceu, o padre Luiz da Natividade, que fôra franciscano, fez novos estatutos para a agremiação e fundou-se outra casa em Lisboa, na Mouraria, começando a pensar-se no antigo convento de Brancanes, junto de Setubal, para instalar os futuros missionários. Havia, porém, quem preferisse o ántigo seminário do priorado do Crato, em Sernache do Bomjardim e o novo director solicitou-o do govêrno, que lhe deferiu o pedido em 1855. Já os outros sacerdotes, os estrangeiros, iam tirando fruto da sua acção. O vigário apostólico Barron quisera meter no âmbito da propaganda o Congo, e como o bispo de Angola e Congo não tinha mais de cinco padres para o serviço de toda a colonia, eles sentiram ser chegado o momento de intervir, ante a declaração do próprio bispo Moreira Reis.

Em Sernache havia dezanove alunos internos e vinte externos, preparando-se, apesar de enormes dificuldades, para poderem acudir aos interêsses da fé e da nação.

Em 1865 era director do Colégio de Sernache o bispo de Macau, D. João do Amaral e Pimentel, que desenvolveu o seminário.

Já o superior do Espírito Santo solicitara da «Propaganda Fidei» a reorganização dos serviços religiosos no Congo, sôbre um relatório do padre Duparquet. Dez anos antes, o rei congolês pedira missionários a Portugal, cuja tradição e língua não tinham sido esquecidas no seu reino.

Queriam, os da Propaganda, enviar para ali os capuchinhos, cuja ordem tivera alguma influência na região, mas não houve forma de prosperar a ideia. Por isso, quando o padre Schwindenhamer, do Espírito Santo, apareceu com a ideia, foi acolhido com intenso júbilo, entregando-se-lhe a missão solicitada, sem que se ferissem os interêsses do bispado de Angola e Congo.

Desde 1640 que se formara uma prefeitura apostólica naquele vasto território e fôra ela confiada aos capuchinhos, separando-se, todavia, as jurisdições. Baseando-se, um pouco, nesta lei, deliberou-se conceder-se-lhe aquele direito sob as vistas imediatas da Santa Sé, embora sob a jurisdição do bispo, com as restrições da bula velha.

Nomearam-se, logo, dois missionários: um antigo pioneiro da Guiné, o padre Poussot e um seu companheiro, Espatallié. Juntou-se-lhes um antigo soldado de nome Billon, muito cheio de fé na congregação, e dirigiram-se a Lisboa, a fim de solicitarem a licença para a sua instalação. Os seus compatriotas lazaristas, instalados em S. Luiz Rei de França, acolheram-nos e auxiliaram-nos, bem como o secretário da legação francesa, marquês de Savoie, que lhes prometeu a benevolência do govêrno junto do qual estava acreditado o seu ministro.

Os jesuitas que tinham entrado em Portugal, embora sem chancela ofi-

cial, exerciam o professorado no Colégio de Sernache desde 1861, desenvolvendo, largamente, o ensino até 1871, mas tornava-se difícil enviar missionários em quantidade suficiente para a África.

Surgiam dificuldades de várias espécies, mas em 1867 já um aluno de Sernache, o padre Marcelino Marques de Barros, missionava em Farim, na Guiné, conseguindo muito dos indígenas. Esteve em Bolor missionando. O seu condiscípulo António Henriques Sêco passou de Cabo Verde para Bissau e o padre António da Cunha entrava em Ambriz, em cuja pobre residência seriam hospedados os franceses do Espírito Santo, enquanto o seu superior, Poussot, se dirigia a Luanda, a fim de conseguir licença das autoridades civis e também do bispo D. José Nilo de Oliveira, que o agasalhou no paço, bem como aos companheiros regressados de Ambriz.

A questão dos missionários franceses em 1866 — Os sacerdotes de todo o mundo têm sua mãe espiritual, Roma, e seu soberano, o papa. Devem, a uma, obediência e ao outro disciplina. Daí o acolhimento fraternal entre os cultores da mesma fé. A acção do bispo de Angola, a favor dos missionários do Espírito Santo, não caíra bem no ânimo dalguns liberais e patriotas, fazendo-se certo movimento nas Câmaras contra a admissão dos congreganistas estrangeiros, defendidos pelo miguelista Pinto Coelho, que entre outros argumentos teve este: «Aquilo que a Santa Sé não poderá consentir é que o nosso padroado sirva só para impedir a civilização católica dos povos a ele submetidos».

Mas Levy Maria Jordão sustentou que aquela determinação do pontificado bulia com a soberania nacional dando autorização para o estabelecimento de missionários estrangeiros no Congo sem prévia consulta. Como o rei D. Pedro V, do Congo, tivesse pedido missionários, que não se lhe deram, argumentava-se com a falta para se defender a ideia da Cúria e, ao mesmo tempo, clamava-se pela defesa da dignidade nacional.

Os padres, enquanto não se instalavam no Congo, iam viajando de Luanda para o Bengo, onde encontravam as ruínas do convento franciscano de Santo António. Toparam cristãos no Quinfandungo e seu forte foi Ambriz, pela proximidade da região ambicionada para a sua propaganda.

Como o pároco partisse para Lisboa, substituiu-o o padre Espatallié. O reverendo Poussot estava no Gabão quando o vice-almirante Fleuriot de Langle lhe ofereceu passagem a bordo da sua fragata «Zenobia». Passou ao «Curieux» e foi até Banana.

Querendo praticar largamente a sua missão, aproveitou todos os meios para chegar ás regiões já selvagens, entendendo-se, porém, com o régulo Chimbache, de Matera, indo até Boma, onde os portugueses lidavam. Chegou ao Sonho, ás terras do Congo, e lá viu a igreja portuguesa. As alfaias religiosas guardava-as o rei com enlêvo supersticioso e não passavam dum antigo crucifixo. Regressou a Ambriz.

O padre Duparquet também não olvidara o seu grande desejo de missionar na terra angolesa e arranjou o auxílio do bispo, indo para Mossâmedes como pároco de Capangambé, que pertencia ao distrito.

Acolheram-no bem, destacando-se nas gentilezas um cultivador rico, de apelido Brochado, que se dera com amor ao estudo regional e até escrevera uma memória deveras interessante e mesmo erudita.

O reverendo não perdia tempo, aguardando sempre o momento de se dirigir ao Congo.

Dirigiu-se ao planalto de Chela. Encantou-o a região. Havia muitos lugares onde levar a fé. No parlamento português prosseguiam as discussões e o reverendo teve a ideia de formar um colégio educador de missionários portugueses destinados àquela obra.

Missões portuguesas do Espírito Santo — O conde de Casal Ribeiro, que era ministro, apoiou-o, mas o grande auxílio obteve-o ele de homem mais modesto. Chamava-se José Inácio Roquete e era um dicionarista exímio. Professara contra a vontade paterna e estivera no convento de Santo António do Estoril, pois, sendo natural de Alcabideche, ali encontrara acôlho mais certo para as suas ideologias. Dedicadíssimo a D. Miguel, chegara, em 1830, a prègador régio, mas em 1833 levaram-no para o castelo de S. Jorge, acusando-o de antiliberal. Tinha a sua crença mas jamais provocara ódios. Emigrou para

Londres; dali partiu para Paris, recebendo do arcebispo uma paróquia no bairro de S. Germano, onde muito lhe valeu a sua ilustração.

Ao mesmo tempo coadjuvava o visconde de Santarem nos seus trabalhos de alto valor e erudição e sendo vigário na freguesia de S. Paulo da capital de França foi convidado, pelo patriarca D. Guilherme, para assumir a direcção duma cadeira no seminário. Em 1854 era comendador de Nossa Senhora de Vila Viçosa. Consagrava-se, o miguelista sapiente. Era sócio da Academia e autor de várias obras, entre elas os dicionários tão celebrados.

Foi ele quem se entendeu com o padre Duparquet para a fundação dadente do Gabão, que até 1875 prosperou, após vários conflitos com os indígenas, conduzidos pela cólera dos seus feiticeiros contra os missionários. Mas não havia maneira, ao comêço, de se conterem aqueles ataques, até que o almirante Reburt fez um aviso claro para se respeitar aquele instituto, declaradamente francês. Mas a penetração ia fazer-se. O padre Augouard recebera o encargo de reerguer a missão de Santo António do Congo e lá foi com vinte e sete marinheiros, de grande uniforme, e o seu comandante, mr. Peufeutenio. Celebrou-se um pacto de amizade entre os franceses e o soberano.

Os padres do Espírito Santo não consideraram Gibraltar como territó-

NA MISSÃO DA HUILA

quele seminário em Santarém. Dedicara-se àquela ideia. Sentia a necessidade da propaganda da fé, feita por portugueses, no ultramar e em 1867 já estavam a trabalhar o padre Carrie e dois escolásticos, Dissan e Ruche. Formara-se a Casa do Congo. O primeiro aluno nacional foi o seminarista Policarpo dos Santos. Apareceram mais candidatos e veio do estrangeiro o reverendo Eigenmann para superior, mas não se arranjava forma das coisas caminharem nas regiões oficiais. Acabara-se por transferir o instituto para Gibraltar. O padre Duparquet fôra para Zanzibar.

Desanimava-se, sendo suprimida a Casa do Congo mas indo instalar-se em Landana como missão independente rio próprio para a sua tarefa. Já tinham consigo, bem formados, dois padres portugueses: Policarpo Santos e José Maria Antunes, com dois irmãos auxiliares, Silva e Pereira. O padre Eigenmann deliberou tentar, de novo, a implantação congreganista em Portugal. Partiu para o reino com aqueles sacerdotes e o reverendo Rooney, indo estabelecer-se em Braga, onde se abriu um colégio, ao qual acudiu grande número de alunos. Era a riqueza. Mudaram-se para a quinta das Hortas. Afluíram mais rapazes e com os proventos da educação ministrada desenvolviam o seu instituto, que já contava portugueses destinados ás missões.

Entretanto, o padre Duparquet li-

dava em Luanda, após uma travessia deveras arriscada, mas de alto valor para o seu fim, nas regiões de Ovampo e Damaralândia e decidiu expor ao govêrno o seu pensamento dominante. Era em 1878. Um homem distinto, miguelista, amigo da fé, honestíssimo, Fernando Pedroso, acompanhou-o junto do ministro da marinha e ultramar, conselheiro Júlio de Vilhena. Ante os argumentos, consentiu-lhes que fôssem missionar em Angola, onde muito bem os acolheu o bispo D. José Sebastião Neto. O membro da congregação do Espírito Santo José Maria Antunes foi nomeado pároco de Huila, onde se fundaria uma missão, e em 1881 iam os missionários para Mossâmedes.

Missões de Sernache no Congo — Quando o novo bispo de Angola partiu para a sua diocese levara em sua companhia um moço missionário de Sernache, António José de Sousa Barroso, destinado a pastorear a freguesia da Ilha. Era em 1880. Pouco depois partia com três outros sacerdotes, destinando-se ao Congo, tão apreciado pelos padres do Espírito Santo para a sua propaganda. Chegaram a S. Salvador; toparam os restos do que fôra a acção religiosa nacional noutros séculos e também viram outros reverendos, porém estes protestantes e ingleses.

E' que a acta de Bruxelas e a Conferência de Berlim tinham concedido, em seus artigos, o direito de assistência das Igrejas nos diversos territórios africanos.

Já se tinham assenhoreado, em parte, do ânimo do monarca congolês, D. Pedro de Água Rosada. Abundavam, porém, em António Barroso, bom minhoto de Barcelos, as qualidades de acção e tenacidade; em seus companheiros frutificava o exemplo e a virtude de bem exercer serviços divinos. Iam com um pedreiro e um carpinteiro, destinados a erguer as casas onde deviam residir e estabelecer o culto (1881).

Havia, porém, a memória do passado, um pouco de civilização portuguesa espalhada e o padre com o seu colega Sebastião Pereira em breve se entendia com os filhos do rei do Congo, Álvaro Tangue, Álvaro Marcapai e Nicolau Diungo.

Influíra, do mesmo modo, no ânimo do rei, ao qual não tinha presentes para oferecer mas grandes conselhos a dar. Pouco tardou que não estivesse, novamente, dominante, com muito trabalho, é certo, o prestígio antigo dos portugueses na região.

S. Salvador do Congo parecia constituir um símbolo da salvação dos interêsses nacionais naquela apetecida colónia.

Começou pela igreja e acabou no cultivo de granjas bastante produtivas. O chefe missionário percorria a região; fazia-se respeitar, insinuava-se, impunha-se e, demonstrando todo o seu valor e zêlo, só lamentava a falta de auxílios, sempre requeridos e raramente satisfeitos.

Criara um hospital, uma escola, um estabelecimento agrícola e até um observatório meteorológico. Triunfava. Jamais hostilizara abertamente os padres protestantes. Dava-se com eles; sòmente fazia avultar, aos olhos dos indígenas, pelos trabalhos e outros actos, a superioridade incontestada dele e dos seus. Fez ver a necessidade de se enviarem para ali irmãs missionárias para o ensino e assistência e, ao cabo de quatro anos, o seu ardoroso patriotismo e afervorada crença levaram-no mais além.

Quis fundar nova missão e criou a da Mandimba (1885). Havia vinte e três meses que o grande amigo das missões, o bispo D. José Neto, franciscano, se recolhera á metrópole. Nomearam-no patriarca de Lisboa, ao que ele desejou furtar-se, preferindo a sua vida nas colónias.

Ia suceder o mesmo a D. António Barroso, que ele, em 1883, desejava ver no govêrno interino da diocese angolense, tanto lhe apreciava o trabalho criterioso e cheio de fé. Chamava-lhe «rapaz prudente e inteligente que daria um excelente bispo».

Recomendava, também, gabando-lhe os dotes, o padre José Maria Antunes, superior da missão da Huila e membro da Congregação do Espírito Santo, dizendo-o ainda «mais inteligente, prudente e dum curso muito desenvolvido em ciências naturais e belas artes».

Missão da Landana — Adquirido o território, que pertencia a um chefe Matenda, os portugueses reclamavam-no como estando no seu território, o que produzia mal-estar entre os discípulos do persistente padre francês Duparquet, que, enfim, conseguira

aquela posição. Estava como superior da missão o reverendo Carrié, que reclamou, chegando um comandante dum barco de guerra, Courteville, a conferenciar com o governador de Angola sôbre o caso (1883).

Nomeava-se uma comissão destinada a verificar as razões, pelo reconhecimento da exacta latitude de Landana, e quando tudo estava resolvido, a favor dos padres estrangeiros, chegava a rectificação pelo Tratado de Berlim. Landana era portuguesa, visto ficar no enclave de Cabinda.

Correu o padre Carrié a solicitar de Ferreira do Amaral, governador de Angola, a mercê de o deixarem cooperar com os párocos seculares. Pedia, como maior favor, que o deixasse instalar sacerdotes da sua congregação nas regiões congolesas. O alto funcionário exigiu que eles fôssem portugueses. Não os tinham; porém iam lidar para os obter bem apetrechados para aquele fim.

A missão da Huila fôra fundada em 1881 e desenvolvera-se rapidamente. Iam instituir a ordem do apostolado leigo, criando bons auxiliares com educação de agricultores, a fim de dirigirem os trabalhos dos indígenas.

Missões de Moçambique — Era sabido que ao formarem-se os núcleos militares em terras de África, edificando-se as fortalezas, logo se agregavam os sacerdotes para espalharem os benefícios da religião. Depois dos actos do padre Gonçalo da Silveira, da penetração dos jesuitas e franciscanos nas várias regiões acabaram pelo domínio espiritual de muitos milhares de negros, mas a expulsão dos ignacianos e das ordens religiosas gerou a decadência do espírito dominador a ponto de em 1858 não existir em toda a província um único missionário.

Só o bispo de Moçambique, D. António Barroso (1891) as devia desenvolver, não esquecendo a sua grande fé de missionário.

A acção sacerdotal ia acompanhando, como sempre, as vitórias e os trabalhos dos militares.

Os jesuitas, apesar das leis de Pombal não lhes permitirem residência no reino e seus domínios, tinham-se estabelecido em Quelimane (1880) e, dois anos depois, estavam em Tete, onde não tiveram facilidades expansivas de seu apostolado. Passaram a Boroma (1885) e seus trabalhos e esforços de tal modo mereceram os elogios dos governos que lhes foi concedido um subsídio anual de três contos e dois prazos de arrendamento, com a condição de estabelecerem novas missões, o que sucedeu depois de 1890.

Missões do Oriente — Desde 1542 que os jesuitas, guiados por Francisco Xavier, se tinham tornado os autênticos desbravadores do Oriente, mas os dominicanos, que deviam dominar em Gôa, como inquisidores, estabeleceram-se em 1549, disputando as almas aos inacianos. Mais tarde surgiram os franciscanos (1566) e os agostinhos (1572). Depois apareceram os carmelitas italianos, que foram expulsos em 1707, visto não quererem prestar juramento ao rei de Portugal. Entregaram-se seus bens aos padres do Oratório, que já viviam na Índia desde 1682. Os mosteiros edificavam-se com rapidez e pompa, demonstrando o aumento da crença, e outras ordens religiosas iam engrossar o número de eclesiásticos naquele estado: teatinos (1.640), hospitalários de S. João de Deus (1.681) e carmelitas terceiros (1.750).

Dividiram-se as terras onde deviam missionar. Os franciscanos preferiram Cochim, Ceilão, Costa de Coromandel e Japão; os jesuitas criaram, conforme seu uso, as 'províncias. Eram as do norte, sul, Japão e China. Os dominicanos estenderam-se pela África Oriental, Malaca, Jafnatapão, China, Solor e Timor; os reformados de S. Francisco doutrinavam em Diu, Damão, Chaúl, Meliapôr; os agostinhos andavam pela Pérsia, Baçorá, Ormuz, Bengala, Mombaça; os teatinos destinavam-se a Golconda, Bornéo, Sumatra; os carmelitas a Canapur, Quituve, Tamaricopa; os congregados a Ceilão e os hospitalários a Damão, Diu e Moçambique.

Quando os jesuitas foram expulsos, perderam seus bens e por conseqüência o poder, as outras congregações desenvolveram-se e por lá viveram, espalhando as suas doutrinas, até que, pela extinção das ordens religiosas, se baniu completamente a sua influência.

E' certo que, várias vezes, a clerezia fôra elemento perturbador na Índia, conforme consta da correspondência de muitos governadores. Por

exemplo, havia guerreiros que, batendo-se muito bem na defesa do forte de Chaporá, ganharam qualidades guerreiras e tornaram-se turbulentos, inquietando deveras os governadores e vice-reis.

A inquisição de Gôa não queimava os condenados após o restabelecimento do tribunal (1779), pois fôra extinto em 1774, para voltar cinco anos depois com as minguadas regalias.

À medida que decaía o poderio português, igualmente se afastavam os religiosos, a ponto de, quando do fim das ordens monásticas, haver em Gôa só duzentos e quarenta e oito frades, tou, ainda, com o caso da Concordata, que teve o seu episcopado em Gôa desde 1882 a 1908.

Marcara-se, até então, o poderio. Em Malaca, desde 1561 a 1804, governaram treze bispos nacionais; nove em Funai (Japão), desde 1588 a 1671; Moçambique tivera doze, desde 1781; Pequim, sete, de 1696 a 1830, e Nanquim, oito, de 1709 a 1838. Cochim, catorze, após 1558, e Meliapôr, quinze. Macau mantivera dez (1692-1882).

Damão só seria bispado em 1887, após a assinatura da Concordata, que finalmente se fizera em 1886.

IGREJA DE DILI

sendo o maior número de agostinhos e o menor de hospitalários.

Governava nessa época a diocese o deão Costa Pereira de Almeida, até chegar o arcebispo D. António Santa Rita Carvalho (1837-1839), que teve por sucessor D. José Maria Silva Tôrres (1843-1849) e, após a interinidade do vigário capitular D. António Vasconcelos Pereira de Melo, o venerável D. João de Amorim Pessoa (1861).

O primeiro patriarca das Índias foi, pois, o notável prelado D. António Sebastião Valente, o qual se defrontou, ainda, com o caso da Concordata, que teve o seu episcopado em Gôa desde 1882 a 1908.

Iam ser nomeados os antistes para as dioceses de Cochim, Meliapôr e Damão, sendo o primeiro D. João Gomes Ferreira, o segundo D. Henrique Reed da Silva, futuro bispo de Trajanóplis, ambos missionários de Sernache, e o terceiro D. António Pedro da Costa.

Missões e vida religiosa em Macau e Timor — A catedral da cidade do Santo Nome de Deus de Macau datava de 1576, tendo o seu prelado jurisdição na China, Japão e Tonquim. Foram seus bispos, até á Concordata, os agostinhos D. frei João do Casal

e D. Eugénio Trigueiros, os franciscanos D. Bartolomeu Mendes dos Reis, D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães, D. frei Marcelino José da Silva, D. frei Francisco de Nossa Senhora da Luz Chacim, D. Nicolau Rodrigues Pereira Bórgia e D. Jerónimo José de Matos, da Congregação de Macau, e D. frei Bernardo de Sousa Enes.

Pode afirmar-se que Timor foi obra dos missionários dominicanos, que desde o século XVI ali foram instalar-se. O mais notável pioneiro dessa época foi o padre António Taveira, que instituíra o primeiro convento em Larantuca. Levaram tempo os freis que ele escolhera para catequizarem timorenses de sangue real, mas após uma batalha entre soberanos da ilha, a rainha da Mena, agradecida aos dominicos, que a tinham salvo, baptizou-se e daí em diante a catequização fez-se com mais facilidade, sendo captados outros chefes.

Os reverendos governavam temporalmente; formavam ali um reino teocrático, que se ia desenvolvendo e ganhando importância. Só então se enviou para ali um governador militar, que muitos trabalhos teria para conseguir o domínio como os padres o exerciam.

Durante largos anos se viveu entre guerras, nas quais os dominicos, por vezes, intervinham, sendo a sua autoridade grande sôbre certos timorenses, que os coadjuvavam na repressão. Já tinham cristanizado toda a ilha; possuíam um seminário em Mena, cultivavam suas várzeas e plantações de arroz; eram senhores de prados para a criação de gados. Ao serem abolidas as ordens religiosas, como não existia ali clero secular, ficaram os templos abandonados até que o arcebispo de Gôa enviou para Timor padres indianos, que não souberam corresponder á sua tarefa.

Saíram do seminário de Sernache, em 1875, alguns alunos que iam reorganizar as missões sob a égide do novo bispo de Macau, D. Bernardo de Sousa Enes. Os missionários destinados a esta possessão chamavam-se João Gomes Ferreira, Joaquim Inácio, Anacleto Cotrim Garcez, Sebastião Aparício Silva, Manuel Alves da Silva e Joaquim Inácio. O padre António Joaquim de Medeiros foi enviado pelo antiste como visitador àquela ilha, que muito o preocupava. Partiu acompanhado pelo seu colega Carlos Joaquim Gonçalves. Visitaram toda a região e muito valeram essas digressões, visto o abandono em que se encontravam todos os serviços eclesiásticos. Oito dos reverendos instalaram-se em Timor com o seu chefe Medeiros. Eram eles Carlos Ferreira Baptista, Francisco Pedro Gonçalves, Francisco Xavier de Melo, José António Pires, Manuel José Branco, Sebastião Aparício Silva e Manuel Alves da Silva.

Começaram a percorrer a colónia; organizaram os serviços religiosos não só em Dili mas em todos os lugares susceptíveis de recuperar as velhas tradições, no que foram muito auxiliados pelo governador Hugo de Lacerda, que até desenhou a planta da igreja a edificar na capital, contribuindo para a sua construção e entregando-a ás missões (1877).

Dois anos depois, possuíam uma bela residência. O novo governador, Cardoso de Carvalho, teve várias questões com os padres, chegando a mandar prender o superior interino, reverendo João Gomes, prior de Dili. Levantara-se uma grande celeuma quando o sacerdote fôra julgado e remetido á cadeia. Quis nomear substitutos para o govêrno da missão, mas como nenhum religioso aceitasse o encargo, ia prendendo os missionários sob qualquer pretexto, conflituando até com o reverendo António Joaquim Medeiros, que devia ser nomeado bispo coadjutor de Gôa e, logo, de Macau (1885).

Como muito amava Timor, dispensou-lhe grande assistência, pois todos os anos, até 1897, ali ia passar algum tempo e na sua querida ilha faleceu este bispo missionário.

BRASIL COLONIAL

Não havia mais vasto território colonial na América do Sul. Dezasseis vezes maior do que a França, era um verdadeiro empório. Tornar-se-ia uma poderosa nação.

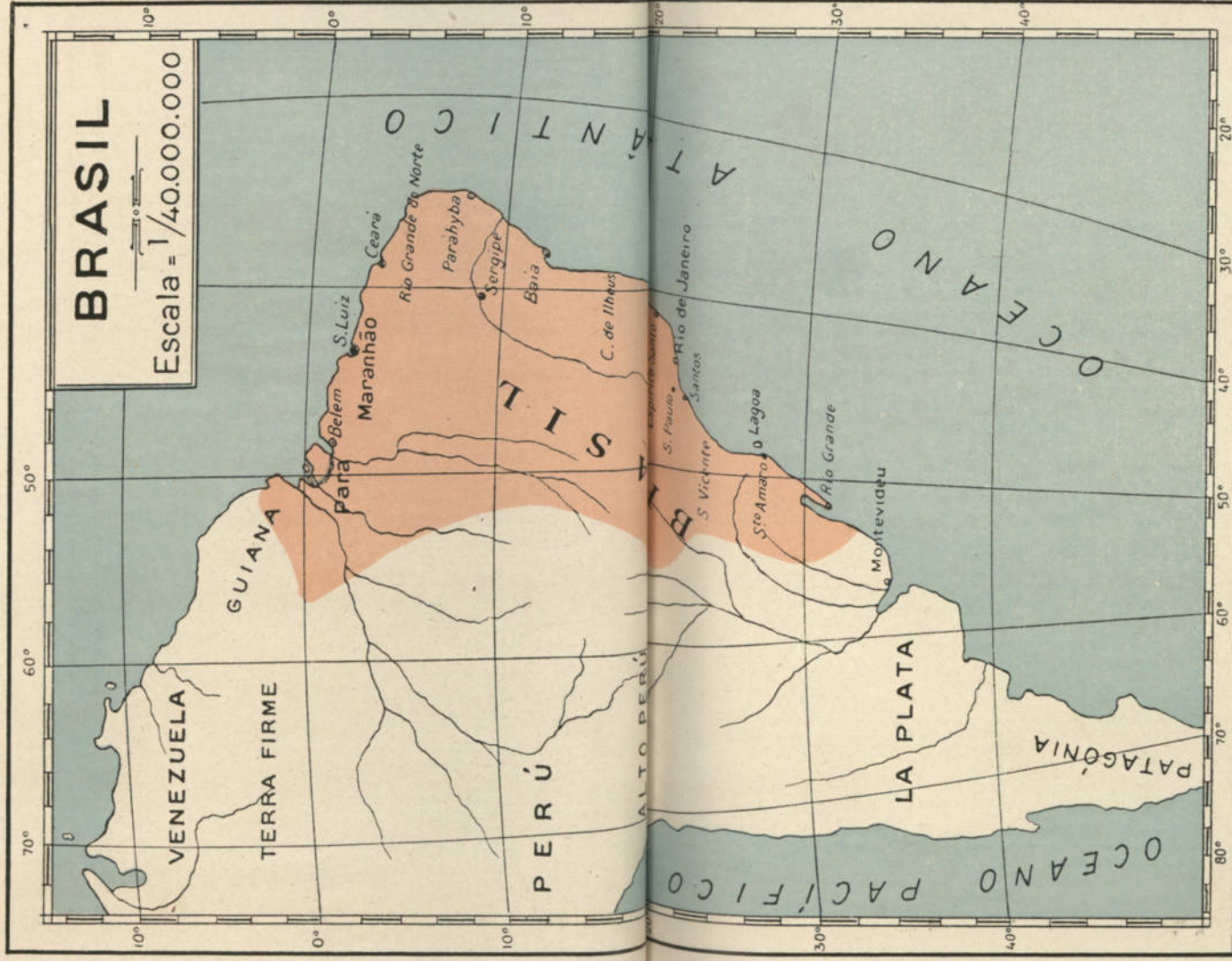
Riquíssimo como vegetação, cultura agrícola e minas, foi desde a descoberta até á independência o erário de Portugal. Seus grandes rios são Amazonas (6.400 quilómetros), largura entre 5 e 25 quilómetros na região brasílica, tendo nalguns pontos 70 metros de profundidade. Seus afluentes denominam-se: Praus, Madeira, Tapajoz, Xingú, Yapura, Rio Negro. Há ainda os rios Tocantins, no Pará, o Grande Araguaya e S. Francisco.

Suas principais regiões eram, naquela época colonial: Rio de Janeiro, S. Paulo, Pará, Baía, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, que se transformariam em estados com Ceará, Rio Grande do Norte, Paraiba, Piauhy, Alagôas, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Goyaz.

A população era de difícil estatística, em virtude da grande extensão de território habitado pelos índios. Actualmente o Brasil tem trinta e dois milhões de habitantes, entre os quais 800.000 portugueses.

Pertencia também a Portugal o território que se intitulava colónia do Sacramento.

BRASIL
Escala = 1/40.000.000
VENEZUELA
GUIANA
TERRA FIRME
PERÚ
ALTO PERÚ
BRASIL
Para
Belem
S. Luiz
Maranhão
Ceará
Rio Grande do Norte
Parahyba
Sergipe
Baia
C. de Ilheus
Espirito Santo
S. Paulo
Rio de Janeiro
Santos
S. Vicente
Sto Amaro
Lagoa
Rio Grande
Montevideu
LA PLATA
PATAGÓNIA
OCEANO PACÍFICO
OCEANO ATLÂNTICO
M. Toste. des.

XXVI

O BRASIL E OS PORTUGUESES

Colonização — Influencias externas — Das primeiras revoltas à Independencia

Primeiros governadores — Votou-se ao abandono a colónia do Brasil em virtude de só o Oriente tentar a acção nacional.

Em 1503 concedeu-se a arrematação do pau Brasil, a Fernão Noronha. Dez anos depois Nuno Manuel fez a travessia do rio da Prata; um português, Diogo Álvares, denominado, pelos índios, «Caramurú», conseguira dominar algumas tríbus. Cristóvão Jacques, espanhol, pretendera colonizar o Brasil, com famílias açoreanas, entrando na combinação o douto e sábio Diogo de Gouveia, mestre na Universidade de Paris e professor de Inácio de Loiola. Em 1532 nomearam-se os primeiros donatários mas nem todos apareceram a tomar conta dos territórios. Muitos os desdenhavam, atraídos pela Índia. Os estrangeiros iam aparecendo, nomeando-se, então, o primeiro governador, Tomé de Sousa (1549-1553), e um primeiro prelado, D. Pero Sardinha. Os jesuitas Nobrega, Jácome, Vicente Rodrigues e Aspicuelta muito auxiliaram a civilizar os índios. Duarte Costa governou desde 1553-1558 e logo Mem de Sá (1559-1572), que teve de bater os franceses huguenotes, do comando de Vilegaignon, instalados nas ilhas da Lage.

Fundou-se, após a vitória, a cidade do Rio de Janeiro. O padre Anchieta missionava no sertão com tanta fé que o compararam a Francisco Xavier, apóstolo das Índias. Criaram-se os primeiros colégios, dirigidos pelos inacianos; começou a penetração da selva, tendo governado Lourenço da Veiga (1571-1581), D. António Barreiros, por mais três anos, Manuel Teles Barreto (1578-1591 e quando Felipe I morreu dirigia a colónia D. Francisco de Sousa (1592-1602).

Os franceses de Carlos de Vaux e de Jacques Riffauet fixavam-se no Maranhão; organizavam-se as caravanas (bandeirantes) em S. Paulo e o internamento realizava-se de tal maneira que Aleixo Garcia não voltara da sua expedição; no Paraná fôra imolado Pero Lobo.

A chamada Serra das Esmeraldas atraía, mas não se regressava com a certeza da existência das minas maravilhosas. Preferia-se trabalhar a terra e começara a importação de escravos das colónias africanas. Governou D. Diogo de Meneses até 1613 e logo Gaspar de Sousa.

Invasão da Baía e tomada de Pernambuco — Os holandeses lançaram-se sôbre o Brasil, quando Portugal perdera a independência, tomando a Baía e Pernambuco, pois possuiam formidáveis esquadras que admiráveis cabos de mar comandavam. Os generais eram, igualmente, sabedores e bravos, distinguindo-se na Baía Joan von Dorth e Albert Schouten, indo combatê-los Matias de Albuquerque, Francisco Nunes Marinho e o brasileiro D. Francisco de Moura. Vencidos os holandeses, voltaram, dois anos depois, com a armada de Piet Heyn.

Realizaram a tomada de Pernambuco, visto ser impossível a sua defesa com os minguados recursos de que dispunha Matias de Albuquerque contra o poderoso príncipe Maurício de Nassau. Organizou-se, porém, uma improvisada tropa de ataque, do comando do índio Poty, do arrojado

D. António Felipe Camarão, do negro Henrique Dias e do português André Vidal de Negreiros, que muito bem chefiaram as tropas. O govêrno intitulava-se das Américas Holandesas. Do resto do Brasil era governador o marquês de Montalvão. Já tombara o domínio espanhol. João Fernandes

PADRE ANTÓNIO VIEIRA

Vieira, abastado roceiro, e André Vidal de Negreiros organizaram a luta contra os holandeses, que, após a partida do príncipe de Nassau, se tinham entregado a enormes abusos, acabando na batalha de Gararapes (19 de Abril de 1648) mil batávios do comando de Schkofe. Saíndo do Recife, perderam no campo o general van den Brincke.

Primeiro vice-rei — O marquês de Montalvão recebeu o título de vice-rei, mas ante a conspiração a favor dos espanhois, na qual entrava sua espôsa, foi preso, ao chegar ao reino, apesar de inocente.

Começava a interessar muitíssimo o Brasil, onde se dizia existir muito ouro, talhando-se fazendas e feitorias. Pelos casamentos dos portugueses com as índias aparecera a raça dos mamelucos ou curibucas. Os jesuitas penetravam no mato, civilizando, e o padre António Vieira, grande luminar da Companhia de Jesus, génio da literatura e da oratória, produzira uma obra formidável e civilizadora no Maranhão mas colocara-se a favor dos escravos contra os tirânicos senhores. Foram assaltados, pelos colonos, os colégios dos jesuitas e uma rivalidade enorme se estabeleceu desde que aparecera a Companhia do Comércio do Maranhão, garantida pelo monopólio do tráfico. Os agricultores, á voz de Manuel Bekimon, revoltaram-se contra tais privilégios, tendo capturado as autoridades e instalado no govêrno, contra o qual cousa alguma podia, o governador legal, Francisco de Sá Meneses. Rixaram, entre si, os vencedores e quando chegou a armada de socorro, do comando de Gomes Freire de Andrade, já eles não tinham poderio. Foi supliciado o chefe.

Por este tempo alastrava a fama das minas, partindo muita gente em sua busca e tendo-se já legislado para o caso do seu possível aparecimento. Um tal Borbulho Bezerra, o qual ganhara fama de descobridor de ouro, sumira-se na selva; Fernando Dias Leme lançou-se á sua busca e chegando ao rio Doce, a S. Francisco, instalou sua bandeira, mandando para S. Paulo pedras exóticas, que não eram, todavia, as decantadas esmeraldas, nem ouro. Os sucessores foram seu genro e filho, Manuel Gato e Garcia Rodrigues, os quais acharam em Sabará areias auríferas. No Taubaté aconteceu o mesmo a António Rodrigues Arzão; Bartolomeu Sequeira topou ouro em Vila Rica e em Portugal já se pensava em emigrar em massa, a fim de rapidamente se enriquecer.

As minas, os quintos e as revoltas — Ante semelhante descoberta, lançara-se o imposto de 20 % para o tesouro. Era o quinto. Os exploradores tinham um trabalho insano para a colheita do ouro e com aquele tributo chegava uma formidável irritação, a ponto dos povos reclamarem de D. Baltasar da Silveira, para, em vez do quinto, entregarem, anualmente, trinta arrobas de ouro fundido. Era em 1713; desde 1708 que existia uma revolta lantente contra os «emboabas», alcunha que se dava aos portugueses, visto estes usarem polainas de coiro, o que os assemelhava ás galinhas daquele nome, cujas pernas eram cobertas de penas. A co-

lónia opulenta, já brasileira, chamava, em Pernambuco, «mascates» aos colonizadores vindos do reino para o negócio. A palavra significava «vendedores ambulantes», «bufarinheiros. Rebentara uma colisão entre eles, vencendo os nativistas e formando-se um govêrno de seis brasileiros, distinguindo-se Bernardo Vieira de Melo, que, tendo sido um bravo na guerra contra os escravos que fundaram a república de Palmares, não pudera governar ante a anarquia. Submeteram-se os dois partidos, o de Olinda e o do Recife, ao novo governador, Félix José de Machado Mendonça (1716). Prosseguiu, depois, a luta contra os «emboabas», sendo os paulistas comandados pelo celebrado Amador Bueno. Não fôra de menos importância a revolta de Minas, contra o «quinto» (1720), chefiada por Felipe dos Santos Freire, sendo vencido pelo governador, conde de Assumar, o qual exerceu terríveis represálias ao mandar reduzir a cinzas as casas de Pascoal Guimarães, sendo Felipe Freire vítima de bárbaro suplício: ligaram-no ás caudas de quatro cavalos bravos. Nem assim acabou a rebelião. O conde de Assumar partiu, entregando o govêrno a D. Lourenço de Almeida.

Os franceses no Brasil — Mr. de Clerc, com uma esquadra de cinco navios e mil e quinhentos soldados, saiu de Brest contra o Rio de Janeiro, sendo repelido a tiro pela armada do governador Francisco de Morais, que velejava em direcção á Baía. Os assaltantes tentaram desembarques mas foram repelidos, sobretudo na Praia Vermelha, onde se distinguiram os coronéis Paiva Souto Maior, Correia de Castro, Gregório de Castro e Correia de Sá, estes últimos defendendo o convento do Carmo. O célebre Du Guay Trouin, que parecia o sucessor do notável Jean Bart, também se atreveu contra o Rio de Janeiro, sendo recebido pela frota de Costa Ataíde, mas, ante o desembarque de soldados escolhidos e tendo retirado os portugueses, instalaram-se na cidade os oficiais marquês de Saint Simon e os senhores de la Salle, Kergulen, Etian e Rufinière.

Negociou-se a retirada do inimigo a trôco de seiscentos mil cruzados, cem caixas de açúcar e duzentos bois. Partiram mas, na altura dos Açôres, quatro dos navios franceses desarvoraram sob um grande temporal. A proeza, que rendeu ao corsário popularidade, a cruz de S. Luiz e uma pensão de vinte mil libras, dadas por Luiz XIV, teve como resultado a prisão do governador Francisco de Morais, que não lhe soubera resistir, sendo conduzido a Lisboa, sob custódia, por ordem de D. João V.

Os jesuitas no Brasil — Desenvolvera-se de uma maneira surpreendente a acção dos jesuitas no Brasil. Tinham explorado e conquistado a região amazónica, criado os lares e aldeamentos. Desbravadores do solo, procuravam os locais para as culturas apropriadas, tendo estendido a sua influência até á Guiana e Peru. No Paraguai possuiam como que um estado sujeito á sua influência; os índios amavam-nos e estavam-lhes submetidos; tinham-lhes enviado misteres, educando-os á sua maneira. A civilização fôra espalhada por eles, distinguindo-se, com Nóbrega e Aspicuelta, o glorioso António Vieira e o inolvidável Anchieta.

No reinado de D. José I, Sebastião José de Carvalho deliberou cortar-lhes o imenso poderio que tinham nas colónias e sobretudo no Brasil, para onde fôra enviado seu irmão Francisco Xavier de Mendonça, o qual, ante a impossibilidade de os combater, escreveu ao ministro: «O primeiro passo deve dar-se na Europa. Convém destruir a confiança que o rei tem depositado nos jesuitas, para estabelecer, depois, a que os selvagens devem ter em nós». Em volta desta frase se fez toda a política, visto ser necessário estabelecer as Companhias de Grão Pará e Maranhão, monopolizadoras do comércio. Os jesuitas combateram e desta luta nasceram as acusações com que foram envolvidos com os Távoras no processo do atentado contra o rei, a sua expulsão e os castigos infligidos, sem, todavia, serem supliciados, tendo havido apenas uma excepção para o louco padre Malagrida, e este, ainda assim, não por regicídio, mas por faltas em matéria de fé.

Influências europeias e americanas na vida do Brasil — Tratara-se da questão de limites de fronteiras entre a América portuguesa e a espanhola.

Travara-se a guerra e, vencidos os nossos soldados (1777), tivera que se entrar num tratado, que deu em resultado, conforme o desejou Flórida Blanca, chefe do govêrno espanhol, a entrega do Sacramento, Paraguai, na posse de Portugal desde 1750, e ainda a cedência de territórios no Maranhão e as ilhas de Ano Bom e Fernando Pó. A rainha D. Mariana Vitória tivera que ir a Madrid entender-se com o rei seu irmão acêrca daquele tratado.

CONDE DOS ARCOS

A America do Norte lutava pela sua independência (1778). Em 1782 foi reconhecida a república proclamada por Washington, emancipando-se, deste modo, a grande colónia britanica. Em 1789, em França, gerava-se o vigoroso movimento que transformaria o mundo. O povo tomara a Bastilha, instituira-se a Assembleia Nacional; Luiz XVI foi obrigado a jurar a Constituição. Tentando fugir para o estrangeiro, foi preso e condenado ao cadafalso com sua espôsa Maria Antonieta. A guilhotina gerou o terror, e os republicanos, como Danton e Robespierre, degladiando-se, acabariam por ser vítimas da sua fúria cívica.

Abrira-se o caminho a novas ambições e após o Termidor, instituido o Directório e logo o consulado, apoderar-se-ia do poder um homem genial, Napoleão Bonaparte, alçado a primeiro cônsul, depois a cônsul perpétuo e logo a imperador (1804).

Em 1791 chegara ao Brasil o eco daquele movimento republicano e alguns idealistas pretenderam proclamar a república em Minas Gerais, começando a conspiração em Vila Rica, em virtude dos pesados impostos que o govêrno metropolitano ali aplicava. Eram os conjurados: José Joaquim da Maia, Domingos Vidal Barbosa, José Álvares Maciel, José Mariano Leal, Tomaz António Gonzaga, poeta de valia, o autor da «Marilia de Dirceu», Claudio Manuel da Costa, Inácio Alvarenga e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado de «Tiradentes», visto exercer também a profissão de dentista. Foi este supliciado em 21 de Abril de 1792, sendo os outros deportados para a África, á excepção do poeta Claudio da Costa, que se suicidou no cárcere.

Decorreu o tempo. Napoleão Bonaparte chegara ao apogeu. Era imperador. Ordenara á Europa que fechasse os seus portos á Inglaterra, á qual desejava aniquilar, e como Portugal não obedecesse, mandou-o invadir para um exército do comando do general Junot, depois duque de Abrantes, e cujos soldados entraram em Lisboa esfarrapados, quási sem armas, não tendo encontrado resistência.

A Inglaterra aconselhara ao príncipe regente D. João a transferência de sua família e da côrte para o Brasil e, obedecendo-se á aliada, fez-se o embarque em 27 de Novembro de 1807.

Ia pesar muito nos destinos daquele empório a instalação da família real no Rio de Janeiro.

O último vice-rei do Brasil, o que entregava os seus poderes ao regente, era o conde de Arcos.

Recebeu os régios viajantes na Baía e em 1 de Abril de 1808 declaravam-se abertos os portos brasileiros á navegação estrangeira e livres as indústrias. Uma ininterrupta série de vitórias entregava a Europa a Napoleão, o Grande, e como não se esperava a sua queda, ia-se tratando do Brasil como se fôsse para lá residir-se para sempre. É que os reis de Espanha tinham sido presos e inter-

nados em França e até o Papa tivera igual sorte.

Nesta conformidade, abandonar-se-ia Portugal, fazendo-se concessões á colónia que acolhera os foragidos. Era um enorme empório. O regente, após a morte de sua mãe D. Maria I (16 de Março, 1816), subira ao trono com o título de D. João VI. Já os franceses tinham desaparecido da Península desde 1811. O próprio Napoleão caíra do trono e acabara por ser encarcerado na ilha de Santa Helena (1815). Reunira-se a Conferência de Viena para se modificar a carta da Europa e em Portugal governava uma regência. Neste mesmo ano se determinou que o Brasil passasse á categoria de reino.

Assim deixou de ser colónia o vastíssimo empório que, em breve, se tornaria independente e em próspero e magnífico império, no qual reinariam membros da família de Bragança.

Durante cinco anos ainda D. João VI estaria no seu amado Brasil.

Factos notáveis do reino do Brasil — O caudilho Artigas, da banda oriental do Rio da Prata, rebelara-se contra o govêrno de Buenos Aires e penetrava, frequentemente, no território brasileiro em correrias e rasiando. A fim de pôr termo a semelhantes audácias, tinham chegado da metrópole cinco mil homens do comando do general Lecor, que devia ocupar Montevideo. Os argentinos do govêrno propuseram a aliança ao gaúcho, que a não aceitou, e os portugueses, batendo aqueles americanos, tomaram a cidade (20 de Janeiro de 1817) com a flotilha da chefia do conde de Viana e a tropa do comando de Frutuoso Ribeiro. No Rio Grande venceu o general Curado e Mena Barreto foi batendo o próprio Artigas, que fugiu após a batalha formal contra as hostes do marquês de Alegrete, governador do estado.

No mesmo ano rebentou um movimento independentista em Pernambuco, sob a direcção do comerciante Domingos José Martins, tendo como auixliares os oficiais Pessoa de Melo, Barros Lima, Silveira Pedroso, José Mariano de Albuquerque, Teixeira de Sousa e padre Ribeiro Pessoa. Vencidos (20 de Maio de 1817), subiram onze republicanos ao patíbulo.

Quando rebentou no Pôrto a revolução de 1820, que alastrou triunfalmente por todo o país, ela teve enorme influência no Brasil. Aberto o Parlamento, este impôs a vinda do soberano para Portugal, devendo jurar a Constituição. A muito custo, D. João VI deixou o seu amado refúgio e chegou a Lisboa a 3 de

JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER, «O TIRADENTES»

Julho de 1821, com a família real. Ficara, como regente, no reino americano, o príncipe D. Pedro.

O Defensor Perpétuo — Não quiseram os componentes das Côrtes de 1820 reconhecer que o Brasil tinha tantos direitos á liberdade como eles ao proclamarem-na em Portugal. Os deputados brasileiros sofreram autênticos enxovalhos, não só do seus colegas do Parlamento mas da turba e deviam, depois, embarcar-se, ás escondidas, para irem dizer aos brasileiros como tinham sido tratados os seus direitos. Os vintistas queriam obrigar o príncipe D. Pedro a abandonar o empório. D. João VI demitiu-o de Regente, sob a influência das Côrtes, apesar de lhe ter dito, á partida do Rio de Janeiro, que se o Brasil quisesse tornar-se independen-

te antes fôsse para ele do que para outrem. Ante a intimativa, declarou que não abandonaria a regência e foi considerado de gala o dia 9 de Janeiro de 1822, em que o príncipe declarou que ali ficava, e chamou-se á data: «O dia do Fico». Em 13 de Maio do mesmo ano declarou-se De-

IMPERADOR D. PEDRO I DO BRASIL

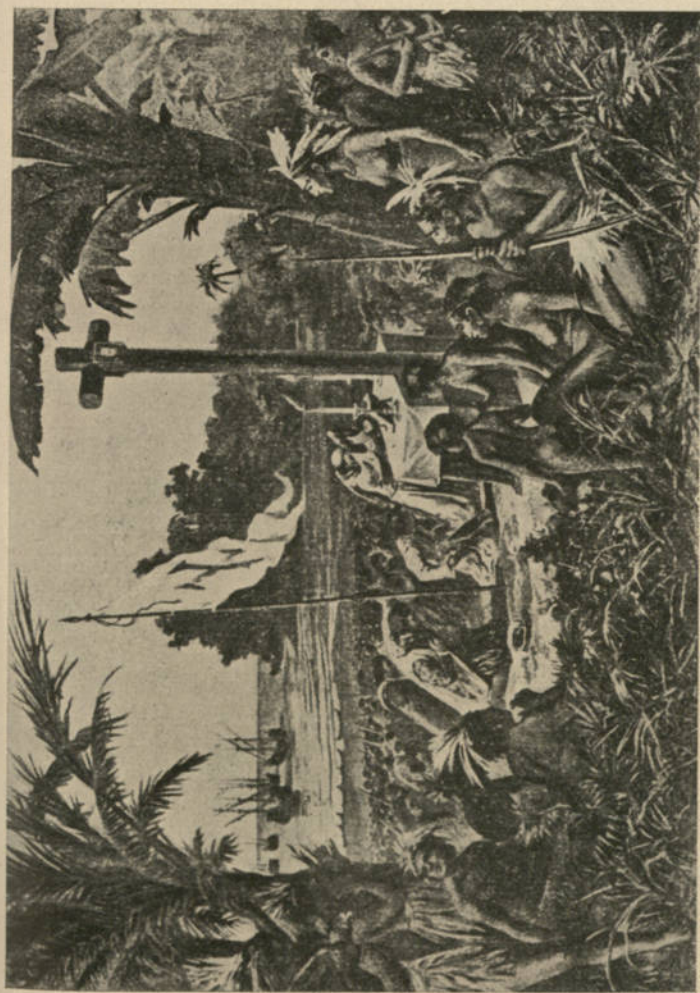
fensor Perpétuo. O brigadeiro Luiz Madeira de Melo, não concordando com a atitude de Sua Alteza, proclamava-se contra ele na Baía, não obedecendo á ordem de retirada para Portugal, que lhe fôra intimada (15 de Junho de 1822). Travou-se a luta entre ele e os soldados de Lebataut, oficial francês ao serviço do Brasil, e que foram conduzidos na esquadra do comando de Rodrigo Lamare. Como não chegavam socorros da metrópole, aguardou-os, mas, depois, não os aproveitou condignamente.

Amotinaram-se os povos no Rio Grande e em S. Paulo. D. Pedro deliberou ir contê-los com a sua presença e no regresso a esta última região encontrou o grande amor da sua vida, Domitília do Canto e Melo, futura marquesa de Santos e que seria mãe da duquesa de Goiases. Foi nessa data, já muito convencido pelo seu grande ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, que, ante a viva intimativa das Côrtes para que se volvesse a Lisboa, soltou, nas margens do Ipiranga, o brado célebre: «Independência ou morte!» (7 de Setembro de 1822). Em 12 de Outubro aclamaram-no imperador, sendo sagrado em 1 de Dezembro.

Casara com Leopoldina de Áustria em 1816, havendo deste matrimónio o príncipe D. Pedro, que lhe sucederia o sob título de D. Pedro II, e as princesas D. Maria da Glória, D. Januária e D. Francisca.

Portugal não quisera reconhecer aquele acto e, tendo começado as lutas mais vivas entre portugueses e brasileiros, elas poriam em cheque o próprio imperador, que, ante o radicalismo político de José Bonifácio, acabara por mandá-lo prender, bem como a seus irmãos e partidários.

Confederação do Equador — Em 24 de Julho rebentou a revolução de Pernambuco, com carácter republicano e que era dirigida por Pais Andrada, que tomara parte na revolta de 1817. Queria ligar os estados do norte, os quais formariam uma república federal. Lord Cochrane e Francisco de Lima e Silva foram debelar a tentativa, no que os ajudaram as guerrilhas do marquês de Recife. Batidos, os republicanos, fugitivo o seu chefe, tudo voltou ao estado anterior, sendo fuzilados João Guilherme Ratchy, português, e frei Joaquim Caneca, brasileiro.

O reconhecimento da independência — Os diplomatas iam trabalhando na Europa para que fôsse reconhecido o novo império. Mandara-se de Lisboa o marechal Pinto da França com cartas de D. João VI para D. Pedro. Chegara no meio da grande agitação mas não o deixaram desembarcar do lugre «Treze de Maio». Fundeara a corveta «Voadora» com o conde de Rio Maior e Francisco José Vieira, delegados do rei. Sucedeu-lhes o mesmo, querendo, assim, mostrar-se um grande antagonismo. D. Álvaro da Costa ocupava, ainda, Montevideu com os exércitos de Portugal. O barão de Laguna, brasileiro, queria proclamar a independência. Houve protestos e tiros, sangue derramado, até que, sabendo-se ali da queda das Constituintes (5 de Setembro de 1823), o

PRIMEIRA MISSA NO BRASIL

(Quadro de Veloso Salgado)

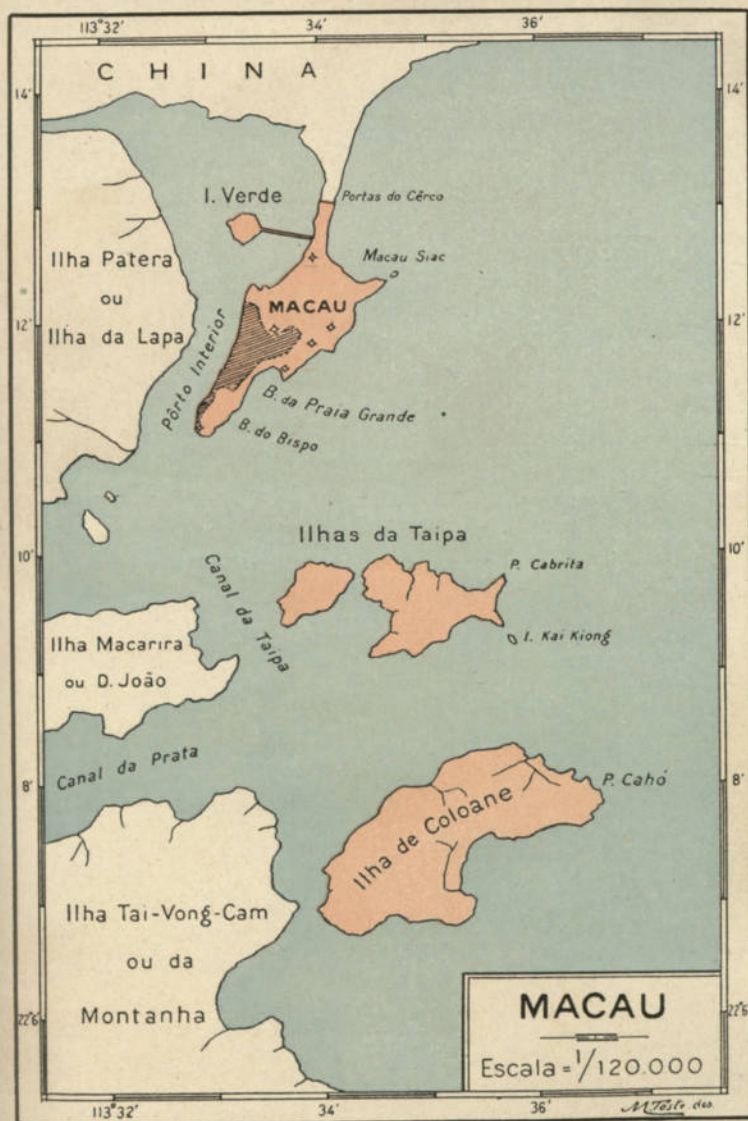
comandante português disse estar pronto a retirar-se desde que o rei absoluto lhe ordenasse a partida como o govêrno liberal lhe mandara que ficasse. Assim sucedeu.

Os diplomatas tratavam de colocar as suas razões, a fim de se harmonizarem os dois Estados. Palmela, em Londres, lidava muito desconfiado da aliada, que tinha interêsses no Brasil; desejava obter o apoio da Rússia, tornando-a medianeira no pleito, ao que os ingleses se opuseram. Passou-se ao império da Áustria e começaram as negociações em Viena. Por parte do Brasil eram plenipotenciários Felisberto Brant e Gameiro Pessoa. A Inglaterra queria enviar sir Charles Stuart ao Rio de Janeiro, a fim de tentar um tratado de comércio entre as duas nações e retirar de Lisboa o ministro Thornton, muito amigo de D. João VI, nomeando sir William Arcourt, que pedia o regresso de Beresford á chefia do exército português e a demissão do liberal conde de Subserra de ministro da guerra. Também se procurava alijar Palmela, o que sucedeu, subindo ao poder (15 de Janeiro de 1825) o ministério em que entravam o conde de Murça, Sousa Barradas, Correia de Lacerda, o conde de Pôrto Santo e Monteiro Torres.

Sir Charles Stuart passou em Lisboa, com destino ao Brasil, e tratou com o govêrno acêrca da maneira de resolver a pendência com o novo império. Foram-lhe conferidos plenos poderes, apesar de D. João VI, que estava em Mafra, não desejar recebê-lo. Ao cabo dalgumas delongas chegou-se a um acôrdo. O rei queria dar a independência ao Brasil e não apenas reconhecê-la. Por fim aceitava o império e guardava para si o título de imperador. Era estranho tal título quando, definitivamente, o vasto território se libertara. Carlota Joaquina seria, enfim, imperatriz. No resto do tratado deliberava-se que o Brasil não admitiria a união de quaisquer colónias portuguesas ao seu sistema; dava-se garantias das propriedades e tratamento de favorecidos aos súbditos dos dois países; fazia-se a restituição dos bens tomados e dos navios em presa; e também o restabelecimento das relações comerciais, pagando, as mercadorias, reciprocamente, 15 por cento de desconto de direitos de consumo. O inglês Charles Stuart assinava, em nome do rei de Portugal; pelo imperador do Brasil, assinavam Vilela Barbosa e o barão de Santo Amaro (29 de Agosto de 1825).

MACAU

A colónia de Macau é constituída pela cidade do Santo Nome de Deus de Macau, com uns 78.000 habitantes em 10 quilómetros quadrados. Seu principal comércio é o do charão, ópio e sêdas, mas a maior riqueza do encantador domínio é o seu magnífico pôrto. Em construção, embora tardia, aumentar-lhe-á os réditos e a importância. Constitui um govêrno, um bispado e uma comarca.

113°32'
34'
36'
CHINA
14'
I. Verde
Portas do Cêrco
Ilha Patera
ou
Ilha da Lapa
Macau Siac
MACAU
12'
Pôrto Interior
B. da Praia Grande
B. do Bispo
Ilhas da Taipa
10'
Canal da Taipa
P. Cabrita
Ilha Macarira
ou D. João
I. Kai Kiong
Canal da Prata
8'
P. Cahó
Ilha de Coloane
Ilha Tai-Vong-Cam
ou da
Montanha
22°6'
MACAU
Escala = 1/120.000
113°32'
34'
36'
M. Tôsto des.

CAPITULO XXVII

DA ENTRADA DOS PORTUGUESES EM MACAU ATÉ AO FIM DO DOMÍNIO CASTELHANO

A acção portugueza contra um pirata chinês — Povoação do Porto de Santo Nome de Deus — Vexames de mandarins e de governadores

Os antecedentes da ocupação de Macau — Quando Afonso de Albuquerque, após a conquista de Malaca (24 de Julho de 1511), recebeu os embaixadores dos reinos asiáticos enviou-lhes também os seus representantes, os quais conheceram chineses e souberam da grandeza e maravilhas de seu império. O primeiro delegado oficial que foi á China, em nome dos portugueses, chamava-se Tomé Pires e era boticário atilado e empreendedor. Conta-se também que desembarcara em Gôa um Perestrelo, riquíssimo, após tráfico largo naquela região, o que despertou muitas cobiças e as curiosidades naturais dos portugueses, grandes buscadores de mundos.

A China tentava-os com sua opulência e sua originalidade. A presença do opulento Perestrelo fizera mais do que um tratado diplomático como aquele que o boticário procurava realizar com o imperador, o qual mandou demorar largo tempo em Nanquim. Ia solicitar licença para se comerciar nos portos chineses. Já do reino partira uma armada com embaixador de mor categoria, Martim Afonso de Melo. Luzida e soberba, de bastantes velas era a frota que se reunira em Malaca, donde largara com a rota sôbre Cantão. O diplomata levava como encargo obter a licença para comerciar, estabelecimento duma fortaleza e duma feitoria em qualquer pôrto.

Já a esse tempo, Simão de Andrade, que fôra em procura de notícias de Tomé Pires, entrara no sítio de Tamau e, instalando-se, tratou de edificar um forte sem a menor licença das autoridades. Sentia-se senhor pela fôrça; nem sequer imaginou o que seriam os resultados da sua audácia. Tomé Pires começou a ser olhado como inimigo na côrte imperial, onde, tomando-lhe as cartas de crédito, não o quiseram receber. Ali esteve três meses de aguardo. Morrera o imperador e ordenou-se ao enviado o regresso rápido a Cantão; houve agitações e um conflito entre os chins e a armada portuguesa, sendo eles varejados pela artelharia quando pretendiam cercar a frota e acometer. Apareceram mais juncos chineses e os barcos portugueses conseguiram pôr-se ao largo. Começaram as terríveis represálias. Todas as embarcações a bordo das quais houvesse portugeses eram saqueadas e mortos os seus tripulantes e os embates continuaram. Martim Afonso de Sousa teve que voltar para Lisboa sem obter resultados da sua enviatura; Tomé Pires foi morto e os chineses receberam ordens perentórias para não acolherem mais os «homens de barbas grandes e olhos grandes». Puseram um édito nestes termos ás portas de Cantão.

Assim se estabeleceu o contacto — como se vê, pouco harmónico — entre portugueses e chineses. Não se deixou, todavia, de fazer algumas travessias nos rios e mares, estabelecendo-se os portugueses em diversos pontos, ante a irritação impotente dos orientais.

No ano de 1556 andava um terrível pirata perturbando a vida comer-

cial do gôlfo da China, contra o qual cousa alguma podiam os mandarins governadores. Foi a vez dos portugueses ajudarem a dar caça a Chan-si-lau, era este o nome do flibusteiro, e para pagamento da dívida contraída, ao aniquilar-se o bandido, o

GRUTA DE CAMÕES EM MACAU
EM 1858

imperador Kiatsing entregou Macau aos defensores dos seus mares.

Pequenina península, com pouco mais de quatro quilometros, rodeada de ilhéus e presa a Hian-Chan, por uma ponta de terra, tal era a cidade que o senhor do Celeste Império ofertava aos portugueses. Parece que se pagava um dízimo á China como sinal de gratidão e tanto que ele partira da própria iniciativa dos ocupantes. Há opiniões contraditórias sôbre o caso, que já se tem prestado a larguíssimas controvérsias. Era em 1556.

Macau, Cidade do Santo Nome de Deus — A maior parte da população era chinesa; alguns índios e malaios se mesclavam entre eles, havendo constante tráfego de mareantes com os novecentos moradores do vilar oriental.

Os portugueses chramaram-lhe, primeiro, povoação do Santo Nome de Deus do pôrto de Macau.

Negociava-se; aquele território era uma feitoria onde, de comum acôrdo, acorriam diversas espécies de traficantes, e, como o pôrto, atraía, não faltavam os negócios de todo o género.

Dependia, porém, do govêrno geral da Índia, tornando-se, para aquele empório, como um lugar de destêrro para os funcionárias e militares de mau porte em obediência e tendo outras pechas.

Camões em Macau — Ali foi ter Camões (1556) com o ofício de provedor dos defuntos e ausentes, após várias peripécias de sua agitada existência.

O grande poeta saíra da cadeia do Tronco, em Lisboa, onde estivera preso em virtude de agredir um homem de nome Gonçalo Borges, e embarcando na armada que largara do Tejo em 24 de Março de 1553 pretendera mudar de vida. Ia como militar e com efeito tomara parte na expedição contra o Chambé, mal chegara a Gôa, até que, após uma travessia no Mar Roxo, se acolhera á protecção de Francisco Barreto, que tomara o govêrno. Escrevera o auto «Filodemo», mas o poema despertara fúrias e, recebendo a mercê daquele cargo, enviaram-no para a desamparada Macau. O vate pouco tratava do ofício; entretinha-se antes com o seu poema «Lusíadas», que ia escrevendo ao abrigo de certa gruta onde se acolhia, longe dos ruídos, fremente de inspiração e desejo de trabalhar. Mas não dava conta do encargo público; choveram sôbre ele as novas acusações e retirando-se para Gôa, onde devia ficar preso, tivera que se salvar, e ao seu poema, de um naufrágio nas costas de Cambodja. Ao chegar á Índia, entrara na cadeia quem de Lisboa partira após um ano de cárcere.

Foi, pois, o grande épico um dos primeiros portugueses que residiu em Macau, onde existe ainda a denominada Gruta de Camões, na qual se refugiava para compor a sua obra imortal.

A povoação devia ser um lugar de comércio, mas logo se ilustraria com semelhante hóspede, que, apesar de acusado de maus actos no seu ofício,

deu grande lustre á terra onde inspiradamente lidou com as musas.

A Porta do Cêrco — Ali iam sempre trabalhando os portugueses, quando, em 1573, a gente china deliberou meter-se nos actos praticados em território que, apesar da doação, consideravam seu. Foi mandado vedar o acesso á Hian-Chan. Construiu-se uma porta na língua que ligava Macau e só podia abrir-se por ordem do mandarim, que, em pessoa, assistia á sua abertura uma vez por semana. Com as formalidades mais estranhas e rigorosas, as do formulário chinês, ele praticava a colagem do papel sôbre a portada, até que no dia seguinte, pessoalmente, a descerrava, pois conseguira-se que estivesse franca desde manhã á noite, quotidianamente. Denominou-se a Porta dos Limites ou do Cêrco.

Apesar de tantas dificuldades, crescia o número de habitantes e dentro de algum tempo foi instituido o bispado de Macau (1575), por bula de Gregório XIII. O primeiro prelado foi um jesuita, o que admira, visto os ignacianos não pretenderem as honrarias eclesiásticas. Chamava-se D. Belchior Carneiro, sendo bispo de Nicéa e patriarca da Etiópia. Sua jurisdição abrangia á China, Japão e Coréa.

Domínio felipino — Entretanto não se passava mais nada além do tráfego, que era muito e bom, até que, tendo Portugal perdido a sua autonomia, a sua mais moderna possessão sofreu a sorte das anteriores. A bandeira espanhola, ou antes a das armas reunidas dos dois países, devia subir numa das muralhas de Macau. Nunca foi arvorada. O governador de Manilha, D. Gonçalo Rasquillo, acompanhado pelo jesuita Alonso Sanches, partiu para Macau, a fim de tomar conta da colónia em nome do rei intruso.

Aclamaram Felipe II, ao cabo de muitos contratempos, pois havia resistência da parte dos moradores para acatarem o jugo castelhano.

Por sua vez, o vice-rei de Cantão, Suntó (1852), decerto sabedor do sucedido na Europa, deliberara não consentir que se vivesse em Macau sem pagamento de tributos. Continuavam a considerar sua pertença o que não sucedia com os japoneses.

Os jesuitas tinham prosseguido na sua obra evangelizadora na terra nipónica, colhendo tão bons resultados que, em 1583, uma embaixada japonesa chegava a Macau, a caminho da Europa, visto dirigir-se a Roma. Eram delegados dos poderosos daimios Bongo e Arimo, que iam levar a Xisto V os seus votos com os de outro potentado de nome Sumitanda.

Conduzia os enviados o jesuita Duarte Sande.

Fizeram-se grandes festas católicas aos japoneses cristãos e instituido um govêrno municipal passou a denominar-se Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, confirmado em 1586, o que, até aí, se chamava povoação. Dependia do vice-rei de Gôa a colónia, a qual passava a interessar, pelo menos, sob o ponto de vista religioso, no período em que Portugal não tinha independência.

Os delegados do poder formavam o Senado da Câmara (1584) e competia-lhes a direcção dos negócios, exceptuando os extraordinários, os quais só poderiam resolver com a convocação dos habitantes em assembleia. Falecera o bispo Belchior Carneiro em 1583. Fundara a Misericórdia e os hospitais de S. Lázaro e S. Rafael. Jaz na igreja de S. Paulo.

Os negócios com a China — Não havia, porém, forma de harmonizar a vida livre na cidade, visto o vice-rei de Cantão continuar a intervir exigindo subordinações ás quais era difícil resistir. Macau bloqueada ficaria sem víveres e, porque não havia maneira de possível defesa, obedecia-se sem protestos e só pagando em bons presentes aos mandarins se conseguiu alguma cousa. Até nem podiam ser julgados os negócios portugueses sem intervenção chinesa.

Arrastara-se deste modo a existência dos habitantes, que acabaram por escutar os conselhos do seu prelado, o qual alvitrara a criação do Senado, composto por dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador da cidade. Presidia-lhe o bispo ou um eleito dos povos, denominado capitão de terra, ao qual acompanharia o ouvidor.

Macau era equiparada a Évora em todas as suas regalias, mas os moradores solicitavam que se lhes concedessem as da cidade do Pôrto. Não lhas deram. Ficariam equiparados á capital do Alentejo (3 de Março de

1595, 18 de Abril de 1596), isto apesar de existir ali o pôrto oriental onde vinha acumular-se todo o comércio a fazer com a China e Japão e o lugar preferido pelos missionários a fim de irradiarem a religião entre os povos. Já havia dois conventos na cidade: o de S. Francisco, fundado em 1584, e o de Santo Agostinho (1589).

O desenvolvimento do tráfico de tal forma gerara invejas no Oriente que os mandarins cada vez buscavam vexar mais os habitantes, sabendo da impossibilidade de dar combate ás suas frotas.

De Gôa não chegavam socorros; da capital, preocupada com mais importantes questões, ainda menos e daí o, de quando em quando, ser fechada a Porta do Cêrco, a única comunicação com Hian-Chan, só podendo ser aberta á custa de dinheiro ou de humilhações. O abandono a que a metrópole votava a possessão era o melhor auxiliar para aquela atitude dos mandarins.

Isto irritava, duma maneira enorme, os habitantes contra o duplo jugo que os paralisava. Dum lado, os senhores de Cantão com as suas exigências, do outro, os espanhois, do govêrno de Lisboa, desatendendo-os e, por isso, naturalmente, repeliam certos tributos e vexames a que os queriam sujeitar.

Só então se lembraram da existência da colónia a desenvolver-se magnificamente; mas essa recordação destinou-se a aplicar um castigo, visto «a gente que mora na povoação de Macau, nos portos da China — assim rezava o édito de 1596, assinado por Felipe II, contra os laboriosos e fiéis portugueses daquela cidade — ser desobediente ás minhas justiças».

Mandava-se um ouvidor extraordinário para inquirir do sucedido, sendo ele Francisco de Campos, o qual levava «ordem de mandar a Gôa, os que achasse culpados com sua casa e família».

O bispo, sucessor do primeiro, chamava-se D. Leonardo de Sá e morreu em 1597.

O domínio chinês era por tal forma acentuado na cidade, que mandaram gravar na pedra, na fachada do Senado, o édito emanado do imperador e que constava das seguintes determinações:

— É proibido aos portugueses admitir japoneses em Macau.

— É-lhes proibido comprar algum vassalo do império chinês.

— É defesa a entrada de qualquer navio no pôrto de Macau sem prévia medição, a fim de pagar o que a lei lhe ordene.

— Será castigado qualquer contrabandista, além de perder os objectos apreendidos .

— É proibido aos portugueses edificar novos prédios, sob pena de serem demolidos; podem, contudo, reedificar os antigos.

Era o mando absoluto, despótico, terminante. Deles dependia tudo e mais ninguém podia intervir a favor dos portugueses. A cidade era dos chins e prova-se a sua supremacia com semelhante édito.

Não podendo admitir japoneses, paralisava-se uma fonte de negócio que desfalcava o da China; não podendo ter escravos chins, pretendia o mandarinato marcar a grandeza dos orientais sôbre os portugueses; exigindo a aplicação das suas leis aos navios, negavam o direito de mando, no pôrto, aos do Senado, e não sendo consentido o levantamento de prédios, mostravam pretender limitar a população.

As queixas sucediam-se para o reino; e já em 1616, por alvará de Felipe III, foi nomeado um governador militar para Macau. Chamava-se Francisco Lopes Carrasco, era fidalgo mas não lhe davam soldados nem fôrças navais e daí a impotência continuar do mesmo modo ante os chins.

Redobravam de audácias; compreendiam admiravelmente não haver forma de defender a cidade das suas arremetidas e seguro domínio.

Em 1622 existia um capitão de Macau interino. Era o governador do bispado, frei António do Rosário.

O ataque dos holandeses — Todas as colónias portuguesas sofreram o ataque dos navios batávios, porque, estando a Holanda em guerra com a Espanha, pretendia desfalcá-la das suas colónias e como as menos defendidas eram as de Portugal, daí o assalto ao Brasil, á Guiné, a Cabo Verde, a Angola, a Moçambique e, finalmente, a Macau.

Em 24 de Junho de 1622 os holandeses inciaram o ataque, desembarcando oitocentos soldados e mari-

nheiros, aos quais dificilmente se lhe puderam opor cem europeus.

Mais este flagelo caíra sôbre os desditosos macaístas, já tão provados pela má sorte.

Postos em terra, na praia da Cacilha, pretenderam tomar a cidade, que os chins não ajudaram a defender por conta dos mandarins. Apenas cem europeus, com os servos índios e chineses, entraram na luta. Ficaram muitos mortos no campo, denominado, desde essa peleja, da Vitória. Estendera-se a acção até ao lugar onde está o palácio de Flora.

Realmente representou um enorme esfôrço aquele encontro com os holandeses, do comando do almirante Roggers, que, segundo se afirma, teria sido vítima do seu heroismo ao impelir os seus homens para o assalto.

Constituíu este acto dos macaístas uma verdadeira proeza guerreira que, demonstrando o muito amor á sua terra, teve o condão de chamar as atenções do vice-rei da Índia, que compreendeu enfim, bem como o govêrno de Lisboa, a importância da colónia que assim repelia os holandeses, quando a Baía, apesar de seus recursos, se lhes rendera (1623-1624).

Foi talvez devido a isto que se nomeou o primeiro governador para Macau, D. Francisco de Mascarenhas (1823), o qual, tendo a patente de capitão-general e a pensão de quatro mil xerafins, tomava a sua posse com umas companhias militares destinadas á defesa da cidade.

Poderia ter-se começado a impor a valentia dos portugueses e seu poder, após aquela luta e a chegada dos reforços com o governador, se não prosseguissem na possessão os males da metrópole.

O primeiro governador e o povo — Os povos não aceitaram de bom grado as atitudes tomadas pelo governador, que, segundo reza a tradição, entrou ali como num feudo. Para ele, soldado e cavaleiro, senhor de Dom, aqueles seus governados não passavam de vilões e mercantes instalados numa colónia que se entregava ao seu poder e á sua gerarquia. Concupiscente e vaidoso, querendo enriquecer, dilatava as suas proezas em golpes amorosos e em lances de latrocínio. A revolta deflagrou-se e ele conseguira abrigar-se num navio. Esta é a opinião dalguns cronistas, enquanto a doutros afirma que os macaístas o assassinaram, pois D. Francisco de Mascarenhas não tornou a aparecer nem tampouco o celebrado barco.

Deveu-se mesmo àquela sedição o serem condenados á morte vinte e quatro moradores da cidade, os quais, conduzidos a Gôa, ali aguardaram o seu fim. Era em 1624. Dois anos depois receberam o indulto, ao mesmo tempo que o conde da Vidigueira, vice-rei da Índia, mandavā cancelar todos os actos de justiça da autoria do primeiro governador daquela colónia desditosa, que, sabendo defender o seu território, era constantemente espoliada de chins e europeus.

Novo assalto dos holandeses — No ano de 1627 voltaram os holandeses em grande número, decididos a apossar-se de Macau a todo o transe.

Em vez duma flotilha, alguma cousa de mor tômo os servia: uma armada.

Redobraram as dificuldades para a defesa, mas surgiu um herói nativo, Tomé Vieira, que soube fazer frente ao inimigo com os recursos improvisados.

Só no ano seguinte veio um novo capitão-general. Chamava-se D. Jerónimo da Silveira. Abundava em processos idênticos ao anterior. O povo não vivia satisfeito. Os chineses prosseguiam na sua acção dominadora.

Ao cabo de dois anos o governador passou a Gôa, sucedendo-lhe D. Gonçalo da Silveira, cabendo a vaga, em 1623, a Manuel da Camara Noronha.

Não se entrara no período normal das vias de sucessão mas já havia governadores, embora não ficassem durante muito tempo nos cargos. Esta falta de persistência produzia péssima impressão, e tanto era assim, que os mandarins continuavam no seu domínio exigindo obediência, mesmo quando estava mais que demonstrado considerarem os portugueses Macau como sua colónia.

Os religiosos faziam as suas missões correndo riscos sem os proventos dos negociantes, que, metendo-se também á aventura e aos perigos, lucravam em ouro o que nem sempre os padres conseguiam em almas.

Já havia na cidade mais um convento de capuchas espanholas, vindas de Manilha.

Os governadores sucediam-se com

uma estranha rapidez. A Manuel de Noronha sucedeu Domingos da Camara Noronha, decerto seu chegado parente (1636-1638), sendo nomeado depois D. Sebastião Lobo da Silveira.

Havia sempre a teoria de que os filhos das casas fidalgas deviam enriquecer ou redourar os brazões naqueles governos e daí a pressa com que se procedia, a fim de se garantir rapidamente. Na Índia e em África era mais difícil realizar o que se sonhava. Macau abria-se-lhes como um cofre no qual metiam as mãos os mandarins e os governadores portugueses.

Quando, em 1640, foi lançado o édito proibitivo de se traficar com Cantão, a colónia sentiu-se perdida. Era a maneira dos chineses demonstrarem o seu poderio. Fechado aquele pôrto ao comércio de Macau, começavam as maiores dificuldades. Era necessário derivar para outro sítio o negócio ou morreria a possessão entre a Porta do Cêrco e o seu pôrto.

A embaixada ao Japão — Mais do que nunca se tornava preciso fazer pela vida e prosperidade do burgo e resolveu-se enviar alguns delegados ao Japão, a que se chamaram embaixadores da cidade. Seu fim consistia em aproximar os japoneses do seu tráfico em detrimento dos chineses, que os vexavam e repeliam de Cantão.

Compunham aquele grupo Luiz Pacheco, natural de Cochim, Rodrigo Sanches de Parede, de Tomar, Simão Vaz de Paiva, de Lisboa, e Gonçalo Monteiro de Carvalho, de Mesão Frio, todos residentes e casados em Macau e que o Senado enviava como representantes ao grande nipónico Jemitsu, a fim de entabularem relações comerciais de tômo.

Desviaram-se da China, navegaram até Nagasaki, mas o poderoso chefe japonês não os recebeu como amigos. Por um seu decreto declarava que «os bárbaros de Macau, tendo sido expulsos, ousaram, de novo, vir a este império. Ordenamos, portanto, que as cabeças dos chefes fiquem penduradas e os seus cadáveres sejam lançados ás valas, queimado o navio e reduzidas a cinzas as fazendas».

Deste modo lhes inutilizavam o negócio, martirizando-os e a cinqüenta e sete dos seus companheiros (Agosto, 1640).

Não quiseram abjurar da religião; foram trucidados. É curioso apontar como portugueses dos mais distantes pontos tinham ido parar àquelas regiões. O capitão do navio chamava-se Domingos Francisco; o piloto, Francisco Dias Boto; o mestre, Manuel Alves Francisco, e o condestável, Diogo Dias Milhão. Aqueles eram de Lisboa, este de Barcelos. Que estes andasem nessas terras tão distantes era natural, dada a sua qualidade de gente do mar, mas os comerciantes, do centro do reino, ali em tráfico, bem marcam o génio audaz e valoroso da raça.

Os martirizados em Nagasaki representam na história de Macau uma tentativa de organização ao verem falhar-lhes os seus negócios com a China. A resposta estava dada. Queriam encerrar a cidade dentro das Portas do Cêrco e verem exterminados os «bárbaros de Macau» como lhes chamava o poderoso nipónico.

Para os mandarins a notícia de semelhante desastre aumentou a sua audácia.

A desordem não se detinha. A metrópole ia libertar-se do jugo castelhano mas a distância era muita para que se pudesse receber a influência dos resultados a colhêr pela emancipação do reino, realizada no 1.º de Dezembro de 1640.

Não paravam, ante as colónias portuguesas, as tentativas dos holandeses. Também não sucederia o que se imaginava: os portugueses, rendidos ao esfôrço dos emancipadores, determinarem-se a unir para a defesa de tantos interêsses como eram as colónias.

E deste modo terminou a primeira parte da vida de Macau, possessão portuguesa desde 1557, vivendo até 1580 livre dos castelhanos e até 1640 sob o seu jugo.

CAPITULO XXVIII

A VIDA DE SUJEIÇÃO DA COLÓNIA

Indiferença da metrópole — Conflitos civis e religiosos — O oriente contra os «barbaros do ocidente»

Após a emancipação de Portugal — Só em 1642 chegou o governador nomeado por D. João IV. Chamava-se António Fialho Ferreira. Houve um intensíssimo júbilo quando se fez a aclamação e o juramento (20 de Julho). Como Portugal estava em guerra com a Espanha, os habitantes de Macau mandaram duzentas peças de artelharia, em bom bronze, destinadas á defesa do país.

Esperaram, com certeza, muito da metrópole, que continuava a enviar-lhes governadores. Em 1644 estava lá Luiz de Carvalho e Sousa, que administrou durante dez anos.

Não se alterou em muito a vida da colónia até que chegou João de Sousa Pereira.

Os holandeses não tinham desistido do ataque por todas as formas e desta vez (1656) preferiram a via diplomática, indo em embaixada ao imperador da China. Embarcados em luzida esquadra, passaram á vista da cidade e foram na sua missão. Chamavam-se Gayer e Kayser os enviados dos Países Baixos, os quais eram acompanhados por um séquito deveras vistoso.

O imperador da China não se mostrava aos estrangeiros com a facilidade que se julgava. Eles careciam de saber cumprimentá-lo, e da maneira mais vexatória se ensaiava a saudação ante o trono. Prostrados ante o grão senhor, ao som dos estalos do chicote que os soldados tártaros moviam, teriam que cumprir todas as praxes do ritual nessa aprendizagem, até que pudesem apresentar-se ante o Filho do Céu. Sofreram tudo com uma paciência, neste caso verdadeiramente evangélica, e só conseguiram licença para, de oito em oito anos, quatro naus batavas navegarem na China, sendo tripuladas por cem homens e não mais. As que fôssem até Pequim só conduziriam vinte pessoas de equipagem.

Não valera a pena semelhante baixeza.

O que se passava em Macau com os chineses era o mesmo que sucedera desde a fundação. Chegava a parecer impossivel que não houvesse um impulso rijo, por parte do govêrno metropolitano, a fim de meter na ordem os ousados chins. Já terminara a guerra com a Espanha. Vivia-se na cidade do Santo Nome de Deus sob o terror. Fechada a porta do Cêrco, a fome aproximava-se a grandes passos; os víveres escasseavam e os vexames prosseguiam a ponto de o imperador Kuan Li mandar abater as fortalezas edificadas pelos portugueses. O pretexto era o medo de as ver sujeitas ao grande corsário Koginga, partidário dos antigos dinastas. Havia o receio de se perder o trono do império desde que o ousado flibusteiro pusesse pé firme em qualquer território chinês. É que havia ainda muitos partidários dos velhos soberanos (1662).

Caída em 1644 a dinastia Ming e substituida pela Tsing, havia vinte e oito anos que uma guerra se anunciava nas diversas províncias do império. O novo soberano tinha que se defender e o seu mais terrível e acerbo inimigo era aquele pirata, por causa de cuja valentia se queriam demolidas as fortalezas de Macau. Mas o bravo ia morrer na tentativa da con-

quista da Formosa e esse fim de tão poderoso adversário, juntamente com os bons ofícios dos jesuitas que viviam em Pequim, fizeram modificar o édito imperial e deste modo se salvaram os redutos e fortes.

O novo governador de Macau, D. L. Correia de Albuquerque (1666), não

PORTA DO CÊRCO

levantou a existência da colónia; arrastava-se uma vida precária, embora, por vezes, os comerciantes se arriscassem a tráfegos difíceis e tirassem proventos largos, mas continuava aquele domínio chinês irritante e ninguém tentava, de vez, a libertação. Em 1678 governou a província António de Castro Sande, depois, em 1685, Belchior de Andrade e Meneses, sucedendo-lhe António de Mesquita Pimentel e em 1688 André Coelho Vieira.

A questão das alfândegas chinesas — Os grandes rendimentos que os chineses atribuiam ao negócio macaense levaram o mandarinato á ideia de estabelecer um posto de dízimos na cidade. Era a sua alfândega. Ali instalariam a cobrança para o tráfego dos navios, dando como pretexto evitar maior viagem até Cantão aos de alto bordo. Ficariam no Pôrto de Macau, aumentando o movimento, em prejuizo do território do Celeste Império, onde não havia influência estrangeira. Justa seria, pois, a cobrança no seu «ho pet» (posto alfandegário).

Instalaram-se na Praia Pequena, sem que houvesse maneira de resistir a este novo e mais afrontoso vexame. Não se intervinha. Macau continuava a ser a dupla presa.

Iam-se sucedendo os governadores ou capitães generais, seguindo-se D. Francisco da Costa (1691), António da Silva Melo (1693), Gil Vaz Lobo Freire, 1694; em 1697 governou o Senado, Cosme Rodrigues de Carvalho e Sousa, o qual ao cabo de um mês se retirou.

O govêrno do Senado não era frutífero. A falta de autoridade directa, aquela ausência de delegados do govêrno metropolitano ou da Índia, marcando, claramente, o abandono, aparecia á vista dos chineses como um grande medo do seu poderio. Envaideciam-se com a ideia dum domínio de tal natureza que até aterrorizava os portugueses, senhores de tão vastos territórios. E imaginavam-nos fracos, tolerados, perdendo mais os respeitos que se lhes devia.

Os barcos sob a bandeira de Portugal, mesmo os de guerra, pagavam direito de fundeadouro.

Não havia dúvida de que tudo quanto se pudesse julgar nossa soberania estava prejudicado ante a cedência aos ditames dos chins.

Se Macau pertencesse aos portugueses, em totalidade de suserania, os mandarins não se teriam atrevido a tão vexatórias medidas. Na realidade, o que existia era uma negligência, a qual, desde o comêço da ocupação mercantil, dera aos adversários vistas desdenhosas. Se tivessem instalado na cidade a fôrça suficiente para manter a distância, não lhe tolerando exageros, o mandarinato nem mesmo se teria atrevido á edificação da Porta do Cêrco, essa afrontosa muralha da China.

Se a tivessem construido, naturalmente impor-se-lhe-iam condições de forma a sentirem o poder dos vizinhos. Mas a Povoação do Santo Nome de Deus de Macau caira, quasi em seu período de formação, em mãos de estrangeiros, usurpadores do nosso país, e isso contribuira largamente para o descrédito dum povo que, perdendo a sua independência, ainda queria manter possessões na terra alheia.

Foi este o critério chinês a prolongar-se desmedidamente mesmo após a restauração, visto o abandono material a que se votava aquele rico e magnífico território.

Mais dois capitães-generais toleraram este estado de coisas: Pedro Vaz de Siqueira (1698-1700) e Diogo de Melo Sampaio.

Ao cabo de mais dum século de ocupação, os agravos dos vizinhos, que nos consideravam bárbaros, iam aumentando.

Os chins entendiam que estavam em sua casa, onde uns intrusos tinham entrado pela tolerância de um imperador, pagando-lhes, todavia, tributos como qualquer vassalo. O que fôra o acôrdo, ou partira da generosidade ou gentileza dos portugueses, eles viam-no como o obrigatório dízimo de súbditos. E para eles os portugueses, com seus costumes, religião e modos, só eram motivos de desprezo.

O seu desejo consistia em expulsá-los de vez do território, fazendo a tomadia da cidade onde viviam como senhores. Chegavam a zombar dos sentimentos religiosos dos católicos, como sucedera em sexta-feira de Paixão de 1702, ao desfilar a procissão do Entêrro, durante a qual houvera tumultos enormes, acabando o procurador da cidade, Manuel Rabouça, por ir preso até á residência do mandarim.

Esta colónia longínqua era um pretexto para ocupar alguns fidalgos no seu teórico govêrno. Em 1702 capitaneou-a, mais uma vez, Pedro Vaz de Siqueira, seguindo-se-lhe José da Gama Machado (1703).

Um terrível exemplo — Os missionários sacrificavam-se em prol das suas crenças, lutando com todas as inclemências e rigores, tanto dos climas insalubres como sofrendo os ataques dos chins e nipónicos. Ocasiões havia em que os deslumbravam com a ajuda da própria natureza, como sucedeu quando duma grande estiagem, e que ao realizar-se a procissão, ante os súbditos do Celeste Império, a chuva caiu torrencialmente. Deste modo entraram a votar algum preito aos sacerdotes, tendo-os como sagrados, mas, a súbitas, um terrível exemplo dado por alguns membros do clero veio abortar grande parte do trabalho e isenção doutros, cuja fé e amor ás crenças os nobilitaram.

Existia já em 1704, na cidade do Santo Nome de Deus, um convento de dominicanos: o de S. Domingos, do qual era superior Frei Felipe da Cruz.

Em virtude de questões internas, três freis surpreenderam-no em seu leito e estrangularam-no. A mor parte da comunidade estava rezando no côro e ele, por enfêrmo, se quedara na cela. Os assaltantes chamavam-se freis Manuel de Santa Cruz, João Baptista e Domingos de Santa Rosa. Um criado da vítima, alarmando o convento, retirou os outros religiosos de suas orações, fazendo-os acorrer em socorro do superior.

Toparam um dos assassinos, frei Domingos de Santa Rosa, o qual lhes garantiu que o reverendo dormia. Ao verificarem-lhe a morte, deliberaram mentir, dizendo-o vítima da doença, para salvarem, deste modo, a honra do convento.

Fizeram-lhe o funeral, tendo frei Manuel da Cruz dito missa por alma do homem que ajudara a assassinar.

Mas nem todos os dominicanos quiseram ser cúmplices daquela infâmia e dois deles, António e Domingos do Sacramento, escapando-se da sede da casa religiosa, dirigiram-se ao paço do bispo e narraram-lhe o sucedido, bem como ao governador. Correram as justiças a S. Domingos, sendo presos os criminosos, um dos quais, fr. João Baptista, para maior vergonha de seu hábito, roubara objectos de ouro e prata.

Os maus exemplos sucediam-se. As lutas entre os religiosos não abrandavam. As ordens eclesiásticas batiam-se umas contra as outras, a ponto de ser necessário enviar de Roma um legado apostólico a fim de pôr côbro ás diferenças e ordenar o cerimonial sacro relativamente ao ensino da religião aos chineses e mais povos que se missionavam.

O representante papal era o patriarca de Antioquia, Carlos de Tournon, que conseguiu ser recebido pelo imperador de Nanquim. Reinava Kuang-Li. Acolhera o patriarca com consideração, não lhe concedendo, porém, regalias algumas acêrca de Macau, onde aquele príncipe da Igreja se instalara, quando governava a colónia Diogo de Pinho Teixeira (1706).

Em 1710 foi nomeado Fernando de Melo e Castro. Rebentou logo um conflito entre o bispo D. João do Casal e o legado pontifício. Como se vê, os maus exemplos prosseguiam.

Ante a excomunhão do prelado surgira o protesto patriarcal, o qual foi publicado em diversos lugares por meio de éditos. O governador ordenou que os arrancassem. Houve quem resistisse ás ordens da autoridade militar e civil, criando-se novo conflito entre os padres dominicanos e parte da colónia. Os agostinhos acaudilharam-nos e, como os religiosos sempre dispunham de poder, dentro em dias já se clamava contra a atitude do capitão-general que mandara prender alguns frades no próprio convento de S. Domingos. Instalada ali a tropa com o ouvidor João Zuzarte, os reverendos, lembrando-se da sua fé, embora tardiamente, expuseram o Santíssimo e ficaram rezando no templo, em jejum, durante três dias, vigiados pelo magistrado e pelos soldados.

A propósito do capitão-general querer considerar-se governador, quando o Senado exigia para seus membros aquela categoria, houve mais discrepâncias, cujo fim consistia em proteger os frades. Reunido aquele areópago, sob a influência dos jesuitas, acabara por não reconhecer a autoridade do governador. Chegara o momento de ele proceder, mas escasseavam-lhe os meios. Recorreu á assembleia dos moradores, da qual saiu novo Senado, cujos membros foram: Francisco de Mendonça, António de Sousa Gaia, José da Cunha Lobo e Tomaz Garcez do Canto, sendo este nomeado procurador.

Conflito do capitão-general com os jesuitas — Mal acabara a eleição foi enviado um mensageiro aos inacianos para lhes anunciar a nomeação dos membros senatoriais. Ironicamente se lhes participava não serem já magistrados aqueles que guardavam no seu colégio de S. Paulo e cujas consciências dirigiam. O povo escolhera outros. A resposta foi diferente da que se esperava. Não reconheciam o novo Senado. O colégio dos jesuitas foi cercado pelos soldados (17 de Maio de 1710). Dois dos antigos senadores asilaram-se no seminário vizinho, onde o ouvidor os devia prender, mas os inacianos, á vista da autoridade, apresentaram suas cartas de privilégios e imunidades, o que obrigou as justiças a retirar.

O processo legal pareceu manso ao governador. Deliberou fazer-se obedecer, por todos os modos, e ordenou que se desembarcasse uma peça de bordo do navio pertencente a António da Cruz, o que foi impossível, visto não serem transportáveis. O último movimento do capitão-general foi o melhor. Assestou a artelharia da fortaleza do Monte contra o edifício onde os padres se julgavam seguros e dispunha-se a demoli-lo quando o bispo, atrapalhadamente, correu como medianeiro. Nem assim se demoveu a atitude do capitão-general.

O prelado, expondo o Santíssimo, na Sé, atraíu o povo. Ia-se chegando a um acôrdo para se formar assembleia na capitania, a fim de se resolver o conflito. Fez parte dessa reunião toda a gente grada de Macau, sendo delegado dos jesuitas o reverendo Marcos, o qual obteve que cessasse a vigilância da tropa no colégio de S. Paulo.

Concedida aquela graça, julgava-se que os inacianos entrariam na obediência. Não sucederia assim. Os dois Senados continuavam a dar ordens.

Carecia-se dum juiz eleito. Acorreram os moradores, conforme a lei, e escolheram-no. Chamava-se João Soares. Ao cabo da eleição dirigiu-se para o colégio dos jesuitas. Repetiu-se o sufrágio, e saindo dele Manuel Pires, praticou de maneira idêntica, sucedendo o mesmo ao terceiro empossado no cargo, António Pinheiro.

Deste modo se demonstrava a preponderância dos reverendos. Faltava um magistrado popular que não lhes quisesse obedecer. A vaga mantinha-se ante aquele grotesco.

Mas a audácia foi mais longe. Os senadores e juizes, envergando as vestes de seus ofícios e empunhando as varas, sairam do seminário e dirigiram-se para a Casa da Camara, entre escolta bem provida de armas.

As vozes levantaram-se contra o capitão-general, acêrca de cujo procedimento se manifestou o bispo, declarando que tudo fizera para o demover daquelas atitudes, sendo, porém, baldado o seu intúito. Encarregaram-no de nova tentativa mas recusou, solicitando por medianeiro o padre José Ferreira, recém-chegado de Gôa. Procedeu de maneira a abater o ânimo

de quem tão enérgico parecera. Ao voltar, podia dizer como o governador tudo concedera pondo-se de joelhos na sua frente e aceitando as deliberações da cidade. Cantou-se vitória, mas ou o jesuita mentira ou o governador recuperara, de novo, o seu ânimo. Apelou para a fôrça. Tomou quinze soldados europeus, juntou-lhes D. Henrique de Noronha, o capitão Tomé Marques e o alferes Belisário Taveira. Atravessou as ruas em direcção ao centro da cidade, onde a turba o aguardava, capitaneada por João de Pina Falcão, o mais célebre morador de Macau.

Mandou que se afastassem; queria aberta a passagem para si e sua escolta e ao vê-los hesitantes ordenou uma descarga, á qual retorquiram com outra, de que resultou a morte do alferes Belisário.

MACAU EM 1897

Refugiou-se na fortaleza do Monte com os seus homens, e assestando-se a artelharia sôbre a praça do Senado, a bala passou zumbindo até a casa dum chim, o qual não sofreu cousa alguma. A segunda descarga atingiu o alvo: a Casa do Senado. Matou o porteiro Tristão, feriu diversos indivíduos e levantou uma cólera maior entre os habitantes. Badalejaram em rebates os sinos chamando o povo á revolta; por toda a parte o alarme; e o bispo, entregando o Santíssimo ao padre José de Pina, ordenou-lhe que conduzisse o sacratíssimo penhor á fortaleza, onde o capitão-general continuava indignado.

Finalmente, aquietaram-se os espíritos quando o governador saiu para a metrópole e faleceu o representante do papa.

Esperava-se muito do novo governador Antônio de Siqueira de Noronha, que chegara em 1711 com os privilégios de comerciamento.

Este não ofereceu dúvidas aos macaístas. Hospedou-se no colégio dos inacianos enquanto não alugou a casa do padre Leonel de Sousa, destinando-a a palácio dos governadores.

Não se aquietavam os conflitos entre religiosos e civis. A Igreja quando é atingida lamenta-se; ao darem-lhe um pouco de piedoso acôlho, exige o poder. Daí a tumultuária atmosfera gerada por suas atitudes.

Devia ser um subordinado dos jesuitas. Acabou preso, sendo remetido para Gôa por ordem do vice-rei, entregando o govêrno a Francisco Alarcão Sotomaior (1714). Parece que havia queixas de sua parcialidade. Também foram conduzidos para a Índia alguns agostinhos que em vez de obediência ao seu bispo, a tinham dado ao patriarca de Antioquia, o qual, mesmo depois de morto, ainda gerava destes percalços.

O predomínio do Celeste Império — Os mandarins, naquele Janeiro de 1717, fizeram constar que ia ser proibido o comércio dos portugueses; de-

pois, pelo contrário, que o imperador da China desejava comunicar com eles. Para receber suas palavras deveriam ir a Cantão alguns senadores, a fim de se encontrarem com o vice-rei. Foram Pascoal da Rocha, Gaspar da Silva, Manuel Favacho, António Aguiar e Manuel Peres, como escrivão municipal.

Chegados á presença do representante do soberano, sucedeu-lhes uma singularidade bem chinesa. O vice-rei declarou-lhes terem sido chamados para receberem os cumprimentos de sua majestade. Tratou-os muito bem, oferecendo-lhes carneiros á despedida. Ninguém compreendia aquela gentileza tão incómoda para quem tivera de se deslocar voltando a Macau com os lanígeros, alguma seda e duas jarras de vinho chim.

O que primeiro se anunciara, realizara-se. Chegara a ordem para nenhum barco poder fundear em Cantão. Devia ter por ancoradouro a Taipa, a ilha vizinha de Macau, procedendo dali ao seu tráfico.

Mas o vice-rei, ao mesmo tempo que procedia deste modo, mandava avisar de sua visita á cidade, onde o acolheram em largo cerimonial, do que pareceu agradado.

Quando ele partiu chegou o novo capitão-general, António de Albuquerque Coelho. Pouco depois aparecera a lei banidora do comércio europeu em toda a China, o que arruinava Macau. De futuro, o negócio só podia entreter-se entre vassalos do imperador, outros asiáticos, como os nipónicos e siameses, moiros e negros, mas nunca com gente da Europa. O Filho do Céu, Kuang-Li, o dos cumprimentos, o exigia.

Pagou-se ao jesuita José Pereira para solicitar uma excepção àquela mortífera medida. Macau, como encravado no império, devia ser poupado a semelhante lei.

A ideia do mandarinato era simplesmente a de conglobar num só ponto o comércio, a fim de não se ir invadindo o território por outras feitorias; desde que existia Macau, sob o regime das alfândegas chinesas, ali cobrariam todos os réditos, deixando os portugueses como seus vassalos aos olhos do mundo e livrando o império da intervenção dos «bárbaros do ocidente».

Sabiam muito bem que o contacto de seus povos com os comerciantes de várias regiões, a aprendizagem de usos e costumes de outras raças acabariam por desnortear os bons filhos da religião de Confucio, habituados á obediência, contaminando-os da heresia ocidental.

Ingleses, batávios, franceses e espanhois, avançando para a China com seus navios e estabelecendo suas feitorias, apareciam como flagelos á vista oblíqua mas profunda dos conselheiros imperiais.

Os jesuitas, que chegavam a obter graus de mandarins, com alta influência na côrte, não se adiantavam em demasia a dar conselhos em contrário, receando perder o seu prestígio.

Deste modo, o caso do negócio proibido em Macau não tinha solução digna. Não se podia aceitar aquele encargo de tesoureiros alfandegários imperiais, numa vassalagem deste modo mais do que expressa.

O domínio do Celeste Império era evidente. A sua acção em Macau encontrava-se cada vez mais intensa, viva e vexatória .

CAPITULO XXIX

MACAU E A CELESTIAL DINASTIA

Como continuaram os vexames — Vistas dos ingleses sobre Macau — Uma vitoria portuguesa sobre os piratas

Um embaixador de D. João V na China — Houve um capitão-general de Macau, António de Albuquerque Coelho (1718) que pretendeu colocar-se na devida situação ante os chineses. Escreveu uma carta ao imperador, na qual explicava a grandeza do seu rei e como lhe pertencia Macau. Pouco mais fez. Sucedeu-lhe António Teles de Meneses (1719), que era igual aos anteriores chefes da colónia e permaneceu o estagnamento.

Estando demonstrada a riqueza daquele comércio, as vantagens do pôrto magnífico, a que podia tornar-se cidade, nem assim se cuidava de, sacudidamente, a tirar da situação que os orientais teimavam dar-lhe.

Um ano depois, era governador Cristóvão Severim Manuel (1722) e logo, de novo, António Teles de Meneses (1723).

Durante o seu período morreu o imperador Kuang-Li. Por este motivo se decretou luto de três meses para os servidores do estado e vinte e quatro horas de salvas. Assim o tinham determinado os mandarins. Obedeceu-se-lhes. Depois ordenara-se luminárias quando da aclamação do novo soberano, Yung-Ching; até se repicaram sinos em honra do pagão.

De resto, os mandarins justificavam seus títulos. Macau não poderia ter mais moradores; não devia acolher estrangeiros e ante estas ordens tanto se curvava aquele capitão-general como o que já o fôra e lhe sucedera, Teles de Meneses, e ainda mais outro, António Alcáçova (1724). Não podia haver mais de vinte e cinco navios portugueses no pôrto. Decretavam tudo que lhes apetecia; evitavam-se-lhes as impertinências quando não lhas pagavam para as esquecerem. Em 1727 governava António Moniz Barreto.

D. João V recebera alguns presentes do Filho do Céu, que parecia ter adivinhado quanto aquele faustuoso monarca amava as pompas. Como correspondência á amabilidade oriental, o rei português enviara um seu embaixador ao suserano.

Ia a bordo da «Nossa Senhora da Oliveira» Alexandre Metelo de Sousa Meneses, enviado especial do monarca, com magnificente séquito e tendo por secretário o padre Francisco Rua. Os presentes de D. João V enchiam trinta caixas. Durante seis meses Macau delirou, animando-se muita gente com a visita do embaixador, que teria enormes trabalhos para se acercar do soberano, para o qual Alexandre Metelo, ido de Macau, não passava dum súbdito do monarca seu tributário. E posta deste modo a questão, na complicadíssima engrenagem da diplomacia chinesa, nada havia a fazer sem desdouro. O jesuita António de Magalhães, que vivia na côrte imperial, foi demonstrando como não era assim. Decerto falou do «grande reino dos mares do ocidente», da «Ta ssi yang kuo», que tivera larga fama, e devia fazer sorrir os áulicos sabedores da subordinação de Macau, não por culpa dos habitantes mas do desleixo metropolitano. Durou muito tempo a negociação para a ida do embaixador á côrte; depois mais ainda para ser recebido pelo Filho do Céu e, quando regressou (Dezembro de

1727), de novo o festejaram os macaístas, mas a colónia ficara desfalcada. Em relação a benefícios, nenhuns obtivera, e por isso o governador, António do Amaral Meneses, seguiu na trilha dos outros.

O que se desejava em Pequim era acumular em Macau todo o comércio

CATEDRAL DE MACAU

europeu, salvando o resto do império da passagem dos estrangeiros e cobrando-se na cidade o dízimo de tantos lucros destinados ao imperial tesouro, e por isso, sendo capitão-general António de Amaral Meneses, se instalou outra alfândega chinesa na Praia Grande.

Perseguições aos católicos — E como norma do critério religioso do imperador tão festejado com repiques de sinos e que se chamava Yung-Ching, basta dizer-se ter proibido a religião católica no seu império.

Era uma exterminação feita como nos velhos tempos a tinham decretado os japoneses, ante o incremento nascido das belezas do cristianismo, que agradavam, como uma libertação, àqueles povos, sujeitos, supersticiosos, escraviazdos.

O bispo de Pequim, D. Francisco da Purificação, fugira da sua propaganda ante a tormenta oriental, um autêntico tufão daquelas regiões, varrendo, em furioso redemoinhar, os fieis.

Os padres bem podiam pôr-se ao abrigo dos ódios ferozes desencadeados pelos fanáticos terríveis que os queriam supliciar. Fôra o começo da hecatombe. O bispo de Nanquim disfarçara-se a fim de poder embarcar para a Europa. D. Manuel de Jesus Maria José, missionário varatojano e que muito bem quisera cumprir o seu dever de prelado, sentiu tão abalada a sua diocese «in partibus» que desejou ir dar contas a seus superiores no reino.

Governava Macau o velho bispo D. João Casal (1735), que muito bem soubera defender as prerogativas nacionais contra o patriarca de Antioquia. Ficou ali seis meses até á chegada do seu sucessor, Cosme Damião Pinto Pereira. Aquele bravo antiste, que fôra o primeiro bispo de Macau, faleceu nonagenário, após uma existência agitada, pois durante quarenta e três anos governara a diocese tão sujeita a ruins percalços.

Quando faleceu o imperador que perseguira os católicos, estes foram obrigados a vestir-se de dó pela alma pagã de Yung-Ching.

Por fim, chegara-se ao que mais apetecera sempre aos chins sem se atreverem a realizar esse sonho: o do mandarinato em pleno Macau. Com a aclamação do novo imperador resolveu-se a ansiedade e instalou-se o mandarim. Defrontava o governador; o pretexto da sua investidura consistiu em o dizerem auxiliar do que dirigia Hian-Chan, além das Portas do Cêrco.

A chegada do novo governador Manuel Pereira Coutinho (1738) não alterou de forma alguma o que se estabelecera. Os negócios prosseguiam, porém não se sabia quais as autoridades de efectivo domínio.

Decorria assim o tempo. Em 1735 voltou Cosme Damião a governar a colónia e logo se deu um espectáculo deveras igóbil. Um macaísta, de nome Anselmo, matara um chim. Preso á ordem do mandarim, condenaram-no logo á morte, seguindo o réu entre dois jesuitas para o sítio da execução, com o cerimonial costumado.

O carrasco, por acaso ou propositadamente, quebrou a corda e logo a bandeira da Misericórdia cobriu o matador que se julgava salvo. Era a praxe; porém não o entenderam deste modo os chineses, que o agarraram, indo de novo ao garrote.

Não se compreende a preponderância dos orientais senão duma maneira: a resultante da impotência dos portugueses, aos quais não acudia a me-

trópole nem mesmo o vice-rei da Índia.

Manuel Pereira Coutinho governou em 1738 e de novo Pinto Ferreira (1743).

O afrontador dos chins — Viera mais uma vez o capitão-general António José Teles de Meneses (1747), que, fidalgo e ousado, sentiu pelos chins maior desprezo que aquele por eles manifestado pelos europeus, sobretudo pelos portugueses. No fim de contas, detestavam mais os macaístas, que, filhos do oriente, se dedicavam ao catolicismo, repelindo as ideias e a religião do império e dizendo-se súbditos do rei de Portugal.

Teles de Meneses, ao saber que diante da alfândega da Praia Pequena se construira uma parede em terreno diferente do que se doara aos chins, mandara derrubá-la. Resultou um conflito que parece ter-se comprazido em provocar. O Senado, cheio de pavor, imiscuiu-se na questão; tomou sôbre si o pagamento do trabalho a refazer-se e ainda presenteou o magnate.

Desautorizado, deste modo, o governador não se intimidou. Arranjando doze soldados escolhidos, armou-os e, no meio deles, descia da fortaleza do Monte para a cidade. Com sua guarda e um sargento, as carabinas aperradas, parecia desafiar os chins e o Senado.

Dera ordens positivas. Dispunha-se a mostrar aos orientais que não lhes guardava medo e menos ainda qualquer respeito. Apanhados dois vassalos do Celeste Império por uma ronda, mandara-os entregar ao procurador da cidade. Moidos de pancadas e em estado lastimoso, pareceu a este magistrado não os poder receber. Reentraram no Monte. Nunca mais apareceram. Já que a justiça os não queria, castigava-os ele.

Estava travada a pugna. Os mandarins requisitavam os seus patrícios; alegava-se que o capitão-general os mandara enterrar na fortaleza e exigiam, nos costumados termos, as mais humilhantes satisfações. Como não se lhes respondesse conforme desejavam, deram ordem aos chineses para fecharem os bazares, saindo de Macau, onde penetraram os soldados, a fim de se reconduzirem os naturais do império. Fecharam a Porta do Cêrco e começou a sentir-se a falta de víveres na cidade. Os moradores, aterrados, dirigiram-se aos jesuitas, a fim de se tornarem medianeiros naquele lance, mas só com dinheiro o vencera. O delegado de Pequim garantia que um cristão lhe narrara o sucedido aos chins na fortaleza. Naturalmente pagara-lhe, pois nem só os infieis se vendem.

O governador, logo que chegara, mandou construir uma polé alta no tôpo do forte e com a base no fundo do monte. Ver-se-ia de toda a parte o padecente que ele desejasse imolar. Descoberto o denunciante da sua acção, que era um macaísta, de apelido Franco, capturou-o e sofreu os tratos de polé ante o público. Este exemplo calou no ânimo dos chins, que abriram os bazares, embora tudo se tivesse feito á custa de peitas ao mandarim e com a promessa de que seriam deportados para Timor os que se provasse terem sido os assassinos dos chins desaparecidos. Era uma vaga promessa, mais nada.

Não encontrava, aquele homem decidido, o apoio do Senado e dos negociantes na sua guerra contra os orientais, até aí atrevidíssimos.

Os que eram do tráfico temiam, como os outros, por seus réditos. Não coadjuvavam; antes se enchiam de medo a cada atitude que o governador tomava naquele sentido. Começaram fervilhando as intrigas de todo o género. Acusavam o enérgico capitão-general de muitas falsidades e até de ter batido no juiz Pereira Braga e de Gôa partira a ordem de o levarem da colónia sob prisão.

No final do reinado de D. João V, foi nomeado capitão-general João Manuel de Melo. Os chins receberam-no com os desdens naturais, pois o julgaram o homem destinado a sofrer aqueles vexames que ao outro não tinham podido infligir. Viam-no condenado pela atitude que tomara em relação ao Celeste Império. Só deste modo eles explicavam aquela demissão súbita e rápida, a captura, a passagem para Gôa entre custódia.

Sucedeu D. Rodrigo de Castro (1752).

De futuro os mandarins governavam mais despoticamente. Nem com o domínio de Pombal se levantava a colónia. Macau não tivera um só momento de felicidade, de libertamento, embora tivesse alguns de heroismo.

Outros governadores — No ano do

terramoto de Lisboa (1755) o capitão-general nomeado era Francisco António Pereira Coutinho. Seus sucessores chamavam-se: D. Diogo Pereira (1758); António de Mendonça Côrte Real (1761), que expulsou os jesuitas; José Plácido de Matos Saraiva (1764); Diogo Fernandes Salema e Saldanha (1767); D. Rodrigo de Castro (1767); Diogo Salema Saldanha (1771); D. Alexandre Pedrosa Guimarães, bispo (1777); João da Silveira e Meneses (1778); António José da Costa, que deixou o govêrno em 1781 a D. Francisco de Castro, sucedendo-lhe, em 1783, Bernardo Aleixo Lemos de Faria.

como sempre nominalmente, José Manuel Pinto (1793), que, ao cabo de quatro anos, o entregou a D. Cristóvão Periera de Castro (1797) e em 1800, mais uma vez, àquele antigo governador.

Neste período a Europa transformava-se. A revolução francesa, invertendo a face do mundo, fizera chegar aos pontos mais distantes do orbe as novas aspirações da humanidade. O Directório, o Consulado e depois o Império ecoavam por toda a terra como o desabar da velha sociedade, criando príncipes provindos da rua, das artes, dos mesteres, na negação do direito divino.

PALÁCIO DO GOVÊRNO DE MACAU

Limitava-se a vida daquela colónia ao tráfego e á tortura em que se vivia há séculos. Podiam engrandecer os governadores, como sucedeu em 1784, que não lhes entregando a fôrça necessária para manter o seu prestígio sempre seriam como uns dourados manequins, incapazes de se impor, á gente do império por maiores energias que dispendessem.

Continuou-se assim até 1788, sob a capitania de Francisco de Mendonça Côrte Real, por cuja morte ficou interinamente no cargo Manuel da Costa Ferreira, ouvidor, e o sargento-mor Lázaro da Silva Ferreira, até que se nomeou Vasco Luiz Craveiro de Sousa e Faro (1790).

Três anos depois, ocupava o lugar,

Só na colónia portuguesa do oriente continuava tudo do mesmo modo.

A Grã-Bretanha e Macau — Os ingleses, como tinham ficado com a sua numerosa e bem apetrechada esquadra, enquanto a da França, desmantelada, mal podia fazer a polícia dos mares mais próximos do país, procuravam aumentar o seu território colonial instalando-se em diversas regiões, enquanto se combatiam os exércitos da república francesa e depois os do império.

Por aquela teoria ambiciosa se dirigiram a Macau, com a disfarçada côr de defender os seus aliados portugueses dalgum ataque francês. Pensaram em desembarcar algumas fôrças, mas os chineses, ao verem-nos, de tal for-

ma procederam que os britanicos ficaram pasmados.

Audaciosamente, como sempre, se dirigiram ao govêrno da cidade do Santo Nome de Deus, ordenando-lhes que mandassem embarcar aqueles estrangeiros, pois no caso de quaisquer outros tentarem invadir Macau eles ajudariam a expulsá-los.

Convencionou-se que não seriam recebidas fôrças doutros países na região e a frota inglesa retirou (1802).

No ano seguinte chegou o novo capitão-mor: Caetano de Sousa Pereira e três anos depois Bernardo Aleixo de Lemos Faria.

A dissolução de costumes avançava. Não havia maneira de estabelecer autoridade sem fôrça e daí o espectáculo que continuava a deparar-se por toda a parte.

A Europa, em guerra, ainda mais favorecia aqueles desmandos de chineses, ao mesmo tempo que a aliada não se fartava de impor vexames. Em 1808, governando Lucas Alvarenga, participara-se-lhe o envio de guarnições inglesas, a fim de se fazer a defesa da cidade, o que era repelido pelo vice-rei da Índia, conde de Sarzedas. O governador geral das Índias britanicas teimara e uma esquadra fundeou no pôrto, dispondo-se várias companhias a desembarcar.

Recusada a intervenção, o chefe da esquadra, Drury, dirigiu-se, de novo, ao capitão-general, Lemos Faria, com seus oferecimentos, sempre repelidos até se fazer correr um édito de protesto contra o tão oferecido auxílio. Os procuradores da cidade já recorriam aos mandarins de Hain-Chan, dando-lhes, deste modo, razão acêrca do seu sempre acentuado domínio. A resposta foi a recusa àquele desembarque, repetindo-lhes que não consentissem no acto e, no caso de assim suceder, tão culpados considerariam os portugueses como eles. Se acaso tentassem realizar o anunciado, as fôrças chinesas de Cantão investiriam os atrevidos ingleses.

A teima redobrava com as ameaças; os aliados de Portugal queriam desembarcar á viva fôrça; opunham-se os chins e os macaístas, acabando-se noutra convenção tendente ao almejado fim.

Desde há muito que a Inglaterra ambicionava território na China e agradava aos seus delegados o pôrto de Macau.

É muito curiosa a descrição, feita pelo mandarim Chin, ao vice-rei, acêrca das qualidades e tendências dos ingleses. Tratados de «destemidos e audazes», e ao mesmo tempo os mais «cavilosos», apresentava-os como ambiciosos de «terras alheias». Explicava a tática britanica: «Entrando nelas, primeiro por empréstimo, depois delas se apossam e logo introduzindo-lhes soldados e gente do seu reino, ficam habitando provisoriamente com os naturais do país, cujos navios mercantes passam a navegar com a bandeira deles».

O chim não desenhava mal os ingleses, acrescentando que «o intúito deles é apoderarem-se de Macau e estabelecerem uma grande feitoria da companhia; e, tomando, ao depois, o pôrto de Vampu para lugar de repouso e passagem, querem fazer metrópole de Cantão, não tendo os ingleses dúvida em concorrer com três milhões para esta diligência».

Este programa de 1808 foi executado depois na China com a tomada de Hong-Kong.

Atiladamente o mandarim revelava as ambições da Companhia das Índias, falando dos seus navios, carregados, não só de tropas, mas de artífices, médicos e cirurgiões, para se estabelecerem desde logo como convinha e não ao acaso. Acêrca dos militares, informava: «Os soldados ingleses são muito fracos em terra, nada podem, mas as suas armas de fogo são, em verdade, terríveis». Além disso, trazem eles espingardas que por si mesmo dão fogo, prescindindo do morrão».

Descrevia o artelhamento; até se atrevia a definir a política britanica, apresentando-a deste modo: «os franceses são muito valorosos e todos os reinos a eles agregados aborrecem os ingleses». As considerações do mandarim merecem ser acentuadas: «Os ingleses vieram aqui por não terem já lugar onde se refugiem. Como estão muito pobres, a residência sôbre as águas é-lhes deliciosa. Portanto, duvido muito que eles queiram sair de Macau».

Debalde o capitão-general apontava aos britanicos o mau caminho que trilhavam, enquanto eles acusavam o

Senado de ter pedido o auxílio dos chineses.

E não se retiravam. Por fim apareceu um édito do mandarim Vú com o despacho do imperador, no qual se concluia:

«Ordeno que se os ditos soldados e mais estrangeiros tiverem já ao presente evacuado Macau, esta prudência se haja por finda, mas se ainda não tiverem saido, se expeça ordem ao Sun tó Vú Ching-Kuang e mandarins de Cantão para que enviem escolhidos mandarins de letras e armas que irão como delegados a Macau intimar este decreto e os mesmos delegados repreendam e castiguem, segundo as leis proibitivas da celestial dinastia, com suma severidade e sem indulgência, para com este exemplo se evitarem semelhantes atentados.»

Para a emergência dum conflito entre franceses e portugueses, ordenava que «ainda que eles se combatam e matem, como isto acontece fora dos limites do império, não se intromete este nas suas contendas nem lhes vai perguntar o motivo delas».

Se outro valor não tivesse, este documento comprovaria que Macau não estava «fora dos limites do império». Era o assentimento duma teoria que os mandarins sempre tinham tornado prática. Declarava o imperador que enquanto lá longe se batessem portugueses e franceses eles os deviam deixar em paz, mas acentuava que, «habitando esses portugueses o território do império, nunca os franceses se hão-de atrever a vir incomodá-los».

Macau não tinha autonomia. O imperador considerava sua a Cidade do Santo Nome de Deus.

Seguiam-se, depois, os comentários imperiais:

«É manifesto que a razão da sua vinda (a dos ingleses) é que, tendo visto o comércio que fazem os portugueses de Macau, querem aproveitar a oportunidade que lhes oferecem as suas débeis fôrças e pretendem, a título de protecção, apoderar-se daquele território, o que é contra as leis do império e celeste dinastia.»

Acabava ameaçando destroçar os invasores com o seu exército.

Diante deste édito, os britanicos abandonaram as águas dé Macau. Pouco depois entrava na capitania o novo governador, Lucas Alvarenga.

O auxilio dos portugueses contra os piratas chins — A dinastia Tsing, que tanto se orgulhava do seu grande poder, em ameaças terríveis contra os estrangeiros, sofria muito com receio dos audaciosos corsários que, em nome da política, iam pondo tudo a ferro e a fogo, dizendo-se partidários dos Ming.

Apo-Chá, o valoroso flibusteiro, derrotara a frota do império, outros avançavam contra os seus barcos mercantes e já faltavam as fôrças aos almirantes da celestial dinastia para se defrontarem com tão audaciosos inimigos.

O govêrno de Cantão solicitou o auxílio dos portugueses (1809). Foram nomeados plenipotenciários junto deles o procurador da cidade, José Joaquim Barros, e o célebre ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira, açoreano, cujo nome ficaria legendário exactamente pela história dum grande tesouro acumulado num banco britanico do oriente e cujos juros, através dos séculos, formariam hoje o orçamento dum pequeno país. O magistrado entendeu-se com os mandarins, sendo lavrada uma acta de aliança contra os terríveis corsários:

Rezava:

1.º Haverá uma guarda-costa de seis navios portugueses, combinada com uma esquadra imperial. Cruzará seis meses desde a Boca do Tigre até á cidade de Macau, a fim de impedir que os piratas entrem nos canais que até agora têm infestado.

2.º O govêrno chinês obriga-se a contribuir com oitenta mil taéis para ajudar o armamento dos navios portugueses. (Eram mais de noventa e seis contos).

3.º O govêrno de Macau fará logo cruzar os dois navios que tem armados e aprontará com brevidade os quatro restantes.

4.º Ambos os governos devem ajudar-se em tudo o que fôr a bem do cruzeiro, o qual não se estenderá além dos pontos determinados.

5.º As presas serão repartidas entre os dois governos.

6.º Quando a expedição finalizar serão restituidos aos macaenses os seus antigos privilégios.

7.º As partes contratantes obrigam-se a cumprir tudo quanto se estipulou nos mencionados artigos sem alterar cousa alguma e considerá-los como ratificados em virtude dos seus ple-

nos poderes. Macau, 23 de Novembro de 1809. — Sankuychy, mandarim de Nan-hoy; Pon, mandarim de Hian-Chan; Chu, mandarim da Casa Branca. Assinavam, depois, os portugueses.

Organizou-se a frota, da qual foi nomeado comandante José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa e constava de seis navios com cento e dezoito canhões, com mais de setecentos soldados e marujos.

Não chegou nenhum barco imperial; faltavam ao contrato, mas os portugueses bravamente se lançaram na batalha, perseguindo os corsários e batendo-os várias vezes, até que se asilaram em Lentim. Fez-se-lhes um cêrco, a que se tornava difícil escapar, e Apó-Chá, o inimigo da dinastia Tsing, acabou em súplicas de perdão. Já sabia a sorte que o aguardava e aos principais comandantes de seus duzentos e setenta juncos de guerra.

Miguel de Arriaga, ao receber o pedido do corsário, dirigiu-se ao imperador, que devia assinar a sentença favorável ao pirata. Só lhe concederia a vida a trôco dos seus navios. De bom grado lhos entregou. Havia, porém, chefes de guerra que não possuiam um só junco. Eram catorze. Macau assistiu ao seu suplício; as suas cabeças, espetadas em postes, formavam um espectáculo sinistro.

Com este terrível exemplo deu-se outro muito mais desmoralizador. Apó-Chá, o grande corsário, recebeu o título de mandarim (1810).

Tratava-se de obter o cumprimento do resto do prometido: as vantagens, os privilégios, não passaram de fementidas promessas.

E como o vice-rei de Cantão devia visitar Macau, o mandarim de Hian-Chan ordenava as pompas com que o deviam receber «os olhos de bárbaros», isto é: os portugueses.

CAPITULO XXX

A LIBERTAÇÃO DE MACAU

A Inglaterra e a posse de Hong-Kong — Influencia deste acontecimento na vida da cidade de Santo Nome de Deus — O governador João Ferreira do Amaral e os chineses

Por decreto de 13 de Maio de 1810 foi concedido o título de Leal ao Senado de Macau pelo príncipe regente D. João, que estava no Rio de Janeiro. A lealdade á dinastia comprovava-se mas, falhos de fôrça, os membros daquele corpo municipal curvavam-se ante os orientais dominadores.

Como ficou demonstrado, tornava-se impossvel abater o predomínio chinês em Macau. Os mandarins davam ordens de tal maneira que ao saberem ter sido novamente nomeado governador Lucas Alvarenga mandaram um aviso para que o Senado o fizesse embarcar. Obedecidos, fizeram da nomeação um pretexto para se eximirem ao cumprimento das anteriores clásulas assinadas quando da caça á pirataria. Nesta mesma data avisavam para que se proibisse a entrada de escravos negros na cidade; do mesmo modo declaravam não permitir a passagem de chins católicos para além dos muros e ainda menos que residissem além deles.

Para o lugar de Lucas Alvarenga foi nomeado Bernardo de Lemos Faria (1806) e seguindo-se-lhe, em 1817, José Osório de Castro Cabral e Albuquerque, cuja acção foi banal dentro dos recursos que lhe proporcionavam.

A desordem alastrava; era sempre o mesmo ambiente, produzido pela ausência de autoridade, de fôrça, da moral nascida de todo este conjunto. Os comerciantes ganhavam, dinheiro; colocanda acima de tudo os interêsses e vendo-se abandonados, obedeciam aos chineses, sobretudo quando guindados ao Leal Senado; jogava-se, impunemente, seguindo o exemplo dos chins, que adoravam os imprevistos do azar. Até os indivíduos mais categorizados entravam em deboches; os delituosos davam maus exemplos á ralé; havia quem explorasse as filhâs e as mulheres e deste modo, ante tantos desmandos, muito mal decorriam os dias na colónia.

Chegara-se a 1822. A revolução vintista influira um pouco em Macau, pois já o Senado se atrevia a fazer representações ao rei, nas quais protestava contra certas regras lesivas de seus interêsses. O subsídio que a cidade pagava a Gôa e a Timor, o sustento do batalhão do Príncipe, os metropolitanos nos grandes cargos e no funcionalismo privavam-nos de réditos e de darem aos naturais da colónia os postos vantajosos. Um procurador da cidade declarava-se: «mandarim intendente do distrito de Kao--King».

Em 1823 dirigiu os negócios um conselho do govêrno, presidido pelo bispo D. Francisco Chachim.

Em 1825 governava Macau Joaquim Mourão Garcez Palha, mas, enfermando, deixou a capitania nas mãos de um conselho formado por José Pires da Costa, do bispo, D. Frei Joaquim de Nossa Senhora da Luz, e major Alexandre Gran Pré.

Subordinação aos chineses — Continuou-se na mesma até 1829. Apenas se alterara a composição do govêrno. Morrera o bispo e substituira-o o vigário capitular Inácio da Silva e o

major teve como sucessor o tenente Dionísio de Melo Sampaio.

Como amostra das impertinências do mandarim de Hian-Chan, basta dizer-se que impusera a saida do bispo de Pequim, o missionário Monteiro Serra, e do francês Lamiat e proibira que se passasse a cavalo numa estrada cuja construção devia paralisar-se. É que nesse sítio, o Campo de Mong, repousavam os chins e aquelas cavalgadas perturbavam-nos em suas sepulturas. Também o corte do monte da Senhora da Penha (Tchu-csai) devia terminar, pois prejudicava, sobremaneira, os fetiches do pagode da Barra e sua serpente. Ordenava-se o arranjo de quartel para um representante do vice-rei de Cantão e, do mesmo modo, intimavam que terminassem as corridas de cavalos junto ás Portas do Cêrco. Não as permitiam as leis imperiais e os chins amedrontavam-se com semelhantes galopadas ao atravessarem a estrada.

O mandarim da Casa Branca pretendia que se lhe enviasse um relatório acêrca dos recursos, comércio, composição do Senado, moeda, fazendas em que traficavam, enfim, um autêntico boletim informativo de vassalos para senhores.

E o Senado cumpriu. Foi noticiando que só tinham os vinte e cinco navios da ordem; diziam existir um Senado, «que governa e administra, formando-o os indivíduos mais ilustres e conspícuos da terra, assim pela sua probidade como pelos seus talentos e experiência do país; os capitães dos navios inscreviam seus nomes nos cartórios dos mandarins; a alfândega dava pouco rendimento, sendo todo ele aplicado na conservação da cidade e polícia dela e para a guarda dos piratas».

E, numa subserviência inexplicável, apesar das circunstâncias, declarava-se que: «os portugueses são todos obedientes ás leis, não negoceiam em contrabando nem em say-cy (um bocado de prata, em forma de barco, e que servia como moeda)».

Apareciam as queixas no documento: a baixa do comércio pela diminuição do número de navios, a falta de amoedamento, menos casas, visto terem caido algumas e não ser permitido construir outras, e, numa confissão de vassalagem, jungindo a cidade ao império, os senadores escreviam:

PÔRTO DE MACAU

«Tendo permitido os imperadores habitarem nela os portugueses desde as Portas do Cêrco até á Barra, os portugueses sòmente habitaram uma pequena parte de tão curto limite, tendo livres as praias para desembarcarem e consertarem os seus navios e alguns baldios para as suas hortas; mas de há vinte anos, para cá, a população chinesa, que era de oitocentas almas, cresceu a quarenta mil; das hortas no campo alugadas aos chins para as suas lojas e até muitas casas de portugueses os chins tomaram de aluguer e ficaram com elas

sem pagarem os aluguéis». Prosseguiam assim, desoladamente, dizendo «que pagavam sempre o mesmo foro», apesar de ocuparem menos terreno do que dantes.

Acusavam os chins de roubarem os portugueses e recorriam para o imperador nestes termos, como em vassalagem: «Espera portanto, o procurador, que, como á presença do imperador têm de subir estas informações, o imperador se lembre dos portugueses e faça célebre o seu novo reinado com alguma graça especial, assim para aumento do número de navios, como para que removam tantas barracas na Praia Pequena, Barra, Praia Grande, etc., e que os chins restituam as boticas e casas que eram dos portugueses».

E o cúmulo dava-se:

«Os portugueses estão pobres por falta de comércio mas sempre dispostos para qualquer serviço honroso que queira deles o imperador.»

Assinava esta sujeição, evocando serviços antigos mas sem altivez, o procurador Pedro Feliciano de Oliveira Figueiredo (em 23 de Maio de 1829) «esperava ser atendido» do vice-rei da provincia.

Em Julho tomou conta da capitania João Cabral de Estefique, vindo de Gôa, onde fizera parte dalgumas comissões e o qual já pertencera ao Senado quando ele dirigia os negócios (1822).

As lutas que se travavam em Portugal, entre D. Pedro e D. Miguel, não eram de molde a levantar o espírito na colónia, onde o poderio chinês mais e mais se afirmava.

A Europa e a China — Em volta do império desencadeava-se mais a cobiça dos estrangeiros. Se até então se levantavam as famosas muralhas da China, por toda a parte, desde que as ambições cresceram, ainda maiores foram as arremetidas. Proibia-se aos chins o contacto com estrangeiros e chegava-se a desprezar até os avisos da poderosa Inglaterra. Em 1831, sir Wiliam Bentick, governador geral da Índia inglesa, não se comediu e escreveu um ofício ao vice-rei de Cantão, no qual o acusava de ter desrespeitado o seu país. O facto passara-se deste modo: entrando na feitoria britânica, á frente da soldadesca, praticara o delito, ainda de mór agravo, porque mandara colocar sua cadeira de costas para o retrato do rei de Inglaterra. A resposta levou um ano e nem se dirigiu a quem acusava. Através dum outro documento se declarava que a semelhante missiva não cabia referência maior do que citá-la.

Negociava-se em ópio e esse tráfico foi proibido, custando, sobremaneira, aos ingleses, cujos interêsses ficavam largamente lesados.

Em Cantão ordenaram que se arriasse a bandeira francesa no consulado e como não se lhes obedecesse fizeram-na descer á fôrça.

Os holandeses não recebiam melhor tratamento e como o antigo imperador quisera sujeitar ao cerimonial vexatório de suas audiências um chefe de embaixada do rei de Inglaterra, lord Amherst (1817), este não se submetera. Desde essa época, a Grã-Bretanha, movida pelo insulto e pelo interêsse de o aproveitar para maiores razões de sua intervenção nos negócios chineses, deliberara vigiar atentamente o país.

A questão do ópio seria o início duma luta grave, na qual a China se convenceria da ineficácia do seu poder, que julgava, na realidade, nascido de fôrças celestiais.

Antes do Constitucionalisto, ainda, foi nomeado governador de Macau Bernardo José de Sousa Soares Andréa (1833, 3 de Julho) e em Agosto o mandarim ordenava que os chins não pudessem pegar ás cadeirinhas com cristãos.

Em 3 de Abril de 1834, as leis constitucionais foram aplicadas á colónia, cujo governador era um brilhante oficial da armada, afeito ás batalhas. De 1821 a 1823 batera-se no Rio da Prata, passando a capitão-tenente, por distinção, por ter retomado, em combate, a barca «D. Ana de Jesus Maria».

Homem de acção, mandara aplicar aos conventos de Macau a lei extintora das ordens religiosas, mas, tolerante, deixou que os frades acomodassem a sua vida, pois ali estiveram alguns até Setembro de 1835. O colégio de S. Paulo, o dos jesuitas, tornou-se quartel mas foi consumido por um incêndio.

Em 1837 tomou conta do govêrno Adrião Acácio da Silveira Pinto, passando Andréa a Cabo Verde.

Dissolvera a camara municipal, o

que agitara os ânimos. Pela primeira vez se dava semelhante golpe, não se respeitando mais as garantias. Tudo mudara com a aplicação das leis liberais, acabando o Leal Senado por pedir ao Parlamento a restituição de suas prerogativas (1837).

A questão do ópio e a Inglaterra — Os chineses, habituados, desde dois séculos e meio, a dominar exclusivamente em Macau, imaginaram proceder com os britanicos sob a mesma norma usada para com os portugueses. Proibido o tráfico do ópio, o delegado comercial da Inglaterra, capitão Elliot, que residia em Macau (1836), passou a ser vigiado pelos chins, em recomendação especial. Ele queixava-se ao seu govêrno. O ópio não podia ser negociado na China com estrangeiros e acabara-se por proibir totalmente o comércio (1838) de toda a espécie. Enquanto àquela mercadoria, dava-se ordem para apreender toda a que se encontrasse, mesmo a bordo dos navios de qualquer nacionalidade. Ia-se mais longe; interceptava-se a corréspondência dirigida ás feitorias (1839). Acabava-se por queimarem vinte mil duzentas e trinta e nove caixas de ópio. O delegado chinês, Lin, ao realizar aquele auto de fé, enchera-se de prosápia e de audácia, tanto mais que obrigara Elliot, comissário do comércio, e todos os outros negociantes a saírem de Cantão, com o compromisso escrito de não voltarem. Retiraram-se para Hong-Kong.

No ano seguinte, as corvetas «Lame» e «Yacinth» navegaram para Macau. O pavilhão britanico triunfou. Os juncos de guerra chineses foram batidos e a guerra principiou, até que, em 20 de Janeiro de 1841, se reuniram os comissários dos governos para a assinatura duma convenção que muito custou á China. Cedia Hong-Kong á Inglaterra, pagando-lhe ainda seis milhões de patacas. O direito de comércio europeu foi automaticamente concedido, embora a muito custo. Cantão seria aberto aos europeus no prazo de dois anos. Mas não paravam aqui as reclamações e indemnizações. Em 1842, assinou-se, a bordo da «Cornaulis», outro tratado, pelo qual o imperador pagaria vinte e um milhões de patacas á Grã-Bretanha.

Muito caro ficara ao império a atitude soberba dos seus mandarins e governantes. Além do território alienado, mais de vinte e três mil contos em indemnizações; portos abertos aos tão detestados estrangeiros, a esses «bárbaros do ocidente», e a riqueza entrando nos cofres europeus através de Cantão, Changai, Niang-Pó, Fu-Chau, a perda de Hong-Kong e as ilhas de Hu-lang-su e Chucan recebendo tropas inglesas (1842).

O reflexo da vitória britanica — Tinham tripudiado largamente. Queimaram, em Macau, o «Bilbaíno», brigue espanhol, tratando-o de inglês; prenderam o piloto e encangaram-no, o castigo pior que se podia dar, pois consistia em pôr-se ao pescoço do paciente um jugo, como aos bois. Era a Portugal que a Espanha pedia contas do insulto, mas, após umas convincentes provas de que pouco influíamos na região, o delegado Halcon tratou de pedir indemnizações á China.

Assim se chegou a 1843, em que tomou posse do govêrno José Gregório Pegado, que entrou em negociações com o Celeste Império, a fim de se tratar da vida da colónia, marcando-se-lhe a situação ante o govêrno chinês e tudo quanto de há muito se devia ter definido.

É que a vitória britanica colocara a China numa situação diferente, roubando a prosápia aos seus mandarins.

O ex-governador Acácio da Silveira Pinto foi nomeado embaixador extraordinário para ir, a bordo da «Tejo», encontrar-se em Cantão com os agentes chins. Faziam parte da enviatura o antigo procurador da cidade João Coelho dos Santos e um intérprete, Martinho Marques. Já não era do mesmo modo que se acolhiam os portugueses. Chamava-se Pon-Ting-kun, o vice-rei.

Era um funcionário de altíssima categoria; até fôra tutor do príncipe imperial, embora não ocupasse o primeiro mas o segundo lugar nessa tutela, vice-presidente do conselho de guerra, alto comissário e soto-vice-rei.

Noticiava os trâmites, deveras sinuosos, por onde tinham passado as reclamações do Senado de Macau e o que se decidira.

Cobrariam foro; o território compreendia-se até aos muros do campo

de Santo António; poderiam escrever oficialmente, em igualdade com os mandarins do distrito; sendo em requerimentos a correspondência com os mais categorizados funcionários; o pagamento da amaragem dos vinte e cinco navios seria igual á estabelecida para com a dos outros barcos estrangeiros; ser-lhes-ia facultado negociar com os portos abertos do império e também se lhes concedia fabrico e consêrto de navios e edifícios, sem licenças especiais; as pautas alfandegárias eram alteradas. E, no final, querendo mostrar ainda supremacia, declarava-se que: «lembrando-se o grande e augusto imperador que os portugueses, há mais de duzentos anos, fazem negócios, e sempre têm sido extremamente submissos e condescendentes, por isso lhes faz esta graça extraordinaaria, mostrando-lhes assim, ao mesmo tempo, a maneira como recebe no seu seio os que vêm de longe e como trata bem os estrangeiros». «Submissos e condescendentes» durante duzentos anos, aqueles que tinham feito a conquista do oriente e dado ao mundo novos mundos! Eram epítetos inaceitáveis para eles e no entretanto assim se recebeu o ofício.

Quando, em 1844, se deu a independência provincial a Macau e Timor (20 de Setembro), desligando-os do govêrno da Índia, abriram-se novos horizontes. No ano seguinte (20 de Novembro de 1845) Macau era pôrto livre para os estrangeiros.

Govêrno de João Ferreira do Amaral — No ano seguinte, o papa retirava a jurisdição ao bispo de Pequim, D. João de França Castro. Morreu. Em 1846, o capitão de mar e guerra João Maria Ferreira do Amaral era nomeado governador de Macau.

Este oficial da armada contava só triunfos na sua carreira. Aspirante em 1821, batera-se na Itaparica, em 1823. A sua valentia causara entusiasmo. Ferido num braço, continuara no assalto heroicamente, produzindo o seu exemplo verdadeira impressão nos camaradas e nos subordinados. Recolhido a bordo do «Audaz», que servia de hospital de sangue, o guarda-marinha recebeu a notícia de que lhe ia ser amputado o braço direito, no qual as balas tinham causado estragos. Pediu que lhe acendessem um charuto, e, mordendo-o, deixou que o operassem. Ao ver cair o braço, tomou-o na mão que lhe restava e, lançando-o ao ar, bradou:

— Viva Portugal!

Formara-se uma lenda á volta deste heroico marinheiro.

Acaudilhou a liberdade. Na Terceira tomou o comando dum pequeno barco de transporte e conduziu-o ao Mindelo. A sua acção continuou em todos os combates navais e fôra sempre promovido por distinção. Comandava a famosa corveta «Urania» em 1844, praticando actos enaltecedores do nome nacional no Brasil, no Mediterrâneo, e em Angola, quando da repressão do tráfico dos escravos.

A' sua bravura juntava-se a originalidade do seu feitio. Servia-o um chimpanzé fardado de moço de bordo; o comandante entrava no seu navio sentado numa cadeira de braços e içado como um fardo. Garantia-se que a cadeira era a que lhe servira quando da amputação de seu braço.

Chegara a Macau precedido de toda esta fama. Era o primeiro governador independente da cidade, desligada da subordinação que até aí se mantivera para com o Estado da Índia.

Ao deparar com as alfândegas nas mãos dos mandarins, e como recebera ordem de suprimir o regime alfandegário português cobrando impostos dos cristãos e chins residentes na cidade, entendera acabar também com aquele rendimento destinado ao império.

Antes de tomar as determinações a que se obrigara ante o ministro Joaquim José Falcão, mandou fortificar a vizinha ilha da Taipa e notificou os mandarins para que não se manifestassem ao tratar-se de limites de território considerado português. Era assim. Reinou o terror entre os macaístas do comércio, habituados á obediência. Para outros aquela atitude representava muito e por isso entraram a admirar o governador que prosseguia nas suas atitudes. Mandou abrir estradas até á Porta do Cêrco, o que sempre os chins tinham proibido; em vez de vinte e cinco navios, entrariam no pôrto os que se pudessem abrigar e tributou os chineses.

Fez isto de-repente, num golpe forte e bravo, causando pasmo. Como havia jazidas de chins nos sítios onde deviam rasgar-se os caminhos, tomou-se como um sacrilégio aquela obra e isto aterrava, cada vez mais, os

habitantes, indignando os chineses e provocando protestos dos mandarins.

Ele não parara. Estava tão tranqüilo como ao decepa'rem-lhe o braço ou a bordo do seu navio nas ocasiões difíceis. As décimas iam ser aplicadas, pois carecia de sólidas receitas, e um dos impostos que criou foi sôbre os barcos chins de passageiros e carga, denominados «faitiões». Cada um deles seria colectado numa pataca mensal.

Os donos dos «faitiões» lançaram o seu protesto indignadamente e, juntando-se no «Pagode Novo», escreveram, distribuiram e afixaram protestos, incitando a intervenção dos mandarins.

Quem não pagasse, declarava o governador, seria preso. Havia mais de quarenta embarcações amarradas e, em determinado momento, os tripulantes, arrastando três peças de artelharia, saltaram na praia, começando a espancar e ferir os portugueses. Uniram-se-lhes muitos chins da cidade e tornou-se tão grande o ajuntamento que Ferreira do Amaral, escolhendo quarenta soldados, de sua feição, mandou-os avançar sôbre a turba. Recebidos a tiro de canhão e fuzilaria, tomaram-lhes o passo, com a ajuda de mais vinte praças e de duas peças trazidas da fortaleza do Monte. Em breve os estragos eram enormes, e quando os chins pretendiam fugir e fazerem-se ao largo nos seus barcos, um navio do govêrno, acompanhado por outras embarcações, com gente armada, deu-lhes caça, metendo a pique alguns dos «faitiões» e fazendo-se grande número de prisioneiros.

Bravamente se portaram os macaístas. Os chineses, no auge da cólera, encerraram o seu comércio mas o governador declarou que se eles continuassem naquela atitude arrasaria os bazares com as peças do Monte. Os chineses obedeceram e Ferreira do Amaral foi passear a cavalo pelo sítio do negócio.

Sucedera isto em 8 de Outubro de 1846; em 10, os mandarins apareciam com seus séquitos, a fim de falarem ao governador, que lhes respondeu deixassem as comitivas além da Porta do Cêrco e viessem ao seu encontro.

Enfim, surgia em Macau — é certo que na atmosfera própria criada pela vitória inglesa — um homem que cumpria o seu dever de militar e de português.

A alfândega chinesa — O decreto que tornava Macau pôrto franco importava o fim das alfândegas, o que foi determinado desde logo, liquidando-se, como era natural, a celebrada «Ho-Pú» (a alfândega chinesa). Esta andava arrematada a um chim, que explorava na Praia Grande e na Praia Pequena este negócio, o qual consistia, sobretudo, em peitas e traficâncias. Quando se tratou da supressão desse negócio, o espoliado apareceu a queixar-se ao governador, que o pôs fora de Macau, visto a sua atitude.

Redobrou o pânico; houve medo, como sempre; ele, porém, manteve-se no seu propósito e respondeu altivamente, primeiro aos mandarins, depois ao vice-rei de Cantão, que estavam tratando com o representante duma colónia portuguesa, isto é, dum país independente, com o qual cousa alguma tinha o império (5 de Março de 1849).

Eles, porém, continuavam com o seu edifício imponente de insígnias, obrigando os navios a pagamento, apesar de receberem nova ordem de saída. Então o língua João Rodrigues Gonçalves foi impor-lhes a retirada, o que sucedeu, deixando, porém, a casa fiscal com todos os emblemas, o que o governador não tolerou. Parecia-lhe a soberania chinesa no território nacional. E despachou acêrca do barracão engalanado á chinesa: «deite a baixo!»

Com efeito assim aconteceu, no meio dos clamores dos chins e do terror da maioria dos macaístas, embora houvesse quem rejubilasse, aplaudindo entusiasticamente o acto do bravo e digno marinheiro.

Assassínio do governador — Homem destemido, Ferreira do Amaral depois de realizar aquela obra, não deixou, como de costume, de ir dar o passeio a cavalo, levando por único companheiro o seu ajudante Pereira Leite. Os chins tinham lançado proclamas, em Cantão, pondo-lhe a cabeça a preço. Corria com tanta intensidade essa notícia e espalhara-se, de tal forma, entre os súbditos do Celeste Império, que um deles, trabalhador no palácio, o avisara do preparo do atentado. Talvez fôsse um incentivo. Jamais recuara; meteu a montada em direcção

á Porta do Cêrco. A única arma que levava era o seu chicote; achava-o suficiente para punir aqueles orientais se acaso se atrevessem a chegar-se-lhe. Com efeito, uns cinco ou seis se acercaram, no ar de quem ia solicitar qualquer mercê, e, de repente, atiraram-se contra ele, que se de-

VICENTE NICOLAU DE MESQUITA

fendeu, á chicotada, com o braço esquerdo, o que lhe restava após as lutas nas quais fôra heroico. Continuava a não desmerecer do seu valor mas sucumbiu ao número; o ajudante, também ferido, largara a unhas de cavalo para a cidade, a narrar o caso terrível, enquanto os chineses atravessavam, muito á vontade, as Portas do Cêrco, para cuja passagem se requeriam mil formalidades (22 de Agosto de 1849).

O corpo do infortunado governador jazia num lago de sangue. Tinham-lhe decepado a cabeça e a mão, conduzindo esses despojos para os ofertarem aos seus ídolos.

Tudo aquilo fôra premeditado e protegido.

Reinou o terror em Macau. Imaginou-se uma invasão de chins, tanto mais que houvera conhecimento dos seus preparativos bélicos.

Passaleão — Tinham colocado peças e guarnecido de infantes o forte de Passaleão, nas proximidades da cidade, artelhando os morros. Dizia-se que invadiriam Macau, onde se daria uma sublevação dos trinta mil chineses.

Nomeara-se, rapidamente, um conselho de govêrno, do qual fazia parte o bispo D. Jerónimo, Joaquim António de Morais Carneiro, Ludgero Joaquim de Faria Neves, Miguel Pereira Simões, José Bernardo Goularte e Manuel Pereira. Mandaram guarnecer, por soldados, a Porta do Cêrco, que a guarda china abandonara. Foi imediatamente ocupada por portugueses, embora se clamasse constituir grave atentado aquela penetração em território da China.

Desembaracaram marinheiros franceses e americanos, a fim de protegerem os súbditos das suas nações.

Assim que os portugueses chegaram á Porta do Cêrco começou um tiroteio formidável contra eles das alturas de Passaleão e dos entrincheiramentos, causando ainda mais profundo terror na cidade. Durou toda a manhã aquele ataque, até que se deu ordem para marchar com algumas tropas ao tenente de artelharia Vicente Nicolau de Mesquita, natural de Macau, e que fizera a sua carreira desde soldado, apesar de ser filho de um advogado. O bravo oficial, ao ver aquela linha de ataque, voltou-se para os seus homens e propôs-lhes avançar sôbre o forte, a fim de o tomarem. Trinta e seis valentes o acaudilharam, e sob o fogo vivo do inimigo começaram a escalada. Havia um campo de arroz pelo qual caminhavam, a um de fundo, á conquista da encosta donde os chins faziam fogo.

Fôsse um ataque de cobardia colectiva ante a destemida atitude dos assaltantes ou porque as balas dos portugueses tivessem feito numerosas vítimas, os chins debandaram, deixando vinte canhões no forte, que foi tomado. Calculou-se em quatrocentos homens os defensores de Passaleão e em mais de dois mil os seus auxiliares. (25 de Agosto de 1849).

Vicente Nicolau de Mesquita entrou em Macau como um triunfador. Promoveram-no a primeiro tenente por distinção.

Entretanto, enviara-se um protesto ao vice-rei de Cantão, exigindo satisfações pela morte de Ferreira do Amaral e o castigo dos culpados.

Como sempre, os mandarins tentaram dilatar o assunto, mas a tomadia da sua fortaleza, a rápida vitória dos portugueses, transformaram um pouco a sua natural diplomacia. O vice-rei, Sin, respondeu que fôra preso o assassino. Chamava-se Sen-Chi-Leong, tinha quarenta e cinco anos e confessara ser o autor do crime. Praticara-o, dizia ele, porque Ferreira do Amaral, para abrir as estradas, violara as sepulturas dos chins. Por isso o matara, servindo-se do «taifó» para lhe decepar a cabeça e cortar a mão, a fim de a oferecer aos ídolos.

Era um fanático, diziam uns; um assalariado do govêrno chinês, diziam outros.

Foi este o critério do conselho governativo da cidade. Ás suas acusações respondia o vice-rei que não tinha culpas. Já mandara supliciar o assassino, cuja cabeça oferecia aos representantes de Portugal, juntamente com a do governador, a qual fôra encontrada, assim como a mão decepada, no Campo das Amoreiras, onde o criminoso as sepultara. Em troca, pedia três soldados chins que tinham sido capturados na Porta do Cêrco.

Desta vez respondeu-se-lhe com maior altivez; dizia-se-lhe, claramente, qual a desconfiança nutrida acêrca do assassínio do governador, estranhando-se que um só homem pudesse ter cometido o crime. Falava-se-lhe de cúmplices e, com efeito, ele, pouco depois, anunciava terem sido denunciados outros: Ka-Abon, que foi apanhado num barco, em Cantão, estando ainda muito ferido, porque quisera fugir aos soldados e estes o alvejaram, prendendo-o, por fim, naquele estado, isto é, com graves contusões. O outro, de nome Li-Páo, lançara-se á água e morrera afogado. Quando se lhe fizera o interrogatório, declarara que o governador removera sepulturas, algumas das quais pertenciam a seus parentes e aos dos outros dois cúmplices, aos quais se juntaram ainda Chau e Cheu, destinados a «fazer barreira» aos que lhes quisessem acudir.

E narrou da seguinte forma o atentado:

«Sabiam que o governador ia passear á Porta do Cêrco; esperaram-no. Viram-no e Sen-Chi-Long, levando na mão um chapéu de sol, no qual ocultava um «taifó», espada de bem afiado gume, achegara-se-lhe como quem queria apresentar uma queixa, dizendo, em alta voz, que «representava contra injustiças e no momento em que Amaral estendia a mão para receber o requerimento Sen-Chi--Long puxou, logo, pela espada e lhe foi dando cutiladas no braço, até que, com as dores, veio do cavalo abaixo e o dito Sen-Chi-Long lhe cortou, logo, a cabeça e mão e juntamente com o declarante e outros safou-se, logo, pela Porta do Cêrco e depois de terem feito libações aos manes dos seus antepassados se dispersaram».

O govêrno de Macau continuava a discutir com o de Cantão, «fazendo-o responsável pelo assassínio, pela retenção de sua cabeça e mão e pelos danos e prejuízos causados aos direitos de Sua Majestade Fidelíssima».

Finalmente houvera em Macau quem se impusesse aos chineses. A audácia custara-lhe a vida, mas o seu exemplo nobre dera aos membros do conselho governativo da Cidade do Santo Nome de Deus de Macau a grandeza precisa para dignamente se dirigirem ao orgulhoso vice-rei de Cantão.

Depois do assassínio de João Maria Ferreira do Amaral, os governadores de Macau, Timor e Solor, estavam juntas estas colónias sob o mesmo domínio, começaram a sentir que a colónia se libertara.

O novo governador foi o conselheiro Pedro Alexandrino da Cunha, que faleceu em Macau dois meses depois da posse (1850, Julho), ficando o conselho do govêrno.

CAPITULO XXXI

MACAU E O RECONHECIMENTO DA SUA INDEPENDÊNCIA

Trabalhos diplomáticos — As dificuldades com a China — Os estudos para as obras do pôrto

Reconhecimento da posse de Macau — O conselheiro Isidoro Francisco Guimarães foi um governador de Macau que tomou muito a peito a defesa dos seus interêsses. Empossado a 19 de Novembro de 1851, foi ele quem realizou a viagem ao Japão, em 1860, como ministro plenipotenciário, a bordo da corveta «D. João I», do comando do capitão de fragata Feliciano António Marques Pereira. Em 13 de Julho desse ano desembarcou, indo hospedar-se num pavilhão destinado ao ministro inglês Alcok, visto ser amigo dele, recusando moradia especial. Ia negociar um tratado. O Japão sofrera muito sob uma recente guerra civil, tendo sido morto um dos príncipes. Ficara o Toikum Sama, sob a regência dum conselho de estado. O pequenito vivia oculto, invisível, mesmo, para a maioria dos cortesãos.

Naquela época ainda não se chegara, no futuro grande império, ao adiantado grau de civilização depois tão rapidamente conseguido. Era ainda o exotismo e o pitoresco que dominavam. Servira-se um chá horrível. Apesar de ele ser tão bom na China como no Japão, fôra mal preparado.

Tratava-se de modificar certas clausulas do diploma a trocar-se, concedendo vantagens aos produtos dos dois povos e garantindo-se, sobretudo, os nossos vinhos. No resto era idêntico aos apresentados pela Inglaterra, Estados Unidos e Holanda. Nesta altura, o ministro francês exigiu para o seu país a circunstância de ser a nação mais favorecida, uma pauta especial para a introdução das bebidas alcoólicas no império.

Pretendia os trinta e cinco por cento «ad valorem» como para as outras potências que não exportavam vinhos. Isto deu em resultado os japoneses não concederem as vantagens requeridas por ambos os plenipotenciários, assinando-se o tratado sem elas. D. Pedro V escrevera uma carta para o pequeno imperador nipónico, a qual dificilmente poderia ser entregue, em vista das cautelosas medidas tomadas para com ele. Recebeu-a o presidente da regência. O tratado modelara-se sôbre o primeiro feito pela América com o povo japonês (1854-1855) quando da expedição do almirante Perry, apesar de ter sido Portugal o primeiro país que teve relações com aquele império. O governador regressou por terra.

Macau, tornado pôrto franco, não podia abrigar navios; começou a viver do ópio, sem, todavia, tirar os lucros equivalentes a este tráfego, pois não podia rivalizar com Hong-Kong, onde os ingleses começavam a fazer importantíssimos trabalhos.

Iniciaram-se as negociações para um tratado com a China (1859), que o governador desenvolveria como plenipotenciário a Pequim, tendo que lutar com os delegados das outras potências e impondo o nome do seu país. Os chineses ainda discutiam as questões das suas alfândegas («hopú) na nossa colónia, o que fôra a grande batalha do enérgico e inditoso Ferreira do Amaral. Estabelecer-se-ia um «modus-vivendi» e tratara-se da

inteira autonomia da terra. Para se demonstrar altivez, marcando-se não haver receios das fôrças do império, falava-se da responsabilidade do seu govêrno na morte do ilustre governador.

Foi-se, pouco a pouco, chegando ao que devia, depois, constituir as verdadeiras vantagens para Portugal.

Assinou-se o tratado em Tientsin, no dia 13 de Agosto de 1862, compondo-se de cinqüenta e dois artigos, dos quais o mais importante consistia no reconhecimento pela China da perpétua ocupação do território macaense, até aí considerado pelo império como uma concessão bem longe da independência.

Porque o conseguiu, o conselheiro Isidoro Frederico Guimarães foi nomeado visconde da Praia Grande de Macau, cujo govêrno deixou em 1863.

Sucedeu-lhe o general José Coelho Rodrigues do Amaral, que foi a Tientsin ratificar o tratado (1864), mas houvera ainda uma objecção dos plenipotenciários Chung-How e Sich-Huan, querendo este, a todo o transe, a discussão do artigo IX, que se resumia deste modo: Os delegados do govêrno chinês deviam ter na colónia situação igual á dos representantes e interferências como as dos outros países. Irritadamente ouviu, o governador, a alteração e bradou-lhes:

— Pois vão conquistar Macau!

A questão começou a ter foros de quebra de relações; voltava-se com o ponto de vista das alfândegas, mas de tal forma se colocou o caso que acabara por se assentar no estipulado, levando, todavia, muitos anos para, de vez, se considerar Macau perpetuamente ocupado pelos portugueses (1887).

José Maria da Ponte e Horta governou a colónia desde 1863 a 1866. Auxiliado por Marques Pereira, a quem tanto deve a história de Macau, tratou de proteger mais os interêsses da cidade contra as eternas ansiedades dos chineses, que não se conformavam com a perda das suas alfândegas e outras vantagens. Agora decidia-se acêrca da acção dos portugueses no domínio marítimo, indo tratar-se do caso a Cantão, onde igualmente foi, como embaixador, o alto funcionário que assumiu o govêrno, António Sérgio de Sousa, grande amigo e companheiro do rei D. Luiz, quando andara tirocinando na armada.

D. Pedro V pretendera isolar o irmão desta afeição inquebrantável.

Duplicidade chinesa — Prosseguiram durante o seu govêrno as questões com os chineses. Os mandarins não se convenciam da perda dos seus direitos na cidade; faziam uma grande

CARLOS CORREIA DA SILVA (VISCONDE DE PAÇO DE ARCOS)

política; sobretudo, lamentavam a falta dos direitos cobrados nas suas antigas alfândegas e procurando reobter os velhos privilégios, defendendo-se os contrários com verdadeira energia. Rodeavam sempre o caso do tratado. Istalou-se uma bateria na ilha da Lapa, o que levantou protestos mas não se podia negar estar em águas territoriais portuguesas. Nasceria outra questão.

O visconde de S. Januário foi governar a colónia (1872-1874), tendo-a deixado o anterior chefe quando se tratava da questão do ópio descarregado das lorchas chinesas e tambem do recrudescimento da pirataria. Vinha de longe o enorme contrabando que se praticava e á sombra do qual se faziam fortunas de tômo. Não só os mandarins e corsários, mas alguns portugueses as granjeavam. Tornava-

se preciso que tanto a China como Portugal não fôssem desfalcados e no tratado convir-se-ia na cooperação dos dois países para a cobrança do ópio em Macau, nas mesmas condições que as usadas pela Inglaterra em Hong-Kong. Eram muitas as embarcações empregadas nestas travessias.

Govêrno de Correia da Silva — Ao govêrno do conselheiro José Maria Lobo de Ávila (1874-1876) sucedeu o do oficial da armada Carlos Eugénio Correia da Silva, futuro visconde de Paço de Arcos, o qual foi agitado por questões internas (1876-1879). Houvera logo um conflito, em virtude de ter recebido, diplomaticamente, o mandarim Hainquan, arrematante das alfândegas chinesas de Cantão, sendo postos ás ordens dele o intérprete Eduardo Marques e o major do batalhão nacional José Joaquim de Azevedo.

O alto funcionário foi a Hong-Kong, a fim de regularizar alguns negócios de Portugal.

Como Poke Henessy, governador de Hong-Kong, tivesse publicado um despacho a certa reclamação dum negociante que pretendia introduzir pólvora em Macau, Correia da Silva protestara. É que nesse diploma se aludia ás dificuldades postas pelas alfândegas chinesas, que não consideravam Macau terra portuguesa, mas antes sua.

O protesto foi oportuníssimo, mas ainda assim verberado. Os chins continuavam alegando «que Macau não era nem nunca fôra terra portuguesa. Que era um terreno oferecido pelo Celeste Império e que se estes não pagavam foro desde 1849 era porque o imperador disso os dispensava pelas boas relações que desejava manter».

Tambem o governador de Cantão mandara retirar as tropas da ilha de Hian-Chan, visto ela ser, quando muito, neutra. Obedeceu-se, por dúvidas acêrca desse istmo.

Houve diversas questões com os magistrados que para ali iam exercer as suas funções, como sucedeu com o juiz Pinto Osório.

Era a eterna luta entre a magistratura e os chefes das colónias. Correia da Silva foi ao Sião fazer um tratado diplomático e deflagraram-se vários incidentes, nos quais deviam interferir o juiz contra um parente do governador, acusado de pôr a juros o dinheiro do estado. Chamava-se João Correia Assunção; não foi possível estabelecer prova. Tambem se levantaram questões de natureza religiosa, em virtude das irmãs de caridade não quererem entregar algumas educandas do seu colégio ás mães que as reclamavam. Uma delas, Isménia Gil, dirigira-se ao doutor Pinto Osório; outra, D. Carolina Marques, lhe seguiu o exemplo. O bispo interveio contra o despacho favorável. Era ele o franciscano D. Frei Manuel Bernardo de Sousa Enes, sucessor de D. Januário José da Mata, congreganista da Missão. Quasi todos os prelados tinham pertencido a ordens religiosas, desde o primeiro bispo de Macau, D. Frei José do Casal, agostinho. O que geria a diocese em 1878 não diferia da mor parte dos antecessores. Quisera que se averiguasse das condições materiais e da probidade da reclamante. Sucedeu o mesmo com a outra, embora prevalecesse o despacho.

As irmãs de caridade tinham entrado na colónia no período do govêrno do visconde de S. Januário e como o médico militar Francisco da Silva Magalhães verberasse o acto, recebeu ordem para se apresentar ante um conselho de investigação, visto ser pública a sua censura, inserta no jornal «O Oriente». O governador mandara-o prender, passando-o á guarnição de Timor.

O jôgo do «fan-tan», proibido na China e em Hong-Kong, ao inaugurar-se em Macau atraíra grandes capitais, pois todos os ricos chineses e piratas cheios de ouro acorriam a essa diversão muito sua querida e a qual acrescentaria a Macau, a «Pérola do Oriente», por sua beleza, a designação de «Mónaco do Oriente». Em 1876 arrematara-se o seu exclusivo por 141.000 patacas, sendo governador Lobo de Ávila. Com o seu imposto pagou Correia da Silva parte do empréstimo que aquele transaccionara no Hong-Kong Changai Bank a favor da colónia. O novo arrematante entregara adiantadamente cento e cinqüenta mil patacas.

Acusaram o governador de ordenar a aplicação de varadas a vários delituosos, tratando de iniquidade o que era corrente com os bandidos chineses e seus cúmplices.

A administração de Correia da Sil-

va teve por continuador o Conselho Governativo, a que presidiu o bispo Enes (17 de Outubro de 1879), entregando-a em Novembro a Joaquim José Graça, o qual governou até 1883.

O Pôrto de Macau — Foi neste ano que se iniciaram os trabalhos para os desassoreamentos em tôrno de Macau. Desde há muito que as areias dificultavam as ligações com o pôrto interior, tapando os canais. Encarregara-se de realizar os trabalhos o notável engenheiro Adolfo Ferreira Loureiro.

Houvera diversas reclamações, pois sem o desimpedimento do pôrto tornava-se difícil o comércio e a colónia perdia a maior parte dos seus interêsses. O governador Tomaz de Sousa Rosa (1883), sucedendo a um conselho governativo, tomara posse do cargo em 1 de Janeiro. Em 12 de Fevereiro, a comissão de moradores que fôra encarregada do relatório apresentava as suas conclusões. Faziam parte dela o médico José Gomes da Silva, o vereador Luiz João Baptista, depois substituido pelo seu colega Miguel Aires da Silva. Os outros membros deste organismo eram Constantino José de Brito, António de Azevedo e Cunha e Demétrio Cinato.

Desde 1804 até 1865 dera-se o assoreamento com uma enorme intensidade, subindo a um metro e oitenta; nos estuários de Cantão e de Broadway e nos separatórios da Taipa, Coloane, Macarira e Patera também se sucediam impedimentos de tômo. Tornava-se impossível a passagem de barcos de algum calado. Só era acessível aos que precisassem apenas de quatro metros de água. Perder-se-ia o pôrto se não acudissem rapidamente e a colónia sem ele não tinha valor, tanto mais que Hong-Kong, mercê da acção e dos capitais britanicos, se desenvolvera prodigiosamente. Tornava-se necessário, porém, um largo estudo organizador dos futuros trabalhos, visto não se ter praticado cousa alguma para tal fim.

Adolfo Loureiro começou, desde logo, os reconhecimentos na costa oriental, em volta da Taipa e Coloane, no canal de Malau-Chan, no Broadway até Moto.

Mas alguns destes lugares e outros onde era necessário operar pertenciam ao império chinês e daí as dificuldades, apesar do engenheiro se prontificar a apresentar ás autoridades do Celeste Império as suas conclusões sòmente de carácter científico. Entravam em evasivas, usando dos meios dilatórios do seu feitio e, sem negarem as autorizações, não as consentiam. O encarregado dessa obra de profundo alcance teve que se limitar a observações nas águas portuguesas em tôrno de Macau e nas ilhas da Taipa e D. João. Acabara pronunciando-se por um canal de acesso da Taipa e o doutro ao norte da Rada, sendo determinada a construção dum molhe e imediatas dragagens.

Os trabalhos consistiam no seguinte: reedificação do pôrto interior; alargamento do cais e regularização da margem; molhe da Taipa; docas da Ilha Verde; molhe e doca da Praia Grande; dragagens; rectificação do canal desde a Ilha Verde até Pac-Siac; dique da Taipa Quebrada; administração superior e despesas imprevistas. Custaria tudo dois mil duzentos e cinqüenta contos naquele ano de 1884, mas não se fizera cousa alguma de positivo.

Em 1886 nomeara-se uma subcomissão para estudar os meios e propor os alvitres a fim de se chegar a resolução prática. Formavam-na o capitão do pôrto, António Teodorico da Costa, e o director das obras públicas, José Maria de Sousa Horta e Costa.

Governava a colónia o coronel de engenharia Firmino José da Costa, que enviara ao govêrno um orçamento, a ver se o aprovavam. Era ele o resultado dos estudos feitos, diminuindo-se, porém, parte dos trabalhos exigidos por Adolfo Loureiro. Como não havia verba, reduziam-se os encargos.

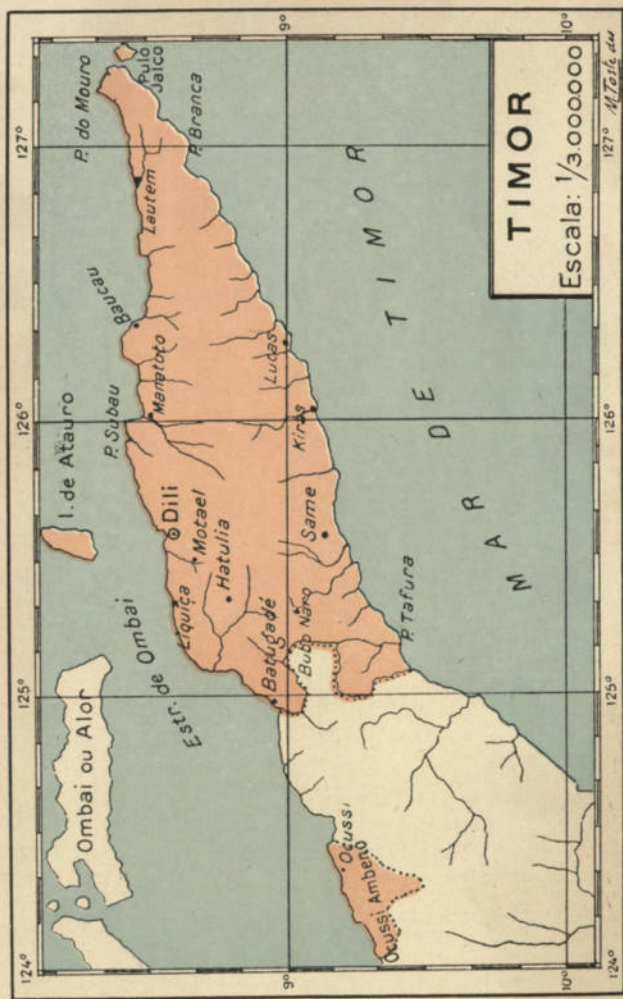
Ante a deminuição mais que verificada das navegações para a colónia, urgia dar um rápido remédio a semelhante decadência e propunha-se alguma cousa de muito pequeno, a fazer com as verbas de doze contos, concedida pela fazenda, e mais vinte e sete produzidos pelo aforamento de terrenos a conquistar, na extensão de duzentos e setenta hectares, a montante da Ilha Verde e entre esta e Macau, os quais se destinariam á agricultura. Alvitrava-se a formação duma Companhia destinada a realizar as obras do pôrto.

Sem qualquer trabalho destinado a

este fim, Macau decairia e neste caso não mereceria a pena tanto trabalho e tanto carinho em prol do seu desenvolvimento. Arrancada das mãos dos chineses, deveria servir ao país. Ê que se assinaria, em 1887, o tratado definitivo com a China, no qual se estipulava a cláusula de Portugal ser considerado a nação mais favorecida. No seu artigo segundo, declarava: «A China confirma a perpétua ocupação de Macau e suas dependências por Portugal como qualquer outra possessão portuguesa». No terceiro, o nosso país «obrigava-se a nunca alienar Macau e suas dependências sem acôrdo com a China». No último artigo dizia-se: «Portugal obriga-se a cooperar com a China na cobrança do rendimento do ópio em Macau do mesmo modo que a Inglaterra em Hong-Kong». Assinava-se em Pequim; fôra feito em Lisboa em 26 de Março de 1887, quando ainda a colónia era governada por Franscisco José da Costa, ao qual se seguiu um conselho governativo, da presidência do juiz João José da Silva, desde Outubro de 1888 a Fevereiro de 1889.

TIMOR

Timor está dividido em duas partes quási iguais. A ocidental pertence á Holanda. Do lado oriental, a que forma colónia portuguesa, tem 450 quilómetros de comprido por 80 de largo, com 19.000 quilómetros quadrados de superfície. É montanhosa a região; o Ramelau mede 2.950 metros. Junto da ilha estão os ilhéus de Jaco e Atauro e o enclave de Ocussi. É vulcânica; pequenos riachos a cortam, sendo o de maior volume o de Lacló. Servem para as regas; não são navegáveis. Há dois vulcões de lama, em Ocussi e Baucau, que nos períodos eruptivos a atiram a seis e sete metros de altura. Também possui águas medicinais. A população compõe-se de 450.000 indígenas, sendo, todavia, muito escassamente feito o recenseamento, já porque os reis ocultam o número exacto de vassalos, já porque nunca se faz uma rigorosa estatística. Há quem compute os indígenas num milhão. Em Timor usam-se mais de vinte dialectos. São polígamos, apesar de muitos deles serem cristãos. A população europeia é composta, quási toda, por funcionários e militares. Capital: Dili, que tem um pôrto. Produz café, copra, borracha, milho, trigo, legumes, hortaliças, madeira, e, entre elas, o precioso sândalo; gados, sendo os cavalos de fina raça, petróleo, manganés, etc. Existem chins, na colónia, que se dedicam ao comércio.

TIMOR
Escala: 1/3.000.000
Ombai ou Alor
I. de Atauro
Estr. de Ombai
P. Subau
Baucau
P. do Mouro
Pulo Jalco
Lautem
P. Branca
Manatuto
Dili
Liquiça
Motael
Hatulia
Batugadé
Bubo Naro
Same
Kiras
Lucas
Ocussi
Ocussi Ambeno
P. Tafura
MAR DE TIMOR
124°
125°
126°
127°
9°
10°
M. Tosté des

CAPITULO XXXI

A PRIMITIVA VIDA DE TIMOR COLONIAL

Os teocratas — Os governadores militares — Lutas e desmandos

Obra missionária e colonizadora — As relações dos portugueses na afastada região de Timor não partiu de guerreiros ou navegadores, como na maioria das outras conquistas. Foram padres missionários que adregaram de ir a Solor e que, no ano de 1557, se dirigiram ao bispo de Malaca, D. Frei Jorge de Santa Luzia, solicitando-lhe mór auxílio para cristianizar a terra onde tinham aportado.

Com frei António Cruz, o enviado do bispo, foram alguns dominicos acompanhando os franciscanos, os primeiros desbravadores daquelas almas. Naturalmente andavam nas travessias para as Molucas e, com o espírito de sacrifício e de acção dos missionários, entraram de se pôr em contacto com os chefes daquelas terras que chamavam reinos e deste modo se começaram as conversões, continuadas, depois, pelos enviados do bispo de Malaca.

Os vice-reis da Índia, sabedores da acção dos padres, mandavam-nos socorrer e eles, ao sentirem aumentar o seu poderio, pretenderam erguer uma fortaleza, o que era dificílimo, por todos os motivos, em terra sem materiais para a poderem erigir. Mas a vontade e a fé produzem verdadeiras magias e os freis construiram um forte, com cinco baluartes, todo em pedra e cal, encerrando a igreja, o seminário e o convento, bem como a capitania.

Sabiam, admiravelmente, manter-se naquele terreno. Catequizavam e defendiam-se. Em 1586 foi nomeado capitão da fortaleza António Viegas, que o vice-rei da Índia, D. Duarte de Meneses, escolhera. Não ia desprovido de armas; até levou artelharia. O comércio era rudimentar mas fazia-se entre aqueles povos até que os de Timor apareceram a trocar sândalo por outros objectos. Transportado para a China dava enormes lucros e deste modo, travadas as relações com os timorenses, se passaram alguns freis aos seus reinos, onde penetrou frei António Taveiro, o primeiro que lá chegaria.

Larantuka e os holandeses — O desenvolvimento dado á região de tal maneira influira no espírito cobiçoso dos vizinhos que, vendo a fortaleza, conseguiram captar os ódios dalguns reis de Solor, aproveitando-os para o aniquilamento do poderio nascente dos religiosos.

Larantuka era a posição principal dos freis e foi exactamente o que desejaram tomar, de acôrdo com os holandeses, escolhendo o momento em que a maioria dos portugueses partira para Timor. Não houve maneira de se realizar a tomadia, apesar de serem cinco os barcos batávios e muitíssimo o gentio de assédio. A defesa foi admiravelmente feita, com enorme bravura e denodo, durante os três meses que durou o assédio, acabando por se realizar a tomadia para logo se dar o abandono, visto o forte estar desprovido. Não sucedeu, porém, o mesmo á segunda vez, em que o capitão António de Sá a deixou conquistar, valendo-lhe a prisão, ordenada pelo governador da Índia, Fernão de Albuquerque,

Ali estiveram muito tempo os batávios. Mandou-se contra eles um padre guerreiro, frei Miguel Rangel, que estivera na batalha de Malaca e to-

mando a qualidade de comissário-visitador, mas acompanhondo-se de artelharia, chegou a Larantuka (12 de Abril de 1630).

Doze religiosos o acaudilhavam. Já os holandeses tinham deixado o forte, e bastante arruinado.

Timor — Tratou das reparações necessárias e, fazendo dali quartel, irradiou os seus sacerdotes para Timor, sendo o principal o reverendo Fr. António de S. Jacinto, que tendo ouvido falar da rainha de Mena julgou mais fácil conduzi-la á fé, visto ser mulher e poderosa. Seria um belo comêço para a grande obra da conquista de Timor para o cristianismo, enquanto frei Cristóvão Rangel ia tentar converter o rei de Silavão, ao qual baptizou, dando-lhe o nome de D. Cristóvão. Seguiram-lhe o exemplo os membros da família real, os grandes e o povo.

O missionário morreu envenenado pelos malaios, que, temendo a sua acção, deste modo de desembaraçaram dele.

Os reis da Malásia pretendiam ocupar a região, ao verem fugir-lhes o comércio e a crescente preponderância dos missionários.

Durante treze anos viveu o frei junto da rainha de Mena sem conseguir vencer a sua idolatria, até que em dia de S. João, de 1641, ela se decidiu a receber o baptismo, bem como a côrte e o povo. Ao milagre da revelação divina juntar-se-ia a glória das armas portuguesas.

O rei malaio, Toló, entrara em Timor, declarando que não queria submeter os povos mas salvá-los dos portugueses, no que acreditaram alguns, sustentando, a seu lado, guerra contra Portugal. O Behale, grande chefe, o soberano de Servião e outros acaudilharam-no, ficando indecisos os de Lifão, Manubão e a rainha de Mena.

Era grandloso o exército malaio, mas frei António de S. Jacinto, tomando socorros, dirigiu-se a Mena, que encontrou abandonada, tendo fugido a soberana e o povo para as terras altas, onde a encontrou. Recebeu o baptismo ante os mosqueteiros que o frei comandava, sucedendo o mesmo ao rei de Lifão. O malaio,' tendo colhido a vassalagem do Behale e doutros, largara para a sua terra, onde foi empeçonhado pela mulher, que temia vê-lo sabedor dos seus amores com um vassalo, enquanto ele fôra enflorar mais a corôa.

Outro rei timorense, o de Manubão, acorrera a pedir o sacramento, mas o frei largara para Larantuka, donde mandara belo presente àquele soberano. Foi portador dele João Sanches da Fonseca e quatro cristãos de Solor, com a promessa da ida do reverendo a Manubão, onde desembarcou, mais tarde, com cinco frades para a catequese.

Iam para Mena freis Bento Serrão e Manuel da Ressurreição; para Lifão, freis Pedro de S. José e Álvaro de Távora; em Manubão ficava ele.

Desta maneira progrediu a cristianização em Timor, cuja existência se pode considerar obra missionária.

Só ficavam herejes os reis que se diziam vassalos do malaio, o de Behale e Servião, e contra eles avançou o capitão de mar Ambrósio Dias, com cento e cinqüenta mosqueteiros de Larantuka e gente de guerra timorense dos reinos avassalados por Portugal.

Primeiro dirigiram-se a Servião, obrigando o soberano a solicitar a paz, ante a sua terra devastada. Entregou o barrete que lhe enviara o malaio como prémio de reconhecimento da sua suserania. Era como a coroa vassala.

Faltava dominar o Behale. Aos gritos de guerra de Sant'Iago, retumbando com o tiroteio, os timorenses, que jamais tinham ouvido mosquetaria tão forte, fugiram, sendo reduzidas a cinzas as suas aldeias seculares. Avassalara-se o rei de Tipirim, a seu pedido. Frei António de S. Jacinto bem ganhara o cargo de comissário da cristandade em Timor e Solor, o qual lhe foi entregue pelo visitador frei Lucas da Cruz.

Lutas com os holandeses — Era no tempo da ressaca da guerra da Holanda com a Espanha, o que levara os batávios a lançar-se sôbre as mal defendidas colónias portuguesas sujeitas aos usurpadores. Mesmo depois de proclamada a independência, eles continuaram assolando os domínios, não escapando Timor, onde tinham por aliado o rei de Cupang. Com o seu auxílio se instalaram no forte que ali se erigira. O rei de Amavy também os servia e deliberara entregar-lhes os mosqueteiros do comando do capitão

Matias Fernandes. Sucedera que este, sendo avisado, se escapara, indo acolher-se ao reino de Amanense, onde ficou frei Jordão de S. Domingos, que os holandeses pretenderam haver ás mãos. Ia ser traído o missionário, que conseguiu passar o Senobay. O próprio frei Jordão tomou o comando de tropas, á falta de chefe militar, e foi castigar o tredo, que solicitou perdão. Mas chegavam grandes socorros da Batávia; de Larantuka partiram auxiliares para os portugueses, sob o comando dum velho guerreiro, Baltasar Gonçalves. Dada a batalha, os holandeses perderam-na, bem como o rei de Amanense, ficando no campo o capitão batávio. Correram em socorro do rei de Amarace, bateram o inimigo mas tendo morrido o capitão Francisco Carneiro Sequeira fôra buscar-se outro a Larantuka e foi ele Simão Luiz, que aprisionou mais de quarenta holandeses (1660).

No ano seguinte assinara-se o tratado de paz entre Portugal e a Holanda, que reconhecia os direitos do adversário sôbre Timor, exceptuando Cupang e Labayona, destinada á Companhia das Índias Orientais.

Em vez dos Países Baixos fazendo a sua guerra aberta, surgiram os comerciantes daquela Companhia revoltando os soberanos, exercendo captações, ás quais era difícil resistir.

Os missionários continuavam na sua obra, destacando-se frei Duarte Travassos, governador do bispado de Malaca, o qual, sabendo que após a morte do rei de Lifão os seus «datós» estavam fazendo cerimónias idólatras em vez de cristãs, para ali se dirigiu. Os «datós» eram os grandes vassalos dos reis, aos quais incumbia tratar da sucessão quando não a havia directa. O frei foi morto mas logo o vingou o capitão Fernão Martins Pontes rechaçando os rebeldes.

Depois continuou a catequese e veio alguma paz.

CAPITULO XXXII

TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO E SEUS RESULTADOS

Transformação de Dili — Governos dissolutos e governos severos - A cedencia de Larantuka e a questão dos limites

Governadores de Timor e Solor — A seguir á obra dos missionários apareceu o primeiro capitão-general mandado de Gôa (1701). Chamava-se António Coelho Guerreiro e trazia aquele pomposo título. Acabava o regime teocrático, pois até aí governara, espiritual e temporalmente, o superior dominicano.

Aquele igualou os reis da ilha, tornando-os só dependentes do seu govêrno, o que agradou a muitos que eram feudatários. Ao grande potentado de Okussi, para o ligar de vez, nomeou-o tenente-general.

Sucederam àquele capitão-general: Pascoal de Mesquita Pimentel, D. Manuel de Souto Maior, Manuel Faria de Almeida e Jacob de Morais Sarmento, tendo este que defrontar a excitação dos reis, de novo inquietos pela propaganda da Companhia das Índias Orientais, feita, sobretudo, em tôrno do altivo soberano de Camenace, que desejava dominar regulatos e não obedecer a portugueses, igualado com aqueles seus antigos tributários.

Conseguiu reunir um grande número de conspiradores. Praticaram os seus sortilégios gentílicos imolando o «levo», o cão branco e preto, ao qual arrancaram as entranhas. Leram maus agouros nos intestinos palpitantes do animal. Sacrificaram aos ídolos alguns indígenas cristãos; depois pretenderam ler no interior de frangos, que não lhes foram mais favoráveis. Recorreram, então, á grande cerimónia: o pacto de sangue. Cada um dos reis feriu-se no peito e deixando correr para um vaso algumas gotas de sangue ali o misturaram com aguardente e pólvora, bebendo todos pela morte dos brancos.

Era uma impressionante cerimónia que devia vir de muito longe, do fundo dos séculos, para servir nas horas trágicas da sua nação.

Jacob Sarmento entregou o govêrno a Francisco de Melo e Castro quando já alguma cousa correra acêrca do mau ânimo dos reis timorenses em relação aos portugueses. O novo governador socorreu-se de D. Frei Manuel de Santo António, bispo de Malaca. Desde logo pensou ser possível juntar, como outrora, a temporalidade ao espiritual domínio, até que o governador, ofendido, pretendeu afastá-lo. Era tarde. O prelado influiu no reino de Lifão contra o capitão-general. Cheio de mêdo, Melo e Castro fugiu para Gôa, donde veio novo governador, António de Albuquerque Coelho, que retirou o bispo do seu posto e ele, de novo, provocou a revolta (1722). Começara pelo ataque do rei de Luca ao capitão-mor Joaquim de Matos. Camenace ergueu-se com mais doze reis, que assassinaram os padres Manuel Vieira e Manuel Rodrigues. Durante três anos reinou a desordem inclemente, mas quando chegou António Morais de Macedo, para substituir aquele governador, logo recebeu o rei de Okussi, Francisco Ornay, grande guerreiro, cujo pai já ajudara a bater os holandeses. Entrara-se no caminho da tolerância que ele pedia; concedera-se-lhe o per-

dão dos rebeldes. Servião depôs as armas; os outros imitaram-no. Choviam os presentes, que todos aceitaram, em vassalagem, excepto o de Caiuco, o qual foi batido pelo capitão Bento Dias, á frente de mosqueteiros de Lifão. O manhoso e arteiro rei de Ocussi fizera todo aquele trabalho para se impor aos outros e como era tenente-general ambicionara substituir os portugueses na governação. O capitão-general serviu-se dele, depois atraíu-o ao forte com os soberanos, declarando àquele que lhe transmitiria os poderes e consentindo em abolir o pagamento da vassalagem.

Desembarcara Pedro de Melo com reforços solicitados á Índia e ao recebê-los, Moniz de Macedo decidiu partir, mostrando ao novo governador aquele cortejo magnífico de reis assistindo á sua posse.

Ficou muito contente o sucessor do tredo camarada; ignorava suas promessas e combinações e foi surpreendido pelo que ouvia ao pretender cobrar dízimos, fintas, prazos, tributos. Todos se diziam dispensados de tais encargos pela promessa de Moniz de Macedo. Não recuou; ordenando a cobrança, dispôs-se a tudo. Levedava a revolta. Chamou os reis desobedientes, os de Ala, Viqueque, Samoro, Claro, aos quais mandou dizer que os isentava de pagamento. Vieram; mandou-os amarrar e pôr a ferros. No cárcere, mal os alimentava. Morreram os de Viqueque e Alas, sucumbindo á fome.

Do presídio de Dili, forte núcleo timorense, sob o comando de Francisco Fernandes Varela, se deu o sinal da luta. Rebelaram-se todos menos os de Lifão e Manatuto. Eram quinze mil homens em armas pondo cêrco a esta região, onde começava a reinar a fome ao cabo de oitenta e cinco dias. Já se comia farinha de ossos de cavalos e folhas sêcas. A resistência tornava-se impossível e ia cair-se nas mãos dos indígenas quando surgiu o novo governador, Barreto da Gama, com reforços, e, pondo em liberdade os régulos sobreviventes, pretendeu pacificar, pela persuasão, os numerosos revoltados. Começou numa obra de diplomacia, conquistando agora uns, logo outros, com presentes, promessas e intrigas, chegando, por fim, a Manatuto, donde despachou frei Manuel do Pilar como embaixador ao capitão-mor de Dili, Francisco Fernandes Varela, a ver se o domava. Mas demoravam as negociações e o governador mostrando a sua categoria a Lourenço da Costa, o chefe sedicioso de Batugadé, rendeu-o pela diplomacia. Este exemplo arrastou o doutros, mas os rebeldes correram a assediar aquele que os traíra e que Barreto da Gama libertou. Só então apareceu o rei de Camenace, D. Matias da Costa, com dois mil homens, para auxiliar os vencidos e por conta do capitão-mor de Dili. O de Camenace foi enganado habilmente. Disseram-lhe que pretendiam tirar-lhe o trono, presentearam-no e, daí a pouco, prestava vassalagem com os seus aliados de Balibó, Saniri, Laqueo, Futemean, Hermera, Lamakito, Lalatae, Raimean, Turis Maeta, Rolto e Baluto.

Finalmente, avançaram sôbre Dili, qua pactuou.

Faleceu Varela e de novo rebentou a revolta. A guerra foi terrível, acabando todos por concordarem em pagar as fintas reduzidas.

Em 1734, Moniz de Macedo voltou a governar Timor. Prometeu substituir aquele imposto por uma espécie de décima directa sôbre os haveres de cada um, mas os reis ocultavam o número exacto de seus vassalos.

Ele foi contemporizando e quando se retirou encarregara do govêrno o padre fei Jacinto da Conceição, depois substituido por Manuel Doutel Sarmento e o rei de Ocussi, tenente-general João Ornay, o que devia desagradar a alguns potentados.

Desordens internas — O imperador de Senobay, o título — único na região timorense, demonstra o seu poder superior — não podia entender-se com o outro potentado: o rei de Ocussi, cujo território pretendeu invadir ao ver o soberano no govêrno de Timor, ao lado do frade. Os de Ocussi repeliram as hostes do império; sacudiram-nos até Cupang e não se detiveram. Os povos deste reino sofreram o assalto e atribuiram-no aos portugueses. Juntando-se aos de Senobay, lançaram-se contra os avassalados de Servião e entregaram parte deles aos holandeses.

Quando terminou o período governativo de Doutel e o substituiu D. Sebastião de Azevedo e Brito, tais lutas houve na colónia que os súbditos perderam todo o respeito aos senhores.

Mais uma vez um frade dominicano, Jacinto da Conceição, levantara os fanáticos de Lifão contra um governador, o qual acabou por ser preso e remetido a Gôa, ficando o religioso no cargo. Surgira-lhe, porém, outro rival: o bispo de Malaca, D. Frei Geraldo de S. José. Sendo seu superior, competia-lhe a governação. Morreu o prelado. Propalou-se que o reverendo ambicioso não fôra estranho àquele fim. Partilhou o poder um outro indíviduo da mesma ganância e falta de escrúpulos, Vicente Ferreira de Carvalho. O mando, para eles, era a razão da vida e, para o não perder, o frade praticava todos os actos de fero despotismo de que é susceptível uma alma ambiciosa e tôrva. Os próprios de Lifão, tão seus fiéis, o prenderam. Disse-se que o seu companheiro o matara. Não gozou da vitoria porque veio o novo governador, Manuel Correia de Lacerda (1746-1749), voltando em 1751 Doutel Sarmento, o qual caiu no meio da desordem (1751-1756). Servião estava em mãos holandesas; Motoel degladiava-se, Belos em ameaças. Em 1759 governava Rebelo Galvão. Anteriomente houvera uma comissão governativa da qual fazia parte Vicente Ferreira de Carvalho, que, segundo se rezou, entregara Lifáo aos indígenas holandeses para apoiarem o partido dum pretendente, mas o rei de Ocussi aniquilou, severamente, todas as rebeldias.

O governador foi envenenado em 1765, asseverando-se que foram autores do crime aquele rei, António da Costa, também chefe de Ocussi, Lourenço de Melo e Quintino da Conceição. Pela sucessão ficaram frei António de S. Boaventura, capitão-mor dos Belos e o rei de Ocussi, que, indignado, por não mandar sòzinho, revoltou o seu reino.

A guerra do rei de Ocussi — Em matéria religiosa, tudo decaira e perderara-se de tal maneira a fé que o rei de Somoro, D. Bernardo Sarmento Tavares, se engalanou nas vestes sacerdotais e foi cantar aleluias no templo. Lembrava os cavaleiros de D. Sancho II na Sé de Coimbra, a cinco séculos de distância.

António José Teles de Meneses fôra pacificar a região com alguns reforços. Doze dos vinte e três soldados que comandava foram degolados, os outros morreram por falta de tratamento de suas feridas. Quando tomou posse do govêrno encontrou destroços. Reinava a sedição por toda a parte (1767). O rei de Ocussi continuava em armas e em 1768 cercava Lifão, onde estava o governador, que deixou o pôrto a bordo dum barco que o conduziu a Macau. Noutro navio embarcou artelharia e munições, conduzindo noutros pequenos batéis a população, depois de incendiar as povoações.

Chegou a Dili em 1769, indo residir para Venasse, tendo deixado muita gente e peças em Butugadé. Formou ali a capital, que constituia uma excelente posição, aparecendo os de Belos a render-se.

A guerra dos doidos — O governador que lhe sucedeu chamava-se Caetano de Lemos Teles de Meneses. Mandou enforcar na praça de Dili Raimundo da Costa, Alberto Costa e José da Costa, que se tinham conluiado para o depor. Ao saber-se que julgara e mandara executar, foi demitido, indo subtituí-lo e prendê-lo Francisco de Brito Correia. Condenaram-no a degrêdo perpétuo para Moçambique. Com modos suaves e brandos, o novo chefe, aplacou os rebeldes, á excepção do reino de Luca, que acabaria por tomar autonomia, separando-se dele a terra de Vinilale.

Em 1782, José Anselmo de Almeida Soares pretendeu pacificar Timor, onde certo profeta com outros seus discípulos prègavam a insubmissão, paramentados com vestes roubadas nas igrejas. O rei de Luca auxiliava-os. Só em 1785 João Baptista Vieira Godinho pôde acabar com aquela guerra, denominada dos doidos. Atraíra o rei de Luca, nomeara-o tenente-general de Belos e fizera dele um bom aliado. Como o imperador de Senobay se revoltasse contra os holandeses, o governador auxiliou-o com armas. Renderam-se á vassalagem de Portugal, a qual ele lhes tomou, em vez de partir para Gôa, como lhe fôra ordenado.

Foi seu sucessor Antonio Nogueira Lisboa (1788). Aquele recusara-se a entregar o mando aos interinos, este procedeu de forma a rebelar os povos, recolhendo preso a Gôa.

O padre Francisco Luiz da Cunha, governador do bispado, zangando-se com o governador, agitara Manatutu e como se tentasse punir o reverendo revoltaram-se todos os reinos onde os

missionários mandavam, decidindo-se a assaltar a praça. Nunca tinham perdido a ideia do velho domínio teocrático, o que era lógico, visto dever-se-lhes a posse de Solor e Timor.

Travou-se a luta, comandada pelo novo rei de Ocussi, Pedro Ornay, e outra hoste da chefia do rei de Luca se apresentava, tudo com o fim de aniquilarem Manatutu, onde prenderam o padre autor de toda esta guerra. Boaventura Doutel e Francisco Doutel, seus auxiliares, não foram capturados. Ele entrou no convento de S. Domingos, onde ficou de sentinela á vista, bem como o seu secretário.

Mas a rebelião não acabava porque outro padre, frei Joaquim Maria José, com auxílio de um José Carvalho, de Macau, agitava o rei de Luca contra outros régulos. O de Ocussi entrava no pleito e a província ia sendo retalhada sob o govêrno do homem que acabara por ir preso para Gôa mas evadira-se em Batávia.

O rei de Ocussi, cuja independência fôra proclamada, só voltou á vassalagem quando Joaquim Xavier de Morais Sarmento o nomeou tenente-general, indo a Dili prestar homenagem com o seu cunhado, rei de Ambeno.

Mais tarde quiseram dominar o rei de Manbara, que se proclamou holandês (1789).

De tal maneira se portou aquele governador que os reis pediram que o deixassem lá ficar (1791-1794).

Seguiu-se-lhe João Baptista Vasquim, que se conservou na expectativa ante os reis de Manbara e Senobay, protegidos dos holandeses.

Conflituavam entre si reis timorenses, sacerdotes entravam em pugnas com governadores, estes, sendo delegados de Gôa, não tinham autonomia suficiente.

O período da guerra da França contra a Inglaterra agitava-se terrivelmente; davam-se combates nos mares e faziam-se tentativas contra as colónias britanicas e portuguesas por parte dos franceses. A Holanda, sujeita á França, tornava-se um inimigo terrível partilhando o território de Timor e, nesse ano de 1800, o governador José Joaquim de Sousa via-se embaraçado em Dili, mal apetrechada para qualquer defesa. Mas os holandeses, desde que faziam parte dos súbditos da república francesa, pareciam menos ambiciosos. Procurariam, antes, libertar-se na metrópole. Em 1807, já Napoleão era imperador, sucedera a João Soares Veiga, António de Mendonça Côrte Real. Junot invadira a nação, instalara-se em Lisboa.

O que este governador praticou foi prender o rei de Vinilale, D. Cristóvão Guterres, depois de lhe ter dado um bom jantar.

António Botelho Homem Bernardes Pessoa mandou o timorense para Gôa, onde o absolveram, louvando-lhe a fidelidade, e o capitão-general faleceu das febres endémicas (1810).

Ficou dirigindo a colónia um conselho com o governador do bispado, frei José da Anunciação, o tenente Joaquim António Veloso e o rei de Motobel, que se chamava D. Gregório Rodrigues Pereira. Não se deve estranhar encontrarem-se nomes e apelidos portugueses em soberanos de Timor. É que, recebendo o baptismo, tomavam os apelidos do padre e dos padrinhos.

Surgira uma profetisa, de nome D. Maria. Agourava o fim dos portugueses e aconselhava a revolta no reino de Lachuta; acaudilharam-na, mas o rei de Mohatel afogou em sangue todas as rebeliões. Em 1812 tomou conta do estado Vitorino da Cunha Gusmão. Chamou os reis á obediência menos o de Cailuco, que se tornou independente, visto terem ferido á espadeirada o seu magno sacerdote e enviado, Rayluly. José Vicente Alcoforado e Sousa sucedeu no govêrno (1815).

Foi o iniciador do fomento na colónia. Cultivou a cana, montou um moinho, fez a destilação e quando quis plantar o café não obteve benefícios; e ao intensificar a plantação algodoeira não viu os resultados, porque faleceu. Houve diversas revoltas; os holandeses, já refeitos da sua luta na Europa, voltaram a ter as mesmas ideias de hegemónia na ilha.

Chegara-se a 1819. Pelo falecimento de Alcoforado ficou governando o ouvidor António Caetano Deniz, o rei de Motobel e o padre vigário de Dili, Bartolomeu Pereira.

Em 1821 veio, ainda nomeado do Rio de Janeiro, Manuel Joaquim de Matos Gois, que foi obrigado a meter na ordem os oficiais revoltados, á frente dos quais se encontrava o major José António Tavares, índio, que con-

seguira pôr do seu lado alguns reis. Durante onze anos ali estivera, dando péssimos exemplos. Bebia, jogava, fazia de Timor um feudo. Os seus vícios eram a sua bandeira. Acabara por viver para eles e, embriagado, concupiscente e jogador, acabou sem que o tivessem molestado (1832)

Ao mesmo tempo que se prestavam as honras fúnebres ao singular governador Matos Gois, que morrera como um padrão de vícios, entrava a barra o barco que conduzia o seu substituto, D. Miguel da Silveira e Lorena. As salvas anunciavam a morte e a honraria.

Este teve que percorrer o país. Ia com ideias de ver tudo, a fim de aplicar as medidas necessárias, as que a sua inteligência pedisse, mas era um bebedor, abusou e veio morrer, dias depois, a Dili.

O conselho governativo, composto pelo ouvidor Francisco Inácio de Seabra, tenente-coronel Pereira de Azevedo e padre Faria Varela, mal podia aguentar as insurreições. É que não sendo enviados da metrópole perdia-se-lhes, com mais facilidade, o respeito. Alguns reis faziam reclamações, como sucedia com o de Cová, que não queria isenções para os habitantes dos presídios, as quais faltassem aos seus vassalos. Rebelou-se; mandou-se contra ele o rei de Motabel, D. António da Costa Pereira. Desconfiou-se dele; tirou-se-lhe o comando, que foi entregue ao tenente Duarte Leão Cabreira. Era uma criança brava. A certa altura, quando pretendeu actuar (7 de Setembro de 1832), viu-se abandonado por muitos auxiliares, salvou a artelharia e debandou, não se continuando as operações, o que deu um grande alento aos rebeldes. Mandou-se contra eles os reis de Ocussi e Motabel, este radiante, por ver a derrota do europeu.

O rebelde obrigou-se a pagar uma multa e assim se salvou. Foi nesta altura que o padre Varela tentou derrubar os seus companheiros do conselho, arranjando forma de os enviar para Gôa. Então o reverendo instalou nos empregos os seus parciais e tornou-se o comandante do batalhão de moradores.

O tenente Duarte Cabreira, que, pelos modos, era indivíduo de génio excitado, protestou mas sofreu ameaças como os outros, porém o padre teve que ser apeado do mando, logo entregue a José Maria Marques, que chegara do continente em 1834. O sacerdote devia partir para Gôa, conforme lhe ordenara o governador D Manuel de Portugal, mas perdeu a monção e seguiu na seguinte.

O governador tentou, por uma enorme linha de honestidade, reformar os costumes, mas assim como se condenavam os exageros e as devassidões do mesmo modo se criticavam as sisudas acções e a excessiva moralidade.

Começou por querer fazer de Dili uma cidade em vez dum chavascal; traçou um plano, cumpriu-o, através de tudo; as ruas, em vez de travessas e quelhas, deram um aspecto magnífico á capital. Mas ninguém estava contente com a extrema rectidão do chefe.

Um oficial português quis levantar os reis contra ele, rebentando a rebelião, sufocada pelos reinos fiéis. Depois de transformar Dili, quis ir punir no poente quem praticara o mal contra os desditosos. Remediou-os como pôde. Jamais lhe falecera a autoridade e tanto que ao chegar a Boibáo e não vendo o rei com os descarregadores tomou a ausência por desconsideração e pretendeu punir os que tinha por injuriosos, mas falou a prudência, ante a atitude do povo, e recolheu á capital. Só então pediu o socorro da gente de Ocussi, que pouco fez contra Boibáo, cujo soberano, sentindo-se impune, nenhuma importância ligou ás ameaças nem á autoridade do governador.

Os piratas e Larantuka — Em 1838 andavam os piratas malaios pelos mares daquelas costas, sem que os holandeses os pudessem devastar. Era tal a sua audácia que se internavam em Larantuka. Ali mesmo, apesar de ser pôrto português, os batávios deliberaram dar-lhes caça e o residente no Cupang dispôs-se a realizar aquela batida com alguns barcos bem artelhados. Bombardearam a terra e fizeram, de seguida, um desembarque, o que muito admirou a população, a qual se julgava garantida á sombra do estandarte português.

O rei de Larantuka, D. Lourenço Dias Viiera Godinho, estava em Dili, com o governador e acorrera ao seu reino com um comandante militar e

um missionário, a fim de combater os holandeses e também os piratas.

Govêrno de Cabreira — Terminara o período de govêrno do rígido e honesto José Maria Marques (1839).

O coronel Frederico Leão Cabreira, que fizera a maior parte da sua correira na Índia, fôra nomeado governador de Timor. Iam experimentar a sua aptidão num posto de maior destaque. Era inteligente mas original e bizarro. Um dos oficiais que viera com ele, conluiado com o padre superior da missão, pois nunca os reverendos perdiam a ideia de intervir no govêrno, pretenderam destituí-lo. Em vez dum acto violento, Cabreira deu-lhes a entender que descobrira tudo e tendo-se excitado a companhia de moradores os conjurados aquietaram-se, ao passo que ele se dispunha a tratar do fomento da ilha, desenvolver, largamente, a agricultura. Queria que Timor produzisse café, e plantou-o. Dedicou-se a esta obra mas a província decaía, porque sucedera não se exportar tanto sândalo como anteriormente. Em 1842 terminou o seu mandato, sucedendo-lhe o tenente-coronel Francisco de Melo Eça, que morreu antes de tomar posse. Chegara a vez do superior da missão se instalar no govêrno e como tal se dirigia ao Cabreira, que protestara contra a demissão infligida.

Ficara no seu posto, aguardando o legal governador, mas o reverendo Felipe, assim se denominava o ambicioso, convocou a população, o que lhe valeu ser preso e metido a bordo da «Damão», seguindo para Gôa com o respectivo processo.

O governador miguelista no período constitucional — Em 1834 viera Julião José da Silva Vieira. Miguelista, tendo abandonado Damão, que governava quando se proclamou a Carta, encontrara-se com o seu rei em Roma, onde conseguira viver obtendo do papa certas regalias.

Gostava muito de dignidades de qualquer espécie e sendo tenente-general do rei indiano também usufruía categorias dadas pela Cúria romana. Amigos que tinha no reino e talvez eclesiásticos, por conta de Roma, obtiveram a sua amnistia, a reintegração no exército, do qual desertara, e o govêrno de Timor, o qual, talvez por ser muito longínquo, não despertaria as queixas dos liberais preteridos pelo miguelista.

Cabreira ficara em Timor, tratando da sua plantação de café, e havendo eleições para deputados propôs-se, o que desagradara ao governador. Não o queria combater, tanto mais que á colónia só competia um representante e havia um amigo do Vieira que desejava ser eleito. Não esteve com preocupações: elegeu três, quando da metrópole só lhe pediam um, segundo a lei eleitoral.

Quem protegia muito este antigo miguelista era o conde de Tomar. Os Cabrais tinham a habilidade de atrair jacobinos e reaccionários ambiciosos e sem escrúpulos. O governador queria pagar uma dívida de gratidão àquele ministro e como falecera o rei de Liquiça, ele, vendo o reino sem soberano, visto não haver descendência, teve a ideia de obter que os grandes elegessem Costa Cabral para conde reinante.

Sacudidamente o repreenderam da metrópole pela ideia dos três deputados e pela aclamação dum conde reinante português para governar uma região de Timor. Deixou seguir tudo como se não tivesse sido admoestado.

Era um anormal que ia além da originalidade, como provou sobejamente por alguns dos seus ofícios.

Descobriu uma conjura contra o seu poder, do qual fazia parte Duarte Cabreira, já major.

A situação, deste modo, não melhorava.

Como uns piratas de Celebes fôssem comprar escravos a Sama, Vieira enviou alguns barcos com soldados para os combater, sob o comando dos alferes Rosa e Garcia. Este oficial desembarcou, apenas com três praças, a fim de intimidar os corsários, mas foi desobedecido e ao querer prender o insolente recebeu a morte, bem como dois dos seus subordinados, salvando-se o outro a nado e muito ferido no rosto. O alferes Rosa, ao mandar aos auxiliares que avançassem, viu-se desobedecido, porque o primeiro acto dos rebeldes se lhes impusera.

Recorreu a D. António da Costa Pereira, rei de Motabel, indo em sua companhia Oscar Vieira, filho e ajudante do governador, formando o resto do arraial moradores da praça, sessenta soldados do comando do te-

nente Lobato e depois vário gentio dos reinos que atravessavam. Os piratas estavam entrincheirados mas foram sitiados, conseguindo escapar-se ante a moleza dos sitiantes. Como a gente de Sarau ajudasse os corsários, foi sôbre ela que se exerceram as represálias com um arraial do comando de D. Frederico dos Reis e Cunha, um dos reis, com o alferes Francisco Borges Caiado.

A questão com os holandeses — O inquieto e poderoso rei de Ocussi interviera numa querela de parentes seus, os chefes de Ombay e Pantar. Como os territórios estavam na zona batávia e já o rei de Lourakanen se avassalara aos portugueses (1845), o residente dos Países Baixos, em Cubang, reclamara, sem que o governador o atendesse.

Interveio o governador geral de Batávia, que discutira até onde a influência do seu país chegava e como não havia delimitações asseguradas fôra a Dili o seu representante, Parvé, a fim de se começar a fazer esse trabalho. A carta do governador geral holandês Rochussem era diplomática e convidava Vieira a liquidar o caso de Pantar e Ombay e, ao mesmo tempo, entrar em acôrdo sôbre os limites por definir desde 1641 e 1645, quando dos tratados.

Nomeou uma comissão para iniciar os trabalhos, mas, como não era do seu cargo essa questão de fronteiras, participou tudo para o govêrno, aguardando ordens. Entretanto os comissionados entreteriam os holandeses. Eram os nomeados D. António da Costa Pereira, o rei de Motabel, com honras de marechal de campo; o padre Gregório Barreto, superior da missão; tenente-coronel Lobato de Faria; José Maria das Dores, tenente-coronel de Casquete; Manuel Joaquim Pereira, ouvidor; Vitorino da Costa e Andrade, tesoureiro da fazenda, e o secretário do govêrno Zeferino Gonçalves.

Começara logo o delegado batávio por querer demonstrar que Timor pertencia ao seu país porque Apolonias Schott a conquistara, os povos se tinham submetido e o rei de Ternate o legara em herança, tendo os portugueses chegado ali politicamente só no século XVII. Não contava a obra missionária. Para demais, o tratado de 1661 dava á Holanda o direito sôbre as conquistas feitas e como tomara Timor a ilha lhe pertencia por completo. Todavia, aceitava os factos consumados e só reclamava a delimitação.

Acabava pedindo documentos dos direitos portugueses a Timor e Solor. Contra tudo aquilo se protestou; discutiu-se e acabou-se no reconhecimento do existente, ficando, deste modo, portugueses os territórios ocupados e submetidos, sucedendo o mesmo com os holandeses. Por consequencia, o rei de Ocussi não devia meter-se na querela decorrida no campo batávio, isto é, Ombay e Pantar. Para semelhante decisão gastara-se muita diplomacia. Eleito deputado o governador, este antigo miguelista, reconhecendo a Carta, servindo os liberais e entrando no seu parlamento, entregou o govêrno ao capitão-tenente António Olmo Monteiro Tôrres, que se viu num completo abandono. Ainda teve um questão com os holandeses acêrca da intervenção do rei de Kuy, vassalo batávio, ter arvorado a bandeira portuguesa, mas tudo se liquidou, bem como outro desaguisado com o reino de Hermera, onde se tinha refugiado Domingos Varela, assassino de dois escravos do tenente Lobato.

Batido aquele rei, reduzida a cinzas aquela capital (1580), ia terminar o govêrno do oficial de marinha que ajudara ao aformoseamento de Dili e falecera em 24 de Março de 1851, ficando o conselho interino a aguardar a chegada do novo governador com poderes extraordinários, conselheiro José Joaquim Lopes Lima. Formavam-no o reverendo Gregório Barreto, o rei de Mohatel, o ouvidor Mariano Pires e Manuel Pereira da Costa.

O reino de Larantuka e sua cedência á Holanda — Era em 1847; governava a colónia, sob a jurisdição de Macau, Julião da Silva Vieira, que hesitara ante as reclamações dos holandeses, acêrca de certa acção do rei de Ocussi, vassalo português. Não se limitara ainda a linha fronteiriça de Timor e Solor com as possessões batavas e, como aparecesse um delegado dos Países Baixos para tratar do importante assunto, em Lisboa pensara-se em enviar alguém com poderes para resolver o pleito, dentro de certas regras, com o comissário dos vizinhos.

Escolheu-se o capitão de mar e guerra, comandante do «Mondego», José Joaquim Lopes Limpo, escritor apreciável, colonial de valia, que, apesar do seu feitio atrabiliário, ganhara reputação de monta. Sòmente conflituava amiúde ou tomando decisões fora de suas posses recebia, depois, cheio de indignação os reparos dos superiores. Era cabralista. Governara a Índia e decerto recusaria o lugar subalterno que lhe ofereciam. Para que ele partisse, o ministro da marinha e ultramar, visconde de Castelões, determinara conceder autonomia á ilha, passando o seu dirigente a usufruir todas as honras dos governadores gerais.

Honrado por esta mercê e munido dos poderes, dentro dos quais lhe competia proceder, o alto funcionário dirigiu-se para a colónia, em 9 de Novembro de 1850, a bordo do brigue do seu comando. Como fizera escala pelo Rio de Janeiro, chegara a Dili a 23 de Junho de 1851.

A Holanda disputava a soberania de Timor e Solor, que dizia terem-lhe sido legadas pelo rei de Ternate. Declarava-se-lhe que, anteriormente, já os dominicanos as tinham ocupado. De prélio em prélio, chegara-se ao fundo da questão: delimitar as fronteiras, apresentando cada um as bases e as razões que lhe assistiam sôbre determinados territórios em encravamento entre os pertencentes aos dois países. As ambições holandesas consistiam em que Portugal lhe cedesse Flôres, desistindo os Países Baixos da sua pretensão sôbre o grupo de Solor, acrescentando-se-lhe o pagamento de duzentos mil florins em três prestações. A primeira seria de oitenta mil, após a assinatura do tratado, e as outras em épocas combinadas pelas duas partes. Os portugueses queriam, também, a cedência do reino de Manbara para se realizar o acôrdo, mas o governador geral da Batávia, ante o que os seus delegados lhe apresentavam, declarou não estar em sua alçada alienar territórios e recusava a ratificação do acôrdo. Lopes Limpo via-se embaraçado para governar a colónia, em virtude da falta de dinheiro, e, num impensado movimento, decidiu tomar sôbre si a entrega da região desejada pelos holandeses, desde que recebesse os oitenta mil florins. Imediatamente os deram e, em 23 de Novembro de 1851, obrigou-se á cedência do reino de Larantuka nas condições estitpuladas, reservando-se, porém, o direito da troca do dinheiro pelo território desde que o govêrno português não aprovasse a sua resolução. Assim se assentou. Os povos que, deste modo, mudavam de senhorio

CARICATURA DE LOPES LIMA

entraram numa enorme agitação. O rei de Ocussi, vassalo poderoso de Portugal, incitava-os á rebeldia, porque se julgava com direitos suseranos ao que se doava aos holandeses, seus inimigos. Foi uma questão terrível. O governador enviara um sacerdote, muito querido daqueles povos, o padre Gregório, a fim de os convencer a deixar substituir as bandeiras. Os holandeses admiravam-se de semelhante resistência; sentiram que, sem a intervenção do reverendo e de outro português, debalde tentariam apossar-se de Larantuka. Começaram, desde logo, a edificar uma fortaleza e o governador realizara o pagamento de dívidas com os oitenta mil florins recebidos.

Timor estava empenhado e não se possuia com que o desenvolver. O funcionário iniciava a administração participando para a metrópole o sucedido.

Ultrapassara, imprudentemente, as suas instruções, nas quais estava exa-

rado não lhe ser permitido qualquer operação sôbre territórios sem a sanção governamental. O holandês fôra mais sereno. Recusara-se a negociar desde que lhe pedissem escambos de terreno. Levantara-se um enorme clamor em Lisboa. Lopes Limpo tinha inimigos, como todos os homens de superiores talentos, vítimas dos pigmeus alçados ás regiões onde mal se aguentam. Acusaram-no de ter vendido parte da colónia.

Era falso; os oitenta mil florins tinham entrado nos cofres da província e jamais houvera que assacar a menor cousa, em matéria de contas, ao oficial de marinha investido no govêrno de Timor.

O Parlamento agitou-se furiosamente; a imprensa não teve menos influência no assunto, e a possessão apareceu aos olhos do país como cedida, por dinheiro, aos holandeses.

Em 1851 declarava-se, oficialmente, que o govêrno português não chancelava semelhante tratado, devendo devolver-se os oitenta mil florins aos holandeses, recuperando-se o território de Larantuka mediante indemnização dos trabalhos que ali tivessem realizado os ocupantes.

O governador era partidário dos Cabrais, abatidos pela revolta deflagrada naquele ano. Exigiu-se o castigo do homem cuja facção desaparecera da política nacional. Afirmava-se que ele, bem provido de ouro, embarcara para a América, indo gozar tranquilamente o resultado das traições.

Não sucedera nada disso; apenas excedera as instruções que levava. Fizera-se de Larantuka uma altíssima questão política e o delegado do govêrno foi mandado recolher á metrópole como um condenado.

Esperava-o um exemplar castigo ao cabo da sua carreira, na qual, se, por vezes, praticara violências, noutras muito inteligentemente procedera. Era, além de escritor e militar, um bravo e audaz homem de pugna política e jornalista de valia.

Eis o que não lhe perdoavam. Lopes Limpo, consumido pelos desgostos, morreu durante a viagem para o reino. Larantuka não voltou á posse de Portugal. Entravam, porém, no nosso domínio as ilhas das Flôres, Adonara, Solor e suas adjacentes, Lombleu, Pantar e Ombay. Ficava-se com os oitenta mil florins e mais cento e vinte mil como indemnização pelos outros territórios perdidos.

Levara-se muito tempo para resolver esta questão, liquidada sòmente dez anos depois de ter rebentado o novo conflito entre o agitado Portugal e a prudente Holanda.

O govêrno de Afonso de Castro — Depois daquela tormenta da questão dos limites da provincia, liquidada em 1859, assumiu o govêrno Afonso de Castro, que devia escrever a mais importante obra, até hoje conhecida, sôbre a provincia timorense. Esteve ali até 1863, e inteligente, seguro em sua acção, conhecendo a história, o que para quem governa, é o melhor guia, foi fazendo a ocupação serenamente e desenvolvendo a cultura do café, iniciada em 1816 pelo governador Alcoforado. Era homem de letras, político, jornalista, mas sabia admiravelmente conduzir uma colónia. Em 1860 bateu os povos do leste, entregando o comando da coluna ao major Duarte Cabreira, àquele que, sendo tenente, sofrera uma derrota do gentio. Ficara na província trabalhando muito activamente. Tendo-se revoltado dois régulos, o governador decretou que todos os habitantes seriam obrigados a concorrer para a defesa da cidade por si e seus servos. O mesmo sucederia com os chins. Preparava tudo não só em relação aos europeus, mas também aos reis fiéis. No ano seguinte guerreou, durante cinco meses, o Lacló; depois o Usirusa, tomando ele o comando e ainda, em 1863, foi bater Laga.

Meteu na disciplina os oficiais e funcionários que davam exemplos de negligência e desrespeito por si próprios, já por se vestirem impropriamente, já por aceitarem propinas dos soberanos indígenas. Considerava concussionário todo aquele que recebesse dinheiro dos avassalados, nem mesmo o determinado sem razão para «os gastos» quando nas guarnições do interior.

Também tratou duma irmandade de Nossa Senhora da Conceição, que, tornada em caixa de montepio e socorro mútuo, muito útil se tornou.

Acabado o seu govêrno, sucedeulhe José Maria Pereira de Almeida, que, não tendo verba para os prés, viu revoltar-se as praças. Esteve ali um ano (1863-1864), seguindo-se-lhe José Leonardo da Costa Meneses, que

obteve o direito de administrar a colónia, tornando-se independente da Índia. Dois anos depois chegou Francisco Teixeira da Silva, que, habilmente, submeteu os soberanos, como os de Cailaco, Eunera, Boibau, Vaniesse e Maubara, a rainha de Vinilace, e mais os reis de Alas e Dailor. Cová rebelava-se; foi atacada e vencida (1868). Foi ele quem empregou os soldados inválidos numa granja de cultura de café em Lachuta e ao mesmo tempo iam-se tratando com as águas medicinais ali existentes.

Pedro Carlos Craveiro Lopes foi o governador que lhe sucedeu durante dois anos e logo João Clímaco de Carvalho (1870). Como andassem em luta as gentes de Luiquiçá e Manbara, pretendeu-se congraçá-los, o que não foi possível. Foram batidos por fôrças europeias aqueles reis em litígio. No ano seguinte coube o govêrno da província a Hugo de Lacerda Castelo Branco. Era muito devoto; homem sério; cheio de boas intenções mas que não conseguiu manter na província o prestígio preciso ante a resistência dos funcionários de todas as categorias. Em 1872, ele, apesar de católico praticante, ao saber que chegavam dois missionários idos de Macau, numa barca holandesa, exclamou: Mais dois miseráveis!

TIMOR

Penetração missionária—Eram aqueles religiosos dois verdadeiros desbravadores das almas. António Joaquim de Medeiros, reitor do seminário de Macau, o qual recebera a categoria de visitador, e Carlos Joaquim Gonçalves, moço professor daquele instituto. Hugo de Lacerda falara assim porque desde que as ordens religiosas tinham acabado nunca mais se missionara dignamente na região. Os sacerdotes índios que para ali iam portavam-se mal. O padre Medeiros percorreu o lado do sul de Timor, palmo a palmo; mandou sair os padres canarins e deixou o seu companheiro dirigindo a missão e tornado grande amigo do governador, que transmitiu o posto a José Maria Pereira (1873-1878).

Os missionários iam fazendo a sua obra e quando o padre Medeiros soube que ia desembarcar a amante do novo chefe da colónia pretendeu evitar que se soubesse não ser ele casado. O exemplo seria funesto para os avassalados. Desde que conhecessem a forma de viver do governador, jamais guardariam respeito. Mas a senhora estava para desembarcar, e o funcionário, deveras sucumbido, não sabia como sair do apuro quando o reverendo lhe sugeriu o que havia a fazer. Casaria por procuração; depois visitava o sul de Timor e quando ela chegasse lá estava tudo legalizado. Assim sucedeu.

Já então estavam na colónia missionários de Sernache, que encontrariam nos diversos reinos fundamentos da velha propaganda dominicana. Até nem faltava um chinês, o padre Francisco Leong, que ia converter os idólatras. Em Batugadé e Ocussi, Manatuto e Laclá, Laleia, Veniasse e Cairué, Lachuta, Dilor, Barique, Viqueque, Luca, Samoro, Alas e Bibiçuço, Dotic e Bebeluto se instalaram os reverendos. Eram eles que faziam a penetração nas regiões mais distantes e também o doutrinamento, sem outros ele-

mentos além da sua fé e persistência. Muito sofreram para se acomodarem. O padre Sebastião Aparício, ao qual coubera a missão de Lachuta, vivia numa cabana cheia de bichos. Só ao cabo de sete meses conseguiu uma barraca decente. Em 1878 chegaram mais missionários.

Chegara novamente Hugo de Lacerda para governar a província (1878). Traçara o desenho da igreja de Dili e vinha encontrá-la bem diferente do que julgava. Entregou-a assim mesmo á missão. Em 1879 estava pronta a casa destinada aos sacerdotes e suas escolas; as irmãs canossianas iam prestar bons serviços na educação das raparigas.

Em 1881 sucedeu no govêrno Augusto César Cardoso de Carvalho, que teve grandes conflitos com os missionários, chegando a mandar prender, julgar e condenar a sessenta dias de cárcere o padre João Gomes Ferreira, que ficara como superior em Dili.

A razão apresentada para estes actos fôra a seguinte:

Perseguição aos missionários — O régulo de Laleia, D. Manuel dos Remédios, revoltara-se em 1881 contra o govêrno central e, fugindo para as montanhas de Laclubar, pagou ao novo governador muitos mil florins holandeses, a fim de não ser destronado. Aceitou-se-lhe a vassalagem, devendo ir assistir-lhe o padre Gomes, conforme era de uso, pois aos religiosos competia parte desse cerimonial. Sabendo da peita, o digno missionário recusou-se a semelhante acto, o que exaltou o corrupto. É que o reverendo não se coibira de lhe dizer o motivo porque se recusava a servir, não nomeando outro padre em sua substituição. Sentiu-se ofendido e mandou meter o missionário no calabouço do quartel (31 de Março de 1881). Sujeito a julgamento, para o que se mandara partir para a metrópole um magistrado, o dr. Benance, integrando-se no seu papel um timorense, João de Araújo, que só tinha exame de instrução primária, viu-se que o

FAROL DE TIMOR

rei D. Manuel de Laleia cometera dezanove crimes. Narrara-os o major do reino de Laleia, Manuel Ximenes, o qual, na audiência, negou tê-los revelado ao padre, acrescentando que nem o conhecia. O improvisado juiz tirou da algibeira um papel onde estava escrita a sentença: sessenta dias de prisão remíveis a um tostão por dia. O delegado também se arranjara, sendo nomeado, para o efeito, um macaísta, escrivão da alfândega, o qual escrevera ao padre Francisco Pedro Gonçalves, participando-lhe: «Acabo de ser nomeado Procurador da Coroa para fazer uma data de patifarias».

Após a prisão do padre Gomes or-

denara o governador ao reverendo Jacob dos Reis e Cunha que tomasse o lugar de superior. Recusou-se; sucedeu o mesmo com o reverendo Gonçalves. A perseguição começou; chegava a espancar quem falava com eles. A seguir capturou o padre Anacleto Garcez, que estava em Manatuto. O seu delito era o ter intervindo a favor da mulher dum sargento que gritara por socorro sendo sovada pelo marido, ébrio, diante de diversos oficiais. O sacerdote pretendeu evitar as pancadas, mas o sargento Carvalho agarrou-se a ele e, caindo ambos, os timorenses tentaram salvar o padre. Instaurou-se um processo, no qual acusavam o missionário de haver espancado o militar e, conduzido para Dili, recebeu sentença igual á que atingira o padre Gomes.

Já regressara o superior, o padre Medeiros. O governador anunciou-lhe uma visita ao colégio das educandas das irmãs canossianas. Acompanhavam-no dois oficiais. Impunha a saida das quarenta e cinco crianças daquela casa religiosa. O protesto não se demorou. O superior declarava ter que dar contas de muitas delas aos pais e, no meio dum grande pranto das alunas, ele começava a escorraçar as que se lhe aproximavam. Uma escolta as aguardava para as conduzir a casa dum oficial.

Daí a pouco apareceram os pais solicitando a entrega das meninas, retirando-as do ensino laico na residência do militar. A filha mais velha do rei de Ocussi atirou-se ao mar com o escapulário de Nossa Senhora do Carmo, a fim de se salvar da concupiscência dum outro militar. Foi salva por marinheiros. O rei D. Domingos, ao saber da infâmia, quis castigar o insolente, e só porque o padre Xavier o convenceu, em súplica, deixou de intentar matá-lo. Chamava-se aquele militar Vaquinhas e tinha o posto de major. Fugiu com uma bota e um chinelo, pois nem teve tempo de se calçar ao ouvir o toque dum tambor e dum sino, em Ocussi, anunciando, não o rebate, mas a oração pelas almas do purgatório. Abandonara o seu companheiro alferes Sá Viana.

O bispo de Macau, ao ter conhecimento do sucedido no Colégio, reclamou, queixando-se, reprovando, o governador da província tudo quanto fizera o de Timor, o qual, recolhendo-se ao palácio, fugiu, ao cabo de quinze dias, secretamente, num barco de carga (1882).

Os governadores que sucederam traziam ordens expressas dos ministros para tratarem bem os missionários, grandes elementos civilizadores e cuja

ALFREDO DE LACERDA FARIA E MAIA

obra continuou sob a direcção do padre António Joaquim de Medeiros, o qual seria bispo de Macau e tanto amava Timor que ia lá todos os anos. Morreu na sua colónia amada (1897). Sepultaram-no na igreja de Dili.

Assassínio dum governador — Em 1885, o governador era Alfredo de Lacerda e Maia, que encontrou os resultados daquela desordem, na qual se vivia desde há muito na região. No ano seguinte batia os reis de Manbara e Darolaram e em 3 de Março de 1887, ao atravessar uma rua de Dili, foi assaltado pelos indígenas, que o mataram á machadada, perto do quartel, sem que o socorressem.

Falava-se muito das suas relações amorosas e elas foram o pretexto para aquela morte, á qual se podia obstar. Ninguém tentou sequer deter os assassinos, que pretenderam, também, acabar com o alferes Ferreira, secretário do govêrno e que se tornara muito odiado. Todos os funcionários ficaram

nos seus lugares, não houve o menor alarme e Lacerda e Maia pagou com a vida o querer governar no meio da indisciplina. O secretário pediu asilo á Missão e o padre João Gomes Ferreira pôde conter os sediciosos, aos quais se oferecia em holocausto. Gritava: Eu quero morrer, primeiro!

Assim se salvou o homem coberto de ódios.

O sucessor do assassinado (1887) chamava-se Adriano Augusto do Rêgo e logo António Francisco Garcia, interinos, até á chegada de António Francisco da Costa, oficial de cavalaria, cheio de prestígio e linha, que conseguiu abafar as sedições do leste ao cabo de vinte e cinco dias de campanha (1887-1888).

Em 1888 tomou conta do govêrno Rafael Jácome Lopes de Andrade, oficial da armada que dera grandes provas de conhecedor de seu ofício de marinheiro, tendo comandado vários navios antes de começar a sua carreira de governador colonial pela chefia de Timor, após a sua viagem tormentosa no «África» e do comando da «Rio Lima». Esteve nessa investidura até 1890, em que tomou posse Cipriano Forjaz, o qual, em 1894, entregou o cargo ao mais notável dos dirigentes de Timor, o capitão de cavalaria José Celestino da Silva (1894-1908).

TERCEIRA PARTE

PERÍODO CONTEMPORANEO DE AQUEM E DE ALEM

GUINÉ

1886-1919

CAPITULO XXXIII

A ACÇÃO MILITAR CONTEMPORANEA

Actos anteriores a 1886 — Revoltas e submissões
A campanha de 1908

Guiné, a rebelde — As guerras sucessivas do período anterior á constituição da Província da Guiné (1879) não terminaram, visto a intranquilidade daqueles povos. Sòmente se foram espaçando. A posse do primeiro governador Agostinho Coelho naquele mesmo ano marcou em diplomacia e a prova está em que o território dos felupes de Jufunco foi cedido a Portugal, sendo sinatários João Carlos Cordeiro, comandante de Cacheu; o administrador desta região, Francisco José de Sousa; Manuel da Luz Ferreira, proprietário; Manuel Nicolau de Pina Araujo, vigário; Marcelino Marques de Barros, igualmente padre de S. Francisco Xavier de Bolor; César Augusto da Silva, comandante do «Bissau»; Lourenço Justiniano Padrel, tenente de artelharia e sendo presentes os régulos Ampá Cabú e Ambajé, de Jufunco, com seus ministros e grandes.

Também, no ano seguinte, se assinou o tratado de paz de Buba, entre os régulos biafadas, o chefe das povoações de Forrea, Sambel Tambon e os portugueses, sendo comandante militar o capitão de caçadores 1 de África Ocidental Tomaz Pereira da Terra e administrador de Bolama o capitão Carlos de Sousa Ferreira e Simões. Logo se seguiu a mesma atitude de paz entre Sambel Tambu e Samba Mane, sub-chefes dos fulas pretos de Forreá.

Fôra sufocada uma insurreição, mas do batalhão de caçadores, que pretendia libertar dois dos seus oficiais castigados.

Prosseguia-se na pacificação. Ampliou-se e ratificou-se o tratado de 1856 (16 de Julho) na aldeia de Umbaná e que se celebrara entre o govêrno português e os chefes biafadas de Guenala e Baduk, na margem direita do Rio Grande. Em 3 de Julho procedera-se a um novo tratado pacífico, após a revolta dos fulas e futa-fulas, que atacaram Buba, a qual foi defendida pelos militares e civis portugueses e franceses. O comandante da praça era o alferes Manuel Pedro dos Santos, ajudante do governador, e distinguiram-se, sendo louvados, especialmente, Jerónimo Vieira de Magalhães, alferes de caçadores 1, Francisco Marques Geraldes, seu colega, e o soldado Manuel Luiz Gomes, além dos negociantes César Medina e Henri Golembert.

As revoltas prosseguim. Os biafadas de Jabadá revoltaram-se; ficavam no campo um sargento e quatro soldados (1882). Comandava as fôrças o capitão Ferreira Simões, substituido, depois, pelo seu camarada major Geraldo António Vítor.

Celebrou-se o tratado de paz a bordo do «Guiné», sendo signatários o governador António Inácio de Gouveia, que tomara posse em 16 de Dezembro de 1881, o comandante do navio, Francisco Vieira, e seus oficiais, além do capitão Boaventura Ribeiro da Fonseca e alferes Vieira de Magalhães. O régulo de Jabadá, Bambi José, jurou obediência e logo o régulo de Gam-Pará apareceu a assinar a paz e depois o fula preto Indorna Dambel, Alfadacar.

As escaramuças não terminavam; vivia-se nestas alternativas. A tabanca de Cadicacita foi atacada em 22 de Julho do mesmo ano; em Agosto, a do

Mamadi Paté, sendo chefe das tropas portuguesas o tenente-coronel Francisco José da Rosa, da guarda avançada o tenente Barros da Fonseca e, das companhias, os capitães Leitão de Melo, Pestana e Ribeiro da Fonseca. O chefe dos fulas forras do Farreu, Bacar Ki Dahy, e outros juraram obediência. Foram louvados o comandante de Buba, António José Machado, e o capitão Moreira da Fonseca.

As diversas tríbus tomavam armas. Umas submetiam-se, revoltavam-se outras e assim os fulas avançaram sôbre S. Belchior, na Geba, coduzidos por Densa, seu chefe. Presos os cristãos, foram saqueadas e reduzidas a cinzas as suas casas. Apresentados os prisioneiros ao comandante de Geba, Marques Geraldes, este viu que faltavam duas mulheres, as quais tinham sido mandadas para Indomal, cujo rei pediu que acabassem as correrias de Densa, filho de Dembel, avassalado. Este acedeu, pagando os desvarios do filho e entregando as cativas.

O régulo das Ilhetas, Adju Pumol, pediu paz; o da Djeta igualmente a solicitou.

Passava-se o tempo celebrando tratados e dominando tríbus. O capitão António José Machado foi bater as tabancas de Jebelor-Jebocuer e Bari, ajudado pelas guarnições da «Bengo», do comando do tenente Magalhães e Silva. Ali se distinguiram o secretário do govêrno, Joaquim José de Almeida, e outros.

Realizaram-se operações contra o gentio de Caconda, sendo o comandante da coluna atacante o tenente-coronel Eusebio Castela do Vale. Sua acção fôra notável no mato, correndo riscos de emboscadas nas florestas enormes, acompanhado pelos seus soldados e oficiais. Estes eram o major João Monteiro, capitães Ferreira de Sousa Simões, Caetano de Sousa, tenente Zacarias de Sousa Lage e alferes Alves Conti. O primeiro cabo João António e as praças Manuel Cabrum e Amancio Bala, o comerciante Gomes Barbosa, o mestre da «Zagala» e um marinheiro da «Nalu», mereceram louvores especiais, sendo concedida a Tôrre e Espada a um soldado de caçadores 1 (1884).

Tratado de paz e revoltas — O novo governador Francisco Gomes Barbosa levou a mesma vida dos seus antecessores, assinando tratados e combatendo rebeldes, como o de Sambel Nhantá, de Geba, fazendo a paz com outros: o rei das Ilhetas, o régulo George de Bubaque, que pediu vassalagem e a instalação duma colónia agrícola, o da Cacanda, que entregou os despojos dos mortos no combate de 28 de Junho de 1884, assim como as armas.

Os felupes de Boqui restituiram a chalupa «Honório Barreto». Em Buba assinou-se a paz de fulas e biafadas.

Mas logo em 1886 se atacava o Cabisseque, merecendo louvores o tenente Carmo Azevedo e o primeiro farmacêutico Belmonte Pessoa. Os fulas, sob a chefia do filho do Umbucú, quiseram bater as tabancas de Mansomini. O comandante de Geba, Marques Geraldes, organizou uma coluna e de tal forma se houve contra quatro mil e quinhentos indígenas, contando apenas com duzentos homens, que foi proposto para acesso a capitão (5 de Janeiro de 1887), tendo sido a sua acção praticada em 1886. Distinguiram-se os alferes Amaral de Carvalho, Vieira e Sebastião Casqueiro, que receberia o grau de cavaleiro da Tôrre e Espada.

Este oficial desde 1880 que lidava em África, fazendo parte do batalhão de caçadores 1 e sendo um dos mais arrojados nas lutas com o gentio da Guiné. Em 1882 bateu-se no ataque á tabanca do Jabadá, merecendo louvores e sendo apresentado ao governador da província, que prometeu recomendar seu esfôrço; no mesmo ano estivera na peleja contra o Mamadi Paté e subjugado este, ele foi com algumas praças ao território do Bakar Kidil, conduzindo consigo os régulos. Recebeu, por este acto, a medalha de prata de bons serviços; em 1884 estava a bater-se em Cacheu e, com Geraldes, nesta luta contra o Mussá-Moli. Ficou ferido e foi sempre comandando os seus homens, podendo considerar-se que o seu grande esfôrço muito contribuiu para a importante vitória sôbre as tabancas de Faneá, onde o régulo sofreu a derrota.

O régulo de Faneá, Labá Gandú, prestou vassalagem, indo a Buba, ficando como refens, enquanto durou a sua estada ali, o sargento António Maria dos Santos e os comerciantes Barbosa de Andrade e Carreira Dias.

Já governava a província o coronel

João Eduardo de Brito (22 de Setembro de 1886 até 30 de Março de 1887), em que tomou posse Francisco T. da Silva, oficial de marinha, o qual exerceu o cargo até 1890.

Em 1888, os indígenas de Nhacra saquearam o palhabote «Bolama», que encalhara, sendo retomado pela guarnição do «Guadiana», sob o comando do primeiro-tenente Faria e Silva, coadjuvado pelos marinheiros da «Vouga», de que era comandante o tenente João Baptista Ferreira.

Em 1889, ficara governando interinamente a província Joaquim Correia Lança. O régulo Ganadú levantou-se em guerra. A coluna do capitão António José Machado avançou. Ia nela, a convite do seu chefe, o comandante de Farim, Sebastião Casqueiro, o qual largara, logo, para Geba, acudindo ainda ao seu camarada, pelo que recebeu a medalha de valor militar. É que, apesar da prisão do régulo, a guerra não terminara, antes se desenvolvera, sendo preciso decretar o estado de sítio em Geba.

Foram louvados, além do comandante e daquele oficial, Joaquim António Pereira, João Moreira do Carmo e Joaquim da Purificação Lamego, oficiais da coluna.

Em 1890 foi executado, em Buba, o régulo de Forreá, Mamadi Paté, de Bolor, porque quando o alferes Moreira do Carmo o queria conduzir á presença do comandante, a fim de celebrarem uma combinada entrevista, ele o agrediu, querendo desarmá-lo e feri-lo. Acudiram os soldados, que tiveram luta forte com o régulo, o qual lhes causou ferimentos, bem como ao segundo sargento José Carlos de Almeida. O gentio pretendeu assaltar Buba, sendo suspensas as garantias e indo atacar-se as tabancas de Carantbantás, Babacundas, Kenebá e Chencol. Ficou ferido o sargento António Maria dos Santos e prestaram bons serviços as canhoneiras «Flecha» e «Zagaia», cujos comandantes, Herculano da Cunha e Felipe dos Santos, foram louvados.

Governava a província (1890-1891) o major Augusto R. dos Santos, sucedendo-lhe, em 1891, o coronel Luiz Augusto de Vasconcelos e Sá. Receberam condecorações pelos serviços prestados nas campanhas anteriores o capitão Sousa Lage, cavaleiro da Tôrre e Espada, e Conceição de Vila Viçosa, o alferes António Caetano. Foram louvados o facultativo de 2.ª classe Domingos Sant'Ana Alves, o primeiro-tenente de artelharia António Jorge Lucena, o tenente José Pina, o alferes António Caetano, os sargentos Francisco Barros Cardoso, José Carlos de Almeida e António Ma-

SEBASTIÃO CASQUEIRO

ria dos Santos, um cabo, quatro soldados, um cidadão francês e outro alemão. Ficara gravemente ferido, em Carantanhá, o comerciante Gomes de Araujo, estando a animar os combatentes até que, exausto, recolheu ao hospital, morrendo pouco depois.

Revolta de Bissau — Durante a revolta de Bissau (1891) distinguiram-se, de novo, os comandantes das «Flecha» e «Zagaia», o farmacêutico Sousa Gonzaga, o soldado artelheiro Félix Agostinho, o alferes de caçadores 1 Carvalho Peres, o 1.º cabo José Augusto e o soldado António Ramos, que, sòzinho, tomara conta duma peça, com a qual, durante oito dias, fez grandes estragos no campo inimigo. Também foram louvados o capitão Costa Pessoa, o tenente Pedro Rogério Leite, o alferes Nogueira Ferrão, o tenente de marinha Ferreira Rodrigues, vários cidadãos e praças.

Faleceram durante os combates os capitães Carmo Azevedo e Heitor de Azevedo, tenente António Jorge Lu-

cena e alferes José Moreira, segundos sargentos Alfredo de Matos, João Paulo Henriques e António Honoré Trofobá e quarenta e um soldados.

No ano de 1892 perdoava-se ao gentio de Bissau todos os seus actos, que tão caro tinham custado. Recebido, com todas as honras, o capitão Sousa Lage, que comandara a coluna de operações de Geba, foram citados os serviços dos tenentes Romão Vieira e Possidónio Angelino, alferes Mendonça Santos e Oliveira Pegado e médico Filomeno de Sá. Promoveu-se a primeiro sargento o segundo Barros Cardoso.

A Guiné continuava a ser um fulcro de rebeliões, o que impedia o desenvolvimento do comércio. Davam-se abusos de negociantes estrangeiros realizando os seus tráficos sem licença, fazendo alguns deles uma grande campanha, entre os indígenas, contra os portugueses, a qual tendo merecido os protestos do tenente Sebastião Casqueiro (1891), fez com que o nomeassem para ir ao Gram Jufary estudar a questão e resolvê-la, correndo sérios riscos.

As rebeliões sucediam-se. Em 1893 levantaram-se os povos de Bissau, Intim, Antula e Bandim. Auxiliavam-nos os balantas de Nhacra e Catanga. Eram legiões. Recebidos com lanternetas, retiraram com grandes perdas nos seus cinco mil combatentes.

Os negociantes franceses Blanchard & C.ª viram apreendido um seu lanchão que tivera contacto com os rebeldes.

A luta prosseguia não só em terra como no mar, pois até fizeram fogo sôbre as canhoneiras «Mandovi» e «Rio Lima», atacando ao mesmo tempo a praça de Bissau. O governador compareceu ante a importância daquela rebelião. Tomou o comando e as operações continuaram, recebendo louvores diversos oficiais.

Quando o régulo de Cacine jurou vassalagem (1895) logo os balantas de Bairo concorreram a igual acto.

Outras rebeliões — Em 1896, sendo governador o comandante Pedro Inácio de Gouveia, foi necessário castigar os manjacas, indo ele comandar as fôrças que bateram os indígenas de Caió, partindo para Oio, onde lavrava a insurreição e ali faleceram o tenente António Caetano, o segundo sargento Henrique dos Santos e D. Augusta Pereira Coutinho, o alferes Luiz António, o segundo sargento Aleixo Ferreira e o chefe mandinga Quecuta Mané, o qual se batera bravamente, bem como o grande mandinga Lamini Injai, o qual defendeu até á morte a bandeira de que era portador. Ao sentir-se morrer chamou um soldado e entregou-lha.

Comandava estes expedicionários o alferes Jaime da Graça Falcão, que, tendo a chefia de Farim, destemidamente avançou contra os sublevados de Oio. Os auxiliares indígenas não só fugiram, mas ainda levaram para o inimigo víveres e munições, o que, gerando o pânico, foi a causa daquelas mortes.

Graça Falcão desaparecera no fragor da derrota, causando verdadeiro pesar o que se julgava o seu fim. Já a família se vestira de luto; os amigos e a população de Farim lamentavam-no quando, ao cabo de quatro dias de ausência, chegou um negro á casa alemã Schacht, o qual, entregando um papelinho ao gerente Emílio Portal, viu este delirar de alegria. Dizia assim a pequena missiva: «Estou vivo; mandem bote a Jafaná. Falcão».

Partiu com Portal o padre Esteves Ribeiro e lá foram, através de mil riscos, pelo Farim, conduzidos por potentes remadores. Desembarcaram, e, metendo-se no mato, onde o inimigo se internara, ouviram um ramalhar de plantas e viram, através dos seus liames, um grupo de indígenas conduzindo uma espécie de machila. Aproximaram-se. Era o tenente Graça Falcão, escapo á morte mas doentíssimo e ferido. O gentio deixara-o no campo; reanimou-se e, derramando sangue e sofrendo fome, encontrara bons indígenas que o socorreram até que os amigos o foram buscar.

A sucessão do govêrno coubera ao antigo comandante da «Flecha», já muito experimentado na guerra da província, Álvaro Herculano da Cunha (1879-1900).

Começou o corte de madeiras, prestando-se o chefe de Forreá, Chano Gali, a coadjuvar os trabalhos. Promoveram-no a alferes de segunda linha. Os indígenas de Caió acorreram a prestar vassalagem. Instalou-se um posto militar em Nagué, a pedido do gentio; os papeis entraram num período de obediência, tendo interferido largamente nesta questão de diploma-

cia especial o capitão Joaquim Augusto Pereira.

O régulo de Intim submetera-se; o de Ganabá foi nomeado alferes de segunda linha; ocupou-se Bine. O régulo de Intim, com sua mulher e nove filhos, foi a Bolama, visitar o governador, pedindo para ser baptizado. Conduziu-o a este acto o capitão Joaquim António Pereira. Chamava-se, o catecúmeno, Soares e passou a ser Carlos, nome do rei de Portugal.

O governador acompanhou-o a Intim, onde o vigário geral, cónego Serpa Pinto, celebrou uma missa campal, acolitando-o o missionário Esteves Ribeiro. Após o acto reinou um grande júbilo entre os indígenas. O exemplo era bom.

O chefe balanta de Cumeré solicitou que se estabelecesse um posto militar em suas terras. Em Encoche e Safim sucedeu o mesmo. Seguiram-se os de S. Domingos e Antula.

O governador, que começara por ser um soldado brilhante, realizara uma obra de paz.

O seu sucessor e camarada Joaquim Pedro Júdice Biker era um distintíssimo oficial da armada, que governou a província desde 1900 a 1903.

Teve que bater o gentio de Canhabaque; castigou os rebeldes de Jufunco, pelo que recebeu a comenda da Tôrre e Espada, sendo concedido o grau de cavaleiro ao comandante da «Cacongó», Castro Moreira, e ao da «Flecha», Silva de Miranda. Houve uma rebelião em Oio e outra em Arame, sendo louvado o tenente Vieira de Matos pelo seu esfôrço nesta campanha, bem como o major de cavalaria Lapa Valente e os tenentes Carlos Schiappa de Azevedo, João de Sousa e o médico Sousa Leite (1902).

Em 1903, outro oficial de marinha assumiu o govêrno da colónia, Alfredo Cardoso Sobral, que ali esteve até 1905.

Deu-se a revolta de Xuso (1904), em cuja repressão se conjugaram as fôrças de terra e mar. Os negociantes tomaram armas, bem como alguns chefes indígenas. Receberam louvores António da Silva Gouveia, José Monteiro de Macedo, Júlio António Pereira, Jean Burace, Carlos Pache, Marino Barbosa Vicente e Teófilo Barbosa, comerciantes que transportaram os combatentes nas suas lanchas. O juiz do povo de Bissau, Domingos Lacó, bateu-se muito bem, assim como o de Bolama, Félix Dias, promovidos a tenente e alferes de segunda linha.

Já governava a província (1905) o capitão Carlos de Almeida Pessanha quando se estabeleceu um posto mi-

FREDERICO PINHEIRO CHAGAS

litar em Cassololi, indo nessa missão o capitão Diogo Correia da Silva, o médico Piedade e Sá e o capitão José Xavier Teixeira de Barros, que, dotado de grandes qualidades militares, foi ao Cubisseque, levando como subalterno o alferes Marques Geraldes.

Fez-se a delimitação das fronteiras da Guiné francesa e portuguesa, para o que operou uma comissão mista. As fôrças portuguesas, do comando do tenente Rodrigo de Lemos, cooperaram com as da França nos combates de Hencay e Basseos, no Cabo Roxo.

Campanha de 1908 — O primeiro-tenente da armada João Augusto de Oliveira Muzanty foi nomeado governador (1906-1909), indo ocupar a Ilha Formosa um destacamento do comando de Teixeira de Barros, mas o novo chefe da província partiu para o local da luta, que se travou em Catem, acabando-se pela tomada de

Mudá. Declarado o estado de guerra na região do Cuor, a luta foi prosseguindo, recebendo louvores, além daquele oficial, o tenente Barroso Silva e o sargento artífice José Francisco Alhandra.

Ia começar uma grande guerra (1908), a qual coincidiria com os

JOSÉ FRANCISCO MONTEIRO

sensacionais acontecimentos politicos da metrópole que geraram o assassínio de el-rei D. Carlos e de seu filho D. Luiz Felipe e a subida de D. Manuel II ao trono.

A campanha de Infaly Sancó — Revoltara-se o régulo Infaly Sancó, que atacara o fiel Abulay, de Chime. Era um mau amigo. Devia a Portugal a sua suserania e atraiçoara a confiança depositada nas suas garantias. Iam castigá-lo os expedicionários enviados de Cabo Verde na canhoneira «D. Luiz». Cinqüenta e quatro marinheiros escolhidos, sob o comando do segundo-tenente David de Albuquerque Rocha, foram os que marcharam, de início. Acompanhava-os o governador João Muzanty e o tenente António Taborda.

Acorrera um indígena a pedir auxílios para Abulay, atacado, e constituira-se logo a coluna de socorro, sob o comando do governador, tendo como chefe do estado-maior o valoroso soldado de Mousinho, José Teixeira de Barros e ajudantes o segundo-tenente Taborda e o alferes de cavalaria Raul Costa. Desembarcaram da canhoneira mais trinta praças que José Francisco Monteiro, uma das almas valorosas da armada, chefiava com sua nobreza e bravura. Pelo rio iam operar as lanchas «Cacheu», «Relâmpago» e o vapor «Alfredo Stinken». Ia na segunda, o tenente da armada Frederico Pinheiro Chagas, filho mais novo do grande escritor e que lembrava uma das figuras românticas das novelas paternas. Receberia em Badora o seu baptismo de fogo, naquele Outubro, quando se vencia em Angola e em Lisboa referviam as cóleras.

O exército dava a frente ao inimigo. Eram poucos os combatentes brancos contra os inúmeros gentios mas derrotaram-nos em Campampi, com pequenos recursos, servindo-se depois do auxílio da «Cacheu», onde o seu comandante Carlos Primo Guimarães Marques operava milagres de valor. Distinguiam-se muitos oficiais nesta campanha, como os capitães-tenentes Silveira Moreno, Luiz Estrela, comandante da companhia de marinha; Julio Gallis, comandante da «Zambeze»; Parry Pereira, que comandava a «Salvador Correia», e os segundos-tenentes Campos França, José Proença Fortes, o sargento Francisco Avelino e o grumete José Martins por parte da gente do mar.

No decorrer da campanha assinalaram-se os oficiais do exército Ilídio Nazaré, chefe do estado-maior, e D. José de Serpa Pimentel, sub-chefe, que era uma das mais belas organizações militares do seu tempo. Primo do rei, por sua mãe, juntara loiros ás glórias da família, servindo como soldado em brios e em correcção. Os seus camaradas, a ilustrarem-se, foram o capitão Jorge Camacho, do 13 de infantaria, e seus subalternos Almeida, Sepúlveda Rodrigues, Vítor Duque, Botelho Moniz, capitão comandante de atiradores indígenas, os tenentes Caldeira Marques e Xavier, o capitão de artelharia Viriato da Fonseca, um inteligente e digno africano, o qual era coadjuvado pelos tenentes Nunes da Ponte e Carlos Cortez, da sua arma.

CAPITULO XXXIV

A OCUPAÇÃO DA GUINÉ

Delimitação de fronteiras — Teixeira Pinto, o pacificador — Raças e costumes dos guineus

Delimitação das fronteiras — Em 1886 fez-se a convenção luso-francesa para delimitar as fronteiras da nossa possessão confinantes com as do Senegal e da Guiné francesa. No ano seguinte nomeou-se a missão encarregada deste trabalho e da qual eram chefes o capitão de fragata Costa e Oliveira e o capitão Brosselard, a qual se dissolveu em 1888.

Nova missão seria nomeada em 1900, fazendo parte dela o capitão-tenente João Oliveira Muzanty, o guarda-marinha Joaquim Teles de Vasconcelos e por parte da França o capitão Payn e os tenentes Benoit e Brocard.

Durante cinco anos prosseguiu a tarefa, mudando os colaboradores do capitão Muzanty. Em 1901 estiveram sob as suas ordens os guardas-marinhas Proença Fortes e Jaime de Sousa. A França encarregara da chefia da sua missão um civil, o dr. Maclaud, com os tenentes Le Prince e Brocard e o guarda-marinha Forget.

Ficou concluida a delimitação em 1905.

Organização provincial — Tornando-se a Guiné independente do govêrno de Cabo Verde em 1879, no ano de 1892 passou a província ultramarina a distrito militar autónomo e em 1905 voltou a Província, por decreto de 18 de Abril.

O concelho de Bissau reuniu a sua Camara em 20 de Julho de 1856. Em 1871 criou-se o concelho de Bolama com a Junta extinta em 1891.

Comércio, indústria e agricultura — Difícil de desenvolver o comércio em região de tal forma agitada, deve acentuar-se ter sido ele, durante largo tempo, o da escravatura, que ia encher os mercados do Brasil. Conjuntamente exportavam algumas peles e ouro em reduzida quantidade e marfim, que se tornara bom rendimento. Traficava-se da costa para o interior vendendo aos indígenas os produtos do reino, quasi sempre coisas vistosas, roupagens, missangas, armas velhas, com o vinho e a aguardente. Em troca recolhiam arroz, couro, marfim, sal e cera. Por vezes chegava o ouro em pó.

A fama do valioso minério atraía alguns aventureiros mas, ao verem as dificuldades da colheita, fundavam ou associavam-se em estabelecimentos comerciais, os quais se foram desenvolvendo á medida que se realizava a ocupação.

Começaram as exportações; desenvolveram-se com o andar do tempo, sendo constituida, segundo vários boletins, por borracha, couros, cera, amêndoa de palma e mancarra, fazendo a importação de bebidas alcoólicas, de grande consumo, açúcar, sal, tabaco e géneros alimentícios, assim como máquinas, ferros destinados ás indústrias mas quasi todos aplicados á agricultura.

Este ramo frutuosíssimo tem na Guiné como cultores os indígenas, sendo impossível aos europeus exercê-lo em virtude do clima.

Tentou-se fazer a exploração em grande, mas as dificuldades de domar o gentio ás necessidades do trabalho, quebrando-lhe a natural indolência, dificultou muito as iniciativas, reduzindo-se, por consequência, até há alguns anos, ao que os indígenas cultivavam pelos seus métodos rudimenta-

res. Chegou, porém, um período de desenvolvimento que se deve acentuar.

A cultura nas diversas regiões e a dos seguintes generos. Farim: arroz, milho, mancarra (amendoim), sergo, que os mandingas, fulas e balantas semeiam e colhem com a cana de açúcar, e tabaco. Em Bissau os papeis lidam no mesmo cultivo; em Bolama, manjacas, brames, mandingas e papeis, tratam de cola, coqueiros e mancarra; em Cabisseque, do mesmo modo os biafadas, balantas e brames fazem a sua agricultura, a que se deve acrescentar a do feijão e os algodoeiros. Chacheu, com a acção dos felupes, manjacas, brames e papeis, produz o arroz, o milho miúdo e a mancarra, bem como S. Domingos, tratado por felupes, bacotes, cassangas e banhuns; Buba, com seus mandingas, naleós e fulas negros, igualmente dá aqueles géneros, com o algodão, gergelim, tabaco e café. Bissoram, Bafatá, Canehubo e Bula, com seus balantas, mandingas, fulas forras e fulas pretos, manjacas e brames não diverge muito da produção dos outros lugares, cultiva-se a mandioca e o coconote. A borracha e a cera são também objectos de comércio. O arquipélago dos bijagós é abundante em arroz. Apascentam e criam gado vaçum e cavalar.

As madeiras são preciosas.

A acção missionária — Como os indígenas professam com o mahometismo (fulas e mandingas forras) a idolatria, a acção missionária exerce-se tendo obtido grande número de conversões mas tendo sido enorme a deficiência de sacerdotes e daí o abandono em que se encontravam os templos.

Durante algum tempo houve igrejas por quási toda a Guiné habitada por brancos mas o desleixo acentuou-se desde que as ordens religiosas terminaram. Bolama teve o seu templo, que ardeu, passando o vigário geral a dizer missa numa barraca de madeira. Depois, fazendo-se peditórios e com o auxílio do govêrno da colónia, começou-se a construção doutra igreja, sob a vigilância do vigário geral Pedro Tertuliano Ramos. Bissau tem um templo pequeno dentro da antiga fortaleza: trabalha-se para edificar outro. A igreja de Cacheu tem mais de quatrocentos anos e serviu de capela aos Alvarengas, da notável família deste apelido celebrada nas crónicas da Guiné.

Os mahometanos fazem a sua propaganda mas o padre José Pinheiro, pároco de Bissau, há vinte e tantos anos, defende a sua paróquia bravamente.

Missionou ali o padre Esteves Ribeiro, aluno de Sernache do Bonjardim, e demonstrando, sempre, o seu muito amor pela colónia, que estudou sob todos os seus aspectos.

Os grandes intervalos da colonização, que tantos prejuizos têm causado, devem-se, em grande parte, ao abandono a que foram obrigadas as missões pelas diversas lutas religiosas na metrópole e aos decretos, por vezes deveras atentórios do desenvolvimento colonial a que os padres ajudaram, embora, por vezes, houvesse algumas contendas entre eles e os civis.

Após a campanha, no ano de 1909, foi nomeado governador o capitão de infantaria Francelino Pimentel, o qual, como os seus antecessores, teve que reprimir as audácias do gentio. Em 1910, o famigerado gentio de Oio voltou a atacar as sentinelas indígenas de Bissoram. É que um daqueles moiros propagandistas da sua fé vaticinara a ocupação da terra dos rebeldes. Eles lançavam-se na aventura, em número de dez mil, pretendendo destruir a tabanca do chefe Malam Bá, onde estavam as tropas, mas hesitaram.

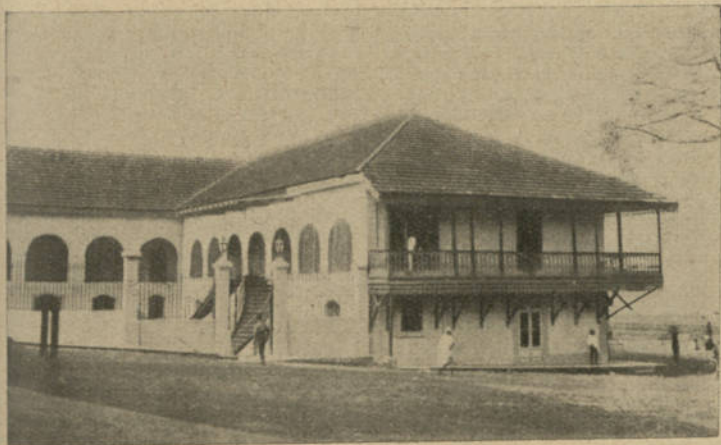
O alferes Vasco Calvet de Magalhães obstara a que o régulo de Xime fôsse o filho do falecido Badova, de nome Ely, inimigo dos portugueses. Preferiu eleger outro e apreendeu armas e munições aos partidários do príncipe, que tinham vindo do território francês com o amo. O oficial foi promovido a tenente de segunda linha.

O primeiro governador após a proclamação da república — Proclamada a república em 5 de Outubro de 1910, foi nomeado governador da Guiné o tenente da armada Carlos de Almeida Pereira (em 22 do mesmo mês, ficando no seu posto até 7 de Maio de 1914.

Publicou-se, em 10 de Maio de 1914, uma relação dos comandos, postos militares e administrativos que determinava o seguinte:

Comando militar de Bissau, circunscrição de Bissau; o de Bissoram, a Farim; o de Goli, a Bissau; Carenque Cunda, Geba; Cacheu, bem como a de Arame, á de Cacheu; ilha Formosa, Bolama; Colicanda, Bissau; Simbôr, Farmi; Xime, Bombadinca, Candica e Geba, a Geba; Quinará e Cubesseque, a Buba.

O governador teve que ir contra os balantas, em Binhorne, com uma fôrça composta de 60 soldados e cabos de infantaria e 10 de artelharia. Comandavam-na o tenente Ataíde Pimenta e o alferes António Maria. Tratava-se de vingar a morte dum comerbro desembarcara o chefe do estado-maior capitão João Teixeira Pinto, que tanto se distinguira na colónia.

Postos militares em terras rebeldes — Em 1913 aquele oficial tomou o comando duma coluna destinada a estabelecer postos militares em Oio e Manrôa. Compunha-se dum pelotão de infantaria, da chefia do tenente Sampaio Antas; secção de artelharia, do sargento Henriques; duzentos auxiliares com o chefe Abdul Injai, e serviço de saúde, sob a direcção do médico Pinho Cruz. Por mar ia a esquadra, formada pelas canhoneiras «Flecha» e «Zambeze», vapor «Gua-

RESIDENCIA DO GOVERNADOR EM BOLAMA

ciante e o roubo duma lancha. Intimado o gentio a entregar o ladrão e assassino e não se cumprindo a intimação queimaram-se palhotas, fugindo os balantas, depois castigados em Eba, Jobel, Buiar, Cuicasse, Satara, Tama, Paile, Cuafete, Nhangue, Dam-al Xengomene e Cali. Avançou sôbre Cafegate, onde o régulo manjaco fez entrega do roubo. Comandava esta coluna punidora o capitão José Carlos Botelho Moniz (1912, 4 de Março).

Em 17 de Agosto foi criado o secretariado geral da província e um corpo de polícia rural de vinte e seis praças a cavalo e em 23 de Setemdiana», motor «Cacine», lanchão «Cacheu» e lanchões «Rio Geba», «Santa Isabel», «Clementina», «Cofká II», «Simone» e «Avé Maria».

Teixeira Pinto, disfarçado em agente da casa Soler, atravessara o Oio desde Mansôa a Farim, fazendo as suas observações para o ataque. Pelo lado de Farim, o vento impediria a avançada. O caminho devia ser por Geba e Gussurá ou por Mansôa e Bissoram. O oficial voltou doente a Bolama. Começou-se a arregimentar os auxiliares, no que muito serviram o tenente de marinha Queimado de Sousa, o tenente Calvet de Magalhães e o sargento Vilaça.

Dirigiram-se para Mansôa; um balanta desafiou-os e instaladas as fôrças no território vizinho da casa Soler, soube-se que se levantavam em guerra os de Monsôa e Oio. Com efeito surgiam em grande número e aproximando-se até cinqüenta metros da coluna, houve combate durante quatro horas, batendo-se valorosamente os tenentes Sampaio Antas, Pimenta e Calvet, bem como os seus soldados (25 de Março de 1913). No dia 1 de Abril muito maior foi o ataque, sendo repelido o gentio pela artelharia da «Flecha».

A derrota influira muito no espírito dos indígenas. Calvet de Magalhães foi, por ordem de Teixeira Pinto, com os fulas, construir tabancas de guerra junto do território de Oio, entre Gendum e Gussaré. Recomeçaram os combates. O régulo de Jagudul apareceu a pedir paz, comprometendo-se a apresentar-se, no dia seguinte, com os seus «grandes» mas não cumpriu senão mais tarde.

Teixeira Pinto decidiu avançar sôbre Oio e foi com uma peça bem guarnecida. Apesar da terrível fama que o gentio daquela região conseguira, não houve indecisões. Chegar-se-ia, fatalmente, a vencer e a energia do chefe era o melhor incentivo para a soldadesca e auxiliares. Um cabo, António Moens, praticou heroicidades; o filho do chefe Injai, apesar de gravemente ferido, não abandonou a coluna. O quadro, atacado por cinco legiões, resistiu e o inimigo ia desanimando. Envenenaram as águas com cascas de árvores cujos malefícios conheciam. O receio de estarem todas empeçonhadas produziu a desmoralização. Não se bebia e a sêde tornara-se um flagelo. O gentio mais bravo da Guiné, o insubmisso, ia batalhando para não ser avassalado. Sob o seu fogo se destruiram as tabancas de Maqué, Canico e Manambú e logo Sam-Sarubaton e Iracunda, até que se chegou ao templo onde se sagravam os «grandes» de Oio.

Em Muré encontraram adversarios de fôrça decuplicada. Havia baixas. A tabanca de Mansôadé foi destruida e depois a de Cudié e Tambate. Mambongo representou uma temeridade e de tal forma que os chefes da coluna de Abdul decidiram não avançar, visto saberem que os inimigos estavam decididos aos ultimos arrojos.

Teixeira Pinto demonstrou, mais uma vez, as suas enormes qualidades militares. Encarando os que hesitavam, disse-lhes: «Eu e Abdul vamos para Mansoadé; os cobardes que voltem para trás, porque nós queremos lá ir morrer!» Diante de tanta energia iniciou-se a marcha. Ninguém faltava e os adversários acorreram a pedir a paz.

Era a vitória. Aprisionado o grande xerife de Oio, Missoram, havido como o propulsor da revolta, e o régulo de Gendura Talicó, autor do massacre no seu território, edificou-se o posto de Mansábá. Logo se cobrou o imposto, que rendeu trinta mil escudos.

As tropas auxiliares tinham merecido louvores sob o comando de Injai com seus imediatos Mamadú, Sissé, Samba-Ali, Alfá Mamadú, Sulú, Bacas, Suncar, Ali Sissé, Chemo, Gibi, Baio, Djaló, Sanoro, Ali Injai, Cerca Baio e Boncó.

Pacificara-se a região onde se instalava o posto militar, sendo colaboradores dessa obra, além do incontestado chefe, os tenentes Ataíde Pimenta, Artur Sampaio da Costa Santos Pedro, Vasco Calvet, os sargentos Vilaça e António Ribeiro, o tenente Augusto de Lima Júnior, Caetano Barbosa administrador de Farim.

A rebelião de Xuro — Julgava-se que o exemplo devia ter servido mas não sucedeu assim porque o gentio de Xuro trucidou o administrador de Cacheu e parte da tripulação do «Cocine».

Teixeira Pinto teve que ir vingar a ousadia daqueles miseraveis. Foi batendo, aniquilando, destruindo: Xuro-Enque, Xurobrique, Bagucho, Bassorel e a ocupação realizou-se tanto a do Xuro como de Pelundo, Costa de Baixo e Brames.

Mas já os balantas atacavâm Bissoram e lá ia dar-lhes batalha, a fim de se construir um posto militar em Nhacra. O heroi não recuava; era uma figura á antiga. Premiaram-no com a medalha de ouro de serviços distintos.

Já havia instalado postos em Basserel, Caió, Xurobrique e, depois, Nhacra.

Revolta dos «papeis» — Apesar de todas estas acções de valor o gentio vizinho de Bissau rebelava-se. Não

queria pagar imposto e desrespeitava os soldados. Governara a colónia o coronel José de Oliveira Duque (1914), sucedendo-lhe o médico naval José António de Andrade Sequeira (1915-1918). Constara que o gentio saquearia a vila a ferro e a fogo. Os comerciantes aterraram-se; houve estabelecimentos estrangeiros que fecharam e o comandante da praça, Teixeira de Barros, tomou medidas de defesa dentro dos recursos escassos de que dispunha.

Era pouco o pessoal, reduzidas as munições e víveres. Quando chegaram os auxiliares (31 de Maio de 1915),

O chefe de auxiliares, o já famoso Abdul Injai, tenente de segunda linha, bateu-se com a braveza de seu temperamento corajoso e audaz.

A luta demorava-se. Escorraçar esses intemeratos atacantes, levá-los á obediência, constituiria um grande feito no qual se empenhava, com o seu brio sem par, o capitão Teixeira Pinto.

Antula era o ponto considerado inexpugnável; nunca tinham chegado até lá os militares portugueses. Tornava-se o fulcro a vencer. Chegavam a atacar a canhoneira «Flecha». Aquele gentio indómito dispusera-se a todas as aventuras.

UMA RUA DE BOLAMA

começou o bombardeamento de artelharia mas os indígenas conseguiram chegar próximo da vila. Houve confusão que Teixeira Pinto evitou assumindo, como sempre, o comando em presteza e valia e rechaçando os rebeldes quási até Intim. Recuavam e, escondendo-se atrás dos enormes formigueiros, continuavam o fogo sôbre a vila. As peças eram colocadas de modo a surtirem os desejados efeitos, embora representasse uma enorme temeridade pô-las nas posições. Disso se incumbiram o tenente António Pereira, o guarda-marinha auxiliar António José Pereira e o sargento José Francisco Alhandra.

Os «papeis» não recuariam; aos portugueses competia batê-los. Em 11 de Junho verificou-se, ao fim do combate, terem morrido três praças, havendo nove feridos. No dia seguinte as baixas continuaram. Havia mais nove feridos e entre eles o chefe, o bravo capitão João Teixeira Pinto. Foi conduzido para Sanfim de baixo, a três horas de Jaal. Defronte estava a «Flecha», fundeada no Inpemal. Ali se soube, pelo tenente Sousa Guerra, que o comandante fôra atingido pelas balas. Logo desembarcou o médico com os socorros mas aquele heroi, ao ouvir que o desejavam transportar para bordo, declarou não querer aban-

donar a coluna. Aumentava o seu mal; piorava e Sousa Guerra tomou o comando.

O seu ferimento fôra produzido por uma bala blindada que lhe atravessara o braço direito quando, de binóculo em punho, observava as fases do combate. Ficou em Bissau, para se tratar, enquanto as operações prosseguiam mas não lhe sofria o ânimo demorar-se quando os seus subordinados pelejavam. Em 1 de Julho voltava ao seu posto. Realmente era terrível a resistência dos sublevados e diminutas as fôrças portuguesas. Tornava-se necessário obrar prodígios para se conseguir vencer aqueles rebeldes. O terreno em que se caminhava era cheio de surprêsas; os régulos recusavam-se a fornecer auxiliares e um deles, o de Biombo, chegara a atrair as fôrças nacionais por um ardil de guerra. Juntara muitas espingardas de pederneira, já inúteis, espetara no seu montão uma bandeira branca e aguardara, num ar inocente, a chegada da coluna. Mas, de repente, detrás de anteparos, os negros fizeram um tiroteio farto sôbre as avançadas, ficando no campo três mortos e recolhendo-se dezassete feridos. Por fim tomou-se a residência do traidor e seus domínios.

Trabalhara-se activamente, em luta não só com os negros mas com as intempéries, chegando-se a marchar com água pelos joelhos, mas acabara-se vencendo e instalando-se um comando militar na terra dos «papeis». Reduzidas as fôrças, escassos os elementos, a vitória, mais uma vez, coroara o esfôrço do valoroso Teixeira Pinto e dos seus bravos auxiliares, tenente Henrique de Sousa Guerra, segundos sargentos José Rodrigues de Faria, António Ribeiro Vilaça, António Mões, soldados Feliciano Godinho, José, e o 1.º cabo José Jacinto, não se devendo esquecer o chefe dos indígenas, Abdul.

Na praça de Bissau ajudaram a coluna o capitão António Sérgio de Brito e Silva, tenentes Alfredo Fernando de Oliveira, António José Pereira, António Pereira de Saldanha e outros.

Fôra massacrado um pelotão de polícia rural, sendo condecorados com a medalha de prata de serviços relevantes no Ultramar os referidos sargentos Rodrigues Faria, Ribeiro e Romualdo Lopes, pela forma corajosa por que se portaram nos combates de Encheia, Brai e Bula.

Teixeira Pinto embarcara para o continente em 28 de Outubro de 1915.

As fôrças de marinha que cooperaram nesta acção foram as comandadas pelos segundos tenentes José Francisco Monteiro, da «Cacheu», e Raul Queimado, da «Flecha».

O posto militar de Canhabaque — Logo no ano de 1917, a 15 de Maio, foi declarado o sítio no Bijagós. Tratava-se de estabelecer um posto em Canhabaque. Comandou a coluna o major Ivo de Sá Ferreira, levando como subalternos o tenente Eduardo Correia e os alferes Alfredo Marques, Alfredo Jorge da Silva. Henrique de Sousa Guerra comandava alguns auxiliares, indo ás suas ordens o alferes de segunda linha Mamadú Sissé. O civil Eugénio Veloso da Veiga encorporou-se na coluna. Durante oito meses se lutou, tomando-se as tabancas de maior importância como Messeque e Inorei, ficando avassalados os bijagós.

Distinguiram-se os alferes Cipriano Pereira e Alberto Soares, sargentos Henrique Valente, Salvador Ferreira e Vasco Pinto Fernandes, cabo António de Almeida e o civil Jaime Augusto da Graça Falcão.

De quando em quando havia escaramuças, como a de Nhambalam, indo o alferes António Fernandes castigar o gentio que fizera fogo contra o comando militar de Arame. Arrasaram-se as suas povoações.

Vassalagens e recompensas — Com o ano de 1918 iniciaram-se as vassalagens dos régulos de Bine, Ironei, Antamate, Aucamane, Bate, Ambim António, Meneque, Unambo, Tudo Cané, Bane, Combá, Bane Juliana e Canhambaque.

Recompensavam-se os soldados auxiliares indígenas que tanto tinham lutado ao lado dos portugueses, como eram Mamadú Sissé, que passou a tenente de segunda linha, sendo louvados outros.

Os sargentos Valente, Salgueiro, Amorim, Caieiro, Tavares, Pinto Fernandes, Spencer, Fortes, os cabos N. de Almeida e Mabongo, o artelheiro naval Manuel Sebastião, os civis Hilário e Alfredo Pereira também mereceram louvores.

Era, como se vê, uma contínua série de combates a vida daquela pro-

víncia. Uma coluna móvel de polícia, sob o comando do capitão António Douwens, foi reduzir os baiotes á submissão; levou como subalternos o capitão António Saldanha e o alferes António Alves Fernandes.

O gentio apresentou-se com o rei dos Felupes, depois de Lala, Bolôr e Engine.

Não havia forma de acabarem as insurreições. Tomara, novamente, o govêrno da colónia o coronel Josué de Oliveira Duque (9 de Agosto de 1918 a 30 de Maio de 1919), sucedendo-lhe (1919-1921) o capitão Henrique Alberto de Sousa Guerra, que tanto pelejara na colónia.

A revolta de Abdul Injai — Dois meses depois deste governador ter assumido o seu posto deu-se uma singular rebelião, a qual ninguém esperava (*). Revoltara-se o grande auxiliar dos portugueses, o tenente de segunda linha Abdul Injai, celebrizado em quási todas as guerras da Guiné, no período seu contemporâneo. Teixeira Pinto tinha-o como um modelo de bravura e lealdade. Aprendera na sua escola. Era um régulo. Os seus serviços inegualáveis, que bem mereceram a citação ao lado dos prestados por oficiais e soldados portugueses, eram de molde a grandes recompensas. Não se revoltou no seu sobado de Oio, para repelir o domínio português. Pretendia desafrontar-se no meio de intrigas emaranhadas.

Constituiu uma surpresa enorme aquela sublevação. Assaltara-se Solinhoté com o fim de se capturar um indígena, de de nome Malam Sanhú, que Abdul queria justiçar. Assim começara a luta.

Alguns oficiais conhecidos do rebelde, e que decerto lhe admiravam as qualidades, foram tratar com ele. Eram o tenente Horácio de Oliveira Marques e o alferes Alberto Soares. O régulo propôs-lhes que se reduzisse a guarnição do posto de Mansabá, devendo ficar ali um oficial, um sargento, dois cabos e vinte soldados.

Abandono do posto militar de Farim, desarmamento dos auxiliares de Bissoram e cedência para os seus domínios de Tiligi, Binar, Cane, Bula, Canechungo e Xuro, um império.

Exigia quarenta contos pela acção militar que exercera batendo Oio, Mansôa e Costa de Baixo. Além disto

INDIGENAS DA GUINÉ — FULAS

pretendia dez por cento do imposto de palhota nos territórios anexados aos seus.

Queria tornar-se um potentado. Não se lhe podia conceder o ambicionado e Abdul Injai preparou-se. O terror que o seu nome espalhava acentuava-se a ponto do alferes Figueira, indo com uma fôrça para Mansabá, ver que a avançada recolhera a Farim ao ter notícia de haver homens armados no caminho. Abdul mandara seu sobrinho Alburri dizer que como não iam atacá-lo poderiam passar. Até oferecia quinhentos carregadores, que não lhe aceitaram.

O capitão Lima, que comandava uma coluna de operações, soube ter havido tiroteio entre as fôrças do Mansabá e as do rebelde. Ordenou a marcha duma fôrça sob o comando do alferes Trindade e quando chegou a Demba-Sá, recebera um aviso no qual se lia: «estamos cercados, temos alferes Figueira ferido, com certa gravidade, dois soldados feridos e um morto». Aquele oficial quis avançar mas os auxiliares de Jancó Dabó recusaram-se á marcha. O alferes Figueira falecera. Travou-se a batalha com os jauras (homens de guerra) de Abdul. Bateram-se bravamente os alferes Trindade e Alberto Soares. De manhã

(*) As narrativas contemporâneas nesta obra terminam com a Grande Guerra mas, em virtude da singularidade do acontecimento, que foi a revolta de Abdul-Injai, inserimo-la, apesar de se ter dado no ano de 1921.

2 de Agosto de 1919), o sobrinho do régulo, Alburri Injai, apareceu a noticiar a rendição do tio, do que fôra grande amigo dos portugueses, Abdul Injai. Não o fuzilaram. Deportaram-no para Moçambique mas pôde ficar em Cabo Verde, onde morreu pobre quem

INDIGENAS DA RAÇA MANDINGA

com honra e fartos bens podia ter vivido.

A pacificação e o comércio — A Guiné muito deveu a João Teixeira Pinto, como pacificador, a Carlos Pereira porque pretendeu moralizar, a Sousa Guerra, que abriu as vias de comunicação de Nhacra a Mansôa, de Mansôa a Farim, de Mansôa a Bissoram, daqui a Bula e de Bula a Canchungo, bem como a de Bafatá a Bambadinca. Seu exemplo animou o governador Jorge Frederico Velez Caroço (1921), a continuar, largamente, esse trabalho utilíssimo para as relações comerciais estabelecidas com os povos do interior.

A' frente dos grandes comerciantes da Guiné deve colocar-se António da Silva Gouveia, que ali trabalhou com êxito formidável, sendo notáveis as suas propriedades agrícolas. Na ilha de Bolama há outros agricultores de categoria, como Pedro de Rosana, Fortes Pimentel, Pedro José de Sousa, José Guimarães, Manuel Monteiro da Silva, Francisco Semedo Correia, D. Cecília Pereira, José Hipólito de Aguiar e Alberto Soares. Existem também ali as propriedades denominadas Antora e Bolama de Baixo, pertencentes á firma Gouveia.

Grande tráfego é feito pela Companhia União Fabril, havendo agricultores europeus em Brames, Buba, Quinará, Farim, Bissau, Costa de Baixo. O comércio é exercido não só no concelho de Bolama, Bissau e Farim, as celebradas, mas também nas regiões pacificadas dos «papeis», Biombo, Bissoram, entre os balantas e pelo resto do interior; as agências multiplicam-se, sendo notável a exportação dos produtos agrícolas e muito notáveis os progressos da pecuária e avicultura.

As raças da Guiné avassaladas — «Felupes». Governava-os um rei com a colaboração dos grandes. O acção portuguesa limitou-lhes o poder. Alimentando-se de arroz, que cultivam largamente, trocam-no por alcool e tabaco, exigem todas as suas fermentações do vinho de palma. As suas mulheres trabalham na agricultura, enquanto eles pouco produzem, preferindo a guerra com os vizinhos. Os «baiates» e os «banhutos» são do mesmo tipo. Os «cassangos» também não divergem muito dos anteriores. Só os bigodes lhes dão outro aspecto mas, no fundo, os costumes e qualidades são as mesmas.

Os «manhamas», obedientes aos chefes das aldeias e acima de tudo ao Brama Grande, fazem as suas culturas de milho e arroz, embriagam-se, criam gado e adoram o tabaco. Considerados inferiores pelas outras raças, têm os seus vícios e modos. Fazem transportes, sendo bons carregadores.

«Fulas». Há duas categorias desta raça: os «forros» e os «pretos». São civilizados. Habitam boas palhotas. O rei governa com o seu conselho de «grandes». A sucessão é destinada aos filhos das irmãs dos soberanos, sendo porém, necessária a eleição, além do nascimento. Praticam a religião mahometana modificada. Criam gados, extraem borracha das suas árvores, vendem amêndoas de palma e têm um ar

orgulhoso. Os «fulas pretos» são os antigos servidores daqueles.

Os «futafulas». Não cultivam a terra; apanham a borracha e os frutos, considerando-se superiores aos outros «fulas».

Os «balantas» gostam de negociar; desejam sempre progredir e sendo valentes e bons guerreiros têm todas as qualidades para conseguir as suas aspirações. Navegam transportando os seus produtos e alguns dedicam-se á carga e descarga dos navios.

Os «mandingas» foram grandes dominadores mas os «fulas» submeteram-nos e até deixaram de ter régulos de sua casta. Preferem o negócio á agricultura. A sua religião é a muçulmana.

Falar dos «papeis» é relembrar muitas lutas. As suas qualidades guerreiras são famosas. Não trabalham a terra, deixando essa faina ás mulheres. Quási selvagens, bebendo, usando a simples tanga quando nas suas terras, envolvem-se em longos mantos e põem chapéus de abas quando se dirigem aos centros civilizados.

Os costumes dos «manjacas» assemelham-se aos dos «papeis», porém são trabalhadores, agricultam. Domina-os um régulo.

Os «bijagós», com a sua selvajaria, dotados de qualidades guerreiras, aceitam a soberania por sucessão, mesmo de mulheres. Trabalham, vestem-se de palha, negoceiam e, criando gados, vão a Bolama fazer seu comércio.

Há ainda os «oincas» ou seja os «mandingas» que se internaram no Oio. Vivem largamente porque as suas florestas produzem boa borracha. São muitos e batem-se bem.

Os «grumetes» vivem em pleno acôrdo com portugueses desde largo tempo. São católicos, negoceiam e lidam nos barcos. As mulheres servem nas casas europeias.

«Biafadas». Raça intranquila. Bebe e pouco produz; aceita o negócio da borracha que suas terras cria. Os «nalus» e os «soços» completam os grupos de raças guineias. Entre aqueles há um costume curioso. Só podem casar os que derem ao pai da sua noiva uma mulher núbil. Os que têm irmãs ou filhas daquelas idades constituem família; os outros não. Daí o não se importarem com o trabalho, visto que adoram as mulheres e elas se lhe tornam quási inacessíveis.

CABO VERDE

(1886-1918)

Grande parte da narrativa sôbre as acções militares contemporâneas travadas na Guiné pertence a um bem elaborado relatório do coronel João José de Melo Migueis, que serviu como chefe do estado-maior da província em 1925.

CAPITULO XXXV

ACÇÃO GOVERNATIVA ANTES E DEPOIS DA CARTA ORGÂNICA

Origem das grandes crises — O clima e o regimen de propriedade e cultura — Conflitos e tentativas organizadoras

João Cesário de Lacerda, médico da armada, estivera na estação naval de Cabo Verde desde 1870 a 1876, sendo reconduzido no mesmo ano. Praticara actos de dedicação durante a epidemia da febre amarela, o que lhe valeu a Tôrre e Espada e por isto, nesta última data, o facultativo passou a secretário geral da província. Pediu a demissão em 1873, ficando a dirigir o serviço de saúde. Voltou três anos depois, a pedido do governador Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, regressando a Lisboa em 1877.

Compreende-se como este funcionário devia ter conhecimento da província e bem o atestaram as citações que lhe foram feitas.

De 1886 a 1889 governou a colónia com o acêrto de quem durante tantos anos ali exercera tão elevados cargos.

As fomes em Cabo Verde — As grandes dificuldades para se manter o equilíbrio naquela região provêm dos defeitos do regime meteorológico. As ilhas distanciadas e algumas inaproveitáveis para qualquer cultura, as ventanias insuportáveis que tudo derrubam, logo os excessivos calores fazem do arquipélago um território sujeito a todas as surpresas da natureza, gerando-se, de quando em quando, crises pavorosas de fome, nas quais perecem muitos dos seus pobres habitantes. Acrescentam-se ainda aos males naturais os da falta de tacto em matéria de cultivo. Nas concessões de vastos territórios não se impuseram aos concessionários regras para o aproveitamento racional, de forma a tentar-se abastecer a província, mas apenas se pretendeu diverso género de aproveitamento. Muitos dos proprietários fizeram tapadas em vez de campos agrícolas, pelo menos por tentames, com o fim de cobrarem a paga daqueles a quem as alugavam para pascio de gados. Mesmo este é por vezes, mal alimentado em virtude da falta de forragens apropriadas desde que as chuvas cessam e os calores secam os bons pastos.

Daí os factores que concorrem para as citadas crises, as quais assaltam, de quando em quando, o arquipélago, cuja estiagem é uma terrível ameaça.

De 1855 a 1865 houve crises nas ilhas de Maio, Brava e Sant'Iago e de 1863 a 1864 o terrível mal alcançou toda a colónia, sendo necessário recorrer ao que desde há tanto tempo se anda lançando mão: as subscrições na metrópole para auxiliar as medidas provinciais.

Tratando-se duma questão natural, só tentando corrigí-la dentro dos elementos científicos, por processos racionais, ela se poderá atenuar.

Outros governadores — São grandes as dificuldades com que lutam sempre os governadores, que, se podem realizar alguns melhoramentos, se tornam impotentes para evitar as surpresas catastróficas.

Em 1889 governou a província Augusto César Cardoso de Carvalho, oficial da armada, que já governara Timor. Seguiu-se-lhe José Guedes Brandão de Melo, oficial de artelharia

(1890-1893) e depois Fernando de Magalhães e Meneses (1893), a quem sucedeu Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto (1894-1898), o célebre explorador dos sertões. O seu sucessor foi, novamente, João Cesário de Lacerda até 1900, em que tomou posse Arnaldo de Novais Guedes Rebelo.

Dadas as enormes dificuldades de desenvolvimento da colónia, em virtude do que se expôs, todos os dirigentes de Cabo Verde esbarram, tentando uns realizar obras de fomento, outros acudir a crises por vezes tão intensas, que se torna um milagre debelá-las.

Produção das ilhas — No entretanto, no território produz-se e trafica-se dentro das possibilidades. No grupo de ilhas de Barlavento fazem-se os seguintes cultivos: Santo Antão: açúcar, batata doce, mandioca, urzela, milho, ervilha, banana e café. A planta da quina não se desenvolveu; há bastantes águas minerais na região. Santa Luzia dá urzela e gados. É um lugar de pesca mas a sua riqueza é constituida pelas reses que abastecem S. Vicente. Esta ilha tem as seguintes culturas e tráficos: anil, urzela, milho, melões, algodão e purgueira. Abunda ali a cal; pouca agricultura; pescarias e gado. S. Nicolau foi a terra do café mas abandonando-se esta cultura passou-se á da cana. Já houve ali o plantio da vinha. Fértil em algodão e purgueira; gados, pesca. A aguardente da cana tem enorme consumo, pois mais de metade das seiscentas pipas do seu fabrico fica na ilha. Boavista tem no sal um dos seus bons produtos; cultiva algodão, cana, milho, feijão; gados, manteigas, cal de excelente qualidade. Sucede o mesmo na ilha do Sal, que, como o seu nome indica, é abundantíssima neste produto. Mais de nove mil moios se colhem na região. Também tem milho e gados.

No grupo de Sotavento: a ilha de Sant'Iago é rica em milho, café, açúcar, purgueira, urzela, anil, gados, manteiga, queijos, coral. Abunda em barros e cal. A do Fogo também possui muitos gados, pescarias, e cultiva café, cana, algodão, tabaco, mancarra, vinho, frutas. Fabrica aguardente, sabão, rendas, panos e artefactos de palha. A ilha Brava tem um cultivo mais apropriado, em virtude da propriedade ser dividida e o pequeno agricultor se dedicar com afinco ao trabalho. Igualmente fabrica diversos objectos, sendo os chapeus de palha ali manufacturados de verdadeira arte e valor. Na ilha de Maio negoceia-se no sal, muito bom, em grande quantidade. Há algum gado e a indústria dos queijos prospera.

S. VICENTE DE CABO VERDE EM 1891

Pois apesar destas produções a natureza encarrega-se, por vezes, de as restringir, acabando muitos pobres por morrerem de fome.

Reclamações camarárias — Em 1891 solicitara-se do govêrno uma medida salvadora. Fizeram-se reclamações sôbre o ponto de vista agrícola e ante a crise pedia-se que não se dificultasse a entrada dos capitais estrangei-

ros mas se incitassem os nacionais a empregarem-se ali. Conceder-se-lhes-iam vantagens territoriais; o alívio das obras públicas, entregando-as a particulares, constituia outra medida a fim de se reduzirem os orçamentos.

Era certo que os proprietários, a fim de defenderem seus réditos contra os «latrocínios que os reduziam muitíssimo, julgaram conseguí-lo impondo aos seus rendeiros concessões duras e exageradas». Pedia-se o castigo para os ladrões de águas destinadas a irrigação, bem como os de frutos e outros géneros dentro de propriedades agrícolas e os quais deveriam ser aplicados dentro em vinte e quatro horas.

Em pouco mais se cifrava o regulamento da Camara naquela época, presidida por Henrique Vieira de Vasconcelos e assinada por vários proprietários e agricultores.

Era, pois, necessário combater, por todos os modos, aqueles erros e, ao mesmo tempo, prepararem-se as defesas durante as prosperidades para as más épocas de crise, como a de 1902-1904, em que tantas vítimas houvera.

A grande crise de 1903-1904 — Em 1902 foi nomeado governador o oficial da armada Francisco de Paula Cid e em 1903-1907 tomou aquele posto Alfredo Augusto Barjona de Freitas, que teve de arcar com as grandes dificuldades da crise. A fome vitimou milhares de pessoas. Ele era um distinto oficial de engenharia, filho dum estadista distinto, inteligente e culto, sucedera-lhe aquele desastre, de resto tradicional, quando tentava fomentar a vida do arquipélago.

Imediatamente, em tôrno do flagelo, acudiram os coloniais com suas medidas e os críticos em arrancos de reformadores.

Acentuava-se, mais uma vez, que não fôra ainda possível modificar o sistema de arborização a fim de se produzir a defesa climatérica fazendo regularizar as chuvas e tratando de plantações cuja exploração aumentasse os recursos naturais. Mostrava-se a decadência da cultura do algodão, do açúcar e da aguardente, firmando-se o comércio sôbre o sal. Dizia-se:

«A acção da autoridade, por mais inteligente e dedicada que possa ser, torna-se improfícua perante a impossibilidade do meio, que está sempre pronto para a resistência contra qualquer modificação essencial nos hábitos e costumes dos povos.»

Definiam-se os caboverdeanos como recolhidos «no comodismo conservador». E chegava-se a evocar o critério de Sá da Bandeira, pelo qual, «reconhecendo a impossibilidade de modificar, dentro do sistema de administração colonial, as condições da província de Cabo Verde, indicava como meio de reforma a extinção da província e a sua incorporação na divisão administrativa do continente do reino e ilhas adjacentes, transformando-a num distrito administrativo, que seria o quinto das ilhas adjacentes e o vigésimo segundo do reino e ilhas» (*).

Mas o governador tomara as providências possíveis e muitas foram elas sem que fôsse debelada completamente a crise, dizendo-se terem morrido perto de vinte mil pessoas.

As chuvas iam suceder á estiagem e chegaria o desenvolvimento das sementeiras.

Davam-se novos alvitres contrários á rotina, como eram o da criação duma escola prática das culturas coloniais, a fim de preparar regentes agrícolas especializadas, para se tentarem os novos cultivos.

O governador dedicara-se ao desenvolvimento do ensino primário, tomara diversas iniciativas e em 1906 foi instituido o ensino profissional, destinado a criar entre o operariado uma maioria culta, sendo os ofícios escolhidos os de carpinteiro, pedreiro, fundidor, pescador, serralheiro, canteiro, alfaiate, sapateiro, calafate e pintor. Era ministro do ultramar o conselheiro Moreira Júnior.

Quando o governador chegara a Cabo Verde encontrara o aspecto da «terrível crise, preparada desde longa data, por anos sucessivos de seca e atenuada apenas pelo movimento, sempre crescente, do pôrto de S. Vicente durante a guerra anglo-boer». Ficara aterrado, ao desembarcar, «vendo por detrás das casacas e fardas do elemento oficial a parede de mais de dois mil famintos, nus, esqueléticos, em que a vida parecia apenas residir no olhar curioso». Tinha morrido muita gente.

(*) «Revista Portuguesa Colonial e Marítima», 1903.

A crise revelara-se violentamente em 1903, na primavera; o novo chefe da colónia desembarcara em Agosto, na Praia, e já levava socorros da rainha D. Amélia, da Associação Comercial de Lisboa e do govêrno. Mas tudo era pouco. Ele encontrara no interior de Sant'Iago «casas de que só restavam as paredes, tendo ainda no interior a palha que as cobrira, mas sem vestígios duma porta, dum barrote, uma fechadura ou qualquer cousa que pudesse ter valor venal».

Perdeu-se a colheita do vinho e o ano de 1904 foi pior que os anteriores, conforme se marca pela mortalidade comparada durante os três triénios, sòmente em Sant'Iago. Em 1902 tinham falecido 2.168 pessoas; no período ulterior 10.046 e no seguinte 5.391.

E no entanto acentuava-se que as ilhas podiam progredir através de condições de que o governador falava.

Convinha auxiliar a moderada emigração para a América, donde vinham sempre recursos, como eram os hábitos de trabalho adquiridos pelos caboverdeanos naquela república, além dos dólares economizados. Devia activar-se o estabelecimento dos depósitos de carvão, visto os capitais estrangeiros procurarem tal emprêgo. Se de 1855 a 1864 aquelas casas pagaram 33 contos de imposto, de 1865 a 1874 tinham dado 55, de 1875 a 1884, 251, e 597 de 1885 a 1894, e de 1895 a 1904 820 contos.

Pedia-se a supressão das taxas, a fim de se manter a navegação no pôrto contra a concorrência das Canárias. O governador, João Pais de Vasconcelos, informara contra e a navegação mantivera-se e até aumentara de seguida. Era necessário facilitar as condições do fundeadouro. Devia tratar-se da higiene da cidade de Mindelo, a qual desde 1886 se fôra desenvolvendo. Tratara-se da canalização de água; instalara-se telefone nalgumas casas carvoeiras, sendo feita a concessão do abastecimento das águas em 1884, a Jorge Rendall, Gomes Madeira e Aleixo Sócrates da Costa. Em 1890 as nascentes do norte tinham sido aproveitadas, tendo por concessionários Pinto Ferro, John Vigger Muler e Jonh Hocloway. Juntaram-se as duas emprêsas em 1891, formando a das «Águas da Cidade do Mindelo».

Diminuira muitíssimo a população, de 86 a 91, em virtude da crise de trabalho, mas aumentara depois. Desenvolvera-se o comércio; abriram-se vários trabalhos e continuaram-se outros, tendo aumentado os rendimentos da fazenda.

Houvera sempre tentativas, por parte das autoridades, destinadas a conjurar a crise. O governador Arnaldo de Novais muito quisera fazer; deviam-se-lhe alguns projectos de obras como as do forte de Carvoeiros e dum quartel. Pretendia criar ali um novo concelho. Mas falhavam-lhe as melhores intenções.

José Guedes Brandão de Melo, antigo governador, instituira e protegera o desenvolvimento da cerâmica, que, na realidade, tinha incremento, sobretudo na ilha da Boa Vista.

Um capitalista, Rodrigo Vera Cruz, tentara aperfeiçoar a indústria das salinas obtendo, sem resultado, capitais em França. Não desanimara por isso. Chegara-se a exportar ólio de baleia, dar incremento a várias plantações, mas tudo se perdia ante diversos factores, uns devidos á metrópole, outros aos próprios habitantes, acêrca dos quais se escreveu:

«este povo é essencialmente imprevidente; brinca, ri, dança, quando os anos são fartos; chora, geme e morre de fome com incomparável resignação quando a crise aperta deveras e os socorros não chegam a tempo» (*).

O governador desde 1907 a 1910 foi D. Bernardo António da Costa e Soares Macedo (Mesquitela), oficial da armada.

Deixou o seu alto cargo em 20 de Agosto daquele ano, tomando posse o seu sucessor, António de Macedo Ramalho Ortigão, em 18 de Setembro de 1910, sendo exonerado em virtude da proclamação da república, que entregou o govêrno da colónia a Artur Marinha de Campos, comissário naval, escritor e parlamentar de recursos.

O novo governador — O recémnomeado tivera uma agitada vida de propagandista republicano após a sua entusiástica adesão a João Franco, ao qual abandonou, quando da ditadura, fazendo uma alta profissão de fé liberal. Passara do anonimato á popula-

---

(*) T. S. Bergsträus. 1890.

ridade e como era inteligente, verboso, audaz, conseguira uma situação no partido revolucionário. Ajudara a todas as conjuras e quando a vitória chegara, João Chagas, que lhe apreciava o feitio literário e desejava meter pessoal republicano nos altos cargos, entendera fazê-lo nomear director geral das colónias. Argumentou-se com o seu galão de primeiro-tenente do comissariado naval. Houvera sempre na armada, mais do que no exército, o conflito entre as classes. Uma das razões de cólera contra Machado Santos fôra vencer não pertencendo aos oficiais combatentes da marinha. Os preconceitos não tinham acabado. O titular da pasta, capitão Amaro de Azevedo Gomes, achava muito melindroso o período para criar divergências na armada, onde só um reduzido número de oficiais tivera acção, e daí opor-se ao que o caudilho ambicionava para o seu cúmplice.

Por isso Marinha de Campos, em vez de director geral das Colónias, foi nomeado governador de Cabo Verde, depois de lhe terem oferecido o govêrno de Angola mas sendo nomeado o coronel Manuel Maria Coelho, o tenente da revolução de 31 de Janeiro, no Pôrto, ainda pelos mesmos motivos de aquele ser combatente. Afonso Costa solicitara-lhe que aceitasse aquele cargo e ele embarcou para o seu posto na colónia de vida aflitiva.

As questões dos carregadores e da divisão naval — Era um intranquilo; ao chegar, encontrou a divisão naval em rebeldia e uma greve de carregadores, o que muito influía na vida da província. É ali que se abastecem os barcos e há quem afirme ser aquela reexportação o maior valor comercial de Cabo Verde com os seus depósitos de S. Vicente. No ano de 1910 rendeu 1.198 contos, no seguinte apenas 882, passando, logo em 1911, para 1.108 e decrescendo até á Grande Guerra, em que avolumou consideravelmente, pois no ano de 1916 foi de 3.013 contos, explicáveis pelo fornecimento aos navios de guerra ingleses.

Era, pois, preciso regular aquela greve, para o que teve conferências com os representantes dos carregadores e os gerentes das casas inglesas, acabando por contentá-los ao cabo de algum tempo.

A guarnição da «Zambeze» revoltara-se porque não queria corresponder ao velho e tradicional cerimonial do toque das «Ave-Marias». Entendia que com a proclamação da república deviam findar aquelas manifestações religiosas. O comandante Borges de Araújo, capitão dos portos, informou o governador. Já o primeiro-tenente

MARINHA DE CAMPOS

Estrela deixara o navio e o seu camarada Folha se encontrava coacto quando ele lá foi e, usando da sua eloquência de comício, acalmou os descontentes.

Rebelião em Santa Catarina — Com a proclamação do novo regime principiaram, por toda a parte, as reinvindicações e em Santa Catarina o povo, sempre ávido de regalias, deliberara tomar conta das propriedades, visto um padre, de nome Duarte Graça, caboverdeano, lhes ter insuflado a ideia de ter sido abolido aquele direito. Ora numa possessão onde as crises de fome têm por causa, além das alterações climatéricas, a má cultura e divisão do terreno, fôra facílimo incendiar aqueles ânimos.

Houvera devastações e saques; ante as fôrças militares redobrara a desordem. Ficara um sargento com o crâ-

nio fracturado; estava morto um popular, além de haver feridos.

A multidão apontava o reverendo como seu chefe e ele declarava não os ter incitado á pilhagem nem ao roubo. O governador sentiu nele um separatista.

Um dos lavradores que mais sofrera com aquele ataque, Aníbal Reis Borges, acusava o reverendo, que o dera por fiador do seu procedimento.

Marinha de Campos cedera ao seu temperamento; apertara a mão a um velho negro, o que causara escândalo, sendo levado pela forma usada na metrópole ante a popularidade a que se habituara. Começaram a acusá-lo de pretender conquistar o povo para o conduzir ao separatismo e por isso não castigava o caudilho padre Graça.

O conflito com o juiz Alpoim — O doutor Emérico de Alpoim, irmão de José de Alpoim, depois de se relacionar com o governador, grande amigo daquele político, desde a conspiração de 28 de Janeiro de 1908, entrara no tradicional conflito que se deflagrara desde o tempo da descoberta entre o poder dos ouvidores e o dos chefes coloniais. Em todas as colónias portuguesas sucedeu sempre o mesmo.

Tinham rebentado novos tumultos e atribuiram-nos á propaganda do padre Graça. O agricultor Aníbal Borges apresentou queixa contra o reverendo, o qual foi preso, visto estarem os aliciados pobres na cadeia. O delegado, Gomes de Pinho, afirmou que a fiança seria de dois ou três contos para o padre, mas o juiz arbitrara-lha em quinhentos mil réis. O governador julgou-a insuficiente, visto aquele indivíduo possuir meios e poder fugir, mas o magistrado declarou-se coacto ante as observações que lhe ouvia.

Novamente foi enclausurado o sacerdote, visto o sargento que sofrera a fractura do crânio o acusar, mas o juiz declarou que o caso pertencia a um conselho de guerra, não prosseguindo com os autos.

Avolumara-se o conflito duma maneira terrível e Alpoim acabara por receber trinta dias de licença que o ministro da marinha ordenara ao governador lhe concedesse.

Correra que Marinha de Campos deixaria o seu lugar, mas constando o contrário a população acorrera a saúdá-lo com música, bandeiras e um nativo aplaudiu-o num fervoroso discurso enaltecedor, ao qual redarguiu com a veemência de caudilho transplantado das assembleias lisboetas nesse período de excitação revolucionária. E a sua voz tivera um eco diferente do que julgava que obteria.

«Eu pasmo — dissera ele — como nem a fome de 1903-1904 fez aparecer entre vós um Aguinaldo, que, esfarrapando o odioso trapo azul e branco, e conduzindo-vos aos desfiladeiros que acabo de percorrer, para estudar mais de «visu» as necessidades mais urgentes da ilha de Sant'Iago, então repetisse aqui a notável epopeia das Filipinas. Eu admiro como mais de vinte mil caboverdeanos morreram de fome nesta ilha, em menos dum ano, sem um movimento de revolta que pusesse termo a tanto sofrimento.

Eu ter-me-ia revoltado.»

Continuara neste tom. Na metrópole receara-se que ele quisesse ser aquele Aguinaldo filipino na província de Cabo Verde e, demitindo-o, mandaram-no recolher á metrópole, onde devia entrar na fortaleza de S. Julião da Barra, á semelhança de alguns antigos governadores da Índia e doutras possessões. Julgaram-se improcedentes as acusações. Afonso Costa interveio e a Marinha de Campos foi dada por homenagem a cidade, ficando finalmente sem seguimento o conflito.

Sucedeu-lhe em 5 de Julho de 1911 até 1915 o primeiro-tenente da armada Joaquim Pedro Vieira Júdice Biker, que deveria fazer uma administração ponderada.

Leis orgânicas — Foi no período deste governador que se puseram em acção as leis orgânicas, cuja origem é a seguinte: realizara-se um Congresso Colonial Nacional, sendo posta em equação a ideia dessas Cartas Orgânicas; depois a Sociedade de Geografia, cujo desenvolvimento se acentuara, tornando-se um verdadeiro fulcro de defesa das colónias, dedicara-se ao estudo dos Problemas Coloniais. Fôra Lisboa de Lima, engenheiro e colonial, que levara ao congresso as propostas no sentido de se reorganizarem, sob todos os aspectos, as possessões portuguesas.

Tratava-se de organismos financeiros e administrativos autónomos mas

sob a fiscalização e superintendência metropolitana.

Ela não tocou na divisão do território de Cabo Verde, que continuou a ser província, dando ao seu governador as honras de general de divisão. Antigamente as nomeações destes altos cargos providos em militares davam-lhes um autêntico posto de acesso. Se o governador fôr de marinha tem a categoria de vice-almirante enquanto exercer o cargo. Como em Portugal raramente compete a civis aquelas funções, que no estrangeiro quási sempre a eles se confere, não sucederá muitas vezes que um paisano se apresente com estrelas de general. Representa a soberania; funciona junto dele um conselho de govêrno, que muitos dos chefes de província acham prejudicial, visto a sua composição, que é a seguinte: além do governador, são vogais natos por seus cargos o secretário geral, o delegado do procurador da república na ilha da Praia, o chefe da repartição militar, o director dos serviços de fazenda, os chefes dos serviços de saúde e de marinha, o director das obras públicas, o administrador do círculo aduaneiro, os chefes dos serviços postais, de agricultura e pecuária. Há, porém, outros membros do conselho por eleição; representação da população de Sant'Iago e Maio por sufrágio de dez vogais das corporações administrativas. Também cada uma das outras ilhas envia os seus delegados, bem como os comerciantes da província matriculados nos tribunais de comércio.

Acêrca do funcionamento destes organismos, em relação a uma colónia diferente de Cabo Verde mas analisando o fundo daquele diploma, escreveu-se:

«O seu papel — o de governador — é, em devidas proporções, o do homem do govêrno em Portugal, ilaqueado pelo parlamento, que representa o seu Conselho de Govêrno. Este, composto de chefes de serviço e vogais eleitos pelo indígena, é um mau arremedo da máquina parlamentar, que de resto tão mal provou na Europa». É uma opinião, esta última, quási sem base. Enquanto ao papel dos Conselhos de Govêrno diz: «A um governador, ao sujeitar á sanção do Conselho os seus pontos de vista governativos, só restam duas fórmulas: ou colocar-se num plano sobranceiro a tudo e a todos, abstendo-se de «démarches» prévias tendentes a captar as boas vontades do legislador ou então ir para o Conselho depois de efectuados os convenientes trabalhos de caça aos votos dos vogais» (*).

Tal era pois a situação, que deve ter seus visos de verdade mas representa, acima de tudo, o princípio de não se entregar o poder a um só, método cujos resultados se cifrariam na falta de liberdade dos outros.

Mas os factos são claros e as cartas orgânicas, instituidas em 1914, representam um superior princípio de democracia e não limita de tal maneira as reformas que elas não se possam realizar.

O arquipélago caboverdeano ficou, pois, contituindo uma província com um só distrito administrativo, dividido em sete concelhos regulares (Ribeira Grande, Mindelo, Praia, Fogo, S. Nicolau, Boavista, Brava) e sete irregulares (Paúl, Carvoeiras, Sal, Maio, Santa Catarina, Tarrafal, Mosteiros). Chefiam-nos administradores substitutos, que o governador nomeia por portaria, havendo câmaras com cinco e três vereadores para os concelhos regulares e irregulares. As freguesias têm as suas juntas de paróquia desde que possuam mais de mil habitantes, sendo o pároco quem preside. O regedor é nomeado sob proposta do administrador. Era este o ditame da Carta Orgânica.

A Cabo Verde competiam duas comarcas, a de barlavento e a de sotavento, mas em virtude de se ter desenvolvido muito a cidade de Mindelo ficou esta com a antiga, a de Santo Antão. No outro grupo é a Praia. A sede do bispado é na Ribeira Grande. A acção missionária intensificou-se, sendo o arquipélago composto por uma grande maioria católica, existindo ainda ali uma missão central e vinte e cinco sucursais missionárias, dirigidas por sacerdotes na sua mór parte ali ordenados. A população, porém, não pratica toda a lei católica, havendo muitos indivíduos ligados a idolatrias.

O governador que se seguiu a Júdice Biker (1911-1915) foi o seu colega

---

(*) Teófilo Duarte, «Timor».

professor e oficial da armada Abel Fontoura da Costa, que pensou desenvolver largamente a construção pública (1915-1918).

Periodo sidonista — Sucedeu Teófilo Duarte no govêrno da província. Moço tenente que muito coadjuvou a acção vitoriosa de Sidónio Pais na sua revolta de 5 de Dezembro de 1917, era nomeado em 9 de Março de 1918 para a chefia do arquipélago, onde os acontecimentos da metrópole tinham sempre o seu eco.

Concebe-se como o jovem oficial desejaria acertar no posto que o acaso lhe entregava, após uns combates de vulto contra o partido democrático, os quais, não justificando a situação distribuida pelo vencedor ao seu companheiro de lutas, mais acirravam os ânimos, embora aquele militar muito confiasse nas suas faculdades e ânsia de cumprir.

Mas foi muito efémera a sua acção, porque, tendo sido assassinado em 14 de Dezembro de 1918 o presidente Sidónio, ele retirou para a metrópole, contribuindo para uma série de sucessos políticos. Ao cabo de oito anos (1926) foi nomeado governador de Timor.

Foi, pois, ele o único delegado do período sidonista em Cabo Verde e ninguém, como se depreende, poderia fazer qualquer obra em tão pouco espaço de tempo e nas singularíssimas condições em que assumiu aquele alto posto.

O pôrto de S. Vicente no futuro de Cabo Verde — As condições naturais do magnífico pôrto de S. Vicente, com a posição da colónia, situada na fôrça do esteiro da navegação, torná-lo-iam magnífico se o adaptassem a receber os milhares de navios que fazem a travessia.

Por ali passam os barcos destinados á América do Sul idos da Europa; os destinados ás Américas Centrais e Norte, á Africa e até mesmo os da linha do Extremo Oriente desde que vão pelo Cabo.

Não se tendo aproveitado essa incomparável situação, os portos espanhois das Canárias e o francês de Dakar desenvolveram-se largamente. Embora não possam rivalizar com S. Vicente sob o ponto de vista geográfico nem mesmo como vastos fundeadouros, conseguiu-se que, acomodando-os, transformando-os, melhorando-os, causassem prejuízos ao que poderia ser dominador.

Mas não sendo possível realizar o desejado, a navegação começou a preferir Las Palmas e Dakar, onde encontra condições diversas apropriadas aos seus desígnios.

Limitado o número de depósitos de carvão, por um tratado com a Inglaterra, pelo qual só portugueses e ingleses podem ali fazer esse tráfico, afugentou-se deste modo a concorrência de alemães e italianos. Ainda ultimamente importantíssimos negociantes da Itália se foram estabelecer em Dakar com o comércio carvoeiro, á míngua de o poderem fazer em S. Vicente.

Desde o comêço da navegação a vapor que principiaram as prosperidades de Cabo Verde. Em 1839 instalaram-se depósitos flutuantes de carvão em S. Vicente, para abastecer os barcos britanicos da carreira da India. De tal forma se desenvolveu aquele comércio que a povoação de Mindelo passou a vila (1840) e a cidade trinta anos depois. Em 1850 instalou-se o primeiro depósito em terra. Era da Mala Real inglesa. Depois apareceram outros comerciantes a fazer o seu tráfico, acabando por se unirem alguns deles em companhias, a fim de unificarem as taxas do carvão e o lucro.

Em 1891 era enorme o custo da indispensável mercadoria e ia aumentando o descrédito do pôrto, visto nos outros se darem mais facilidades. Basta dizer-se que em S. Vicente custava cada tonelada de carvão 34 shellings e nas Cânarias 17. Estabeleceu-se ali António Júlio Machado a fim de contrabalançar os resultados de semelhante ganância dos ingleses associados. Baixou o género, mas a Companhia Nacional, assim se intitulava a fundada pelo aventureiro homem de negócios, juntou-se com os britanicos, ficando estes dominantes. Fizera-se uma operação beneficiadora de capitalistas favorecidos pelo estado.

Enquanto ao fornecimento de água aos navios, sendo ele muito deficiente para a cidade, claro que é muito precário, podendo, todavia, remediar-se aquele terrível defeito arruinador de Cabo Verde.

Calcula-se em dezassete mil o número de vapores de passagem nos mares de Cabo Verde, pois, em 1924,

apenas mil cento e quarenta e cinco ali fundearam (*) e ainda assim em virtude da greve dos carregadores em Las Palmas. Este pôrto espanhol desenvolveu-se á custa de esforços e de milhões de pesetas mas é uma riqueza enorme para o país que o possui.

Seria necessário remover vários óbices que vão arruinando a colónia cabaverdeana, os quais, além dos já citados, são a falta de arsenais capazes de fazer arranjos nos barcos que ali aportam; o preço exagerado do imposto de tonelagem; as dificuldades alfandegárias; o policiamento, que devia ser entregue a brancos; abertura de portos francos; e depósitos para ólios mas sem monopólio e ainda o combate ao preço do carvão, visto a sua diferença para menos em Dakar e nas Canárias chegar a ser de três shellings por tonelada.

O pôrto de S. Vicente é a chave do futuro de Cabo Verde.

(*) João de Almeida, «O Pôrto Grande de S. Vicente».

S. TOMÉ E PRINCIPE

E

S. JOÃO BAPTISTA DE AJUDÁ

1886-1919

CAPITULO XXXVI

OS PROGRESSOS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

A questão da mão de obra — O Dahomé e a colonia portuguesa — Visita do principe D. Luiz Filipe

A soberania de Cutonum no Dahomé — A província de S. Tomé e Príncipe foi governada de 1886 a 1890 por Augusto César Rodrigues Sarmento. Realizara-se, no ano anterior, o tratado com o Dahomé, sendo governador Custódio Borja.

O príncipe Couhondú, mais tarde o célebre rei Behanzin, representara seu pai no acto pelo qual se concedia o protectorado do bairro de Zomai até á fortaleza de S. João Baptista de Ajudá com o pôrto de Adra.

O governador do distrito de Ajudá, major Cortez da Silva Carvalho, recebeu ordem para ir fazer a ocupação de Cutonum, acompanhando-o o juiz Bernardo Meireles Leite, em nome do governador de S. Tomé, o xaxá Sousa, o tenente graduado Francisco José do Rêgo e António Pedro Vieira, guarda-mor da alfândega, na qualidade de secretário. Iam, também dois irmãos do xaxá, António Félix de Sousa e Lino Félix de Sousa. Eram os sucessores daquele que primeiro recebera o título dahomeano em virtude de ter ajudado a subida ao trono da nova dinastia.

Plantara-se a bandeira portuguesa (11 de Setembro de 1855); dois dias decorridos, o tenente Roget, do exército francês, aparecera a protestar, citando um tratado de 1868, ratificado dez anos depois, pelo qual o soberano do Dahomé cedera á França aquele território com o anexo. Se não residia ali era por estar como delegado do seu govêrno junto do rei do Pôrto Novo, na ausência do coronel Dorat.

Este rei de Pôrto Novo, que a França protegia, desagradava, em extremo, á majestade dahomeana, pois o considerava vassalo.

Argumentou o oficial português com a cedência do território mas Roget levou o seu protesto junto de Custódio Borja. Deliberou-se o «statu quo» até os dois governos se entenderem e sucedeu que os soldados franceses desembarcaram, implantando a sua bandeira em Cutonum. Era a posse. Atreviam-se a despejar para o mar a lagoa que os reis tinham mandado fechar, havia séculos. Que poderia destruir as feitorias, argumentava o francês, dirigindo-se ás autoridades dahomeanas. Enchera-se demais; representava um perigo. O soberano mandou prender todos os franceses e entraram quinhentos dahomeanos em Cutonum.

O xaxá Sousa, visto a sua categoria, deliberara seguir com as tropas reais, pois que era «cabaceira» do rei. Este título era dos mais considerados. Sentia o enorme poder do monarca; desdenhava dos franceses e só a pedido do governador português acedera a mandar enviados ao soberano solicitando-lhe que retirasse o seu exército. Assim sucedeu. Fundeara uma canhoneira francesa. Os portugueses não reconheciam a soberania dos alheios e participavam ao rei que se ia submeter o caso á diplomacia.

O príncipe era deveras atilado; devia perceber o que se lhe mandava participar, mas o povo dahomeano não concebia o ultrage. Roget ameaçava os portugueses com as hostilidades se o Dahomé se levantasse em guerra. Desde que se procurasse manter a paz — respondia o delegado nacional

xaxá Julião Félix de Sousa — não haveria responsabilidades. Por fim o soberano declarava considerar o caso afecto á displomacia; porém exigia, desde já, uma indemnização. Para a votarem, deviam reunir-se, em Ajudá, todos os franceses.

Desembarcou o comandante da «Le Gabés», Arnaux, apresentando as cópias dos tratados sôbre a região e exigindo que as autoridades portuguesas influissem junto da majestade negra, visto o seu predomínio sôbre ela, a fim de se manter a paz. Não deveria o rei de Dahomé inquietar o de Pôrto Novo. Realmente em 1868, em 19 de Maio, celebrara-se o tratado pelo qual se cedia, gratuitamente, á França, o território de Kotarau com todos os direitos. Efectivara-se a posse em relação aos direitos comerciais, em 1878, entre os representantes do rei Glegé e o capitão de fragata Paul Serval. Testemunharam neste tratado Calomar di Secca, agente em chefe, Regis Amé & C.ª, comerciante, e o xaxá Francisco Félix de Sousa, grande amigo da majestade dahomeana, e português, embora nado filho de brasileiro.

Ante a contestação do protectorado português, o governador de S. João Baptista de Ajudá partira para a côrte. Acompanhavam-no o intérprete Domingos Martins do Nascimento, o naturalista Francisco Newton, o agente real Chaudaton e os sobrinhos do monarca, Acodé e Imbé. Levava uma guarda de vinte e cinco soldados e carregadores, que formavam um numeroso séquito.

Era muito difícil ser recebido pelo rei do Dahomé na sua residência de Dahomé, mas o representante de Portugal fôra acolhido em grande cerimónia. O soberano ofertara território para alargamento do forte de Ajudá e prometera enviar uma embaixada ao reino, querendo estreitar laços de amizade com os portugueses (Abril de 1886).

Os serviçais — Já neste tempo se esboçaram protestos contra o desenvolvimento da riqueza de S. Tomé por parte de vários rivais no comércio do cacau.

A dificuldade de braços era enorme. A procura excedia, em muito, a oferta. Falava-se em abusos: até se revelavam em plena Sociedade de Geografia.

Tinham-se sucedido os governadores (1890-1894) Francisco José da Costa, Francisco Pereira de Miranda (1894) com a sucessão dum conselho governativo e logo Jaime Lobo de Brito Godim, como interino. Em 1895 o major Cipriano Leite Pereira Jardim (depois visconde de Montesão) era o governador efectivo. Ali esteve até 1897. Durante o seu período governativo, Augusto de Castilho tratava, na Sociedade de Geografia, daquele alto problema da crise dos trabalhadores, que tanto afligia a província como as da fome em Cabo Verde.

Referia-se ao tratado feito com o rei do Dahomé acêrca do resgate dos escravos que ele fazia e se destinavam ás hecatombes. Adquiriam-se esses vencidos dos povos vizinhos e os agricultores, não os conservando cativos, arranjavam quem lhes trabalhasse as terras. Porém isto representava um incitamento ás guerras na região dahomeana.

Em 1890 já reinava Behanzin, aquele príncipe muito ligado aos portugueses, quando a França assinou um outro tratado para se levantar o bloqueio que fôra forçada a fazer em virtude das correrias ordenadas pelo soberano em territórios considerados seus. Assinaram-no o capitão de fragata Montesquiou de Fezensac, comandante da «Roland», Decoeur, capitão de artelharia, que o contra-almirante Cuverville nomeara para se encontrarem com o delegado de Behanzin Aby Djery. Obrigava-se este a respeitar o protectorado do Pôrto Novo, reino que a França organizara; respeitaria a ocupação de Cutonuu, concedendo-se-lhe vinte mil francos anuais de indemnização em ouro ou prata. Testemunharam o acto por parte dos franceses M. de Ambruse e o padre missionário Dorgére e, pelo rei, dois portugueses, Alexandre e Cândido Rodrigues.

Vigiava-se já o dahomeano; queria-se impedir a tradição dos sacrifícios humanos e, ao mesmo tempo, a das correrias para as presas de escravos.

Isto devia ter influência na vida de S. Tomé.

A ocupação do Dahomé pelos franceses — Cerceados os rendimentos do poderoso monarca por este modo, deveras proibitivo dos seus actos tradicionais, ele não se coibira, contando

com os seus guerreiros numerosos e ainda com o exército das terríveis amazonas. Julgava-se invulnerável. Detestando o rei de Pôrto Novo, incursionara no seu país. Toffa, assim se chamava o soberano, que vivia com grande pompa e até possuia um carro de gala, doado pelos franceses, queixava-se do ataque do vizinho. Os franceses deliravam, pois sentiam aproximar-se a hora da sua acção. Já em 1890 se publicava em seus jornais terem sido os europeus obrigados a assistir a espectáculos horríveis de sacrifícios humanos. Para demais um caricaturista dahomeano desenhara alguns soldados de cabeças vermelhas, bêbados e de seringas na mão. Em 1891 ainda entregavam presentes a Behanzin, que mandava o seu retrato ao chefe de estado francês.

A pompa dahomeana era grande, embora selvática. O rei teria quarenta anos, altivo, de olhos ardentes e aproximara-se dos enviados ao som do brado: «Té té, kadi, ladi», «Toma cautela ó meu rei!», sôlto pela côrte. Os representantes da França falaram-lhe a uma distância de trinta metros. Ele dizia as palavras; o primeiro ministro repetia-as. Recebidos os primeiros vinte mil francos, ele continuara a incursionar em Pôrto Novo, e, em 1892, uma expedição militar, do comando do coronel Dodds, fôra combatê-lo. Fazia-se o bloqueio da Costa dos Escravos. A guerra tornava-se duríssima e difícil.

As tropas ocuparam Cana, a cidade santa do reino e em seguida Abomé, onde se encontrava o soberano, prometendo submissão. Encontraram as cinzas do palácio; fugira com alguns fiéis e amazonas. Internara-se no país de Mahis.

Ia realizar-se a ocupação pelos franceses, que assim se assenhoreavam do Dahomé, magnífica colónia, ficando a Portugal apenas o minguado território de Ajudá.

Mão de obra — O rei foi preso em 1894 e deportado para a Martinica e depois para a Argélia.

Acabara a exportação de serviçais dahomeanos para S. Tomé. Augusto de Castilho argumentava que se poderia solicitar do govêrno francês os serviçais assim como se concedera os de Inhambane para a Reunião.

O forte de Ajudá, em vez duma bataria com sua desnecessária guarnição, passara a agência de emigrantes «sob os auspícios do governador, com todas as garantias de moralidade».

Isto não dera resultado. Recorrera-se aos braços chineses. Para se fazerem as plantações de café e cacau tinham-se derrubado muitas árvores e isso constituia um perigo enorme para o clima. Faltava a água para abastecimento dos navios e também depósitos de carvão. A colonização francesa e inglesa no golfo de Benim ia realizar-se com grande desenvolvimento desde Lagos a Pôrto Novo, onde o rei Toffa vivia muito bem com os franceses. Em Popá Grande, na região conquistada, os melhoramentos surgiam. Ajudá, que em 1892 tinha como governador o capitão Vicente Rosa Rolim, mal aparecia no meio de tanto progresso. Estas considerações, porém, não resolviam o problema da mão de obra em S. Tomé, colónia de solo feracíssimo e que se tornava necessário largamente explorar.

Em 1897 dirigia a província um conselho governativo. Sucedeu-lhe Joaquim da Graça Correia e Lança, e na sua ausência, interinamente, Nuno José Severo Campelo de Andrade; depois, ainda interino, 1899, Amâncio de Alpoim, Francisco Peixoto Vieira (1901) e Joaquim Xavier de Brito. Em 1902-1903 Bernardo Correia de Castro Sepúlveda, secretário geral, João Gregório Duarte Ferreira, de novo aquele funcionário, até que se nomeou governador o capitão-tenente Paula Cid (1903-1907).

Em 1900 os magníficos produtos de S. Tomé tinham figurado na Exposição Universal de Paris, atraindo as atenções e também as rivalidades. Despertavam invejas. O cacau, sobretudo, pretendia rivalizar com o do Pará, Baía, Venesuela, Caracas, Carapuano, Savanila, Maracaibo, Guayquil, Tamaco, Martinica, Guadalupe, Haiti, Trinidad, Granada e Santa Luzia. Era dos mais baratos, atribuindo-se-lhe qualidade superior aos outros. Diziam-no ácido, mas um sábio alemão, o doutor Schulte, verificara a beleza do seu grão, que não era em cousa alguma inferior aos destinados aos chocolates melhores.

Havia agricultores muito preocupados com os produtos, outros menos, mas na generalidade trabalhava-se, sucedendo, porém, o eterno percalço

da falta de mão de obra. Os trabalhadores escasseavam e daí os maus prenúncios. Os estrangeiros, pretendendo valorizar os seus produtos congéneres, faziam campanhas difamatórias. Era preciso pôr um termo a semelhante propaganda, tão deletéria, e, ao mesmo tempo, organizar a vida da província sob o ponto de vista do trabalho indígena. Eis o que se reclamava com enorme interêsse após várias tentativas de provocar correntes de atracção de trabalhadores para a ilha.

Deveria interferir em S. Tomé. Não se chegou a fazer essa nomeação.

Aquelas providências não eram novas, pois desde 1875 que existiam os curadores dos serviçais e colonos, magistrados de carreira aos quais competia a defesa daqueles trabalhadores. Cabia-lhes assistir aos contratos de trabalho, vigiar pelo cumprimento deles, inspeccioná-los, atender as queixas. Ninguém poderia impedir o exercício das suas funções. Deste modo se assegurava a protecção cabal aos serviçais, mas não o consideravam, deste modo, os estrangeiros, sobretudo os ingleses.

PLANTAÇÕES EM S. TOMÉ — ROÇA AGUA ISÉ

Foi no ano de 1903 que o ministro da marinha e ultramar, Teixeira de Sousa, lançou suas vistas sôbre S. Tomé e Príncipe.

Regulara-se a forma de fazer os contratos com os trabalhadores, estabelecendo, logo, a repatriação obrigatória como base das operações a realizar entre agricultores e servos. Eles iam de Angola, onde se criara uma repartição denominada dos «Serviços Agrícolas», a qual, dirigida por um técnico competente, guardaria as observações por ele feitas em colonias semelhantes com os estudos sôbre plantação e comércio dos diversos produtos.

Entretanto faziam-se contratos em Moçambique, Cabo Verde, Guiné e em parte de Angola.

A isto se chamava escravatura consentida.

A campanha de Cadbury — Reconhecida a boa qualidade do cacau de S. Tomé, sendo a colónia a fornecedora dum sexto do consumo mundial daquele produto, as campanhas dos rivais dos plantadores intensificaram-se e, no ano de 1901, um célebre chocolateiro inglês, William A. Cadbury, recebeu o encargo de ir veri-

ficar o que se passava em S. Tomé relativamente aos serviçais. Falava-se de escravatura e os britanicos, que nunca hesitaram em empregar nas minas do Rand os mais violentos meios para conservarem os seus trabalhadores, sentiram-se muito ofendidos na sua moral e enviaram aquele seu compatriota a fazer um inquérito.

Em 1903 estava em Lisboa, onde a Associação dos Agricultores negou, terminantemente, que se empregassem aqueles meios para arranjar serviçais e o ministro da marinha, Manuel Rafael Gorjão, pouca importância deu ao industrial que se intrometia na vida portuguesa. O representante da Inglaterra, em Portugal, sir Martin Gosselin, coadjuvava o chocolateiro e, em grande reserva, ficaram esperando os resultados do decreto de trabalho indígena de 29 de Janeiro de 1903.

Dentro em pouco já não era só Cadbury quem protestava mas firmas diversas que ele convocou alarmando-as com a ideia da escravatura em S. Tomé. Influiram em ingleses, americanos e alemães. Frey, de Bristol, Rowntree, de Nova York, Stodwerck, de Colónia, integraram-se na ideia do britanico e deliberaram fazer um inquérito, de resto sugerido pelos agricultores portugueses, cônscios de que não existiam os horrores que Cadbury propalava.

Chegou um dos associados nessa obra inquiridora, José Buret, a instalar-se em Portugal para aprender a língua e, intrometendo-se em vários meios, começou uma autêntica espionagem. Esteve em S. Tomé, em 1905, durante seis meses; foi a Angola no ano seguinte, em companhia do doutor Claude Horton, de Birmingham, e internaram-se na província.

O seu relatório acusava sem nomes e com provas arranjadas ante vestígios de passagem de caravanas. Diziam ter encontrado jugos e ossadas nos caminhos, sem averiguarem dos culpados, curando por vezes fugitivas, mergulhando na intriga africana, já célebre nos tempos da conquista, concluiram haver coersão no recrutamento e que iam contra vontade, para S. Tomé, os indígenas do interior de África. Declaravam não haver razão para eles deixarem Angola, pois «nenhuma oferta de pagamento os induziria a separarem-se das suas casas e das suas famílias para irem trabalhar, sem esperança de regresso, nas plantações de S. Tomé e Príncipe». Diziam que vinham de longe cativos, presos em cepos e cangas, e que apesar da repatriação estar exarada na lei «não existia na prática e não se tomam medidas algumas para as tornar efectivas».

Assim se exprimia Buret, em 1907, com o concurso de W. Claude Horton, bacharel em medicina e médico do hospital de crianças de Brighton. Este assegurava não ter ido a S. Tomé mas sim a Angola, sentindo «que o recrutamento dos serviçais de Angola faz parte dum sistema de escravidão».

Esqueciam o verificado em S. Tomé, as roças com suas habitações higiénicas, as enfermarias, a assistência dos curadores. Ante alguns castigos infligidos aos serviçais, indignavam-se e o govêrno britanico chegou a exigir-lhes que não discutissem mais o caso na imprensa enquanto o govêrno português não tomasse claro conhecimento das acusações por eles feitas.

Mas os jornais tinham-se apossado desse motivo. O escândalo enchia as suas páginas, pagas, decerto, nalguns deles, pelos produtores rivais de S. Tomé e não havia forma de se fazer a calada.

Tinha-se chegado ao cúmulo, ao exagêro, ao delírio do ataque. Cadbury fazia um enorme reclamo ao seu chocolate e ao seu humanitarismo.

E não existia a escravidão.

Sucediam-se os governadores na colónia e as campanhas difamatórias não acabavam. Depois de Paula Cid, Vítor Chaves Lemos e Melo (1907), no mesmo ano Pedro Berquó, e seguiu-se de novo aquele.

Quando ocupava o cargo o oficial do exército Chaves Lemos foram, novamente, os produtos de S. Tomé para a exposição colonial de Paris e as questões acêrca da escravatura tomaram corpo em determinada imprensa britanica.

Debalde se faziam citações de pareceres de belgas, alemães e franceses que tinham visitado a colónia, qualificada de «Pérola» pelo explorador Chevalier.

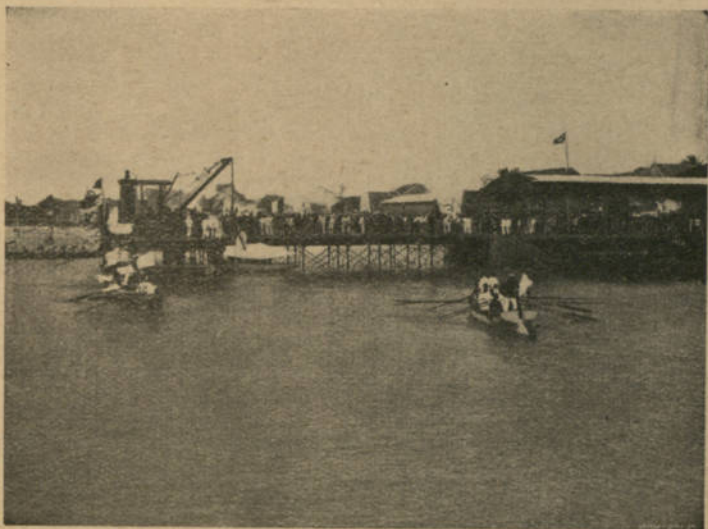
O chefe do laboratório da Escola Superior de Farmácia de Paris, Handas, analisando alguns cacaus da região, a pedido do jornalista Almada Negreiros, verificara que eram exce-

lentes. O café ganhara nomeada, exceptuando o da ilha do Príncipe. O mesmo sucedera a outros objectos de cultura.

Não havia guerras na província; tampouco se acentuavam grandes tumultos e tudo decorreria muito bem se não fôra as campanhas difamadoras.

Viagem do Príncipe Real — Estava-se em plena ditadura franquista quando o govêrno deliberara que o príncipe real, o herdeiro do trono, fôsse fazer uma visita ás colónias, acompanhado pelo ministro da marinha Fonseca, capitão José Vicente Costa e particular Abílio de Morais Carvalho.

O príncipe real foi convidando os passageiros de categoria para a sua mesa. O belo paquete chegou a S. Tomé a 12 de Julho.

Entraram a bordo o governador Pedro Berquó, o conde de Vale Flor e Henrique de Mendonça, grandes proprietários na ilha; Pereira de Miranda, presidente da Camara; engenheiro Guedes Quinhones; capitão dos portos, Aníbal Oliver; doutor Crispiniano, juiz de direito; Chaves e Melo,

ASPECTO DE S. TOMÉ

Aires de Ornelas, grande soldado que no ultramar se batera ao lado de Mousinho.

Partira de Lisboa a 1 de Julho, no «Africa», da Empresa Nacional de Navegação, do comando do capitão Guilherme Vidal, marinheiro distinto.

Acompanhavam D. Luiz Felipe, além do ministro, o conde da Ponte, marquês de Lavradio, oficiais da marinha; o coronel António Costa, Higino Durão, secretário particular de Aires de Ornelas, José Francisco da Silva, chefe de gabinete, o médico Barros da chefe do estado-maior; Vieira de Sá, comandante do «Adamastor»; o guarda-mor da alfandega Eurico Padrel.

Quando o real viajante desembarcou o povo aclamou-o. Ouviu um «Te Deum» na Sé; recebeu as boas vindas na Camara, onde á tarde se realizou uma sessão de homenagem ao marquês de Vale Flor, a qual foi presidida por Policarpo de Barros.

Visitou a cascata Blu Blu; foi inaugurar o caminho de ferro da Trindade, apertando o primeiro parafuso da linha. No palácio do govêrno reali-

zou-se um grande banquete, havendo iluminações e tocando várias bandas nas ruas engalanadas.

As visitas ás roças foram um dos grandes prazeres do príncipe. Estivera na «Rio d'Oiro, do conde de Vale Flor; na «Boa Entrada», de Henrique de Mendonça; na «Água-Izé», da Companhia do Príncipe.

Maravilhara-se com as belezas, com os trabalhos e a prosperidade. Lanchara na «Boa Entrada», fôra jantar á «Rio d'Oiro», onde uma profusão de luzes deslumbradoras o acolhera com o agrado e a gentileza dos convivas e do proprietário da importante fazenda.

Na Água-Izé recebera-o, no dia seguinte, o administrador da Companhia do Príncipe, general Claudino de Sousa e Faro, que o saudou. Almoçara-se; seguira-se a visita e o príncipe recolhera a bordo do «África», que levantava ferro comboiado pelo «Adamastor».

O herdeiro do trono verificara o que havia de próspero e de belo naquelas propriedades. O ministro da marinha, habituado ás colónias, decerto reparara no que se passava com os serviçais, mas a campanha era cada vez mais furiosa, mais intensa. Foi necessário que o govêrno britanico advertisse, de novo, Cadbury e os seus aliados, para não prosseguirem nas acusações enquanto o ministro português estivesse em viagem.

E foi essa luta um dos mais importantes acontecimentos na vida de S. Tomé e Príncipe no período contemporaneo.

CAPITULO XXXVII

O DESENVOLVIMENTO DA CAMPANHA

A acção dos chocolateiros britanicos — Acusações que não se provaram — Os serviçais e os seus regulamentos

Prosseguimento da campanha de Cadbury — Á Camara de Comércio de Liverpool fôra levado um documento acêrca do relatório de Buret e em 30 de Setembro de 1907 declarava aquele organismo existir a escravatura em S. Tomé e Angola. Comunicara-o um dos seus membros, H. W. Nevinson. Mas houve quem dissesse não ser admissível semelhante atitude de filantropos quando toleravam «males, ainda maiores, no Estado do Congo, onde temos direitos garantidos por um tratado e obrigações que podemos impor se assim o quisermos fazer». Chamava-se John Hoet esse homem e era vice-presidente da secção africana da Camara de Comércio de Liverpool.

Deliberara-se, todavia, fazer um inquérito imparcial, não querendo dar inteiro crédito àquele onde Cadbury acusava.

O «Standart» tornara-se num desenfreado órgão contrário a Portugal. Dizia existir «escravatura nas possessões africanas», sendo certo terem-se convidado todos os comerciantes britanicos a «absterem-se de comprar os produtos da África portuguesa».

Retorquia-se-lhe nas «Novidades», de Lisboa: «S. Tomé é a colónia mais florescente do Atlantico e a melhor prova do génio colonizador da nação portuguesa e assim a inveja dá lugar á calúnia que, a cada passo, se dirige contra o sistema de recrutar serviçais».

Jogavam-se muitos interêsses. Os industriais ingleses de cacau delegaram em Cadbury o apresentar seus protestos aos plantadores portugueses.

Ali se declarava que aquele chocolateiro quando fizera as suas primeiras acusações tinha, apenas, escassas provas do que afirmava. Sucedia, porém, que após a análise de Buret já não considerava precárias essas provas.

Elogiava a roça «Boa Entrada», todavia achava elevada a taxa da mortalidade dos serviçais, acentuando que isto sucedia «apesar do bom e generoso proprietário estar fazendo lá, como é de querer, tudo o que é possível para a fazer deminuir».

Dizia ser menor a mortalidade entre os indivíduos recenvindos — o que admitia a ideia do repatriamento, ao comêço negada — e insistia no ponto dos serviçais serem conduzidos á fôrça de Angola. Declarava que nenhum regressava a Angola e elogiando Moçambique, onde se contratavam legalmente mineiros para o Transval — mas passavam tormentos que o inglês puritano ocultava — ia censurando o procedimento havido para o recrutamento de negros em Angola. Aconselhava-se a mudar-se a forma daquela colheita de trabalhadores; negavam que tivessem — eles todos industriais ingleses — outros intúitos além dos filantrópicos. Em todo o caso deixariam de adquirir o cacau, taxado de excelente, se ele não fôsse o produto do «trabalho livre».

A resposta não demorara. Negavam-se aquelas afirmações e declaravam-se tão humanitários como eles, garantindo-se, porém, no direito de deslocarem os indígenas dumas colónias para as outras sem a intervenção de estranhos.

Não eram estes os termos do do-

cumento mas sim parte da sua essência.

A campanha não finalizava. Ia um grande alarme pelo mundo e havia quem defendesse Portugal, dizendo ser objectivo dos chocolateiros fazer baixar o preço do cacau de S. Tomé a fim de ganharem mais. Desvalorizando o «excelente produto», como lhe chamavam, dada a repulsa dos industriais, caindo em desuso comprá-lo, mais tarde os ingleses iriam adquiri-lo por outros processos, fazendo, depois, a alta e a baixa a seu talante.

Recordava-se que a abolição da escravatura fôra, antes duma acção benemérita da Inglaterra, uma maneira de valorizar as suas colónias, onde tinha os braços dos indígenas, arruinando as alheias, que se viam obrigadas a importar os trabalhadores.

Em S. Tomé não havia escravatura; os plantadores eram tão filantropos como os britanicos — estes continuavam a afirmar — mas a sua acção não cessava e era necessário pôr-lhe um termo.

Cadbury reclamava, mundialmente, as suas marcas.

Quando Aires de Ornelas, ao cabo da viagem com o príncipe real á África, retomou a sua pasta de ministro da marinha e ultramar, o embaixador britanico, sir Francis Villiers, pediu-lhe uma audiência. Apresentou-se com Buret, Cadbury e os delegados dos agricultores de S. Tomé e Príncipe, em 28 de Novembro de 1907.

O titular da pasta, grande admirador da Inglaterra, tendo vivido muito tempo na África Oriental, sendo duma lealdade enorme, escutara os protestos britanicos. Ele dissera a António Enes quando o enviara em missão junto do Gungunhana: «não sirvo para enganar nem mesmo um preto». No caso presente autorizava os chocolateiros a publicarem o seguinte nos jornais ingleses:

«O govêrno português tenciona fazer, imediatamente, um inquérito completo de toda a questão de Angola, no intúito de se substituir os actuais e irresponsáveis agentes de recrutamento de serviçais por um sistema, oficial, tanto quanto possível, no sentido do que é empregado com êxito em Moçambique.

«O sistema de recrutamento deve ser tal que sirva igualmente para a repatriação, tornando possível a volta do serviçal ao seu lugar de origem no interior de Angola.»

Os plantadores de S. Tomé e os ingleses — Os agricultores de S. Tomé retorquiam ainda aos britanicos declarando-se «possuidos dos mesmos sentimentos humanos» que eles arvoravam. Desejavam o repatriamento dos seus trabalhadores, muitos dos quais desejavam ficar em S. Tomé em virtude do bom tratamento recebido e lucros auferidos, não querendo regressar a Angola, onde mal se empregariam.

Para demais, os agricultores iam depositar, no Banco Nacional Ultramarino, as cem mil libras do fundo de repatriamento, a fim de ser administrado pela Junta Local de Repatriamento, sob a fiscalização do govêrno. Cada repatriado receberia vinte libras ao desembarcar em Angola. «Os que desejarem renovar o contrato terão 10 % de aumento no seu salário e o seu capital, acima referido, em prestações trimestrais de 6 %».

E achavam que nem sempre tinham sido exactas as informações colhidas por Buret.

Assinavam em nome dos plantadores alguns dos principais: Alfredo Mendes da Silva, Henrique José Monteiro de Mendonça, Joaquim de Ornelas e Matos, José Paulo Cancela, Nicolau Mac Nicoel e Francico Mantero, que devia escrever o livro «A mão d'obra em S. Tomé e Príncipe», o qual constituiu um verdadeiro monumento de defesa do procedimento dos portugueses.

Quando se deu a tragédia do Terreiro do Paço, que vitimara el-rei D. Carlos e o gentilíssimo príncipe que S. Tomé aclamara, cessaram as funções ministeriais de Aires de Ornelas, tomando a sua pasta o almirante Augusto de Castilho, grande colonial. Não conhecia apenas uma possessão. S. Tomé era-lhe familiar. Assentira em realizar as reformas que o antecessor prometera. Os ingleses declararam esperar mais um ano os resultados. Cadbury, na sua teima formidável, partiu para S. Tomé, no fim do ano de 1908, quando ia agitadíssima a vida portuguesa.

Governava a província o oficial do exército Chaves e Lemos, numa interinidade, devendo suceder-lhe o seu colega da armada José Augusto Vi-

ra da Fonseca, em 13 de Março de 1909, ocupando-o até 13 de Janeiro de 1910.

As observações de Cadbury — Chegara em 24 de Outubro. O coronel inglês Marin apresentara-o ao governador interino, Chaves e Melo; tivera uma entrevista com o curador dos indígenas Arnaldo Vidal, a quem pedira estatísticas. Como se sabe, Portugal não é um país onde elas abundamente existam ou se cultivem, e o britanico admirava-se.

Em todo o caso apurara terem entrado nas ilhas desde 1901 os seguintes numeros de serviçais de Angola: neste ano, 4.752; no seguinte, 3.499 e sucessivamente nos outros, até 1908, 2.564, 2.967, 4.264, 2.721, 3.452 e 5.886.

ASPECTO DE S. TOMÉ — PLANTAÇÕES NA ROÇA PORTO REAL

Iam chegando serviçais de Moçambique contratados por um ano e a experiência entusiasmara os cultivadores. O chocolateiro afirmava o que jamais sucedera: o transporte dos prisioneiros das guerras coloniais para serviços em S. Tomé, isentando-os da fiscalização do curador. Achava que os negros só tinham por distracções seus batuques, achava baixos os salários e acêrca da alimentação capitulava-a de suficiente, chegando, os serviçais, a deitar fora a comida.

De manhã, ás 6 horas, três decilitros de café com aguardente; refeição de arroz e peixe; almôço, arroz e feijão; jantar, carne e arroz. Azeite de palma e sal. Podiam livremente colhêr frutos, ananazes, peras gigantes, bananas e mangas. Recebiam vestuário duas vezes por ano. As mulheres andavam muito limpas e os proprietários ofereciam ás crianças, por vezes, algumas bijuterias.

Como se vê, Cadbury acentuava só coisas favoráveis aos roceiros ao tratar da sua visita ás diversas fazendas.

Asseverava-se, porém, fazer-se a escravatura em Angola. Ele foi ao encontro dessa observação.

Era em 1908 (*). Governava esta

(*) Foca-se neste lugar, e não nas páginas referentes a Angola, este episódio que muito interessa á história de S. Tomé.

província Henrique Paiva Couceiro, ilustre soldado das guerras africanas. Declarou, desde logo, ao investigador:

— Recebia-o como particular, por falta de credenciais do seu govêrno. Como particular lhe consentia a visita ás repartições, onde se faziam os contratos. Estando proibida a escravatura, desde que lhe apresentasse qualquer caso concreto dêsse género ele o puniria conforme a lei. Como Angola é grande, poderiam dar-se infracções mas sucedia outro tanto nas colónias britanicas. Repetia como se faziam os contratos e recebeu-o tão gravemente que Cadbury, habituado, talvez, a certos requintes amáveis, se queixou de tanta frieza.

Em Benguela, recebido por Paula Cid, sem cerimónia, sentira-se muito melhor. Este oficial andava investigando acêrca do que se espalhara sôbre a escravatura. Antigo governador de Cabo Verde, S. Tomé e Benguela, devia estar á altura da missão mas o inglês queria, além dele, «homens que pudessem dedicar ao assunto espíritos inteiramente livres da tradição dos prejuizos locais».

Era exigentíssimo. Partiu para Novo Redondo pouco satisfeito, visto não ter encontrado os desejados escandalos. Buret, que o acompanhara desde o comêço, não topava, também, o que dissera encontrar anteriormente. Vendo o transporte dalguns serviçais nos barcos da Emprêsa Nacional de Navegação, escreveu:

«Os oficiais de bordo são humanos porque são marinheiros e portugueses».

Sòmente, não vendo tristeza nos trabalhadores de Novo Redondo a caminho de S. Tomé, o inglês, observou êste pormenor, só dele: «falta de olhar franco e ser o pranto do homem livre».

Concluia, porém: abusos na região desocupada de Angola; má forma de contrato; excessiva mortalidade de trabalhadores, motivada pelo mau recrutamento, larga duração do contrato (cinco anos); horas excessivas de trabalho (nove por dia) e acomodações tão insuficientes como as leis de repatriação.

Disto á escravatura havia um abismo. De resto, nem todas as afirmações eram verdadeiras.

Enviava-se uma circular aos plantadores declarando não se terem tomado as medidas prometidas para se regularizar melhor esta acção.

No fundo, o que os industriais britanicos ambicionavam era comprar as roças, senão as ilhas, e explorarem-nas em comandita.

Quando o agricultor Francisco Mantero recebeu a circular que lhe era destinada mostrou-lhe a sem-razão, acrescentando:

«Não agrada a uma parte do público inglês a maneira por que se governa o nosso país e acha muito longo o tempo que o govêrno leva a habilitar-se com os necessários estudos para conhecer se precisa fazer reformas e quais estas devem ser e, por isso, são forçados os industriais de chocolate a suspenderem o consumo do cacau português até que se modifiquem os nossos processos de administração em harmonia com o paladar daquela facção do público inglês.

Se a mentalidade e os processos portugueses fôssem idênticos, como neste país há um certo público que não simpatiza com determinados procedimentos usados em Inglaterra, esse público forçaria os importadores portugueses, de manufacturas inglesas, a suspender as suas importações e carregadores e passageiros a não se servirem de navios ingleses, os emigrantes de Moçambique a não irem para o Transval, etc., etc., enquanto a Inglaterra não se resolvesse a governar a sua casa pelas indicações dessa fracção do público português».

E acabava dizendo: «no tocante á cacau, os produtores portugueses não pretendem impor o seu produto a ninguém».

Era em 1909. Tomara conta do govêrno o capitão-tenente da armada Jaime Daniel Leote do Rêgo, que o deixaria a um conselho governativo (13 de Junho de 1910).

Suspensas as encomendas dos britanicos, nem por isso S. Tomé deixou de prosperar.

Novo regulamento de serviçais — Além das acomodações e comida, médico, enfermagem e vestuário, pelo regulamento de 17 de Julho de 1909 os serviçais passavam a ganhar 2.500 réis por mês e as mulheres 1.800, havendo, porém, os que chegavam a vencer 4.000 a 9.000 réis.

Como sempre, lhes era conferido o direito de sairem das plantações sem licença, a fim de apresentarem suas

queixas ás autoridades. Havia catorze circunscrições sanitárias com médicos contratados pelos proprietários. Visitavam diariamente as roças. As mulheres eram «dispensadas do trabalho nos trinta dias prováveis do período de gestação, sem prejuízo dos seus salários, e nos primeiros seis meses da amamentação dos filhos só eram empregadas em trabalhos moderados». Estabeleciam-se créches para os pequenitos. Quando os agricultores não cumprissem ser-lhes-iam aplicadas multas desde 50.000 réis a 1:200.000 réis.

Pagava-se com a repatriação o resto das soldadas. As juntas locais do trabalho tratavam de pôr em equação tudo isto.

O que se tornava difícil era modificar os hábitos dos negros alcoolizados, cheios de taras venéreas, afeitos ás selvajarias e condenados para a mortalidade, que o inglês atribuira a outras causas.

Defensores de S. Tomé — Atrás dos ingleses, cujo objectivo consistia em desvalorizar o produto, havia os que, acorrendo a verificar a verdade de tais campanhas, acabavam fazendo a defesa dos produtores.

Pertenciam a este número Harry Johnston, cônsul inglês, tenente-coronel J. A. Wyelie, L. Ma Hale, além do cônsul americano Parkinson, o príncipe alemão Alfredo de Lowënstein Werthein Frendeberg, os franceses drs, Augusto Chevalier, Charles Gravur e Mauricio Montent, Spengles e Strunk, germanicos. Mas o próprio Cadbury numa carta dirigida a D. Claudina Chamiço, que o hospedara no Monte Café, declarara: «terei muito que dizer do bom tratamento que os serviçais recebem nesta e muitas outras roças».

O agricultor Francisco Mantero, encarregado de fazer uma exposição acêrca das circunstâncias de S. Tomé, produzia um belo livro elucidativo «A mão d'obra em S. Tomé e Príncipe», que, claramente, demonstrava a sem-razão do ataque formidável.

Provava-se absolutamente a não existência de escravatura.

Outros governadores—Entretanto tomara posse do govêrno o oficial da armada Fernando Augusto de Carvalho (1910), que pouco se demorou. Não chegou a ocupar o cargo o oficial do exército Nicolau Reis, sucedendo-lhe o dr. Carlos de Mendonça Pimentel (12 de Novembro de 1910).

Proclamara-se a república; o engenheiro António Pinto de Miranda Guedes assumira o posto (28 de Novembro) e logo, interinamente, o dr. Augusto Correia dos Santos (22 de Abril de 1911), até que em Maio, a 14, recebeu o encargo Jaime Leote do Rêgo, oficial da armada, que já o exercera no tempo da monarquia.

Rebentara, porém, contra ele uma terrível campanha, acusando-o de monárquico e, mais ainda, de ter chorado ao mandar descer a bandeira azul e branca do tôpo do mastro dum navio do seu comando. Não chegou a ocupar um mês o seu alto posto, pois o deixou em 5 de Junho de 1911. Ficou interinamente o juiz doutor Avelino Augusto de Oliveira Leite, sucedendo-lhe Mariano Martins, comissário naval e um dos oficiais revolucionários de 5 de Outubro. Desde 24 de Dezembro de 1911 a 18 de Abril de 1913 dirigiu a colónia, onde não havia alterações de maior. Um conselho governativo assumiu o mando até á chegada do novo governador, Pedro do Amaral Boto Machado. Este fôra um dos sargentos implicados no movimento republicano de 31 de Janeiro do Pôrto; era irmão do solicitador Fernão Boto Machado, que lidava desde muito novo na política antidinástica.

Condenado a degrêdó, conseguira ficar em S. Tomé, onde se empregara, casando, depois, com a proprietária duma das roças.

Reintegrado no exército, no posto de capitão, após a república, quisera ser governador da colónia onde chegara como um desfavorecido da sorte, embora por motivos nobres.

Sòmente a maioria dos agricultores não simpatizara muito com a sua ascensão ao mando, exercido durante dezassete dias, pois fôra nomeado em 14 de Maio de 1913 e em 31 chegava outro governador.

Era ele um oficial de marinha, José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro, que, aderindo á república, não podia deixar de ser um autêntico conservador. Também a sua família, a do conde de Sousa e Faro, tinha largos interêsses na província que governou até 6 de Junho de 1915. Seguiu-se-lhe o oficial do exército Rafael dos

Santos Oliveira, interinamente, e do mesmo modo Joaquim José Duarte Guimarães e dr. Bernardo Lopes da Silva.

Tinha-se dado em Lisboa um grande acontecimento: a revolução de 14 de Maio de 1915. Comandava-a um antigo governador de S. Tomé, o mesmo que tendo tomado posse em 14 de Maio de 1911 tivera que abandonar o cargo em 5 de Junho do mesmo ano. Aquela data que lhe fôra fatal no govêrno da colónia era-lhe favorável na luta da metrópole. Leote do Rêgo, tendo chefiado a revolução a bordo dos navios de guerra, tornara-se o árbitro dos destinos políticos, pois comandava a maior fôrça organizada: a marinha. Já ninguém o acusava de monárquico porque a revolução entregara o poder aos democráticos, afastados do poder pela ditadura de Pimenta de Castro.

Projectara-se na possessão ultramarina o sucedido em Lisboa e era nomeado de novo, desta vez por mais tempo, o capitão Pedro do Amaral Boto Machado (24 de Abril de 1916 a 14 de Junho de 1917), em que exerceu interinamente o posto o dr. Bernardo Lopes da Silva, até daí a três meses, passando a interinidade ao oficial do exército Rafael dos Santos Oliveira.

Com a revolução sidonista de 5 de Dezembro de 1917 assumiu aquele cargo, embora tardiamente, 27 de Junho de 1918, o capitão João Gregório Duarte Ferreira.

Era absolutamente impossível a tão efémeros governadores realizar qualquer das largas medidas que se tornavam indispensáveis para o desenvolvimento de tão abocanhada e tão opulenta colónia.

RESIDENCIA DO GOVERNADOR DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Obra religiosa — Em S. Tomé não existem os missionários estrangeiros, que se têm instalado em quási todas as outras possessões portuguesas.

Constitui uma diocese. Muito lidaram noutros tempos, por ali, os missionários, fazendo larga colheita de almas por seus admiráveis esforços. Entre outros, operaram nessa província os padres Arraiano, Silva, Vaz, Simões e Firmino; Macedo, Carlos, Pratas, Folga e Pereira. Tanto trabalharam para educar como para redimir. Os padres Fernandes e Joaquim ali estiveram trinta anos; o reverendo Boavida, vinte e quatro, e Manuel Varejão, vinte e três. Outros sacerdotes procederam com o mesmo zêlo na edificação de templos e conquistas de al-

mas, fazendo a propaganda diversa nas aulas e nas igrejas. Além da Sé e da Conceição, existem as das freguesias da Trindade, Madalena, Santana, Santo Amaro, Neves, Guadalupe e S. João dos Angolares.

Desde 1534 que é bispado. Já existem escolas de artes e ofícios com religiosos e no Príncipe erguem-se as igrejas da Conceição, Rosário, S. Gregório e o hospício de Santo António.

Tudo ali recorda um passado de devoção e crença, bem como em S. Tomé, onde, apesar de tudo, os ingleses acusadores afirmam que não se dá assistência religiosa aos serviçais.

O pôrto de S. Tomé — A valorização da colónia depende das condições do seu pôrto, exactamente como a de Cabo Verde.

O engenheiro Ezequiel de Campos traçara um plano fazendo a doca interior num pântano perto da fortaleza de S. Sebastião; outro engenheiro, Barahona e Costa, pretendia o alargamento da alfândega, fazendo-se a conquista de terrenos entre as duas pontes; havia ainda outro projecto de Lisboa de Lima, no qual tratava dum cais acostável.

O governador Sousa e Faro mandara fazer estudos completos do pôrto. Boto Machado também. O capitão dos portos, Álvaro Martins, elaborou os estudos em definitivo e duas comissões, a geodésica e a hidrográfica, dirigidas, respectivamente, pelos oficiais da armada Gago Coutinho e Hugo de Lacerda, começaram a trabalhar desde 1916 a 1917, fazendo também o levantamento da baía de Santo António, na ilha do Príncipe, bem como o estudo da sua farolagem.

Fizeram parte da comissão hidrográfica, com o seu director, o major Vítor Hugo de Lacerda, o primeiro-tenente da armada Camilo Semedo e dois contra-mestres.

O movimento da navegação autorizava aqueles trabalhos, a fim de se fazer um pôrto comercial de largo alcance para o futuro da colónia, onde, ultimamente (1932), se tem feito sentir a crise.

CAPITULO XXXVIII

ORIGEM DO «ULTIMATUM» INGLÊS

Tentativas de renovamento — Ambaca e Ambrizette — A passagem para a costa oriental de Africa

Durante seis anos (1886-1892) foi governador de Angola, pela primeira vez, Guilherme Augusto de Brito Capelo, que teve de sofrer os resultados das convenções do tratado de Berlim, restringidoras dos limites da província.

Pelo convénio com a Alemanha (13 de Julho de 1887) delimitavam-se igualmente as raias de Angola com as novas possessões daquele país, que só desta hora em diante se tornava colonial.

Ao norte, a província, pela convenção com o denominado Estado Livre do Congo, talhado em parte dos territórios da conquista portuguesa, ficava limitada pela linha da margem esquerda do Congo-Zaire, até Noqui; deste ponto pelo paralelo até ao rio Cuango; pelo curso destas águas, a montante, até á foz do Untugila e vai terminar no Cassai. Perdiam-se os territórios do Lubouco entre o Cassai e Lulua.

A leste limita-se Angola pelo rio daquele nome até á foz dum outro que vem desde o paralelo 7º, 17' sul, até á foz do que parte do lago Dilolo por 1.445 metros de altitude e tem a foz na margem direita do rio; segue a linha divisória das cabeceiras do Zambeze até aos rápidos de Catima.

Mas em vez dos limites naturais arranjou-se para raia a delimitação política do reino de Barotze, ficando perdidos os pontos de descanso dos exploradores nacionais destinados á África Central e entre os quais se contam a Lialui e Libonta. Ia discutir-se ainda este traçado pouco natural.

Com a Alemanha assentara-se, ao sul, que as fronteiras seriam a linha do Cunene até aos primeiros rápidos deste rio, e para leste até ao Cubango; seguia-se, depois, até Andara e daí até aos rápidos de Catima, no Zambeze. Passa esta traça na região do grande deserto de Calahari.

Ao oeste, o limite é o Atlantico, em 1.625 quilómetros de costa.

Foram estes os convencionados limites de 1:225.775 quilómetros quadrados.

O Congo absorvia, sem bases reais, a extensão de 2:450.000 quilómetros quadrados, isto é, mais do dôbro do que se deixava ao país conquistador da região desde 1575 á data de 1885.

Ao cabo de trezentos e dez anos de acção naquelas paragens retalhava-se largamente o domínio.

Os alemães e as suas colónias — Começara-se por uma sociedade anti-esclavagista, á sombra da protecção concedida a Leopoldo II para talhar o Estado Livre do Congo, seu futuro domínio. Organizara-se aquele território germanico em 1884-1885. Daí para o futuro competia ao govêrno imperial tomar conta do que se apresentara como particular aos olhos do mundo mas não da diplomacia. Chegara-se ao período das tomadias aos mais fracos; arranjavam-se razões específicas e com os exploradores apareciam os missionários, ante os negros pasmados de ver tanta gente que não falava a língua do «branco». Assim designavam apenas os portugueses, seus conhecidos desde tanto tempo e aos quais ou acolhiam ou guerreavam mas sempre com respei-

tos ou temores. Tratava-se de colonizar, segundo os tratados.

Caminho de ferro de Ambaca — Ia abrir-se á exploração o trôço de linha do caminho de ferro de Ambaca — a de Luanda a Funda. Fôra instituida a Companhia dos Caminhos de Ferro Através de África, a qual, pelo con-

NEVES FERREIRA

trato de 25 de Setembro de 1885, devia construir 364 quilómetros de linha férrea, com as garantias seguintes: 436:800.000 réis para construção, exploração 233:800.000 réis. Inaugurava aquele trôço. De futuro haveria verdadeiras questões, duma enorme retumbância, em volta da Companhia, que devia ao tesouro, em 1894, 1.612 contos, obrigando-se, para os amortizar, a não receber 300.000 réis por quilómetro, ou fôssem 109:200.000 réis por ano, reduzindo-se-lhe assim garantias, de perto de 800 contos, a 561. A Companhia, logo em 1886, e em harmonia com o tratado, emitira as suas obrigações, de que chegaria a receber 6.186:150.000 réis, entregues á curadoria (trustes) estabelecida em Londres. O valor da emissão era de 8.505 contos.

Neste ano de 1886 festejara-se a iniciativa que tanto se censuraria de futuro.

Companhia de navegação — A «Mala Real Portuguesa», cujo título era uma imitação da poderosa companhia britanica congénere, instituira-se com um capital de novecentos contos, recebendo um subsídio do govêrno, dentro em pouco considerado exíguo.

Eram seus administradores os capitalistas António Júlio Machado, um audacioso e ardente peoneiro dos negócios, nem sempre em boa via, Fereira Bastos e Sousa Leal. Tinham adquirido quatro barcos de verdadeiro valor, pretendendo rivalizar com os estrangeiros e destinados á travessia da África e do Brasil. Intitulavam-se «Malange», «Rainha de Portugal», «Moçambique» e «África». A primeira viagem para Luanda foi em 1889, tendo ali chegado o primeiro paquete a 3 de Setembro.

Ocupação de Ambrizete — O Ambrizete, que constituia o ponto mais importante entre Banana e o Ambriz, no Congo, era motivo de litígio, em virtude da Conferência de Berlim. Decidida a sua reocupação, o governador daquele território, capitão de fragata João António Brissac das Neves Ferreira, em 22 de Janeiro de 1888, fôra tomar posse do território. Conhecedor do pôrto, mandara fundear a barca «Cabinda» muito perto de terra, assim como o vapor «Cacongo», que levava a reboque a barca. Fazia parte da expedição o vapor «Massabi».

Primeiro desembarcaram os artífices e serviçais indígenas, acompanhando o residente, depois o primeiro pelotão da companhia de marinha e logo o próprio chefe, indo ocupar-se, imediatamente, uma elevação de terreno ao sul da povoação, á frente da qual se encontrava a feitoria inglesa de Halton & Cookson. Seguira-se mais infantaria, depois artelharia. Fizera-se tudo na melhor ordem, desde a 1 hora da tarde ao anoitecer.

Em 23, plantara-se um mastro que já vinha pronto de Cabinda e pelas 3 horas da tarde foi arvorada a bandeira nacional ao som das salvas e com as devidas continências. Os navios corresponderam ás descargas de saudação.

Estavam presentes alguns indígenas de categoria e o «Boca do Rei». Neves Ferreira dissera-lhes que tomava posse daquela terra, em nome do rei de Portugal, «nas melhores intenções

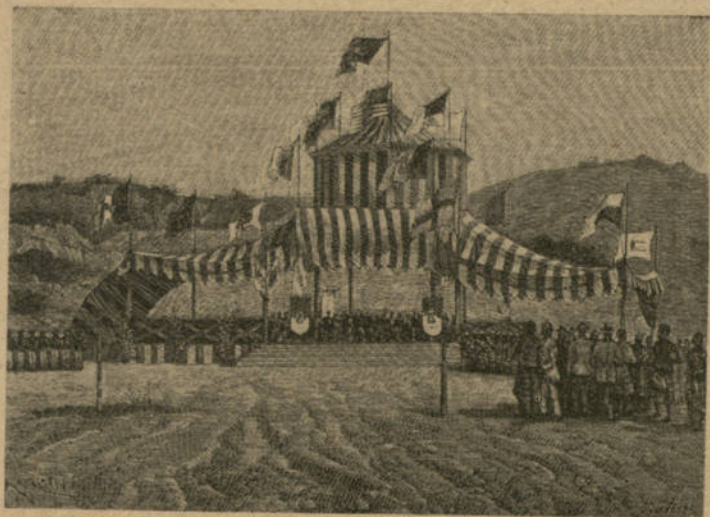
para com eles, pois nenhum mal se lhes faria se eles se portassem bem».

Volveram que não devia içar o pavilhão sem o soberano o permitir e redarguiu que não vinha pedir licença. Ordenou-lhes que voltassem, daí a três dias, a fim de dizerem quais as disposições do seu monarca e a resposta foi de que aceitava os factos consumados.

O relatório do bravo oficial terminava assim:

«Haja o que houver, depois, o que é certo é que o Ambrizete está ocupado e que aqui só flutua a bandeira portuguesa.»

rei despótico, o qual habitava em Liului.

Silva Pôrto, o grande explorador dos sertões, que lá chegara, contava deste modo a história daqueles povos. Um makololo de Baruto, decidindo-se a emigrar, em virtude de queixas de seu irmão, partira da sua terra e chegara ao Zambeze com alguns fiéis, depois de ter batido os matabeles, no ano de 1823. Chamava-se Sabituana o emigrante e apoderando-se de certos territórios ao sul do rio ali se fixara. Morrera o rei do Baroce sem deixar sucessão segura e convidado por alguns dos indígenas a assumir o

INAUGURAÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DE LUANDA

O caminho entre as duas costas — Após a tentativa de tantos portugueses para realizarem a ligação entre as duas costas das suas Áfricas e os últimos dos quais tinham sido Capelo, Ivens e Serpa Pinto, o principal objectivo do govêrno consistia em estabelecer a ocupação com um posto militar no Barotze, ou Baroce, na África Central, da região superior ao Zambeze. Devia estabelecer-se um posto militar em Libonta. Aquele território era um dos reinos mais importantes da sua zona, sendo governado por um

poder aceitara-o, tendo-se, porém, batido com alguns contrários a tal herança.

Soubera ser tão grande na paz como na guerra; fizera prosperar o reino, no qual sucedeu seu filho, que mal pôde garantir-se, ficando, após a sua morte, uma criança, que não podia reinar, visto ser muito menino. Houve guerras; chegou ao poder o chefe Vanauena, que os «grandes» depuseram, sucedendo-lhe Linanica. Ali iam os bièanos de Silva Pôrto, de dois ou de três em três anos, negociar, assim

como os de Ferreira Gonçalves. Ficavam por lá dois e mais meses; os mercados de Benguela e Catumbela também tinham grandes relações com aqueles povos, trocando suas fazendas por marfim.

Como ficavam no caminho de ligação das duas costas e o nome português se tornara conhecido entre eles, pensara-se em fazer a ocupação de um pequeno território instalando um posto militar, o que, marcando a ocupação armada, desviaria as grandes ambições da Inglaterra sôbre a região.

O rei do Baroce era tão poderoso que considerava seus vassalos os sobas do Lobale, que não o queriam reconhecer como suserano, dizendo-se independentes.

As ordens que se transmitiram ao chefe da expedição, capitão Artur Paiva, tinham sido neste sentido.

Não se tratava dum militar banal; ele tinha uma larga e honrosa fôlha de serviços. Desde 1874 que governara em Angola; confiava-se nele para se conseguir estender a influência portuguesa pelas regiões do Sena, Tete, Cuando e Custo, levantando postos á semelhança do forte «Princesa D. Amélia», no Catoco.

Os régulos desta região tinham sido súbditos dos reis de Benguela. Entrara-se, pois, na tomadia ocupando-se o território. Antes de 1834 havia ali duas companhias de milícias e duas de ordenanças, cujo comandante era o delegado do governador de Benguela.

Acabara, porém, aquela autoridade na região biêana, até que em 1855 fôra para ali nomeado capitão-mor o grande sertanejo Silva Pôrto, categoria que se lhe deu em virtude dos grandes serviços prestados ao comércio. Denominara Belmonte a fazenda, sede da sua capitania, e ali se hospedara Serpa Pinto quando da sua viagem através de África. Devia-se ao audaz capitão-mor aquela povoação, onde até existia uma escola primária, dirigida pela professora D. Maria Leonor Ferreira Alegre.

Como os indígenas têm o hábito de fazer «queimadas», como sucede no continente, naquele ano de 1889, ao largarem fogo ao capim, atingiram a residência, o que produziu um enorme abalo no sertanejo, cujas economias de cinqüenta anos de árduos trabalhos ali sepultara.

Não houvera mais espinhosa e laboriosa vida que a desse homem das selvas.

Prioridade dos portugueses no Niassa (*) — Denominado pelos ingleses Nyassaland, o território da África Oriental, que para Portugal era o Niassa, argumentou-se terem sido britanicos os primeiros peoneiros da região, a fim de se garantir a sua posse á Grã-Bretanha.

Não era assim. Em 1624, o português Luiz Mariano escrevia de Tete, nas margens do Zambeze:

«O lago «Hermousura» está a vinte e sete dias de marcha de Tete e a meia légua de Maravi. Deste lago nasce o rio Cherim, que, ao princípio, é muito manso, mas, depois, por causa dos numerosos rochedos que encontra, e onde se quebra, se torna tão impetuoso que é inavegável. Maravi está entre o lago e o Zambeze. Este lugar é muito povoado e nós temos grande tráfico com os habitantes... não tem conhecimento da extremidade do lago de tão longe que vai. Tem quatro ou cinco léguas de largo e em alguns pontos não se vê a terra que fica na margem oposta.»

O lago é o Niassa; o rio é o Chire (Cherim).

Outro português, Manuel Godinho, igualmente narrava, em 1665:

«Lagoa Zachaf... tem de largo quinze léguas, sem até agora se lhe saber o comprimento. Segundo um mapa que vi de Monomotapa e outros daquela Cafraria, fica esta lagoa não mui longe do Zimbaué, quere dizer côrte, de Mesura ou Marabia. Sai dela... o rio Chire... que se vai juntar com o rio Cuama (é o Zambeze) por baixo de Sena. Quem quiser seguir este caminho deve dirigir-se ao lago Zachaf e tendo-o achado descer por estes rios aos nossos fortes de Tete e Sena e daí á barra de Quelimane... Que haja a tal lagoa Zachaf dizem-no não só os cafres, senão por-

---

(*) ***Embora pertença á parte oriental de África a região do Niassa sôbre a qual se quiseram basear os litigios, que só tinham por motivo a ambição alheia, colocamos nestas páginas o que lhe diz respeito, a fim de se poder explicar o «Ultimatum» britanico e como se deu a expedição ao Baroce.***

tugueses que já lá chegaram, navegando pelos rios acima.»

O autor desta narrativa vinha da Índia para Portugal, por terra.

Mas Francisco de Sousa, no ano de 1710, numa obra escrita no ano de 1695, declara:

«Todas as mais terras que correm até aos confins do Maravi, que defronta com a povoação de Tete, são de reis e senhores que renderam vassalagem aos portugueses. A cidade de Maravi, donde tomou o nome o reino principal, distará de Tete pouco mais de sessenta léguas lançadas pelo sertão ao N. N. E. e poderá estar a 12° pouco mais ou menos. Meia légua desta cidade aparece uma lagoa que vai cortando parte ao N. e finda não se sabe até onde. A sua largura será de quatro ou cinco léguas e mais não se divisa a terra da banda oriental em algumas partes. Toda está semeada de algumas ilhas desertas. Tem muito peixe e com a fôrça dos ventos se embravece e levantam grandess ondas. O reino de Maravi fica entre esta Lagoa e o Zambeze. Advirtam, pois, os cosmógrafos que se quiserem pintar este lago em seus mapas, que não começa junto á cidade de Maravi, senão mais ao S. uma boa distância.»

O padre Baltasar Teles, na «Crónica da Companhia de Jesus», também dá notícia do lago e Francisco de Sousa (1655) afirma:

«Quiseram os padres da Companhia, antigamente, navegar para esta lagoa até á Etiópia, cujos portos, no Mar Roxo, estavam já naquele tempo senhoreados dos turcos. Demanda este descobrimento braço real e á borda da mesma lagoa se devem fabricar embarcações de vela e remo por ser impossível que em pequenos coches possam os homens aturar uma navegação tão prolongada e tão incerta.»

Ora, no século XVII chegara-se a este conhecimento por parte dos portugueses. Só em 1859 o missionário inglês Livingstone escrevera:

«Ao descer o baixo Shire passámos por um profundo rio de cêrca de 30 jardas de largura nascendo num reservatório de águas. A lagoa chama-se Nyanja Pangon (lago pequeno) enquanto que o pântano dos elefantes tem o nome de Nyanja Mukulu (lago grande). Ninguém acreditaria que para além destes pequeno e grande Nyanja nunca se estenderam os conhecimentos geográficos dos portugueses... as cataratas do Shire são ignoradas; uma vaga notícia citada por autores antigos acêrca dos pântanos abaixo das cataratas Murchison (já as denominava assim) foi considerada como a anunciação evidente dum facto.»

Ele próprio confessava não ser possível deixar-se de acreditar que os portugueses ignorassem aquela região. Os que sôbre ela depunham diziam dos «numerosos rochedos que encontra (o rio) e onde se quebra, se torna tão impetuoso, que é inavegável», faziam afirmações de outras espécies, cheias de evidência; revelavam o lago mas não passava de «uma vaga notícia».

O célebre missionário explorador britanico por onde passou viu sempre ou portugueses ou tradições de sua passagem e daí, conforme asseverou o ilustre filólogo e sertanejo sir Richard Burtau, seu compatriota, «a mais insignificante menção dalguma exploração portuguesa produzir-lhe o efeito dum pano vermelho».

Não tinham sido, porém, só aqueles os portugueses (ele denominara de mulato o próprio Silva Pôrto, para o dizer indígena e não sertanejo) do século XVII os trilhantes da selva do Niassa. Inácio de Meneses fizera a travessia. Em 1824, um homem cujo pai acompanhara o doutor Lacerda ao Cazembe (1798) foi de Quelimane para o Chire e daí para Niassa, anexando a região a êste em nome do govêrno português. Chamava-se Caetano Xavier Velasques; o seu companheiro na jornada era do Prazo Marral e seu nome João de Jesus Maria.

Voltou-se lá a navegar no ano de 1846. O próprio dr. Kerk, que acompanhara Livingstone, o ouvira narrar a viagem ao tratá-lo duma doença. Quando penetraram na Zambézia é que o encontraram enfêrmo. O filho dele, Romão de Jesus Maria, também explorara aqueles caminhos e dois comerciantes de Quelimane, Abreu Silva e seu irmão Vitorino, atravessaram, em 1853, as serras de M'Nguro, entre o Chire e Quelimane e Maganja, a sudoeste do Niassa, até ao vale Aorangoa, chegando perto do lago Bemba. Iam em busca de marfim.

Os indígenas atacaram-nos; eles bateram-se bravamente e subjugaram alguns.

Os comerciantes de Tete sabiam tanto da existência do lago que traficavam com os povos vizinhos. Um deles, Candido da Costa Cardoso, tantas vezes lá estivera que, ao topar o missionário inglês, ambicionando fazer a travessia, lhe descrevera o que bem conhecia. Era em 1856.

O britanico escrevera, em Tete:

meridional do lago originam-se dois rios, o Shire, que desemboca no Zambeze, um pouco acima de Sena.»

Candido da Costa Cardoso precedera-o.

Sucede, porém, que o explorador inglês ainda asseverou mais (26 de Agosto de 1856), datando a sua carta de Maurícia:

«Devo dizer que o doutor Beke mostrou-me hoje uma planta do lago Nyanza, feita pelo reverendo Rebman,

«MAPA CÔR DE ROSA»

«O senhor Candido tinha visitado um lago situado a 45 dias N. N. O. de Tete, o qual é, provavelmente, o lago Maravi dos geógrafos, pois para ali chegar é necessário atravessar os povos que têm este nome. Os habitantes das suas margens meridionais são conhecidos pelo nome de Shira, os do norte pelo de Mujos e chamam a lago Nyanja ou Nyanje. Afirma que atravessou o Nyanje num lugar onde este era estreito, levando trinta e seis horas na travessia, talvez 60 ou 70 milhas de largura; da extremidade

que me parece concordar muito com o lago deste nome explorado por um habitante de Tete (Snr. Candido) e o qual eu apontei, com sua autorização, num imperfeito mapa. E como, por este modo, temos agora informações a respeito dele, não pode haver dúvida acêrca da sua existência. Parece-me que o braço principal do Zambeze deriva-se dele.»

Deste modo se comprova a ignorância do missionário britanico, em relação ao Niassa, de que mais tarde se quis dizer o descobridor, servindo esta

sua viagem de base para ser contestado a Portugal a prioridade da descoberta.

Não tinham ficado só neste pé as explorações comerciais dos portugueses. Ao ocidente do lago fizera-se largo tráfico desde recuadas datas.

Já no tempo de Francisco Barreto se conhecia a região; perto andavam os dominicanos; instalavam-se os denominados «bares» para a exploração do ouro. A um grau a oeste do Niassa, em Marambo, estabelecia-se uma colónia portuguesa em 1825. Chamava-se «Terra Portuguesa» nos mapas. O régulo Chissaca era vassalo da corôa. Até os mapas ingleses o marcam com o seu verdadeiro nome. Os habitantes denominavam-se Muzimbos, e um português aventureiro, Pedro Caetano Pereira, assenhoreara-se dos ânimos daqueles povos e tornara-se rei deles e de Makanga. Fizera-se representante do govêrno português, bem como os seus descendentes até 1887 e ali se estabelecera um posto a pedido de vários régulos.

Além disto, todo o território para o oeste do lago fôra trilhado pelas expedições de Manuel Caetano Pereira (1796), Lacerda de Almeida (1798), coronel Honorato da Costa, desde 1806 a 1811; Monteiro e Gamito (1831 e 1832), Silva Pôrto, que, partindo de Angola (1854), atravessou o Chire em Tete, passou o lago Shirwa e terminara a sua viagem ao norte do Rovuma.

Não podem existir provas mais evidetes da prioridade daquela descoberta, tráfico demorado e ocupação de vários pontos do Niassa, o que, era negado pelo Inglaterra, ansiosa de realizar o seu desígnio de posse e querendo, por todos os meios, impor a sua vontade de grande potência, em nome de altos interêsses.

O «mapa côr de rosa» — Quando se apresentara á Camara dos Deputados (1887) o tratado colonial com a Alemanha, o ministro dos estrangeiros, Barros Gomes, juntara-lhe um mapa que, apresentado sob uma rósea tinta, foi poeticamente denominado «mapa côr de rosa».

Considerava-o como o título do autêntico Império Colonial Português. Toda a costa africana pertencia a Portugal. Ao norte limitava-se na costa ocidental, seguindo o curso do Zaire desde a foz ao Uango-Uango, o meridiano que passa por ali até ao encontro com o paralelo de Noqui, este até á intercepção com o Quango e deste ponto na direcção sul este rio e das suas origens uma linha sinuosa até á margem ocidental do Niassa em Moembe e Tinde; do lado oposto era o paralelo da confluência do M'singe com o Rovuma e deste até ao Oceano Índico. Continha esse mapa no limite norte todo o continente negro. Ao sul, principiava na foz do Cunene, seguia o curso deste rio até ás cataratas, defronte do Humbe, e daqui para o Cubango, logo seguia para os rápidos de Catima, no Zambeze, e marcando nova linha sinuosa se chegava ao Limpopo, em busca dos limites de Lourenço Marques. Igualmente amplexava costa a costa.

Dentro deste âmbito ficava um bocado do estado de Muiri, outro do Muzutu, e ainda do Niassa.

Incluíam-se o sertão nesta carta, o país do Matabeles, todos os territórios onde os portugueses tinham passado ou exercido influência por qualquer modo. Assinara este tratado de limites com a Alemanha e a França e declarava no seu relatório, lido ao parlamento entre patrióticos aplausos:

«Liga o govêrno considerável importância ao convénio ou declaração assinada em Lisboa em 30 de Setembro último (1886). Não só contribui para assegurar de modo solene limites naturais para o sul de Angola e norte de Moçambique, não só vem afirmar de novo, por intermédio duma das nações mais poderosas do mundo, o respeito pelos títulos que temos adquirido a fazer valer a nossa acção e a acentuár o nosso domínio em uma das mais extensas e ricas zonas da África tropical, mas ainda põe em toda a luz a boa vontade recíproca e a consideração mútua sobsistentes entre Portugal e a Alemanha.»

A comissão diplomática decidira que as delimitações «punham termo a uma indeterminação do nosso e do alheio, do ocupado e do abandonado ao primeiro ocupante, que, não sendo sempre protegido por direitos irrecusáveis ou fôrça material que assegurassem, quando preciso fôsse, os nossos interêsses na África meridional, constituiam uma situação aventurosa e perigosa, o que, de dia para dia, se ia tornando mais insustentável».

Tudo parecia esclarecido. Não se contara com a Inglaterra, que tivera conhecimento do tratado e do que ia ser o célebre «mapa côr de rosa».

A Inglaterra e o «mapa côr de rosa» — Aparecera um imediato protesto da Inglaterra. O ministro britanico, sir Maricio Bunsen, entregara, em 13 de Agosto de 1887, uma nota do seu país ao ministro dos estrangeiros, Barros Gomes.

Acentuava o seu «protesto formal contra quaisquer pretensões que não se baseiem na ocupação e para declarar que o govêrno de S. M. não pode reconhecer a soberania portuguesa em territórios que não sejam ocupados por Portugal de maneira bastante eficaz para lhe permitir manter a ordem, proteger os estrangeiros e coibir os indígenas».

Insistia em que o protesto «se aplica especialmente aos distritos do lago Niassa ocupados por comerciantes e missionários britanicos e ao país de Matabeles e de fazer notar que em virtude da sentença de arbitragem acêrca da baía de Delagoa, Portugal é inibido de ampliar a sua soberania a qualquer parte do país dos Amatongas além dos limites de 26°, 30'' latitude».

Assim se mutilava o «mapa côr de rosa».

Deixavam-se de reconhecer direitos históricos; recorria-se a ocupação positiva.

O ministro português redarguiu evocando o passado acêrca dos matebeles, com os quais já em 1629 se celebravam tratados. Propunha um acôrdo com a Inglaterra referente à zona de influência dos dois países no sul africano conforme a sentença do duque de Magenta, o árbitro de 1879.

Mas o britanico voltava com o outro ofício, em 1888, apresentado pelo novo ministro em Lisboa, Petre.

Dirigindo-se a lord Salisbury, o impulsionador da política colonial inglesa naquela data, o diplomata, tratava de lhe noticiar ter sido exposta a opinião da Inglaterra acêrca da navegação no Zambeze permitida para os barcos que nesse período percorriam o rio, reservando-se, todavia, o sistema a aplicar-lhe de futuro.

Os ingleses queriam o livre trânsito para as regiões dos lagos africanos, concedendo-se-lhes o direito de aberta navegação no Zambeze e Chire. Os portugueses desejavam que se considerasse aquele rio como o limite da fronteira da possessão britanica no norte.

O estadista da Grã-Bretanha negava tal satisfação. Considerava compreendidos na zona da influência britanica o país de Khama e dos Matebeles, estando todavia, o govêrno, disposto a entrar em negociações acêrca de raias.

Outro representante inglês em Lisboa, sir Georges Bonham, ouvira da boca de Barros Gomes afirmações da soberania portuguesa em territórios do Zambeze e noutros, declarando-lhe igualmente que a Inglaterra desejava facilidades para os estabelecimentos dos seus súbditos para, no fim, negar a Portugal o direito de ocupação. Acentuara a posse dos territórios ao sul e sudoeste do Niassa e ficando uma zona livre para os missionários e negociantes.

Tinham sido enviadas as expedições para o Zambeze, embora sem ar hostil, e Salisbury lamentava-se de não ter sido informado daquelas determinações. Deste modo, mudava a situação, afirmava ele.

Viera a Lisboa sir Johnston para negociar as delimitações, em princípio, dentro de bases diferentes das que tão vasto tornavam o «mapa côr de rosa».

Retalhavam-no.

Angola era limitada ao sul pelo que se estabelecera no tratado luso-germanico de 1886; ao leste, do mesmo modo se aceitavam as conclusões do convénio; ao norte e nordeste, o que o Estado Livre do Congo definira e já fôra chancelado, reconhecendo-se a Portugal o país da Lunda até á Garanganja.

Enquanto a Moçambique, utilizava-se a mesma linha do tratado com a Alemanha quanto ao norte; ao ocidente do Niassa, o curso do rio Bua desde a foz (latitude 12°) até ao paralelo das nascentes do Lukusbuwa e depois o Aruangua até ao Zumbo. Ao sul do Zambeze o Noquedi, em face do Boruma, o curso do Panhame com a linha divisória a oeste das suas águas, depois a do Mazoe, cuja bacia se destinava á posse portuguesa, bem como, quási inteiramente, a do Save.

Ter-se-ia em conta, para o assento final, a dependência dos régulos vi-

zinhos para com o Lobengula, considerado vassalo inglês, e o Gungunhana, rei de Gaza.

Portugal consentiria na livre navegação do Zambeze, facilitando o comércio, regulamentando-se a importação de armas e munições; seria módico o direito de trânsito para além-fronteira. Nas regiões junto ao Niassa ou ao sul do Zambeze seria livre o comércio e o exercício de todos os cultos.

O «Times» taxara de «história mística» os direitos de Portugal ao Niassa.

O «Standart» imitara-o e a «London News» fôra mais além. Publicara um mapa deveras significativo. Ele demonstrava como a Inglaterra considerava sua a África com que Barros Gomes enchera o seu «mapa côr de rosa».

Cortava a passagem entre as duas Áfricas portuguesas. Esvaía-se o sonho da ligação colonizadora. Territórios britanicos eram os compreendidos desde o Cabo, Kalahari, Matabeles, entregues á Companhia South Africa, até ao Tete. O Zumbo consideravam-no como fazendo parte do território da Companhia dos Lagos, toda em poder dos ingleses, segundo a carta. Além era a África alemã e logo o Niassa, inglês também.

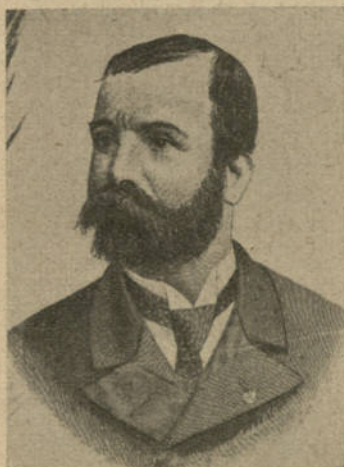
Escrevia-se em Portugal:

«É já tarde para pensarmos numa ligação portuguesa entre as nossas colónias de Angola e Moçambique. Pois não estão entre essas colónias estabelecidos os povos dos reinos Matabeles e Machona? Pois o recente distrito do Zumbo não está dentro dos largos tratos de terreno conhecidos nas cartas geográficas pela designação de Limite da Concessão de Paiva de Andrada, alcançando o Chire? Já são também ingleses esses povos?»

E falando do mapa declarava-se que a Inglaterra considerava completamente seu o interior de África.

Sabia-se «não haver um negro em volta das nossas colónias que não esteja armado pelo inglês contra nós; para o oeste dos nossos distritos de Sofala e Manica está o país dos Matabeles, que é actualmente um «claim» inglês.

Datava de um ano o tratado da Inglaterra com o Lobengula dos Matabeles, pelo qual o régulo lhe reconhecia o direito de nomeação dum emissário para junto do potentado negro, que não poderia, de futuro, praticar qualquer acto político sem a sanção britanica.

O consul português no Cabo, Eduardo de Carvalho, declarava o seguinte: «tendo recebido instruções es-

PAIVA DE ANDRADA

peciais, faço saber que o govêrno de Sua Majestade Fidelíssima não reconhece os pretendidos direitos do Lobengula ao país dos Machonas e territórios adjacentes, sôbre os quais a corôa portuguesa reclama soberania, e, que, por consequencia, todas as concessões de territórios e minas que tenham sido, ou possam vir a ser, feitas naqueles territórios, são completamente nulas, não as reconhecendo o govêrno de Portugal».

O representante português enviara a nota e afixara editais nas ruas do Cabo. A imprensa inglesa troçava, ao mesmo tempo que os britanicos se iam apossando dos territórios do Alto Zambeze.

O correspondente do «Journal des Debats» em Londres apreciava a atitude dos portugueses ao quererem «reconduzir á sua independência alguns territórios da região do Zambeze». «Para responder á acção da

Companhia inglesa, acabam de anexar um território bastante vasto, situado ao sul do Zambeze e que compreende os vales de Panhamé, de Ossenfould e de Sanhatá, no Machonaland, e que vai além do grau 18 de latitude. Todos os chefes desta região fizeram acto de submissão a Portugal nas mãos do tenente Cordon e hastearam a bandeira portuguesa».

Vítor Cordon — Oficial da guarnição de Angola, valoroso e sabedor,

VÍTOR CORDON

fôra-lhe confiada a missão de percorrer a região de Tete e toda a margem esquerda do Zambeze. Chegando a Massangano, afluente do grande rio, e á cachoeira Caulabana, mudara de carregadores e penetrara em Chicoa e Zumbo, através do sertão, sob a tempestade e falto de víveres. Em Panhame, o régulo Chipuzie acolheu-o bem (8 de Julho de 1889). Reconhecera a soberania. Em Maconde sucedeu o mesmo e, depois de grandes feitos, o novo vassalo acompanhou-o até á confluência do Sanhatá com o Mugul, apresentando-o ao rei Choto. Ali, inaugurou a aringa «Luciano Cordeiro», em homenagem ao prestimoso secretário da Sociedade de Geografia, e a «Vila Amélia», em honra da futura rainha de Portugal. Regressou a Quelimane, devendo avançar sôbre Manica em novas expedições.

Era isto o que acentuava o jornal francez, asseverando:

«A acção do govêrno português indignou vivamente os promotores da Companhia sul-africana inglesa, os quais protestam contra a anexação, por parte de Portugal, dalgumas das mais ricas regiões compreendidas na carta real que lhes foi recentemente concedida.»

E como os britanicos afirmassem que aqueles territórios estavam sob a sua influência, o jornalista, verberando o procedimento de Cecil Rhodes, o animador do Cabo, cuja vida era uma aventura, desde «clown» a primeiro ministro no sul de África, concluiu:

«A Companhia sul-africana é uma sociedade industrial e não uma expedição oficial; nada a impede de fazer comércio nas regiões pertencentes a Portugal, sòmente não estará ali em sua casa, eis tudo».

Em Londres rebentaram clamores. Salisbury demonstrava o seu desígnio de proteger aquela companhia, de que era um dos principais acionistas o duque de Fife, genro do príncipe de Gales, e que se intitulava South Africa. A outra era a African Laker Company.

O Zumbo — Sobretudo, irritara a Inglaterra a criação do distrito do Zumbo. Situado na margem esquerda do Zambeze, perto da confluência do Aruangua, pertencia a Tete. No passado denominava-se Meroé. Ali havia as celebradas feiras e as ruinas de casas anunciam a paragem dos portugueses. Erguera-se lá um convento de S. Domingos. Fr. Pedro da Santíssima Trindade estabelecera-se no Zumbo em épocas recuadas; o primeiro provedor chamava-se Pereira e era canarim de Gôa. Instalara uma colónia, fulcro da futura população. Houvera guerra, em 1710, com o régulo Changamira. Tornada capitania, foi cercada de muralhas, que os landins assaltaram, trucidando grande parte da população que não quisera recolher-se a Tete.

Em 1834 abandonara-se a vila, reocupada em 1861 por Albano Manuel Pacheco, capitão-mor. Em 1889, separando-a de Tete, passou a constituir um distrito, limitado pelos cursos do Bissombo e do Aruangua, des-

de a confluência daquele rio até ao ponto mais próximo das cabeceiras do Luangua, pelo curso deste até ao Zambeze e deste até Mussengueji e na linha do rio até á origem, indo encontrar a fronteira de Manica. Estabelecia-se a criação de dois comandos militares, Cafume e M'chera.

Irritadamente, a Inglaterra protestara, dizendo conter-se territórjo do protectorado britanico no âmbito do distrito (21 de Novembro de 1889). Barros Gomes retorquira, firmemente; mais uma vez se evocaram razões históricas, se lembrou a marcha dos portugueses por aquelas terras, ao que se respondia com a ocupação efectiva.

Recapitulavam-se argumentos e encarregava-se Luiz de Soveral, ministro em Londres, de apresentar a resposta a Salisbury, propondo entendimentos, após as provas da prioridade da acção nacional naquelas paragens, bem como no Niassa e nos outros territórios cobiçados.

Entretanto, outros régulos iam, apressadamente, prestando vassalagem aos portugueses.

Como se consideravam em território de sua pertença, não só arvoravam bandeiras mas dispunham-se a repetir todas as avançadas alheias.

Os ingleses exortavam outros régulos á desobediência e cobriam as suas naturais audácias.

CAPITULO XXXIX

NO PERÍODO DO «ULTIMATUM»

A marcha para o Bié — Morte de Silva Pôrto — Tratado de 20 de Agosto de 1890

As companhias exploradoras de Africa — O «Times» noticiara (Outubro de 1889) que: «O duque de Fife (genro do príncipe de Gales), o duque de Abercorn, o conde de Aberdeen, Albert Grey e outros personagens importantes ingleses, formavam uma Companhia para a exploração das minas dos territórios ao norte do Bechuanaland e da república sul-africana. Tendo-se alargado a sua esfera de acção, por carta régia, passou a denominar-se Companhia Britanica da África do Sul, com autorização para adquirir todos os direitos, interêsses e poderes necessários para governar, manter a segurança pública e proteger — em nome dos interêsses da Inglaterra — os territórios compreendidos entre o meridiano 20° (Greenwich) e o ocidente dos distritos portugueses da África Oriental, o Bechuanaland ao sul e o Zambeze ao norte. O seu capital é de um milhão de libras. A Companhia estenderá até ao Zambeze os caminhos de ferro e os telégrafos da colónia do Cabo».

E porque essa companhia procurava estender a linha da sua influência, pretendia-se proibir Portugal de fazer a ocupação do Zumbo, disputava-se o Niassa e a navegação do Zambeze.

A Serpa Pinto coubera a chefia duma expedição de caracter científico e de relacionamento, como eram todas as outras, mas ao chegar ao Chire vira atacada Mupaça pelo gentio do chefe Melaure, protegido dos ingleses. Com a ajuda dos cipais de Messingire, do comando de José Cardoso, o notável explorador dera batalha e repelira os indígenas.

A missão escocesa de Blantire impelira os makololos contra os expedicionários, que voltaram para Quelimane por exiguidade de tropas. Gorava-se o estudo do traçado dum caminho de ferro em volta dos rápidos do Chire. Reorganizada a hoste com seis mil homens, que poderia elevar a cinqüenta mil, marchara, de novo, ao cabo de quinze dias, para Mupaça e novamente os makololos investiram. Eram doze a catorze mil. Derrotaram-nos mil da expedição e Serpa Pinto, vendo desembaraçado o caminho, avançou para Chilomo, na confluência do Ruo e do Chire. Reconquistava o país dos makololos, que arvoravam uns farrapos vermelhos, distribuidos pelos britanicos, á guisa de feitiços.

O régulo Chirazulo, senhor do território ao noroeste de Blantire, apressara-se a aderir.

O tenente da armada João de Azevedo Coutinho, a bordo do vapor «Cherim», partira para Chilomo, sendo recebido por tiro que, alvejando-o, lhe tinha perfurado o chapéu. Tomara o leme e, junto duma peça, visava o alto morro que servia de fortaleza aos makololos. Eram mais de dois mil, com seus penachos, plumas, escudos, reluzentes azagaias e espingardas Martini, distribuidas, desde há muito, pelos britanicos. Alguns, mais audaciosos, a coberto do mato, aproximavam-se para fazer fogo, a que Coutinho respondia descarregando a sua arma. Ao primeiro recuo do inimigo, ele saltou em terra com os seus trinta cipais e machileiros vestidos de vermelho e enguisalhados e aguentou o combate até á chegada de Serpa Pinto com o grosso da coluna, de quatro mil homens. Após a vitória, o chefe no-

JOÃO DE AZEVEDO COUTINHO EM 1890

meou o bravo oficial comandante de Chilomo, dando-lhe o título de vila Coutinho (18 de Novembro de 1889).

Azevedo Coutinho no Chire — Sucedeu, então, alguma cousa de muito desagradável para os inglêses. Melaure, rei dos makololos, enviara á vila Coutinho seu filho Magaruza, acompanhado dos «grandes» Chiduala, Chuonda, Mezati, Mijali, Pierony, Coacrenga e Mulungo, a prestar vassalagem. Declarava que «sempre se julgou, como não podia deixar de se julgar, súbdito de S. M. o Rei de Portugal, por terem sido mandados para aqui pelo govêrno, depois de ficarem abandonados em Tete pelo dr. David Levingstone. Que foram instigados a sublevar-se pelo Mandala (John Moir) e pelo comandante militar de Lady Niassa. Arrependido da falta que cometera, vinha entregar nas mãos do govêrno as terras que este lhe tinha dado». Por parte do régulo Maceia apareceram outros enviados, sucedendo o mesmo com o Catunga. Retomava-se a posse da bacia do Chire. Ali estavam, no auto solene, com Azevedo Coutinho, o capitão-mor de Sena, Anselmo Henriques Ferrão; o capitão de caçadores 2 Augusto Carlos de Sousa e Brito, o capitão-mor de Mopêa, Luiz Dias; Eusebio Henriques Ferrão, Joaquim Miranda da Costa, o sargento honorário Secaneca, o capitão de cipais João Cabral Xavier Costa, Pedro José Rodrigues, António dos Santos Caldas, os «grandes» das terras de Sena, Peripe, Fraqueza, M'Çundisa, Guengue, Patrício, Mesa e Maganja, e seu administrador, José de Paiva Raposo.

Tudo isto ecoara em Londres de forma diferente. Dizia-se que Serpa Pinto enganara o cônsul inglês, mostrando-lhe intenções pacíficas e acabara atacando os makololos, tomando-lhes duas bandeiras inglesas — os farrapos fetiches que os missionários distribuiam aos indígenas como amuletos de invulnerabilidade — o que representava um ataque desprestigioso para a Grã-Bretanha.

A opinião da imprensa inglesa era unânime na violenta condenação dos actos de Serpa Pinto, tornado, assim, célebre universalmente.

Chegara-se a Dezembro, a 18. A legação inglesa, em Lisboa, apresentara a sua reclamação instante e forte a Barros Gomes:

«Senhor ministro. O govêrno de Sua Majestade recebeu notícia, baseada na autoridade do bispo anglicano Smyltues, bem como na dum viajante francês, de que os makololos foram atacados pelo major Serpa Pinto, depois do cônsul Buchanan lhe ter declarado que estavam sob a protecção da Inglaterra; de que o major, com uma fôrça de quatro mil homens, sete metralhadoras e três vapores, se achava no Ruo e que tinha declarado, oficialmente, ser intenção sua tomar posse de toda a região até ao lago Niassa. Avisou, além disso, as estações inglesas de Blantire de que tinham de colocar-se sob a protecção de Portugal ou de sofrer as consequências que poderiam resultar de assim o não fazerem. Foram vistas pelo bispo Smyltues declarações escritas neste sentido. O govêrno de Sua Majestade preveniu o de Sua Majestade Fidelíssima de que não poderia permitir qualquer ataque ás estações inglesas situadas, quer no rio Chire, quer na parte meridional do lago Niassa e estou encarregado de lembrar a v. ex.ª que o ataque dirigido contra os makololos, depois do representante britanico ter anunciado que estavam sob a protecção de Sua Majestade a Rainha, é uma grande infracção dos direitos duma potência amiga. O govêrno de Sua Majestade não pode consentir nestes factos, no procedimento adoptado por Portugal.

«Encarrega-me, portanto, o marquês de Salisbury de pedir ao govêrno português que declare que não permitirá ás fôrças portuguesas qualquer ataque contra as estações britanicas do Niassa ou do Chire nem no país dos makololos e além disso que não lhes consentirá atacar o território de Lobengula, ou qualquer outro território que se tenha declarado estar sob a protecção da Grã-Bretanha. E por último que qualquer funcionário português que tenha procedido por este modo será demitido pelo govêrno português.

«Tenho a honra de solicitar de v. ex.ª uma resposta, com a possível brevidade, ao pedido que a v. ex.ª acabo de fazer em conformidade com as instruções do govêrno de Sua Majestade e aproveito a ocasião para reiterar a v. ex.ª os protestos da minha mais alta consideração. George G. Petre.»

O «Ultimatum» — A esta nota respondeu o ministro dos estrangeiros, Barros Gomes, narrando a verdade dos factos (26 de Dezembro de 1889). Era um documento longo, fugindo á fórmula sintética dos britanicos.

BARROS GOMES

Os engenheiros Álvaro Ferraz e Temudo tinham sido retidos por doença grave em Mopêa, não podendo continuar, na missão de Serpa Pinto, o estudo do caminho de ferro. Os makololos hostilizaram Mupaça, mas como se dissesse ter sido modificada a situação, o major avançara sôbre Messange com os engenheiros, mostrando-se tão amigavelmente com o cônsul Johnston que este se encarregara de levar correspondência para o governador.

Repetiu como se organizara uma expedição intiramente científica, a qual fôra atacada pelos makololos, limitando-se á legítima defesa, não se tendo tentado cousa alguma contra os estabelecimentos ingleses nem territórios de Lobengula. Apenas decidira não permitir assaltos nas regiões que se reputavam sob o domínio nacional.

O govêrno britanico insistia; não encontrava bastantes os argumentos do ministro português e insistindo nos desacatos atribuidos a Serpa Pinto, a sua atitude ante Buchanan, cônsul no Chire, e querendo, o gabinete de Londres, que se lhe assegurasse não haver intuito de se tentar «resolver as questões britanicas por actos de fôrça nem estabelecer domínio português em distritos onde predominem interêsses britanicos».

Chegava á ameaça de: «tomar as medidas que julgar necessárias para tornar efectiva a protecção dos seus interêsses».

E queria-se que, formalmente, se declarasse não ser permitida «ás fôrças de Portugal interferência nos estabelecimentos britanicos do Chire e do Niassa, nem no país dos makololos, nem nos que fazem parte do govêrno de Lobengula, nem em qualquer outro que tenha sido declarado sob o protectorado britanico e, além disso, que não tentará estabelecer ou exercer jurisdição portuguesa em alguma parte daqueles países sem prévio acôrdo entre os dois governos».

Acrescentava George G. Petre, ministro britanico em Lisboa, desejar uma resposta «antes da noite de 8 do corrente».

Era em Janeiro de 1890. Barros Gomes retorquira sentindo a catástrofe com aquele aviso do representante dum grande e poderoso país a um pequeno povo. Mas não houve nem humilhação nem cobardia.

«Tenho a honra de acusar a recepção da nota datada de 5 do corrente, que me foi entregue a 6, na qual v. ex.ª me informa não haver o govêrno de Sua Majestade Britanica encontrado, na minha nota de 20 de Dezembro último, aquelas precisas e explícitas seguranças que julga essencial obter.

«Reconhece v. ex.ª que as informações sôbre os actos do major Serpa Pinto e seus subordinados são necessariamente incompletas. Acrescenta, porém, várias reflexões, que ao govêrno de Sua Majestade Britanica são sugeridas pela organização da expedição militar portuguesa, sua acção no país dos makololos, e pela comunicação de mr. Buchanan ao major Serpa Pinto. De tudo infere o govêrno britanico a necessidade de instar por uma declaração de que se não tentará decidir questões territoriais por actos de fôrça, ou estabelecer o domínio de Portugal onde predominem interêsses britanicos; e, portan-

to, encarrega a v. ex.ª de pedir ao govêrno português uma pronta declaração de que não permitirá ás fôrças portuguesas que intervenham nos estabelecimentos ingleses do Chire e do Niassa, no país do makololos, nas regiões que governa Lobengula, ou em qualquer outro país sob o protectorado britanico, e, ainda, mais, que se não farão tentativas para estabelecer ou exercer jurisdição portuguesa naqueles países sem prévio acôrdo entre os dois governos.

«Conclui v. ex.ª pedindo que lhe faça chegar a minha resposta antes do dia 8 á tarde.

«Releve-me v. ex.ª se eu começo lastimando a circunstância de se me haver marcado um prazo para responder. O alto apreço que sempre tenho mostrado ligar á manutenção das boas relações entre Portugal e a Grã-Bretanha nunca me consentiu demorar as minhas respostas, quando dessa demora pudesse provir o ser por qualquer forma arriscado interêsse tão capital.

«Sente o govêrno português que as explicações já dadas não tenham satisfeito o de Sua Majestade Britanica. Continuando a considerar essencial a circunstância de que o limitadíssimo pessoal que compunha a primeira expedição de todo excluia o intuito agressivo que se lhe quere atribuir; não podendo de modo algum considerar justificada a declaração de um protectorado, nos termos em que foi feita, sôbre um território acêrca do qual a corôa portuguesa constantemente afirmara os seus direitos; e, derivando-se destes dois factos capitais o curso todo dos acontecimentos, aliás ainda incompletamente conhecidos, é possível que da diversa apreciação dos mesmos factos resulte o serem tidas por insuficientes, por parte do govêrno britanico, as explicações e seguranças já dadas pelo govêrno de Sua Majestade Fidelíssima. É porém tão vivo o nosso desejo de chegar àquele prévio acôrdo sôbre todas as questões pendentes, a que v. ex.ª se refere na conclusão da sua nota, que não hesita este govêrno em ir mais longe, no intuito de por seu lado o facilitar. Procede assim em harmonia com os seus constantes precedentes, porquanto repetidas vezes tem instado pela celebração desse acôrdo, não se havendo recusado nunca a discutir-lhe os termos, nem recuado até, para melhor lhe assegurar o êxito, perante os mais valiosos sacrifícios.

«Perseverando, portanto, nessa ordem de ideias, não duvida agora o govêrno português expedir instruções ás suas autoridades em Moçambique,

GEORGE PETRE

para que nenhum acto de fôrça se pratique contra os estabelecimentos britanicos do Chire e do Niassa, como aliás sempre foi ordenado, nem contra o país dos makololos, ou os que se acham sob o govêrno de Lubengula, ou qualquer outro a respeito do qual se alega haver-se declarado o protectorado por parte do govêrno britanico; e também para que nenhuma tentativa se realize para o estabelecimento e exercício da jurisdição portuguesa naqueles territórios, sem que previamente se tenha a seu respeito chegado a um acôrdo entre os dois governos. Confia porém inteiramente, pela sua parte, o govêrno de Sua Majestade Fidelíssima que o de Sua Majestade Britanica, por uma justa reciprocidade para com uma potência desde tão longe amiga e aliada, dará semelhantemente instruções ás suas autoridades ou representantes, para que se abstenham também de

qualquer acto novo que altere a situação da pendência enquanto esta não fôr definitivamente resolvida pelo acôrdo a que se refere a nota de v. ex.ª

«Parece assim a este govêrno ter satisfeito ao que dele deseja Sua Majestade Britanica. Com efeito não só não diligenciará resolver pela fôrça quaisquer questões territoriais, mas aguardará, fiado no seu direito e pressuposta sempre uma justa reciprocidade, o acôrdo desejado entre os dois governos, para estabelecer e exercer definitivamente a sua jurisdição em qualquer porção dos territorios conquistados, tornando assim dependente do resultado da discussão, e entrando, portanto, nos termos do acôrdo a celebrar a resolução ainda mesmo das questões territoriais que possam ter tido comêço ou complemento de solução por efeito dos acontecimentos recentemente ocorridos no Chire.

«Se, porém, esta resposta ainda não satisfizer o govêrno britanico, ou se, contra uma justa expectativa nossa, não seja possível realizar o acôrdo projectado, o govêrno português declara desde já que por sua parte se prontifica gostosamente a submeter todos os litígios pendentes com a Grã-Gretanha ao exame e decisão de uma conferência das potências signatárias do acto geral de Berlim.

«E quando o expediente assim lembrado não logre também a aprovação da Inglaterra, então o govêrno português colocar-se-á ao abrigo do que preceitua o art. 12.º do mesmo acto geral de Berlim, para cujo conteúdo o govêrno de Sua Majestade entende dever também chamar desde já e de modo especial a atenção do de Sua Majestade Britanica.

«Efectivamente se, acêrca dos territórios do Chire e do Niassa, a Inglaterra tivesse reconhecido o direito histórico constantemente afirmado por Portugal, nenhuma questão teria surgido.

«A contestação desse direito, e mais que tudo a declaração de um protectorado britanico naquelas regiões, faz porém com que, pelo menos perante o govêrno inglês, elas recaiam por inteiro sob as disposições do referido artigo, que torna obrigatória a mediação e facultativa a arbitragem.

«É, pois, a meu ver, inegável o direito que assiste a Portugal de pedir a aplicação do artigo 12.º do acto geral, na hipótese, que aliás não espera e não deseja, da impossibilidade de se estabelecer o acôrdo directo.

«Aproveito a ocasião para renovar a v. ex.ª as seguranças da minha alta consideração. — Barros Gomes.»

A resposta foi mais violenta. Os ingleses desejavam ser obedecidos:

«O govêrno de Sua Majestade Britanica soube com prazer que a resposta do Govêrno Português é em princípio uma resposta afirmativa ás indicações que lhe foram dirigidas, mas antes de aceitar essa resposta como satisfatória o Govêrno Britanico precisa de saber que foram enviadas instruções precisas ás autoridades portuguesas em Moçambique com referência aos actos de fôrça e ao exercício de jurisdição que ali subsistem actualmente, e de que o Govêrno de Sua Majestade já se queixou, e bem assim relativamente a novos procedimentos da mesma natureza. Essas instruções devem compreender o retrocesso para o sul do Ruo das fôrças portuguesas que se encontram actualmente no território dos Makololos, a supressão da autoridade que aí é exercida, e também a supressão de todas as estações militares nos territórios de Matabele e de Machona.

«Mr. Petre está encarregado de levar o que precede ao conhecimento do govêrno português.»

Seguira-se a brutalidade do «Ultimatum» (11 de Janeiro de 1890). Dizia:

«O govêrno de Sua Majestade não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo govêrno Português tais como as interpreta. O cônsul em serviço de Sua Majestade em Moçambique telegrafou citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o govêrno de Sua Majestade deseja e em que insiste é no seguinte:

«Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas, para que todas e quaisquer fôrças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos makololos e machonas se retirem. O govêrno de Sua Majestade entende que

sem isto as seguranças dadas pelo govêrno português são ilusórias.

«Mr. Petre ver-se-á obrigado, á vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação se uma resposta satisfatória á precedente intimação não fôr por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade «Enchantress» está em Vigo esperando as suas ordens.

«Legação britanica, 11 de Janeiro de 1890.»

Depois, ante a fôrça, cedia-se como numa queixa:

«O govêrno português julgava e julga haver, com a sua nota de 8 do corrente, satisfeito por inteiro quanto dele reclamava o de Sua Majestade Britanica. Antecipando-se á segurança de uma justa reciprocidade, que deveria constituir o natural preliminar das suas resoluções, apressou-se a enviar para Moçambique as ordens mais terminantes no sentido de fazer respeitar, desde logo, em toda a província o compromisso que tomara, no intuito de facilitar a realização de um acôrdo com a Grã-Bretanha, pelo qual o govêrno português sempre pugnou.

«O govêrno de Sua Majestade mantém igualmente o pleno direito que lhe assiste, quando a sua resposta não lograsse satisfazer a Inglaterra, de colocar-se ao abrigo do que preceitua o artigo 12.º do acto geral da conferência de Berlim, recente e solene compromisso em que a Grã-Bretanha, como todas as potencias sinatárias, se obrigou a aceitar a mediação, e a recorrer facultativamente á arbitragem, como meio de resolver pendências da natureza daquela que inesperadamente se levantou com Portugal.

«Pelo «memorandum» que v. ex.ª me entregou em 10 do corrente formula-se, porém, a título de explicação, o que o govêrno de Sua Majestade reputa uma exigência inteiramente nova, que, pela sua extrema gravidade, não poderia ter deixado de vir expressa e claramente formulada em a nota de v. ex.ª de 5 do corrente, se então estivesse na mente do govêrno de Sua Majestade Britanica realizá-la. Refiro-me á retirada para o sul do Ruo, fronteira que não pode ser reconhecida por Portugal, de quaisquer fôrças portuguesas que se conservassem ainda hoje no país dos makololos, e até á retirada de quaisquer postos militares, estabelecidos pacificamente, com a plena e inteira aquiescência dos naturais, nos territórios que a Inglaterra chama dos Matebeles e Mashona.

«Ainda mesmo que antes de conhecida a resposta do govêrno português a esta nova exigência, era-me por v. ex.ª entregue um outro «memorandum» em 11 do corrente, no qual, sôbre a base de declarações atribuidas ao major Serpa Pinto (que aliás desde muito saira do Chire com toda a expedição do refôrço que organizara) de que Katunga, bem como outros pontos do país do makololos «seriam» fortificados «e viriam a receber» guarnições, o que aliás se tornara impossível de realizar em face das instruções terminantes, expedidas pelo govêrno de Sua Majestade para Moçambique, instruções de que dei conhecimento a v. ex.ª e das quais junto oficialmente cópia a este despacho, v. ex.ª não só insiste em nome do seu govêrno na retirada das fôrças portuguesas dos territórios dos makololos e mashonas, mas declara que a não receber no decurso da tarde do mesmo dia 11 uma resposta satisfatória á intimação que me dirigia, tinha instruções para se retirar de Lisboa com todos os membros da legação, esperando em Vigo as suas ordens o navio «Enchantress».

«Na presença de uma ruptura iminente de relações com a Grã-Bretanha, de todas as consequências que dela poderiam talvez derivar-se, o govêrno de Sua Majestade resolveu ceder ás exigências recentemente formuladas nos dois «memorandas» a que aludo, e ressalvando por todas as formas os direitos da corôa de Portugal nas regiões africanas de que se trata; protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12.º do acto geral de Berlim, de ver resolvido definitivamente o assunto em litígio por uma mediação ou pela arbitragem; o govêrno de Sua Majestade vai expedir para o governador geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha.

«Aproveito a ocasião para renovar a v. ex.ª as seguranças da minha alta consideração.

«Secretaria de Estado dos negócios estrangeiros, em 11 de Janeiro de 1890. — Henrique de Barros Gomes.»

Consequências do «Ultimatum» — Barros Gomes, ao traçar o seu «mapa côr de rosa», parecera ter pensado numa política luso-germanica, mas naquela hora a nação encontrava-se sòzinha e os protestos, as manifestações, os tumultos rebentavam na capital e agitavam o país. O govêrno enviava as ordens que os ingleses exigiam e, apelando para o veto da Conferência de Berlim, ia esperando resolver, depois, o conflito pela arbitragem.

O jornal republicano «O Século» tornara-se um grande órgão e era o paladino revoltado da causa nacional, que via chegar a defendê-la individualidades de todas as categorias. Desde o rei, que mandara entregar a Inglaterra a sua Ordem do Banho, e do duque de Palmela, antigo oficial da marinha britanica, que devolvia a sua medalha da Campanha do Báltico, até aos pequenitos das escolas, todos protestavam. O comércio declarava não receber mais libras; criticava-se ferozmente a Inglaterra — a ladra, a pérfida, a vil, como lhe chamavam — e diziam-na aliada dos Braganças e não do país.

Punham D. Carlos em mau foco quando o «Ultimatum» reboara em virtude da vontade duma poderosíssima nação gananciosa. Todos os dias havia desordens e reuniões. Fizera-se uma subscrição nacional para a compra de cruzadores e distinguira-se nessa fase nacionalista um orador notável, o médico Eduardo de Abreu, que, com os estudantes republicanos — Higino de Sousa, Eusebio Leão, Anselmo Vieira, Inocêncio Camacho, Lopes Figueiredo, Leoni — entrava nas manifestações, criando, alguns deles, o jornal académico republicano «A Pátria», dirigido pelo primeiro daqueles escolares. Na estátua de Camões foi colocado um pano de luto com a seguinte legenda:

«Estes crepes que envolvem a alma da Pátria são entregues ao respeito e guarda do povo, da mocidade académica, do exército e da armada portuguesa. Quem os arrancar ou mandar arrancar é o último dos covardes, vendido a Inglaterra.»

Atacou-se o consulado inglês. O ministro Petre saira de Lisboa. Instalara-se no teatro de D. Maria a comissão da subscrição nacional, á qual presidia o duque de Palmela, tendo por vogais Manuel de Arriaga, Magalhães Lima, Consiglieri, o visconde de Ouguela, grão-mestre da Maçonaria; o patriarca D. José Neto, Pinheiro Chagas, o historiador nacional, e o socialista Nobre França, além doutros. As desordens continuavam, alvejando-se o trono em frases de efeito, culpando-o do desastre sofrido pela pátria.

A «Portuguesa» e os caudilhos — O movimento patriótico tinha o seu hino, escrito por Alfredo Keil na parte musical, sendo o poema do oficial de marinha, e notável escritor, Henrique Lopes de Mendonça. Intitulava-se a «Portuguesa» e saía de todos os lábios como uma oração melancólica. Era o hino da mágua patriótica.

Entre tantos elementos combativos que se lançavam contra a Inglaterra surgiram Eduardo de Abreu, que criara um grande nome; Fialho de Almeida, o panfletário ilustre dos «Gatos»; o dramaturgo Marcelino de Mesquita, o crítico Gualdino Gomes, um moço repórter, João Pinheiro Chagas, que se ligara ao poeta Gomes Leal, e Heliodoro Salgado, um combatente contra o catolicismo.

Outro grande poeta, Guerra Junqueiro, ia, dentro em pouco, consagrar-se com o seu poema «Finis Patriæ», no qual verberava o rei como a um inimigo.

O vate ilustre fizera parte do grupo de escritores intitulado «Os Vencidos da Vida», no qual só tinham guarida reais valores — Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Junqueiro, condes de Sabugosa e de Arnoso, secretário do rei; António Cândido, Oliveira Martins, conde de Ficalho, Carlos Lobo de Ávila, o espirituosíssimo e sabedor Carlos Mayer, que, á falta duma obra escrita, deixou a recordação das suas frases e Luiz de Soveral, diplomata, que, possuindo a amizade do príncipe de Gales, futuro Eduardo VII, conseguira pô-lo na defesa de Portugal, na questão do «Ultimatum». Sentia uma verdadeira dedicação pelo nosso país, mas pouco podia fazer nessa época em que sua mãe reinava e o consideravam um régio boémio de talento.

João Pinheiro Chagas foi fundar no Pôrto um jornal republicano, intitulado a «Republica Portuguesa», no qual começou, ousadamente, a demolição das instituições monárquicas, alvejando, de preferência, o rei, como sobrinho da rainha Vitória, e a In-

glaterra, que considerava, apenas, aliada dos Braganças e não do país.

A «Portuguesa» ouvia-se como uma canção contra a dinastia.

O Tratado — O conselheiro António de Serpa Pimentel fôra chamado para arcar com as grandes responsabilidades do conflito. Os seus colaboradores eram Lopo Vaz, na justiça; João Franco Castelo Branco, na fazenda; estrangeiros, Hintze Ribeiro; guerra, Vasco Guedes; marinha, João Arroio; obras públicas, Frederico Arouca. Aparavam o entrechoque das paixões, os clamores da Academia, esperançada na queda do regime, os ataques dos políticos no parlamento e a situação melindrosa no estrangeiro.

Carlos Lobo de Ávila, uma figura talentosa, fazia oposição em discursos irónicos; Augusto Fuschini, engenheiro, de tendências socialistas, estava com Barjona na «Esquerda Dinástica», que assim se intitulara a dissidência regeneradora, e ia criar a Liga Liberal, onde agremiaria muitos oficiais do exército. No meio do entusiasmo chegava-se a falar em guerra contra a Inglaterra e mandava-se construir um navio com o dinheiro da Subscrição Nacional: «a Pátria».

O estudante António José de Almeida estava preso em Coimbra, por ter desacatado o rei num artigo intitulado «Bragança, o Último». Barjona de Freitas fôra a Londres fazer combinações sôbre o Tratado. Era ignorante da língua inglesa e tivera que levar um intérprete, de nome Carrilho. Soveral arrancava o mais que podia, aos britanicos, em concessões, mas a nação sentia-se desapoiada na Europa.

O movimento patriótico e revolucionário — No Pôrto fundara-se um organismo sob o título de Liga Patriótica do Norte, presidida por Antero de Quental, tendo como elementos de valia Luiz de Magalhães, filho de José Estêvão; José de Sampaio, o jornalista que adoptara o pseudónimo de «Bruno»; o cardial D. Américo; banqueiros como o conde de Moser e Alves Machado, advogados e militares que correspondiam ao pensamento da subscrição nacional.

O jornal «A Pátria» ia publicando artigos formidáveis contra a monarquia e na Universidade de Coimbra um grupo de académicos — Afonso Costa, António José de Almeida, João de Meneses e outros — ligava-se aos seus colegas de Lisboa, onde se preparava tudo para que vencessem nas eleições três nomes republicanos — Latino Coelho, que entrara no partido como uma figura máxima, José Elias e Manuel de Arriaga.

Guerra Junqueiro datava de Viana do Castelo (8 de Abril de 1890) os seus versos do «Caçador Simão», que assim designava o rei. Alguns deles decoravam-se; ficavam como um estribilho.

O partido republicano aumentava-se com grande número de patriotas descrentes da monarquia para liquidar a questão inglesa. O exemplo do Brasil, república, tornara-se um incentivo para um movimento do mesmo caracter, aproveitando a atmosfera criada pelo «Ultimatum».

Como falhou a expedição ao Barotce — Em virtude desse «ultimatum» de 11 de Janeiro de 1890, das suas explosões patrióticas e das dificuldades diplomáticas, mandara-se deter a expedição ao Barotce. Constara, ao mesmo tempo, que a Companhia Inglesa Sul-Africana mandara seguir uma missão de Walfishbay destinada ao Cubango. Por isso fôra dada ordem para que Paiva Couceiro mudasse o itinerário e fôsse para aquelas regiões até Baisco e Andara, a fim de fazer tratados com os mais importantes régulos marginais, além do estudo e reconhecimento do rio.

Ignoravam os acontecimentos da metrópole nos seus pormenores. Couceiro e o seu camarada Justino Teixeira da Silva estavam no Bié e informavam o governador de Angola que o soba do Barotce, Lianhica, estava, completamente, dominado pelos ingleses, os quais «atravessando o rio de Coma ou terras dos Matebeles ali chegavam com trinta dias de viagem, pelo Zambeze acima, nas canoas do mesmo Lianhica, que de Liauli vinham a Secheque». O agente britanico Coulard era o grande conselheiro do soberano negro.

Dirigiram-se, então, ao sertanejo Silva Pôrto, que ali fundara a sua fazenda de Belmonte, ao cabo de cinqüenta anos de labuta nas selvas, e ao seu companheiro Felisberto Guedes de Sousa, buscando informações acêrca da possibilidade de se travarem amizades com outro soba, através de cujo território se pudesse «realizar a principal ideia do govêrno, a

ocupação de um ponto sôbre o rio que servisse de ligação ás duas províncias de Angola e Moçambique». Asseguraram-lhe que, a dez dias para o norte de Lebonte, se encontrava um régulo, o Chicofele, que os receberia com agrado. Tomaram-se cargas para os presentes e esperavam chegar ao Zambeze ao cabo de quarenta dias de marcha. Era ao tempo em que os ingleses, sob a chefia de Arnot, preparavam a sua expedição á Garanganja. Couceiro declarava que naquele momento «não deviam ficar ali parados, mas sim marchar para a frente e, mais acima ou mais abaixo, estabelecer-nos sôbre o Zambeze, arranjar amigos, estabelecermos a nossa influência e abrir, e conservar, por uma vez o caminho para Moçambique, que pode e deve ser nosso».

A voz do patriotismo e do brio militar soava na selva: Só pediam ordens para marchar. Estavam, em Belmonte, no Bié, em 19 de Fevereiro de 1890.

Em virtude das negociações então travadas com a Inglaterra não era possível permitir a marcha para o Zambeze. Iriam para os lados do Cubango, a fim de se ligarem com os maiores potentados da região.

Eles, no intervalo, procuravam carregadores e mais fazendas para os presentes.

O soba do Bié alarmara-se com a presença da fôrça no seu território e escrevera ao capitão-mor Teixeira da Silva, intimando-o a retirar-se.

Tendo muita confiança em Silva Pôrto, preguntara-lhe, antes da chegada dos expedicionários, se eles viriam em armas e como o sertanejo desconhecesse o que se tratava, negara-lhe a chegada de portugueses em pé de guerra. Ante o facto, a instalação daqueles militares nos seus estados, chamara-o, mais uma vez, e increpara-o furiosamente.

Apresentadas as razões do «Ultimatum», para cabal entendimento dos acontecimentos, prossegue-se de forma mais explícita na descrição dos factos passados em Angola, que sem aquela narrativa não teriam lógica. Fica, ao mesmo tempo, deste modo narrado o importante e inolvidável conflito com a Inglaterra.

Até então, aquele homem merecera todos os respeitos ante os negros e o próprio régulo, negociando com ele, de amigo o tratava, mas a alma enchera-se-lhe de desconfianças e na sua fúria, não querendo atender razões, chegara a puxar-lhe as barbas, o que representava a máxima afronta.

Couceiro vira-o desolado. A intimação do soba foi mais perentória; receava do seu rival rei do Bailundo. Silva Pôrto aconselhara os chefes expedicionários a retirarem, a fim de aguardarem ocasião mais favorável para o reingresso no Bié.

Responderam, ousadamente, que não obedeceriam á intimação dum régulo em cujo território se içara a bandeira nacional.

Morte de Silva Pôrto — Desde logo se puseram vedetas em tôrno do acampamento. Alguns biêanos, amigos de Silva Pôrto, acorreram a defendê-lo. Fortificou-se, á pressa, a residência, construiram-se parapeitos com madeiras, sacos de terra e árvores e, de dedos nos gatilhos, os soldados esperaram, confiados nos pávidos receios da negraria. Em breve, porém, os do Bié, que se propunham ajudar o sertanejo, o abandonaram, largaram aterrados para junto do soba, ao verem os exíguos valores dos portugueses em gente, munições e mantimentos. Grande loucura seria querer vencer um povo inteiro com meia dúzia de braços e uma reduzida hoste negra. Eram, ao todo, trinta e sete homens. Pela tarde já não eram senão vinte. Dezassete soldados e cabos indígenas tinham fugido. Ouvia-se, a distância, a algarada do gentio. Pelo menos quinhentos combatentes apareciam revolteando suas armas, insultando e clamando, em seus gritos de guerra. Das bandas da embala vinha um grosso formigamento de negralhada, em tom de assalto, e os portugueses verificavam a má vontade, o mêdo dos seus auxiliares, mais desmoralizados, ainda, ante a fuga dos companheiros.

Couceiro dispunha-se a praticar a temeridade; com a sua tropa reduzida, sentia que não devia baixar-se a bandeira nacional ante os cafres, seduzidos pelos ingleses. Seria o desprestígio do nome do «branco»—como os da raça avassalada tratam só os portugueses. Fatalmente, uma retirada equivaleria a mostrar fraqueza e isso não era possível num período em que

andavam a querer roubar-nos o prestígio nos plainos africanos, nas selvas, nas zonas da nossa velha influência. Precisava-se ficar com honra, morrer mas vencer, porque deixariam no espírito dos indígenas a certeza de que seriam vingados. Era uma atitude á antiga.

Naquela manhã de domingo ficara-se de pé. Não sairiam sem ordem do seu Rei, desse falado e poderoso senhor que os avassalados estavam costumados a respeitar. Silva Pôrto voltara da residência do régulo com a certeza do ataque. Não pudera demovê-lo do assalto, sentia fugido o seu predomínio. O potentado imaginava que vinham roubar-lhe o sobado, aliar-se com o gentio do Bailundo e, então, não desistiria do seu golpe. E eles, o que fariam? preguntava o grande sertanejo, habituado a todos os perigos da selva, conhecedor de todas as trilhas, sempre decidido a bater-se pela honra nacional.

Eram militares e, porque o eram, não podiam abandonar o posto que lhes fôra confiado.

Eis a resposta singela e estoica, a dois passos do inimigo, diante da morte. O africanista saudou-os e retirou-se. Levava consigo a certeza de que em breve não restariam, daqueles bravos, mais do que os vinte corpos trucidados. Por sua banda dispôs-se a cumprir o que sentia devido á sua carreira, á sua fé, ao seu patriotismo. Tinha setenta e quatro anos; lidava, nas plagas, havia meio século. As suas pègadas estavam bem visíveis nas veredas das florestas, marcada a sua acção nos livros dos viajantes; dera ao seu país uma fervorosa assistência naqueles territórios.

Ali passara fomes e sêdes, sofrera inclemências, sujeitara o negro e dera exemplos de tenacidade. A sua alma, bem portuguesa, tinha a alvura do branco da sua bandeira bipartida, a pureza do seu azul celestial; a sua vida fôra já larga, a sua obra a de um pioneiro digno. Quási provecta a sua idade, proveitoso para a nação o seu esfôrço, não seria naquele fim de honrada vida que recuaria.

Estavam muito perto os militares que se ofertavam ao sacrifício de não deixar no ânimo dos indígenas a ideia de que os portugueses recuavam, que apeavam a sua signa. Antes a morte. E eles iam morrer. Não os podia abandonar.

Ia abrir-se no ceu a rosa de fogo do sol, já preanunciado. Ardente manhã de batalha e de glória. Ouvia-se o clamor do gentio. Aproximava-se o dealbar do dia e o poente dum heroi.

Reboou um estampido, das bandas de Belmonte; uma chama alta lambeu os arvoredos e um alarme se fez no acampamento. Couceiro correu para a habitação devastada e, ao sol, chamuscado, o rosto ennegrecido, o corpo por terra, ferido e envolto na bandeira nacional, estava Silva Pôrto. Quisera morrer antes de ver a derrota; amortalhara-se no pano sagrado, largara fogo a catorze barris de pólvora, e ali estava, queimadas as costas, a cara, as mãos que tinham amassado a sua reputação, ulcerados os pés que calcurriaram as selvas desconhecidas, chagado o peito onde as vermelhas feridas eram as condecorações da sua freima e da sua audácia.

Sem deixar de vigiar o inimigo, o oficial mandou chamar á feitoria inglesa um médico, que não pôde salvar o sertanejo.

O gentio, aterrado e respeitoso, dera uma trégua. Causara impressão no régulo a morte brava do homem que sempre respeitara, ou o seu enorme exemplo calara-lhe no espírito, fizera-o recear dos que ficavam e que pertenciam a uma pátria na qual ou se vencia ou se morria assim, embrulhado numa bandeira?

Talvez só então o régulo e os seus súbditos alcançassem o significado daquele pano emblemático, ao qual tinham jurado fidelidade. Parou o arremêsso. Ao cadáver de Silva Pôrto se prestaram as honras devidas ao seu heroismo. Abriram a cova para o seu corpo enrolado no pavilhão português e os bravos que o sepultaram tiveram a certeza de que não ficava na sua jazida a Pátria. Ela renasceria daquela cinza bendita, como em reflorescências duma velha árvore.

Soaram as descargas á beira do sepulcro e, sob as armas, os vinte defensores da honra portuguesa aguardaram o ataque do inimigo, dispostos a morrer.

Num ofício, enviado para o governador de Angola, lia-se o seguinte:

«Continuamos a prevenção debaixo de armas, esperando os acontecimentos e decididos a não saír daqui, por

princípio nenhum. Suceda o que suceder, pode o govêrno de Sua Majestade ficar seguro de que a bandeira portuguesa não deixará de flutuar no Bié, enquanto nós tivermos sangue.»

E não deixou de se arvorar, triunfal e vitoriosa. A sombra de Silva Pôrto e a bravura de vinte soldados realizaram o milagre.

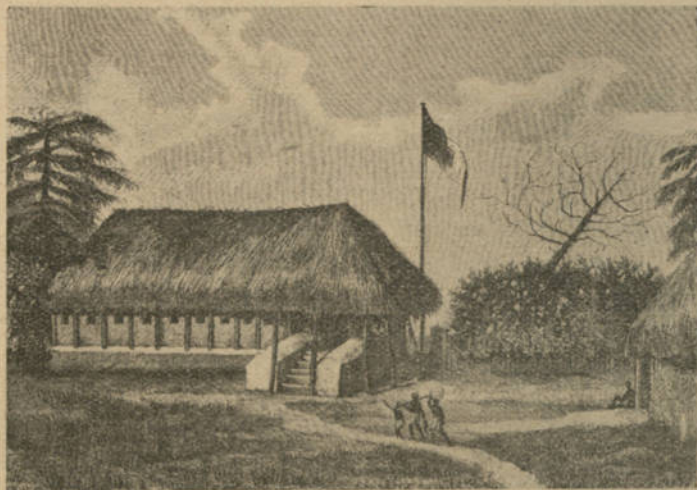
Passara pela nação uma rajada de dor. D. Carlos, ao saber do acto desesperante do sertanejo ilustre, comovera-se e escrevera a Júlio de Vilhena, ministro do Ultramar.

«Meu caro Júlio. — A Rainha encarrega-me de lhe dizer que, tendo sabido da morte de Silva Pôrto, e de que a filha ficara sem a mesada que o pai lhe enviava, se interessa muitíssimo por ela e lhe pede que faça o que em seu poder estiver para lhe valer.

A Rainha deseja também que, se houver qualquer despesa a fazer o meu amigo a previna porque ela deseja que tudo seja feito o melhor possível, e nesse caso quere ser sempre a primeira a protegê-la.

O Júlio, portanto, saberá qual a mesada que o pai lhe dava e trataremos depois de ver o que se fará. — Seu amigo e muito afeiçoado, El-Rei.»

A guerra do Bié — A minguada expedição, que devia receber ordens, positivas, através do governador de Benguela e enviadas do govêrno geral, dividir-se-ia, continuando Couceiro investido na defesa da missão para Caconda e dirigindo-se Teixeira da Silva para o Bailundo, cujo soba prometia auxiliá-lo contra o do Bié. Pediam-se reforços urgentes, que o ministro, Júlio de Vilhena, se apressava a enviar. Acentuava:

«O meu desejo é a ocupação militar do Bié, permanente, substituição do soba e remessa para Lisboa. Se não puder ocupar permanentemente, é necessário, em todo o caso, a substituição, prisão e remessa do soba.»

BELMONTE, A PROPRIEDADE DE SILVA PÔRTO

O famoso capitão Artur Paiva estava na Humpata e recebera ordens para ir bater o régulo bièano. Respondera, logo, pedindo elementos e juntando-os, dispôs-se a marchar.

Compunha-se, a expedição, de 254 praças de primeira linha, com 5 oficiais e 6 sargentos, 15 soldados de infantaria instruidos, á pressa, no manejo das peças Krupp e das metra-

lhadoras Nordenfelt; quarenta cavalos do esquadrão da Humpata e muares para as doze peças; oitenta boeres e 400 negros Damaras e 40 Bastaras.

Paiva Couceiro quisera, desde logo, juntar-se ao seu grande amigo Artur Paiva.

Marchara a expedição em som de guerra, sendo a artelharia comandada pelo alferes Quintino Rogado, a cavalaria pelo seu colega Paulo Amado, a infantaria pelo tenente Simpliciano de Almeida e os auxiliares pelo bóer Felipe Skippers.

Fôra difícil a travessia entre riachos, para cuja passagem se deviam improvisar pontes cortando árvores. Durante a marcha surgiu um grupo arvorando uma bandeira portuguesa. Era Paiva Couceiro que chegava. Solicitava que o deixassem acompanhar a coluna. Artur Paiva ofereceu-lhe o comando da artelharia; recusou-o. Prosseguira o avanço com as mesmas dificuldades. No Cutatu fôra necessário fazer grandes desaterros a fim de poderem passar os carros e em 30 de Outubro, isto é, ao cabo duma longa marcha, depararam com a embala do Ecobungo, capital do Bié.

Travou-se o primeiro tiroteio; os negros atacavam dentre a mata e os milharais e retiraram com perdas. Praticaram-se prodígios até que o inimigo desapareceu. Paiva Couceiro batera-se com a temeridade habitual. A certa altura, apareceu o missionário escocês Arnot. Tinha mêdo. Não o consideravam como cúmplice. Deixavam-no em paz. Tomara-se a embala (4 de Novembro), onde se encontraram muitos papeis. Deu-se trégua de quatro dias ao inimigo para enterrar os mortos. Pouco depois capturava-se o soba. Nomeava-se capitão-mor do Bié o tenente Evaristo Simplício de Almeida e fazia-se a ocupação com cem soldados de caçadores e quinze de artelharia, com sete sargentos.

Houvera, porém, maneira do régulo fugir. Estava na barraca onde os oficiais jantavam, e com duas sentinelas á vista, sem menores ferros durante o dia. De noite punha-se-lhe uma gargalheira. Ao brado dum soldado madeirense, admirado da rápida fuga do soba, correra-se sôbre ele, indo cair numa avançada. Lutou bravamente com os soldados. De futuro jamais deixou de estar algemado.

Tratou-se, depois, da exumação do cadáver de Silva Pôrto, que o médico da expedição, António Bernardino Roque, acompanhou.

Tratado de 20 de Agosto de 1890 — O Bié e o Bailundo passaram á categoria de capitanias-móres enquanto se debatia com a Inglaterra a questão do tratado.

Houvera, pois, uma grande agitação em Portugal. Os delegados portugueses em Londres tornavam-se alvo dos doestos patrióticos. A Sociedade de Geografia enviara o seu protesto ás suas congéneres de todo o mundo mas a Europa desinteressava-se do conflito e fôra dalgum protesto isolado nada mais soava de aproveitável para o país, que era forçado a aceitar o Tratado de 20 de Agosto de 1890, que o desfalcava.

Barjona de Freitas não pudera obter mais de lord Salisbury, apostado em garantir a larga e opulenta vida das companhias inglesas do sul de África.

Faziam-se as delimitações ao talante dos britanicos. Apresentavam-se as bases que o Parlamento português discutiria, no ano de 1890-1891, entre os clamores, as cóleras, as raivas profundas.

Eram as seguintes as linhas fronteiriças que se indicavam para as possessões da África Oriental:

Ao norte do Zambeze marcava-se para Portugal o curso do Rovuma, desde a sua foz até á confluência com o M'sange e daí o paralelo até ao Niassa e a margem daquele rio ao paralelo 13,30, em recta ao extremo norte do lago Chiuta. Daqui, na mesma linha, até ao Chirua, ia outra recta ao afluente oriental do Ruo, por todo o seu percurso, á confluência do Chire. Mais um trôço do Zambeze findava num ponto equidistante de Tete a Cabora Bassa e o Zumbo, num raio de dez milhas inglesas de extensão. Enquanto ao zul do Zambeze acentuava-se um corte a chegar ao paralelo 16 e que terminava no Magal. Do meridiano 33 avançava-se até ao Macheque e afluente do Save e daquele lugar ao Gunde e logo o traçado corria direito até ao extremo nordeste do Transval e depois, pela Swasilandia, até ao Maputo e seu curso, a ligar-se ao Pongalo e logo a entrar no mar.

As esferas de influência dos dois países eram formados pelo «thalweg» do Zamzebe, de Catines até ao confluir

do Kaupongo e pelo «thalweg» respectivo. Poderia Portugal lançar estradas, caminhos de ferro, rêdes telegráficas, duma a outra das suas possessões, numa zona de vinte milhas inglesas de largura, ao norte do Zambeze. Ao sul seria facultativo a ambas as nações fazerem tais trabalhos só em dez milhas. Não se permitiria assinarem tratados ou aceitarem protectorados. Reconhecer-se-iam as concessões de qualquer ordem, feitas pelos dois países, embora nas zonas ao outro pertencentes. Concedia-se liberdade de culto e de ensino, de comércio e de navegação, exceptuando nos portos portugueses das costas. As dissenções seriam arbitradas. Livre se tornaria a navegação do Zambeze, do Chire e afluentes. A pedido do govêrno inglês concederia Portugal a uma companhia britanica o arrendamento, por cem anos, de dez acres de terreno na embocadura do Chinde, só para trasbordos comerciais. Far-se-iam estudos destinados ao estabelecimento do caminho de ferro do Pungo á fronteira. Manter-se-iam ligações telegráficas entre as respectivas esferas de predomínio.

Gritava-se desesperadamente, nos cafés, contra o que se chamava a espoliação; a imprensa arremetia em tremendas fúrias. Perdia muito terreno o Portugal das descobertas e das conquistas; ganhava-o a ardilosa Inglaterra. Ficava-se sem grandes porções de território ao norte e ao sul do Zambeze, levavam-se os seculares prazos da Corôa, de Rosário de Andrade; as cachoeiras auríferas de Manica passavam aos alheios; alienava-se o distrito de Zumbo, excepto a pobre capital, encravada no círculo estrangeiro. O império da Mashona, um bocado de Sofala, parte da região do Gungunhana também deixariam de pertencer a Portugal e, com a cláusula da liberdade de cultos, os ingleses achariam meios de penetração nas terras que se deixavam ao país espezinhado como meios de arranjarem novas questões. Os rios abertos á navegação inglesa contituiriam o condomínio. Hesitara-se em reconhecer como português o Muatianvua, que o Estado Livre do Congo disputava.

Não havia maneira de calar os brados de repulsa. As vozes soavam contra o govêrno. Os jornais monárquicos de oposição fustigavam os sinatários desse Tratado; mostravam os autores da perfídia, Jonhston e Buchanan, os dois britanicos geradores do «Ultimatum», galardoados por seu govêrno, um com a ordem do Banho, outro com a de S. Miguel e S. Jorge.

XL

TRATADOS E OCUPAÇÃO

Os caminhos de ferro — O pôrto do Lobito — Sul de Angola

Tratado com o Congo — Em 25 de Maio de 1891 fez-se o tratado relativo aos limites entre as fronteiras do Congo (Estado Independente) e as das possessões portuguesas. Ficavam para Portugal as povoações de Cabo Lombo, M'Venho, Iabe, Ganzy, Taby, Spita, Gagaudum, N'Goio, M'Tó, Fortaleza e Sekki, isto em virtude duma recta que unia um ponto marcado sôbre a praia, a trezentos metros a norte da casa principal da feitoria holandesa de Lunga com a foz da ribeira de Lunga, na lagoa do mesmo nome.

No rio dividiam-se as águas pela média do canal de navegação geralmente seguida de grande calado. Em Noqui a fronteira seguia a linha recta unindo este ponto da margem esquerda do Zaire com outro ponto tomado a 2.000 metros a leste da mesma margem sôbre o paralelo que «passa pelo atêrro da casa da residência de Noqui actualmente (1891) em construção». Daqui seguia até a intercepção com o Cuango. Por Portugal assinara este tratado o conde de Macedo e pela Bélgica Edmond van Estevelde, porque o Estado Independente já estava sob a soberania de Leopoldo II.

Tratado com o Inglaterra — Enquanto não se assentava definitivamente sôbre o tratado usurpador de tantos territórios portugueses, estabelecera-se um «modus vivendi» que terminou pelo tratado que se assinou, em Londres, em 11 de Junho de 1891.

A Inglaterra reconhecia domínios de Portugal as terras limitadas ao norte por uma linha que subindo o Rovuma desde a sua foz á confluência do M'singe daí seguia para oeste o paralelo do ponto de confluência destes dois rios até á margem do lago Niassa. A oeste, por uma linha que partindo do citado limite sôbre o Niassa seguia a margem oriental na sua direcção sul até ao paralelo 13°, 30' sul e corria daí na direcção sueste até á margem oriental do lago Chiuta, á qual acompanharia até ao extremo. Partia dali em linha recta até á margem oriental do lago Chilwa ou Chirua, pelo qual prosseguia até ao extremo limite sul e a oriente e daí por uma recta até ao afluente mais oriental do rio Ruo, correndo com este afluente e seguindo a linha média do leste do rio até a sua confluência com o Chire. Seguiria, depois a linha central do leste do último destes rios até a um ponto abaixo de Chiunga. Daí correria para oeste até encontrar a linha divisória das águas entre o Zambeze e o Chire, continuando a linha entre estes rios e depois entre o Zambeze e o Niassa até ao paralelo 14° sul. Iria para sudoeste até ao ponto em que o paralelo 15° sul encontra o Aroangoa, seguindo-lhe a linha média até a junção com o Zambeze.

A sul deste rio os limites eram dum ponto fronteiro do Aroangoa na direcção sul até ao paralelo 16°, seguindo este até á sua intercepção com o meridiano 31° leste Greenwich, correndo para leste até ao ponto onde o meridiano 33° leste corta o rio Mazoe e segue esse 33° para o sul até á sua intercepção pelo paralelo 18°, 30' sul, daí acompanhando a crista da vertente oriental do planalto de Manica na sua direcção sul até á linha média do leito principal do Save, seguindo por

ele até á sua confluência com o Lunda, cortando direito ao extremo nordeste da fronteira do Transval e prosseguindo pelas fronteiras orientais desta república e da Suazilandia até ao rio Maputo.

Rectificava-se de modo a que Macequece ficasse na esfera portuguesa e Mutaça na britanica e a Inglaterra não se oporia á extensão da zona portuguesa, ao sul de Lourenço Marques, até uma linha que partindo da confluência do Pangolo com o Maputo seguia o paralelo até á costa.

Estabelecia-se que a linha divisória da ocidental separadora das influências dos dois países na África Central subiria o centro do leito do Zambeze superior partindo das cataratas do Catima até ao ponto de entrada do Barotce, ficando este território na zona de influência inglesa, podendo Portugal estender a sua até aos limites daquele reino. Concordar-se-ia no reconhecimento de pertencerem á influência britanica os territórios, que da linha traçada pela comissão mista, a nomear, sigam até ao Niassa, incluindo as ilhas daquele lago. No caso de qualquer das potências desejar fazer alienação de seus territórios ao sul do Zambeze á outra caberiam os direitos de preferência. Decretava-se a protecção para os missionários das duas nações, liberdade de ensino e cultos. O trânsito de mercadorias pelos territórios portugueses não pagariam além de 3 por cento durante vinte e cinco anos. Os ingleses poderiam pedir, dentro de cinco anos, a liberdade de trânsito para o resto do prazo mediante o pagamento duma soma que corresponda á capitalização dos direitos anuais, calculados á razão de trinta mil libras. Garantia-se a liberdade de navegação para os súbditos de ambas as potências. Facultar-se-ia o trânsito de pessoas e mercadorias de toda a espécie pelas vias fluviais e terrestres que sirvam de meios de comunicação onde os rios não forem naves gáveis.

Concordava, o govêrno português, em construir um caminho de ferro entre o Pungue e a esfera britanica e o estudo desta linha seria terminado em seis meses, combinando-se o período para a construção. Construir-se-ia, igualmente, uma estrada a partir do extremo navegável do Pungue ou de outro rio que se reconheça como mais aproveitável para o comércio até á zona britanica, contratando, também, a construção de desembocadouros na baía do Pungue. Além disto haveria uma linha telegráfica ligando a costa e a zona britanica, mantendo Portugal o serviço entre a costa e o Ruo. Assinaram este tratado o conde de Valbom e George Petre.

Não se poderiam jamais ligar Moçambique e Angola.

O tratado que se designou pelo de 28 de Maio aparecia aos olhos do país mais benéfico que o de 20 de Agosto. Em todo o caso levava-se mais de setenta quilómetros abaixo de Chiuanga, na linha do Ruo e do Chire.

O «mapa côr de rosa» era um retalho desolador. Viam-se manchas negras nos territórios avassalados. A Inglaterra brindava-se com as riquíssimas regiões desde o Cabo até aos lagos, deixando-nos Lourenço Marques até Manica e Sofala, Tete, mas barrando a passagem para Angola pelo Zumbo, deixando o Barotce por delimitar em definitivo, á espera de futuras correcções.

Além Niassa, penetração alemã; além Cunene, nos ovampas, ainda a germanização e ao cabo de Angola o Congo francês e o belga, sob a máscara de Estado Livre. Perdia-se a acção de Henrique de Carvalho, segundo o tratado de 25 de Maio com a Bélgica, ficando o Muatianvua vassalo desta nação quando tanto se dedicara a Portugal.

Debalde o explorador da região publicava cartas nos jornais fazendo sentir que a zona da influência portuguesa se abatia e concordava-se terem os belgas arrebatado «uma área duas vezes superior á que a Inglaterra talhara para si ao oeste de Moçambique».

Aniquilava-se um grande trabalho entregando-se o fruto de muitos sacrifícios.

Os territórios onde, havia pouco, só os portugueses influíam tinham-se tornado objecto de ganâncias de vários povos ansiosos de expansão e obtendo-os pela sua fôrça falando de direito.

Conseqüências dos tratados — Portugal perdia território; enchia-se de encargos, e Júlio de Vilhena, ministro do ultramar, expunha ao rei D. Carlos a dificuldade em encontrar capi-

tais para a construção dos caminhos de ferro.

Imaginara, desde logo, a criação de grandes emprêsas nacionais para defrontar com as britanicas, sobretudo nas regiões do Niassa, Inhambane, Manica e Sofala. Pretendia dividir as possessões em estados: África Oriental, Moçambique; ocidental, Angola; insular, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Estado da Índia, além de Macau e Timor.

Paiva Couceiro largara na sua prodigiosa marcha do Bailundo para o Cubango, percorrendo mil trezentos e trinta e cinco quilómetros em setenta dias. É que os expedicionários da Companhia britanica já tinham largado de Walfish Bay. As povoações gentílicas assistiam assombradas àquela aparição de tantos brancos. Criar-se-ia a capitania-mor dos Ganguelas com os territórios de Massaca, Cabanga, Chiobe, Camanha, Banja, Sambio e Mucusso, onde o intrépido militar chegara ao cabo da sua valorosa travessia.

O governador de Angola, Guilherme Augusto de Brito Capelo, tivera uma questão pundonorosa com o ministro do ultramar quando da campanha do Bié. Júlio de Vilhena lembrara-lhe que tomasse a direcção dos actos militares, mas trocaram-se explicações acêrca daquele oficial se julgar acusado de precipitada acção e ante isto declarara-se que devia ser substituido. O ministro desculpara-se mas Capelo deixara o govêrno (25 de Agosto de 1892), tomando posse Jaime Lobo de Brito Godins, que realizaria a ocupação militar de Libolo ou seja do território retirado ao sul do Quanza, autêntico sertão cortado pelos rios Ganga e Tamba; lá nasce o Longo, sendo os territórios, naquela época, dos régulos de Calunga, Cafuele e Cagia Camusungo. A vassalagem, por vezes bem teórica, começara em 1745 e os negociantes passavam naquelas terras, indo os indígenas negociar a Cambambe suas gomas, copal, marfim e cera, além de esplêndidas madeiras.

Continuava-se a construir a linha do caminho de ferro de Ambaca, cuja companhia já estava em débito para com o tesouro público de quási mil e quinhentos contos, que seriam mil seiscentos e doze no ano seguinte, tendo-se feito um contrato (20 de Outubro) pelo qual se comprometeu a deixar de receber trezentos mil réis por quilómetro ou 109:200.000 réis por ano, reduzindo a 561:400.000 réis o líquido das garantias. Era já neste tempo governador de Angola Álvaro Ferreira, oficial de marinha (1 de Outubro de 1893 a 21 de Novembro de 1894), que decretou a fundação duma colónia penal no Moxico, a qual só mais tarde se instalou, devendo esta região tornar-se numa das mais florescentes da província. O governador deixou na interinidade Francisco Pereira de Miranda em 21 de Novembro de 1894, voltando ao seu cargo em Abril de 1895 e ficando nele até 13 de Junho de 1896.

GUILHERME CAPELO

Foi ele quem organizou o distrito da Lunda, limitado ao norte e leste pela linha divisória do Congo, ao sul pelo Cassai, desde o afluente que vai do lago Dilolo até próximo de Cainca, e a oeste o distrito de Luanda. Instalara-se a sede em Cafenda Camalemba, vindo a ter três concelhos: Duque de Bragança, com sede na aldeia de Santa Maria, dividida em onze sobados e outras povoações; Malange, que teria as freguesias de Nossa Senhora da Assunção e vinte e quatro divisões, três das quais foram pos-

tos militares em muitos sobados. O outro concelho era o de Cassange.

Malange já era concelho desde 1857, quando Coelho do Amaral gogernara a província, e tivera como zonas limítrofes territórios de Ambaca, Pungo Andongo, Duque de Bragança e Tala Mugango, Sauzo e Cassange, a leste. Salubérrimo, duma alta importância comercial, só aguardava a linha do caminho de ferro para chegar á opulência.

Brito Capelo voltaria da metrópole, não para ocupar o cargo de governador da província mas o de comissário régio, investido de poderes largos (13 de Junho de 1896-Fevereiro de 1897).

Malange, adaptada para capital da Lunda, tivera como seu segundo governador a actividade inteligente do major de artelharia Veríssimo de Gouveia Sarmento, que intensamente se lhe dedicou. Ele faria a verdadeira ocupação, estabelecendo a formidável rêde de portos a qual estaria desenvolvidíssima em 1903, indo concluí-la, mais tarde (1906), o capitão de artelharia Alberto de Almeida Teixeira.

Projectos do comissário régio — A obra do alto funcionário que chegava a Angola com larguíssimos poderes devia ser toda administrativa e por isso dificílima.

Trataria de equilibrar o orçamento provincial e nisto consistiria o maior trabalho. Para este efeito teria que aplicar um sistema contributivo novo, bem como verificar as riquezas da colónia sob o ponto de vista de exploração com suas receitas alfandegárias. Os serviços militares deviam ser estudados, bem como todo o sistema ferroviário, igualando-o ao de Ambaca ao Malange. Entregara-se-lhe a moralização da primeira por todos os meios, devendo realizar-se a ocupação de Lunda.

Em matéria religiosa, deveria ajudar os missionários numa tentativa de estabelecimento para leste tornando profícua a instituição sob o pónto de vista agrícola e de ensino.

Já muito tinham feito os padres do Espírito Santo. O reverendo José Maria Antunes andava, desde 1894, a propor um plano de ocupação pacífica através das missões. Uma vasta rêde envolvia o sertão. De Malange, Caconda, Cassinga e Huila se partira para as fundações de Cassai e Liba, intermeando outras missões de noventa a noventa quilómetros, visto pelos tratados os missionários ingleses e alemães se instalarem, á sua vontade, prejudicando o nosso domínio desde o Cuanhama ao Barotce. Autorizou-se a fundação missionária de Massaca e logo a de Quiteve, que abriria o caminho de além Cunene para a entrada nos cuanhamas.

O comissário régio aumentara os direitos sôbre o alcool tanto comercial como alfandegariamente e de novo tomara o govêrno Jaime Lobo de Brito Godins, que o ocupou um dia, sucedendo-lhe o Conselho Governativo (18 de Fevereiro a 13 de Abril de 1897), o qual se compunha do coronel Lourenço Padrel e do juiz da Relação dr. António Vieira Lisboa.

Comêço da crise — O novo governador foi o dr. António Ramada Curto, sob cuja regência (1897 a 1900) se aumentou a linha do caminho de ferro de Ambaca até Lucala (1899).

De 1900 a 1903 governou a província o dr. Francisco Cabral Moncada, que encontrou o comêço da crise em Angola. Sobretudo fazia-se sentir o efeito da falta de mão de obra pela aplicação das leis do trabalho livre. O comércio sofria e sentiam-se enormes dificuldades, sendo as despesas superiores ás receitas em algumas centenas de contos. Importava-se mais do que se exportava, sendo inevitável a crise.

Era ministro Teixeira de Sousa. A Companhia do Caminho de Ferro de Ambaca já estava devedora ao Estado de uma grande quantia, agravando-se a sua situação em virtude do câmbio sôbre Londres ter descido. Era necessário acudir á Companhia ou deixá-la falir.

O estado deste organismo era precario em demasia. A sua receita era de 868 contos para a despesa de 1.031. O «deficit» de 163 contos devia cobrir-se e assim o entendiam os directores basendo-se no contrato de 20 de Outubro de 1894. Faziam-se-lhe adiantamentos receando-se a apreensão da linha.

Em 1902 já devia 4.914 contos e cada vez a Companhia reclamava mais como indemnizações. O ministro negou-lhe tal direito; solicitando, desde logo, uma arbitragem, também não lhe foi concedida, começando uma in-

trincada questão, a qual Teixeira de Sousa queria liquidar assenhoreando-se da linha, o que não realizou. O seu plano consistia em comprar todo o activo da Companhia por 1.600 contos, sendo cada acção a 4.000 réis.

A sua situação era esta, possuindo: 3.700 obrigações, 351 contos; 2.552 nominais de inscrições, 995 contos; 2.000 acções da Companhia das Águas de Luanda, 80 contos, ou seja uma totalidade de 1.426 contos. Seus débitos consistiam em: 101:250.000 á casa Burnay; 101:250.000 ao Banco Ultramarino; 667 contos ao Montepio Geral; 869:500.000 réis na totalidade. Ao Banco de Portugal devia 594:462.801, avaliados pelo govêrno.

Favorecia-se, pois, o Tesouro, que adquiriria por 1.600 contos, pagando 850:181.757 réis, todo o material e vantagens da Companhia, nacionalizando o caminho de ferro. Não se fez isto e prosseguiu-se no regime anterior enquanto mais aumentava a crise da província, a qual se agravaria formidavelmente.

Campanha do Bailundo — O capitão de artelharia Pedro Massano de Amorim, já então de certa nomeada em África, entendendo reintegrar no sóbado, de que fora destituido, o régulo Indugulo, do Bailundo, o qual, ao cabo de pouco tempo, falecia, ao que se conta, vitimado pelo veneno.

Sucedeu-lhe um bárbaro, movido pelos espíritos maquinadores dos feiticeiros e «grandes». Chamava-se Calendula e nas festas da sua coroação tamanha fôra a orgia, a saturnal negra, que o sertão retinira, dias e noites, nos bramidos animais da devassidão e da colossal embriaguez. Um chefe, Matu-á-Quebera, que servira o assassinado, desejara fazer correr mares de alcool, a fim de agradar ao novo amo, e mandara vir dos depósitos dos comerciantes grande quantidade do líquido que se recusou a pagar. Interveio o capitão-mor do Bailundo, ante a queixa dos desfalcados; retorquiu-lhe, o indígena, não reconhecer a dívida nem a autoridade. Calou-se o militar e, ao verem-no sem a resposta rápida e violenta que é de uso dar aos negros, começaram as assuadas, as troças, os desafios, as danças irritantes, o «pombeirar» — os saltos grotescos e os urros alucinantes com que lançam seus cartéis de guerra. Os povos de Quibanda, Dembe, Tasso, Soque, Huambo e Quipeio aliaram-se e começaram as hostilidades contra as fortalezas, após uma assembleia magna em que se resolvera fazer a campanha, esmagar, enfim, o detestado predomínio.

Para que não houvesse dúvidas acêrca de suas intenções, iniciaram-se, ás ordens de Matu-á-Quebera, os ataques ás feitorias e a sua gente, enfurecida e ébria, arrasava, incendiava, saqueava, reduzia a cinzas os armazens dos brancos que acusavam de os explorar e, sôbre as ruinas, retoiçavam, bêbedos e selváticos. Encadeavam os brancos e levavam-nos para os trabalhos grosseiros, á chicotada e, a um mulato da região de Seles, chamado António da Silveira, o «Camberises», trataram-no com os máximos ultrajes. Ele era verdugo, bárbaro e sádico e o gentio vingava-se, arrastando-o, massacrando-o, lançando-o na fogueira onde o assaram, servindo-o, depois, num banquete hórrido. Praticava-se a antropofagia na terra devastada pelos rebeldes, vindos de longe, da selva, do mato, do mistério, a aliarem-se aos seus conterrâneos de melhor trato.

Chegara ao máximo o desprestígio infligido ao poderio português e as grandes «mangas» cafres, largando do sertão, decidiram-se a ir atacar o forte. Do alto dum morro dominante, os saqueadores e ladrões, juntando os gestos ás injúrias, não deixavam de escarnecer o inactivo capitão-mor. Um dia, porém, granizaram as balas e os insultadores sumiram-se, fazendo constar que andavam em desavenças entre si. Atraídos ao reduto o soba e alguns dos seus «seculos» ficaram prisioneiros e assim se julgou ter pacificado o Bailundo. Os vassalos arderam em maiores fúrias. Juntaram-se em tôrno do caudilho Mutu-á-Quebera, do Chilaia e de outros e, fazendo da «tunda», da residência soberana, quartel-general, lançaram o aviso da luta por toda a região. Alastrando como uma devastadora onda, aquela voz revoltara os da Galanga, Quibanda, Quibula e Cadumbe e fizera desde logo o corte das comunicações entre o Bié e Caconda. O gentio do Huambo e da Quiaca ficara na expectativa, á excepção do soba Quite, que se proclamou contrário aos «brancos», num ódio patriótico. Embora se diga que não possuem a noção de pátria, é

certo que toda a gente, mesmo a selvagem, defende a terra que habita.

Os comerciantes, apavorados ante a extensão da revolta negra, acolheram-se aos muros da fortaleza porque se raziava com furor, havendo apenas um negociante, João Pires de Sousa, que, armado, em sua residência, se defendera como numa bem blindada trincheira.

Partira para socorrer o Bailundo o tenente Pais Brandão, com quarenta e dois brancos e trinta e seis soldados indígenas, tendo por munições uns zando uma sortida, os bateram, tendo ficado no campo o chefe de guerra Quito.

O comandante da expedição ia avançando, no intúito de socorrer os que julgava sitiados e, em marcha forçada, travando combates, conseguiu apavorar o próprio Muta-á-Quebera, logo de novo excitado, ao ver revoltar-se a gente do Libolo. De tal maneira se propagara a ideia da revolta, que todo o Bié vibrava em toques de guerra, ao espalhar-se o boato falso, mas ardiloso, de ter sido arrasado o

OFICIAIS DA CAMPANHA DO BAILUNDO

cem tiros de artelharia e mais quarenta mil de espingarda. Oferecera-se para a temeridade o bravo oficial, tanto mais que engrossavam diariamente, ante o êxito, as hostes indígenas. Tinham-se tomado de audácias enormes, ao sentirem a fraqueza dos atacados. Invadiram a missão americana e obrigaram os padres a pedir a entrega dos prisioneiros da fortaleza Aos brancos cativos colocaram-nos na primeira linha e dispuseram-se assim para nova arremetida. Procuravam entrincheirar-se na frente do baluarte; construiam já paliçadas quando os do capitão-mor, organi-

forte do Bailundo, sacrificando-se os seus defensores.

Uma nova coluna se formara para coadjuvar a de Pais Brandão. Largara de Benguela, a caminho de Caconda, chefiada pelo capitão Joaquim Teixeira Moutinho. Era composta por duzentos e quinze homens, devendo juntar-se-lhe a metralhadora do guarda-marinha Campos de Andrade, com a sua guarnição. Estacionara a aguardar a chegada dos dragões da Huila, ao passo que as outras tropas já estavam no Bailundo reforçando a defesa. A ideia do comandante da nova expedição era praticar a promessa

feita por Artur Paiva, anos antes, de castigar o gentio do Huambo, o que não se cumprira, dando-lhe, assim, enormes alentos. Preparava, para isso, carros boeres, em contratos com seus donos, a fim de conduzirem as munições e víveres e formarem as fortalezas móveis, até á região que desejava punir.

O governador Cabral Moncada, ao chegar da metrópole com reforços, verificara serem eles insignificantes e bem assim, como de costume nas guerras africanas, falharem-lhe recursos de toda a casta, desde os tirantes para as muares que deviam puxar as peças, até aos fardamentos de caqui, próprios para a região. Improvisaram-se com capim, cobertores e coiros os correames; apressadamente se talharam os uniformes e, entre dificuldades de toda a ordem, se rompera a marcha, sob o comando do capitão Massano de Amorim, levando como chefe da artelharia e do estado-maior os capitães João Correia de Mendonça e João Ortigão Peres. Entregaram-se as companhias europeias ao capitão Alferdo Pereira Batalha e as indígenas ao seu camarada António Eduardo Romeiras de Macedo; o tenente Francisco de Rezende, de cavalaria, fôra como ajudante; e com tão minguados contingentes, pois não eram mais de trezentos os atacantes, se partira para o mato, em busca dos sublevados.

Encontraram os caminhos fechados. Troncos caidos, estacas, certos sinais da tradição cafre marcavam bem as intenções dos indígenas. Aqueles troncos abatidos significavam vedada a passagem. Foram-nos atravessando e ao chegarem ao Caiobe desfizeram as libatas a tiros de artelharia, ante os guerreiros numerosos e armados das «lazarinas» — as espingardas fracas, atochadas até á boca — com que procuravam defender-se.

Era a primeira vitória mas, nas terras altas das serranias, no Soque, quási inexpugnável, entrincheiravam-se os batidos do Caiobe e outros, vindos de todos os povoados vizinhos. Lá de cima, em urros desafiantes, os negros julgavam-se vencedores, porque os pedregulhos eram seus baluartes e dificílimo o acesso a eles. Uma nuvem de fumo e logo labaredas enormes e vermelhas lhes demonstraram que os brancos não retiravam. Lançara-se fogo ao capim e ao matagal e, como o vento ia impelindo as chamas, o gentio viu-se obrigado a abandonar as linhas onde se colocara, na impotência de apagar essa cavalgada brutal de lume que os impelia furiosamente para a retaguarda. Fortemente os varejava a artelharia e, pouco a pouco, os infantes, começando a trepar os socalcos da montanha, conseguiram apoderar-se galhardamente do terreno.

Ao cabo da luta terrível que foi este ataque ao monte da defesa negra, a bandeira azul e branca tremulou nos píncaros, a quási três mil metros de altitude, tendo a honrá-la as lágrimas comovidas dos bravos e as chamas do incêndio da embala do soba, que os fugitivos podiam ver, a distância. Era o facho do triunfo, erguendo para o céu africano os seus rolos vermelhos e negros de apoteose.

Não havia tempo para descansar. A marcha prosseguiu. Passou-se o Monambabi, defrontou-se o rio Congo, entrou-se numa floresta em pleno sobado da Quibunda, onde o inimigo pretendeu fazer um cêrco em forma. O próprio comboio que vinha ainda na travessia do rio recebeu o ataque que Romeiras de Macedo deteve com a sua companhia indígena, cuja guarda da retaguarda foi dirigida pelo alferes José Joaquim Pacheco, com verdadeiro denodo. Cobiçou-se, logo, o Luimbale. Encontraram-se destroços de fazendas, ruinas de feitorias, derrocadas pedras de habitação dos brancos e ali, os povos de fama guerreira deviam aguardar, no seu fértil vale, as tropas dos invasores.

O comandante, Massano de Amorim, mostrava-se em todos os pontos que sentia fraquejar e os soldados, metendo-se por córregos ínvios, conseguiam fazer recuar os negros. Quando raiou a vitória encontraram cadáveres aos montões e os regueiros de sangue alternavam com os regatos que iam chalrando nas brancas pedras dos seus leitos. Os vitoriosos avançaram, a fim de baterem o soba Bambi, que se mostrava em ares de desafio. Em breve foi derrotado no seu fojo de Balombo.

Conseguira-se muito em reduzido tempo e com pouquíssimos recursos. Os encontros, combates e refregas contavam-se pelos nomes dos lugares onde se passara: Caiobe, Soque, rio Congo, Quibula, Quibunda e Galanga.

Tinham-se estabelecido postos em Cuala, Bucoio, Canjala, Luimbale e Queve e a novos oficiais se deviam os elogios pela fama de suas acções ante o inimigo, a juntar ás dos seus camaradas já distinguidos.

Em Caiobe distinguiram-se os tenentes de cavalaria Francisco de Rezende e o de infantaria Alfredo de Passos Ribeiro; na Quibula, o tenente de infantaria José Augusto Rodrigues e o alferes João José de Melo, também de notável arrôjo no Balombo e ainda Alves de Lemos, José Júlio e Francisco dos Inocentes, que se mostraram dignos de mais galões em seus esforçados braços.

Rude fôra o trabalho do capitão Teixeira Moutinho para conquistar, palmo a palmo, o terreno a percorrer até ao Moxico e para construir os fortes que denominou «Teixeira de Sousa», em homenagem ao ministro da marinha, e «Cabral Moncada», em honra do governador de Angola, sob cujo consulado se vencera a revolta do Bailundo.

Ao encontrarem-se no reduto que o gentio quisera destruir deviam sentir-se cheios de felicidade e glória os militares que tinham conduzido aquelas hostes triunfantes: primeiro Pais Brandão, com seus oficiais Silva Gonçalves, tenente do quadro auxiliar, e o alferes de cavalaria João Nepomuceno Namorado de Aguiar, Romeiras de Macedo, todos os da coluna de Massano de Amorim e, ao cabo, a gente de Teixeira Moutinho, entre a qual se contava o bravo tenente Tamegão.

Quando chegaram a Lisboa as notícias dos triunfos do Barué e do Bailundo sentiu-se a influência na vida externa do país.

Causavam seu efeito na Europa esses esmagamentos de gentio a que os outros povos davam retumbância, sendo quási sempre os resultados obtidos inferiores aos dos outros portugueses.

Cultura do algodão e outras medidas — Dispensou-se determinado número de medidas tendentes a favorecer a cultura do algodão na colónia. Houvera abundância de géneros em 1899; desenhada a crise, deviam procurar-se novos elementos de riqueza e entre eles estava a protecção aos produtos algodoeiros, o que fomentou a cultura.

Baixara o preço do café e da borracha, que o gentio já não colhia, visto o minguado preço por que lha pagavam e como ganhara muito e possuia ainda géneros europeus, pelos quais trocara as suas anteriores colheitas, não acudia aos mercados.

Teixeira de Sousa imaginara a fundação da grande companhia da Lunda, que fomentaria o negócio da borracha, visto a região ser fertilíssima neste produto. A construção do caminho de ferro de Ambaca para Malange ia prosseguindo mas a ideia da Companhia perdeu-se.

Regulamentara-se o imposto do alcool, em virtude do instituido na Acta de Bruxelas (1898), sendo delegados de Portugal o conde de Tovar e Augusto de Castilho. Passava o imposto a 126 réis por litro de alcool de 50 graus e mais 2,5 réis por cada grau. No primeiro ano rendeu trezentos contos.

Fizera-se a delimitação do Ambriz e de tal maneira que á medida que a linha de demarcação entre o Congo e Angola prosseguira, os povos passavam do norte para o sul da linha. A ilha de Saci Ambaca, que dominava a entrada do Zaire, estava deshabitada. Ocupou-se, instalando-se artelharia no seu fortim.

A questão do Barotce — A Inglaterra deixara, propositadamente, em falso a delimitação do Barotce, o que punha em perigo a província de Angola.

Não reconhecendo os nossos direitos duma a outra costa, dava como limite á colónia a linha dos rios Zambeze e Cacongo. Isto foi ao começo. Depois dava como fronteira a Angola a raia ocidental do reino do Barotce. Ignorava-se, porém, onde começava este reino. Chegavam os exploradores de todo o mundo e determinando a seu talante aquelas fronteiras prejudicavam, fortemente, a possessão, visto não se lhe definir o limite oriental, tão arbitrariamente designado.

O major Gold Adams achara que o limite ocidental do Barotce ia até ao meridiano 18°, a alturas do Bié.

Ficava Angola com uma banda de litoral. Era uma tira, visto, por esta determinação, o reino do negro Levanika ir chegando ao mar.

O rei do Barotce, porém, apresentara as suas recalamações, em Nana Candundo, dizendo pertencer-lhe o ter-

ritório a leste do meridiano 22° quando o inglês lhe dava todo o território a leste do 18°.

Nomeou-se uma comissão mista; presidiu aos portugueses o general Joaquim José Machado. Segundo o critério britanico, iriam colhêr elementos para apresentar ao rei de Itália, escolhido para árbitro da questão.

Começou uma nova série de ataques a Portugal. Acusavam-nos de esclavagistas, o que o rei negro garantia com um inglês de nome Nevinson. Chegou-se a querer que tropas inglesas e portuguesas, unidas, fôssem reprimir o que se considerava tráfico de escravatura. O ministro recusou-se a adoptar tal impertinência, dizendo á Inglaterra que se «pretendia Angola assumisse, ante o mundo, a responsabilidade da violência».

Submeteu-se a questão do Barotce á arbitragem do rei Vítor Manuel III com um «memorandum» organizado no ministério dos estrangeiros, no qual colaboraram Ernesto de Vasconcelos e Aires de Ornelas. O soberano resolveu a favor de Portugal, excepto no que dizia respeito a uma pequena porção de território.

Caminho de ferro de Ambaca a Malange — De Luanda a Ambaca havia 364 quilómetros de linha, feita pela Companhia dos Caminhos de Ferro Através de África, devedora de cinco mil contos ao Estado.

Tinha um contrato para prolongar a linha até Malange mas não o fazia por dificuldades financeiras. Em 1899 criara-se um fundo especial para o caminho de ferro de Benguela. Esta verba formava-se com o imposto do alcool e por uma sobretaxa aplicável á borracha exportada da província, sendo 5 % em Benguela e 3 % nas outras alfândegas e ainda por 10 réis em cada quilo de algodão em rama ou caroço empregado nas fábricas do reino. Existiam oitocentos contos, que deviam ser aplicados á concessão feita ao caminho de ferro de Ambaca a Malange em vez de se aproveitar no de Benguela, visto se fazer uma concessão nova neste sentido.

Em todo o caso uma grande parte da verba foi envolvida nas despesas gerais da província, a qual ficou devedora ao caminho de ferro, que devia ser construido pelo engenheiro António Armindo de Andrade.

Caminho de ferro do Lobito — Ao abrir-se o segundo concurso para a construção da primeira secção do caminho de ferro de Benguela ao Monte Sahoa, o marquês de Soveral, encontrando Teixeira de Sousa, recomendara-lhe sir Robert Wiliams, que desejava a concessão. Respondera-lhe estar aberto o concurso. Wiliams procurou o ministro e pediu a concessão de todo o caminho de ferro desde o Lobito á fronteira do Congo sem o menor auxílio. O estadista não acreditou; imaginou-se diante dum aventureiro. Pediu-lhe garantias; quis saber qual o depósito para o efeito. Cem mil libras esterlinas, disse o ministro para se ver livre dele. O homem disse que lhe responderia de Londres. Poucos dias depois anunciava-lhe o depósito. Fez o plano. Ele só conhecia o general Joaquim José Machado, que o acompanhara na Beira quando ele vinha de tratar um negócio com Cecil Rhodes. Intervieram Daniel Lanes, o conhecido comerciante e Jaime de Sousa, oficial de marinha e ajudante do ministro. Assinou-se o contrato.

Robert Wiliams não era um qualquer adventício. Tampouco se lhe pode atribuir o espírito de aventureiro do acaso. Escocês, engenheiro, tendo descoberto as minas de cobre de Katanga, prolongara a secção do caminho de ferro do Cabo ao Cairo, desde Broken Hill ao Congo Belga. Fôra á África em 1881, sendo todo de Cecil Rhodes em emprêsas mineiras de Kimbaley e no Rand. Valorizara-se. Prosseguiu nas descobertas mineiras e, chegando á Beira, em 1891, informou o sócio da existência de minas. Em 1898 estava pesquisando na Rodésia. Formou-se a Companhia de Tanganiça.

Tendo trabalhado larga e conscientemente, verificara, várias vezes, que nas divisórias dos rios entre Zambeze e Congo deveriam existir minerais e como possuisse duas milhas quadradas na Rodésia, que lhe tinham sido dadas, ainda tratou com o rei Leopoldo de outra concessão para pesquisas novas num espaço de cinqüenta milhas quadradas na Catanga. O soberano acabara por ceder três mil libras das oito mil que o inglês lhe oferecera pelo contrato. Fizeram-se, realmente, importantes descobertas (1891) ao norte da Rodésia, entre as

quais a de Cansanhé e a da Catanga, com cobalto, estanho e ouro.

Era necessário transportar essas riquezas até ao mar e estudando o caminho só viu o da divisória do Congo--Zambeze, devendo chegar a Benguela. Era, porém, acanhadíssima a sua enseada para um movimento de milhões de toneladas de minério e logo, a visão do atiladíssimo britanico, se completou. O grande pôrto seria o Lobito, trinta quilómetros ao norte de Benguela e, na realidade, portentoso com seu pôrto de cinco quilómetros de extensão e quatrocentos metros de largura, quatro milhas e meia de águas fundas e nas quais podem fundear poderosas esquadras. Tão apropriada para o efeito desejado era aquela baía que aos navios, mesmo os de grande tonelagem, é fácil chegarse, sem perigo, a alguns metros de terra. Era uma região quási despovoada. Meia dúzia de pescadores ali lidavam. O caminho de ferro tornaria o Lobito numa cidade. Era preciso, porém, um entendimento com o rei Leopoldo, visto o trajecto de Catanga a Benguela se fazer em parte pelo território belga. Este monarca inteligente apoiou sir Robert Wiliams. O govêrno português deu-lhe a concessão por 99 anos (28 de Novembro de 1902), formando-se a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela com o capital de três milhões de libras, subscrito em 90 por cento por dinheiro da Tanganica e dez por cento em participação gratuita do estado português.

Começou-se a construção da linha, que atravessa Angola na direcção este--oeste em 1.374 quilómetros. Os engenheiros Pauling & C.ª iniciaram os trabalhos em 1 de Março de 1903 e em 1904 a casa Griffiths & C.ª encarregou-se da secção Lobito-Catumbela e possivelmente até Benguela.

Do Lobito vai a linha ao longo da costa para o sul, directamente a Benguela; por outro contrato (1904) seguiu até Monte Sahoa e em 1905 passou á Terra da Sêde, chegando em 1908 ao Cubal, seguindo no mesmo progressivo desenvolvimento e constituindo uma obra maravilhosa.

LOBITO EM 1888

Pôrto do Lobito — Com o caminho de ferro era necessário construir o pôrto do Lobito, o que constituiu um acontecimento mundial.

Começaram os trabalhos, em 1902, por uma ponte-cais á qual podem atracar, simultaneamente, vários barcos de oito mil toneladas. Acorreu para ali a navegação; transformou-se o Lobito numa linda vila e Angola começou a ter uma importância enorme, sendo muito grande, logo de começo, o tráfego daquele magnífico pôrto de que tão pouco caso se fazia.

Um grande futuro se anunciava, já nessa época, para aquela região. Ja-

mais um estrangeiro prestou tão relevantes serviços a uma colónia portuguesa como o «baronet» sir Robert Wiliams, que fez o seu contrato e o cumpriu nas maiores condições de seriedade (*).

O novo governador de Angola (1903-1904) foi o major Eduardo Augusto Ferreira da Costa, seguindo-se-lhe o oficial de armada Custódio Miguel de Borja (Março de 1904 até 16 de Dezembro). Durante o período governativo do primeiro criou-se a Direcção dos Caminhos de Ferro de Luanda, sendo suspensas as concessões de terrenos no Lobito.

No consulado do segundo iniciou-se a campanha do sul de Angola.

Penetração do sul de Angola — A ideia de Teixeira de Sousa consistia em fazer a penetração pacífica no sul de Angola.

A região cuanhama era muito difícil de submeter mas o soba mostrava boa disposição para com os portugueses, as quais deviam ser aproveitadas.

O missionário Duparquet, do Espírito Santo, nomeado prefeito apostólico da Cimbibária, determinara chegar até onde fôsse possível, achando o Humbe uma região onde bem se estabeleceriam missões. Dali dominariam, espiritualmente, o Ovampo, influindo no Betchuanaland. Mas os indígenas revoltaram-se e, durante mês e meio, o major Fonseca tivera que sustentar ataques das legiões selvagens (1885). Até os missionários, dirigidos, nesta época, pelo reverendo Wunenburger, tiveram que pegar em armas. O capitão Andrade, com trinta soldados, fôra trucidado e o padre Antunes, que seguira com a expedição, ao regressar á Huila, achara ser temerária a teima.

Mas o padre Duparquet conseguira estabelecer-se no Cuanhama, embora o gentio escorraçasse a missão onde estava o padre Dlepuech e os irmãos Lucius e Gerald, que foram martirizados. Nos Amboelas sofriam suplícios os reverendos Hogan e Lynch, sucediam terríveis percalços aos padres Onophure e Rodrigo e o terror reinava. Apesar disto, os padres Lecomte e Genié foram render o seu companheiro Schaler, que estava muito ameaçado. Instalaram-se no planalto, em Cassinga. O padre Lecomte ia tentando evangelizar os cuanhamas, selvagens em demasia. Foi um trabalho de hércules. O padre Duparquet

GOVERNADOR EDUARDO COSTA

até conseguira entender-se, algum tempo, com o soba Napanda, içara uma bandeira portuguesa que lhe dera o seu amigo «Cabaço», antigo cabo do exército, que se chamava Francisco da Silva e residia no planalto. Quando retirara do Cuanhama houvera logo desacatos produzidos pela intervenção germanica de Damara. Travar-se-ia a luta entre católicos portugueses e franceses e os protestantes alemães, ao que assistia o novo soba Eyulo, o qual chegou a solicitar que fôsse levantada uma fortaleza no seu território. E, em 1901, içava-se uma bandeira portuguesa á porta da embala. Tropas alemãs entravam armadas no território e o padre Lecomte pleiteava

(*) Construiram-se até agora (1932) 1.347 quilómetros de linha férrea através de terras ainda há pouco sem trilhos.

pelos direitos de Portugal. O sucessor de Eyulo, Nande, cortou o mastro destinado á bandeira.

Tentava-se a ocupação definitiva dos Gambos e do Humbe, desejando alargar, para leste, a posse. Construiam-se os fortes do Dongo, Casunga e o Princesa Amélia. Todavia, os hotentotes raziavam; dificilmente se defendiam os gados da multidão negra e cobiçosa. Citava-se a morte do capitão Andrade, que depois de ter ido guerrear a embala do soba Chaungo, caira numa cilada, sendo vítima com seus soldados. Rebentara a grande rebelião e a pilhagem do Humbe foi completa. Não havia tréguas. Até os boeres, que ali se tinham estabelecido, começavam a abandonar o território e quando da guerra do Bié, como muitos daqueles tivessem ido servir na coluna de operações, o indígena, sabendo-os longe, mais ousado se tornou. Já entrava armado na Chibia. Debalde se procurava pacificar a região cuanhama. Lá fôra o tenente Paulo Amado em observação; havia estrangeiros impelindo o gentio á revolta.

TEIXEIRA DE SOUSA

Como guerreassem entre eles, maiores eram as dificuldades. O soba Tchioia, acusado de reter as chuvas de que os vassalos careciam, tivera de fugir, subindo ao trono o seu rival Luhuna e recolhido na fortaleza, o soberano decaido, vira como os portugueses mal o podiam defender. Travaram-se pelejas. O major Padrel, com um pequeno corpo militar, conseguira entrar no Cuamato depois de bater Luhuna. Três mil e quinhentos cuanhamas se lhe juntaram com quatrocentos e oitenta muhumbes.

Não se tirara, porém, um largo proveito da campanha. Faltavam munições; Luhuna passara para a margem direita do Cunene e a coluna retirara, entre perigos, com uma peça inutilizada e falha de munições. Demorava muito a colonização; em 1897, quando se julgavam tranquilos, em Chela, na Huila e em Gambos houve uma terrível invasão hotentote, sendo necessário mobilizar muitas fôrças para os repelir. Em Pocolo mataram alguns boeres. Os dragões que tinham ido ao encontro dos sublevados, sob o comando do capitão João Carlos de Saldanha, conde de Almoster, foram trucidados com o seu comandante, em cujas veias corria o sangue do bravo marechal Saldanha.

Não havia maneira de se aquietar aquele gentio, já de si excitado mas que recebia incitamentos tanto de comerciantes como de missionários alemães, que procuravam estender, em todo o Cuanhama, a sua linha de influência do Cuangar ao Cunene.

Os indígenas, naquele ano de 1897, pareciam mais furiosos. Combinara-se uma grande insurreição, a qual começou, em Dezembro, pelo trucidamento do esquadrão do comando do conde de Almoster.

O pelotão de dragões, da chefia deste moço tenente, largara do Humbe, em 11 de Dezembro, levando algumas praças doentes. Avançaram para uma região insubmissa desde há muito e onde dificilmente se conseguiria introduzir a ordem.

Iam para Memjombe, onde o gentio estava habituado aos assaltos, visto o domínio português ser ali inteiramente nominal.

Deviam tomar conta duns caminhos para abastecimento das colunas em em marcha e também para se garantir a tomadia após o reconhecimento.

Havia ali perto umas «libatas» onde os soldados entraram a pretexto de fiscalizar os negros, de fazer algumas observações, as quais acabaram numa extorsão, tendo os pretos aberto fogo contra o reduzido número de praças,

que, fugindo, lançaram o pânico entre os camaradas. Partiu-se depois dum tiroteio que o comandante ordenou e que durou algumas horas.

Eram, porém, numerosos os atacantes e as munições escasseavam, o que, naturalmente, o inimigo verificou, pela prática e uso de armas idênticas, produto de negócio com brancos, entre os quais gananciosos negociantes portugueses.

Cada soldado levava apenas cinqüenta cartuchos, e os negros, ao aperceberem-no, foram provocando, a fim de os verem gastos e poderem vencê-los, o que constituiria um exemplo para os ousados trilhadores da região onde os hotentotes raziavam e a qual deviamos defender sem conseguirmos ocupá-la, na realidade.

A peste bovina atacara o gado e como se tivessem decretado medidas que os indígenas consideraram escusadas, atribuindo-lhes feitiços, pois as suas manadas do mesmo modo eram devastadas, tinham chegado a uma enorme irritação e ao audacioso lance. O tenente conde de Almoster, vendo-se desmuniciado, comandou o ataque, ou antes, a defesa á arma branca, mas o numeroso inimigo rodeava o pelotão a ponto de se tornar impossível libertá-lo. Dezanove soldados brancos e dois pretos caíam na refrega, depois o primeiro sargento Pio e logo o próprio chefe, que, ferido nas pernas, descarregava o seu revólver até o despejar, querendo morrer matando. Sucumbiu com o heroismo digno do nome imortal de Saldanha.

Após aquele combate, o gentio trucidou os mortos, despojou-os dos uniformes e cortando-lhes as cabeças fez delas trofeus para as suas paliçadas. O sargento Rocha, muito ferido, conseguiu escapar-se no cavalo do comandante. Seis soldados internaram-se no mato, a pé, ficando em mãos dos negros duas peças Krupp de campanha.

Não se podiam dominar com facilidade aqueles povos estranhos. Interromperam-se as comunicações com o planalto e a revolta deflagrou-se em Gambos, no Mulondo, Cambe e além do Cunene.

Só a expedição do bravo Artur Paiva (1898) conseguiria libertar a fortaleza cercada mais uma vez.

Saira á frente de mil e duzentos homens, dragões, voluntários e boeres, negros mucancalas, bushmens e muximbas e foi raziando pelas regiões do Cacoluvar e Cunene sob chuvas torrenciais.

Era um heroi. Jamais tão esgotante campanha se desenhara. Com as chuvas vieram as febres e o próprio chefe foi atacado, aguentando-se, porém, através de tudo.

Em 1901 criara-se o distrito da Huila, como a afirmar uma garantia de autoridade. Ali estava a missão do Espírito Santo, que o padre José Maria Antunes fundara. Daqui se avançava para o Humbe, instalando-se em Jau, Tchivingairo, Quihita. Nesta localidade faleceu o denodado colaborador daquele reverendo: o padre António José Marques. Chegar-se-ia á Hinga, passando ao norte do Humbe. Estabeleceram-se em Tipelongo. E não era um acanhado âmbito o que se penetrava nem um minguado estabelecimento o que se criara. Havia um páraco na Chibia, quatro missionários na Huila, com onze auxiliares; cinco irmãs; uma escola para oitenta e nove alunos internos e sessenta e dois externos; sessenta alunas internas e trinta e cinco externas, uma escola agrícola, outra profissional, um dispensário e uma tipografia. Isto na Huila; nas outras (Jau, Chivingoiro, Quihita, Gambos, Mungino e Tiyula) o desenvolvimento era tambem muito grande.

PADRE JOSÉ MARIA ANTUNES — PADRE LECOMTE

DAS MISSÕES DE HUILA

Toda essa região, denominada Cinbebésia, os interessava como penetração e ela fez-se, através das missões, pelo Huambo, Caconda, Bié, Cubango, Bailundo, Cutchi, Sambo e Gualangue.

O padre Lecomte fôra um grande organizador; não o eram menos o reverendo Antunes e os seus irmãos nessa grande obra de fé e de dedicação.

Tinham-se tirado concelhos a Mossâmedes para os conceder á Huila, passando o Lubango a Vila Sá da Bandeira, em honra do grande colonizador que fôra o guerreiro célebre cujo resto da vida se passara a velar pelo património de além-mar.

Fazia-se a ocupação mas as dificuldades não cessavam. Em 1903 já se instalara um posto militar no Quipungo. Começava-se a transaccionar com mór segurança, mas os cuanhamas, de quando em quando, faziam lembrar aos atrevidos que eram senhores do território. Raziavam quási até Caconda e ao edificar-se o posto de Capelongo, para lhes deter as audácias, mais lhes acirravam os ódios que, em breve, iam explodir violentissimamente.

CAPITULO XLI

DERROTAS E VITÓRIAS

Da expedição Aguiar a Mulondo — A marcha para o Cuamato — Como se venceu nesta região do sul de Angola

Derrota da expedição Aguiar — Era necessário dominar tão terríveis adversários, como eram os cuamatas e cuanhamas. De dia para dia, enchiam-se de audácias maiores. Cada desastre infligido a portugueses mais lhes aumentava a filáucia.

Para os bater, organizara-se uma expedição com tropas da metrópole, solicitadas pelo capitão de engenharia João Maria de Aguiar, governador da Huila. O «Século», ao ver partir tão minguado número de expedicionários, declarou-o insuficiente mas não fôra atendido. Desde 1896 que se conheciam as fôrças dos cuanhamas e seus fortes aliados. Vira-as o capitão Luna de Carvalho, que estivera na região. O régulo Jula vivia em Anjiva, vestido á europeia e servia-se de móveis europeus. Mais de dez mil guerreiros lhe obedeciam e alguns montavam a cavalo. Devia ser de trinta mil o número dos combatentes negros e serviam-se, muito bem, de espingardas. Junto deles viviam os herreros, os grandes adversários dos alemães e que, por vezes, os tinham vencido.

Para combater tão formidáveis inimigos armaram-se dois pelotões de infantaria europeia, quatro de indígena, uma companhia disciplinar e esquadrão de dragões, levava-se sete bocas de fogo, ás ordens do capitão Pinto de Almeida, e uma secção de artelharia, no total de quatrocentos e nove homens. O corpo principal da coluna, com o governador, não entrara em fogo. Os cuamatas tinham-se aliado aos cuanhamas e dar-se-ia um terrível encontro.

O quartel-general do capitão Aguiar instalara-se, ao começo, no Lubango. Constituira o seu estado-maior com o capitão de cavalaria Duarte Ferreira, Adolfo Ferreira, ajudante de campo, e tenentes Francisco de Rezende e Teixeira de Azevedo.

Marchara-se sem novidade até aos Gambos; a caminho do Humbo começaram as grandes dificuldades da jornada antes do ataque decisivo que devia gerar uma das mais terríveis derrotas de fôrças portuguesas em África.

Houvera missa campal; a tropa ia bem disposta, crente na vitória, animada; os auxiliares do Bailundo, Malange e Luanda imitavam os seus camaradas da metrópole. Os povos do Cuamato insubordinaram-se ao receberem a nova, espalhada pelos alemães, de que os portugueses não iam bater os cuanhamas mas construir uma fortaleza em território cuamato. A maior parte destes negros possuia excelentes espingardas Martini e as munições eram tantas que o padre Antunes, ao vê-las, prevenira o governador da Huila. Os cuanhamas chegaram a receber um carro boer atulhado de balas e pólvora.

Reunira-se a coluna no planalto; ficara na Huila parte dela. A 12.ª companhia do Lubango levava como oficiais o capitão Remédios da Fonseca, tenente Augusto Tavares, alferes Agostinho Pires, Caeiro, Evangelino e Gomes Ribeiro. Tinham seguido dez marinheiros com o guarda-marinha Duarte Ferreira.

O inimigo, cheio de ódio, numerosíssimo, hábil e esforçado, senhor do terreno, assaltara os expedicionários no vau do Pembe e numa fúria indómita. Visava de preferência os ofi-

ciais, tendo ficado no campo o capitão Pinto de Almeida e os seus camaradas Albino Chalot, Francisco de Rezende, Carlos da Luz Rodrigues, Inácio dos Santos Nunes, Adolfo José Ferreira, Alonso Matias Nunes, Afonso Trindade, José Maria Ferreira, António Pacheco de Leão, Luiz Rodrigues, Alberto Temudo, o médico da armada Manuel da Silveira e o segundo tenente de marinha João de Faria Machado Pinto Roby, autêntico heroi duma nobre família. Contava vinte e seis anos, ostentando o colar da Tôrre e Espada, pois fizera parte da coluna de expedição contra os namarrais e tambem no Barué. Comandante militar de Inharrime, passara ao serviço de bordo e ao completar os seus três anos de estação regressava quando, em Mossâmedes, soubera da campanha contra os cuanhamas. Solicitou, por três vezes, do governador Custódio de Borja que o deixasse fazer parte da expedição, apelou para o ministro da marinha, que, ao terceiro telegrama, lhe deferiu o pedido. Morreu como um bravo. Faltavam munições aos combatentes quando os negros saltaram sôbre eles. Numa luta corpo a corpo ele pereceu. Morreram duzentos e cinqüenta e quatro portugueses, sendo dezasseis oficiais e treze sargentos.

Primeira expedição Roçadas — Após esta terrível derrota, o governador Custódio Borja retirou-se, indo de novo ocupar o cargo o dr. Ramada Curto. Sob o seu consulado se organizou a expedição do comando do capitão de estado-maior José Augusto Alves Roçadas, destinada a atacar o Mulondo, revoltado, como toda a região, desde aquela tragédia das selvas.

Julgavam os portugueses aniquilados. O gentio tratava os brancos sobranceiramente desde a Chibia aos Gambos e no Mulondo de tal forma se portavam que era necessário corrigí-los rapidamente, a fim de não se abater de vez o moral dos soldados e a confiança dos comerciantes.

Em Setembro de 1905 a coluna pôsse em marcha, sendo composta por 600 homens, 142 solípedes, 12 peças e 17 carros boeres, e partindo do Lubango atingiu o território dos sublevados em 24 de Outubro, tomando-se, logo, a embala do soba e apossando-se do vau Hundjabero.

Edificou-se um posto militar e, no regresso, tentou-se guerrear os cuamatas, mas os auxiliares, passando a margem esquerda do Cunene, tiveram que retirar com bastantes baixas. Fez-se uma razia desde os Gambos, pelo Binguiro até á Vimanha. Depois ocupou-se, pacificamente, a Dongoena, cujos habitantes ficaram assim defendidos dos assaltos dos perigosos cuamatas.

Primeira expedição ao Cuamato — Governaria Angola desde Março de 1906 a 1907 Eduardo Augusto Ferreira da Costa, antigo governador de Benguela.

Oficial das campanhas da África Oriental, tendo aprendido na escola áspera, brava e valorosa de Mousinho, ambicionava comandar uma grande expedição que o imortalizasse. Cheio de serviços, inteligente mas sofrendo fisicamente dos males da África, devorado pelo seu desejo duma vitória retumbante na sua fôlha, preparara-se, desde Lisboa, para realizar o seu sonho. Convidara para a chefia do estado-maior desse exército a formar-se para vingar o desastre de Pembe, um oficial distinto em seus estudos universitários e militares, o capitão João de Almeida, no qual havia o estôfo dum soldado, a vibração dum paladino e as qualidades dum chefe. Beirão, rijo, astuto e talentoso, sabia o que desejava e apreciava a fama. No seu sangue havia os glóbulos de um avoengo celebrado em Aljubarrota, João Fernandes Pacheco, alcaide da praça dos Alfaiaites, cujo comando ficara em sua família desde essa época até 1801, quando se rendeu aos espanhois.

Foi aquele jovem oficial o escolhido para organizar os serviços e os planos da lição a infligir aos cuamatas.

Eduardo Marques, que chefiara o estado-maior na província de Angola, partira para Portugal, cabendo aquele posto, interinamente, a João de Almeida.

Começou por fazer reconhecimentos em diversos pontos da província, desde o Alto Dande ao Libolo. Estivera em Cazengo, no Quanza inferior e no Libolo e como na Huila houvesse muito material destinado a uma fracassada expedição Sousa Machado, começou-se a pensar em o utilizar na organização da coluna contra os cuamatas.

CORONEL ALVES ROÇADAS COM O SEU CHEFE DE ESTADO MAIOR, EDUARDO MARQUES, E TENENTE FARINHA BEIRÃO. Á ESQUERDA, O PRIMEIRO TENENTE DE ARMADA VITOR DE SEPULVEDA

O primeiro comandante que se escolhera para vingar o desastre de Pembe fôra Eduardo Costa; depois, em virtude da queda do gabinete regenerador, pensara-se em dar a chefia daquela coluna ao coronel Sousa Machado, quando de novo caíra o ministério progressista, e os seus adversários, voltando ao poder em 1906, não só entregaram aquele encargo ao oficial inicialmente nomeado, mas até o govêrno da província.

Tratava-se, pois, de aproveitar o material depositado no Lubango e em Mossâmedes, o qual se deteriorava. O governador da Huila era o capitão de estado-maior José Augusto Alves Roçadas, o qual fôra para Luanda, chamado pelo governador geral interino Gomes de Sousa, por proposta de João de Almeida, que organizara a coluna. Chegara Eduardo Costa, autorizado a realizar a obra que João de Almeida traçara. Não era possível negar a licença pedida, visto, na realidade, ser impossível conservar os depósitos de material. O jovem oficial tomara a chefia do estado-maior da expedição, cujo comando se entregou a Roçadas.

O governador-geral não gostou, visto reservar-se o comando duma futura campanha. Acreditava que se trataria dum reconhecimento da região cuamata e mais nada, tanto mais que, segundo os seus informes, os cuanhamas viviam, como o resto do Ovampo, numa terrível excitação.

A prova de que assim era, consistia nas audácias dos povos do Cuamato que deviam ser seus aliados. Por isso a expedição devia ir até a embala do Cuamato. Baseava-se em que os povos do Evale e dos cuanhamas não tinham mandado emissários a saudar o tenente-coronel Luna de Carvalho, chefe do concelho do Humbe. Sòmente João de Almeida desejava ir ver, sentir a realidade, pois não concordava com semelhantes opiniões.

Partiu de Mossâmedes para o Lubango, em Julho de 1906, tomou o comando da segunda companhia europeia, da disciplinar, das 17 e 18 indígenas, de diversa artelharia e dragões que, com cem condenados, iam juntar-se ás tropas aquarteladas no Humbe. Atravessara-se o chamado deserto de Mossâmedes e acampara-se no Moninho.

Já estavam em pé de guerra dois mil homens do comando de Roçadas. A chefia do estado-maior foi entregue a João de Almeida, que logo fez o reconhecimento do vau de Cunene, para a passagem das tropas. Ao chegar ao alto do Encombe deliberara-se a construção dum forte, que foi traçado pelo chefe do estado-maior e recebeu o nome de Roçadas.

Já tinham um ponto de apoio para a penetração no território inimigo, que se julgava deveras triunfante depois de ter derrotado a coluna portuguesa do capitão Aguiar.

A 11.ª companhia de landins de Moçambique, comandada pelo capitão Baptista, atravessara o rio Cunene a vau, levando João de Almeida á frente. Construiu-se uma ponte de cento e quarenta e sete metros, a fim de estabelecer a facilidade de comunicações, e como ele era engenheiro civil dirigiu as obras segundo o traçado da planta que fizera. Só então as tropas se lançaram num reconhecimento em direitura á Embala.

Chegaram além da Chana de Mufilo, a Ancongo, onde se travou um combate deveras importante. Morerram onze brancos e quatrocentos negros só do grupo do comendador José Lopes, que há muito vivia na região e quisera auxiliar a coluna. Na tropa não houvera baixas. Só um soldado de dragões recebera um ferimento numa orelha.

O chefe do estado-maior não ficou inactivo; calmo sob o fogo, cujo baptismo recebia, pusera-se á frente dos landins e disciplinares e fôra recolher as tropas de reconhecimento.

O inimigo nunca julgara que se chegasse tão perto dele e quando viu os dragões numa arremetida deixando aberto o caminho que levava á Embala ficou aterrado.

Houvera um grande entusiasmo; decidira-se avançar, mas o comandante, numa lamentável indecisão, declarou não ordenar a marcha sem ordem do governador geral. Telegrafou-se-lhe; a resposta foi que visitaria a coluna. Com efeito, chegou a 22 de Setembro, isto é, tardiamente. Não achou possível o avanço, baseando-se nas suas razões anteriores, a que João de Almeida opôs outras, como eram as de não terem aparecido os cuanhamas na defesa dos cuamatas nem os povos do Ovampo em pêso.

Discutiram os dois oficiais; por ve-

zes foi violento o embate, mas a coluna não prosseguiu.

Abrira-se a passagem; quedavam-se na inacção. Guarnecido o forte Roçadas, decidira-se esperar o ano seguinte para se dar a batalha e, ao mesmo tempo, aguardar mais fôrças. Chegara a prova de que os cuanhamas nada queriam, pelo menos naquele momento, com os seus vizinhos. Nande, soba da região, mandara dois lengas ao Humbe a fazer cumprimentos. Bastaria avançar, mas a ordem foi contrária. O temperamento fogoso de João de Almeida contaminou alguns oficiais com comandos na coluna.

Assentaram mandar os parabens a el-rei D. Carlos, pelo seu aniversário, em 28 de Setembro, e, ao mesmo tempo, solicitar-lhe ordem do seu govêrno para a continuação da luta. Assinavam este pedido, com o chefe do estado-maior, os capitães Pessoa, Baptista, Castro, Beirão e Patacho.

Missão ao Cuanhama e ao Evale — Sòmente ignoravam que havia censura telegráfica, tomando o governador geral conta do telegrama, depois do meio-dia de quatro de Outubro, nos Gambos. A resposta foi cruel e rápida; num despacho de urgência ordenava que o chefe do estado-maior da coluna fôsse fazer um reconhecimento a fim de ver quais eram os povos aliados do Cuamato. Estava-se no forte Roçadas e era já noite quando se recebeu aquela sentença. O alvejado não hesitou; escolheu para o acompanhar o tenente Albano de Melo e três soldados de dragões e telegrafando ao tenente-coronel Luna de Carvalho encarregou-o da compra dos presentes e dos outros preparativos, na qualidade de adjunto. Seguiram quási imediatamente, pois ao meio-dia de 5 de Outubro saíam do forte em direcção ao Humbe e, atravessando o Cunene a vau, foram bivacar no Além a Mucopa.

Encontraram a áspera e profunda mata entre o rio e o território cuanhama e, durante a noite, os negros foram-nos cercando. Conseguiram ludibriá-los e chegaram a Mongua, na fronteira dos cuanhamas.

Percorreu-se o território, com vistas ás missões germanicas nele instaladas, e João de Almeida compreendeu, mais do que nunca, assistir-lhe a razão. Naquela época, os cuanhamas não se moveriam e tanto que tratou em amizade com o seu rei Nande e com os «séculos» mais importantes. Até o mandara acompanhar por dois «lengas» ao Cunene, mas era tal o receio que tinham destes povos que ao chegarem á fronteira abandonaram a missão. Decididamente, não havia aliança.

O próprio soba do Evale, ao saber do que sucedera na terra cuanhama, quisera tambem ser visitado por uma missão, enviando, para isso, ao Humbe, um seu importante delegado. Novamente João de Almeida foi até ao Mulondo com oito soldados de dragões e o alferes Sá, largaram pelo Cunene, indo a caminho do Evale. Desta vez os negros fizeram o seu chamamento de guerra — o «bater cua» — e sentiu-se a cilada.

O régulo do Evale julgava o seu rival Ilhanguela aliado com os portugueses. Chamava-se Cavanguela e pretendia afirmar a soberania, mas os expedicionários, atravessando a floresta do Bindana, acabaram por fazer o reconhecimento do Evale.

Novas missões de reconhecimento — Parecia que de futuro só nestes trabalhos empregariam o jovem e destemido oficial. Tratava-se de relacionar as marchas possíveis, para futuras expedições, desde o mar ao Cunene e além-rio.

Fez todos os trabalhos referentes á passagem da serra de Chela, pelo Chacuto, Bruco e Bontiaba e da base da serrania de Capangombe e a Mossâmedes. Daqui foi a Pôrto Alexandre, Baía dos Tigres, Curoca, foz do Cunene e S. Nicolau. De Benguela passou ao planalto, a Quilengues, Caconda, Cubango, Moxico, lago Dilolo e volveu-se pelo Bié, Bailundo e Catumbela. Chegou a Luanda em Fevereiro de 1907.

Dembos e Maungos — Não acabara, ainda, o mês de Fevereiro e de novo Eduardo Costa encarregava o capitão de estado-maior de continuar os reconhecimentos.

Levantara-se uma enorme intriga contra ele. Não desanimava, encontrando no próprio temperamento a resistência e a coragem necessárias para o lance. Levou como auxiliar o tenente Jaime de Melo Vieira, o soldado Manuel Morgado, a sua ordenança fidelíssima e mais oito praças pretas, três muares e os carregadores.

Reconheceu o Dande, até acima das Mabubas, e a lagoa Morima, passou a Sassa e chegou, sob as chuvas, ao Encoge.

Nenhum dos anteriores expedicionários — Gomes da Costa, Tamegão, Sarmento e outros — conseguira passar de ali. Ele seguiu, destinando a saír em terras de Ambaca. Foi uma terrível travessia cheia de percalços e de formidáveis aventuras, nas quais, por vezes, jogaram abertamente a vida. Havia a lutar com os negros e o clima. Desde o Encoge què mandara regressar a Luanda o tenente Melo Vieira e com o beirão Morgado e os pretos fez todo o reconhecimento, alimentando-se de frutos selvagens e de milho apanhado nas searas cafres. Havia as enormes surpresas do terreno, as águas que engrossavam, os pântanos, tudo quanto ele ia anotando para um verdadeiro e definitivo reconhecimento. Era o primeiro branco que assim se internava.

Foram dar ao Golungo Alto. Já o julgavam morto e á ordenança quando soou a notícia do seu aparecimento.

Do Golungo atravessava o Zenza e ali, na delegação, recebeu ordem para regressar a Luanda, onde Eduardo Costa, já moribundo, o reinvestiu no seu cargo de chefe do estado-maior.

Fizera-se justiça ao esfôrço do oficial que contava, naquela época, trinta e três anos. O governador geral morreu no próprio dia da chegada de João de Almeida, sem ter realizado o seu sonho de valoroso soldado.

Assinalada a vitória do Mulondo, em 24 de Outubro de 1905, durante o govêrno de Ramada Curto, pensara-se em organizar uma forte coluna que assegurasse de vez o poderio nacional e foi-se preparando com cuidados. O governador Gomes de Sousa (24 de Março de 1906 a 30 de Maio do mesmo ano) cedera o lugar a Eduardo Costa, que impulsionou o corpo do exército o qual edificara o forte Roçadas (28 de Agosto a 1 de Novembro de 1906) e aumentaram-se as fôrças expedicionárias quando, em 1 de Maio de 1907, morrera de apendicite o valoroso governador de Luanda, sendo, administrativamente, igualmente um chefe.

Nomeou-se um Conselho Governativo, composto pelo bispo D. António Barbosa Leão, dr. Francisco António de Almeida, juiz da Relação, e tenente-coronel Valeriano José da Silva (1 de Maio de 1906), que no mesmo dia entregava os poderes a Ernesto Gomes de Sousa, o qual o deteve até 17 de Junho de 1907, em que foi nomeado o ilustre soldado de África Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, em cujo consulado se levariam a cabo as operações vitoriosas do Cuamato, pois governou desde aquela data até 26 de Junho de 1909.

Realmente cabia a um excelente militar, com qualidades de organizador, o papel que muito bem convinha á sua personalidade. Talvez preferisse o lugar de Roçadas, mas o destino decidira em contrário.

Política negra — Entre o gentio bravo da região cuamata houvera dissenções que os tinham feito combater uns com os outros. Certo fidalgo, de nome Calipalula, pretendera assenhorear-se do poder, visto ser príncipe e parente do rei. Decidira-se a fugir para os portugueses, apesar do irmão lhe dizer que seria morto. A custo se escapou, depois de ferido, ao tentar a jornada, e abrigando-se na missão cuanhama, ali aprendeu alguma cousa. Atacado, por ordem do soberano do Cuamato, conseguira, mais uma vez, pôr-se a salvo, mas seu peito fôra fundamente rasgado por uma zagaia. No Macuvi crivaram-no de golpes e, gotejando sangue, sofrendo, refugiara-se numa toca perto do Humbe, onde o capitão do estado-maior Eduardo Marques o topara.

Calipalula contara-lhe a sua vida; dissera-lhe como desejava vingar-se, decidindo-se a tudo.

Segunda expedição Roçadas — Ofereceram-lhe para servir de guia á nova coluna que ia marchar ás ordens do governador da Huila, capitão Alves Roçadas, e não desmentiu sua ânsia de desforra. Acedeu a conduzir os brancos até á sua terra, traindo os negros a favor deles.

Adoptaram-no; deram-lhe um chapéu de expedicionário, uma arma e ligaram-no ao quartel-general. Dedicou-se duma afectuosíssima maneira a Roçadas, portando-se sempre com valentia. Fugira da sua terra; ia a caminho dela no meio da fôrça e radiava.

Compunha-se aquele corpo de exército de algumas unidades de diversas

armas, que iam actuar duma maneira condigna das tradições portuguesas.

Da companhia de marinha recebeu o comando o primeiro-tenente Vítor de Sepúlveda, levando como subalternos os tenentes Costa Rêgo, Álvaro Marta e Teixeira Marinho. Este oficial, que surpreendido pelas praças, a bordo do «D. Carlos», num dia de revolta, fôra conduzido, á fôrça, a terra, pedira um lugar arriscado para se bater e lá ia cumprindo a promessa de se distinguir, o que sucedeu.

Francelino Pimentel, um temperamento de bravura fria, era o comandante da companhia de expedicionários, com os seus oficiais Passos, Farinha Beirão, Bicudo e Figueiredo. Voluntariamente ali estavam no bom desejo de triunfar. Organizara-se em Luanda uma companhia de guerra com praças do batalhão disciplinar, assumindo a chefia o capitão Schiapa de Azevedo, tenentes Jaime de Melo Vieira e Utra Machado e alferes Augusto Maria e José Augusto de Melo Vieira, irrequieto temperamento que se dera á Africa com fé e amor.

Em Mossâmedes manobrava o segundo esquadrão de dragões, com cavalos adquiridos na Argentina por essa magnifica alma de militar que era a do tenente Martins de Lima. Compusera-se um grupo de esquadrões cujo comando devia ser entregue ao capitão António Montez, que fôra um dos bravos nas guerras contra o Gungunhana, merecendo os louvores de Galhardo com os de Mousinho, junto com a amizade destes dois ilustres chefes.

Custara muito a organizar as fôrças montadas, porque tendo vindo, com alguns cavalos já prontos a ser montados, outros para desbastar, fôra necessario improvisar em Mossamedes picadeiro e o ensino, o que se fez com longo trabalho. Atrelavam-se os animais a um carro que invariavelmente se voltava nas ruas, actuava-se de todos os modos, servindo-se Martins de Lima e Lusignan dos recursos existentes e da sua boa vontade e quando os esquadrões estiveram em termos foram entregues aos respectivos comandantes.

O do primeiro esquadrão era o capitão Galvão de Magalhães, com os seus subalternos Pratz, Figueiredo, Carvalho e Vandeirinho, sendo veterinario o tenente Cerdeira.

Do segundo esquadrão era comandante o tenente Martins de Lima, excelente oficial, como os seus camaradas Lusignan de Azevedo, Benjamim Luazes e Natividade, tendo ido juntar-se-lhe o alferes Costa Soares. O veterinario era o tenente Francisco Pereira.

O capitão Rodrigues Montez comandaria o grupo quando actuasse em conjunto.

Houvera desde logo esboços de conflitos de jurisdição entre este distinto militar e Martins de Lima, cuja proficiência e valor se tinham largamente afirmado na arma. Este desejava a chefia exclusiva do esquadrão quando operasse e daí uma série de irritações, as quais eram quási sempre limadas, com habilidade e senso, pelo tenente Lusignan, ajudante do grupo e amicíssimo de ambos, cujos fins se cifravam em cada um servir o melhor que pudesse.

Justiniano Esteves, capitão de artelharia, um ilustre oficial e uma alma acolhedora, figura de destaque na sua arma, comandava a bateria Erhardt A Canet tivera uma origem interessante. Como Roçadas encarregara o tenente Francisco Gonçalves, do quadro auxiliar de artelharia, de formar uma bateria de montanha, ele, que era um veterano das guerras de África, lembrou-se que existiam no Congo algumas peças de desembarque Canet, com as quais se poderia improvisar o núcleo. Arranjavam-se e dentro em pouco serviam ás suas ordens e dos alferes Angelo e Vitória. Das metralhadoras teve o comando o tenente de marinha Silva Nunes, auxiliado pelo seu camarada do exército Alberto Pais. As metralhadoras, durante as operações, foram comandadas pelo capitão de artelharia Carrilho e segundo-tenente de marinha Severo Penalva.

O chefe do estado-maior era o experimentado e sabedor capitão Eduardo Marques; o sub-chefe, Jorge de Mascarenhas, oficial de valor.

Preparara-se tudo com cautelas sem par, a fim de não haver muitas surpresas no caminho além das preparadas pelo inimigo. Estudara-se a questão de mór importância nessas terras: a das águas.

O negro Calipalula informava com segurança,

No dia 28 de Agosto de 1906 reunia-se no Humbe esta expedição de 1.256 praças, sendo 917 europeias, com 51 oficiais, mais de 1.000 auxiliares, 6 bocas de fogo, 3 metralhadoras e 125 solípedes.

Passara-se o Cunene; bivacara-se no Encombe, já na terra cuamata, sob a protecção do forte construido pela coluna de 1906, a que se deu o nome de Roçadas, ali se ficara durante os meses de Setembro e Outubro, retirando em Novembro, deixando-se uma guarnição numerosa.

Só no princípio de 1907 se organizou a expedição decisiva, a qual se compunha de 3.811 homens. Os oficiais eram oitenta e cinco; soldados europeus, mil quatrocentos e quarenta e sete; mil cento e vinte e nove indígenas; dez peças; quatro metralhadoras; sessenta e seis viaturas; trezentos e vinte auxiliares com setenta cavalos.

Novamente se escolhera o mês de Agosto, a 26, de 1907 e a marcha iniciou-se de Chela ao Cunene com dificuldades e perigos á medida que se fazia o internamento para o terrível Ovampo.

Povos arrogantes, bravos, alguns deveras esbeltos, orgulhosos e sanguinários, eram atiradores perfeitos, vivendo na obediência do régulo e no culto dos ídolos. O Cuanhama, país da carne, era mais acessível para o tráfico e não coadjuvava os cuamatas, irrequietos e furiosos ao sentirem talado o seu território. Nanda, soba daquela região, fizera promessas amigas mas não as cumprira, hostilizando os portugueses.

Os evales pensavam do mesmo modo. Existiam ali dois sobados: o de Cavanguèlua e o de Inguèlhua.

De todos os negros da região, os mais aguerridos eram os cuamatas, rivais dos cuanhamas, não se lhes ligando nem em caso de perigo comum.

Chegaram a atacar, bravamente, o forte Roçadas. Aproximaram-se das vedações de arame, na sua fúria, sendo repelidos (15 a 18 de Fevereiro de 1907) pelas fôrças dos tenentes Licínio Ribeiro, comandante do Cunene, e Severiano, que deveria chefiar o 10 de landins na campanha grande que se iniciara.

Tinham sido nomeados para ajudantes de Roçadas os tenentes Germano Dias e José Veloso e para adjunto o alferes José da Costa. O trem de combate entregara-se ao alferes Marçal, serviço de saúde aos médicos Alfredo Borges, Francisco Côrte Real, Rodrigues e Fonseca, serviços administrativos aos tenentes Ferreira e Saraiva e o comboio a Germano Dias, auxiliado

PRIMEIRO-TENENTE VÍTOR DE SEPÚLVEDA

pelos boeres Van der Waal, Andrie Alberts e Welen Wenter. O alferes Jonet, de infantaria, chefiava os sapadores e chegaram, ainda, para o serviço de artelharia o capitão João Luiz Carrilho e o tenente de marinha Álvaro Penalva, ficando este encarregado duma nova bateria de sete Krupp e passando aquele para o comando do comboio e o seu colega Germano Dias para o quartel-general.

Paiva Couceiro falara ás tropas após a revista, concluindo assim:

«Que a coluna avance, pois, e corôe de louros e levante bem alto essa bandeira cuja guarda e defesa a Nação aqui lhe entrega!»

E lá se seguiu pelo mato, em busca da desafronta, com a bandeira vencida três anos antes.

Mufilo — Avançara-se pelos matagais, que os sapadores desbravavam, quando, estando a madrugada ainda distante, começaram a ouvir vozes ameaçadoras, que pareciam as da própria selva repelindo os invasores.

Marchara-se entre o capim alto, rompera a manhã; volvera-se tudo ao silêncio. Dir-se-ia que as próprias aves partiam assustadas pelas juras da negraria.

Assim decorreu o dia ardentíssimo de Agosto, e os homens, a enervarem-se pela expectativa, o gado caminhando a custo, os grandes carros boeres numa marcha difícil e atravancadora nos minguados córregos formavam uma coluna a caminho do mistério daquele sertão tenebroso onde o

MARTINS DE LIMA

inimigo os esperava. Não se sabia donde nem quando seus tiros atingiriam os que marchavam mais ávidos de combate que daquela dolorosa indecisão.

De-repente, quando a noite começou a entrevecer o sertão, ouviu-se um arrepiante brado e logo um côro de guerra, formidável e dominador, soou. Era o «bater cua», o hino desafiante dos cuamatas, lançado desde tempos remotos contra os seus inimigos negros e brancos. As vozes de milhares de homens reboavam, sinistra e ameaçadoramente, a distância como o vagalhar dum oceano a súbitas revelado. Depois, calara-se o côro; distintamente se levantavam os desafios:

— A terra é nossa! A terra nossa! Vão-se embora! E logo, num rompante: Amanhã nos encontraremos! A terra é nossa! A terra nossa!

Descera a noite; acenderam-se os projectores de acetilene no acampamento e, caladas as tríbus, ressoaram os rugidos, os uivos, os berros, os estranhos, furiosos e terríveis anúncios da aproximação das feras.

Ao acordar-se, iniciada a marcha, não se ouviu mais rumor que o do corpo de exército. Rasgavam-se caminhos e ao chegar-se á «chana» de Lilàombe, com o sol alto, os exploradores retornaram a fazer a sua prevenção:

— A «chana» está atulhada de negraria!

Eram nove horas. Altos morros de salalé, os formigueiros colossais da selva, erguiam as suas cúpulas entre o capim; um matagal enorme tapava a passagem e nos ramos das árvores se embaraçavam já os toldos dos carros alentejanos, quando um tiroteio violento retiniu da floresta onde os cuamatas se entrincheiravam. Formou-se, rapidamente, o quadrado na planície onde se detivera a marcha e cuja retaguarda foi, desde logo, atacada pelo gentio. Distinguia-se muito bem uma libata, donde partia o mais ardente tiroteio. O tenente Álvaro Penalva, junto das peças, ouviu Roçadas dizer-lhe que destruisse o abrigo do inimigo. O projéctil partiu, disparado pelo cabo 87 do segundo esquadrão, e os negros, desalojados, redobraram seu fogo. O alferes Veloso caira com a garganta atravessada por uma bala e como um soldado anunciasse aquela morte, logo o seu oficial bradara:

«Não te assustes, ainda cá ficam muitos.»

Sairam os esquadrões para afugentar o inimigo. Devia comandá-los o bravo Montez, mas, na véspera, ao dar-se a data-de-água, a sua montada precipitara-se dentro da cacimba e, ele, ficara ferido, recolhendo-se á ambulância por ordem expressa do médico. Este incidente impedia-o de montar; porém, ao ver a sua cavalaria em acção, o ânimo exacerbara-se-lhe e, dolorosa e valorosamente, mandando tirar os taipais de um carro alentejano, colocou-se, a custo, sôbre ele e dali assistiu ao combate que se deu, exposto ás balas do inimigo.

A negralhada fugiu sob a carga. Soara a hora de haver algum descanso, ao que se julgava, e os esquadrões entraram no quadrado, sendo dada a ordem de apear. Rapidamente

o praticou a fracção de Galvão de Magalhães, com maior demora a de Martins de Lima, mas, a súbitas os cuamatas voltaram, com menos fragor, mas ainda audaciosamente. De novo largou o segundo esquadrão, com os seus oficiais Luazes, Natividade, Costa Soares e o ajudante Lusignan de Azevedo, sob o comando de Martins de Lima.

Partiram contra o inimigo, querendo afastá-lo de vez, atirando-o para longe, a desembaraçar o caminho.

Perto de hora e meia se demoraram na sua missão.

A faina tornara-se dificil porque os indígenas aguerridos não queriam ser desalojados. A sua teoria de guerra era a de envolver, acercando-se, para, a certa altura, cair á arma branca sôbre as unidades, produzindo a confusão, como sucedera aos expedicionarios de Aguiar, cuja derrota enchera de jactância o povo cuamata.

Acabaram afastando-se, mas o esquadrão, ao retirar, ainda debaixo de fogo, causara-lhes numerosas baixas e o pânico estabelecer-se-ia em breve.

Apresentava-se em ordem, evolucionando como se regressasse de umas manobras, em tempo de paz. Os clarins tocavam a marcha de guerra, cujos sons dão brio aos homens e parecem comunicar aos cavalos a sua vibração marcial.

Fulguravam as espadas, as montadas caracolavam no seu alinhamento, outras transportavam feridos e mortos, e o comandante, de monóculo assestado, de luvas brancas, garboso, colocou-se á sua frente o com o ajudante. Chamara o veterinário Francisco Pereira e dissera-lhe:

— Venha para aqui; desembainhe a sua espada. Quem se bateu como o senhor, tem junto de nós o seu lugar.

Sob este frémito de comoção, ao som dos clarins e vitorioso se entrou no quadrado, onde a companhia de marinha, logo secundada pelo exército, aplaudiu, ás palmas e aos hurras, aquele esquadrão que tanto honrara a cavalaria portuguesa.

Serviu para dar mais arrôjo aos combatentes a acção magnífica dessa manhã de glória.

O combate prosseguiu raivosamente; em dois quartos de círculo, os negros avançaram, tentando um movimento envolvente, e, em seguida, entre o ruído da metralha, da fuzilaria, das granadas e das balas «dun-dun», que o inimigo empregava, um cântico guerreiro se elevou respondendo ao dos adversários. Cantavam-no os valorosos landins seguindo a companhia europeia que avançava em acelerado para a floresta batida já pela artelharia. Ficaram por terra alguns bravos, mas os cuamatas, tendo perdido muita gente, retiravam, combatendo. O alferes Vitória conduziu uma peça em sua perseguição.

VETERINÁRIO FRANCISCO PEREIRA

Não afrouxavam com os tiros. Estava-se ainda longe do fim da batalha, a que o comandante Roçadas serenamente assistia.

O soba do Cuamato presenceara a acção rija das suas legiões; os portugueses firmavam-se; mas os adversários não retiravam, O tenente Marta, de marinha, á frente dos seus homens, penetrara na orla da floresta, em busca dos atiradores que estivessem mais próximos. Eles, porém, disparavam de cima das árvores. Abatiam-se alguns; mas as balas zuniam com a maior vivacidade. Dir-se-ia que o inimigo se aproximava com a sua sarça de fogo para um abraço mortal. Sofria-se, no quadrado, o suplício da sêde. A água das «cacimbas» era, porém, repugnante e quente.

Combatera-se das nove á uma e meia para cortar um dos elos da serpente negra que rastejava vomitando fogo.

A sêde era um enorme suplício; ca-

recia-se de água, a todo o transe; homens e cavalos sofriam agruras e como o tiroteio tivesse cessado, após a sortida dos cavaleiros, julgou-se o inimigo distante e, novamente, se tentou chegar ás «cacimbas», indo os dragões dessedentar as montadas. A companhia do 12 de infantaria apoiava-os na marcha, mas, nesse momento, os cuamatas voltaram á luta numa grande e sábia táctica de guerra.

Caíam as balas dentro do acampamento e uma delas alcançou o veterinário Francisco Pereira, que morreu no dia seguinte. Estavam feridos o alferes Veloso e o capitão Mário de Sousa Dias.

Chegara a noite. Parecia que o inimigo desaparecera. Suas vozes não soavam já em Tcha-Mufilo, que, no seu idioma, significa «Campo do Silêncio». Gemiam nas ambulâncias setenta feridos portugueses; os rumores vagos das florestas acresciam com a noite. As feras acudiam ao cheiro da sangueira, mas as luzes espantavam-nas e iam rugir para longe.

A vitória sagrara as armas portuguesas. O inimigo retirara e, ao nascer do sol, renasceu a glória.

Aucongo — Desfeito o quadrado, iniciada a marcha, a 28 de Agosto, avistara-se uma floresta muito cerrada, que o guia Calipalula, o príncipe cuanhama que procurara o apoio dos brancos, dissera intitular-se Aucongo.

Não devia internar-se aí o exército e, desviando-se, acamparara formando o seu quadrado, dentro do qual ficou uma libata, a de Matonguê, e uma «cacimba» de águas putrefactas, Procuraram-se outras; encontraram-se dificilmente mas pôde ser abastecida a coluna dentro do que se lhe deparava.

A súbitas, subiu o cântico guerreiro, o «bater cua», esse terrível e ameaçador chamamento á guerra e á hecatombe, visto o combatente ovampo não dever perdoar. Saíram os esquadrões para dessedentar o gado e apoderarem-se de mais «cacimbas» e desta vez retiraram ante a fuzilaria dos cuamatas emboscados na espessura da floresta.

Cada árvore abrigava um inimigo entre os seus ramos; o bosque era uma impenetrável fortaleza.

Entrara, porém, a ralhar a artelharia e a sua voz era a do terror para a selva misteriosa onde os indígenas se entrincheiravam.

O tenente Martins Soares recebeu uma bala no peito e ela, resvalando, matara um soldado que ia na sua retaguarda.

Morrera o veterinário Pereira; tinham caido mais cinco soldados. Na treva se abriram as suas covas, para que o adversário não as suspeitasse e com elas a desdita dos que tanto odiava.

Chegara o dia 2 de Setembro sem que a coluna se movesse. Reabastecia-se; partira, desta vez, o capitão Galvão a buscar mais víveres. Seriam quatro horas da tarde quando um tiroteio, inesperado e fortíssimo, alarmou o quadrado e uma onda negra, formidável, surgindo, a súbitas, entoou um outro cântico de guerra:

«Avança, avança, valente cuambi!»

E aos cantares, naturalmente, dos chefes, que assim comandavam, respondia a adesão entusiastica dos «lengas»:

— Tá-toé! Tá-toé! (Avança! Avança!).

Descobriam-se e, sob as pontarias das peças e das espingardas, muitos trambulhavam, mas outros corriam como, ao destroçar-se um formigueiro, se vê avançar, multiplicada, em formidáveis desdobramentos, a massa enormíssima dos insectos que se julgava incapaz de ser contida nos seus redutos frágeis.

Durante quatro horas se bateram, umas vezes escondidos, outras a descoberto. Acabara-se por edificar um posto, mal o inimigo retirara, e os sapadores entraram, com mais fervor, na floresta, abatendo as árvores, abrindo a passagem para a Embala do Cuamato, a residência do soba Tchataqueta.

Calipalula, durante os combates, aguardava a vitória dos portugueses, com fé em regressar á sua terra vendo vencidos os seus adversários e libertos os que queria considerar seus amigos ou partidários.

Os cuamatas e cuanhamas sabiam da sua presença no quartel-general, sob as armas estrangeiras, e insultavam-no na mais soez linguagem. Os cânticos guerreiros entremeavam-se de apodos sem par.

Já se tinham mandado os feridos para o forte Roçadas; instalava-se uma guarnição na nova posição de

Aucongo, sob a chefia do capitão Licínio Ribeiro, e o acampamento levantara-se para se dirigir ao Cuamato, em busca da Embala.

De Macuvi a Damequero — A «Chana» de Macuvi ia ser teatro de mais uma acção marcial.

Não se queria deixar nem um só inimigo nas vizinhanças e lançavam-se, por isso, os homens a raziar e quando se chegou ao Macuvi, tendo deixado destroços e incendiado algumas «libatas», o pelotão de marinha, que ia destruir outras, sentiu-se atacado, ao mesmo tempo que se elevava o «bater cua», num terrível fragor de incitamentos e ódios: «Avança, avança, valente!»

Compreendeu-se o que ele desejava. Era a mesma táctica do Mufilo. Envolvendo o quadrado por três lados, deixava a retaguarda livre para a retirada; ia apertando na sua trempe de fogo os combatentes e, contando com o recurso enorme das suas legiões, esperavam fatigá-los e vencê-los. Gerando o pânico, deixavam-lhes a sua saida. Ao chegar o terror, fatalmente, fugiriam e, nesse momento, os «lengas», unindo-se, persegui-los-iam ou, cortando-lhe velozmente a retirada, acabá-los-iam na chacina. Fôra, decerto, este o processo seguido no aniquilamento da expedição Aguiar.

Rolos espessos e negros de fumarada anunciavam a vitória, pois cada faulhar de incêndio ou ennovelado de espesso fumo representava as «libatas» destruidas.

Tentava-se deter a coluna, por um esfôrço desesperado. Empregavam-se todos os seus valores para o conseguir, e batendo-se denodadamente, os negros contavam sacrificar-se mas vencer. Parecia que o seu fim consistia em penetrar no quadrado.

Lançaram-se sôbre uma das faces do quadrado de Macuvi com um impetuosíssimo tiroteio, aproximaram-se e o lado atingido não pôde manter-se, começando a retirada por escalões, protegida pelo forte troar da artelharia. O gado, fatigadíssimo, cheio de sêde e esfomeado, custava a atrelar e viu-se um exemplo de coragem, denodo e sangue frio. Havia oficiais que conduziam, sob o fogo intenso, os armões e os cofres, e entre eles Farinha Beirão e Marta. O tenente Alberto Pais batia-se com as suas metralhadoras, que foram mandadas recolher, ante a temeridade e os contingentes superioríssimos dos inimigos. Aumentava o número de mortos e de feridos e, junto deles, a batalha crescia, avolumava-se, sendo a formatura, já rigorosa, de novo, atravessada por milhares de balas. A custo se mantinham as posições. As grandes massas negras surgiam como se a terra as expelisse, assim feras e armadas, como se, por cada morto, renascessem dez combatentes.

Escalonava-se, mais uma vez, a retirada do destacamento; a marinha já estava na face traseira da formatura e esperava-se assim chegar ao Aucongo, aos entrincheiramentos. Deste modo foi possível haver alguns ne-

OFICIAIS DA EXPEDIÇÃO ROÇADAS AO CUAMATO

gros dentro do quadrado, sôbre as árvores onde se empoleiravam e rente das quais as fôrças iam passando.

Assim se voltara para o lugar da vitória, ante a algarada dos inimigos. Protegera esta marcha o 12 e a marinha e o último núcleo a retirar foi o do comando do segundo-tenente

CALIPALULA

Costa Rêgo. Havia quatro mortos e vinte e dois feridos.

Descera mais aquela noite na selva e as vozes ameaçadoras ouviam-se em chascos, ameaças, mofas e odiosos dizeres: Que tinham voltado mas, dentro em pouco, eles dormiriam no entrincheiramento; que se fôssem embora depois de terem feito duas casas e que não passavam de cães. E subiu, mais terrível, o cântico, o «bater cua», na treva sinistra.

Passaram no espaço, como meteoros, três foguetões. Anunciavam a partida do comboio do forte Roçadas e, desimpedida a retirada, fôra-se ao seu encontro. Para os cuamatas, aqueles fogos altos eram como espias luminosas atiradas ao céu a fim de verificar as suas posições, estrêlas, cúmplices, feitiços dos brancos. Ao chegar o comboio com víveres frescos e munições, reiniciara-se a marcha e começara o internamento no mato sem o menor incómodo. Como se a lição tivesse sido dura ou os adversários mudassem de plano, juntando mais gente para a defesa da Embala, a marcha pôde fazer-se, embora se ouvisse, por entre o «bater cua», gritos, clamores, como a abalada furiosa dum bando através da floresta.

Toparam-se, dentro em pouco, libatas abandonadas. Explicava-se tudo; os habitantes dum aldeamento tinham fugido á aproximação da coluna e sôbre os brazidos ainda se encontravam as panelas fumegantes do pirão, bebidas fermentadas á maneira cafreal ficavam em abandono como o sinal mais evidente da precipitação da fuga. Chegara-se a um lugar importante; o capim tinha tons verdes; o chão ressumava água, tão límpida e tanto á superfície, que era quási manancial ao borbotar das valas das trincheiras que se cavavam.

Calipalula, como um vèdor, reconhecendo o terreno, por onde passara, outrora perseguido, anunciava a boa certeza de se ir a caminho da Embala.

E a marcha prosseguiu. Era em 13 de Setembro. Dera-se ao segundo esquadrão a ordem de sair e varrer a orla dum bosque onde se ocultavam negros junto duma «libata» e apreender-lhe o gado. O capitão Rodrigues Montez partira a galope com o seu ajudante Lusignan e como ordenança o soldado do 32 e logo o esquadrão, entre quinze e vinte metros de distância, a verificar o que fariam os negros imediatamente internados na floresta.

Durante a marcha soaram dois tiros dentro da formatura. Deviam ser destinados a Roçadas e a Calipalula, que ensinava aos brancos o caminho do seu país. Pelo menos assim se espalhara, pela direcção que elas levaram. Pensasse como, ousadamente, se sacrificaram, aqueles que de tão perto as foram disparar.

Foi-se avançando sempre entre fogo; de quando em quando parava-se para, bombardeando o mato, desimpedir o caminho e os flancos; começaram as baixas. Saía-se da coluna em núcleos devastadores, de baionetas caladas, lançando-se sôbre as «libatas» e os negros valentíssimos, tentando o combate corpo a corpo, corriam em bandos, servindo-se de suas azagaias e porrinhas, umas mocas pregueadas, que desde a infância manejam todos os cuanhamas, cuamatas e outros povos ovampos. Repelidos, soltavam os seus brados e os atiradores mais destros visavam, de preferência, os oficiais.

Eram umas caçadas de competências, no fragor da batalha. O tenente Silva

Nunes partira para destruir as «libatas» que iam deixando com todos os sinais de terem sido surpreendidos, mal contando com a audácia do avanço depois de terem folgado com o receio considerado impotência. Caíram vinte e cinco portugueses, dos quais morreram oito.

O avanço fazia-se com lentidão e esta foi quási sempre a característica das operações. O tenente Nunes semeava em todos os estacionamentos a maçambola, que quási germinava e nascia antes de recomeçar a marcha, o que demonstra as grandes demoras.

De Damequero á Embala — Chegara-se a Damequero. Uma velha negra, perdida na selva, narrara como os cuamatas se tinham enchido de terror e, sendo bem tratada, mostrara-se grata, dizendo nunca imaginar que os brancos fôssem bons.

Resolvera-se erguer um posto no sítio do bivaque e o mais novo dos oficiais, sem dúvida um dos mais expeditos, José Augusto de Melo Vieira, foi encarregado desse trabalho em Damequero. Executou-o quási com requintes de artista, embora o inimigo atacasse, soltando seus brados:

— Vão-se embora, a terra é nossa! Já levantaram duas casas! Que querem mais?

E na fúria máxima, no delírio da impotência, ameaçavam de crueldades sem par. Respondiam-lhes os auxiliares, convidando-os a acabar a guerra, a entregarem-se, dizendo-lhes:

— Manèputo é bom! Vinde, que sereis bem tratados.

Tambem, ás vezes, ironicamente, os convidavam para «tomar alguma cousa». «Tambula cacharamba. Tambula curiá! Ohé!»

Começara a trovejar; as primeiras chuvas ameaçavam as operações. Quando elas se misturam nas guerras, os brancos já sabem como são devastados, e o mêdo dominou, nascido tanto pelo negro como pela intempérie. Assim se marchou para Aluendo, sem que parasse o tiroteio.

Uma bala fôra matar o tenente de dragões Prats, que estava sossegando sob um carro boer. Expusera-se muito no seu primeiro esquadrão e ao descansar, após a luta, uma bala perdida matou-o.

Calipalula falava da Inhoca, onde estavam as «cacimbas do soba», e quando, ao cabo dum avanço de oito quilómetros, as descobriram só pensaram em tomá-las.

Constituiam o manancial; a água, em lençois límpidos, para os homens e para o gado. Era certo que o inimigo as defendia com maior braveza, mas a artelharia rechaçou-o,

CAPITÃO RODRIGUES MONTEZ

desta vez, seguindo-se-lhe um formidável ataque á baioneta.

Tomaram-se as celebradas «cacimbas do soba» Tchataquela. Elas ficavam no centro da posição; bebia-se á vontade, refaziam-se as fôrças, embora só duas delas contivessem água. As outras sêcas e profundas, serviam de abrigos. O gado nadava numa lagoa, e ensopava-se, num refrigério que chegava á anormalidade. Um boi bebeu perto de cinqüenta litros.

Custara a existência ao alferes Augusto Maria aquela acção. Uma bala, batendo-lhe na cartucheira, fizera explodir as que ela guardava, ferindo horrivelmente o oficial.

A embala estava á pequena distância de duzentos metros. Do lado onde devia estar edificada subiam rolos de fumo. Calipalula, porém, asseverava que um soba, mesmo ao fugir, jamais incendiava a sua morada.

No dia seguinte, sob o fogo vivo da artelharia, atacara-se a almejada Embala; não vinha de lá um único

tiro; correram ousadamente e os marinheiros, arrancando, á mão, as paliçadas, entraram, com o seu tenente Álvaro Marta. Fôra o primeiro, seguindo-se os marujos de roldão com os soldados. Ninguem. Topavam, porém, os trofeus das vitórias anteriores, desde os quepis alemães, armas e espadas ganhos no combate de 1904, em que fôra trucidada a expedição Aguiar.

Bebeu-se champanhe; soaram vivas. Os soldados descobriram peixe nas lagoas; os marinheiros fizeram a principal descoberta: os anzois nas suas mochilas.

Surgira uma mulher aterrada; traziam-na cheia de susto, imaginando vencida, mas onde o inimigo ainda se podia ocultar para as ciladas.

Bivacara-se depois daquela tomadia, realizada em 22 de Setembro de 1907.

A escolha do soba — Começou a construir-se um forte dentro da Embala e Alves Roçadas escolhera a data 28 para içar ali a bandeira triunfal.

Passavam nesse dia dois aniversários: do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia e, depois de Eduardo Marques fazer uma alocução patriótica, disparadas as salvas da ordenança, o pavilhão azul e branco subira ante as lágrimas de alegria dos vencedores.

O comandante quisera que o novo forte se chamasse D. Luiz de Bragança, em honra do herdeiro do trono.

DESPOJOS DA EXPEDIÇÃO AGUIAR

suplícios sem par, tormentos, martírios. Á vista de Calipalula pareceu tranquilizar-se um pouco mais. Ele reconheceu-a; era uma das favoritas do soba. Da boca entristecida da negra sairam as revelações. Tinham fugido; grande número de fidalgos morrera e o soba exclamara, desalentado:

— A fôrça do «branco», é muita. A terra tem que ser dele!

E largara com a família para o Cuambi. A Embala ardera porque o lume das fornalhas, para os cozinhados, ateara o incêndio.

No dia seguinte, Montez, Lusignan e José da Costa partiram para o forte Roçadas a anunciar a vitória. Levavam só quatro ordenanças e assim, espontaneamente, percorriam a terra

Aparecera um jornalista, Simão de Laboreiro, conduzindo alguns negros que tinham ido ter ao Aucongo, onde ele se encontrava.

Entrara Outubro. Fizera-se um novo avanço até á Embala do Cuamato Grande (4 daquele mês). Lá encontraram novos despojos de guerra que deviam ter pertencido ás vítimas da expedição Aguiar.

Os auxiliares começaram tocando um batuque, a fim de atrairem os negros foragidos. Tinham-se enterrado em duas sepulturas contíguas um marujo e uma praça do 12. Ficavam repousando como símbolos da armada e do exército no lugar da vitória decisiva.

Acorreram quatro negros cuamatas,

que prometeram ir falar ao povo. Requisitaram panos, para servirem, no dia seguinte ou quando viessem, de bandeiras parlamentárias. Beberam aguardente e retiraram-se quási felizes.

Certa tarde, Roçadas, voltando-se para Calipalula, dissera-lhe:

— Tudo isto é teu!

O gesto açambarcava o sertão, as aldeias, o Cuamato tornado português.

Luziram estranhamente os olhos do príncipe que conduzira os portugueses até ali. Era a sua vitória; o seu triunfo. Davam-lhe o sobado; impunham-no. Ele bradava: «Quêto!» «Quêto!» «Quêto!» (Obrigado! Obrigado! Obrigado!). No seu cérebro deviam passar as delícias do poder. Dentro em pouco, certamente, receberia a primeira prova da sua realeza: a visita duma linda moça com que os vassalos costumavam, segundo a tradição, presentear o seu soberano. Calipalula seria rei.

Deliberara-se aclamá-lo no dia 9, pelo meio-dia. Preparara-se tudo; transmitira-se a notícia ao povo e as fôrças portuguesas iam formar para a cerimónia de impor um rei negro na pessoa dum seu aliado fiel mas traidor á sua pátria.

Não se sentia júbilo. Na Europa como na selva o silêncio é reprovação dos povos, contra os grandes, sob o grampo do mêdo. Calipalula era o mais triste; na sua face assombrava-se a melancolia, a dor. Desagradável presságio para uma realeza, feio augúrio para um reinado, tôrva carranca para uma majestade.

Voltando-se para o comandante, o indigitado soberano, punha uma nota desoladora no júbilo do triunfo.

— Senhor, eles não me querem para soba. Não me querem?

— Como o sabes?

— Os novos, os rapazes, saíram sem me saudar!

Havia mais; o que ele não quereria dizer, talvez para não pôr um travo grotesco no drama constituido por toda aquela travessia do sertão e a epopeia das batalhas. É que lhe tinham mandado uma velha em vez duma linda moça. Retirara-se cabisbaixo; falhava-lhe a existência; devia abdicar antes de cingir a corôa. Saiu.

A súbitas ouviu-se um tiro. Calipalula jazia com o maxilar ferido por uma bala. Disparara contra o queixo a sua Martini e ter-se-ia suicidado sem a intervenção de seu sobrinho Samuel.

Varado de vergonha, o príncipe negro, quisera varar-se de balas.

Convocara-se, de novo, a multidão vassala e os «grandes» escapos á guerra. Preguntara-se-lhe se havia al-

OS RESTOS DOS MORTOS DA EXPEDIÇÃO AGUIAR

guem capaz de ser soba e fiel e respondera-se que só um fidalgo, de nome Popiene, poderia ser o novo rei. Decidiu-se que fôsse aclamado, e, desta vez, entre alegrias, batuques, numa embriaguez colossal decorreram as festas da aclamação do nobre Popiene, que juntara ao seu nome, ilustre na selva, o de «Combunga», que significa «Lobo».

O outro, o vencido, fugira, bêbado e imundo na hora da derrota, bulbuciando: «Branco ter muita fôrça! A terra tem que ser dele!»

Nos júbilos como nas tristezas, os negros procuravam no alcool a excitação consoladora. Naturalmente, Calipalula, seguindo a coluna que regressava, talvez, tambem, tivesse achado nele o seu lenitivo.

O regresso imediato obstara a que se obtivessem as vantagens a que dava direito a vitória e foi causa de futuros trabalhos e sacrifícios. Roçadas deixara, deste modo, pairar uma ameaça constante. Os fortes, isolados, não constituiam garantias da absoluta submissão dos negros.

O encontro trágico—Deixara-se como comandante do forte D. Luiz de Bragança o capitão Domingos Patacho, e feitas as despedidas, em 14 de Outubro, iniciara-se a marcha de regresso. Percorreu-se o mesmo caminho; radiava-se tanto quanto se sofrera. Em Damequero já havia instalações de certo tômo no forte governado pelo capitão Carrilho e ali tiveram que deixar o médico Francisco Costa, o qual vinha doente e morreria da enfermidade adquirida durante a campanha, ao cumprir, além do excesso, os seus deveres.

Ficara no comando o capitão Mário de Sousa Dias.

Largara-se para Aucongo e, enviados os feridos para o forte Roçadas, a coluna vencedora torcera a marcha para o vau do Pembe, a fim de ir prestar homenagem aos vencidos de 1904 no próprio lugar da derrota.

Num campo desolado, deserto, dum mortal silêncio, do qual até as aves pareciam afastar-se, foram topar carcomidas ossadas, tíbias, fémures e crânios brancos pelas chuvadas, perdidos ali naquela paisagem de fúnebres evocações. Os sargentos Monteiro e Falcato, sobreviventes da tragédia, recordavam o horror do assalto da negraria e os lugares onde tinham caido alguns dos oficiais. Era uma esteira alva e horrífica de despojos; um cemitério na selva; como se tivessem sido revolvidas, sacrilegamente, muitas sepulturas, alastravam os restos dos chacinados. Sòmente nem um só dos crânios estava inteiro; sentia-se, eles o revelavam, a brutalidade dos vencedores, o martírio sofrido, a mercê dos cuamatas selváticos, ora vencidos.

Daquela vez tinham sido cumpridas as ameaças, ao som do terrível hino do «bater cua», no qual havia mais uivos de hienas do que rugidos de leões.

Recolheram-se, piedosamente, em sacas os restos confundidos dos irmãos de armas chacinados. Chamara-se um padre para dizer missa no lugar do suplício e o reverendo Martins, do Lubango, acolitado pelo padre Benofoux, das missões, celebrou ante o exército vencedor o santo sacrifício por alma dos vencidos no sítio inolvidável da derrota, onde se plantou uma tôsca cruz.

CAPITULO XLII

OS DEMBOS

Tentativas para o seu domínio. A coluna do comando de João de Almeida. Ocupação do território

Os Dembos através dos tempos — Sendo os Dembos uma raça rebelde, selvagem, entre a qual existiam antropófagos, desde velhos tempos da conquista de Angola que várias expedições ali tinham ido a fim de os vencer. Tinham pertencido ao formidável império do Congo. Seu nome significa Chefe.

Com o decorrer dos anos, as chefias surgiram, quebrando o grande núcleo, ficando-lhes, todavia, a tradição teórica de certo respeito aos reis congoleses.

O Dembo dos Dembos, o supremo senhor, era, já em 1615, o Caculo-Caenda, nome da região e de seus Dembos, e Manuel Cerveira Pereira foi avassalá-lo. Considerava-se ele o autêntico descendente de um rei do Congo e da rainha Ginga. Seguiram-se várias lutas com diversos potentados desta raça, desde 1631 a 1651, quando os capuchinhos italianos se estabeleceram na Caenda, fundando a missão de Santo António. Houvera depois a invasão de Angola pelo soberano congolês, sem que o gentio se aquietasse em definitivo, nem mesmo depois de Pascoal Rodrigues ter passado os prisioneiros a fio de espada. Vivia-se muito bem com Caculo-Caenda, que prestara grandes serviços na guerra. No reinado de D. José I fundara-se o presídio de S. José de Encoge, que foi atacado pelos dembos Ambuila e Namboagongo, auxiliados pelos Mussões (os vagabundos). Continuavam as guerras e o Cacula-Caenda passou, por suas acções, a favor dos portugueses, a ser reconhecido como o «Maior de todos os Dembos».

Fizera-se uma vaga ocupação nalguns sítios, considerando Portugal como sua província, território onde não exercia poderio efectivo.

Concediam-se patentes a alguns dos Dembos fiéis, sendo, em 1855, criada a Companhia Móvel. D. Francisco André Fernandes Tôrres foi nomeado coronel de todos os Dembos vassalos e capitão-mor da guerra preta. Em 1862, mandaram-se vir colonos do Brasil para povoar a região do Bembe.

Dez anos depois, rebentou tão acesa luta, que acabara pelo Cazuangongo — os dembos têm sempre os nomes das suas terras — apresar uma filha do comerciante Silva, menina de seis anos, levada como um trofeu, só sendo possível arrancar-lha quando, ao cabo de quarenta anos, foi vencida a gente deste dembado.

Ele, naquela época, exigia do govêrno português, em troca da sua vassalagem, o castigo dos povos considerados seus súbditos, mas que não queriam obedecer á sua tirania. As insubordinações sucediam-se e o governador de Angola, não tendo fôrça para interferir, ia protelando o auxílio. Rebentou a grande insurreição, á qual aderiram até os avassalados, a pretexto, ou talvez em virtude, de se praticarem abusos na cobrança do imposto.

Enviara-se o capitão Sebastião Nunes da Mata com quarenta soldados de caçadores e duzentos de segunda linha, o qual se sentiu impotente para dominar os rebeldas.

Pedira socorros imediatos, ante o levantamento geral, indo fôrças sob o comando do major Alvim, mas caindo ali em plena época de chuvas e sendo poucas e mal apetrechados os

seus componentes continuou-se a sentir a inferioridade ante o inimigo. O próprio serviço de saude, a cargo do médico Luiz Fernando Colaço, era insignificante. Começara a comandar as operações o tenente-coronel Miguel Gomes de Almeida. Apenas aumentara a patente do chefe. Por fim, lá chegaram uns reforços, fazendo-se um avanço sôbre o Cazuangongo, considerado o mais fraco dos Dembos. Pereceram no combate, além do alferes José Emídio Tavares, sete praças e três serviçais, ficando feridos mais seis com dezassete soldados. Batera-se, tambem, o Caculo-Caenda, lavrando-se o auto de paz em 24 de Setembro de 1872, estando presentes o tenente-coronel Gomes de Almeida, o capitão Francisco José Roma, o tenente Mendes Negrão, o alferes Eduardo Ribeiro, o tenente Isidoro Seabra e D. Sebastião Cheque Caene Mufuque, D. Gonçalo (Muene Catuma), ambos «macotas» do dembo Cacula-Caenda, e D. Joaquim (Muene Capita), «macota» do dembo Cazuangongo. Apresentaram-se estes para a submissão, mas desejavam de seus amos «a saida para fora deste concelho do capitão reformado Gonçalo de Oliveira Beça, tenente das Companhias Móveis, Rebelo e Cunha e alferes Sampaio, homens estes que vivem aqui só com o fim de extorquir quanto podem aos povos». Concedida esta clásula, juraram obediência.

Em Dezembro, já o comandante da expedição sentia ser necessário arrasar tudo até á banza do Cacula-Caenda, não se lhe aceitando tratados. Devia ser aniquilado.

O alferes José Inácio de Oliveira estava desde Fevereiro a Junho a defender-se em Sassa, cercado pelos rebeldes, com dezoito soldados brancos e trinta e dois negros, cheios de fome e doentes.

A guerra de 1872 não fôra gloriosa por falta de recursos de que não dispunha a província. Os Dembos continuavam do mesmo modo independentes. Em 1884, consentiram que um judeu, Bensaude, por lá pesquisasse sinais da existência de ouro, tanto no terreno como no Lombige. Levava uma peça e algumas armas.

Em 1888, o Dembo do Massulo, D. Garcia Pedro, jurou vassalagem ao capitão de Ambriz, Joaquim Pinto Furtado.

A região não era segura. Debalde se pretendia realizar a sua completa ocupação, embora houvesse tão grande desejo de o fazer que se ordenaram travessias, como a de Gomes da Costa (1904), que foi desde Alto Donde até ao Encoge, donde não conseguiu passar, como aconteceu a Sarmento, Tamegão e outros, que tinham sido encarregados dessa viagem.

Em 1907, Paiva Couceiro deliberara tentar alguma cousa de mais decisivo, com o concurso do capitão João de Almeida.

Administração de Angola — Henrique de Paiva Couceiro, soldado que tinha glória de sobra para invejar a alheia, consentiria que outros se batessem e triunfassem, visto não recear confrontos.

O seu programa era a ocupação efectiva dos territórios, conforme o estabelecido pela Conferência de Berlim, e para isso tinha programa. Confiando na sua persistência, esperava levá-lo a cabo.

Tomara posse em 17 de Junho de 1907. O seu chefe de estado-maior era João de Almeida; dispunham-se ambos a trabalhar, visto este oficial ter encontrado quem lhe aprovasse os planos, depois de estudados e sem reservas de interêsse diferente dos patrióticos, irmanados na mesma fé e ânsia de bem servir.

Ia chegar o príncipe real D. Luiz Felipe na sua viagem de S. Tomé para a África Oriental, devendo desembarcar em Luanda em 17 de Julho.

Um cortejo naval, composto pelo cruzador «Adamastor», corveta «Afonso de Albuquerque», várias lanchas do serviço fluvial e barcos de comércio estrangeiro e português, seguiu o «África», que ia ancorar ás nove da manhã. Um entusiasmo, vasto e ardente, sincero, acolhia o moço herdeiro da corôa, que recebia Paiva Couceiro e João de Almeida, o capitão dos portos, capitão de fragata Gomes de Sousa, comandantes dos navios de guerra nacionais e estrangeiros, autoridades, alto funcionalismo e o bispo de Angola e Congo. O povo festejou D. Luiz Felipe, que lhe aparecia entre dois soldados de renome: Couceiro, governador de Angola, e Aires de Ornelas, companheiro de Mousinho e ministro da marinha e ultramar. Hospedado no palácio do

Govêrno, pouco tempo se demorou a alteza na capital da colónia, tendo visitado, nos dois dias destinados a Luanda, a fazenda «Tentativa» e a Companhia Agrícola de Cazengo e o caminho de ferro de Ambaca. Despediu-se na noite de dezanove, em que houvera magníficas iluminações, num deslumbramento enorme. As embarcações, o litoral, desde a cidade ao Cabo das Lagostas, estavam faiscantes de luzes, barricas de alcatrão ardendo, fogueiras, luminárias, ao mesmo tempo que centenas de barcos, com suas grinaldas de balões venezianos, iam desfilar diante do «África», que levantava ferro ás onze da noite, com destino a Lourenço Marques.

UMA QUIBUCA NO PAÍS DOS DEMBOS

O governador prosseguia nos seus trabalhos administrativos. Elevavam-se, mais uma vez, os direitos de consumo das bebidas alcoólicas e proibia-se a entrada de máquinas e acessórios de destilação e mais fabrico de espirituosos.

Acentuara-se a crise na província, mas Paiva Couceiro buscava enfrentá-la com o seu programa.

Ocupação da Lunda — Encarregou-se desse trabalho o major de artelharia Veríssimo de Gouveia Sarmento, que se entregara á região desde 1896, começando a estabelecer uma vasta rêde de postos. Anexaram-se Malange e Duque de Bragança ao novo distrito, sendo aquela localidade a capital; os povos de àquem Cuango estavam sob a influência nacional apenas nominalmente. Veríssimo Sarmento, durante sete anos, com a sua táctica, mais do que ajudado por elementos necessários á sua obra, conseguira o domínio para o sul, ao longo do Quanza para a confluência do Luando; na direcção sueste até Sanza, visando a oportunamente prolongar-se para Tala Mugongo-Cassange; na direcção nordeste, pela linha Quela-Luremo (além Cuango) até ao N'Zovo, rio Hamba, fronteira belga e pela linha Catala-Canjinga até ao Tembo Aluma, fronteira belga; finalmente, na direcção norte, até Duque de Bragança-Banje Angola.

Muito lidara aquele oficial. Ao leste do Cuango igualmente começara a demarcação com o estabelecimento do posto de Caungula, e, depois de se debelarem algumas revoltas, chegara-se a Camaxilo.

Depois de Couceiro tomar conta de Angola, fôra nomeado para o govêrno da Lunda o capitão de artelharia Alberto Almeida Teixeira, que ia prosseguir na mesma ordem de ideias do seu camarada e as do chefe que ordenara «ladear, quanto possível, a fronteira norte; tomar como áreas, ou pontos de referência sucessivos (dentro dos limites de não alongar muito

o trajecto): 1.º, os centros preexistentes de população, comércio, borracha ou capacidades produtivas de qualquer ordem; 2.º, os obstáculos acaso separando troços navegáveis de rios, transversais á directriz».

Para se obter parte deste programa houve, ainda, um combate em Xa-Quilongo, tendo sido feridos quinze portugueses. Chegara-se a estabelecer a testa da linha de penetração na margem do Cuilo e foram-se melhorando os caminhos e erguendo pontes sôbre o Cuengo, Lubalo e Lusto.

Um velho soldado da Lunda, tenente Sousa Magalhães, chegara ao Luchico e ao Luange. O gentio atacou este posto, sendo vítima o alferes Macedo e alguns soldados, resistindo os outros sob o comando do segundo sargento Nogueira.

Continuaram as construções de estradas, com o intúito da penetração indispensável, aproveitando-se, igualmente, os estudos das vias fluviais.

Ocupação do Congo — Tambem a esta região o governador acudiu, prosseguindo nos trabalhos que desde 1896 se tinham iniciado, abafando rebeldias, tendo-se encarregado de ultimar a acção o capitão Vítor de Lacerda, auxiliado pelos tenentes Ribeiro de Lima e Carlos Pinto. Todos os trabalhos foram decorrendo com segurança desde que se fez a recolha do imposto em Santo António do Zaire, o qual passou de duzentos mil réis para doze contos. Tratou-se da navegabilidade do rio M'Brige, tendo tratado deste trabalho o engenheiro Sousa Azevedo, fazendo-se importantíssimos trabalhos de estradas, sempre com o mesmo objectivo da efectiva ocupação.

Ambriz — Enviara-se o capitão Astolfo da Costa á frente de duzentos e cinqüenta homens da polícia, destinando-se esta coluna móvel de polícia a conter os bandidos, que assaltavam caravanas e faziam pilhagens.

Foi um percurso dificílimo por entre florestas. Era preciso dominar Quimbambe, Massulo e Quimula, chegando-se, por fim, ao vale do Lifane. Os indígenas sujeitaram-se. Até um boticário estrangeiro, Goisweiler, correu os perigos e os trabalhos em nome da ciência. O esbôço topográfico do território foi feito pelos tenentes Félix e Tudela.

Tentara-se estudar a navegabilidade do Loge, e um belga, Ridaux, arriscando-se a grande desastre, foi cumprir essa missão num barco de lona, tomando os trabalhos por conta do govêrno.

Os planos de Paiva Couceiro iam mais longe, pois desejava abrir estradas, criar postos, instituir o ensino agrícola, sobretudo relativo á cultura dos produtos regionais (borracha e café). Devia criar-se uma missão nos Dembos, conquistados já por João de Almeida. Não escapava um palmo de terreno ao cuidado do governador, que foi mandando ocupar o Libolo, tomando-se o sul para os lados do Bailundo e Novo Redondo, no que se distinguiu o capitão Pais Brandão.

Oficiais como A. de Magalhães e, depois, o major Joaquim Pereira foram firmando o poderio. Submeteu-se o Amboim, cujos habitantes eram até antropófagos, sendo a coluna que os venceu comandada pelo capitão Trindade dos Santos. Em Novo Redondo, o capitão João Carreira de Mendonça soubera garantir a ocupação (1902-1903) e Couceiro foi ordenando ali vários trabalhos garantindo segurança, da qual viriam futuros proventos e grandes impulsos agrícolas, industriais e comerciaias em Novo Redondo, no Amboim e na Quissama.

Benguela — Como esta região é duma enorme importância, com seus concelhos de Egito, Catumbela, Dombe e Benguela, não podia deixar de merecer o maior interêsse de quem pretendia reformar a província e com tão minguados recursos o realizou em parte. Tratou de melhorar os postos, contando com a acção do caminho de ferro para o largo desenvolvimento que se obteve.

Bié — O território a que o ligavam enormes recordações históricas, como a da morte de Silva Pôrto, teve os seus postos do nome deste explorador e o de Neves Ferreira, construindo-se outro em Casseque (1909). O forte Princesa Amélia era o grande fulcro de resistência na capitania-mor dos Ganguelas e Ambuelas.

A acção do governador desenvolvera-se, pois, com o traçado e execução das vias do Zaire até Noqui e estrada de Maquela do Zombo ao Cuango e passagens até Quela Luremo e dali para Cabungula e Ca-Caxilo, Xa-Quilongue, Cuilo, Luanguem, Luchico e Cassai,

CAPITÃO JOÃO DE ALMEIDA

caminho de ferro de Benguela e estrada Huambo, Bié, Moxico, Naura e Candundo.

Deveram-se-lhe, ainda, a instituição das granjas agrícolas e do ensino da agricultura regional, tentativas de desenvolvimento de colonização europeia, experiências de culturas de novos tipos de café nos Dembos, plantações várias, desenvolvimento da rêde de telégrafos e um largo projecto de colonização branca no planalto de Benguela. Tambem, em relação á Huila, pretendeu que fôssem distribuidos terrenos e auxílios ás praças europeias que, acabando o seu tempo de serviço, quisessem ali instalar-se.

Tambem imaginou entregar a civis a direcção de várias circunscrições, isto apesar do seu espírito de domínio.

Sòmente não pôde modificar as más circunstâncias do comércio da província. Com os minguados recursos de que dispunha, fez tanto que a sua acção ficou relembrada e cheia de respeito em Angola. Uma das suas obras foi impulsionar a ocupação da região dos Dembos.

João de Almeida e os Dembos — O governador, sabendo como podia contar com o moço oficial cujas provas estavam dadas e fazendo parte do seu plano a ocupação efectiva de toda a província, ao mesmo tempo que se ia desenvolvendo a acção de Roçadas, aceitou, reconhecido e confiado, a proposta para se realizar a tomadia da região dos Dembos, na qual tinham hesitado militares de renome.

É que os indígenas, como se comprova, não pertenciam á casta da mór parte dos povos de Angola; seus costumes diferiam e muito, pois viviam em casas de taipa, dormindo em leitos; agricultavam á maneira europeia, muitos deles eram instruidos, conhecendo com a leitura e a escrita ensinadas pelos missionários ao comêço, e após a retirada destes, transmitida de pais a filhos, a arte de guerrear e, como os brancos, possuindo armas. Do mesmo modo, as mulheres eram educadas, sabendo fiar e tecer e indo algumas, á maneira de certas portuguesas, deixar cartas aos santos com os pedidos de boa resolução para os seus desejos.

Não era, pois, um povo como qualquer outro o que o moço oficial se dispunha dominar com uma fraca coluna improvisada. Para demais sabia-se como os Dembos tinham trucidado noutros tempos algumas guarnições, sendo certo que comandando seus chefes as tropas de segunda linha elas se revoltavam, bem adestradas, ás suas ordens.

Desde 1872, em que se dera a rebelião do comando de Cassango, dificilmente se penetrava além dos rios Zenza e Bengo e de certos pontos do seu território.

Tornava-se impossível dominá-los e isso se verificou durante muito tempo.

Os vizinhos, «mahungos», nunca tinham sentido a ocupação; contavam-se os europeus que tinham atravessado o seu país.

Um dos dembos mais poderosos e notáveis chamava-se «Cazo Angongo». Por suas atrocidades, de tal maneira se tornara temido e detestado que, em 1890, alguns povos da margem direita do Zenza procuraram libertar-se do seu domínio e, mandando representantes a Luanda, solicitaram a edificação dum forte que lhes garantisse a paz a trôco da sua submissão á bandeira nacional. Não foi possível manter esse forte no lugar onde se edificara, acabando sem defesas e com uma guarda de negros. Não havia, pois, a menor autoridade portuguesa nas terras indígenas, que só pagando tributos podiam ser atravessadas. Os vassalos de Portugal, aqueles que tinham solicitado o forte, eram, a-miúde, provocados, sendo cativos alguns deles. Eram, porém, poucos os submissos naquela região vizinha da capital da grande província.

Ainda no tempo de Eduardo Costa, após certa intriga provocada por inimigos que o chefe do estado-maior tinha na colónia, fôra obrigado a ir fazer o reconhecimento dos Dembos.

É que ele atacara um oficial cuja moralidade deixava a desejar mas que gozava de poderosas protecções de certo organismo — a «Kuribeka» — espécie de loja maçónica existente em Luanda e á qual pertenciam os indivíduos mais importantes.

A situação daquele militar, ante os ataques que lhe fizeram, recorda as dos velhos tempos coloniais; ferira interêsses comuns porque na província os degredados tinham-se tornado uma fonte de receita para o oficial em questão, o qual facilitava os contratos com os condenados, negociava

em géneros, trazia os deportados trabalhando por sua conta e, sendo apontado por não cumprir os seus deveres, recebera o maior castigo que estava na alçada do governador geral.

Porque fôra o causador desta pena aplicada ao militar que daquele modo traficava, levantaram-se contra ele os filiados na sociedade secreta e acumulando o seu capital de queixas por outros motivos, visto se exigir deles o cumprimento das leis, com a desafeição do governador geral, valera-lhe a partida para os Dembos, a fim de fazer o reconhecimento, o que em vez de prejudicar, de futuro, sòmente lhe servira. Voltara arrasado de saude, mas com as observações realizadas e, agora, tendo falecido Eduardo Costa e Couceiro assumido o govêrno geral de Angola, ele, no seu posto de chefe do estado-maior, retomado desde logo, organizava a coluna que devia ir ocupar aquela região.

O príncipe real D. Luiz Felipe passou revista á improvisada expedição ao passar a caminho de Luanda, no seu regresso da África Oriental.

Paiva Couceiro, querendo dominar, de vez, esses Dembos que representavam bem a sua fôrça ali tão perto da capital da colónia, tomara sôbre si satisfazer todos os pedidos do oficial a quem encarregara do difícil papel daquela chefia. Sòmente da metrópole não viriam mais tropas; as que existiam tinham marchado para a conquista da região cuamata e na província dificilmente se poderiam deslocar outras ou proceder a novos recrutamentos.

João de Almeida contentava-se em criar núcleos de combatentes com o que fôsse possível obter. Recorreu ao corpo de polícia, batalhão disciplinar, núcleo de incorrigíveis condenados, e ainda assim só conseguiu encorporar com eles outros que tinham ficado na casa de reclusão e fortalezas do Penedo e S. Pedro da Barra.

Ordenou-se a imediata vinda de negros, praças de segunda linha, a fim de receberem instrução. Notava-se-lhes o medo, o aborrecimento, a pouca vontade de servir.

Uns contingentes pequenos destinados a reforços das unidades de Luanda, e com eles se organizou, juntamente com a polícia, uns arremedos minguados de corpos de cavalaria e artelharia. Os outros serviços foram entregues a condenados, que operariam nas secções de transportes e enfermagem, bem como nos abastecimentos. Era necessário instruir aquela singular tropa, composta por catorze oficiais, dezassete sargentos, duzentas e cinqüenta praças europeias, duzentas e setenta e nove indígenas, quatrocentas de segunda linha, levando-se apenas vinte e quatro cavalos e vinte muares. O material compunha-se de dez mil cartuchos para metralhadoras, quarenta e cinco mil de espingarda e sessenta e quatro tiros para a artelharia. Peças eram apenas duas, que fôra necessário consertar; os sapadores eram também recrutados no Depósito de Degredados. Dois oficiais, João e Henrique de Melo, irmãos que serviam na colónia, trabalharam intensamente, ajudando o comandante a instruir e, sobretudo, a disciplinar aquela tropa, á qual Couceiro, com a sua experiência, juntou um Conselho de Guerra, a fim de punir sumariamente.

Queria João de Almeida levar na coluna algumas praças de marinha, mas de tais dificuldades se erriçou o pedido que se partiu para os Dembos sem a levar.

O começo das operações — A coluna saiu de Luanda para Cabiri em caminho de ferro, no dia 19 e manhã de 20 de Setembro de 1907, sendo a primeira vez que em Angola se utilizou este sistema nos transportes militares em campanha. Passou-se em Calengue para a margem direita do Bengo, tendo os trabalhos sido preparados pelo alferes Franco, com alguns sapadores. Os carregadores, que deviam ser quatrocentos e trinta, não chegavam a cento e noventa, visto uns terem fugido e os outros nem sequer terem sido mandados apresentar pelos chefes dos concelhos. Rompeu-se a trabalhosa marcha, sobretudo sendo difícil a captação de água, uma das grandes lutas de todas as fôrças nestas guerras de África. Nem nos embondeiros se encontravam os depósitos que por vezes lá se faziam. Sugavam-se fôlhas. Alguns carregadores quiseram abandonar a coluna.

O ar quente, a falta de águas e de carregadores acrescentavam as terríveis dificuldades do avanço.

Ante as atalaias dos dembos, que surgiam, os homens, cansados, almejavam matar a sêde e defender-se do

calor ardentísimo que os abatia. Imaginou-se haver alguma água no sítio onde os negros se mostravam. O guia declarou não se lembrar. O seu patriotismo cerrava-lhe os lábios.

João de Almeida tomou o comando de um pelotão, com os alferes Albuquerque e Tavares, e marchou levando o guia, o qual acabara por dizer que só pela noite encontrariam água. Tornava-se indispensável. Dependia dela, em grande parte, a sorte da coluna. Entreviam-se vestígios da sua passagem, no solo enrugado, ou em frinchas. Debalde se abriam covas profundas: surgiam desilusões. Nem nos imbondeiros se topava com que dessedentar a coluna, na qual o desânimo se albergava.

O chefe teimava em avançar. Junto dele, João de Melo, já experimentado nas colónias, servia bem. Era o único oficial com conhecimento do serviço ultramarino.

O exemplo da maior resistência partiu do comandante. Apeou-se e entregando o seu cavalo ordenou o avanço da cavalaria, com o alferes Oliveira, a fim de se procurar a água. Apoiava-o com a infantaria da guarda avançada. Lançou-se, com dez soldados, mais para a frente e fizeram três prisioneiros. Tanto estes como os guias negavam-se a indicar o lugar onde havia água. Foram fuzilados dois dos cativos e logo o outro, prostrando-se, falou português. Nomeou o sítio onde se encontrava o líquido. Mandou-se ordem á coluna para avançar. O gentio fugia; entulhara as cacimbas e acabara-se por beber fartamente. Ao começo viu-se alguns soldados sacrificarem-se pelos camaradas mais doentes, cedendo-lhes a vez para matarem a sêde.

Chegara-se ao Casal ao cabo de todos estes tormentos. Era um logarejo de meia duzia de cubatas pertencentes a negociantes gentios, formando-se ali um mercado onde dominava um célebre Cha-Maria, que, deixando Luanda, se estabelecera na região.

Dificilmente, no bivaque, ali instalado, se obtinham informações seguras acêrca da banza de «Sala Mubemba», inicial objectivo da expedição. Começou-se a construção dum pequeno forte; ordenou-se um reabastecimento, ficando lá o seu depósito. Nem havia arame suficiente para a defesa do pequeno espaço que o posto ocupava.

Alguns negros surgiram ao longe, mas fugiram sob os tiros das avançadas. Sucedeu, porém, que na madrugada seguinte (27 de Setembro) a frente do acampamento foi atacada por uma grande massa de gentio, a qual foi repelida. Mal se via; avançaram os pelotões dos alferes Neto e Monteiro, começando a bater o novo inimigo que se apresentava. O alferes Albuquerque estabeleceu ligação com a face direita do quadrado, sendo os assaltantes obrigados a retirar com pequenas perdas.

Iniciou-se, então, a marcha para «Sala Mubemba», rompendo-se o fogo com uma metralhadora e podendo prosseguir-se, visto os negros terem desaparecido, deixando rastos de sangue e covas abertas de fresco. Aprisionadas duas mulheres, mandara-se uma ao mato prevenir os indígenas para se apresentar, querendo-se que a outra servisse de guia á expedição. Ela levou-a por caminhos difíceis, dizendo não conhecer outros e pretendendo afastar-se da banza de «Sala Mubemba», onde encontraram os objectos do Dembo, como eram diversas armas europeias e os trajos de gala.

Queimaram-se as sanzalas e depois da razia regressara-se ao forte.

Reconhecimento do Dande — Depois dum descanso avançara-se para o Icau com as mesmas dilficuldades, visto não haver guias seguros. Pretendia-se chegar ao Alto Dande. O gentio fugia e a destruição das suas sementeiras e casas fazia-se conforme os preceitos estabelecidos na guerra. Chegara-se ao Dande, que estava pacificado, destruiram Cambuale, onde se asilavam salteadores, aprisionando quatro homens. Apurara-se, após aquele reconhecimento, que os caminhos a seguir eram os de Cazoangongo e o de N'Gombe Aumquiama. Aparecera o major de segunda linha, um negro, Pedro Francisco de Sousa, que noutro tempo, figurando de residente, tinha sido posto fora da região pelos Dembos de Gimbo e Pango Aluquem. Oferecera-se para guia da coluna. Ficaram cinqüenta e quatro homens no forte do Casal e retomou-se a marcha, cada vez mais difícil, visto os soldados terem sido atacados pelo «pulex», que fere os pés e os dilacera.

O Cazoangongo — Ia-se com o objectivo de Cazoangongo. O guia, que

andara por ali quando criança, já não atinava com os caminhos. De resto, o gentio mudara-os e ás sanzalas desde a guerra de 1872.

A certa altura, á passagem por entre o alto capim, rompeu um incêndio que obrigou alguns dos soldados a passarem entre chamas. Só pela madrugada se extinguiu, completamente, o fogo. Não se encontrava gente nem água.

Regressara-se ao forte para descanso, remuniciamento e abastecimento de víveres.

Ao avançar-se para o Ucua, soube-se que o Dembo «Sala Mubemba» se apresentava com os seus azes para oferecer batalha na margem do rio. A artelharia pô-los em debandada. Fez-se uma tomadia de gado e víveres, e ao avisar-se o «N'Gombe Aumquiama», da marcha com intenções pacíficas, rompera-se de novo, encontrando-se as primeiras sanzalas abandonadas. O terreno com seus morros, o trilho difícil, a falta de água e de abrigos, tudo concorria para o desfalecimento da tropa, que só avançava ao exemplo do seu chefe, dos oficiais e sargentos. Instalara-se o bivaque aguardando-se o «Dembo», o qual mandou dizer não vir porque, tendo subido ao trono há pouco tempo, faltavam, ainda, muitas cerimónias para lhe ser facultado o direito de aparecer, conforme mandava a etiqueta cafreal. Ordenara-se-lhe que viesse, mas só enviava recados e cartas. Prenderam-se dezanove «macotas», grandes fidalgos, e levaram-nos para Pango Aluquem, onde surgiram negros arvorando bandeiras brancas, demonstrando o conhecimento das fórmulas da guerra á europeia. A coluna foi acolhida com músicas. Acampara-se na Benza Cabaça. O dembo não queria luta. Como a dificuldade estava na marcha até ao Cazoangongo, tudo se aprestou para essa finalidade.

Recebeu-se a contribuição; pedira-se uma leva de carregadores. O Dembo entregou-a, mas, eles, ao saberem para onde se dirigiam, fugiram.

Aquele potentado era terrível para eles, vassalos dum pequeno soba sem gente de guerra.

Aliara-se com outros Dembos, como os de «Gimbo Aluquem». O caminho era péssimo; escabroso, todo a pique para as montanhas onde ele habitava. As dificuldades eram enormes e enquanto aos guias dificilmente se arranjavam em condições de servirem com lealdade.

Dois, apanhados a custo, conseguiram fugir de noite e começara-se, ao alvorecer, a marcha para a serrania. As povoações estavam abandonadas; os matos virgens, embaraçando a passagem á artelharia e ás outras viaturas, constituiam a natural defesa dos rebeldes. As águas vinham, em abundância e lodosas, da serrania para o sopé e pior se tornava a marcha. Cavavam-se degraus e socalcos, visto os solípedes escorregarem no terreno. Quási se içava o material para o difícil acesso. Chegava-se á altura das quedas de água do Buege. Os rancheiros, que eram condenados europeus, desertaram, levando os géneros destinados ao almôço. Tornava-se preciso descer alguns quilómetros para se deparar com o inimigo, acantonado num reprego da montanha e ao fundo do vale de Colume.

Combate de Colume — Era ali que o gentio, folgado e bem abastecido, aguardava os expedicionários e era tal o desdem que não atiraram tiros, mas chufas, em bom português:

— «Cairam na cabeça! bradavam eles. Ficam cá para moleques!»

E como naquele sítio existira á fazenda de Santa Teresa, onde em 1872 tinham apanhado a pequenina branca, agora cafrealizada, mãe de filhos de um «grande» e a eles afeita, imaginavam agarrar aqueles soldados e tornarem-nos seus escravos, como a criança o fôra do Dembo.

Atravessou-se o rio depois de se escutarem aquelas ameaças. A súbitas, de dentro do matagal, um tiroteio violento alcançou a avançada de cavalaria, sendo ferido o cavalo do próprio comandante e outros quatro. Tivera que se rasgar uma espécie de tunel na floresta. O ataque principiou, terrível e fero, na extensão de mais de quilómetro e meio que a coluna ocupava na sua linha estreita. Os que iam á frente caíam; os seguintes impressionavam-se ante a sorte que os aguardava e, fazendo fogo ao acaso, gastavam as munições sem resultados práticos. Fizera-se alto; cessara o combate por parte do gentio. Dir-se-ia desejar que não se soubesse das suas posições e o perigo residia num cêrco que desejassem estabelecer. Metidos entre o mato, por vezes quási se de-

bruçavam sôbre as fileiras, disparando as suas armas á distância de quatro e cinco metros. Estabeleceram-se filas de atiradores que, rastejando, procuravam diminuir a intensidade daquele ataque e assim se atravessou o matagal, ao cabo de um longo percurso, deixando nos espinhos pedaços de fato e de carne. Só a alma se conservava íntegra ante o exemplo do chefe e dos seus tenentes.

Formara-se um quadrado numa clareira, junto á margem esquerda do Colume. Chegara o sargento Rebocho com víveres trazidos de Cabiri, onde João de Almeida o mandara. Atravessou-se, depois, para a margem direita, chegando ao Quiulo. O gentio desaparecera na floresta, mas daí a pouco, ante a travessia, o seu fogo intensificava-se e a passagem realizou-se. Acampou-se e ao levantar-se o bivaque, na manhã seguinte, viu-se que a marcha se tornava mais perigosa, porque o inimigo derrubara árvores e enleara trepadeiras para dificultar o avanço. Chovia; o terreno empapava-se e no meio do mato cerrado caminhou-se quási ás escuras.

Ao clarear, descobriram a sanzala do «Gombe», umas cem cubatas sôbre um outeiro. Recebidos sob um tiroteio violentíssimo, travaram combate. Foi ele demorado e rijo, mas as próprias amarguras, com o pensamento nos horrores a sofrer se a vitória não os bafejasse, levava os soldados a bater-se com fúria. E a eles se deveu a carga impetuosa de baioneta que rechaçou o resto dos adversários.

A arremetida fôra tão grande que atravessando a sanzala — a aldeia — se fôra parar na orla oposta. Ao mesmo tempo já se tiroteava sôbre o mato, entre o qual a negralhada se encontrava.

O Imbundo — Mais adiante ficava o «Imbundo», onde se fez alto, tratando-se dos feridos e sendo enterrados os mortos. Distribuiu-se o rancho frio e querendo retomar a marcha só toparam obstáculos no caminho. Estavam perdidos no meio do capim. O major de segunda linha Sousa — o guia que se oferecera mas desconhecia tudo — pasmava ante o sertão; o outro auxiliar, do mesmo modo se quedava. Não podiam dar indicações. Depois das chuvadas, o sol abrasante; e os homens sentiam-se abatidos. Notava-se uma enorme dificuldade nos transportes, por falta de muares, visto algumas terem sido mortas. Abrira-se uma clareira; talhou-se um acampamento, indo alguns pelotões reconhecer a passagem para o almejado Cazoangongo, o limite daquela acção.

É que havia ali uma delegação e lá indicariam o caminho. Era isto o que afiançava o major Sousa.

Sabia-se que ela seria atacada, a fim de se poderem lançar sôbre o posto de Quinguengue. Esse gentio tambem se rebelara. Vinha confirmar a sua sublevação um soldado negro escapo da escolta que, sob o comando do cabo indígena Cadornica, fôra buscar o correio e, atravessando aquelas terras, se vira rodeada pelo inimigo. Quiseram fugir; o chefe, o pobre negro, ordenou o combate como um valente. Tinham sido massacrados e só escapara aquele, dos seis que formavam a guarda. Morrera com os soldados um negro que devia servir de guia, visto ter grandes conhecimentos da região.

Havia trinta baixas, incluindo quatro oficiais, sendo eles o major de segunda linha Francisco de Sousa, os alferes Constantino Simões Neto e António Augusto Franco. João de Almeida, ferido gravemente no braço esquerdo, ficara no comando e como faltavam medicamentos tivera que ser pensado enrolando o braço numa sarapilheira de saca de açúcar embebida em má água. Havia exemplos de tétanos entre a coluna. Voltando-se para o médico, o ferido preguntara-lhe de quanto tempo poderia dispor lucidamente das suas faculdades após as primeiras manifestações do mal. Redarguiu-lhe, o facultativo, que três dias

Viera ordem para se darem por findas as operações, ante aquele desastre sucedido ao comandante.

Couceiro, que conhecia a insuficiência da expedição, dera aquela ordem. O chefe reunira o conselho de oficiais, que fôra da mesma opinião.

Desobedeceu. Contava que os três dias a decorrer até á agudez da doença lhe chegariam para chegar a Cazoangongo.

— Para a frente! ordenou ele.

Tomada da primeira banza — Não era com facilidade que se encontrava a «banza» do grande Dembo. Pelo caminho estavam os povos em re-

beldia. Acudira gentio de toda a parte. Não eram só os deste soberano, mas os de «Gimbo-Aluquem», «Iongue», «Bombo», «Muando», «Cacula Caenda» e «Mussuco», ao todo uns doze mil negros em pé de guerra. Estavam garantidas as comunicações até ao «Casal», mas faziam falta as praças que se deixavam nas guarnições e as enviadas com despachos. O número de doentes aumentava. As distâncias pareciam cada vez menores. O gentio reaparecera em som de guerra, mas fez-se a tomadia das sanzalas de Quimassa e Quilemba. Foi-se marchando para o morro onde o «Cazoangongo» residia e desembarcaram no «Gimbo-Aluquem», terra sua aliada. Ainda era preciso vencer este.

O alferes Neto deu o assalto; uma peça ralhou; diante desta rajada o inimigo procurava manter-se, mas ele próprio acabaria por incendiar a sanzala. Avançou-se; ele retirara rapidamente, deixando escondida no mato uma cadeira de quatro degraus. Era o trono do Dembo, foragido com o seu povo

A banza do Cazoangongo — Como não havia guias, mal se conhecia o verdadeiro caminho para o objectivo final da coluna. Umas vezes deparavam com as rochas escarpadas, outras surgia-lhes o mato e as marchas sucediam-se sem se encontrar viv'alma, demonstrando assim terem-se reunido os aliados junto do grande Dembo.

Chegaram, finalmente, diante da sanzala. Tomaram-se posições. Dentre os campos surgiram negros, os esclarecedores, do exército adverso. Começou o combate e, aberto o fogo de artelharia, contra a «banza», fez-se um assalto ante o qual o gentio retirava, não sem deixar defesas terríveis.

Fechavam as veredas, abriam enormes covas no caminho; disfarçavam-nas com terra, sôbre fracos suportes, e no fundo delas encontrava-se a morte. Faziam trincheiras daqueles improvisados redutos e, vencidas as primeiras, logo topavam outros e sempre o tiroteio rijo, feroz, desesperador.

Os soldados avançavam duma maneira brava; sentiam chegado o fim da sua tarefa homérica e nem assim os negros cediam.

João de Almeida colocou-se á frente da guarda avançada. Deu-se uma carga de baioneta, á sua voz, e chegou-se á primeira linha de cubatas. As outras estavam sendo pasto das chamas, fugindo, os negros, por entre a fumarada, a caminho do mato espesso.

Constituiu um épico espectáculo esse assalto com um oficial ferido, de braço ao peito, á frente dos seus soldados, fazendo debandar os negros, famosos na guerra, e que loucamente fugiam deixando uma sarça ardente, as suas palhotas incediadas. Os outros contingentes, galgando pelos flancos, buscavam fazer prisioneiros. mas já a tomadia se levara a cabo. A «banza» caíra em poder dos portugueses.

De dentro do matagal o tiroteio não acabava; alvejavam-se os brancos; a artelharia fez calar a última arremetida.

Eram duas horas e meia da tarde do dia 20 de Outubro de 1907.

Ia içar-se a bandeira portuguesa naquelas terras. Como os negros continuassem a tirotear, foi com salvas de fogo real que subiu no improvisado mastro o estandarte azul e branco, ao som das cornetas e de armas apresentadas.

Ocupação — Edificar-se-ia, depois, em Marandá, um novo forte — o denominado João de Almeida — em honra do vencedor da coluna. Não se perdia tempo. Os alferes Monteiro e Tavares foram mandados adiante, escoltando, com os seus pelotões, a peça e os sapadores que deviam cavar os alicerces da fortaleza. Os dembos não se apresentavam, apesar das intimações.

Sabia-se que tinham estado reunidos com o de Cazoangongo os Zongue, Baube e Muando. Era necessário desanichá-los dos seus fojos. O último, sobretudo, defendeu-se bravamente. Devastou-se, em seguida, a sanzala de Nucumbui. O tenente Henrique de Melo, chefiando um destacamento, foi queimar as de Quilombe e Quissino.

Grande parte destas e doutras informações referentes aos Dembos foram extraídas do relatório do comandante da coluna, do livro «História do Nosso Tempo», do sr. Henrique Galvão, e de trabalhos do sr. David Magno.

Ficaram feridos cinco praças e o alferes Neto, que se portou sempre como um belo soldado.

Desta maneira se fez a ocupação até ali, e após a construção deste forte e do Camabela, que ficou tambem guarnecido, com víveres para quatro meses, começou a retirada, visto já ser grande o número de doentes e estar cumprido o objectivo, realizando-se a entrada em Luanda, pelas quatro horas da manhã, a fim de se furtar a manifestações.

João de Almeida, que dispendera um grande esfôrço e tanto se sacrificara, inscrevera o seu nome entre o dos ilustres chefes das guerras coloniais. Distinguiram-se na coluna, além dos oficiais já citados, os irmãos tenentes Henrique e João de Melo.

CAPITULO XLIII

OCUPAÇÃO DO SUL DE ANGOLA

Fim do governo de Paiva Couceiro — O advento da Republica — Governo de Manuel Maria Coelho e Norton de Matos

Estudos no planalto de Benguela — Paiva Couceiro, alheio aos zelos pelas glórias alheias, continuara trabalhando pela prosperidade da colónia. Nomeara uma missão destinada a estudar a colonização do planalto de Benguela, da qual fizeram parte, como seu chefe, o naturalista Ferreira do Nascimento, o agrónomo Sacramento Monteiro e o tenente de infantaria João Maria Ferreira do Amaral. Tendo-se desligado deste serviço o oficial e o agrónomo, substituira-os o regente agrícola Alfredo de Andrade, realizando-se o que o governador desejava, isto é, um estudo completo acêrca das condições daquela região para residência dos europeus.

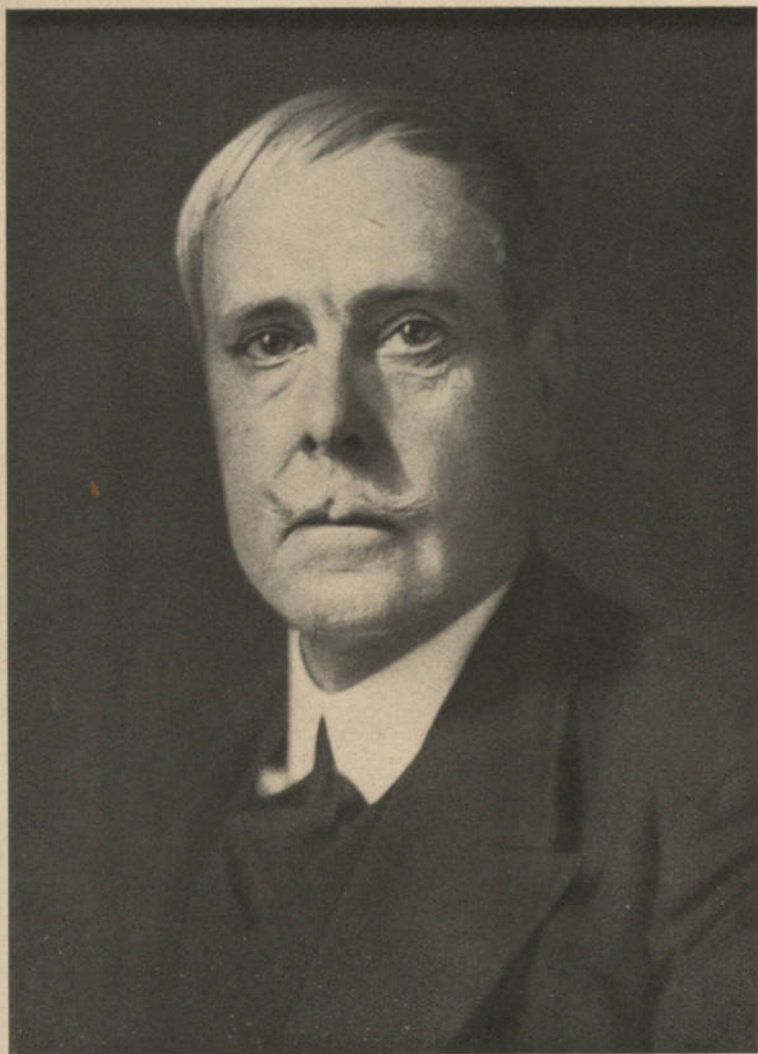
Não faltara cousa alguma; desde a flora e fauna até á geologia, águas, chuva, populações indígenas e meios de cultura até aos sistemas a aplicar na agricultura, higiene e construções, tudo se ordenara convenientemente para a instalação duma colónia europeia. Cada família receberia a passagem, roupas, utensílios, alfaias, uma casa, mobília e géneros durante seis meses. Instalar-se-iam como fulcro e contava-se com o desenvolvimento regional, tanto mais que havia negociantes brancos no planalto. Eram uns mil. Viviam mal das trocas de produtos com os negros junto deles, em diversos sobados, quando era necessário conglobar o comércio, em grande, a fim de se recolherem os géneros que as caravanas conduziam dos sertões. Deviam entender-se com os centros produtores de maneira diversa da usada, a qual consistia em irem directamente fazer as permutas a Ganguelas, Ambuela, Luchases e outros pontos, em difíceis trajectos e transacções. Propunha-se a concessão de cem hectares de terreno a cada um dos que quisesse, simultaneamente com o negócio, dedicar-se á agricultura, pagando de dízimo anual apenas três tostões por hectare.

Sul de Angola — Quando João de Almeida regressou, doente, da campanha dos Dembos, Paiva Couceiro lançara para a metrópole a notícia da vitória. O ministro da guerra, do gabinete João Franco, Vasconcelos Pôrto, abriu o telegrama na Escola do Exército, onde se realizava a sessão solene da inauguração do ano lectivo. D. Carlos, ao ouvir aquela notícia, disse para o ministro: «Temos mais um homem!»

Couceiro sentia-o do mesmo modo e como a Huila — chave do sul da província — estava sem governador desde que Roçadas partira para Lisboa a fim de receber a consagração devida pelo seu triunfo no Cuamato, propôs ao militar a quem chamariam João dos Dembos — um título de honra — ir ele tomar conta do distrito, visto ser necessária a penetração para além dos pontos onde chegara a coluna de Roçadas.

Demonstrava-lhe, o vencedor dos Dembos, que devia ir á metrópole a fim de se tratar.

Recolheria o fruto do seu esfôrço e voltaria, mas o governador insistiu e ele acedeu.

Com aquela velocidade de acção após o estudo, que era sua característica, João de Almeida marchava para Mossâmedes e começava a dispor

HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO

(Cliché Manuel Alves San Payo)

as cousas para uma imediata preparação.

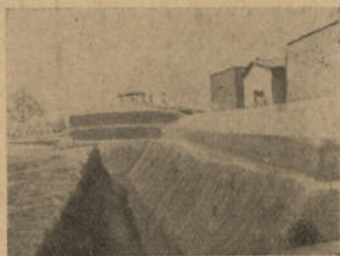
Telegrafava ao capitão Domingos Patacho, que ficara no Cuamato, fazia o mesmo para o Lubango, mandava abastecer o forte Roçadas e largara para aquela região, através do deserto, num carro que Paiva Couceiro lhe oferecera. Como se partisse o eixo da viatura, montou numa muar e lançou-se para a Chela. Ao chegar á Huila, encontrara a desolação.

Não havia, na realidade, um domínio efectivo além do forte D. Luiz, a última acção da guerra de 1907, e os alemães influenciavam os sobas. Como não se ocupara o Cuamato naquele ponto extremo, chegando-se ao Cuanhama, nesta região se acolheram os vencidos.

Para lá do Cubango manifestavam-se os resultados do persuasivo trabalho germanico e as rebeliões sucediam-se. Era preciso transformar, mas com rapidez, tudo aquilo, de contrário ter-se-iam perdido muitos esforços, lutas e vitórias. Foi o próprio governador da Huila fazer os reconhecimentos precisos para operar com segurança. Verificara, informara-se, sentira a necessidade de pôr em movimento energias apagadas. Os regulamentos relativos á vida dos fortes apareceram severos mas úteis, porque a existência dos ocupantes era quási a cafrealização. De futuro deviam impor-se ao negro; em vez de se manterem inertes, procederiam actuando. Do Cuamato, por ordem de Domingos Patacho, partiam os alferes Durão e Gonçalves, para o reconhecimento do Naluque. O tenente Teixeira Pinto, no Humbe, realizava importantes trabalhos para a captação dos povos de Além Cunene, procurando ligações no Cuanhama e no Evale.

De resto, pelas determinações da Conferência de Berlim, as regiões que não estivessem ocupadas não se consideravam pertença dos países que se dissessem dominadores.

Eis o trabalho a realizar, mas como planava o mistério acêrca de algumas das terras a ocupar, João de Almeida mandou o tenente Albano Veloso e o alferes Joaquim de Oliveira averiguar o que se passava até á foz do Cuitò. No regresso, disseram-lhe da desolação daqueles lugares desprovidos de tudo, pelos assaltos dos vizinhos cuanhamas.

Aqueles acolheriam com júbilo quem os socorresse. Organizou-se uma coluna de seiscentos soldados com dezoito oficiais, que eram poucos para o seu intúito. Tratava-se de marchar sôbre o Cubango. Couceiro concordou e começaram os trabalhos. Obrigado a partir para Lisboa, a fim de se tratar, João de Almeida, antes disso, ainda dominou uma revolta do gentio em Kibita e Vimanha.

FORTE HENRIQUE COUCEIRO

A ocupação do Evale — No regresso á África, depois do tratamento no Gerez, o governador da Huila sentira-se desolado. Tinham sido mortos o rei D. Carlos e o príncipe D. Luiz Felipe; a política agitada do momento fazia com que lhe esquecessem os serviços. Á campanha triunfal dos Dembos, preferiam-se as campanhas dos partidos. Volvera-se a Angola para trabalhar e começar a acção.

Um negro de grande envergadura guerreira, o celebrado Orlog, celebre raziador, chefe de quadrilhas nas horas em que o não empregavam nos combates, fôra aproveitado pelo oficial e com ele dominou as terras de Jau e Batabata e avançando para a Humpata e Chibia acabara por sacudir os atrevidos assaltantes das vizinhanças. Escasseavam-lhe os elementos para poder ir mais além e requeria-os a Paiva Couceiro, que, apesar do seu titânico trabalho, quási não o podia socorrer. Apesar de tudo, com as tropas improvisadas e os auxiliares do comando de Orlog, largou para ocupar o Evale, onde reinava o soba Cavanguela, o qual não tolerava que se construissem fortes nas suas terras. Tinha como rival o Ihanguela, seu vizinho, e pretendia-se, prote-

gendo este, vencer aquele. Desejava-se edificar uma fortaleza nos seus domínios. Começaram as dificuldades. Pedia que lhe enviassem um oficial, visto ele não poder passar pelas terras do inimigo.

O Cavanguela, ao conhecer as negociações, quisera tambem receber uma missão. Ofereceu-se o tenente Teixeira para ir ao Evale entender-se com o Ihanguela e voltou com a licença para construir um forte no Cuvelay.

Era o comêço. Combinara-se que os trabalhos só principiariam após as chuvas, mas o governador avançou desde logo, pedindo licença ao Cavanguela para atravessar o seu território, o que foi concedido após delongas. Disfarçados em comerciantes, conduzindo apetrechos de guerra, os oficiais dirigiram-se para a embala. Eram eles os capitães Mário de Sousa Dias e Ventura, os tenentes Teixeira e Costa e o alferes Pinto. Houvera uma detença dos carros. Alguns auxiliares fugiram, mas como o soba não conseguira aliar-se com os cuanhamas a caravana passou e João de Almeida começou a construir o forte, ocupando-se assim parte do Evale.

Representava este acto a penetração para o Cuanhama. Era preciso cercá-lo de postos ou de gentio avassalado e com aquela base se dominou Balando, Unga, Hinga, Dombondola e Vucuanena. Ao forte desta penúltima região deu-se o nome de Henrique Couceiro.

Baixo Cubango — Tratou-se, desde logo, de ocupar o Baixo Cubango e, improvisando, como sempre, as fôrças destinadas a operar, levando os condenados, os indígenas, os disciplinares e os irregulares do comando de Orlog, enquadrados entre cento e sessenta e seis praças europeias, que só pelo prestígio valiam, avançou por aqueles territórios onde o gentio indeciso ou hostil via a audácia da marcha até ao Cuangar. Recebida a notícia de ali existir um acampamento alemão, para lá se dirigiu a coluna, enviando-se um próprio ao soba, a fim de se apresentar com os cinco germanos. Declararam estes, desde logo, que estavam em domínio do seu país.

Realizou o acto de içar a bandeira portuguesa; salvou no lugar onde se determinara edificar um forte e deste modo tomou posse do Cuangar. Os alemães apareceram ante a fôrça; dis-

TRABALHOS DE FORTIFICAÇÃO NO QUANGAR

seram haver outros estabelecidos a distância, visto se julgarem em território pertencente á Alemanha.

Chegara, porém, a notícia de estarem muitas tropas daquele país na Chimenha, que era pertença de Portugal. João de Almeida demonstrou ao comandante das tropas não ser possível, como julgava, construir um forte na margem do Cubango, visto não lhes pertencer o terreno. E propôs-se dar-lhe uma lição demonstrativa do que afirmava com os aparelhos que usou para a verificação. A ignorância dos germanos era manifesta, mas o governador da Huila procedeu dentro dos tratados. Delimitou-se deste modo aquele território, ficando cada posto do lado que lhe competia. Dentro em pouco, havia excelentes relações entre os dois ocupantes. Ocupara-se o Cuangar.

Outras ocupações territoriais — Não era do mesmo temperamento dócil o gentio cujas regiões se iam percorrer ou antes tentar-lhes a submissão. Um dos sobas, o Aubanga, convencido de que não lhe fariam guerra, seguiu a coluna, influindo, com a sua presença, no régulo da Banja. Ali, souberam que os indígenas do Sambio não aceitavam a passagem dos portugueses sem luta. O avanço fez-se, mas entraram numa embala abandonada, casas com seus pertences e nem viv'alma. Não se tocou em cousa alguma. Edificou-se um posto, onde ficou comandando o tenente Guimarães. No Dorico, Inhangana, que tão amigo se dissera, partira para a caça, mas, no fundo, receava dos invasores. Ali se construiu novo forte. Reconheceu-se o Cuito. Acampou-se, ficando na chefia o capitão Faro, enquanto João de Almeida partia com aquele fim. Queria ir ao Mucusso e quando mais contava com a probabilidade de ocupação recebera uma ordem do govêrno da metrópole que o mandava retirar das terras conquistadas. Não devia passar da «ocupação de Dorico por enquanto ponto ao Norte margem direita do Cuando».

Autorizavam o estabelecimento na fronteira do Mucusso. A influência alemã chegara ao govêrno, em virtude de um tratado de comércio. Ele não fez caso da ordem e avançou até onde não queriam que fôsse: o Libebe. Estavam ali, realmente, os alemães, mas edificou-se um forte.

Os Dembos rebeldes — Paiva Couceiro tivera que mandar uma nova coluna aos Dembos, que, após a acção de João de Almeida, se levantavam de novo contra as guarnições. O Cazoangongo não admitia o domínio, sendo, porém, ocupada parte da região com alguns homens do comando dos alferes António Bargão e David Magno, os quais edificaram um posto em lugar do que se construira em Maravila. Este último oficial, á frente de alguns soldados, foi enviado, de novo, aos Dembos, instalando-se, por um golpe de audácia, nas terras do Caculo Caenda. Este dembo, julgando que o alferes comandava apenas uma avançada quando chegou com a sua coluna, mesquinha em número mas forte em brio, cedera ás imposições que lhe fizera um rasgo á antiga portuguesa. Quando percebeu o ardil, era tarde e ali se edificou um forte.

Couceiro, tendo caido do cavalo em que passeava, estivera ausente da coluna desde 13 de Fevereiro a 17 de Abril de 1908.

Regressara, e, realizando a sua obra, uma das mais notáveis de Angola, deixou o govêrno em 26 de Junho de 1909, em virtude de uma dissenção com o govêrno metropolitano.

Álvaro António da Costa Ferreira, oficial da armada, assumiu aquele posto (26 de Junho até 25 de Agosto), seguindo-se um conselho governativo, composto pelo bispo D. João Evangelista de Lima Vidal, dr. Manuel Pimenta de Castro e coronel Francisco Cabral da França. Depois, deixou o govêrno o dr. Pimenta de Castro, substituindo-o o dr. Botelho da Costa e quando este saiu passou a exercer a função o dr. Cardoso de Barros, tendo tambem feito parte daquela comissão o secretário geral interino da província, dr. Veloso Galiano.

Govêrno de Alves Roçadas — Ia chegar o novo governador, major Alves Roçadas, vencedor do Cuamato (17 de Dezembro de 1909 a 21 de Outubro de 1910).

Pretendeu reorganizar a instrução pública em Angola. O alferes David Magno conseguira fixar nos Dembos a sua coluna, dominando o Cacuia Caenda.

João de Almeida correra a conferenciar com o governador, ansioso de ir ocupar a região Cuanhama, e solicitara-lhe auxílios, que foram prome-

tidos. Regressou á Huila, mas não foram acolhidas as suas requisições de soldados, material e oficiais, começando a falhar a ocupação.

Periodo republicano — No Cuamato estavam só cinco oficiais, visto outros terem acabado o seu tempo; no Evale e nos Gambos ainda era maior a de-

MANUEL MARIA COELHO

ficiência de agaloados e, ao cabo de trinta e seis telegramas enviados ao governador geral, os quais não tinham solução, começavam as manifestações guerreiras do gentio, até mesmo no Cuamato, onde o Calipalula — o antigo guia da coluna de Roçadas — conseguira interessar partidários e se rebelara, visto não lhe terem pago os serviços. Era necessário solidificar o que se fizera e João de Almeida partiu para realizar essa obra. Chegara-se a ponto de haver deserções até de sargentos, que os indígenas acorriam a entregar.

Nos Gambos rebentara a insurreição e era preciso avançar a fim de se construir um forte no Poelo, o que se fez, ainda apesar das grandes faltas de gente e dificuldades de toda a casta. Houvera combate renhido. Do mesmo modo se pacificou Otokero, e se ocupou Cafima, continuando João de Almeida a solicitar reforços, que não chegaram.

Proclamada a república em Portugal, o governador geral acolheu muito bem o novo regime, apresentando sua filha vestida das côres da nova bandeira — encarnada e verde — e em trajo que simbolizava o regime recém-implantado. O governador de Huila teve que abandonar o seu posto.

Govêrno de Manuel Maria Coelho — Proclamada a república, foi encarregado do govêrno de Angola o juiz da Relação dr. Caetano Francisco Claudio Eugénio Gonçalves (26 de Outubro de 1910 a 18 de Janeiro de 1911). Era uma interinidade, tendo sido nomeado o coronel Manuel Maria Coelho para exercer o cargo.

Oficial da revolução de 31 de Janeiro de 1891 — o célebre tenente Coelho — mourejara em África, em trabalhos comerciais, durante largo tempo. Conhecia as necessidades da província, e o regime, de que fôra um dos paladinos, pretendia recompensá-lo com aquela categoria. Assumiu o govêrno em 18 de Janeiro de 1911 e deixou-o em 2 de Março de 1912, esboçando uma obra de fomento. Propusera que Paiva Couceiro fôsse encarregado de realizar alguns planos, mas o ex-governador, que se batera pela monarquia, durante a revolução de 5 de Outubro, recusara aquelas atenções.

Manuel Maria Coelho tratou de organizar os serviços meteorológicos; depois os do trabalho indígena; seguiram-se os agrícolas, com a criação de postos experimentais em várias localidades, subordinando-se toda esta tentativa de fomento a uma inspecção geral. Tambem se organizaram as circunscrições civis.

As Missões e a república — David Magno instalara nos Dembos uma missão, entregue ao padre António de Miranda Magalhães.

Por parte dos missionários houvera um grande receio pela sua integridade ao conhecerem o triunfo da revolução de 1910.

Começaram as autoridades, em certos sítios, a incomodar os serviços dos religiosos, sendo mesmo evacuadas as missões de Bailundo e Caconda. Manuel Maria Coelho, sabendo do valor dos reverendos, procurou defendê-los e como tinham acabado os subsídios da metrópole, os padres do Espírito Santo receberam, como os outros, uma ajuda do cofre da colónia.

Fôra extinto o Colégio de Sernache em 1911.

Morrera em 1910 o director deste organismo, reverendo dr. António José Boavida, sendo nomeado o dr. Manuel Anaquim, cónego da Sé de Lisboa, que pretendera fazer várias reformas, mas com a proclamação do novo regime sucedera que o estado acabara com aquele colégio, criando, depois, as Missões Laicas, destinadas a substituir as religiosas.

Governou, interinamente, a província, o oficial do exercito António Romeiras de Macedo, de larga e honrosa carreira colonial (7 de Março a 17 de junho de 1912).

Primeiro govêrno Norton de Matos — O novo governador, oficial do estado-maior, estivera durante algum tempo na Índia trabalhando na agrimensura. José Mendes Ribeiro Norton de Matos tinha ideias largas e no contacto com a província ultramarina mais as desenvolvera, cabendo-lhe, no comêço, a autoria de portarias de pouca monta, em comparação com o desenvolvimento e importância das que se lhe seguiram. Proibira os castigos corporais; iniciou um sistema aperfeiçoado de contratos de trabalho indigena, a fim de evitar abusos; fez aplicação rápida das leis da mão de obra livre e impôs aos funcionários que não recebessem emolumentos pela aquisição de serviçais, cujo recrutamento se faria de uma forma recta, em defesa dos negros. Eram leis moralizadoras.

Aplicara, em definitivo, o regime das circunscrições, ficando a província dividida no distrito de Luanda, cujos concelhos eram Luanda, Cambambe, Novo Redondo e Ambriz, com suas circunscrições de Ambriz, Cambambe, Novo Redondo, Dande, Ambaca, Cazengo, Golungo Alto, Icolo e Bengo, Lilolo, Muxima, Pungo Andongo e as capitanias-mores de Amboim, Dembos, Encoge e Quissama (17 de Abril de 1913).

Acção nos Dembos — Nos Dembos rebentara de novo a insurreição do Caculo Caenda. Só formando-se uma Coluna Volante seria possível deter as arremetidas do Dembo, visto ela dever avançar por suas terras com o decisivo fim de o vencer.

Era necessário sobressaltar o gentio, mas o comandante militar da região dava-se muito com os indígenas, assim como o seu imediato, e daí a desordem. Era ele o tenente João Parreira.

Negociava-se em pólvora e armas, recebendo-se do gentio os seus produtos em troca dos elementos destinados a fazer a guerra. Aquele tráfico foi autorizado, em 22 de Janeiro

CAPITÃO DAVID MAGNO

de 1913, por solicitação da Associação Comercial de Luanda.

Deu-se a revolta. Os dois oficiais, João Parreira e João Francisco, dentro da fortaleza, ficaram cercados, não lhes consentindo a menor acção.

Norton de Matos chamou o tenente David Magno, que lhe expôs as suas ideias acêrca das vantagens da coluna volante, para actuar com decisão, e referentes ao fornecimento de armas e pólvora em transacções comerciais. Seriam necessários trezentos homens para aquela luta e um simples tenente não os poderia comandar. Entregues ao major Carlos da Maia Pinto, em número de quatrocentos e setenta e quatro, marcharam para os Dembos, indo aquele tenente como ajudante da coluna, visto ser o único dos seus oficiais com grandes conhecimentos da região. Ele foi ao Quilungo e destruiu a povoação; seguiu para Quindange, onde soube como os dois chefes, na Calulo Caenda, se encontravam, com trinta e um sol-

dados, dos quais só dezassete eram europeus, encerrados na fortaleza. Durava há mais de um mês aquele sítio. Decidiu ir libertá-los e depois de bater os indígenas e formar um posto em Quindange dirigiu-se para o território onde se encontravam os sitiados, tomando para a Quingola e querendo acudir aos cercados, mas sentiu que o soba não lhe consentia a passagem sem licença do Grande Dembo, o próprio Caculo Caenda.

Maia Pinto ordenou o avanço quando o régulo pretendeu ferir o tenente Magno, que desfechou a sua arma, a cujo disparo se travou um enorme tiroteio, empenhando-se o combate, no qual se esforçou o comandante da coluna com o alferes Cordeiro, desmoralizando-se o gentio com a vitória. Depois foram batê-los ao Quindambo. Chegaram á vista do forte que David Magno outrora construira.

Já o Dembo Cazuangongo se rebelara, acabando o tenente Simões Lopo por o meter na ordem e salvando-se os oficias que se encontravam na fortaleza. Construiu-se no alto da Balaquinga um forte denominado Manuel de Arriaga, em honra do presidente da república, ficando como seu comandante o mesmo tenente João Francisco Parreira.

A Lunda e os diamantes — O distrito da Lunda, segundo a nova divisão circunscricional, ficou com o concelho de Malange e suas circunscrições, Malange e Duque de Bragança, e as capitanias-mores de Camuxilo, Holo, Guinga, Bondo, Bangala, Songo, Mussuco, Mina, Quimbundo e Cuito.

Faziam-se na Lunda pesquisas diamantíferas. A Société International et Minière du Congo começara as suas descobertas em vários afluentes do Cassai e constituira-se uma companhia, para o mesmo efeito, nos territórios de Angola. Era a Companhia de Pesquisas Mineiras (Pema), tendo por sócios fundadores em Portugal o Banco Nacional Ultramarino, a Casa Henry Burnay & C.ª e na Belgica a Société Générale de Belgique e a Mutualité Coloniale; em França, o Banque de l'Union Parisienne, e nos Estados Unidos, o Grupo Ryan Guggenheim. Verificara-se a existência duma rica região diamantífera na Lunda, a qual devia desenvolver-se largamente, constituindo-se, em 16 de Outubro de 1917, a Companhia dos Diamantes, sendo govarnador da província de Angola o médico da armada Jaime de Castro Morais. O capital da Companhia era de 90 contos em ouro, 20.000 libras, sendo elevado depois, por diversas vezes, a 9.000 contos (2 milhões de libras).

Outras circunscrições — No distrito do Congo formaram-se os concelhos de Cabinda e suas dependências: Cabinda, Cacongo, Noqui, Ambrizete, Maquela do Zumbo e as capitanias-mores de Cuango, Damba e Bembe.

A Benguela pertenciam os concelhos deste nome e o de Catumbela, assim divididos: Catumbela, Bié, Bailundo, Cacondo, Dombe Grande, Egito, Quilongues, Huambo e a intendência do Lobito, sendo as capitanias-mores Alto Cuito, Mochico, Ganguelas, Ambuelas, Luchazes, Lungué-Bungo, e Nassa Candundo.

Ao distrito de Mossâmedes, ficava Mossâmedes e Baía dos Tigres, sendo as circunscrições: Mossâmedes, Pôrto Alexandre e Baía dos Tigres.

A Huila tinha o concelho do Lubango, assim circunscricionado: Lubango, Humpata, Chilua, Gambos, Humbe e as capitanias-mores do Cuamato, Alto e Baixo Cubango, Cuando e Baixo Cuito.

O pessoal das circunscrições compunha-se de administrador e secretário, amanuenses, chefes de posto e cipaios. Era a ocupação civil com o papel bem entendido de abrir estradas, criar granjas, dedicar atenção á instrução profissional e primária. Criara-se um júri de concurso para aqueles funcionários.

O governador dedicara-se com afinco a mandar construir estradas carreteiras, conseguindo estabelecer uns cinco mil quilómetros destas vias.

Tambem os caminhos de ferro mereceram a sua atenção, abrindo o primeiro ramal do Golungo Alto e desenvolvendo o de Benguela.

A obra de Norton de Matos — A acção deste governador tornou-se, sobremaneira, forte e útil, mesmo antes da sua acção de alto comissário (16 de Abril de 1921 a 18 de Setembro de 1923) (*), porque sabia de

---

(*) Este período do govêrno do general Norton de Matos, por todos os títulos o mais notável, já não faz

antemão o que desejava e, lúcida e inteligentemente, ir pôr em prática o seu plano através de mil dificuldades.

O pensamento dominante do alto funcionário consistia na colonização pelos brancos, atraindo com vantagens tanto a operários como a burocratas e desejando, sobretudo, um escolhido número de chefes de circunscrições, a cuja obra ligava a máxima importância. Pretendia fazer a propaganda de Angola, valiosíssimo território, até aí menos apreciado ante o desenvolvimento de Moçambique. Depois de Paiva Couceiro, era Norton de Matos o primeiro governador que chegava dotado de fé e de energias suficientes para o fim a que se impusera: o desenvolvimento da província. Não punha de parte as missões religiosas, apesar de se terem criado (22 de Novembro de 1913) as missões laicas. Denominavam-nas «missões civilizadoras» e deviam ser compostas só por leigos que tivessem exercido o magistério primário e com diversos tirocínios na Escola de Medicina Tropical, Jardim Colonial, tendo, além deste, o curso da Escola Colonial. Serviriam, pelo menos, oito anos nos seus postos. As missões religiosas poderiam continuar, sendo exclusivamente compostas por portugueses e sujeitando-se aos governadores. Em 1921 regulamentar-se-iam as missões laicas de Angola.

A unificação de Angola — sendo Angola e só Angola — constituiu o pensamento dominante de Norton de Matos e daí os esmeros que lhe merecera o regime administrativo e a ocupação militar, fazendo desaparecer as confusões até aí existentes e querendo impor as instituições municipais em vez das capitanias-mores, de ares absolutistas. Desagradou aos militares interessados nestas situações a medida honestíssima e de alto alcance.

Transtornariam todo o sistema, a que ele se remeteria de novo quando alto comissário. Baseava nas circunscrições toda a vida da colónia. Tinha o seu programa de desenvolvimento da instrução, de medidas sanitárias, sobretudo de aberturas de estradas, o que realizou largamente, criando, com essas vias, uma aproximação com o interior, garantia, rápida, de socorros e de comércio. Não descurou a farolagem, os portos, os caminhos fluviais e, depois, os necessários transportes, e promovendo a instituição de oficinas e colégios junto de cada unidade militar, transformaria a feição até aí característica do exército em África; melhorava-o.

Custou-lhe muito a vencer a tendência existente, em relação ao que denominava o «trabalho livre» do indígena, mas venceu, pois capitulava de restos «de antiga escravatura e escravos novos» os produtos do sistema até aí seguido nos contratos com os negros. Livremente os deixava trabalhar nas suas próprias terras e só em 1912-13 a produção e a exportação de géneros indígenas só em Benguela foi superior a 60.000 contos.

Regulamentou-se a vida do preto através das circunscrições, tanto na sua assistência como na parte política. Preocupou-o a habitação destes trabalhadores, o seu vestuário, a sua higiene; combateu o alcoolismo a que se entregavam, embora desse um golpe profundo em determinado comércio, o qual gerava rápidas e fortes riquezas, tornando vítimas os negros e desfalcando a província. «Vendia-se um boi adulto por uma garrafa de aguardente» — escreveu o governador. Tambem, organizando as estradas, pretendeu diminuír o transporte de cargas pelos negros a grandes distâncias.

Todos os problemas, dia a dia, mais bem vistos pela sua análise directa na província, o interessavam largamente, pois ao mesmo tempo que pensava em instalar bem os funcionários, queria atacar a situação económica, regime alfandegário, basilagem, construção de portos, escolas, lutando, porém, sempre com falta de numerário.

Penetrara a província. Havia estradas boas para automoveis; estavam instaladas as circunscrições administrativas nos distritos do Congo, Zaire, Lunda, Malange, Cubango, Luanda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Benguela, Bié, Moxico, Luchazes, Mossâmedes e Huila.

Queria garantir a entrada dos naturais da província em determinadas

---

parte deste trabalho, a não ser nalgumas Efemérides, visto só chegar até ao ano 1919, como a «História de Portugal», do autor.

funções públicas, demonstrando assim que a sua preocupação colonizadora pelo branco, não querendo conúbio com as indígenas, estava longe de representar desprezo por aquela raça.

Estava-se diante de um político observador, cuja acção foi notabilíssima. A influência da autoridade portuguesa, superior á dos régulos e sobas, foi o seu cuidado, investindo, todavia, os indígenas categorizados em cargos dependentes dos administradores, dando-lhes restrita autoridade, criando as regedorias, com vencimentos, e o Estatuto Civil, Político e Comercial dos Indígenas, no qual se compreendia a mais interessante questão de política com o negro: o pagamento do imposto, que queria «único, simples, claro», isto é, insofismável e explicável.

Lutou muito contra interêsses criados e que dificilmente poderia vencer. Travaram-se contra ele diversas lutas. De 31 de Março a 2 de Setembro de 1914 ficou governando, interinamente, a colónia o major António Nogueira Mimoso Guerra, visto Norton de Matos ter ido á metrópole. Regressou em 2 de Setembro e ocupou ainda o alto cargo até Março de 1915. Quando se publicou a lei de 15 de Agosto de 1914, que dava autonomia ás colónias sob a fiscalização da metrópole, foi em Angola que melhor efeito ela produziu, em virtude da forma por que se soube servir de tais poderes o notável governador.

Estava-se num período calamitoso a que era necessário fazer frente nas colónias portuguesas, muito ameaçadas.

GENERAL NORTON DE MATOS

CAPITULO XLIV

A GUERRA E AS TENTATIVAS DE FOMENTO

Naulila — Cuangar — Cuanhamas — Roçadas e Pereira de Eça — Os governos de Norton de Matos

Norton de Matos retoma o govêrno — A situação era a seguinte. Em 18 de Agosto de 1914 o govêrno metropolitano mandara organizar duas expedições destinadas á defesa das fronteiras de Angola e Moçambique, isto em virtude de ter rebentado a grande guerra europeia.

Em 28 de Julho, a Áustria punha-se em luta com a Sérvia, após o assassínio do arquiduque Francisco Fernando e de sua espôsa em Sarajevo. Em 31, a Alemanha enviara um «utimatum» á Rússia, invadindo o Luxemburgo em 2 de Agosto, sendo declarada a guerra á França e á Bélgica por aquela potência. Acudiram a formar junto da França, sob o título de aliados, a Inglaterra, a Bélgica e a Rússia. Ajuntava-se á Alemanha a Áustria, devendo acabar a Itália a bater-se pelos primeiros e a Turquia pelos denominados Impérios Centrais.

O ministro dos estrangeiros de Portugal, Freire de Andrade, preguntava ao plenipotenciário português em Londres, Teixeira Gomes, qual o caminho que se devia seguir, visto estar em guerra a antiga aliada, e a resposta dada pelo sub-secretário de estado sir Eyre Crowe, por parte de Eduardo Grey, ministro dos estrangeiros britanico, fôra que Portugal devia conservar a sua neutralidade mas sem o declarar. Entrou-se em largas e demoradas negociações diplomáticas e, como era necessário defender as colónias, onde os alemães podiam exercer a sua acção, organizaram-se aquelas expedições, uma das quais, do comando de Alves Roçadas, se destinou a Angola, com o objectivo da ocupação do Cuanhama.

O corpo expedicionário formava-se com mil e trezentos homens, que embarcaram no paquete «Moçambique» em 11 de Setembro de 1914. Em 17 de Outubro já o tenente-coronel Roçadas se encontrava no Lobito, tendo assumido a chefia do distrito e recebido a informação de que uma missão germanica acampara junto do Cunene, próximo de Donguena, a 72 quilómetros do Humbe e a 12 de Naulila. Presidia-lhe o governador da Damara. Era o chefe português no Humbe que fazia a participação, acrescentando desejar aquele alto funcionário uma conferência com ele. Pedia ordens. No caso de não receber resposta, iria ao encontro deles. Roçadas ordenou-lhe que fôsse, a fim de conhecer as suas intenções.

As intenções germanicas — Desde há muito tempo que os alemães andavam preparando o seu terreno, a fim de marcarem, com a guerra, a posição desejada. Em Angola desconfiava-se tanto das suas atitudes que se tomaram precauções. Pretendiam o sul da província, onde tinham recuado diante de João de Almeida, no período da ocupação.

A sua posição da Damara — a Damaralandia, como a intitulavam — não podia desenvolver-se, tanto quanto ambicionavam, sem aqueles territórios. Havia, porém, direitos portugueses de tal forma estabelecidos que nenhuma nação, em período normal, seria capaz de os derrogar. Era certo que antes de rebentar a guerra se andara tratando da partilha do império colonial português entre a Inglaterra e a Alemanha, mas o conflito desencadeara-se e, na sua fúria e or-

gulhosa fôrça, os germanicos imaginavam-se senhores da vitória. Por isso ia preparando o seu avanço para o território ambicionado.

Em 1912, o dr. Ziegler declarava publicamente:

«Nós devemos possuir Angola! Só então, por um forte esfôrço e um sério trabalho, o Sudoeste Africano poderia ser, para nós, um país.»

E como aquilo era uma ansiedade, uma fortíssima aspiração e um grande fim, o vice-cônsul germanico, Schöss, trabalhava tanto em marchas e contra-marchas, que se tornou suspeito. Norton de Matos recebeu o aviso de que ele andava preparando uma linha de abastecimento em diversos sítios que poderiam ser os de passagem de tropas. Enviando verdadeiras caravanas de carros atulhados de mantimentos para o sul, ia aglomerando mais as suspeitas contra ele. O governador mandou prender alguns dos seus agentes e conduzi-los á fortaleza. Uma espionagem desenfreada se desenvolvia, sendo um desses observadores um boer, de apelido Duplessis, o qual fôra narrar a Outjó, no Ovampo, onde estavam os chefes alemães, o que julgava ter visto por parte dos portugueses. Levava-lhes um relatório escrito revelando o preparo da expedição em Lisboa, segundo um número do «Século». Receosos de que lhe tivessem apreendido os víveres, deliberaram partir do Ovampo para a fronteira portuguesa, a fim de se porem em contacto com os chefes do posto do Cunene.

O dr. Schultze-Jena levava plenos poderes do governador da Damara; o tenente Lösch representava o exército; acompanhavam-no três soldados de cavalaria e os rendeiros Röder e Jensen, dinamarquês, que servia de intérprete. Iam mais uns agentes de polícia e indígenas sem armas. Ao todo, eram quinze os alemães e a sua escolta de askaris.

Ao chegarem a Oncuancua, depararam com uma patrulha que rondava a fronteira e declararam aos alemães estar o seu acampamento no nosso território. Só então, o dr. Schultze, decidiu escrever, por sinal em péssimo francês, uma carta ao oficial que comandava o posto de Naulila.

Dizia-lhe: «Monsieur: Excusez is papier et cette lettre, mais je ne parle pas bien le français. Je suis venu de Outjô et jai envoyé deux des mes acompanheur a Dongoena pour notifier au comandeur de ma arrivé e parce que je crois que Dongoena serai la station la plus prochaine. Je vous propose une entrevue. Veiuler destiner place e temps. With Kind regarde. Schultze-Jena.»

O comandante de Naulila telegrafou para o capitão-mór do Cuamato, o qual daqui fez o mesmo até se chegar ao Humbe.

Já tinham sido apreendidos carros de mantimentos e o dr. Vageles, um alemão de categoria, dirigira-se para o Humbe com Schöltz e ali ouviu a notícia do que se passava com Schultze e os portugueses. Só então se deu a notícia a Roçadas, que ordenara os tratassem com a cortesia própria das suas posições. Julgava ser o governador da Damarara e não um seu delegado, embora com plenos poderes.

O capitão-mór do Cuamato dera, no entretanto, as suas ordens ao alferes Sereno, de cavalaria, que comandava os dragões aquartelados em Otokero. Devia «prender e desarmar uma fôrça alemã que se acha em pleno território nosso, á distância de 12 quilómetros de Naulila».

Os germanicos estavam no seu acampamento, em possessão portuguesa, aguardando a resposta da carta, sempre vigiados por dragões. O alferes, á frente do seu pelotão, dirigiu-se para onde se encontravam os estrangeiros, tendo lá chegado na tarde de 18 de Outubro de 1914. Ergueram-se e tomaram as armas ao verem aquela fôrça, mas ao brado de um dos seus chefes quedaram-se ante o pelotão pacífico.

Foi o dr. Schultze quem se inculcou por comandante. O alferes, apresentando-lhe um mapa da região, preguntou-lhe o que estavam fazendo no terreno português e ele desculpou-se dizendo andar em busca de um desertor, desejando, tambem, encontrar-se com a autoridade do Humbe, a fim de ir ao Lubango. O oficial demonstrou-lhe que tal licença só podia ser concedida pelo capitão-mór do Cuamato, junto de quem os podia conduzir, ao que acederam.

Partiriam na manhã seguinte; o alferes e os seus soldados seriam seus hóspedes aquela noite. Assim sucedeu. Cearam; dormiram.

Para pagar a gentileza, ofereceu-

lhes almôço em Naulila, a que, após algumas hesitações, se decidiram, apesar da desconfiança marcada do tenente Loesch. Trataram das cousas da guerra e a certa altura, quando Sereno lhes disse da má impressão produzida na colónia por todos aqueles movimentos alemães, o doutor puxou do «Século» onde se noticiava a formação da expedição destinada a Angola.

Uma enorme desconfiança alastrou. Partiram, todavia, para o posto de Naulila. Adiantara-se um dragão com o pedido de se aprontar o almôço. Apearam-se; ficaram da parte de fora os negros segurando os cavalos e os oficiais entraram no reduto. Entretanto, os serviçais portugueses desaparelhavam os cavalos, por ordem do alferes Sereno. O tenente alemão mandou que os aparelhassem de novo e quando se lhes explicou não haver essa precisão, visto o almôço demorar, alastrou mais a desconfiança. O doutor julgava ir tratar ali mesmo do seu caso; não imaginou, talvez, ser mais longe a capitania-mor. Começou a discussão e quando pretendiam ir-se embora, Sereno declarou-lhes, perentoriamente, ter ordem de os levar ao Cuamato.

Houve, então um momento em que se puxaram das armas; os germanicos decidiram sair do forte e os soldados ao verem-nos, de novo, montados, perceberam que desejavam escapar-se, enquanto o alferes segurava as rédeas do cavalo do doutor Schultze. É aquela a hora grave. O alemão pretende partir; o oficial deseja detê-lo e puxando da espingarda o doutor aponta-a ao peito do militar português. De fora do posto, os companheiros do germanico ameaçavam com as suas armas o alferes e a três soldados, os únicos que se encontravam no lugar. Neste conflito, as praças fizeram fogo e o chefe da expedição alemã caiu; os outros iam de fugida, mas foram alvejados, sendo morto Roedes e ferido o tenente Loesch, que ainda viveu dois dias. O dinamarquês Jensen estava ferido.

Só então chegaram as ordens de Roçadas, a fim de se tratarem com cortesia os súbditos do kaiser.

O alferes Sereno cumprira a primeira ordem, a que lhe fôra enviada anteriormente e em termos perentórios.

Já o comandante do Humbe partira para Calueque com o doutor Vageler e o intérprete Van der Kelen. Encontraram ali o sargento deixado pelos expedicionários, o qual se mostrava muito admirado de tanta demora em Naulila. Mandou-se um emissário, o

TENENTE FRANCISCO ARAGÃO

cabo Kaïumel, a informar-se, mas não voltou também.

No meio das indecisões, dos vaticínios, dos medos, chegava a notícia do sucedido.

Então, no acampamento, o sargento pensou em capturar o chefe do Humbe, mas não se atreveu. Nem mesmo aprisionaram o intérprete. O doutor Vageler, ao despedir-se deles, apenas disse: «C'est la guerre!»

Morte do tenente Durão — E como era a guerra, os alemães, dirigindo-se ao posto militar de Cuangar, realizaram uma autêntica cilada. Comandava ali o tenente Joaquim Ferreira Durão, o qual ignorava o sucedido na metrópole, acêrca das expedições, bem como em Naulila.

O comandante de cavalaria alemã D. Lehmann, que chefiava Grootfontem, ao saber dos acontecimentos de Naulila, montara a cavalo e, seguido por vinte soldados, dirigira-se para o Cubango. Em Karing-Kuro juntou à sua tropa parte da polícia, com uma metralhadora. Aliara-se-lhe um bando de negros do soba Auanga.

Tinha boas relações com os germanicos, apesar de ter recebido notícias da grande guerra, na qual o seu país não entrava. Falara-lhes, até, da neutralidade portuguesa. Os inimigos entraram, de roldão, no forte, metralhando tudo, e o oficial, imaginando serem os seus homens que faziam fogo, correu a detê-los, caindo varado. Os alemães diziam vingar-se; tomaram a fortaleza e logo os postos de Bonga, Sambio, Dirico e Mucusso, que João de Almeida outrora instalara. Realizou esta surpresa um grupo aguerrido, ás ordens do chefe de polícia Osteman. Os portugueses que puderam escapar ao massacre correram a levar a nova terrível á Huila. Em Lisboa, ninguem pediu satisfações á Alemanha por aquele acto ignóbil.

Naulila — A coluna de Roçadas tinha o seguinte objectivo: «assegurar a integridade da colónia, impedir a passagem de víveres desta para a colónia alemã, opor-se ao avanço de quaisquer fôrças que pretendessem invadir o território de Angola e fazer a ocupação do Cuanhama». Levara tempo a concentrar as tropas e mais demorara o arranjo de víveres e carriagem. Só em 1 de Novembro se conglobara a expedição, cujo chefe de estado maior era o capitão Maia de Magalhães e sub-chefe o tenente Bartoldo Machado. As fôrças eram compostas pelo terceiro batalhão do 14, da chefia do capitão Alberto Salgado; companhia europeia, comandada pelo capitão Rogério Afonso; companhias de Moçambique, cujo comando fôra entregue ao capitão Sepúlveda Rodrigues; companhias indígenas de Angola; metralhadoras, chefiadas pelo capitão Mendes dos Reis; artelharia de montanha, 2.ª bateria, com o capitão Lopes Baptista; a bateria Ehrardt, comandada pelo capitão Justiniano Esteves; 1.º esquadrão de dragões, cujo chefe era o tenente Francisco Aragão, e outro núcleo de cavalaria 9, além de uma secção de telegrafistas e sapadores.

Os soldados não eram da melhor escolha; o material também não; jàmais uma expedição á África levou tudo quanto carecia.

Era necessário guarnecer o sul da província, o que se foi fazendo até ao vale de Calueque, onde o tenente Aragão passou com os seus oitenta e três cavaleiros, sendo recebido a tiro e retirando com dois homens e dois cavalos feridos. Avançou o major Salgado com os seus homens, tendo o chefe do estado-maior feito um reconhecimento e topando um acampamento alemão das tropas do major Frank. Era a guerra em perspectiva e tanto que, na manhã de 18 de Dezembro, o inimigo fazia um ataque de infantaria e artelharia no flanco esquerdo da coluna, ao qual respondeu o tenente Bettencourt com as metralhadoras.

Inutilizados dois destes engenhos, Roçadas obrou prodígios, levando as tropas até á orla do mato, onde, sob um intensíssimo fogo, teve que recuar.

Na manhã seguinte sucedeu o mesmo. Os alemães estavam mais bem apetrechados. Em Naulila davam-se estes acontecimentos; em Calueque, a artelharia portuguesa foi bombardeando os alemães, que deixaram o seu acampamento, mas voltaram, sendo morto o alferes Figueiredo. O tenente Aragão, que estava perto de Nangala, ao ouvir aqueles ecos do combate, avançou sôbre Naulila, tendo encontrado nessa direcção uma ordenança, que lhe transmitiu a ordem de ataque aos alemães, o que não fez, supondo encontrarem-se poucos inimigos no acampamento e ser mais necessário o seu concurso em Naulila. Dirigiu-se para o oeste e perto do forte ouvíu sibilar as granadas e o tiroteio das metralhadoras. Cobriu o pelotão, indo uma patrulha estabelecer ligação com o comando, a qual não voltou. Outra patrulha disse-lhe que a seiscentos ou setecentos metros se encontrava o inimigo com duas peças, que ele se decidiu a atacar, apesar de ter só dezasseis cavaleiros.

Depararam com a infantaria adversaria. O alferes Sereno avançara, por ordem do tenente Aragão, mas caiu ferido, dispersando-se os seus homens. Os que restavam apearam-se e, sob o comando do chefe, começaram fazendo um intenso fogo de retirada, conseguindo chegar a uma clareira, onde apareceram dois soldados e um clarim, Augusto dos Reis, que vinha ferido. Ali foram aprisionados o tenente Aragão, que recebeu um ferimento, o seu colega Antonio Rodrigues Marques, que tinha duas feridas, o alferes Raul de Andrade, o sargento Sousa Marques e sessenta e um soldados, entre

os quais iam vinte e seis feridos e quatro moribundos.

Deu-se o combate com as seguintes perdas: três oficiais mortos, sendo eles o capitão Artur Homem Ribeiro e os alferes Joaquim Maria e Figueiredo. Também ficaram no campo cinqüenta e quatro soldados europeus e dez indígenas. Os feridos foram cinco oficiais, Tristão de Bettencourt, Joaquim Alves, Aragão, António Rodrigues Marques, tendo desaparecido o alferes Sereno, que o inimigo decerto assassinou, e sessenta e uma praças europeias e dez indígenas.

O clarim Augusto dos Reis conseguiu fugir, passando inclemências no sertão, até chegar ao acampamento com o braço ferido já com gangrena, tendo sido amputado pelo médico Vasconcelos Dias.

Os germanicos, porém, não quiseram deixar de se mostrar bárbaros, com o fim de darem um terrível exemplo. Já a coluna Roçadas retirara para Dangoena, atravessando o Cunene no vau Chiquenda, quando eles, agarrando doze landins, que se tinham batido admiravelmente, a peito descoberto, decidiram enforcá-los, numa árvore, da maneira mais infame e mais vil.

Os soldados germanicos imolaram os negros, que souberam morrer, e quando o último se estorceu na agonia, os cobardes carrascos fugiram ante uma nuvem de poeira revolteando ao longe. Imaginaram um exército; era uma manada de inofensivos bois.

Ferozmente conduziram os oficiais e praças prisioneiras. Obrigaram o tente Aragão a escrever uma carta a Roçadas declarando-lhe a sua situação e a dos seus homens. Um verdadeiro saque foi feito nas bagagens, um dos insultadores dos portugueses o capitão Trainer, falando com o tenente Marques, por vezes era irónico, sarcástico e até miserável.

Trataram muito mal os próprios feridos; não alimentaram nem concederam água aos prisioneiros nas primeiras horas do seu cativeiro. Os soldados seguiam amarrados uns aos outros pelos pescoços, só sendo soltos ante o protesto dos oficiais.

Chegaram assim a Outjô, onde já havia oficiais ingleses também aprisionados; encerraram-nos na cadeia civil de Winduck, sendo pessimamente alimentados, abrandando depois o mau tratamento com a chegada do major Franck, comandante das operações em Naulila.

As tropas da União Sul-Africana assaltaram Tsumeb, onde os presos se encontravam, e tendo-se os alemães rendido sem condições, logo os vencedores os libertaram, partindo para o Cabo, onde os agasalhou o cônsul Manuel de Arriaga, filho do presidente da república, deposto pela revolução de 14 de Maio. Regressaram a Portugal com Aragão, ao qual se ofereceram os galões de major, que não aceitou, o tenente Rodrigues Marques, o alferes Raúl de Andrade, o sargento Marques e os soldados, sendo acolhidos carinhosamente em 24 de Agosto de 1915.

GENERAL PEREIRA DE EÇA

Norton de Matos foi nomeado ministro da guerra, dadas as suas qualidades de organizador, a fim de se preparar a expedição portuguesa destinada a servir em França. Ficou, interinamente, no govêrno o secretário geral de Angola, dr. Mário Teixeira Malheiro, até á chegada do general António Júlio da Costa Pereira de Eça, que ia assumir, com o govêrno da província, a chefia da nova coluna de operações, composta por dois mil homens. Juntavam-se aos de Roçadas, os vindos da metrópole na nova ex-

pedição, sendo, porém, como sempre, deficiente o armamento e a instrução dos soldados, mas excelentes os oficiais e esplêndido de brio, de disciplina e coragem o seu chefe, que era um velho mas excelente militar. Havia tais dificuldades para o transporte dos víveres destinados ás tropas que enquanto os géneros apodreciam na praia e nas ruas de Mossamedes, os soldados passavam fome.

Começara a reinar uma certa desmoralização, provinda da inércia em que se encontravam os efectivos.

O general ordenou que fizesessm exercícios e, sob o seu pulso de ferro, organizaram-se os comboios para o transporte dos comestíveis, trabalhando com verdadeiro valor o chefe da exploração da linha de Mossamedes, Luiz Júdice, e o seu pessoal.

Revoltara-se o gentio; era necessário batê-lo e aos seus aliados alemães, mas estes já se tinham entregado ao general Botha, na Damara.

Ia pois, após a vitória deste seu camarada boer, vingar nos cuanhamas as afrontas recebidas e por eles praticadas sob o influxo teutónico.

Se não fôsse aquele feito, dificilmente se poderiam combater os indígenas apoiados nos europeus. O general Pereira de Eça tomou o comando das fôrças, compostas por dois mil quinhentos e setenta e três homens.

O destacamento de Naulila compunha-se de mil e setenta e dois homens e de mil duzentos e oitenta e três o do Cuamato. O de Cassinga (mil oitocentos e oitenta e sete homens) largou para o Evale.

Iam pelejar contra a raça cuanhama, a mais belicosa depois da vátua, que Mousinho desbaratara.

Foi na região cuanhama que se travou a grande luta, tomando parte nela um batalhão de marinha, cujo comando passara do capitão-tenente Coriolano da Costa para o seu camarada Júlio Afonso de Cerqueira. Um grupo de baterias era chefiado pelo major João Afonso Pala; os esquadrões, pelo major Ernesto Vieira da Rocha; infantaria 17, pelo coronel João Pires Viegas; metralhadoras, comandadas pelo capitão Álvaro Teles de Azevedo; companhias auxiliares, de que era chefe o capitão João Ferreira do Amaral. O chefe do estado-maior da coluna era o capitão Pires Monteiro e dos serviços de saúde o capitão de fragata dr. Alexandre de Vasconcelos e Sá, estando com ele o seu colega médico naval dr. Júlio Gonçalves. A engenharia operava ás ordens do capitão Rui Fragoso Ribeiro.

Mongua — As tropas sofriam o suplício da sêde; a água estava distante nas cacimbas do Mongua, que os indígenas queriam atulhar. Metralhou-se, durante a noite, o sítio onde elas existiam, isto a fim de afugentar os negros que tentavam destruí-las. Os landins foram, de madrugada, com a cavalaria reconhecer a posição, enquanto ficava o quadrado bem defendido (17 de Julho de 1915). Voltaram alguns soldados dizendo da descoberta de mais cacimbas, mas que o inimigo defendia em violentos tiroteios. A sêde era um suplício terrível; já tinham morrido algumas muares vitimadas por ela, sendo necessário abandonar os carros. Tornava-se indispensável a posse daqueles depósitos de água e assim o ordenou o general Pereira de Eça, que acompanhava a coluna, com o seu chefe do estado-maior Ortigão Peres, ajudante de campo Carvalho Dias e oficiais ás ordens.

No dia seguinte, ao organizarem-se as fôrças de investida, os indígenas atacaram em fúria, batendo-se terrivelmente a coberto dos morros de salalé. Possuiam armas modernas, munições em grande quantidade e, sendo apenas as avançadas, julgavam-se suficientes para destroçar a expedição. O rei Mandune guardara os seus sessenta mil guerreiros para o combate decisivo.

Respondeu-se com fogo nutrido de artelharia e infantaria, mas os chefes negros comandavam com esmero e as baixas sucediam-se. O chefe do estado-maior, capitão Pires Monteiro, foi dos primeiros a ser alvejado; o major Pala ficou tão gravemente ferido, que morreria poucos dias depois; também receberam ferimentos o comandante do trem, capitão Cortez, e o alferes Mamede Pires, das companhias indígenas. Os soldados eram abatidos com segurança e quando os esquadrões saíram para rechaçar os mais audaciosos, os seus oficiais, alferes Álvaro Damião Dias e tenente Lopes Mateus, foram atacados, morrendo o primeiro e sendo ferido o segundo, demonstrando-se assim que os cuanhamas visavam, de preferência, os superiores. Também regressara ferido o tenente

Humberto de Ataíde. O capitão de cavalaria Cunha e Costa chegara a ser envolvido pelos negros, mas saiu bravamente do assalto. Neste encontro ficaram no campo um oficial e quinze praças, sendo de trinta o número de feridos e entre eles seis oficiais. As tropas tinham-se batido com denodo; e no seu lugar, á frente da companhia, o tenente Raúl Cascais, á sombra da bandeira que um sargento empunhava, já esfurancada pelas balas, dava um exempla de tanta firmeza como o seu comandante Cerqueira. O médico Vasconcelos e Sá deixara a ambulância para tomar uma espingarda, batendo-se como qualquer simples soldado, num exemplo animador. Um cabo de cavalaria, Carlos Sampaio, aprisionou um indígena, depois de matar dois, e trouxe-o sob o fogo para o quadrado; um outro cabo, Manuel de Melo, defendeu o seu comandante, no meio de muitos negros que o queriam prender. Os exemplos de dedicação e brio sucediam-se, como o do soldado José Barbosa, que jamais abandonara o seu tenente Mateus, ferido gravemente.

O sargento Joaquim Pinto marcava a sua energia com outros camaradas da sua arma. O sargento Francisco Araujo, de marinha, fôra dum admirável espírito de sacrifício e no avanço para as cacimbas o seu colega António Manuel dos Santos dera grandes provas de valor.

Passada a noite, um espião anunciou o avanço do inimigo e com efeito ouviu-se um grande clamor em palavras de conselho e ameaça: «O branco que se vá! A terra não é dele! Arrancamos-lhes os olhos e as linguas!» Tentavam envolver o quadrado, defendendo sempre as cacimbas, recurso indispensável para a coluna, e com as suas armas modernas, excelentes munições, bravura e táctica, as mangas guerreiras, já reforçadas, esperavam vencer. O general dera ordem para as fôrças do Cuamato, do comandante Veríssimo de Sousa, se dirigirem sôbre a cubata do soba, o que se empreenderia. O chefe do estado-maior, José Mascarenhas, dispusera tudo para deste modo se dividirem as fôrças adversas.

Elas, como se adivinhassem o intento do general português, voltaram com maior fúria ao assalto, ficando morto o capitão João Francisco de Sousa e um soldado. As balas atravessaram o quadrado, ferindo também o tenente Passos e Sousa, seis praças e um degredado.

Depois marchou-se sôbre as cacimbas, das quais o inimigo fôra repelido e ali se fortificaram os expedicionários, começando a apresentação de al-

AFONSO DE CERQUEIRA

gum gentio cuamato a afirmar a chegada dos sessenta mil guerreiros do rei Mandune.

Era em 19 de Agosto. No dia seguinte, ás sete e trinta da manhã, ouviu-se um clamor terrível, um alarido apavorante e os negros começaram a atirar com fúria, visando os solípedes. As metralhadoras ralhavam fortemente, mas sentiam-se atiradores, bem ocultos, encarregados de abater o gado, com o fim de tornar impossível a retirada da artelharia e carros.

Só havia vinte e quatro praças montadas, e o general, num recurso máximo, ordenou uma carga de infantaria. Combatia-se intensamente. Nove horas durara a luta. Infantaria 17 e a 15.ª companhia indígena avançaram com entusiasmo, bem como um núcleo de marinha, que se batera com muita galhardia, voltando novamente ferido o tenente Humberto de Ataíde, tendo tomado o comando dos landins o alferes José Lousa, que muito bem se portou. Os segundos-tenentes da ar-

mada Oliveira Pinto, Ferreira de Castro, Santos Moreira, Teixeira Deniz, Pires da Rocha e António Augusto de Almeida mostraram grande energia á frente dos seus pelotões. Vasconcelos e Sá lançou-se ousadamente nesta carga memorável com que se desmoralizou o inimigo. O comandante de marinha Júlio Afonso de Cerqueira, que conduzia as fôrças sob um rude fogo, foi heroico. Sem lhe competir, colocou-se á frente desses marinheiros, dignos de todo o louvor. No regresso ao quadrado todos tinham ganho, bem como o exército, as honras que o general lhes devia tributar. Ficaram quinze soldados mortos e quinze feridos, além de três oficiais também alcançados pelas balas: (tenente Ataíde, o alferes Campos Penedo e o tenente de marinha Teixeira Denis). Ao cabo de dez horas vencera-se a batalha de Mongua. Pereira de Eça percorreu as faces do quadrado entre aclamações.

A embala de Mandune — A guerra não terminara. Começavam a escassear os géneros. Reduziam-se as rações. Tentava-se comunicar com as fôrças do Cunene e para lá se enviara o tenente Bento Roma. Vivia-se aflitivamente, quási sem recursos. O general reuniu um conselho de oficiais e decidiu-se esperar que o chefe das fôrças do Cunene operasse. O coronel Veríssimo de Sousa cumpriu e o reabastecimento fez-se. Ordenou-se a marcha sôbre Ngiva, embala de Mandune (2 de Setembro), o que constituiu uma epopeia de sacrifícios de toda a ordem.

O major inglês Pritchardt, que ocupava o cargo de governador da fronteira cuanhama, tomada aos alemães, mandara um plenipotenciário a propôr, ao general Eça a paz com os indígenas, proposta repelida por quem se batia tão bravamente. Parecia que para o britânico se tratava não de aliados da Inglaterra mas de guerreiros de duas tríbus em conflito. Fêz-se o avanço; incendiaram-se aldeias e, em 5 de Setembro, estava-se na aringa, ou antes, no lugar onde ela existira, pois o rei mandara-a queimar, juntamente com a vizinha missão alemã. O soberano escapara-se para a Damaralandia, onde continuaram a tratá-lo como monarca. Ia fazer-se a ocupação do território submetido e que era o Cuanhama, Cuamato, Evale e Humbe, ficando ali de comandante o major Pires Viegas, de infantaria 17.

Tomaram parte de vulto, igualmente, nestas operações e suas coordenadas nesta guerra, o comandante de Cassinga e de Erate, majores Reis e Silva e Vieira da Rocha, capitão Freitas Soares, José Mascarenhas, Ferreira Chaves, tenentes do estado maior, Santos Correia, Abreu Campos e José Joaquim Ramos, o capitão do quadro Sebastião Pinto Roby, que, sendo oficial ás ordens do general, perdeu a vida numa cilada junto ao Mulondo, quando ia fazer um reconhecimento. Os capitães de artelharia Conceiro de Albuquerque e António Cortez bem combateram, assim como os seus camaradas de engenharia Fragoso Ribeiro e Abel Valdez de artelharia, Arnaldo Piçarra de cavalaria, Teles de Azevedo de metralhadoras, Cunha e Costa de cavalaria, Quintão Meireles de marinha, Julio Alegria e Pereira Lourenço artelheiros;, de infantaria, Mateus Carreira e Velez Caroço, Cardoso Machado, Lopes Mateus, Chalupa; do estado maior Melo Nobre; da administração militar, José Marques, capitães de infantaria Furtado Henriques e Francisco Pedro Curado, tenente Bento Roma, segundo-tenente da armada Armando Botelheiro; de artelharia Walter Lima, Oliveira Duarte, Terri e Caiola Bastos; de infantaria Luís Alberto de Oliveira e José Ramires, alferes de cavalaria Joaquim Faria, Sá Nogueira, Luís de Camões, Zarco da Camara, Eduardo Romero, Azinhais Mendes, David de Carvalho, Pessoa de Amorim e Ramalho Ortigão, e de artelharia França Doria, Viana Barata, Lobo Ferreira, Viana Cabral, Morais Portugal, de infantaria Costa e Andrade, Furtado Henriques, Campos Penedo, Veiga e Sousa, Passos e Sousa, Carapeto, Edgar Cardoso, da administração militar, e medicos drs. Alberto de Mendonça e Cortez Pinto. Os alferes de cavalaria Sarmento Pimentel, Correia Torres, Roque de Aguiar também demonstraram o seu valor, assim como os auxiliares Bernardino Fraga, Manuel Lopes e José Guerreiro, o boer Beuve Oppel, o inglês Goardon e os oficiais de artelharia Gonçalves Coelho, Carvalho Cebola e o ajudante do coronel Veríssimo de Sousa, alferes miliciano de cavalaria Almeida Pinhei-

to, tenente de engenharia Pinto Teixeira, os tenentes de metralhadoras Jaime Baptista e Campos Martins, Ponces de Carvalho de infantaria e Costa Dias da administração militar.

Quando a expedição Pereira de Eça retirou para a metrópole intensamente consagrada (10 de Setembro de 1915), ficou gerindo a colónia um conselho de govêrno a que sucedeu (14 de Outubro de 1915) o capitão Fernando Utra Machado, até 5 de Abril de 1916, e, desta data até 19 de Outubro de 1917, o coronel Pedro Massano de Amorim. Foi sob o seu govêrno que se começaram as explorações efectivas das minas de diamantes, na Lunda. Também se reprimiu a revolta do gentio em Amboim.

O médico naval dr. Jaime de Castro Morais tomou conta do govêrno da província em 19 de Outubro de 1917, terminando-o em 14 de Setembro de 1918. A três meses de distância do assassínio do presidente Sidónio Pais, sob cujo consulado servira, á sombra da nova Carta Organica da Província (28 de Novembro de 1917), sucedeu-lhe o capitão de fragata Filomeno da Camara Melo Cabral (15 de Setembro de 1918 a 10 de Maio de 1919). Seus conhecimentos coloniais eram muitos, sendo resgatado o caminho de ferro de Ambaca, cujos serviços corriam pèssimamente. Luanda teve a sua estação radiotelegráfica, bem como o Novo Redondo e o Lobito e juntaram-se aos distritos já existentes os seguintes: Lunda, Cubango, Moxico, Cuanza Norte e Sul, que a nova organização provincial ordenava. Inaugurou-se o Liceu Central de Luanda.

O novo governador foi o oficial do exército António Mimoso Guerra, até 25 de Junho de 1919.

De quando em quando rebentavam nos Dembos fulcros insurreccionais. O Caculo Caenda não se submetia totalmente, havendo grandes dificuldades em organizar as colunas, por falta de dinheiro, sendo necessária, cada vez mais, uma acção decisiva.

Em Agôsto de 1918 foi nomeado capitão-mór na região o capitão Eugénio Ribeiro de Almeida, que vinha de Libolo, onde estivera em campanha. Imediataemnte partiu para Camabela com cento e vinte soldados indígenas e cento e cinqüenta carregadores, quási todos vassalos do Caenda. Avançou para Quiombo com noventa soldados e, como encontrasse resistência, bateu o dembo, que fugiu, tendo conseguido uma verdadeira acção de extermínio. Instalou no Bango um posto militar, cujo comando entregou ao alferes Duarte Silva.

Fizera esta obra com praças landins e cuamatas que o tinham acompanhado no Libôlo. Nesta ocasião, o novo comandante da Quanza Norte, major Almeida Valente, determinara assumir a chefia das operações tão bem conduzidas. Acompanharam-no três oficiais, dois sargentos e oitenta indígenas, indo instalar o posto de N'Gonguembo, que já prestara vassalagem; seguiu para Golanguimbe, Mussusso e Bango, levando consigo os sobas que se apresentavam. Instalou um novo posto no caminho para o Caenda. A coluna Ribeiro de Almeida, ás ordens do governador, conduzia sempre os dembos, havendo diversas escaramuças que aquele oficial dominava. Prendiam-se os sobas e encadeavam-nos, contra o que protestou o de M'Bula Atumba. Cheio de orgulho e brio deixou de se alimentar ante a vergonha da sua prisão e morreu. O de Quiombo acabou em virtude de uma síncope.

O capitão Ribeiro de Almeida prosseguia na sua acção, indo abrir o caminho para Maravela, depois para Camubela, enquanto o major Valente atravessava o Quimbaxy, voltando ao Pango e a Quibaxe, onde construiu um posto. Acabara a campanha e o governador partira. Mas o capitão Ribeiro de Almeida terminava, brilhantemente, a obra de completa pacificação, após a derrota doutros dembos dos mais perigosos.

Foi-lhe concedida a Tôrre e Espada. Devera-se-lhe a cabal submissão do Quilongo, M'Bula Atumba, Cazuangongo, Muando, N'Gombe, Aumquiama, Quibaxo, Caendo Congolo, Caendo Cabri e Vango Alupuem.

Para o bom resultado destas ocupações contribuira muito a acção inteligente e o bom despacho do chefe do estado maior da província de Angola, Genipro da Cunha de Eça da Costa Freitas e Almeida.

Completara-se a acção formidavel de João de Almeida.

CAPITULO XLV

PRELIMINARES DO «ULTIMATUM»

A tomada de Tungue — Os macololos — Macequece

A questão de Zanzibar — Em 1885 governava Moçambique o capitão de fragata Augusto de Castilho, quando a Alemanha, desejosa de se estabelecer em África, mandara uma esquadra á baía de Tungue, visto tratar-se de uma ratificação de fronteiras a realizar entre os representantes, em Zanzibar, da França, Alemanha e Inglaterra.

Como aquele governador ocupava, ao mesmo tempo, o cargo de cônsul de Portugal junto do sultão, pretendia ser ouvido e, para isso, se dirigiu ao encontro dos delegados das outras nações. No ano anterior tinham eles acordado em dar por limite ao sultanato o rio Menerigani, o que não condizia com o último tratado entre Portugal e a Alemanha. Era por êle que se demarcavam as fronteiras e, em caso de dúvidas, Castilho devia entender-se com o cônsul desta potência, a fim de se ocupar militarmente a baía de Tungue até ao Cabo Delgado.

O sultão, Saïd Bargashe ben Said, adiava as audiências políticas, sendo o governador de Moçambique obrigado a dirigir-se-lhe por escrito, ao que respondeu jàmais ter feito a promessa de entregar a parte norte da baía, mas sómente pedira o envio de um representante português para, com os seus, delimitarem o território, o qual era o rio Meningari desde a foz até cinco milhas e daí a paralelo o limite do sul do seu sultanato.

Só havia uma forma de resolver o problema: a ocupação militar.

A Alemanha apoiou esta medida que se pretendia tomar e entregando-se á protecção germânica a colónia portuguesa de Zanzibar, foi enviado um «ultimatum» ao soberano dêste país (11 de Fevereiro de 1887), no qual se impunha a cedência dos territórios. Volveu só poder tratar por intermédio da França, Alemanha e Inglaterra. Em 12 daquele mês desceu a bandeira no consulado de Portugal e a guerra foi declarada. Quatro dias depois apreendia-se o vapor «Kilwa» na própria baía de Tungue. A corveta «Afonso de Albuquerque», com as canhoneiras «Vouga» e Douro», realizaram a apreensão do barco, pertença do Saïd ben Said.

Mandara-se reforçar a guarnição de Cabo Delgado, preparando-se tudo, após prevenções, para se bombardear Menigueme. Houve protesto dos negociantes, que se diziam ingleses. Apesar disto, a «Douro» atacou a região com os seus canhões, enquanto o governador de Lourenço Marques, tenente-coronel José da Palma Velho, ia ameaçar Meningari pelo lado de terra, desembarcando alguns marinheiros. Os zanzibarianos atacaram as fôrças portuguesas de dentro do arvoredo e os navios de guerra dispararam sôbre o território que foi ocupado, tendo fugido o governador de Tungue, Alibú, comandante das operações, e, indo mais para longe, lá arvorou a sua bandeira.

Para o combater foi Palma Velho, com os seus homens, destroçando-lhe as colunas, sendo queimada a aldeia e tomando-se Tungue. O sultão pediu a paz. Nomear-se-iam delegados de ambos os países para se entenderem no caso dos limites, sendo o representante do soberano um antigo oficial britânico, Lloyd Mathews, que se reuniu com Hermenegildo Capêlo, enviado de Portugal. Entregou-se o «Kilwa»

LUIZ DE CAMÕES

e a fronteira ratificou-se, passando o posto do sul do Meningari para o lado norte.

Em Março, o ministro inglês em Lisboa, Petre, declarava ao govêrno ter o do seu país estranhado a acção sôbre o sultanato e propondo que se recorresse á arbitragem, a fim de se

SULTÃO DE ZANZIBAR

fixarem os limites territoriais. O ministro dos Estrangeiros, Barros Gomes, recusou firmemente semelhante proposta, resultando porém uma conferência, sôbre o assunto, com os representantes britânico e germânico. O sultão morrera, sucedendo-lhe seu irmão. Tungue ficou em poder dos portugueses.

Os bongas — Tivera-se de ir combater os «bongas», que continuavam na sua rebeldia. O chefe desta região chamava-se, nesta época, (1887), o «Chatara». Fez-se a avançada até á grande aringa de Peindirire. Inácio Xavier, capitão-mór de Chicôa, foi destruindo as povoações de além-rio. Lançado o desânimo entre os negros, viu-se chegarem á submissão, sendo o próprio «Chatara» entregue algemado pelo Montontaura, seu irmão. Trataram-se os rebeldes com benevolência, ficando sucessor do cativo aquele que o atraiçoara.

Pouco depois já êle se lançava sôbre Massangano e, erguendo um reduto no local onde fôra a aringa do grande Bonga, foi ocupar as antigas posições, alarmando, de novo, a Zambézia.

Augusto de Castilho deliberou exterminar os restos dos tradicionais rebeldes. O governador de Tete, Oliveira Gomes, começou reünindo tropas indígenas para tomar Masemba. O inimigo derrotou-o. O governador de Manica, Jaime Ferreira, com três mil negros e artelharia foi bater o Zambeze, pretendendo cercar os adversários. Já refeitos da derrota o seu colega de Tete voltou á arremetida. Chegara Castilho, que, assumindo a chefia das operações, ordenou o avanço contra a aringa do Montontaura. Brava e corajosamente se defenderam os do Bonga. Enquanto se notava grande falta de víveres na expedição, e até munições, os negros resistiam ferozmente. Tinha chegado a época das chuvas. Até o juiz dr. Sá Malheiro comandava tropas auxiliares, indo ocupar Lupata. Apertava-se o cêrco mas os sitiantes não se encontravam mais bem fornecidos de mantimentos do que os sitiados.

Estava-se em Novembro e a luta recomeçara em Junho. Era necessário tomar uma grande decisão e, com efeito, o governador geral ordenou um assalto rápido e formal, que se realizou estando ele á frente das tropas, que avançaram, depois de forte tiroteio, contra a aringa do Montontaura. Era em 27 daquele mês, em 28 o combate prosseguiu, dando-se a vitória a 29 e tendo os chefes vencidos retirado com ferimentos. Tinham ficado no campo perto de seis mil negros.

Sôbre as ruinas da aringa se edificou o forte Princesa D. Amélia.

Pacificara-se a Zambézia.

Os namarrais — Augusto de Castilho ausentara-se, ficando na interinidade do govêrno José Joaquim de Almeida, africanista por vocação e espírito. Os namarrais revoltaram-se. Era certo que desde longas datas eles e seus vizinhos de Matibane saqueavam, em razias formidáveis, sendo muito difícil conter estes mesmo á fôrça de expedições organizadas, como a de 1881, do comando do major Álvaro de Castelões. O chefe do Matibane era, nesta época, Amad Abdullah, que fugira. Depois, retomada a ofensiva, em 1885, obrigaram á retirada um contingente do comando do guarda-marinha Baptista Ferreira.

O vizinho dos namarrais não se con-

tinha também, pois tendo ido contra ele fôrças desembarcadas da «Afonso de Albuquerque», só conseguiram incendiar alguns povoados, o que não impediu novas delapidações. Organizadas as fôrças que os deviam combater, chefidas pelo major António Manuel da Fonseca, largara-se para o interior, a fim de se tomar a terra da rainha Naguema. Os auxiliares fugiram sob o fogo do gentio; os soldados bateram-se e, destruida a povoação, tiveram que regressar a Ampapa, por falta de mantimentos, abandonando-se duas peças, visto não haver quem as conduzisse (1888). Os salteadores só chefiada por Paiva de Andrada, e a terceira com a directriz de Panhame e Sanhate, a qual era dirigida pelo tenente Vítor Cordon.

Iam avassalando régulos sem obstáculos. De boa mente, mais de quarenta, aceitaram o domínio português (1888-1889).

Com o direito de posse, a qual ninguem podia negar, queria fazer-se do Zumbo um distrito com dois comandos militares, os de Mcheza e Cafucué. Organizaram-se, depois, as intendências e o comando de Guengue destinou-se a conter os macololos, ligando Quelimane com Massingire.

EXPEDIÇÃO PORTUGUESA NO BLOQUEIO DE ZANZIBAR

muito mais tarde seriam de vez vencidos e dominados.

Os ingleses do Cabo — Cecil Rhodes, que tanto lutava para a expansão dos interêsses ingleses na África do Sul, não se detinha nem mesmo ante os conselhos do govêrno metropolitano. Queria vencer (*). Sendo obrigados á ocupação positiva dos territórios, conforme a Conferência de Berlim, fôra organizada uma expedição, do comando do capitão-tenente António Maria Cardoso, destinada ao Niassa, outra para o lado do Umfuli, Pretendeu-se fundar uma missão católica no Niassa e como o cardial Lavigerie tivesse instituido a de Nossa Senhora de África, com principal residência em Argel, solicitou-se-lhe a presença de alguns dos seus monges brancos, a fim de propagarem a fé, erigir capelas, colonizar com granjas e escolas, liquidando-se o tráfico de negros. Instalaram-se em Meponda, para onde iriam tambem portugueses, ensinando-se aos indígenas o nosso idioma. Pagar-se-ia cinqüenta mil francos para se edificarem as casas destinadas aos missionários, os quais receberiam o subsídio anual de vinte mil.

Continuava-se a ocupação pacífica.

Tudo isto desagradara, sobremaneira, aos ingleses do Cabo, que se consideravam protectores dos macololos, cujos ataques, saques e delapidações

(*) Ao referirmo-nos ao período precursor do «Ultimatum» inglês, na parte desta obra que trata de Angola, longamente descrevemos os acontecimentos.

tinham originado a criação do comando de Mupassa.

Os macololos — Livingstone, que tanto aprendera nas nossas possessões, abandonara em Tete um dos seus guias, de nome Melaure, que se tornara o chefe dos macololos.

O major Alexandre de Serpa Pinto, intemeratamente, partira para ir em missão científica ás margens do Chire.

Como os macololos tivessem atacado o bispo escocês Mackenzie, que assassinaram, o cônsul britanico solicitara auxílio ao comandante português em Massingire, o qual o remetera para Serpa Pinto, seu superior. Aconselhou que se chamasse o Melaure por bem, avisando-o para de futuro não fazer ataques. Assim praticou o comandante de Massingire e António Maria Cardoso, que deu alguns presentes ao negro. Êste não se aquietara; ao ver-se tratado por este modo, redobrou de audácias, deliberando Serpa Pinto metê-lo na ordem.

Os delegados da Companhia dos Lagos, agentes dos grandes interêsses do Cabo, temeram que a acção portuguesa desse foros largos no território aos que a realizassem e decidiram dar un um golpe forte, demonstrativo da nenhuma influência de Portugal na região que desejavam para si.

Captaram Melaure e ele atirou-se contra Mupassa, realizando razias pelo caminho. Serpa Pinto mandou-lhe um emissário com os presentes usuais. Orgulhosamente, sentindo-se bem amparado, declarou não querer presentes mas guerra.

Já a expedição científica partira, sob a chefia do engenheiro Álvaro Ferraz, mas, ao chega perto do Mupassa, os negros atacaram-na, ás ordens de um chefe de nome Cabelarica. Outros sobas — Caterenguene, Masseia, Catunga e Molidima — igualmente se tinham sublevado estando muito bem armados e municiados, decerto por mãos e dinheiro de ingleses. Em Setembro de 1889 fizeram o ataque, o qual foi punido no mês de Novembro. O gentio surgira arvorando uns farrapos vermelhos que dizia representar a bandeira britanica, da qual se considerava vassalo. Batido, retirara, indo, depois, atacar a povoação de um régulo avassalado — o de Chirombe — que os rechaçou. Já Serpa Pinto organizara uma expedição, a qual era composta po cipais e outros auxiliares, uns cinco mil, ás ordens do Alferes Luiz Dias, José de Paiva Raposo, administrador do prazo da Mopêa, indo tambem um amigo de Portugal, de nome Belchior, com o seu gentio de Guengue.

Ao chegarem a trinta quilómetros do Ruo receberam o ataque por duas partes, ao mesmo tempo, vendo-se o gentio á sombra de bandeiras inglesas. Começou o combate, retirando-se do lado onde comandava Serpa Pinto, que foi ainda auxiliar o capitão Pirepire, que se encontrava batendo-se na margem oposta.

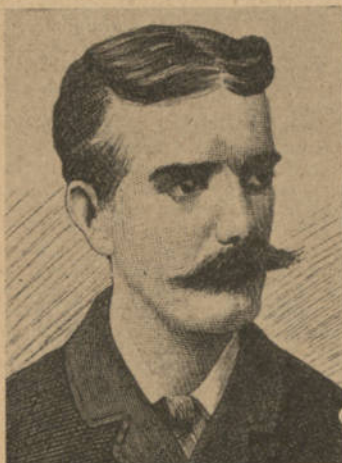
Chegaram reforços, sob o comando do capitão Sousa e Brito; apareceram outros, ás ordens de Anselmo Ferrão, capitão-mór de Sena, e pelo rio os vapores «Maravi» e «Cherim». Chegara-se á confluência do Ruo, sendo ordenado ao segundo-tenente da armada João de Azevedo Coutinho que fôsse até Chilomo reconhecer as posições do inimigo, o que ele, bravamente, realizou, indo até além do encargo. Como o atacassem, disparou as suas pequenas metralhadoras sôbre a povoação e, dando ordens de desembarque, repeliu os adversários. Ganhara, admiravelmente, com denodo, precisão e bravura, a sua primeira vitória. Começara-se a recear pela sua vida, visto se demorar muito, e mandando-se tropas em sua busca, estas viram a bandeira portuguesa esvoaçando sôbre Chilomo. Começou-se, logo, a fazer uma obra de fortificação e, entregue a chefia das fôrças ao arrojado tenente, ele foi tomar Catanga, Mebeza e Maceia, isto é, a terra dos macololos. Ficava comandante militar do Chire e como tal recebia os enviados do Melaure, o qual se declarava vassalo do rei português e que jamais tivera outro.

Sòmente tais vitórias desagradavam aos ingleses da Campanhia dos Lagos e aos do Cabo, tendo sido motivo, em parte, do grave conflito com a Inglaterra.

Deram-se, então, as reclamações britanicas (*), em virtude de não dese-

---

(*) Os acontecimentos ficaram descritos na parte deste livro referente a Angola, ao narrarem-se os precedentes do «Ultimatum» e as suas conseqüências.

jar a nossa aliada que se ligassem as colónias de Angola e Moçambique como as representava o célebre «mapa côr de rosa»; tampouco reconhecia o distrito do Zumbo; declarava terem-se muitos dos seus missionários estabelecido no Niassa e no Zambeze, ocupando o Machona, o que limitava

ANTÓNIO MARIA CARDOSO

as proporções daquela região, onde tinham criado comando e intendências.

Debalde se apresentaram ao govêrno inglês documentos e argumentos. Protestava sempre contra tudo quanto ultimamente se fizera, a fim de marcar a ocupação. Sobretudo os ataques aos macololos, que consideravam seus vassalos, sempre ilegitimamente, fazendo a sua reclamação neste sentido em 18 de Dezembro de 1889. Mais uma vez se lhe apresentaram os factos em toda a sua realidade, mas a Inglaterra decidira dar razão aos seus poderosos súbditos que talhavam um grande império no Cabo e acabara por enviar um «ultimatum» a Portugal. Seguiram-se as negociações do tratado, de que resultou um grande golpe nos nossos velhos domínios.

O régulo da Mutassa — Estava-se ainda no regime do «modus vivendi» quando outro conflito nasceu.

Moçambique tinha sido governada durante o agitado período de 1889 a 1895, após a partida de Castilho e a interinidade de José Joaquim de Almeida, pelo capitão de fragata João das Neves Ferreira, seguindo-se-lhe Joaquim José Machado, grande colonial, engenheiro mlitar e homem de acção.

Sendo ele o chefe do govêrno da colónia, soubera que fôrças da Companhia do Cabo — a South Africa — tinham partido para Manica a fim de a ocuparem, em virtude de lha ter entregue um chefe negro senhor do território do Mutassa e chamado Chifambóssio.

Tratava-se de outra intriga, de nova instigação britanica, pois desde 1876 que os sobas desta região estavam avassalados, tendo enviado embaixadores ao comandante militar de Sena. Até auxiliaram o capitão-mór de Manica, o celebrado António Manuel de Sousa, a pacificar Quiteve. Fôra nomeado sagento-mór, arvorara a bandeira e era mesmo duplamente súbdito português, visto as terras onde vivia terem sido conquistadas a seu pai pelo régulo Manicusse, por sua vez ligado ao domínio de Portugal. O filho dele, Gungunhana, não negava essa qualidade.

Todavia, o soba da Mutassa arvorara a bandeira inglesa.

Assim que António Manuel de Sousa e Paiva de Andrada souberam de semelhante acto correram para a Mutassa, a fim de increparem o régulo. Acompanhavam-nos, apenas, alguns carregadores e á entrada das terras surgiu um inglês, o capitão Forbes, que os capturou.

Diziam-nos culpados de terem invadido o território inglês. Apesar do protesto escrito que apresentaram, foram, sob escolta, para Salisbury e logo em direcção ao Cabo dando-se-lhes, porém, a liberdade no caminho, visto se terem realizado negociações diplomáticas. Segundo a informação de Cecil Rhodes, Mutassa estava compreendida no território petencente á Inglaterra pelo tratado de 20 de Agosto de 1890, visto a sua longitude estar errada, sendo aquele sòbado da região de Machona.

Assim o decretavam e não havia maneira de se alterar essas razões mal fundamentadas.

Voluntários de Macequece — Não se limitavam só a isto as pretenções da Companhia do Cabo. Queriam Macequece. Nem o próprio príncipe de Ga-

les, o futuro Eduardo VII, desejando auxiliar Portugal, podia entravar a acção ofensiva, visto Cecil Rhodes dar a entender que, na falta do decidido auxílio britânico, a opinião pública se excitaria no Cabo. Corriam boatos de separatismo.

Ante os acontecimentos da Mutassa organizara-se, em Moçambique, uma coluna de voluntários, indo da metrópole várias praças sob o comando do coronel de infantaria Azevedo Coutinho.

Os voluntários elegeram para seu chefe Alfredo Caldas Xavier, major de infantaria, cuja carreira em África fôra deveras notável. Auxiliar de Joaquim José Machado nos estudos do caminho de ferro de Lourenço Marques, tratara da expedição que vencera o régulo Zavala. Trabalhara na Companhia do Ópio, repelindo os povos de Massangire, que desejavam liquidar os prazos. Batera-os com inexcedível coragem, grande bravura e inquebrantável arrôjo. Defendera aquele território, mas, ao ver a Companhia em mãos estrangeiras, demitira-se do cargo que ali exercia. Na Índia prestara serviços no caminho de ferro de Mormugão e voltara para a delimitação de fronteiras em Moçambique com Freire de Andrade, engenheiro que substituira Joaquim José Machado. Era o chefe escolhido para ir a Manica á frente da coluna de voluntários, composta por cento e cinqüenta europeus e quarenta indígenas.

Partiram para a Beira, a bordo do «Rovuma», dirigindo-se para Macequece.

Ia traçar uma página brilhante de ardor, fé e patriotismo para a defesa de uma herança que pretendiam arrebatar a Portugal.

A Companhia de Moçambique—Nascera este organismo das tentativas de Paiva de Andrada falhadas durante muito tempo, sob diversos títulos.

Em 1888 solicitara-se o privilégio, por trinta anos, da exploração colonial em todos os aspectos, sobretudo nos referentes á lavra de jazigos auríferos, obrigando-se os concessionários a construir uma linha Decauville dentro do território, nas margens do Busi ou do Pungue.

Eram eles os grandes capitalistas conde de Penha Longa, Lima Mayer e Pinto Basto; Fontes Ganhado e Bartissol, engenheiros; J. Couvreur e o historiador Oliveira Martins, que ficou como administrador delegado, tendo sido, logo, mandada para a zona requerida uma expedição chefiada por Paiva de Andrada. Como parte dela pertencia ao território do grande régulo Gungunhana, cujo pai fôra avassalado e cujo avô, o célebre Mani-

CALDAS XAVIER

cusse, talhara um império, o oficial português dirigira-se a Mossurise a encontrar-se com o régulo, a fim de ele ordenar aos seus feudatários que consentissem as pesquisas de oiro em seus territórios. Outro núcleo, sob a chefia de João Resende, atravessara dos Gorongos e do Barué para Macequece, onde chegara em Janeiro de 1889.

Encontrou-se com Paiva de Andrada e começaram a tratar do indispensavel estabelecimento de comunicações com Manica. Fundava-se a feitoria da Beira, tratando-se, ao mesmo tempo, de reconhecimentos sôbre a navegabilidade do rio Pungue.

Abriram-se duas estações em Mapanda e Guenjere, tendo recebido esta o nome de Sarmento, em virtude dos serviços prestados á Companhia pelo governador de Sofala, Morais Sarmento. As estações da Ganda e de Chiloane também se estabeleceram. Já se adquirira um vapor, o «Mafambice», que significa «andar depressa», o

nome cafreal de Paiva de Andrada. Estabelecera-se a feitoria em Manica no antigo forte de Macequece, denominado Andrade, começando, logo, os trabalhos de pesquisa, dando em resultado o acharem-se cinco filões: Penha Longa, Resende, D. Maria Pia, D. Luiz, e outro. Elevado a trezentos contos o capital social, fôra nomeado para a direcção, que Oliveira Martins deixara, o engenheiro Fontes Ganhado, depois marquês de Fontes. O comissário régio foi o funcionário do ministério do Ultramar, Tito de Carvalho.

Em 1890 criou-se a estação Neves Ferreira, em homenagem ao governador geral de Moçambique. Já havia subscrito o capital de 3.650 contos; ia fazer-se o caminho de ferro do Pungue quando se deu a invasão de Manique pela gente da South Africa.

O conflito de Macequece — Avançaram as fôrças que Caldas Xavier comandava e as quais, ao cabo de inumeras dificuldades, conseguiram transportar-se até Chimoio, chegando em Maio a Macequece. Levara-se quatro meses na marcha para o interior. Eram 112 os europeus, 47 angolenses e 93 cipais de Inhambane.

Dois dias depois apareceu um oficial inglês que desejava saber quais os motivos porque os expedicionários ali estavam. Pedia-lhes que não se aproximassem do Chua, onde estava a sua gente. Apesar dos tratados, iam fazendo uma concentração. Os portugueses começaram uns vagos trabalhos de fortificação, reforçando os velhos redutos. Ante o gentio que surgira do lado da fortaleza britânica, as fôrças nacionais fizeram fogo, afugentando-os e perseguindo-os, sob o comando do major Caldas Xavier, que levava contingentes de caçadores 1 e 4 e os cipais. Alvejaram-nos a tiro de peça, depois ralharam as metralhadoras inglesas, obrigando-os á retirada por escalões até Macequece. Tinham morrido seis homens, ficando alguns feridos. Do inimigo houve trinta e cinco baixas. Operou-se a retirada para Chimoio, por falta de artelharia. Entrincheiraram-se num reduto feito á pressa — o Maria Pia — sabendo depois que os britanicos tinham recebido ordem do seu govêrno para abandonar a posição. Ficariam distantes de Macequece umas quinze milhas. Caldas Xavier bem merecera dos seus compatriotas a admiração que lhe votavam.

MOÇAMBIQUE

1886-1919

CAPITULO XLVI

DA GRANDE AMEAÇA AO COMEÇO DA ORGANIZAÇÃO

Revolta do Barué — Os assaltos a Lourenço Marques — Marraquene

A revolta do Barué — O Barué fizera outrora parte do grande império do Monomotapa, e seus reis — os de Macombe — foram tributários, até que se emanciparam, sofrendo logo invasões e guerras, sendo uma das mais terríveis com os vátuas. Fugindo diante dos assaltantes, foram refugiar-se nos montes.

Os maganjas maravis cruzaram-se com aquele povo guerreiro, que jamais queria deixar as razias.

Chegou, porém, um dia em que certo ambicioso muito fiel a Portugal, Manuel António de Sousa, turbou aquelas correrias. Era índio; vivendo na África, casara-se com uma princesa e aliando-se aos interêsses portugueses ajudara a combater os bongas, tendo sido nomeado capitão-mór de Manica.

Tornara-se um potentado. Grande amigo de Paiva de Andrada, fôra preso com ele e enviado a caminho do Cabo quando da questão da South Africa.

Os seus tenentes, julgando que nunca mais voltava, revoltaram-se.

Antes, porém, dominara, por completo, o Barué. Senhor da Gorongoza — o Magaço, como lhe chamavam — conseguira escorraçar os desordeiros e já combatendo, já intrigando, tornara-se o espôso da filha do régulo Xipapata, «n'hanha» Adriana, e deste modo foi o suserano, visto os «grandes» terem convencido o rei a enviar-lhe uma ponta de marfim cheia de terra, em sinal de que o reconhecera por chefe.

Morto Xipapata, Sousa aniquilou o pretendente Mukaka; destronou os descendentes da Xibudo, também de casta real, e erguendo aringas, nada menos de sete, e entregando-as aos seus capitães, dominou a região. Ganhava muito dinheiro, tinha um prestígio enorme e como era inteligente, audaz e esperto, vivendo com os chefes portugueses e confessando-se vassalo de Portugal, chegara, na realidade, ao máximo do poderio naquelas terras.

Como fôsse capturado, os tenentes tomaram-lhe os bens, retalharam o sòbado, juntando-se alguns guerreiros em tôrno dos representantes dos destronados Xipapata. Outros acorreram, e entre eles o Canga, amigo do Bonga e seu auxiliar, juntara mór número de adeptos e revoltara o Barué.

Manuel António de Sousa voltara; logo os «grandes» se lhe dirigiram, medrosamente, jurando-lhe fidelidade e com a ajuda do alferes almoxarife Augusto de Almeida Freire, conduzindo duas peças, intimou o resto dos rebeldes a apresentarem-se. Houve alguns que não quiseram reconhecê-lo.

Avançou para Inhangona, contando dominar os outros após uma vitória ali obtida.

João de Azevedo Coutinho estava aprontando a sua expedição á Macanga (1891) quando o capitão-mór lhe solicitou auxílio. Era impossível negar-lho.

Compunha-se a sua coluna de cinco mil homens, levando como chefes Carlos e José de Paiva Raposo e Anselmo Ferrão. Iam a caminho do Mitondo quando encontraram o almoxarife pedindo a ajuda para o Sousa.

Deu logo um ataque na aringa de Mafunde, onde o inimigo se entrincheirara a valer, seguindo as teorias

das construções do Bonga, as quais constituiam autênticas fortalezas. Estavam ali quatro mil guerreiros armados, em grande número, á europeia. A artelharia portuguesa iniciou o combate, mas, a certa altura, notou-se, com pasmo, serem tão más as munições que prejudicavam as peças. Estavam, entre mortos e feridos, trezentos e cinqüenta dos nossos. De repente uma grande explosão duns cunhetes de pólvora feriu Azevedo Coutinho, matando Carlos de Paiva Raposo e o guarda-marinha Borba de Meneses, ficando também queimado o tenente Andrade (19 de Novembro de 1891). O chefe compreendeu a inutilidade da acção e, deixando a artelharia, retirou para Guengue. Por isso Manuel António não recebeu o seu auxílio. Contou com o que pôde obter. Em Dezembro já ia a caminho da aringa do Missongue, onde, sob a chuva, deu combate ao inimigo. O almoxarife Freire dirigia o fogo da artelharia, mas caira sob as balas dos atacados em 20 de Janeiro de 1892.

Parte da coluna desertara para o campo adversário e Manuel António de Sousa, o grande potentado, vendo-se só, ocultou-se no capim, onde foi morto por um rapaz de dezasseis anos, que, ao vê-lo muito ferido, não o temeu. Podia tê-lo aprisionado, mas não o fez receando o feitiço que, segundo diziam, ele possuia.

Vida da Companhia de Moçambique — Os acontecimentos de Manica, as revoltas, as ambições da South Afica tinham embaraçado a vida da Companhia de Moçambique. O exemplo daquele organismo britanico dera ao govêrno português a ideia de criar um semelhante, lembrando-se de o fazer com o casco da primeira Companhia Nacional que se formara com intúitos idênticos. Congregaram-se vários elementos a pedido do ministério, concorrendo ao seu convite banqueiros, delegados da Associação Comercial e vários africanistas, saindo dessa entrevista uma comissão destinada a realizar o desejado pelos governantes e pelos membros daquela sociedade.

Formaram-na Oliveira Martins, Joaquim José Machado e o conde de Moser. Assim se criou a Companhia Majestática (11 de Fevereiro de 1891).

Não se modificaram, porém, as condições financeiras da Companhia, que, ao cabo de muitas negociações, con-

INSTALAÇÕES DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

seguiu constituir-se (5 de Maio de 1892). Ficaram os directores da antiga, Eduardo Pinto Basto, J. Wimer e Bensaude, encarregados de fazer a liquidação, terminando assim deste modo a primeira Companhia de Moçambique.

Companhia Soberana — O govêrno, em diploma, referendado pelo ministro António Enes, que muito bem conhecia as questões africanas, concedera á Companhia «para ela administrar, uma parte da província de Moçambique, tendo por limite norte e noroeste o rio Zambeze desde a sua boca meridional até á fronteira do então distrito de Tete e a oeste a fronteira interior da província, ao sul o rio Save até á sua boca mais meridional e a leste o Oceano».

Estabelecia-se-lhe os direitos de fazer tratados com os régulos, mas só referendados pelo govêrno, devendo respeitar os que este celebrasse e não podendo entender-se com potências estrangeiras sem rectificação do estado. Os magistrados eram nomeados pelo govêrno.

Devia sustentar missões e abrir escolas de artes e ofícios. Sustentaria polícia e fôrças de terra e mar, devendo estabelecer, no prazo de cinco anos, mil famílias portuguesas no seu território. Competia-lhe a construção de um caminho de ferro da Beira á fronteira de Manica e telégrafos. Manteria o regime municipal onde ele estivesse implantado. Os seus regulamentos deviam ser sancionados pelo govêrno.

Concedia-se-lhe o exclusivo da exploração do minério, pesca de coral e pérolas, caça de elefantes, construções e plantações. Podia arrendar e transmitir seus exclusivos, excepto a potências estrangeiras, embora temporariamente. Lançaria impostos.

Duraria vinte e cinco anos este contrato. Da percentagem de seus lucros líquidos entregaria 7 1/2 por cento ao estado.

Em 22 de Dezembro de 1893 foi aumentado o seu território, ficando-lhe o de Manica e Sofala e todo o vale do Save.

Companhia da Zambézia — Paiva de Andrada obteve, em 1878 (26 de Dezembro), uma vasta concessão de terrenos na Zambézia, com os quais constituiu uma Companhia (26 de Julho de 1880), reconstituindo-se em 20 de Maio de 1892.

Os privilégios concedidos pelo govêrno a este organismo foram: posse e exploração das minas de ouro e carvão de pedra, podendo ele transferir a outras entidades a sua exploração, sujeita, todavia, ao regime legal das minas. Eram-lhe também outorgadas as faculdades de explorar as florestas do Estado na região e a de obter terrenos incultos e baldios do govêrno até cem mil hectares, e, ao mesmo tempo, a administração dos Prazos da Corôa, o que fez durante vinte e cinco anos (24 de Setembro de 1892). Poderia construir linhas telegráficas e telefónicas e nomear seus empregados; direito exclusivo da pesca das pérolas, esponjas e coral, e o de caça grossa, partilha, com o Estado, do rendimento das alfândegas da Zambézia que excedessem o rendimento normal de 1893 aumentado de 20 por cento, com outras cláusulas. O Estado participaria em 5 por cento de todos os lucros da Companhia sôbre o ouro, além de receber o pagamento de todos os impostos. Os prazos teriam suas rendas. Finda a concessão de 99 anos, o govêrno poderia tomar conta da rêde telegráfica da Companhia.

Em 1910 foi prolongada até 1940 a concessão mineira. Mantiveram-se os arrendamentos dos prazos até 1930 e prolongando-se a validade da concessão até 1940. A Companhia desenvolveu um grande esfôrço colonizador.

Descobriram-se camadas carboníferas estendendo-se a dois quilómetros ao norte do rio Moatize, afluente do Rovuma, que desagua no Zambeze.

Assim que se pacificou a região, após a derrota dos Bongas, prosseguiram os trabalhos de pesquiza mineira, constituindo-se as Companhias Gold-Fields of Zambezia e Hulheira da Zambézia ,sendo regularizadas as bases das concessões mineiras nas colónias em que maior desenvolvimento se deu ás buscas de jazigos de ouro, cobre, parte de ferro, em diversos pontos, até que, em 1909, se transferiram certas concessões para Henry Burnay & C.ª e Baltazar Freire Cabral, que deviam desenvolver a indústria depois de vários e tormentosos trabalhos. Ficaram limitados os territórios da concessão no distrito de Tete, a oeste do rio Chire e Luenha,

com o exclusivo da lavra e exploração.

Para se realizar este objectivo desistiu a Companhia da sua concessão em Quelimane, do exclusivo da pesca das pérolas, esponjas e coral, e caça grossa, e bem assim da percentagem sôbre o aumento do rendimento da Alfândega da Zamzézia.

Formou-se, depois da Grande Guerra, a Companhia Société Minière Geologique du Zambeze.

Companhias de navegação para as colónias: a Empresa Nacional de Navegação — Após a organização da «Mala Real Portuguesa», que apesar dos subsídios do govêrno devia desaparecer, fracassando, criara-se a «Emprêsa Nacional de Navegação», sendo seus fundadores as firmas Bensaude & C.ª, Lima Maier & C.ª, António José Gomes Neto e Ernesto George.

Até 1888, foi seu administrador-delegado o sr. Ernesto George, de nacionalidade alemã, que imprimiu grande desenvolvimento á empresa.

Nesse ano, consttiuiu-se a primeira administração, composta pelos srs. Henrique Bensaude, Pedro Gomes da Silva, António José Gomes Neto, José Maria Brochado e Ernesto George.

Os primeiros vapores que mandou construir, e que iniciaram as carreiras para a África Ocidental, em 1880-81, foram o «Portugal» e o «Angola», iguais um ao outro, para carga e passageiros, respectivamente, de 1.894 e 1.900 toneladas; os primeiros capitães dêsses navios foram os srs. Tomaz Augusto de Oliveira e José Roberto Franco.

Em 1883 comprou mais dois vapores, também iguais e mistos, de carga e passageiros: o «S. Tomé» e o «Cabo Verde», de 2.220 toneladas cada um, que foram comandados, inicialmente, pelos srs. António Tomaz de Oliveira Fialho e Pedro de Almeida Tito.

Com eles explorou as carreiras mensais para a África Ocidental, com saídas a 6 de cada mês, escalando, na ida e no regresso, os portos de Funchal, S. Vicente, Praia, Príncipe, S. Tomé, Cabinda, Santo António do Zaire, Ambris, Luanda, Novo Redondo, Benguela e Mossâmedes.

Em 1889, aumentou a frota com os vapores «Ambaca» e «Cazengo», também mistos de carga e passageiros, deslocando 3.000 toneladas cada um. Entregou-se o seu comando aos capitães João José Rosa e José Roberto Franco.

Em 1890 comeaçaram as carreiras bi-mensais para a África Ocidental.

Em 1892, comprou á «Mala Real Portuguesa» o vapor «Luanda», de 3.200 toneladas, que havia sido construido em 1889, para carga e passageiros. Comandou-o, na sua primeira viagem, o capitão Joaquim José Nobre.

Em 1894 obteve o «Zaire», para carga e passageiros, deslocando 3.227 toneladas, o qual foi comandado, na sua primeira viagem, pelo capitão António Benevenuto dos Santos.

Em 1895 adquiriu, também por compra á «Mala Real Portuguesa», o vapor «Malange», de 3.250 toneladas de deslocamento. Primeiro comandante, o capitão António Baptista dos Santos.

Em 1899 mandou construir o vapor «Portugal», deslocando 3.998 toneladas, tendo sido seu primeiro comandante o capitão Augusto Dias Cura.

Em 1904 comprou o «África» e «Lusitânia». Possuiam ambos esplêndidas acomodações e salões para passageiros. Deslocavam 5.500 toneladas e foram seus primeiros comandantes os capitães Augusto Dias Cura e Baltazar de Sousa Meneses.

Finalmente, em 1910, fabricou-se o paquete «Lisboa», o maior vapor de passageiros da marinha mercante portuguesa, que deslocava 8.500 toneladas. Comandou-o o capitão Baltazar de Sousa Meneses.

Em 1903 estabeleceram-se as carreiras mensais para a Costa Oriental, com saída de Lisboa no dia 1 de cada mês, com os vapores «Portugal», «Malange» e «Luanda», que, mais tarde, foram substituidos por novos vapores, mandados construir, o «África», o «Lusitânia» e o «Lisboa».

Organizou-se o serviço costeiro nas colónias, com a navegação de cabotagem em Angola e Moçambique, mandando fazer, para esse fim, os seguintes vapores: «Zambézia», em 1902, de 1.000 toneladas, misto de carga e pasageiros; o «Manica», em 1906, de 800 toneladas; o «Ibo», em 1907, de 500 toneladas; o «Luabo», em 1909, de 1.200 toneladas; e o «Chinde», também de 1.200 toneladas, em 1911, igual ao «Luabo».

O «Luabo» e o «Chinde» são vapores mistos.

Com estes cinco vapores ficou constituida a frota na exploração da cabotagem na província de Moçambique, desde Lourenço Marques até ao Cabo Delgado, no extremo norte da colónia.

Para o serviço costeiro na província de Angola foi o vapor «Ambriz», para carga e passageiros, navio que exerceu a cabotagem desde Landana até á Baía dos Tigres, no extremo sul da província, e Rio Zaire até Matadi, no Congo Belga.

Além das carreiras mencionadas manteve, desde 1885, a ligação entre a metrópole e a província da Guiné, com carreiras regulares de quarenta em quarenta dias, realizadas com os vapores «Bolama» e «Guiné», adquiridos em segunda mão e que mais tarde foram substituidos, o «Bolama» por outro do mesmo nome, mandado construir em 1899, de 800 toneladas, para passageiros e carga, e o «Guiné» pelo «Açor», comprado á Emprêsa Insulana de Navegação e a que a E. N. N. deu o mesmo nome de «Guiné».

Manteve também o serviço costeiro entre as ilhas de Cabo Verde, tendo mandado construir para esse fim, em 1903, o vapor «Mindelo», de 250 toneladas.

Também sustentou o serviço de cabotagem em volta da ilha de S. Tomé, com o «Principe», de 150 toneladas.

Mandou construir, em 1908, o vapor «Dondo», de 5.000 toneladas de deslocamento, exclusivamente para carga, e adquiriu, em segunda mão, em 1910, mas apenas com dois anos de construção, o vapor «Angola», unicamente para carga, que deslocava 6.500 toneladas.

Em 1911 adquiriu, ainda em segunda mão, o paquete «Beira», de 4.977 toneladas de registo, comprado á Companhia alemã D. O. A. L., e em 1912 o vapor «Moçambique», de 5.771 toneladas de registo, comprado á Companhia Marítima Belga.

Finalmente, em 1918, a «Emprêsa Nacional de Navegação» liquidava, passando todas as suas unidades para a actual «Companhia Nacional de Navegação».

No acto da liquidação, os vapores de longo curso eram os seguintes: «Africa», «Moçambique», «Portugal», «Beira», «Zaire», «Malange», «Luanda» e «Dondo»; e os vapores de cabotagem: «Chinde», «Luabo», «Manica», «Ibo», «Ambriz», «Mindelo» e «Bolama» — navios estes que constituiram a frota da «Companhia Nacional de Navegação» no acto da sua formação.

Constituiram a primeira administração da C. N. N. os srs. Henrique Bensaude, Pedro Gomes da Silva, Jaime de Vasconcelos Thompson, João Ennes Ulrich e Baltazar Freire Cabral.

Em Novembro de 1926 foram concedidos pelo govêrno subsídios extraordinários reembolsáveis, a 10 mil e 200 contos, destinados a saldar o débito da «Companhia Nacional de Navegação» aos Transportes Marítimos do Estado, pela aquisição de navios, e de 27 mil 600 contos a fim de regular a sua situação financeira.

Companhia Colonial de Navegação (*) — Foi fundada em 1922, sendo um dos seus principais elementos o sr. Bernardino Correia, importante capitalista. Os seus primeiros barcos foram o «Guiné» e o «Ganda», aquele de passageiros e carga, este só a carregamento destinado. Fariam as carreiras da Guiné e Costa Ocidental, por Bisau, Bolama, S. Tomé, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito e Benguela.

Aumentou a sua frota adquirindo, em 1924 e 1925, os barcos dos Transportes Marítimos do Estado, «Benguela», ex-«Faro», de 6.552 toneladas; «Lobito», ex-«Pôrto Alexandre», de 4.150 toneladas; «Amboim», ex-«São Jorge», de 4.910 toneladas, sendo aqueles de cargá e este de passageiros e carga, bem como o «Luanda», de 5.910 toneladas. Era o ex-«S. Vicente», e o «Bissau», ex-«Lagos», de 2.400 toneladas, só destinado a carga, foi igualmente comprado. Em 1926, o ex-«Pangin», «Cassequel», de 7.160 toneladas, foi acrescentado á já importante quantidade de navios da Companhia Colonial.

Com a aquisição destes navios, a Companhia iniciou uma carreira regular para os portos do Norte da Europa, nomeadamente: Antuérpia, Roterdão e Hamburgo, de onde nos vem a maior parte das mercadorias que importamos e para onde segue grande parte da nossa exportação metropolitana e ultramarina, sobretudo da África Oci-

---

(*) Apesar de só ter sido iniciada em 1922 cabem neste lugar as indicações relativas a esta Companhia.

dental. Nesta carreira, que começou em 6 de Janeiro de 1926, foram utilizados os vapores «Lobito» e «Bissau».

Em 1928, a Companhia, querendo corresponder ás necessidades económicas das colónias e, necessitando ampliar os seus serviços, comprou uma nova unidade, de 7.680 toneladas, a que deu o nome de «João Belo». Com mais este barco ficaram notavelmente melhorados os seus serviços para as colónias.

Em 1929, pretendendo a Companhia tornar mais rápidas as ligações entre a metrópole e os portos de Angola, resolveu que os seus navios deixassem de escalar Bissau e Bolama. Mas, para que aquela província não ficasse privada das suas ligações com a metrópole, achou por bem destinar-lhe uma carreira privativa, que servia ao mesmo tempo o arquipélago de Cabo Verde, representado pelos seus dois principais portos: S. Vicente e Praia. Destinou para esta nova linha o vapor de passageiros «Amboim».

Realizou importantes contratos com exportadores da província de Moçambique a fim de serem intensificadas as relações marítimas entre a Costa Oriental e a metrópole, resolveu adquirir novas unidades, que serviriam para tornar extensivos a Moçambique os seus serviços regulares de África, até então limitados á Guiné e á Costa Ocidental.

Foram elas as seguintes: «Mousinho», de 8.374 toneladas; «Colonial», de 8.308 toneladas; «Sena», de 1.750 toneladas; e o «Buzi», de 1.056 toneladas, tendo sido as duas últimas destinadas ao serviço de cabotagem na colónia de Moçambique.

Em 5 de Janeiro de 1930 iniciou o paquete «João Belo» a carreira rápida da Costa Oriental.

Os nomes que compunham o primeiro conselho de administração da Companhia, eram: Sociedade Agrícola da Ganda, Companhia do Amboim e Eduardo Guedes, Ld.ª. As duas primeiras, empresas coloniais, eram representadas pelos srs. Bernardino Alves Correia e António da Costa, ao passo que a última firma, também colonial, era representada pelo sr. Eduardo José Guedes de Sousa.

O seu movimento de e para as colónias foi o seguinte: em 1925, 78.597 toneladas e 2.565 passageiros; em 1926, 168.328 toneladas e 4.219 passageiros; em 1927, 174.677 toneladas e 4.397 passageiros; em 1828, 186.268 toneladas e 5.898 passageiros; em 1929, 200.584 toneladas e 8.297 passageiros; em 1930, 334.780 toneladas e 12.270 passageiros; em 1931, 439.050 toneladas e 14.813 passageiros.

A frota actual da Companhia compõe-se dos seguintes barcos: carreira rápida da Costa Ocidental e Oriental, paquete «Mousinho», respectivamente de 8.374; «Colonial», de 8.308; «João Belo», de 7.680 toneladas.

Carreira regular da Costa Ocidental: paquete «Luanda», de 5.910; vapor «Cassequel», de 7.160; «Benguela», 6.552; «Pungue», de 6.290; e «Ganda», de 6.810 toneladas.

Carreira regular da Guiné: paquete «Guiné», de 3.200 toneladas.

Carreira regular do Norte da Europa: vapor «Malange», de 4.990; e «Lobito», de 4.750 toneladas.

Cabotagem da Costa Oriental: vapor «Sena», de 1.750; e «Buzi», de 1.056 toneladas.

O ópio — Quando a Inglaterra teve a sua guerra com a China, a propósito da questão do ópio, nem por isso terminara a luta. Eram muito grandes os interesses em litígio. O império defendia a integridade da sua população. Por um édito de 1906 determinou-se que o fabrico e venda do terrível extracto da «Papaver domnniferum» terminaria dez anos depois daquela publicação.

Dificilmente, porém, seria possivel cumprir o decreto. Assemelhava-se a resistência á depois oposta á lei sêca, na América do Norte. Em 1907 a Inglaterra declarava dispor-se a baixar a 10 % as suas exportações de ópio para a China; em 1909 realizou-se uma conferência em Xangai, e em 1912, na Haia, deliberou-se ir reduzindo sempre o comércio do ópio. Quando a Sociedade das Nações tomou o encargo das restrições a fazer, nem por isso evitou o tráfico, que se verificava ser quási impossivel de reprimir. Era a escravatura do vicio.

Em 1928 foi uma comissão internacional ao Oriente, a fim de ver como se cumpriam as determinações do acôrdo de todos os países e foram escolhidos delegados de potências que não tivessem possessões na Ásia. Eram eles: presidente, Eric Ekstrand, sueco; Max Gerard, belga; Jan Havlasu, checo-eslovaquio; e o secretário Renborg, além de um taquígrafo.

Percorreu aquela missão o Oriente

desde a Birmânia, visitando também Macau, onde era governador Artur Tamagnini Barbosa. Ali se determinaram diversas medidas referentes á repressão do comércio do ópio de fumar. Não era possível acabar repentinamente com aquele tráfico, que dava de rendimento á colónia 1.410 contos, entregues pelo arrematante do monopólio. Instituira-se, depois, a Régie, e no primeiro e segundo anos cobrara-se, respectivamente, 1.208 e 986 contos. Era necessário criar outras receitas para substituir as que desapareciam pela redução do negócio, assentando, de seguida, os membros da reunião, na factura de um relatório para apresentar á conferência que se realizou em Bangkok de 9 a 28 de Novembro de 1931.

Ali se lançaram as bases de um novo acôrdo, pelo qual os menores eram proibidos do uso do ópio, determinando-se diversas penas para os seus incitadores, e outros artigos que não evitarão o consumo desse tóxico, o qual já invadiu o próprio Ocidente, eivado não só dos vícios dos orientais, mas até da musica e danças exóticas dos africanos, marcando a sua decadência.

Governadores de Moçambique—Com a retirada de Lopes de Andrade (1893), assumiu a chefia da província o vice-almirante Francisco Teixeira da Silva, que exerceu o cargo, dando depois a interinidade a Joaquim da Graça Correia Lança, secretário geral, que a assumiu até á chegada do novo governador, o general Fernando de Magalhães e Meneses (1894-1895).

Decorria agitadamente a vida na província. Os ingleses do Cabo continuavam a sua acção junto dos régulos avassalados por Portugal, como o poderoso Gungunhana. Este, fazendo uma política dúplice e sentindo-se cheio de poderio, não se mostrava muito disposto á obediência. Recebia presentes dos britanicos e acolhia-os com agrado, cheio de ganância e cupidez. Chegara-se a dar-lhe por amante uma inglesa, espôsa do funcionário Felz, o que deveras o desvanecia.

Ele, porém, amava, acima de todas as suas mulheres e mesmo da branca, a bela e terrível Vuiasi, mãe de Godide e tão louca em sua beleza que se entregava aos moços mais esbeltos, que o potentado mandava matar geralmente com a venenosa erva «murre-mebava», violenta e assassina, e da qual guardava o segrêdo.

Aquela estranha negra de pele bronzeada estonteava-o tanto que rugia de ciumes. Também na sua côrte existia outra mulher fatal, não para ele, mas para os homens que cobiçava. Era a irmã de Misila, tia de Gungunhana, nome tirado da catacumba para onde se lançavam os executados. Ela chamava-se Dambora e era uma singular amorosa. Preferia para a sua luxúria os homens mais ordinários das tríbus, apesar de ser de sangue real. Quando desejava algum nobre que a repelia, por seus desvairamentos com as castas inferiores, intrigava-o e fatalmente o condenavam.

Era nesta côrte vátua que os britanicos Cabrim, Wiliams, Chamo Boby, Rubin Beningfield e os Felz actuavam com certo francês e um português, de apelido Martins, na hora deveras aflitiva para o nosso domínio na África Oriental, por tantos aventureiros cobiçado.

Companhia do Niassa — Outra Companhia privilegiada que se fundou (1893) foi a intitulada do Niassa, que só quatro anos depois entrou na posse dos seus territórios, os quais abrangiam, aproximadamente, os do antigo distrito de Cabo Delgado. Limitava-os ao norte a zona germanica, a oeste o lago e os terrenos da Companhia inglesa, ao sul o Luzi e a leste o oceano. Pôrto Amélia era a sede da sua administração, cabendo-lhe os seguintes concelhos: Tungue, Mocimboa, Ibo, Quissanga, Pemba, Medo, M'tarica, Amaramba e Lago. Várias povoações importantes se destacavam nesta região, sendo algumas delas as seguintes: Kuambota, Chitere, Chicota, Lumbo, Manifica, Massange, Tarimbua, Chiblelo e Lakamere. Os habitantes são os maganjas e o solo fertilíssimo produz oleoginosas, amendoim, gergelim, côco, copra, caju, carrapateiro, borracha, gomas, urzela, calumba, mexoeira, café e tabaco. Também se negociava em gado, cera, marfim, tartaruga e aljofres, desenvolvendo-se o comércio, cobrando a Companhia o imposto e explorando os correios e taxas alfandegárias.

Quási sempre entregue a capitalistas dependentes de políticos, este organismo foi alvo de grandes ataques,

sem que, positivamente, tivesse atingido um grande desenvolvimento, como sucedeu á Companhia de Moçambique.

Kionga — Pelo tratado de 1 de Julho de 1890, a Inglaterra e a Alemanha tinham reconhecido os limites das fronteiras portuguesas em Zanzibar. A Alemanha comprara os territórios ao sul do Umba e tudo parecia completamente assente quando, em 1892, sendo governador de Moçambique o capitão-tenente Rafael Lopes de Andrade, foi notificado o govêrno de Lisboa pelo ministro alemão, conde de Steinburg, não se admitir a soberania nacional na linha citada. Terminava em Cabo Delgado a influência e o domínio, dizia o teutónico. Apresentaram-se-lhe as razões, marcando-se como o Rovuma até certo ponto do seu curso definiu a raia, após a conquista de Tungue. Fizera-se uma calada acêrca do assunto, mas dois anos depois (6 de Junho de 1894) as tropas germanicas entraram, por ordem do governador da África Oriental alemã, no lugar de Kionga e, arriando a bandeira portuguesa, içaram a sua. Chamava-se aquele alto funcionário barão de Schele e para complemento da extorsão mandara instalar um posto de vinte soldados indígenas naquele território. Proposta a arbitragem pelo ministro dos estrangeiros, Hintze Ribeiro, redarguiu-se de Berlim usar-se dêste meio para os casos em que existiam dúvidas acêrca de negócios em litígio e a Alemanha não as tinha acêrca de Kionga, onde se considerava senhora.

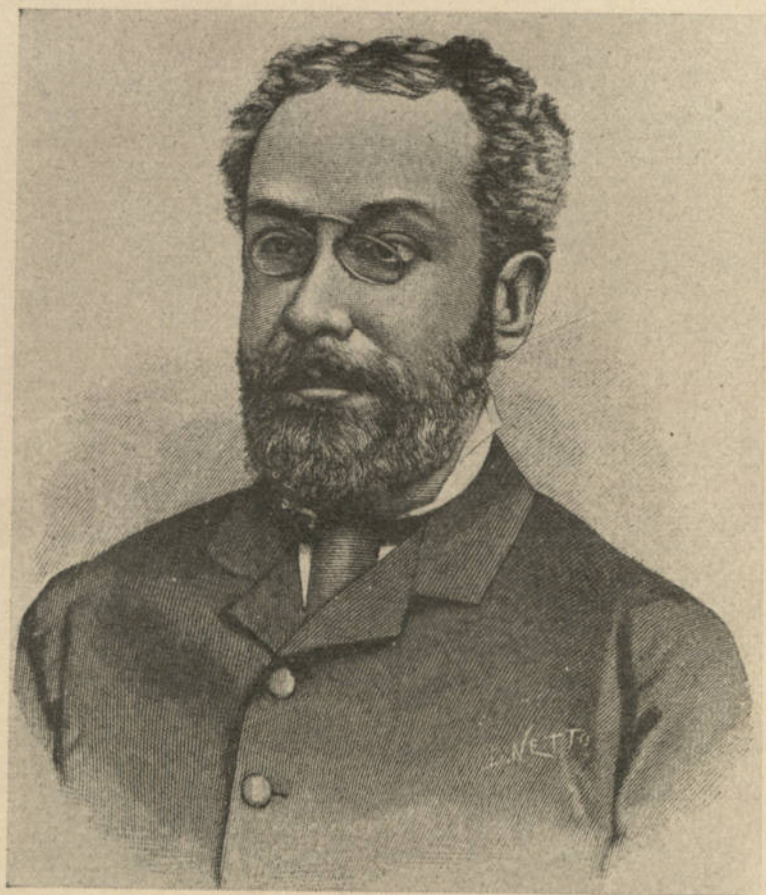
Assaltos a Lourenço Marques — No meio das suas terras vastas, um verdadeiro império bem guardado militarmente, o potentado vátua, obedecido por legiões de guerreiros, se era certo que tinha junto dele um residente português, não o era menos que recebia os estrangeiros intrigantes e presenteadores. Desejaria, ardentemente, chegar a sacudir a larga influência do branco — assim se designam cafrealmente só os portugueses — na vastidão da África. Um aventureiro francês conseguira obter o apoio do imperador negro para uma investida sôbre Lourenço Marques, a fim de se provar como lhe era impossível a defesa, devendo ser internacionalizada e dando-se ao Gungunhana os territórios da margem direita do Incomati.

Consentiu; chamaram-se os régulos vizinhos do ponto a atacar. Reboou um brado de revolta na Magaia, com o fim de se lançar uma onda de guerreiros sôbre a cidade mal defendida. Chamava-se Mahazulo o soba da região. Era novo e bêbado; não reflectia; meteu-se na acção a conselho do Matibejana, senhor da Zixaxa, aprumado e esperto, que conduzira o alcoólico pela lisonja. Os outros impetantes negros acederam cheios de medo ou de ambição, ficando, todavia, alguns fieis.

Com efeito, uma formidável avalanche de negros armados atacou Lourenço Marques (14 de Outubro de 1894), destacando-se na chefia da tromba selvática, além daqueles sobas, os da Moamba e Mugundana.

Chegaram até ao Alto Maé, procurando envolver o quartel da polícia. Foi o comandante desta, capitão Roque de Aguiar, que, valentemente, com um heroismo de soldado cheio de experiência, fez frente aos assaltantes, repelindo-os com as peças que ele próprio manejava.

Sob a metralha fugiram os audaciosos, depois de terem matado várias pessoas e raptado uma mulher, que foi conduzida para a Matola. Era a espôsa do funileiro Francisco de Azevedo, cuja filha, Aurora, assassinaram. Tornara-se impossível perseguir os bandidos negros. Compreenderam-no. Não havia fôrças suficientes na cidade. Logo, em 7 de Janeiro de 1895, voltaram ao assalto. Eram mais de três mil e, atravessando a linha férrea, foram recebidos na Polana pela improvisada defesa que o major Caldas Xavier comandou. Desta vez iniciou-se a perseguição, mas o inimigo desaparecera. Segaul, o régulo da Matola, que estava neutro, ao ver que lhe raziavam as terras, ajustará ajudar os brancos a combater os atrevidos negros.

António Enes, comissário régio — Estes acontecimentos determinavam uma acção enérgica, para cuja chefia o govêrno, instigado pelo estadista, hábil e talentoso, Carlos Lobo de Ávila, convidara António Enes, que tendo sido titular da marinha, conhecendo os negócios de África, onde fôra em 1892 por causa do tratado com a Inglaterra, parecia ser o homem pre-

ANTÓNIO ENES

ciso para se garantirem bons resultados.

Estavam presentes Emídio Navarro e Mariano de Carvalho; exposta a questão e as audácias do Gungunhana, aqueles estadistas e António Enes ofereceram-se logo para governarem Moçambique e acrescentando este que, se lhe entregassem tropas, não teria hesitação em desarmar o perigoso imperador vátua. Num improviso de conhecedor, esboçou um plano de ataque. Aquilo, porém, não passava de conversa amena, fantasiosa, de homem de letras. Não se perdera tudo. Chamado de novo, ante o alarme de que o potentado ameaçava Inhambane, requisitavam-se contingentes que o ministro da guerra, Pimentel Pinto, mandara rapidamente aprontar. De novo surgira no cérebro do escritor ilustre a visão da derrota do tremendo fulcro das intrigas de estrangeiros contra o domínio português e, todavia, ao tentarem-no para aceitar o cargo de comissário régio em Moçambique, com as honras de general, hesitara. Insistiram; dedicou-se ao estudo do assunto e fez o seu projecto. Quando voltaram a chamá-lo já levava as condições em que julgava possível actuar a fim de ser profícua a acção a desenvolver nessa colónia ameaçada pela intriga dos brancos e pelo ódio secular dos negros vencidos, dominados.

Já não faltava tudo. Encontrara-se o chefe para uma das mais graves empresas ultramarinas.

António Enes, o dramaturgo demolidor dos «Lazaristas», o jornalista cintilante, aceitara a nomeação de comissário régio em Moçambique e, tomado de religiosos preceitos, ao iniciar a nova carreira em que iam luzir-se seus reais talentos, apresentara-se no paço a despedir-se dos reis, mas, sobretudo, a ofertar á rainha, tão sinceramente praticante e crente, o que os antigos cavaleiros prometiam ás soberanas dessas idades: as suas vidas e acções.

Dissera-lhe «que se não témesse que a fortuna se esquivasse á presunção, faria ali juramento de não regressar de África sem trazer aos pés da Rainha o Gungunhana preso; cometida esta audácia voltaria vitorioso ou não voltaria nunca».

Era no dia 8 de Dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino, e a Majestade volvera-lhe que bem desejava partissem em tal data, porque a Virgem os protegeria. Ele enterneceu-se e encheu-se de fé. Até aí lidara nas letras; estava longe de ser um militar o político encarregado de conduzir ao cabo a obra da dominação africana para a qual se voltava, interessada e cheia de dúvidas do êxito, a Europa inteira. O govêrno entregara-lhe a missão; hesitara antes de a tentar. Ocupara a pasta da marinha e ultramar, nos tempos difíceis do «Ultimatum»; conhecia a acção a exercer e soubera cercar-se de excelentes colaboradores.

Como a emprêsa devia ser de feitos militares, procurara homens de espada para a obra a realizar: a pacificação de Lourenço Marques, o aniquilamento do Gungunhana, aquele cuja sombra apavorava o sertão, e cuja fama chegára á Inglaterra e á Alemanha e cujo poder era tão grandioso que ao seu nome se curvavam as cabeças negras, como se um vento forte as abatesse sob o gume dum cutelo.

Solicitara, o comissário régio, um oficial superior para disciplinar e comandar as tropas; escolhera para secretário o capitão de engenharia Freire de Andrade, que conhecera quando da sua primeira viagem á África; para ajudantes de campo pedira Henrique de Paiva Couceiro, sagrado pelos feitos no Bié, e Aires de Ornelas e Vasconcelos, tenente do estado-maior, ávido de correr aventuras como aqueles dos seus avoengos que não usaram a mitra episcopal.

Pimentel Pinto, ministro da guerra, propusera-lhe Eduardo Ferreira da Costa, capitão do estado-maior, para o estudo dos territórios das operações. Estes oficiais formariam como que um conselho técnico junto do paisano investido em tão alto e difícil cargo. Contava com as tropas da província, com o saber e vontade de alguns dos seus chefes e entre eles o valoroso Alfredo Augusto Caldas Xavier, que lidava em África desde o seu tempo de alferes, ajudara a bater o régulo Zavala e tais brios de português o revestiam que atirava para longe seus interêsses e pecúnias, sempre que podiam, mesmo de longe, parecerem molestos para a sua Pátria os proventos adquiridos ao serviço alheio. Dirigira construções de linhas férreas, delimitara fronteiras, vivera no interior e,

comandando um improvisado batalhão, batera os agentes e o gentio da South African, quando se julgavam senhores de terrenos portugueses.

Acresciam ás fôrças provinciais o batalhão de caçadores 2 e a bateria de artelharia de montanha, além dos indígenas enviados de Angola.

FREIRE DE ANDRADE

Também acompanhava o alto funcionário o dr. Rodrigues Braga, o «Braguinha», médico naval, tão minguadinho de corpo como grande de alma, de dedicação e de veia poética.

A situação de Moçambique era de tal forma que os rebeldes batiam ás portas de Lourenço Marques, com suas «mangas» e hostes em pé de guerra, e sem a audácia de Caldas Xavier, que os perseguira, teriam entrado na cidade, a raziarem-na. Seria este o sinal para as potências ambiciosas indicarem o fim do domínio dos portugueses na região que não podiam defender nem governar.

Tornava-se necessário actuar; porém, faltavam os socorros navais, os indispensáveis barcos para transportes de tropas e ainda muitos dos mais poderosos factores das resistências, as munições em quantidade, gado, armas, carros e víveres abundantes. Estavam rebeladas diversas regiões; os sobas armavam suas hostes contra os denominados «brancos», nome que só concedem aos portugueses, e já não havia, da selva ao litoral, do sertão ás cidades, respeito algum pelo poder da bandeira azul e branca. Os ingleses andavam, como sempre, procurando penetrar nos lugares sujeitos, embora teoricamente, ao domínio português; delegados doutros povos faziam tentativas de absorpção e só havia uma maneira de conter os negros entusiasmados e cobertos pelas estranhas protecções; dar-lhes batalha e vencê-los. O comissário régio mandou, então, concentrar as fôrças reduzidas de que dispunha, no sítio de Marraqüene, em pleno centro da insurreição na Magaia. O momento era terrível para a vida colonial portuguesa. Ou se vencia ou se liquidava. Chegara-se a tentar o Gungunhana — o régulo que devia o seu domínio ás armas de Portugal — para que desencadeasse as suas hostes contra Lourenço Marques, com a ajuda de ingleses e franceses, de aventura. Tornada uma cidade internacional, ele ficaria mais poderoso, pois se lhe daria um novo império ao sul do Incomati. Os negros vizinhos, vendo a fragilidade das armas do senhorio, diziam, já desdenhosos, que «branco» — isto é, os portugueses — «ser galinha» e «ser mulher», dando assim o expoente da fraqueza máxima. Debalde se procuravam alianças de sobas, pois todos receavam os vátuas e o grande chefe imperial de Gaza, o Gungunhana, tão omnipotente que aos seus estados iam em súplicas e oferendas gentes das nações mais fortes. A South African dera-lhe mil espingardas, como fingido presente da rainha Vitória; ingleses visitavam-no; um suiço, agente doutra potência, instalara-se, com a mulher, a alguma distância do «kraal» do soberano negro e o residente português, o primeiro-tenente da armada Judice Bicker, assistia indignado aos subterfúgios do régulo a cada notícia das audácias das tríbus. Fingia-se desapegado dos rebeldes, porém, andavam entre eles alguns dos seus tributários cujos desejos consistiam em escorraçar os portugueses, os que tinham colocado no mando seu pai Muzila e não castigaram a morte que ele, Gungunhana, mandara dar ao irmão Mafemane para lhe roubar o poder. Agora, disfarçava suas queixas; dizia-se molestado por lhe recusarem as armas destinadas á troca das en-

viadas pela rainha inglesa, a fim de se libertar de seus emissários. A verdade era que tinham sido destruidas por um incêndio e ele ambicionava outras, dadas pelos portugueses. Desejava, ainda, que lhe entregassem o filho de Anhana — descendente do grande Manicusse, o qual poderia disputar a realeza aos filhos do soba vátua — e mascarava tais propósitos de o haver ás mãos na mais suave das fórmulas: «queria educá-lo; a ele competia tal tarefa, visto ser seu parente». O príncipe, refugiado com a mãe e alguns guerreiros perto do Sabi, constituia um terror e uma ameaça. Além disso, o grande chefe pretendia fazer a guerra aos chopes, amigos dos portugueses, e solicitava a licença. A cada pedido o residente procurava intimidá-lo e via-o, então, seguir a táctica de se mostrar submisso, de se considerar «mulher do Rei», isto é, seu humílimo vassalo, ser sem vontade ante ele, como as fêmeas vátuas em face dos temíveis capitães. Dizia e ia seguindo, com interêsse enorme, as razias, as expedições, as avançadas dos seus aliados.

Enquanto ele pedia essas coisas e mostrava tais atitudes para com o tenente Judice Bicker, as parcas fôrças portuguesas marchavam para Marraqüene, a concentrarem-se. Jamais tão mal provida hoste atravessara as terras africanas. Improvisara-se quási tudo, desde os bornais aos carros para o transporte de feridos e de víveres; mal se podia contar com vapores para reforços, porque existia, apenas, uma desmantelada lancha, a qual, com o refôrço estravagante de algumas chapas de ferro, mal sustentava a couraça. Chamava-se «Bacamarte» e era ainda um arrôjo o nome desse barco que mal poderia disparar alguns tiros se respondessem insistentemente aos do seu canhão-revólver. Comandava-o o tenente Vieira da Rocha, branco e loiro, alto, delicado, que praticava temeridades como se cumprimentasse damas e se atrevia a subir o Incomati arriscando a sua vida e da tripulação, ameaçadas pelo gentio da praia do «Finish» — um negro de modos corteses, negociante de madeiras, vestido á europeia — cujos súbditos fuzilavam os navegantes dos seus esconderijos no espesso matagal. Pois apesar da «Bacamarte» ter regressado uma tarde, havia dias, com o tenente Felipe Nunes, seu antigo comandante, morto, repetira-se a façanha da travessia centenas de vezes, ás ordens do jovem e delicado novo chefe.

Era a lancha o auxílio com que poderiam contar as tropas da avançada sôbre Marraqüene. Atravessaram a selva sem verem mais do que alguns

AIRES DE ORNELAS

negros fugindo diante dumas granadas de rápida acção; toparam ainda cinzas quentes nas lareiras das cubatas, num aldeamento, e sem detença seguiram na sua marcha, quando começou a chover.

Ia findar Janeiro; torrenciava, ao cabo de algumas horas de caminho, e Caldas Xavier, que comandava a coluna, fingiu não dar pelo temporal que, dentro em pouco, alagava os campos e encharcava a soldadesca até aos ossos, impedia a passagem da artelharia, atascava as muares nos lameiros imensos, alastrados nas florestas.

Marraqüene — Sem um fio enxuto, os militares caminhavam silenciosos, levados pelas ordens, sem o menor desvio, como impelidos pela mão poderosa do dever. Atolavam-se, quási,

até aos joelhos; sentiam coladas aos corpos as fardas e os grandes capotes, transformados em escorrentes pesadelos; as armas enferrujavam-se, os pés chapinhavam dentro das botifarras alagadas e assim se ia para a guerra, se acampava na posição designada, se formava o quadrado prescrito pelo estado-maior, de acôrdo com o comissário régio e se aguardava o inimigo, como amfíbios estranhos, na noite pávida, molhada, dum negrume sem fundo. Coaxavam impertinentemente as rãs nos seus charcos, diante desses outros batráquios de forma humana, metidos em seus pântanos, especados sob as chuvadas.

Assumira o comando o major José Ribeiro, como mais antigo; colocaram-se em ordem os corpos para o pequeno alarme no bivaque.

A infantaria e os caçadores europeus formavam a linha de fogo e de baionetas, guarnecida pelas peças de montanha, nos ângulos; os da polícia, já afeitos ao mato e ás investidas, cerravam a retaguarda. Destacavam-se uns postos de angolas, a distância; as sentinelas europeias estavam nos ângulos do quadrado, em cujo centro se guardavam munições, gado, carros e a cavalaria — por sinal bem reduzida — com que Couceiro já fizera, antes daquela expedição, uma singular sortida.

Os soldados da represália não tinham comido mais do que algumas bolachas ensopadas, pois, sob as bátegas, era impossível acender os cavacos verdes e molhados. Lançando-se ao chão, caidas nos lameiros, como abandonadas, as tropas procuravam um vago repouso. Alguns oficiais saíam para as rondas, como Aires de Ornelas e o alferes Raul Costa, em busca duma patrulha de angolas; e na noite negra, encharcada, com o seu furioso rugido da chuva e dos riachos engrossados, continuavam os coaxos enervantes, regougados nas largas, vastas e profundas poças. Pelas quatro horas, as cornetas tocaram á alvorada, o que era paradoxal na espessa negridão da noite. Ergueram-se dos seus leitos de barro os soldados da conquista. Entraram nas fileiras e, a súbitas, como demónios furibundos, irrompendo sob os seus pés, guerreiros aos centos, as cabeças empenachadas, as azagaias certeiras, penetraram no quadrado. Tinham vindo rastejando, alguns embuçados nos uniformes dos angolas chacinados e, querendo fazer-se passar por eles, varavam os primeiros gentios dos postos. Os outros deixaram a descoberto a falange, correram amedrontados a meter-se entre os europeus, á excepção do cabo Domingos, que disparara o primeiro tiro de alarme e, num berro enorme, logo repetido, anunciara: «landins! landins!» Eram eles, em bandos, com suas penas nas cabeças altivas, soltando estrepitosamente o seu grito de guerra, nas fundas trevas, sob as cordas de água: «Avança landim! avança landim!» e neste côro se excitavam e galgavam o reduto, azagaiavam os soldados, rompiam a tenda do major José Ribeiro, rasgavam-lhe a maca e feriam-no, escorchavam, pisavam, lançavam-se sôbre os que caíam, a mordê-los, a retalhá-los, no escuro, gerando o pavor dos angolas que os oficiais procuravam encorajar, á espadeirada. Na face do quadrado roto apareceram, num ímpeto, os chefes Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro, Eduardo Costa, o tenente Pinto e o alferes Raul Costa, de espadas nuas, batendo-se, fazendo frente á vaga negra, intemerata, rude, audaz, contínua dos que avançavam, encapelada e louca, furiosamente, em brados, num enorme desprêzo pelas vidas. Envolviam a posição, mas a artelharia lèquejava o seu fogo, abria clareiras nas hostes poderosas, rasgava-as, despedaçava-as, iluminando a treva que logo se cerrava mais, após o deslumbramento. De tal maneira os landins conheciam o valor dos oficiais, que um deles se lançara sôbre o capitão Machado, de artelharia, a querer feri-lo pelas costas, mas caira ás mãos do impedido do artelheiro. Chegaram os assaltantes a esta temeridade, dentro do quadrado, e sabe-se que semelhante posição, uma vez descosida, quási sempre garante o triunfo aos que conseguirem realizar a proeza.

Os próprios soldados da polícia, ante o embate da retirada dos angolas tomados de pânico, tinham recuado, mas o seu bravo capitão, Roque de Aguiar, mandara calar baionetas, rechaçar o tropel landim e voltara ao seu posto, ao som das peças que continuavam a abater os guerreiros negros. Mal desmaiavam os clarões, voltavam á maior arremetida; porém, encontraram já os soldados europeus ao lado dos seus oficiais e quando soou

o último tiro viu-se, nos seus lampejos, a debandada por entre as árvores, como o fim dum pesadelo diabólico.

Clareou a manhã côr de chumbo, desse dia 2 de Fevereiro, em que se ganhara, com um trôço de recrutas, a batalha de Marraqüene. Eram inúmeros os cadáveres dos negros; alguns conservavam posições de feras dentro do quadrado, ainda agarrados ás armas, molhando de sangue as suas plumas heráldicas; outros aumentavam os montões caidos no reboliço da luta, e ao longo dos caminhos, talhados no mato devastado, deixavam o seu rasto de mutilados, ás centenas, pelos cacos das granadas e em quási todos os mortos e feridos se marcava o mesmo ar feroz de quem esperava vencer e recebera a desilusão com os tiros.

Qualquer feiticeiro, em nome dum ídolo terrível, os mandara contra o inimigo fraquíssimo que os seus espiões tinham visto sair de Lourenço Marques como já vencidos e agora, quando no acampamento se juntavam os corpos e se largava fogo ao petróleo derramado sôbre eles, os landins vencidos rugiam novas cóleras, na selva.

É que os gentios de Anhana, da Matala e da Moamba, hesitantes em servir os portugueses, ao verem os vatualizados em derrota, ao cabo de tantos anos, saltaram-lhes ao caminho e exerceram a vingança. Tinham-lhes deixado á guarda as mulheres e os gados, enquanto iam combater, e eles, ao verificarem a derrota, chacinaram as fêmeas, tomaram as reses, num ódio de morte, na sêde de represália do vencido esmagado sob as armas do conquistador ao alvorecer a sua hora da vindicta.

Um dos chefes, na retirada, gritara aos da Matala: «Agora arranjai uma escada para subirdes ao ceu», como a dizer-lhes que em breve voltariam e que só voando para as alturas escapariam ás suas terríveis armas reforçadas pelas do grande senhor de Gaza, de seu amo, do omnipotente Gungunhana.

CAPITULO XLVII

VITÓRIAS EM ÁFRICA

Magul — Coalela — O Majancaze

Ante o poderio do Gungunhana — Iam-se preparado os reforços em Lourenço Marques para se fazer a tomadia. Anunciava-se a chegada de Eduardo Galhardo com as unidades de engenharia e artelharia de posição. Sabia-se que, em breve, desembarcariam os contingentes novos, com infantaria 2, e que os soldados de cavalaria, do comando do capitão Joaquim Mousinho de Albuquerque, não tardariam. Vinham apeados mas já se tinham encomendado no Transval as suas montadas, por mais baratas e próprias para as correrias no terreno.

O coronel que se enviava a António Enes era sobrinho de Alexandre Herculano e possuia a rude franqueza do seu célebre tio. Comandara regimentos, servira no gabinete do ministro da guerra Pinheiro Furtado, fôra deputado e ia agora para a África conhecer de perto a glória.

O capitão de cavalaria Joaquim Mousinho de Albuquerque, enviado para as operações, tivera por avô o grande Luiz Mousinho de Albuquerque, que morrera como um bravo na batalha de Tôrres Vedras, na ante-véspera do Natal, de 1846, quando sentira a derrota. O bravo coronel liberal, o companheiro de D. Pedro IV, acabara nobremente, tendo deixado na tradição da sua nobilíssima família esse laivo de sangue glorioso. O neto, alto, trigueiro, assemelhava-se-lhe nos olhos negros e vivos, na grossura do lábio inferior; desengonçado como um bom cavaleiro, de monóculo, a calça colada ás pernas, boné á banda, a espada presa no gancho do cinturão, gingando na andada e aprumando-se a cavalo, impetuoso, eivado do romantismo do avô, ele era um soldado á antiga, muito feito na leitura das epopeias africanas de outras idades, escrevendo com um sabor antigo, como se algum recuado avoengo lhe movesse a mão e os glóbulos do sangue ancestral o tentassem a essas doutrinas de vice-rei de alma torturada ante a ânsia inacessível de vencer todos os inimigos do seu rei. Colocava-o ao lado da Pátria; ligava-os no mesmo elo e amava-os, como um ser dum século longínquo que tivesse vindo ao mundo para servir o amo e a nação e mostrar, num corpo de oficial da cavalaria moderna, o espírito dum cavaleiro de Alfarrobeira, dum grande capitão das Índias.

Freqüentara a Universidade; lera, estudara, com paixão, e a vida monótona do regimento onde era um apagado oficial, como os outros, devia torturar seu coração ardoroso e bravo como o do romanesco avô, finado em Tôrres Vedras. Para a sua moral de soldado só havia um fim: a vitória; para a obter só conhecia uma maneira: sacrificar a vida. Amava a guerra e queria fazê-la, mas chegara quási aos quarenta anos, com diferença de meses, sem uma dessas proezas audaciosas que palpitavam em sua mente. Andara na Índia e governara o distrito de Lourenço Marques; alguma coisa aprendera da vida dos grandes inimigos de Portugal, e por isso, quando capitão em lanceiros 1, se pusera em certa tarde a explicar como um vidente a emprêsa de ir ao misterioso «kraal» da selva prender esse famigerado Gungunhana e trazê-lo escravizado aos pés do rei de Portugal.

De tal forma conhecia a história vátua que marcava os pontos das lutas e via, como um iluminado, o im-

perador negro refugiando-se em Chaimite, a pedir fôrças aos túmulos dos avós, escutando os augures, na sua derradeira hora de poderio.

Narrara a alguns camaradas aquele sonho de tomadia, diante dum tabuleiro de jôgo de «damas», mas fizera mais, apresentara as suas impressões ao ministro da guerra, Pimentel Pinto, que o nomeara para, com o seu esquadrão, auxiliar as operações.

O soldado que fôra baptizado no solene templo da Batalha, por um acaso ia batalhar como os herois esculpidos nas brancas tumbas que o tinham visto entrar na religião á qual muito amava, ainda como um guerreiro de outros tempos, dos que inscreviam nas lâminas das espadas as legendas Deus, Pátria e Rei.

Os paquetes que conduziam os expedicionários transpunham os mares; em Lourenço Marques as intrigas fervilhavam; geravam-se alarmes, no propósito de deter mais algum passo dos portugueses na conquista. Os correspondentes dos jornais estrangeiros inventavam derrotas, fabricavam notícias falsas para assim receberem as espórtulas e criarem na Europa a corrente contrária, abrindo o caminho ás ambições estranhas.

Paiva Couceiro deliberou acabar com tais dislates que prejudicavam a acção dos bravos, tão mesquinhamente pagos. Vestira-se á paisana e castigara um dos difamadores, um tal Braun, que se dizia cônsul americano; corrigira, num «bar», diante duma multidão de ingleses, um correspondente dos jornais do Cabo. Tirou-lhe das mãos o taco com que procurava defrontá-lo e partiu-lho nas costas.

Pouco depois, ante o pasmo dos compatriotas do pasquineiro, fez-lhes o seu mais gentil cumprimento e saiu. Entrou na casa dum negociante chamado Gould, que também caluniava, e quis obrigá-lo a assinar uma declaração em como nunca enviara correspondências para o estrangeiro, visto assim lho afirmar. Ante a recusa lançara-se sôbre ele, trouxera-o para a rua, enfiara-o na loja dum «monhé» que engomava a roupa dum freguês e, deitando-o sôbre a tábua, zurziu-lhe a socos o rosto vil. E partira para o quartel general, sem o menor arranhão, sorridente, como se regressasse dum passeio higiénico.

Dentro em pouco, Braun, criminoso evadido duma das prisões de Orange, foi extraditado; o outro desapareceu; só ficou Gould, a referver em maiores ódios.

Ia realizar-se a ocupação dos lugares próximos com os batalhões recen-chegados. Ao mesmo tempo havia quem levasse informações ao Gungunhana acêrca dos projectos dos portugueses.

CONSELHEIRO JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA

Era ainda muito poderoso o grande chefe vátua, que vivia no meio da sua côrte, numa região para a maioria considerada inacessível e misteriosa, sendo tão cheio de perigos o seu caminho como os do próprio inferno.

Avolumara a lenda; o imperador vátua vivia muito na sua sombra densa e terrível.

Temido, rodeado por tantos régulos, independentes alguns, mas todos seus aliados, e por uma maioria de feudatários, tendo espiões até á costa, constantemente acarinhado pelos ingleses, sentindo achegarem-se-lhe os europeus, com vénias e respeitos, ele, que era inteligente, compreendia onde chegava o seu poderio e estava certo de que ninguem se atreveria mover-se, em pé de guerra, contra aquelas legiões empenachadas de penas de avestruz, cobertas de escudos rijos, sus-

tentando azagaias e frechas envenenadas e até manejando as espingardas com precisão. Dificilmente passariam os pântanos, os areais, as florestas, as extensões de alto capim, para o desafiarem no Majancaze, o centro misterioso do seu império. Mas o vátua suserano guardava, sobretudo depois

JÚDICE BIKER

da batalha de Marraqüene, uma atitude de maior diplomacia ou antes duma duplicidade que era a arte ludibriadora do sertão. O residente português Judice Bicker analisava-lhe os movimentos e tinha que se conter porque António Enes lhe dissera que lá nos meados de Maio poderia preparar as tropas para o assalto. Gungunhana, apesar dos avisos, mal acreditava que se cometessem tais temeridades e continuava a afirmar-se súbdito português, a içar a bandeira azul e branca, em frente do «kraal», mas, ao mesmo tempo, a cobrir os desafios dos vassalos, e principalmente do Zixaxa, ás terras dos sobas sujeitos.

Fôra, outrora, residente no Majancaze o africanista de nomeada, o comendador José Joaquim de Almeida, que, por seus serviços, recebera a carta de conselheiro da Corôa. Tais artes tivera de captar o régulo que ele o tornara seu amigo, quási seu confidente, o presenteava e lhe mostrava especiais deferências e recebia dele os «saguátes», as ofertas pingues, como preitos de boa amizade. O conselheiro Almeida — ao qual o potentado sempre denominou o «Secretário» — era, pois, favorito do poderoso chefe e quando ele deixou as terras de Gaza e o serviço do govêrno, entrara para a Companhia de Moçambique. Fizera combinações com o seu grande amigo sôbre a cobrança do imposto de palhota nas suas possessões, a favor da entidade suserana. Tinham estabelecido um tratado entre si e como uma vez se desse um conflito entre o gentio do régulo e os empregados do fisco da Companhia, isso tornara o Gungunhana queixoso. De resto, lamentava que o rei já não fôsse seu amigo, pois não lhe dava as armas para restituir aos ingleses, cobiçosos de seu território da Mussapa, nem tampouco lhe entregava o filho de Anhana, neto de Manicusse, para o educar. Acrescentara que o «Secretário» lhe prometera servi-lo e como Júdice Bicker quisesse saber como e em quê, volvera-lhe friamente que se lho dissesse «deixava de ser segrêdo».

Entreviu o residente o conúbio entre o negro e o seu compatriota; corriam nas colónias boatos relativos ás ligações daquele com o potentado, sentiu-se contrafeito no cargo, ante as exigências, cada vez mais constantes, do régulo e ao saber que mobilizava gente sob pretexto de caçadas mas com o fim único de ir bater amigos dos portugueses, participara-o ao govêrno, assim como que os chefes de guerra se moviam em busca de auxiliares noutras regiões. Comunicava tudo isto para Lourenço Marques, onde já se adestravam as tropas para a invasão. O «leão de Gaza», como chamavam ao imperador vátua, teimava, dia a dia, na entrega das mil armas, na licença para dar combate aos chopes, na posse do filho de Anhana, na resolução dos seus «milandos», os processos pendentes da vontade do rei.

António Enes deliberara pedir a comparência do conselheiro Almeida em Moçambique, a fim de ir ao Majancaze esclarecer a situação, tanto a dos convénios com a Companhia de Moçambique como a dos «segredos» a que se referira o régulo. Ao mesmo tempo doutrinava acêrca da impossibilidade em que o colocava de não poder contratar coisa alguma com o chefe negro sem o consenso do comis-

sário régio ou do ministério do ultramar. José Joaquim de Almeida era homem ousado e habilíssimo conhecedor das selvas e dos vátuas, desde o tempo de Muzila; sabia a história do povo dominalor e os mistérios da morte do irmão do Gungunhana; era respeitado pela mãe do grande chefe, tratara, largamente, com os «indunas» — os nobres — levara, desde os dezanove anos, existência no sertão e como residente na côrte do neto de Manicusse jamais se mostrara servil tendo, todavia, artes captadoras, sabendo presentear o soba e seus «grandes» com os objectos de seu maior apreço e de tal maneira se insinuara em seu ânimo que muito se lhe confiara aquele terrível soberano semi-civilizado, mas inteligente, obrigado a governar o seu território imenso num grande equilíbrio, pois ainda existiam partidários, embora meio submissos, do príncipe assassinado e também do pequeno Anhana, refugiado nas orlas da cidade de Lourenço Marques.

A chegada do «Secretário grande do Rei» — como os indígenas denominavam o conselheiro — foi de grande alegria no «kraal». Bicker não era homem de feição para trato com os negros; altivamente ou desedenhosamente os encarava, o que embatia no orgulho desmedido do imperador e por isso, quando entrou nos domínios vizinhos da residência régia o estimado funcionário, logo vieram para ele os delegados. Maguejana — espécie de conselheiro privado — velho e habilidoso «induna», apareceu com mais sete fidalgos, a cumprimentá-lo e gritou-lhe, em saudação, o famoso «báiéte» que só se destinava ao monarca, conforme a tradição e a etiqueta zúlu.

Traziam-lhe como «saguáte» um boi branco e, afavelmente, o embaixador, declarava significar tal presente «que os corações dos vátuas estavam alvos por receberem o «Secretário» no seu país». Anunciavam para o dia seguinte a visita do régulo com sua côrte, a fim de se reunir a célebre assembleia, a «banja». O amigo mandara-lhe também uma valiosa lembrança.

Eram sete horas da manhã, em Março, já com o sol ardente. Ouvira-se o ruído dos passos da comitiva sôbre as fôlhas; surgiram os homens de guerra, apenas com as mocas, tendo deixado rodelas e azagaias em sinal de confiante honraria e o rei apareceu entre os seus mais poderosos vassalos e parentes, seus tios Guiuza, Quêto e Cuio. Vestia a túnica branca, ostentava a corôa de cêra e acompanhavam-no, ataviados com todos os seus apetrechos, excepto os de guerra, os conselheiros de maior gerarquia, a começar pelo velho e respeitado Maguejana. Os outros eram Manhune, Mulungo, Cernaianga, Munhi, Maumbela, Mueambi, Inhongongo, Muzava, Socunaca, Udaca, Vuiane e Govosoane, gente de alto prestígio, temida e famosa. Fizeram-se as saudações; á sombra vasta duma árvore gigantesca se instalaram os recenvindos. O conselheiro Almeida cedera o passo ao residente, comandante militar do Limpopo, Júdice Bicker; os três intérpretes José Loforte, José da Silva Passos e Amah Abdulá acercaram-se e o tenente de cavalaria José Alves de Sousa Cardoso dispôs-se a escrever acta da solenidade. Após a licença do representante do govêrno, José Joaquim de Almeida tomou a palavra e declarou ao potentado, em voz alta e firme, que da parte do rei de Portugal lhe participava não ser possível conceder-lhe as armas nem Anhana. Claramente lho afirmava para que «duma vez para sempre ninguem imaginasse que entre ele, conselheiro Almeida, e o Gungunhana havia quaisquer segredos, como este declarara ao sr. comandante Bicker, quando lhe pedira que escrevesse ao rei, com urgência». O grande chefe negro, senhor de seu poderio, guardava nos lábios um eterno sorriso desdenhoso, sarcástico, como que a estereotipar-lhe a majestade, mas desmanchara-o ante o desafio ousado que o «Secretário» lhe lançara para ele dizer, ali, diante da «banja», quais eram os misteriosos negócios, promessas ou segredos que existiam entre eles. A influência daquele sôbre o vátua exercia-se tanto que respondeu deesconhecer o que o residente participara ao Soberano, acrescentando que nunca tivera coisas secretas com o senhor conselheiro Almeida. Depois, numa simpatia que não lograva ocultar, declarou que solicitara de Sua Majestade a vinda do «Secretário» pois que ele, régulo, «seus pais e grandes só a sua pessoa queriam nas suas terras».

O tenente Júdice Bicker, indignada-

mente, vendo a duplicidade do negro, decidiu que em virtude do desmentido se retiraria da «banja». Interrogava-o, porém, ainda. Se não se lembrava de que, ante a sua insistência em saber de que segredos se tratava, lhe tinha volvido: «desde que os dissesse deixavam de ser segredos»?

O chefe vátua pôs-se a transformar a questão. Que não percebia porque lhe mandavam tantos brancos, dizendo-se todos «grandes» e «secretários». Era um preto — declarava com fingida humildade — e não entendia tais mudanças de pessoal, tanto mais que cada um dos enviados tinha sua maneira de ver as questões e de resolver os «milandos», os processos. Por isso só queria ali o conselheiro Almeida, que conhecia toda a história do seu reinado. E num ar real, ousado, petulante, declarava: «Por isso insisto em que ele fique aqui».

Júdice Bicker levantou-se e, altivamente, a mostrar o poder de que estava revestido, retirou-se desde que o régulo o desmentia. Coisa alguma o demoveu; debalde lhe disseram não poderem mais comunicar com o Gungunahana sem a sua presença. O seu orgulho ferido, não podendo desafrontar-se, dava aquela resposta ao cafre. E, daí a pouco, apelando para o patriotismo do amigo do vátua, pedia-lhe que se conservasse com dirigente da política, desde a sua partida. Às primeiras hesitações do convidado retorquira-lhe com a necessidade absoluta da sua presença, ali. Acedeu, ao cabo de instâncias; do próprio António Enes receberia o encargo e, ao mesmo tempo, chegavam ao Majancaze notícias aterradoras acêrca dos preparativos militares feitos para bater os vátuas protectores do Zixaxa e do Mahuzulo que tinham raziado as terras dos sobas, amigos de Portugal.

Ecoou terrivelmente no sertão, levada por ingleses e «monhés», caixeiros e negociantes, a nova da chegada de muitas tropas do continente e o «leão de Gaza», afivelando o seu sorriso irónico, o que julgava de majestade, dissera ao residente, num ar entre triste e orgulhoso: «ha menos dum ano que mandei cobrir as palhotas e ainda duram muito tempo e eu não sou búfalo que me deixe agarrar.

A divisão portuguesa começara a sua avançada sob a auréola da vitória de Marraqüene.

Batalha de Magul — Ao longo dos caminhos, veredas e desbastes nas florestas marchavam soldados brancos e seus auxiliares indígenas; negros das tríbus fiéis, passavam nos aldeamentos, seguiam ou detinham-se, na ordem das operações, largamente talhadas. Submetiam-se os pretos até aí duvidosos dos exitos portugueses. Começara-se a ocupação do Limpopo, desde o Incomati ao Inharrime, territórios da influência do Gungunhana, e já pelo rio subiam as canhoneiras e os barcos a vapor — a «Rio Lima», a «Sabre», a «Carabina», a «Xefina», o «Magaia», o «Auxiliar» — uma esquadrilha improvisada e utilíssima que gerava o pavor dos povos da beira de água.

O «leão de Gaza» rugira na sua floresta e dissera cabalmente ao conselheiro Almeida que, «visto o Rei já não ser seu amigo, ia pedir bandeira a outros brancos».

Do mato chegavam, porém, noticias demonstrativas dos preparos dos vátuas para combaterem. Morrera de repente o filho segundo do régulo, Carlos Fernandes, o Mangoa, muito amigo dos portugueses e que fôra educado em Lourenço Marques. Tornara-se dedicadíssimo; de sua fidelidade esperava, talvez, o auxílio para conquistar a corôa, á qual se julgava com mais direitos que seu irmão Godide. Envenenaram-no num dia solene para os vátuas, ao romper de certa lua, sua querida. Cada vez que o conselheiro Almeida tentava falar dessa morte súbita, a qual se celebrava com exéquias verdadeiramente régias, tanto o pai como o irmão do finado afastavam a conversa.

A história daquele soberano negro estava laivada de sangue real: o de Mafemane, o de Mangoa e ainda pretendia ensopar-se no de Anhana. Os feiticeiros já tinham prognosticado rios de sangueira, batalhas e cataclismos para o império e as tríbus adestravam-se em fúrias, á medida que verificavam a marcha dos brancos.

As operações teriam o aspecto de se destinarem ao castigo dos rebeldes foragidos — o Zixaxa e o Mahuzulo — mas, na verdade, devia alargar-se-lhes o objectivo, até á destruição do poder vátua. O primeiro dos devastadores estava tranquilamente na sua terra de

Magul e tratava-se de o submeter. Decidira-se a ocupação de Intamane, que abriria as estradas para a povoação do arteiro. Caldas Xavier, sempre dedicado, e o tenente de engenharia Tavares Leote praticariam, com alguns sapadores, a carreteira necessária para a marcha e os negros da região, atemorizados ante as tropas que avançavam, já forneciam gente para as ajudas. Os barcos subiam o Incomati na descoberta das suas margens, mas umas vezes faltava-lhes a água, outras embaraçavam-se nos liames das árvores entrelaçados nos sítios estreitos. O coronel Eduardo Galhardo, comandante da brigada de operações, organizara as suas fôrças, duma decidida e hábil maneira.

Comanadava o 2 de infantaria o major Gomes Pereira; Freire de Andrade chefiava o estado-maior, tendo Couceiro como adjunto.

As tropas apeadas organizavam-se com três companhias do 2, o batalhão de caçadores do mesmo número e o 3, de África; a artelharia compunha-se duma secção da 3.ª bateria de montanha e meia companhia do 4. A engenharia era reduzida e a cavalaria formava-se com a polícia de Lourenço Marques e o 4.º pelotão do esquadrão de cavalaria 1. Era esta a coluna da capital.

A de Inhambane recebia o comando do próprio Galhardo; Eduardo Costa ia como chefe do estado-maior; Aires de Ornelas ocupava o lugar de adjunto e o tenente Rodrigues Madeira o de ajudante de campo. A infantaria era magnífica: o batalhão de caçadores 3, o 4 de África, um batalhão do 2, a 4.ª companhia do 2 de infantaria. Meia companhia de engenheiros, duas secções de artelharia de montanha e mais meia companhia do 4 formavam o resto das hostes, ás quais se juntavam três pelotões de lanceiros 1.

Estavam dois mil e trezentos homens em acção contra o mistério das selvas. Seguiam vagarosa e cautamente, tacteando o terreno das bandas de Inhambane. Mousinho, com o seu esquadrão do 1, ambicionava mais largas e rápidas avançadas, mas a disciplina continha-o nos lugares que lhe destinavam.

O alarme chegara ao «kraal»; as operações faziam-se em sossêgo, lentamente, ocupando-se o terreno e á recôndita selva, onde o Gungunhana vivia, as notícias dessas tropas, a aproximarem-se, geravam receios. Decidiu-se a mandar, como embaixadores a Lourenço Marques, os seus «indunas» N'tonga e N'jonjo, com cem libras em ouro e duas pontas de marfim grosso, como prova da sua fidelidade. O residente partira também e aconselhara que não se recebessem os presentes, a fim de se demonstrar a cólera do rei contra os seus vassalos que não lhes entregavam os rebeldes.

Combinara-se enviar a Majancaze uma nota das obrigações que o régulo deveria contrair para com os portugueses e, se as aceitasse, deixá-lo-ia em paz. Primeiro, entregaria os régulos da Zixaxa e da Magaia, sujeitaria ao imposto de palhota todos os seus domínios ou pagaria, anualmente, dez mil libras ao govêrno; só com licença do estado consentiria comerciantes em suas possessões; policiaria os caminhos, rasgaria estradas, não concederia terrenos sem ordem do rei, inibir-se-ia de fazer a guerra aos fiéis da Corôa e não mobilizaria fôrça armada, sem licença. Numa «banja» solene aceitaria estas condições.

Largou o primeiro trôço da coluna com Galhardo, Eduardo Costa, o tenente Madeira, alferes Condeço, oficial ás ordens; o capitão Castro, com a engenharia; o chefe do serviço de saude, dr. Barbosa, de caçadores 3; o comandante do comboio, Raul Costa, e o encarregado dos serviços administrativos, aspirante Correia. A companhia do 3 de caçadores era chefiada pelo capitão Branquinho; a do 2 de infantaria pelo capitão Matos Cordeiro; a bateria de montanha por Cardoso Machado; os canhões-revólveres pelo tenente Lopes e a cavalaria por Mousinho.

Um bravo oficial, António Júlio de Sousa Machado, que levara parte da sua carreira a estudar os aperfeiçoamentos das escolas práticas de infantaria na França, na Alemanha, na Bélgica e na Holanda, era major quando lhe entregaram o comando do 3 de caçadores que fazia parte do segundo trôço, a seguir de Inhambane. Levava como ajudante o alferes Picão. O médico da coluna era o dr. Monterroso, de lanceiros 1; o capitão Meneses comandava a 2.ª companhia de caçadores 3; ao 1.º pelotão de cavalaria che-

fiava-o o tenente Pessoa e a artelharia era dirigida pelo capitão Baptista.

Com seu trem de combate, ambulâncias e comboio, este exército, que ia rasgar o mato, correr perigos enormes, compunha-se, apenas, de setecentos e oitenta e cinco homens, cento e vinte e um cavalos e muares, dez bocas de fogo e vinte e cinco carros de transportes. Os cartuchos distribuidos eram cem por praça, ao todo cento e cinqüenta mil balas, além das destinadas á artelharia, quatrocentos tiros de canhão-revólver e setenta de montanha.

Com estas munições se internavam no caminho da perigosa aventura.

no seu cercado, abrazados, em sufocações, e os oficiais corriam ante o pavor da soldadesca, que imaginava o inimigo além daquela sarça, aguardando a sua hora de vingança. Para demais, as labaredas já estendiam as suas línguas devastadores para o lado do depósito das munições de artelharia, do cartuchame, da pólvora e o terror redobrara. Os superiores lançaram-se, como sempre, na frente do perigo; começaram, sob os enormes riscos da explosão, a dar as suas ordens, a conduzir, eles mesmos, os cunhetes, as balas, a afastarem-nos das faulhas e do abrazamento, enquanto Mousinho, ao ver morrer um

OFICIAIS DA COLUNA DO CORONEL GALHARDO

De trabalhos e sacrifícios era aquela jornada penosa. Do lado do norte seguia-se para o Chicomo, pousando bem os pés no terreno, investigando a selva, no receio de ciladas; mas, numa noite, correu o acampamento um grito de fogo e gerou-se um louco alarme. O teto de capim da tenda onde dormia o alferes Azevedo Lobo, de cavalaria, estava em chamas e o vento quente impelia-as para os outros recintos.

Os cavalos nitriam e escoiceavam, cavalo, mandara libertar os outros, que se perdiam no mato, em galopadas terríveis, esbarrando contra as árvores, algumas das quais pareciam archotes gigantescos, estralejando as resinas na intesidade da combustão. Vinham de longe ruidos misteriosos; aves assustadas passavam batendo as grandes asas; o coronel Galhardo, no momento preciso, dera uma ordem ao corneteiro e, em breve, as tropas formavam o quadrado, apertando nervosamente as armas, perscrutando

para o sertão, no deslumbramento da queimada voraz, a espreitarem um inimigo perdido nos matagais.

Das bandas de Majancaze, chegavam queixas. A soldadesca avançava e, mesmo submisso, não se poderia evitar a guerra, declarava Gungunhana ao conselheiro Almeida e a Aires de Ornelas, o qual, num movimento de generoso soldado, mandava dizer ao comissário régio ter-se combinado não ocupar mais terras sem se liquidarem as negociações e ele não «servia para enganar, nem mesmo a pretos».

Ignorava como o chefe vátua enviara uns «indunas» ao Cabo, a fim de se sujeitar aos ingleses, de solicitarem a sua bandeira e ia ganhando tempo, nos soluçados queixumes e do mesmo modo lançava emissários no mato a levantar o gentio e a proteger os régulos fugitivos do castigo dos portugueses.

Acrescentara, o oficial de estado-maior, ter-se obtido muito para tão poucos meses de guerra e a opinião de Mousinho igualava a do seu camarada, pois achava «que já não era mau resultado para o primeiro ano da campanha. O resto far-se-ia depois».

António Enes, longe de se convencer, sentia necessidade de caminhar mais rapidamente e quando o «Secretário» mandou as respostas do régulo, as suas condições para a submissão, indignou-se. Ele entregaria dois chefes, autênticos nobres vátuas, como refens; pagaria mil libras, mas as tropas retirariam; comprometia-se a prender os régulos criminosos, porém, não desejava soldados brancos á beira dos seus domínios. Aguardava o resultado da sua embaixada ao Cabo, todo esperançado na ganância britanica, conhecida através dos ingleses que lhe apareciam a tentar aventuras e a prometerem-lhe maravilhas.

Porém, depois da viagem de El-Rei D. Carlos, a Inlaterra mudara a política inglesa, e Salisbury declarara acatar as possessões portuguesas, reconhecidas pelo Tratado e a não aceitar dos régulos sujeitos a estás cláusulas a menor tentativa de escápula ou de duplicidade. Voltaram desolados os «indunas» e, então, mudaram as atitudes do soberano negro.

O conselheiro Almeida bem afiançava que ele procurara protecção alheia; porém, o vátua mandava dizer-se «pronto a pagar tributo e a aceitar postos militares em suas terras».

Decisivamente o comissário régio ordenou ao coronel Galhardo que não admitisse tais propostas; queria os rebeldes entregues á brigada e no caso de não lhos trazerem iniciasse, até onde pudesse, a perseguição do Zixaxa e do Mahuzulo. Os landins iam subindo o Limpopo, a ameaçarem os régulos das margens, gente temerosa dos vátuas, vizinhos da irmã do potentado, a princesa Bafú, formosa, apesar de coxa, e que ali exercia mando.

O comandante da coluna tinha, contudo, dificuldades em se meter ao mato porque o incêndio devorara a palamenta, medicamentos e víveres. Mousinho cometera a temeridade de ir buscar mantimentos a Inhambane, com duas dúzias de cavaleiros, escoltando carregadores, a cento e oitenta e cinco quilómetros de distância, sujeitando-se ás ciladas dos numerosos inimigos. Voltara em paz, mas nem assim era possível marchar para a floresta a ameaçar o Majancaze defendido pelo escol do exército vátua. Estavam com o soberano as suas mais soberbas «mangas»; o território era muito difícil de percorrer; as florestas defendiam, com as lagunas e pântanos, o acesso á região do «kraal». Enes mandava retirar o conselheiro Almeida e Aires de Ornelas, ordenava-lhes que liquidassem as negociações e enfurecia-se ante a completa impossibilidade do avanço da coluna do norte. Pelas bandas do sul, Paiva Couceiro e Freire de Andrade, ligados na mesma audácia, não se prendiam em estratégias; lançavam-se, sobretudo o primeiro, nas temeridades. Propuseram-se a agarrar o Zixaxa, refugiado no mato, perto de Magul. Os negros, quando viram os soldados, apresentaram-se receosos. Tinham medo dos vátuas mas também temiam os brancos e rendiam-se, porém, sempre com reservas, os de Capulana, Chacuco, Mancunene, Mapanjanhana e os da Chibanza, cujo soba era um vátua aristrocrata, com manhas de feiticeiro, duplamente respeitado por seu sangue e seus sortilégios que amedrontavam o próprio «leão de Gaza». Por sua vez o mágico, menos crente em seus feitiços do que os outros, apavorava-se á ideia do poder do im-

perador e dos horrores das vinganças dos seus «indunas». Ele andava tão aflito que se recusara a marchar, bem como a maioria, para as terras de Magul. Que não. Matá-lo-ia o Gungunhana. Mandaram-no amarrar; muitos negros fugiram para o mato e, com os súbditos que lhe restavam e mais gente enquadrada, foi obrigado a ficar e a servir de guia na floresta. Correram logo vozes de que o régulo pagava bem a cabeça do vátua traidor e nigromante, embora o turbassem suas malas artes e ardis.

Fortificara-se um posto em Magude. Freire de Andrade ficara com o comando da coluna, em quadrado, e Couceiro avançara, á frente dos auxiliares, em busca do inimigo. Levava, além dos angolas, cinco praças montadas e com elas deliberara ir até onde pudesse, á descoberta dos vátuas. Acampara a larga distância a fôrça europeia; o capitão, com os seus cavaleiros, largara a galope, deixando para trás os cafres e auxiliares aterrados á vista dum grande bando de negros que surgia e para os quais avançava seguido pelos seus cinco companheiros. O sargento Pita Simões chamou-lhe a atenção para um deles, que era o irmão do Chunguela, o qual se dissera amigo e agora se bandeava.

Não pôde com a protérvia o ânimo do chefe; tampouco quis dar costas aos pretos sem lhes falar. Picou a montada e encarando Pasman, seu conhecido, irmão do soba de Cossine, ficou uns instantes a fixá-lo ante as hostes, de rodelas, azagaias e espingardas rulezentes ao sol. Bastaria um gesto mais expressivo dum dos chefes de guerra para acabarem ali os temerários brancos diante do batalhão aterrado dos angolas quedos, ao longe, como pregados pelo medo.

A voz do comandante português ergueu-se, severa e forte, do alto do seu cavalo, como se tivesse consigo toda uma legião e, para Pasman, ordenou a entrega do régulo acolhido àquelas terras, sob pena de extermínio de toda a hoste.

O negro, humilhado, desculpou-se: «que não era só ele que mandava; quem procurava não estava ali e só com o consentimento de outros sobas lho poderiam entregar...»

— «Quanto tempo é necessário?», interrogou, num movimento de vencedor.

— «Três dias...», volveram, sem pensar em utilizar as armas.

— «Pois se até á noite do terceiro ele não estiver em nossas mãos, com o sol do quarto viremos buscá-lo, atacando a quantos ousarem encobri-lo ou defendê-lo».

Falou assim e, voltando as costas, á frente dos cinco cavaleiros, retirou a passo, desdenhoso, deixando o bando em pasmo, dirigindo-se para os auxiliares indígenas, admirados até á estupefacção.

Freire de Andrade, ao abraçá-lo, ficou sabendo o que se passava e também como em Magul se juntavam tropas negras para uma resistência, defendendo a passagem aos brancos, decididos a caçarem o rebelde. Concordaram — apesar das ordens de António Enes de não se arriscarem a batalhas — em que era preciso cumprir a palavra de Couceiro, e ao cabo de três dias irem buscar o foragido, isto para que os selvagens acreditassem no poder e na honra dos brancos.

Iniciou-se, por isto, a marcha ousada até ao campo, com o reduzido efectivo. Levavam duzentos e vinte e um infantes do 2, com o capitão Almeida Pinto, tenente Krusse Gomes, alferes Quirino Pacheco, Lino Coelho e Aguiar, Gaspar e Pais. A artelharia constava de vinte soldados de montanha, dez do 4, sob a chefia de Couceiro e dos tenentes Sanches de Miranda e Mota. Havia, ainda, oito cavaleiros do 1 e três da polícia da província e um oficial de engenharia, além de Freire de Andrade, e mais um subalterno da administração militar.

Dispensaram-se os auxiliares; mandaram-nos para a retaguarda, tratando-os de «galinhas» e de «mulheres», desprezando-os e quando assim os zurziam o vátua Chibanza, feiticeiro e nobre, sentindo palpitar-lhe nas veias o sangue dos avós, envergonhado de seu medo anterior, decidido a jogar a sorte ao lado de tão temerários guerreiros, pedira uma espingarda, um posto, um lugar e de seguida aproximara-se a gente da Moamba, da Matala e de Anhana, de maior fidelidade que valentia.

Foi longa a marcha á beira do rio, ajudados pelos marinheiros da «La-

cerda». Andaram seis horas debaixo duma soalheira forte, levando nos bornais o improvisado rancho, contando já com as sêdes, com o mato, com o cansaço. A minguada cavalaria explorava o terreno e assim se fez o acto, se prepararam as gentes para o combate, formando o quadrado sob a luz resplandecente da boa lua vátua, a amiga dos negros herois, como eles diziam do astro influente de seus destinos.

Pela madrugada, cacimbava; avançaram mais. Iam audazmente em busca do inimigo e do régulo rebelde. Queriam cumprir a palavra de Couceiro. Lá ao longe destacavam-se as árvores gigantescas da floresta profunda; alteava-se uma colina e, depois, era a encosta declivosa onde se erguiam morros de formiga branca; para baixo estendiam-se areias incandescentes àquela hora em que o quadrado se fixava ante a núvem de negros que se destacara. Desta vez eram «mangas» vátuas, cujas armas cintilavam: azagaias, frechas, machados, carabinas; oscilavam as plumas nas suas cabeças altivas e os chefes de guerra passavam, como numa revista, luzindo as pulseiras, as pontas dos piques, oscilando os penachos brancos. A atmosfera estava ardentíssima. Ouvira-se o rumorejar da turba negra e á frente dos portuguses a passagem estava cortada. Reverdeciam ervinhas, antes do capim alto e da floresta, indicando lameiros, pântanos, fundos charcos; o sol feria e deslumbrava, gerava vastíssimas sombras de imbondeiros e de «muchên», mas requeimava a hoste parada ante os legionários vátuas, os regimentos escolhidos que se abrigavam sob as ramarias e deixavam os inimigos a recozer-se na chapada violenta do astro requeimante. Pareciam desdenhosos, galhofavam; ouviam-se vagos rumores além do pântano para onde marchavam os caçadores de África e os negros, a atrairem o inimigo, pois não se podia resistir mais tempo àquela fogueira espicaçante, enervadora que ressequia as peles e liquefazia o moral dos brancos.

Os vátuas continuavam sentados, calmos, compreendendo as aflições dos que não podiam mover-se sem desmancharem o quadradinho formado apenas por dezassete homens de frente e que envolveriam, num ápice, com os seus mil guerreiros das mais famosas «mangas» do grande chefe.

Engendrara-se uma defesa com arames farpados, para o caso dos cafres chegarem até ali; eles, porém, não se moviam nem mesmo quando os auxiliares os desafiavam. Talvez aguardassem o escuro da noite para caírem sôbre a minguada hoste. Mandou-se sair a cavalaria — os onze soldados — numa galopada, para quebrar o enervamento de afrontar o adversário. Dispararam contra ele as carabinas; as hostes começaram a mexer-se; eram multidões armadas e bifurcavam-se como para um movimento envolvente. Então o Chibanza, recordando sua fama de feiticeiro, trepou para um ninho alto de formigas brancas e esconjurou-os, em gesto largo e aterrador que os deteve uns instantes. Depois, no seu vozeirão forte, na língua vátua, disse-lhes o seu desprêzo e o seu vaticínio.

A sombra do negro crescera, alongara-se no terreno e o mágico desafiava, pulava, esgaseava, na imprecação. Insultava o Gungunhana e mostrava assim a crença na vitória portuguesa. Ele queria a sua cabeça? Pois que viessem buscá-la, ali! Queria acabar com os brancos? Pois que se aproximassem, vis escravos do bêbado!

E arrebatado na cólera, verberava e cuspia a majestade vátua. Pôs á cara a espingarda e disparou-a, berrando a cada tiro:

— «Olha o saguáte»,o presente, para o Gungunhana!»

Depois voltou-lhes as costas e entrou sossegadamente no quadrado.

Soou um forte clamor na legião negra e o movimento, vagaroso mas certeiro, começou. Tentavam cercar o núcleo sob a soalheira da uma e meia da tarde. Ouviu-se um vago tiroteio; depois uma descarga enorme e logo o granizo das balas varejou as fileiras, sem que se lhes respondesse, a fim de se pouparem as munições; e quando eles se achegaram e foi mais certeiro e violento o seu fogo, alguns soldados atiraram-se a terra. Couceiro e Freire de Andrade agarraram-nos pelas golas e mandaram-nos disparar de pé. Jamais os brancos se deviam agachar diante dos cafres. A batalha travou-se ferozmente; já caíam as azagaias no centro da formatura, bem como as balas, mas quando a artelharia começou a ralhar deu-se um co-

mêço de pânico nos contrários. Paiva Couceiro recebera o raspão duma bala junto ao ôlho esquerdo e tinha o rosto inundado de sangue, que lhe ensopava o bigode loiro.

Era como a verónica dum Deus, a pedir vingança. Redobrou a fúria do combate; os soldados diziam, arrebatados e furiosos, ante a ferida do chefe: «Está cego!» E batiam-se melhor. Ele nem limpava a sangueira; estava em todos os lados; estralejavam secamente as metralhadoras e então os vátuas deitaram-se no capim, depressa varejado. Retomavam ânimo á voz do seu grande cabo de guerra, Tope, que os arrastava novamente, ao mostrar-se, orgulhoso, como invencível; e assim valorosamente os conduzia contra o quadrado, no qual Sanches de Miranda comandava o fogo das metralhadoras. Dentro em pouco a custo se respirava, com o fumo, no estreito espaço; os soldados não viam no denso nevoeiro da pólvora queimada e os negros aproximavam-se numa correria louca. Eram milhares que se devastariam mas se achegavam quando se calava o tiroteio uns instantes, para dissipar a fumarada. Porém, a súbitas, inutilizaram-se as molas dos engenhos de guerra, um soldado caira mesmo atrás do capitão Andrade, que procuarava fazer fogo com a peça partida, e distinguiram-se os rostos furiosos dos assaltantes, escorrendo suor e sangue, sob o tiroteio das espingardas e da última metralhadora válida. De repente, deu-se a debandada. O grande chefe — o Tope — caira de braços abertos, largara as armas, ficara voltado para o ceu, a boca escancarada, como a soltar um último rugido através da dentuça alva, a surgir dos lábios revirados e sangrentos. As legiões debandavam. Morrera também o filho do soba Magioli. Tocaram as cornetas a cessar fogo e, então, os angolas, atrás da cavalaria, perseguiram os fugitivos até á orla da floresta.

CORONEL EDUARDO GALHARDO

Ganhara-se a batalha. Tinham os portugueses vinte e sete feridos e cinco mortos. Os vátuas deixaram mais de trezentos dos seus no campo escaldante, sôbre o qual se deitavam os cansados vencedores, pedindo como paga do seu esfôrço uma rara, uma salvadora gota de água das areias esbraseadas de Magul.

Batalha de Coalela — Desta vitória resultaram tendências, embora ainda receosas, para a espectativa dos régulos das margens do Limpopo. Andavam a ameaçá-los as canhoneiras «Neves Ferreira», comandada pelo primeiro-tenente Francisco Diogo de Sá, levando de imediato Valente da Cruz; da «Capelo» era comandante Soares Andréa. De vez em quando tentavam-se desembarques; os marinheiros afugentavam os negros e quando uma vez se fôra á busca de provisões e eles se disseram exaustos, perceberam bem como, temendo os vátuas, tinham escondido os gados, os quais soltavam seus mugidos na selva. Tomaram algumas reses aos indígenas indignados e fulos e Diogo de Sá, para lhes mostrar não querer desfalcar-lhes os bens, arremessara ao chão as libras em que valorizara a mercadoria, num gesto honrado. Bem soube aos negros aquela largueza. Pensaram que os vátuas eram muito piores, pois roubavam os rebanhos e espancavam os donos.

Mas apesar de tudo o medo não os deixava pronunciar-se claramente. Alguns chasqueavam, crentes no vasto poder do régulo, e Andréa, uma vez em que sentiu as chufas, após um discurso destinado á entrega dos rebeldes, varejou de metralha uma povoação. Fez-se um desembarque de oito marinheiros com Valente da Cruz. Reduziram a cinzas o lugar. Só assim aqueles povos compreenderam o valor da fôrça. Depois continuou-se.

CORONEL EDUARDO GALHARDO

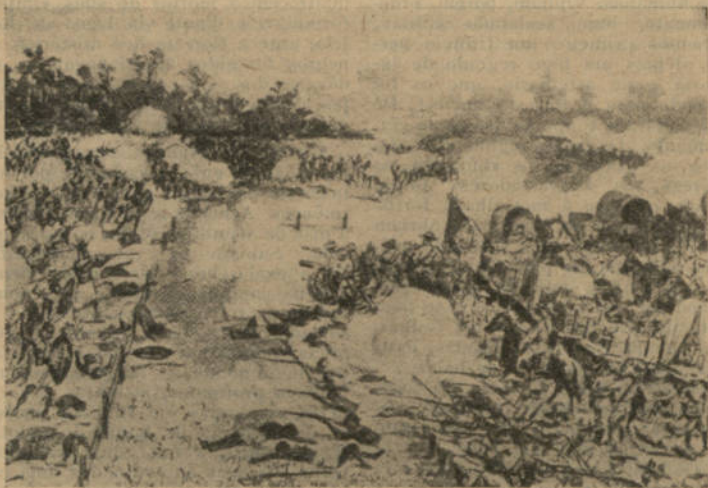
Foi uma devastação; corroborava-se Magul com aquele flagelo necessário para a mentalidade cafre, inacessível á ideia da generosidade.

A fôrça aniquila; o medo perdoa. Eis o seu sentimento.

Em breve voltaram os vencidos a subordinar-se e quando apareceram «indunas» do Gungunhana soltando seus bandos para arrastarem o gentio á guerra, eles queixavam-se aos portugueses e resistiam. Já era grande o terror para não obedecerem aos «secretários» do chefe vátua e contarem a Andréa as suas determinações:

— «Senhor, esta gente quere guerra; diz que tem muita gente armada e que não tem medo dos brancos».

Com efeito, o potentado resolvera-se a marchar, a operar. Confessavam as vozes do sertão que reunira sessenta mil soldados. Tentou-se mais numerosa e bem apetrechada expedição a Magul, levando dois mil auxiliares de gente avassalada. Foi-se muito longe e Couceiro, por sua mão, incendiou a palhota do régulo foragido, causador da guerra, do Zixaxa, que o imperador não entregara. Em breve a soldadesca incenerava o resto da aldeia. Da espessura da floresta os negros espiavam-nos, na calada soturna. Aquela audácia ainda mais convencera do valor dos brancos os sobas submetidos, mas sempre apavorados ante a lenda vátua.

A acção estabelecia-se, agora, contra o Majancaze, das bandas do norte. As tropas do coronel Galhardo deviam entrar em acção. Os inimigos agitavam-se em correrias, a distância, e os auxiliares fugiam por falta de vitórias desta coluna. Circulavam notícias tétricas de avanços de legiões sôbre

A BATALHA DE COALELA

Apontamento feito, após a vitória, pela sargento Rufino José de Almeida Santos)

Lourenço Marques, que Couceiro, alarmado, ia tentar deter. Mas não passara do pávido e impensado movimento de certo oficial que ha muito residia no mato e de cujo espírito se apossara também a lendária grandeza do poderio vátua, vincada na tradição como invencível.

A verdade é que eles sabiam bem terem á garantia da superioridade enquanto não fôsse destruido o «kraal» do régulo, o Majancaze, e esse caminho defendiam-no magnificamente com as suas tropas de resistência todos os

celebrados regimentos de verdadeiros homens de guerra.

Bivacara-se pertinho da lagoa. O inimigo não aparecia. Deliberara-se marchar no dia seguinte, a assaltar a povoação real. Ao romper da manha, quando as fôrças iam a mover-se e o chefe montara a cavalo, ouviu-se o galope duma patrulha, a anunciar a aproximação dos vátuas. Formou-se o quadrado. Felizmente ainda não se iniciara a marcha, no que teria origem, talvez, o desbarato da coluna, pois chegaram em tanta quantidade os negros, que mais pareciam esfomeados formigueiros em pragas do que legiões humanas. Vinham, porém, ordenadamente, num acelerado militar; recebeu-os primeiro um tiroteio nervoso, depois um fogo regrado de infantaria e de artelharia, que os foi repelindo para a floresta imensa. De novo voltaram e apontavam mais certeiramente. Os seus regimentos afamados, os «jacarés», os «búfalos», os «nobres», os «devastadores» foram cedendo o passo á metralhada fortíssima das bocas de fogo, mas abriam também as suas fendas no rígido quadrado. Visavam, de preferência, os oficiais. Já estava definida a situação. Pretendiam vencer e atiravam-se para a luta, ferozmente. O coronel Galhardo, a cavalo, de luvas calçadas, dava ordens, sob um chuveiro de balas.

Brincava-se tanto debaixo do fogo, que foi muito celebrado o dito do alferes Montez, dirigido a uma praça atingida no nariz, por uma bala:

— «É bem feito; não o tivesses fora do alinhamento».

E firmes em suas fileiras os bravos ficaram recebendo o embate, ouvindo rugir as peças, queimando perto de sete mil cartuchos, além de quarenta e cinco de artelharia. O tenente Cabral Sacadura, ao despejar uma lanterneta, devastara um montão de guerreiros empenachados que vinham em massa rugindo e avançando. Era o heroismo do desespêro. Moles de gente, falanges bravas dos dez mil combatentes vátuas, galgavam os terrenos e abatiam-se, ao quererem romper o tiroteio de perto, a alvejarem os brancos agaloados.

Mousinho, que, na véspera, apetecera ter o cavalo morto no fragor do combate, de tal forma se expusera que rolara com a montada no solo calcinado. Cinco soldados estavam sem vida; havia três oficiais feridos: o major Machado no braço esquerdo, e muito gravemente; Eduardo Costa na perna direita, e no ombro direito o alferes Costa e Silva. Continuavam nos seus postos. Os vinte e três europeus atingidos, além daqueles, davam o exemplo da firmeza aos nove auxiliares alcançados também pelas setas e balas vátuas, mostrando sua firmeza ante as hostes do imperador que mandara ao combate os seus mais denodados cabos de guerra: Machamene, o valoroso, seu próprio tio Queto e seus filhos Godide e Inhamanga, que, ao retirarem-se, deixavam perto de quatrocentos mortos de suas «impis» formidáveis diante da lagoa de Coalela, ante a floresta dos mistérios. Os negros foragidos abandonavam os cadáveres dos seus compatriotas. As tropas portuguesas começavam a cerimónia dos funerais dos seus mortos.

Abriram-se grandes covas; os homens, ainda enfarruscados de pólvora, pegaram nas armas para a última continência. Achegou-se o porta-bandeira á orla da sepultura vasta, na noite que caía. Subiam já vaporadas infectas a exalarem-se dos corpos estendidos na campina; grandes aves peneiravam na treva para os prearem e os soldados portugueses, diante dos seus oficiais, pegavam nos camaradas, caídos nobremente, e lançavam-nos nos buracos profundos, ao toque das cornetas, as armas em funeral, excepto as da descarga de honra do pelotão. E o coronel, á falta dum sacerdote, pedia aos seus subordinados uma oração pelos que ali ficavam.

E essa oração era a da Pátria.

Os indígenas viam, depois, avançar-se para o «kraal»; entrar-se na Majancaze deserto. Apenas uma estranha velha teimara em quedar-se encolhida num canto, a chorar. Não lhe fizeram mal. Ela só sabia estender largos gestos de doida, a indicar que o imperador fôra para muito longe.

Procuraram nas vastas casas colmadas os tesoiros e as armas do chefe. Apenas encontraram caixotes com garrafas de vinho do Pôrto vazias e um cofre com frascos cheios de sais de frutos ingleses. Trouxeram, então, ao comandante um archote aceso. Ele largou fogo a uma extremidade da cobertura; a soldadesca fez o mesmo noutros lugares e as lufadas quentes

conduziram as chamas á devastação, diante do exército vencedor.

Aquelas labaredas altas alastravam como uma notícia da vitória escrita com lume sob o ardente ceu africano e que iria, transformada em rútila estrêla, passar sôbre a Europa, a marcar terem-se vencido, na selva, os seus mais terríveis habitantes com um modesto exército de depauperados, que pareciam os espectros ainda temidos dos seus avós da conquista.

Os negros sabiam o grande régulo acossado e foragido, mas guardavam-lhe medo. Todavia, alguns mais atrevidos, diziam assim as suas alegrias:

— «Gungunhana, agora, é cão...»

Queriam exprimir a sua vida errante e dolorosa através das selvas, escorraçado o neto do terrível Manicusse, diante das baionetas portuguesas.

D. Carlos, que no seu anseio renovador desejava os auxiliares capazes duma acção portentosa, continuava rodeado de políticos: uns, impossibilitados por inércia e outros, por ignorância das ousadas medidas precisas para a nação.

E ela, essa Pátria velhinha, mostrava ao rei os homens. Estavam ali na selva e não na Arcada. Não eram partidistas: regeneradores, progressistas, messiânicos. Herois de Marraqüene, Magul e Coalela não mandavam nada; nada podiam, nem mesmo obter uma sêde de água para os seus soldados, tão sequiosos como a própria nação, desejosa de sorver a linfa da vida nova e pura.

CAPITULO XLVIII

A DERROTA DO GUNGUNHANA

Chaimite — Prisão do imperador vátua — A morte do Maguiguana

Prisão do Gungunhana — Mousinho aceitara o govêrno de Gaza, tomado pelo seu sonho de prender o Gungunhana; deixara partir os camaradas e ficara ligado a esse ideia dominante de que faria sua glória. Para demais sabia-se ser impossível submeter aquela raça e tranquilamente trabalhar nas colónias da Africa oriental enquanto brilhasse a lenda vátua. E ela só se sumiria quando o imperador desaparecesse.

Foi de esperanças para o soldado aquele Natal, que se passou em projectos. Sanches de Miranda, tendo tomado conta do posto de Languene, recebera a submissão de muitos régulos. Citavam o auxílio concedido pelos portugueses a Musila para vencer o irmão, o que sempre ficara soando gratamente no espírito da mulher do vencedor, a mãe do vencido do Majancaze.

O próprio tio do chefe vátua, Cuio, oferecera vassalagem; alguns dos seus «indunas» que ainda o seguiam mandavam emissários e ele, o perseguido, acabara por obedecer á vontade dos portugueses, entregando-lhes Zixaxa, trazido até ao posto por cinco dos grandes da sua côrte. Aparecera, com duas de suas mulheres, destinadas a verem a morte do marido, conforme ordenava a etiqueta real. Fôra mau político, o poderoso soberano; se mais cedo tivesse praticado aquela acção poderia ficar em sua suserania, embora cerceada, porém bem melhor do que na vida errante e tratado de cão pelos antigos súbditos.

Zixaxa, furioso, declarara ter obedecido ao seu imperador quando ateara a revolta. O Mahuzula, esse, não fôra entregue e praticara os mesmos crimes. Andavam ingleses e o missionário suiço a espicaçá-lo e as coisas não acabariam ainda.

Mousinho sempre pensara que o terrível negro estaria no lugar sagrado de Chaimite a consultar os áugures, sôbre a sepultura de seus maiores, e Sanches de Miranda, muito sabedor da história vátua e conhecedor da sêlva, animava-o nessa ideia. Então o governador de Gaza subira o rio com o tenente Andréa, da marinha. Foram prumando as águas, achegaram-se a Chengane e sentiram-se cada vez mais capazes da audaciosa proeza. Desejavam cavalaria para o feito, mas o capitão Sarsfield, que comandava em Chicomo, desolara-os ao participar-lhes existirem ali apenas vinte cavalos dos antigos lanceiros. De resto, por falta de rações, o gado estava depauperadíssimo. Seria uma loucura tentar, a pé, a travessia até Chaimite, o refúgio do régulo, além das montanhas. Luziram-lhe os olhos, de esperança e arrôjo; combinou com Sanches de Miranda a arremetida, mesmo com infantaria e auxiliares negros, e ele aceitara, decidido á aventura, pronto a vencer ou morrer. O outro oficial escolhido foi o tenente Manuel José da Costa e Couto. Acompanhava-os um médico, o alferes Francisco Maria do Amaral. Pôs-se então a escolher cabos e soldados de artelharia, cavalaria e infantaria, polícia, caçadores e até indígenas, em número reduzido mas de

boa têmpera, já experimentados (*). Sargentos apenas o de infantaria 2, n.º 220 da 2.ª companhia, José Bernardo Dias; um só primeiro cabo, Joaquim Matreiros, n.º 222; alguns segundos cabos de apurada reputação e praças de provas dadas, que embarcaram, na tarde do dia de Natal, na «Cepelo», do comando de Andréa, com Sanches de Miranda e o clínico. Iam para Chengane aguardar Mousinho, que, levando os duzentos e sete negros de Languene, Chai-Chai e Lofogazi, se propunha á acção, acompanhado ainda pelo tenente Couto, intérprete João Massablano, o impedido Joaquim Pedro de Sousa, de lanceiros 1, e por um soldado indígena, Silva e Oliveira. Tinha aumentado a coluna com mais negros que acorriam a submeter-se e desejavam segui-lo. Em breve eram mil e quinhentos os do séquito. Chovia ininterruptamente; ele parecia insensível ás catadupas; os brancos imitavam-no; a cafraria avançava grazinando. Quando lhe apareceram dois vátuas com presentes por parte do régulo, recusara-os e mandara acelerar a marcha, embora lhe dissessem que o imperador queria «pegar pé», tratar da paz. Chaimite — o lugar sagrado onde o rebelde devia fazer as suas consultas á jazida de Manicusse — tentava-o como uma soberana fôrça, tornara-se o iman da sua vontade. O temporal não amainava. Entrou a bordo da «Capelo», já noite fechada. Deliberou iniciar a nova marcha ás três da manhã e, sob as torrentes, a coluna escolhida saltou em terra. Encharcaram-se logo os que iam para tão arriscada missão. Assim, sob a tormenta, decerto não os aguardariam. Aquela marcha ganhava proporções de um ardil de guerra. Atravessaram um pantano, atolados até ás coxas; enramparam numa vereda limosa e cheia de arbustos que formavam enredados obstáculos, mas os quarenta e sete homens, com seus quatro oficiais, não soltavam a menor queixa. Tinham-se votado á morte; o sofrimento não valia nada. Seguiam em ordem; os carregadores aguardavam-nos mais longe. Chegava a gerar pasmo ir desafiar o mais terrivel potentado africano, no seu ultimo reduto, com meio cento de brancos depauperados, lívidos, os cabelos crescidos, sempre os espectros dos avoengos da conquista, na selva, cumprindo o seu fado de sacrifício. E em volta, confiados na fôrça irradiada de seus olhos, pois só eles tinham energia, o milhar de negros, altos, espadaudos, rijos, fortíssimos, avançava, enquadrava-os, parecia escoltá-los, prisioneiros, para a aringa.

O espectáculo era estranho; aquele quadro impressionava. A soldadesca, esquálida e muda, segurava as espingardas; os pretos robustos, os corpos escorrendo água, resguardando da chuva as pontas das azagaias, tinham nas fisionomias fulgores dos archotes resinosos e, mais do que nunca, lembravam demónios, levando almas penadas para o seu inferno.

Toparam o povoado de Vinana; os cafres de Cuio, tio do Gungunhana, que se tinham ligado á hoste, lan-

---

(*) As praças que acompanharam Mousinho foram as seguintes:

Artelharia de montanha: 2.º cabo servente António Lopes, soldado Manuel Bento, Joaquim Coutinho, António José Ferreira e o corneteiro Braz Vitorino.

Artelharia 3: Soldados Manuel Mendrico, José Monteiro e António Cordeiro.

Artelharia 4: Soldados Eliseu Nogueira, Manuel dos Santos, Augusto Chibante e João da Silva.

Cavalaria 1: Soldado Joaquim Pedro

Infantaria 2: 2.ºs cabos César Augusto de Oliveira, José Ferreira, António Lourenço, Manuel da Silva, José Leonor, João de Sousa, Manuel Martins, Inácio Gonçalves, Caetano Maria Inocêncio; saldados Francisco de Oliveira, António Mestre, Francisco António, José Nunes Fernandes, Francisco dos Santos, José Domingos, António Jerónimo, José Cipriano e José Domingos; 1.º cabo Simão Inácio Palma, soldados José António, Pedro Costa, Joaquim Gomes, Manuel Lopes, Manuel Martins, Francisco Paulino, Inácio Guerreiro, Domingos da Silva Carneiro, Francisco Condeço, Inácio António Batata, Joaquim Duarte Mimo, José da Rocha e José da Purificação.

Polícia de Moçambique: Manuel Afonso da Silva Oliveira, soldado indígena de Luanda.

Caçadores 3 de África Oriental: Soldado Aleixo, indígena de Mazaro, Zambézia.

çaram-se no saque, aprisionaram as fêmeas e os pequenitos e Mousinho impusera-se; dera-lhes a liberdade e ordenara á cafraria que fôsse á frente, a ensinar o caminho do «kraal».

Chovia e fazia sol ao mesmo tempo e tão ardente ele era, sob os pingos da chuva, que os abrasava. A fadiga

GUNGUNHANA

começara a apossar-se dos brancos. Distanciava ainda esse enfeitiçado Chaimite e só ás onze horas da manhã perceberam que estavam perto. Dois vátuas coroados apresentaram-se humildes e com presentes. Eram os «indunas» Zaba e Sucanaca. Ofereciam quinhentas e sessenta libras e pontas de marfim para esperarem ali o régulo, desejoso de bom acôrdo. Mandou-os embora. Reforçou-se a marcha e ante a lagoa de Matacane fez-se um alto. A negralhada atirou-se ás águas claras; bebia de bôrco, ávida, sequiosa e, em breve, o lodo manchava a superfície, no turbilhão dos mergulhos dos indígenas.

Os brancos sofriam, ante o emporcalhado lençol líquido. Durante meia hora aguardaram que ele repousasse. O tormento da sêde marcava a sua disciplina. Ninguem se atreveu a beber. Armara-se o bivaque; pretos e europeus estavam na defensiva, quando de novo apareceu o «induna» Sucanaca, com Godide, filho do chefe temido. Fora general em Coalela; era muito novo e guardava um ar altivo. O pai enviara-o, medrosamente, como entregara Zixaxa, ele viera e ali estava, indicando num gesto os presentes ofertados, como uma presa de guerra: o gado, as mulheres, o dinheiro de Zixaxa que entregava, mostrando os bois corcovados, as negras tristes e as libras na larga palma da sua real mão. O imperador mandava-lhe pedir para não avançar e Mousinho, dum modo desdenhoso, declarava que se ele o fizesse esperar além da manhã fuzilaria ao Godide, seu filho e emissário. Nem um estremecimento agitou o príncipe negro e só quando o comandante declarou não seguir para o «kraal», por fadiga dos europeus, seus olhos luziram.

A's três da madrugada, ordenou o avanço. Duro ele foi pela terra adusta, sem vegetação; e era tal a pressa dos brancos que passaram adiante dos indígenas e toparam, ao alvorecer, as avançadas das «mangas guerreiras». As «aves brancas», o regimento mais querido do soberano, estava intacto e olhavam, sob as suas plumas, a minguada hoste portuguesa. Mas não era essa «empis» a que abria as alas e bradava para o ousado Mousinho a sua saudação real:

— «Baiéte, baiéte in c'ôce!»

Mais negros se curvavam, aderiam, diziam-se desencantados do feitiço do rei; antes acreditavam no dos brancos e iam ajudá-los.

E ao longe, entre marçala, montículos da formiga branca, árvores e sôbre as areias viam-se as cubatas da povoação.

Era Chaimite, a sagrada! Chaimite, a real; a Chaimite refúgio, jazida do grande Manicusse, fundador da dinastia vátua.

Agora ia ver o feitiço da audácia, a arte mágica da coragem sem fim. E largou-se para lá, quási de corrida. Na palissada que rodeava o lugar santo espetavam-se caveiras. Vinha um fartum de carne pôdre das bandas do vale. A entrada do povoado era tão estreita que só cabia um homem magro de cada vez e Mousinho foi o primeiro a passá-la, afastando os outros, seguido pelo tenente Couto e pelo médico, Sanches de Miranda, os soldados e o intérprete.

Alguns vátuas da última guarda fiel apontavama as espingardas por detrás da trincheira formada por paus e ramos. Já não chovia; o sol cintilava nos

canos das armas, fulgurando na fôlha da espada que Mousinho desembainhara para os acometer. Os brancos destruiam as palissadas e os negros não faziam fogo nem opunham resistência. Estavam frente a frente a negralhada e cinqüenta portugueses, que os do séquito já cercavam ameaçadoramente. O governador de Gaza preguntou:

— «Onde está o Gungunhana? Onde está?»

Os da côrte fugiam espavoridos e ele, penetrando no «kraal», chamou-o:

— «Gungunhana! Gungunhana!»

Ninguem respondia; no vasto pátio mal se respirava e o guerreiro, a grande figura naquela decoração fantástica, pedia um archote, logo aceso por um soldado, e ia incendiar a palhota quando surgiu um negro forte, espadaúdo, vestido de túnica, com a corôa na cabeça enérgica. Era altivo, orgulhoso e defrontava o chefe o Gungunhana famoso que encarava o bravo soldado. Passeara em volta o olhar, em busca de socorros dos seus e soltara um rugido, ao ouvir a ordem de Mousinho:

— «Amarrem-no!»

Iam avançar os militares; deteve-os com autoridade e, desprezador, sacudido, enojado:

— «Não; brancos, não... Dois negros...»

Os que acorreram não tiveram muito trabalho. Ligaram-lhe as mãos e ele gritou-lhe:

— «Agora, senta-te...»

Equivalia á destituição. Régulo sentado, ante o inimigo, é senhor destituido.

— «Está sujo o chão...» — redarguiu arrogantemente.

— «Senta-te!...»

E empurrou-o, lançou-o por terra, ao som da algarada do gentio, dos vátuas, dos próprios «indunas» que batiam com as azagaias nos escudos, em sinal de submissão.

— «Já não és chefe dos «mangunis»... Já não és régulo; não passas dum «matonga»... (*).

Agora sim; agora o grande imperador vivia pior do que os cães de seu destroçado império.

Por cima do arvoredo, no alto das palhotas, na entrada do pátio vasto os pretos enxameavam e zumbiam.

Passado o entusiasmo sentiu-se como uma tristeza a espalhar-se, feita de silêncio. Mousinho aproveitou-a para preguntar ao vencido pelos seus conselheiros. Apareceram, sem temor, dois deles: Quêto, tio do régulo, e Manhude, o favorito. Mahuzulo escapara-se (**).

Altivamente, aquele, se apresentou; com firmeza ouviu a ordem para o fuzilarem. Nem uma lágrima em seus olhos, nem um estremecimento em sua face. Deixou-se amarrar a uma árvore, endireitou o busto, chamou um sorriso aos lábios e só soube dizer:

— «Senhor: é melhor que não me prendam, que é para morrer melhor, para cair depois...»

— «Fogo!»

O negro acabara, cheio da beleza dum bravo. O vencedor dizia:

— «Não é possível morrer com mais altivez e maior heroicidade (***).

Depois vararam o outro e quando a última detonação soou, uma mulher negra, amantada em panos ricos, atirou-se de joelhos aos pés do dominador e sua voz, seus olhos, sua atitude tocavam, por doloridas e magoadas. Era Impincazamo, mãe do rei deposto; rojava-se a pedir o perdão do filho vencido, do neto, sem culpas, ali em Chaimite, no lugar sagrado, diante da sepultura de Manicusse, fundador da casa real. O imperador olhava-a serenamente; aguardava a palavra do chefe que, em vista dela ter sido sempre amiga dos portugueses, lhe concedia a vida dos seus e lhe doava a sua aldeia para lá viver e chorá-los. A viúva de Musila, em pranto, beijou a mão do vencedor.

Acabara a lenda do temeroso Gungunhana, na bravura bem diferente do antepassado sôbre cujas cinzas fôra orar e, em fidelidade, ao contrário do pai, que devera o trono aos brancos, á gente ousada de Portugal.

Agora, sim; agora — podiam dizê-lo, os indígenas — o grande imperador vivia pior do que os cães de seu destroçado império.

O eco das vitórias — Como numa apoteose e num capricho do destino

(*) Preto de raça vil.

(**) Só foi preso em fins de Janeiro de 1896.

(***) Mousinho. — Do «Relatório».

cantava-se, no S. Carlos, a «Africana», na noite de gala em que chegou a notícia do feito de Mousinho. Reboaram os aplausos quando o rei mandou ler o telegrama confirmativo da prisão do Gungunhana. Reboou o «Hino da Carta» e os espectadores, ante os soberanos, de pé, aclamaram-nos, ao exército e á Pátria.

A nova correra como um rio jubiloso. Inundara de venturas a cidade. Os oficiais despejavam champanhe, nos cafés, em honra do heroi; os civis saudavam-nos e brindavam a esse soldado de África, celebrizado num dia, ao ressuscitar a audácia dos portugueses antigos.

Acalmados os primeiros entusiasmos, o ministro da guerra, Pimentel Pinto, pensou em premiar o heroico capitão. Fôra nomeado ajudante de ordens de D. Carlos, o que o monarca lhe podia conceder por seu alvedrio; porém, sonhara para ele outra recompensa. Entregar-lhe Moçambique; deixá-lo a pacificar a colónia, mostrando aos estrangeiros, ao comêço incrédulos de sua arremetida, agora deslumbrados, que, finalmente, se sabia manter o património, o qual andara a proteger nas chancelarias, enquanto os seus soldados não o garantiam com as vitórias.

Tinha-se visto bem em Lourenço Marques o chefe vencido; soubera-se que seu tesouro (*) entrara na fazenda pública; assistira-se á sua passagem em frente das tropas e ao seu embarque para a metrópole e acabara-se por admirar o autor de tal proeza, mais do que aos seus predecessores, que foram, sobretudo, os chefes de Magul, a avançada exemplar que preparara Coalela.

Contudo, entre essas homenagens metia-se a política, detestada pelo bravo que começara a achar demasiado o cargo de governador geral para ele. Falava-se da sua temeridade; receava-se a sua entrada em novas emprêsas, como se julgassem terminadas as guerras africanas. Mas D. Carlos insistira e encontrara boa atmosfera com a chegada do «Zaire», no qual regressavam os expedicionários. Foi, com a família real, esperá-los ao Arsenal de Marinha, abraçou António Enes e Galhardo, Sousa Machado, Couceiro, Ornelas, Freire de Andrade, os outros oficiais. Perfilados, emagrecidos, pareciam duendes como os seus soldados, devastados pelas febres, mas aureolados pela glória. Iam recolher ao quartel do Vale Pereiro. O monarca montara a cavalo e partira para lá, a recebê-los. A rainha conduzira o comissário régio na sua carruagem, mas o povo mal compreendia o papel daquele paisano de barba grisalha, vestido de negro, e de luneta. Só tinha olhos para os militares definhados, de esmaecidos rostos, deveras alquebrados e aclamava-os delirantemente, febricitantemente. Ao major Sousa Machado tomaram-no ao colo e levaram-no em triunfo.

António Enes, que preparara o grande golpe contra o Gungunhana, ia conhecê-lo, decaido do seu poder, a bordo do «África», no Tejo, por uma manhã calmosa de Março, em sexta-feira e dia 13.

Envergado numa camisa ordinária, de calções, a coroa de cêra sôbre a carapinha, na qual se atanchava um pente de belo marfim, o régulo conservava uma atitude altiva. Engordara; guardava um ar de ídolo negro, de má sombra. As suas mulheres, envoltas nos panos, as pernas e os braços anilhados, rodeavam-no. Penteavam-se em grandes toucados, no tôpo dos quais se espetavam palitos enormes e marfíneos.

O filho de Godide, que estudara em Moçambique, falava português e apresentava o ar simpático dum pretinho moço e vivo a quem não se ligaria a ideia dum general, como ele fôra em Coalela. O Zixaxa, desconfiado, grave, só desmanchava a sua atitude ao falarem-lhe da guerra, e como supunha que ia ser supliciado atribuia todas as culpas ao chefe vátua que o mandara raziar. O decaido soberano negava essas ordens e pedia para falar ao rei; desejava receber o seu perdão e voltar ás suas terras, amigo dos portugueses. O Mahuzulo era um bruto, estupidificado ante os barcos, as águas,

(*) O tesouro constava de 2.012 libras e 10 shillings em ouro; 1 libra e 14 shillings em moeda inglesa e 1$500 réis em prata; dum frasco com 8 diamantes, sendo 3 grandes e 8 pequenos e aljôfares; 17 pontas de marfim, 6 grandes e 11 de pequeno vulto. Foram entregues á fazenda, por Mousinho, em 7 de Janeiro de 1896.

os marujos que formavam no Arsenal, e não dizia palavra. Subiram para as carruagens, nas quais as mulheres entraram primeiro, indo na última o Gungunhana, no lugar de honra, ao Godide, em frente do Zixaxa e do outro chefe.

Tropeava á sua volta um esquadrão da Guarda, em grande uniforme, de espadas nuas e o soba deposto lançava olhares sôbre a multidão que os aguardava desde a Baixa ao alto da Avenida. Iam para o forte de Monsanto. Mais de seis mil pessoas tomavam as ribas da serra para verem a presa de Mousinho.

D. Carlos enviara ao ilustre soldado um telegrama em que o saudava:

«Hoje, dia da chegada Gungunhana, renovo felicitações teu heroico feito.»

Quisera nomeá-lo governador geral mas continuara-se a contrariar o rei, por banda dos políticos.

Insistira e enviara-lhe logo a notícia quado se lhe antepusera o percalço de não ter a patente própria para o encargo. O chefe do estado quis que o promovessem a major, por distinção (**), a fim de o poder ocupar, e, efectivamente, assim sucedera (***), entre os clamores contra o ministro da guerra, o qual declarara não conceder o posto de acesso. Pimentel Pinto não pôde aguentar-se ante as críticas e demitira-se, atribuindo-se ainda ás suas teorias sôbre desenvolvimento militar a saida do govêrno e o seu sacrifício ao partido. Substituira-o o coronel José Estêvão de Morais Sarmento, regenerador por tradição de família e que vivera muito na política, andara sempre em comissões nos tribunais e nas secretarias, sem serviços de quartel, escrevera folhetos, fôra deputado e promotor de justiça, secretariara o Colégio Militar e ganhara fama de estudioso. O partido guindava-o ao ministério naquela hora em que desejava ainda segurar-se no poder e o rei nomeava-o seu ajudante de campo honorário, o que aceitara desvanecido, sentindo satisfeitas suas ambições de momento.

Como titular da pasta assistira á cerimónia da condecoração do coronel Galhardo com a medalha de honra da Sociedade de Geografia. O soberano quisera orar, livre do protocolo, pensando por sua cabeça, escrevendo ele próprio o discurso, não o aceitando das mãos de seus ministros.

Na sua voz de barítono, grave e de ricas entonações, saudava os bravos e dizia-lhes estar ali «por um impulso sincero da sua alma de patriota» a amortizar, assim, a sua enorme dívida de gratidão para com esses valentes soldados do seu País que encheram de fulgores e de consoladoras esperanças o seu coração ferido pelos infortúnios. Tivera já fundas amarguras o seu curto reinado; sentira-as dolorosamente pela Nação, que tanto estremecia e era seu orgulho; mas, enfim, voltavam os dias de glória; volviam os esplendores duma nova era com as façanhas desses bravos, cheios de heroismo que tinham ido á Africa glorificar o velho Portugal, afervorados no amor da Pátria e «não movidos do prémio vil».

Depois, sentidamente, acrescentava, nesse salão de S. Carlos, onde o escutavam os políticos, a côrte, os militares, a imprensa e até os inimigos:

«Revive em nós todos o nobre orgulho desta nacionalidade; reacende-se a crença e o esperança como quando os nossos galeões iam para a descoberta do mundo, «por mares nunca dantes navegados». O sentimento da Pátria ha-de mover-nos sempre a todos os sacrifícios, quaisquer que sejam, até derramar por ela a última gota de sangue. É esta a lição dos valentes que voltaram de Africa. Eu próprio, na hora do perigo, direi a meus filhos:

«Ide, parti. Segui o exemplo desses herois!»

Acabara. Soaram vivas de alma, entusiásticos; reboaram aplausos sinceros. A imprensa felicitara-o.

D. Carlos, colocada a medalha no peito do valoroso chefe e apertando-o ao coração, sentira-se ligado ao exército que se batera a completar a sua obra de diplomata. Nesse dia, o soberano, tendo falado livremente, cheio de comoção, de verdade e de fé, não soubera encobrir a sua felicidade, pois

---

(**) Promovido a major em 13 de Março de 1896, contando-se-lhe a antiguidade desde 27 de Dezembro de 1895, data em que iniciara o seu feito.

(***) Mousinho foi nomeado governador geral de Moçambique em 21 de Março de 1896.

eram bem raros os momentos de gozar tanta ventura.

Govêrno de Mousinho de Albuquerque — Mousinho de Albuquerque demonstrara não poder governar a colónia sem largos poderes, visto ser difícil mover-se na dependência do ministério do ultramar. D. Carlos insistira para o nomearem comissário régio (*) mas houvera hesitações e o «Correio da Noite» explorava com o soldado, dizendo que os do govêrno o tratavam de «desobediente, impudente e doido».

regenerador, que ele quisera fôsse de regeneração.

De facto, o govêrno mostrara-se assustado com a perspectiva de mais guerras em África; receara que o bravo combatente as provocasse para realizar mais feitos marciais. Ele, porém, após a prisão do Gungunhana, via-se obrigado a punir as audácias de outros régulos, ainda desconvencidos da fôrça portuguesa. Ao mesmo tempo o comissário régio de Moçambique criava a mais poderosa e bela das

JOAQUIM MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, EM LOURENÇO MARQUES, COM OS SEUS COMPANHEIROS EDUARDO COSTA, JOÃO DE AZEVEDO COUTINHO, GOMES DA COSTA, AIRES DE ORNELAS, ANTÓNIO MARTINS DE ANDRADE VELEZ, JOÃO GAIVÃO, ALFREDO BAPTISTA COELHO E DR. BALTASAR FREIRE CABRAL

Ele batera-se de novo e vencera os namarrais, mas acusavam os ministros de terem «ocultado, dias e dias, os telegramas», insinuando que aquele combate fôra uma derrota.

E assim preparavam o terreno os que o rei seria obrigado a chamar ao poder, em virtude da canseira de quatro anos de mando do ministério

escolas de energia. Os seus cativos, depois duns tempos em Lisboa, tinham sido encarcerados no castelo de Angra do Heroismo e ele voltava-se para os desobedientes. Pacificara a região de Maputo; fizera fugir o soba Guanaze e, á frente dos seus cavaleiros, apreendera gado, lançara o imposto de palhota, amedrontara os rebeldes e instalaram-se missionários na residência, em Santo António de Macassane, que António Enes mandara edificar.

Porém, irrequietamente, os namarrais, seguros duma fôrça que vinha

(*) A nomeação tem a data de 27 de Novembro de 1897.

da própria cidade, onde havia interessados na sua insubmissão, desafiavam e irritavam. Em Lourenço Marques, os que viviam do contrabando com aqueles indígenas e dos fornecimentos de armas, feitos por elevados preços, lançavam seus avisos acêrca do que se tentava como operações de guerra e o gentio resistia, conhecedor do ambiente e dos adversários. Formavam um povo feroz que podia mobilizar e armar mais de três mil bons guerreiros, ligando-se, ainda, com os macuas; e como a guerra era sempre feita por ciladas, de dentro de florestas e nunca em campo aberto, contavam com toda a fôrça de suas arremetidas. Tratava-se de ir ao território namarral bater o xeque de Matibane. Mousinho tomara o comando e levava por chefe do estado-maior o tenente Aires de Ornelas, que desde Marraqüene prestara seus serviços de soldado, de organizador e até de diplomata. O sub-chefe era um valoroso soldado de artelharia cujo lema de obediência e estrito cumprimento dos deveres o tornava magnífico elemento de acção. Chamava-se António Martins de Andrade Velez e era primeiro tenente.

O Maguiguana — Um moço alferes de cavalaria, Ernesto Vieira da Rocha, irmão do brilhante marinheiro que comandara a «Bacamarte» sob os traiçoeiros ataques, sobretudo do «Finish», agora preso, ocupava o cargo de ajudante de campo. O chefe dizia que ele «nascera de botas e esporas». O outro ajudante, Henrique de Almeida Tocha, também pertencia aos cavaleiros denodados dessa época. Dirigia os serviços de saúde o cirurgião de cavalaria 4, Ferraz de Azevedo; comandava os auxiliares o mais resoluto e sereno dos oficiais, o intrépido José Xavier Teixeira de Barros, então alferes de caçadores, e o alferes Perry da Câmara chefiava o comboio. A artelharia confiara-se ao primeiro-tenente Pinto de Almeida; a cavalaria ao capitão Silva Viana; os caçadores a José Vicente Cansado; a companhia de guerra provincial a Santos Calado, também capitão. Entre os oficiais ia o bravo Manuel de Oliveira Gomes da Costa, que, após a cura da sua ferida feita pela bala do jornalista indiano Constâncio Roque, pedira um lugar no exército que se batesse. A seguir aos feitos de Satary, na Índia, queria ilustrar-se na África.

Iniciou-se a marcha em Outubro e ao entrar-se no caminho do mato sentira-se ser bem diferente o modo de guerrear dos vátuas e dos namarrais. As balas choviam dentre os arvoredos frondosos, brotavam dos liames espessos e da floresta imensa, vinham dos recôncavos misteriosos da selva inexplorada e, sob a sua acção, avançara-se a muito custo, até á machamba de Mujenga. Formou-se o eterno quadrado das guerras africanas. Tratava-se de alargar caminho, galgar distâncias, topar de frente o inimigo; porém, os projécteis sibilavam rijamente e caira o sargento Alvim, de caçadores 4, logo na primeira escaramuça. Dezanove soldados ficavam feridos gravemente e Mousinho, tomando um pelotão de cavalaria, decidiu-se a ir desbravar a passagem, quando um dos seus camaradas o interpelou:

— «V. Ex.ª é o comandante e não um simples oficial de cavalaria, para assim se querer expor.»

Compreendeu a justiça da observação; embainhou a espada, num arremêsso; repuxou as abas largas do chapeu de campanha e entregou a missão a Aires de Ornelas. Ele cumpriu-a. Enristaram-se as lanças e penetrou-se no mato.

Foi dificílima a travessia entre aquelas plantas ligadas por verdadeiras barragens vegetais. Caíam os cavalos, quebravam-se as hastes das lanças e os negros surgiam, a alvejá-los, para logo se sumirem na terra do matagal das surpresas. A temeridade dos cavaleiros coisa alguma adiantara. A fuzilaria era imensa e os desastres sofridos demonstravam a inutilidade de nova aventura.

Largaram do quadrado o alferes Rocha, com os indígenas e Andrade Velez, com caçadores 4. Sofreram o tiroteio mas desbravaram parte do campo, quando tiveram que acorrer a outro lado, em virtude do inimigo atacar o precioso comboio de víveres e munições.

A grande tortura da guerra africana estabelecia o seu horror. A sêde devorava os soldados. Os guias diziam ignorar os sítios onde havia agua nessa povoação de Ibrahimo, na qual penetravam. Encontraram poças mesquiquinhas. Dessedentaram-se os que puderam e tornou-se ansiedade beber novamente. O intérprete Mussá apresentou um indígena, o qual se dizia dis-

posto a ensinar onde havia autenticas cacimbas que para todas as sêdes chegariam. Alguns soldados o acompanharam, mas, a certa altura, ele fugiu e logo as balas zuniram contra os portugueses. Os adversários, escondidos, visavam os oficiais e de preferencia a Mousinho, como se o tivessem reconhe-

ALFERES VIEIRA DA ROCHA

cido e ao qual Gomes da Costa advertia.

No mesmo instante duas balas alcançaram o chefe e o oficial que estava a seu lado, a fazer-lhe notar a bravura do ataque.

Este recebera um projectil de raspão, num pé; o comissário régio fôra atingido na coxa e ainda no peito do pé; Aires de Ornelas recebera várias contusões e entre elas uma, na mão direita, quando estava escrevendo.

Decididamente, os namarrais sabiam o que desejavam. Deviam estar entre o inimigo alguns dos mouros e dos índios frequentadores de Lourenço Marques, interessados na vitória dos indígenas.

Não fôra de vantagem a entrada dos portugueses no mato. Ia aproximar-se a noite e havia mortos insepultos.

O quadrado estava perfeito; receava-se a traição do inimigo, mas saía-se do reduto para enterrar os valentes caídos na refrega cavilosa.

Um padre, o reverendo José da Cruz, que voluntariamente acompanhara a coluna, disse as orações fúnebres. Mousinho, descoberto, elogiou esses bravos e o pelotão de caçadores prestou-lhes a homenagem das duas salvas, com balas dirigidas contra os cafres.

A noite envolvera tudo, noite densa, misteriosa do sertão e, de repente, uma fuzilaria soou, e tão cerrada era ela que chapejava de luz o quadrado. Depois rompeu o luar, um magnífico luzeiro celeste de apoteóse e os alvos ficaram mais em fóco. As descargas continuavam e, no intervalo delas, os negros ameaçavam, endemoninhados, num vozear alarmante:

«— Já não saem... Já não saem... Não bebem agua... Não tornam a beber; não...».

Seguia-se a fuzilaria; depois paravam para a recomeçarem até que, ao romper dalva, fizeram um verdadeiro ataque, ruídoso e movimentado. Apareciam milhares de inimigos armados e a coluna operou uma retirada, sob os tiros. Os soldados estavam cheios de cansaço; escasseava a agua; o avanço era impossivel e, então, ao som dos urros, dos chascos e dos terriveis fogos ordenados se operou, pelo mato, a marcha demorada. Levou-se duas horas a saír da floresta e a cada pàsso se expunham as vidas porque o gentio, bem oculto ou empoleirado, audaz na cilada, visava e conseguia seus fins. O jóvem alferes Vieira da Rocha, que não se poupava, já fôra atingido num pulso. A guarda da retaguarda, a mais exposta, tivera que ser rendida três vezes. Gomes da Costa e Velez conservaram-se muito tempo no lugar do perigo, junto dos caçadores, e assim, com um horrivel tormento sempre em perspectiva, se pretendia chegar ás veredas. Dois oficiais muito moços conduziam os seus homens, como se fôssem para um exercício. Eram os alferes Passos Ribeiro e Viegas.

Percorreram deste modo vastos quilómetros no matagal; jamais deixou de se ouvir o tiroteio acossador. Um tenente, Gomes Paulo, que comandava a defesa, no coice da coluna, obrava prodígios para aguentar o gentio que surgia a pequena distancia e só retirava após violento fogo. Rondava em volta deles a traição; abrigava-se até nas suas fileiras. O chefe dos guias,

Charamandane, era tanto pelos namarrais que trazia ao pescoço um saquinho, no qual guardava o «feitiço contra os brancos».

Volviam-se ao quartel general da Cabaceira, após os enormes riscos, mas sem poderem arvorar o estandarte das habituais vitórias.

Ao mesmo tempo sabia-se que o régulo Fareley e o sultão de Angoche se rebelavam.

A guerra tinha que se fazer feroz, sem quartel, para não se despresstigiarem as armas portuguesas.

Eram estas operações que a Imprensa, em Lisboa, criticava e Mousinho enfurecia-se; clamava e, nos seus relatórios, pedia ao Governo que proíbisse as «autorizadas opiniões» dos «estrategicos» de Lisboa» e lhe enviasse mais tropas.

Devia sangrar o coração do soldado. Juntaram-se á coluna de operações de Moçambique os valorosos marinheiros recem-chegados, sob o comando de João de Azevedo Coutinho, cujos feitos o tinham sagrado benemérito da Patria. Pertenciam a essa hoste brava o primeiro tenente Caroliano Ferreira da Costa, os segundos tenentes Moreira da Fonseca e Sousa Birne e uma ala brilhante de guarda-marinhas, ansiosa de se bater, composta por João Pinto Roby, um futuro heroi; Manuel Ferrão Castelo Branco, depois conde da Ponte, leal e bravo; Fernando de Magalhães e Meneses, que seria conde de Vilas Boas, um romantico espírito de batalhador; Alberto Vaz Guimarães e Sebastião Casqueiro, que não desmereciam de seus camaradas. A artelharia foi entregue ao capitão Monteiro Guimarães, o qual levava por subalternos os tenentes Dias Rebelo, Pinto de Almeida, Borges Sequeira e Plantier Martins.

O já experimentado Silva Viana chefiava a cavalaria, tendo como seus oficiais os tenentes Rocha e Sá e José Augusto dos Reis. Íam os mesmos caçadores, o capitão Cansado, Gomes Paulo, Pires Viegas, Passos Ribeiro, Faria Tenório e com infantaria 4 Rudolfo Augusto de Passos e Sousa, o tenente João Francisco e o alferes Nunes de Andrade. A companhia de guerra da província ía bem servida de oficialidade, sob as ordens de Santos Calado e com Rodrigues Lage, Pereira Pinto, Augusto Cesar Côrte Real, Thesauro de Mendonça, Luiz Augusto Pimentel, Viana de Andrade, mulato, decerto orgulhoso de andar entre os brancos fazendo a guerra. Teixeira de Barros não largava o comando dos auxiliares e bem assim Gomes da Costa, capitão-mór do Mossuril. Perry da Camara dirigia o comboio com o seu camarada Salustiano Correia e o primeiro tenente de artelharia, competentíssimo e de muito boas provas, Alfredo Baptista Coelho. Os médicos eram Ferraz de Azevedo, João José Marques e Costa Araujo e da marinha Barroso da Silveira. Os serviços administrativos estavam a cargo do comissario naval Ernesto Ribeiro da Fonseca.

SANCHES DE MIRANDA

O estado-maior era o mesmo: Mousinho, Aires de Ornelas, Andrade Velez, Vieira da Rocha e Henrique Tocha.

Queria-se infligir aos negros o castigo pelas correrias que não paravam jamais.

E, no entanto, o comissario régio era obrigado a deixar as operações para ir a Lourenço Marques resolver certo conflito provocado pelo consul da Alemanha. Primeiro, este, tivera uma questão com o chefe, na «gare» do caminho de ferro, sendo ferido pelos empregados. Mandara-se fazer um inquerito; porém, isso mal satisfizera o provocador, deveras antipático aos portugueses. Parecia indispô-los propositadamente.

A' passagem duma procissão, os devotos tinham querido obrigar a descobrir-se dois muçulmanos, emprega-

dos do consulado e, ante os seus clamores, aparecera o germanico que enterrara hostilmente o seu chapeu na cabeça. Em breve ficavam estilhaçadas as vidraças, á pedrada; foi atingido o escudo alemão. Começaram as reclamações diplomaticas. O couraçado «Condor» partiu do Natal para Lourenço Marques, numa ameaça; e quando o governo ordenou as satisfações necessarias, Mousinho encarrancou, deliberando não obedecer. Teria que dirigir-se á residencia consular; depois o ofendido retribuir-lhe-ia a visita; o navio-chefe português saudaria a bandeira alemã e o pavilhão nacional receberia uma salva de honra, por parte do couraçado germanico. O comissario régio protelara a desculpa mas recebera um telegrama do Rei, indicando-lhe o seu dever ante as razões da politica internacional.

Desprendera do peito da farda a Torre Espada, o hábito de Aviz e as medalhas militares das campanhas, só deixando a Aguia Vermelha, da Prussia; e assim, a cavalo, com o estado maior, atravessara as ruas e apeara-se á porta do consulado. Subira e receberam-no perfilados ante a sua condecoração que o guindava ás maiores honrarias. Apresentara as desculpas. Foi visitado pelo consul, conforme se combinara e ao saber que deixaria a cidade africana enchera-se de júbilo. Voltara para os campos da batalha.

A coluna, com os marinheiros de João Coutinho e os auxiliares de Gomes da Costa, ocupara Naguema. Abrira-se caminho para Ibrahimo; edificaram-se os pontões e Mousinho, num rompante, galgara-os, numa temeridade. Os oficiais detiveram-no respeitosamente, ao verem-no embrenhar-se no mato. O reconhecimento foi tentado pelos auxiliares. Desbravaram terreno; o seu energico chefe levava-os á gloriosa faina de alargarem a passagem para as forças regulares. Desta vez os namarrais fugiram. A artelharia rechassara-os, enchera-os de medo com seus estilhaços de granadas e, ao cabo de trabalhos sem conta, destruira-se a povoação de Ibrahimo. Ali o comissario régio, numa carga magnifica, desbaratara os que tentavam ainda a defesa.

Começara a desmoralização dos negros, ante o primeiro feito. Outros seguiriam. Eles faziam sempre o seu roteio; batiam-se, no seu processo de emboscada, mas com segurança. Enquanto o tenente Sequeira, em fogo aberto da sua peça, os obrigava a retirar, Mousinho mandava persegui-los pela cavalaria, em cuja carga entrava o seu ajudante Vieira da Rocha.

O derradeiro refugio dos namarrais era aquele ponto de Mucuto-mano, para onde Azevedo Coutinho conduziu os marinheiros. Acaudilhavam-no o segundo tenente Birne, Manuel Ferrão e Guimarães, guarda-marinhas, bem como Gomes da Costa, no seu bando, este receoso, ante a enorme algazarra dos inimigos reduzidos ao ultimo entrincheiramento. Tomar a povoação constituiria o enorme, o definitivo triunfo.

Cada vez era mais denso o matagal e de dentro dele as balas varejavam os atrevidos marujos que não recuavam. Chegaram a sentir tocadas pelos projectis adversos as coronhas de suas espingardas. Quando regressaram ao quadrado retomou-se a ofensiva, com infantaria e artelharia. Na floresta abriam clareiras os estilhaços das balas das peças de montanha. Os tiros dos cafres atingiam algumas praças e continuavam valentemente a sua defesa. Custava imenso penetrar nos labirintos enleados de plantas espinhosas; porém, tentava-se a aventura, contando com as granadas. Chegou-se assim a Mujenga. Tomara-se Naguema e Ibrahimo e instalaram-se as forças. Restava esperar a submissão do inimigo. Mousinho mudou para Matibane o seu quartel general; erguera-se um fortim em Itoculo e avançara-se noventa quilómetros para o interior. Entregara-se o distrito de Moçambique ao governo de Eduardo Costa, o qual fazia a ocupação definitiva da terra dos namarrais.

A escola de energia e de valor dera os seus resultados mas não íam bem as coisas das bandas de Gaza, onde os partidários do Gungunhanha se movimentavam, ás ordens do antigo chefe de guerra, o terrivel Maguiguana.

O comissario régio entregou a Gomes da Costa o governo da região.

As armas portuguesas tinham sido vencedoras na luta contra os namarrais; a Europa sentia a força do heroismo daqueles soldados e marinheiros.

MOUSINHO DE ALBUQUERQUE

CAPITULO XLIX

GLÓRIA E AGONIA DE MOUSINHO DE ALBUQUERQUE

Do seu governo aos ataques — Apoteose e intrigas — Suicidio do heroi

Novas guerras — As vitorias de Mousinho e dos seus companheiros e as manifestações de que fôra alvo, não só em Portugal mas no estrangeiro, tinham produzido um resultado inverso do que sucederia em qualquer outro país. Quasi se anatemizavam os herois. Dir-se-ía pairar uma inveja colectiva. Os políticos receavam o prestígio dos grandes soldados. Entretanto, sucediam-se novos triunfos.

Prazos de Sena — João de Azevedo Coutinho governava a Zambezia (1897) quando o régulo Cambuemba, á frente do gentio da Guengue, Gana, Maganja e dos subditos do muzungo Jizi, se rebelou querendo impedir a marcha dos portugueses. O governador pôs-se á frente duma coluna, levando como chefe do estado maior o tenente de engenharia Delfim de Miranda Monteiro e como comandante de artelharia o capitão Massano de Amorim. Pelo Zambeze subiam as lanchas «Cuama», «Cherim» e «Obuz», ás ordens do tenente Miguel Vaz de Sampaio. Os adversarios queriam mover-se na Gorogonza, mas debalde por ali esperaram auxilio. Atacou-se a aringa de Mavuca, tendo fugido os seus defensores sob o intenso tiroteio. O muzungo Jizi submeteu-se. Buscou-se o chefe rebelde na Marôa, mas fugira. A perseguição foi uma verdadeira temeridade, pois muitas vezes se travou fogo até se avassalarem os povos. Arrasaram-se as aringas e ocupou-se o territorio, submetendo-se depois (1898) a Maganja da Costa, em cuja luta se distinguiu o capitão Massano de Amorim, grande auxiliar de Azevedo Coutinho.

O Barué, porém, prosseguia na rebelião.

O Mataca — Era um sultão, que se estabelecera na Moemba, este Mataca que vira dominado o poderoso Cuirássia, sob o poder de Antonio Maria Cardoso (1885) quando fôra preciso marcar a influencia portuguesa no Niassa. Nem isto o intimidara. Fizera correrias ousadas e trucidara o tenente Eduardo Valadim, que se lhe apresentava como embaixador.

Matando o aspirante de alfandega Almeida, que acompanhava o delegado, deixara que partissem os do sequito para dizer do seu acto aos portugueses, num desafio.

Crescera em fama o audacioso sultão, contra o qual se mandou, por ordem do governador Alvaro Ferreira, uma coluna do comando do major Manuel Sousa Machado. O alferes Augusto Rodrigues chefiava um pelotão de cavalaria; o capitão Cabral de Quadros a artelharia e o seu colega Ferreira Braklami os infantes.

Partiu a expedição de Lourenço Marques e depois duma travessia enorme, na qual houve encontros formais, chegou-se ao ponto de batalha mais sangrenta.

O sultão tinha organizado verdadeiras regiões militares; as suas aldeias mostravam um ar diferente das congéneres doutras terras.

A peleja de Metenculo foi encarniçada; na Inhama desbaratou-se o inimigo e chegou-se a Nepula, dominando-se o régulo Quamba e, por fim, á propria capital do Mataca, onde não toparam o régulo. Destruiram-se todas as povoações dos seus aliados e

familiares, Chacuma, Chimunga, Chipota, entrando-se em Chiloma. Levantou-se em Amaramba o forte D. Carlos I, e no ano seguinte (1900), construiu-se o denominado D. Luiz Felipe, em honra do príncipe herdeiro.

O Mataca refugiara-se noutro territorio, onde não foi perseguido, e tornou a raziar, andando em constantes assaltos. Chegava até ao forte de Metanica. Depois desaparecia na selva, onde dificilmente seria encontrado.

Azevedo Coutinho vencera, tambem, na Maganja da Costa.

Apoteose de Mousinho — Inaugurara-se a nova sede da Sociedade de Geografia na rua de Santo Antão e el-rei D. Carlos nessa sessão solene dissera comovidamente (8 de Julho de 1897):

«Que Deus proteja aqueles que ainda estão lá fora honrando o seu País, defendendo a honra da bandeira nacional e que eles voltem cobertos de gloria como os que os antecederam no regresso».

Era no Centenario da Descoberta do Caminho Maritimo para India.

Mousinho ía regressar como um heroi á antiga, coberto de gloria e aguardado pelo País, com arrebatamento. Os ares estavam tingidos de róseo, para ele; perceberam os atacantes como seria imprudente hostilizá-lo e correram, a acolhê-lho, os do ministério e outros.

Os ecos da Madeira traziam vozes apoteóticas; Lisboa embandeirara. Organizara-se uma flotilha para o ir receber, como a um triunfador, a bordo do «Peninsular», onde viajava. Era em Dezembro mas o sol aparecera, como a resplandecê-lo. Entraram em Belem os delegados das corporações do comercio e a familia do heroi, os amigos e delegados de várias colectividades, a saudarem-no, e quando o vapor, buzinando sob os seus arcos de signas e pavilhões, parou em frente do Arsenal, viu-se, ao longe, cintilando na luz, como que a barquinha de oiro da fama, a galeota real que o Rei lhe enviara para o trazer até á ponte onde ele estava, com o filho, príncipe de nove anos, para lhe mostrar o maior soldado do seu País.

O heroi saltou para a escada limosa; D. Carlos desceu um degrau, ao seu encontro, e quando o viu curvado para lhe beijar a mão recebeu-o nos braços, agradecido e feliz, sem o deixar fazer a vénia da etiqueta.

Num rumor de alas que se abriam, de espadas tilintando, diante das cintilas das comendas e dragonas, das fardas bordadas e dos chapéus armados, eles passaram, lado a lado. Atrás seguiam ministros, generais, militares de terra e mar, a Côrte, os políticos, como súbditos de ambos, do Rei e do soldado que assegurara o domínio das terras de Africa, com suas proezas retumbantes pela Europa fora e já malquistadas em sua pátria.

Entraram na Superintendencia do Arsenal e D. Carlos disse-lhe logo que devia ir agradecer aos governos da França e da Inglaterra os emboras enviados a Portugal, por suas vitorias e á Alemanha penhorar-se ante o Kaiser pela grande honra que lhe dera, ao condecorá-lo com a Aguia Vermelha. Seria como a figura lendária da Pátria ressuscitada, aparecendo pelas terras que a tinham desdenhado antes do seu feito.

Compreenderam-se ambos; palpitaram na mesma aspiração. Novamente o Soberano o cingiu ao peito diante de todos, para que vissem como lhe queria e o admirava e Mousinho recebeu o amplexo do Príncipe, fardado de aluno do Colégio Militar, loiro, de olhos admirados para aquela glória, de face trigueira, que o roçava.

Chegada de Mousinho a Lisboa — Trouxeram um belo cavalo para o vencedor. Ao seu lado direito, nas suas magnificas montadas, colocavam-se o general Queiroz e D. Afonso; no esquerdo íam o comandante da divisão, visconde de S. Januário e Antonio Campos, chefe da brigada.

Seguiram-nos oficiais de todas as armas, num cortejo brilhante de plumas esvoaçantes, multicolôres, fúlgidos de medalhas e dragonas. O exército parecia renascer ao contacto mágico do soldado valoroso. E assim, ao som das aclamações do povo apinhado no Corpo Santo, no Cais do Sodré, no Aterro, o heroi passou, grave, solene, sem acusar comoção no rosto, levando-a na alma, fazendo a sua continencia á multidão que, no admiravel instinto de todas as turbas, vivava o grande homem que, ao fazer as guerras, condenadas pelos políticos, defendia as colónias que os estranhos ambicionavam.

Os vivas ressoaram até á rua das

Trinas, onde o bravo residia. Aglomerou-se gente á sua porta; o exército aclamou-o. Seria um árbitro, se quísesse.

Daí a pouco José Luciano de Castro aparecia, a saudá-lo, em nome do governo. Acompanhavam-no a esposa D. Maria Emília Seabra de Castro e as filhas. As salas foram pequenas para receber tanta gente de representação que queria ver o lendário dominador dos vátuas. Os edifícios iluminaram; realizou-se um «Te-Deum» na Sé, em graças de suas glórias e quando o heroi chegou e o quíseram conduzir para um lugar de honra ele recusou e meteu-se entre os seus camaradas. Soldado, junto de soldados, devia aterrar mais os políticos que, como Napoleão dissera, na hora do seu trespasse, receavam sempre «ver muitos militares juntos».

Depois a Sociedade de Geografia recebera-o e na presença do Rei lhe entregaram as medalhas com que o premiavam. Nesse momento, D. Carlos disse-lhe quanto admirava o guerreiro vindo de tão rudes batalhas para a alma da Nação:

«Já vão passados dois anos desde que um fremito de alegria percorreu Portugal de norte a sul; foi quando chegou a notícia das nossas primeiras vitorias alcançadas em Africa por um punhado de valentes. Esse fremito, porém, cresceu e transformou-se num verdadeiro entusiasmo com o feito de Chaimite e o aprisionamento do Gungunhana. Foi esse heroico feito praticado por Mousinho de Albuquerque, o qual tendo partido para a Africa simples capitão de cavalaria, apenas conhecido pelos que, como eu, se honravam com a sua amizade, voltou dali um heroi coberto de aplausos de todos, merecedor do espanto geral pelas suas qualidades de soldado que o tornaram digno da legenda da condecoração que traz ao peito:

— «Valor, Lealdade e Mérito, Pátria e Rei».

Por bem servir tenho o infinito prazer de entregar a Mousinho de Albuquerque as medalhas que gloriosamente ganhou».

Colocou-lhas no peito, entre as manifestações; quís honrá-lo com um jantar no Paço, rodeado de duzentos e quarenta e cinco convivas; desejou que todo o País o visse e ele saíu para Leiria, sua terra, para Aveiro, Coimbra e Porto, onde o aclamavam e lhe ofereciam banquetes, homenagens, espadas, esporas de oiro, missas campais e o exército o erguia, como á sua maior glória.

Quando regressou encheu-se de clarões a noite de Janeiro, ao passarem centenas de cavaleiros segurando archotes e levando balões espetados nas pontas das lanças, para desfilarem diante do lar do vencedor, cujo triunfo enchia Portugal.

Reinava um intenso delírio; soldados, sargentos, oficiais vivavam-no e ao Rei, ao som das charangas e o povo aplaudia aquela cavalgada feérica, teatral, deslumbradora,

Depois, Mousinho, em Março, partiu para Paris com o seu ajudante Manuel Ferrão Castelo Branco, conde da Ponte. Recebeu a Legião de Honra, por seus feitos; em Londres condecoraram-no com as insígnias de S. Miguel e S. Jorge e o Kaiser, que fôra o primeiro a enaltecer-lhe o valor, ao dar-lhe a Aguia Vermelha, acolheu-o como um soldado acolhe outro, ao qual vota honras principescas.

Entretanto, no Parlamento, Mariano de Carvalho, já esquecido do seu grande cheque e cada vez mais audacioso, interpelava o governo acêrca das concessões de terrenos feitas em Chaichai pelo valoroso oficial que dizia ter conhecido em 1890, quando ele queria ir prender o Gungunhana com o capitão Geraldes, digno émulo de Caldas Xavier e que tivera essa ideia brava. Sabia-o pobre e incapaz de tráficos; porém, devia haver quem tentasse explorações á sua volta, como sucedera com Fontes, Saldanha, Loulé e Passos. Daí o entender que só com a sanção parlamentar se deviam reconhecer aqueles direitos aos terrenos coloniais.

Luiz de Magalhães, filho de José Estêvão, amigo de Mousinho, demonstrara que ele apenas fizera arrendamentos e coisa alguma concedera definitivamente. Chaichai caducara; o monopólio da lotaria das corridas de cavalos interessava o Estado, porque era destinada á beneficência; e exclamava:

— «E' preciso acabar com essa lenda que faz do comissario régio de Moçambique um façanhudo ditador».

Não o escutavam e logo, arrebatado, cheio de indignação, pedia ao governo para permitir ao valoroso com-

patente a entrada no Parlamento, a fim de explicar os seus actos e a sua obra administrativa.

O enaltecido vencedor estivera, tempos antes, em casa do presidente do Conselho que lhe prometera a concessão de meios de que carecesse para governar, afirmara a sua desconfiança em certos funcionários e abrira-se com ele, a ponto de lhe dizer que «na vida política não deshonram ardis e enganos que deslustrariam qualquer homem na vida particular».

mas o chefe progressista, num arranco, declarou:

— «Nunca consentirei isso. O governo perfilha os seus actos e toma a responsabilidade deles».

Passou um rumor. A guerra era mais difícil ali do que no sertão, através de todos os perigos, dos pantanos, das ciladas e azagaias e das traições do clima e do inimigo.

Demissão de Mousinho de Albuquerque — Agora a grande questão era o cerceamento dos poderes de Mousi-

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA — 1897

No Parlamento, outro deputado, Luciano Monteiro, preguntava os motivos porque estavam presos, sem culpa formada, os indigitados fornecedores de armas aos namarrais; ajudava-o Mariano de Carvalho e a campanha avançava intensamente, sentindo-se o desejo de Dias Costa, ministro da marinha e ultramar, em reduzir as garantias de que gozava o alto comissário de Moçambique.

Luiz de Magalhães solicitava que lhe abrissem as portas da Camara, só numa sessão, para se justificar, ante os políticos, a grande figura nacional,

nho, ao que se atrevera Dias Costa, mal o sentira longe. Tinham-lhe prometido tudo; soldados, navios, munições e aconselhavam-no a esperar ou a modificar seus planos, ao saberem a distancia o heroi nacional. Ele, na sintética forma dum chefe, redarguira: «Pedi marinheiros, não pedi conselhos!».

Lavrara-se o decreto. José Luciano, acirrado, receoso das iras de Mariano de Carvalho, temendo a oposição, na qual Luciano Monteiro ocupava um posto decisivo na campanha, com seu talento de advogado, fizera questão

da medida que se pedia contra o comissário régio. D. Carlos resistira; o presidente do Conselho mostrou-lhe as razões constitucionais, falou-lhe da inutilidade de mais temeridades, esquecido da campanha do «Correio da Noite» contra os regeneradores no momento em que estes buscavam limitar a acção do ilustre soldado. Todos o receavam mais coberto de glória no futuro; queriam desbastar os ódios contra os gabinetes, servindo as clientelas que sentiam em Africa a justiça nas mãos duras do guerreiro, embora, por vezes, fora dos códigos. Tornavam-se, então, muito zeladores das liberdades de além-mar e não havia maneira de o remeter para um meio termo. Cultivavam a liberdade colonial, julgavam já desnecessárias mais guerras e pretendiam dirigir da metrópole o celebrado chefe.

Mousinho, ao ler o decreto que o jungia ao ministério do ultramar, demitira-se. Telegrafara para Lisboa, desde logo, magoado, sentindo-se, pela primeira vez, vencido. Respondiam-lhe com manhas e ardis. O Soberano novamente insistia para o deixarem no seu pôsto e o presidente do Conselho respondia ao melindrado:

«Depois d'ouvidos El-Rei e os meus collegas não é concedida a exoneração que V. Ex.ª pede, porque nem a El-Rei nem ao governo, deixou V. Ex.ª de merecer confiança e o decreto, por fórma alguma, importa censura aos seus actos.»

Ele, porém, não se conformava. Ou lhe davam todos os poderes a-fim-de não se deminuir ante os que mandara, até então, discricionariamente, ou regressaria. Deviam, pois, restabelecer as atribuições conferidas a António Ennes, em 1895. Mandar-lhe-iam médicos, sargentos, oficiais, de que carecia; aprovariam o quadro das promoções que propusera e bem assim o que fôsse necessário para realizar as obras do pôrto de Lourenço Marques.

De outra forma não se consideraria mais comissário régio.

Debalde lhe apresentavam paliativos; inutilmente punham em confronto seus poderes e os dos ministros; não os escutava. Teimava. Ou lhe davam o que pedia ou a demissão. Trocaram-se mais telegramas; tentaram-se conciliações que êle repelia, indignado, declarando querer agir «sem necessidade d'auctorisações prévias», embora participasse e explicasse seus actos. Não admitia mais tergiversações e o chefe do govêrno aceitava-lhe a exoneração.

Coube-lhe a vez de escrever. Tomou a pena castiça e franca como se fôsse um sabre de honra magnífico e bravo e não fêz queixas, ulcerou; não se pranteava, expunha altivamente suas razões, na carta a José Luciano.

Mostrava a sua lealdade; relembrava o seu passado, a maneira porque procedera e disse que «com valor e merito julgou El-Rei que o servira.»

Ele, soldado de velhas crenças, todo embebido na história antiga, não se recordava de que os soberanos de hoje não podiam, como os antigos, ser os árbitros da sorte de seus vice-reis.

Que o monarca o mandara ao estrangeiro a receber distinções; que lhas tinham concedido na Inglaterra e na Alemanha, como raramente sucedera; que o próprio govêrno o felicitara. E invocava, sempre, El-Rei — ele soldado de família constitucional — como se em épocas absolutistas vivesse.

Contava como a colónia festivamente o acolhera; narrava os seus trabalhos no meio dos quais o encontrara o decreto que «pretendia desautorisa-lo». Declarava que se não tinha oficialmente autoridade o conservava, de facto, pois nem portarias ou decretos a poderiam abalar.

«Adquirida unicamente á ponta de espada e á custa de trabalho, só um acto meu, que destacasse do meu procedimento anterior, a poderia diminuir ou deitar por terra; e esse, mais uma vez aqui demonstrei que não praticaria.»

Até este ponto era a mágoa que se manifestava; a desilução de sua alma de guerreiro que se imaginara intangível, ao criar nas colónias uma escola de energias. Seguia-se a análise do papel a que o reduziam, uma acção de mero expediente, quando carecia de largas atribuições para a salvação da província. Sempre assim pensara. Chegara o momento da explosão do seu grande e bem justificado orgulho.

Condenava os refalsados. Apresen-

tava-se em toda a sua maneira de ser, afirmando convicto:

«E em resumo, Ex.mo Sr., a minha superioridade consiste em ter só uma cara.»

Mostram como o tinham traído, ao contar:

«Foi necessario que eu, em Lisboa, falasse com os representantes da Inglaterra e da Allemanha, para chegar ao conhecimento do que a tal respeito (a concessão de Catembe) se passava! Não ha duvida que esta é a maior prova de confiança que o governo podia dar a um funccionario de cathegoria superior.»

Lançava-se contra Dias Costa — o ministro do ultramar — que se reconhecia, ele próprio, incompetente e narrava numa rudíssima franqueza:

«Mas v. ex.ª, por ser político, não tem uma cara só.»

Acusava os governantes de não o terem defendido quando progressistas e regeneradores o atacaram na Câmara; mostrava que nem sequer descriminaram as concessões feitas por êle das «que podiam comprometter alguns politicos, amigos ou adversarios do governo, em todo o caso d'essa grei a que não pertenço nem nunca pertencerei.»

Largamente se referia ao empréstimo das cem mil libras que se aceitara, em princípio, a favor da província e depois se recusara como inoportuno. Acedera-se a levá-lo ás Côrtes e á assinatura real mas, querendo impedir a sua execução, restringiram os poderes do comissário régio.

Contava como um tal Grove, bem como a Companhia de Moçambique, se tinham dirigido á Junta Consultiva do Ultramar solicitando concessões de minas de oiro em Angôche, sem fazerem caso dêle que estava em Moçambique. Tratava-se «d'um aventureiro e traficante de baixa esphera» que o receara e se fôra encostar a um poderoso padrinho.

Além disso ainda havia outros motivos para o escorraçarem:

«Todos sabem os apuros financeiros do paiz, e sabem por egual que para segurar o poder, por mais dois ou tres annos, v. ex.ª e o gabinete a que preside, não hesitarão em sacrificar o futuro.

Ora, em casa de v. ex.ª encontrei eu um individuo que não obstante ter direito á honra de vestir uma farda de Coronel do Exercito, é o corretor encartado de todos os negocios vesgos, que têem por base a alienação mal disfarçada dos territórios ainda portuguezes da Africa Oriental.

Expôz elle uma transacção que achava «interessante».

Já não se tratava de alienar um prazo ou mesmo um districto, mas a província toda, a trôco do que a Companhia de Moçambique emprestaria ao governo cinco milhões de libras dos quaes um em acções e quatro em ouro.

Quatro milhões de libras — diz-se — chegariam para o governo viver dois ou três anos; depois... os que viessem que se arranjassem. Ora, para fazer isto, o que convinha? Estar eu aqui com os poderes e autoridade que possuia, decerto que não; podia dar com todo o feito em terra.

Ir exonerar para Portugal? Menos ainda; tendo a espada na bainha podia pegar na pena e quem sabe se a manejaria tão bem, n'um protesto d'alienação da Provincia, como fizera na opinião officialmente communicada pelo Conselho de Ministros na elaboração d'um Relatorio?»

E atribuia a isto o cerceamento de seus poderes. Imputava, ainda, a Dias Costa o propósito de lhe arrancar o mando; apontava-o como culpado de factos que o faziam pasmar:

«Houve recompensados por feitos praticados sob as minhas ordens, á minha vista, com distincções que eu lhes não havia proposto.»

Queixava-se da falta de recursos militares negados por que o ministro era «partidario da paz a «todo o transe.» Daí partiram as recusas de gente para a ocupação de Angôche. E que se moviam no Parlamento os que o desejavam fora da província, os delegados dos negócios ou dos ódios. Mousinho apenas sublinhava:

«A pequena expedição a Angôche — dissera-lhe o titular da pasta — levantava dificuldades ao governo.»

Nem mandava publicar os relatórios das suas campanhas. Injuriavam-no; magoavam-no. Ele revoltava-se:

«Tem-me sucedido, por vezes, em Africa- ao atravessar pantanos, dobrar com o pé um caniço, que depois

de eu passar se endireita rapidamente, fustigando-me e enlameando-me a cara.

Mas, decerto, v. ex.ª sabe que o mangal significa impaludismo, porque só cresce no lôdo e na agua pôdre...»

E erguia-se contra as mentiras da imprensa que os políticos açulavam ou que os negociantes provocavam com intenções mais audazes em «periodicos pagos por traidores que, a despeito dos esforços evidentes do ministerio, logrei ver castigados.» Apontava como cúmplice dêstes «um semanario redigido dentro da propria secretaria do Ultramar.»

Vez alguma os órgãos do govêrno o defenderam das mais vís acusações, a-pesar-de ter enviado os dados precisos aos arquivos do ministério para se provar serem mentirosos os artigos publicados, «porque tal não convinha ao Ministro».

Num ímpeto acrescentava:

«Saio desta Provincia sacrificado á má fé do Ministerio a que v. ex.ª preside, má fé que usou para com El-Rei e que o priva e ao Paiz de ter á testa d'este governo quem melhor serviço lhe podia prestar n'esta occasião.»

Entrevia os desastres, a ruína da colónia, e desabafava:

«Sei muito bem que no nosso paiz, os governos e os politicos predominam na administração publica, mantendo-se em equilibrio por enxárcias tecidas de convenções ficticias, cheias de nós tão intrincados como o lendario nó Gordio e que, como ele, facilmente serão cortados por qualquer espada de boa tempera, sem que precise empunha-la nenhum Alexandre!

Mas, observador, como sempre tenho sido, dos deveres de subordinação que, mais que o capacete e a espada, distinguem o militar do civil, nunca desembainhei a espada por paixões pessoais ou politicas, mas só em serviço de El-Rei e do Paiz.

D'isto pode v. ex.ª estar seguro porque não sei distinguir a lealdade no procedimento politico da do homem privado, porque não penso, como v. ex.ª pensa, e disse já na minha presença que, na vida politica, não deshonram ardis e enganos que deslustrariam qualquer homem na vida particular.

Achará, talvez, v. ex.ª esta carta desrespeitosa, sendo assinada por um simples major de cavallaria ao Presidente do Conselho de Ministros, ao Gran Cruz da Torre Espada do Valor Lealdade e Merito, que nesta dupla qualidade, tem honras de general!

Verdades como punhos, contém ella e por isso nunca v. ex.ª ousará taxa-la de insubordinação, para me mandar castigar.

Só quem não deve não teme, ex.mo sr., por isso eu a ninguem temo.»

E Mousinho, sem mais cumprimentos, sacudido, sêco, cheio de mágoa, assinava e enviava a sua ardida carta ao chefe do govêrno.

Depois, ante os ataques, saíra de Moçambique. Solidarizaram-se-lhe os seus oficiais, aqueles que tinham sido companheiros de sua glória, os elementos da sua escola de energia. Demitiram-se dos cargos ocupados o heroico João de Azevedo Coutinho; o bravo Gomes da Costa; o soldado lealíssimo João de Mascarenhas Gaivão, cunhado do chefe; Soveral Martins, que se batera em Gaza, como Baptista Coelho; o dr. Baltasar Cabral, que o secretariara no govêrno da província; Aires de Ornelas, que desde Marraqüene andava traçando com sua espada uma legenda; Andrade Velez, citado nos namarrais e em Macontene, quando da prisão do Maguiguana, e os de somenos acção, mas também auxiliares poderosos como Alves Dias e até funcionários D. Egas Moniz Coelho, José Maria de Oliveira Belo e os ajudantes de campo do heroi: o conde da Ponte e Vieira da Rocha. Deviam tambem sentir o êrro do golpe que ferira o bravo aqueles que tinham admirado as suas acções e entre eles os oficiais de Coalela, agora dispersos nos regimentos.

Contra a demissão apresentaram protestos os comerciantes da colónia; trouxeram louvores á sua obra os cônsules; porém, ele, embarcava enojado.

Mariano vencera porque aos outros políticos também não convinha tal inteireza de caracter em tanto irrequietismo de soldado á sôlta, sem elos que lhe prendessem os braços ou os movessem ao sabor de quem os conduzisse, de longe.

A pesar da vitória, o jornalista con-

tinuava a lançar as maiores diatribes contra o presidente do Conselho.

«Porque foi que o sr. Luciano de Castro, tendo elevado o visconde da Gandarinha a conde de Penha Longa e a par do reino, e tendo-lhe dado as concessões d'Ophir, sem deposito, foi acceitar d'elle 30 contos para a construção do palacio da rua dos Navegantes?

Como foi que lhe pagou quando não poude evitar e percebeu que o conde era homem de muito espirito?»

Mousinho vinha caír neste combate infecto onde se debatiam misérias em pavorosos cenários.

Ante tal espectáculo tornava-se necessário não dar àquele soldado o do abandono de sua pessoa e de seu valor. O Rei admirava-o; queria-lhe muito; não pudera impedir o acto do govêrno, a-pesar-de o ir contrariando dentro da sua função constitucional; e, então, resolveu compensá-lo, de forma que se visse partir de sua vontade a distinção. Entregar-lhe-ia o filho, o herdeiro do trono, para que fizesse dele o homem de carácter igual ao seu; e, para constar, escrevia ao seu presidente do Conselho, sendo afável para com o político, mas cheio de justiça para com o espoliado do seu cargo:

«7-11-98. Noute. — Meu caro José Luciano. — Desejo que depois da minha familia, sejas o primeiro a saber que resolvi, hoje, nomear preceptor e aio do Principe Real, o Joaquim Mousinho.

É um velho e dedicado amigo meu e tenho a certeza que há de fazer de meu filho «um homem», o que, como sabes, se torna cada vez mais necessario n'esta epocha que atravessamos. Tenho a certeza que approvas esta escolha, porque não posso pôr deante dos olhos de meu filho, nem mais valentia, nem mais amor ao Rei, nem mais lealdade á sua Patria.»

Queria investi-lo no cargo, com todas as honras, e dizia-o ao chefe do govêrno, em cuidados tão cheios de delicadeza para com o heroi. Mandara procurar os decretos das nomeações do visconde da Carreira, aio de D. Pedro V e de D. Luiz; o de Martens Ferrão, que fôra o seu, e queria, do mesmo modo, honrar o amigo:

«Mandarei, pois, fazer o de Joaquim Mousinho, nomeando-o aio de S. A. R. o Duque de Bragança e official-mór da Casa Real (honra inherente ao cargo).

Assim o premiava. A alma do Rei integrava-se na dor do soldado.

Chamou-o ao seu Paço de Cascais. Recebeu-o diante de alguns íntimos. Ramalho Ortigão, no apogeu da sua glória literária, bibliotecário real e tornado grande amigo do soberano, que o estimava e distinguia, soube, pelo próprio Mousinho, das palavras que D. Carlos lhe dirigiu, ao entregar-lhe o filho e o alto cargo:

«Tenho grandes imperfeições como homem e como Rei. Os meus defeitos procedem de duas causas: primeira, a hereditariedade na gestação do meu ser; segunda a influencia do meio em que nasci e me criei. Considéro como primeiro dos meus deveres de pae eliminar ou, quando menos, restringir por meio da educação mais attenta e escrupulosa, no temperamento, no caracter e na intelligencia dos meus filhos, a intervenção dos elementos que actuaram na minha tão imperfeita compleição.»

Confessara-se assim, de alma aberta e, na sinceridade comovida que o tomava ao recompensar o bravo, o homem de uma só fé, metendo-o no seu Paço, entregando-lhe o filho para educar, acrescentara:

— «Aqui o tens... Faze d'elle um homem e lembra-te que ha-de ser rei...»

Demonstrava-lhe a sua máxima confiança; lenitivava-lhe as agruras com o maior prémio. Tiravam-lhe o govêrno duma colónia, faziam-no aio dum príncipe. Com um abraço de amigo, de sentimental e de justo, D. Carlos quis sarar no coração do heroi a ferida que lhe abrira a lança empeçonhada da política.

Durante as suas ausências da colónia tinha-a governado interinamente o secretário geral dr. Baltasar Cabral, como após a saida de António Enes Estivera no cargo Correia Lança (1895-1896), assumindo o heroi a chefia de 1896 a 1898). Sucedeu-lhe o capitão de mar e guerra Carlos Alberto Schultz Xavier e depois o capitão de fragata Alvaro da Costa Ferreira (1898-1900). Outro governador foi outro oficial de armada Júlio José Marques da Costa, e logo Joaquim José Machado, que retomou o cargo pela segunda vez (1900).

Os políticos não tinham perdoado ao heroi a sua atitude aúdaciosa. Combateram-no por todos os modos e ele, desagradado na sua inércia, sentindo-se alvo de censuras, arranjara uma fingida fleuma. Acompanhara o príncipe real numa viagem ao norte e levantaram-se clamores á sua volta, acusações estranhas. Que furtava o herdeiro do trono ao contacto das pessoas de categoria no Pôrto, espalhara-se que o deixara beber em demasia. A intriga fervilhava cruelmente.

Portou-se com verdadeiro estoicismo. Jámais deixara entender as suas máguas. Mantinha-se como uma sentinela sob as balas. Numa manhã (8 de Janeiro de 1902), almoçando no paço, solicitou de D. Carlos um retrato em que ele lhe falara, pediu-lhe que o entregasse ao seu particular, pois muito queria a esa fotografia do rei, num trajo claro, á vontade, íntimo. Saiu do palácio com Ramalho Ortigão, o grande escritor, bibliotecário da Ajuda; fôra ao «Turf Club», escrevera algumas cartas, comprara balas no espingardeiro Reynold e um romance francês na Ferin e, tomando o trem que o servia, mandou bater para Benfica. Era um «coupé» em vez do «landau» habitual. Dera ordens nesse sentido. Ao chegar em frente da quinta das Laranjeiras disparou um tiro e o cocheiro encontrou-o morto. Levado para o hospital da Estrêla, ali acorreram a rainha e o príncipe, bem como a viúva do heroi, D. Maria José Gaivão Mousinho de Albuquerque, sua admirável espôsa e admiradora.

Os funerais de Mousinho foram deveras impressionantes. A fotografia do rei, com uma dedicatória amiga, tinha sido entregue ao particular quási á mesma hora em que o heroi se suicidara.

CAPITULO L

AS NOVAS GUERRAS E MOÇAMBIQUE

Os boeres e os ingleses — Barué — Angoche

Guerra boer — O governador de Moçambique Joaquim José Machado fôra um dos grandes impulsionadores do caminho de ferro do Transval e de tal maneira lhe ficaram gratos os boeres que o presidente Kruger, o velho puritano, quisera presenteá-lo e aos seus colaboradores com muitíssimas libras. Não aceitara, e, em prova de gratidão, denominaram Machadorp uma cidade transvaliana.

Quando a guerra anglo-beor estava no seu final governava ele a província.

Fôra terrível o conflito; tivera eco mundial e uma origem demorada.

Ao descobrirem-se as minas de ouro do Rand, ou antes os jazigos do precioso minério, que se colhe por camadas, nessa região, acudiram á busca da fortuna aventureiros de todas as nações, dominando, porém, os mineiros de Cornwalis, engenheiros do resto da Inglaterra, mecânicos e simples trabalhadores. A estes e a todos os recenchegados se deu o nome de Uitlanders. Chegaram a ser tantos que formariam depois das vilas as cidades e desde 1886 começaram a fazer reclamações aos boeres.

Espalhara-se, com fundos de verdade, que o ouro contido nos jazigos chegava ao valor de 17 milhões e meio de francos, naquela época 700 milhões de libras esterlinas. Acorriam em massa os que sonhavam com a fortuna. A portentosa sorte de Cecil Rhodes desvairava as imaginações.

Filho de uma família pobre de Stratford, nascera doente e fraco. Quási não pudera estudar. Seu irmão estava trabalhando na colónia do Natal, onde era um proprietário vulgar. O rapaz foi ter com ele; viu-se a melhorar com o clima e como começasse a exploração das minas de diamantes de Kimberley levou o irmão a meter-se neste negócio e conseguiram enriquecer. Voltou a Inglaterra, freqüentando a universidade de Oxford. Caiu de novo doente; regressou á Africa, cujo clima era para ele um bálsamo, como se o atraisse para a desenvolver.

Albergava o sonho de fazer do Cabo um país; queria juntar todas as repúblicas numa federação salvadora e Moçambique representava para ele um sonho enorme com o seu pôrto magnífico. Metera-se numa vasta intriga; vencera, triunfara. Era o primeiro ministro.

Não havia aventureiro em busca de ouro que deixasse de se imaginar com idênticas faculdades e sorte.

Em vez das minas de Kimberley deparava-se-lhe o Rand com o seu ouro. Com os trabalhadores chegaram os negociantes, a gente do tráfico e esses Uitlanders, população composta por indivíduos de todas as raças, entre as quais sobressaía a britanica. A certa altura pretenderam direitos no Transval.

Queixavam-se dos pesados impostos, pois pagavam sete oitavos do rendimento do país. Não herdavam o direito do sufrágio; recusavam-lhes a naturalização; faltavam-lhes escolas, esgotos, cuidados, higiene, visto não poderem sequer, fazer parte dos municípios. Censuravam os seus jornais; não podiam ser jurados. Pretendiam tudo isto e solicitavam-no, sem que os atendessem no parlamento boer. Começara a reinar uma enorme excitação e logo os sentiram conspirando contra a república, desejosos de a vexarem sob o apertado domínio inglês. Com efeito, deliberaram assaltar Pretória, afim de conseguirem pela fôrça o que não se lhes dava de outro modo.

Ainda mesmo que fôssem vencidos, obrigariam a Inglaterra a defendê-los como seus súbditos. Este era o pensamento da multidão. Os chefes tinham-se dirigido a Cecil Rhodes, que, em seu delírio ambicioso, viu o começo de uma luta da qual talvez saisse o ambicionado pretexto para a unificação do sul africano.

O doutor Jameson, um dos seus capitães, colocou-se á frente da polícia paga pela Chartered Company, a que servia para os assaltos e era paga pelos organismos que Rhodes dirigia, e foi invadir Johanesburgo com os quinhentos homens e duas peças (29 de Dezembro de 1895). Os boeres cercaram-nos, prenderam-nos, depois de matarem e ferirem muitos dos invasores e de condenarem á morte Jamerson e os seus imediatos — Lèonel Phillips, coronel Rhodes, irmão do grande chefe, Georges Ferrar e Hamond, engenheiro americano — acabando por lhes conceder as vidas mas sentenciando-os a prisão perpétua. Pela liberdade dos mesmos culpados exigiram resgates que subiram a 212.000 libras esterlinas.

Além disto Kruger exigiu da Inglaterra uma indemnização de 1.667.938 libras, três shillings e três pences esterlinos.

Desta vez a opinião britanica excitou-se; o parlamento e a impresa, movidos pelos grandes interêsses uns, e pelo orgulho patriotico outros, exigiam satisfações que o Transval não dava. Queriam-se as vantagens requeridas pelos Uitlanders e a discussão começou, sem que se cedesse muito.

Limitavam o tempo de assistência para a naturalização deles, deminuiam o número de deputados que pediam e, por mais intermediários enviados ao Transval, não havia maneira de resolver o pleito.

Entretanto os boeres armavam-se, receosos dos ataques, e juntava-se á sua república o Estado Livre de Orange. A guerra rebentou e a alma universal, increpando a Inglaterra, enchia-se de piedade pelos sul-africanos. Improvisaram-se admiráveis generais como Paulo Botha e desde Outubro de 1989 a Fevereiro de 1900 travaram-se combates terríveis, sendo os transvalianos vencedores no começo da luta. Invadiram o território britanico, bateram-se em Landemith, Kimberley e Mafeking, indo anexando o que tomavam. A Inglaterra devia vencer porque tinha muitos recursos e tendo sido o seu melhor elemento «a cavalaria de S. Jorge», a libra com seu cunho.

ALGUNS OFICIAIS DA CAMPANHA DO BARUÉ

Ao princípio chegaram a alimentar a esperança de entrarem no Cabo e, se

tivessem feito a arremetida, talvez o conseguissem. Depois foram sendo derrotados e Kruger, com o presidente do Orange, declaravam-se prontos ao restabelecimento da paz (5 de Março de 1990). Salisbury, o ministro inglês, declarou-lhes que a guerra lhes custara a perda da independência. O general britanico, o famoso Kitchener, deliberava só conceder o armistício depois dos boeres deporem as armas. Roberts sequestrava-lhes as herdades.

O velho presidente passara para Pretória, sob o bombardeamento dos ingleses. Morrera o grande general Joubert, honra do Transval. Orange rendera-se. Por toda a parte se amontoavam ruinas e ante a situação deliberou-se enviar á Europa alguns comissionados a solicitarem uma intervenção. Kruger partira com eles a caminho de Lourenço Marques, tendo, num documento altivo, proclamado o direito á liberdade da terra que escolhera para pátria (3 de Setembro de 1900).

Kruger em Lourenço Marques — Chegara á última estação transvaliana, Komatipoort; os delegados portugueses acolheram-no em Ressano Garcia, onde começava a linha nacional. O governador deliberara rodeá-lo de precauções por causa dos atentados de que podia ser alvo. Não queria que lhe sucedesse o menor percalço na colónia. O comboio tomara por uma linha de desvio e o presidente e a comitiva foram alojar-se em casa do cônsul geral do seu país, Pott.

O venerando chefe de estado narrrou a sua passagm por Lourenço Marques e referindo-se ao governador do distrito, António José Machado, oficial da armada e irmão do governador geral, disse o seguinte:

«Apresentara-se em sua casa e participava-lhe que fôra encarregado pelo seu govêrno de oferecer hospitalidade ao presidente na sua própria habitação. Vendo que este último hesitava, ante uma oferta que tinha por suspeita, o governador acabou por confessar que o seu convite era uma ordem imperiosa a que se devia submeter, de bom ou de mau grado, senão que o obrigaria a isso. Não é preciso dizer que esta atitude do govêrno português só era devida á pressão exercida sôbre ele pelo govêrno inglês.»

Num comentário acentuou:

«E, de facto, o governador português de Lourenço Marques só governa em nome; o verdadeiro senhor da terra era o cônsul inglês naquela cidade.»

Deste modo, o chefe de estado transvaliano, encarava a situação da colónia portuguesa. Prosseguia:

«É preciso, todavia, fazer justiça ao governador Machado, que constrangido a desempenhar uma missão espinhosa, evidentemente realizada sem entusiasmo, tratou o presidente muito cordialmente, sem lhe permitir contudo sair desacompanhado.

O séquito de presidente, que também residia no palácio do govêrno, tinha de obedecer ás mesmas instruções; isto é, ninguem podia dar um passo sem ser acompanhado de um ajudante; demais, era expressamente proibido falar com os transeuntes.

No primeiro dia, o presidente, fôra autorizado a falar livremente com as duas pessoas que compunham o seu séquito particular e com alguns amigos que o vinham visitar, mas esta mesma autorização acabou por lhe ser retirada, em virtude de uma queixa do cônsul inglês.

Esta situação levou algumas semanas, durante as quais o presidente se pôde considerar como literalmente sequestrado na casa do governador.

«Estes tristes dias foram assinalados por uma data extraordinariamente festiva outrora no Transval: o presidente fizera setenta e cinco anos.

Era, então, desde pela manhã até á noite, na casa presidencial, ondas de burghers, que vinham de todos os distritos para lhe trazer os seus emboras e felicitações.

Hoje, separado para sempre do seu país, do seu povo e de sua família, o prisioneiro do governador português não tinha sequer o direito de receber os burghers que se encontravam na cidade; a única coisa que podiam fazer era festejá-lo na rua e nenhum deles faltou a cumprir essa missão.»

O governador de Lourenço Marques não deixou de encher de atenções o seu hóspede, que viveu sempre entre afectos.

Faziam-lhe companhia três meninas, que o acarinhavam e divertiam. Era uma delas filha do próprio governador geral e a outra do oficial do exército e colonial distinto Carlos Roma Machado de Faria e Maia. O que se queria exercer sôbre ele não era vio-

lência, mas defesa, «pois os contrários só devido á grande vigilância policial não conseguiram deitar-lhe a mão ou matá-lo, para evitar que seguisse para a Europa» (*).

Dançavam e cantavam, as meninas, acompanhando-os ao piano o doutor Sousa Ribeiro, secretário geral do govêrno.

No meio da sua enorme desdita encontrava aquele acôlho e o da leitura da sua Bíblia, enorme confôrto para o espírito religioso do ilustre puritano. Para a ler ordenava silêncio. Não ocultava, porém, o seu desgôsto: «Parece que estou preso; é triste ver-me assim cercado de soldados que passam o dia a olhar para mim». Falavam-lhe da sua segurança; não acreditava que lhe quisessem fazer mal e mergulhava na Bíblia.

Certo dia — naturalmente no dos seus anos — os refugiados boeres com o general Pienard — uns oitocentos — desfilaram, mudos e perfilados, em continência diante da varanda onde o velho chefe de estado chorava.

A rainha da Holanda enviara um cruzador — o «Gelderland» — buscá-lo, a fim de seguir para a Europa. Kruger saiu do palácio do governador no «landau» do alto funcionário, ás cinco horas da manhã de 22 de Outubro de 1900, sendo acompanhado até ao navio pelo mais grado pessoal da colónia. Na véspera fôra preso um inglês, que, de carabina aperrada, se escondera num renque de árvores com o fim de atirar sôbre o presidente, cuja viagem á Europa foi infrutífera, tendo morrido na Holanda, donde os seus antepassados eram naturais. Ele nascera em Vaalbank, no Cabo, em 10 de Outubro de 1825.

Segunda guerra do Barué — De 1900 a 1902 governou a colónia o general de brigada Manuel Rafael Gorjão e foi neste período que os povos do Barué novamente se rebelaram.

Depois da morte de Manuel António de Sousa, um dos seus tenentes, Luiz Santiago, assumira o poder e revoltou-se contra o domínio da Companhia de Moçambique, á qual pertencia o território, nos termos do contrato. Como se tornava impossível trabalhar sob aquelas ameaças, organizara-se uma coluna do comando de Azevedo Coutinho, já capitão-tenente e que conhecia a região, onde batera várias vezes os insubmissos zambezianos. Recebera o govêrno da Zambézia. Era o chefe incontestado e de direito.

Constava que os Macombes podiam mobilizar dez mil homens, que não havia cacimbas — depósitos de água — e, ainda, que o terreno, difícil de desbravar, constituia a melhor defesa do inimigo. Na realidade os macombes até fabricavam pólvora, sendo o mestre de explosivos um dos seus, chamado Luódre. Embora o material não fôsse muito bom, servia, como as espoletas engenhosamente arranjadas e as balas de ferro. Possuiam espingardas de várias marcas e sabiam construir fortes como o de Bonga e as suas legiões estavam organizadas.

Pelas informações recebidas constava que muitos estrangeiros se encontravam ao lado dos negros e como terminara a guerra boer nada mais natural que os aventureiros procurassem outro campo.

Azevedo Coutinho participara para a Rodésia que aplicaria a lei marcial a todos os indivíduos daquela categoria encontrados no Barué..

Os «monhés» vendiam boa pólvora aos revoltosos, que possuiam as peças tomadas, outrora, a Manuel António de Sousa e munições.

O govêrno inglês mandara guarnecer a fronteira da Rodésia, afim de evitar auxílios de brancos contra os portugueses e impedir a infiltração dos revoltosos.

Um antigo capitão de Manuel António, o negro Chitengo, apesar de velho, ainda soube prestar serviços mandando seus dois filhos com a coluna de operações.

Partira para Macequece e Garongosa o tenente Alfredo Baptista Coelho, a fim de obter informações seguras sôbre os baruenses. Prepararam-se cuidadosamente as tropas que deviam tomar parte nesta campanha. O chefe do estado-maior era o valoroso, primo e cunhado de Mousinho, João de Mascarenhas Gaivão e sub-chefe o segundo-tenente da armada João Pinto Roby, de uma família heroica; ajudantes de campo do comandante, Pedro de Gusmão, tenente de marinha, e José Zuzarte Mascarenhas, alferes de artelharia.

(*) Carlos Roma Machado, «Recordações de África».

Os adjuntos ao quartel general eram o tenente de artelharia João Luiz Carrilho, o alferes de cavalaria João Barbosa Casqueiro e o guarda-marinha José Francisco Afonso Valentim.

Comandava a artelharia Baptista Coelho, com os subalternos tenentes António Martins de Andrade Velez, como ele da escola de Mousinho, e Adriano da Costa Macedo. Uma secção de peças de desembarque ficara a cargo do tenente de marinha Boaventura Mendes de Almeida e outra entregue ao guarda-marinha João Júdice de Vasconcelos. As metralhadoras eram dirigidas pelo seu colega Álvaro Nunes Ribeiro.

A cavalaria tinha como chefe um dos mais brilhantes oficiais desta arma, Alfredo Martins de Lima, sendo outro pelotão chefiado pelo alferes António Gusmão Calheiros. Á infantaria de marinha chefiavam-na os tenentes António de Lemos Peixoto e Fernando de Magalhães e Meneses. Infantaria 9, dividida em dois pelotões, tinha no comando os alferes Júlio Nunes e Júlio Moreira Sales; os indígenas levavam por chefes os tenentes Teixeira de Barros, António Vicente de Abreu, José Carrazeda de Andrade, que era de côr mas oficial de carreira teórica, Domingos Fatacho, António Cesário da Costa Campos e os alferes Luiz Marreca Trindade, Dâmaso Marques, Vieira Carneiro, Carlos Vaz, Domingues e Henrique Eurico da Silva. O comboio tinha os seguintes oficiais: Ferreira Passos e Francisco Gonçalves, tenentes. Os sargentos António José Camacho e Félix Ferreira encarregavam-se dos víveres e bagagens. Os médicos eram Patrício Dias da Silva, Alexandre de Vasconcelos e Sá e Jaime Ribeiro. Aos serviços administrativos pertenciam Francisco da Silva Júnior, comissário naval, e José Brusco Júnior, alferes. Para o itinerário levara-se o engenheiro Luiz de Mascarenhas Gaivão e para o correio Valentim Talone da Costa e Silva.

Na retaguarda da coluna comandava o serviço de etapas o capitão Rodrigues Lage e na base das operações estava o tenente da armada, antigo ajudante de Mousinho, conde da Ponte, com o tenente José Pimenta, alferes José da Cunha e médico Loureiro Dias. Para os transportes fluviais ficara o intendente do Chinde, tenente da marinha Pedro Pinto Cardoso, e na esquadrilha do Zambeze Júlio Ribeiro de Almeida. O depósito do Chinde constituia-se com o tenente António Maciel, o médico Castro e Vasconcelos e o sargento Abílio Ferreira.

Os quatro mil cipais dos prazos da Zambézia eram chefiados pelo tenente da armada Júlio Botelho Moniz e seus camaradas António Júlio de Brito e João Belo e os tenentes do exército Monteiro Lopes, Raul Ferreira da Costa, guarda-marinha Hugo Bivar e os civis Rafael Bivar Pinto Lopes, Eduardo Ribeiro de Moura, Jorge de Motezuma, Joaquim de Oliveira Gomes, Francisco Gavicho de Lacerda e e D. Luiz Teles da Gama, descendente de Vasco da Gama.

A coluna de Luenha tinha como chefe o tenente da armada Portugal Durão, com a artelharia chefiada pelo tenente de marinha Andrade Rodrigues, a infantaria pelos tenentes Pedro Felner, José Maria da Costa Campos e alferes Marreiro e Sousa. O médico era Hermínio César Gomes, o chefe do comboio João Queiroz e o dos irregulares João Martins.

Havia ainda a coluna dos irregulares da Gorongoza, com seus chefes alferes Barroso e Pinto Lopes.

Tal era o quadro dos contingentes das operações e que se destinavam a vencer o audaz Luiz Santiago.

Do Inhacafura a Inhangona — Avançando-se para a aringa de Mafunda e após o reconhecimento deu-se o ataque a Tambara, que representava o núcleo inicial dos tongas, com suas boas muralhas de pedra cheias de seteiras, constituindo magníficos abrigos, uma autêntica fortaleza, mas que foi tomada. Marchou-se logo para Inhacafura sob o calor asfixiante de Agosto. Incendiada a aringa, construiu-se um forte, garantindo-se, deste modo, um belo posto de observação sôbre o vale do Muira.

O tenente Baptista Coelho, saindo de Sança, base das operações, foi bater o celebrado Canga a Chuargua, a fim de desimpedir o caminho. Traçou uma das mais belas páginas da campanha, fazendo duzentos prisioneiros e ficando no campo quarenta e cinco dos baruenses.

Já se podia avançar afoitamente para o Inhangona, cuja aringa fôra incendiada. Acamparam as numerosas

fôrças que deviam dar batalha ao ousado régulo.

Ao chegaram as avançadas a Inhapanga, a cavalaria de Martins de Lima foi atacada, abatendo-se alguns soldados, mas o valoroso comandante, ordenando uma carga, levou os combatentes á lançada. Côm a segunda, e auxiliado pelos cipais do primeiro-tenente Botelho Moniz e a artelharia a ralhar, se fez o resto. Uma carga de baioneta acabou, nessa tarde, com a resistência do inimigo. Abandonara a aringa de Missongore, a principal dos macombas.

Mangari — Era esta terra a capital dos macombas e sem a sua tomadia não seria completo o triunfo. Repousadas as tropas, iniciou-se esta acção, e, levando-se as peças encontradas na aringa, verificaram que o inimigo retirara. Tinham abandonado as suas palhotas em boa ordem, como se esperassem voltar com a tolerância dos portugueses, oferecendo deste modo a sua submissão.

Em 15 de Setembro já apareciam alguns chefes a «pegar pé», isto é, a reconhecerem o domínio dos portugueses, e em 27 o próprio régulo Chipitura, com seus «grandes», se apresentava entre cipais. Acompanhavam-no os filhos Tesoura, Devesa, Chanuca, Mucheco e Camazache. Trazia duas pontas de marfim como penhor, o «saguate», a submissão. Ao som das salvas se receberam os seus preitos. Seguiria escoltado com a coluna, mas sempre de cabeça alta, digno e valoroso.

Luiz Santiago conseguira isolar-se na serra; o Cambuemba fôra aprisionado e a pacificação realizar-se-ia.

Foram dignos de menção o tenente da armada Botelho Moniz, que se batera á frente dos cipais, sobretudo em Missongue, onde fôra intrépido.

Portugal Durão, Boaventura Mendes de Almeida, Pinto Roby, conde da Ponte, Lemos Peixoto, António Júlio de Brito, Pedro de Gusmão, Magalhães e Meneses, Andrade Rodrigues, João Belo, Júdice de Vasconcelos, Nunes Ribeiro, oficiais da armada, cumpriram muito bem.

Inexcedível fôra Mascarenhas Gaivão, chefe do estado-maior, e mereceram louvores, além de Baptista Coelho, superiormente dotado para a guerra, Andrade Velez, Costa Macedo, João Luiz Carrilho, Ferreira de Passos, Martins de Lima, que se distinguia sempre, Silva Casqueiro, Zuzarte Mascarenhas, Ferreira da Costa e o capitão de infantaria Veloso Camacho, que já muito bem se batera na guerra contra o Mataca; Teixeira de Barros, Vicente de Abreu, Carrazeda de Andrade, Domingos Patacho, Monteiro Lopes, Dâmaso Marques, José da Cunha, António Camacho, os médicos já citados e o engenheiro Luiz Gaivão. Dos civis, receberam louvores: Oliveira Gomes, Bivar Lopes e João Martins.

Na esquadrilha do Zambeze bem procedeu o segundo-tenente Ribeiro de Almeida. O civil Navarro de Andrade muito auxiliara na direcção do serviço de transportes por parte da Companhia da Zambézia.

Tinham sido aprisionados seis filhos do soba Luiz Santiago.

Governava Moçambique o major do estado-maior Tomaz Garcia Rosadó (1900-1903). Tendo aquelas operações terminado em 1903, Azevedo Coutinho recebeu a nomeação de governador geral, ocupando o posto até 1905, em que Alfredo de Andrade o assumiu (1906-1909).

Sucedeu que no período do govêrno do vencedor do Barué, sendo governador do distrito outro distinto oficial de África, Pedro Massano de Amorim, se deliberou realizar completamente a ocupação através dos sertões de Moçambique. Fez-se a instalação do primeiro posto em Nanussaco; em Setembro de 1907 — já no govêrno de Freire de Andrade — chegara-se a Nacuroa, Rainho e Nampula, onde se criavam os postos.

Seguiu-se, depois, a ocupação de Ribavê e mais adiante, após um ataque do gentio de Navacala, conseguiu vencê-lo o capitão-mór de Mossuril, Albuquerque Martins.

Angoche — Ainda não se tinham completamente aquietado os povos de Angoche, o que se devia realizar mais tarde, completando-se deste modo a pacificação. Foi em Abril de 1910, estando governador interino o oficial da armada José de Freitas Ribeiro, que se ocupou Macogone, instalando-se ali um posto militar e outro na Naurezeze, abrindo-se ligações várias para Liupo, Boela, Mapala, Ibraimo e Sangage.

Massano de Amorim tomou o comando duma forte coluna que devia

dominar, de vez, os povos de Angoche; outra coluna, comandada pelo capitão-mór Dâmaso Augusto Marques, aprisionou os chefes rebeldes Ibraimo e Farelay. Os outros régulos apresentaram-se.

Govêrno de Freire de Andrade — Colonial ilustre, grande soldado e administrador, ele, que servira com António Enes, amava a província de Moçambique dedicadamente. Engenheiro, firme, metódico, começara a traçar o seu plano de desenvolvimento da colónia. Após os feitos guerreiros, necessário se tornava realizar a obra de fomento, para o que tinha grande competência, iniciando alguns trabalhos nesse sentido.

Visita do Principe Real — Quando o «África» chegou a Lourenço Marques 29 de Julho de 1907), o governador Freire de Andrade, que pertencia á Casa Militar de El-Rei, acorreu a saudar o herdeiro do trono que, acompanhado por Aires de Ornelas, ministro da marinha e camarada do alto magistrado da colónia, devia ser recebido pomposamente. Os canhões das fortalezas e do «S. Gabriel», «Álvaro de Caminha», «Mandovi» e dos cruzadores britanicos «Humes» e «Sheila» reboaram, em honra do filho do soberano; a bordo do vapor alemão «Prinzessin» tocaram o hino português e grande número de embarcações, embandeiradas, se aproximaram do paquete, onde sua alteza real recebia as autoridades da província. Tratou-se do desembarque e ao chegar ao cais, entre vivas e palmas, recebeu os cumprimentos do bispo, cônsules, directores das associações, oficialidade dos navios britanicos com o almirante da esquadra da África do Sul, sir Poe. Armara-se, em galas, um pavilhão, no qual o presidente da Câmara, doutor Serrão de Azevedo, lhe deu as boas vindas em calorosos termos, lendo o presidente da Associação Comercial, Leão Cohen, outra mensagem e erguendo-se vivas ao príncipe, ao rei e á família real. Passou, o régio visitante, entre arcos de triunfo, para a igreja, onde assistiu ao «Te Deum», celebrado pelo bispo de Siene, prelado de Moçambique, recolhendo ao palácio, onde deu recepção. Seguiu-se, logo, a visita ás oficinas do caminho de ferro, e ali o recebeu o engenheiro Costa Serrão com os seus colegas Lisboa de Lima, Craveiro Lopes e outros funcionários. Á saída, uma mulher pareceu querer dirigir-se ao príncipe, mas hesitou. Tinha uma criança nos braços e como a comitiva se detivesse houve outra mulher que, arrebatando-lha, a apresentou a D. Luiz Felipe, pedindo para ser o padrinho de baptismo do inocente, que contava semanas. Seus pais chamavam-se Alfredo José Gomes e Domitília Rosa e residiam ali perto. O herdeiro do trono acedeu ao pedido, cumprindo-se, depois, as formalidades.

Após o «garden party», na residência, realizou-se o banquete de cem talheres, presidido pelo príncipe, que tinha á sua direita a senhora Freire de Andrade, conselheiro Aires de Ornelas, senhora Serrão de Azevedo, dr. António Sousa Ribeiro, engenheiro Costa Serrão, coronel António Costa e Higino Durão; á esquerda ficaram Lady Farrar, almirante Poe, madame Neel e os doutores Garcia Marques e Francisco Ferrão com os oficiais ás ordens. Em frente o governador geral, tendo á direita a senhora Costa Ferrão, o bispo, a senhora Angelo Ferreira, capitão Baptista Coelho, dr. Serrão de Azevedo e Pedro de Lencastre; á esquerda, lady de Viliers, Velez Caldeira, madame von Denberg, Leonel Cardoso, Leão Cohen e H. Reyersabach. Imedidatamente tomaram lugar os outros convivas. Ao champanhe, o governador saudou o príncipe, que respondeu brindando pelas prosperidades das colónias e engrandecimento da província que tão bem o recebia.

Seguiram-se visitas a diversos estabelecimentos, entre eles o Grémio Militar, onde houve uma festa a que assistiram mil e setenta e oito crianças das diversas escolas e missões Realizou-se um almôço, no qual o capitão David Rodrigues, depois de brindar pelo príncipe, soltou vivas a sua alteza e á família real, freneticamente correspondidos. O mesmo oficial entregou a D. Luiz Felipe uma pasta de veludo com o diploma de membro honorário do club.

Uma das mais notáveis festas que se realizaram foi o colossal batuque, no hipodromo, no qual tomaram parte vinte e oito mil indígenas. Constituiu um formidável espectáculo essa dança guerreira em que os negros, com suas armas, atavios e escudos, se exibiram ante o herdeiro do trono,

causando o assombro de quem a ela assistiu.

Houve, ainda, outras solenidades e recepções, como a do Sport Club. Em 31 de Junho visitou o caminho de ferro da Suasilandia; bateu a primeira pedra da ponte sôbre o Umbeluzi, esteve no festejo dos asiáticos, que o enlaçaram em flôres, concluindo o programa desse dia com um magnífico fogo de artifício.

Foi a Marraqüene visitar o lugar célebre da batalha (1 de Agosto); a Associação Comercial ofereceu-lhe um baile, cabendo-lhe também a honra de cimentar a primeira pedra do Palácio da Cidade, no Jardim Botânico, embarcando, a 2, no «África», para ir á Beira visitar a Companhia de Moçambique, de cujos territórios era governador, nessa epoca, o capitão-tenente Celestino Pinto Basto. Lançou-se a primeira pedra do Tribunal e na residência daquele alto funcionário se deu recepção, sendo-lhe entregue o diploma régio pelo qual se elevava a Beira a cidade. Regressara-se a Moçambique, com enormes dificuldades de saída, de noite, daquele pôrto da Companhia.

D. Luiz Felipe visitou, depois, o Mossuril. Dirigiu-se para o Cabo, onde foram recebidos com pompa e cerimonial, largando para a metrópole, com paragem na baía de Mossâmedes, Luanda e ainda Cabo Verde.

O Jardim Experimental — Uma das obras de Freire de Andrade na colónia foi o Jardim Experimental de Lourenço Marques. Dotou-o com pessoal técnico suficiente para o desenvolvimento das culturas racionais, como se demonstrou em pouco tempo. O milho, sobretudo, atingiu grandes proporções, fazendo-se ali ensaios de plantas e árvores, além da criação de animais. Os jardins e as avenidas no Umbeluzi tornaram-se magníficas, sendo também de muito bons resultados as experiências feitas com os gados. Os indígenas começaram a aprender outros métodos de cultura e desta maneira se concorreu para o fomento da colónia que este governador bem conhecia, visto ter lidado nela como soldado, engenheiro e funcionário. A sua acção prometia ser muito mais intensa quando se proclamou o novo regime.

CAPITULO LI

FOMENTO DA PROVÍNCIA

Caminhos de ferro — Portos — Obras das missões religiosas

Proclamação da República — Em oito de Outubro recebeu-se a notícia da proclamação da República e, imediatamente, se celebrou a solenidade do seu advento nos Paços do Concelho de Lourenço Marques, sendo lavrado o seguinte auto:

«Aos oito dias do mês de Outubro do ano de 1910, pelas doze horas da manhã, nos Paços do Concelho da cidade de Lourenço Marques, compareceram o presidente e vogais da Comissão Municipal, autoridades civis e militares, cônsules, funcionários de todas as classes e grande número de cidadãos, a fim de proceder-se á cerimónia da proclamação solene da República Portuguesa.

Em seguida, o presidente da Comissão Municipal, tomando o estandarte da Câmara, dirigiu-se á sacada da janela principal do edifício dos Paços do Concelho, acompanhado pelos demais vogais e povo, e desfraldando o mesmo estandarte, bradou:

Atenção! Atenção! Atenção! Cidadãos! Foi proclamada a República Portuguesa! Viva a Pátria! Viva a República Portuguesa!, ao que a assistência correspondeu com entusiásticos vivas e aclamações, cumprindo-se as demais formalidades do estilo. Assim ficou concluída a solene cerimónia da proclamação da República Portuguesa! E para constar se lavrou este auto, que vai ser assinado pelas autoridades presentes, cônsules e demais assistentes, e por mim, bacharel António Mourato Grave, secretário interino da Câmara, que o fiz escrever e subscrevo.»

O governador Alfredo Freire de Andrade foi o primeiro a traçar o seu nome neste documento. Aderia á República, á qual ia prestar os seus serviços. Era presidente da Comissão Municipal outro militar: Pedro Luiz Bellegarde da Silva. Ele fizera a proclamação, seguindo-se os funcionários, magistrados, secretário geral interino, militares e os sócios do Centro Republicano Couceiro da Costa, entre os quais figurava um antigo sargento da revolução do Pôrto de 31 de Janeiro de 1891 e que trabalhava na colónia. Chamava-se Augusto César Taveira e ia ser promovido ao pôsto que lhe competeria se o seu acto daquela época não o tivesse afastado do Exército. Presidia àquela agremiação José Salvado da Costa, sendo primeiro e segundo secretários Alfredo Pereira Brites e António Gandra Júnior. Era o núcleo representativo da acção republicana na colónia.

Figuravam no auto muitos nomes, sendo o último o do bravo capitão Francisco Roque de Aguiar, que defendera, outrora, Lourenço Marques da fúria dos atacantes negros.

O govêrno metropolitano nomeou, porém, um alto comissário para exercer o seu mandato na província, sendo escolhilo o doutor José Francisco de Azevedo e Silva, tendo assumido o govêrno, interinamente, o capitão-tenente José de Freitas Ribeiro (9 de Novembro de 1910), servindo até Maio de 1911, data da chegada do alto comissário.

Companhia do Niassa e seu desenvolvimento — Aos territórios da Companhia foram aumentados os concelhos. Em 1898 existiam os do Ibo, Quissanga, Mocimboa e Tengue; seguiram-se os de Pemba, Medo, M'tarica, Lago, Omarambas e Lurio.

A guarnição militar compunha-se da companhia de polícia, com seu comandante, mais cinco oficiais, um

sargento-ajudante, um primeiro sargento, onze segundos, doze primeiros cabos europeus, trinta primeiros cabos indígenas, um mestre e doze corneteiros e quatrocentos e vinte soldados indígenas.

Possuía várias embarcações, pertencia-lhe o serviço aduaneiro e dos correios e da instrução, havendo várias escolas em diversos concelhos e funcionando, no Ibo, a denominada António Centeno.

Largos foram os trabalhos para a ocupação do território, desde a de Pôrto Amélia (1908), a caminho de Lurio, com uma expedição do comando do tenente Felipe Veiga, até á de Mocimboa (1909), chefiada pelo capitão Chaby, fazendo o resto da tomadia a coluna de D. José de Serpa (1910), em Quissango e Mucajo. Faltavam os Macondes, mas um contingente ás ordens do tenente-coronel António Cesário da Costa Campos principiou a bater a região, definitivamente ocupada em 1916 pelas tropas do Govêrno, conduzidas por dois grandes pioneiros de África, o tenente-coronel José Augusto da Cunha e o major Neutel de Abreu.

Um dos governadores do Niassa, que era uma notável figura de colonial e de letrado, Tomaz António de Oliveira Mata e Dias, formado em direito e homem de valia, fôra encarregado do govêrno em 19 de Agosto de 1908 e ali estivera até 1910. Ao tomar posse ainda havia cinco régulos revoltados não querendo reconhecer os portugueses. O mais ousado era o Mataca, que massacrara (1890) a expedição do tenente Valadim, sendo batido pela coluna do major Sousa Machado. Não se fizera a cabal ocupação, e daí as rebeliões sucessivas contra os postos de Oizulu de Metarica e de Luatizi. Os alemães ajudavam-nos fortemente com armas e munições, e ante o exemplo do sultão, os sobas Maere, do Mêcoje; Muguia, Machemba e Mogôlo. Mata Dias reassumiu a chefia dos territórios (1912-1913) e o Mataca, atacado fortemente, acabou por capitular (13 de Outubro de 1912), depois de batido pela coluna do comando do capitão Potier de Lima, que atravessou, sob uma atmosfera terrível, mais de quatrocentos quilómetros para chegar á zona onde o potentado exercia a sua influência. Só então se pôde trabalhar com mais segurança. Sobrevindo, porém, a Grande Guerra, de novo se paralisaram os negócios da Companhia, que ocupou depois, com resultados variáveis, 189.875 quilómemetros quadrados, habitados por 471.000 indígenas. Desenvolvera-se a agricultura com empresas diversas, cultivando-se as palmeiras, o algodão e outros produtos, pois a Companhia cedera 629.000 hectares a diversos organismos, como a Mocimboa Sisal Developman; Niassa Plante; Companhia Portuguesa de Goludo; Sociedade Agrícola de Mecoje; Niassa Consolidated Company; Sisal A. G. e outras, que prometiam fartas compensações (*).

Final da ocupação de Moçambique — Dois oficiais, atraídos pela África,

---

(*) O Govêrno rescindiu o contrato com a Companhia do Niassa em 1932, tomando conta dos territórios.

O decreto de 26 de Setembro de 1891 concedia á companhia portuguesa, a constituir pela firma Bernardo Daupias & C.ª, a administração e exploração dos territórios da província de Moçambique, limitados ao norte, leste e oeste pelos tratados de 30 de Dezembro de 1886 e de 28 de Maio de 1891, e ao sul pelo rio Lurio, desde a sua origem até á sua foz, compreendendo as ilhas adjacentes da respectiva zona marítima.

Por decreto de 9 de Março de 1893 denominava-se «Companhia do Niassa» a emprêsa que se constituía para a exploração das concessões a que se refere o decreto de 26 de Outubro de 1891, e por decreto desta data eram aprovados os estatutos da referida companhia.

Em 27 de Outubro de 1894 realizou-se a posse oficial da Companhia do Niassa e a ilha do Ibo foi-lhe entregue em 4 de Novembro de 1897.

Em 27 de Outubro de 1929, o Govêrno retomava os territórios, em virtude do decreto de rescisão do contrato.

Em 2 de Março de 1931 fez-se um contrato entre o Govêrno e a Companhia, obrigando-se o Estado a pagar, em quatro prestações, 125.000 libras, sendo a primeira de 35.000 e as outras de 30.000, não como indemnização, mas como compensações, nos termos do art. 29.º, § 1.º, da Carta Orgânica da Companhia.

amando-a, dando-lhe muito do seu esfôrço, pode até dizer-se a sua razão de viver, muito contribuíram para a cabal pacificação da província. José Augusto da Cunha e Neutel de Abreu tiveram uma supremacial acção.

Aquele exerceu a capitania-mór das Terras Firmes, estando desde 1897 na província sem jamais se volver á metrópole.

Quando chegou só existiam as capitanias de Angoche, Macuana e Mossaril, mas as pilhagens, desordens e desacatos eram freqüentes e terríveis. Nos anos de 1901 e 1902 penetrou-se e pôs-se em ordem a região de Memba, e logo Lurio, Sumuco e Chaonde, chegando-se ao domínio de Angoche em 1910, sob as ordens de Massano de Amorim. Vingaram-se, deste modo, os assassínios do comerciante Pita Simões e do engenheiro Pais de Almeida (1902).

Coube ao então alferes Neutel de Abreu a obra da edificação do pôsto de Netia, indo outros oficiais, como Albuquerque Martins, montar o Meconta (1908). No ano de 1912, a revolta foi intensa. Mais de cem régulos se ligaram, tendo á frente o sultão de Mussa Songage.

O tenente-coronel Costa, com Neutel á frente dos auxiliares, foi batê-los, tentando aniquilar de vez esses famosos namarrais, que tantos trabalhos tinham dado a Mousinho, a Eduardo Costa e a Baptista Coelho. Seus grandes soberânos eram o Mucuto Muno e a rainha Sígia. Só em 1913, sendo governador do distrito o major Duarte Ferreira, se deliberou tentar uma acção viva, em que Cunha e Neutel colaborassem. para a derrota dos poderosos chefes.

Já tinham governado a colónia, depois de Azevedo e Silva, o coronel Pedro Bellegarde da Silva (oito dias), em 1911); Domingos Augusto de Sousa Ribeiro, secretário geral (um mês e nove dias); sendo por este tempo o governador geral Alfredo de Magalhães (1912, durante nove meses e nove dias), e sucedera-lhe o novo secretário geral, dr. Domingos Frias de Sampaio e Melo (1912-1913), mas num curto espaço. Tomou conta do govêrno, interinamente, o juiz da Relação doutor Augusto Ferreira dos Santos (1913), novamente o dr. Domingos Frias até 1914, em que voltaria o general Joaquim José Machado.

Naquele ano de 1913 é que se deram os sucessos da ocupação (25 de Janeiro a 11 de Fevereiro), sendo batidos os namarrais, tendo morrido mais de dois mil e aprisionados chefes, entre eles Macuto Muno e Murua Muno. Cheios de brio, decidiram morrer, e, recusando os alimentos, acabaram no hospital de Moçambique.

O major Neutel tornou-se grande amigo do régulo Moncapera, que sempre quisera ver destruidos os vizinhos, a fim de reinar em paz. Estabeleceu relações com aquele oficial, que ocupava as funções de capitão-mór (1907), indo até a Corrane, ras pelo potentado. Deixou-o entrar onde lhe foram prestadas as maiores honras pelo potentado. Deixou-o entrar tas mulheres formosas, privilégio que jamais se concedera a qualquer outro europeu. Moncapera quis celebrar com ele uma cerimónia cafreal, a qual consiste na mistura do sangue: ferem-se os pulsos, tocam-se, e deste modo se consideram irmãos. Os trinta mil homens do regulado ficavam ás ordens dêste como amigo do poderoso negro. Uma vez, ele pediu-lhe quatro mil homens, e como o chefe Moncapera ignorasse o que era semelhante número, disse-lhe para o contar em feijões. Os negros, quando chegaram á apresentação, levavam cada um deles um feijão envolto num trapo. Estava completa a hoste. Ajudaram-no muito na guerra do Niassa.

Missões religiosas dos jesuitas — Na parte oriental de África grande parte do desenvolvimento da penetração noutras idades devera-se aos jesuitas. Expulsos pelo Marquês de Pombal e readmitidos em 1829 por D. Miguel, de novo foram expulsos, em 1834, pelas leis de D. Pedro IV. Reentraram no país em 1858, e desde logo pensaram em fazer as suas incursões como antigamente, fundando, porém, só em 1890, as missões de Macau, Índia e a da Zambézia. Em 1881, Paiva de Andrade, tendo discorrido, como de resto é opinião de quási todos os coloniais, serem as missões religiosas de um alto auxílio para a civilização e domínio nacional, desejou instalar na Zambézia alguns dêsses organismos. Fernando Pedroso, homem de bem, absolutista e crente, sinceríssimo e respeitável, já tomara a si o restabelecimento das missões, a fim de fazer a ocupação pacífica até onde fôsse possível. Pediram-se jesuitas para a Zambézia, em 1881. Os pri-

meiros que partiram foram os padres Francisco e Antunes e o auxiliar António Ferreira.

Dedicadamente trabalharam jesuitas portugueses e estrangeiros, criando aquela admirável obra, na qual deixaram algumas vidas. A missão de Boroma tornou-se modelar. Recebia, desde 1889, um subsídio anual de três contos, o que, de resto, era concedido, igualmente, a outras. Jamais desmentiram, ali, a sua fidelidade a Portugal, educavam os negros no respeito pela bandeira, instruíam-nos e batiam-se á sua frente contra as arremetidas dos rebeldes, e dêste modo se comportaram quando de todas as rebeliões zambezianas. Larga e profícua foi a sementeira, pretendendo seguir os passos dos velhos inacianos que por lá tinham passado. A acção marcou-se em Quelimane, Angonia, Chipanga, Mururu, Chiloane, Milange, Inhambane e Mopêa. Em Quelimane fundaram um magnífico colégio, como centro principal das missões dos jesuitas na África Oriental. Davam aulas, ensinavam as culturas, desenvolviam os trabalhos, residindo ali o superior. Até uma banda de música havia nessa missão. A mesma fé e os mesmos sentimentos os guiaram na fundação e mantença das outras sob a sua égide criadas.

O que se produzira em Boroma era, realmente, notável, e tanto que Freire de Andrade, governador geral de Moçambique, a elogiava, sendo tão grande conhecedor de África e dos meios de ali se trabalhar.

Além da igreja, das plantações, da residência das irmãs de S. José de Cluny, havia oficinas vastas, granjas, máquinas agrícolas, fábrica de moágem e, além disto, um vapor para os transportes. Educava quinhentos alunos, dando-lhes profissões, chegando alguns deles a ser professores.

Missões da Angónia e do Zumbo — A missão dos jesuitas na Angónia foi fundada em 1908, sendo a última que os inacianos edificaram, com seu colégio, igreja, armazém, a escola e as oficinas.

Também ali existia, desde 1902, uma missão inglesa da South Africa. Pelo menos, o seu superior, Murray, afirmava ter estabelecido ali relações desde aquela data, o que levou o Govêrno português a solicitar dos jesuitas que ocupassem a região, a fim de se corrigir aquele perigo. Cederam mil hectares de terreno aos jesuitas de Baroma, a fim deles defrontarem os protestantes britanicos.

Eles foram, criaram o seu estabelecimento no M'patzo, dentro do âmbito da missão dos jesuitas, continuando estes os seus trabalhos sem detenças.

No famoso distrito do Zumbo, tão discutido e disputado pelos ingleses, os padres se instalaram em 1892, no Prazo do Ricico, indo para o Mazômbue (1875) e logo para o Miruru. Largos trabalhos tiveram os reverendos em pacificar os negros, o que fizeram da maneira mais hábil e consentânea com a sua religião. Desde 1893 a 1910 converteram mais de dois mil negros.

Perttnciam, pois, á missão da Zambézia as já citadas. Em 1910 estavam em Quelimane os padres João Baptista Gonçalves, Manuel da Fonseca e Vítor de Figueiredo, o irmão escolástico João de Azevedo Mendes e os coadjutores Manuel Fernandes, Manuel Gonçalves e Tomaz Segura.

As missões e o novo regime — Em Maio de 1911 foi mandada encerrar a escola dos missionários, em virtude de não estarem legalmente habilitadas para o ensino.

Na missão de Coalane estavam os reverendos António Arraiano e Pedro Dupeyron, com os auxiliares António Timóteo, hortelão, e João Rosário, sapateiro. além do escolástico Constâncio Tribut. Na Chipanga cultivavam-se duzentos hectares, possuindo oficinas e internato para trinta meninos.

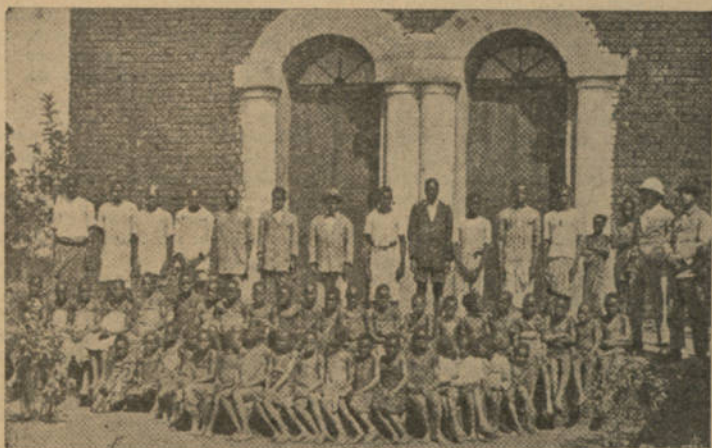
Na Boroma, que era modelar, habitavam jesuitas estrangeiros, os padres Witz, Maleau, Henkiewicz, Vhlik, Longa, Stanfer, Tananek, estando com eles o português António Nunes.

Aquelas obras representavam, na realidade, alguma coisa de notável. Começada a campanha contra eles, pelo periódico de Lourenço Marques «O Incondicional», foram acusados de não ensinarem ofícios nesta missão. O padre Hiler respondia com a nota pela qual salientara como, em 1909, o governador de Tete lhe pedia seis marceneiros e oito pedreiros, além do serviço de encadernação de vários livros, uns cento e dez volumes.

A missão do Miruro ficava no distrito de Tete; foi nomeado para este govêrno o oficial da armada Francisco de Aragão e Melo, antigo aluno do

Colégio de Campolide e congregado do Quelhas. Relatou-lhes, ao chegar, a sua acção revolucionária, ordenando, desde logo, o arrolamento dos bens de Boroma, mandando para o Chinde as irmãs de S. José de Cluny. O padre Hiler resolveu protestar, querendo defender uma obra que levara vinte e oito anos a realizar. O jesuita era de nacionalidade alemã e apelava para o dr. Reuter, cônsul do seu país em Lourenço Marques, narrando como adquirira, em 1887, o terreno onde se construira a missão. Governava a província Freire de Andrade, que recebeu a queixa do cônsul germanico, discutindo-se as situações das missões em blicado acêrca da expulsão dos jesuitas, isto em virtude do Acto de Bruxelas não distinguir a nacionalidade nem o culto dos missionários.

As reclamações foram mais longe, até ao ministro das negócios estrangeiros do império e o cônsul certificava ao padre Hiler «que o decreto de 8 de Outubro de 1910 ficava suspenso na província de Moçambique e que ao govêrno republicano se estava solicitando pela conservação e progresso da obra civilizadora dos jesuitas».

O superior da missão da Zambézia era o padre João Baptista Gonçalves, que viu os seus irmãos das casas missionárias de Miruro e Angonia atravessar a fronteira sob os receios próprios ou as ameaças das autoridades. Mandou-os regressar. Para o caso de expulsão se efectivar, ele telegrafara aos superiores das missões inglesas e francesas da Rodésia e Madagascar, pedindo abrigo para os seus colegas portugueses. Eram eles os padres Gartlan e Delòm.

GRUPO DE ALUNOS DA MISSÃO DE ANGONIA

conformidade com as actas da Conferência de Berlim e da anti-esclavagista de Bruxelas. Apesar de não se atrever a decidir acêrca de assuntos de extrema gravidade, como este era, mandara ao governador de Tete que suspendesse a execução de seus propósitos enquanto aguardava ordens da metrópole. O agente alemão ainda procurara saber, por intermédio de consulta a advogado português, sendo escolhido o dr. Ângelo Ferreira, qual a verdadeira situação dos missionários ante o decreto português de 8 de Outubro de 1910.

O causídico entendia que não tinha fôrça, no caso presente, o diploma pu-

No Miruro os jesuitas, ante a nota do seu chefe, procediam, vendendo o gado por quinhentas libras a Voss, representante da casa Deuss, e distribuiram alguns animais pelos cristãos dos prazos. Os negros, surpreendidos, enchiam-se de medo ante os brancos,

inventando que todos eles iam fazer guerra aos reverendos. Chegaram ordens do provincial Luiz Gonzaga Cabral mandando retirar os seus irmãos para o Brasil e Índia no caso de se efectivar a lei, que ainda não fôra publicada no «Boletim Oficial da Província». Só em 3 de Dezembro ele inseriu o decreto de 8 de Outubro, aplicando-o também a Moçambique, onde o bispo de Siene, e daquela designação, D. Francisco Ferreira da Silva, desejou conservar os inacianos. O comandante militar do Zambeze, Ernesto Gomes da Silva (*), tenente de caçadores, levara a mal a venda do gado Quisera prender os padres, que partiram para Kapoche, no território britanico. Tiveram que ser hospedados em palhoças e ali celebraram o culto no dia 1.º de Janeiro de 1911.

Os ministros da Áustria e da Alemanha em Lisboa não impuseram os jesuitas. Provocaram a maneira de os substituir pelos oblatos e depois pelos irmãos do Verbo Divino. Assim sucedeu, sendo expulsos os inacianos.

A Santa Sé chancelava a cedência gratuita dos bens dos jesuitas aos outros religiosos.

O páreco de Quelimane foi destituido do seu cargo. Era o superior

MISSÃO DE CHUPANGA

dos jesuitas, o que constituia seu puro direito, visto ainda não ter sido publicado o decreto quando fizeram a operação. Fôra ele o oficial que no Rossio, na manhã de 5 de Outubro, deliberara ir a bordo dos navios revoltados, onde declarou, sem autorização dos seus chefes, que os regimentos não atacariam os marinheiros. dos jesuitas e como tal o quisera desapossado o governador do distrito, Felipe Cardoso Dias de Carvalho. Os padres alemães do Verbo Divino substituiam os portugueses, sendo seu superior o padre Limbrock. Não sabiam ensinar a nossa língua. Em 1916, quando da guerra com o seu país, tiveram que deixar as missões por eles ocupadas, passando a exercer a sua acção os missionários de Sernache, sob a chefia do reverendo José Antunes Basilio. Este sacerdote teve grandes desavenças com os protestantes inglêses, que pretendiam exercer domínio na região.

(*) Sendo oficial de serviço na Escola de Guerra, quando da revolução de 14 de Maio, foi morto. Embrulhado na bandeira da república, acusaram-no de reaccionário.

Legislação necessária—Foi em 1913 que o ministro das colónias, dr. Almeida Ribeiro, promulgou a nova lei. Tendo vivido em África como juiz, conhecia o valor da obra missionária, mas criou as missões laicas (22 de Novembro), deixando de considerar função do estado o exercício do culto e o ensino de qualquer religião nas colónias. Por isso o govêrno não tinha que intervir no sustento ou mantença das missões religiosas, as quais, todavia, considerava como elementos civilizadores. Não se distinguiam, porém, os portugueses dos sacerdotes de outras nações e por isso os padres seculares de Moçambique, uns quarenta e cinco, sentindo as vantagens de que os alheios se aproveitariam, pretenderam reagir. Faltava-lhes o apoio do bispo D. Francisco Ferreira da Silva, que retirara para a metrópole após uma longa vida nas colónias, e o movimento começou quando o general Joaquim José Machado assumiu o govêrno da província.

Este notável colonial fôra claro na sua portaria:

«Considerando que muitas das missões religiosas portuguesas estabelecidas nesta província têm prestado largos serviços á instrução e educação dos indígenas e á soberania nacional;

Considerando que o decreto de 22 de Novembro de 1913, que tornou extensivas ás colónias algumas das disposições da lei da separação do Estado e das Igrejas, impede que as ditas missões prossigam nessa obra civilizadora, pelo cerceamento que ela trouxe consigo, dos meios económicos indispensáveis á manutenção dela;

Considerando que é impossível substituir-se num momento a acção das missões religiosas portuguesas pela das missões civilizadoras que o mesmo decreto instituiu e nada aconselha a suspensão daquela até que esta se manifeste;

Considerando que o govêrno central, levado pela mesma necessidade de alterar o decreto, já elaborou e apresentou ao Conselho Colonial o respectivo projecto de alterações, como consta do telegrama de 7 de Julho último de S. Ex.ª o Ministro das Colónias;

Considerando que o estado de guerra em que presentemente se encontra a Europa não permite esperar que tão cedo venham essas alterações ao conhecimento da província;

Urgindo remediar de pronto, para que não se interrompa a instrução e educação dos indígenas, quási confiadas ao labor missionário;

Ouvido o Conselho do Govêrno e aprovado por ele a urgência nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 11.º do decreto de 23 de Maio de 1907;

Hei por conveniente determinar, para ser, provisoriamente, executado, que ás missões religiosas portuguesas, actualmente existentes nesta província, sejam pagas em duodécimos, a contar do princípio do ano económico corrente, as respectivas dotações que lhes foram consignadas no capítulo VII do orçamento em vigor, ficando por esta forma alterado o disposto nos artigos 17.º 29.º § único do decreto de 22 de Novembro de 1913.»

Deste modo se mantinha, desde 13 de Agosto de 1914, a situação dos missionários nacionais em Moçambique (*).

Missão do Maputo — Os padres de Sernache, prosseguindo na sua acção missionária, visitaram, em 1915, o rei Waehwalhe, do Maputo, que, tendo sido educado pelos protestantes, não deixava de confessar sua simpatia pelos missionários portugueses católicos. Este régulo vestia á europeia; até usava sapatos de pulimento, e recebeu muito bem os seus visitantes, enchendo-os de atenções. Deu-lhes leitos de ferro com colchões de arame; emprestou-lhes um guia e assim eles atravessaram para a lagoa Piti, indo até á beira-mar. Lá encontraram uma escola, mas despovoada, e escreveram no quadro: «Viva Portugal! Ama a Deus sôbre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo. Quem estuda o português sabe ler e escrever, facilmente, o landim». Usara-se para estas expressões da língua cafre. Logo os indígenas acorreram a solicitar informações dos missionários, que começaram a sua propaganda e doutrina-

(*) Em 1921, o alto comissário dr. Brito Camacho libertava-os de qualquer obediência á autoridade civil.

Pelo decreto de 15 de Setembro de 1917, o govêrno metropolitano entregava a casa de Sernache aos missionários laicos.

ção. Abriram ali uma escola, fazendo-se, depois, uma obra de larguíssimo interêsse nacional.

Desde ha muito que os reverendos tinham contado com os reis do Maputo. Eles conheciam, muito bem, a história desse povo que tendo começado sob a égide dum só senhor — o Tembe — passara a ter dois e mais tarde cinco: os de Catembe, Matuwini, Maasen, Katwame e Inhaca.

Em 1892, o rei Ngwanasi revoltou-se contra o domínio português, refugiando-se na Zululandia com três mil dos seus vassalos, que os ingleses muito bem receberam. Em 1907, como não lhe corressem bem as coisas ou desejando o seu antigo poderio, mandara escrever aos missionários a fim de eles solicitarem do govêrno que o aceitasse de novo. Não o atenderam. Ficou inglês.

Um príncipe do Maputo — Maadlhalhane — fôra baptizado pelo bispo D. António Moutinho, na presença do capitão Roque de Aguiar e recebendo o nome de António. Os estrangeiros sentiam largo campo no Maputo para as suas missões, embora lá houvesse um residente português. Ante a propaganda alheia, ele instalara uma professora portuguesa em Makasane, a qual não cumpriu com os seus deveres, sendo obrigada a retirar-se enquanto os evangélicos avançavam.

No tempo de António Enes talhara-se uma circunscrição entregue a Roque de Aguiar e as missões de Makasene (de Makassane), Santo António.

Houvera revoltas, as que Mousinho debelou vencendo o Ngwanasi e aprisionando o Bakutge, de Catembe, deportou-o. Mpobobo foi deposto, mas redobrava a acção dos estrangeiros, que ensinavam o inglês.

Freire de Andrade (1907) sentiu esta terrível influência, querendo debelá-la. Determinara que ninguem pudesse ensinar os indígenas desde que não soubesse português falado e escrito. Deu prazo para a aprendizagem. Irritaram-se os intrusos, a ponto de se lhe declararem contrários. Não foram fechadas as escolas americanas, inglesas e suiças. Alguns professores sujeitaram-se a exames, mas nunca ensinaram a língua portuguesa.

Em 1914 ainda continuava a questão, redobrando a propaganda junto dos régulos, a ponto da irritação chegar ao máximo.

A missão de Macassane — Quando o grande missionário D. António Barroso, que levara parte da existência a lidar em África, fôra nomeado bispo de Moçambique, escolhera para fundar a missão (1895) o padre Emílio Esperança Machado, que edificou escola, igreja, internato, posto meteorológico e começou o ensino agrícola, mas a revolta do Ngwanasi prejudicou, de vez, a vida da missão. Sucedeu-lhe o padre Ferreira Lima e logo César do Carmo, Manuel Dâmaso, Esperança Duarte, Hermínio Quintão e Júlio César Machado.

O cónego Sebastião José Alves desenvolveu, largamente, a acção missionária, criando as missões de S. Jerónimo, em Magude, S. Miguel, na Manhiça, S. Benedito, em Muchopes, e Santa Rosa, em Malaice, formando-se, depois, outras sucursais, sempre em luta com os estrangeiros. Em Catembe existia um fulcro de tal maneira desnacionalizador que o padre Ramalhosa, com o seu colega Braz Matoso, teve que fundar uma missão portuguesa para dar a resposta aos inimigos. As missões proliferavam. Estavam em Catembe, Djino Boy, Matutuine, Medibisa e Catuane. Acompanhavam-nos missionárias, a catequização fazia-se com grande número de evangelizadores, existindo no Maputo mais de cento e cinqüenta escolas estrangeiras. Mandaram-se vir os padres trapistas do Natal, onde as suas missões prosperavam. Instalaram-se em Macassane, mas o superior, Willibald, em breve viu a ineficácia da sua acção querendo, porém, instalar-se, apesar dos conselhos do padre Boavida, que lá missionava com êxito ao lado de Ramalhosa.

Chegaram os trapistas alemães, austríacos e italianos entre louvores e alegrias, visto ser grandiosa a sua obra no Natal, imaginando-a semelhante no Maputo. Mesmo após os avisos dos portugueses, o superior partiu para Salamanga, cujo clima era mau, e em breve viu ser verdade o que lhe afirmavam. As febres foram atacando o pessoal, que dentro em pouco discordaria do espírito do seu chefe, o qual se indispusera com os comerciantes, com o régulo e até com a autoridade portuguesa. Em breve abandonavam a missão, que foi infrutífera.

Em 1908 foram reintegrados os padres portugueses, dos quais se tor-

nou superior o reverendo Manuel Boavida.

No ano seguinte já havia muitas escolas, abrindo-se as oficinas de alfaiate e sapataria e a quinta agrícola. Prestaram serviços aos administradores das circunscrições, sob o ponto de vista nacional, tendo desenvolvido muitíssimo as suas missões e recebendo elogios dos governadores Alfredo de Magalhães, José Joaquim Machado, Álvaro de Castro e Manuel Moreira da Fonseca.

O primeiro destes altos funcionários desejou que a missão abrisse uma escola em Catembe, mas a inspecção de finanças declarou não possuir recursos. Com o general Machado sucedeu coisa semelhante e Álvaro de Castro tratou do caso de outro modo. Ordenou que fôssem feitos nas oficinas dos missionários os fatos dos indígenas trabalhadores do caminho de ferro.

Também se abriram missões em Matatuine, com o reverendo Júlio César Machado, superior, e Tomé José Afonso e Hipólito Gonçalves.

Em Malahice esteve o reverendo Joaquim Cruz Boavida, dando um enorme impulso; em S. Benedito dos Muchopes começaram os trabalhos por 1911. Fica nas terras de Gaza, junto ao Majancaze. Fundou a missão o padre Manuel de Jesus Bento, de Sernache, servindo lá, depois, o reverendo José Carneiro. Outras missões se instalaram em Moguianal e na Chupanga.

Entretanto iam-se preparando as missões laicas, após 1917.

Caminho de Ferro de Lourenço Marques ao Transval — Em 1875 foi dada a concessão desta linha importantíssima ao súbdito inglês Moodie, com um subsídio. Não se iniciaram bem os trabalhos. A firma Davenport & C.ª afiançara ao govêrno ter grande influência no Transval e que lhe concederiam facilidades. Os acontecimentos políticos daquele país não tinham permitido a realização do programa estipulado para essa obra, até que, de Pretória, solicitaram a comparência de um engenheiro português em Metalha, a fim de se fazerem novos estudos no terreno. Foi ele Joaquim José Machado, que apresentou os projectos desde o Umbuluze até ao que se referia á parte da cidade a Matinga-tinga, bem como do vale de Incomati, achando este de grande superioridade sôbre os outros.

Desenvolveu proficiente e cientificamente o seu tema, no que J. C. Joubert, membro do Conselho Executivo, estava de acôrdo, como grande conhecedor da região. Paulo Kruger, vice-presidente do govêrno, concordava em apresentar os traçados á comissão encarregada especialmente do assunto e decidiram.

«1.º Que seria restrita á parte da linha fronteira que assenta na margem direita do Incomati o ponto de junção dos dois troços do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transval, mas que esse ponto devia ser precisamente fixado por uma comissão mista, formada por delegados dos dois governos, depois do Transval proceder aos estudos da directriz.

2.º Que o ponto do Transval escolhido para «terminus» do caminho de ferro, ponto não fixado no protocolo anexo ao tratado de 11 de Dezembro de 1875, se determinava, agora, que fôsse Pretória.»

Os acontecimentos que sobrevieram, falta de entendimento claro da convenção, levaram o Transval a fazer reclamações, ante as quais a sentença do tribunal arbitral de Berne condenava o govêrno português a pagar o valor da linha, na importância de 612.560 libras (2.756.520.000 réis).

Houvera negociações para um convénio, antes da guerra de 1899, as quais prosseguiram depois da paz, em 1902, sendo já a antiga república domínio inglês.

Convénio e acordos com o Transval — Fez-se, então, o «modus vivendi» que vigoraria até 1909.

O caminho de ferro lá tinha a sua cláusula. O Transval poderia utilizá-lo para as suas relações com o mar, devendo construir-se um pôrto, para mais fácil acesso das mercadorias. A colonia inglesa daquela região poderia contratar indígenas para os trabalhos em seus territórios. Deviam ser aumentadas as condições do transporte na linha férrea, para que houvesse rapidez de vasão não só ao que exportava, mas ás importações necessárias após a devastação da guerra.

Construiu-se, então, o esplendido pôrto de Lourenço Marques com o seu cais denominado Gorjão, que custou perto de quinhentas mil libras. É o mais moderno e o melhor da África. Tem uma milha de comprido; cabem nele doze navios de grande tonelagem.

Onze grandes armazéns servem de depósitos ao tráfego, havendo ainda os destinados ás mercadorias do Estado e em trânsito. Vinte e três guindastes garantem a perfeição das cargas e descargas. O material, os engenhos, as comodidades de toda a ordem para a navegação ali se fizeram, havendo uma doca sêca, prestável até para navios de mil e duzentas toneladas, e ainda outras duas abrigos. Em 1915 concluiu-se uma esplêndida instalação carvoeira, sendo necessária outra (1923), visto o enorme desenvolvimento do pôrto.

Ficou assim cumprido, desde o comêço, uma das cláusulas do «modus vivendi», tanto ou mais importante da Suazilandia. O govêrno português completaria a obra no seu território.

Realizou-se uma conferência (1903) entre sir Pery Girouard, comissário geral dos Caminhos de Ferro, e o engenheiro português Lisboa de Lima, tendo presidido a este encontro, em Lourenço Marques, o governador Garcia Rosado.

Fizeram-se os estudos em 1905. Quando João de Azevedo Coutinho chefiava a colónia, foi convidada uma missão de técnicos para ir ao Transval a fim de acordar no traçado.

Nesta altura lord Selbourne tomou conta do cargo que lord Lauley deixava. O caso tomava estranhas proporções que deviam ter outra solução.

ASPECTO DO PÔRTO DE LOURENÇO MARQUES

do que o do caminho de ferro. O de Lourenço Marques-Ressano Garcia, a ligar com o transvaliano, não chegava para o enorme movimento e por isso se determinou resolver o problema.

Caminho de ferro da Suazilandia — Isto só podia ter êxito com uma nova linha, a qual, por mais curto trajecto, ligasse Lourenço Marques com as regiões mais importantes do Transval, isto é, a que tinha o seu encontro em Johanesburgo. Trataram deste acôrdo lord Milner, alto comissário britanico na África do Sul, e o general Rafael Gorjão, governador geral de Moçambique (1902). O Transval já estudara a sua linha de Johanesburgo a caminho

As colónias inglesas dos sul clamavam contra a vasão pelo pôrto de Lourenço Marques, porque o Cabo ficava sem o tráfego que sempre desejara atrair. Era o competidor, o caminho de ferro da Suazilandia. Lord Selbourne não podia deixar de atender os seus compatriotas e daí o ter parado a linha em Breyton, sem seguimento no terrtório português. Entretanto a via férrea portuguesa aproximava-se da fronteira. Do lado de lá procuravam, também, encurtar as distâncias, dando-se, ao mesmo tempo, ao caminho de ferro de Lourenço Marques-Ressano Garcia maior capacidade de transporte. Todavia,

começava-se a construção do caminho de ferro da Suazilandia na parte relativa á ligação. Foi construida a linha portuguesa. Nesta altura descobriu-se que o carvão transvaliano não podia concorrer com o daquela região, que, estando mais perto do comboio, conseguia melhores resultados. Ao próprio Transval não convinha já que se construisse o ramal, para não dar vasão aos rivais, mas, a partir de 1905, sucedeu que tendo os boeres aperfeiçoado os seus sistemas de exploração nem deste modo conseguiram o apetecido domínio sôbre o carvão do Natal, o que não durará sempre, embora a tendência seja para se melhorarem as condições dos portos rivais. Natal e Cabo são os grandes inimigos do nosso grande pôrto colonial.

PÔRTO DA BEIRA

O caminho de ferro de Lourenço Marques-Pôrto (Estado) tem 340 quilómetros de extensão. O seu tráfego foi de 1.500.000 toneladas de mercadorias e 330.709 passageiros (1926). As receitas chegaram, neste ano, a 384.000 libras.

Na província ha, ainda, os caminhos de ferro de Quelimane e de Inhambane, aquele com 144 quilómetros de via e este com 90. O caminho de ferro de Lourenço Marques (Estado) tem 66 quilómetros e mais 40 em construção (1926). As linhas económicas são Quelimane-Maquiavel, Boror e Sena-Sugar, com respectivamente, 30, 80 e 40 quilómetros.

A primeira prosperou formidavelmente.

Desenvolvimento da Companhia de Moçambique — Depois da remodelação da Carta Orgânica desta Companhia (1897) foi ampliada de cinco para dez anos para a colonização. Fundou-se, então, perto de Macequece, a colónia do Inhamassanga (Meireles), servindo-se dos colonos recenchegados. Dera-se-lhe este nome em virtude dos serviços do visconde de Meireles.

Apresentara ao govêrno, conforme o texto dos tratados, o seu regulamento de colonização (1 de Abril de 1897) e no qual, em virtude da má experiência realizada no Vale do Buzi, pretendia instalar as suas estações só em lugares de altitude superior a 800 metros. Largo tempo demorou a aprovação e no ano seguinte o estado declarava não considerar aquele projecto incluido na Carta Orgânica. Em virtude do parecer da Junta Consultiva do Ultramar, mandava que a Companhia se cingisse á sua nova Carta. Mandar-lhe-ia quinze famílias de lavradores para se tornarem o fulcro da população sob a chefia de indivíduo competente, a fim de se realizarem culturas experimentais.

Houvera, porém, da parte da Com-

panhia a queixa de não serem sempre capazes de trabalhar a terra os colonos que o govêrno enviava, sendo necessário inventar colocações para eles, a fim de não darem, ante os estrangeiros, um ruim espectáculo. De 1894 a 1898 chegaram á Beira 890 homens, 234 mulheres e 187 crianças. Muitos não queriam ir para a colónia Meireles nem para Manica. Alguns, mesmo, ao chegarem a este pôrto declaravamse desconhecedores dos trabalhos do campo e apresentando-se com ofícios bem diferentes. Houve mortes, regressos á metrópole, doenças, fugas, para não se pagar á Companhia adiantamentos recebidos, sendo pouquíssimos os que queriam dedicar-se á agricultura, tornando-se assim inviável a colónia Meireles, que custou muito cara.

Falharam também as tentativas do Buzi e Manica, mas prosseguia-se facilitando as concessões, insinuando aos seus empregados que lhes votássem as economias feitas e, deste modo, começou o desenvolvimento agrícola, improvisando-se proprietários que, aplicando os negros ao trabalho, fizeram maravilhas. Pouco a pouco iam sendo atraidas outras pessoas, logo beneficiadas, e chegara-se ao desejado. Em 1900 havia no território 107.677 habitantes (2.064 brancos, 534 asiáticos e 104.914 negros). Em 1924 existiam 3.033 brancos, dos quais 1.657 portugueses; os ingleses eram 808, gregos, 255; alemães, 90; italianos, 82; franceses, 35. O resto pertencia a diversas nações, mas, como se vê, em pequeno número. Os mestiços eram 1.592, sendo 1.436 portugueses, 151 ingleses e um americano, dois franceses e dois gregos. Os asiáticos («monhés») chegavam a 1.262, sendo na sua maioria britanicos; portugueses eram 153, chineses 290 e siríacos 14. Os negros eram 291.463, dos quais 288.157 portugueses e o resto ingleses.

CAMINHO DE FERRO DA BEIRA

Enquanto ás concessões feitas até este período, estendiam-se a 846.885 hectares em 1.037 concessões, das quais 609 pertenciam a portugueses, com os seus 445.045 hectares; seguiam-se os britanicos, com 280 concessões (305.054 hectares); os gregos, 4.193 hectares, nas suas 70 con-

cessões, e os de outras nacionalidades com 78 concessões (54.856 hectares).

O milho é a mais fértil das plantações; o terreno recebe-o e reprodu-lo admiravelmente. Fornecia, a Companhia, as sementes para a experiência; pelo preço do custo, as da cultura intensiva; alugava por preço comezinho as máquinas agrícolas (lavra e debulha) e ajudava na procura de auxiliares indígenas. Instalou repartições de veterinária e agronomia, adiantando os salários dos trabalhadores. Fez isto em 1911 e os resultados foram magníficos em Manica e Chimoio. Toda a gente queria terrenos para esta cultura e como por um milagre os terrenos tornaram-se de uma exuberante produção. Com a grande guerra o milho atingiu o mais remunerador dos preços. Ganharam muito dinheiro os agricultores, construindo excelentes habitações, mas, ao descer o género, deviam ter sentido que melhor teriam empregado o seu dinheiro em novas explorações. O crédito agrícola passou da Companhia para outros organismos, como o Nacional Bank of South, que os tomou «nas condições em que eles vinham sendo dados e com as cautelas e restrições que as circunstâncias impunham».

Banco da Beira e outros organismos — Em 1919 fundou-se o Banco da Beira. Nasceu com o crédito bancário. Começaram as dificuldades, em virtude da monocultura. O milho tinha concorrentes nos mercados. Foi necessário restabelecer o «Crédito Agrícola», destinado ao «pagamento das despesas de exploração — mão de obra, sementes e sacaria. É garantido pelas colheitas — penhor agrícola. Só pode ser concedido aos então concessionários de terrenos que fôssem devedores do Banco da Beira. É distribuido e adiantado pelo Banco da Beira, sob a fiscalização do comissário do govêrno junto do mesmo Banco. O juro era de 8 % ao ano, 6 % para a Companhia, 2 % para o Banco. Os juros vencidos são capitalizados. Fundo posto á disposição no Banco da Beira, 50.000 libras, sendo depois elevado a 60.000».

Criara-se a Cooperativa dos Agricultores, com sede em vila Pery, sendo seu capital 22.500$00 em ouro, distribuido em acções de 100$00 (ouro).

Instalara-se uma esplêndida repartição de agricultura, a fim de se atender ao desenvolvimento progressivo do principal objectivo da Companhia.

O açúcar também ocupa um grande lugar no programa estabelecido. Duas emprêsas tratam deste género, a Sena Sugar Estates, com suas fábricas de Marromeu e Caia e seu nome inglês, que não devia ser admitido, e Companhia Nacional do Buzi, com suas fábricas de Inhanguvo e Nova Lusitânia.

A primeira possui plantações de 9.028 hectares; a segunda de 3.587. O rendimento do açúcar exportado chegou a 3.615 contos (1924).

A par desta riqueza ha, também, a da cultura do algodão, que os próprios indígenas já fazem em grandes tratos no Chemba e em Sena, nas margens do Zambeze e no interior até á fronteira do Gorongoza. A Companhia Algodoeira de Moçambique tem selecções admiráveis de sementes e as suas oficinas são modelares.

A Companhia Colonial do Buzi fabrica cal e tijolos. A Moçambique Industrial e Comercial tem, na Chupanga, as suas instalações para o trato do sisal, mas é precário o resultado em virtude da baixa dos preços do produto. A firma Caeiro Ltd.ª entrega-se á fabricação de tejolos em larga escala.

Existem, ainda, as indústrias do sabão e do tabaco, exploradas pela Sociedade da Munhava e Emprêsa dos Tabacos da Beira, havendo também as indústrias de serração e das lavras de pedreiras.

As minas de ouro e prata, que tinham sido o grande atractivo de Manica, o deslumbrante sonho do passado, não apresentam mais dó que germes de aluvião, talvez porque não se fizessem, ainda, as pesquisas a profundidades necessárias.

De 1909 a 1923 apenas se conseguiram 164.443 onças de ouro, no valor de 706.993 libras. As pedras preciosas são de quarta classe, havendo também outras tentativas para a extracção de diversos metais.

O ouro dos territórios de Manica e Sofala é o milho, e a prata o algodão.

Portos da Companhia de Moçambique — Para dar vasão a estas mercadorias criou-se o pôrto da Beira, cujos trabalhos foram morosos, mas sentindo-se quanto era indispensável ter um abrigo para os navios e um escoante para os géneros, através de tudo se realizaram as obras. Tratou-se do cais, de 540 metros de comprimento na pri-

meira série; á segunda e terceira cabem 360 metros, á quarta 760.

É porém necessário ver como o pôrto terá, em breve, um larguíssimo desenvolvimento, visto ficar no seu âmbito comercial todo o tráfego das duas Rodésias, do sul do Congo belga, territórios de Niassa desde o Zambeze a Blantyre.

Vai ser construida, pela Central África Railway, uma ponte sôbre o Zambeze que deve custar mais de milhão e meio de libras. Medirá três quilómetros.

Além do pôrto da Beira, possui, esta poderosa Companhia, os de Sofala, Chiloane, Mambone, Bartolomeu Dias e Mocoque.

Caminhos de ferro — Duas grandes linhas atravessam o território da Companhia. A primeira liga a Beira á raia da Rodésia em 346 quilómetros de via. A segunda, a trans-zambeziana, vai do Dondo, perto da Beira, até Murraça em 300 quilómetros. Existem ainda as linhas da Sena Sugar.

A Beira Railway, que construiu o caminho de ferro Beira-Rodésia, desenvolveu uma enorme actividade, tendo hoje nove gares e vinte e cinco apeadeiros.

A linha custou 3.300.000 libras. A extensão é de 15.201 quilómetros.

Também a Companhia tratou de abrir estradas, vias de comunicação, carreteiras, estando perfeitamente ligadas todas as zonas do vasto território. Asseguraram-se, igualmente, as vias fluviais no Pungué, Buzi e Save.

O serviço dos correios é privilégio da Companhia e esplendidamente organizado; as rêdes telegráfica e radiotelegráfica e telefónica também merecem muito bem os cuidados que houve em assegurar comunicações através das várias localidades. As principais denominam-se: Beira, Vila Pery, Macequece, Buzi, Gonaro, Cheringoma, Vila Fontes, Mocoque, Marromeu, Sena, Vilas Machado e Paiva de Andrada, Sofala, Mambone e Chiloane.

A instrução não foi descurada no território, pois ao cabo de três meses de instalação já possuia as chamadas escolas Tito de Carvalho e Oliveira Martins.

Hoje existem na Beira as escolas Padre Rafael, Tito de Carvalho e Beato Nuno.

Em Mambone, Macequece, Mossuriz, Vila Fontes, Cheringoma, Neves Ferreira, Chimoco, Buzi, Gorongoza e noutras localidades existem até escolas de artes e ofícios.

CAPITULO LII

OS ALEMÃES EM MOÇAMBIQUE

Expedições Moura Mendes e Ferreira Gil — Palma — Mahuta — Rovuma — Nevala — Kiwambo — Matchemba

Expedição Moura Mendes — Deflagrada a Grande Guerra (*) era imprescindível defender os territórios africanos. A vizinhança das colónias alemãs na África Oriental ainda mais apressava o envio de expedições para aquelas paragens.

Os germanicos visavam-nas com a ganância e a cupidez de sempre. Toda a tradição portuguesa nada representava para o teutónico, ansioso de assegurar as suas posições.

O general von Letow, enviado para a África Alemã, organizara, rapidamente, as suas colunas.

Portugal, assim como mandara os seus expedicionários para Angola, do mesmo modo preparou os seus reforços destinados a Moçambique.

Estava-se ainda a distância da declaração de guerra com a Alemanha, a qual só se efectivou em 19 de Março de 1915. O primeiro contingente português partiu para aquela possessão em 18 de Agosto de 1914, sob o comando do coronel Massano de Amorim, levando como objectivo reforçar a guarnição da província. Compunha-se de mil e quinhentos homens.

Seguiria, depois, o novo governador, Álvaro de Castro, advogado e major do exército, republicano de categoria e que, ao chegar a Lourenço Marques, recebera a notícia da possibilidade de um ataque germanico ao norte de Moçambique.

Telegrafara imediatamente ao govêrno solicitando instruções.

(*) Os precedentes da declaração de guerra figuram nas páginas referentes a Angola.

Já o Transval pusera dois mil soldados brancos em pé de guerra, bem como vinte mil indígenas magnificamente armados.

Partira de Lisboa, com o governador, uma nova expedição chefiada pelo coronel Moura Mendes (Outubro de 1915) levando como chefe do estado-maior o capitão Liberato Pinto.

Em 1 de Março chegava de Lisboa um telegrama no qual se dizia o seguinte:

«Sendo provável govêrno resolver breve tomada Kionga peço V. informar que recursos militares julga indispensáveis, além dos já aí existentes; efectivo fôrça alemã a que julga teremos fazer frente e efectivo e situação das fôrças inglesas mais próximas.»

Álvaro de Castro não podia fornecer os informes, em virtude do comandante da expedição ignorar o que se passava. Recebera a notícia do estado de guerra e depois as ordens para impedir a invasão do território.

O próprio governador decidira tomar a direcção das operações, para as quais faltava o mais rudimentar preparo. O govêrno de Lisboa parecia alheio á gravidade do conflito; fazia interrogações a que dificilmente se poderiam dar respostas precisas. Aquela ideia de tomar Kionga, o pedacito de terra de que os alemães se tinham apossado, anos antes, era fraco objectivo. Hesitava-se em tomar a ofensiva. Parecia tactear-se. Foi dada ordem para que o chefe da expedição fizesse a tomadia de Kionga mal lhe fôsse determinado, devendo ocupar, depois, o território ao norte do Rovuma — Mikindi, Lindi.

As tropas estavam inactivas em Pal-

ma. Sentia-se o desânimo invadindo as fôrças mal aquarteladas, até que se julgara conveniente «ocupar a colónia alemã até ao Rufji, sem prejuizo de ulterior cooperação com os ingleses ao norte do lago Niassa».

Pensava-se em entregar ao coronel Garcia Rosado o comando da expedição, a fim de se fazerem ofensivas rápidas, para o que seriam necessários mais contingentes, logo requisitados. A primeira acção seria sôbre Kionga, o que se realizaria sem esfôrço.

Ocupação de Kionga — Quando da questão do limite da província de Moçambique, em 1890, a Alemanha reconhecera a nossa linha fronteiriça com determinados vizinhos de territórios de Zanzibar (1890). Dois anos depois aquela nação lançou o seu protesto, visto apetecer-lhe a baía de Kionga, tomada em 1894, sob o pretexto de que ficava no âmbito da sua influência.

Era o que se ia reinvindicar pelas armas, mercê da Grande Guerra, na data de 10 de Abril de 1916.

Marchara-se, em 4 do mesmo mês, para a localidade com a coluna do major Portugal da Silveira, da expedição Moura Mendes. Quatrocentas praças entraram na vila, que estava abandonada.

Nhica e Chivinde — Montaram-se, logo, cinco postos a oeste de Rovuma: Nhica, Nachimacoca, Namoto, Namiranga e Namaca.

Pouco depois, os alemães atacaram Namoto, tendo-se resistido e destacando-se uma pequena coluna para fazer um reconhecimento. Os landins portaram-se bravamente e depois da vitória apossaram-se dos despojos de víveres dos vizinhos, que devoraram jubilosamente. Houve dois oficiais que se portaram com pouca presença de espírito, tendo-se distinguido neste encontro os alferes Craveiro Lopes e Fonseca e o sargento Cortez.

KIONGA

Os germanicos atacaram Nhiça, onde foi morto o sargento Benigno, que muito bem se conduzira, dois soldados brancos e um indígena. Lançando-se sôbre Mitomo, rechaçaram a guarnição portuguesa.

A guerra não se apresentava muito favorável para a expedição Moura Mendes. O inimigo tomara o posto de Chivinde.

O «Adamastor», sob o comando do capitão de fragata Freitas Ribeiro, fôra mandado auxiliar as fôrças do

exército, tendo fundeado em Palma — 17 de Maio — largando para Kionga.

Como o major Moura Mendes desejasse actuar em Mikindi, solicitara que o cruzador bombardeasse esta baía, o que não se pôde realizar em virtude da declaração do comandante, segundo a qual não lhe seria fácil actuar sem combinação com o almirante britanico, o que se realizou.

Todavia, comprometeu-se a preparar uma flotilha de desembarque.

As operações maritimas no Rovuma — A improvisada esquadrilha que o «Adamastor» devia fornecer para a cooperação com as fôrças do exército, no ataque aos alemães, foi comandada pelo capitão-tenente Quirino da Fonseca, imediato do cruzador.

Dedicado a assuntos literários, a ponto de se tornar sócio da Academia das Ciências por seus trabalhos sôbre navios antigos, quisera retomar o seu posto na marinha ao começar a grande guerra, visto ter pedido licença ilimitada, quando da proclamação da república, tendo ido servir na marinha mercante brasileira.

Decidira-se, pois, a combater, sendo nomeado imediato do «Adamastor», cujo comandante José de Freitas Ribeiro devia desembarcar na Índia, onde ficaria por governador. Á guarnição pertenciam outros oficiais além daqueles e os quais eram os primeiros-tenentes Ernesto Bizarro, Almeida Brandão, Vicente Lopes e Pedroso de Lima; o segundo-tenente Carvalho Rodrigues, os guardas-marinhas Artur Betencourt e Prestes Salgueiro, o primeiro-tenente maquinista José Miguel Gomes, e segundo-tenente Júlio Augusto Ferreira; o segundo-tenente médico Manso Preto da Cruz, comissário naval Aníbal Cowachich, guardas-marinhas maquinistas Leão dos Reis, Alfredo Rodrigues e António José Martins. Também iam a bordo os aspirantes Maia Rebelo, que seria promovido a guarda-marinha, e Janeiro.

Compunha-se a frota de combate de dois escaleres a vapor, a que se aplicaram chapas de aço e pranchões de madeira a estibordo, e por duas baleéiras da mesma forma defendidas.

De tal modo só aquele lado podia servir de alvo ao inimigo, para o que se fariam as adequadas manobras, a fim de se não deixarem as tripulações a descoberto.

O comandante da esquadrilha preparara-a dentro dos recursos que escolheu, e tendo montado a artelharia, com as máximas dificuldades, em semelhantes barcos, largou para a sua missão em 21 de Maio de 1916 sob o ataque que se fazia de bordo do cruzador ás posições alemãs, num bombardeamento forte das Krupp de quinze e dez e meio.

Navegava-se para uma temeridade que agradava aos jóvens aspirantes e guardas-marinhas que comandavam aqueles improvisados e frágeis barquinhos de guerra. Eram eles Prestes Salgueiro, Rodrigues Janeiro e Maia Rebelo. Este aspirante desejou fazer um desembarque no território alemão, no sítio da Fábrica, acompanhado por um sargento e alguns marinheiros. Os ocupantes do território tinham-no abandonado momentaneamente, o que os arrojados rapazes ignoravam. Saltaram em terra, lançaram fogo a alguns aquartelamentos, e, após uma tomadia, recolheram a bordo do seu batel sem terem visto o inimigo, que em breve se vingaria.

Constituira este lance o primeiro acto bravo desta arremetida contra tão poderosos adversários.

Tinham decorrido dois dias. A 23 de Maio os alemães atacaram, tendo matado três marinheiros e ficando outros feridos. O aspirante Rodrigues Janeiro, bravamente, de pé, na sua baleeira, estava a cinqüenta mêtros de distância da terra, da qual vinha uma intensíssima fuzilaria, feita a coberto de redutos. Ordenou aos marinheiros que se abrigassem e num arrebatamento, nobre, cheio de mocidade e de altivez, soltou vivas á Pátria e á República, como um heroi antigo ungindo-se e vendo a seu lado, na mesma atitude, todos os homens da sua equipagem, que não tinham querido ocultar-se. Foi neste momento que Prestes Salgueiro, comandante de um dos escaleres a vapor, vendo o perigo que o seu camarada corria, intemeratamente, mandou avançar para se fazer o reboque da baleeira tão alvejada pelo inimigo. Ficaram ambos sob aquele violento tiroteio, mas Maia Rebelo, com o outro escaler, acorreu e safando a baleeira do alcance das balas praticou uma nova temeridade.

Dava uma admiravel lição de bravura.

Algumas fôrças do exército assistiam a estes actos heroicos dos rapazes, audaciosos em demasia, que os feridos na peleja saudavam com os seus camaradas incólumes, a bordo do «Adamastor». Sintetizava-se: «Com oficiais daqueles vai a gente para o fim do mundo!»

Não se detinham mais os arrebatados oficiais e aspirantes com a sua escolhida marinhagem. Empenhar-se-ia a acção da travessia do rio em 27 de Maio, conforme se tratara com o quartel-general do exército. O governador Álvaro de Castro estava a bordo do cruzador, que, pelas oito horas da manhã, começou a bombardear as posições inimigas.

Durante uma hora tiveram as peças de bordo á distância de oito mil metros sôbre arvoredos espessos. Ao mesmo tempo, tentar-se-ia o desembarque das fôrças de infantaria europeia e indígena, que atravessariam o Rovuma para dar combate aos alemães na outra margem. Embarcaram no resto dos escaleres do navio e nalguns da «Chaimite», cujo gasolina foi entregue ao aspirante Rodrigues Janeiro, que já dera as suas provas. Desta vez praticava uma autêntica loucura, o valentíssimo rapaz. Em tão frágil barco, cuja borda quási roçava as águas, carregara muita gente e, de pé, conforme o seu hábito nestes lances, mandara avançar, no desejo de ser o primeiro no desembarque em território alemão.

Quirino da Fonseca, com Maia Rebelo, tomara lugar num escaler a vapor, no qual ia de maquinista o sargento condutor Sebastião Jesus do Nascimento. O fogo dos germanicos era muito vivo; já a embarcação do comando do aspirante Rodrigues Janeiro sossobrara, sob a metralha, com o seu chefe, todos os tripulantes, os soldados europeus e indígenas e os oficiais que os comandavam. Fôra uma singular travessia aquela; a tentativa heroica de um valente de poucos anos, querendo arremeter contra o inimigo entrincheirado. Perdera-se o gasolina; as águas enguliram os corpos dos bravos, sendo cada vez mais cerrado o fogo dos alemães.

O bombardeio continuava de bordo do «Adamastor». Havia muitos feridos nos barcos. Era impossível a defesa porque ninguem se podia mexer dentro deles em virtude da aglomeração, tornando-se crítica a situação. O sangue português tingira as águas do Rovuma. O comandante da esquadrilha partira para o cruzador, a conduzir os numerosos feridos, estando ele próprio atingido por queimaduras no rosto e no antebraço. Encontrava-se a bordo do cruzador o capitão de mar e guerra britanico Boyes, do «Thistle», que desejara assistir ás operações.

O corpo do aspirante Janeiro seria encontrado mais tarde. Seus restos, confiados ao cuidado do primeiro-tenente João Belo, foram encerrados num caixãozinho, que se colocou no porão do «Adamastor».

Tinham ficado no rio as embarcações, algumas das quais não conseguiram chegar á outra margem, tão vivo fôra o fogo inimigo. Em todo o caso, alguns homens lá tinham desembarcado e entre eles fracções de infantaria, a embarcarem de novo, tendo deixado na margem um oficial ferido, o tenente Ferreira. Ocultando-se num moitedo, de ali agitava uma bandeira que um dos escaleres arvorara.

O guarda-marinha Prestes Salgueiro, excelente desportista, despira-se; e deitara-se a nado, cortando as águas do rio, onde os jacarés abundam, e fôra buscar o seu camarada do exército, deixando-o na orla portuguesa do Rovuma, onde os sargentos da armada José da Fonseca e Lopes de Sá comandavam o fogo das Hotchkiss das peças de quarenta e sete da «Chaimite».

Maia Rebelo voltara a bordo ferido de tal maneira que tivera de ser enviado no «Luabo» para Lourenço Marques, bem como vários marinheiros, com ferimentos da máxima gravidade.

Novamente Quirino da Fonseca fôra para a sua esquadrilha. Na manhã de 28 de Maio ela voltava para o cruzador, onde, ao toque das Avé-Marias, se ia celebrar uma imponente cerimónia. Freitas Ribeiro mandara formar a guarnição e, apesar de ter sido abolido pela república o toque de finados, ele ordenou-o, devendo executá-lo um antigo chegador, visto o corneteiro o desconhecer.

Antes, porém, o comandante orara á equipagem, devidamente formada com seus oficiais, e dissera que «todos tinham cumprido o seu dever. Não se deviam esquecer os camaradas mortos em combate, e por isso, em-

bora não fôsse da ordenança, aquele toque de finados, ia mandá-lo fazer. Quem fôsse religioso rezasse as suas preces pelo eterno descanso dos mortos no Rovuma e quem não tivesse essas crenças respeitasse a dos vivos e a memória dos mortos». Ordenou: «Tirar bonés!» Subiu o som evocador

GENERAL FERREIRA GIL

da honrosa morte dos oficiais, marinheiros e soldados caidos no Rovuma.

Impressionados, pela cerimónia, ao cair da noite, no fim do combate terrível, os bravos deixavam correr pelos rostos as lágrimas comovidas. Estavam ainda perfilados. O comandante não fizera a mais pequena alusão aos feitos do guarda-marinha Prestes Salgueiro, do aspirante Maia Rebelo, á morte de Rodrigues Janeiro, englobado, com os outros, na oração fúnebre que pronunciara antes do comovedor toque de finados.

Todavia, Freitas Ribeiro mandara que todos os oficiais que tinham tomado parte na acção escrevessem os seus relatórios, a fim de se premiar quem o tivesse merecido.

Quando as fôrças do general Ferreira Gil atravessaram o Rovuma, em Setembro de 1916, a margem alemã estava desocupada. A bordo do cruzador, em sinal de gala, pela entrada dos portugueses naquela região, mandara-se içar, com toda a pompa da ordenança, uma bandeira nacional de sêda, oferecida pelas senhoras de Tavira e que até aí estivera gurdada. Ia realizar-se um acto solenissimo.

Maia Rebelo, já promovido a guarda-marinha, foi pegar na adriça com o seu colega Prestes Salgueiro. Ambos se tinham distinguido da maneira mais honrosa naquele combate de 27 de Maio, em que tanto sofrera a marinha e o exército português. Convidados pelo comandante para semelhante honra, os jovens marinheiros, ante a guarnição formada, aguardaram que o imediato, capitão-tenente Quirino da Fonseca, que comandara a esquadrilha, içasse a insígnia da Pátria.

Comemorava-se, deste modo, a tentativa de passagem do Rovuma, em que houvera heroismos no meio de desastres, que se deviam celebrar tristemente em recordação dos mortos pela metralhada germanica.

Subira a bandeira no penol da carangueja ante a tripulação do «Adamastor».

Expedição Ferreira Gil — Segundo as informações do coronel Moura Mendes, o inimigo não devia ter em armas mais de três mil e quinhentos europeus. O governador Álvaro de Castro computava aquele exército em 1.690 europeus e 12.950 negros (os askaris).

Os ingleses batiam-se dispondo de duas fortes colunas, os belgas de uma, os transvalianos de um autêntico corpo de tropas, sob o comando do general Smutz, que desejava ver os portugueses combatendo, longe deles, numa linha interna.

Fizera-se a concentração das tropas expedicionárias em Mafra, requisitaram-se víveres, entre os quais surgira uma singularidade: «o rancho confeccionado», espécie de conserva destinada a substituir os frescos e os cozinhados. Organizara-se muito mal o abastecimento. O vinho ia em barris que estalavam com o calor; os medicamentos foram mal acondicionados, sendo alguns deles autênticas falsificações, que se davam, como os géneros, fortunas aos fornecedores, prejudicaram a saúde dos soldados e até mataram muitos peixes na baía de Mo-

cimboa, quando foram lançados á água.

Embarcaram, os expedicionários, no vapor «Portugal» (28 de Março de 1916); «Moçambique» (5 de Junho); «Zaire» (24 de Junho); «Machico» (a 28) e «Amarante» (18 de Julho).

Desembarcaram na baía de Tungue, com o seguinte objectivo: invadir a colónia alemã, atravessando o Rovuma até ao Rufiji.

O general Ferreira Gil recebera a expedição já organizada pelo coronel Garcia Rosado, que não assumiu o comando, não tendo, por isso, concluido os necessários preparativos.

O quartel general compunha-se dos seguintes oficiais: chefe do estado-maior, major Eduardo de Azambuja Martins; adjuntos, capitães Mário Xavier de Brito, Pereira de Mesquita, Sampaio, Almeida e Melo, Armando Bartolo Machado, Alfredo Ferreira Gil e António Lopes Martins. Ajudantes do general Ferreira Gil, capitão João Luiz Ferreira de Silva e Joel Gomes Vieira. Comandante do quartel general, alferes Carlos Tavares Afonso dos Santos, cujo nome literário de «Carlos Selvagem» constituia já uma brilhante afirmação. Provisor, o alferes da administração militar Francisco Hermenegildo Calado.

A engenharia era comandada pelo capitão Roberto de Oliveira Pinto, tendo por adjunto o alferes Fernando Jácome de Castro; a artelharia, por Artur Gonçalves Rocha, sendo encarregado do material o tenente do quadro auxiliar José Cebola.

O serviço de saúde competia aos médicos Figueiredo e Melo e Custódio de Oliveira Pessa, ficando as formações hospitalares a cargo dos capitães médicos Sousa Magalhães e José Augusto Rodrigues, tenentes Duarte Pinto Coelho, Rafael Futscher de Magalhães, José Maria Coelho Júnior, Francisco Côrte Real, Cândido de Sousa e Eduardo Schultz, tenente da administração militar Silva Simões e alferes Figueiredo Ribeiro e tenente Pedro Ferreira da Silva, farmacêutico.

Os serviços administrativos couberam ao chefe, major do serviço da administração militar, Alberto de Laura Moreira. Adjuntos: os capitães do serviço de administração militar, Armando de Almeida Lima, João Nunes Balbino Dias, Fernando Emílio Pereira de Vilhena, Luiz Inácio de Seixas e Vasconcelos, Jaime Pereira da Silva e João Sebastião Ramos; os tenentes do mesmo serviço, António Augusto da Costa Alves, Joaquim Gomes Salazar Braga, Agnelo Augusto de Gouveia Cabral e Acácio Augusto Nunes da Silva; e o alferes do

ÁLVARO DE CASTRO

mesmo serviço, Mário de Figueiredo Rodrigues de Almeida.

Os do secretariado militar ao tenente do secretariado militar, chefe da 1.ª Repartição da 2.ª Direcção do estado maior do exército, Mário Herculano dos Santos Rego. Alferes do secretariado militar, em serviço no quartel general da 1.ª divisão do exército, António Monteiro e Júlio Carvalho Vidal, e arquivista da 7.ª Repartição da 2.ª Direcção Geral da Secretaria da Guerra, Artur Gerardo Bastos dos Reis.

Do serviço telegráfico foi encarregado o tenente do regimento de infantaria n.º 16, Jorge Castilho; e do serviço de transportes os seguintes oficiais: comandante, o capitão do regimento de infantaria 33, Luiz Carlos de Almeida da Costa Pereira. Tenentes: do estado-maior de infantaria, Fernando de Castro da Silveira

Canedo; do regimento de infantaria 5, Alberto Herculano de Morais; e do regimento de infantaria 16, João Carlos Teles de Azevedo Franco; e da secção de automóveis, o director da oficina de reparações, o capitão do estado-maior de artelharia a pé, Alfredo Augusto de Barros Júnior, indo o seguinte pessoal para os postos a estabelecer: tenente miliciano do regimento de infantaria 23, João Pires de Carvalho, alferes do regimento de infantaria 1, Manuel Pinto da Fonteiros, João António Gonçalves da Cal.

O corpo de tropas formava-se com o regimento de artelharia de campanha, 1.º grupo, sendo comandante o major Leopoldo Jorge da Silva. Ajudante, o alferes Armando Monteiro Leite; adjuntos: os tenentes Cipriano Canavarro de Almeida e Brito e Salvador de Oliveira Pinto da França. Comandante da 1.ª bataria, o capitão João Diogo Ramos Arroio; capitão da 2.ª bataria, o capitão Gaudêncio

TROPAS PORTUGUESAS ATRAVESSANDO O ROVUMA NUMA JANGADA

seca, e do regimento de infantaria 5, José Libânio Chaves.

O contingente de engenharia tinha por comandante o capitão do regimento de sapadores mineiros, António Pinto da Cruz e Melo; subalternos, os tenentes: do batalhão de telegrafistas de campanha, Fernando Moreira de Sá; da companhia de torpedeiros, Eduardo Corregedor Martins; e da companhia de telegrafistas de praça, Felisberto da Assunção da Silva Pires. Alferes: os alferes do regimento de sapadores mineiros, Henrique Hipácio de Brion e Artur de Melo Quintela Saldanha, e do batalhão de pontoneiros, José Trindade. Subalternos: os tenentes Francisco Aires de Abreu e Raúl Gomes Saraiva.

Alferes: Alexandre Augusto Simões Vieira, José Maria Alves de Melo, António Augusto de Sousa Oliveira e Manuel Duarte de Almeida. Médicos: o capitão-médico do regimento de cavalaria 11, Jacinto Humberto da Silva Torres, e o tenente-médico do regimento de infantaria 2, Manuel Pinto. Provisor, o tenente do serviço de administração militar do regimento de cavalaria 5, Fernando Vítor Valente Valadas Vieira.

2.º grupo: comandante, o major

Maríaco Augusto Choque Júnior. Ajudante, o alferes Joaquim dos Santos Barata. Adjuntos: os tenentes Frederico Cortez Marinho Falcão e José Mac-Bride Fernandes. Capitão da 4.ª bataria, o capitão Manuel da Silva Martins. Tenente, o tenente Abílio Augusto de Sousa Donas Boto. Alferes: os alferes João Nepomuceno de Brito Limpo Serra e Veríssimo José da Silva e Costa.

Médicos: o capitão-médico do regimento de infantaria 32, António Guedes Pereira, e o tenente-médico do regimento de artelharia 8, Manuel Ferreira de Matos Rosa. Provisor, o alferes do serviço de administração militar do regimento de infantaria 12, Alfredo Cristina Leuschener Fernandes.

Regimento de infantaria 23, 3.º batalhão: comandante, o major Aristides Rafael da Cunha. Ajudante, o alferes João Duarte Biscoito. Capitão da 9.ª companhia, o capitão Luiz Gomes de Azevedo; da 10.ª companhia, o capitão Joaquim Tomaz Pais de Vasconcelos; da 11.ª companhia, o capitão Raúl Verdades de Oliveira Miranda.

Tenentes: Benjamim António dos Santos, Eduardo dos Santos Guerra, Caetano Alberto de Barcelos e Aníbal Artur Marcelino, com os alferes Paulo Benard Guedes, Júlio Duarte Ferreira, David José Fernandes Moreira, João Vicente Dias, João Dias Mendes, Celestino Baptista de Silva e António Joaquim Dias, além do aspirante a oficial miliciano Albérico Teixeira de Almeida.

Médicos: o capitão-médico do regimento de infantaria 14, Eduardo da Silva Pereira, e o tenente-médico do regimento de artelharia 3, Américo Pires de Lima. Oficial provisor, o alferes do serviço de administração militar António Libânio Fernandes Gomes.

Regimento de infantaria 24, 3.º batalhão: Comandante, o major José Pires. Ajudante, o alferes Duílio da Silva Marques. Capitão da 9.ª comnhia, Bernardino de Sena Lopes; da 10 companhia, o capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu; da 11.ª companhia, o capitão Henrique Gomes da Silva Júnior; da 12.ª companhia, o capitão António Benedito Pereira de Azevedo.

Tenentes Manuel de Almeida Oliveira, Manuel Rodrigues Leite, Agostinho Coelho Peixoto da Costa e João Teixeira de Barros Carvalhais.

Alferes António de Oliveira Rodrigues, António Gomes da Cruz, Luiz Henrique Cordeiro, Afonso Pereira, José Antunes Prazeres, António Gomes Ferreira, Álvaro Leite Antunes e José dos Reis Lázaro.

Médicos: o capitão-médico Manuel Rodrigues da Cruz e o tenente-médico subalterno do 3.º grupo de companhias de saude João Ferreira da Silva Couto Nobre. Oficial provisor, o alferes do serviço da administração militar Alfredo Ferreira de Azevedo Lobo.

Regimento de infantaria 28, 3.º batalhão: comandante, o major António Urbano da Gama Lobo. Ajudante, o tenente Henrique Augusto Correia. Capitão da 9.ª companhia, José Júlio de Almeida da Costa Pereira; capitão da 10.ª companhia, Artur de Meireles de Vasconcelos; capitão da 11.ª companhia, José Maria Pereira; capitão da 12.ª companhia, José de Ascensão Valdez.

Tenentes José Arede Santa, Henrique Ferreira, José Augusto de Aragão e António da Costa Figueiredo.

Alferes António Pinto, João Palmeiro Pinto, José Maria de Mendonça, Augusto Sargento, José da Mota Marques, João de Sousa Mateus, Carlos Gomes Fernandes e Luiz Aires Pereira de Matos.

Médicos: os capitães-médicos José Rodrigues Madeira, e do regimento de infantaria 12, Ricardo Garcia. Oficial provisor, o tenente do serviço de administração militar João Eleutério da Rocha Vieira.

4.º grupo de metralhadoras, 1.ª bataria: comandante, o capitão António Fernando de Oliveira Tavares; alferes Júlio César de Almeida e Manuel Augusto de Melo Cabral.

5.º grupo de metralhadoras, 1.ª bataria: comandante, o capitão João Rodrigues Baptista. Tenente Alberto Vieira Coelho e alferes José Esquível.

8.º grupo de metralhadoras, 2.ª bataria: comandante, o capitão Inácio Soares Severino de Melo Bandeira; tenente José de Magalhães Queiroz de Abreu Coutinho. Alferes Júlio Augusto de Valadares Torres.

O efectivo total era de 159 oficiais; 4.483 praças; 945 solípedes e 159 viaturas.

Quartel general de Palma — O «Moçambique» fundeou no Cabo em 22 de Junho; uma semana depois o general Ferreira Gil estava conferenciando com o governador Álvaro de Castro, em Lourenço Marques, sabendo ali que as tropas de Moura Mendes, as quais se lhe deviam agregar, não estavam em condições de o ajudarem.

Os contingentes que comandava não tinham recebido a instrução suficiente, tendo ordenado conferências e lições a bordo, das quais algumas só podiam produzir resultados contrários á boa disciplina e formação do espírito bélico, antes as «revestiram um carácter de pessimismo verdadeiramente alarmante». Sobretudo os oficiais do estado maior acentuavam esta nota. A desmoralização, a valer, começara antes de chegarem a Palma, onde se instalou o quartel general (5 de Julho de 1916). Era um terreno pantanoso o escolhido para aquele fim. Parecia um deserto no meio do qual se tivesse colocado um barracão. Nem havia agua. O comandante da expedição anterior, Moura Mendes, com o seu chefe de estado maior, Liberato Pinto, foi a bordo do «Moçambique» explicar o mau estado dos seus homens, estando os hospitais de Kionga, Palma e Melamba atulhados de enfermos, carecidos de medicamentos. Havia soldados com ataques de loucura. Moura Mendes foi encarregado do comando da artelharia, cabendo a Liberato Pinto a sub-chefia do estado-maior.

O primeiro tenente da armada João Belo, recebera do capitão Guedes Vaz um telegrama, logo apresentado ao general, e que noticiava um ataque dos alemães sôbre Kionga. Ordenou-se a resistência. Partira a «Chaimite» com artelharia de bordo e o tenente-coronel Moura Mendes. O armamento ainda se encontrava encaixotado nos porões do paquete. Em Kionga não houvera coisa alguma. Fôra um alarme falso, a que o capitão Rosa dera imediato crédito.

Realizou-se em Palma, com dificílimo trabalho, o desembarque dos expedicionários. O cruzador «Challenger» fundeou para transmitir os cumprimentos do general boer Smuts, o qual sugeria o avanço, sem demora, das fôrças portuguesas.

Verificaram-se, porém, desde logo, as deficiências: ausência de viaturas apropriadas para os transportes, falta de gado e de carregadores, de muito difícil recrutamento na região; as tendas de campanha fabricavam-se com capim; os barracões tinham apodrecido. Debalde os médicos reclamavam medicamentos para os doentes, que começavam a aumentar. Requisitavam-se navios hospitais, mas o govêrno da metrópole cedera á Empresa Nacional de Navegação o «Lieters», aprisionado aos alemães em Moçambique, e o «Kronprinz» fez uma curta aparição, retirando para Lourenço Marques. Fôra também tomado ao inimigo e recebera o nome de «Quelimane».

Como retirassem trezentos oficiais e soldados da expedição anterior, em resultado do parecer da junta de saúde, ficara pouco numerosa a do general Ferreira Gil, que devia operar em péssimas condições e com material ordinario, insuficente ou estragado. As praças, na sua maioria, ignoravam o manejo das espingardas e das metralhadoras, cujas munições não prestavam. Vivia-se numa grande espera fazendo-se exercícios de instrução, visto não os terem praticado na metrópole. Crescia o número de enfermos. Lentamente se enviaram algumas fôrças. Moura Mendes foi para Kionga com uma companhia do 24 e alguma artelharia; abriu-se a estrada de Palma a Namoto, onde se instalaram tropas, reconhecendo-se o terreno para o norte até ao Rovuma e Nhica e o local para a construção da ponte.

Entretanto, os alemães tomavam atitudes. Foram repelidos em Nangandi.

O exército britânico, do comando de Smuts, ia batendo, sucessivamente, os germânicos; os belgas, chefiados pelo seu general Tombeur, operavam do mesmo modo, rechassando o inimigo em Tabora.

Rejubilava-se nestes exércitos, enquanto o nosso recebia as informações de Smuts, que aconselhava: «um avanço imediato das suas tropas seria de um grande efeito. Agradecia-se que desse a conhecer a opinião a este respeito».

A resposta foi nestes termos: «agradecia a informação, mas só poderia responder cabalmente depois da concentração de todas as suas fôrças,

Concluindo: «então terei o prazer de me encontrar com V. Ex.ª para acordarmos no conjunto das operações a executar: General Ferreira Gil.»

Ao mesmo tempo, o Ministério das Colónias apressava-o:

«Govêrno considera necessária acção rápida para não corrermos o risco de chegar tarde ou ser inutil a nossa acção.»

Volvia estar ainda demorado, porque se faziam as descargas com morosidade, em vista da falta de condições no pôrto; esperava a artelharia e gado, vindos a bordo do «Amarante», como os medicamentos eram transportados no «Beira» e os «autos» no «Clan Buckingham». Tão pouco tinham aparecido as companhias indígenas e o esquadrão do 5, o qual só em Setembro poderia atravessar o Rovuma. Estava-se a 13 de Agosto. Tudo eram dificuldades que, na realidade, ao general não fôra possivel resolver.

Debalde o presidente do Ministério, António José de Almeida, o apressava:

«Entende o govêrno deminuido nosso prestígio de Nação beligerante não se realizando, quanto antes, a ofensiva, invadindo território além Rovuma. Inglaterra deseja cooperação imediata e enérgica das nossas fôrças.»

Álvaro de Castro repetia: «Consul inglês informa que campanha deve terminar no mês corrente. Nessa situação exige acção rápida.»

Não se tinha cuidado, com vontade e zêlo, nos preparativos da expedição; entregaram-se soldados sem tempo suficiente de recruta; muares sem treino, munições avariadas, como os medicamentos; escassos víveres, ruins meios de transporte e pretendia-se a maravilha. Não faltavam os instantes espicaçamentos:

«Govêrno inglês insiste por imediata ofensiva. Alemães concentram-se em Mobenge» — telegrafava o presidente do conselho, e, como ministro das Colónias, reinsistia:

«Seria vergonha para o exército e desprestígio para a Pátria se a guerra acabasse antes da nossa entrada em operações. Em circunstâncias como as actuais deve-se avançar em quaisquer condições.»

Seria expor muitíssimas vidas, mas salvar-se-ia, segundo se julgava em Lisboa, a honra nacional, e o chefe da expedição, ante as pressões, volvia:

«Tomarei a ofensiva o mais breve possivel.»

De todos os lados o apressavam. Smuts queria-o a avançar sôbre Luvale, para onde não havia caminhos. Ferreira Gil pedia mais fôrças, visto as dos contingentes de Moura Mendes retirarem. Só em 15 de Setembro poderiam sair de Portugal 432 praças de infantaria, respondera-se-lhe de Lisboa com as novas instâncias, e ia-se preguntando se sempre seriam necessários os reforços, visto a guerra estar quási no fim.

Não se entendia como se afirmava esta finalidade — em 1918 ainda se batiam nas colónias — quando tudo anunciava o contrário. O general irritava-se; queria mais soldados; o govêrno recusava-lhos.

Ele não podia fazer o milagre.

Consultando o comando britânico acêrca da marcha para Mikindani e Lindi, até Quilôa, pelo litoral, onde deixaria a Base, redarguia-se-lhe que partisse para o Rovuma por Massassi ou Lukeledi, tão eriçados de dificuldades. Começaram os reconhecimentos; avançava-se para Nhica com uma coluna do comando do capitão Severino Joaquim Gordo, levando Liberato Pinto por chefe do estado maior.

Travessia do Rovuma — O alferes de cavalaria Carlos Afonso dos Santos fôra encarregado de ir, com o chefe do estado maior, reconhecer o vau de Mayembe, para o que lhe entregaram, além do seu pelotão de infantaria montada, alguns negros, que se meteram á água do Rovuma, bem como dez ou doze dos cavaleiros, aguardando alguns tiros do inimigo.

O oficial, a meio das águas, deixando os cavalos dessedentar-se, aguardou uns momentos, até que atravessou, á frente dos seus homens, para a outra margem sem que os alemães os incomodassem. No dia seguinte tentaram o mesmo junto ao vau de Nhica, mas, ao chegarem a meio do rio, os negros do Madai foram alvejados por um tiroteio formidável, a que se respondeu em linha de atiradores desde a margem oposta.

Foi o baptismo de fogo do alferes e da maioria, senão de todos, os seus soldados. Passadas horas, veio a coluna, que atravessaria em Mayembe, sob um sol ardentíssimo, o pelotão da guarda avançada, do comando da-

quele moço militar, iniciou a travessia do Rovuma. Os negros tinham-se esgueirado.

Chegaram á ilha de Mayembe sem novidade, entrando no território inimigo em primeiro lugar. Os alemães já estavam longe, tendo abandonado

LIBERATO PINTO

o seu campo ante a marcha dos portugueses.

Noutro ponto, entre a Marunga e a Fábrica, devia fazer-se a passagem da segunda coluna, visto a denominada «Negra» já estar na terra germânica. Instalara-se parte da artelharia no planalto, sob o comando do distinto oficial desta arma major Leopoldo Silva, tendo os capitães Mota Marques e Gaudêncio da Trindade escolhido as outras posições.

A engenharia teve um enorme trabalho. A's ordens do brilhante capitão António Pinto da Cruz e Melo realizara sempre obras de valia, e, neste caso, tratou-se do lançamento de uma linha de defesa com entrincheiramentos, tendo-se construido jangadas, aberto caminhos e improvisado disfarces para a segurança e êxito das peças. Zelosamente cumpriram os oficiais Artur Quintela Saldanha e Henrique de Brion. Fizeram-se os preparativos para a travessia naquele local, actuando os tenentes Pinto da França e Cipriano Canavarro, com o seu comandante, nos outros processos de ataque pela artelharia. A 19 de Setembro de 1916 atravessou-se o Rovuma sem se dar e sem se ouvir um tiro. De repente, porém, do «Adamastor» partiu um infernal bombardeamento contra o lugar denominado a «Fábrica», tão desocupado, como o resto do território que os alemães tinham já abandonado, como noutros sítios onde os ingleses instalavam a sua infantaria de marinha, não desejando as tropas portuguesas no litoral.

Migomba — O grosso do exército, dividido em três contingentes, devia exercer a sua acção. O da direita era entregue ao major José Pires, com o capitão Ferreira de Mesquita chefiando o estado maior; o do centro foi comandado pelo major Aristides da Cunha, indo como seu chefe do estado maior o capitão Xavier de Brito; o da esquerda teve no comando o major Gama Lobo, e no estado maior o capitão Bertoldo Machado. Ficava uma reserva geral de infantaria e lançava-se sôbre o lago Niassa, devendo alcançar Songea, uma fôrça da coluna de 1915, sob a chefia do major Campos.

Solicitara-se que o «Adamastor» partisse para o Rovuma, a fim de cooperar na acção com a «Chaimite». O comandante Freitas Ribeiro achou desnecessário o bloqueio, que ficara á cargo dos ingleses .declarando não ter pessoal suficiente para desembarque. Entretanto, com tais demoras, os britanicos ocupavam Mikindani.

Smuts tornava a pedir a ocupação do vale do Rovuma e para lá se avançaria. O primeiro objectivo, porém, foi Namotos, onde se instalou o quartel general. A fôrça destinada a Nhica — a qual fôra cognominada de «Coluna Negra», fazia os seus reconhecimentos em Mayembe e Nhica, sem ser hostilizada.

Ordenou-se o avanço sôbre Nachimóca, indo quatro mil homens, com duas mil e setecentas espingardas, dez metralhadoras e catorze peças de tiro rápido. Mandavam-nos sôb a cacimba, o regêlo da madrugada, numa descida para o Rovuma, que lhes parecia guardado por inimigos numerosos.

Troava o canhão rijamente para os desalojar, mas os seus ecos perdiam-se; não obtinham respostas. Atraves-

sava-se em jangadas; o capitão Torre do Vale fez uma demonstração em Namoto, e no dia 19 de Setembro de 1916 entrava-se em território alemão, desocupado, içando-se a bandeira portuguesa na Migomba.

Ao mesmo tempo, a «Coluna Negra» fizera a travessia de Mayembe. Os britânicos já tinham denominado a terra que se apressaram a tomar: «distrito inglês de Mikindini».

Impedia a passagem para o norte da coluna de Ferreira Gil.

Mahuta — Ordenado á «Coluna Negra» o reconhecimento de Newala, «como preparativo para empresa de maior monta», fôra o capitão Liberato Pinto fazer um reconhecimento com o destacamento, do 19 e 24 de infantaria e um grupo de metralhadoras. Ao chegarem a Mayembe já o gado sofrera baixas numerosas. Estavam em Miambui, entre Mahuta e Nkunde — 4 de Outubro de 1916 — sendo atacados pelos alemães, retirando para Sikumbirio, visto «chegar a noite e haver falta de água». No dia seguinte, de madrugada, marchou-se novamente, e quando o sol rompeu, ardente e cruel, para aqueles corpos cansados, a coluna começou a marchar á vontade, como se regressasse duma vitória e estivessem distantes as povoações. De repente, ouviu-se um formidável tiroteio e deu-se a debandada. Tinha ficado um sargento a despejar tiros de metralhadora e a tropa, debandando pela surpresa, ia até á beira de um precipício, onde desaparecia a flecha, do comando do alferes Camisão.

O capitão Pedro Curado, que ia nas avançadas, estendera a sua companhia em atiradores, e, fazendo-a avançar, obrigou a recuar a primeira linha do inimigo. Sentiu-se, porém, desacompanhado, visto o pânico; e, sempre ordenadamente, com os soldados que lhe restavam e outros que surgiram, foi colocar-se um pouco mais á rectaguarda fazendo fogo. Soou o toque de retirada e ele obedeceu-lhe, passando por entre o material abandonado.

E' que se tinham enviado para a África praças sem o tempo preciso para a instrução militar mais singela.

O capitão Pedro Curado, cujas acções merecem os louvores de que se tornou digníssimo, acentuaria escassear: «a falta de assistência moral e, talvez, menos da vontade, da maioria dos graduados, oficiais ou não, para qualquer esfôrço onde possa perigar a sua vida. A quantidade de partes de doente e baixas ao hospital, que têm levado á mutação constante dos graduados nas unidades, e mesmo falta desses graduados na única ocasião em que podiam dar alguma coisa ao país, que lhes sustenta a vaidade do uniforme e paga do tempo de paz, também tem influência no moral do soldado preto, bem mais observador do que se julga.»

Fôra isto o combate de Mahuta. Tinham morrido um alferes, um sargento e quarenta soldados; ficando feridos um capitão, um sargento e doze soldados.

A artelharia, sob o comando do capitão Zilhão, não operara por falta de apoio. Dentro em pouco reunia-se a «Coluna Negra» á de Massassi, do comando do major José Pires.

Um incidente — O general Smuts protestava porque soldados portugueses tinham matado um indígena «em território pacificamente ocupado por fôrças do seu comando». Era de Mikindani que chegara a participação. As nossas tropas tinham passado ao norte do Rovuma e, pelo visto, os ingleses consideravam de seu domínio aquela região. Álvaro de Castro, receoso de um caso diplomático, que poderia complicar as questões, insinuava a marcha de Mahenge ou Luvale, o que se tornava diffcil no estado em que se encontrava a expedição.

Ferreira Gil recebera esta nota como um intervencionismo de mau gôsto aos seus poderes de chefe e encheu-se de pasmo ao receber ordens de Lisboa no mesmo sentido. Devia ir para Mahenge, combinando todas as disposições para os fornecimentos de víveres com o governador britânico, não podendo demorar mais a acção, «fôssem quais fôssem as dificuldades».

Ordenava-se-lhe «rapidez» sôbre Luvale-Mahenge com um destacamento, indo outros para Quiloa e Minjeka. Smuts pedira-lhe para marchar, com todas as unidades, sôbre Luvale, a fim de deter os alemães, a quem ele desejàva dar batalha em Rufiji. O comandante português retorquira-lhe: Luvale só é acessível por Quiloa Kissiwair, que está em vosso poder; no entanto, as fôrças portuguesas podem

avançar por Mikandini e Lundi, naquela direcção.»

Mas o general boer tinha outra opinião: os portugueses deviam seguir pela linha do Rovuma, depois para o norte da confluência de Lujenda com o rio endireitando para Luvale.

Faltavam os caminhos, respondia o general Gil. Ia reforçar o reconhecimento de Newala.

Newala — O major Azambuja Martins, chefe do estado maior da expedição, partira para o reconhecimento de Newala com uma escolta de cavalaria comandada pelo capitão Joaquim José da Conceição, uma bataria de metralhadoras e dois pelotões indígenas. Mandara-se seguir a coluna de Massasi, a qual não cumpria por falta de víveres. Finalmente, o major José Pires deu as suas ordens. O objectivo era Newala, fortaleza alcandorada numa posição magnífica, isolada no interior, a duzentos quilómetros do litoral.

Fizera-se a concentração numa clareira, reüniram-se os contingentes de Gama Lobo, José Pires e Azambuja Martins, tendo-se enviado como parlamentário o capitão Torre do Vale. O régulo da Maconda, aliado dos germânicos, dissera-os desprovidos de artelharia, e daí uma segurança maior. Mandou-se cozinhar o rancho e, a súbitas, do alto do reduto salvou um tiro, a que se sucederam outros. O soba mentira; as peças ralhavam e, na confusão da surpresa, dera-se um começo de pânico, que os graduados deminuiram, tanto mais que as balas iam para longe da posição.

Mantiveram-se as fileiras em linha de combate e, quando se esperava vê-los acometer, divisou-se a bandeira alemã descendo, lentamente, no mastro. Retiravam sem serem perseguidos, tendo conduzido quási todas as suas coisas, tendo aqueles tiros servido para fingir o pronúncio de uma batalha, garantindo assim a partida sem perseguição. Içara-se o pavilhão português no forte germânico (26 de Outubro de 1916). Havia fome na coluna; os ranchos mal chegavam e cada vez se carecia mais de víveres.

Marcha sôbre Kiwambo — Entretanto, devia avançar-se sôbre Lubridi pelo caminho directo a Kiwambo. Mandara-se em exploração o alferes de cavalaria Carlos Afonso dos Santos (Carlos Selvagem) fazer a exploração do caminho de Quintagari, muito grande, numa recta infindável. Ladeava-se o mato que se ia batendo, em receio de qualquer surpresa. Manifestava-se, pelos vincos dos rodados, na estrada, a passagem da artelharia inimiga, traços de passagem demonstrativos da retirada. Ia-se caminhando quando os macondas, aliados dos alemães, apareceram a pegar pé. Diziam que os adversários estavam em Lulindi. Um dos pretos vira-os com suas fôrças entrincheiradas e, tomando-o por guia, o alferes deliberou ir verificar. Aquela passagem desviava-se da recta; era um torcícolo que podia prestar-se a surpresas, a ciladas. Começara a chover intensamente; isso, porém, não desviava o objectivo. Em breve voltou o sol. Tinham-se internado num labirinto da floresta, onde havia indígenas espreitando naturalmente, apesar dos germânicos, os seus «askaris». Aqui a chuva e o frio cortante, vieram perturbar os soldados, que seguiam o seu chefe para a observação.

Ouviu-se um tiro de pistola e logo um tiroteio formidável, a que se respondeu em linha de atiradores, contra o matagal de que os germânicos tinham feito um reduto. Por entre a crepitação iam avançando, pretendendo cercar o pequeno destacamento português, que ripostava ao ataque cerrado. Um sargento alemão, empoleirado numa árvore, ia disparando fleumaticamente a sua arma, julgando-se bem oculto. O soldado português que o vira abateu-o. Redobrara o tiroteio; respondera-se-lhe do mesmo modo, até que se foi recuando pouco a pouco. Tinham perdido um oficial, dois sargentos e oito «askaris», que, vendo-se sem chefes, largaram fogo ás munições e fugiram. Uma explosão ruidosíssima soara. O inimigo deixara as posições. Ficavam no campo dois soldados e um cabo do esquadrão de Carlos Selvagem.

Participado o sucedido no quartel general de Newala, aguardaram-se os reforços que deviam vir de Palma com os mantimentos, e, com efeito, chegaram. Comandava a nova coluna o major Leopoldo Silva, intemerato e bravo, que, ao saber do reconhecimento sôbre Lundi, decidira ir em busca do inimigo ao seu entrincheiramento. Queria desalojá-lo de Kiwambo. Havia certas resistências que ele venceu e a marcha começou durante oito horas, cabendo ao alferes

Craveiro Lopes a observação, que fez com a sua cavalaria.

Deparou com o ataque do inimigo e logo se abriu um fogo violento de infantaria, a que responderam as metralhadoras. Tinham sido surpreendidos no seu reduto improvisado, mas defendiam-se bem contra as tropas descobertas. Começou a acção da artelharia naquela vereda estreita que conduzia ao arraial germanico e o combate empenhou-se admiravelmente.

O capitão Pedro Curado estava, de novo, na frente com a infantaria negra e o avanço fazia-se por escalões; o tenente José Esquível, batendo-se com a sua metralhadora, foi causando numerosas perdas nas fileiras adversas. Era a primeira acção galharda daqula guerra. O comandante, Leopoldo Silva, passara para a linha de fogo a fim e assegurar o remuniciamento e verificar o lance do combate, indo até junto dos soldados que carregavam com os cunhetes. Como se os alemães o alvejassem, por lhe conhecerem a patente, duas balas o alcançaram: uma penetrou-lhe o ventre, outra um ombro. Nem assim deixou de exercer o comando; cambaleante, bravo, de uma energia leonina, compreendeu que a morte o tomava e viu quanto o seu fim prejudicaria a batalha. Pensou-se na retirada. Os oficiais de artelharia Aires de Abreu e Cipriano Canavarro ficariam manejando as suas peças num ribombar de defensiva, detendo o inimigo até o exército se considerar salvo. Era um sacrifício a que eles se votavam heroicamente.

Mas desistira-se. O exemplo do chefe produzira os seus efeitos e o tenente Salvador França, dirigindo-se para a frente da batalha, soubera animar as hostes a que Pedro Curado insuflava o seu enorme ardor. Assumiu o comando o capitão João Rodrigues Baptista, o qual cumpriu muito bem o seu dever até á chegada do oficial superior ao qual competia o encargo daquele vulto.

Abandono de Newala — Os alemães tinham deliberado retomar a sua fortaleza, impondo-lhe um assédio. Já os vencedores de Kiwambo ali se tinham recolhido quando se iniciou aquela operação de guerra.

Comandava a coluna de Massassi, após a morte de Leopoldo Silva, o major Aristides da Cunha, que tinha consigo 25 oficiais, 347 praças europeias e 399 indígenas, ao todo 486 combatentes de espingarda.

Dois mil «askaris» começaram o cêrco, cortando todas as comunicações. O tiroteio iniciou-se e durou doze horas, no primeiro dia, contra as pequenas fôrças que defendiam a água

PEDRO CURADO

do abastecimento na minguada ribeira de Newala.

Por fim ali acamparam os germanicos. Ficavam á espera. Possuiam excelentes munições, bons víveres, não lhes faltava a água. Contavam com a presa segura. Tornava-se impossível uma sortida. Lá em cima vivia-se junto das peças e de armas em punho. De quando em quando travava-se combate. Havia o enorme perigo de se esgotarem as munições; escasseava a água nas cisternas do forte; para demais, constava que a tinham envenenado, mas naquele extremo tentava-se alimentar a esperança de que o não estivesse. Não chovia; o ceu mostrava-se implacável para com aqueles sequiosos. Os dias decorriam. No quartel general de Palma sabia-se do cêrco. Estava ali a melhor e a maior parte das tropas. Tornava-se imprescindível libertá-las.

Já havia sete dias que se definhava em Newala. A sêde era o maior dos suplícios. Não se pensava, todavia, na rendição; almejava-se o socorro. Já um negro estivera á beira da morte pela sêde. Não fôra possível socorrê-lo; outros se finaram pelo mesmo suplício, atravancando as trincheiras. Eram os mais favorecidos. Bocas ávidas sorviam o orvalho nas madrugadas. O moral baixava; já não queriam combater mas dessendentar-se esses herois de ontem, vencidos hoje por aquele flagelo irremediável.

Como não chegavam os reforços, reunido o conselho de oficiais, decidiu-se abrir uma passagem, a todo o transe, e, destruido o material, abandonar a fortaleza.

A situação era insustentável. Com aquela ideia do «rancho confeccionado», a lataria de atum e sardinhas, que produzia sêdes devoradoras, e a falta de medicamentos, os homens atingidos pela amibiana, a disenteria implacável, chegara-se ao horror.

Até os negros repeliam o tal «rancho confeccionado». Não havia maneira de os sustentar e o inimigo sabia da fome e da sêde dos sitiados, porque fôra necessário mandar embora os carregadores, visto não ser possível sustentá-los.

Abandonar-se-ia Newala. Pela meia-noite, silenciosamente, a coluna, com a sua guarda avançada, depois de se terem encravado as peças, dispôs-se a partir.

Os socorros não chegavam: Todavia, do posto de Mahuta, um oficial, Manuel de Oliveira, telegrafava ao general Gil:

«Peço licença para ir morrer a Newala.»

Só então sairam alguns automóveis com soldados, sob o comando do tenente Benedito de Azevedo. Partiu de Mahuta, em 28 de Novembro, com setenta europeus, duzentos e cinqüenta indígenas e duas metralhadoras.

Os alemães aguardavam-nos no caminho e, ao cabo de três horas de tiroteio, obrigavam á retirada, tendo ficado no campo um soldado europeu e quatro indígenas, havendo mais quatro brancos e dezoito indígenas feridos. Um pelotão de reconhecimento, do comando do tenente Gemeniano Saraiva, com o sargento Matos, do 28, largara em busca de novas. Trouxe a da derrota.

Sairam, pois, do forte, a um de fundo, os sitiados de Newala. Eram mil e tantos homens, uma fila extensíssima, tendo conseguido iludir as sentinelas inimigas. Saltara-se por uma escarpa que os teutónicos julgavam impossível de transpor e assim se esgueiraram como sombras, perdendo, por vezes, o contacto, receosos, temendo as ciladas, horrorizados, até que, pela madrugada, os sitiantes, vendo o lôgro, começaram a despejar as metralhadoras contra as florestas que abrigavam os foragidos que seguiam em direcção ao Rovuma.

Tinham deixado na fortaleza quatro peças de 7,5, sete metralhadoras Maxim, 45 carros, arreios, dois automóveis Fiat, a estação de T. S. F., tabaco, leite condensado, munições e cinqüenta bois. O comando, que podia ter alimentado os homens, deixara-os sofrer junto de tantos mantimentos.

No dia 29 a coluna chegara ao rio; no dia seguinte acampavam em Nangadi do Lago, onde os recebeu o alferes Augusto Sargento. Tornara-se difícil manter tanta gente.

Matchemba — A guerra apresentava-se com esta falha de solidariedade que no exército se chama camaradagem.

Caiu, a súbitas, uma granada no acampamento. Era na tarde de 1 de Dezembro. Os alemães iniciavam o bombardeio dos lados de Nitchichira. Houve um enorme alarme, a que o chefe do estado-maior, Pedro Curado, e outros oficiais buscaram pôr termo. Deu-se a debandada para Nangadi da Serra, onde comandava o alferes Artur Bastos dos Reis, do secretariado militar, mas que se oferecera para ir pelejar.

Era um exodo terrificante, que só se detinha na Matchemba.

Não havia rancho nem defesas; os esfomeados entravam em delírio, enquanto as granadas germanicas iam reduzindo a cinzas o posto de Nangadi do Lago, que tão pouco hospitaleiro fôra para os desventurados de Newala.

Ao cabo de cinco dias correra no mísero acampamento a notícia da chegado do inimigo. Abalou-se para Pundanhar e para Mucimboa, onde não havia coisa alguma preparada para receber os adversários. Improvisaram trincheiras os próprios soldados, cheios de cansaço por um percurso de cento e setenta quilómetros.

Nangadi da Serra fôra saqueada no meio da maior indisciplina. O alferes Bastos dos Reis recebera ordem para inutilizar víveres, medicamentos, valores e munições, dirigindo-se para a base. Transmitira-lha o capitão do 23 de infantaria Pais de Vasconcelos.

Reinava uma grande desdita; a fatalidade abatera-se sôbre os pobres soldados portugueses. Não lhes acudiam. O «Adamastor» fôra para Durban, a pretexto de limpar o fundo.

Um oficial valoroso, ajudante do general Gil, João Luiz Ferreira da Silva, fôra enviado para parlamentar em Sikumburio com os alemães. Acompanhava-o o intérprete Camara Leme.

Estavam em Mutchemba os refugiados de Newala, cujo comandante, Aristides da Cunha, partira para Palma, a dar contas do sucedido, tendo perdido no mato a pasta que continha os elementos das operações, a qual foi achada pelo sargento Candeias.

Não podia haver tranquilidade no ponto escolhido. Dominava a balbúrdia; para demais não paupavam nem mesmo os parlamentários, porque o tenente Ferreira da Silva fôra morto em Sikumburio, depois de ter tratado com eles. Uma patrulha o abatera e o intérprete, tendo escapado, avisava que o inimigo avançava.

Por isso se retirou para Pundanhar em dificílima trilha, sofrendo-se fome e sêde, fugindo dos «askaris» e das feras. Penetraram no acampamento onde comandava o capitão Artur Meireles de Vasconcelos, que soube acolher os desditosos.

Ali se soubera como se dera, na realidade, a morte do capitão Ferreira da Silva. O inimigo já tomara Matchemba e á sua passagem, por ali, assassinaram-no.

A chegada a Pundanhar devera-se, ainda, á intrepidez, ao sangue frio, ao valor militar do capitão Pedro Curado. Mandara que o 28 procedesse daquele modo, enquanto ele, com os indígenas, lhe cobria a retirada, tomando ele, depois, o caminho de Mocimboa da Praia.

Alastrara, depois, todo o intenso horror da má nova. Em Matchemba, o tenente Viriato Sertório Correia de Lacerda, filho de uma ilustre família de militares, recebera Ferreira da Silva, querendo que ficasse no posto. Recusara e fôra ferido no escuro. A morte também já andava espreitando aquele moço heroi.

Camara Leme, o intérprete, narrava o lance, no posto de Pundanhar, declarando que ao saberem da missão de que tinham sido investidos se mostraram, extremamente, penalizados. Ofereceram-lhe um cavalo, pois o «Buick» ficara inutilizado. Recusara a montada; partira a pé e ali estava com a sua amargura.

Os alemães, como se aproximasse a época das chuvas e das tempestades, retiraram para os seus aquartelamentos, reocupando, os portugueses, os seus postos de Matchemba e Alto da Serra.

Em Palma, o quartel general pensava em guarnecer aqueles postos com tropas já mandadas retirar pela Junta de Saúde, tendo saido do «Mossâmedes», que as conduzia para Lourenço Marques.

Calcula-se o mau humor desses doentes ao voltarem ao efectivo quando se julgavam a caminho do sossêgo.

O esforçado capitão Neutel de Abreu, que tantas proezas praticara em Africa, aparecera com os seus magníficos auxiliares indígenas para coadjuvar a luta, fazendo ele, com o seu colega, tenente-coronel José Augusto da Cunha, o resto da campanha no território do Niassa, que terminaria em 1917.

Comando de Álvaro de Castro — Quási no final de 1916, a 24 de Dezembro, o general Ferreira Gil entregou o comando ao governador Álvaro de Castro e retirou para Portugal.

Transferiu-se o quartel general para Mocimboa da Praia, tendo aquele alto funcionário feito uma proclamação ás tropas. Começou a ser melhor o tratamento dos soldados. Os diversos objectos destinados ás fôrças em operações chegavam ao seu destino. A Cruzada das Mulheres Portuguêsas, de Lourenço Marques, dirigida pela senhora D. Estela Bulhão Pato, já via preenchido o seu fim. Até então a mór parte das dádivas de roupas, de víveres, de mimos iam parar ás lojas dos «monhés» — espécie de judeus asiáticos que operam em África em todos os tráficos — tendo que se readquirir o que fôra ofertado. Misteriosamente eles as obtinham através — é escusado dizê-lo — da má conduta de alguns portugueses que as negociavam.

Tempo chegou em que só individualmente se contemplavam as praças tão carecidas de tudo.

Ao chegar a primavera recolheram as fôrças da frente com mais de quinhentos impaludados. Continuava a escassez dos medicamentos.

Os alemães atravessaram o Rovuma, a oeste de Lugenda, atacando o posto de Miteméni. Pouco depois estavam nos outros lugares: Oisulo, Muemba, Mahua, M'lukula, Mandimba e Mataca.

Precisava-se impedir a passagem do inimigo para os distritos de Tete e Moçambique, encarregando-se dessa missão o captião Melo Bendeira com três companhias de infantaria e uma secção de artelharia

Não foi possível defender o posto de Nanguar, tendo os indígenas do 21 batido os alemães em Montepuesi.

Entregara-se a Pedro Curado, já tão cheio de louros nesta guerra, uma bateria de metralhadoras, a fim de, servindo-se da guarnição daquele posto, onde os indígenas tinham lutado bravamente, repelir os teutónicos da região do Medo. Saíra de Pôrto Amélia em 12 de Julho. Em Setembro os adversários abandonaram Mkula e Nanguar.

Ia terminar o período de operações da chefia de Álvaro de Castro, tendo sido nomeado um novo comandante para as dirigir.

CAPITULO LIII

PROSSEGUIMENTO DAS OPERAÇÕES

A expedição Sousa Rosa — M'Kula e Nanguar — Nhamacura Fim da Guerra

As operações sob o comando do coronel Sousa Rosa — Foi em 12 de Setembro de 1917 que o novo chefe da expedição desembarcou no quartel general de Mocimboa da Praia com o seu chefe de estado-maior, major Ferreira Viana.

Devia transportar-se a sede do comando para Chomba, a 141 quilómetros da costa e a 800 metros de altitude. Assim lhe ordenara o govêrno metropolitano de que ele era partidário, porque o coronel Sousa Rosa, republicano de sempre, tinha uma alta posição no partido democrático.

Oficial de cavalaria, da velha escola, homem habituado á disciplina dos seus antigos chefes, muito se esperava dele, que não hesitara, logo de entrada, em castigar diversos oficiais, sobretudo capitães, por culpas ainda por saldar. Se as punições infligidas a uns agradaram, por justas, houve outras que produziram mau efeito, como a do major Gama Lobo, comandante do 28, que não mostrara «a maior incompetência e falta de zêlo» em que o chefe baseava os castigos de «vinte dias de prisão correccional» com que alcançava outros.

Também algumas das suas medidas tinham agradado aos soldados. As operações deviam seguir-se sem interrupção, de acôrdo com os ingleses. O general boer Van Deventer participara-lhe ter tudo preparado para uma avançada a realizar entre 19 e 22 de Setembro.

Todas as colunas deviam obedecer àquele movimento: ao general Northey caberia a direcção de Luvale até Lujenda; aos belgas competia a de Mahange e Massassi.

Para o caso da retirada dos alemães sôbre Negomano — o que julgava provável — desejava saber se as fôrças portuguesas seriam bastantes para os deterem fora do território nacional. Respondeu afirmativamente, achando que os britanicos deviam ligar Tunduru a Negomano, ficando ele, com a coluna, de Nanguar em segunda linha a oeste de Negomano.

O comando britanico pedira várias modificações no plano, sendo enviadas para Negomano as tropas da chefia do major Teixeira Pinto, passando as de Nuangar, ás ordens do tenente-coronel Feio Quaresma, para Undi, a fim de impedirem a travessia naquele ponto.

Junto do quartel general britanico estava como agente de ligação o major do estado-maior Azambuja Martins, ao qual o coronel Sousa Rosa recomendara o avanço britanico sôbre o leste de Tunduru, para cooperação com a coluna de Teixeira Pinto, a de Negomano.

Não se fizera o avanço geral. Em 3 de Outubro, o general alemão Von Letow preparava-se para o combate. Doze dias depois batia os ingleses em Muacho, e, ao cabo de dez dias, o major Krant aprisionara trezentos e cinqüenta cavalos ao 25 de cavalaria indiana, inteiramente rechassado. Fôrças portuguesas estavam a bater-se ao lado das britanicas nos Lagos. Os alemães conservavam-se em Mahuta, Nanga, Newala e Massassi e as suas vitórias sôbre os ingleses obrigaram estes a evacuarem Lukeledi.

O tenente-coronel Alberto Salgado recebera ordem para seguir com as fôrças do seu comando até Mocimboa

do Rovuma, indo o capitão Demony, com os seus soldados, atravessar o Rovuma para Namiamba.

A retomada de Mahuta — O inimigo instalara-se no antigo posto de Mahuta, difícil de se lhe retomar, o que constituiria um êxito. O tenente Beirão, que comandava em Nangadi, ten-

GENERAL VON LETOW

tou, bravamente, essa proeza. Realizou-a com um enorme êxito, enquanto o inimigo, no mesmo dia, aprisionava três portugueses no posto de Nanbanda (11 de Outubro).

Faziam-se grandes movimentos de tropas (13 de Outubro de 1917), tendo os belgas ocupado Mabenge e o general inglês Norethey as estradas de Songea a Tunduru. A concentração alemã fizera-se em Newala. A coluna portuguesa de Nanguar acampara na região do Lago, serra de Mukula, Oisulos e Macolos.

Negomano — Os ingleses não podiam realizar a marcha que Sousa Rosa desejara a leste de Tunduru e o general Deventer aconselhava a marcha dos portugueses sôbre Negomano. Combinou-se, pois, que, em 19 de Outubro, se atravessaria de Mocimboa sôbre Newala; no dia seguinte os outros dois contingentes seguiriam por Nangadi até Mahuta e Madai para Naimba.

Chegara o general Viale, do exército britanico, para se entender com o coronel português acêrca do avanço pelo norte, vendo aquele oficial a impossibilidade de o realizar sem que os alemães fugissem por sudoeste para o território nacional. O govêrno da metrópole também declarava, em telegrama, ser pouco razoável a ofensiva naquele momento, devendo-se guarnecer a fronteira norte. Todavia, Álvaro de Castro, numa das suas notas, fazia reparos acêrca daquele desejo dos britanicos, receando que tivessem por fim impedir a entrada dos contingentes nacionais no território alemão, a fim de guardarem para si todas as vantagens futuras.

Da metrópole vincava-se o mesmo propósito de não ofensiva, devendo fazer-se ligações com os ingleses em Tunduru e o avanço sôbre Negomano.

Com efeito, os nossos aliados nunca desejaram ver os portugueses nas regiões pertencentes á Alemanha, obstando-lhas, sempre, sob vários pretextos. Mandava-se vigiar o Rovuma mas não ocupar a zona teutónica.

Já entrara Novembro quando se ordenou ao capitão José Júlio de Almeida da Costa Pereira que partisse com o seu contingente para Nampakuco, a fim de se unir ao de Feio Quaresma sempre com a vista sôbre Negomano, onde ficariam duas companhias e uma bateria de metralhadoras, indo-se em observação além de Lujendo, com a gente do capitão Melo.

Complicavam-se os planos diariamente; nem sempre eram precisos os informes do quartel general britânico acêrca do movimento dos alemães. Estes organizavam-se em Newala (21 de Novembro) e, avançando sôbre o Rovuma, em Mupili, bateram um destacamento inglês. Quatro dias depois atravessava a Lujunda, com o grosso das suas fôrças, o general von Letow, e o capitão Goering foi atacar o posto português com três companhias, a que deviam responder as do major Teixera Pinto, o qual só então estava tratando de se entrincheirar. A fim de não serem construidas defesas bastante fortes, ordenou-se o imediato combate, do qual participou outra fôrça, a do capitão Kachl, vencendo de tal maneira que fizera cento e cinqüenta prisio-

neiros, sepultando duzentos mortos, entre os quais o próprio major Teixeira Pinto, vitimado por uma bala quando assestava as metralhadoras para o lado da Lujunda. Tomara a a chefia que o seu camarada Quaresma Mota reclamara. Mais sete oficiais pereceram ali com catorze praças europeias e vinte e oito indígenas, ficando feridas mais setenta portuguesas e sendo prisioneiros vinte e nove de patente.

Ante este desastre, sentia-se a inferioridade da composição dos efectivos, continuando-se do mesmo modo noutros locais.

Serra de M'Kula — Após a vitória alemã de Negomano os vencedores não perderam tempo e, avançando com duas colunas, uma sôbre Puxa-Puxa e a outra para Nanguar, fizeram o ataque de M'Kula, onde comandava o intrépido Pedro Curado. Desde as cinco e meia até ás onze e meia horas de 13 de Dezembro se travou o combate, sendo os germânicos repelidos.

Já tinham entrado em Nanguar, o grande depósito de munições e víveres, cujo comandante, alferes Salgado, estava dormindo quando o tenente Kempner o surpreendeu.

Era o general Wahle que comandava as fôrças reunidas de Nanguar e de M'Kula. Com tão poderoso contingente repetiu o ataque a esta última posição, assistindo von Letow, governador geral germânico. Durou a resistência desde 5 a 8 de Dezembro. Aumentavam os efectivos do inimigo, que atacava com oito companhias e dez metralhadoras, sendo dois mil os «askaris», batia-se contra uma bataria indígena de metralhadoras, a 4.ª companhia da Beira e duzentos e noventa e sete indígenas.

Na linha de fogo, do comando de Pedro Curado, não havia mais de duzentas e cinqüenta espingardas úteis e cinco metralhadoras. Os alemães perderam sete europeus, ficando quatro gravemente feridos e tendo morrido mais de cem «askaris». Não fôra possivel resistir mais tempo. Havia quarenta portugueses entre mortos e feridos. Morrera o tenente Viriato Antunes Correia de Lacerda, que anteriormente combatera com a sua metralhadora, portando-se como um herói desde o comêço da guerra. Ali acabava honrando o seu nome, que outros militares de sua família tinham ilustrado. Foram aprisionados com o chefe oito oficiais, dezassete sargentos e cabos europeus e trinta e sete indígenas, que o inimigo libertou em homenagem á sua bravura, sem lhes exigir a mais singela das promessas de não voltarem a combater contra as fôrças alemãs. Entregaram as espadas aos oficiais e, num requinte de garboso brio militar, quiseram assistir ao funeral do tenente Correia de Lacerda, a cujo cadaver foram prestadas as honras da ordenança, na presença de von Letow.

Conseguiram escapar-se na confusão da derrota cento e oitenta indígenas e o primeiro sargento Aristides Sequeira; Augusto Anobra e Manuel Joaquim dos Santos, segundos sargentos; António Augusto de Castro e Joaquim Leite, cabos; e o segundo sargento de metralhadoras António Esperto.

Liberto, o contingente vencido, no dia 9 de Novembro, largaram por Unde em direcção a Mocimboa do Rovuma. Em poder do inimigo ficaram o alferes Paulo Benard Guedes, cuja missão consistiria em parlamentar com as autoridades portuguesas, em caso de necessidade, e com ele o tenente Sousa Valadares, além de seis sargentos, sete cabos e soldados europeus, e mais trinta e cinco indígenas.

A marcha dos libertos fez-se através quatrocentos e cinqüenta quilómetros, sem víveres nem calçado, rotos, cheios de fome. Os alemães não puderam servir-se das metralhadoras, que foram inutilizadas. Devia bastar-lhes a opulenta presa de Nanguar: cem espingardas Mauser, duzentos mil cartuchos, ferramentas, géneros abundantes. Ninguem a defendeu nem lhes lançou fogo. O alferes Salgado tinha consigo dois sargentos, dois cabos, trinta e seis indígenas e catorze soldados da polícia. O capitão Pedro Curado ordenou-lhes que, no caso de ataque, queimariam os depósitos, visto serem de capim, mas não se lhe obedecera «por inconcebivel cobardia».

O coronel Sousa Rosa recebera do ministro das Colónias, Ernesto Jardim de Vilhena, ordens para evacuar Pôrto Amélia, a fim de se aquartelarem os britânicos, que não ficariam subordinados ao comando português, apesar de estarem no nosso território. Os alemães tinham

invadido e tomado grande parte dos territórios da Companhia do Niassa.

Ainda não terminara a guerra. Sòmente os alemães se recolhiam no fim do ano de 1917.

O seu plano consistia na invasão rápida de Moçambique, sabendo já serem insuficientes e precárias, por falta de instrução, de víveres, de agasalho, os contingentes tão mal apetrechados que os defrontavam, sem o auxílio efectivo dos britânicos.

A Guerra no período Sidonista

Invasão do distrito de Moçambique — Com uma persistência sem tréguas, os alemães — Janeiro de 1918 — atacaram Umpuhua, depois Ribonê, que foi abandonada, Mujte e Mante, Montuepez, Lalane e Lurio, fazendo enorme devastação.

Sousa Rosa estava em Lourenço Marques, tendo embarcado no «Pebane»!

Dera-se em Lisboa o movimento anti-demagógico, chefiado por Sidónio Pais, contra o partido do dr. Afonso Costa. Vencido pelas armas, tinha esperado a revindita. A política dominava.

O general von Letow ia batendo os ingleses ou fugindo-lhes, tendo o objectivo da invasão. O major Müller aprisionara, no Alto Moloque, uns oficiais e sargentos portugueses, os quais estavam bebendo tranquilamente o seu café na varanda duma bela casa. A guarnição de Malema retirara ante os «askaris» e os indígenas submissos, assistindo àquelas marchas, ligavam-se aos germânicos contra nós. Promoviam-se sublevações como a de Barué. Portugueses e britânicos, coligados, dirigiram-se para Montuepez.

As nossas fôrças eram deminutas para combater as alemãs, sempre revigoradas. Ocupávamos Nampala, Mulema, Robaioé, Muburi, M'conta-Memba, Chaonde, Nacaroa, e o general van-Deventer pedia ao coronel Sousa Rosa para, de qualquer maneira, deter o inimigo. Iam atacá-lo. Mil ingleses, chegados do Lumbo, onde estava o quartel general, não puderam operar em conjunto com os portugueses, em virtude de desavenças entre os dois comandos, dividindo-se as colunas.

Comandava em Quelimane o major Silva Leal, que passou para o Ribaué.

Partira de Lisboa um batalhão de marinha, formado pelas praças revoltadas contra o govêrno, em Janeiro de 1918, e que, sob o comando do capitão-tenente Júdice Biker, deviam dirigir-se para o Barué, acabando, porém, por se concentrar em Moçambique.

Chegara Março. Rareavam os medicamentos; ia aumentando o número de enfermos e o governador geral recebia as queixas do coronel Sousa Rosa, que solicitava dinheiro para o pagamento dos fornecimentos, que subiam a fortes quantias. Devia-se mais de mil contos aos carregadores, que iam desertando, vendo-se desfalcados. Além disso, os automóveis estavam, em grande parte, inutilizados, pela imperícia dos automobilistas enviados da metrópole no ano anterior.

Naquela época, o efectivo português, insuficientíssimo, compunha-se de cento e três oficiais, cento e quarenta e oito sargentos, mil cento e sessenta e um cabos e soldados europeus e mil trezentos e oitenta e três indígenas.

Em Muirite estava a companhia do tenente-coronel Alberto Salgado, que não podia marchar para Msalau-Boma por falta de carregadores.

O próprio general das fôrças britânicas foi ao quartel do chefe português expor-lhe a situação. Os alemães mostravam-se bem firmes, na fôrça de mil e quinhentos homens. Buscariam rasgar o cêrco. Excelentemente servidos pelos seus bravos e bem adestrados «askaris», poderiam escapar-se, quando era necessário detê-los para os vencer, visto não lhes ser, deste modo, facil o remuniciamento. Por isto, os portugueses, deviam largar de Msalau-Boma a tentar cercá-los, ligando-se aos ingleses de Balama e Lucinge. Carecia-se de fôrças bem unidas, nanja destacamentos, pequenas fracções fáceis de ser derrotadas. Deveriam formar patrulhas fortes, a fim de abrirem caminho.

Sousa Rosa queixava-se da falta de

transportes, tencionando consegui-los para breve.

Sucedera, porém, que von Letow, que habilmente mandara espalhar a sua intenção de ataque sôbre o distrito de Moçambique, mudara as suas operações para Quelimane. Fôra uma manobra interessante pelo ardil; movendo algumas unidades na direcção que dissera ser a de seu objectivo, conseguira desviar as maiores para o sul, ante o pasmo do general inglês, que acorrera a pretender detê-lo num ponto quando ele se escoava por outro. Daí a inutilidade da coluna portuguesa em Msala, para onde a tinham remetido.

Quando o brigadeiro Edwards Chegues partiu de Pôrto Amélia com as suas fôrças, topou Namungo abandonado.

As novas operações de von Letow — A ânsia de vencer era muito grande por parte dos alemães, que, servidos por boas tropas e dispondo de auxiliares magníficos — os «askaris» —, servindo-se de estratagemas de guerra dos mais surpreendentes, conseguiam arredar os ingleses do caminho novo que tomavam.

Bateram-nos em Malemba e em Umpunhua; Mripa, onde estavam os portugueses, fôra abandonada, e assim se lançou von Letow sôbre Nhamacura. Não se detinham. Já tinha chegado Junho e em Alto Molacué obtinham mapas da região, isto em virtude do desleixo de quem os devia rasgar ou ocultar. Na Lujela, o capitão Müller apossou-se de víveres e vestuário, que estavam em depósito, lançando fogo aos armazens da Companhia, onde arderam trezentas toneladas de géneros que não puderam transportar.

As duas colunas — Letow-Müller — unidas avançaram sôbre Oringa, com o objectivo da tomadia de Quelimane, onde Sousa Rôsa concentrava a defesa.

O major Velez Caroço deteve-se no Luabo, com três companhias e seis metralhadoras, a fim de defender o caminho de ferro de Munhiba. Por toda a parte onde passavam os alemães iam revoltando os indígenas contra o domínio português, a sustentar-se com tão minguadas fôrças. Tinham ido da metrópole sem instrução, que os chefes não lhe puderam dar, e por isso a desordem se manifestava. Ante um ataque alemão fugira uma companhia do major Velez Caroço; o capitão Alpoim vira-se sem soldados na margem do Lujela.

E van-Deventer, ao ordenar que se fortificasse Nhamacura e Quelimane, fôra erriçando de censuras os contingentes portugueses. Escrevera:

«Enquanto eu não estiver mais satisfeito quanto ás qualidades das suas tropas, considero inconveniente o seu emprego fora de entrincheiramentos. Em vista de que não empregarei na coluna movel quaisquer tropas portuguesas até que me garanta a sua rehabilitação.»

Era o cúmulo. Os ingleses batidos, deixando o campo aos germânicos, não podendo deter-lhes as marchas, atreviam-se a censuras tão ásperas, que provinham de razões diferentes das apresentadas. Sousa Rosa atribuiu-as a intrigas do agente de ligações, o judeu Leonel Cohen, «que, secretamente, tratava de deprimir a nossa acção e o nosso esfôrço, desmentindo as informações do Quartel General Português, o que criou uma situação particularmente difícil ao oficial de ligação, português, Perry da Câmara.

A desconfiança dos britânicos, cujos feitos não eram de forma alguma memoráveis, apesar de terem dinheiro, munições e víveres, chegara a ponto de graduarem os seus oficiais, a fim de poderem exercer comando sôbre os nossos. Sucedera isto com o major Gore Brown, arvorado em tenente-coronel, para ser superior do major Velez Caroço, que estava em Nhamacura. Outro dos seus oficiais, Philips, recebera as mesmas insígnias, a fim de se colocar acima do major Silva Leal, em Ribaué. O quartel general português acatara tais desaires.

O agente Leonel Cohen ou não percebia coisa alguma do que estava fazendo, ou ludibriava os que devia informar, porque, acampando os alemães quási sôbre Licuge — fim de Janeiro de 1918 — dizia: «não haver notícias do inimigo; o rio Licungo não é vadeavel; vou mandar patrulhas para Maganja.»

Sucedera o contrário, os germânicos vadearam o rio, onde bateram um destacamento português em Kokosani, tomando um comboio.

O general von Letow deu um descanso ás suas fôrças e, a 3 de Julho, preparou-se para combater desespera-

damente, tendo iniciado a luta no dia primeiro do mês.

Combate de Nhamacura — No dia 1 de Julho de 1918 os alemães tomaram a fábrica da Companhia do Boror, onde estavam duas companhias indígenas, a 21.ª e a 39.ª, com uma secção de artelharia.

Duas companhias inglesas guarneciam igualmente a posição, onde comandava o tenente-coronel Brown, que recebera aquela patente a fim de chefiar as operações em lugar do major Velez Caroço.

Alastrara em demasia as suas tropas, pois pretendera defender quatro quilómetros com quatro companhias, quando o seu chefe, van Deventer, preconizava sempre a massa de unidades nas fragmentações. Quinhentos soldados indígenas receberam o embate alemão, sob o comando valoroso dos oficiais e sargentos portugueses.

Assim o reconheceu aquele general boer, que comandava em chefe. Acentuou: «ainda que oficiais e sargentos portugueses tivessem combatido com bravura, todo este sector de defesa, incluindo duas peças de tiro rápido, estava em breve nas mãos do inimigo.»

Nos dias 2 e 3 de Julho se começara a acção, com tanta fôrça que se deu a debandada, tendo morrido muita gente afogada no rio e ficando no campo dois oficiais e um sargento, além de onze graduados prisioneiros.

Deste modo se exprimiu o chefe britânico.

O encontro fôra muito forte. O alferes Ferreira de Meneses, que se encontrava junto do tenente-coronel Brown, visto ter desaparecido o capitão Damasceno, chefe do estado maior, verificara o terrível fogo das granadas, tão intensamente dirigido, que a retirada se fizera precipitadamente, e logo o pânico levara as fôrças confundidas a descerem para o Macure. A maneira por que se lançaram numa almadia foi tão impetuosa que a jangada se afundou. Nesta altura, «o comandante e outros oficiais ingleses descalçaram as botas, atirando-se á agua», tendo deixado em mãos inimigas três metralhadoras, seis cunhetes, sessenta mil cartuchos, equipamentos, bagagens e víveres em grande quantidade.

Ficaram prisioneiros, porque não seguiram o exemplo dos britânicos, que daquela forma se atiraram ao Macure, os oficiais portugueses capitão Bártolo Simões, tenente Hipacio de Brion, alferes Kolm, Correia Mendes, Rodrigues, Carmona, o sargento

VELHA QUELIMANE

Moreira e outro dos seus camaradas, dois cabos e alguns soldados.

As fôrças inimigas podiam computar-se entre cem europeus, mil e trezentos «askaris» e três mil e quinhentos carregadores.

Massano de Amorim — Aberto o caminho de Quelimane, o coronel Sousa Rosa tomara as providências indispensáveis para salvar a população civil de um ataque do inimigo. Embarcou as mulheres, as crianças, os arquivos, os cofres, mantimentos indispensáveis para os que refugiava, e, ordenando-se a todos os homens válidos que se armassem, aguardou os resultados. Os germânicos, porém, desdenharam aquela presa. Licungo e Mlela mais lhes sorriam, póis locupletaram-se com quinhentas toneladas de víveres, açúcar, vinho, e, fazendo as suas rápidas manobras, foram por Oriva, Maniu, indo aprisionar o coronel inglês Dickinson com o seu ajudante e um médico. Conduziram-nos e bateram os britânicos em Jel e Nhamarroe, fazendo prisioneiro o major Garrod, e, distribuindo pelos seus auxiliares os pingues saques, voltaram ao seu território.

Sousa Rosa embarcou a 7 de Julho e, entregando o comando ao tenente-coronel Alberto Salgado, volvera-se a Portugal.

Álvaro de Castro deixara o govêrno da província, para que fôra nomeado o valoroso soldado de África tenente-coronel de artelharia Pedro Francisco Massano de Amorim, que ali se encontrava quando do armistício (11 de Novembro de 1918).

A situação política em Portugal complicara-se; Sidónio Pais fôra morto, e quando se restabelecera a paz, após a revolta monárquica do Pôrto, aquele oficial deixou o govêrno da província, sucedendo-lhe o dr. Manuel Moreira da Fonseca, juiz, habilíssimo, grande conhecedor da colónia, numa interinidade que durou de 1919 a 1921.

INDIA

1886-1919

CAPITULO LIV

O ESTADO DA ÍNDIA

Caminho de ferro de Mormugão — Revoltas de Satari — O ultimo vice-rei da India e o primeiro governador da Republica

Em 1916 fizera-se a descentralização administrativa, como sucedera em todas as outras colónias, seguindo-se o diploma emanado para elas e em igualdade de circunstâncias.

Criara-se outrora ali um Liceu Central, elevado sob regime novo a Liceu Nacional, e um Instituto Comercial (1917).

Freitas Ribeiro deixou o govêrno em 16 de Junho de 1919, ficando interinamente no cargo Augusto de Paiva Bobela Mota.

O Estado da Índia, campo da epopeia guerreira dos portugueses, tem dado á metrópole algumas das suas celebridades e notáveis homens de govêrno.

Fomento na Índia — Apesar do descontentamento que, por vezes, lavrava na Índia, o govêrno interessara-se pela colónia, tendo o conselheiro Júlio de Vilhena, ministro do Ultramar, em 1880, tratado da construção da linha férrea e pôrto de Mormugão. Faltava-lhe o acto decisivo da assinatura entre o govêrno e os concessionários britânicos, representados por sir T. Douglas Foryth. Garantia-se a maior latitude de todas as despesas nas obras contratadas. Cerceou-se esta cláusula, que podia dar motivos a abusos, isto apesar de Andrade Corvo achar demasiados os escrúpulos, sobretudo tratando-se de concessionários entre os quais figurava o duque de Sunderland. António Augusto de Aguiar fôra quem tratara do negócio em Londres e insistia pela aprovação do contrato, bem como o ministro britânico, Mortier. Em 18 de Abril de 1881 chancelou-se o documento.

Também aquele ministro realizou a reforma tributária e outras referentes ao Estado que ia florescer, segundo o seu relatório, com aquela linha férrea, que ligava grandes relações entre o pôrto de Mormugão, Bombaim e Madrasta.

Aboliram-se os dízimos e a décima urbana, criando-se o imposto predial e contribuições sôbre alugueres, subindo os impostos que pagavam as câmaras das Novas Conquistas, bem como os dos tabacos, sêlo, registo, sanitário e cais.

Constituira-se, pois, a Companhia West of India Portuguese Railway (W. I. P. R.), á qual competia a construção da linha e pôrto, cujas explorações se lhe entregavam. Parece que, apesar de todas as cautelas, não foram bem estabelecidas as garantias, por culpa da pressa que deram á assinatura do tratado o ministro inglês, Andrade Corvo e António Augusto de Aguiar.

A Companhia Southern Maharatta Railway tinha as suas linhas á distância de três milhas da fronteira portuguesa e havia uma corrente que desejava que lhe fôsse entregue a concessão.

Desencadearam-se tormentas e batalhas, até que em 21 de Agosto de 1902, isto é, ao cabo de vinte e um anos de assinatura do contrato, se entregou a M. Ry a exploração, o que fez prosperar o rendimento da linha.

Desde Mormugão á fronteira existem setenta e dois quilómetros de via, sendo as estações: Mormugão, Vasco da Gama, Dabolim, Comauim, Majordá, Margão, Chandor, Savordem, Ka-

lay, Colem e Dud-Sagor. O pôrto é muito bom e de grande movimento, sendo excelente o seu cais acostável.

Demonstrava-se, por conseqüência, naquela época, a ideia que presidia ao fomento do Estado da Índia, que, por sua condição, bem o merecera.

Govêrno de Augusto Cardoso de Carvalho — 1886-1889 — Depois da revolta de Marcela, quando o infante D. Augusto assumira a vice-realeza da Índia, a paz reinara, limitando-se os governadores a cumprir os seus mandatos.

No ano de 1886 fôra nomeado para o mais alto cargo da colónia o oficial da armada, que exercera missão igual em Timor, Augusto César Cardoso de Carvalho, ao qual sucedeu um Conselho Governativo, presidido pelo patriarca D. António Valente, desde 24 de Maio a 16 de Junho de 1889.

Vasco Guedes de Carvalho — 1889-1891 — Quando chegou o novo governador Vasco Guedes de Carvalho e Morais, oficial do exército e colonial, fizera-se contra ele uma má atmosfera, mais acentuada após as eleições, que foram muito tumultuosas. Resultaram algumas mortes e a luta deu-se em virtude do govêrno metropolitano desejar que os sufrágios recaíssem em candidatos que o partido popular indiano repelia.

Não se contara com o desenvolvimento dos nativos do empório. Alguns deles, por suas lúcidas inteligências, educação e desejo de se instruir, tinham brilhado em várias manifestações da vida nacional. Vários deputados naturais da Índia marcaram no parlamento português a sua atitude, destacando-se Bernardo Francisco da Costa, Constâncio Roque, Bernardo Peres, João Baptista Canã, Jeremias Mascarenhas, sacerdote como o anterior, e Francisco Luiz Gomes.

Bardez tornara-se o fulcro popular e Salsete ia acompanhando os seus progressos. Havia porém dois partidos, um dos quais tinha por chefe Bernardo da Costa, director do «Ultramar», e outro o dr. José Loiola, directór da «Índia Portuguesa». O governador apoiara aquele e as desordens começaram por ocasião dos sufrágios para a Câmara de Salsete (31 de Setembro de 1890). Intervindo a fôrça, ante os tumultos, morreram vinte e um indivíduos.

MORMUGÃO E O SEU PÔRTO

Imediatamente os chefes do partido nativista tiveram que sair da Índia Portuguesa, visto os pronunciarem sem fiança. O Tribunal da Relação de Nova Goa não confirmou este juizo, o governador foi demitido, formando-se com mais segurança os dois partidos que disputavam conduzir a política do Estado da Índia, que tem

notabilíssimos filhos em todos os ramos da actividade humana.

Francisco Maria da Cunha e outros — 1891-1894 — General de brigada e conselheiro, político de categoria, governara Moçambique, passando depois ao govêrno da Índia, em 1891, sucedendo-lhe um conselho governativo presidido pelo patriarca (1892). Tomou depois o cargo Francisco Teixeira da Silva, logo o conselho governativo da presidência do juiz da Relação Luiz Poças Falcão (9 de Abril a 2 de Julho de 1893), sendo seu sucessor Rafael Jácome Lopes de Andrade (1893-94) e de novo o conselho governativo.

Revolta de Satari — 1895 — Governava a Índia o general Elesbão José de Betencourt Lapa, visconde de Ourém, velho soldado do tempo de Saldanha, de quem fôra amigo e cúmplice em várias revoltas. Assumiu o cargo em 1894.

Por este tempo o «Comércio de Portugal», de Lisboa, afirmava, sob o título de «Grave», a existência de uma «Conspiração na Índia Portuguesa», cujo fim consistia em expulsar todos os europeus, destituindo seus descendentes dos empregos e substituindo-os por indianos. Causara alarme esta notícia que devia lembrar a célebre «conspiração» denominada dos «Pintos», embora coisa alguma a família, numerosa e ilustre, deste apelido tivesse com aquele movimento do reinado de D. Maria I.

Acrescentava-se que os maratas não queriam ir para Moçambique. Comentava-se o ter-se reduzido a moeda forte o soldo daqueles soldados, visto serem prejudicados por não poderem levar a família quando se deslocavam, o que antigamente faziam, e nem lhes ser fácil sustentá-la com o minguado pré.

Punha-se em cheque o governador, que não era atilado, embora como militar se destacasse. Faltavam-lhe predicados intelectuais.

Rebentara uma formidável campanha nas «Novidades», jornal de Emídio Navarro, contra o «Universal», onde escrevia Constâncio Roque da Costa, índio talentoso, que punha em cheque um irmão de outro seu conterrâneo, homem de alto valor, Elvino de Brito, e que era militar na Índia. Houve até desafio para duelo.

Com efeito revoltara-se uma companhia de maratas que não queria ir para Moçambique. De 13 para 14 de Setembro de 1895 rebentara a sedição no quartel da polícia de Goa. Os maratas, em número de duzentos e noventa e oito, pegaram nas armas e dirigiram-se para Satari. Reclamavam, desde logo, que os dispensassem do serviço militar, amnistiando-os pelo

RANE

seu acto. Como o govêrno lhes cortasse o subsídio de víveres, conseguiram, no meio da sua raiva, contagiar os ranes, que de ha muito andavam descontentes. Dois oficiais europeus tinham sido conduzidos para o forte. A súbita rebelião tomou proporções, decretando-se o estado de sítio para Gôa. Os rebeldes, ou parte deles, entregaram-se ao banditismo e daí a necessidade de se enviar uma expedição da metrópole, substituindo o governador o oficial da armada Rafael de Andrade.

Em Lisboa, um irmão de Elvino de Brito agredia, fortemente, á bengalada o articulista do «Universal», Constâncio Roque da Costa.

Nomeara-se vice-rei da Índia o infante D. Afonso, que devia embarcar com uma expedição no «Zaire», levando consigo, entre outros oficiais, os capitães Garcia Rosado e Alfredo José de Albuquerque, em cargos de

confiança, como o major Benjamim Pinto.

O ministro da marinha, Ferreira de Almeida, homem de estranho temperamento, tinha o «Universal» como órgão na imprensa, e, irritadíssimo com os acontecimentos, proibira os soldados da expedição de se despedirem dos seus amigos e parentes. Isto levantou protestos. A certa altura o ministro mandou os marinheiros calar baionetas á entrada do Arsenal, colocando-se á frente deles de espada nua, ao que responderam alguns oficiais de artelharia com o mesmo gesto.

ratas sairam do quartel disparando e ele com alguns soldados procurou, debalde, detê-los. Lembrou-se, a súbitas, da artelharia e, entretanto, avançara até á ponte de Ribandar, a ver se continha os insurrectos até os ter dominados pelas peças.

Os maratas responderam que não queriam ir para Moçambique, mas só confiavam num papel assinado por um oficial velho, como por exemplo o coronel Luiz Carneiro, ou outro da mesma categoria.

Gomes da Costa solicitou o comando da polícia e da artelharia para combater os rebeldes e colocando-se á sua

PALÁCIO DO GOVÊRNO

A guerra da Índia tinha, como se vê, tanto eco em Lisboa que já produzia cenas como esta e a proibição de entrarem a bordo do «Zaire» o almirante Baptista de Andrade e o general Francisco Maria da Cunha, que voltaram as costas ao titular da pasta da marinha.

O capitão Manuel de Oliveira Gomes da Costa fôra nomeado comandante da coluna de operações em Satari, sendo ferido nos encontros de Gutnen e Acdeigacete.

Tendo sido convidado em 1893 para ajudante do governador Rafael de Andrade, lá ficara e administrava o concelho das ilhas quando rebentara a revolta, o que procurara evitar tomando uma enérgica atitude, mas os ma-

frente ir sufocar a revolta. O visconde de Ourém concordou com ele; não sucedeu o mesmo com o conselho da província, que não consentiu naquele acto. Isto dera fôrças aos rebeldes. Os maratas que tinham ficado fiéis desertaram e a polícia mostrava-se intranqüila, a ponto de se pensar, a toda a hora, na deflagração de uma revolta promovida por ela.

Chegavam notícias de saques, como o de Mapuçá; reinava o terror. Constou — disse-o o ajudante Vieira da Rocha, serenamente, ao governador — que após aquela exacção avançariam para Aguada e outros para Pangim.

Redobrara o mêdo. Reunido o conselho do govêrno, o procurador da corôa acusou os canarins de terem acti-

vado a luta; o juiz Ochôa propôs que não os amnistiassem, pois lhes dariam maior audácia, e o conselheiro Abel do Pinho queria o lançamento de um bando pelo qual se declarasse ser impossível garantir a segurança.

Deu-se, de seguida, o embarque no «Stepherd & Co.», que estava atracado á ponte e quási se afundava com o pêso dos refugiados.

Berrava-se pelo indulto, a fim de sossegar os maratas e os ranes, e o visconde de Ourém, pactuando, assinara-o, mandando-o pelo conde de Mahem, descendente de nobres famílias portuguesas, o qual seguiu com dois coronéis par Mapuçá.

O governador deu plenos poderes a Gomes da Costa para defender Pangim ameaçada. Embarcou setenta soldados da polícia, três de artelharia e uma peça antiga. Os oficiais eram o capitão de artelharia Vieira da Rocha, os tenentes Abílio de Sá e Lamas, os alferes Dias, Possolo e Brito e dirigiram-se para Juá. Os rebeldes fugiram para Amoná, alarmando tudo com a «chinga», a enorme e torcida corneta gentílica.

Dispararam a peça contra os sublevados, fazendo-se, ao mesmo tempo, fogo de infantaria. A ordem dada aos oficiais foi a seguinte: colocarem-se por detrás dos soldados e ao menor acto contrário ao que se lhes mandava fazer-lhes saltar os miolos.

Estabeleceu-se o tiroteio entre os dois partidos, fugindo os maratas para Saquelim.

Dois dias depois, os rebeldes pediam perdão.

Tratava-se de os bater de vez. Chegara a canhoneira «Rio Lima» e, ao cabo de muitos trabalhos, alcançara-se o refúgio dos sublevados, travando-se combate, mas, tendo-se arrependido, os índios enviaram parlamentários, os quais, vendo Gomes da Costa e Possolo, puseram as armas á cara para os abater. Os que rodeavam o comandante prostraram-nos, ficando também ferido aquele alferes. Depois da derrota dos maratas, que tinham travado batalha, em Gutnen, durante cinco horas, Gomes da Costa, alcançado por um bala, apoiava-se ao braço do engenheiro Luiz Gaivão, ordenando a marcha sôbre Bicholim. O corneteiro José dos Reis fôra ferido num ôlho.

O infante D. Afonso vice-rei — Em 12 de Novembro chegava a Pangim a expedição do comando do infante D. Afonso e o novo governador Rafael de Andrade com plenos poderes.

Os rebeleds, que se tinham zangado entre si, dividiram-se, passando uns para o sul do caminho de ferro e ficando outros em Sanguem.

Gomes da Costa recebeu ordem de seguir contra eles com duzentos índios e cinqüenta marinheiros do «Vasco da Gama». Soube-os em Cendy; cercou a aldeia, só topando mulheres e crianças.

INFANTE D. AFONSO
ÚLTIMO VICE-REI DA ÍNDIA

Voltando a Pangim, encontrou, já libertos, os oficiais que eles tinham aprisionado, bem como o armamento, que os rebeldes abandonavam fugindo. Ficavam, porém, outros em pé de guerra e era necessário vencê-los. Após uma reunião, no palácio do govêrno, organizou-se a coluna (24 de Novembro), indo Gomes da Costa na guarda avançada e D. Afonso á frente do grosso da expedição em busca do inimigo, que estava em Razigante.

Raziavam em bandos de salteadores, aos quais se devia dar caça. Esgueiravam-se com facilidade, metiam-se nas

florestas e nos desfiladeiros, operando a guerra mais estranha. O tenente Santos Silva, que fazia parte do destacamento de Gomes da Costa, dera o sinal de alarme dentro duma mata espessa e, com efeito, o inimigo entrou num formidável tiroteio no escuro e, após a sortida, debandaram e sumiram-se no mistério dos seus matagais, indo juntar-se em sítios anteriormente combinados. Morrera na refrega o chefe Gambá Rane.

Avançou-se, então, sôbre Canacona; depois seguira-se para Cumbary, Sanguera, Samorden, Serodá, Pondorá, até Surlá, encontrando devastações. Os rebeldes voltaram para Satari.

Já não se entendiam no govêrno que lhe fôra cometido o infante D. Afonso e Rafael de Andrade, que voltava para Portugal. Gomes da Costa acompanhou-o e ao chegar teve um conflito com o jornalista índio Constâncio Roque da Costa, que o feriu com um tiro quando pretendia atingir o antigo governador, ao qual atacara no «Universal».

D. Afonso, duque do Pôrto, último vice-rei da Índia, acabara por conceder a amnistia aos rebeldes de Satari, como convinha a um príncipe (1896).

Ao voltar para Portugal recebeu a investidura do govêrno geral e comissário régio o oficial da armada, muito experimentado em assuntos coloniais, Neves Ferreira, o qual soube restabelecer a ordem e a paz. Saiu do Estado em 1897, ficando em seu lugar o conselho governativo a que presidiu o patriarca das Índias. Sucedeu-lhe o coronel José Joaquim Machado (1897-1900) que ultimou as condições da amnistia, e logo o bravo militar Eduardo Galhardo, vencedor do Coalela (1900-1905).

O novo governador foi Arnaldo de Novais Guedes Rebelo (1905-1907). Tomou posse o conselho governativo, composto pelo presidente da Relação dr. Nunes Garcia, coronel Augusto Roncon e pelo secretário geral Francisco Maria Peixoto Vieira.

De 1907 a 1910 governou o major José Maria de Sousa Horta e Costa, que fez vários melhoramentos na cidade de Pangim, como a avenida, fundando-se logo o bairro Campal. Também a viação pública mereceu as suas atenções.

Foi este oficial o último governador monárquico do Estado da Índia Portuguesa.

Proclamação da Republica

O primeiro governador geral do novo regime — O juiz dr. Francisco Manuel Couceiro da Costa, republicano que não temera manifestar suas ideias, sendo tolerado pela liberdade monárquica, tornara-se vaidoso e atribiliário com o triunfo da sua causa e com a investidura no alto cargo que jamais julgara poder ocupar. Juiz em Salsete, guindava-se de repente ao maior cargo do Estado da Índia. Tomou logo posse não na igreja do Bom Jesus, como era tradicional, mas no palácio de Pangim.

O povo republicano da Índia, ou antes alguns apaniguados e outros adesivos, solicitara a nomeação.

O novo governador não podia realizar coisa alguma de proveitoso por falta de recursos monetários, pois se tornava dificílimo, neste caso, o fomento.

De resto, apesar de todo o seu conhecimento da região, não soubera prover ás necessidades de apaziguamento, do que resultou a nova revolta dos ranes, em Satari, no ano de 1912.

O dissídio nascera dos «dessais», os senhores, e os outros agricultores, agravando-o o comandante militar com a violenta cobrança dos impostos.

Rebentara a revolta e o governador declarou ser necessário exterminar de vez esses rebeldes. Requisitou para Moçambique reforços e sobretudo uma companhia de aguerrridos landins, que pela primeira vez foram empregados contra os índios.

Contava-se com a selvajaria desta tropa e também com o preconceito que vive em todo o índio em questão de castas.

O elemento landim produziu o seu efeito nesta guerra, na qual tomou parte o próprio governador, apesar de civil, levando na bagagem livros referentes ás campanhas napoleónicas.

A luta foi terrível; o extermínio votara-se e tendo sido trucidados alguns

PADRE ANTONIO BARROSO

dos chefes, aprisionaram-se outros, que foram deportados para Timor.

Satari ficou sujeita a um regime especial, aquartelando-se ali os landins como uma ameaça mas também como um elemento de irritação para os índios. Em 1925 ainda lá se encontravam.

O governador Couceiro da Costa exerceu durante largo tempo o seu cargo, sem que novos factos tivessem perturbado a vida daquele Estado (1910-1917).

Outros governadores — Tomou posse o conselho governativo, composto pelo presidente da Relação dr. Francisco Peixoto de Oliveira e Silva, coronel médico Francisco Antunes Wolfango, natural da Índia, e do secretário Peixoto Viana, até que chegou o novo governador, oficial da armada José de Freitas Ribeiro (24 de Novembro de 1917).

Missões religiosas — Após a Concordata (1886) tratou-se de evitar os conflitos de jurisdição que surgiram imediatamente. Chegou a haver demandas nos tribunais britanicos, que o prelado D. António Pedro da Costa muito bem conduziu. Sucedeu-lhe, em 1900, D. Sebastião José Pereira, das Missões Ultramarinas de Sernache, onde fôra condiscípulo do célebre missionário António Barroso, depois bispo de Angola, de Moçambique e do Pôrto.

Aquele prelado desenvolveu a instrução, criando muitas escolas primárias e até secundárias. As religiosas franciscanas instalavam dois colégios, dirigiam um orfanato, os franciscanos praticavam do mesmo modo (1908), comportando aqueles institutos três mil e setecentos alunos, só em Damão.

Meliapôr também teve em D. Teotónio Ribeiro um grande cultor da instrução, sendo admiráveis os resultados obtidos em toda a Índia. Existiam seis liceus, oitenta e duas escolas primárias e seis industriais, um pensionato, um orfanato, quatro dispensários, um asilo e três escolas telegráficas nos orfanatos, tudo isto obra dos religiosos. Estavam na diocese salesianos, franciscanos e franciscanas, irmãs do Bom Pastor e de Maria e a congregação das Senhoras Indianas, ao todo doze conventos.

Os jesuitas tinham ido para a Índia em 1889, a pedido do primaz de Goa D. António Valente. Fundaram a residência de S. Paulo em Belgão (1890), tendo como superior o reverendo José Manuel Gonçalves; o Colégio de Santa Cruz de Cochim, que abrindo em 1895, educou numerosos rapazes; Colégio Luiz XIII, em Alapé, agregado á Universidade de Madrasta, e o seminário (1900), de que foi reitor o padre Gil Vaz. Quando, em 1895, o infante foi nomeado vice-rei da Índia, acompanhou as tropas, como capelão militar, o reverendo padre António de Azevedo. Houve um concílio em Goa, em que foi teólogo este inaciano com o seu colega Serafim Gomes.

A Inglaterra concedeu um subsídio aos colégios jesuitas da Índia. Criaram uma casa de férias com o título «Vila Portugal».

MACAU

1886-1919

CAPITULO LV

A GRANDE NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DO PÔRTO DE MACAU

Diligencias para realizar as obras do pôrto — Acção dos governadores — Os religiosos e a instrução nas colonias

Tendo tomado posse do govêrno em 1886 o governador Francisco José da Costa, oficial de engenharia, deixou-o, em 1888, a um conselho governativo presidido pelo juiz dr. João José da Silva, sucedendo-lhe, no ano seguinte, o contra-almirante Francisco Teixeira da Silva.

Aquele oficial de engenheiros trabalhou activamente para realizar as grandes obras do pôrto, objectivo de todos os macaistas. O traçado de Adolfo Loureiro encantava-o e já se limitava a um projecto mais modesto do tenente-coronel Horta e Costa.

Em 1887, pelo tratado de 1 de Dezembro, foi concedido a Portugal o direito de extra-territorialidade na China, pelo qual as autoridades portuguesas julgariam os casos dos seus súbditos residentes na China, participando todos os conflitos com os súbditos do Celeste Império, a fim de serem julgados por suas leis.

Os portugueses culposos para com os chineses seriam julgados por juizes nacionais. Outros artigos foram garantia das boas relações entre os dois países.

Em 1902 o partido popular chinês protestou contra esta fórmula, visto querer o pleno domínio na sua terra.

Como várias nações gozavam do mesmo privilégio, e a Inglaterra entre elas, foi esta a primeira que concordou na revisão do tratado. Em 1919 levaram os chineses a questão á Sociedade das Nações, que não a atendeu.

Ao governador Teixeira da Silva sucedeu, na interinidade, o coronel Francisco Ferreira da Silva e sete meses depois o oficial de marinha Custódio Borja.

Este governador começou a interessar-se pelas obras do pôrto com uma verdadeira dedicação, tendo no ano seguinte á sua posse (1891) sido assinado pelos 951 habitantes de Macau um documento pedindo ao govêrno da metrópole para se realizarem aqueles trabalhos. Expunha-se nessa petição tudo quanto se tentara até á data, mostrando as vantagens que se obteriam com o melhoramento, o qual daria ás colónias verdadeiras condições de riqueza.

Em 1887 fez-se a delimitação de Macau e tratou-se da Convenção relativa ao ópio.

Sucederam outros governadores: José Maria Horta e Costa (1894-1897), depois um conselho governativo, presidido pelo juiz Álvaro Maria Fornelos, até que chegou o general Rodrigues Galhardo (1897-1900). Ao novo conselho governativo presidiu o bispo D. José Manuel de Carvalho, mais uma vez Horta e Costa (1900-1902) e Arnaldo do Novais, coronel de artelharia, ocupou o cargo. Como houvera uma grande dificuldade em embarcar uma expedição que recolhia á metrópole, tendo o «África» que fundear a vinte milhas de Macau, o Leal Senado voltou a solicitar a atenção da metrópole para o pôrto e o novo governador tentou fazer algumas das obras por empreitada (1903). Só então é que o ministro pediu o caderno de encargos. O engenheiro Abreu Nunes estudou a questão. Con-

cluir-se-ia o muro do cais do Pôrto Interior desde a fortaleza da Barra á Ilha Verde com seis rampas, cento e setenta metros de cano de alvenaria com cinco bocas no muro. Seis escadas de mão, cento e cinqüenta argolões para amarrações, ponte levadiça para a Alfândega; dois guindastes; docas em Pantane; atêrro destinado a um bairro operário; canal de navegação no Pôrto Interior e Rada, desde a Ilha Verde, na extensão de oito mil metros.

Quando saiu o governador Arnaldo de Novais ficou no conselho o bispo D. João Paulino de Azevedo e Castro (1903-1904).

No período do govêrno daquele oficial celebrara-se com o ministro chinês príncipe Ching um tratado de comércio, prosseguindo as negociações até 1904, nas quais entravam as referentes a uma linha Cantão-Macau, que rivalizaria com Hong Kong-Cantão, visto ser aquele pôrto o grande inimigo de Macau, que muito se teria desenvolvido se o tivesse precedido nas obras, visto as suas naturais vantagens.

No ano de 1905, sendo governador Martinho de Queiroz Montenegro, foi o general José Emídio Santa'Ana Castelo Branco encarregado de uma visita de inspecção á colónia, devendo examinar as condições referentes ao pôrto, propondo o que julgasse conveniente para o seu êxito.

Encontrava-se este oficial em comissão na Índia e não podia abandonar o seu encargo com a rapidez necessária. Só no ano seguinte se dirigiu a Macau. Determinara-se que fizesse o serviço por portaria de 23 de Maio de 1905, apareceu em Outubro de 1906, depois de ter ido a Timor, a Java e a Birmânia fazer uns estudos sôbre petróleo. Mal começara os seus trabalhos em Macau, logo o mandaram a Timor em missão confidencial, regressando em Janeiro de 1907. Parecia não existir mais ninguem capaz de desempenhar serviços no Oriente. Adoeceu e ficou na colónia o engenheiro Raúl de Faria e Maia encarregado de completar os traçados.

Já tinham sucedido mais dois governadores em Macau, aquele, interinamente, e Pedro de Azevedo Coutinho, oficial de marinha. Com o regresso do general Sant'Ana Castelo Branco á metrópole fôra dado ao engenheiro Vasconcelos Pôrto o encargo de realizar um ante-projecto para as obras do pôrto. Foi governar Macau (1908) o capitão-tenente Francisco Diogo de Sá, na interinidade, sucedendo-lhe o tenente-coronel Alves Roçadas e logo Eduardo Marques, seu antigo chefe de estado-maior (1908-1910).

Nomeara-se uma grande comissão de estudos a fim de tratar dos melhoramentos do pôrto, presidida pelo engenheiro Miranda Guedes e fazendo parte dela Faria e Maia, Eduardo Cirilo Lourenço, Francisco Xavier Fereira, César Freire de Andrade e Sco Tang, chinês capitalista.

Como se vê tinham sido longos e quási inanes os trabalhos destinados a tão vasto e útil empreendimento.

O governador Eduardo Marques fazia sentir a necessidade inadiável de se realizarem os melhoramentos, demonstrando como o pôrto devia abrigar navios de 2.000 a 3.000 toneladas.

Escrevia a tal respeito: «A situação da colónia é neste momento a de maior desânimo e desesperança no futuro e descrença completa nos poderes públicos.

Só ha notícias de capitalistas que se vão e de casas que fecham; propriedade nenhuma consegue ser vendida em primeira praça e em geral nem por metade do preço encontra comprador; por toda a parte queixas e recriminações nem sempre, é verdade, com razão. A depressão e o descontentamento são contagiosos, espalhando-se aquela de um a outro ramo de negócio e este atacando progressivamente todas as classes da população. A acção governativa desacreditadíssima pelas promessas, não cumpridas, que de tempos imemoriais vem fazendo, sente faltar-lhe o prestígio de que precisa estar revestida e a cooperação de aqueles que podiam e deviam ajudá-la na obra reformadora e de ressurgimento da colónia.»

Traçado este quadro, o alto funcionário, declarava que tendo visto o pôrto de Hung-Chan, cujas condições naturais eram inferioríssimas ás do nosso, o sentia a transformar-se, constituindo uma grande ameaça.

Do mesmo modo se ficou. Em 1910, o novo governador, oficial da armada, Álvaro Machado, solicitava que, ao

menos, se fizessem algumas dragagens no pôrto interior, mas não foi ouvido com a atenção devida, o que desgostava a colónia.

Proclamação da república — A república proclamou-se quási ao mesmo tempo em Portugal e na China.

Ficara interino no govêrno de Macau o bacharel João Marques Vidal até que se deu interinidade ao antigo governador Álvaro Machado, o qual esteve até 1912, visto ter aderido ao novo regime.

Em Abril de 1911 insistia para que se fizessem as obras do pôrto e conseguira da casa Mac Donal uma proposta para a abertura do celebrado canal desde a Rada ao Pôrto Interior, com a largura de 45 metros e 12 pés de profundidade abaixo do nível das mais baixas marés. Construir-se-ia num ano, por setenta e dois contos. Prontificava-se a fazer as dragagens nos outros anos seguintes. Por 288 contos Macau possuiria um canal de acesso com 90 metros de largura e 16 pés de profundidade, que seria conservado pela quantia anual de 30.000 patacas (13.500.000 réis).

Não se pode negar excelente vontade a este governador para a realização das obras do pôrto.

Sucedeu-lhe o antigo companheiro de Mousinho de Albuquerque, Aníbal Sanches de Miranda, coronel de artelharia (1912-1914).

Missões religiosas — A população da colónia, á excepção da chinesa, é católica e muito beneficiara sempre o culto e as obras de caridade dos padres que largamente lá trabalharam. Os salesianos tinham ali o orfanato da Imaculada Conceição; os canossianos possuiam as suas casas de beneficência: o asilo da Santa Infância, o das Inválidas e S. Lázaro, colégio de Santa Rosa de Lima, sob a direcção das religiosas de Nossa Senhora dos Anjos.

O Instituto Canossiano foi estabelecido em Macau no ano de 1874.

Os jesuitas estavam como professores no Seminário de Macau desde o tempo do bispo D. António de Medeiros.

O decreto do govêrno provisório da república (19 de Novembro de 1910) expulsava-os. Debalde o bispo D. João Paulino de Azevedo e o governador Eduardo Marques com outras pessoas influentes solicitaram que ficassem na colónia os inacianos, mas não foram atendidos.

Em 10 de Outubro proclamava-se a república ao som das salvas. Chegara a notícia do que se estava realizando em Lisboa em matéria religiosa, tendo os jesuitas deliberado partir para Hong-Kong, visto a intranquilidade dos soldados. Sairam em 19 de Novembro os reverendos João Gonçalves, Sebastião Aparício, João Lucas, Serafim Nazaré e o coadjutor João Afonso, tendo dito missa o padre João Henriques. Partiram, depois, os irmãos Pedro do Rosário e Vicente Agostinho. De Hong-Kong os padres foram para a Índia inglesa, a bordo da «Delta».

Os chefes de família de Macau dirigiram ao ministro das colónias uma petição a favor dos reverendos, solicitando que fôsse suspenso o decreto. O jornal semi-oficial de Pequim atacava o govêrno português que «transigia com os vícios do jogo, do ópio e da prostituição em Macau e expulsava os beneméritos religiosos», cujos méritos os chefes de família macaenses enalteciam. Dos inacianos só um era estrangeiro, o professor de inglês Wiliam Askwright.

Outros governadores — O maior interêsse da colónia consistia, exactamente, em activar os trabalhos do pôrto e neste sentido fizeram os máximos esforços os governadores que sucederam na direcção da colónia, até 1919, e foram interinamente o oficial da armada José Martins Pereira (1914); depois o seu colega José Carlos da Maia, revolucionário de 5 de Outubro, que ali esteve dois anos, ficando encarregado do govêrno, em 1916, o distinto colonial e antigo oficial de marinha, secretário geral do govêrno de Macau, Manuel Ferreira da Rocha (1917). No mesmo ano governou, na interinidade, outro oficial da armada, Fernando Augusto Vieira de Matos (1917), indo tomar conta da colónia no período sidonista (1918-1919) o chefe de repartição do ministério das colónias Artur Tamagnini de Sousa Barbosa.

Trabalhos do pôrto — Pretendera-se fazer um pôrto de abrigo e não um rival de Hong-Kong, mas em 1918 institui-se a Missão de Melhoramentos, que, ao começar os seus trabalhos, quis ir mais além. Os planos do general Castelo Branco, modificados

pelo engenheiro Lisboa de Lima e os de Miranda Guedes e Hugo de Lacerda foram postos em equação e fez-se uma proposta ao Conselho de Administração dos Portos, a qual foi assinada pelo engenheiro Duarte Abecassis, e que tendia a mais largo desenvolvimento. Entrava nesse plano um cais acostável na face norte da bacia de Pantane, o que foi aprovado, começando os estudos. Outros trabalhos, como as dragagens de Pantane, cuja eficiência se fazia sentir, mereceram também as atenções dos que compreendiam o alto alcance das obras do pôrto de Macau, fonte da riqueza da magnífica colónia.

TIMOR

1886-1919

CAPITULO LVI

O FOMENTO DA COLÓNIA DA OCEANIA

Do govêrno de Celestino da Silva ao de Filomeno da Câmara — Lutas com os indigenas e com os portugueses — As missões religiosas

Govêrno de Celestino da Silva — Em 10 de Junho de 1893 os governos português e holandês nomearam uma comissão destinada a rectificar as fronteiras de Timor, a fim de se suprimirem os encravamentos nos respectivos territórios. Deste modo se reprimiria o contrabando, tornando mais efectiva a fiscalização. Devia levantar-se a carta topográfica. Só mais tarde (1902) uma nova missão foi á Holanda lavrar o acôrdo. Compunham-na Hermenegildo Capelo e Ernesto de Vasconcelos, oficiais da armada. Obedecia-se á troca do encravamento português de Naiante pelo de Mancutar, holandês, ficando para Portugal Ocussi e Ambeno, na costa norte, e a ilha de Pulo Cambing.

A administração de Timor estava muito abandonada e confiando-se no tacto e energia do novo governador muito se esperava dele, mas decerto não tanto como veio a conseguir.

Antigo oficial de lanceiros, onde fôra comandante do esquadrão no qual servira o príncipe D. Carlos, este, que bem o conhecera e ficara estimando, desejava vê-lo em acção nalgum lugar onde o seu valor e o seu engenho pudessem frutificar.

Quási não havia, no interior da ilha, padrões de soberania; faltavam não só fortes mas simples postos militares.

O governador, ao tomar posse, em 1894, seguiu a norma de pacificar para, de seguida, fazer as tentativas de fomento indispensáveis na possessão.

Havia reis insubmissos. Faltavam-lhe as fôrças para a luta rápida e eficaz e tratou de procurar arranjos diplomáticos. Chegara em Maio; logo, em Junho, encarregou o alferes Duarte, que conhecia a colónia, de fazer a conciliação entre os reinos de Liquiçá e Piço, para o que o enviava com cem moradores — tropas improvisadas nos diversos sítios — a fim de meterem respeito. Armados de boas espingardas, puseram termo á luta sem violências, recolhendo a Dili. Criou os postos e incumbiu os seus chefes de «se instruirem na língua dos indígenas, aprendendo seus usos e costumes; o conhecimento dos caminhos das regiões de seus comandos deviam ser-lhes familiares, bem como as povoações, os reis, suas famílias e delegados, instruindo-se acêrca das suas ligações por consórcio, fazendo a estatística dos óbitos e nascimentos, a fim de se obter um rol geral dos habitantes. Deviam impedir o derrubamento de florestas desde que ele pudesse ter influência no clima, mantendo e povoando de árvores as vizinhanças das nascentes; ao mesmo tempo tratariam de conservar os caminhos, verificando se os indígenas limpavam os cafèzais, se fazem contrabando, cumpriam os regulamentos sôbre os mercados e o sal e se tentavam contra o sossêgo».

Não era apenas um militar querendo exercer, pela fôrça, uma acção de que nem sempre se colhe bons resultados por aqueles meios.

Pôs-se a pensar na penetração da ilha com socorros prontos e por isso instituiu o posto de Remexio, vizinho de Dili, a fim de ter nele um apoio á medida que avançasse.

Pouco depois ocupou Aileu; preparando-se para seguir sôbre Manufai, quedou-se, todavia, a deixar decorrer o período das chuvas. Só em Março (1895) tentou o seu golpe, compondo uma coluna de que tomou o comando.

Morte do capitão Câmara e de outros oficiais — Ao capitão Câmara foi incumbida a chefia da ala oeste. Poucos eram os europeus nesta expedição em que iam doze mil indígenas. Comandava outra ala o alferes Duarte.

CELESTINO DA SILVA

O capitão Câmara lançara-se fora do plano da peleja; quisera avançar em demasia; mandou marchar para o sul e, bombardeando as povoações de Forem, foi esmagando os reis que lhe negavam carregadores.

Reunidos os povos em desespêro enorme, travou-se um combate que durou um dia e uma noite, chegando quási a não haver munições. Retiraram para o forte de Falumeia, mas encontraram-no incendiado; tinha sido degolada a guarnição e não havia outro abrigo.

Deu-se o pânico, a coluna pretendeu salvar-se, mas o seu comandante caíu nas mãos dos rebeldes, sendo-lhe decepada a cabeça. Igual sorte tiveram mais três oficiais, alguns sargentos e soldados europeus, apossando-se os timorenses de espingardas e peças que deviam servir para o ataque a Batugadé, cuja guarnição fugira ante a notícia daquela memorável derrota.

Em Dili reinava o terror. Celestino da Silva acudiu, imediatamente, á capital, restabelecendo o sossêgo, mas tendo que adiar para Outubro as suas operações de desforra. Em Canoro se criou outro posto.

Os anarquistas em Timor — O govêrno da metrópole, ante algumas manifestações libertárias praticadas em Lisboa, quando em França aparecia uma vaga de atentados, que se iam repetindo em vários países, mandara para Timor alguns anarquistas.

Um pintor, de nome Raimundo dos Santos, audaciara-se a distribuir no largo de S. Domingos algumas proclamações das que já colara em diversas paredes. Diziam assim:

«Viva a Anarquia! — 10 de Fevereiro de 1892 a 10 de Fevereiro de 1894.

«Dois anos decorridos após o assassinato legal dos nossos camaradas de Jerez. Dois anos mais de afrontas e repressão que a burguesia pulha tem infligido aos nossos camaradas de todo o mundo.

«A nós, anarquistas, compete vingar os nossos mártires; a luta será de morte.

«Que os nossos camaradas não recuem um passo no caminho da reinvindicação do proletariado. Viva a dinamite.

«A demolição desta sociedade será a felicidade do futuro. Glória a todos os mártires. Àvante pela anarquia.

«Aos camaradas: Hoje, a grande reunião anarquista no local combinado.»

Tinham sido punidos de morte em Jerez de La Frontera alguns anarquistas espanhois. A repressão exercia-se e estando no poder, como ministro do reino, o conselheiro João Franco, determinou enviar para Timor todos os indivíduos conhecidos por militantes do anarquismo, entre os quais foi um intelectual de nome Antero Tavares de Carvalho, que iniciaria na ilha a sua carreira oficial como amanuense da fazenda, chegando, anos depois, a governar interina-

mente Angola. Não foi de lastimar a sorte dos libertários, que se adaptaram ás medidas tomadas pelo governador, favorecendo-os, embora sob rigorosa disciplina. Chegaram a auxiliá-lo na guerra contra os régulos, como se não fôssem anarquistas, enquanto a imprensa avançada os lamentava, dizendo ser Timor uma ilha insalubre e que denominavam da Morte, transformando-lhe as sílabas.

Tornara-se uma terrível ameaça aquele lugar distante.

Novas operações militares — Timor, que dependera do Estado da Índia, fôra encorporada no govêrno de Macau, mas, por decreto de 15 de Outubro de 1896, passara a distrito autónomo para todos os efeitos administrativos e políticos. O subsídio anual de Macau para a ilha era de 60.000 patacas.

Só assim, com uma autoridade, bem sua, Celestino da Silva podia governar. Ia estabelecendo postos como o de Boibau, que devia servir-lhe de apoio. Não se conteve mais; ao ataque do gentio respondeu com uma formidável vingança, sendo decepadas muitas cabeças, usando da represália e do sistema que os timores preferiam.

Vencera-os, com o alferes Duarte, em Culububa, Cová, Samir e Deribate. Mandara vir landins para fazerem a guerra e os resultados foram seguros.

Em 1897 já havia mais postos e foi prosseguindo na penetração (Bolonaro, Suai, Lolofai, Rameia).

O bravo alferes Duarte, tão celebrado na colónia, morreu em combate (1899). Das suas vitórias se tiraram imediatos resultados e no ano de 1900 já se encontravam postos militares de quarenta em quarenta quilómetros.

A paz celebrara-se após a intranquilidade que durara seis anos, acabando os reis por acatarem a autoridade portuguesa, submissamente, embora ainda, por vezes, tentassem revoltar-se.

Tornava-se muito difícil uma cabal vassalagem e embora a aparência fêsse boa para o domínio nacional, no fundo não se aquietavam como se pretendia. Muito realizara o governador no espaço de seis anos, em que tivera de fazer o começo de uma obra de fomento.

As medidas para o desenvolvimento da colónia — O primeiro cuidado de Celestino da Silva foi o de plantar cafèzais, que diziam dar resultados na ilha. Para este efeito instituiu a Granja de Remexiu, onde se começou o trabalho de cultura.

Praticamente se obrigaram os indígenas a plantar, segundo aquelas regras, que se destinavam a assegurar a riqueza da colónia.

A agricultura interessava-o sobremaneira. Mandou vir de Singapura e Java sementes de borracha, que apesar de não darem resultados, ao comêço, visto se deteriorarem nos transportes, acabaram por surtir os efeitos desejados, tal fôra a persistência do governador. O sândalo, enorme riqueza da ilha, que desde tempos imemoriais a celebrara, ia sofrendo com as seguidas devastações, sem que se repovoassem os seus viveiros. Punia, severamente, quem não respeitasse as condições estabelecidas para esta cultura; regulara a das palmeiras e tentara-se com as especiarias, nas quais via um resultado apreciável.

O seu tino levava-o a surpreendentes êxitos.

Era preciso ligar os postos, por via telefónica, a qual era desconhecida em Timor. Em 1900, já servia quarenta e cinco quilómetros; dobrava em 1903 e chegava, em 1908, aos extremos da ilha.

Criara escolas. Logo se entendera com os reis para enviarem a esses postos de instrução os pequenos, desde os nove aos quinze anos, começando pelos príncipes, para se dar o exemplo. Obrigava-os a falar português e, servindo-se da influência de uns contra os outros, dando postos aos que melhor podiam aproveitar, conseguira com a diplomacia tanto como com a guerra. Convidava-os para grandes banquetes, nos quais eles se desvaneciam, fazendo amigos de muitos dos que antigamente o odiavam.

A ilha estava, por assim dizer, isolada. Tratou com uma companhia de navegação, que fazia escala entre Liverpool e o Oriente, para tocar em Lisboa. Desejava, porém, que fôssem portugueses os barcos desse tráfico e pensou em organizar uma empresa para esse fim, a qual só poderia dar resultados desde que alguns capitais afluíssem a empregar-se na agricultura ,para o que se entendera com diversos coloniais e potentados financeiros: Henrique de Mendonça, Baltazar Cabral, conde de Mendia e mar-

quês de Faial. Foram requeridas concessões de terrenos, mas as verbas que empregaram não seriam de molde a dar pingues resultados, em virtude do timidíssimo capital português.

O governador empenhava-se em realizar uma obra e tanta fé tinha nos seus planos que todas as suas economias se destinavam á cultura. Até diversas heranças que lhe couberam e aos seus, ali as empregou. Cada bom resultado correspondia a nova tentativa, e deste modo ia adquirindo terrenos vastos, que não deixava incultos. Bem sabia serem difíceis as realizações dos proventos antes de uma geração decorrida, mas isso não o impedia de seguir o seu projecto. Esperava morrer em Timor, para onde conduzira a família.

Começava a desvanecer-se a lenda do clima mortífero, de região inabitavel, o que só sucede em determinados pontos, faltos de boas aguas e pantanosos. Levantavam-se grandes campanhas contra ele; os jornais da metrópole acusavam-no. Tinham-no como um carcereiro e um explorador capaz de todos os crimes. Ele ia auxiliando os europeus, mesmo os anarquistas, cada um segundo as suas aptidões, e, sendo severo nos castigos, não era fraco nas recompensas.

Os missionários e o governador — Como os religiosos tivessem sido os primeiros senhores da ilha, ficara-lhes sempre a tradição do mando, sucedendo-se os conflitos com os governadores mais do que em qualquer outra região.

O bispo de Macau, D. António Joaquim de Medeiros, cuja paixão por Timor o levara a persuadir Celestino da Silva a governar a colónia, vivera na mais íntima convivência com ele, que era seu primo direito. Tudo decorrera muito bem, em colaboração preciosa, utilíssima, entre o poder civil e o religioso, até que, morto o prelado (1897), começaram as lutas já tradicionais.

O chefe da colónia começou a queixar-se ao bispo de Macau da má vida que o clero levava, dando péssimos exemplos, após o falecimento do digno antiste. Fazia política entre os régulos; viviam alguns padres em mancebia com as timores e europeias; especulavam; não davam o verdadeiro fim ás esmolas. Ficara ali de superior o padre Alves, e Celestino acusava-o e aos seus, mas D. José Manuel de Carvalho, sucessor de D. António de Medeiros, mal o atendia.

Ia relatando os escândalos: sedução da filha do régulo Vunassi, por um religioso; relações íntimas doutro com uma viúva; o desespêro do soba que queria matar o reverendo; conúbio de certo missionário com determinada educanda das canossianas, á qual casara com um timor, rei de Fumur, impondo-lhe a condição de viverem separados.

Nascera uma criança destes amores sacrílegos. O superior não fazia caso das queixas e como o marido enganado pretendesse assassinar o sedutor, ele fôra mandado sair imediatamente da região e no caso de voltar seria preso.

Só então o bispo de Macau ordenou que partisse para Timor o reverendo Sebastião com outros sacerdotes, a fim de formarem um núcleo religioso nos reinos do sul da ilha, criando-se outro vicariato.

Os jesuitas para ali foram, instalando-se na Soiabada. Desenvolveram admiravelmente o ensino e a cultura, sob a chefia do padre Sebastião da Silva Aparício, existindo, em 1894, seis postos e seis escolas da fé. Ensinavam os indígenas a vários fabricos, publicaram o catecismo na língua «tetum», bem como resumos de doutrina e de História Sagrada, traduzidos pelo reverendo Manuel Ferreira.

Novas revoltas — De quando em quando surgia nova rebelião e lá ia o governador apaziguá-la.

Nemumerque revoltou-se em 1901; no ano seguinte, Suro, Lautem e Lolofo; depois, Letofóh e Aileu. Em 1904 foi Kalikai que se levantou em armas; por fim, Fumar e Astuto e de novo Lolofai, que foi definitivamente ocupada.

Havia um rei sempre rebelde: o de Manufai, que não se conseguia bater completamente.

O sentimento geral daqueles régulos era o de independência, mal concebendo a ocupação dos seus territórios. Conspiravam muito, mas Celestino da Silva montara de tal forma o serviço de espionagem que se tornava dificílimo ocultarem-lhe as suas determinações. Conseguira das mulheres aquilo que mais nenhum europeu fôra capaz de obter:

levá-las a narrar o que ouviam. E eram espôsas ou parentes dos conjurados, que ele, por todos os modos, captava.

Avisado da maneira mais positiva, não sendo nunca enganado, surgia, por vezes, a súbitas, no meio dos vilares, de noite, só, e os conspiradores abatiam-se ante a sua máscula e ameaçadora figura e, como se convenceram de que ele tudo sabia, transtornavam os seus planos de maneira a serem prejudicados, recebendo o domínio português os benefícios.

Deste modo, pelos processos que adoptava, realizou coisas de tal maneira difíceis que causavam admiração. Resolveu em pouco tempo o que se julgava impossível de fazer sem longos preparos. Estabeleceu fortes, comandos, postos, exigindo dos comandantes a maior assiduidade, zêlo e acção. Era como se governasse um pequeno reino em que tivesse de cuidar dos destinos duma sua dinastia.

Com os régulos, procurava levá-los a um caminho de civilização; mandava-lhes educar os filhos e as filhas pelos missionários e canossianas, ligava-os entre si e até com europeus, pretendia que os timores trabalhassem a terra, devendo conduzir-se os chefes a essa lida, visto eles serem tão indolentes como os vassalos.

Fornecia instrumentos agrícolas e mandava sargentos e cabos ensinar a cultura, mas sucedia uma grande desdita ao ilustre governador: os seus colaboradores de mais categoria, os oficiais escolhidos para o auxiliar, os que pediam para servir na colónia, não tinham o seu desinterêsse nem a sua ardente vontade de acertar. Na maioria dos casos era assim. Outros havia que tratavam dos seus deveres. Ir para Timor equivalia a procurar a fortuna, já pelos negócios a realizar, já pelo pagamento dos soldos, mais acrescidos. Traficavam com os indígenas, trocando diversos objectos por parte das suas colheitas e alguns enriqueciam. Havia, porém, excepções nesta desastrosa forma de governar um posto no interior de uma possessão que se pretendia fomentar.

Embaraços na acção governativa — Um magistrado que fôra para Timor entrara em questões, também tradicionais, entre os representantes do poder judicial e os altos poderes coloniais.

Ante as acusações que fazia a Celestino da Silva, este queixava-se de ter o juiz da comarca censurado «o governador e todas as autoridades administrativas «lançando sôbre eles responsabilidades da desordem que

FILOMENO DA CÂMARA

só ele, e mais ninguem, que não seja a escória da sociedade de Dili, vê na colónia. É muito doloroso isto para quem tem passado dez anos de lutas, de sofrimentos, de trabalhos incessantes par fazer deste nosso longinquo torrão da Oceania uma colónia portuguesa; muito doloroso, principalmente, quando a posição oficial nos prende os braços com férreos laços e nos impede de tirar desfôrço».

Compensado com a Tôrre e Espada, medalha D. Amélia, com o distintivo de três campanhas, a Carta de Conselho, saudado pela Câmara dos Pares, julgava-se bem pago e de aí o não admitir que o acusassem no govêrno de Macau quando o da metrópole assim lhe enaltecia os serviços.

Era certo que, por vezes, pusera de lado os artigos da Carta Constitucional. Confessava-o, «porque tal diploma, conquista de prolongadas me-

tas de povos civilizados, não é, não pode ser aplicável, a sociedades primitivas como estas mal emergindo, ainda, do estado de selvajaria.»

Ante esta sua acção concedeu-se a autonomia á colónia, ficando como distrito nestas condições.

Como se concedeu á autonomia á colónia — Quando Celestino da Silva

GONÇALO PIMENTA DE CASTRO

tomou conta do govêrno, a colónia dependia de Macau, cujo governador pretendera fiscalizar os seus actos. Como desta maneira não podia exercer as suas funções, declarava-o ao director geral das colónias, tanto mais que o «Eco Macaense», jornal semi-oficial, levantava grandes campanhas contra ele.

Diziam-no concussionário; que recebera dinheiro pelo monopólio da pólvora, enganara o govêrno metropolitano quando da guerra de Manufai e protegia amigos. Demonstrava como de Macau lhe negavam o material mais necessário para as suas campanhas, a forma como lhe iam enviando algum e que era o menos próprio e explicava a sua obra: encontrara a rebelião; batera os sediciosos em Lamak-Hitos, Valguno, Loro, Boete, Obulo, depois Manufai e, explicando a morte do capitão Câmara, dizia como a vingara.

As queixas sucediam-se; ele respondia para o ministério do ultramar e as campanhas não finalizavam. O seu arrebatamento natural devia exacerbar-se com os entraves que tentavam opôr á sua obra conscienciosamente traçada.

Fim do govêrno de Celestino da Silva — Morto o rei D. Carlos, o grande amigo do enérgico governador, frutificaram as campanhas contra ele, e como o chefe do govêrno português, Ferreira do Amaral, fazia grande alarde de liberalismo, quisera entregar vencido aos contendores o homem acusado desde 1894 a 1908, em que foi demitido, de déspota, concussionário e tirano, o que se provou ser falso, devendo-lhe Timor a sua prosperidade.

Não tinha dinheiro disponível para fazer viagem; recebeu-o, por empréstimo, de um chinês, seu amigo, homem de teres, e embarcou para a Austrália, tendo ido com o seu sucessor uma companhia de infantaria, a bordo dum navio de guerra, pois se lhe receara o prestígio de que não usou. Entregaram-lhe o comando do regimento 7 de cavalaria, em Almeida, tendo falecido em 1911.

Durante o seu longo govêrno só estivera alguns meses em Portugal, ficando encarregado do govêrno Porfírio Zeferino de Sousa.

Outros governadores — Sucedeu ao grande organizador, que construira o chalé de Lahane, o Hospital Militar, os postos, escolas e farois, o oficial da armada Augusto Vieira da Rocha, que muito bem servira em Moçambique no tempo de António Enes e Mousinho. Logo o substituiu Eduardo Marques e pouco depois o capitão Gonçalo Pimenta de Castro, que, em 1910, ao proclamar-se a república, deixou o cargo, cuja interinidade foi preenchida, sucessivamente, por Anselmo Augusto Coelho de Carvalho e José Carrazeda Viana e Andrade.

Os jesuitas foram expulsos da Saibada pelo decreto de 18 de Outubro. Estavam ali os reverendos Sebastião Aparício, Manuel Ferreira, José Marques, e os irmãos António Amaral, António Claudino e Júlio de Sousa. Junto do Colégio ficava o asilo das canossianas, com 80 educandas.

Foi muito sentida a saida dos ina-

cianos, partindo, logo, para Dili, hospedando-se na missão de Lahane, sem que sofressem qualquer enxovalho. Havia na capital da ilha cinco republicanos maçons, que não os hostilizaram. Em 23 de Dezembro de 1910 saíram para Singapura. As religiosas da Saiabada e de Manatuto só deixaram Timor em 22 de Fevereiro de 1911, indo para Hong-Kong, não lhes sendo, porém, permitido, desde 1910, sair da casa onde as reuniram.

Govêrno de Filomeno da Câmara — Oficial da armada, o novo governador, Filomeno da Câmara Melo Cabral, desejou fazer alguma coisa pela colónia, tendo sido o primeiro alto magistrado de Timor nomeado pela república. Aumentou os direitos de capitação e os indígenas revoltaram-se, como sempre que lhes sucediam semelhantes percalços.

A revolta lavrou tão intensamente que chegou a ser trucidado um oficial e diversos sargentos no interior da ilha. O governador assumiu o comando da coluna que devia operar, mas foi derrotado em Aituto, vendo-se na necessidade de abandonar a peça e algum material de guerra, refugiando-se em Aileu. Como sucedera quando da morte do capitão Câmara, no consulado de Celestino da Silva, o pavor reinou em Dili. Os reis conjurados para a luta respeitavam tanto a memória do seu antigo chefe — ao qual denominaram de «pai» — que, ao entrarem em combinações sediciosas, voltavam para a parede os retratos dele, que existiam em todas as residências dos régulos.

A população branca da capital fugira para bordo do «Dili» e foi necessário que Filomeno da Câmara aplacasse aquele pânico, que só terminou de vez pela chegada de contingentes da Índia e da África a fim de conter os revoltosos.

O celebrado senhor de Manufai lá estava, como sempre, no maior posto da peleja, sendo necessário seis meses para dominar as rebeldias, á excepção da que se manteve, até ao ano seguinte, em Ocussi.

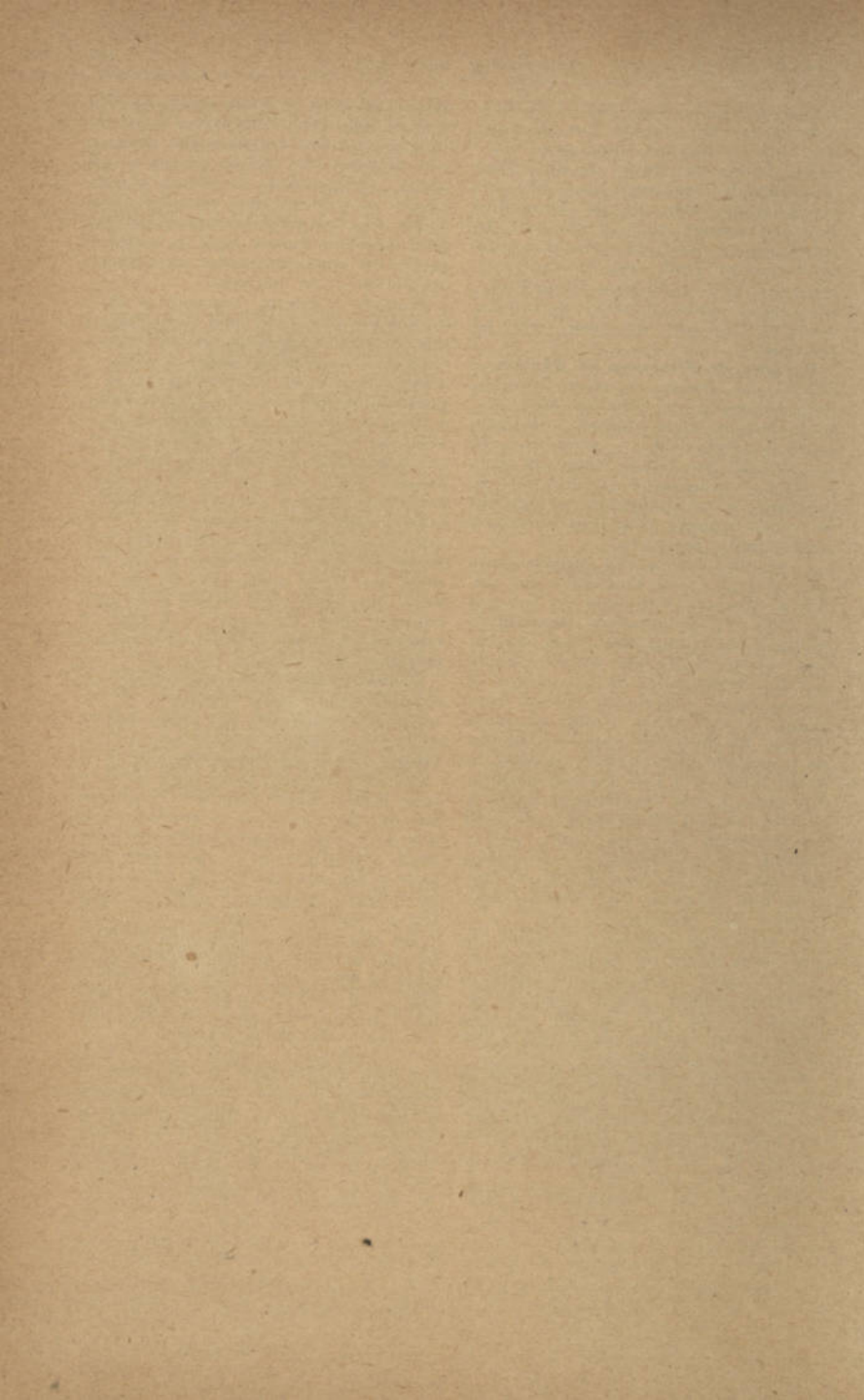
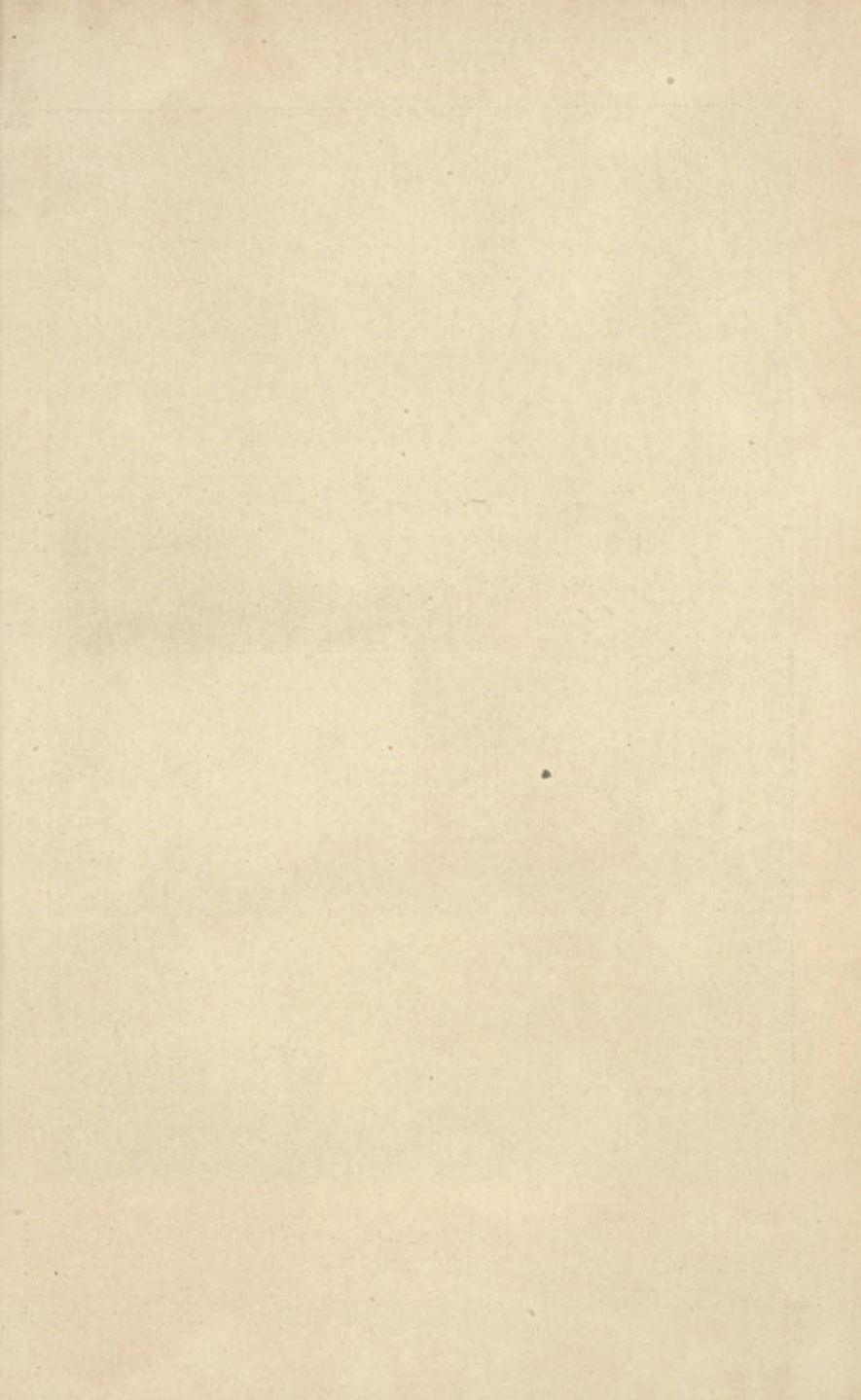
Filomeno de Câmara não pudera deixar de lado as mais rigorosas formas de punição. Pelo terror vergaria aqueles furiosos timores que decepavam cabeças com golpes cerces e certeiros, obrigando-se os chefes a pontapear os crânios dos vencidos, sem o que não lhe reconheciam valor. Seguiu aquela norma e logo se levantou contra ele uma campanha formidável, acoimando-o de bárbaro.

Acabada a guerra, começou a obra de fomento, a qual não divergia da que Celestino da Silva iniciara. Forçara-se a cultura do café; sucedia o mesmo com a do coqueiro e via-se o governador percorrendo a possessão a obrigar aqueles cultivos utilíssimos. Vigiava; ao cabo de dez anos viram-se os excelentes resultados desta fortíssima acção que ajudou a enriquecer Timor. Criara a Caixa Económica, mas faziam-lhe oposição, por vezes audaciosa. Ele não se continha; não sabia separar o funcionário do homem particular e lançava-se em pugnas, chegando a esbofetear um negociante; quisera lançar um oficial superior por uma janela. Lutara intemeratamente.

O juiz abusava da sua situção independente e fazia acusações, declarando a colónia em rebeliões, intranqüila, e, ligando-se á pior gente, indisciplinava os indígenas.

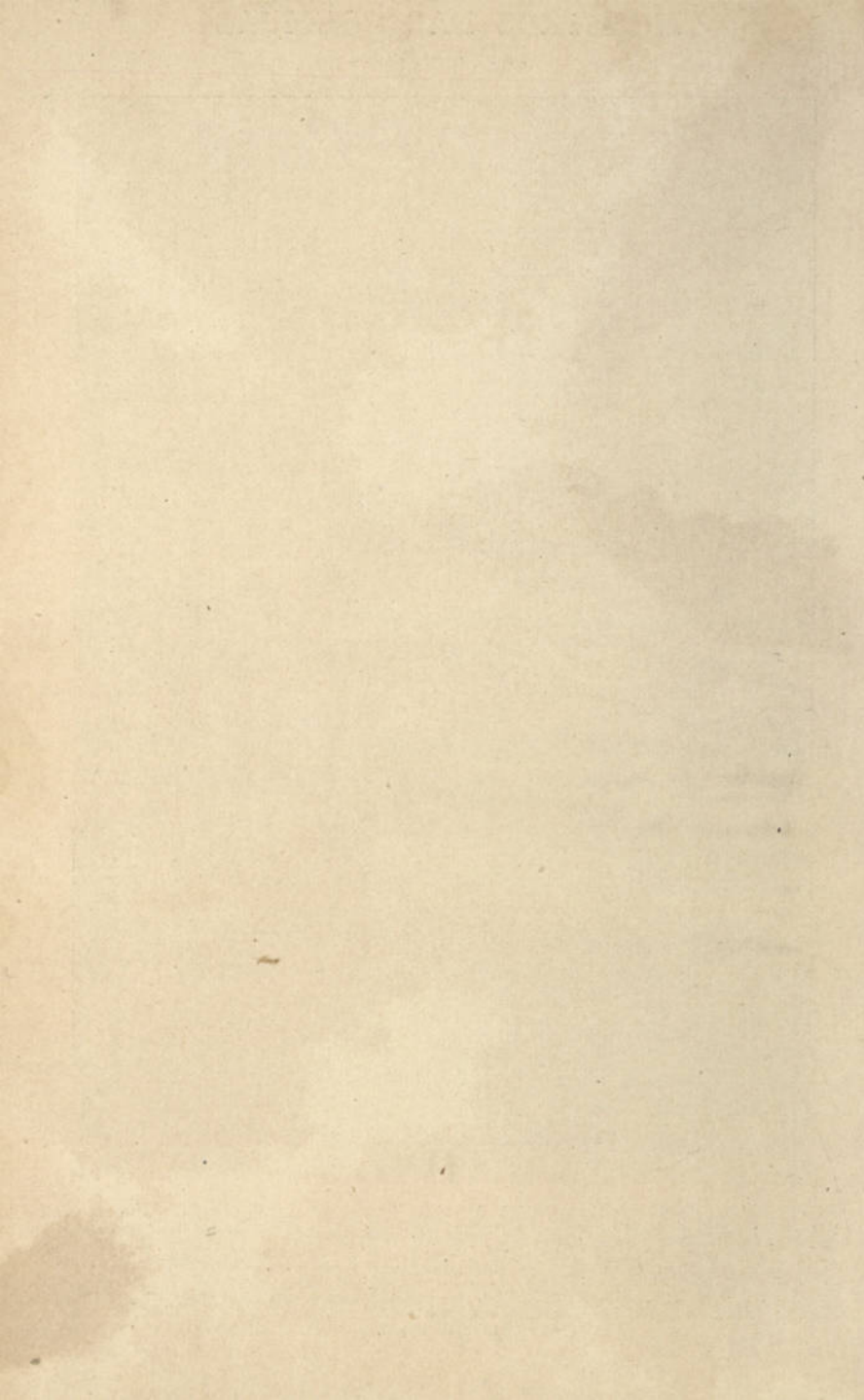
Por sua vez o governador dizia, e com razão, serem aqueles os processos de que resultara o assassínio de um dos seus antecessores, Alfredo Maia. Justificava-se e aos seus oficiais e durante um ano se bateu para que fôsse retirado de Timor quem lhe prejudicava a acção.

No ano de 1913 ficou, interinamente, no govêrno, Gonçalo Pimenta de Castro; em 1917, César de Abreu, e em 1918 Filomeno da Câmara solicitou a sua demissão, sucedendo-lhe (1919) J. Machado Duarte.

A colónia de Timor deveu, pois, até esta última data, grande parte do seu desenvolvimento á acção enérgica e mal apreciada de dois dos seus governadores, um do período monárquico, Celestino da Silva, e outro o que primeiro efectivamente exerceu o mando no regime republicano.

MINISTROS DAS COLÓNIAS
1919 — 1934

José Carlos da Maia, 27-1-1919; João Lopes Soares, 30-3-1919; Alfredo Rodrigues Gaspar, 29-6-1919; Alvaro de Castro, 3-1-1920; José Barbosa (interino), 15-1-1920; Jorge de Vasconcelos Nunes, 15-1-1920; Fernando Pais Teles de Utra Machado, 8-3-1920; Vasco Guedes de Vasconcelos, 25-6-1920; Jaime Júlio de Sousa, 20-11-1920; António Paiva Gomes, 30-11-1920; Tomé José de Barros Queiroz (interino), 23-5-1921; Celestino Germano Pais de Almeida, 24-5-1921; A. Ferreira da Rocha, 30-8-1921; Carlos Henrique da Silva Maia Pinto, 22-10-1921; Tomaz Fernandes, 5-11-1921; Francisco da Cunha Rego Chaves, 16-12-1921; Antônio Vicente Ferreira, 15-11-1923.

MINISTROS DAS COLÓNIAS
1919 — 1934

Mariano Martins, 28-12-1923; Alvaro António de Bulhão Pato, 6-7-1924; Carlos Eugénio de Vasconcelos, 22-11-1924; Henrique Monteiro Correia da Silva, 16-2-1925; Filemon da Silveira Duarte de Almeida, 1-7-1925; Isidro Pedro Leger Pereira Leite, 1-8-1925; Domingos Leite Pereira (interino), 22-9-1925; Ernesto Maria Vieira da Rocha, 18-12-1925; Manuel de Oliveira Gomes da Costa, 7-6-1925; Armando Humberto da Gama Ochôa, 19-6-1926; João de Almeida, 7-7-1926; João Belo, 10-7-1926; Artur Ivens Ferraz, (interino), 30-11-1927; José Bacelar Bebiano, 25-4-1928; Anibal de Mesquita Guimarães, 18-5-1929; Eduardo Augusto Marques, 9-7-1929; António de Oliveira Salazar, 18-11-1930; Armindo Rodrigues Monteiro, 31-1-1931.

APÊNDICE

ALTOS COMISSÁRIOS E GOVERNADORES COLONIAIS

GUINÉ

1919 — Henrique Alberto de Sousa Guerra; 1921 — Jorge Frederico Velez Caroço; 1927 — António Leite de Magalhães; 1927-1933 — João Soares Zilhão; 1933 — Luiz António de Carvalho Viegas.

CABO VERDE

1919-1921—Maia Magalhães; 1921-1923 — Dias de Carvalho; 1923-1926 — Júlio Henriques de Abreu; 1926 — João de Almeida (não tomou posse); 1926-1930 — Álvaro Guedes Vaz; 1931-1933 — Amadeu Gomes de Figueiredo.

S. TOMÉ

1918 — João Duarte Ferreira; 1919 — Dr. Oliveira Leite. Encarregados de govêrno: dr. Andrade Freire, Almeida Barbosa, dr. Bruto da Costa, dr. Avelino Leite e dr. Andrade Freire. 1920 — José Alvez Velez (interino). Encarregado de govêrno: Eduardo Nogueira de Lemos. 1921 — Dr. António José Pereira. Encarregados de govêrno: dr. Bruto da Costa, João Pinto Crisóstomo e dr. Nogueira de Lemos. 1924 — Eugénio Soares Branco, Sebastião José Barbosa e João Pinto Crisóstomo; 1926-1927 — José Duarte Junqueira Rato, Sebastião José Barbosa e dr. Mendes Calisto. Encarregado de govêrno: Luiz Augusto Vieira Fernandes. 1928 — Encarregado de govêrno: Sebastião José Barbosa; 1928-1933 — Luiz Augusto Vieira Fernandes; 1934 — Ricardo Vaz Monteiro.

ANGOLA

1919 — Mimoso Guerra; 1919 — Visconde de Pedralva (Francisco Amaral Reis); 1920 — Izidro Pereira Leite; 1920 — José Inácio da Silva; 1921 —José de Abreu Bacelar; 1921—Norton de Matos; 1925 — Antero Tavares de Carvalho (encarregado de govêrno); 1926 — Vicente Ferreira; 1927 —Filomeno da Câmara; 1930—Sousa Faro; 1932-1933 — Eduardo Ferreira Viana (interino).

MOÇAMBIQUE

1918 — Massano de Amorim; 1919-1921—Dr. Moreira da Fonseca; 1921-1923—Dr. Brito Camacho; 1924-1926 — Artur Ivens Ferraz; 1926-1934 — José Ricardo Pereira Cabral (reconduzido).

ÍNDIA

1917 — José de Freitas Ribeiro; 1919 — Augusto Rebelo Mota; 1919 — Jaime Alberto de Castro Morais; 1925—Francisco Peixoto Vieira; 1925 — Mariano Martins; 1926 — Tito Augusto de Morais; 1926—Acúrsio Mendes da Rocha Denis; 1927 — Pedro Francisco Massano de Amorim; 1928 — Acúrsio Mendes da Rocha Denis; 1929 — Alfredo Pedro de Almeida; 1929 — João Carlos Craveiro Lopes.

MACAU

1919 — Henrique Correia da Silva; 1922 — Magalhães Correia; 1923 — Dr. Rodrigo Rodrigues; 1925 — Manuel F. Maia Magalhães; 1926 — Hugo de Lacerda Castelo Branco; 1926 — Artur Tamagnini Barbosa; 1930-1933 — António José Bernardo de Miranda.

TIMOR

1917 — César de Abreu; 1920 — Oliveira Franco; 1921 — Manuel de Sousa Gentil; 1922 — Fernandes Costa; 1923 — Paiva Gomes; 1924 — Raimundo Meira; 1927—Teófilo Duarte; 1929 — C. Viana; 1930 — António Baptista Justo; 1933—Raúl Manso Preto.

ALGUMAS EFEMÉRIDES COLONIAIS

(1919 - 1932)

GUINÉ

1919 — Janeiro — Aprova-se a tabela de valores mínimos das mercadorias de importação e exportação. Julho — Fixam-se os vencimentos dos funcionários civis da Guiné. Setembro — Cria-se um Boletim dos Correios e Telégrafos na Guiné. Outubro — Determina-se que a ilha de Canhabuque, na Guiné, fique constituindo um comando militar. Novembro — Determina-se que todos os indígenas da Guiné fiquem obrigados a agricultar os seus terrenos. Novembro — Estabelecem-se as condições para que os naturais da Guiné sejam considerados cidadãos portugueses; consideram-se indígenas na Guiné os naturais de outras colónias que não justifiquem a posse do Estatuto Europeu. Dezembro—Fixa-se em vinte por cento o imposto adicional aos direitos de importação, que constituirá receita das Câmaras Municipais e circunscrições civis da Guiné.

1920 — Janeiro — Proíbe-se, durante um ano, o aumento das rendas dos prédios urbanos da Guiné. Fevereiro — Proíbe-se a exportação de arroz na Guiné.

1921 — Janeiro — Determina-se que seja isenta de impostos e direitos a exportação de mantimentos exclusivamente destinados ás vítimas de Cabo Verde. Dezembro — Determina-se que a área da antiga Circunscrição Civil de Cacine, englobada na 11.ª Circunscrição Civil (Buba), passe a constituir a 14.ª Circunscrição Civil (Cacine); extingue-se o posto de 1.ª classe de Cacine; determina-se a constituição do quadro do pessoal da nova circunscrição e quais os vencimentos do respectivo pessoal.

1922 — Agosto — Criam-se comissões municipais nas vilas de Farim, Cacheu e Bafatá.

1923 — Maio — Cria-se o quadro dos funcionários administrativos. Junho — Considera-se em comissão todos os funcionários administrativos.

1924 — Fevereiro — Concede-se uma pensão de sangue á viúva e filhas do alferes do secretariado militar José Nunes, assassinado pelo gentio da Guiné. Fevereiro — Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento para a fabricação, importação e consumo de alcoois industriais e para a importação de alcool destinado a usos farmacêuticos. Determina-se que junto do governador da província haja um conselho disciplinar. Maio — Proíbe-se nesta província a circulação de notas do Banco, de qualquer natureza ou proveniência, diferentes da emissão privativa da Guiné, a contar de 1 de Julho de 1924. Setembro — Concede-se aumento de vencimentos aos compositores de 3.ª classe da Imprensa Nacional da província da Guiné.

1925 — Fevereiro — A polícia indígena é destinada ás cidades de Bissau, Bolama e á vila de Bafatá. Março, 21 — Autoriza-se o fabrico de aguardente de cana até 53º centesimais, mediante avença. Março, 28 — Criam-se as Caixas Económicas Escolares junto das escolas oficiais de Bolama e Bissau. Abril, 28 — Transfere-se o posto administrativo de Caraxe para a ilha de Canogo. Julho — Cria-se a Colónia Penal e Agrícola; instituem-se escolas de artes e ofícios em Bolama, Bafatá e Canchungo e o Posto Zootécnico junto á Quinta Experimental de Bolama. Setembro — Concede-se o exclusivo do fabrico de pasta de celulose para a indústria do papel a Her-

mano Neves, Herculano Nunes Pereira e Dias de Carvalho. Dezembro — A comissão de rectificação de fronteira entre os marcos 1 e 2, de acôrdo com o govêrno de África Ocidental Francesa, foi composto pelos oficias de armada Teixeira Marinho e Ferreira Rosa e pelo inspector interino das Circunscrições do sul Vasco Calvet de Magalhães.

1926 — Março — Concede-se aos governadores o direito de procederem sem consulta ao Conselho enquanto durarem as circunstâncias derivadas dos acontecimntos revolucionários de 7 de Fevereiro na metrópole. Igual concessão se fez ao de S. Tomé (*).

1927 — Janeiro — O subsídio anual ao cônsul português em Dakar passa a ser em ouro ao câmbio de 5$00 por libra esterlina. Abril — Crédito de 12.000.000$00 para acudir á sua situação financeira. Criação da Zona Zootécnica.

1928 — Junho — Aplicação do decreto restituidor dos bens aos alemães. Regula-se a entrega de cambiais.

1929 — Fevereiro — Torna-se obrigatória a adjudicação, por concurso, de todos os materiais destinados aos serviços públicos.

1931 — Outubro — Concede-se á Comissão Urbana de Bolama o privilégio exclusivo para a distribuição na área da cidade e concelho de Bolama de energia eléctrica, cujo melhoramento é considerado de utilidade pública, e aprovando o «Regulamento do Fornecimento de Energia Eléctrica e dos respectivos serviços».

(*) Tendo-se estabelecido, em 28 de Maio de 1926, a ditadura militar, os elementos republicanos constitucionais, sob o comando do general Gastão de Sousa Dias, tendo por chefe do estado-maior o coronel Freiria e sendo um dos grandes elementos da revolta o médico naval Jaime de Morais com outros militares, instalaram uma junta da cidade do Pôrto e viram o movimento secundado em Lisboa por fôrças da chefia do primeiro-tenente Agatão Lança e do tenente-coronel Mendes dos Reis. Os revolucionários foram derrotados. Durou de 3 a 8 de Fevereiro de 1927 a acção revolucionária.

CABO VERDE

1919 — Janeiro — Governador: João Duarte Ferreira. Fixa-se em 10.000$ cada ano económico a quantia global da competência do governador para obras. Fevereiro — Organiza-se a Caixa Económica Postal, Regulamento do Tribunal e Contencioso de Contas. Março — Prorroga-se o prazo de entrada de carne salgada sem direitos. Suspende-se a portaria sôbre a contribuição predial. Julho — Fixa-se em 5.000$00 para cada ano económico a quantia da competência do governador de Cabo Verde para, por si só, determinar a execução de projectos de obras. Setembro — Restabelece-se a taxa de 20 por cento «ad valorem» com que eram acrescidos os valores das mercadorias, em Cabo Verde, na falta de apresentação de facturas. Outubro — Determina-se que entrem em vigor no dia 15 de Outubro de 1919 as novas pautas de Cabo Verde. Novembro — Proíbe-se, transitoriamente, a exportação e reexportação de arroz em Cabo Verde. Autoriza-se a despesa necessária para a manutenção de um internato na Escola de Trabalho, em Cabo Verde. Determina-se a não elevação das rendas dos prédios urbanos em Cabo Verde.

1920 — Manda-se cobrar em libras-ouro ao par determinados rendimentos públicos em Cabo Verde.

1921 — Abril — Determina-se que sejam extensivas a todos aqueles que pretendam emigrar para a colónia francesa do Senegal as vantagens concedidas aos emigrantes que se destinam aos Estados Unidos da América do Norte.

1923 — Fevereiro — Cria-se um corpo de polícia marítima. Abril — Determina-se que fiquem á disposição do estado 50 por cento do produto, em moeda estrangeira, das exportações realizadas pelas alfândegas de Cabo Verdi, Guiné e S. Tomé e Príncipe. Maio — Altera-se o prazo de armazenagem gratuita nas alfândegas de Cabo Verde. Novembro—Melhoram-se os vencimentos do funcionalismo público. Dezembro — Autoriza-se uma companhia italiana a amarrar em S. Vicente uma cabo submarino lançado entre a Itália e a América do Sul.

1924 — Março — Determina-se que sejam adoptados no serviço radiotelegráfico os telegramas-avisos maríti-

mos. Junho — Fixa-se em 3 por cento a percentagem a cobrar para despesas de transferência de fundos sôbre vales ultramarinos e de embolsos de encomendas internacionais. Setembro — A Campanhia Nacional de Navegação comunica ao govêrno de Cabo Verde subsistir a cobrança de 20 por cento por depreciação cambial.

1925 — Maio — Isentam-se de direitos os materiais importados pelos municípios e o destinado ás instalações da Italcable em S. Vicente. Agosto — Cedem-se á Câmara da Praia as águas das nascentes de S. Felipe. Novembro — Aprova-se o regulamento do Instituto Caboverdeano de Instrução.

1926 — Abril — Concede-se uma pensão anual de 800$00 a dois alunos que provem ter concluido o 5.º ano do liceu da província com a classificação nunca inferior a «bom até completarem o curso liceal da metrópole. Novembro — Crédito para 5.000 exemplares de monografias das colónias, publicadas pela Agência Geral das Colónias.

1927 — Março — Isenção á firma Bonucci & Leça de contribuição industrial, por 3 anos, par a instalação de fábricas de moagem e frigoríficos eléctricos. O mesmo á Companhia de Desfibragem.

1928 — Fevereiro — Autoriza-se o montante da circulação fiduciária até 6.000 contos. Colecta-se em 15 por cento a percentagem ao rendimento colectável dos prédios.

1929 — Março—Suspende-se o cômputo de 20 por cento sôbre o café entrado na ilha do Fogo e de 20 por cento sôbre oleginosas saidas deste concelho.

1930 — Junho — Emissão de moedas metálicas de $05, $10, $20 e 1$00 em substituição das cédulas do Banco Ultramarino.

1931 — Dezembro — Regula-se a entrada de empastes na colónia. Dezembro — Alteração das pautas referentes a certas bebidas estrangeiras.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

1919 — Cria-se uma repartição de agricultura. Maio — Institui-se uma estação agronómica.

1920 — Janeiro — Aumentam-se em cem por cento as tarifas do caminho de ferro de S. Tomé. Março—Determina-se que os vencimentos dos funcionários de S. Tomé, cuja categoria anual seja de 1.320$00 sejam elevados a 3.600$00. Maio—Extingue-se a unidade militar denominada secção da Guarda Fiscal de S. Tomé. Outubro — É estabelecido em S. Tomé e Príncipe o dia normal de trabalho para os empregados no comércio.

1922 — Janeiro — Cria-se um Museu Histórico na colónia de S. Tomé e Príncipe. Determina-se que o empréstimo de 200.000 rupias levantado ao abrigo da portaria n.º 598, de 2 de Agosto último, seja distribuido por 592 títulos de obrigações de cupão, sendo 332 do valor nominal de 500 rupias e 190 do valor de 100 rupias. Agosto — Cria-se uma taxa de 15 por cento «ad valorem» sôbre todos os produtos agrícolas que pelas alfândegas forem exportados ou reexportados para portos estrangeiros, quer em navios nacionais quer em navios estrangeiros.

1923 — Fevereiro — Aumenta-se os direitos e mais impostos sôbre mercadorias exportadas.

1924 — Julho — Proíbe-se a circulação de notas do banco, de qualquer natureza ou proveniência, diferentes das da emissão privativa de S. Tomé e Príncipe. Julho — Isentam-se dos impostos, direitos e mais imposições aduaneiras e fiscais todos os artigos importados pelas diversas repartições do estado. Abre-se um crédito de 200.293$028 destinado a ocorrer ás despesas com a conclusão da telegrafia sem fios e pagamento do pessoal na província de S. Tomé. Setembro — Isentam-se de direitos de importação os desperdícios de algodão importados pelas alfândegas da província de S. Tomé. É isento de todos os direitos aduaneiros e dèmais impostos o sulfato de cobre importado pelas alfândegas de S. Tomé e Príncipe, destinado ao tratamento e beneficiação de plantações agrícolas. Dezembro — Proíbe-se a partir de 1 de Janeiro de 1925, em toda a província de S. Tomé e Príncipe, a cultura da cana sacarina, destinada a fabrico de alcool ou aguardente para uso alimentar, fora das áreas presentemente afectadas á mesma cultura.

1925 — Reduz-se de oito a cinco o número de missionários cujos vencimentos se fixam. Maio, 22 — Fixa-se a quota de 25.000$00 para as despesas da Agência Geral das Colónias.

Concede-se o exclusivo do fabrico de velas de iluminação a João Monteiro de Mendonça. Dezembro.— Nomeia-se uma comissão para estudar o melhor processo colonizador das ilhas por castas indígenas das colónias portuguesas. Compuseram-na o médico naval Silva Teles, dr. Correia de Aguiar, Monteiro de Mendonça, Fausto de Figueiredo, Carlos Pereira e dr. José de Magalhães.

1926 — Isentam-se de contribuições por 15 anos os prédios urbanos construidos em S. Tomé até 31 de Dezembro de 1927. Empréstimo de 6.000.000$00 com a Caixa Geral de Depósitos.

1927 — Adiciona-se ao orçamento da receita 6.000.000$00 proveniente do empréstimo feito pelo ministério das colónias com a Caixa Geral de Depósitos. Abril — Cria-se no Príncipe um conselho administrativo.

1929 — Março — Taxa de 100 por cento sôber a importação de diversas mercadorias. Medidas destinadas a reprimir a ociosidade a vadiagem.

1932 — Reorganizam-se os serviços públicos.

1932—Novembro—Regula-se a nova forma de cobrança dos impostos que ficam incidindo sôbre a saida de géneros de produção agrícola. Dezembro — Determina-se que em substituição da actual pauta privativa de importação da Comissão Municipal do Príncipe, seja fixada a percentagem adicional única de 15 por cento aos direitos de exportação de todas as mercadorias entradas para consumo na ilha do Príncipe.

ANGOLA

1919 — Janeiro—É estabelecida uma povoação comercial. Nenhuma casa poderá ser destruida sem autorização do governador. Cria-se a capitania-mór do Alto Zambeze e o posto de Cazembe. Extingue-se o comando militar do leste no Congo. Cria-se o posto de Quilombo, nos Dembos. Fevereiro — Colónia Penal Agrícola de Huila. Cria-se o concelho de Benguela a Velha. Constitui-se o distrito de Cabinda. Institui-se o liceu central de Luanda. Abril — A capitania-mór de Luchazes divide-se em duas, a de Luchazes e Genge. Maio — Anexam-se a Luanda os territórios de Ambriz e Dande. Julho — Cria-se na circunscrição civil de Pôrto Alexandre o posto militar Pediba e fixa-lhe os limites. Determina-se que o posto militar de 1.ª classe Capim, da capitania-mór de Genge, passe a denominar-se Chumi. Agosto — Autorizam-se os governadores de Benguela, Mossâmedes e Huila a criar uma escola primária superior. Fixa-se uma quota para a caixa de aposentações dos funcionários do círculo aduaneiro de Angola e S. Tomé. Determina-se que o posto militar 31 de Janero seja anexado á capitania-mór da Demba, em Angola. Cria-se uma assembleia eleitoral primária na região de Chinguar. Outubro — Constitui-se no distrito de Cabinda uma secretaria militar. Outubro — Aprova-se a elevação a 40 por cento do aumento das tarifas do caminho de ferro de Benguela. Novembro — Determina-se que a cabeça do distrito que Quanza-Sul seja definitivamente na Vila de Novo Redondo.

1920 — Janeiro — É autorizado o Banco Nacional Ultramarino a emitir cédulas para circulação em Angola, Moçambique e Macau. Desdobra-se em duas a circunscrição civil do Bié. Fevereiro — É autorizada a Câmara Municipal de Bolama a criar uma lotaria. Abril — Proíbe-se em Angola os aumentos de rendas de casas destinadas a habitação. Maio — Extingue-se a alfândega de Ambriz e substitui-se por uma delegação aduaneira.

1921 — Fevereiro — Concede-se a isenção de direitos alfandegários, durante o prazo de seis meses, á importação de papéis, destinados a publicações periódicas ou obras literárias e cientificas. É autorizada a Caixa Económica Postal a emitir cédulas do valor de $01, $02 e $03, para ocorrer á falta de trocos em toda a província de Angola. Março — Cria-se a Intendência da Baía dos Tigres. Abril —Reorganização administrativa de Angola em virtude dos largos poderes concedidos ao alto comissário general Norton de Matos, segundo as leis de 7 e 27 de Agosto de 1920 e 26 de Março de 1921, que o autorizava a contrair emprestimas até 60.000 contos. Maio — Cria-se a Agência Geral de Angola em Lisboa e define-se a sua função. Concede-se á Companhia Mineira de Moçambique, ou á companhia que organizar nos termos da concessão, o exclusivo de pesquisas de petróleo na área livre da

província á data da concessão, e a exploração dos jazigos que manifestar. Manda-se vedar as pesquisas de diamantes em toda a província de Angola. Manda-se vedar as pesquisas de petróleo e produtos acessórios em toda a provincia de Angola. Instalação do Conselho Executivo; instituição das secretarias provisórias provinciais; interior, obras públicas e minas, comércio e indústria; finanças; agricultura, agrimensura e terras; colonização e negócios indígenas. Repartições superiores de administração política e civil, saude e higiene, obras públicas, caminhos de ferro e portos, comércio, indústria, comunicações, fazenda, alfândegas, agricultura e florestas, pecuária, agrimensura e terras, colonização, negócios indígenas. Divisão administrativa da província em onze distritos: Luanda, Benguela, Congo, Quanza Norte, Malange, Quanza Sul, Mossâmedes, Huila, Lunda, Mochico e Cubango. Sudivisões administrativas em circunscrições civis de 1.ª classe: Cabinda, Zumbo, Cacongo, Malange, Novo Redondo, Benguela, Bié, Bailundo, Huambo, Lobito, Mochico, Mossâmedes e Lubango. As de 2.ª classe denominaram-se: S. Salvador, do Congo, Ambriz, Cumbanhe, Ambaca, Duque de Bragança, Libôlos, Ganda, Caconda e Chibia. Circunscrições de 3.ª calsse: Santo António do Zaire, Ambrizete; Noqui, Damba, Bembe, Dande, Icolo e Bengo, Golungo, Dembos, Pungo Andongo, Baixo Songo, Bondo e Bangala, Quissama, Amboim, Seles, Gongo, Anchito, Quilengues, Ganguelas, Alto Quanza, Alto Zambeze, Pôrto Alexandre, Bibala, Humpata, Gambos, Humbe e Alto Cunene. Concessão á Companhia Mineira de Moçambique do exclusivo das pesquisas dos jazigos que manifestar. Julho — Determina-se que seja criada a Direcção dos Portos do Sul, por ter sido extinta a Comissão de Melhoramentos do distrito de Mossâmedes. Criam-se, na província, os serviços do Almoxarifado da Fazenda, que ficam subordinados á secretaria de Finanças. Criação de escolas-oficinas em todas as circunscrições e concelhos. Agosto — Organização dos serviços urbanos da cidade de Huambo e cria-se nesta cidade uma secção autónoma de obras públicas. Regulamentação do trabalho indígena com protecções moralíssimas para os contratados. (Diário do Govêrno n.º 203, 1.ª série). Outubro — Concede-se á Companhia do Amboim, sucessora da Sociedade Pastoril Benguela Velha, Limitada, o estado, construção e exploração, por noventa e cinco anos, de um caminho de ferro partindo de ponto conveniente da baía de Benguela Velha, a servir a região de Amboim.

Novembro — Institui-se o subsídio de família e gratificações de permanência para os funcionários. Concessão de habitações e mobiliário e assistência médica aos funcionários. Dezembro — Determina-se que em cada circunscrição se fixe uma localidade para residência temporária do gevernador. Regula-se o funcionamento das missões religiosas.

1922 — Janeiro — Desdobra-se a circunscrição civil de Cacongo. Fevereiro — Reorganização militar da província. Subsídio mensal de família aos operários europeus e concedendo-se-lhe a posse da sua habitação ao cabo de 15 anos de serviço consecutivo e desde que tivessem sido promovidos á primeira classe. Cria na Humpata uma escola-oficina para indígenas dos dois sexos. Março — Sanções contra os proprietários que não melhorarem as habitações anti-higiénicas. Criam-se missões civilizadoras laicas, indicando-se a forma como devem estabelecer-se. Cria-se na cidade de Luanda um estabelecimento de beneficência denominado Asilo da República e regula-se o seu funcionamento. Concedem-se á Emprêsa de Colonização de África, Limitada, determinadas vantagens para o ingresso de 3.500 famílias portuguesas em Angola. Maio — Determina-se a construção de um monumento em Luanda comemorando a viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Alteração na divisão administrativa, passando a 14 os distritos, com 78 concelhos e circunscrições; os três distritos criados foram os do Zaire, Luchazes e Bié. Cria-se a circunscrição do Baixo Cunene, abrangendo as áreas das capitanias do Cuanhama, Cuamato e Evale. Determina-se que a Asociação de Fomento Agrícola da província seja representada por um dos seus membros no Conselho Tecnico Aduaneiro, exclusivamente para os efeitos da elaboração da tabela dos valores mínimos para a cobrança dos direitos «ad valorem»

sôbre géneros de exportação. Julho — Cria-se em Luanda um estabelecimento de beneficência e instrução profissional destinado ao recolhimento e educação de crianças indígenas do sexo feminino. Determina-se a criação de uma escola mista na povoação de Bailundo, do distrito de Benguela. Novembro — Criam-se escolas mistas de instrução primária em Maquela do Zombo e S. Salvador do Congo, concedendo-se a cada uma delas um subsídio anual. Cria-se uma associação de socorros mútuos denominada Caixa de aposentações e pensões ás famílias dos funcionários públicos da província da Guiné, aprovando-se o seu regulamento. Determina-se que seja abonado, a partir de 1 de Maio de 1922, o dôbro do «Subsídio de família» a todos os operários com família legalmente constituida. Dezembro — São abolidos os impostos municipais sôbre os indígenas e providencia-se sôbre a aplicação e execução desta medida. Criam-se as Repartições Superiores de Instrução Pública, Geologia e Minas, Hidráulica e Conselho Superior de Colónias e determina-se que passem a repartições autónomas as de Colonização, Saúde, Negócios Indígenas e Portos e Caminhos de Ferro. Dezembro — Concessão de passagens a operários portugueses e suas famílias contratados para a província.

Estabelecera-se em Lisboa um vasto núcleo de propaganda jornalística referente á colónia, destinada a atrair capitais e colonos, e a certa altura rebentou nalguns periódicos uma campanha violenta contra o Alto Comissário, que outros defendiam.

O deputado Cunha Leal atacou no Parlamento a acção de Norton de Matos, tratando-a de muito dispendiosa.

O primeiro funcionário da província fôra ao Congo Belga onde ia realizar-se um Congresso de Medicina Tropical, cujas vantagens eram as de tornar a colónia conhecida e recebera com pompa o governador daquela possessão estrangeira.

Aquilataram uns como esplendida, embora incompleta, a obra do antigo ministro da guerra, outros a condenaram e como se desse uma enorme retumbância ao ataque de Cunha Leal, o alvejado partira para Lisboa a defender-se no Parlamento das argüições do seu contendor, que conglobou deste modo a acção do Alto Comissário, publicando, depois, o seu livro célebre «Calígula em Angola»:

«Espalhou dinheiro á tôa, dispende dele como se fôsse seu. Deixou que se fizessem aquisições directas proibidas por lei. Criou á sua volta uma clientela que tem sugado a província». Concluira: Não deixa atrás de si uma obra.

A defesa de Norton de Matos mereceu a seguinte moção:

«A Câmara reconhecendo que a administração do Alto Comissário de Angola, exercida com inteligência, honestidade e patriotismo, tem promovido a prosperidade daquela nossa florescente colónia e considerando que para a execução do regime determinado na lei constitucional n.º 1.005 pode e deve o govêrno central exercer permanente fiscalização sôbre os actos das corporações e entidades que nas colónias têm atribuições administrativas, e que, portanto, não só o Alto Comissariado como o Poder Central têm na lei meios necessários para fiscalizar e fazerem fiscalizar os serviços públicos em ordem e mantê-los dentro das normas legais e regulamentares, passa á ordem do dia.»

1923 — Janeiro — Autoriza o govêrno da província a aproveitar até £ 936.000, o crédito de £ 30.000.000 obtido em Londres, com aplicação á aquisição de material para o caminho de ferro de Luanda, seu prolongamento e ramais, autorizando igualmente os contratos e as operações de crédito que forem necessárias nos termos da lei n.º 1.131. É criada em Malange uma escola de ensino primário técnico para indígenas do sexo femenino, do tipo Asilo Escola «Rita Norton de Matos». Fevereiro — Estabelecimento de medidas de turismo. Autoriza-se a montagem de casas de madeira. Isenta-se a província de impostos de farolagem. Cria-se o posto fiscal de Bengo. Março — Cria-se um corpo de polícia com sede em Luanda. Determina-se a criação duma cidade com a denominação de Diogo Cão. Autoriza-se o govêrno de Angola a subsidiar o Colégio das Missões Civilizadoras dos Padres Seculares Portugueses em Tomar. Fixam-se os direitos de exportação para 1923-1924, modificando-se os que incidem sôbre a saida do café pelo Ambriz, estabelecendo-se os referidos ao café e peixe sêco saidos

pelas alfândegas da Bacia Convencional do Zaire e declarando-se que é reservado á marinha mercante nacional o tráfego marítimo de Angola para os portos portugueses do Índico. Fixam-se os quadros do pessoal da Secretaria Provincial de Agricultura e da Repartição Superior de Indústria. Fixa-se o pessoal da Repartição Superior dos Serviços Urbanos de Luanda. Melhoram-se os salários dos operários do Estado e estabelecem-se os vencimentos dos observadores auxiliares. Equiparam-se os oficiais de diligências indígenas e escriturários de 3.ª classe do quadro auxiliar para efeitos dos vencimentos. Concessão dos jazigos de cobre do Bembe á Companhia das Minas. Instalação de missões laicas e civilizadoras em todas as circunscrições da província. Abril — Aumenta-se o número de juizes da Relação de Luanda. Maio — Autoriza-se a realizar com o Banco Ultramarino um empréstico de 121.200.000$. Criam-se Missões Civilizadoras laicas. Designam-se os directores de serviços. Junho — Reunião do Congresso de Medicina Tropical em Luanda. Agosto — Fixam-se os salários dos condenados quando empregados nos serviços públicos. Fixa-se a duração máxima dos contratos de trabalhadores para as obras do Estado. Autoriza-se o govêrno de Angola a contrair um empréstimo de 3.600.000$00, destinado ás obras de abastecimento de água á cidade de Luanda. Autoriza-se o govêrno de Angola a subsidiar alunos do curso de engenharia e condutores das escolas da metrópole que se obriguem a servir na província de Angola. Eleva-se a percentagem do imposto indígena para a municipalidade de Malange. Setembro — Modifica-se o regimento do Conselho Legislativo. Determina-se que a povoação de Benguela a Velha passe a denominar-se Pôrto Amboim. Trabalhos de fomento, colonização, caminhos de ferro e portos, botagem, telegrafia, telefonia e radio-telegrafia. Regulamenta-se a concessão de terrenos sob um critério utilissimo.

1924 — Fevereiro — Reduz-se, com carácter provisório, os efectivos das companhias indígenas de infantaria, mandando-se transitar para os obras públicas o serviço de construção da aviação e suspendendo-se a organização da 5.ª Repartição do Quartel General do Exército. Março — Prorroga-se por seis meses o prazo fixado no artigo 3.º do decreto n.º 79, de 14 de Dezembro de 1921, do Alto Comissariado da República em Angola, que determina que a partir de 1 de Janeiro de 1924 só serão permitidos os trabalhos agrícolas nas áreas das fazendas que o delegado de saúde dê como limpas da tsé-tsé. Abril — Cria-se e organiza-se a missão de reconhecimento e combate á moléstia do sono nos distritos do Zaire, Congo, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Malange, Lunda e Benguela. Determina-se um aumento no vencimento dos funcionários públicos, civis e militares, e nos salários dos operários e demais servidores do Estado, elevam-se as ajudas de custo e os subsídios de famílias e estabelecem-se outras alterações sôbre vencimentos; estatui-se que os aumentos relacionados com a carestia da vida se apliquem a partir de 1 de Janeiro de 1924. Elevam-se os direitos sôbre a importação de cervejas, cidras e bebidas similares e dos vinhos comuns, generosos, licorosos e espumosos, a partir de 1 de Julho do corrente ano e determina-se que continue em execução, nos termos das leis em vigor, o limite da graduação máxima dos vinhos cuja importação é permitida e a forma de despacho dos vinhos nas alfândegas provinciais. Aprova-se o regulamento para o fabrico de alcool desnaturado de melaços. Maio—Fixam-se os limites do concelho de Luanda, constituidos pela área da cidade e seus subúrbios. Cria-se em Londres uma agência de Angola. Outubro — Determina-se que as contribuições, impostos e mais recursos da província de Angola continuem a ser cobrados conforme os preceitos legais em vigor á data do presente diploma; que continue em execução durante o ano económica de 1924-25 a tabela de despesa ordinária de 1923-24, com as alterações posteriormente promulgadas. Suspende-se a aplicação de várias verbas da referida tabela de despesa ordinária e diz-se qual a forma por que deve ser feito o provimento das vagas que se derem nos diversos quadros da província. Eleva-se a delegação aduaneira de Novo Redondo á categoria de alfândega e passando á categoria de delegação aduaneira o posto de despacho de Porto Amboim. Outubro — Determina-se que não se-

jam admitidos a despacho nas alfândegas da província vinhos nacionais comuns, generosos, licorosos ou espumosos, sem virem acompanhados de um certificado de genuinidade e origem passado pela Câmara de Comércio ou entidade oficial competente. Novembro — É aberto um crédito especial extraordinário de 60.000 escudos para pagamento de seguro de vida a favor da família do tenente aviador Emílio de Carvalho e das despesas com os funerais do mesmo oficial, que faleceu na província de Angola. Dezembro — Reduz-se o quadro do pessoal das alfândegas. Determina-se que cesse provisoriamente o fornecimento de mobília aos servidores do Estado e estabelece-se que passem a ser pagos pelos servidores do Estado os medicamentos, fornecidos pelas farmácias do Estado, com um abatimento de 20 por cento de preço do custo, excepto os sais de quinino, que continuam a sê-lo gratuitamente.

1925 — Janeiro — Cria-se a Caixa de Auxílio aos empregados dos Correios e Telégrafos. Eleva-se o salário dos trabalhadores indígenas ao serviço do Estado. Março — Cria-se a corporação dos pilotos do rio Zaire. Reorganiza-se a Caixa de Aposentação dos funcionários do quadro aduaneiro. Estatuem-se duas zonas de inspecção do trabalho indígena. Abre-se um crédito na metrópole de 9.000.000$00 para Angola. Funcionamento da Escola Normal Superior de Mossâmedes. Criam-se escolas primárias mistas em Luanda, de nome «Emílio de Carvalho», na vila Henrique de Carvalho, circunscrição de Saurino; na Domba, em vila Ponte, Ganguelas. Reconhece-se como oficial a Escola Particular do Asilo D. Pedro V, de Luanda. Maio — Emissão das três primeiras séries das obrigações (ouro 7 %) com a garantia das receitas da província, sendo o financiamento feito pela metrópole. Maio — O concelho de Benguela a Velha passa a chamar-se de Pôrto Amboim. Aprova-se o regulamento de trânsito e policiamento das zonas diamantíferas. Estabelecem-se postos fiscais aduaneiros. Junho—Autoriza-se a emissão de séries IV a XII de 5 milhões de escudos cada, das obrigações da Dívida Interna. Julho — Rescinde-se o contrato de arrendamento das oficinas navais, celebrado entre o govêrno e a Companhia de Amboim. Setembro — Determina-se que a emissão da série M das obrigações da Dívida Interna seja de 10.000 títulos de 500$00. Outubro — Concede-se á Companhia do Amboim o exclusivo das pesquisas carboníferas não compreendidas nas concessões de petróleo. Novembro — Passa a ser vila General Machado a povoação do mesmo nome. Concede-se o direito de exploração para o fabrico de pasta de papel a Câmara Pires, a Graaff e Reid, ingleses. Autoriza-se a Companhia do Caminho de Ferro do Amboim a emitir obrigações do valor nominal de 10 £ cada no montante de 250.000, amortizaveis em dez anos, a partir de 1926. Dezembro — Prorroga-se o prazo para a construção de uma linha férrea de que é concessionária a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, devendo estar concluida até Moxico em dois anos, a contar da construção da ponte sôbre o Quanza, e até á fronteira no ano de 1928. O Estado terá 15 % nas futuras acções liberadas e mais 5 % sôbre os lucros líquidos acima do capital acionista.

1926 — Fevereiro — O município de Mossâmedes deve indemnizar as cidades de Humpata, Sá da Bandeira e Chibia desde que começaram a cobrar o imposto de 3 %. Maio — Criam-se mais escolas em Luanda, Malange, Benguela, Huila, Bié, Mossâmedes, Quanza Norte e uma biblioteca e museu pedagógico na capital da colónia. Concessão, por vinte anos, da exploração da lotaria a Adriano Simões Cruz Boavida, de Moçambique. Ordena-se a caderneta pessoal para os indígenas menores de 16 anos. Concedem-se 100.000$00 anuais á Agência Geral das Colónias. Julho — Concede-se ao Banco de Angola a emissão das notas de banco pagáveis á vista e ao portador em moeda corrente na província. Cria-se a Junta da Moeda. O Asilo dos Inválidos passa chamar-se Asilo República. Agosto — O govêrno da metrópole põe 120.000.000$00 á disposição da colónia. O Banco Ultramarino, em virtude do empréstimo que fez a Angola, emite 777.778 obrigações de 90$00 cada ao juro de 7 %. Agosto — Eleva-se para 1.000.000$00 a importância fixada para a transferência de fundos por meio de vales ultramarinos. Aumenta-se até 5.000.000$00 a

importância do empréstimo destinado á construção do Palácio do Comércio e Indústria e Agricultura. Outubro — O govêrno da metrópole abre um crédito para os colégios missionários e instalação de casas de missões em Angola e noutras colónias. Autorizam-se as câmaras do Zaire, Noqui e Ambrizete a contrair empréstimos para obras. Crédito de 15.000$00 para as despesas a fazer com a pacificação de Cassai Norte (Na Lunda). Outubro — É anulado o exclusivo das lotarias concedido em 28 de Maio. Estabelece-se o horário de trabalho nas repartições. Dezembro — A Companhia do Caminho de Ferro do Amboim é autorizada a emitir obrigações até 250.000 libras. Extingue-se o Instituto de Missões de Sernache do Bonjardim.

1927 — Janeiro — O govêrno é autorizado a emitir bilhetes do tesouro para representar receita ou suprir sua falta. Empréstimo de 3.000.000$ para a construção de casas destinadas ao funcionalismo. Créditos de 670.000$00 para dragagens do pôrto de Luanda; de 250.000.000$00 destinado á reconstrução do Caminho de Ferro de Luanda-Ambaca. Revisão da matriz predial por avaliação dos prédios. Crédito de 300.000$00 para as despesas de alfaias e sementes destinadas aos colonos. Autoriza-e um empréstimo de 1.000.000$00 amortizáveis em 5 anos pela Câmara de Luanda. Taxa de 20 % de direitos fixos sôbre importação de cervejas e similares, a fim de satisfazer o juro do empréstimo. A legislação para os colonos determinava a escolha de terrenos por técnicos. Concessão definitiva ao cabo de cinco anos aos que tiverem aproveitado 3/4 da sua área. Fornecimento de alfaias e sementes por três anos. Isenção de direitos para maquinismos e transpórte gratuito de animais reprodutores. Assistência médica, agrícola e pecuária. Subsídio monetário aos necessitados. Fevereiro — Suprimem-se os lugares de directores da fazenda do Congo, Cubango, Luchazes, Lunda, Mochico e Zaire. Abril — Pósto algodoeiro em Quionga. Concede-se o estabelecimento de postos carvoeiros no Lobito á Companhia de Fomento Geral de Angola. Junho — Reconhecimento agronómicó da Lunda. Julho — Publica-se o diploma legislativo do crédito agrícola. Emissão de 247.700 obrigações de 100$00 metropolitanos cada, ao juro de 6 %, e de Bilhetes do Tesouro, estes para pagamento ao Banco de Angola dos títulos processados da fazenda pública em seu poder. Setembro — Alteração dos direitos sôbre cervejas e similares e do «ad valorem» e seus adicionais, em virtude de terem sido calculados ao par do escudo metropolitano o angolar. Estabelecem-se os limites dos distritos de Moxico e Lunda. Preparo do empréstimo até 10 milhões de escudos a fazer com a Caixa Geral de Depósitos e o qual deve ser entregue á Junta Geral de Crédito Agrícola. Reforma do regime prisional pelo qual se removiam os degredados, após a pena nas fortalezas, para as Granjas Agrícolas, concedendo-se terrenos aos bem comportados.

1928 — Janeiro — Defesa sanitária na fronteira do Congo Belga, contra a febre amarela. Fevereiro — Importante decreto relativo ás transferências de Angola para a metrópole. Novo sistema monetário: o Angolar com suas moedas de 1,2, 1/5 e 1/10 Ags e os seus submúltiplos por moedas de níquel, cupro-níquel, etc. com os valores de 0,50, 0,20, 0,10 e 0,0005 ang., correspondentes a 10, 4, 2 e 1 macutas, e por moedas de cobre de 0,3, 0,1 0,0005 angs. A Junta da Moeda de Angola (J. M. A.) funcionando em Lisboa e o seu papel. Quarta emissão de 3.000.000$00 de Bilhetes do Tesouro. Março — Reforma das pautas da colónia, que datavam de 1892 e que deviam entrar em vigor em 1 de Julho. Desta data em diante punha-se em circulação o Angolar. Março — Publica-se o estatuto orgânico dos serviços de colonização datado de Luanda e sob a chancela do Alto Comissário António Vicente Ferreira; importante documento com tendências de real esfôrço colonizador. Setembro — Aprova-se a Carta Orgânica de Angola, importantíssimo documento, sendo ministro José Bacelar Bebiano. Outubro — Converte-se em Angolares o vencimento dó Alto Comissário e aplica-se um imposto de salvação aos ordenados e salários superiores a 3.000$00 angolares mensais.

1929—Janeiro—Fixa-se em 2.000.00 angolares mensais a importância máxima que pode ser emitida por va-

les provinciais a pagar em toda a província. Actualiza-se a distribuição de casas pelos funcionários. A povoação de N'Zargui, na Lunda, passou a chamar-se vila Paiva de Andrade. Fevereiro — Permite-se a nomeação de aposentados para cargos públicos. Concede-se o privilégio de pesquisas mineiras em determinada região á Companhia do Bembe. Facilita-se o fabrico de cerveja por várias providências. Abril — Pensões aos inválidos indígenas que serviram o Estado mais de quinze anos. Junho — Organiza-se o corpo de Polícia de Segurança Pública. Criam-se as intendências de Encoge, Dembos e Bembe. Agosto — Torna-se definitiva a inspecção permanente aos serviços de fazenda e contabilidade. Setembro — Criação da Intendência Geral do Orçamento, por intermédio da qual o procurador geral superintenderá na preparação e execução orçamental, estabelecendo normas para todos os serviços públicos. A conversão da moeda produzira agitação na colónia. Contra esta medida do Alto Comissário houve protestos das fôrças económicas, tendo-se imposto a saida de algumas pessoas do território da província. Viagem do ministro das colónias Bacelar Bebiano a Angola. Teve por fim assistir ao último trôço do caminho de ferro de Benguela e foi acompanhado pelo engenheiro Paiva de Carvalho e Armando Cortezão, agente geral das colónias. Embarcou no «Angola» em 18 de Maio. Em 28 de Novembro de 1902 se fez a concessão a Robert Williams; em 1903 (25 de Maio) estava constituida a Companhia; em 1928 concluiram-se todos os trabalhos, inaugurando-se solenemente em 10 de Junho de 1929, tendo assistido ao acto com aquele concessionário e o ministro Bebiano o príncipe Artur de Connaught e o Alto Comissário Vicente Ferreira. A visita estendeu-se á Rodésia e ao Congo Belga, Lourenço Marques e Cabo, donde regressou no «Saxon». Ficou encarregado da sua pasta o ministro da marinha Magalhães Correia. Setembro — Autorização para se reorganizar o Crédito Agrícola. Outubro — Extingue-se o posto civil da Chibia. Desanexa-se de Pôrto Alexandre o posto civil da Baía dos Tigres.

1930 — Janeiro — Revoga-se o diploma que permitia aos funcionários públicos, civis e militares gozarem na colónia as suas licenças graciosas. Cria-se em Malange a Intendência do Algodão. Extingue-se a circunscrição civil de Cuito, Chiapa, da Lunda; cria-se o de Carumbo. Institui-se o Tribunal de Árbitros Avindores. Fevereiro — Revogação do decreto que tornava livre o fabrico de tabacos na colónia. Março — Autoriza-se a direcção da Associação Comercial a desviar do imposto adicional de 1 % «ad valorem» sôbre as mercadorias exportadas da alfândega de Luanda, sendo 10 % da totalidade a benefício da Associação de Empregados do Comércio, destinando-se á construção de um edifício para a sua sede. Dos fundos de edificação do palácio de Comércio de Benguela a mesma percentagem para igual fim naquela cidade. Março — Assalto da autoridade ás lojas maçónicas. A 30 deste mês deu-se um movimento militar contra a acção do Alto Comissário Filomeno da Câmara, ausente no Lobito, com sua família, e que se fizera substituir pelo tenente Morais Sarmento, seu chefe de gabinete. Parte da guarnição de Luanda revoltou-se, tendo cercado a casa daquele moço militar, foi este morto pelos tiros da 1.ª companhia indígena. Estabeleceu-se um grande alvorôço na colónia, sendo o Alto Comissário impedido pelo govêrno metropolitano de se dirigir a Luanda, onde se organizava a resistência. Ao cabo de várias negociações e tendo o presidente da Relação, dr. Euclides de Morais, recusado o govêrno que lhe ofereciam sem que fôsse demitido o Alto Comissário, conseguiu-se que assumisse o cargo o oficial Bento Roma durante o período necessário para chegar a Luanda o general Bilstein de Meneses como investigador dos factos. Filomeno da Câmara regressou á metrópole, partindo do Lobito com os seus. Setembro — Determina-se que uma ou duas vezes por semana haja sessões de contos educativos nas escolas primárias. Regula-se a deslocação dos emigrantes.

1931 — Maio — Organiza-se o regime de transferências. Outubro—Aprova-se o orçamento privativo do Conselho Administrativo dos Portos e Caminhos e Ferro de Angola e estabelecem-se as regras para a sua execução. Novembro — Extingue-se o posto ci-

vil de Ruácaná, da circunscrição civil de Humbe, distrito de Huila e encorporando-se a sua área no posto militar do Chitado, da circunscrição civil de Gambos. Dezembro — Autoriza-se a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela a apresentar, dentro do prazo de seis meses a contar da data dêste diploma, um novo projecto do hotel a construir na cidade do Lobito, devendo o referido hotel entrar em exploração em 31 de Julho de 1933.

1932 — Abril — Diploma legislativo n.º 337: Tornando-se necessário introduzir imediatamente várias disposições sôbre a entrada de estrangeiros em Angola, sem prejuizo do já disposto nos diplomas legislativos n.ºs 185 e 272 de 16 de Fevereiro e 28 de Agosto de 1931:

O governador geral interino de Angola, usando das atribuições que lhe conferem os n.ºs 14.º e 17.º do artigo 16.º da Carta Orgânica de 1 de Setembro de 1928 e o decreto n.º 20.455 de 31 de Outubro de 1931, determina:

Artigo 1.º Aos estrangeiros que desejem entrar em Angola com intenção de se empregarem, será previamente prova suficiente de terem na colónia situação assegurada por meio de contrato feito nos devidos termos.

Art. 2.º Aos estrangeiros admitidos em Angola com a intenção de na colónia estabelecerem a sua residência e de requererem quaisquer concessões, será exigida a prova de possuirem, depositado em Banco na colónia, um capital mínimo de £ 500-0-0 (ouro) ou o equivalente em angolares, ao câmbio oficial do dia.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução dêste diploma competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Residência do Govêrno Geral de Angola, em Luanda, 6 de Abril de 1932 — O Governador geral interino, Eduardo Ferreira Viana.

MOÇAMBIQUE

1919 — Janeiro — Põe-se em execução o regulamento de disciplina dos funcionários do Estado. Fevereiro — Suprime-se a Direcção do Pôrto e Caminho de Ferro de Inhambane, passando o serviço para Lourenço Marques. Monopólio da distribuição da correspondência no território da Companhia de Moçambique e venda de fórmulas de franquia. Aprova-se o regulamento dos pilotos. Aplica-se ao liceu o regulamento dos metropolitanos, com alterações. Março — Aprova-se o regulamento das capitanias. Abril — Concede-se passagem de regresso á metrópole a três famílias dos operários. Altera-se o foral do Município de Lourenço Marques. Maio — Aprovam-se os estatutos do Club Internacional de Lourenço Marques. Junho — Cria-se o lugar de inspector de Instrução Primária. Setembro — Proíbe-se a saida de ouro, por cabotagem, de um para outro distrito de Moçambique. Extingue-se o comando militar de Umpuhua, do distrito de Moçambique, e cria-se o de Monapro, no mesmo distrito. É extinto o corpo de cipais de Tete. Proíbe-se a elevação de rendas de casas de habitação em Moçambique. Outubro — Autoriza-se o govêrno de Moçambique a dispender 280.000$00 com a aquisição de material de telegrafia sem fios. Determina-se que o Liceu Nacional de Lourenço Marques passe a denominar-se Liceu Nacional 5 de Outubro. Novembro — Põe-se em vigor o acôrdo celebrado entre o govêrno geral e o govêrno dos territórios da Companhia de Moçambique acêrca do recrutamento de indígenas dos distritos de Tete e Moçambique. Manda-se abater ao efectivo da marinha colonial de Moçambique a canhoneira «Chaimite». Aprovam-se as bases do novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Companhia General d'Electtricitá. Isenta-se de impostos, durante um ano, os reprodutores da espécie bovina, porcina, ovina e caprina, importados em Moçambique.

1920 — Janeiro — Aprovam-se os estatutos da Sociedade Anónima The Mozambique Industrial And Comercial Company, Limited. Autoriza-se o Banco da Beira e emitir notas, ouro, de 2,25 (£ 0-10-0). Fevereiro — Proíbe-se em Moçambique o exercício de qualquer ramo de comércio em palhotas. Maio — Determina-se que passem a ser cobradas em ouro as receitas dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. É extinta a unidade militar denominada secção da Guarda Fiscal de S. Tomé. Autoriza-se a Câmara Municipal de Lourenço Marques

a emitir cédulas. Junho — Aumenta-se o imposto de palhota no distrito de Moçambique. Cria-se o concelho do Zumbo no distrito de Moçambique. Determina-se que sejam pagos em ouro, ao par, os direitos de importação em Moçambique das aguardentes simples e preparadas. Proíbe-se a saída por cabotagem, de um distrito para outro da colónia de Moçambique, das cédulas do Banco Nacional Ultramarino. Autoriza-se a Câmara Municipal de Inhambane a emitir cédulas. Setembro — Proíbe-se a importação de sementes de algodão ou de qualquer planta da família das malváceas. Outubro — Fixam-se os vencimentos em ouro dos funcionários de Moçambique. Dezembro — Determina-se, em Moçambique, que o sêlo de conhecimento da contribuição predial e o sêlo e emolumentos da contribuição industrial fixa sejam cobrados em ouro.

1921 — Janeiro — Proíbe-se em todos os territórios da província situados ao norte do rio Save, que se encontram sob a administração do Estado, a venda a indígenas e trabalhadores de origem africana, de alcool e seus derivados, aguardente, sura e bebidas similares e o fabrico de todas as bebidas cafreais, mesmo quando realizado para fabrico próprio. Determina-se que o distrito de Tete, sob o regime de prazos, para efeitos de fiscalização, seja dividido em seis circunscrições fiscais. Fevereiro — Concede-se á Companhia Portuguesa do Ultramar, pelo prazo de cinco anos, o exclusivo do fabrico de extração de tanino da casca de mangol ou de quaisquer outras árvores e plantas taninosas no distrito de Quelimane, em Moçambique. Extingue-se a actual secção de polícia judiciária do corpo de polícia civil de Lourenço Marques e criando em sua substituição uma direcção de polícia judiciária. Determina-se que o imposto de fabricação e consumo de cervejas, criado pela portaria n.º 19, de 10 de Fevereiro de 1916, seja pago em ouro, ao par, calculando-se as fracções de meio soberano, 2$25, ao câmbio do dia. Isenta-se do lançamento e cobrança da contribuição predial em ouro, ao par, as casas exclusivamente destinadas a habitação, que estejam sujeitas a contratos de arrendamento e cujas rendas sejam pagas em escudos. Abril — Cria-se em Lourenço Marques uma escola infantil, que funcionará no edifício da antiga Escola Bernardino Machado. Aprova-se o livro de tarifas dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques e autoriza-se o director dos mesmos caminhos de ferro a publicar quaisquer alterações que posteriormente venham a fazer-se ao referido livro. Determina-se que o pão seja incluido no n.º 2.º do artigo 1.º da portaria provincial n.º 1523, de 29 de Maio de 1920, e proíbe-se aos padeiros alterar os tipos de pão que forem estabelecidos pela fiscalização das subsistências, tanto no que diz respeito á qualidade como no que se refere a pesos e preços. Maio — Cria-se uma delegação aduaneira em Pebane e extingue-se a delegação aduaneira de Moebaze. Junho — Determina-se que as sementes oleoginosas de amendoim, copra, gergelim, mufarra e outras, exportadas pelas alfândegas da província de Moçambique paguem em ouro, ao par, «ad valorem», os respectivos direitos. Passam para a posse do Estado os edifícios e mais material ocupados ou aproveitados pela Escola de Artes e Ofícios de Moçambique e pelo Instituto Elias Garcia, da Cabaceira Grande, sendo confiada á Missão Civilizadora Camões a administração dos referidos estabelecimentos. Autoriza-se o goverandor do distrito de Gaza a mudar a sede da circunscrição de Guijá para o centro da mesma circunscrição e bem assim as sédes dos actuais postos administrativos e fixam-se os vencimentos ao pessoal das circunscrições. Extinguem-se os comandos militares do distrito de Moçambique e criam-se circunscrições civis em sua substituição, cujo pessoal e vencimentos são os constantes da tabela anexa. Julho — Tornam-se extensivos ao tabaco em rama ou em fôlha produzido na província de Moçambique os benefícios concedidos a igual produção quando importados do Transval. Aprovam-se os estatutos da associação Grémio Literário Mormugão, fundado em Vasco da Gama. Dezembro — Permite-se, sob certas condições, que só as fábricas açucareiras da província de Moçambique, aproveitando os resíduos da sua laboração, possam fabricar alcool. Determina-se que seja de 125 libras a taxa de licença a cobrar, no próximo

ano de 1922, em Moçambique, por cada hectare ou fracção, plantada, de cana sacarina que não se destine á laboração de fábricas açucareiras. Cria-se em substituição da actual edilidade do Chibuto, uma comissão municipal da mesma localidade, formada pelo respectivo administrador de circunscrição e dois vogais escolhidos pelo governador do distrito.

1922 — Janeiro — Estabelece-se um posto administrativo na Matibane, circunscrição civil de Mossuril, e outro em Quixaxe, na circunscrição civil de Mogincual, distrito de Moçambique. Isenta-se de direitos de reexportação e trânsito, na província, o carvão da África do Sul, e determina-se que o carvão da mesma província, carregado ou descarregado no pôrto de Lourenço Marques, pague os direitos de cais de $00,9375 (ouro ao par) por cada tonelada de 2.000 libras. Junho — Abre-se um crédito extraordinário para pagamento das despesas de instalação e alimentação, durante dois meses, da colónia de poveiros que se fixou em Moçambique. Julho — Remodela-se o decreto n.º 164, de 24 de Dezembro de 1921, proibindo, nos distritos de Moçambique, Quelimane e Tete, o exrcício do comércio de permuta fora dos locais designados pela autoridade administrativa, e determina-se a transformação das palhotas e casas de pau a pique e maticados onde se exerça comércio. Agosto — Substitui-se por «ad valorem» o direito especificado que incidia sôbre a exportação de açúcar. Transfere-se para Mucate a sede da circunscrição de Imola, no distrito de Moçambique. Isentam-se de contribuição predial, pelo período de quinze anos, os prédios urbanos situados na província de Moçambique e nas sedes das circunscrições de Mumba, Mossuril, Nampula e Angoche, e do concelho de Lumbo, que forem construidos até 31 de Dezembro de 1923. Outubro — Cria-se na margem esquerda do Zambeze, junto á fábrica de açúcar denominada «Fábrica Luabo», uma delegação aduaneira directamente subordinada á alfândega do Chinde. Dezembro — Autoriza-se a montagem de oficinas para indígenas em cada circunscrição do distrito de Moçambique.

1923 — Março — Determina-se a obrigatoriedade de bilhetes de identidade para os indígenas de mais de catorze anos. Junho — Alteram-se os limites das coutadas do Estado no distrito de Gaza. Julho — Eleva-se o impasto de palhota. Agosto—Determina-se que os missionários passem a receber pensão de aposentação desde que deixem de residir na colónia. Outubro — Introduz-se uma licença a pagar pelos engajadores de trabalhadores indígenas na tabela do imposto do sêlo. Novembro — Criam-se postos fiscais em Pafuri, Massingire e Maplanguene.

1924 — Fevereiro—Fixa-se em $50, ouro, a importância a pagar pelos arrendatários de prazos e companhias agrícolas por cadă arma emprestada para armamento dos seus cipais. Cria-se no distrito de Moçambique a circunscrição de Boma. Concede-se a liberdade de caça aos grandes mamíferos numa parte do distrito de Tete, para extermínio da mosca tsé-tsé e defesa da população contra a doença do sono. Junho — Determina-se que as fábricas produtoras de açúcar existentes nos territórios da província, incluindo as companhias privilegiadas, forneçam para o abastecimento da metrópole 25.000 toneladas de açúcar da produção do ano corrente. Reduz-se de quatro para três o número de circunscrições fiscais dos prazos do distrito de Quelimane. Determina-se que o expediente das delegações e sub-delegações da Procuradoria da República seja feito á custa do cofre do respectivo juiz. Determina-se que ao sul do Save todos os indígenas maiores de dezoito anos, ainda que ausentes da província, paguem o imposto de 6$75, ouro, por cada palhota. Julho — Autoriza-se a colónia de Moçambique a contratar e contrair empréstimos nos termos da presente lei, até ao fim de 1930. Cria-se na circunscrição civil do Zumbo, do distrito de Tete, o posto administrativo de Marunguija. Determina-se que na Imprensa Nacional seja aposta em 1.000.000 de selos postais a legenda «porteado». Agosto — Obrigam-se os portugueses naturais da colónia de Moçambique e de outras colónias e não indígenas, desde os vinte e um aos quarenta anos de idade, a contribuirem com uma quota anual denominada «taxa militar da província», e regula-se a sua forma de pagamento. Outubro — Constitui-se a circunscrição civil de Inhambane, com sede na

vila do mesmo nome. Constituem-se comissões em todos os distritos da província, para estudarem, em harmonia com o critério regional, quaisquer questões relativas ao trabalho indígena, incluindo salários, e indicando quais as entidades que devem compor as referidas comissões. Dezembro — Adita-se aos estatutos do Montepio Ferroviário um novo artigo, pelo qual ficam reduzidas de 50 por cento as pensões estabelecidas na tabela C dos referidos estatutos. Põe-se em vigor imediatamente nos territórios sob a administração da Companhia do Niassa, e enquanto se não remodelar o regime pautal da mesma Companhia, o actual regime de importação de bebidas alcoólicas distiladas, em vigor na província de Moçambique, constante dos artigos 12.º 13.º e 14.º das pautas aprovadas por portaria do Alto Comissariado n.º 324, de 4 de Dezembro de 1922. Determina-se que a recolha de notas de libra do Banco Nacional Ultramarino, actualmente em circulação, se faça gradualmente, conforme determinação do govêrno da província, devendo o Banco emissor, por intermédio da sua filial na colónia, informar mensalmente e directamente a Secretaria Provincial de Finanças do montante da circulação de notas de libra e escudos.

1925 — Janeiro — A povoação de Chiputo passa a denominar-se vila Vasco da Gama. Junho, 13 — Autoriza-se a emissão de selos comemorativos do 50.º aniversário da sentença arbitral de Mac Mahon acêrca dos territórios em litígio no distrito de Lourenço Marques. Junho — Determina-se a cobrança em ouro das tarifas aplicadas ao tráfego. Cria-se uma Comissão Administrativa na Praia da Polana e um posto administrativo em Zandanela (Inhambane). Agosto — Institui-se a comissão de presidência e assistência indígena. Aprovam-se os estatutos da Sena Sugar Estates Limited, com sede em Inglaterra. Novembro — Autoriza-se a sucursal da missão civilizadora «Pátria» sob o título «Carvalho Araújo», em Cunbaná.

1926 — Fevereiro — Acôrdo para o recrutamento em Tete de trabalhadores indígenas para a Rodésia do Sul. Aprova-se o «modus vivendi» sôbre a mão de obra, negociada entre Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Autoriza-se que retirem da circulação as notas de libra emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino. Abril — As missões religiosas das colónias devem ser representadas junto das repartições do Estado por um procurador geral, que será o director do Colégio das Missões dos Padres Seculares. Empréstimo de 18.000.000$00 metropolitanos com a Caixa Geral de Depósitos. Julho — Suspende-se o decreto da retirada da circulação de notas de libra do Banco Nacional Ultramarino. Maio — Empréstimo de 30.000 libras (ouro metal), amortizável em cinco anos, para instalar serviços sanitários em Ressano Garcia. Contratam-se auxiliares de missão em virtude da sua falta na província. Cria-se a casa das missões para a exposição de objectos manufacturados nestes estabelecimentos. Crédito de 300 libras e outro de 2.000 para subsídio dos desempregados em virtude da redução do pessoal dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. Cria-se a Caderneta de Identificação e Trabalho, obrigatória para o indígena. Junho — Autoriza-se a despesa até 340.000 libras para a compra de material ferroviário destinado á extensão das linhas de Xinavane até ao Limpopo. Julho — Diminuição das taxas de direitos «ad valorem» nas pautas. Setembro — Desmobiliza-se o pessoal que fôra mobilizado em virtude do movimento grevista. Estado de sítio em virtude da greve dos caminhos de ferro e da atitude de uma parte da população na Companhia de Moçambique. Novembro — Medidas repressivas da proibição de bebidas alcoólicas aos indígenas em Kinavane e regulando as condições de transporte dos indígenas que vão e vêm do Rand.

1927 — Janeiro — Fixa-se em 120$ (ouro metal) a equivalência da libra para o pagamento de imposto por parte dos indígenas que recebam salários ou vendam produtos nessa espécie de moeda. Isenção de contribuição predial durante oito anos, para as casas construidas de novo, bem como a isenção de direitos sôbre cimento e madeira para a Ligação Eléctrica Rádio Marconi com a Telegráfica de Lourenço Marques. Crédito de 1.240 libras. Maio — Foi determinada a escolha de terrenos nas margens do Umbeluzi para instalação de uma estação de treino colonial agrícola destinada aos emigrantes.

Ante a emigração assustadora dos indígenas da colónia, sobretudo para o Rand, determinou-se que nenhum deles poderia emigrar sem ter residido os 12 meses anteriores na colónia. Nenhum contrato para o estrangeiro poderá ser feito além de 12 meses, sendo proibida a renovação. Ficavam como clandestinos os que se demoravam fora do território mais de 13 meses após a data do passe de saida. Novembro — Importante regulamento dos tribunais privativos dos indígenas.

1928 — Janeiro — Ordena-se que todos os serviços de manuseamento de mercadorias do pôrto de Lourenço Marques sejam executados pela Administração do Pôrto; exceptua-se a estiva. Convenção entre Portugal e a União Sul Africana acêrca da emigração para o Transval, caminhos de ferro e intercâmbio comercial, sendo o govêrno representado pelo governador da colónia José Ricardo Cabral, Carlos de Sá Carneiro, engenheiro, e bacharel José de Almada; notável documento colonial. Cria-se a circunscrição de Maputo. Julho — Assistência aos indígenas inválidos que serviram o Estado. Era encarregado do govêrno Carlos Campelo de Andrade.

1929 — Abril — Decreto a aplicar em 29 de Outubro referente á Companhia do Niassa, que passaria para a administração do Estado. Criam-se cargos de directores distritais dos negócios indígneas em Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique. Junho — A esquadrilha do Zambeze passa para a marinha privativa da colónia. Julho — Alterações nas pautas aduaneiras. Carta orgânica de Moçambique. Agosto — Cria-se a Caixa de Aposentações e Pensões dos funcionários do quadro administrativo. Setembro — Organiza-se administrativamente o território do Niassa, criando-se os distritos de Cabo Delgado, e do Niassa. A sede do primeiro é em Pôrto Amélia. Novembro — Cessa o privilégio da emissão de notas do Banco da Beira, devendo a Companhia de Moçambique assumir a responsabilidade das que estavam em circulação.

1932 — Março — Inclui-se a alfândega de Tete na tabela do artigo 40.º das Instruções preliminares das pautas, e fixa-se a percentagem de dedução, como compensação das despesas de frete, seguro e outras das cotações de diversos produtos. Junho — Constitui-se a The Beira Engineering Company.

INDIA

1919 — Janeiro — Regimento do Contencioso e de Contas. Empréstimo de 100.000 rupias. Março — Condições de venda das propriedades do Estado denominadas «Meias». Permite-se a cultura de cereais nas matas nacionais da Índia. Cria-se a Caixa de Crédito Agrícola. Outubro — Aprova-se a criação de uma Caixa de Auxílio aos empregados dos Correios e Telégrafos da Índia. Novembro — Cria-se a Comissão de Melhoramentos de Mormugão. Dezembro — Determina-se o levantamento da 3.ª série do empréstimo de 500.000 rupias, autorizado pelo decreto n.º 3.342, de 6 de Setembro de 1917.

1920 — Março — Fixa-se em 350$ o fundo destinado á secretaria dos serviços da marinha da Índia. Abril — Aprova-se o Estatuto orgânico da Missão do Padroado Português no Extremo Oriente. Determina-se o levantamento do empréstimo de 300.000 rupias, para a Índia. Dezembro — Torna-se extensiva ás mercadorias produzidas nas colónias portuguesas o benefício pautal de 50 % concedido na importação ás mercadorias nacionais.

1921 — Junho — Prorroga-se o prazo para o pagamento de contribuições directas do ano de 1920 até ao fim do próximo mês de Setembro.

1923 — Janeiro — Elevam-se os salários dos operários do Depósito de Material de Guerra. Agosto — Permite-se o exercício de medicina e cirurgia no Estado da Índia aos médicos diplomados pelo Colegio de Bombaim. Setembro — Autorizam-se os médicos, habilitados pela Escola Médica de Gôa, a usarem o título de licenciados em Medicina e Cirurgia. Novembro — Manda-se organizar o orçamento do Estado da Índia em rupias e fracções.

1924 — Janeiro — Fixam-se os vencimentos do pessoal da administração do concelho de Damão. Fevereiro — Determina-se que seja lançada uma taxa de 8 tangas por cada tonel que entrar e sair dos rios que banham o concelho de Quepém e do posto de Betal. Março — Cria-se no Estado da Índia um corpo civil de fiscalização

aduaneira. Cria-se um corpo civil de polícia rural e florestal no distrito de Gôa. Agôsto — Determina-se que aos géneros coloniais exportados pelas casas fiscais de tôda a província se atribuam, sempre que não seja conhecida a sua cotação oficial, os valores fixados nas tabelas anexas.

1925—Janeiro—Eliminam-se lugares de professores primários para as escolas nos territórios das Novas Conquistas dos vinte criados pela lei de 8 de Abril de 1923. Manda-se imprimir o sêlo do Centenário de Vasco da Gama. Maio — Suprime-se um lugar de professor em cada uma das escolas primárias de Pangim, Mapuçá, Gôa Velha, Dramapur e Diu e cria-se mais um lugar em Margão, Nerul e Morea. Põe-se em execução o regulamento do Pôrto de Mormugão.

1926 — Junho — Suprimem-se os lugares de professores primários em Pondá, Carunà, Assagão, Calangute e Vasco da Gama. Dissolve-se a Câmara de Saguem. Agosto — Autoriza-se a Câmara de Salcete a contrair um empréstimo de 100.000 rupias para obras de viação e mais 40.000 destinadas a uma ponte. Foram elevados os vencimentos dos funcionários deste município. Outubro — Torna-se obrigatória a licença para a construção de casas em territórios de mais de 3.000 habitantes.

1927 — Fevereiro — Créditos para a parte que compete ao Estado nas obras a executar no palácio da Ega (em Lisboa) a fim de se instalar o arquivo do ministério das colónias (*).

1928 — Abril — Acôrdo entre a Santa Sé e o govêrno português acêrca do regulamento da circunscrição das dioceses, nomeação de bispos e dupla jurisdição. Alargava-se a diocese de Gôa com Damão e Diu. O arcebispado passava a ser de Gôa a Damão. Parte de Damão ligava-se a Bombaim, sendo alternadamente prelados desta diocesse portugueses e ingleses. Os Cochim, Meliapor e Macau, participando os seus nomes ao chefe do Estado, a fim de ver se há algum impedimento político que os iniba de receber tais mercês. Sucedera o mesmo em relação ás Sés de Bombaim, Mangalor, Quilon e Trichinopolis. Assinaram este documento, em Roma, o cardial Gaspari e o ministro de Portugal dr. Augusto de Castro.

1929 — Maio — Empréstimo interno de 100.000$00, destinado ao alargamento das oficinas navais.

1930 — Janeiro — Suspende-se o Código de Registo Civil aprovado em 28 de Dezembro de 1929, reentrando em vigor o de 9 de Novembro de 1912 com as alterações posteriores.

MACAU

1919 — Janeiro—Manifesto de arroz em 48 horas. Proíbe-se a exportação. Março — Aprovação de melhoramentos de trabalho de um forte. Consente-se a exportação de arroz. Agosto — Proíbe-se a saida de Macau de moedas de prata. Setembro — Organiza-se o Tribunal do Contencioso e de Contas de Macau. Extingue-se a Procuradoria Administrativa dos Negócios Sínicos de Macau. Concede-se aos professores do Liceu de Macau o subsídio de 600$00 para viagens de estudo aos países europeus. Outubro — Aprova-se o Regulamento do Corpo de Bombeiros de Macau. Novembro — Torna-se obrigatório nas escolas primárias de Macau o ensino da língua portuguesa.

1920 — Fevereiro — Cria-se em Macau a Comissão de Fomento, Comércio e Indústria. Agosto — Determina-se que os exames de instrução primária feitos no seminário de S. José, de Macau, tenham validade para a admissão ao curso dos liceus.

1921 — Janeiro—Determina-se a extinção da Companhia Europeia de artelharia e a constituição de duas companhias independentes em Macau. Junho — Determina-se que seja definitivamente aprovado o plano do pôrto exterior de Macau, com a variante inpárocos das igrejas de S. Francisco Xavier e de N. S. da Glória recebiam o título de camareiros secretos de S. S. Desanexavam-se de Meliapor 14 paróquias. Tudo isto era no domínio do espiritual, ficando os bens portugueses. A Santa Sé escolherá os delegados para dirigirem as dioceses de Gôa,

---

(*) Este palácio histórico tinha sido indicado para aquele serviço pelo autor deste livro em artigos publicados sôbre o assunto. Instalou-se depois ali, com o arquivo, uma comissão destinada a publicar a «História da Colonização Portuguesa», presidida pelo general snr. Teixeira Botelho.

dicada pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Minas da colónia e do aproveitamento da baía da Areia Preta para fundeadouro. Determina-se que sejam incluidas na primeira fase dos trabalhos da comissão do pôrto exterior de Macau o molhe leste, o primeiro trôço do molhe sul e a metade oriental do segundo trôço deste molhe, conforme o plano da Direcção das Obras dos Portos de Macau. Setembro — É declarado, pelo espaço de oito dias, o estado de sítio na Província de Macau. Manda-se cessar o estado de sítio, posto em vigor pela portaria provincial n.º 281, de 24 do corrente, na Província de Macau.

1922 — Agosto — Cria-se em Macau uma Bôlsa de Estudo para auxílio dos estudantes pobres.

1923 — Fevereiro — Sustam-se as nomeações e promoções dos empregados públicos. Abril — Determina-se que a superintendência e fiscalização do ópio passe a constituir uma secção da Direcção dos Serviços da Fazenda. Maio — Cria-se um Conselho Económico. Junho — Regula-se a concessão de licenças de compra e posse de armas e munições de guerra. Remodela-se a organização militar da província.

1924 — Janeiro — Determina-se que pela Direcção da Imprensa Nacional de Macau seja editada, como subsídio para a História dos portugueses no Extremo Oriente, uma publicação mensal denominada «Arquivo Macaense», no qual se transcreverão todos os documentos de interêsse histórico regional existentes nos arquivos citadinos, e bem assim do mesmo género, os que, por cópia ou originais, se puderam obter nos tombos e bibliotecas da metrópole, colónias ou do estrangeiro. Remodela-se o serviço do comissariado de polícia de Macau, junto do qual funciona um posto de identificação e investigação científica. Fevereiro — Dá-se plenos poderes ao bacharel Félix Borges Medeiros da Horta, cônsul geral de Portugal em Cantão, para, em nome do govêrno da província, assinar com a firma Prunel & Paget, daquela cidade, o contrato de construção de um edifício e anexos para o mesmo consulado em Cantão, no terreno pertencente à referida província. Março — Fixam-se as quantidades de ópio e estupefacientes a importar na colónia de Macau, para uso exclusivamente medicinal. Aprova-se o regulamento geral dos cursos para as praças de pré da guarnição de Macau. Cria-se na província de Macau um imposto denominado «Imposto de Importação». Julho — Fixam-se os vencimentos mensais e outras gratificações a que têm direito os oficiais aviadores executores do «raid» Lisboa-Macau. Setembro—Abona-se, a partir de 1 de Janeiro de 1923, a subvenção diferencial de $40 diários aos sargentos e equiparados do exército em serviço activo na colónia de Macau, sempre que tenham direito ao abono de pré e nas mesmas condições em que é abonada a gratificação de efectividade. Dezembro — Fixa-se a ajuda de custo por carestia de vida a abonar aos pensionistas do Monte-Pio Oficial residentes em Macau. Determina-se que todos os portugueses da província e de outras colónias, não indígenas e não incluidos em qualquer recenseamento militar, devem pagar anualmente uma quota designada «taxa militar de província», e regula-se como deve ser paga a mesma taxa.

1925 — Julho — Nomeia-se uma comissão para proceder aos trabalhos a realizar na metrópole a fim de se levantar o monumento a João Maria Ferreira do Amaral e Vicente Nicolau de Mesquita. Agosto — As fôrças navais da colónia são constituidas pelas unidades que lhe pertencem e pelo cruzador «República», sob o comando do capitão de mar e guerra Ivens Ferraz. Outubro — Aprova-se a execução provisória do acôrdo radiotelegráfico celebrado entre a Indo-China e Macau.

1926 — Janeiro — Contribui-se com 2.000$00 anuais para a Agência Geral das Colónias.

1927 — Dezembro — Aprova-se a abertura do concurso para o estabelecimento de uma carreira regular de navegação entre as colónias de Macau e Timor. Subsídio máximo de 60.000 escudos.

1928 — Abril — Eleva-se de 10 para 20 % a taxa de consumo do tabaco e do produto geral deste imposto 25 % deve ser entregue ao Leal Senado, como compensação da percentagem de 20 % sôbre o monopólio do ópio, que deixou de existir.

1929 — Abril — Ordena-se a publi-

cação no Boletim de todos os documentos históricos importantes referentes á colónia. Maio — Regula-se a concessão de terrenos.

1930 — Fevereiro — Eleva-se a 30 por cento a taxa sôbre o consumo do tabaco.

TIMOR

1919 — Janeiro — O reino de Motael fica fazendo parte do concelho de Dili. Fevereiro — Organizam-se os serviços da Imprensa Nacional.

1920 — Abril — Cria-se o Museu Provincial de Timor. Agosto — Determina-se que na alfândega de Dili sejam cobradas as quantias de 45 réis por cada litro de alcool e 9$000 réis por cada bola de ópio, cuja receita será entregue ao município de Dili.

1921 — Janeiro — Concede-se a percentagem de 50 % sôbre o vencimento ao missionário da missão civilizadora de Sobada, de Timor. Abril — Extingue-se a Direcção de Agrimensura e Cadastro de Timor. Setembro — Autoriza-se a colónia de Timor a contrair três empréstimos na importância total de 862.650$00, ouro, ou o seu equivalente em moeda estrangeira, ao par, com destino a cobrir os «deficits» da gerência do ano de 1920-1921 e orçamental previsto para o ano de 1921-1922, e a custear as diversas obras de fomento.

1924 — Julho — Cria-se uma estação Zootécnica Central no posto de Mata-Hari, em Maluro-Cumo, do comando militar de Viqueque de Timor.

1925 — Fevereiro—Proíbe-se o corte e exploração de sândalo, pau ou raiz. Abril — Cria-se o mercado anual ou feira na província.

1926 — Junho — Revoga-se o decreto de 9 de Dezembro de 1909, voltando a província a constituir um distrito autónomo. Julho — Crédito de 1.500.000 patacas para a aquisição e embalagem de produtos destinados á exposição de Paris.

1928 — Agosto — Retira-se-lhe a autonomia financeira. Providências destinadas a extinguir-lhe o «deficit».

FASTOS COLONIAIS

1924 — Setembro, 30 — Diploma legislativo colonial pelo qual foi criada a Agência Geral das Colónias, instalando-se em 20 de Março de 1925 na rua da Prata, 34 e sendo nomeado agente geral o engenheiro agrónomo Armando Zuzarte Cortezão em 3 de Outubro de 1924, chefe de repartição do ministério das colónias e antigo director de agricultura de S. Tomé e Príncipe.

1925 — Institui-se a Agência Geral das Colónias. Cria-se o Boletim da Agência Geral das Colónias, do qual foi nomeado director Armando Zuzarte Cortezão.

Fevereiro — Organiza-se o Conselho de Finanças do Estado. Abril — Estabelece-se que as Missões civilizadoras do Padroado Português da Índia e Extremo Oriente sejam representadas na metrópole por um procurador geral, devendo os prelados enviar relatórios anuais sôbre o movimento civilizador nos territórios jurisdicionais do Patriarca das Índias.

1926 — Por decreto de 14 de Agosto de 1926, o govêrno determinara-se a «resgatar o privilégio de emissão de notas concedido ao Banco Nacional Ultramarino e a criar um novo instituto de crédito para o qual transfere aquele privilégio, cercando, porém, a sua exploração de todas as garantias que a teoria e a experiência aconselham como indispensávis». Assim nasceu o Banco de Angola com o capital de 50.000 contos, concorrendo, em partes iguais, o govêrno e o Banco Nacional Ultramarino. Garantiu-se ao capital um dividendo de 8 %, prevendo-se a sua elevação até cem mil contos. Duraria por vinte e cinco anos o privilégio da emissão. A sede do Banco ficou em Lisboa. A gerência foi dada a um governador, nomeado pelo Estado, e dois vice-governadores, eleitos pela assembleia geral, com a confiança do ministro das Colónias. O primeiro governador foi o engenheiro Francisco Pinto da Cunha Leal; vice-governadores o juiz dr. Albano de Seiça Moncada e Artur Pôrto de Melo e Faro, conde de Monte Real, demitindo-se este no exercício de 1929. Em 24 de Janeiro de 1930, pelo decreto n.º 17.889, foi retirada a confiança, prescrita no § 2.º do artigo 41.º do decreto 16.430, ao engenheiro Francisco Pinto da Cunha Leal, tendo-o substituido o comandante José Mendes Cabeçadas Júnior, ocupando ulteriormente o secretário geral, dr. João Henriques Pinheiro, o cargo do outro director que se afastara.

Por assembleia geral, em 15 de Março de 1930, foram nomeados para governador o comandante Aníbal de Mesquita Guimarães e vice-governadores drs. Américo Botelho de Sousa e Francisco da Silva Leite Duarte. O primeiro desistiu do seu cargo e indo o governador ocupar a pasta da marinha (1932), substituiram-nos, interinamente, o engenheiro Artur de Melo Quintela Saldanha e major Joaquim Mendes do Amaral, e por assembleia geral de 30 de Março de 1931, foi nomeado definitivamente vice-governador o engenheiro Quintela Saldanha. Os comissários do govêrno junto do Banco têm sido o dr. Quirino Avelino de Jesus, marechal Gomes da Costa e dr. Manuel Fratel.

A vida deste estabelecimento de crédito foi activa, ante a quási nula acção do Banco Ultramarino, sobretudo em Angola, quando começaram a sentir-se os efeitos da guerra mundial. Queria por todos os modos auxiliar quem lidava na colónia; encarou o problema das transferências ainda antes da formação da Junta da Moeda, tudo de acôrdo do comissário António Vicente Ferreira. Outras tentativas se realizaram naquele sentido, sendo limitadas as transferências em Fevereiro de

1931, visto a impossibilidade de acudir a todas as requisições. O Estado ajudou muito, financeiramente, o Banco de Angola, sem o que não teria sido possível dar comêço á obra toda tendente a vivificar aquela importantíssima colónia.

Por escritura de Fevereiro de 1932, celebrada de harmonia com a autorização dada ao govêrno de Angola por decreto n.º 20.723, de 7 de Janeiro de 1931, emprestou o Banco ao govêrno da colónia dez mil contos metropolitanos, por períodos prorrogáveis de seis meses, para que as cambiais em vencimento, do Fundo, pudessem ser mobilizadas.

De Abril de 1931 a Março de 1932 emprestou, portanto, o Banco ao govêrno da colónia 37.000 contos — 27.000 em Angolares para pagamento das dívidas ao comércio, 15.000 por escritura de 27 de Abril de 1931 e 12.000 por escritura de 30 de Março de 1932 — e 10.000 em escudos metropolitanos para mobilizar as cambiais do Fundo Cambial.

1927 — Primeiro Concurso de Literatura Colonial.

1930 — Exposição de Antuérpia; partiu para lá, em 25 de Outubro de 1929, o agente geral das colónias Armando Cortezão, que elaborou o plano geral, sendo nomeado comissário da exposição em 28 de Dezembro. Inaugurou-se em 17 de Maio. O general Norton de Matos, antigo governador de Angola, foi convidado a fazer uma conferência, que realizou com grande sucesso. A exposição terminou em 4 de Setembro. Junho, 17 — Criou-se o cargo de comissário especial da Exposição Internacional Colonial de Paris, á qual concorreu o nosso país. Destinou-se-lhe a verba de 7.000 contos. Foi comissário geral o coronel de engenharia Manuel Gonçalves da Silveira de Azevedo e Castro.

1931 — Maio, 27 — O ministro dos estrangeiros de Portugal, comandante Fernando Branco, inaugurou em Vincenes a «Exposição Colonial Portuguesa. Junho, 9 — Institui-se o «Arquivo Histórico Colonial», que se instalou no palácio da Ega, ao pátio do Saldanha, na Junqueira, tendo sido nomeado seu director o bacharel Manuel Múrias. Pelo mesmo decreto foi determinado que ali funcionasse a Comissão da História da Colonização Portuguesa, criada em 28 de Agosto de 1930. Foi presidida pelo general Teixeira Botelho. Como se depreende do seu título, esta Comissão recebeu, naquela data, o encargo de assentar as bases e realizar os trabalhos para a edição de uma «História da Colonização Portuguesa», a expensas do Estado, o que não se realizou ainda.

1931 — Julho — Publica-se o «Acto Colonial», de que foi autor o dr. Oliveira Salazar. É um importantíssimo documento destinado a fixar em moldes modernos a vida colonial, tanto no que diz respeito a indígenas como a colonos, garantias económicas e financeiras e administração das colónias, desde então denominadas Império Colonial Português.

Divide-se este notável documento, tendente a realizar toda a reconstrução da vida colonial, em diversos títulos, tendo-se constituido o Império Colonial Português.

Defende-se o princípio de não alienação de territórios a estrangeiros em determinadas circunstâncias sem a aprovação do conselho de ministros. Limita o poder das Companhias, exercendo o Estado o direito de rescisão ou resgate das outrora denominadas «majestáticas». Acêrca da defesa e protecção aos indígenas produz-se nesse documento a instituição de assistência, velando-se pelos seus contratos, proclamando-se a sua liberdade individual em matéria de trabalho. Ao mesmo tempo vela-se pela sua defesa por estatutos especiais. Assegura-se a liberdade de consciência, decretando-se a personalidade jurídica e o auxílio do Estado conferido ás missões religiosas como instituições de ensino. A metrópole fiscalizará sempre os actos dos governadores. Legislou-se, igualmente, em relação ás Câmaras e outros organismos e em matéria financeira, devendo a sua contabilidade ser organizada como a da metrópole.

Este trabalho foi da autoria do dr. Oliveira Salazar, quando ministro interino das Colónias.

Voltou também a inserir-se no «Diário do Govêrno» o decreto de 2 de Outubro de 1926, da iniciativa do então ministro João Belo, e que constitui as Bases Orgânicas da Administração Colonial.

Ambos os documentos se encontram no n.º 1 da Colectânea de Legislação

Colonial publicada pela Agência Geral das Colónias.

1931 — Novembro — Publica-se o regulamento militar colonial. O ministro das Colónias, dr. Armindo Monteiro, foi a Bruxelas e Antuérpia, por convite do govêrno belga. Acompanharam-no os coloniais ilustres almirante Gago Coutinho, coronel João de Almeida e general Vieira da Rocha.

1931 — Novembro — Visita do ministro das Colónias dr. Armindo Monteiro á Exposição Colonial de Paris, na qual se tinha instalado o magnífico pavilhão português. Deixou Lisboa em 7 de Novembro e foi acompanhado pelo almirante Gago Coutinho, general Vieira da Rocha, brigadeiro João de Almeida, coronel Roma Machado e Eduardo Marques.

O titular da pasta iniciou a visita, com sua espôsa e comitiva, á exposição de Vincenes (12 de Novembro), sendo recebido pelo governador geral Olivier e outros altos funcionários, além do comissário da exposição coronel Silveira e Castro. Os delegados das diversas secções coloniais francesas (Tunísia, Marrocos, África Ocidental e Índia) os acompanharam e aguardaram o representante do govêrno português. No salão de honra de Bagdad foi servido um «Pôrto de Honra», tendo ali comparecido, além do glorioso marechal Lyautey, Mr. Maginot, ministro da guerra e interino das colónias de França. Trocaram-se cumprimentos, sendo enaltecida a obra colonizadora portuguesa, ao que o dr. Armindo Monteiro respondeu evocando Marrocos e a obra nacional nesse império onde Lyautey talhara uma vasta colónia.

Também assistiu a esta visita o mi-ministro de Portugal em Paris, comandante Fernando Ochôa.

No dia 13, após um almôço oferecido a Lyautey no Hotel Maurice, o ministro das Colónias de Portugal impôs-lhe a Grã Cruz da Tôrre e Espada, tendo largamente explicado a origem e a importância desta condecoração. No dia 15 encerrou-se oficialmente a exposição.

No dia 18 partiu o dr. Armindo Monteiro para Bruxelas e Antuerpia, a convite do govêrno da Bélgica.

O ministro das Colónias de Portugal recebeu em França o Grande Oficialato da Legião de Honra, que lhe foi imposto pelo marechal Lyautey, e na Bélgica a Grã Cruz da Ordem da Corôa. O rei da Bélgica ofereceu um banquete ao dr. Armindo Monteiro, que chegou a Lisboa em 28 de Novembro.

1932 — Fevereiro — Semana das Colónias, que foi encerrada na Socidade de Geografia, tendo o ministro Armindo Monteiro falado acêrca da idéia do Império, baseando-se nas tradições dos Impérios de Marrocos e da Índia e dos fins do espírito do anunciado novo Império Colonial. Abril—Cria-se a Ordem do Império Colonial, cujo distintivo é uma cruz de Cristo perfilada a ouro, tendo sobreposta a esfera armilar e o escudo nacional.

1932 — Abril, 23 — Viagem ás colónias do ministro dr. Armindo Monteiro; acompanhavam-no, além de sua espôsa, senhora D. Lúcia Infante de Lacerda de Stau Monteiro, o chefe de gabinete, dr. Manuel Pereira Figueira; secretários Eduardo Seabra e Júlio Caiola; oficiais ás ordens, Nuno de Brion e José Diogo Ferreira. Embarcou no «Moçambique», da Companhia Nacional de Navegação. A Imprensa enviou os seus representantes, dada a importância desta visita ministerial, cujo fim era ver as necessidades das diversas regiões e acudir-lhes. Os representantes dos jornais que o acompanharam foram: Luiz Teixeira, pelo «Diário de Notícias»; Leopoldo Nunes, pelo «Século»; Aiala Monteiro, pelo «Diário da Manhã»; António Eça de Queiroz, pelo «Jornal do Comércio e das Colónias»; Maurício de Oliveira, pelo «Diário de Lisboa»; Mário de Figueiredo, pelo «Primeiro de Janeiro», e Hugo Rocha, pelo «Comércio do Pôrto». Também seguiram na viagem os delegados do Automóvel Club de Portugal, Camilo Infante de Lacerda, D. António Herédia e Vergílio Barroso, com incumbências técnicas do jornal «Os Sports».

O membro do govêrno foi recebido magnificamente na Madeira, sendo a primeira colónia visitada a Ilha do Príncipe, onde era governador o primeiro-tenente Armando Ferraz, que o saudou em nome de S. Tomé e Príncipe. Visitou diversas roças. Em S. Tomé também fez diversas visitas, sendo nomeado «cidadão da ilha Honoris Civis». Ali lhe expuseram as dificuldades com que lutava a colónia e que o visitante já tentara re-

mediar, em parte, com a reorganização dos serviços públicos, iniciada em 1931.

Em Angola passou a Luanda, onde chegou a 19 de Maio. O governador, coronel Eduardo Ferreira Viana, recebeu-o com as autoridades, marcando ali o ministro os intúitos com que iniciara a sua viagem:

«Ouvir as aspirações de todos e satisfazê-las, enquadrando-as dentro dos grandes interêsses nacionais; trabalhando pela unidade do Império e fazendo com que todos os portugueses das margens do Atlântico aos confins da Oceania se integrem no mesmo pensamento imperial.»

Com o fim de se inteirar do que a colónia carecia, ouviu diversas entidades, percorrendo parte dos distritos de Luanda, Zaire, Congo, Quanza Norte, Malanje, Lunda, Moxico, Bié, Benguela e Huila, realizando inquéritos aos serviços, comércio, indústrias, visitando minas, viajando em vastas regiões, falando com autoridades e régulos e assistindo á cerimónia comovente de homenagem aos mortos de Mongua, a qual foi deveras impressionante, a recordar a campanha (19 de Agosto de 1915). No Mufilo também se realizou uma cerimónia militar, passando, depois, o ministro aos distritos de Mossâmedes e Benguela, visitando o Lobito, Nova Lisboa e logo Quanza Sul. Regressou a Luanda, onde se inaugurou a Feira de Amostras (25 de Julho) e se iniciaram as Conferências Económicas, encerrada em 2 de Julho. Afonso Lopes Vieira, ilustre poeta, fôra contratado para fazer conferências em Luanda, realizando duas.

O ministro das Colónias também visitou o Congo Belga, sendo recebido com todas as honras e em manifestações de apreço, que se repetiram na Rodésia e em Joanesburgo, que deixou a 14 de Julho a caminho de Lourenço Marques».

Em Moçambique o governador, coronel José Cabral, com uma grande comitiva, acolheu o dr. Armindo Monteiro e o seu séquito, havendo recepção solene na Câmara Municipal de Lourenço Marques, onde o ministro repetiu quais foram os fins que o levaram ás colónias, os seus «objectivos financeiros, económico e político».

Como sucedeu em Angola, visitou diversos distritos, assistindo á magnífica cerimónia militar em Marraqüene, onde falou o único sobrevivente daquela campanha, que residia na colónia, tenente-coronel Roque de Aguiar.

Continuou, o delegado do ministério, a inquirir das necessidades da província, visitando os lugares mais importantes, como a estação agrícola de Umbeluzi, Naamacha, pôrto, cais, alfândegas, missões e tratando dos variadíssimos problemas a resolver. Foi a Magul, Vila João Belo e Gaza, recebendo alvitres e representações da agricultura, comércio e indústria. Percorreu o Chibuto, esteve no lugar celebrado de Chaimite, em Coalela, onde se dera a grande batalha, indo, depois, ao distrito de Inhambane. Esteve em Morrumbene, Massinga, Manica, Sofala, visitou a Companhia do Buzi e os territórios da Companhia de Moçambique, a que já nos referimos largamente. Ali também lhe foram entregues representações de várias entidades. Passou aos distritos de Tete, Quelimane, Moçambique, volvendo-se a Quelimane e vendo várias das plantações da Companhia do Boror. Interessou-o, sobremaneira, a ponte sôbre o Zambeze, e, regressando a Lourenço Marques, inaugurou a Conferência Económica. Embarcou para a metrópole, tendo realizado o seu inquérito, preparando-se, deste modo, oficialmente, para acudir ás necessidades do Império Colonial Português. Largamente a imprensa tratou desta viagem.

1933 — Abril—Publica-se novamente o Acto Colonial, conforme o disposto no artigo 132.º da Constituição, sendo assinado pelo Chefe de Estado e por todos os ministros, que eram os srs. António de Oliveira Salazar, Alfredo Soares Pinto dos Reis Júnior, Manuel Rodrigues Júnior, Daniel Rodrigues de Sousa, Aníbal de Mesquita Guimarães, César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches, Duarte Pacheco, Armindo Rodrigues Monteiro, Gustavo Cordeiro Ramos e Sebastião Garcia Ramires.

1933 — Maio — Conferência Imperial Colonial realizada em Lisboa entre o ministro das Colónias, dr. Armindo Monteiro e os governadores da Índia, Moçambique, Angola, S. Tomé, Cabo Verde, Guiné e Macau, respectivamente srs. general Craveiro Lopes, José Cabral, coronel Ferreira Viana, capitães Amadeu Gomes de Figueire-

do, Luiz António de Carvalho Viegas e Augusto Vieira Fernandes e tenente-coronel António Bernardo de Miranda. Foi nomeado gevernador de Timor o major de artelharia Raúl Manso Preto. Veio a Lisboa, a fim de assistir ás festas comemorativas do 28 de Maio, o primeiro batalhão indígena de Angola, que se apresentou em diversas solenidades e visitou o Pôrto. Comandava-o o capitão Francisco Pereira de Barros, tendo como subalterno o alferes Samuel da Fonseca.

A AVIAÇÃO NAS ILHAS, COLÓNIAS, BRASIL E NOUTRAS REGIÕES

Realizaram-se as seguintes viagens aéreas:

BOM SUCESSO-FUNCHAL

Março de 1921 — Hidro-avião bi-motor «F. 3». 7 h. 40 m. de vôo. Sacadura Cabral-Gago Coutinho-Ortiz Bettencourt e mecânico francês Roger Soubirand.

LISBOA-RIO DE JANEIRO

Março de 1922 — Hidro-avião «Fairey 400» («Lusitânia), «Fairey 401» e «Fairey 402» («Santa Cruz»). 62 h. 26 m. 4.527 milhas. Sacadura Cabral-Gago Coutinho.

Março de 1927 — Hidro-avião «Dornier superwal». 4.000 quilómetros até á Guiné e 2.595 quilómetros sôbre o Atlântico Sul. Sarmento de Beires-Jorge de Castilho e Manuel Gouveia. Duvale Portugal fez parte da equipagem até Bolama. Este avião caiu e perdeu-se no mar das Guianas quando tentava novas etapas para a volta ao mundo. Bateu o «record», para aparelhos da sua categoria, com a travessia nocturna do Atlântico, que fez em 18 h. e 11 m.

ALVERCA-PALESTINA (Gaza)

Fevereiro de 1928 — Avião «Haviland» com motor «Cirrus» de 80 C. (Portugal). 4.960 quilómetros. Carlos Eduardo Blek. Pretendia voar até á Índia. Entre Gaza e Jerusalem, em virtude de uma avaria, ficou inutilizado.

VILA NOVA DE MILFONTES-MACAU

Abril de 1924 — Avião «Breguet XIV-BN2» («Pátria») e D. Havilland 9A» («Pátria II»). Brito Pais-Sarmento de Beires-Manuel Gouveia.

LISBOA-GUINÉ

Março de 1925 — Avião «Breguet XIV-A2». 4.070 quilómetros. 31 h. e 31. m. Pinheiro Correia-Sérgio da Silva-Manuel António.

AMADORA-LOURENÇO MARQUES

Setembro de 1928 — 2 aviões «Vickers Valparaizo» equipados com motores «Napier» 450 C. 15.134 quilómetros. 102 horas de vôo. Nesta viagem foram visitadas as nossas colónias da Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Avião 1: Pais Ramos e Esteves; avião 2: Oliveira Viegas e Manuel António.

LISBOA-GOA

Novembro de 1931 — Avião «Havilland Puss-Moth» («Marão»). Cêrca de 10.000 quilómetros. Moreira Cardoso e Sarmento Pimentel.

LISBOA-GUINÉ-ANGOLA-LISBOA

Dezembro de 1931 — Avião «Haviland Moth». 20.160 quilómetros. 39 aterragens. 166 h. e 50 m.

Depois das viagens ao Funchal e ao Rio de Janeiro realizaram-se as seguintes ás colónias:

Em 1931 o govêrno e a Companhia Portuguesa de Aviação enviaram á África uma missão composta pelos se-

guintes oficiais: comandante Ortiz Bettencourt, capitão Alberto Campos, major Santos Sintra e tenente Avelino de Andrade, os quais, acompanhados pelo engenheiro Coutry, receberam o encargo de fazer um relatório referente ás bases para o estabelecimento de linhas aéreas comerciais nas colónias africanas portuguesas. Começaram os estudos em Lourenço Marques, passando a Inhambane, Quelimane, Moçambique, Pôrto Amélia, Tete e Zumbo. Seguindo para Angola, fizeram o reconhecimento aéreo em direcção a Benguela e Luanda. Em S. Tomé, Cabo Verde e Guiné, estabeleceram aqueles dois últimos oficiais da aviação os locais para a construção das bases de aeronaves e hidro-aviões, escolhendo também os pontos destinados aos aeródromos principais.

A INSCRIÇÃO DE DIOGO CÃO

«Duma notícia ha pouco chegada a Lisboa e lançada á publicidade pelo nosso prezado colega a «Mala da Europa», foi conhecido o vandalismo que acaba de ser praticado pelo Estado do Congo, fazendo riscar dumas rochas sobranceiras ao rio Zaire, acima da confluência do Pozo, e no ponto conhecido pela catarata de Ielala, uma inscrição mandada abrir a cinzel nas referidas pedras por Diogo Cão, navegador português do reinado de D. João II.

Essa inscrição ou letreiro dos portugueses, como lhe chamavam os indígenas, data da segunda viagem de exploração empreendida pelo arrojado navegador em 1484, quando descobriu a embocadura do rio Congo ou Zaire, e era assim concebida:

«Aqui chegaram os navios do esclarecido rei Dom João o segundo de Portugal—Diogo Cão—Pero Anes—Pero da Costa—Alvaro Peres—Pero Escobar—João de Santiago X (morto) da doença—Gonçalo (ou João?) Alves X (mortos) Diogo Ribeiro(?)—Gonçalo (?) Alves Antão.»

São estas as palavras que se podem reunir, estudando as fotografias com pequenas lacunas, resultantes de alguns pontos duvidosos. Depois da Conferência de Berlim, em 1885, a região portuguesa de que estas rochas serviam de demarcação, ficou pertencendo ao Estado Livre do Congo, e desta forma passou também aquela inscrição, firmada pelo navegador português, para a mão dos belgas.

Parecia que ela devia ser respeitada depois de terem decorrido sôbre essas pedras quatro séculos, que o tempo também respeitou, cuja existência constituia um evidente testemunho de respeito e de consideração pelo nome português.

Vê-se que não sucedeu tal «excesso de cortesia», o que é deveras para lastimar.

Por fortuna um missionário americano, Mr. Lewis, tirou, em 1890, umas fotografias da inscrição portuguesa, que deu a Mr. Lafointeine Verday, gerente da casa holandesa de Banana, o qual as ofereceu ao sr. Augusto de Castilho, então comandante da «Mindelo», que por sua vez as ofereceu á Escola Naval. As gravuras que publicamos são reprodução dessas fotografias.»

(«Ocidente», n.º 944 de 20 de Março de 1905).

Neste artigo e no do «Século» da mesma época nos baseamos para a legenda da gravura referente á inscrição de Diogo Cão. A bem da verdade devemos declarar que não foi apagada, conforme informou, em 1905, á «Ilustração Portuguesa», o conselheiro Ramada Curto, que governava Angola.

ALGUMAS OBRAS CONSULTADAS PARA A FORMAÇÃO DESTE LIVRO

Andrade Corvo — «Colónias Portuguesas».
Lopes Lima — Estatística das Colónias Portuguesas».
Francisco Bordalo — «Estatística das Colónias Portuguesas».
P.e Baltasar Teles — «Crónica da Companhia de Jesus».
Pinheiro Chagas — «História de Portugal».
Faustino da Fonseca — «Descoberta do Brasil».
Mousinho de Albuquerque — «Moçambique».
Visconde de Santarém — «Atlas», «Opúsculos e Esparsos», «Estudos de Cartografia».
Fernando de Vasconcelos — «História das Matemáticas».
Krüger — «Memórias».
Livro de Marco Paulo.
Harrisse — «Cristophe Colomb».
Toscaneli — «Correspondência».
Charcot — «Cristophe Colomb par un marin».
Jaime Cortesão — «Pedro Álvares Cabral».
Lopes de Mendonça — «Estudos sobre os navios portugueses nos seculos XV e XVI».
Gomes da Costa — «Gaza».
Mullet — «Discription de L'Univers» (1633).
Damião de Gois — «Crónica de D. Manuel».
João Ribeiro — «História do Brasil», «Crónica da Guiné».
Gaspar Correia — «Lendas da Índia».
Afonso de Castro — «Timor».
Teófilo Duarte — «Timor».
Carlos de Melo — «O Tratado».
António Enes — «Guerra de África».
Julião Quintinha — «Ouro Africano», «África Misteriosa».
Nórton de Matos — «Angola».
Henrique Galvão — «História do nosso tempo».
General Von Letow — «Memórias».
João de Almeida — «Sul de Angola», «Relatório da Campanha dos Dembos».
Sousa Dias — «África Portentosa».
David Magno — «Relatório da Campanha dos Dembos».
Mário de Albuquerque — «Significado das Navegações».
Montalto de Jesus — «Historic Macau».
J. Azevedo Coutinho — «Campanha do Barué».
Aires de Ornelas — «Mousinho de Albuquerque».
P.e Alves Correia — «Portugal Missionário», «Missões do Epírito Santo».
D. Maria Stuart Gomes — «História da Índia».
António de Cértima — «Epopeia Maldita».
Carlos Roma Machado — «Recordações de África».
Carlos Selvagem — «Tropas de África».
«Monografia de Manica e Sofala».
Paiva Couceiro — «Angola».
Capelo e Ivens — «De Angola á Contra-costa».
Teixeira Aragão — «Moedas».
Mário Costa — «Que fizeram os portugueses em Moçambique».
Mantero — «S. Tomé e Príncipe».
José Migueis — «Relatório da Guiné».
Freire de Andrade — «Relatórios».

Monografias, Relatórios, Boletins Oficiais, Diários do Govêrno, referentes ás colónias portuguesas, etc.

ÍNDICES

Índice dos capitulos

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA PARTE

TERCEIRA PARTE

Índice das gravuras

Gravuras fora do texto

Acabou de se compôr
o original dêste li-
vro, aos 16 de
Março de
1934